SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 27 de Maio de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4282

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ACISPES - AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DE SERRA

AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DA SERRA - ACISPES
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 020/2026

A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, torna pública a realização da licitação na modalidade de DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço, pelo modo de disputa aberto, objetivando a **Contratação de software especializado para gestão do controle interno da qualidade analítica em laboratório**, conforme especificação deste Edital. Envio das propostas poderá ser feito das 08h00min do dia 28/05/2026 até às 09h00min do dia 02/06/2026. Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 02/06/2026 (Horário de Brasília), através do endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/. Maiores informações na sede do consórcio no setor de Licitações, Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.025-275, ou através do e-mail licitacoes@acispes.com.br e do telefone (32) 3313-4054.Juiz de Fora,

Publicado por:
Geisiane Rocha Barbosa
Código Identificador:FAE0FD4D

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARIS - MG AGENCIA REG. INT. DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

ARIS-MG
EXTRATO DE CONTRATO 007/2026

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – ARIS-MG –Contrato Nº 007/2026 – Processo Administrativo n° 011/2026 – Inexigibilidade nº 004/2026- **OBJETO:** Serviço de consultoria jurídica preventiva e consultiva em temas de regulação do saneamento básico, compreendendo a emissão de pareceres jurídicos, a elaboração de opiniões legais e o apoio integral na edição de normativos internos e de Resoluções da – ARIS-MG, a construção de teses jurídicas para defesa dos interesses da agência; o apoio na formatação de respostas a questionamentos de órgãos de controles interno ou externo, a participação e o suporte em audiências públicas, reuniões técnicas, reuniões com prestadores e com a equipe da ARIS-MG, o esclarecimento de dúvidas em geral envolvendo assuntos de regulação, bem como a participação em eventos da ARIS-MG, conforme condições e exigências presentes no Termo de Referência. Empresa Reginaldo Costa Sociedade de Advogados, inscrita no CNPJ nº 14.685.297/0001-80. Valor total: R$ 198.000,001 **Vigência**: 12 meses a partir da publicação .**Dotação Orçamentaria:** 03003.1712500232.005.33903500000 - Serviços de Consultoria.

Publicado por:
Danielle Augusta Alvarenga Dos Santos
Código Identificador:D931A2F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
CONVOCATÓRIA PARA REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - 29 DE MAIO DE 2026

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e considerando a competência prevista no art. 23-A do Estatuto Social, **CONVOCA** os membros da Diretoria Colegiada para reunião a ser realizada no próximo dia **29 de maio de 2026,** com **início às 09h30**, em ambiente virtual, por meio da plataforma do Meet, visando discutir, deliberar o(s) seguinte(s) assunto(s):

I - Nota Técnica Nº 010/2026: reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e dos outros serviços do DAMAE de São João Del Rei/MG

Considerando o disposto no art. 1º da Resolução nº 001, de 2022, da ARISMIG, informa-se que a reunião da Diretoria Colegiada será realizada via Plataforma Google Meet, no dia e hora designados, com publicação posterior no canal Youtube da ARISMIG.

Boa Esperança, 25 de maio de 2026.

ADRIANO COSTA REIS JUNIOR
Diretor Geral da ARISMIG

Publicado por:
Claudio Augusto Dias Filho
Código Identificador:14E24686

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de uniformes para os servidores da ARISMIG.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para entrega dos uniformes será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do envio da autorização de fornecimento.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da concretização deste objeto será efetuado pela CONTRATANTE mediante entrega da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, após ter sido atestada a conformidade com o objeto disposto na contratação.

ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS:

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
CAMISETA MASCULINA GOLA POLO	Modelo: Camiseta gola polo masculina; Cor: Azul-marinho; Tecido: Malha com composição mínima de 95% algodão; Bordado: Brasão/logo da ARISMIG bordado na cor branca, localizado na parte frontal superior esquerda; Dimensões do bordado: 7,0 cm de largura por 3,5 cm de altura; Tamanhos: Variados, conforme relação a ser fornecida pela ARISMIG; Acabamento: Costura reforçada e padrão adequado para uso profissional diário.	16
CAMISETA FEMININA GOLA POLO	Modelo: Camiseta gola polo feminina; Cor: Azul-marinho; Tecido: Malha com composição mínima de 95% algodão; Bordado: Brasão/logo da ARISMIG bordado na cor branca, localizado na parte frontal superior esquerda; Dimensões do bordado: 7,0 cm de largura por 3,5 cm de altura; Tamanhos: Variados, conforme relação a ser fornecida pela ARISMIG; Acabamento: Costura reforçada e padrão adequado para uso profissional diário.	16

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Antes da fabricação dos uniformes, a empresa contratada deverá apresentar amostra do tecido e dos tamanhos/modelagens para aprovação da CONTRATANTE;
Os tamanhos definitivos serão informados pela ARISMIG após a contratação;
O brasão/logo da ARISMIG será disponibilizado pela CONTRATANTE em arquivo digital.

As propostas deverão ser apresentadas contendo: data de emissão, razão social, número do CNPJ ou CPF, cidade, telefone para contato, prazo de validade da proposta e assinatura do responsável.

Os produtos ou serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o objeto, em conformidade com a legislação específica aplicável e o Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90).

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 27/05/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG, 20 de maio de 2026.

PEDRO HENRIQUE CHAGAS MAIA VILELA
Técnico Administrativo

Publicado por:
Pedro Henrique Chagas Maia Vilela
Código Identificador:C64EB45A

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de sistema de monitoramento por câmeras, incluindo integração com o sistema já existente.

A contratação contempla:

• 02 (duas) câmeras convencionais;
• 02 (duas) câmeras Full Color;
• Instalação completa dos equipamentos;
• Integração das novas câmeras ao sistema já existente, composto por 08 (oito) câmeras instaladas.

ESPECIFICAÇÕES:
2.1 Fornecimento dos equipamentos
A solução deverá contemplar:

• 02 (duas) câmeras convencionais para monitoramento;
• 02 (duas) câmeras Full Color;
• Equipamentos compatíveis com o sistema de monitoramento já existente;
• Todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

2.2 Instalação e configuração
A contratação contempla:

• Instalação completa das 04 (quatro) câmeras;
• Passagem de cabeamento, quando necessário;
• Configuração dos equipamentos;
• Ajustes de posicionamento e qualidade de imagem;
• Testes de funcionamento;
• Entrega do sistema em pleno funcionamento.

2.3 Integração com sistema existente
A contratada deverá realizar:

• Integração das novas câmeras ao sistema já existente;
• Compatibilização com as 08 (oito) câmeras atualmente instaladas;
• Configuração para visualização conjunta de todas as câmeras;
• Garantia de funcionamento contínuo e integrado do sistema de monitoramento.

2.4 Suporte e garantia
A contratada deverá fornecer:

• Suporte técnico durante a instalação e configuração;
• Garantia dos equipamentos fornecidos;
• Garantia dos serviços executados;
• Correção de eventuais falhas identificadas após a instalação.

A proposta deverá observar o seguinte modelo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento de câmeras convencionais	2	R$	R$
2	Fornecimento de câmeras Full Color	2	R$	R$
3	Serviços de instalação, configuração e integração do sistema	1	R$	R$

Valor Global:

A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à plena execução dos serviços, incluindo equipamentos, instalação, configuração, materiais e integração ao sistema existente.
Deverão estar inclusos todos os custos com mão de obra, deslocamento, cabeamento, conectores e demais materiais necessários.
A proposta deverá apresentar os valores de forma segregada por item.

PRAZO DE EXECUÇÃO:
O prazo de execução dos serviços, incluindo a instalação, será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

FORMA DE PAGAMENTO:
O pagamento será realizado após a conclusão dos serviços, instalação e entrega do sistema em pleno funcionamento, mediante atesto da execução dos serviços pelo setor responsável e apresentação da respectiva nota fiscal.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
A proposta deverá conter, no mínimo:
Valor total global dos serviços;
Valores discriminados por item;
Prazo de execução;
Garantia dos equipamentos e serviços;
Validade mínima da proposta;
Dados completos da empresa.

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
Certidão negativa de débitos trabalhistas.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 27/05/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Publicado por:
Luiza Rodrigues
Código Identificador:D118FC51

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO

AMARP
EXTRATO DE CONTRATO - PRC Nº 010/2026

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO-AMARP – Processo nº 010/2026 - Edital Nº 003/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026. Torna público o extrato de contrato celebrado com a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.** Objeto: constitui objeto do presente a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro veicular para veículos leves e pesados, visando a proteção da frota da AMARP, de natureza COMUM conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos**.** Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021 e alterações. Data: 26.05.2026 –

RAFAEL CÁSSIO DOS SANTOS-
Pregoeiro.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL-
Presidente.

Publicado por:
Hariana Salesi Augusto de Oliveira
Código Identificador:61DC323C

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 282/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.188.268/0001-64, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **FRANCISCO DIVINO GOMES CAMARGO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **DG COMERCIO , SERVICOS E INCORPORACOES LTDA,**portadora do CNPJ nº 58.035.812/0001-52, neste ato representada pelo Senhor(a) DANILO GASTAO DE OLIVEIRA,doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 28.316,80 (vinte e oito mil trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu,11 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:10513CF8

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 303/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2025

O MUNICÍPIO DE POUSO ALTO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.667.212/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **RAULYSSON MAGELA MANCILHA JÚNIOR** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **AUCEANA NOGUEIRA PASSOS,** portadora do CNPJ nº 39.747.549/0001-80, neste ato representada pelo Senhor(a) AUCEANA NOGUERIA PASSOS, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 151.222,25 (cento e cinquenta e um mil duzentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 19 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:74E878E2

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº.306/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.008.888/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **CRISTIANO HENRIQUE CUSTODIO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **CONSTRUMAQ LTDA**, portadora do CNPJ nº 54.786.628/0001-93, neste ato representada pelo Senhor(a) RUY CAMPOS MEIRELLES JÚNIOR, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 91.350,00 (noventa e um mil trezentos e cinquenta reais). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 20 de Maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:C07105A8

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 307/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 013/2026
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 006/2026

O MUNICÍPIO DE LAMBARI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 17.877.200/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **ELLOS SOLUCOES E DISTRIBUICAO LTDA**, portadora do CNPJ nº 08.241.517/0001-84, neste ato representada pelo Senhor(a) MARCIA CRISTINA DA SILVA NOGUEIRA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS EM DRYWALL (GESSO ACARTONADO)de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 17.042,98 (dezessete mil e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 20 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:68838BD5

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 308/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 017/2025

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 004/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.920/0000-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **DONIZETE FLAUZINHO DA ROCHA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, , doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **ROCHA E ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, portadora do CNPJ nº 23.741.599/0001-10, neste ato representada pelo Senhor(a) BEATRIZ REZENDE ROCHA, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ASSESSORIA E CONSULTORIA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E MENTORIA NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 32.102,40 (trinta e dois mil cento e dois reais e quarenta centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 20 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:37CB25C2

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 314/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **CESAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, portadora do CNPJ 10.713.406/0001-75, neste ato representada pelo Senhor(a) MARIO CÉSAR PINTO, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ENGENHARIA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 39.838,50 (trinta e nove mil oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 25 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:62646658

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 345/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 023/2024

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **WALTER JOSÉ LESSA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **LINEHOSP MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 38.370.336/0001-19, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 345/2026, para a AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS, REAGENTES, SANEANTES, DESCARTÁVEIS E MEDICAMENTOS, COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DDESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO DO BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS- TCEMG E TABELA RENEN, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 029/2024 e Pregão Eletrônico de nº 023/2024. O valor total do contrato é R$ 7.552,20 (sete mil quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 14 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:A60D0313

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 355/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.920/0000-11, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **DONIZETE FLAUZINHO DA ROCHA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **DANIELLE CRISTINA CANELA RABELO**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 34.522.027/0001-66, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 355/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **SÃO THOMÉ DAS LETRAS** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 28.858,32 (vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu, 20 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:31242CAE

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 356/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **FELIPE DAVID DE CARVALHO**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 13.201.302/0001-70, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 356/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **ITANHANDU** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 352,40 (trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu,20 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:AEAF964B

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 357/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **JOSÉ DONIZETE DA SILVA**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 08.223.036/0001-46,, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 357/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **ITANHANDU** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 1.603,36 (mil seiscentos e três reais e trinta e seis centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.

Caxambu, 20 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:8604B5A4

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 358/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **FELIPEDAVID DE CARVALHO**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 13.201.302/0001-70, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 358/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **ITANHANDU** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 1.871,20 (mil oitocentos e setenta e um reais e vinte centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu,20 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:C3907EFE

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 363/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025

O MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 25.970.260/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **BRUNO RIBEIRO NEGREIROS,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **ORISVALDO SILVA JUNIOR - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.169.061/0001-01, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 363/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **VIRGÍNIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 1.459,96 (mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu,25 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:6A433417

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 366/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025

O MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 25.970.260/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **BRUNO RIBEIRO NEGREIROS,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **BRUNO DO CARMO FERREIRA,** inscrita no CNPJ sob o nº 34.240.500/0001-12, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 366/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **VIRGÍNIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 3.914,91 (três mil novecentos e quatorze reais e noventa e um centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu,25 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:B04BDC71

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 367/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025

O MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 25.970.260/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **BRUNO RIBEIRO NEGREIROS,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **MICROFORT INFORMATICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 24.675.507/0001-03, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 367/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **VIRGÍNIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 1.919,20 (mil novecentos e dezenove reais e vinte centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu,25 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:9EB6F267

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 011/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 005/2026

INEXIGIBILIDADE DE Nº 005/2026

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/07, inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01, com sede na Av. Camilo Soares, nº 100, Bairro Centro, CEP: 37.440-000, Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Leonardo Framil Lobo Santos, prefeito do município de Lambari - MG, portador da Cédula de Identidade, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 123.012.906-04, doravante simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e a Empresa **KL EMPRENDEDORA LTDA**, com sede na Rua Jose Bonifácio, 103, Ypiranga - Cruzília/MG, CEP: 37445-000 portadora do CNPJ nº 58.253.217/0001-93, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **KAREN LUARA CASSIANO FERREIRA**, portador(a) do C.P.F. nº 164.613.136-30, doravante denominado **CREDENCIADO** , considerando a sua seleção para a prestação de serviços de maquinários, caminhões e equipamentos para os 29 Municípios do consórcio Público **CIMAG**, doravante designado **CREDENCIADA**, com as modificações posteriores, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **CREDENCIADO** assume o compromisso de atuar em todos serviços solicitados do objeto do credenciamento nos 29 Municípios filiados ao Consórcio Público **CIMAG**, quando convocado, obedecida a ordem cronológica de envio de documentos na plataforma digital do certame, restando credenciado.

CLÁUSULA SEGUNDA

No desempenho de suas atribuições, se compromete a atuar atendendo todos os requisitos do edital através dos quais foi selecionado, tudo de conformidade com as regras técnicas exigidas e em observância à legislação ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **CREDENCIADO** se compromete a fornecer os serviços ao município com valor estipulado no edital de credenciamento Público de nº 011/2026.

CLÁUSULA QUARTA

Este instrumento não confere exclusividade de contratação, podendo os 29 municípios utilitários do Consórcio Público **CIMAG** indicar o próximo da lista, constatada a insuficiência de desempenho.

CLÁUSULA QUINTA

Este Termo de Compromisso terá vigência de 12/24 meses, podendo ser rescindido a qualquer tempo pelo **CIMAG**, pautado no interesse público e na conveniência administrativa e ainda denunciado por insuficiência de desempenho ou por infração às regras da seleção, mediante comunicação formal, sempre observados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA

Neste ato e para a perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Credenciamento o **CREDENCIADO** se compromete estar de acordo com seu inteiro teor, com todas as obrigações mencionadas no edital e anexos do credenciamento público.

CLÁUSULA SÉTIMA

A **CREDENCIADA** perceberá o pagamento da quantidade de horas do serviço prestado, mediante apresentação de planilha detalhada dos serviços e das horas executadas e trabalhadas a ser pago pelo município utilitário, posterior vistoria e apresentação de fiscal.

CLÁUSULA OITAVA.

Quaisquer prestação de serviços executados sem as observâncias legais exigidas acarretará no descredenciamento do **CREDENCIADO**,convocando-se demais remanescentes para atuar nos serviços, por descumprimento de qualquer das normas do Edital.

CLÁUSULA NONA

O Consórcio Público **CIMAG** e o Município utilitário, deverão, no curso da execução dos serviços, o cumprimento das disposições deste presente Termo de Credenciamento.

Parágrafo único. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo será registrada a ocorrência e encaminhada cópia à empresa contratada para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital de credenciamento.

Caxambu - MG, 25 de maio de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:32953894

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
EXTRATO DE REVOGAÇÃO

REVOGAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026 –** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES COMPLETAS DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE SALAS SENSORIAIS**, voltadas ao atendimento de crianças, jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista – TEA e outros transtornos do neurodesenvolvimento, aos Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP. Tendo em vista os apontamentos técnicos apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, no **Ofício n. 7.335/2026 - SEC/1ª Câmara,** referente ao Processo Licitatório nº 03/2026 – Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 01/2026, o Consórcio AMESP resolve REVOGAR o processo licitatório em tela, nos termos do inciso II do art.71 da Lei nº 14.133/21 c/c Súmula 473 do STF. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:D26413F2

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – Ata de Registro de Preços nº 03/2026 – Processo Licitatório nº 07/2025 – Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 04/2026 na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA –** Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL**, aos Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP. Empresa Vencedora: **VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ nº 14.733.870/0001-84.** Valor da Ata de Registro de Preços é de **R$ 18.072.000,00 (dezoito milhões setenta e dois mil reais). Data da assinatura: 25.05.2026.** Vigência: A ARP terá validade de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Dotações orçamentárias: **As despesas referentes à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:550777E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº38/2026, DISPENSA ELETRÔNICO Nº 11/2025.

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE torna público que fará realizar no dia 01/06/2026, às 08h00, o Dispensa Eletrônico nº 11/2026 via plataforma licitanet.com.br, visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos de impressão, cópia, digitalização e scanner de mesa, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, fornecimento de suprimentos (exceto papel) e reposição de peças, destinados ao atendimento de todos os setores do Consórcio AMVAP SAÚDE. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.amvapsaude.com.br. Mais informações pelo e-mail compras@amvapsaude.com.br.

Uberlândia, 26 de maio de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA -
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Francisco Bruno Rodrigues da Silva
Código Identificador:26EB189C

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, por intermédio de seu Pregoeiro e da Secretária-Executiva, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público, para conhecimento dos interessados e de quem mais possa interessar, que fica **SUSPENSO** o Pregão Eletrônico nº 05/2026, referente ao Processo Licitatório nº 34/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gerenciamento, controle e execução da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Consórcio, abrangendo o fornecimento de peças, mão de obra, serviços correlatos e acompanhamento das manutenções em garantia, mediante sistema informatizado e rede credenciada.

A suspensão do certame decorre de determinação cautelar proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, nos autos da Denúncia nº 1211687, em decisão monocrática exarada pelo Conselheiro Relator Alencar da Silveira Jr., a qual determinou a suspensão do procedimento licitatório na fase em que se encontra, até ulterior deliberação daquela Corte de Contas, em razão da necessidade de análise dos fatos apontados no procedimento de controle externo.

Diante da decisão proferida, a Administração promoverá a devida análise técnica, administrativa e jurídica acerca das questões suscitadas, bem como adotará as providências necessárias ao regular prosseguimento do feito, observando os princípios da legalidade, competitividade, economicidade, transparência e interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Ressalta-se que, em cumprimento à determinação do TCEMG, permanecerão suspensos todos os atos subsequentes relacionados ao certame, inclusive eventual adjudicação, homologação, contratação, emissão de ordens de serviço ou quaisquer atos decorrentes do procedimento licitatório, até manifestação superveniente da Corte de Contas ou ulterior decisão administrativa.

Eventuais informações, esclarecimentos e futuras deliberações referentes ao presente certame serão divulgados pelos mesmos meios oficiais anteriormente utilizados para publicação do edital, garantindo-se ampla publicidade e transparência aos interessados.

Uberlândia 26 de maio de 2026

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde

Publicado por:
Thiago Rosalino de Souza
Código Identificador:6A374FB7

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRONTO PAGAMENTO N. 021/2026

EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRONTO PAGAMENTO N. 021/2026

Torna-se público que a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (AMVAP), por meio da Presidente da Comissão de Contratação, Sra. Darciane Medeiros de Oliveira Gentil, realizou a

Contratação Direta Despesa de Pequeno Valor, com base no critério de menor preço global. A contratação foi destinada aquisição de materiais de consumo e limpeza para uso na AMVAP, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência, na hipótese do art. 52, Parágrafo único, do Anexo I da Resolução 02/2025 da Amvap, e demais normas aplicáveis, conforme discriminado a seguir:

Fornecedor proponente vencedor: Cafe Aqui Comercio E Exportacao Ltda 54.591.058/0001-86
Valor unitário: R$ 20,00
Valor total: R$ 1.800,00
Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Fornecedor proponente vencedor: Souza e Ribeiro, CNPJ n. 41.818.239/0001-50
Valor unitário: R$ 257,22
Valor total: R$ 257,22
Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Fornecedor proponente vencedor: Mart Minas Distribuição Ltda, CNPJ n. 04.737.552/0046-30
Valor unitário: R$ 194,80
Valor total: R$ 194,80
Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Compras, situada à Av. Antônio Thomas Ferreira Resende, n. 3.180, Bairro Setor Industrial, Cidade de Uberlândia – MG. CEP: 38.402-349, no horário das 8h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira, em dias úteis.

Uberlândia-MG, 26 de maio de 2026

DARCIANE MEDEIROS DE OLIVEIRA GENTIL
Presidente da Comissão de Contratação da AMVAP

Publicado por:
Darciane Medeiros Oliveira
Código Identificador:B4960003

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÕES CISTRI – AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

SETOR DE LICITAÇÕES
CISTRI – AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026
O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRORREGIÃO DO TRIÂNGULO NORTE – CISTRI, inscrito no CNPJ nº 19.455.924/0001-00, por intermédio do departamento de compras, comunica aos interessados que realizará contratação direta, na modalidade dispensa de licitação, do tipo menor preço por item, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de café em pó e açúcar cristal, destinados ao atendimento das necessidades das bases descentralizadas e dos setores administrativos do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo Norte – CISTRI/SAMU 192.
PERÍODO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:
Início: **27/05/2026 às 08h00** (horário de Brasília)
Término: **29/05/2026 às 23h59** (horário de Brasília)
As propostas e documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente para o e-mail: **licitacao@cistri.saude.mg.gov.br**.
O aviso completo e demais informações poderão ser obtidos no site oficial do CISTRI: https://cistri.saude.mg.gov.br/
Uberlândia/MG, 26 de maio de 2026.

OSCAR LUIS FELDNER DE BARROS A CUNHA
Presidente do CISTRI/SAMU

Publicado por:
Patrick Cesar Sucupira
Código Identificador:E0D5E09F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 25/2026
Inexigibilidade nº 13/2026
Contratante: Câmara Municipal de Arcos
Contratada: Ceap Brasil
Objeto: Contratação da empresa Ceap Brasil, para capacitação do servidor dessa Casa Legislativa, Júlio César Rodrigues, no curso "Implantação da LGPD e Ouvidoria no Município" na cidade de Belo Horizonte/MG, nos dias 26 a 29 de maio de 2026.
Fundamentação legal: Artigo 74, inciso III, aliena f, Lei 14.133/21.
Autorização: Hernane Honorio Dias
Data: 25/05/2026

Publicado por:
Nathália Glauce Almeida C. Teixeira
Código Identificador:1EFFAB8A

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Licitatório nº 23/2026
Pregão Presencial nº 03/2026
Contrato nº 27/2026
Contratante: Câmara Municipal de Arcos/MG.
Contratada: SISAMO – Soluções em Tecnologia Ltda.

OBJETO: contratação de sistema informatizado para gestão das emendas parlamentares impositivas da Câmara Municipal de Arcos/MG.
Arcos, 26 de maio de 2026 –

NATHÁLIA GLAUCE ALMEIDA COELHO TEIXEIRA –
Pregoeira

Publicado por:
Nathália Glauce Almeida C. Teixeira
Código Identificador:4AF9E90D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DO CONTRATO 003/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DO CONTRATO 003/2026
CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – CONTRATO - 003/2026. Empresa START BLUE COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 48.728.870/0001-08. Valor: **R$ 15.576,00** (**quinze mil e quinhentos e setenta e seis reais).** Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico 24 horas de sistema de alarme e videomonitoramento (CFTV), com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, destinados à segurança das dependências da Câmara Municipal de Bela Vista de Minas/MG, pelo período de 12 (doze) meses. **Vigência: 26/05/2026 a 25/05/2027.** Aldrin Lage de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal.

Bela Vista de Minas, 26 de Maio de 2026.

Publicado por:
Jaqueline Tiago
Código Identificador:A17E0F68

CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS - HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO da Dispensa Eletrônica nº 003/2026, Processo nº 003/2026. Empresa: START BLUE COMERCIO ESERVICOS LTDA, CNPJ: 48.728.870/0001-08. Valor: **R$ 15.576,00 (quinze mil e quinhentos e setenta e seis reais).** Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico 24 horas de sistema de alarme e videomonitoramento (CFTV), com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, destinados à segurança das dependências da Câmara Municipal de Bela Vista de Minas/MG, pelo período de 12 (doze) meses.. Aldrin Lage de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal. Bela Vista de Minas, 14 de Maio de 2026.

Publicado por:
Jaqueline Tiago
Código Identificador:A2775522

ESTADO DE MINAS GERAIS
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO/MG TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PROCESSO Nº 18/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO/MG
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PROCESSO Nº 18/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026
À vista dos elementos constantes nos autos do presente processo, devidamente instruído e justificado,
CONSIDERANDO que o parecer jurídico concluiu pela viabilidade da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o Agente de Contratação atestou o cumprimento das exigências legais, inclusive quanto à motivação da escolha do fornecedor, à estimativa de preços e à vantajosidade da proposta apresentada;
CONSIDERANDO o parecer favorável emitido pelo Controle Interno desta Casa Legislativa, em consonância com o que dispõe a regulamentação interna;
CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021, e no uso das atribuições que me foram legalmente conferidas;
HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026, referente ao PROCESSO Nº 18/2026, autorizando, em consequência, a contratação da empresa nos seguintes termos:
Objeto:
Locação do imóvel denominado Campo Belo Country Club, situado na Avenida Aristóbulo Silva Furtado, nº 80, Centro, Campo Belo/MG, destinado à realização do evento oficial de entrega de títulos de cidadão honorário e de honra ao mérito promovido pela Câmara Municipal de Campo Belo/MG, previsto para ocorrer em 13 de novembro de 2026.
Empresa Contratada:
Campo Belo Country Club Ltda
CNPJ: 20.873.907/0001-72
Valor Total:
R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Fundamento Legal:
Art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021
Justificativa:
Conforme documentação anexa aos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 11/2026, incluindo análise técnica de necessidade, justificativa de preço e parecer jurídico.
Dotação Orçamentária:
Referência: nº 1064
Natureza de Despesa: 3339039-10 – Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica – Locação de Imóveis.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao presente ato e que, após, seja o expediente devidamente autuado e arquivado, conforme regulamentação vigente.
Campo Belo - MG, 26 dias do mês de maio de 2026.

VEREADOR LUCIANO ÁZARA RESENDE DE ALVARENGA
Presidente da Câmara Municipal de Campo Belo – MG

Publicado por:
Erick Braian Alves Pereira
Código Identificador:39D76CD2

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2025
Processo Administrativo nº 025/2025
Dispensa Eletrônica nº 014/2025
Contrato Administrativo nº 009/2025
Contratante: Câmara Municipal de Campo Belo/MG, CNPJ nº 20.929.212/0001-65.
Contratada: Auto Posto Jardim Aeroporto LTDA, CNPJ nº 22.440.988/0001-42.
Objeto: Recomposição do preço unitário do item **Gasolina Comum**, previsto no Contrato Administrativo nº 009/2025, cujo objeto consiste na aquisição, por meio de fornecimento parcelado, de gasolina comum destinada ao abastecimento dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Campo Belo/MG.
Alteração: Fica recomposto o valor unitário da gasolina comum, passando de **R$ 5,68 (cinco reais e sessenta e oito centavos)** para **R$ 6,39 (seis reais e trinta e nove centavos)** por litro, incidindo sobre os fornecimentos realizados a partir da data de protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela contratada, observados o efetivo fornecimento, o regular atesto pela fiscalização contratual e a disponibilidade orçamentária certificada nos autos .
Fundamentação legal: Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
Justificativa: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual, em razão da elevação superveniente dos custos de aquisição do combustível, devidamente demonstrada nos autos, observados o preço médio de mercado apurado junto à ANP, a análise técnica da fiscalização contratual, a disponibilidade orçamentária e o parecer jurídico favorável .
Data de assinatura: 19 de maio de 2026.
Signatários: Luciano Ázara Resende de Alvarenga, pela Câmara Municipal de Campo Belo/MG, e Nélio Augusto Martins, pela Auto Posto Jardim Aeroporto LTDA .
Campo Belo/MG, 19 de maio de 2026.

Publicado por:
Erick Braian Alves Pereira
Código Identificador:53ACF67F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS
RESOLUÇÃO Nº 519/2026

Dispõe sobre a alteração no caput do art. 107 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carvalhos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carvalhos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 35 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica alterado o caput do artigo 107 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carvalhos-MG, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 107. Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem prévio parecer da Comissão competente e sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia com antecedência de 2 (dois) dias úteis

antes da sessão, excluído o dia da realização da sessão na contagem do prazo, salvo se solicitada e aprovada a dispensa dos interstícios legais."

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carvalhos, 25 de maio de 2026.

JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Carvalhos,MG

Publicado por:
Vitoria Silva da Costa
Código Identificador:FE4CA535

CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS
RESOLUÇÃO Nº 520/2026

Autoria : Mesa Diretora da Câmara Municipal de Carvalhos

Dispõe sobre a regulamentação da utilização do veículo oficial da Câmara Municipal de Carvalhos/MG, estabelecendo normas para sua condução por Vereadores e servidores habilitados, fixando responsabilidades, procedimentos para deslocamentos intermunicipais, pagamento de multas e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,
FAZ SABER que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:
CONSIDERANDO o disposto no art. 37, caput, da Constituição da República, que submete a Administração Pública aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
CONSIDERANDO a vedação ao uso de bens públicos para fins particulares, sob pena de configuração de improbidade administrativa, nos termos do art. 9º, IV, e art. 10, II e XIII, da Lei Federal nº 8.429/1992;
CONSIDERANDO o dever de zelo, conservação e correta utilização dos bens públicos, conforme o art. 116, VII, da Lei Federal nº 8.112/1990 (aplicada subsidiariamente) e legislação estatutária do Município de Carvalhos;
CONSIDERANDO as disposições do Código de Trânsito Brasileiro – Lei Federal nº 9.503/1997, especialmente quanto à responsabilidade pessoal do condutor pelas infrações cometidas (art. 257, §§ 3º e 7º);
CONSIDERANDO o entendimento reiterado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), no sentido de que o veículo oficial somente pode ser utilizado em estrito atendimento ao interesse público, exigindo-se prévia regulamentação interna, controle de uso (diário de bordo, identificação visual, autorizações formais) e responsabilização pessoal dos condutores;
CONSIDERANDO a inexistência, no quadro de pessoal desta Câmara, de cargo de motorista oficial, sendo necessário regulamentar a condução do veículo oficial pelos próprios Vereadores e servidores devidamente habilitados;
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o exercício da atividade parlamentar com a proteção constitucional à maternidade, à infância e à amamentação (CF/88, art. 6º, art. 7º, XVIII e XXV, art. 201, II, art. 203, I, art. 227), bem como com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, em especial os arts. 4º, 7º e 9º;
CONSIDERANDO a necessidade de prévia regulamentação para garantir o uso racional, transparente, econômico e impessoal do veículo oficial recém-adquirido por esta Casa Legislativa,

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Resolução regulamenta a utilização do veículo oficial pertencente à Câmara Municipal de Carvalhos/MG, estabelecendo normas, requisitos, limites e responsabilidades para sua condução, abastecimento, manutenção, controle de uso e procedimentos relativos a infrações de trânsito, no âmbito do Município e em viagens intermunicipais.
Art. 2º A utilização do veículo oficial sujeita-se aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, motivação e supremacia do interesse público, sendo expressamente vedado seu emprego para fins particulares ou estranhos às atividades institucionais do Poder Legislativo.
Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:
I – veículo oficial: o automóvel de propriedade da Câmara Municipal, regularmente registrado no DETRAN-MG, identificado externamente nos termos da legislação estadual aplicável e tombado no patrimônio do Poder Legislativo;
II – condutor autorizado: Vereador ou servidor público da Câmara, ativo, devidamente habilitado, com cadastro deferido pela Mesa Diretora, na forma do Capítulo III;
III – deslocamento institucional: aquele realizado a serviço da Câmara, em razão de atividade parlamentar, administrativa, de fiscalização, capacitação, representação ou cumprimento de diligência oficial;
IV – viagem intermunicipal: deslocamento institucional cujo destino esteja fora dos limites territoriais do Município de Carvalhos;
V – diário de bordo: registro físico ou eletrônico, de preenchimento obrigatório, com todas as informações sobre cada deslocamento;
VI – autoridade competente: o Presidente da Câmara Municipal ou, por delegação formal, o Diretor-Geral / Chefe do setor administrativo.
CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES DO USO E DAS VEDAÇÕES
Art. 4º O veículo oficial será utilizado, exclusivamente, no estrito interesse público, nas seguintes hipóteses:
I – transporte de Vereadores e servidores em deslocamentos institucionais, dentro do Município, para diligências, fiscalizações, audiências públicas, vistorias e demais atividades parlamentares e administrativas;
II – viagens intermunicipais a serviço da Câmara, previamente autorizadas pela Presidência, mediante portaria de viagem;
III – transporte de documentos, materiais e correspondências de interesse da Câmara;
IV – deslocamentos para participação em eventos oficiais, cursos, capacitações, reuniões com órgãos públicos, audiências em tribunais, assembleias e atividades correlatas;
V – outras finalidades expressamente autorizadas pela Mesa Diretora, desde que motivadamente vinculadas ao interesse público.
Art. 5º É vedada a utilização do veículo oficial:
I – para transporte de pessoas estranhas ao serviço da Câmara, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 4º e no Capítulo VII desta Resolução;
II – em deslocamentos de natureza eleitoral, partidária, religiosa, esportiva, recreativa ou de lazer;
III – para fins particulares do Vereador, do servidor ou de seus familiares;
IV – fora do horário e do percurso autorizados, salvo motivo de força maior, devidamente justificado por escrito em até 48 (quarenta e oito) horas;
V – em finais de semana, feriados ou no período noturno, salvo quando expressamente autorizado, em razão de evento oficial ou diligência inadiável;
VI – por condutor sob efeito de bebida alcoólica, substância psicoativa ou em condições físicas/psíquicas inadequadas;
VII – para transporte de cargas, animais ou objetos incompatíveis com a natureza do veículo.
§ 1º A inobservância do disposto neste artigo sujeita o agente público às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da responsabilização por improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992.
§ 2º O veículo oficial deverá portar, durante todo o deslocamento, identificação visual nos termos exigidos pela legislação estadual e pelas normas do TCE-MG.
CAPÍTULO III
DOS CONDUTORES AUTORIZADOS
Art. 6º Em razão da inexistência de cargo de motorista oficial no quadro de pessoal da Câmara Municipal, fica autorizada a condução do veículo oficial por:
I – Vereadores no exercício do mandato;

II – servidores efetivos, comissionados ou contratados temporariamente, em atividade na Câmara.

§ 1º A condução do veículo oficial constitui faculdade do Vereador e atribuição complementar do servidor, não gerando, em qualquer hipótese, vínculo, gratificação, adicional ou direito ao recebimento de qualquer parcela remuneratória a esse título.

§ 2º O exercício da condução não desnatura as atribuições originárias do cargo do servidor, tampouco configura desvio de função, eis que executado em caráter eventual, voluntário e a serviço da própria Câmara.

Art. 7º São requisitos cumulativos para o cadastramento como condutor autorizado:

I – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, na categoria compatível com o veículo;

II – apresentar requerimento dirigido à Presidência, acompanhado de cópia da CNH, prontuário do condutor expedido pelo DETRAN-MG e termo de compromisso e responsabilidade, na forma do Anexo I desta Resolução;

III – não apresentar restrição médica que impeça a condução de veículos automotores.

§ 1º O cadastro de condutor autorizado terá validade de 12 (doze) meses, devendo ser renovado mediante reapresentação dos documentos exigidos.

§ 2º A Mesa Diretora poderá, a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada, indeferir, suspender ou cancelar o cadastro de condutor.

§ 3º É vedada a condução do veículo por pessoa não cadastrada, ainda que titular de habilitação válida.

Art. 8º São deveres do condutor autorizado:

I – conduzir o veículo com prudência, perícia e atenção, observando rigorosamente as normas do Código de Trânsito Brasileiro;

II – preencher integralmente o diário de bordo a cada deslocamento;

III – verificar, antes de cada saída, as condições gerais de segurança do veículo (pneus, fluidos, freios, iluminação, equipamentos obrigatórios), comunicando à Administração eventuais anormalidades;

IV – comunicar imediatamente à Presidência qualquer acidente, avaria, sinistro, autuação ou furto/roubo;

V – respeitar os limites de jornada de condução previstos nesta Resolução;

VI – abster-se de utilizar aparelho celular, fones ou quaisquer dispositivos que comprometam a atenção durante a direção;

VII – zelar pela limpeza, conservação e integridade do veículo, dos documentos e dos equipamentos a ele pertencentes.

Art. 9º É facultado à Câmara Municipal, mediante prévia autorização da Presidência, contratar serviço de motorista terceirizado ou veículo com condutor, para deslocamentos de longa distância, em caráter excepcional, quando configurada uma das seguintes hipóteses:

I – indisponibilidade de Vereador ou servidor habilitado;

II – viagem cuja duração total ultrapasse os limites do art. 11 desta Resolução;

III – razões de segurança, conveniência administrativa ou economicidade, devidamente motivadas.

CAPÍTULO IV

DAS VIAGENS INTERMUNICIPAIS

Art. 10º Toda viagem intermunicipal dependerá de prévia autorização da Presidência da Câmara, formalizada mediante Portaria de Viagem, da qual deverão constar:

I – identificação do Vereador ou servidor que se deslocará;

II – identificação do condutor autorizado ou dos condutores autorizados, em caso de revezamento;

III – destino, data e horário previstos de partida e retorno;

IV – objeto e justificativa do deslocamento, demonstrando o interesse público;

V – indicação dos eventuais acompanhantes, com a respectiva fundamentação;

VI – previsão de despesas com diárias, combustível, pedágios e estacionamento.

§ 1º O requerimento de autorização deverá ser protocolado com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, salvo caso de urgência justificada.

§ 2º Ao final da viagem, o Vereador ou servidor apresentará relatório circunstanciado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, acompanhado dos comprovantes de despesas e do diário de bordo, para fins de prestação de contas, em conformidade com a Instrução Normativa nº 04/2017 do TCE-MG e demais atos normativos aplicáveis.

Art. 11º A jornada diária de condução do veículo oficial fica limitada a:

I – 08 (oito) horas efetivas de direção por condutor;

II – intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos a cada 04 (quatro) horas contínuas ao volante;

III – intervalo mínimo de 11 (onze) horas para descanso entre jornadas.

§ 1º Excedidos os limites previstos nos incisos I a III, a Câmara providenciará pernoite ou contratará motorista terceirizado, na forma do art. 9º.

§ 2º É permitido o revezamento na condução do veículo durante o mesmo deslocamento, desde que realizado exclusivamente por condutores previamente cadastrados e expressamente designados na Portaria de Viagem, mantendo-se a vedação de condução por pessoa não autorizada.

Art. 12º Nas viagens intermunicipais, o veículo oficial deverá:

I – ser conduzido exclusivamente pelo condutor ou condutores designados na Portaria de Viagem;

II – permanecer estacionado em local seguro durante a estada;

III – obedecer à rota mais econômica e segura, salvo justificativa técnica em sentido contrário.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES, DOS ACIDENTES E DO PAGAMENTO DE MULTAS

Art. 13º O condutor responde, civil, penal e administrativamente, por todos os atos praticados durante a condução do veículo oficial, especialmente por aqueles decorrentes de imprudência, negligência, imperícia ou dolo.

§ 1º A Câmara Municipal não se responsabiliza por danos causados pelo condutor a si próprio, a seus bens ou a terceiros, quando decorrentes de uso inadequado, indevido ou em desacordo com esta Resolução.

§ 2º Os danos causados a terceiros, no exercício regular da condução em serviço, observarão o regime de responsabilidade civil do Estado (CF/88, art. 37, § 6º), assegurado o direito de regresso contra o condutor que tiver agido com dolo ou culpa.

Art. 14º Toda infração de trânsito imputada ao veículo oficial será objeto de procedimento administrativo de identificação e responsabilização do condutor infrator, conforme as seguintes regras:

I – recebida a notificação de autuação, o setor administrativo da Câmara, no prazo improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis, e sempre dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias previsto no art. 257, § 7º, do Código de Trânsito Brasileiro, identificará o condutor responsável mediante consulta ao diário de bordo (que deverá detalhar o exato momento e quilometragem em que cada condutor assumiu a direção em caso de revezamento), à Portaria de Viagem e demais registros, encaminhando ao DETRAN-MG o Formulário de Identificação do Condutor Infrator (FICI), devidamente preenchido e assinado pelo agente que estava ao volante;

II – indicado o condutor, a multa e os pontos na CNH serão integralmente atribuídos ao infrator, na forma do art. 257, §§ 3º e 7º, do CTB;

III – o pagamento da multa correspondente à infração é de inteira e exclusiva responsabilidade do condutor identificado, sendo vedado o pagamento com recursos públicos da Câmara Municipal;

IV – caso, excepcionalmente, a multa seja paga pela Câmara Municipal em razão da iminência do prazo legal ou de inscrição em dívida ativa, o valor correspondente será imediatamente ressarcido aos cofres públicos pelo condutor identificado, mediante:

a) depósito em conta da Câmara Municipal em até 30 (trinta) dias da notificação;

b) consignação em folha de pagamento, no caso de servidor, observado o limite legal de margem consignável e mediante prévia autorização do condutor;

c) desconto, mediante autorização expressa, do subsídio do Vereador, observados os limites legais;

d) inscrição em dívida ativa não tributária, em caso de inadimplência, com posterior cobrança judicial, sem prejuízo das sanções administrativas e da apuração de improbidade administrativa.

V – não sendo possível identificar o condutor infrator dentro do prazo legal, a multa será paga pela Câmara, e instaurar-se-á processo administrativo disciplinar para apurar responsabilidades, inclusive do

servidor encarregado dos controles, sem prejuízo do ressarcimento ao erário pelo agente que se comprovar responsável pelo deslocamento.

§ 1º É de inteira responsabilidade do condutor o pagamento de pedágios, estacionamentos rotativos (Zona Azul) e outras tarifas decorrentes do uso do veículo, ressalvado o reembolso quando previamente autorizado e relacionado ao serviço.

§ 2º Caracterizada a inadimplência reiterada do condutor quanto a multas, será cancelado seu cadastro, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

§ 3º A defesa administrativa contra a autuação e os recursos cabíveis serão de iniciativa e responsabilidade do condutor identificado, podendo a Câmara fornecer documentação probatória, quando necessária.

Art. 15º Em caso de acidente de trânsito envolvendo o veículo oficial:

I – o condutor adotará, imediatamente, as providências de socorro às vítimas, acionamento das autoridades competentes e elaboração do Boletim de Ocorrência;

II – o condutor comunicará formalmente o evento à Presidência, em até 24 (vinte e quatro) horas, mediante relatório circunstanciado;

III – será instaurada sindicância para apuração das circunstâncias, dos responsáveis e do eventual direito de regresso;

IV – a franquia do seguro, quando devida, será suportada pelo condutor, caso comprovada culpa ou dolo, ressalvada decisão fundamentada da Mesa Diretora em sentido diverso, observado o devido processo legal.

CAPÍTULO VI

DA TUTELA DA MATERNIDADE, DA AMAMENTAÇÃO E DO TRANSPORTE DE LACTENTE

Art. 16º Em consonância com a proteção constitucional à maternidade, à infância e à amamentação (CF/88, arts. 6º, 7º, XVIII, e 227), com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), fica assegurado, em caráter excepcional, à Vereadora ou servidora gestante, lactante ou que esteja em período de aleitamento materno, o direito de fazer-se acompanhar, nos deslocamentos institucionais e em viagens intermunicipais, por seu(sua) filho(a) lactente, observadas as regras deste Capítulo.

Art. 17º São requisitos cumulativos para o transporte do lactente no veículo oficial:

I – que a criança esteja em período de aleitamento materno, presumindo-se tal condição até os 06 (seis) meses de idade, podendo estender-se até os 24 (vinte e quatro) meses, mediante atestado médico (OMS/Ministério da Saúde);

II – apresentação de requerimento dirigido à Presidência, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, salvo urgência justificada, contendo:

a) identificação do(a) filho(a) e cópia da certidão de nascimento;

b) indicação de adulto acompanhante, maior de 18 anos, responsável exclusivamente pelos cuidados com o lactente durante toda a viagem;

c) termo de responsabilidade, na forma do Anexo II desta Resolução, em que a Vereadora/servidora assume integralmente os riscos e a responsabilidade pelos cuidados, alimentação, saúde e segurança da criança;

III – utilização obrigatória de dispositivo de retenção infantil (bebê-conforto, cadeirinha ou assento de elevação), conforme exigência do art. 64 do CTB e da Resolução CONTRAN nº 819/2021, fornecido pela própria Vereadora/servidora;

IV – ausência de prejuízo à finalidade pública e à segurança do deslocamento.

Art. 18º As despesas relativas ao transporte, alimentação, hospedagem e demais cuidados com o lactente e seu acompanhante NÃO poderão ser custeadas com recursos públicos, correndo integralmente por conta da Vereadora ou servidora.

§ 1º É vedado o pagamento de diária, ajuda de custo, passagem ou qualquer indenização ao acompanhante, em respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa.

§ 2º Eventual acréscimo de despesa pública identificável (ex.: necessidade de quarto familiar em hospedagem oficial) será integralmente ressarcido aos cofres públicos pela Vereadora ou servidora, mediante quitação prévia ou desconto na forma do art. 14, IV.

Art. 19º É vedado à Vereadora ou servidora que estiver acompanhada do(a) filho(a) lactente conduzir o veículo oficial durante o deslocamento, devendo a condução ser exercida por outro condutor cadastrado, em razão da incompatibilidade entre os deveres de atenção exigidos pela direção e os cuidados com a criança.

Art. 20º O acompanhante responsável pela criança ocupará o banco traseiro, ao lado do dispositivo de retenção infantil, sendo-lhe vedado interferir na condução do veículo.

Art. 21º A autorização prevista neste Capítulo poderá ser indeferida, motivadamente, quando:

I – as condições da viagem forem incompatíveis com a segurança ou saúde do lactente (longa duração, rotas de risco, condições climáticas adversas);

II – houver alternativa razoável e menos onerosa, como participação remota da Vereadora/servidora no evento;

III – for verificada qualquer irregularidade na documentação ou nos requisitos do art. 17.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, será assegurado à Vereadora lactante o direito de intervalos para amamentação durante o expediente legislativo e nos deslocamentos, em harmonia com o art. 396 da CLT, aplicado por analogia, e com a Lei Federal nº 13.435/2017.

CAPÍTULO VII

DA MANUTENÇÃO, DO ABASTECIMENTO E DOS CONTROLES

Art. 22º A guarda, conservação e manutenção do veículo oficial competem ao setor administrativo da Câmara Municipal, observadas as seguintes regras:

I – manutenção preventiva periódica, conforme manual do fabricante;

II – manutenção corretiva, mediante prévia autorização da Presidência, com observância das normas de licitação (Lei nº 14.133/2021);

III – controle de quilometragem, consumo de combustível e desempenho mensal, mediante planilha específica.

Art. 23º O abastecimento será realizado, preferencialmente, mediante contrato com posto credenciado, vedado o adiantamento de numerário ao condutor para tal finalidade, salvo em viagens intermunicipais, hipótese em que se exigirá prestação de contas com nota fiscal em nome da Câmara Municipal.

Art. 24º Será mantido, pelo setor administrativo, controle permanente:

I – do diário de bordo, contendo data, hora de saída e retorno, condutor ou condutores (com o registro dos respectivos trechos conduzidos em caso de revezamento), ocupantes, destino, finalidade, quilometragem inicial e final, observações e assinaturas;

II – do cadastro de condutores autorizados;

III – das Portarias de Viagem expedidas;

IV – das notificações de infrações, autuações e respectivas providências.

Parágrafo único. Os registros de que trata este artigo são públicos, ressalvadas hipóteses legais de sigilo, devendo permanecer disponíveis ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e ao controle social, em atenção à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e ao art. 48 da LRF.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º O descumprimento desta Resolução sujeitará o agente público às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da apuração de responsabilidade por improbidade administrativa, na forma da Lei Federal nº 8.429/1992.

Art. 26º Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora, mediante decisão fundamentada, ouvida a Procuradoria Jurídica da Câmara, quando necessário.

Art. 27º Integram esta Resolução, como partes inseparáveis:

I – Anexo I – Termo de Compromisso e Responsabilidade do Condutor Autorizado;

II – Anexo II – Termo de Responsabilidade para Transporte de Lactente em Veículo Oficial;

III – Anexo III – Modelo de Diário de Bordo;

IV – Anexo IV – Modelo de Portaria de Viagem.

Art. 28º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Carvalhos/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Presidente

THIAGO DE OLIVEIRA NUNES
Vice-Presidente

ADAUTO DA SILVA VICENTE
Secretário

Publicado por:
Vitoria Silva da Costa
Código Identificador:CA21371E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS
PORTARIA

PORTARIA 612/2026

Designa nova Equipe de Contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

O Presidente da Câmara Municipal de Catas Altas, com a competência que lhe é atribuída pelo Art. 17, inciso XXIX do Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:
Art. 1º - Designa a nova Equipe de Contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, composta pelos seguintes servidores e suas respectivas funções:
Agente de Contratação:
I – Gabriel Figueiredo Rodrigues
Equipe de Apoio:
I – Ana Paula Bitencourt;
II – Cláudia Gonçalves de Paula;
III – Lívia Morais Boaventura.
Art. 2º - Os servidores que integrarão a equipe de contratação farão jus a gratificação estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e sua vigência vai até 31/12/2026, revogando a portaria n° 597/2026 que Designou nova Equipe de Contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

Catas Altas, 25 de maio de 2026.

ANÍZIO NAZARENO APARECIDO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Lívia Morais Boaventura
Código Identificador:3C858FD3

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS
PORTARIA

PORTARIA 613/2026

"Nomeia servidora para ocupar cargo de provimento em comissão demissíveis ad nutum."

O Presidente da Câmara Municipal de Catas Altas/MG, no uso de suas atribuições legais, com a competência que lhe é atribuída pelo artigo 1º da Lei nº 224/2007, bem como pelo art. 17, inciso VIII do Regimento Interno;
RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora para ocupar o seguinte cargo de provimento em comissão:

I – Controlador Interno – Shirley Mendes Miranda.

Art. 2º - A presente nomeação ocorrerá durante o período de ''licença-maternidade da servidora Raquel Mara da Silva Pires, titular do cargo de Controlador Interno."
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Catas Altas, 26 de maio de 2026.

ANÍZIO NAZARENO APARECIDO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Lívia Morais Boaventura
Código Identificador:1356F931

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
PORTARIA Nº 996/2026

PORTARIA N.º 996, DE 26 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO GESTOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 24/2025, ORIUNDO DO PROCESSO N.º 32/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando as disposições da Portaria n.º 732, de 24 de julho de 2023, e suas alterações;

Considerando que o servidor André Lima Hipólito de Souza, designado para atuar como gestor do Contrato Administrativo n.º 24/2025, conforme Portaria n.º 946, de 06 de novembro de 2025, encontra-se afastado de suas funções em razão do gozo de férias regulamentares; e

Considerando a necessidade de manutenção da gestão do referido contrato,

Resolve:

Art. 1º Designar, temporariamente, o servidor Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues, matrícula 135, para atuar como gestor do Contrato Administrativo n.º 24/2025, oriundo do Processo n.º 32/2025 – Dispensa de Licitação n.º 04/2025, que tem por objeto a "Contratação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização, execução e acompanhamento de concurso público de provas, destinado ao provimento de cargos efetivos vagos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Curvelo", da data desta designação até o dia 03 de junho de 2026.

Art. 2º Compete ao servidor ora designado, acompanhar a execução do Contrato n.º 24/2025, observando, no que couber, as disposições do artigo 24 da Portaria n.º 732, de 24 de julho de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de maio de 2026.

Gabinete da Presidência, 26 de maio de 2026.

VEREADOR DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique G. Olavo
Código Identificador:97840C48

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO-

No cumprimento do Art. 74 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, e com vistas às justificativas técnicas e jurídicas, contidas no **Processo Administrativo nº 029/2026, Inexigibilidade nº 004/2026**, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 004/2026 para a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com objeto: Locação de imóvel - Salão para realização de Sessão Solene para entrega de Títulos e Medalhas da Câmara Municipal de Formiga, no dia 10/06/2026 com início às 19h. Salão locado é o de propriedade da empresa **CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE FORMIGA – CDL CNPJ Nº 00.519.878/0001-38,** localizado na Avenida Mauro Leite Praça, 715 – São Geraldo. Para a referida contratação esta Casa Legislativa pagará um valor de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Formiga, 25 de maio de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA
Presidente da Câmara Municipal De Formiga.

Publicado por:
Luciene Morais Teixeira
Código Identificador:50BD69EB

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
PORTARIA Nº 45/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Formiga, Jaci Honório de Paula – Jaci da Rua Nova, no uso de suas atribuições que lhe conferem a LOM e o Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear uma Comissão Especial com a finalidade de estudar e exarar parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2026, que concede Títulos de Cidadania Honorária e Medalhas de Honra ao Mérito "Seis de Junho – Prefeito Aluísio Veloso" e dá outras providências.

Parágrafo único. Os homenageados serão condecorados com os Títulos de Cidadania Honorária e Medalhas de Honra ao Mérito "Seis de Junho – Prefeito Aluísio Veloso" em Sessão Solene da Câmara Municipal de Formiga.

Art. 2º A comissão será composta pelos seguintes vereadores:

Joice Alvarenga Borges Carvalho – Joice Alvarenga – Presidente
Daniel rodrigues da Silva – Daniel Rodrigues – Relator
Thiago Leão Pinheiro – Thiago Pinheiro – Membro

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;
Publique;
Cumpra-se.

Câmara Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA – JACI DA RUA NOVA
Presidente

Publicado por:
Luciene Morais Teixeira
Código Identificador:CF86BE90

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.526/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.526,
DE 18 DE MAIO DE 2026.

Autoriza Auxílio Financeiro sob a forma de Bolsa Formação a professores da rede municipal de ensino, cursistas ouvintes da proposta formativa "Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI", no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e dá outras providências.

O Povo de Guaraciaba, estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica autorizado, no ano letivo de 2026, o pagamento de Auxílio Financeiro sob a forma de Bolsa Formação aos professores da rede municipal de ensino, cursistas e ouvintes da proposta formativa "Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI", no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Art. 2º. O Auxílio Financeiro sob a forma de Bolsa Formação, a ser pago exclusivamente aos professores que estejam devidamente inscritos e regularmente participando das atividades da proposta formativa "Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI", sob a forma de cursista e ouvintes, terá o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) mensais, a ser pago, mediante requerimento, somente no mês em que ocorrer encontros presenciais dos cursistas e ouvintes do LEEI.
Parágrafo único. A relação de cursistas e ouvintes, bem como o controle de frequência, deverão ser enviados à Secretaria Municipal de Educação pela Coordenação do LEEI, para fins de subsidiar os pagamentos previstos no caput.
Art. 3º. As despesas referentes ao pagamento do Auxílio Financeiro autorizado por esta Lei serão suportadas por dotações previstas no orçamento vigente, referentes à manutenção e desenvolvimento do ensino.
Art. 4º. Fica vedada qualquer vinculação, incorporação ou aplicação de equiparação referente ao Auxílio Financeiro previsto nesta Lei.
Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará no que for necessário, as disposições desta lei.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba, 18 de maio de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:808DFF34

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.527/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.527, DE 18 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre as diretrizes e metas fiscais para a elaboração da lei orçamentária de 2027 e dá outras providências.

O Povo de Guaraciaba, estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2027, compreendendo:
I – Metas anuais;
II - As prioridades e metas da administração pública municipal;
III – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
IV – Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;
V – Evolução do patrimônio líquido;
VI – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de bens;
VII – Avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;

VIII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;
IX – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
X – As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
XI – As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
XII – As disposições sobre alterações na legislação tributária;
XIII - As disposições sobre a dívida pública municipal; e
XV - As disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos:

a) metas fiscais elaboradas em conformidade com os §§1º e 2º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
b) riscos e eventos fiscais elaborados em conformidade com o §3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 2º Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2027, em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para 2027, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.
Art. 3º Para efeito desta Lei entende-se por:
I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III – Projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,
IV – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
§1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§2° As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.
§3° Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.
§4° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.
Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:
I – Pessoal e encargos sociais;
II – Juros e encargos da dívida;
III – Outras despesas correntes;
IV – Investimentos;
V – Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição; e,
VI – Amortização da dívida.
Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
Art.6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:
I – Á concessão de subvenções sociais e econômicas;
II – Ao pagamento de precatórios judiciários, e,
III – As despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.
Art.7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:
I – Mensagem;
II – Texto da lei;
III – Quadros orçamentários consolidados;
IV – Anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
§1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:
I – Evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;
II – Evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;
III – Resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
IV – Resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
V – Receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei no 4.320, de 1964;
VI – Receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei no 4.320/1964;
VII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;
VIII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;
IX – Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;
X – Programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;
§2º As emendas ao projeto de lei orçamentária devem obedecer ao disposto no art. 166, §3º, da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:
I - Dotações com recursos vinculados;
II - Dotações referentes à contrapartida;
III - Dotações referentes a obras em andamento; e
IV - Dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.
§3º A proposta orçamentária de 2027 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.
§4º O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o artigo 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.
§5º A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2027, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, I, b e § 3º, da Constituição Federal.
Art. 8º Desde que prevista na Lei Orgânica Municipal, torna-se obrigatória execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais e de bancadas dos membros do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.
§1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto de orçamento encaminhado pelo poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviço públicos de saúde.
§2º As emendas de bancada ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto de orçamento encaminhado pelo poder Executivo,

sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviço públicos de saúde.
§3º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde prevista nos §1º e 2º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso lll, do § 20 do art. 198, da constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.
§4º É obrigatória à execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 1º deste artigo, em montante correspondente a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 90 do art. 165, da Constituição Federal.
§5º A garantia de execução de que trata o § 4º deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
§6º As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.
§7º No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesas que integre a programação, na forma do disposto no parágrafo anterior, serão adotadas as seguintes medidas:
I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativa notificação contendo as justificativas do impedimento;
ll - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
lll - até 30 de setembro, ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso ll, o poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Legislativo Municipal sobre o remanejamento da programação prevista inicialmente cujo impedimento seja insuperável;
lV - se, até 20 de novembro, ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso lll, o Legislativo Municipal não deliberar sobre as programações orçamentárias previstas no caput deste artigo, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.
§8º Após o prazo previsto no inciso lV do parágrafo 7º deste artigo, as programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória, nos casos de impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 7º deste artigo.
§9º Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 4º e 5º poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares.
§10 Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto nos §§ 4º e 5º deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.
§11 Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.
§12. As programações de que trata o § 5º deste artigo, quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada parlamentar, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.
Art. 9° O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2026, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município para o exercício de 2027.
Art. 10° Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2027 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:
I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:
a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3o da Lei Complementar nº 101, de 2000;
b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;
Art. 12 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária anual para 2026 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.
Art. 13 O projeto de lei orçamentária anual poderá incluir a programação constante de propostas de acordo com Plano Plurianual 2026/2029, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.
Art. 14 O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2027, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.
Art. 15 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
Art. 17 Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2o desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:
I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;
II – Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.
Art. 18 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:
I – Celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;
II – Sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres de servidores, excetuadas as hipóteses destinadas ao atendimento da educação infantil;
III – Pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmado com órgãos ou entidades de direito público ou privado;
Art. 19 Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.
Art. 20 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham, de forma não cumulativa, a uma das seguintes condições:
I – Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer;
II – Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
III – Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – Sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.
V - Se enquadrem nas hipóteses de parceria reguladas pela lei n° 13.019/2014;
§1° Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.
§2° A concessão das subvenções deverá ainda, conforme a hipótese de concessão, observar as normas estabelecidas na Lei n° 13.019, de 2014.

Art. 21 É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades de direito privado ressalvado as sem fins lucrativos e desde que sejam:
I – De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;
II – Voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em Conselho de Assistência Social de qualquer dos níveis da Federação;
III – Associações microrregionais;
IV - Consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, instituídos na forma da Lei n° 11.107, de 2005;
V – Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.
§1° Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:
I – Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
II – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.
§2° As vedações constantes do *caput* deste artigo não se aplicam às entidades de direito público, inclusive nas hipóteses de empresas públicas e sociedades de economia mista.
§3° Será permitida a concessão dos seguintes auxílios às pessoas físicas, sem prejuízo daqueles previstos em lei municipal específica:
I – Auxílio moradia;
II – Auxílio transporte;
III – Auxílios destinados à assistência:
a) médica, ambulatorial e hospitalar;
b) de diagnósticos e exames;
c) medicamentos;
d) beneficio eventual assistencial para pagamento de água, luz e funeral;
IV – Materiais de construção para reforma e/ou construção de moradias populares no âmbito da política municipal de habitação.
§4º As concessões de que tratam o §3° deste artigo somente serão concedidas às pessoas físicas mediante laudo da assistência social atestando a necessidade de atendimento do cidadão observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias específicas, ressalvadas as hipóteses do inciso III, em que deverão ser atendidos os requisitos do art. 2° da Lei Complementar n° 141, de 2012, e resolução regulamentadora a ser expedida pelo Conselho Municipal de Saúde.
§5º Os auxílios de que tratam o §3° deste artigo poderão ser concedidos mediante pagamento financeiro diretamente ao beneficiário, ou mediante ao terceiro que irá realizar o benefício ao cidadão ou, ainda, mediante utilização de bens, serviços e equipamentos da Prefeitura Municipal em favor do cidadão.
§6º As subvenções serão autorizadas para Organizações da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos que detenha interesse público e social inclusive as entidades religiosas que possuem status de patrimônio protegido por seu valor histórico e cultural conforme preconizam o Artigo 19, inciso I, parte final da Constituição Federal de 1988.
Art. 22 O Poder Executivo poderá realizar custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que sejam atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:
I - Dotação orçamentária prévia e com saldo suficiente para a cobertura dos gastos;
II - Formalização de termo de convênio acompanhado do respectivo plano de trabalho;
III - Justificativa do interesse público na formalização do convênio.
Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo é realizada nos termos e para os fins do art. 62 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.
Art. 23 Os beneficiados com recursos públicos submeter-se-ão à fiscalização do Município, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente na forma e prazo estabelecidos no instrumento firmado, observadas, conforme o caso, as disposições do art. 116 da Lei n° 8.666/93 e/ou pela Lei n° 13.019, de 2014, e pelas demais normas de controle social, transparência e prestação de contas.
Art. 24 A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.
Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.
Art. 25 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.
§1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.
§2° Os decretos de abertura de créditos suplementares, que tenham por fundamento autorização na lei orçamentária anual, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa.
§3° Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.
§4° O Poder Executivo Municipal poderá realizar a repriorização, total ou parcial, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2027 e créditos adicionais, nas seguintes hipóteses:
I - Remanejamento de recursos de um Órgão para outro Órgão.
II - Transposição através da realocação no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo Órgão.
III - Transferência através da realocação de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo Órgão e do mesmo programa de trabalho.
§5° A repriorização prevista no §4° deste artigo será realizada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e estará vinculada à extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, limitada, em qualquer caso, a 30% (vinte por cento) do valor total da receita estimada constante da lei orçamentária de 2027.
§6° Fica autorizada a realização de alteração de fontes de recursos discriminados na lei orçamentária anual para execução de determinado elemento de despesa, que será efetivada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e não constituirá abertura de crédito adicional, nem tão pouco caracterizará a repriorização prevista no §4° deste artigo.
§7° A criação de elemento de despesa, desde que não incorra na criação de novos programas e/ou ações, será realizada por meio de crédito suplementar, aberto por Decreto expedido pelo Executivo Municipal.
§8º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.
§9° Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Executivo Municipal para elaboração da lei que por

sua vez deverá observar o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido, para envio à Câmara Municipal.
§10 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição será efetivada, quando necessária, mediante Decreto do Prefeito Municipal.
§11 Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2026, a programação dele constante poderá ser executada:
I – pessoal e encargos sociais;
II – benefícios previdenciários;
III – amortização, juros e encargos da dívida;
IV – PASEP;
V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais, legais ou contratuais do Município; e
VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.
§12 As despesas descritas no §11 deste artigo estão limitadas a 1/12 (uns doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2027, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.
§13 Na execução das despesas constantes do §11 deste artigo, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária anual de 2027 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 26 A Lei Orçamentária Anual de 2027 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios ou requisições de pequeno valor cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:
I – Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
II- Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.
§1° A inclusão de dotações na lei orçamentária anual de 2027 destinadas ao pagamento de precatórios parcelados, tendo em vista o disposto no art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT acrescido da modulação decorrente da declaração parcial da inconstitucionalidade da emenda n° 62/2009 nos autos das ações diretas de inconstitucionalidade de n° 4357 e 4425 em tramitação no Supremo Tribunal Federal e pelo disposto na Emenda Constitucional n° 94/2016 e Emenda Constitucional n° 99/2017, observados, ainda, os seguintes critérios:
I - os créditos individualizados por beneficiário, cujo valor seja superior ao fixado em lei municipal como requisição de pequeno valor serão objeto de pagamento como precatórios;
II - será incluída a parcela a ser paga em 2027, decorrente do valor parcelado dos precatórios no caput deste artigo, na hipótese de enquadramento em regime especial de precatórios;
§2° A Prefeitura Municipal realizará pagamento de precatórios, excluídas as requisições de pequeno valor na forma e prazo estabelecidos pelo art. 97 do ADCT, observadas as normas específicas expedidas pelo Poder Judiciário.
§3° O órgão jurídico da Prefeitura Municipal comunicará ao órgão central de contabilidade, no prazo máximo de quinze dias úteis contado do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, bem como complementação de informações faltantes.
§4° As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, deverão ser integralmente previstas como despesas em favor dos Tribunais que proferirem as decisões exeqüendas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.
§5° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios e as requisições de pequeno valor à apreciação do Órgão Jurídico Municipal pelo prazo de até 30 (trinta) dias, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27 O Poder Executivo fará publicar até 30 de novembro de 2026, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.
§1° Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2026, projetada para o exercício de 2027, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.
§2° Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 28. No exercício de 2027, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores se:
I – existirem cargos vagos a preencher;
II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 29 Para efeito do disposto nos artigos 37, V e X e 169, §1º, inc. II, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam autorizadas a realização de concurso público, processo seletivo simplificado, concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, adequação de vencimentos de cargos e funções públicas para atendimento de piso salarial fixado nacionalmente por lei federal vinculada ao serviço público, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.
Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no caput deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2027 ou acrescidos por créditos adicionais.
Art. 30 No exercício de 2027, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento das áreas de educação, saúde, assistência social ou ainda nas hipóteses de serviços públicos essenciais ou nas hipóteses de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 31 O disposto no § 1o do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
§1° Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito exclusivo de aplicação do previsto no *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:
I – Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.
Art. 32 No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.
Parágrafo único. Na estimativa de que trata o *caput*, deverá ser considerada a despesa com a remuneração do mês em referência dos servidores efetivos, comissionados e os contratados temporariamente, incluídos os encargos e provisões de férias acrescidas de um terço e décimo terceiro salário.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 Poderão ser inscritas em divida flutuante as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.
§1º Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.
§2º Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.
§3º Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.
§4º O órgão de contabilidade deverá proceder a anulação dos saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.
Art. 34 Considera-se contraída a obrigação:
I - No momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere na hipótese de obrigação de origem contratual;
II - Relativas à pessoal:
a) no primeiro dia útil do exercício relativo aos servidores efetivos e os estáveis na forma do art. 10 do ADCT da Constituição da República de 1988;
b) no ato da nomeação para os servidores ocupantes de cargo em comissão;
c) na data da formalização do contrato na hipótese de pessoal temporário;
§1° No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.
§2° Os encargos previdenciários e demais encargos remuneratórios tais como férias, abono de férias, décimo terceiro salários e demais vantagens vinculadas à remuneração deverão ser observadas os mesmos critérios indicados no inciso II do *caput* deste artigo.
§3° As apurações das despesas contraídas deverão ser consideradas como processadas e não processadas individualizadas pela respectiva fonte de recurso.
Art. 35 A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.
§1° Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.
§2° As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar no Orçamento Anual para 2027.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária deverá ser editada com o atendimento das exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.
Parágrafo único. Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.
Art. 37 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.
Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:
I – Serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
II – Será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 38 Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias ou diminuição da receita, sem que estejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definido no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei dispondo sobre autorização de abertura para créditos adicionais, modalidade suplementar e/ou especial ou ainda para os projetos que não gerem impacto financeiro e orçamentário no exercício que entrar em vigor e nos dois seguintes.
Art. 39 O Poder executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações nos projetos de lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação do respectivo projeto de lei no tocante as partes cuja alteração é proposta.
Art. 40 Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculadas de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.
§1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.
§2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o §1° deste artigo, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.
§3º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2027 excluídas:
I - As despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;
II - As demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
Art. 41 Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.
Art. 42 Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 43 Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição.
Art. 44 Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8o da Lei Complementar no 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.
§1º Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.
§2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá as metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;
§3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.
Art. 45 Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro.

Art. 46 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.
Art. 47 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.
Art. 48 Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.
Art. 49 As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária Anual, à União, Estados e a outros Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.
Art. 50 Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, nos termos do § 8° do art. 166 da Constituição da República.

Art. 51. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária Anual e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.
Art. 52. Fica convalidado no Plano Plurianual 2026/2029 os valores, metas e indicadores apresentados na presente Lei.
Art. 53. Fica autorizado a atualização dos anexos de meta fiscais conforme disposto na lei orçamentaria anual.
Art. 54 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 18 de maio de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal de Guaraciaba-MG

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:485298DD

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.528/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.528,
DE 18 DE MAIO DE 2026.

Institui o Encontro de Carros de Bois no Calendário Oficial de Eventos do município de Guaraciaba-MG, como data festiva, dispõe sobre sua salvaguarda como patrimônio cultural imaterial e dá outras providências.

O Povo de Guaraciaba, estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do município de Guaraciaba-MG, como data festiva, o Encontro de Carros de Bois a ser realizado anualmente, preferencialmente no 3º (terceiro) sábado do mês de maio.
§ 1º O Encontro de Carros de Bois será realizado na Comunidade Casa Nova, em logradouro público ou poderá a municipalidade, em parceria com membros da comunidade, promover o evento em área privada cedida temporariamente com a finalidade de instalar a estrutura física necessária para viabilizar o desfile dos carros de bois e acomodar o público.
§ 2º O local específico para realização do evento será oportunamente definido pelo Poder Executivo Municipal, observadas as condições de infraestrutura e segurança necessárias.
§ 3º O espaço cedido pelo particular ao Município será explorado comercialmente pelo Poder Executivo, que poderá autorizar, de forma onerosa, o uso da área por terceiros para finalidades relacionadas ao evento, conforme regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo Municipal.
Art. 2º A institucionalização do Encontro de Carros de Bois tem como objetivos fundamentais:
I - a preservação e a valorização das tradições rurais e da identidade cultural do povo Guaraciabense;
II - o reconhecimento do carreiro como figura central da formação histórica e social da região;
III - o fomento ao turismo cultural e religioso, visando o desenvolvimento socioeconômico local;
IV - a promoção da integração comunitária e o fortalecimento dos laços entre as gerações;
V - a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial associado ao manejo e ao desfile dos carros de bois.
Art. 3º A programação do Encontro de Carros de Bois poderá compreender, entre outras atividades:
I - desfile de carros de bois pelas vias públicas do município;
II - apresentações musicais de raiz e manifestações folclóricas regionais;
III - feiras de artesanato, gastronomia típica e produtos da agricultura familiar;
IV - competições tradicionais, palestras educativas e exposições históricas;
V - celebrações religiosas e momentos de devoção popular.
Art. 4º Compete ao Poder Executivo Municipal, por meio de suas secretarias competentes:
I - coordenar o planejamento, a organização e a execução do evento;
II - estabelecer parcerias público-privadas e convênios com entidades sem fins lucrativos para a viabilização do evento festivo;
III - promover a divulgação do evento em âmbito regional, estadual e nacional;
IV - articular-se com instituições de preservação cultural para o registro e documentação da tradição;
V – destinar recursos orçamentários específicos para o custeio do evento festivo; e
VI - garantir a infraestrutura necessária para a segurança e o bem-estar dos participantes e dos animais, em conformidade com a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), observando-se:
a) inspeção veterinária prévia dos animais participantes;
b) fornecimento de água, alimento e abrigo adequados durante o evento;
c) proibição de uso de instrumentos que causem dor ou sofrimento animal;
d) disponibilidade de atendimento veterinário de emergência;
e) respeito a períodos de repouso dos animais entre apresentações.
Art. 5º O Município fica autorizado a captar recursos junto a órgãos estaduais e federais, bem como a receber patrocínios e doações de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, destinados exclusivamente à realização do evento.
Art. 6ºAs despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, nos termos do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 7ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba-MG, 18 de maio de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:ADD0B5F3

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.529/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.529,
DE 18 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil no âmbito do Município de Guaraciaba/MG, e dá outras providências.

O Povo de Guaraciaba, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ajuda de custo, em pecúnia, aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil PMMB, em atuação no Município de Guaraciaba/MG, nos termos da Lei Federal nº 12.871/2013 e das Portarias nº 30/SGTES/MS, de 12 de fevereiro de 2014, e nº 300/SGTES/MS, de 5 de outubro de 2017.
Art. 2º A ajuda de custo tem por finalidade garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município no Termo de Adesão ao Programa Mais Médicos, especialmente quanto à:
I – oferta de moradia;
II – garantia de alimentação adequada;
III – fornecimento de água potável.
Art. 3º A ajuda de custo será paga mensalmente, diretamente ao profissional médico, mediante depósito em conta bancária de sua titularidade.
Art. 4º O valor mensal da ajuda de custo será de:
I – R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para custeio de moradia;
II – R$ 550,00(quinhentos e cinquenta reais) para custeio de alimentação.
§1º Os valores foram fixados com base em pesquisa de mercado local, considerando os custos médios de locação de imóveis e despesas básicas no Município.
§2º Para fins de referência, observam-se os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde, que indicam:
I – moradia entre R$ 550,00 e R$ 2.750,00;
II – alimentação entre R$ 550,00 e R$ 770,00.
§3º O Município poderá fixar valores superiores, desde que devidamente justificados pela realidade local, conforme autorizado pela normativa federal.
Art. 5º A ajuda de custo:
I – possui natureza **indenizatória;**
II – não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;
III – não gera vínculo empregatício com o Município;
IV – não constitui base de cálculo para encargos trabalhistas ou previdenciários.
Art. 6º O benefício será devido exclusivamente durante o período de efetivo exercício do profissional no Município, no âmbito do Programa Mais Médicos.
Art. 7º O pagamento da ajuda de custo será suspenso ou cessado nas seguintes hipóteses:
I – desligamento do profissional do Programa;
II – afastamento das atividades no Município;
III – descumprimento das obrigações previstas no Programa Mais Médicos;
IV – ausência injustificada.
Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba/MG, 18 de Maio de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal de Guaraciaba – MG

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:DB685B30

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

A Câmara Municipal de João Monlevade torna público que fará realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 02/2026**, do tipo **Menor Preço**, critério de julgamento **Menor Preço Global**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Resolução da Mesa Diretora nº 331/2023, pela Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de fabricação e instalação de gradil metálico tipo malha, incluindo o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários, totalizando **65,95 metros lineares**, visando atender às necessidades da **Unidade de Atendimento Integrado (Posto UAI) de João Monlevade,** conforme condições, especificações técnicas e quantidades constantes do Anexo I – Termo de Referência do edital. **Data de abertura: 15/06/2026, às 8:30 horas**, horário de Brasília, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br, quando será processada disputa e habitação. Edital disponível no site da Câmara (http://www.joaomonlevade.mg.leg.br), Link Transparência - Licitações e Contratos - Processos Licitatórios 2026. Outras informações pelo telefone: (31) 3859-0710 – ramal: 1151 ou através do e-mail: licitacao@joaomonlevade.mg.leg.br. Câmara Municipal de João Monlevade, 26 de maio de 2026.

ALISSON HENRIQUE DA CRUZ –
Pregoeiro.

Publicado por:
Mary Caetano Silva Santos
Código Identificador:AAE3110A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER COM ESPECIAL - PR 6-2026 - ALTERA REGIMENTO INTERNO

PARECER

COMISSÃO ESPECIAL

Matéria:
Projeto de Resolução nº 6/2026 que Altera o texto da "Resolução nº 865, de 27 de dezembro de 2022" que Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de Lagoa da Prata e revoga a "Resolução nº 462, de 16 de dezembro de 2004."
Relatório:
Referido Projeto de Resolução foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Resolução nº 6/2026 com a justificativa.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos da Alínea c) do Art. 75 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Art. 30, Inciso I, da Constituição da República, no Art. 171, I, da Constituição Estadual e no Art. 6º da Lei Orgânica do Município, que dispõem:

Constituição da República:
Art. 30 *Compete aos Municípios:*
I – *legislar sobre assuntos de interesse local;*

Constituição do Estado de Minas Gerais:
Art. 171 *Ao Município compete legislar:*
I – *Sobre assuntos de interesse local, notadamente:*

Lei Orgânica Municipal:
Art. 6º *Compete ao Município privativamente (...):*
XXI – *Legislar sobre assuntos de interesse local.*

Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Resolução em estudo.
Além do mais, compete à Câmara Municipal dispor sobre este assunto, senão vejamos:
"*Art. 23. Compete privativamente à Câmara Municipal:*
(...)
II - elaborar seu Regimento Interno;"

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.
Segundo oMinistro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem a risca o que determina a CR/88.
Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Resolução em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva dos Parlamentares, Membros desta Casa.
Assim dispõe o Art. 85 do Regimento Interno da Câmara:
"Art. 85. Compete à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras, expedindo a respectiva Resolução, quando for o caso:
(...)
II - elaborar e modificar seu Regimento Interno;

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024 que a regulamentou, o Projeto de Resolução em estudo está nos termos dos atos normativos citados, sendo legal neste quesito.
2 - No mérito:
Por se tratar de matéria de interesse interno da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, pode ser prescrita em Projeto de Resolução**.**
O Regimento Interno desta Casa dispõe que:
"Art. 94. Toda matéria legislativa de competência da Câmara será objeto de Projeto de Lei; toda matéria administrativa ou político-administrativa sujeita à deliberação da Câmara, será objeto de Resolução, caso sua repercussão seja interna, ou Decreto Legislativo, caso ocorra repercussão externa.
§ 1º Constitui matéria de Projeto de Resolução, dentre outras:
III - elaboração do Regimento Interno ou Emendas a ele;"
"Art. 198. Qualquer Projeto de Resolução modificando este Regimento Interno, depois de lido em Plenário, será encaminhado a uma Comissão Especial designada para emitir Parecer."
Portanto, o Projeto de Resolução em análise é legal quanto a estas questões.
Os autores, membros da Mesa Diretora desta Casa, assim justificaram o Projeto:
"Apresentamos este Projeto de Resolução visando revisar e atualizar o texto do Regimento Interno desta Casa.
A alteração no texto que trata do Mandato da Mesa Diretora desta Casa é uma sugestão da Assessoria Jurídica da Câmara visando adequar o Regimento Interno à Legislação Pátria vigente, bem como à Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF."
O objetivo do Projeto de Resolução em análise, como bem explicado pelos autores, é tão somente alterar o texto do Art. 15 da LOM, a pedido da Assessoria Jurídica desta Casa, para adequar o texto ao entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, em decisão que deve prevalecer em todas as Casas Legislativas, tanto federais e estaduais, quanto municipais.
Portanto, não há dúvida quanto à legalidade do Projeto, nem quanto à sua importância, assim sendo, não há que prolongarmos mais em fundamentação.
Sendo legal e constitucional o Projeto de Resolução em estudo, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não em sua aprovação.

Conclusão:
Diante do exposto, **pela CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Resolução nº 6/2026.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

ANA RUTH
Vereadora do PSD
Relatora

Pelas Conclusões,

MAURO DO GÁS
Vereador do PROGRESSISTA
Membro

TUTY DA BORRACHARIA
Vereador da Federação PSDB/CIDADANIA
Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:92402AC6

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER COM ESPECIAL - PROPOSTA DE EMENDA LOM - 1-2026

PARECER COMISSÃO ESPECIAL

Matéria:
Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1/2026, que Altera o texto do Art. 15 da Lei Orgânica do Município de Lagoa da Prata.
Relatório:
Referida Proposta foi apresentada em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer a Proposta de Emenda à LOM nº 1/2026 com a justificativa.
A Proposta fora analisada na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos da Alínea c) do Art. 75 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Competência para Legislar:
Assim dispõe a Constituição da República a respeito da elaboração da Lei Orgânica Municipal:
"Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:"
A Lei Orgânica Municipal em vigência assim dispõe sobre sua alteração:
"Art. 28. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:
I - De 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - Do Prefeito Municipal.
Parágrafo único. A Proposta de Lei Orgânica Municipal e suas Emendas serão discutidas e votadas em dois turnos, com o interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovadas quando obtiverem, em ambos os turnos, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal."
Portanto, não há dúvida que compete ao Município legislar para instituir e alterar sua Lei Orgânica Municipal.

2 – Da iniciativa:
Quanto à iniciativa, também não há dúvida a respeito da legalidade da proposta ora em estudo, pois ela é de autoria de 3 Vereadores.
A LOM atual, no Inciso I de seu Art. 28, garante a legalidade à proposta em estudo, senão vejamos:
"Art. 28. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:
I - De 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;"

3 - No Mérito:
Os autores assim justificaram sua proposta:
"Apresentamos esta Proposta de Emenda à LOM visando adequar a Lei Orgânica Municipal, em especial quanto ao texto que trata do Mandato da Mesa Diretora desta Casa, à Legislação Pátria vigente, bem como à Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.
Referida alteração segue orientação da Assessoria Jurídica da Câmara.
Contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta proposta."
Conforme se nota pela justificativa da Proposta, a intenção dos autores da Proposição é tão somente alterar o texto do Art. 15 da LOM, a pedido da Assessoria Jurídica desta Casa, para adequar o texto ao entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, em decisão que deve prevalecer em todas as Casas Legislativas, tanto federais e estaduais, quanto municipais.
Como já mencionado acima, de acordo com a Constituição da República de 1988, os municípios têm autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 30, I).
Isso inclui a organização interna da Casa Legislativa Municipal.
Os autores possuem competência para a apresentação de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município, conforme preceitua o Inciso I do Art. 28 da LOM.
As alterações estão conforme a Constituição da República e a Constituição do Estado de Minas Gerais.
Portanto, cabe a cada Edil se manifestar e votar favorável ou não à proposta em tela.
Conclusão:
Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1/2026.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

ANA RUTH
Vereadora do PSD
Relatora

Pelas Conclusões,

MAURO DO GÁS
Vereador do PROGRESSISTA
Membro

TUTY DA BORRACHARIA
Vereador da Federação PSDB/CIDADANIA
Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:1BBA7EBF

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 72-2026 - AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL FSC - 301 MIL REAIS

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 72/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social à Entidade que Menciona.
Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 72/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.
1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
1.3 - Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.
2 – No mérito:

O Projeto de Lei em estudo tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros à Fundação São Carlos, os quais são provenientes da Resolução nº 5.975/2017, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais visando apoio técnico e financeiro para manutenção das clínicas médicas, visando o fortalecimento do SUS.
Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o* ***Não se aplicam as exigências desta Lei****:*
…
IV - ***aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal****; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

§ 1º ***As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde****, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio,* ***tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos****." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Subvenções Sociais, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.

A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.
A concessão de Subvenções Sociais deve estar totalmente amparada nos Princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…
Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2026.
O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.
O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no Orçamento ou em seus Créditos Adicionais.

Assim, a concessão de Subvenção Social em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.
No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.
Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.
Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.
Conclusão:
Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 72/2026.
Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

SONINHA
Vereadora do Republicanos/ Relatora

Pelas conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:C9F057EA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 73-2026 - AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL FARASVEC

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 73/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social à Entidade que Menciona.
Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 73/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.
1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.
2 – No mérito:

O Projeto de Lei que ora apresentamos, tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros à FUNDAÇÃO E ASSOCIAÇÃO PARA REINTEGRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A VICIADOS E CARENTES - FARASVEC, para aquisição de gêneros alimentícios, produtos para higiene, material de limpeza e combustível. Informo que, de acordo com a Secretária Municipal de Saúde o recurso é proveniente de Emenda Impositiva.
Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.
Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o **Não se aplicam as exigências desta Lei**:*
…
*IV - **aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal**; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

*§ 1º **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde**, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, **tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos**." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Subvenções Sociais, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.
A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.
A concessão de Subvenções Sociais deve estar totalmente amparada nos Princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…
Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2026.
O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.
O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no Orçamento ou em seus Créditos Adicionais.

Assim, a concessão de Subvenção Social em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.
Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.
Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.
Conclusão:
Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 73/2026.
Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

SONINHA
Vereadora do REPUBLICANOS / Relatora

Pelas Conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:21666A88

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 74-2026 - AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL - LAR SÃO VICENTE

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 74/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social à Entidade que Menciona.
Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 74/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:
Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.
1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.
2 – No mérito:

O Projeto de Lei que ora apresentamos, tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros à SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO - LAR SÃO VICENTE DE LAGOA DA PRATA para atender idosos institucionalizados, ofertando alimentação de qualidade, medicamentos e fraldas.
Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.
Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o **Não se aplicam as exigências desta Lei**:*
…
*IV - **aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal**; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

*§ 1º **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde**, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, **tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos**." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Subvenções Sociais, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.
A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.
A concessão de Subvenções Sociais deve estar totalmente amparada nos Princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…
Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2026.
O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.
O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no Orçamento ou em seus Créditos Adicionais.

Assim, a concessão de Subvenção Social em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.
No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.
Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.
Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.
Conclusão:
Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 74/2026.
Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

SONINHA
Vereadora do Republicanos/ Relatora

Pelas conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:6ECD8300

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 75-2026 - AUTORIZA AUXÍLIO PARA APAE

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANCAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 75/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Auxílio à Entidade que Menciona.
Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 75/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:
Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.
1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.
2 – No mérito:

O Projeto de Lei em estudo tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros, na forma de Auxílio, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), os quais são provenientes da Resolução nº 10.259/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. O objeto é a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estruturação do serviço SERDI I, melhorando as condições de trabalho da equipe multiprofissional. Recursos provenientes de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Bruno Engler.
Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.
Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o* ***Não se aplicam as exigências desta Lei****:*
…
IV - ***aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal****; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

§ 1º ***As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde****, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio,* ***tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos****." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Auxílio, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.
A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.
A concessão de Auxílio deve estar totalmente amparada nos princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…
Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2025.
O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.
O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Assim, a concessão de Auxílio em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.
No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.
Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.
Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.
Conclusão:
Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 75/2026.
Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Relatora

Pelas conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:9E07AE7A

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 113-2025 - COM SUBSTITUTIVO - REGULARIZA CAMPO LAPRATA

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:

Projeto de Lei EM nº 113/2025, que Dispõe sobre a regularização da doação do imóvel ao Laprata Esporte Clube, retificando a área doada pela "Lei nº 889 de 15 de Setembro de 1999", e dá outras providências, bem como Substitutivo apresentado a ele.

Relatório:

Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 30/5/2025.

O Prefeito enviou Substitutivo a esta Casa, em 11/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 113/2025 com a justificativa, bem como o Substitutivo apresentado a ele.
O Projeto e o Substitutivo foram analisados na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:
Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
O Município possui competência para tratar da matéria em questão nos termos da CR/1988, da CE-MG/1990 e do Inciso XXI do Artigo 6º da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõem:

Constituição da República:

"*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - **legislar sobre assuntos de interesse local;**"* (grifei)

A Constituição Estadual segue esta mesma linha:

"Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente: ..."

Lei Orgânica Municipal:

"*Art. 6º Compete ao Município:*

I - ...
XXI - Legislar sobre assuntos de interesse local;" (grifei)
Nota-se que é competente o Município para dispor sobre o Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.

Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem à risca o que determina a CR/88.
Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme se pode conferir pela leitura dos dispositivos acima citados.
Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 – No mérito:
2.1 - O Prefeito assim justificou o Projeto de Lei em estudo:
"Venho, pelo presente, enviar a V.Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que dispõe sobre a regularização da doação de parte do imóvel registrado sob a matrícula nº 42.317 ao Laprata Esporte Clube, com a devida retificação da área efetivamente utilizada pela entidade, substituindo as disposições da Lei nº 889, de 15 de setembro de 1999.
A medida se impõe em razão da constatação de que a área originalmente indicada na legislação anterior não corresponde com exatidão à área atualmente ocupada pelo Laprata Esporte Clube, o que impede o adequado registro e a formalização cartorial da doação.
Assim, busca-se, por meio desta proposição, ajustar a realidade fática à realidade jurídica, garantindo segurança e regularidade ao procedimento de transferência dominial.
Conforme já mencionado em projetos anteriores, esta gestão tem interesse na regularização patrimonial do Município, afim de finalizar os procedimentos cartoriais de registro/transferência iniciados em mandatos anteriores e não findados.
A doação preserva a destinação exclusivamente esportiva, mantendo-se a finalidade pública de apoio ao esporte comunitário, especialmente a continuidade do uso do campo de futebol tradicionalmente mantido pelo clube.
Com isso, o Município reafirma seu compromisso com a promoção de atividades esportivas e recreativas de interesse coletivo.
Como é de conhecimento desta casa legislativa o Laprata Esporte Clube, inscrito no CNPJ nº 20.938.395/0001-85, desempenha no Município de Lagoa da Prata a anos um trabalho social voltado para a prática esportiva com crianças e jovens, inclusive recebendo através Legislativo local, com indicações de emendas impositivas, as quais atualmente não podem ser utilizadas na realização de infraestrutura do Campo propriamente dito, em razão do mesmo não ter sido levado a registro a epoca da realização da doação inicial."
2.2 - O Substitutivo fora enviado com a seguinte justificativa:
"Submeto à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o presente substitutivo ao Projeto de Lei que visa à regularização da doação de imóvel ao Laprata Esporte Clube.
A alteração proposta no Artigo 3º do texto original tem por escopo alinhar a presente proposição ao espírito da legislação pioneira (Lei nº 889/1999), a qual já previa o suporte financeiro do Município para a concretização da transferência dominial.
Entende-se que, tratando-se de entidade que presta relevante serviço social e esportivo ao Município, a regularização cartorial é medida de interesse público, justificando-se o aporte de recursos municipais para a efetivação dos atos notariais e registrais necessários.
A retificação da área é imperativa para sanar divergências entre a descrição constante na lei anterior e a realidade fática ocupada pelo clube, permitindo que a entidade possa, finalmente, proceder ao registro do imóvel.
Tal medida é condição sine qua non para que o Laprata Esporte Clube possa receber investimentos de infraestrutura, inclusive aqueles provenientes de emendas impositivas, que atualmente encontram óbice técnico em razão da pendência de regularização."
2.3 - Como bem explicado pelo autor do Projeto de Lei em estudo, a regularização pretendida se refere a uma doação realizada no ano de 1999, sendo que até o momento a entidade beneficiada não teve condições financeiras para escriturar e registrar a doação do imóvel a seu favor.
Isso causa insegurança jurídica e confusão de patrimônio entre as duas partes, tanto para o Município, quanto para a entidade donatária.
É imprescindível que o Município regularize a situação e também arque com as despesas de escrituração, pois, do contrário, dificilmente a entidade conseguirá regularizar a situação de seu imóvel, considerando o alto custo desta medida.
2.4 – O Projeto de Lei, em seu Art. 3º, dispõe que o Município poderá arcar com as despesas decorrentes da regularização, conforme já estabelecido de forma genérica na Lei de 1999.
Assim dispõe o Art. 3º do Projeto de Lei em estudo, com o texto do Substitutivo apresentado pelo Prefeito:

"*Art. 3º As despesas decorrentes desta regularização, incluindo estremação, desdobro, desmembramento, retificação de área, averbações cartoriais e custos de escrituração e registro no Cartório de Registro de Imóveis, serão suportadas pelo Município, nos mesmos termos estabelecidos pela Lei original nº 889, de 15 de setembro de 1999."*

O Município possui condições financeiras para tanto, bem como dotação orçamentária própria para a cobertura destas despesas.

2.5 - Se as regras estão definidas em Lei, as alterações também devem se dar por meio de Projeto de Lei, o que está sendo realizado por meio do Projeto de Lei em análise.
Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do Projeto de Lei em análise, cabendo aos Parlamentares, portanto, deliberar sobre o interesse público ou não da Proposição.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei EM nº 113/2025, bem como do Substitutivo apresentado a ele.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:CCCFE93A

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 71-2026 - CÓDIGO DE CONDUTA E DISCIPLINA DA GCM

PARECER

COMISSÃO LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 71/2026 que Institui o Código de Conduta e Disciplina da Guarda Civil Municipal de Lagoa da Prata, e dá outras providências.
Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 71/2026 com a justificativa.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Art. 30, Inciso I, da Constituição da República, no Art. 171, I, da Constituição Estadual e no Art. 6º da Lei Orgânica do Município, que dispõem:

Constituição da República:

Art. 30 *Compete aos Municípios:*

I – *legislar sobre assuntos de interesse local;*

Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 171 *Ao Município compete legislar:*
I – *Sobre assuntos de interesse local, notadamente:*

Lei Orgânica Municipal:

Art. 6º *Compete ao Município privativamente (...):*

XXI – *Legislar sobre assuntos de interesse local.*

Nota-se claramente que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.
1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.
Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem a risca o que determina a CR/88.
Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
Portanto, o Prefeito possui competência exclusiva para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo carece de algumas correções, as quais serão feitas quando da elaboração da Proposição de Lei.

2 - No mérito:
2.1 - O Prefeito assim justificou o Projeto:
"Ao cumprimentar Vossa Excelência e os demais membros desta Augusta Casa Legislativa, submeto à apreciação desse Poder o anexo Projeto de Lei, que "Institui o Código de Conduta e Disciplina da Guarda Civil Municipal de Lagoa da Prata e dá outras providências".
A presente propositura visa dotar a Guarda Civil Municipal de um instrumento normativo robusto e moderno, essencial para o fortalecimento da disciplina, da hierarquia e da eficiência no exercício das atividades de segurança pública municipal.
Como é de conhecimento dessa Casa, os integrantes da nossa Guarda Civil Municipal são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
Portanto, o projeto foi elaborado com o rigor técnico necessário para compatibilizar o poder diretivo da Administração Pública com as garantias trabalhistas, estabelecendo um rito disciplinar transparente, pautado no devido processo legal, no contraditório e na ampla defesa, em estrita observância à Lei Municipal nº 2.353/2014 e à Lei Municipal nº 3.669/2022.
A instituição deste Código é medida de interesse público, uma vez que a clareza nas normas de conduta e nas respectivas sanções confere segurança jurídica aos servidores e garante à população um serviço pautado pela ética, pela moralidade administrativa e pelo respeito aos direitos humanos.
Certos de que esta iniciativa contribuirá para a excelência dos serviços prestados pela nossa Guarda Civil Municipal, solicito a apreciação desta matéria, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários."
2.2 – Como esclarecido pelo autor do Projeto, este visa instituir o Código de Conduta e Disciplina da Guarda Civil Municipal de Lagoa da Prata, em atendimento ao disposto nos Arts. 13 e 14 da Lei Federal nº 13.022/2014, o Estatuto Geral das Guardas Municipais, que assim dispõem:
"Art. 13. O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:
I - controle interno, exercido por corregedoria, naquelas com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores da guarda e em todas as que

utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro; e
II - controle externo, exercido por ouvidoria, independente em relação à direção da respectiva guarda, qualquer que seja o número de servidores da guarda municipal, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.
§ 1º O Poder Executivo municipal poderá criar órgão colegiado para exercer o controle social das atividades de segurança do Município, analisar a alocação e aplicação dos recursos públicos e monitorar os objetivos e metas da política municipal de segurança e, posteriormente, a adequação e eventual necessidade de adaptação das medidas adotadas face aos resultados obtidos.
§ 2º Os corregedores e ouvidores terão mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica prevista em lei municipal.
Art. 14. Para efeito do disposto no inciso I do caput do art. 13, a guarda municipal terá código de conduta próprio, conforme dispuser lei municipal.
Parágrafo único. As guardas municipais não podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar."

2.3 - A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo é de natureza discricionária do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo ele, por meio de Lei, dispor sobre o assunto.
Portanto, é uma opção do Prefeito instituir ou não o Código de Conduta e Disciplina ora pretendido. É uma questão administrativa. Logo, não há inconstitucionalidade nesta pretensão.
2.4 – Vale citar que os Servidores Públicos Municipais são regidos pelo Regime Celetista, pela Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive os Guardas Civis Municipais, logicamente.
Desta forma, devem ser aplicadas a eles as regras da CLT, até mesmo para as hipóteses de rescisão por justa causa.
O Art. 6º do Projeto de Lei em estudo assim estabelece.
2.5 – Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar – PAD – necessário, serão adotadas os dispositivos das seguintes Leis Municipais, conforme determinado pelo Art. 8º do Projeto de Lei em análise:
1 – LEI MUNICIPAL Nº 2353/2014, que "Dispõe sobre o Processo Administrativo Disciplinar – P.A.D. – no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e Dá Outras Providências"; e
2 – LEI MUNICIPAL Nº 3.669/2022, que "Dispõe Sobre o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Lagoa da Prata."
Assim sendo, não há óbice quanto à apreciação do Projeto de Lei em análise.
Sendo constitucional a Proposição, cabe a cada Vereador analisar se há ou não interesse público no Projeto de Lei em estudo.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº EM 71/2026.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:00D80B27

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 72-2026 - AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL FSC - 301 MIL REAIS

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:
Projeto de Lei nº EM 72/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social à Entidade que Menciona.
Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 72/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:

1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:

A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.

Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:

O Projeto de Lei em estudo tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros à Fundação São Carlos, os quais são provenientes da Resolução nº 5.975/2017, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais visando apoio técnico e financeiro para manutenção das clínicas médicas, visando o fortalecimento do SUS.

Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o* ***Não se aplicam as exigências desta Lei****:*
…
IV - ***aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal****; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

*§ 1º **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde**, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, **tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos**." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Subvenções Sociais, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.

A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.

A concessão de Subvenções Sociais deve estar totalmente amparada nos Princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…

Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2026.

O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.

O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no Orçamento ou em seus Créditos Adicionais.

Assim, a concessão de Subvenção Social em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.

Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.

Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.

Conclusão:

Diante do exposto, pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº EM 72/2026.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:6D7959D4

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 73-2026 - AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL FARASVEC

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:

Projeto de Lei nº EM 73/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social à Entidade que Menciona.

Relatório:

Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 73/2026 com a justificativa e detalhamento.

O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:

1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:

A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.

Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:

O Projeto de Lei que ora apresentamos, tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros à FUNDAÇÃO E ASSOCIAÇÃO PARA REINTEGRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A VICIADOS E CARENTES - FARASVEC, para aquisição de gêneros alimentícios, produtos para higiene, material de limpeza e combustível. Informo que, de acordo com a Secretária Municipal de Saúde o recurso é proveniente de Emenda Impositiva.

Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o **Não se aplicam as exigências desta Lei**:*
…
*IV - **aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal**; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

§ 1º ***As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde****, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio,* ***tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos****." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Subvenções Sociais, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.

A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.

A concessão de Subvenções Sociais deve estar totalmente amparada nos Princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…

Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2026.

O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.

O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no Orçamento ou em seus Créditos Adicionais.

Assim, a concessão de Subvenção Social em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.

Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.

Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei EM nº 73/2026.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:943D2EF4

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 74-2026 - AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL - LAR SÃO VICENTE

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:

Projeto de Lei nº EM 74/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social à Entidade que Menciona.

Relatório:

Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 74/2026 com a justificativa e detalhamento.

O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:

1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:

A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.

Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:

O Projeto de Lei que ora apresentamos, tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros à SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO - LAR SÃO VICENTE DE LAGOA DA PRATA para atender idosos institucionalizados, ofertando alimentação de qualidade, medicamentos e fraldas.

Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o* ***Não se aplicam as exigências desta Lei****:*
…

*IV - **aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal**; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

*§ 1º **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde**, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, **tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos**." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Subvenções Sociais, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.

A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.

A concessão de Subvenções Sociais deve estar totalmente amparada nos Princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…

Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2026.

O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.

O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no Orçamento ou em seus Créditos Adicionais.

Assim, a concessão de Subvenção Social em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.

Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.

Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei EM nº 74/2026.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:98873D3F

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 75-2026 - AUTORIZA AUXÍLIO PARA APAE

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria:

Projeto de Lei nº EM 75/2026 que Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Auxílio à Entidade que Menciona.

Relatório:

Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 18/5/2026.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 75/2026 com a justificativa e detalhamento.

O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/5/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:

1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:

A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30 da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º da Lei Orgânica do Município.

Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

Nos termos do Inciso I do Art. 30 da CR/1988, do Inciso I do Art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 6º e do Inciso IV do Art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:

O Projeto de Lei em estudo tem por finalidade autorizar o repasse de recursos financeiros, na forma de Auxílio, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), os quais são provenientes da Resolução nº 10.259/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. O objeto é a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estruturação do serviço SERDI I, melhorando as condições de trabalho da equipe multiprofissional. Recursos provenientes de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Bruno Engler.

Como se trata de repasse para custeio de despesas referentes ao serviço complementar de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, entendo que o Município deve voltar a firmar instrumento jurídico

próprio, seja Termo de Parceria ou Convênio, uma vez que a este, não se aplica a Lei Nacional 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Assim diz a Lei Nacional supracitada em seu Artigo 3º:

"*Art. 3o **Não se aplicam as exigências desta Lei**:*
…
*IV - **aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1o do art. 199 da Constituição Federal**; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifos nossos)*

Assim dispõe o § 1º do Artigo 199 da Constituição da República:

"*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

*§ 1º **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde**, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, **tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos**." (grifos nossos)*

Portanto, tendo em vista a não aplicação da Lei Nacional 13.019/2014, conforme acima destacado, o repasse de recursos públicos municipais à Fundação São Carlos, pelo menos para os serviços complementares de saúde do SUS, deve ser feito da forma como vinha sendo concretizado, ou seja, por meio de Auxílio, nos termos da Lei Nacional 4.320/1964 e da LDO Municipal.

A entidade mencionada no Projeto de Lei em análise se enquadra na classificação acima descrita.

A concessão de Auxílio deve estar totalmente amparada nos princípios que norteiam a Administração Pública, como: Impessoalidade, Legalidade, Publicidade, Moralidade, etc…

Devem ser observadas ainda, as exigências da Lei Municipal que trata da LDO Municipal para 2025.

O caso concreto em análise atende às observações e exigências acima expostas, vez que a entidade realiza trabalho e ações de notório interesse público e é entidade sem fins lucrativos, bem como comprova os documentos anexos ao Projeto de Lei.

O Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para entidades privadas deverá ser autorizada por **Lei Específica**, atender às exigências da LDO e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Assim, a concessão de Auxílio em tela está juridicamente amparada, obediente que é às disposições legais pertinentes, em especial as contidas nos Artigos 16 a 19 e 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

No entanto, cabe uma observação quanto à pouca documentação enviada com o Projeto em estudo.

Seria muito interessante, por exemplo, o envio da minuta do Convênio a ser assinado, para que pudéssemos analisar detalhes a respeito da prestação dos serviços.

Desta forma, sendo constitucional o Projeto, cabe a cada Vereador analisar o interesse público ou não do Projeto de Lei em estudo.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei EM nº 75/2026.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

SONINHA
Vereadora do Republicanos / Membro

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:69F90B38

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº. 029/2026 – Inexigibilidade nº. 004/2026 – Contrato nº. 004/2026, celebrado entre a Câmara Municipal de Lagoa Santa e CR2 Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.792.525/0001-02, que tem como objeto a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria em transparência pública. Valor: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 (doze) meses. O contrato poderá ser obtido no site:www.cmlagoasanta.mg.gov.br.

Publicado por:
Rosiane Maria Fideles Boncompagni
Código Identificador:0D9B3F7B

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Número do Contrato: 009/2025. Nº Processo: 022/2025. Pregão. Nº 007/2025. Contratante: Câmara Municipal de Lagoa Santa.
Contratado: Hercílio Distribuidora Ltda.
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato originário, passando o mesmo a ter sua vigência de 22/05/2026 a 22/08/2026, bem como aditar o saldo no valor de R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais).
As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original permanecem inalteradas.
Data da assinatura: 22 de maio de 2026.

Publicado por:
Rosiane Maria Fideles Boncompagni
Código Identificador:8459D937

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CÂMARA DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 14/2026 - PROCESSO Nº14/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 14/2026
A Câmara Municipal de Matias Barbosa torna público, para conhecimento dos interessados, a intenção de contratação direta para contratação de empresa para realização de seguro do veículo oficial da Câmara Municipal de Matias Barbosa, CHEVROLET ONIX PLUS 10 TMT LT1, placa SYL2I23, nº do chassi: 9BGEB69H0RG229931, ano/modelo 2023/2024, seguindo o mínimo de especificações abaixo relacionadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº.14.133/2021.
A contratação será por item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no respectivo Termo de Referência.
O texto integral do Termo de Referência (contendo todas as informações sobre a contratação) e o modelo para envio da proposta comercial encontram-se à disposição dos interessados na Internet, no site https://www.matiasbarbosa.mg.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/aviso-intencao-de-contratacao-direta As propostas comerciais poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@matiasbarbosa.mg.leg.br ou protocoladas diretamente no Setor de Licitações da CMMB, situada à Rua Engenheiro Paulo

Brandão, 380 – Parque dos Sabiás, Matias Barbosa – MG, até o dia 02/06/2026.
O valor estimado da contratação encontra-se em tabela abaixo:

Item	Descrição	Und	Quantidade	Valor de Referência
1	Contratação de empresa para realização de seguro do veículo oficial da Câmara Municipal de Matias Barbosa, CHEVROLET ONIX PLUS 10 TMT LT1, placa SYL2I23, nº do chassi: 9BGEB69H0RG229931,ano/modelo 2023/2024, seguindo o mínimo de especificações abaixo relacionadas, serviço comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da Lei Federal nº.14.133/2021: - CARRO RESERVA BÁSICO 15 DIAS (VEÍCULO COM AR CONDICIONADO); LIMITE MÍNIMO DE INDENIZAÇÃO: -COBERTURA CASCO (COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO) 100% FIPE ENCHENTES, ALAGAMENTOS E FENÔMENOS DA NATUREZA – 100% DA FIPE DANOS MATERIAIS R$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 100.000,00 DANOS MORAIS R$ 10.000,00 CS POR PASSAGEIRO/MORTE R$10.000,00 CS POR PASSAGEIRO/INVALIDEZ R$10.000,00 - FRANQUIA REDUZIDA; -FRANQUIA VIDROS/PARA BRISAS; - FRANQUIA VIDROS LATERAIS; - FRANQUIA FAROL; - FRANQUIA LANTERNA; - FRANQUIA RETROVISOR; - ASSISTÊNCIA 24 HORAS. - SUBMERSÃO TOTAL OU PARCIAL EM ÁGUA DOCE PROVENIENTE DE ENCHENTE OU INUNDAÇÕES, INCLUSIVE QUANDO GUARDADO EM SUBSOLO. EM CASOS DE QUE TRATA O ITEM ACIMA, A SEGURADORA DEVERÁ PROVIDENCIAR A DEVIDA HIGIENIZAÇÃO QUANDO O SINISTRO NÃO ATINGIR O VALOR DA FRANQUIA.	Serviço	1	R$ 3.366,38

Pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico licitacao@matiasbarbosa.mg.leg.br.
Matias Barbosa, 26 de maio de 2026.

DANIELA ROCHA PITTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Rocha Pitta
Código Identificador:7D2F2575

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÃMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA ALTERA A PORTARIA Nº 07, DE 21 DE JANEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 20, DE 22 DE MAIO DE 2026.

ALTERA A PORTARIA Nº 07, DE 21 DE JANEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA/MG, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Resolução nº 23/2021 que instituiu o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Morro da Garça;
CONSIDERANDO a exoneração, do quadro de servidores da Câmara Municipal, da Servidora Maria das Dores Magalhães, sendo que a referida servidora pertencia a Comissão de Controle Interno;
RESOLVE:
Art. 1º. O Art. 1º da Portaria nº 07, de 21 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º. Ficam designados para comporem a Comissão de Controle Interno da Câmara Municipal de Morro da Garça, no período de 13 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com o objetivo de acompanhar a execução dos atos do Poder Legislativo, visando prevenir e corrigir atos administrativos incorretos de todos os setores, de conformidade com a Resolução nº 23/2021 e suas alterações, os seguintes membros:

Presidente: Vereador Raimundo Alves de Castro
Servidor João Pedro Fernandes do Nascimento
Vereador Roseno Pereira Gomes."
Art. 2º. A comissão da Comissão de que trata o Art. 1º desta Portaria possui caráter provisório, devendo ser reformulada tão logo seja finalizado o Concurso Público, com a nomeação de servidores do quadro efetivo da Câmara Municipal de Morro da Garça.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 13 de janeiro de 2026.

Gabinete da Presidência, 22 de maio de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Erica Cristina Gomes da Silva
Código Identificador:149B3F10

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERA

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE CHAMAMENTO Nº36-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº36-2026

A Câmara Municipal de Nova Era torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando à obtenção de propostas para contratação de empresa especializada, conforme as especificações constantes neste Aviso de Chamamento e no Termo de Referência.

Fica dispensada a elaboração de edital, nos termos da legislação aplicável.

1. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de 02 (duas) fritadeiras elétricas sem óleo Air Fryer, capacidade mínima de 6 litros, cor preta/inox, potência mínima de 1900W, voltagem 110V, modelo de referência AFN-60-BI ou equivalente de qualidade superior, sendo 01 (uma) destinada à Câmara Municipal de Nova Era e 01 (uma) destinada ao CAC – Centro de Atenção ao Cidadão.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem como finalidade atender às necessidades internas da Câmara Municipal de Nova Era e do CAC – Centro de Atenção ao Cidadão, visando proporcionar melhores condições para preparo e aquecimento de alimentos de forma prática, econômica e segura.

A aquisição dos equipamentos contribuirá para maior agilidade, eficiência, comodidade e melhores condições de utilização dos respectivos setores, auxiliando nas atividades desempenhadas pelos servidores e no atendimento das demandas internas do dia a dia.

3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão conter:

- identificação do proponente;
- CPF/CNPJ;
- descrição detalhada do objeto;
- valor unitário e total;
- prazo de entrega;
- condições de pagamento;
- validade da proposta;
- indicação se o frete está incluso.

As propostas poderão ser encaminhadas para o e-mail compras@cmne.mg.gov.br até às 23h59 do dia 01 de junho de 2026.

As propostas também poderão ser entregues presencialmente, em envelope lacrado, até às 16h do mesmo dia, no Setor de Compras, Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Nova Era.

4. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, contendo o número da Solicitação de Fornecimento.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Poderão participar pessoas jurídicas regularmente constituídas e que atendam às exigências constantes neste Aviso de Chamamento.

O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, nos termos do artigo 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era, permanecendo também afixado no mural da recepção da Câmara Municipal.

A contratação será precedida de pesquisa de preços de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era, 26 de maio de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:13914841

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº37-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº37-2026

A Câmara Municipal de Nova Era torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando à obtenção de propostas para contratação de empresa especializada ou profissional habilitado, conforme as especificações constantes neste Aviso de Chamamento e no Termo de Referência.

Fica dispensada a elaboração de edital, nos termos da legislação aplicável.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada ou profissional habilitado para prestação de serviços de manutenção elétrica na sede da Câmara Municipal de Nova Era/MG, incluindo:

- substituição de monofone do interfone marca HDL;
- verificação e manutenção da parte elétrica nos setores de recepção;
- manutenção e reparo da iluminação externa do jardim, incluindo luminárias e postes de iluminação;
- substituição de lâmpadas, componentes ou peças defeituosas, se necessário;

visando garantir o pleno funcionamento do sistema elétrico no local.

Parágrafo único. Os materiais necessários para eventual substituição de lâmpadas, componentes ou peças serão fornecidos pela Câmara Municipal de Nova Era/MG.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa atender às necessidades de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas da Câmara Municipal de Nova Era/MG, garantindo melhores condições de funcionamento, segurança, iluminação e conservação dos ambientes utilizados diariamente por servidores, vereadores e cidadãos.

A manutenção adequada das instalações elétricas contribui para evitar falhas, interrupções, riscos elétricos e prejuízos ao funcionamento regular das atividades administrativas e institucionais da Câmara Municipal.

3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão conter:

- identificação do proponente;
- CPF/CNPJ;
- descrição detalhada do objeto;
- valor unitário e total;
- prazo de execução;
- condições de pagamento;
- validade da proposta;
- indicação se o frete/deslocamento está incluso.

As propostas poderão ser encaminhadas para o e-mail compras@cmne.mg.gov.br até às 23h59 do dia 01 de junho de 2026.

As propostas também poderão ser entregues presencialmente, em envelope lacrado, até às 16h do mesmo dia, no Setor de Compras, Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Nova Era.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento/Serviço.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a execução definitiva dos serviços e apresentação da nota fiscal ou recibo devidamente atestado pelo setor competente, contendo o número da Solicitação de Fornecimento/Serviço.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas regularmente constituídas e compatíveis com o objeto da contratação.

O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, nos termos do artigo 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era, permanecendo também afixado no mural da recepção da Câmara Municipal.

A contratação será precedida de pesquisa de preços de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/MG, 26 de maio de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era/MG

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:7BF15E06

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE REFERÊNCIA Nº36-2026 E AVISO DE CHAMAMENTO Nº36-2026

1. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de 02 (duas) fritadeiras elétricas sem óleo Air Fryer, capacidade mínima de 6 litros, cor preta/inox, potência mínima de 1900W, voltagem 110V, modelo de referência AFN-60-BI ou equivalente de qualidade superior, sendo 01 (uma) destinada à Câmara Municipal de Nova Era e 01 (uma) destinada ao CAC – Centro de Atenção ao Cidadão.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender às necessidades internas da Câmara Municipal de Nova Era e do CAC – Centro de Atenção ao Cidadão, proporcionando melhores condições para preparo e aquecimento de alimentos de forma prática, econômica, segura e eficiente.

A aquisição dos equipamentos contribuirá para maior comodidade, agilidade e funcionalidade no dia a dia das atividades desempenhadas pelos servidores, auxiliando no atendimento das demandas internas dos respectivos setores.

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preços, conforme disposto nos artigos 23 e 72 do mesmo diploma legal.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

3.1 Quantitativo

- 02 (duas) fritadeiras elétricas sem óleo Air Fryer.

3.2 Características mínimas

- capacidade mínima de 6 litros;
- cor preta/inox;
- potência mínima de 1900W;
- voltagem 110V;
- modelo de referência AFN-60-BI ou equivalente de qualidade igual ou superior;
- produto novo;
- garantia mínima fornecida pelo fabricante.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

A entrega deverá ser realizada na Câmara Municipal de Nova Era/MG, localizada na Praça da Matriz, nº 12, Centro, Nova Era/MG, ou em local previamente indicado pela Administração.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço global, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência.

Poderão participar pessoas jurídicas regularmente constituídas e compatíveis com o objeto da contratação.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- executar o fornecimento conforme as especificações deste Termo de Referência;
- garantir a qualidade do produto fornecido;
- cumprir os prazos estabelecidos;
- substituir, às suas expensas, itens defeituosos ou em desacordo com as especificações, quando necessário;
- responsabilizar-se pelas despesas de frete, transporte e entrega, quando inclusos na proposta;
- manter regularidade fiscal e trabalhista durante a execução da contratação.

8. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, bem como nos artigos 23 e 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, conforme informado pelo Setor Contábil.

10. PARTICIPAÇÃO DOS PROPONENTES

10.1 Poderão participar pessoas jurídicas regularmente constituídas, compatíveis com o objeto da contratação, devendo apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais pertinentes.

11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão conter:

- identificação do proponente;
- CNPJ;
- descrição detalhada do objeto;
- valor unitário e total;
- prazo de entrega;
- condições de pagamento;
- validade da proposta;
- indicação se o frete está incluso ou não.

12. PESQUISA DE PREÇOS

A estimativa da contratação será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/MG, 26 de maio de 2026.

Elaborado por:

ÂNGELA BARONY LAGE
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado por:

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era/MG

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:3D34AD15

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE REFERÊNCIA Nº37-2026 E AVISO DE CHAMAMENTO Nº37-2026

TERMO DE REFERÊNCIA Nº37/2026

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada ou profissional habilitado para prestação de serviços de manutenção elétrica na sede da Câmara Municipal de Nova Era/MG, incluindo:

- substituição de monofone do interfone marca HDL;

- verificação e manutenção da parte elétrica nos setores de recepção;
- manutenção e reparo da iluminação externa do jardim, incluindo luminárias e postes de iluminação;
- substituição de lâmpadas, componentes ou peças defeituosas, se necessário;

visando garantir o pleno funcionamento do sistema elétrico no local.

Parágrafo único. Os materiais necessários para eventual substituição de lâmpadas, componentes ou peças serão fornecidos pela Câmara Municipal de Nova Era/MG.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender às necessidades de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas da Câmara Municipal de Nova Era/MG, proporcionando melhores condições de funcionamento, segurança, conservação e utilização dos espaços físicos da sede administrativa.

A manutenção adequada das instalações elétricas é necessária para evitar falhas, riscos elétricos, interrupções nos serviços administrativos e prejuízos ao regular funcionamento das atividades institucionais desempenhadas diariamente pela Câmara Municipal.

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preços, conforme disposto nos artigos 23 e 72 do mesmo diploma legal.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

3.1 Quantitativo

- 01 (um) serviço de manutenção elétrica.

3.2 Características mínimas

Os serviços deverão contemplar:

- substituição de monofone do interfone marca HDL;
- verificação e manutenção da rede elétrica nos setores da recepção;
- manutenção e reparo da iluminação externa do jardim;
- verificação de luminárias e postes de iluminação;
- substituição de componentes defeituosos, quando necessário;
- execução dos serviços com observância às normas técnicas e de segurança aplicáveis.

4. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento/Serviço.

Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Nova Era/MG, localizada na Praça da Matriz, nº 12, Centro, Nova Era/MG.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço global.

Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a execução definitiva dos serviços e ateste da nota fiscal ou recibo pelo setor competente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência;
- garantir qualidade e segurança na execução dos serviços;
- cumprir os prazos estabelecidos;
- responsabilizar-se pelos equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução dos serviços;
- comunicar previamente qualquer necessidade de substituição de peças ou componentes;
- substituir/refazer serviços executados inadequadamente, quando necessário;
- manter regularidade fiscal e trabalhista durante a execução da contratação.

8. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, bem como nos artigos 23 e 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, conforme informado pelo Setor Contábil.
Dotação nº _____

10. PARTICIPAÇÃO DOS PROPONENTES

10.1. Pessoa física sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF, quando aplicável).

10.2. Pessoa jurídica deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão conter:

- identificação do proponente;
- CPF/CNPJ;
- descrição detalhada do objeto;
- valor unitário e total;
- prazo de execução;
- condições de pagamento;
- validade da proposta;
- indicação se o deslocamento/frete está incluso.

12. PESQUISA DE PREÇOS

A estimativa da contratação será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/MG, 26 de maio de 2026.

Elaborado por:

ÂNGELA BARONY LAGE
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado por:

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era/MG

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:35E4CC5B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REFERÊNCIA - PROCESSO 38/2026; INEXIGIBILIDADE 12/2026 - CURSO LISANDRA, NELIO E NIKOLAS

TERMO DE REFERÊNCIA
CURSO

PROCEDIMENTO N° 38/2026.
BASE NORMATIVA: LEI Nº 14.133/21

O presente Termo de Referência foi elaborado objetivando consignar de forma detalhada a descrição do serviço a ser adquirido, das suas características, das informações a serem prestadas e dos controles a serem adotados.

1 - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS
1.1- DO OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA OS VEREADORES LISANDRA PATRÍCIA DI LARA FERREIRA NUNES REIS, NÉLIO HUMBERTO SOUZA MARQUES E NIKOLAS DE QUEIROZ ELIAS DA CAMARA MUNICIPAL DE PATROCINIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
1.2- DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO
1	3	SE	CAPACITACAO E TREINAMENTO EM CURSO PRESENCIAL. CURSO NA AREA LEGISLATIVA.

1.3 - Definição acerca da continuidade da entrega dos produtos ou do serviço e alocação de mão de obra:
(x) Não continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Não continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
1.4 - Agrupamento de itens:
A presente contratação será por:
(x) Itens isolados.
( ) Grupo de itens. Justificativa: Não se aplica.

2 – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO
2.1 - O início da vigência da presente contratação está previsto para dia 24 de fevereiro de 2026.
2.2 - A duração da vigência será:
( ) Pelo seguinte número de meses: 12
(x) Até o final do exercício da contratação.
2.3 - Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado: Não se aplica.
2.4 - Possibilidade de prorrogação:
(x) Não. Em razão de: Não poderá ultrapassar os créditos orçamentários do exercício da contratação.
( ) Sim. Número de meses e fundamento legal: Não se aplica.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
3.1 - A presente contratação justifica-se pela necessidade de capacitação dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio
3.2 - A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. Por outro lado, considerando que se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação, é necessária a análise da hipótese legal delineada, qual seja: Art. 74, III, "f" da Lei nº 14.133/21. Nesse caminhar, consultando o Estudo Técnico Preliminar, é possível transcrever o seguinte sobre a hipótese legal de inexigibilidade de licitação, bem como sobre os requisitos legais para a contratação:
A presente contratação é pautada na inexigibilidade prevista pelo art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21. Desse modo, o dispositivo legal em questão assim prevê:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...).
Desse modo, é possível apresentar requisitos para essa contratação por inexigibilidade de licitação, quais sejam: A) Inviabilidade de competição; B) Serviço Técnico Especializado; C) Demonstração que a contratação de profissional ou empresa com notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto contratado; D) Notória Especialização e; E) Natureza singular do objeto a ser contratado.
A) Inviabilidade de competição
A inviabilidade de competição é requisito comum às inexigibilidades de licitação. Referida inviabilidade pode decorrer da ausência de pluralidade de alternativas, ausência de mercado concorrencial ou ainda da ausência de objetividade na seleção do objeto.
A ausência de objetividade na seleção do objeto se caracteriza, como regra, pela impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos. Existem diferentes alternativas, mas a natureza personalíssima da atuação do particular impede o julgamento objetivo. É impossível definir com precisão uma relação custo-benefício. Ainda que seja possível determinar o custo, os benefícios que serão usufruídos pela Administração são relativamente imponderáveis. Essa incerteza deriva basicamente da natureza subjetiva da avaliação, eis que a natureza da prestação envolve fatores intelectuais, artísticos, criativos e assim por diante. Não há critério objetivo de julgamento para escolher o melhor. Quando não houver critério objetivo de julgamento, a competição perde o sentido.
Conforme será apontado pelos tópicos seguintes, no presente caso, não há critérios objetivos para julgamento, o que caracteriza a inexigibilidade de licitação.
B) Serviço Técnico Especializado
É fato público e notório que a excelência das atividades desta Casa, como a de qualquer atividade pública, requer permanente aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos dos agentes públicos, como forma de garantir a legitimidade do serviço público prestado, sua efetividade, eficiência e alcance do bem comum a que se presta.
A legislação pátria permite-nos inferir, por premissa básica, que, se os serviços pretendidos se enquadram na hipótese do citado art. 74, III, "f" da Lei federal nº 14.133, de 2021, a inexigibilidade de licitação já se caracteriza. É o que ocorre com o serviço que se pretende contratar no caso em comento, que, vale dizer, tem como característica principal o fato de ser executado de forma predominantemente intelectual, característica esta incluída na descrição dos serviços técnicos especializados previstos pela legislação.
Extrai-se ainda do Documento de Formalização da Demanda, que a presente iniciativa tem o objetivo de contratar pessoa jurídica para prestação de serviços de docência em ação educacional.
A ação educacional em questão refere-se à contratação do curso denominado Responsabilização no Legislativo Municipal: CPI, Cassação (Dl Nº 201/1967) e Código de Ética.
Assim, para a contratação solicitada, é preciso a caracterização de um serviço predominantemente intelectual, o que é o caso da presente contratação.
C) Demonstração que a contratação de profissional ou empresa com notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto contratado
Para que essa hipótese de inexigibilidade seja aplicável, deve-se avaliar não somente as características do prestador, mas também as do serviço demandado, a fim de demonstrar que a contratação do profissional ou da empresa de notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto do contrato, como previsto no art. 6º, inciso XIX, e no art. 74, § 3º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.
Note-se que, nessa hipótese de inexigibilidade, a técnica empregada na execução do objeto e a habilidade do prestador são interdependentes, fazendo com que a escolha do contratado dependa de uma análise subjetiva, o que torna a licitação inviável. Isso porque haverá dificuldade em comparar objetivamente as propostas, que estão atreladas aos profissionais que executarão os trabalhos.
É o caso por exemplo, das contratações de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em que os resultados pretendidos pela Administração dependem da atuação direta do instrutor, ou seja, da aplicação de talento, técnica e didática próprias, com curso desenvolvido ou adaptado especificamente para o atendimento do público-alvo do treinamento. Nessas circunstâncias, restará configurada a inviabilidade de competição, haja vista a

impossibilidade de comparar objetivamente os possíveis instrutores e os produtos por eles oferecidos.
O curso a ser contratado objetiva o conhecimento em temas extremamente relevantes, tais como: Fundamentos Constitucionais da Responsabilização; Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI); Processo de Cassação de Mandato (DL 201/1967); Garantias Processuais do Investigado; Código de Ética e Processo Ético-Disciplinar; Processo Ético-Disciplinar vs. Cassação; Nulidades, Abusos e Judicialização; Boas Práticas e Governança Legislativa.
Nesse sentido, é possível inferir que a contratação aqui aduzida é fundamental e crucial para o atendimento dos interesses do órgão, haja vista que guarda evidente relação com os conhecimentos necessários ao agente público para o desempenho de suas funções. Nesse sentido, os servidores e vereadores devem ser capacitados continuamente para o regular exercício de suas atribuições, notadamente porque as atividades desempenhadas pelos agentes públicos estão sujeitas à constante atualização procedimental e de conteúdo.
<u>D) Notória especialização para escolha do fornecedor</u>
Outro requisito também mantido na Lei federal nº 14.133, de 2021, a notória especialização do profissional deve estar relacionada ao objeto pretendido, e, segundo a doutrina, precisa estar intimamente relacionada com a singularidade intentada pela Administração. O conceito reproduzido no § 3º do art. 74 da Lei federal nº 14.133, de 2021 se refere ao requisito da atividade da pessoa permitir inferir que o trabalho é essencial e reconhecidamente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
Desse modo, deve ser avaliado: i) se as pessoas, por meio de desempenhos anteriores, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica e outros requisitos relacionados com suas atividades, são as mais adequadas ao atendimento da necessidade pública. Normalmente isso se constata pela apresentação de currículo, diplomas acadêmicos, publicações na área do conhecimento e atestados de capacidade técnica, sem prejuízo de outras fontes pertinentes; e ii) se a notória especialização está relacionada com o serviço técnico especializado singular objeto da contratação.
Certo é que os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal podem ser alvo de contratação direta, por meio da inexigibilidade de licitação, consubstanciada no art. 74, III, "f" e § 3º da Nova Lei de Licitações e Contratos, mas esse enquadramento dependerá da presença dos requisitos normativos exigidos.
No caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher de maneira isenta entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar a capacidade intelectual oferecida por cada pessoa física ou jurídica. Por essa razão, a lei de licitações optou por classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares. Sendo de natureza singular o serviço, será necessariamente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. Nesse sentido, inclusive, é a decisão 439/1998, do TCU, senão vejamos:
*(...) 3. É notoriamente sabido que na maioria das vezes, no caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher isentamente entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres. 4. Aliás, essa realidade já foi reconhecida pela doutrina do direito administrativo. O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ainda quanto à aplicação do art. 23, inciso II, do Dec.-lei no 2.300/86, defendia que: "A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuadamente. **<u>Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei no 2.300/86."</u>** ("Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação" "in" Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79- grifo nosso) 5. Nessa mesma linha de raciocínio, destaco pensamento do administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, que ao discorrer sobre a contratação de profissional para realização de treinamento de pessoal, assevera que: "Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei no 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação. Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular..." ("Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos", Malheiros Editores, 1995, pág. 110). (TCU. Decisão no 439/1998. Plenário. Processo: 000.830/1998-4. Relator: Ministro Adhemar Paladini Ghisi. Sessão de 15/07/1998.)" (Grifei)*

Diante da singularidade dos serviços prestado, a escolha da *Instituto Global de Administração Pública, por meio do docente Dr. Eder Lima Palma*, se dá por meio de uma decisão estratégica para atender as necessidades apontadas pelo demandante. A escolha do docente de notória especialização se dá de acordo com sua formação, experiências, publicações, metodologias aplicadas, capacidade de docência, e de como tais características pessoais se compatibilizam com os temas e os objetivos das capacitações a serem contratadas, haja vista a sua experiência acadêmica e profissional com relação ao tema que será ministrado, conforme se verifica em informações constantes do cronograma do curso e do currículo do orientador.
Nesse sentido, conforme currículo apresentado, o palestrante possui o cargo *de Advogado, Graduado em Direito pela Unisepe, Faculdade de SãoLourenço-MG; Pós-graduado em Direito Administrativo pelaPontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MINAS);Pós-graduado em Direito Eleitoral pela Pontifícia UniversidadeCatólica de Minas Gerais (PUC/MINAS); Pós-graduado emPlanejamento e Orçamento Público pela UNYLEYA.Coordenador Acadêmico da Empresa Gênesis Capacitação emGestão Pública e Instituto Global de Administração Pública.Palestrante com mais de 600 cursos ministrados na área deAdministração Pública.*
Além disso, a empresa fornecedora do curso é estabelecida no mercado, sendo reconhecida pelo oferecimento de treinamentos e formação educacional.
É a partir dos aspectos apresentados que o requisito da notória especialização resta configurado.
<u>E) Natureza singular do objeto a ser contratado.</u>
A Lei nº 14.133/21 não previu de maneira expressa o requisito de comprovação da natureza singular do serviço a ser contratado. Nesse sentido, instaurou-se controvérsia na doutrina acerca da necessidade de comprovação desse requisito. Alguns estudiosos, inclusive, indicam posicionamento do Tribunal de Contas da União que analisou dispositivo legal similar da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), em que indicou a singularidade do serviço como um dos requisitos para a contratação direta de profissionais com notória especialização.
Desse modo, por cautela, também é pertinente analisar o presente aspecto. Objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, aqueles que não podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade. Nesse diapasão, é evidente a correlação existente entre a notória especialização e o serviço singular objeto do procedimento.
Assim, serviço singular é aquele em que o prestador possui conhecimento aprofundado e, por isso, trata-se de atividade

diferenciada, mas jamais única ou exclusiva (até porque se fosse exclusiva, a inexigibilidade seria fundamentada pelo inciso I, do art. 74, da Lei nº 14.133/21 e não pelo art. 74, III, "f" da referida lei).
Nesse contexto, na inexigibilidade de licitação para contratação de serviço técnico especializado, com profissionais ou empresas de notória especialização, no âmbito da Lei federal nº 14.133, de 2021, a singularidade se verifica pelo preenchimento das seguintes circunstâncias: i) os serviços são específicos e possuem peculiaridades quanto à maneira e o modo de prestação, somente podendo ser realizados com confiabilidade por pessoas habilitadas e capacitadas; ii) os serviços apresentam complexidade técnica e devem ser feitos sob encomenda por um terceiro, devendo este reunir um conjunto de atributos que não podem ser mensurados por critérios objetivos; e iii) os serviços não devem ser padronizados, básicos e convencionais.
Os serviços de docência para os fins das ações educacionais pretendidas, devem ser caracterizados, via de regra, como singulares, uma vez que não se tratam de atuações padronizadas e, com isso, comparáveis entre si. Pelo contrário, ministrar uma aula ou elaborar um conteúdo educacional é algo peculiar, que resulta da aplicação da formação, da experiência profissional e docente e de metodologias próprias do docente definido, as quais, a princípio, não poderiam ser simplesmente replicadas por qualquer outra pessoa. Com efeito, segue o seguinte ensinamento:
O objeto do serviço de treinamento só se materializa com a aula (o fazer). É por meio desta ação que o professor/instrutor, fazendo uso da metodologia didático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. ***Ora, se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. Afinal, como é próprio do humano, as pessoas são diferentes entre si. Cada professor possui sua técnica própria, sua forma de lidar com grupos, sua empatia, sua didática, suas experiências pessoais, seu ritmo e tom de voz. Tudo isso compõe um conjunto que os tornam incomparáveis entre si.*** *(...) Tudo isso requer do profissional, a cada serviço, a necessária adaptação. Inclusive o próprio professor será diferente a cada aula proferida, ainda que do mesmo tema, pois em um curso ouve uma pergunta de um aluno, que levanta uma questão não imaginada, conduzindo o desenvolvimento do conteúdo a uma vertente não programada; para outra turma, leu um livro ou artigo recém publicado que o leva a pesquisar novamente o assunto tratado e, eventualmente, provocará mudança de visão e conceitos. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar. (CHAVES, Luiz Cláudio de Azevedo. Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na administração pública: caso de licitação, dispensa ou inexigibilidade? . IDEMP - Instituto de Desenvolvimento Empresarial, Rio de Janeiro, pp. 3- 4. Disponível em: http://idemp-edu.com.br/uploads/artigos/contratacaoservicostreinamento.pdf)(grifei)*

O professor Ricardo Alexandre Sampaio também preleciona:
Ora, na situação em exame, em que pese diversos particulares possam atender a demanda da Administração, ministrando cursos in company para capacitação dos servidores, ***não se visualiza a possibilidade de estabelecer qualquer critério objetivo para análise, comparação e julgamento de suas propostas, uma vez que a execução desse objeto de modo a atender plenamente a demanda da Administração pressupõe o emprego de atributos e qualificações subjetivas, tais como didática, oratória, experiência, conhecimento, imaginação, entre outros****. (SAMPAIO, Ricardo Alexandre. Inaplicabilidade do pregão à contratação de cursos in company para capacitação de servidores. Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC), Curitiba: Zênite, 2014 n. 242, p. 361) (grifei)*

À vista do exposto, é possível evidenciar que os serviços a serem contratados são singulares, uma vez que é impossível de se estabelecer, a priori, critérios objetivos de comparação com outros serviços de treinamento oferecidos no mercado, o que, por sua vez, afasta a regra licitatória. Além disso, é possível concluir pela possibilidade de contratação por meio da inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21.
3.3 - O objeto da contratação:
( ) Está previsto no Plano de Contratações Anual de ___, conforme número de controle ___/____, do referido PCA.
(x) Não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, sendo a nova demanda justificável pelas seguintes razões: Por não se conseguir prever qual servidor/vereador vai querer fazer curso e qual o curso ele irá fazer, não tem como se falar em plano anual para prevê-los.
3.4 – A contratação fundamenta-se no artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
4.1 - O objeto da contratação compreende a contratação de uma empresa para fornecimento de curso de capacitação. A referida contratação irá solucionar a demanda da Câmara Municipal, haja vista que há a necessidade de capacitação de servidores/vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio.
4.2 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
A partir dos aspectos apresentados até o momento, é possível concluir que a solução mais adequada para a demanda da Administração Pública, é a realização de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21.
Conforme já foi devidamente explanado no presente documento, restou caracterizada a inviabilidade de competição, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza singular, oferecido por empresa/profissional com notória especialização, imprescindível à satisfação da demanda do Poder Público.
5 – OBRIGAÇÕES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
5.1 – Obrigações da CONTRATADA:
5.1.1 - Fornecer os serviços/materiais nos termos e condições da proposta vencedora, sendo que serão rejeitados aqueles que não estiverem em conformidade com o objeto solicitado ou que apresentem defeitos ou vícios.
5.1.2 - Substituir no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis os serviços/materiais que não forem recebidos por não atenderem às especificações exigidas neste termo de referência.
5.1.3 - Fazer acompanhar quando da entrega dos serviços/materiais a respectiva nota fiscal/fatura, em conformidade com o solicitado no instrumento convocatório.
5.1.4 - Pagar os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços/produtos.
5.1.5 - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Câmara Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
5.2 - Obrigações da CONTRATANTE:
5.2.1 - Proceder a fiscalização do objeto da contratação em relação ao aspecto quantitativo e qualitativo a serem prestados pelo fornecedor.
5.2.2 - Comunicar o CONTRATANTE acerca de defeitos, falhas e/ou imperfeições verificadas.
5.2.3 - Emitir a nota de empenho e efetuar pagamento ao(s) fornecedor(es) de acordo com a forma e prazo estabelecidos.
5.3 - Condições específicas de execução e aceitação do objeto ou padrões mínimos de qualidade para o serviço/produto a ser contratado:
5.4 - Possibilidade de subcontratação:
(x) Não.
( ) Sim. Neste caso, descrever o fundamento legal, estabelecer as condições e limites da subcontratação:
5.5 - Haverá necessidade de exigência de garantia contratual para assegurar o adimplemento e fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA?
(x) Não.
( ) Sim. Percentual da garantia e justificativa:
5.6 - É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, quando for dessa natureza a contratação, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

5.7 - A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;
5.8 - A vistoria, quando for o caso, deverá ser agendada com a Diretoria Administrativa da Câmara Municipal pelo telefone oficial do Órgão ou pelo e-mail contato@cmpatrocinio.mg.gov.br.

6 – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.3 - O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.4 - A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.
6.5 - A entrega dos materiais/prestação do serviço ocorrerá no seguinte prazo, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento: 26 a 29 de maio de 2026.
6.6 - A entrega do material/prestação do serviço deverá ocorrer:
( ) Até o término da vigência contratual.
(x) No seguinte prazo, a contar do início da prestação: 26 de maio de 2026.
6.7 - A entrega dos materiais/prestação do(s) serviço(s) pela CONTRATADA ocorrerá, sem quaisquer ônus adicionais para a Câmara, no seguinte endereço: Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº199, Bairro Cidade Jardim, Patrocínio – MG, 38747-056.

7 – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
7.1 - A gestão da contratação será atribuída ao Diretor do Departamento de Compras, Licitação, Gestão de Contratos e Almoxarifado.
7.2 - Em razão da natureza do objeto a fiscalização:
( ) será exercida pelo próprio gestor.
(x) pelo seguinte servidor: Diretor de Gestão da Câmara Municipal.
( ) após a contratação, será designado pelo gestor servidor lotado em setor sob sua supervisão hierárquica.
( ) será nomeada comissão em ato próprio pela diretoria ou autoridade equivalente, a qual competirá as seguintes funções: ____.
7.3 - O modelo de gestão e fiscalização da contratação consiste na análise do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações estipuladas na contratação.
7.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
7.5 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
7.5.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
7.5.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.5.3 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.5.4 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.6 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.6.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.6.2 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
7.7 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7.8 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
7.9 - A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.
7.9.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
8.1 - A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto. Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento ou do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
8.2 - Os serviços prestados/produtos entregues serão conferidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para averiguar se estão de acordo com o objeto desta contratação, nos termos do artigo 140, I, “a”, da Lei nº 14.133/21 c/c art. 27, I, “a”, da Resolução nº 98/2023.
8.3 - O recebimento provisório será realizado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por meio de termo, no prazo de 5 (cinco) dias.
8.3.1 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços ou do fornecimento realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
8.4 - Será procedido o recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, por meio de termo detalhado, no prazo de 5 (cinco) dias.
8.4.1 - O gestor do contrato deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
8.5 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
8.6 – A empresa deverá fornecer serviços/produtos de primeira qualidade que atendam às exigências técnicas para a perfeita utilização e o adequado resultado dos mesmos, responsabilizando-se, inclusive, a às suas expensas, pela substituição do que foi entregue fora dos padrões de qualidade exigidos.
8.7 - O faturamento será realizado:
(x) Ao final da execução do serviço ou entrega do material.
( ) Por evento.
( ) Mensalmente.
( ) Da seguinte forma: _____.
8.7.1 - Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de 5 (cinco) dias, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da CONTRATANTE, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.7.2 - A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
8.7.3 - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema no prazo de, com suspensão do prazo de pagamento.
8.7.4 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
8.7.5 - Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
8.8 - A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, para efetuar o pagamento por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
8.9 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço ou entrega não estiver de acordo com as especificações apresentadas.
8.10 - A Nota Fiscal deverá ser emitida no nome da CONTRATANTE.
8.11 - Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.
8.12 - Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
8.13 - Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
8.14 - O reajuste do contrato terá como referência:
(x) Não se aplica, por ser entrega ou prestação de serviço imediata.
( ) A variação acumulada do IPCA no período, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado.
( ) Índice setorial específico, que será: xxx, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da respectiva proposta comercial ou do último reajuste.
8.15 - O prazo de garantia contratual dos serviços/produtos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO, AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de:
( ) Procedimento de contratação direta, por dispensa de licitação (art. 75, __, da Lei nº 14.133/21);
(x) Procedimento de contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21);
( ) Pregão;
( ) Concorrência;
( ) Concurso;
( ) Leilão.
9.2 - Será considerada vencedora a proposta contendo:
( ) O menor preço global. Justificar: _____.
(x) O menor preço por item.
( ) Maior desconto.
( ) Melhor Técnica.
( ) Técnica e Preço.
( ) Maior retorno econômico.
( ) Maior lance.
9.3 - Os serviços/materiais informados neste Termo de Referência não vinculam a Administração Pública, uma vez que a contratação está condicionada à existência de dotação orçamentária.
9.4 – Constituem documentos de habilitação:
9.4.1 – Habilitação Jurídica (art. 66, da Lei n. 14.133/21):
9.4.1.1 - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
9.4.1.2 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.4.1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
9.4.1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.4.1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
9.4.1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
9.4.1.7 – Quando for o caso, Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nosart. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do art. 47, Parágrafo Único c/c art. 13, §2º, do Decreto Federal nº 8.538/2015, OU Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial.
9.4.2 – Habilitação Técnica:
9.4.2.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei n. 14.133/21).
9.4.3 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68, da Lei n. 14.133/21):
9.4.3.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
9.4.3.2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.4.3.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.4.3.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
9.4.3.5 - Regularidade trabalhista;
9.4.3.6 - Declaração de que não emprega menor em trabalho perigoso, insalubre ou noturno;
9.4.3.7 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV, da Lei n. 14.133/21);
9.4.3.8 - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei n. 14.133/21).
9.4.4 – Habilitação Econômico-Financeira (art. 69, da Lei n. 14.133/21):
9.4.4.1 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observado o disposto nos artigos 65 §1º e 69, §6º, da lei nº 14.133/21;
9.4.4.2 - Declaração, assinada por profissional habilitado na área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previsto no edital;
9.4.4.3 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.5 - Serão exigidos os seguintes documentos adicionais de habilitação:
( ) Nenhum.
( ) Certidão ou atestado que demonstre que o interessado tenha executado serviços similares.
( ) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.
( ) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem

capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
( ) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
( ) registro ou inscrição na entidade profissional competente.
(x) Atestado de capacidade técnica.
( ) Declaração de disponibilidade de pessoal.
( ) Declaração de disponibilidade de equipamentos.
( ) Registro de profissional.
( ) Registro de empresa.
( ) Outro(s):
Justificativa para o documento adicional: para confirmar que a empresa está apta e tem condições de realizar o referido curso.
9.6 – A contratação é enquadrada no art. 70, III, da lei nº 14.133/21 (possibilidade de dispensa de documentos):
( ) Sim, tratando-se de contratação com entrega imediata.
(x) Sim, tratando-se de contratação com valor estimado inferior a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.
( ) Não.
9.6.1 – Tratando-se de contratação com previsão no art. 70, III, da Lei nº 14.133/21, a fase de habilitação da presente contratação exigirá:
( ) Todos os documentos indicados pelos itens “9.4” e “9.5” do presente termo de referência.
(x) Os seguintes documentos: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; Contrato Social ou documento equivalente; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual; Certidão de Regularidade relativa ao FGTS; Certidão de Regularidade Trabalhista; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa.
Justificativa: Por se tratar de procedimento de natureza mais simplificada, nos termos do art. 70, III, da lei n. 14.133/21, será exigida apenas a documentação básica referente à regularidade jurídica e fiscal da empresa a ser contratada.
( ) Não se aplica.

9.7 - A Administração Pública, visando o prestígio à celeridade, fica autorizada a realizar consultas por meio da rede mundial de computadores dos documentos disponibilizados de maneira online.

10 - DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO E DAS PROPOSTAS
10.1 - O valor estimado da contratação perfaz a monta de R$ 4.170,00 (quatro mil cento e setenta reais).
10.2 - O valor estimado da contratação foi alcançado a partir da pesquisa de mercado com as seguintes fontes:
( ) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços.
( ) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.
( ) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, com data e a hora de acesso.
( ) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de documento de pesquisa de mercado ou e-mail, com prazo máximo de até 6 (seis) meses. Justifica-se a escolha dos fornecedores pois: _____.
(x) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.
10.2.1 - Justificativa para não utilização dos dois primeiros métodos: Conforme artigo 23, § 4º da lei federal 14.133/2021, nas contratações por inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto, para aferição do valor a ser pago, poderá ser feito através de Notas Fiscais emitidas para outros contratantes.
10.3 - Para alcançar o valor estimado da contratação foi utilizado o método estatístico:
( ) Média dos valores apurados na pesquisa de mercado.
( ) Mediana dos valores apurados na pesquisa de mercado.
(x) Menor valor apurado na pesquisa de mercado.
10.4 - A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11 - DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 - Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:
01.01.01.00.01.031.0001.00.2001.3.3.90.34.1500 – Serviço de seleção e treinamento.

12 - FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
12.1 - A presente contratação será formalizada por:
( ) Termo de contrato.
(x) Nota de empenho (quando se tratar de situação prevista nos incisos I e II, do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).
( ) Ata de Registro de Preço.

13 - DAS SANÇÕES
13.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
13.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;
13.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
13.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;
13.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
13.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
13.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
13.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
13.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
13.1.9 - fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
13.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
13.1.10.2 - Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.
13.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
13.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
13.2.1 - Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.2 - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,

pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
13.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
13.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
13.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
13.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
13.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
13.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.6 - Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar.
13.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
13.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
13.9 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos itens 8.2 e seguintes, bem como poderão estar previstas nos anexos deste Aviso.
legalmente estabelecidas.

14 – DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - A execução do serviço ou entrega dos produtos será de acordo com a demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ser solicitada um ou mais itens de uma vez, inclusive semanalmente.
14.2 - As quantidades solicitadas são uma estimativa da demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ou não ser utilizada em sua totalidade. O pagamento será realizado conforme a quantidade de itens utilizados.
14.3 - A Câmara Municipal de Patrocínio reserva-se no direito de não aceitar nem receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação.
14.4 - Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Câmara exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
14.5 - A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter secundário ou qualquer outra.
14.4 - O presente Termo de Referência foi digitado pelo Setor de Compras, em conformidade com as descrições e especificações detalhadas solicitadas pelo Diretor do Departamento de Administração, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, passa a integrar o processo administrativo formalizado.

Patrocínio, 26 de maio de 2026.

ADRIANA BERNARDES DA MOTA BORGES
Diretor de Compras, Licitações, Gestão de Contratos e Almoxarifado

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:6A35916E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES
ERRATA DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO

ERRATA TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA A PARTICIPAÇÃO DE 4 (QUATRO) VEREADORES PARA ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO CURSO: "ESTILOS DE LIDERANÇA E O DNA DE PESSOAS E ORGANIZAÇÕES NO SETOR PÚBLICO", NOS DIAS 02/06/2026 À 05/06/2026, NA CIDADE DE BRASÍLIA/DF, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG.

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de Inexigibilidade de Licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela escolha do serviço, quanto pela justificativa do preço;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que a contratada possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 e seus respectivos incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021; **AUTORIZO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026, para a contratação de serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do poder legislativo municipal para a participação de 4 (quatro) vereadores para atualização e qualificação no curso: "Estilos de Liderança e o DNA de Pessoas e Organizações no Setor Público", nos dias 02/06/2026 à 05/06/2026, na cidade de Brasília/DF, pela Câmara Municipal de Perdizes/MG, no valor total de R$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais).

DETERMINO, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, § único, da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Determino ainda ao Agente de Contratação da Câmara Municipal de Perdizes/MG a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Perdizes – MG, 26 de maio de 2026.

LEONARDO ALMEIDA FLORES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Nádia Paula Dom Bosco
Código Identificador:683C78B4

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA A PARTICIPAÇÃO DE 3 (TRÊS) VEREADORES PARA ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO CURSO: ESTILOS DE LIDERANÇA E O DNA DE PESSOAS E ORGANIZAÇÕES NO SETOR PÚBLICO", NOS DIAS 02/06/2026 À 05/06/2026, NA CIDADE DE BRASÍLIA/DF, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG.
CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de Inexigibilidade de Licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela escolha do serviço, quanto pela justificativa do preço;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que a contratada possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 e seus respectivos incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021;
AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026, para a contratação de serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do poder legislativo municipal para a participação de 3 (três) vereadores para atualização e qualificação no curso: Estilos de Liderança e o DNA de Pessoas e Organizações no Setor Público", nos dias 02/06/2026 à 05/06/2026, na cidade de Brasília/DF, pela Câmara Municipal de Perdizes/MG, no valor total de R$ 4.350,00 (Quatro mil, trezentos e cinquenta reais).

DETERMINO, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, § único, da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Determino ainda ao Agente de Contratação da Câmara Municipal de Perdizes/MG a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Perdizes – MG, 26 de maio de 2026.

LEONARDO ALMEIDA FLORES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Nádia Paula Dom Bosco
Código Identificador:9E02A2A6

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA A PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS PARA ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO CURSO: "EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: LOA 2026", NOS DIAS 02/06/2026 E 03/06/2026, NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG.

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de Inexigibilidade de Licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela escolha do serviço, quanto pela justificativa do preço;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que a contratada possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 e seus respectivos incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021;
AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2026, para a contratação de serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do poder legislativo municipal para a participação de 2 (duas) servidoras para atualização e qualificação no curso: "Execução Orçamentária e Financeira: LOA 2026", nos dias 02/06/2026 e 03/06/2026, na cidade de Belo Horizonte/MG, pela Câmara Municipal de Perdizes/MG, no valor total de R$ 2.000,00 (Dois mil reais).

DETERMINO, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, § único, da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Determino ainda ao Agente de Contratação da Câmara Municipal de Perdizes/MG a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Perdizes – MG, 26 de maio de 2026.

LEONARDO ALMEIDA FLORES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Nádia Paula Dom Bosco
Código Identificador:C834B67E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026

Extrato do Termo de Homologação. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de sistema de votação eletrônica, por meio de licença de uso de software para gestão digital de sessões legislativas, incluindo suporte técnico, manutenção,atualização, capacitação de servidores e vereadores, conforme especificações, quantitativos e condições descritas nos instrumentos da contratação. **Fundamentação legal:** artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. **Valor:** R$ 14.118,00 (quatorze mil, cento e dezoito reais).**Vigência:** 01/06/2026 a 31/12/2026.**Vinculado ao Processo Administrativo nº 25/2026. Dispensa Eletrônica nº 10/2026.**

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:427ACEC1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS/MG**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.313.434/0001-77, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição de itens gráficos e

de comunicação visual de identificação e divulgação, compreendendo pulseiras, banners e crachás, destinados à realização da Plenária Microrregional do Parlamento Jovem, a ser realizada no Município de Pratápolis/MG, no dia 06 de julho de 2026.

Valor global estimado: R$ 1.120,26 (um mil cento e vinte reais e vinte e seis centavos).

As propostas e documentos de habilitação deverão ser encaminhados até o dia 01 de junho de 2026, às 13h00min, através do e-mail licitacao.camarapratapolismg@yahoo.com, ou entregues presencialmente na Secretaria da Câmara Municipal de Pratápolis/MG.

O inteiro teor do Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial da Câmara Municipal e na sede do Poder Legislativo Municipal.

Pratápolis/MG, 26 de maio de 2026.

SHAYANE CRISTINA LARA
Agente de Contratação

DEUSMAR DE OLIVEIRA MAIA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Shayane Cristina Lara
Código Identificador:D781343A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
CONVOCAÇÃO PARA INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL

O Chefe da Seção de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Viçosa, no uso de suas atribuições legais, considerando o Concurso Público nº 001/2025, aberto por meio do Edital nº 001/2025, homologado pela Portaria nº 001/2026, de 16 de janeiro de 2026, bem como a Portaria nº 006/2026, que designou candidatos para fins de comprovação dos requisitos para investidura no cargo; **RESOLVE:**

Art. 1º. Convocar os candidatos abaixo relacionados para se submeterem à inspeção médica oficial, a ser realizada por profissional médico devidamente contratado pela Câmara Municipal de Viçosa, no dia 03 de junho de 2026, observados os horários individualmente estabelecidos a seguir:

Cargo	Situação	Nome	Classificação no Concurso	Horário da Perícia Médica
Agente legislativo	Ampla Concorrência	Aline Carneiro Coelho	1º	08h30
Agente legislativo	Ampla Concorrência	Daniel Nery Frangilo Paiva	3º	08h45
Agente legislativo	Reserva - Pessoa com Deficiência (PcD)	Thúlio Augusto Tagliate Zopelaro	1º	09h00
Contador	Ampla Concorrência	Edson Severino Leal	1º	09h15
Comunicador Social	Ampla Concorrência	Ana Paula Lopes Da Silva Rodrigues	1º	09h30

Art. 2º. A inspeção médica oficial será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Viçosa, situada na Praça Silviano Brandão, nº 05, Centro, Viçosa/MG.

Art. 3º. Os candidatos deverão comparecer ao local com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário agendado, munidos de documento oficial de identificação com foto e dos resultados dos exames abaixo relacionados, os quais deverão ser apresentados ao médico perito:

Hemograma completo com plaquetas;
Tipagem sanguínea abo e fator rh;
Glicemia de jejum;
Creatinina;
Lipidograma (colesterol total e triglicérides);
AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO);
ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e
EAS.

Art. 4º. Os candidatos aprovados nas vagas destinadas às pessoas com deficiência (PcD), além dos exames anteriormente relacionados, deverão apresentar laudo médico contendo a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.
Parágrafo único. Faculta-se ao candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência (PcD) a apresentação de exames médicos complementares, laudos, relatórios, pareceres ou demais documentos relacionados à deficiência declarada, com o objetivo de subsidiar a avaliação realizada pela inspeção médica oficial.

Art. 5º. Os exames e laudos acima relacionados somente terão validade se realizados até 60 (sessenta) dias antes da data de apresentação à inspeção médica oficial.

Art. 6º. Os exames poderão ser realizados, a critério e às expensas do candidato, em rede privada de saúde.

Art. 7º. Os exames deverão conter, obrigatoriamente, identificação completa do candidato.

Art. 8º. Os exames e laudos originais deverão conter a identificação do profissional responsável, bem como o respectivo número de registro no conselho de classe competente. Na hipótese de utilização de assinatura digital, esta deverá possibilitar a verificação de sua autenticidade e integridade.

Art. 9º. O profissional responsável pela inspeção médica oficial poderá, mediante justificativa:

solicitar a repetição de exames já apresentados;
requisitar exames não previstos nesta convocação; e
exigir parecer específico de médico especialista ou de outro profissional de saúde.

Art. 10º. A conclusão da inspeção médica oficial será formalizada mediante emissão de atestado declaratório de aptidão ou inaptidão física e mental para investidura no cargo público.

Art. 11º. O não comparecimento do candidato no horário estabelecido implicará a adoção das providências administrativas cabíveis, nos termos do Edital do Concurso Público nº 001/2025.

Viçosa, 25 de maio de 2026.

EDIMAR MENDES
Diretor Geral
Chefe da Seção de Recursos Humanos

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:314A2D6D

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA torna pública o temo aditivo nº 001/2026, ao contrato nº 006/2026, oriundo do processo de licitação nº 013/2026. **Objeto contratado**: Promover o acréscimo quantitativo correspondente ao atendimento de 13 (treze) pessoas excedentes durante a execução dos serviços de buffet prestados na "Sessão Solene de comemoração ao Dia Interacional das Mulheres", realizada em 07 de maio de 2026. **Contratada** BUFFET TRIGOLEVE LTDA inscrita no CNPJ nº 14.370.196/0001-10. **valor global deste termo aditivo**: R$1.479,40. **Dotação orçamentária**: 01001.0103101014.017– Manutenção das Sessões, Eventos e Homenagens Legislativas, Elementos de despesa: 339039000-Outros serviços de pessoa jurídica, Subelemento 33903927000- Fornecimento de Alimentação. **Vigência**: 15/05/2026 a 30/06/2026.**Assinado por:** André Dias de Andrade pela Contratada e, Robson Alencar de Souza, pela Câmara Municipal de Viçosa.

ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:BDCD2AB8

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA torna pública a ratificação do processo de licitação n° 0027/2026, inexigibilidade nº 013/2026. **Objeto contratado**: Contratação de empresa especializada em treinamento e capacitação de gestores e servidores públicos no país, para oferecimento do curso cujo tema é "Inteligência Artificial na Gestão Pública Municipal" de 19 a 22 de maio de 2026, na cidade de Belo Horizonte, fornecido pelo Instituto Global de Administração. Participara do curso o vereador, Cristiano Gonçalvez. **Contratada**: Instituto Global de Administração Pública LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.835.850/0001-03 **Valor:** R$ 1.390,00 (mil trezentos e noventa reais).

ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:02378C2E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDES - CONSORCIO INT. DE DESENV. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO: PROCESSO Nº 20/2026, DISPENSA 20/2026 – PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, visando à cobertura dos veículos pertencentes à frota do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES.
Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (CNPJ: 61.198.164/0001-60) Valor Global: R$ 998,00 (NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS) - AUTORIZO o prosseguimento do Processo e posterior contratação.

Uberlândia/MG, 22 de abril de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO –
Presidente do CIDES.

Publicado por:
Ecione Cristina Martins Pedrosa
Código Identificador:A3230278

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – TERMO DE POSSE

Aos 16 dias do mês de abril de 2026, às 10 horas, compareceu o Sr. Francisco Lourenço Borges Neto, brasileiro, agente político, inscrito sob o CPF n° (em sigilo), na qualidade de Vice- Presidente do CIDES. Considerando a renúncia do então Presidente, Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, formalizada em 15 de abril 2026, e nos termos do Estatuto do CIDES, que prevê a substituição automática pelo Vice-Presidente em caso de vacância, o comparecente assume, neste ato, o cargo de Presidente do CIDES, para complementação do mandato em curso.
O empossado declara aceitar a função, comprometendo-se a exercer o cargo com observância à legislação aplicável, ao Estatuto do CIDES e às demais normas pertinentes, bem como a desempenhar com zelo e responsabilidade as atribuições que lhe são conferidas.
Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai assinado pelo empossado:

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito de Tupaciguara

Publicado por:
Ecione Cristina Martins Pedrosa
Código Identificador:2901442D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMES - CONSORICO INT. MULTIFINALITARIO DO ESTORNO DE SALINAS

CIMES
EXTRATO DE TERMO DE DISPENSA EMERGENCIAL Nº 002/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ENTORNO DE SALINAS – CIMES torna pública a Dispensa Emergencial nº 002/2026, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação emergencial de clínica especializada para realização de exame PET-CT PSMA, em atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde – SUS.

Objeto: Contratação emergencial de clínica especializada para prestação de serviços complementares à rede SUS, visando à realização de exame PET-CT PSMA.

Contratada: RESSONAR IMAGENS MÉDICAS LTDA – CNPJ nº 05.899.991/001-00.
Valor global: R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).

Salinas/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Lara da Costa Brito
Código Identificador:3670D78D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS - pregão eletrônico nº 017/2026, processo nº 030/2026, aquisição de obra de aprendizagem multifuncional física e digital baseado na neurociência em atendimento aos municípios demandantes. Republicação com Abertura dia 11/06/2026 às 08:30hs na sala de disputas no portal www.licitanet.com.br acesso ao edital: https://licitanet.com.br/processos e https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:D9982E7F

CIMINAS
AVISO DE SUSPENSÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação pregão 015/2026 e pregão 018/2026, torna público a suspensão dos pregões.

LUIZ CLAUDIO FERREIRA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:FDF92B22

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 006/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 006/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: AC CARDOSO SERVICOS MEDICOS LTDA.**, CNPJ sob o nº: 55.124.807/0001-28. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 04/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:03FF6A33

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 015/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 015/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: RC MARTINS SERVIÇOS MEDICOS LTDA,** CNPJ sob o nº 49.981.302/0001-87. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 19/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:4BE7B7B9

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 017/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 017/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: MED LIFE SERVICOS MEDICOS LTDA**., CNPJ sob o nº 32.512.373/0001-38. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 01/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:51A579A8

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 019/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 019/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: LQMM SERVICOS MEDICOS LTDA.,** CNPJ sob o nº 52.256.600/0001-19. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 01/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:01E9D923

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 021/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 021/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: DEBORA ROCHA ASSISTENCIA MEDICA,** CNPJ sob o nº 63.218.821/0001-19. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 04/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:3DD8F989

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 022/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 022/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: ANDRESSA F ANDRADE ASSESSORIA MEDICA LTDA.,** CNPJ sob o nº 57.171.240/0001-76. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 05/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:91D665D2

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 028/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 028/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: NGP SERVICOS MEDICOS LTDA.,** CNPJ sob o nº 39.649.650/0001-06. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 04/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:11ECC7FC

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 029/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 029/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: LUANA DAMACENO MIRANDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA,** CNPJ sob o nº 62.402.750/0001-47. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 04/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:0AE95199

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 030/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 030/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: AMW ASSESSORIA DE FROTA E SOLUÇÕES LOGÍSTICAS,** CNPJ sob o nº 65.985.026/0001-81. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios

consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM**,** conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 19/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:B63C44CC

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 032/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 032/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: GENESE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA,** CNPJ sob o nº 43.683.547/0001-41. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 19/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:0087A9D3

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 033/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 033/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: LUCAS GUIMARAES ASSISTENCIA MEDICA LTDA.,** CNPJ sob o nº 62.739.885/0001-00. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 05/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:774CEF57

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 034/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 034/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: LAURA QUEIROS ASSISTENCIA MEDICA LTDA,** CNPJ sob o nº 62.804.856/0001-77. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026. **Vigência:** 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato. **Data de Assinatura:** 05/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:FCC8BF6C

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 035/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 035/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: MARINA FAGUNDES ASSISTENCIA MEDICA LTDA,** CNPJ sob o nº 57.506.457/0001-91. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 05/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:71C3DC2A

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 036/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 036/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: FLAVIO QUEIROZ PINHEIRO,** CNPJ sob o nº 65.356.474/0001-16. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 06/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:040F0C96

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: PIRES E BORGES SERVIÇOS DE SAÚDE E GESTÃO LTDA,** CNPJ sob o nº 18.544.372/0001-44. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 04/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:6979BC9B

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 039/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 039/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: EVS ASSISTÊNCIA MÉDICA,** CNPJ sob o nº 48.498.440/0001-47. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 06/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:82D83F93

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 040/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 040/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: JARDIM E SILVA LTDA,** CNPJ sob o nº 49.998.029/0001-30. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 20/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:86DF582A

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 041/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 041/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: LUIS GUSTAVO SILVA ORTOPEDIA,** CNPJ sob o nº 42.022.923/0001-94. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 20/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:C5E0594A

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 042/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 042/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: CAMILA RITA DE SOUZA BERTOLONI,** CNPJ sob o nº 48.654.945/0001-53. **Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 19/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:08486BD3

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 043/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 043/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: BARREIROS MÉDICOS LTDA,** CNPJ sob o nº 15.071.375/0001-10. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 19/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:74CF6FD5

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 044/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 044/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: KAREN CRISTINE PEREIRA RIBEIRO LTDA,** CNPJ sob o nº 46.984.658/0001-86. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 20/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:38C9B9EF

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 045/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 045/2026
Processo Licitatório nº 003/2026
Credenciamento nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM torna público, para os fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, que celebrou o seguinte contrato administrativo, **Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, **Contratada: DRA NAIARA BURGOS LTDA,** CNPJ sob o nº 62.308.145/0001-01. **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços médicos especializados, serviços multiprofissionais e demais serviços técnicos de apoio à assistência, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 003/2026.
Vigência: 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato.

Data de Assinatura: 19/05/2026.

Patos de Minas/MG, 25 de Maio de 2026.

GABRIELA MANFRIN GARCIA COSTA
Diretora Executiva

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:592018D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO

O consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas Gerais – CISLAGOS, através de seu Setor de Licitação, torna público o Processo Licitatório 34/2026, Pregão Eletrônico nº 24/2026, para o "Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção para reparos e manutenções necessárias na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas – CISLAGOS". O respectivo Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados no site http://www.cislagos.com.br/licitacao. Maiores informações poderão ser obtidas no e-mail juridico@cislagos.com.br.

EDSON NOGUEIRA LUZ FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:BC18823F

CISLAGOS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0134/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000009/26 - Credenciamento n° 0001/26
Objeto: O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS RELATIVOS A TODOS OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE CONSULTAS E EXAMES DE APOIO E DIAGNÓSTICO CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE SERÃO DESTINADOS À PACIENTES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS LAGOS DO SUL DE MINAS - CISLAGOS.
Contratado: INSTITUTO DE IMAGEM DA MAMA LTDA, CNPJ n° 04.992.161/0002-40. Valor global estimado de R$ 1.791.840,00, podendo ser posteriormente ser alterado a depender da existência de novos credenciados. Data da assinatura: 26/05/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 26 de maio de 2026 até 02 de março de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
01020010.302.0002.2004.00003.3.90.39.361.501.000

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:26A3B853

CISLAGOS
PORTARIA 018/2026

PORTARIA Nº 018/2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação de função à servidora Regiane de Ávila Martins Alves pelo exercício da função de Responsável Técnica (RT) da Policlínica do CISLAGOS.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS LAGOS DO SUL DE MINAS – CISLAGOS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada coordenação técnica, supervisão e responsabilidade profissional pelos serviços desenvolvidos na Policlínica do CISLAGOS;

CONSIDERANDO a relevância das atribuições exercidas pelo Responsável Técnico (RT), especialmente no acompanhamento das atividades técnicas, observância das normas sanitárias, regulatórias e de fiscalização profissional;

CONSIDERANDO que o desempenho da função exige elevado grau de responsabilidade, acompanhamento contínuo das rotinas administrativas e assistenciais, bem como atuação direta na garantia da qualidade e regularidade dos serviços prestados;

CONSIDERANDO o interesse público na manutenção da eficiência, organização e segurança dos atendimentos realizados pela Policlínica do CISLAGOS;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder gratificação de função no percentual de 20% (vinte por cento) à servidora **Regiane de Ávila Martins Alves**, em razão do exercício das atribuições de Responsável Técnica (RT) da Policlínica do CISLAGOS.
Art. 2º A gratificação concedida possui natureza remuneratória vinculada ao exercício da função designada, sendo devida em razão das responsabilidades técnicas, administrativas e operacionais assumidas pela servidora no desempenho das atividades inerentes à Responsabilidade Técnica da unidade.
Art. 3º Compete à Responsável Técnica acompanhar, supervisionar e orientar tecnicamente os serviços desenvolvidos na Policlínica do CISLAGOS, zelando pelo cumprimento das normas legais, regulamentares, sanitárias e éticas aplicáveis às atividades executadas.
Art. 4º A percepção da gratificação prevista nesta Portaria permanecerá vigente enquanto a servidora estiver formalmente designada para o exercício da função de Responsável Técnica (RT), podendo ser revogada, alterada ou suspensa a qualquer tempo, conforme necessidade e interesse da Administração Pública.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do CISLAGOS.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 01/06/2026. data de sua publicação.

Alfenas, 26 de maio de 2026.

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:8BE7C593

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2025 - INSTITUTO DE OLHOS MINAS GERAIS LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do primeiro termo aditivo ao contrato administrativo nº 74/2025. CONTRATADO **INSTITUTO DE OLHOS MINAS GERAIS LTDA** O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 74 /2025. Embasamento legal

- Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo por mais 12 meses a partir do dia 24 de abril de 2026. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas, 26 de maio de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:281D7A14

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO- LOCADRIVE CB LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ torna público o extrato do termo de CREDENCIAMENTO. **LOCADRIVE CB LTDA** CNPJ 63.118.298/0001-59 OBJETO – VEÍCULOS COM E/OU SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL, INCLUINDO MANUTENÇÃO, RASTREAMENTO E SEGURO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AOS, municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará, dar-se-á na forma da Lei nº 14.133/2021, e obedece aos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2026, Processo Administrativo N° 06/2026 ITENS 1,4,5,8,9 E 11 VIGÊNCIA CONTRATUAL – 5 anos. Pará de Minas, 18 de março de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:D9C7974F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO- ULISSES GONCALVES FLORENTINO 08658078680

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ** torna público o extrato do termo de CREDENCIAMENTO **ULISSES GONCALVES FLORENTINO 08658078680** CNPJ 34.059.579/0001-80- **OBJETO** Credenciamento de interessados para locação de máquinas pesadas e equipamentos, para atender as demandas dos Municípios consorciados - Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará - CISPARÁ, conforme especificações constantes do Termo de Referência- Anexo I., e obedece aos termos do Edital de Chamamento Público nº 07/2026, Processo Administrativo N° 28/2026 LOTE 4,5,11 **VIGÊNCIA CONTRATUAL** – 05 ANOS.Pará de Minas, 25 de maio de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:F18D29E7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISTRISUL - CONSORCIO PUB. INT. DE SAUDE DA REDE DE URG. E MERG. DO TRIANGULO SUL

CONSORCIO
AVISO LICITAÇÃO 013-2026

CISTRISUL – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo Sul - Pregão Eletrônico nº 13/2026 – Contratação de seguro total dos veículos automotores que compõem a frota oficial cistrisul, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência de 24 (vinte e quatro) horas, pelo período de 12 (doze) meses. Abertura de propostas iniciais e início da sessão pública 15/06/2026, ÀS 10H00. Tudo de conformidade com a Lei 14.133/2021. Maiores informações estarão à disposição no endereço eletrônico, www.licitanet.com.br; licitacaocistrisul@gmail.com Contato (34) 3332-6800 – Setor de Licitação. CISTRISUL – Uberaba/MG.

RONDINELLE GOMES SOUSA.
Pregoeiro Substituto.

Publicado por:
Vanessa Silva Faria
Código Identificador:ED583430

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 21 DE 25 DE MAIO DE 2026

Nomear membros da Comissão Permanente para instauração, condução e deliberação de Processos Administrativos Disciplinares – PAD, visando a apuração de eventuais responsabilidades administrativas decorrentes da conduta de colaboradores do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS.

O **Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde - CIAS**, Sr. **Diran Rodrigues Filho**, no uso de suas atribuições legais e institucionais, nos termos do Protocolo de Intenções do CIAS, da 1ª Alteração do Contrato de Consórcio, e em conformidade com as Portarias nº 55, de 20 de outubro de 2017 e nº 01, de 2 de janeiro de 2023, RESOLVE:

Art. 1º Nomear, como membro e Presidente da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, a Sra. Lorena Isabella Marques Bagno, colaboradora registrada sob a matrícula nº 2145.

Art. 2º Nomear, como membros da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, a Sra. Juliana Angélica Roque da Silva, colaboradora registrada sob a matrícula nº 1656 e a Sra. Alana Patrícia de Bessa Freitas, colaboradora registrada sob a matrícula nº 1546.

Art. 3º Nomear como secretário e membro substituto da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares o Sr. Lucas Moreira Brito, matrícula nº 1264.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data em que é expedida.

Art. 5º Revogam-se as disposições anteriores e em sentido contrário.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2026

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde - CIAS

Publicado por:
Anaulizia Batista Afonso
Código Identificador:7E80C154

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA ELETRONICA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE – Publicação de Aviso de Contratação Direta – Processo Administrativo nº 042/2025 – Dispensa Eletrônica nº 016/2025 – Registro de Preços

nº 017/2025.Objeto:Registro de preços para eventual e futura aquisição de cateter intravenoso/jelco nº 16G, com dispositivo de segurança, fracassado no Processo Administrativo nº 021/2025, destinado ao SAMU Macro Centro (SAMU 192).Recebimento das propostas até o dia 08/06/2026 às 07:59. Abertura da sessão de lances dia 08/06/2026 às 08:00 horas.Aviso disponível nos sites https://www.compras.gov.br e https://cias.mg.gov.brou por meio do e-maillicitacao@cias.mg.gov.br. BH/MG, 26.05.2026–

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO –
Secretário Executivo.

Publicado por:
Paula Lavarini Matoso
Código Identificador:8E4F496C

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE – Prorrogação do Credenciamento no 001/2024 – Processo Administrativo no 015/2024 – Prorrogação do Edital. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada no gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e Vale Alimentação. Torna pública a prorrogação do Edital de Credenciamento por mais 12 meses. Data do fim do recebimento de documentos: 06/06/2027. Edital disponível nos sites https://www.licitacias.com.br/ e https://cias.mg.gov.br ou por meio do e-mail licitacao@cias.mg.gov.br. BH/MG, 25.05.2026.

Publicado por:
Paula Lavarini Matoso
Código Identificador:91A6BF78

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS
EXTRATO ARP Nº 002/2026

EXTRATO ARP Nº 002/2026

CIDRUS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, torna público extrato da ARP Nº 002/2026, tendo com objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a futura e eventual aquisição, locação com instalação e/ou somente instalação de enfeites de Natal, a serem utilizados em vias públicas, logradouros, praças e prédios públicos, destinados ao atendimento dos Municípios consorciados ao CIDRUS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme termo de referência deste edital. Empresa vencedora: MINAS LIGHT COMERCIAL E LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.397.807/0001-88, vencedora do LOTE 1, de acordo com a seguinte proposta vencedora: LOTE 1: R$ 20.967.597,00 (vinte milhões novecentos e sessenta e sete mil quinhentos e noventa e sete reais)

VIGÊNCIA DA ARP: 25/05/2026 À 25/05/2027

Candeias/MG, 26 de maio de 2026;

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Presidente CIDRUS

Publicado por:
Guilherme Henrique Lamounier
Código Identificador:6950BE61

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS
EXTRATO ARP Nº 003/2026

EXTRATO ARP Nº 003/2026

CIDRUS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, torna público extrato da ARP Nº 003/2026, tendo com objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a futura e eventual aquisição, locação com instalação e/ou somente instalação de enfeites de Natal, a serem utilizados em vias públicas, logradouros, praças e prédios públicos, destinados ao atendimento dos Municípios consorciados ao CIDRUS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme termo de referência deste edital. Empresa vencedora: LT DECORACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.727.198/0001-91, vencedora do LOTE 2, de acordo com a seguinte proposta vencedora: LOTE 2: R$ 45.185.000,00 (quarenta e cinco milhões, cento e oitenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA DA ARP: 25/05/2026 À 25/05/2027

Candeias/MG, 26 de maio de 2026;

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Presidente CIDRUS

Publicado por:
Guilherme Henrique Lamounier
Código Identificador:46D9686A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo ao Contrato Administrativo nº **86/2025**, celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI e a empresa **AMPLA SERVICES EIRELI**, inscrito no CNPJ n° 10.266.491/0001-70. Objeto: aumento de 25% no quantitativo da locação de equipamentos de informática.

Publicado por:
Aline Gomes Santana
Código Identificador:B1916641

CISAMAPI
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

O agente de contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI faz saber que pelo presente torna público os termos de apostilamento das empresas credenciadas para a alteração de valor para o exercício de 2026, referente ao credenciamento 57/2022.

Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho - 26.150.979/0001-78
Contrato 25/2024
Contrato 19/2025

Hospital São Sebastião de Raul Soares - 24.090.409/0001-04
Contrato 37/2024

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto - 23.065.329/0001-36
Contrato 65/2025

Irmandade do Hospital Nossa Senhora das Dores - 23.798.846/0001-14
Contrato 16/2024
Contrato 17/2024

Santa Casa da Misericórdia de BH - Hospital São Lucas - 17.209.891/0002-74
Contrato 29/2025

Santa Casa de Abre Campo - Hospital Nossa Senhora da Conceição - 16.527.889/0001-08
Contrato 81/2025

Ponte Nova, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Bruno Gomides Crivelaro
Código Identificador:078AFCBC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
3º ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DEFINITIVO)

3º ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DEFINITIVO)

Processo Licitatório: 086/2025
Inexigibilidade: 030/2025
Credenciamento: 017/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (CONSULTÓRIOS, CLÍNICAS, ETC.) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, DESTINADOS A ATENDER USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

No uso de minhas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital, após análise, conferência e deliberação, **adjudico e homologo** o procedimento em epígrafe.

Na qualidade de Secretário Executivo do CISREC e Autoridade Competente, adjudico e homologo o(s) lote(s) em favor das empresas devidamente habilitadas e homologadas na presente data, conforme condições estabelecidas no respectivo instrumento convocatório, a saber:

FORNECEDORES HABILITADOS	CNPJ	Valor
Gastrocentro Endoscopia E Colonoscopia Ltda - Me	27.049.904/0001-68	R$ 341.851,30
Santa Casa De Misericordia De Lagoa Santa	03.409.366/0001-07	R$ 1.459.559,82
Clinica Oto Oftalmo Center Ltda	06.057.026/0001-52	R$ 4.853.783,02
Cardiosete Clinica Cardiologica Ltda	29.711.464/0001-98	R$ 116.256,00
Associação De Proteção A Maternidade E A Infância De Matozinhos	20.984.258/0001-87	R$ 4.246.535,99
Clinica Acor Ltda MG	23.817.318/0001-65	R$ 26.766.184,16
Clinica Origem Lagoa Santa Ltda	40.473.866/0001-34	R$ 27.217.702,13
Clinica Joao Pedro Ltda	03.445.033/0001-33	R$ 1.705.290,22
Master Clínica Multiespecialidades Ltda	26.230.070/0001-20	R$ 505.585,70
Lf AP Servicos Medicos Prestados Ltda	60.103.008/0001-05	R$ 707.708,40
Cronos Prestação de Serviços Medicos	05.683.084/0001-29	R$ 341.950,59
Cronos Prestação de Serviços Médicos Ltda	05.683.084/0006-33	R$ 341.833,25
Omega Gestão Hospitalar e Saude ltda	28.963.733/0001-40	R$ 12.414.719,61

Considerando as conclusões do Relatório de Auditoria emitido pela plataforma Licitar Digital, constante em anexo, no qual restou evidenciado que a empresa Clínica Acor Ltda/MG realizou regularmente o envio de sua proposta no processo de credenciamento em 30/04/2026, inexistindo qualquer registro de exclusão, remoção ou cancelamento posterior, bem como diante da comprovação de protocolo regularmente emitido pela plataforma, verificou-se que a ausência de inclusão da referida empresa no Termo de Adjudicação e Homologação anteriormente expedido decorreu de inconsistência material do procedimento, não sendo atribuível à licitante.

Diante da comprovação superveniente da efetiva participação da empresa no certame, impõe-se a emissão de novo Termo de Adjudicação e Homologação, em observância aos princípios da legalidade, da autotutela administrativa, da isonomia, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da seleção objetiva, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, visando à correção do ato administrativo e à preservação da regularidade e segurança jurídica do procedimento.

Determina-se a publicação da íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC para a devida transparência e publicidade.

Matozinhos, 26 de maio de 2026.

MAX VINICIUS REIS PEREIRA
Autoridade Competente - CISREC

Publicado por:
Aline Marçal de Oliveira
Código Identificador:855AB356

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025
Processo Licitatório:Nº 093/2024
Modalidade:PREGÃO ELETRÔNICONº 040/2024

Contratante:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada:DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ nº 02.520.829/0001-40

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação da ata de registro para aquisição de medicamentos, destinado a atender as demandas do consórcio intermunicipal de saúde e de políticas de desenvolvimento da região do calcário e dos municípios consorciados, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, decorrente do **Processo Administrativo de Licitação n.º 093/2024**, instaurado na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 040/2024, Ata de Registro de Preços nº 054/2025**, pelas Leis Federais 14.133/21.

Valor reajustado:R$9.219.939,81 (Nove milhões, duzentos e dezenove mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos)

Assinatura: 25/05/2026

Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:1594A4B1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2025
Processo Licitatório:Nº 093/2024
Modalidade:PREGÃO ELETRÔNICONº 040/2024

Contratante:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada:MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ nº 21 681 325/0001-57

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação da ata de registro para aquisição de medicamentos,

destinado a atender as demandas do consórcio intermunicipal de saúde e de políticas de desenvolvimento da região do calcário e dos municípios consorciados, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, decorrente do **Processo Administrativo de Licitação n.º 093/2024**, instaurado na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 040/2024, Ata de Registro de Preços nº 054/2025**, pelas Leis Federais 14.133/21.

Valor reajustado:R$8.091.412,43 (Oito milhões, noventa e um mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e três centavos)

Assinatura: 25/05/2026

Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:CA139FF0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2025
Processo Licitatório:Nº 093/2024
Modalidade:PREGÃO ELETRÔNICONº 040/2024

Contratante:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada:VIVA FARMACÊUTICA S/A
CNPJ nº 10 447 355/0001-87

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação da ata de registro para aquisição de medicamentos, destinado a atender as demandas do consórcio intermunicipal de saúde e de políticas de desenvolvimento da região do calcário e dos municípios consorciados, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, decorrente do **Processo Administrativo de Licitação n.º 093/2024**, instaurado na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 040/2024, Ata de Registro de Preços nº 054/2025**, pelas Leis Federais 14.133/21.

Valor reajustado:R$2.089.036,02 (Dois milhões, oitenta e nove mil e trinta e seis reais e dois centavos)

Assinatura: 25/05/2026

Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:0B46CAC1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/CISREC/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/CISREC/2025

Processo Licitatório Nº 005/CISREC/2025
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/CISREC/2025

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: JORNAL FALA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ nº 07.311.133/0001-28

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação do contrato administrativo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços relacionados à consultoria e assessoria especializados para administração e criação de conteúdo para redes sociais, site e comunicação digital do Consórcio Intermunicipal de Saúde e de Políticas de Desenvolvimento Região do Calcário CISREC.

Assinatura: 10 de abril de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:C81B8163

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/CISREC/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/CISREC/2025

Processo Licitatório Nº 013/CISREC/2025
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/CISREC/2025

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: IBDSOCIAL
CNPJ nº 05.843.874/0001-24

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do contrato de GESTÃO tem por objeto a celebração de PARCERIA para a gestão compartilhada entre o CISREC, com intermédio da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Luzia e IBDSOCIAL, visando de a Prestação de Serviços Especializados nas áreas de Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Nutrição em atendimento ao Município de Santa Luzia - MG, decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 013/CISREC/2025, instaurado na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 008/CISREC/2025, Contrato Administrativo nº 049/CISREC/2025, pelas Leis Federais 14.133/21.

Assinatura: 15 de maio de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:1B82D4AD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/CISREC/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/CISREC/2024

Processo Licitatório Nº 044/CISREC/2024
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/CISREC/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: IBDSOCIAL
CNPJ nº 05.843.874/0001-24

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do contrato de GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS DA UNIDADE DE SAUDE – 24 HORAS – CENTRAL, PARA O MUNICIPIO DE PRUDENTE DE MORAIS, CONFORME DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO CARGO E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO PLANO DE TRABALHO, decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 044/CISREC/2024, instaurado na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 017/CISREC/2024, Contrato Administrativo nº 017/CISREC/2024, pelas Leis Federais 14.133/21.

Assinatura: 21 de maio de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:FFCE76B1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/CISREC/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/CISREC/2024

Processo Licitatório Nº 034/CISREC/2024
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/CISREC/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: SUPRIFORTE SUPRIMENTOS ATACADO E VAREJO LTDA
CNPJ nº 42.808.295/0001-77

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação do contrato administrativo que tem como objeto Fornecimento de gêneros alimentícios, para atender às necessidades do consórcio intermunicipal de saúde e de políticas de desenvolvimento da região do calcário – CISREC.

Assinatura: 12 de maio de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:713C98B1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/CISREC/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/CISREC/2024

Processo Licitatório Nº 087/CISREC/2024
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/CISREC/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: EMPRESA LUZ PARA VIDA
CNPJ nº 27.162.134/0001-65

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto deste aditivo o acréscimo no importe de 31,65% (Trinta e um vírgula sessenta e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, fundamentado no art. 125 da Lei 14.133/2021, perfazendo um aumento de R$24.167,33 (Vinte e quatro mil cento e sessenta e sete reais e trinta e três centavos).

Assinatura: 15 de maio de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:F1C67A41

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/CISREC/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/CISREC/2023

Processo Licitatório Nº 017/CISREC/2023
Modalidade: ADESÃO Nº 001/CISREC/2023

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: MUNDO TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA
CNPJ nº 07.403.266/0001-24

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação do contrato administrativo que tem como objeto a Prestação de Serviços de Solução Integrada de Telefonia Virtual IP, PABX Em Nuvem, com aparelhos, ramais IP (incluindo configuração, treinamento e suporte técnico), softphone e o Plano de Telefonia Voip , para atender as CISREC, por um período de 12 meses, decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 111/2022, instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 073/2022, Ata de Registro de Preços nº 232/2022 do Município de Ribeirão das Neves, pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores.

Assinatura: 18 de maio de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:09C75BE8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/CISREC/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/CISREC/2023

Processo Licitatório Nº 013/CISREC/2023
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/CISREC/2023

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: CENTRO AVANÇADO DE MEDICINA OCUPACIONAL LTDA
CNPJ nº 11.203.712/0001-24

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do contrato administrativo para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS

JURÍDICAS (CONSULTÓRIOS, CLÍNICAS, HOSPITAIS ETC.) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL, DESTINADOS A ATENDER OS SERVIDORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

Assinatura: 14 de maio de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:F65B1E33

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/CISREC/2022

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/CISREC/2022

Processo Licitatório Nº 018/CISREC/2022
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/CISREC/2022

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: GRIFON DIGITAL SERVICOS - FILIAL
CNPJ nº 26.579.777/0003-08

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação do contrato administrativo para Prestação de serviços de encaminhamento diário, via e-mail, de publicações oficiais, abrangendo os módulos especificados e detalhados em seu Anexo I, por um período de 12 meses bem como o reajuste anual, decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 018/2022, instaurado na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 011/2022, contrato n°098/CISREC/2022.

Assinatura: 08 de maio de 2026.
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:B318EC3B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

Processo Licitatório Nº 008/2026
Modalidade: Dispensa 005/2026

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: INSTITUTO ZURIEL CAPACITACAO E PUBLICACOES LTDA
CNPJ nº 18.553.210/0001-72

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1 - Constitui objeto do presente contrato, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO CISREC.

Valor Total do contrato: O valor global do presente contrato é de R$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais).

Assinatura: 14/05/2026
Vigência: 12 (doze) meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:A14B5E89

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026

Processo Licitatório Nº 007/2026
Modalidade: Dispensa 004/2026

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: IBDSOCIAL
CNPJ nº 05.843.874/0001-24

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1 - O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a contratação de profissionais especializados nas seguintes categorias: Analista de Processos de Imunização e Supervisor Operacional da Central de Marcação de Exames, com a finalidade de atender às demandas assistenciais, administrativas e estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde de Funilândia/MG, tanto na sede quanto no distrito Núcleo João Pinheiro, conforme planejamento da pasta.

Valor Total do contrato: O valor mensal de R$ 11.908,90 (Onze mil, novecentos e oito reais e noventa centavos), restando o valor global do presente contrato é de R$ 142.906,80 (Cento e quarenta e dois mil, novecentos e seis reais e oitenta centavos)

Assinatura: 15/05/2026

Vigência: 12 (doze) meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:D92C7324

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

Processo Licitatório Nº 023/2026
Modalidade: Dispensa 014/2026

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: CD ALGARITMOS E DADOS LTDA
CNPJ nº 58.502.042/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1 - Constitui objeto do presente contrato, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA COM MONITORAMENTO PERMANENTE DE OPORTUNIDADES, PROGRAMAS, EDITAIS, FINANCIAMENTOS E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Valor Total do contrato: O valor mensal de R$10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais), restando o valor global do presente contrato é de R$ 129.600,00 (Cento e vinte e nove mil e seiscentos reais)

Assinatura: 25/05/2026

Vigência: 12 (doze) meses

Publicado por:
Francielly Roberta Teodoro
Código Identificador:BE9BD795

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO - CIS VERDE

CISVERDE
AVISO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 004/2026 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CIS-VERDE

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CIS-VERDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, torna público o processo seletivo simplificado para contratação de profissional Analista Administrativo, destinada ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da constituição federal, da lei n.º 14.133/2021 e demais normas regentes, em atendimento às necessidades do CIS-VERDE, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

INSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO

ATIVIDADE	DATA
Início das Inscrições	01/06/2026
Término das Inscrições	17/06/2026
Análise dos Documentos e Habilitação	18/06/2026 a 19/06/2026
Divulgação do resultado preliminar de classificação	22/06/2026
Prazo de recursos referentes aos resultados dos aprovados	23/06/2026
Respostas ao eventual recurso interpostos pelos candidatos.	24/06/2026
Divulgação do Resultado Final	25/06/2026

O Edital completo estará disponível para consulta e download no site oficial do Consórcio **CIS-VERDE**: **www.cisverde.mg.gov.br**.

Carangola, 26 de Maio de 2026.

GILBERTO DAMAS DE SOUSA –
Presidente

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:FA5A5D54

CISVERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 12º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 051/2024

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o 12º (DÉCIMO SEGUNDO) Termo Aditivo ao Processo Administrativo nº 051/2024, vinculado ao Credenciamento nº 010/2024 e à Inexigibilidade nº 012/2024, que dispõe sobre a atualização da Tabela de Procedimentos e Exames do Consórcio, conforme Anexo I do Termo de Referência do Edital de Credenciamento. O presente Termo Aditivo tem por finalidade corrigir econômico-financeiramente os valores do segmento de Neurologia.

Carangola, 26 de maio de 2026.

GILBERTO DAMAS DE SOUZA –
Presidente.

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:206A661F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CIMMESF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE CONTRATO

CIMMESF – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: 008/2026
Dispensa de Licitação: 005/2026
Contrato: 008/2026

Contratante: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco, CNPJ 01.275.576/0001-24

Contratado: CONECTV LTDA ME , inscrita no CNPJ sob oNº 17.347.928/0001-40.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA DE 1GB EM FIBRA OPTICA E COM IP FIXO, SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CIMMESF

Vigência:
26/05/2026 a 25/05/2027

Valor total: R$ 2.638,80 (Dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)

ALEXANDRO COSTA CÉSAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Monica Aparecida Dos Santos
Código Identificador:46B2AFA5

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026
DISPENSA 005/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF – Consórcio Público inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24 com sede Administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna público o EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 – SINTESE DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de internet banda larga de 1gb em fibra optica e com ip fixo, serviços de telefonia fixa, para atender as necessidades do CIMMESF. DESPACHO DE RATIFICAÇÃO: 22/05/2026, EMPRESA CONTRATADA: Conectv Ltda - ME, CNPJ 17.347.928/0001-40, VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.638,80 (Dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) mese. Maiores informações através do telefone (38) 3740-1701 ou pelo e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br de segunda a sexta de 08:00 às 17:00h.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Monica Aparecida Dos Santos
Código Identificador:37EBA9A0

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2024
CREDENCIAMENTO 004/2024

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE REEQUILIBRIO DE PREÇOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF – Consórcio Público inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24 com sede Administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna público o **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO REEQUILIBRIO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2024 – CREDENCIAMENTO 004/2024 – SINTESE DO OBJETO:** Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas com sede nas Cidades de Montes Claros, Belo Horizonte e Pirapora, sob o regime de credenciamento, para a prestação de serviços de hospedagem, alimentação para pacientes e acompanhantes, devidamente autorizados, encaminhados pelo setor de Tratamento Fora de Domicílio das Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios consorciados, que necessitem, pela distância do seu domicílio, pernoite e alimentação, para aguardar atendimento aos hospitais ou clínicas credenciadas de atendimento SUS. **DESPACHO DE RATIFICAÇÃO:** 21/05/2026. Maiores informações através do telefone (38) 3740-1701 ou pelo e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br de segunda a sexta de 08:00 às 17:00h.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Monica Aparecida Dos Santos
Código Identificador:BC2EA548

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2024
CREDENCIAMENTO 004/2024

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF – Consórcio Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24 com sede Administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG de acordo com as disposições do Edital, torna público **a RETIFICAÇÃO DO PROCESSO Nº 014/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 004/2024** – que tem como objeto o **Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas com sede nas Cidades de Montes Claros, Belo Horizonte e Pirapora, sob o regime de credenciamento, para a prestação de serviços de hospedagem, alimentação para pacientes e acompanhantes, devidamente autorizados, encaminhados pelo setor de Tratamento Fora de Domicílio das Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios consorciados, que necessitem, pela distância do seu domicílio, pernoite e alimentação, para aguardar atendimento aos hospitais ou clínicas credenciadas de atendimento SUS**. A retificação e o Edital retificado em inteiro teor estarão à disposição pelo site www.cimmesf.mg.gov.br ou pelo e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br de segunda a sexta de 07:00 às 12:00. Maiores informações, através do telefone (38) 3740- 1701.

ARYELLE DUARTE ALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Monica Aparecida Dos Santos
Código Identificador:9211A92E

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N° 047/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026.

Em face à Ata de Habilitação e Julgamento e ao Mapa de Apuração das propostas juntos aos presente autos, ADJUDICO como vencedoras do presente certame a empresa: A & C MAERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n° 04.675.938/0001-62 nos lotes 01 e 03, com valor total de R$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil quinhentos reais); do referido Processo Licitatório para aquisição de materiais diversos (areia, poliédrico e pó de pedra) a serem utilizados em diversas ruas de diversos bairros para serviços de reparos e recomposições de reparos feitos por funcionários do DAE, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do edital.
Encaminho os presentes autos para Homologação.

João Monlevade - MG, 21 de maio de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Fernanda de Oliveira Cezar
Código Identificador:E5135BC8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Município de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna público a celebração do Contrato Nº 031/2026, com a empresa **EP - PAPELARIA - MARIA DA CONCEICAO LIMA DA COSTA BICALHO, inscrita no CNPJ 65.315.566/0001-58.**
O presente contrato decorre do processo licitatório n° 052/2026, modalidade Dispensa n° 036/2026, regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Objeto: Constitui o objeto do presente termo contratual a Aquisição de material de expediente e papelaria, com a finalidade de atender as necessidades do Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade, em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento.

Valor: O valor total do presente contrato é de R$ 2.806,00 (dois mil, oitocentos e seis reais).

Prazo de vigência: O presente contrato terá validade até 22/05/2027, a contar da data de sua assinatura

João Monlevade, 22 de maio de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:CAD64BB3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Município de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso

Martins, torna público a celebração do Contrato Nº 032/2026, com a empresa **A&C Material de Construção Ltda, inscrita no CNPJ 04 675 938/0001-62.**
O presente contrato decorre do processo licitatório n° 047/2026, modalidade Pregão Eletrônico n° 006/2026, regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Objeto: Constitui o objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DIVERSOS (AREIA, POLIEDRICO, PÓ DE PEDRA) A SEREM UTILIZADOS EM DIVERSAS RUAS DE DIVERSOS BAIRROS PARA SERVIÇOS DE REPAROS E RECOMPOSIÇÕES DE REPAROS FEITOS POR FUNCIONARIOS DO D.A.E., DESTINADOS ÀS ATIVIDADES ROTINEIRAS DO DAE DE JOÃO MONLEVADE, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência, conforme condições e exigências constantes no Anexo I do edital e no Pregão Eletrônico nº. 006/2026.

Valor: O valor total do presente contrato é de R$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais).

Prazo de vigência: O contrato decorrente deste Pregão Eletrônico terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

João Monlevade, 26 de maio de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:7943E326

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2022

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna pública a celebração do Quarto Termo Aditivo ao contrato nº. 017/2022 – **LUBTRANS COMERCIO SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ nº 24.331.946/0001-07.**

O presente Termo Aditivo tem por objeto promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 017/2022, em razão da superveniência de fato que impactou diretamente os custos de execução contratual, bem como proceder à prorrogação de sua vigência, assegurando a continuidade da prestação dos serviços de transporte de pessoal, materiais, ferramentas e outros objetos, conforme originalmente pactuado no instrumento contratual.

Em decorrência da comprovação inequívoca do aumento extraordinário dos custos de combustível e de seu impacto direto na composição de preços da contratação, fica concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a aplicação do percentual de 8,35% sobre o valor unitário originalmente pactuado.
Em razão disso, o valor da hora de prestação dos serviços passa de R$ 32,05 (trinta e dois reais e cinco centavos) para R$ 34,73 (trinta e quatro reais e setenta e três centavos), restabelecendo-se, assim, a equação econômico-financeira originalmente ajustada entre as partes.

Considerando o saldo contratual estimado de 2.280 (duas mil duzentas e oitenta) horas de prestação de serviços, conforme previsto no instrumento originário, o valor global do contrato será automaticamente atualizado em função do novo valor unitário estabelecido, mantendo-se inalterada a quantidade inicialmente estimada

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 017/2022 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 26 de MAIO de 2026 a 25 de MAIO de 2027, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista tratar-se de serviço de natureza contínua, cuja interrupção comprometeria a adequada prestação dos serviços públicos desempenhados pelo CONTRATANTE.

João Monlevade, 25 de maio de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:25DE77BF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2024

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna pública a celebração do Segundo Termo Aditivo ao contrato nº. 040/2024 – **Akavo Quimica Comercial Ltda., CNPJ nº 37 805 845/0001-64.**

É objeto do presente primeiro termo aditivo a prorrogação de vigência do contrato nº020/2024, pelo período de 12 (doze) meses, conforme art. 105 da Lei Federal, Lei nº 14133/2021, iniciando-se em 20/05/2026 até 20/05/2027, conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR	VALOR ATUALIZADO COM PERCENTUAL DE REEQUILÍBRIO DE 0,61% IGPM	Valor total
CLORETO DE SÓDIO - SAL GROSSO NÃO MOÍDO	290.000 KG	R$ 0,92	R$ 0,93	R$ 269.700,00

Valor Total do aditivo: R$ 269.700,00 (Duzentos e sessenta e nove mil e setecentos reais).

Este Termo Aditivo estará vigente pelo período de 12 (doze) meses iniciando em 20/05/2026 até 20/05/2027.

João Monlevade, 22 de maio de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:FC78BF51

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS HOMOLOGAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N° 047/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026.

HOMOLOGO o resultado do presente Processo Licitatório, que declara vencedoras do presente certame a empresa: A & C MAERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n° 04.675.938/0001-62 nos lotes 01 e 03, com valor total de R$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil quinhentos reais), do referido Processo Licitatório para aquisição de materiais diversos (areia, poliédrico e pó de pedra), a serem utilizados em diversas ruas de diversos bairros para serviços de reparos e recomposições de reparos feitos por funcionários do DAE, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do edital, para que a homologação nela procedida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

João Monlevade - MG, 21 de Maio de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Fernanda de Oliveira Cezar
Código Identificador:2ED7F411

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
PAL 012 PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE
PUBLICA PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026

A Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie de Itamarandiba-MG torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 004/2026, Processo Licitatório nº 012/2026, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE SAÚDE BUCAL, COMPREENDENDO MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE HIGIENE ORAL, TAIS COMO ANTISSÉPTICOS BUCAIS, CREMES DENTAIS, ESCOVAS DENTAIS E INSUMOS CORRELATOS, DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP**. Data de início de recebimento de propostas 27/05/2026. Data de encerramento de recebimento de propostas 09/06/2026 às 08:59h. Mais informações pelo e-mail: licitacao@fhap.mg.gov.br, editais pelo site: https://fhap.mg.gov.br/transferencia/licitacoes. Telefone: (38) 3521-1257 ou (38) 93300-9763.

VIVIANE FIGUEIREDO
Agente de Contratação.

Publicado por:
Viviane Silva Figueiredo
Código Identificador:65E33261

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL

FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL
EXTRATO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N.º 004/2026

A FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL DE FRUTAL/MG torna público o resultado do Dispensa Eletrônica de Licitação nº **004/2026**, Processo Administrativo nº **0258/2026**, cujo objeto é:

"Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em grupo motor gerador (GMG), para atender as demandas da Fundação Hospital Frei Gabriel, pelo período estimado de 12 (doze) meses."

Resultado: O certame foi declarado **DESERTO**. Não houve interessados.

Frutal-MG, 26 de maio de 2026.

ELIAS ANDRÉ DA SILVA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Elias André da Silva
Código Identificador:8A6FAC58

ESTADO DE MINAS GERAIS
HOSPITAL MUNICIPAL GIL ALVES

SETOR DE LICITAÇÕES
SUSPENSÃO PE 24/2026

SUSPENSÃO DE SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO
O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES torna pública a SUSPENSÃO da Sessão Pública do PL. 033/2026 – PE 024/2026;que transcorreria no dia 27/05/2026 às 09h00minh. Nova data da sessão será definida após adequações no edital.

BIANCA CLAUDINA FERNANDES PEIXOTO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Bianca Claudina Fernandes Peixoto
Código Identificador:F8767902

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM 121/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o inciso VIII do art. 73 da Lei 4643/07;
Resolve:

Art.1º- Conceder progressão por merecimento, nos termos do art. 24 do anexo I da Lei nº 4643/07 a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Nível Atual	Próximo Nível	Data
Ana Maria Malaquias Rangel - 86	Técnico (a) Previdenciário	TVNPIII-B05 (I30050B)	TVNPIII-C01 (I30010C)	01/05/2026

Art.2º – Revogadas as disposições em contrário a presente portaria retroage seus efeitos a contar da data acima.

Pouso Alegre, 26 de maio de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

ALINE MONTEIRO DE OLIVEIRA
Diretora de Administração

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:83E77638

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM 123/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o inciso VIII do art. 73 da Lei 4643/07;
Resolve:

Art.1º- Conceder progressão por merecimento, nos termos do art. 24 do anexo I da Lei nº 4643/07 a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Nível Atual	Próximo Nível	Data
Rosângela Aparecida dos Santos - 92	Auxiliar de Serviços	TVNPI-B04	TVNPI-C01	01/05/2026

Art.2º – Revogadas as disposições em contrário a presente portaria retroage seus efeitos a contar da data acima.

Pouso Alegre, 26 de maio de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

ALINE MONTEIRO DE OLIVEIRA
Diretora de Administração

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:932F1DA5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ABADIA DOS DOURADOS

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0186/2025 - CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO ZERO KM TIPO – ÔNIBUS RURAL ESCOLAR – ORE 2 – TRANSMISSÃO MECÂNICA)

PROCESSO DE ADESÃO Nº 093/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados - MG

CONTRATADO: **IVG BRASIL LTDA – CNPJ: 36.519.422/0001-15**

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem ADITAR o contrato de fornecimento em 0,925% (zero vírgula noventa e dois mais cinco por cento). Acréscimo de 3.939,68 ao valor do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Fernando Pereira Borges
Código Identificador:37EBB93B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE AÇUCENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DA PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N.º 005/2026.

Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia destinados à execução de pavimentação em piso intertravado com blocos sextavados e implantação de sistema de drenagem pluvial no povoado de Belo Monte, no Município de Açucena/MG, conforme anexos deste edital de Concorrência Pública n.º 005/2026 Prorrogação Data de Abertura: 29 de maio de 2026 às 13h. O edital encontra-se à disposição no através do endereço eletrônico www.acucena.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações AMM Licita (Licitar Digital), através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Prefeitura. Açucena/MG, 25 de maio de 2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:B0771FB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ÁGUA COMPRIDA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO Nº 108, DE 25 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR E DOS FISCAIS DOS CONTRATOS OU ARP.

Considerando a previsão na Lei de Licitações 14.133/2021 da necessidade de nomeação de um gestor e um fiscal para o contrato abaixo, visando o controle e execução dos mesmos, **GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES**, Prefeito do Município de Água Comprida, Estado de Minas Gerais no uso das atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Nomear **Cláudio Manoel De Oliveira**, brasileiro, casado, Secretário Municipal de Infraestrutura, inscrito no CPF 696.864.596-34, para atuar como **GESTOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 033/2026 CONCORRÊNCIA 001/2026 (processo 025.06/2026),** para Contratação de empresa de engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais projeto Minha Casa Minha Vida, nos termos do projeto, especificações técnicas, planilhas e cronograma e demais anexos, sob forma de execução indireta conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2° - Nomear **Hélio Gomes Júnior**, Engenheiro Civil inscrito no CREA 29199/D-MG, inscrito no CPF nº 427.764.656-53, para atuar como **FISCAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 033/2026 CONCORRÊNCIA 001/2026 (processo 025.06/2026),** para Contratação de empresa de engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais projeto Minha Casa Minha Vida, nos termos do projeto, especificações técnicas, planilhas e cronograma e demais anexos, sob forma de execução indireta conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, desde que acompanhado do aceito do gestor (a) e fiscal nomeados acima.

(x) Ciente de ser Gestor dos Contratos acima apontados.
Assinatura:_____
(x) Ciente de ser Fiscal dos Contratos acima apontados.
Assinatura:_____

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Município de Água Comprida-MG, 25 de Maio de 2026.

GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:A43EB7C6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ARPS - PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Rubens César Bessa Tosta, CNPJ 48.275.954/0001-33. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de material de expediente para atender as diversas secretarias que compõem a estrutura organizacional do Município. **Valor:** R$ 6.744,30 (seis mil setecentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 009/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 025/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Empório das Licitações Comércio Ltda, CNPJ 41.087.715/0001-00. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de material de expediente para atender as diversas secretarias que compõem a estrutura organizacional do Município. **Valor:** R$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 009/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e AM&C Distribuidora Ltda, CNPJ 54.853.906/0001-88. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de material de expediente para atender as diversas secretarias que compõem a estrutura organizacional do Município. **Valor:** R$ 154.923,41 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 009/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Fabiane Pontes Grossi Brina, CNPJ 63.514.106/0001-23. **Objeto** registro de

preços para eventuais e futuras aquisições de material de expediente para atender as diversas secretarias que compõem a estrutura organizacional do Município. **Valor:** R$ 24.904,40 (vinte e quatro mil novecentos e quatro reais e quarenta centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 009/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Thainá Oliveira de Souza, CNPJ 65.633.668/0001-11. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de material de expediente para atender as diversas secretarias que compõem a estrutura organizacional do Município. **Valor:** R$ 20.047,80 (vinte mil quarente e sete reais e oitenta centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 009/2026.

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:31144357

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ARPS - PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Total Segurança Equipamentos de Proteção e Serviços Especializados Ltda, CNPJ 13.851.726/0001-80. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Município. **Valor:** R$ 273,00 (duzentos e setenta e três reais). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 012/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Wtrade Intermediação de Negócios Ltda, CNPJ 21.856.981/0001-43. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Município. **Valor:** R$ 4.643,60 (quatro mil seiscentos e quarenta e três reais e sessenta centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 012/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Gisele Guerreiro Gonçalves, CNPJ 26.003.411/0001-24. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Município. **Valor:** R$ 19.462,80 (dezenove mil quatrocentos e sessenta e dois mil e oitenta centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 012/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Cirúrgica Clara Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ 44.303.986/0001-44. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Município. **Valor:** R$ 705,20 (setecentos e cinco reais e vinte centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 012/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Comercial J&C Comex Ltda, CNPJ 46.687.136/0001-12. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Município. **Valor:** R$ 99.237,05 (noventa e nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinco centavos). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 012/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e SKY Clean Com. Equipamentos Ltda, CNPJ 55.442.589/0001-70. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Município. **Valor:** R$ 14.100,00 (catorze mil e cem reais). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 012/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2026

Espécie: Ata de Registro de Preços que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e CCA Soluções Ltda, CNPJ 46.191.449/0001-85. **Objeto** registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Município. **Valor:** R$ 32.880,00 (trinta e dois mil oitocentos e oitenta reais). **Vigência**: 06/05/2026 a 06/05/2027. **Data da assinatura**: 06/05/2026. **Processo**: Pregão eletrônico 012/2026.

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:460D7799

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 036/2026

Espécie: termo de contrato que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Assistop Saneadora Uberaba Ltda, CNPJ 05.440.065/0001-71. **Objeto**: Contratação de empresa especializada no serviço de desentupimento e manutenção da rede de esgoto municipal por meio de hidrojateamento, de forma preventiva e corretiva. **Valor:** R$ 109.998,00 (cento e nove mil novecentos e noventa e oito mil reais)**. Vigência**: 22/05/2026 a 22/05/2027. **Data da assinatura**: 22/05/2026. **Representantes**: Gustavo de Almeida Gonçalves, prefeito municipal e André Luis de Freitas Silva, representante legal. **Processo**: pregão eletrônico 011/2026.

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:122144DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 090/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 165/2026
DISPENSA 090/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial do paciente **Edigio Torres,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com a sociedade empresarial: "**GHC MED DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 49.539.365/0001-88"** no valor global de R$ 223,20 (duzentos e vinte e três reais e vinte centavos) e **DROGARIA CIDADE ALTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 07.262.143/0003-82"** no valor global de R$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 26 de maio de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:E7420E1F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 091/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 166/2026
DISPENSA 091/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial da paciente **Ana Luiza da Silva Rezende,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com a sociedade empresarial: "**TOTAL FARMA DE MURIAÉ LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o número: 12.817.080/0001-51"** no valor global de R$ 1.500,00 (hum mil, quinhentos reais), "**GHC MED DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 49.539.365/0001-88"** no valor global de R$ 385,80 (trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos) e "**DROGARIA CIDADE ALTA LTDA**, **inscrita no CNPJ sob o número: 07.262.143/0003-82** no valor global de R$ 593,40 (quinhentos e noventa e três reais e quarenta centavos)

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 26 de maio de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:C3C12A88

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 092/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 167/2026
DISPENSA 092/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial da paciente **Joana Darc de Araújo Santos,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com a sociedade empresarial: "**DROGARIA BAIRRO DA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 38.585.469/0001-02"** no valor global de R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), "**DROGARIA CIDADE ALTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 07.262.143/0003-82"** no valor global de R$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais) e "**GHC MED DISTRIBUIDORA LTDA**, **inscrita no CNPJ sob o número: 49.539.365/0001-88",** no valor global de R$ 117,00 (cento e dezessete reais) e "**TOTAL FARMA DE MURIAE LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o número: 12.817.080/0001-51",** no valor global de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais)

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 26 de maio de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:A969E2A8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO PE 036/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO

Processo Licitatório: 145/2026
Pregão Eletrônico 036/2026

Assunto: Contratação de empresa de locação de Ambulância de remoção simples Tipo A, incluindo motorista e técnico de enfermagem, para acompanhamento do evento FEXPO 2026, conforme condições e especificações contidas neste termo.
O departamento jurídico compulsando os altos verificou que houve um equívoco em relação à cotação de preço realizada e o valor estimado da contratação.
Após análise técnica da Secretaria responsável e parecer jurídico emitido, constatou-se a necessidade da retomada da fase interna do processo, incluindo nova pesquisa de preços.
Diante desse cenário, foi realizada tentativa de adequação dos dados já inseridos no sistema. Contudo, as modificações solicitadas impactam significativamente toda a estrutura processual, inclusive as informações já vinculadas à Plataforma Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tornando inviável a continuidade do certame nos moldes atualmente estabelecidos.
Assim sendo, eu, Paulo Henrique Marinho Goldstein, Prefeito do Município de Além Paraíba/MG
RESOLVO:

REVOGAR o presente processo, por motivo de conveniência e oportunidade, com fundamento no inciso II, do art. 71 da Lei 14.133/2021.

Determino ainda, que os setores competentes procedam à publicação do presente no sitio eletrônico e diário oficial do município.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador:F48D8578

DEPARTAMENTO COMPRAS
AVISO COLETA DE PREÇOS – COTAÇÃO 208/2026

A Prefeitura Municipal de Além Paraíba vem através deste, informar que está realizando pesquisa de preços para EMULSÃO ASFALTICA CATIÔNICA DE RUPTURA LENTA RL – 1C.
Para maiores informações, os interessados poderão solicitar os arquivos no e-mail cotacao@alemparaiba.mg.gov.br para elaborarem seus orçamentos até Sexta - feira, 29/05/2026, 18h00.
Maiores esclarecimentos (32) 3466-5150,

APARECIDA OLIVEIRA –
Divisão de Compras.

Publicado por:
Aparecida Silva de Oliveira
Código Identificador:82F55A84

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação

Prefeitura Municipal de Além Paraíba – MG e Asilo Ana Carneiro, atendendo ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil estipulado pela Lei 13.019/14, é dispensado o chamamento público para apoio ao Termo de Fomento da Asilo Ana Carneiro, CNPJ: 20.456.125/0001-38, localizada na Rua Eduardo Jordão, nº 391 – Vila Caxias, nesta cidade, conforme justificativa a seguir: Considerando as disposições dos artigos 31 e 32 da Lei 13.019/14, entende-se ser inexigível o chamamento público pela inviabilidade de competição e pela natureza jurídica da entidade a ser beneficiada (art 31), tendo o fomento como objetivo do Projeto Cuidado e Dignidade ao Idoso: que é proporcionar aos 69 acolhidos atenção integral, para manutenção das atividades da Instituição de Longa Permanência para idosos, garantindo acolhimento integral cuidados básicos, saúde, alimentação, higiene e bem estar aos idosos institucionalizados.

Além Paraíba, 19 de maio de 2026

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:886616DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 004/2026
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 004/2026 CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

A PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2024, conforme relação constante no ANEXO I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Os candidatos relacionados no ANEXO I deste edital, após a presente convocação, deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, situada à Rua Dr Antônio Augusto Junqueira, nº 63, Porto Velho, Além Paraíba - MG, **entre os dias 27 a 29 de maio de 2026, no horário compreendido das 12h às 17h, munidos da documentação, relacionados no ANEXO II deste edital.**
Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do ANEXO II acarretará o não cumprimento da exigência do item **1**.
1.3 Os convocados que não atenderem ao presente chamado ou mesmo renuncie ao seu direito seja qual razão for, serão substituídos pelos concorrentes, obedecida a ordem de classificação, em conformidade com o EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO.

DOS EXAMES MÉDICOS

Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.1.1 O exame será realizado por médico designado pela prefeitura municipal.

Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado **(prazo máximo de 30 dias).**

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

A publicação dos atos de nomeação se dará por decreto e/ou portaria, obedecendo a legislação vigente.

DA POSSE

Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em até 3(três) dias úteis na Prefeitura de Além Paraíba para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.
Da data da posse, o candidato terá 01 dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo secretário à qual ficará subordinado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA, 26 DE MAIO DE 2026.

RITA DE CÁSSIA FONSECA ROCHA
Secretária Municipal de Educação

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal de Além Paraíba

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 004/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2024
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PROFESSOR AEE – SALA DE RECURSO

Classificação	Nº Inscrição	Nome
11º	200250003462	Agatha Matilde Soares Da Silva

SECRETÁRIO DE ESCOLA

Classificação	Nº Inscrição	Nome
10º	200250000787	Fabiano Vieira De Oliveira

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 004/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2024
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

( ) – Certidão de Nascimento ou Casamento;
( ) – Certidão de Nascimento dos filhos, se os tiver;
( ) _ CPF dos dependentes ;
( ) – Cartão de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
( ) – Carteira de Identidade;
( ) – Título de Eleitor;
( ) – Cartão do PIS/PASEP;
( ) – Cartão do CPF;
( ) – Certificado de reservista, se do sexo masculino;
( ) – Duas fotos 3X4;
( ) – Atestado médico de sanidade física e mental, que comprove real capacidade para o exercício do cargo a que se candidata expedido pelos médicos e psicólogos responsáveis pelo atendimento aos funcionários da PMAP (Marcar a avaliação de sanidade física no RH);
( ) – Cópia e original dos documentos que comprovem a escolaridade e experiência exigidas para o cargo, conforme discriminado no Edital;
( ) – Atestado de bons antecedentes;
( ) – Atestado de que está em dia com as obrigações eleitorais, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias;
( ) – Exames de Hemograma completo, Glicemia de jejum, Colesterol total e frações, Triglicerídeos, Ácido úrico, Creatinina, TSH e ITL, Anti HVA IgG e IgM, Parasitológico de Fezes e Urina rotina, Tipo sanguíneo e Fator RH;
( ) – Comprovante de Residência, constando todos os dados (rua, nº, bairro, cidade, estado, telefone);
( ) _ Cópia da Carteira de Trabalho (folha com foto e folha com os dados);
( ) _ CNIS (tempo de contribuição junto ao INSS);

Publicado por:
Gleydmar Percegoni Thurler Mendonça
Código Identificador:19B32EE9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 48/2026- PROIBIÇÃO DE VENDA DE BEBIDAS EM RECIPIENTES DE VIDRO, DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM OBJETOS PERFURANTES E SOBRE MEDIDAS DE SEGURANÇA DURANTE A XVI FESTA AGROPECUÁRIA DE ALVORADA DE MINAS/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53

DECRETO MUNICIPAL Nº 48/2026, DE 26 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE VENDA DE BEBIDAS EM RECIPIENTES DE VIDRO, DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM OBJETOS PERFURANTES E SOBRE MEDIDAS DE SEGURANÇA DURANTE A XVI FESTA AGROPECUÁRIA DE ALVORADA DE MINAS/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, DANILIO CLESSIO FERREIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o comércio de bebidas e alimentos durante a realização da XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG;
CONSIDERANDO a necessidade de preservar a segurança, saúde e integridade física dos munícipes e visitantes durante o período festivo;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o funcionamento das barracas e demais pontos de comercialização instalados no espaço do evento;
CONSIDERANDO o interesse público na manutenção da ordem, tranquilidade e segurança coletiva;
DECRETA:
Art. 1º Fica proibida, no espaço destinado à realização da XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG, a venda e comercialização de bebidas alcoólicas e demais bebidas acondicionadas em garrafas, copos ou quaisquer recipientes de vidro, durante o período de 28 a 31 de maio de 2026.
§ 1º Fica proibida a entrada, permanência ou circulação de pessoas portando garrafas, copos ou recipientes de vidro no interior do espaço do evento**.**
§ 2º O descumprimento das disposições deste artigo sujeitará o infrator às medidas administrativas cabíveis, inclusive apreensão dos materiais, fechamento do estabelecimento e cassação do Alvará de Funcionamento, sem prejuízo da atuação das autoridades competentes.
Art. 2º Fica proibida a comercialização de alimentos acondicionados ou servidos em objetos perfurantes ou que possam oferecer risco à integridade física dos participantes do evento.
Parágrafo único. Os alimentos deverão ser comercializados em embalagens descartáveis ou materiais não perfurantes e adequados ao consumo seguro.
Art. 3º As casas comerciais, mercados, bares, barracas e estabelecimentos similares localizados fora da área delimitada do evento poderão comercializar bebidas em recipientes de vidro normalmente, observadas as demais normas legais aplicáveis.
Art. 4º As barracas autorizadas no espaço do evento deverão disponibilizar, em local visível e de fácil acesso ao público, ao menos um recipiente para acondicionamento de lixo com capacidade mínima de 50 (cinquenta) litros.
Art. 5º Fica proibida a entrada de bebidas, coolers, caixas térmicas ou recipientes similares no espaço do evento.
Art. 6º Fica proibida a venda, fornecimento ou entrega de bebida alcoólica a menores de 18 (dezoito) anos, nos termos da legislação vigente.
Art. 7º A fiscalização do cumprimento deste Decreto será exercida pelos órgãos competentes do Município, com apoio da Polícia Militar, quando necessário.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Alvorada de Minas/MG, 26 de maio de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Av. José Madureira Horta n°190 Centro–CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:9E15E3B3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 49/2026- ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE NAS ÁREAS PÚBLICAS NO ENTORNO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DURANTE A XVI FESTA AGROPECUÁRIA DE ALVORADA DE MINAS/MG,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
_CNPJ N°._18.303.164/0001-53

DECRETO MUNICIPAL Nº 49/2026, DE 26 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE NAS ÁREAS PÚBLICAS NO ENTORNO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DURANTE A XVI FESTA AGROPECUÁRIA DE ALVORADA DE MINAS/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, DANILIO CLESSIO FERREIRA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de organização, segurança, mobilidade urbana e ordenamento do comércio eventual e ambulante durante a realização da XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG;
CONSIDERANDO o interesse público na preservação da ordem pública, da segurança dos frequentadores e da adequada utilização dos espaços públicos;
DECRETA:
Art. 1º Fica proibida a instalação e funcionamento de pontos clandestinos de venda de bebidas, alimentos, roupas, brinquedos e/ou similares nas áreas públicas localizadas no entorno do Parque de Exposições durante a realização da XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG.
Art. 2º O funcionamento de comércio eventual e a atuação de comerciantes ambulantes nas áreas públicas compreendidas entre o início da Rua do Serro, em direção ao Centro da cidade, até o encontro com a Rua Júlio de Abreu, em ambos os sentidos, somente serão permitidos mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. A proibição prevista no caput deste artigo vigorará entre os dias 28 e 31 de maio de 2026 para aqueles que não possuírem autorização municipal.
Art. 3º A instalação e funcionamento de barracas destinadas à comercialização de bebidas, alimentos, roupas, brinquedos e/ou similares na área de entrada do Parque de Exposições somente serão permitidos em local previamente delimitado pelo Município, conforme croqui oficial do evento, e mediante expedição do competente Alvará de Funcionamento.
§ 1º As barracas autorizadas deverão observar o padrão máximo de 9 m² (nove metros quadrados), correspondentes às dimensões de 3m x 3m, sendo vedada a ultrapassagem dessas medidas.
§ 2º As estruturas deverão ser montadas preferencialmente com material metálico tipo "metalon" ou similar, admitindo-se também madeira ou bambu, desde que garantidas as condições mínimas de segurança.
§ 3º A utilização de mesas e cadeiras será permitida apenas aos comerciantes permanentes regularmente autorizados.
Art. 4º A fiscalização do cumprimento deste Decreto será realizada pelos órgãos competentes do Município, podendo haver apreensão de mercadorias e retirada das estruturas instaladas irregularmente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Alvorada de Minas/MG, 26 de maio de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Av. José Madureira Horta n°190 Centro–CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:7431C1A7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 50/2026- PROIBIÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE SOM AUTOMOTIVO DURANTE A XVI FESTA AGROPECUÁRIA DE ALVORADA DE MINAS/MG, REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE SHOWS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53

DECRETO MUNICIPAL Nº 50/2026, DE 26 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE SOM AUTOMOTIVO DURANTE A XVI FESTA AGROPECUÁRIA DE ALVORADA DE MINAS/MG, REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE SHOWS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, DANILIO CLESSIO FERREIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de preservação da ordem pública, segurança, sossego e organização durante a realização da XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG;
DECRETA:
Art. 1º Fica proibido o funcionamento de equipamentos de som automotivo, bem como de equipamentos sonoros assemelhados, nas vias, praças, avenidas e demais logradouros públicos situados na sede do Município, no período de 28 a 31 de maio de 2026, durante a XVI Festa Agropecuária.
§ 1º A proibição prevista no caput aplica-se aos veículos em movimento, parados ou estacionados em vias públicas, bem como em espaços privados de livre acesso ao público, tais como postos de combustíveis, bares e estacionamentos.
§ 2º Excluem-se da proibição prevista neste artigo os veículos oficiais em serviço da Prefeitura Municipal e aqueles previamente autorizados pelo Poder Executivo Municipal mediante expedição de alvará específico, devendo o responsável portar a autorização durante todo o evento.
Art. 2º O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará o infrator às medidas administrativas cabíveis, inclusive apreensão do equipamento sonoro, sem prejuízo da atuação das autoridades competentes.
Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se som automotivo qualquer equipamento de reprodução sonora rebocado, instalado, acoplado ao porta-malas ou sobre a carroceria de veículos automotores, bem como equipamentos assemelhados.
Art. 4º O transporte de equipamentos sonoros por meio de reboque, porta-malas ou sobre carrocerias deverá ocorrer obrigatoriamente com proteção acústica que cubra integralmente os cones dos alto-falantes.
Art. 5º Fica permitida a realização de shows ao vivo em bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais congêneres durante o período da Festa Agropecuária, desde que previamente autorizados pelo Município mediante alvará específico.
§ 1º Os eventos autorizados poderão ocorrer entre 12h00 e 18h00.
§ 2º O descumprimento do horário estabelecido implicará a interrupção imediata do evento pela autoridade competente, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Alvorada de Minas/MG, 26 de maio de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Av. José Madureira Horta n°190 Centro–CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:31E3B830

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 51/2026-NTRADA E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA XVI FESTA AGROPECUÁRIA DE ALVORADA DE MINAS/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53

DECRETO MUNICIPAL Nº 51/2026, DE 26 DE MAIO DE 2026

"Dispõe sobre a entrada e permanência de crianças e adolescentes na XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, DANILIO CLESSIO FERREIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes durante a XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG;
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizada a entrada e permanência de menores de 16 (dezesseis) anos na XVI Festa Agropecuária de Alvorada de Minas/MG, desde que acompanhados pelos pais ou responsável legal.
Art. 2º- Fica permitida a entrada e permanência para adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos desde que apresentem documento de identificação original com foto e a autorização escrita assinada pelos pais.
Parágrafo único- A autorização de que trata o caput deverá conter:
I- nome completo do menor e documento de identificação;
II- data de nascimento;
III- nome completo do responsável legal;
IV- telefone para contato;
V- nome do acompanhante autorizado;
VI- assinatura do responsável legal.
Art. 3º- É expressamente proibida a venda, fornecimento, entrega ou consumo de bebidas alcoólicas para menores de 18 (dezoito) anos, nos termos da legislação vigente.
Art. 4º- Os organizadores do evento deverão afixar, em local visível, aviso contendo as regras de acesso e permanência de menores de idade.
Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Alvorada de Minas/MG, 26 de maio de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Av. José Madureira Horta n°190 Centro–CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:60BC4A1D

LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS ("CAPUT" DO ART. 86 DA LEI N. 14.133)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG TORNA PÚBLICO a intenção de registro de preços para futura e eventual aquisição de enxovais destinados ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde e da Casa de Apoio vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Alvorada de Minas/MG, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Estudo Técnico Preliminar. Os órgãos que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, deverão MANIFESTAR seu interesse, mediante o encaminhamento ao órgão de Compras e Licitações, de ofício afirmando sua concordância com o objeto a ser licitado, acompanhado de:
I - Solicitação de Compras - serviços/materiais;
II - Termo de anuência ao Estudo Técnico Preliminar do "órgão gerenciado", aprovado pela autoridade competente;
III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado. O ETP deverá ser solicitado no e-mail licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com.
O prazo final para apresentação das manifestações é dia 08/06/2026 até as 16h.

Alvorada de Minas, 26 de maio de 2026.

ELIETE KÊNIA DOS REIS
Agente de Contratação.

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:34EFD3BE

LICITAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DA SESSÃO E CONVOCAÇÃO

AVISO DE RETOMADA DA SESSÃO E CONVOCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2026

A Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas – MG, por meio do seu Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, vem comunicar retomada da sessão para o dia 28/05/2026 às 07:30 horas na plataforma eletrônica da www.licitardigital.com.br, a convocação das empresas participantes do andamento do processo em epígrafe, cujo o objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, considerando a sequência do processo nos termos legais. Aos interessados, demais informações, Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, situada à Av. José Madureira Horta, 190 - Centro, E-mail: licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br ou através do telefone nº 31/3520-0000 e 3520-0001 em horário comercial.

Alvorada de Minas, 26 de maio de 2026

ELIETE KÊNIA DOS REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:6C2DF52F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

RATIFICAÇÃO

O Sr. Israel Francisco Ornelas da Silva, Secretário Municipal de Saúde do Município
de Araçuaí, no uso de suas atribuições legais e considerando os documentos que
instruem o presente Procedimento Administrativo, referente à Compra Estadual de
Insumos de Saúde, promovida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
de Minas Gerais – SEPLAG/MG, referente ao Processo SEI nº
1320.01.0093135/2025-66, Edital de Licitação – Pregão Eletrônico para Registro de
Preços nº 232/2025, Planejamento SIRP nº 232/2025.

RATIFICA o referido procedimento, nos termos da legislação vigente, determinando
a adoção das providências necessárias para a formalização da participação do
Município no referido processo, visando à futura e eventual aquisições insumos de
saúde destinados ao atendimento da rede pública municipal de saúde.

Araçuaí/MG, 22 de maio de 2026.

ISRAEL FRANCISCO ORNELAS DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:9905CD10

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 63/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 26/2026
OBJETO: Registro de Preços para COMPUTADORES DESKTOP.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 10 de JUNHO 2.026 às 12h30min.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 10 de JUNHO 2.026 às 12h30min.

Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 26 de maio de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Pregoeira Oficial
Presidente Da CPL

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:ACE8B11B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 61/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Locação de Câmeras Veiculares, para atender a Secretaria de Educação no Monitoramento e Controle dos Serviços de Transporte de Escolares da Rede Municipal de Ensino.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 10 de JUNHO 2.026 às 14h00min.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 10 de JUNHO 2.026 às 14h00min.
Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 26 de maio de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Pregoeira Oficial
Presidente da CPL

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:DD117067

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2026 - **PROCESSO Nº** 59/2026 - **INEXIGIBILIDADE Nº** 17/2026
OBJETO: O objeto do presente instrumento de Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural II, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – ITENS FRUSTADOS DO PROCESSO 44/2026.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de MAIO 2.026 às 12h30min.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de MAIO 2.026 às 12h30min.
Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.

LEIA-SE:

CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2026 - **PROCESSO Nº** 59/2026 - **INEXIGIBILIDADE Nº** 17/2026
OBJETO: O objeto do presente instrumento de Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural II, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – ITENS FRUSTADOS DO PROCESSO 44/2026.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de JUNHO 2.026 às 12h30min.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de JUNHO 2.026 às 12h30min.
Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:F952453F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE DESIGNAÇÃO Nº 25/2026

EDITAL DE DESIGNAÇÃO Nº 25/2026
A Secretaria Municipal de Educação de Araújos, torna público o cronograma de vagas para designação do Ano Letivo de 2026 para o seguinte cargo:

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
LOCAL DE TRABALHO: ESCOLA MUNICIPAL DONA SANINHA
DATA DA DESIGNAÇÃO: 28/05/2026
INÍCIO DO EXERCÍCIO: 01/06/2026
TURNO DE TRABALHO: TARDE
HORÁRIO DA DESIGNAÇÃO: 13:00
MOTIVO DA VAGA: Cobertura de licença saúde

Observações:
• A designação será feita na Secretaria Municipal de Educação.
• A designação será feita mediante a Classificação no Concurso Público nº. 02/2023 e Processo Seletivo nº 20/2025;
•No momento da designação, o candidato deverá apresentar documentos pessoais com foto;
• Não será permitida a participação por procuração.

JULIANA MAGNA DUARTE NUNES
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Ana Lúcia da Silva Brito
Código Identificador:D0935D62

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 016/2026 -
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ATA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2026

EDITAL PREGÃO Nº 5/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2026

Adjudico o objeto do Processo Licitatório em epígrafe, com fundamento na legislação que rege a matéria, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para a confecção e instalação de conjuntos de mata-burro em concreto armado, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços necessários à execução completa da obra, no Município de Arcos-MG., à(s) licitante(s) vencedora(s), a(s) empresa(s) abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Total
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA	1	1	124.126,00
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA	1	2	249.490,00
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA	1	3	116.284,00
Classificação Geral			
Fornecedor			**Valor Total**
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA			489.900,00
Valor Total Adjudicado			**489.900,00**

Arcos, 14 de abril de 2026.

WELLINGTON F. E. RODRIGUES ROQUE
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2026

EDITAL PREGÃO Nº 5/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a confecção e instalação de conjuntos de mata-burro em concreto armado, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços necessários à execução completa da obra, no Município de Arcos-MG.

Pelo presente termo, homologo o Procedimento Licitatório nº 16/2026 Pregão nº 5/2026, e seu julgamento, adjudicando-se o objeto desta licitação aos licitantes vencedores abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos legais, na forma da lei.

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Unit.	Vlr. Total
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA	1	1	6.206,30	124.126,00
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA	1	2	4.989,80	249.490,00
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA	1	3	1.661,20	116.284,00
Classificação Geral				
Fornecedor				**Valor Total**
COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA				489.900,00

Arcos, 25 de maio de 2026.

WELLINGTON F. E. RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2026

EDITAL PREGÃO Nº 5/2026

Numero da Ata: 100/2026
Data da Ata: 25/05/2026
Data de Inicio da Ata: 25/05/2026
Data de Expiracao da Ata: 25/05/2027
Processo: 16/2026
Modalidade: 5 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 27.814.345/0001-35 - COMPLETE SERVICES ARCOS LTDA
Descricao do Objeto: Contratacao de empresa especializada para a confeccao e instalacao de conjuntos de mata-burro em concreto armado, incluindo fornecimento de materiais, mao de obra, equipamentos e servicos necessarios a execucao completa da obra, no Municipio de Arcos-MG.
Valor total da Ata: 489.900,00

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:0F211DA6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 084/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2026
CONCORRÊNCIA Nº 002/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras de recapeamento asfáltico em vias urbanas do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução das obras, conforme projetos, especificações técnicas e demais documentos que integram o proposta nº 044687/2025 – TRANSFEREGOV
ABERTURA DA SESSÃO: Dia 15/06/2026 às 13:30 horas.
LOCAL: na plataforma eletronica www.bnc.org.br .
CONSULTAS AO EDITAL:Na internet, no site www.arcos.mg.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos supracitado.
ESCLARECIMENTOS: *e-mail*: arcoslicita@arcos.mg.gov.br, telefone: (37) 3359-7905.

Departamento de Licitações e Contratos supracitado.

Arcos, 22 de maio de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:25E81C67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PL 261/ 2025
TERMO DE RETOMADA PARCIAL ARP 168/ 2025

TERMO DE RETOMADA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/ 2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/ 2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **168/ 2025**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Carnes, conforme Anexo do Edital de Licitação - Pregão Nº 061/ 2025, parte integrante desta Ata.
CONSIDERANDO a apresentação de Alvará Sanitário vigente da empresa Ilha dos Bichos e Hortifruti LTDA pela Vigilância Sanitária.
CONSIDERANDO a regularização das condições do Alvará Sanitário para cumprimento do contrato pela empresa detentora;
CONSIDERANDO as informações prestadas pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura em face das fiscalizações realizadas pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM;
CONSIDERANDO o término do prazo de suspensão da Ata de Registro de Preços Nº 168/ 2025;

RESOLVE
REVOGAR **parcialmente** a suspensão e os efeitos da Ata de Registro de Preços Nº 168/ 2025, referente ao Processo Licitatório Nº 261/ 2025 do Pregão Eletrônico Nº 061/ 2025, ficando restabelecido o

cumprimento da ARP pela detentora Ilha dos Bichos e Hortifruti LTDA, a partir da presente data, quanto aos Itens:
Item 02. Bacon da marca SEARA
Item 04. Carne Bovina Paleta da marca CALAFATE
Item 07. Carne Bovina Patinho da marca CALAFATE
Item 09. Carne Suína Lombo da marca CALAFATE
Item 11. Coxa e Sobrecoxa de Frango da marca AVIVAR
Item 13. Fígado Bovino da marca CALAFATE
Item 15. Filé de Peito de Frango da marca AVIVAR
Item 16. Linguiça Tipo Calabresa da marca AVIVAR
Item 17. Linguiça de Carne Suína em Gomos da marca CALAFATE
Item 18. Linguiça de Frango em Gomos da marca AVIVAR
Item 19. Moela de Frango da marca AVIVAR
Item 20. Frango Inteiro Congelado da marca AVIVAR

RECOMENDA-SE que, conforme orientações do Serviço de Inspeção Municipal - SIM e previsto em Edital que as Secretarias orientem seus servidores para durante o recebimento, realizar a conferência do registro SIM e da marca registrada na Ata de Registro de Preços para os Itens.

EXCEÇÃO para os **Itens 03 Carne Bovina Lagarto, 05 Carne Bovina Tipo Acém Moída Congelada, 06 Carne Bovina Tipo Chã de Fora, 08 Carne Bovina Tipo Músculo Congelada e 10 Carne Suína Tipo Pernil Traseiro Congelada** - todos da marca MB Entrepostos de Carnes, cuja fiscalização sanitária é feita pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM e ainda possuem restrições e permanecem suspensos por prazo indeterminado.

Arcos, 25 de Maio de 2026.

__
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:00F51275

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 479/2025 -
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ATA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 479/2025

EDITAL PREGÃO Nº 120/2025

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2025

Adjudico o objeto do Processo Licitatório em epígrafe, com fundamento na legislação que rege a matéria, cujo objeto é Contratação de Empresa especializada em Transporte de Urgência e Emergência em UTI MÓVEL - TIPO D, a seguir discriminado: Transporte de pacientes para diversas cidades, em caráter de urgência e emergência, em veículo especializado de remoção, UTI MÓVEL - TIPO D com equipe completa: Motorista, Médico, Enfermeiro e ainda outros funcionários que forem necessários para a transferência., à(s) licitante(s) vencedora(s), a(s) empresa(s) abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Total
MEDICAL SAVE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA LTDA	1	1	1.012.200,00

Classificação Geral	
Fornecedor	**Valor Total**
MEDICAL SAVE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA LTDA	1.012.200,00

Valor Total Adjudicado	1.012.200,00

Arcos, 04 de maio de 2026.

WELLINGTON F. E. RODRIGUES ROQUE
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 479/2025

EDITAL PREGÃO Nº 120/2025

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2025

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Transporte de Urgência e Emergência em UTI MÓVEL - TIPO D, a seguir discriminado: Transporte de pacientes para diversas cidades, em caráter de urgência e emergência, em veículo especializado de remoção, UTI MÓVEL - TIPO D com equipe completa: Motorista, Médico, Enfermeiro e ainda outros funcionários que forem necessários para a transferência.

Pelo presente termo, homologo o Procedimento Licitatório nº 479/2025 Pregão nº 120/2025, e seu julgamento, adjudicando-se o objeto desta licitação aos licitantes vencedores abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos legais, na forma da lei.

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Unit.	Vlr. Total
MEDICAL SAVE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA LTDA	1	1	33,74	1.012.200,00

Classificação Geral	
Fornecedor	**Valor Total**
MEDICAL SAVE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA LTDA	1.012.200,00

Arcos, 25 de maio de 2026.

WELLINGTON F. E. RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 479/2025

EDITAL PREGÃO Nº 120/2025
Unidade Gestora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL
Numero da Ata: 101/2026
Data da Ata: 25/05/2026
Data de Inicio da Ata: 25/05/2026
Data de Expiracao da Ata: 25/05/2027
Processo: 479/2025
Modalidade: 120 - Pregao - Registro de Preco
Fornecedor: 12.163.266/0001-34 - MEDICAL SAVE LOCACAO DE AMBULANCIA LTDA
Descricao do Objeto: Contratacao de Empresa especializada em Transporte de Urgencia e Emergencia em UTI MOVEL - TIPO D, a seguir discriminado: Transporte de pacientes para diversas cidades, em carater de urgencia e
emergencia, em veiculo especializado de remocao, UTI MOVEL - TIPO D com equipe completa: Motorista, Medico, Enfermeiro e ainda outros funcionarios que forem necessarios para a transferencia.
Valor total da Ata: 1.012.200,00

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:647776F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - DECRETO 7428/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 7.428 - 26/05/2026

DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 1.453/93 e,

CONSIDERANDO a decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 418/2025, que determinou a aplicação da pena de demissão da servidora envolvida,

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a servidora **ADRIANA RIBEIRO SILVA DE SOUSA**, MASP n 109471/8, nomeada através do Decreto Municipal nº 6.290, de 24/08/2022, ocupante do cargo de Motorista, por infração ao art. 130, inciso XIII, c/c art. 116, incisos IX e X, ambos da Lei municipal nº 1.453/93.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Arcos, 26 de maio de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:FB747421

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA/DISCIPLINAR - PA 418/2025

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 418/2025
(…)
Diante do exposto, com fundamento no art. 130, inciso XIII, c/c art. 116, incisos IX e X, ambos da Lei Municipal nº 1.453/1993, **ACOLHO INTEGRALMENTE** o Relatório Final da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 418/2025 e, por conseguinte:
DECIDO:
I – Pela aplicação da penalidade de DEMISSÃO à servidora A. R. S.D. S.;
II – Pela adoção das recomendações administrativas constantes do Relatório Final, (...)
Publique-se.
(...)
Arcos/MG, 22 de maio de 2.026.

WELLINGTON ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:26084382

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS - PORTARIA 108/2026

PORTARIA Nº 108 - 25/05/2026

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO (Á) SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, artigo 135, inciso II, alínea "h",

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao (à) servidor (a) público (a) municipal **BRUNA LUÍZA LOPES SILVA,** Maspm nº 159312/9, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Atendente, licença sem vencimentos, nos termos do artigo 89 da Lei Municipal nº 1.453/93.

§ 1º - A presente licença será sem remuneração.

§ 2º - A licença prevista no artigo será concedida a partir do dia 19/05/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 25 de maio de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Amorim Alburquerque
Código Identificador:0FACABFA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 058/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2026
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 008/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2026

● **OBJETO**: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de brinquedos recreativos destinados ao atendimento das demandas das diversas secretarias do município de argirita/mg, para utilização em eventos institucionais, campanhas públicas, festividades comemorativas, ações educacionais, culturais, esportivas, sociais e recreativas promovidas pela administração pública municipal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no termo de referência.
A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, visando assegurar maior competitividade, economicidade e eficiência na contratação.Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08h00m do dia 28/05/2026, às 07h30m do dia 15/06/2026;
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h30m do dia 15/06/2026 , no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.
Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, bem como junto ao site da Prefeitura Municipal de Argirita: https://argirita.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@argirita.mg.gov.br, além do site do Portal de Compras Públicas, que é a plataforma utilizada para o processamento das licitações no âmbito do Município de Argirita: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:2F962280

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Arinos, com fundamento no artigo 79 da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2408 de 09 de novembro de 2022, e demais normas legais convidam aos interessados que queiram participarem do Credenciamento nº 009/2026, Objeto; contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar-condicionado de veículos leves e pesados utilitários, incluindo diagnóstico, reparos, recarga de gás refrigerante, higienização fornecimento de peças e testes de funcionamento, conforme necessidade da contratante, o Edital poderá ser retirado gratuitamente na pagina oficial do Municipio. www.arinos.mg.gov.br, ou diretamente na sala de licitações. Arinos, 26 de maio de 2026.

ANDRÉ PIRES VALADARES CARNEIRO.
Sectetário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:FE31AD73

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do contrato de prestação de serviços nº 136/2025, Credenciamento nº 06/2025. Objeto: prestação de serviços artísticos, no âmbito das programações constantes do calendário cultural 2025, da Secretaria Municipal de Cultura. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Marcos Alves dos Reis, inscrita no CNPJ sob o nº 27.539.554/0001-18, valor global R$ 3.500,00, Vigência: 31/12/2016.

Arinos, 26 de maio de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA.
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:904D55C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o cumprimento das exigências editalícias por parte dos credenciados, homologo o presente procedimento nos termos do edital de credenciamento nº 014/2023. com base nas informações constantes no processo administrativo epigrafado e em cumprimento aos termos do art. 79 da lei n° 14.133/2021, acolho o relatório da agente de contratação e Ajudico e homologo o credenciamento acima identificado, em favor da pessoa física Ediney oliveira de jesus**,** credenciada no item 03. Arinos, 26 de maio de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA.
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:FBCC6B55

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público o Extrato de Contrato da DISPENSA 009/2026. Objeto: Contratação de empresa para locação de Sistema Integrado de Saúde. Contratado: Contrato nº 024/2026 – FUTURIZE TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ: 10.516.690/0001-90. Valor Global R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Vigência do Contrato: 26/05/2026 a 25/05/2027. Selmar Luis do Valle. 26/05/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:AB1A318C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

DIVERSAS SECRETARIAS
REEQUIULIBRIO PROCESSO 026/2026

Refere-se o presente termo aditivo REEQUILIBRIO-FINANCEIRO solicitado pela empresa WELLYSON LEONARDO BARROSO COELHO LTDA CNPJ: 63.805.164/0001-06 DETENTORA DA Ata de Registro de Preços Nº 043/2026 oriundo do Processo Licitatório nº 062/2026 Pregão Presencial nº 006/2026 objeto: Futura, eventual e parcelada aquisição de carnes, frios e embutidos, para atender a demanda das Secretarias Municipais, sendo que a maior demanda é da Secretaria de Educação que tem a finalidade de atender as demandas da merenda escolar ofertada nas escolas e creches da rede municipal de Barroso - MG.

PERNIL
*Solicitação de revisão R$ 19,50 para R$ 25,35

CARNE MOIDA
*Solicitação de revisão R$ 31,00 para R$ 38,35

FILÉ SASSAMI
*Solicitação de revisão R$ 14,80 para R$ 20,85

LINGUIÇA CHURRASCO/PERNIL
*Solicitação de revisão R$ 14,80 para R$ 17,55

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:8F8079BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL 049/2026 PROCESSO Nº 0116/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026.

O Município de Barroso torna público o Edital 049/2026 Processo nº 0116/2026 Pregão Eletrônico 037/2026. Constitui objeto deste Edital a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro total de veículo, para atender a frota da Prefeitura Municipal de Barroso.
Abertura: 12/06/2026 às 10:00 hs
Retirada do Edital: www.barroso.mg.gov.br e barroso.licitapp.com.br.
Maiores Informações: licitacao@barroso.mg.gov.br

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:2C3736C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 020/2026
PROCESSO 117/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
O Município de Barroso, situado na Praça Santana, nº 120, Centro, CNPJ nº 18.094.755/0001- 68, torna público que, nos termos do inciso III, f, do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, foi AUTORIZADO Contratação de curso de capacitação técnica em gestão municipal, referente ao evento "Prefeitos do Futuro 2026 – 8ª Edição", a ser realizado no período de 08 a 11 de junho de 2026, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com carga horária total de 32 horas. A participação será destinada ao Prefeito Municipal e ao Vice-Prefeito, considerando a relevância e a aderência dos temas abordados às atribuições dos agentes públicos e às demandas da gestão municipal, contribuindo para o aprimoramento da administração pública, da governança e da tomada de decisões estratégicas em benefício do Município., através de PREFEITOS DO FUTUTO EVENTOS LTDA CNPJ: 51.917.373/0001-62

Barroso, 26 de Maio de 2026.

RAQUEL FERREIRA DINIZ
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:85B8EBCA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BELO ORIENTE

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO ORIENTE - MG. AVISO DE LICITAÇÃO.

A) Processo Licitatório nº 49/2026; Pregão Eletrônico nº 13/2026. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Computadores, Notebooks e Impressoras, destinados a atender às demandas das Secretarias do Município de Belo Oriente/MG. Abertura do julgamento será no dia 16/06/2026 às 9h.
B) Processo Licitatório nº 54/2026; Pregão Eletrônico nº 15/2026. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de 03 (três) veículos tipo sedan, novos e zero quilômetro, destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Belo Oriente/MG. Abertura do julgamento será no dia 15/06/2026 às 9h.
O edital poderá ser repassado via e-mail mediante solicitação: licitacao@belooriente.mg.gov.br, ser retirado no site: www.belooriente.mg.gov.br, ou na Assessoria Técnica de Licitações da PMBO. Tel.: (31) 3258-2807, 3258-2735 (31) 9-9781-1703.Belo Oriente, 26 de maio de 2026.

TIAYA ALVES DA SILVA MATOS.
Pregoeira.

Publicado por:
Márcio Cirilo de Souza
Código Identificador:8CE84DEF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 25/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG – Extrato da Inexigibilidade de licitação nº 25/2026. **OBJETO**: Organização e execução da etapa final da "Copa do Brasil de Moto Aquática – Brazil Cup 2026", a ser realizada nos dias 04 a 07 de junho de 2026, na orla do Lago dos Encantos (Praia do Bicano) no Município de Boa Esperança-MG. **PROPONENTE:** Associação Esportiva e Eventos de Minas Gerais – ASSEEMG, inscrita no CNPJ nº 18.772.031/0001-26. **VALOR TOTAL**: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei 14.133/21, Art. 74, I.

SANDRA MARA SANTOS PIMENTA.
Secretária Municipal.

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:AA77FBC6

LICITAÇÕES E PREGÕES
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°25/2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2026

EXIGÊNCIA LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 74, inciso I.

OBJETIVO: Organização e execução da etapa final da "Copa do Brasil de Moto Aquática – Brazil Cup 2026" a ser realizada nos dias 04 a 07 de junho de 2026, na orla do Lago dos Encantos (Praia do Bicano) no Município de Boa Esperança-MG.

PROPONENTE: Associação Esportiva e Eventos de Minas Gerais – ASSEEMG, inscrita no CNPJ nº 18.772.031/0001-26.
VALOR: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).

Ratifico a presente inexigibilidade e determino a sua publicação.

Boa Esperança/MG, 26 de maio de 2026.

SANDRA MARA SANTOS PIMENTA
Secretaria Municipal de Cultura, Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Turismo

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:0FA42D7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2026
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
O Prefeito Municipal, Wanderlei dos Santos Ribeiro, no uso de suas atribuições legais **ADJUDICA** (26/05/2026) e **HOMOLOGA** (26/05/2026) o Processo Licitatório nº 031/2026 – Pregão Eletrônico nº 013/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para contratação de empresa de locação de estruturas e prestação de serviços diversos para eventos, incluindo a prestação de serviços de montagem, transporte, instalação e desmontagem para realização de eventos no município de Bom Jesus do Amparo/MG, com as empresas vencedoras:

ALESSANDRO CAMPOS DE OLIVEIRA, CNPJ: 48.620.372/0001-47, estabelecida na Rua São Francisco, nº 77, bairro: São Francisco, Mercês/MG, CEP: 36.190-000, com o valor global de R$ 581.000,00 (quinhentos e oitenta e um mil reais);
GALAXY PROMOCÕES E EVENTOS LTDA - ME, CNPJ: 17.715.968/0001-05, estabelecida na Rua Doutor Hélio Ferreira Bastos, nº 265, bairro: Centro, Itabirito/MG, CEP: 35.450-060, com o valor global de R$ 81.950,00 (oitenta e um mil e novecentos e cinquenta reais);
JHONY FRANCE ARAUJO ZEFERINO, CNPJ: 15.360.728/0001-00, estabelecida na Rua dos Funcionários Públicos, nº 267, A, bairro: Gabiroba, Itabira/MG, CEP: 35.900-432, com o valor global de R$ 207.400,00 (duzentos e sete mil e quatrocentos reais);
KS SOLUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 40.404.272/0001-71, estabelecida na Rua José Cláudio Sanches, nº 484, Apt 36, Bloco 10, bairro: Califórnia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.855-445, com o valor global de R$ 233.370,00 (duzentos e trinta e três mil e trezentos e setenta reais);
LUCIELE ABRANTES ROSSI, CNPJ: 26.921.036/0001-00, estabelecida na Rua Dezesseis, nº 118, bairro: Loanda, João Monlevade/MG, CEP: 35.931-002, com o valor global de R$ 517.043,10 (quinhentos e dezessete mil, quarenta e três reais e dez centavos);
PH EVENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 32.087.317/0002-84, estabelecida na Avenida João Lage, nº 1968, Bloco 2, Casa 202, bairro: Gabiroba, Itabira/MG, CEP: 35.902-086, com o valor global de R$ 73.000,00 (setenta e três mil reais);
WS ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA, CNPJ: 30.722.308/0001-01, estabelecida na Rua São João Del Rei, nº 191, bairro: Metalúrgico, João Monlevade/MG, CEP: 35.930-331, com o valor global de R$ 12.450,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta reais).

https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/98899
https://www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-13-2026/1000052

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:844D27D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM REPOUSO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 032/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO - PRC 000027/25- 00007/26 Termo Aditivo ao Contrato nº ARP 032/25. Pregão Presencial nº 10/2025. *BCN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA*. Valor: 3.013,67. Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAGENS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS DIVE. Dotação

Orçamentária: 02.03.01.04.122.0001.2.004.339030.0057 – Dep Administração 02.04.02.15.452.0002.2.010.339030.0148 – Dep Obras 02.05.01.12.361.0004.2.017.339030.0249 – Sec. Municipal de Educação 02.06.01.10.301.0009.2.036.339030.0390 – Secretaria Municipal de Saúde 02.07.01.08.244.0010.2.049.339030.0487 – Dep. Assist. Social
– Assinatura: 15/05/2026 - Vigência: 19/03/2026 –

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:9E3D4DEC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contrato **nº 213/2026.** Objeto: – CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELETRÔNICA, PREVENTIVA E CORRETIVA, DE VEÍCULOS LEVES E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG. Empresa credenciada: **VANDEI PEREIRA DE SOUZA**, inscrita nº CNPJ/CPF sob o n° **66.648.949/0001-00.** Valor Total estimado: **R$32.000,00(trinta e dois mil reais).**Início: 26.05.2026 Vigência: 12 meses. Bonfinópolis de Minas - MG, 26.05.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:572BFC34

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO AVISO DE INTENÇÃO ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –173/2025.

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
AVISO DE INTENÇÃO ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –173/2025.

PROCESSO NOSSO: 063/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 012/2026

O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DE MINAS-MG torna público o interesse em aderir como "PARTICIPANTE" à Ata de Registro de Preços nº173/2025, Pregão Eletrônico 038/2025, processo realizado pelo Consórcio de Desenvolvimento e Valorização de Municípios - CONVALES. Objeto: Contratacao de empresa para fornecimento de estruturas para eventos de rodeio, durante as festividades EXPOAGRO 2026 de BRASILÂNDIA/MG, que ocorrerá nos dias 04 a 07 de junho de 2026, mediante contrato ou documento equivalente: FORNECEDOR:**R A B FRANCO LOCAÇÕES**.CNPJ:34.776.652/0001-34. Valor Global Estimado**R$217.150,00(duzentos e dezessete mil e cento e cinquenta reais).**

Brasilândia de Minas/MG, 26 de maio de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:DCED86A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BUENO BRANDÃO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 064/2026

MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO. Termo de Contrato nº 064/2026. PRC: 086/2026. Licitação Compartilhada: Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, Processo n. º 04/2024, Pregão n. º 03/2024. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO - MG, CNPJ nº 18.940.098/0001-22, Rua Afonso Pena, 225, Centro, Bueno Brandão - MG. CONTRATADA: SONDART SONDAGENS FUNDAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 21.975.828/0001-35, Rua Sebastião Simão de Almeida, 283, A, Sion, João Monlevade - MG. Objeto: O objeto do presente contrato é a Contratação de Empresa para a Execução de Ensaios de Caracterização e Investigações do Solo para os Municípios que Compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. Valor Total: R$ 10.900,77 (dez mil e novecentos reais e setenta e sete centavos). Prazo de vigência: O prazo de vigência do contrato é de 04 (quatro) meses, contados da sua assinatura, prorrogáveis por igual período, nas formas dos artigos 106 e 107 da Lei n. º 14.133/2021. Data: 21 de maio de 2026.

LOURIVAL CAVINI JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ian Gabriel Ribeiro Brandão
Código Identificador:FD62847F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 08/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO – MG. **Aviso de Dispensa Eletrônica,**com base no inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133/21. Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura, o Processo de Dispensa Eletrônica nº 08/2026, PRC nº 085/2026, do tipo menor preço por item, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva da câmara fria e dos equipamentos de fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde. A abertura da sessão pública dar-se-á no dia 02/06/2026, às 09h30min (horário de Brasília), com duração de 04 horas. O Aviso de Dispensa Eletrônica encontra-se à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 09h às 16h, na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, Bueno Brandão/MG, CEP 37.578-000 e/ou através dos siteswww.buenobrandao.mg.gov.brewww.ammlicita.org.br. Tel. (35) 99910-3685.

ALINE COUTINHO BARBOSA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Aline Coutinho Barbosa
Código Identificador:95340143

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BUENÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS
REABERTURA DE PRAZO PARA NOVOS CREDENCIAMENTOS

Processo Licitatório nº 54/2025, Credenciamento nº 14/2025. **Objeto: CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.** Considerando que o prazo do credenciamento é de cinco anos, e considerando ainda ser necessário e conveniente o objeto; resolve a Prefeitura de Municipal de Buenópolis reabrir o prazo para credenciamento dos interessados mediante a apresentação dos documentos indicados no Edital. Novos credenciamentos poderão ocorrer no prazo até **31/12/2026** contados da presente publicação. Informações: e-mail: licitacao@buenopolis.mg.gov.br. Tel: (38) 99961-6282.

VÂNIA MARIA DA COSTA -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Vânia Maria da Costa
Código Identificador:6D98693D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BURITIS

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 144/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa Física: Cintia Kimamoto. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 7.359,10 (sete mil e trezentos e cinquenta e nove reais e dez centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:2C01F34D

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 146/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa Jurídica: Cooperativa Regional de Base na Agricultura Familiar e Extrativismo Ltda. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 25.749,80 (vinte e cinco mil e setecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:644F6E84

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 158/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Flavia Medeiros Santos. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:0E080D29

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 162/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Henrique Campos de Oliveira. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 7.996,74 (sete mil e novecentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:6E2022DC

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 163/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Iara Dalla Rosa. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 2.730,00 (dois mil e setecentos e trinta reais). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:7BFF9859

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 164/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Joaquim Alves Santana. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 12.681,54 (doze mil e seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:257799E4

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 165/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: José Dias Da Costa. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 4.453,25 (quatro mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:9834B504

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 166/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Jose Joaquim Borges. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 9.532,32 (nove mil e quinhentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:AB8FBCBE

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 167/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: José Maria da Silva. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 6.325,70 (seis mil e trezentos e vinte e cinco reais e setenta centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:8361ECCE

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 168/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: José Maria Pereira da Silva. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 8.909,34 (oito mil e novecentos e nove reais e trinta e quatro centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:C60B738F

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 169/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Kendra Paulienne Martins Bueno. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 3.854,85 (três mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:5D83C311

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 170/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Lourdes Maria Stamborovski Dirk. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 8.487,13 (oito mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e treze centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:F08C6043

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 171/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Luciano Monteiro dos Santos. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 6.110,75 (seis mil e cento e dez reais e setenta e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:9CBB41D3

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 172/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Lucy Carla de Sousa. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 6.787,50 (seis mil e setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:0777D89B

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 173/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Luzinete Batista de Souza. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 12.584,83 (doze mil e quinhentos oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:5043F9DC

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 174/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Luzineth Ferreira de Queiroz. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:076F4226

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 176/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Marcelo Antonio da Silva. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 2.813,50 (dois mil e oitocentos e treze reais e cinquenta centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:71D735C2

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 177/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Marcione Batista de Ornelas. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 10.174,80 (dez mil e cento e setenta e quatro reais e oitenta centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:5457086D

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 178/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Maria das Neves Rodrigues Rocha. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 4.494,50 (quatro mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:23665238

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 179/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Maria Geni Batista Coelho. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:C8E20F90

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 180/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Maria Julia Assumpção Alves da Silva. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:B0D8DC47

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 181/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Marileia Pereira dos Santos. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 11.062,80 (onze mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:3FFF0C89

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 182/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Marlene Evangelista Barboza. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 8.613,25 (oito mil e seiscentos e treze reais e vinte e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:E9A4FEE0

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 183/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Matheus Costa Borges. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 11.855,58 (onze mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:7AC74855

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 184/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Moacir Alves de Jesus. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 9.025,55 (nove mil e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:8C1AB277

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 185/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Nilvia Silvana da Silva. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 7.371,36 (sete mil e trezentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:FB6136C7

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 186/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Osvaldina Caetano. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 8.122,75 (oito mil e cento e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:4C274E96

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 187/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Paulo Francisco da Silva. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 6.195,20 (seis mil e cento e noventa e cinco reais e vinte centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:858C13FF

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 188/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Raquel da Cunha Costa Borges. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 8.418,58 (oito mil e quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:A8AC729F

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 189/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Ricardo Rodrigues Mariano. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 7.643,90 (sete mil e seiscentos e quarenta e três reais e noventa centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:7615B7E3

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 190/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Rogerio José da Rocha. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 11.533,20 (onze mil e quinhentos e trinta e três reais e vinte centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:8078D558

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 191/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Ronaldo Caetano de Mattos. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 11.632,48 (onze mil e seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:572ECFA1

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 192/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Rosinelia Fernandes de Aguiar Santos Rufino. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 6.805,00 (seis mil e oitocentos e cinco reais). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:76A56254

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 193/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Sergia Soares de Oliveira Silva. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 5.120,75 (cinco mil e cento e vinte reais e setenta e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:E1C53E05

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 194/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Simone Augusto Damacena. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 3.050,75 (três mil e cinquenta reais e setenta e cinco centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:6067D9B4

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 195/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Sueli da Silva Dias Damacena. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 10.598,18 (dez mil e quinhentos e noventa e oito reais e dezoito centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:9DB8B102

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 196/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Taciane Guedes Ribeiro. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 10.608,60 (dez mil e seiscentos e oito reais e sessenta centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:F90BCED5

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 197/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Tiago Elias Dirk. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 9.130,48 9nove mil e cento e trinta reais e quarenta e oito centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:6506AF08

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 198/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Valdemar Pereira do Nascimento. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 9.746,93 (nove mil e setecentos e quarenta e seis reais e noventa e três centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:12636E10

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 199/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Valteir Ribeiro de Almeida. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 7.072,21 (sete mil e setenta e dois reais e vinte e um centavos). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:927EABDE

DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE N° 200/2026.

Processo nº 019/2026. Dispensa nº 002/2026. Pessoa física: Vera Lucia Lemes de Lima. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor global estimado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência de 10/03/2026 a 31/12/2026.

RUFINO CLOVIS FOLADOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Katherine Stefanie Lopes Dos Santos
Código Identificador:B332D246

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
CONTRATO 054/2026 PROCESSO 073/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde - Extrato de Contrato - Processo nº 073/2026, **Credenciamento nº 003/26**, **Contrato nº 054/2026**. **Contratado:** 60.119.172 VITA APARECIDA GARCIA PRADO, CNPJ nº 60.119.172/0001-00. **Objeto:** CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E OU JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MAQUINAS TEXTEIS DO MUNICIPIO DE CABO VERDE, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. Valor Total do Contrato. R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). Dotação Orçamentária conforme definida no processo. **Vigência**: 12 meses. Data da Ass.: 26/05/2026. Ass. por Cláudio Antônio Palma - Prefeito.

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:63095904

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 025/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 097/2026

*O Município de Cachoeira de Minas torna público o **Aviso de Dispensa de Licitação n.º 025/2026**.* **Tipo:** Menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Objeto: Aquisição de cabos destinados à amarração e sustentação das varas da Fogueira da tradicional Festa da Fogueira de São Pedro 2026.
Limite para apresentação da proposta de preços: Dia 29 de maio de 2026 às 23h59.
Métodos de envio das propostas: https://cachoeirademinas.mg.gov.br/filter/3376 .
A íntegra do aviso de dispensa está disponível aos interessados no endereço eletrônico a seguir: https://cachoeirademinas.mg.gov.br/filter/3376 .
Mais informações pelo telefone (35) 99893-1422 – Setor de Licitações.
Cachoeira de Minas, 26 de maio de 2026.

DAYANE STHEFANE SILVA BARBOSA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:03D9EC54

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Cachoeira de Minas torna público as ***Atas de Registro de Preço*** *discriminadas:*
Ata de Registro de Preço n.º 1/2026: NELSON HAMILTON DE CARVALHO LTDA, no valor total de R$ 161.035,00 (cento e sessenta e um mil e trinta e cinco reais);
Ata de Registro de Preço n.º 2/2026: LVF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, no valor total de R$ 371.250,00 (trezentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta reais);
Objeto: *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal e interestadual, por quilômetro (km) rodado, visando atender às demandas das secretarias requisitantes.*
Processo Licitatório n.º 060/2026 – Pregão Eletrônico n.º 010/2026, através do Sistema de Registro de Preços – SRP.
Vigência: 27/04/26 a 26/04/2027.

Cachoeira de Minas, 27 de abril de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:6FF15740

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***Contrato*** *discriminado:*
Contrato n.º 105/2026: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.
Objeto: *Contratação de empresa para fornecimento de Agregados Minerais, através da Ata de Registro de Preços n° 09/2024, realizada pela Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.*
Processo Administrativo n.º 079/2026 – Compartilhada.
Vigência: 15/05/26 a 14/05/2027.
Valor total: R$ 27.223,50 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos);
Cachoeira de Minas, 15 de maio de 2026.

EUGÊNIA FERNANDA COSTA –
Secretária Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:FE94A519

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***Contrato*** *discriminado:*
Contrato n.º 108/2026: D+ SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA.
Objeto: *Aquisição de um veículo tipo minivan, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, para atendimento do Convênio no 1491002397/2025, firmado entre este Município e a Secretaria Municipal de GovernoSEGOV/MG.*
Processo Licitatório n.º 065/2026 – Pregão Eletrônico n.º 013/2026.
Vigência: 20/05/26 a 31/12/2026.
Valor total: R$ 124.950,00 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta reais);
Cachoeira de Minas, 20 de maio de 2026.

MAURÍLIO ANTÔNIO PEREIRA –
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:834AA52C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 075/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 075/2026 – Pregão Eletrônico n.º 015/2026,*** referente a *contratação de empresa especializada na locação de estrutura e equipamentos necessários à realização dos eventos que integram o calendário oficial de festividades do município, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.* Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente, consoante o bem elaborado Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogitam as pessoas jurídicas: ***FOGAO DA ROCA E EVENTOS LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 34.522.027/0001-66, no valor total de R$ 84.480,00 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais); ***MARCOS DE SOUZA ROCHA,*** inscrita no CNPJ n.º 08.428.962/0001-58, no valor total de R$ 43.240,00 (quarenta e três mil, duzentos e quarenta reais); ***MAURICIO AUGUSTO FLAUZINO DA FONSECA LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 13.932.194/0001-05, no valor total de R$ 163.400,00 (cento e sessenta e três mil e quatrocentos reais); ***OMEGA PRODUCOES LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 00.806.643/0001-27, no valor total de R$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) e ***SQ EVENTOS LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 52.451.625/0001-73, no valor total de R$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais); perfazendo o valor total em processo de R$ 499.620,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte reais).
Cachoeira de Minas, 26 de maio de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:B984D3C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 075/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público: ***Processo Licitatório n.º 075/2026 – Pregão Eletrônico n.º 015/2026,*** referente a *contratação de empresa especializada na locação de estrutura e equipamentos necessários à realização dos eventos que integram o calendário oficial de festividades do município, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.* Ficando, portanto, ADJUDICADO o ***LOTE 001*** para a pessoa jurídica ***FOGAO DA ROCA E EVENTOS LTDA;*** o ***LOTE 002*** para a pessoa jurídica ***SQ EVENTOS LTDA;*** os ***LOTES 003 e 005*** para a pessoa jurídica ***OMEGA PRODUCOES LTDA;*** os ***LOTES 004, 006 e 008*** para a pessoa jurídica ***MAURICIO AUGUSTO FLAUZINO DA FONSECA LTDA*** e os ***LOTES 007 e 009*** para a pessoa jurídica ***MARCOS DE SOUZA ROCHA.***

Cachoeira de Minas, 26 de maio de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:A981493C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO / CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO / CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
O Município de Cachoeira Dourada -MG., torna público que se encontra aberto o PROCESSO n° 020/2026 - CHAMAMENTO / CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, cujo objeto é o CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO, COM O OBJETIVO DE CREDENCIAR PESSOAS JURÍDICAS PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **CUIDADOR(A) DE PACIENTE IDOSO E ACAMADO**, COM DEPENDÊNCIA TOTAL PARA ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA, A SEREM EXECUTADOS EM REGIME DOMICILIAR, MEDIANTE PAGAMENTO POR PLANTÃO, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS)**, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, nos termos e condições descritos e especificados no Anexo II – Termo de Referência do edital. O Credenciamento se dará a partir do dia 01/06/2026 até o dia 01/07/2027. O edital em inteiro teor e seus anexos estará à disposição dos interessados, na Sala de Licitações do Município de Cachoeira Dourada-MG, no seguinte endereço: Av. das Nações, 400, Centro, CEP: CEP 38.370-000, no site: www.cachoeiradourada.mg.gov.br, ou solicitado pelo e-mail: licitacao@cachoeiradourada.mg.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone (034) 3514-5200.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:E96547A7

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ANO DE 2026 PARA DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026 (ART. 9º, § 4º, DA LRF).

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ANO DE 2026 PARA DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026 (art. 9º, § 4º, da LRF).

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis às 19 (Dezenove) horas no plenário da Câmara Municipal reuniu-se a Comissão Permanente de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas. Estavam presentes os vereadores: **Edimar Alves Fernandes, Morgana Leigue Galvão Freitas, Priscila Bomfim Soares Santos Oliveira e Simone Aparecida Mattos Storti**. Composto o quórum regimental o senhor presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Conta, presidiu os trabalhos da comissão, após fazer a leitura do objetivo da reunião o vereador **Edimar Alves Fernandes**, passou a palavra aos representantes do Poder Executivo Municipal, o senhor **Hueber Pereira Silva**, **Charles Henrique de Oliveira, Janice Lopes de farias Lima Pereira e Sheila Aparecida de Lima Moura.** onde realizaram a apresentação de planilhas contendo os demonstrativos com o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2026. Planilhas contendo o Controle Orçamentário de Despesa a serem usados pelo Poder Executivo no ano de 2026. Continuando a Diretora da Unidade Mista de saúde e também Presidente do Conselho Municipal de Saúde, **Sheila Aparecida de Lima Moura** realizou a apresentação de planilhas contendo os demonstrativos com o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2026 na área da Saúde Municipal. O Senhor Presidente passou a palavra franca aos nobres vereadores conforme áudio registado por esta edilidade e disponibilizado na plataforma YouTube por meio do canal Câmara Municipal de Cachoeira Dourada MG - TV. Nada mais havendo a constar, o senhor presidente, declarou em nome de Deus encerrada esta Audiência Pública, e para constar, eu Rayan Silva Fernandes de Brito – Secretário Geral da Câmara Municipal, lavrei a presente ata, em duas vias de igual teor, que após lida e aprovada será assinada pelo Secretário Geral e pelo senhor presidente da sessão. Registra-se que uma das vias será entregue aos representantes do Poder Executivo para o devido arquivo na Prefeitura Municipal.

RAYAN SILVA FERNANDES DE BRITO
Secretário Geral da Câmara Municipal

EDIMAR ALVES FERNANDES
Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:4E20DE58

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 030, DE 26 DE MAIO DE 2026

DECRETO Nº. 030, DE 26 DE MAIO DE 2026

"Dispõe sobre atualização dos preços dos serviços prestados pelo Município de Cachoeira Dourada-MG pela utilização de veículos e equipamentos, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL de Cachoeira Dourada – MG, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro no art. 17 também da Lei Orgânica Municipal e art. 154, IX da Lei Complementar Municipal nº. 02, de 30 de dezembro de 1999;

CONSIDERANDO o aumento constante nos preços dos combustíveis;

DECRETA:

Art. 1º Atualiza os valores constantes no anexo I do Decreto 015/2021, passando o mesmo a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – TABELA DE PREÇOS

Maquinários e Equipamentos (mínimo de 1 hora)

Trator.....R$143,00

Retroescavadeira .....R$155,00

Motoniveladora .....R$155,00

Caminhão – até 200 quilômetros da sede .....R$3,00 km rodado.

Art. 2 Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução do presente Decreto pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dado e passado no Gabinete do Prefeito, no Centro Administrativo João Batista da Silva - "João Tatu", em **Cachoeira Dourada, aos 26 dias do mês de maio de 2026**; 237º da Inconfidência Mineira, 204º da Independência do Brasil, 137º da República, e 63º da Emancipação Político-Administrativa do Município.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:1749D5EF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 26 DE 15 DE MAIO DE 2026

DECRETO Nº 26 DE 15 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

Aleandro Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipalnº 1.361de22/12/2025, observadas a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor deR$123.100,00 (cento e vinte e três mil e cem reais),objetivando a suplementação de dotações orçamentárias, observados os seguintes desdobramentos:

Cod	Classificação Funcional	Descrição	Fonte	Valor
39	02.04.00.04.122.0002.2009-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	500	18.000,00
42	02.04.00.04.122.0002.2009-3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	500	26.000,00
81	02.06.00.13.392.0004.2102-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	500	3.500,00
94	02.08.00.12.122.0003.2025-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	500	1.000,00
98	02.08.00.12.122.0003.2025-3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	500	7.000,00
116	02.08.00.12.361.0003.2033-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	500	12.000,00
137	02.08.00.12.364.0003.2040-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	500	4.500,00
161	02.09.00.12.365.0003.2047.3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	540	17.000,00
317	02.18.00.10.301.0008.2083-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	600	24.000,00
326	02.18.00.10.301.0008.2084-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	600	2.100,00
347	02.18.00.10.303.0008.2095-3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	621	6.000,00
348	02.18.00.10.303.0008.2095-3.1.90.11	Venctos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	621	2.000,00

Art. 2º Servirá de recurso para a cobertura do presente crédito adicional suplementar o produto da anulação no valor deR$123.100,00 (cento e vinte e três mil e cem reais), das seguintes dotações em conformidade com o inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64:

Cod	Classificação Funcional	Descrição	Fonte	Valor
162	02.09.00.12.365.0003.2047.3.1.90.11	Venctos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	540	17.000,00
275	02.16.01.08.244.0007.2068.3.1.90.11	Venctos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	500	39.000,00
318	02.18.00.10.301.0008.2083.3.1.90.11	Venctos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	500	33.000,00
327	02.18.00.10.301.0008.2084.3.3.90.30	Material de Consumo	600	26.100,00
338	02.18.00.10.302.0008.2090.3.3.90.39	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Juridica	621	8.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, 15 de maio de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:946709B3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 28 DE 22 DE MAIO DE 2026

DECRETO Nº 28 DE 22 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO VIGENTE, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA TRANSPOSIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE SALDOS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 171/2023 E SUAS ALTERAÇÕES, INCLUINDO A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 186, DE 2025, QUE PRORROGOU O PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SALDOS ATÉ O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aleandro Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipalnº 1.370de20/05/2026, observadas a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, ao orçamento do exercício financeiro de 2026, no valor total de R$ 719.946,94 (setecentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), destinado ao Fundo Municipal de Saúde, observados os seguintes desdobramentos:

Cod	Classificação Funcional	Descrição	Fonte	Valor
331	02.18.00.10.302.0008.1027-4.4.90.51	Obras e Instalações	2.621	150.000,00
332	02.18.00.10.302.0008.1027-4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.621	71.715,70
335	02.18.00.10.302.0008.2090-3.3.90.30	Material de Consumo	2.621	130.000,00
338	02.18.00.10.302.0008.2090-3.3.90.39	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Juridica	2.621	93.816,70
351	02.18.00.10.303.0008.2095-3.3.92.32	Material, Bem ou Serv. Distrib. Gratuita	2.621	274.414,24

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, referente a saldos de convênios e resoluções da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) não utilizados ou com objeto já cumprido, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 171, de 09 de maio de 2023, e suas alterações, incluindo a Lei Complementar Estadual nº 186, de 2025, que prorrogou o prazo de execução dos saldos até o exercício de 2026, na seguinte fonte de recurso:
621 - Transferências do SUS provenientes do Governo Estadual..... R$ 719.946,94
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, 22 de maio de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:13E797EA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 29 DE 22 DE MAIO DE 2026

DECRETO Nº 29 DE 22 DE MAIO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro do Exercício Anterior e dá outras providências.

Aleandro Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipalnº 1.361de22/12/2025, observadas a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, no valor deR$39.500,00(trinta e nove

mil e quinhentos reais),relativos a recursos vinculados assim consignados:

Cod	Classificação Funcional	Descrição	Fonte	Valor
273	02.16.01.08.244.0007.2002-3.3.90.39	Outros Serv. Terceiros Pessoa Juridica	2.660	13.000,00
278	02.16.01.08.244.0007.2068-3.3.90.32	Material, Bem ou Serv. Distrib. Gratuita	2.661	10.000,00
283	02.16.01.08.244.0007.2068-4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.660	16.500,00
		Total.....		39.500,00

Art. 2º- Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2.025, nas seguintes fontes de recursos:

Fonte	Excesso	Valor
660	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	19.500,00
661	Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social – FNAS	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, 22 de maio de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:DD8312F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 05/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 05/2026
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Cachoeira Dourada, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal e legislação municipal vigente, torna pública a abertura de Chamamento Público Simplificado para contratação temporária de Professor de Ciências.

1. DO OBJETO
Contratação temporária de profissionais para atuação na disciplina de Ciências na Rede Municipal de Ensino, em razão de afastamento de servidora efetiva por motivo de saúde.
2. DAS VAGAS

• 01 (uma) vaga para Professor de Ciências – 24 horas semanais;
• 01 (uma) vaga para Professor de Ciências – 12 horas/aula semanais.

A remuneração para a vaga das 12 horas aulas será proporcional à carga horária estabelecida neste edital, sendo devida exclusivamente pelas 12 (doze) horas/aula semanais contratadas,
3. DOS REQUISITOS

• Licenciatura plena em Ciências Biológicas, Ciências da Natureza ou área correlata;
• Idade mínima de 18 anos;
• Regularidade eleitoral e, quando aplicável, militar;
• Aptidão para o exercício da função.

4. DAS INSCRIÇÕES
Período: **29/05/2026 a 01/06/2026**
Local: **Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Dourada**
Horário: **8 às 12:30 das 14hs as 16hs**
As inscrições serão realizadas **exclusivamente de forma presencial**, mediante entrega de **envelope lacrado**.
Na parte externa do envelope deverá constar:

• Nome completo do candidato;
• Cargo pretendido (24h ou 12h/aula);
• Número deste Edital.

O envelope deverá conter:

• Ficha de inscrição preenchida e assinada;
• Documento de identidade e CPF;
• Comprovante de escolaridade;
• Documentos comprobatórios de títulos e experiência;
• Demais documentos exigidos neste edital.

Não serão aceitas inscrições incompletas ou fora do prazo.
5. DA COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA
A análise das inscrições será realizada por Comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Dourada, composta por 03 (três) membros, sendo:

• 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
• 01 representante do setor pedagógico;
• 01 representante do setor administrativo.

Caberá à Comissão:

• abrir os envelopes;
• analisar documentos;
• atribuir pontuação;
• julgar recursos;
• homologar resultado preliminar.

6. DA ABERTURA DOS ENVELOPES
A abertura dos envelopes ocorrerá em data e local a serem divulgados pela Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Dourada.
Será lavrada **ata de abertura**, assinada pelos membros da Comissão.
7. DA SELEÇÃO
A seleção ocorrerá mediante análise de títulos e experiência profissional.

Critério	Pontuação
Pós-graduação correlato a função (máximo 2 certificado)	8 pontos cada
Experiência docente (máximo 3 anos)	3 pontos por ano
Cursos de formação de 20h a 100h (máximo 5 certificados)	5 pontos cada

TOTAL 50 PONTOS
8. DO DESEMPATE

• Maior tempo de experiência;
• Maior titulação;
• Maior idade.

9. DO RESULTADO
O resultado preliminar será publicado no mural oficial e/ou meios oficiais do município.
10. DOS RECURSOS
O candidato poderá interpor recurso no prazo de 01 (um) dia útil após a publicação do resultado preliminar.
11. DA CONTRATAÇÃO
A contratação será temporária e emergencial, vinculada ao período de afastamento da servidora titular ou à necessidade da Administração, podendo ser rescindida a qualquer tempo por interesse público.
12. DISPOSIÇÕES FINAIS
A inscrição implica aceitação integral das regras deste edital.
Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira Dourada - MG

Cachoeira Dourada – MG, 26 de Maio de 2026.

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:4A6DFF4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 33, 25 DE MAIO DE 2026

Nomeia interinamente o(a) senhor(a) MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAUJO para exercer a função do cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, Código CE-03, Símbolo SU-03.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1992, c/c o Art. 39, inciso II, alínea "a" da Lei Municipal nº 876/2002;

CONSIDERANDO que o(a) senhor(a) ***NAD VIVIANE SOTERO PEREIRA*, *SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA,*** *nomeada através do decreto nº 11 de 07 de janeiro de 2026*, foi exonerado, resolve:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ***MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAUJO*,** para exercer interinamente, as funções *de* ***SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, Código CE-03, Símbolo SU-03*,** nesta Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor retroagindo seus efeitos no dia 01 de maio de 2026.
Mando, pois, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução deste Decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nele contém.
Dado e passado no Gabinete do Prefeito, no Centro Administrativo João Batista da Silva - "João Tatu", em **Cachoeira Dourada, aos 25 dias do mês de maio do ano de 2026**.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Bernardes Dos Santos
Código Identificador:D12997AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Licitatório nº: 0072/2026
Inexigibilidade nº: 0027/2026

Favorecido: **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU JITSU PRO** – CNPJ sob o nº 65.354.620/0001-74, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 200, bairro Centro – São Lourenço – CEP: 37.470-000.
Objeto: Inscrições dos atletas no Campeonato Brasileiro de Jiu Jitsu Pro 2026, que acontecerá no dia 12/07/2026 no município de Pouso Alegre/MG.
Fundamento Legal: art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.
Valor: R$ 1.432,00 (Mil quatrocentos e trinta e dois reais).

Após a finalização do procedimento de inexigibilidade de licitação sob referência, bem como o interesse público envolvido, AUTORIZO a contratação direta da empresa acima referenciada pelo valor constante da proposta de preços, devendo a presente autorização e o extrato serem publicados conforme determina a Lei 14.133/2021.

Campanha -MG, 26 de Maio de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município da Campanha

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:F902CFE8

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00191/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00191/2026 – Processo nº 038/2025 – Pregão nº 012/2025 - Contratada empresa **T L Soluções Tecnologicas Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à 140 - Santa Terezinha - Pato Branco - PR - 85506-140, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 49.490.183/0001-60, com valor total de **R$ 8.697,00** (Oito mil, seiscentos e noventa e sete reais) - **Objeto: O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA**
Vigência: 25/05/2026 a 25/05/2027.

Campanha/MG, 25 de Maio de 2026.

ESTER CARNEIRO CACIANO
Departamento de Compras

Publicado por:
Ester Carneiro Caciano
Código Identificador:629A4D0A

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00192/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00192/2026 – Processo nº 0131/2025 – Pregão nº 0046/2025 - Contratada empresa **Mat Med Hospitalar Ltda - ME -** CNPJ n° 02.305.767/0001-54 - Rua Paulo Garcia - Benfica - Juiz de Fora - MG - 36090-000, com valor total de R$ 47,00 (Quarenta e sete reais) - **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES.** Vigência: 25/05/2026 a 25/05/2027.

Campanha/MG, 25 de Maio de 2026.

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:1D1F5264

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00193/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00193/2026 – Processo nº 0131/2025 – Pregão nº 0046/2025 - Contratada empresa **MG Flex Ltda –** CNPJ n° 43.121.365/0001-87 - Av Sebastiao G Reis - Santa Cruz - Sericita - MG - 35368-000, com valor total de R$ 456,80 (Quatrocentos e cinqüenta e seis reais e oitenta centavos) - **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES.** Vigência: 25/05/2026 a 25/05/2027.

Campanha/MG, 25 de Maio de 2026.

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:3FEDFA5E

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00194/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00194/2026 – Processo nº 0131/2025 – Pregão nº 0046/2025 - Contratada empresa **Medicina Segura Distribuicao e Promocao em Vendas Ltda -** CNPJ n° 40.968.252/0001-23 - Rua Izaltino Firmino Da Silva, 195 - Distrito Industrial - Serrana - SP - 14150-000, com valor total de R$ 224,00 (Duzentos e vinte e quatro reais) - **Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES. Vigência: 25/05/2026 a 25/05/2027.

Campanha/MG, 25 de Maio de 2026.

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:EF4770B0

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00195/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00195/2026 – Processo nº 0131/2025 – Pregão nº 0046/2025 - Contratada empresa **Arlimed Distribuidora Hospitalar Ltda –** CNPJ n° 18.362.195/0001-85 - Rua Dom Luiz, 171 - Vila Real - Balneario Camboriu - SC - 88337-100, com valor total de R$ 16.091,00 (Dezesseis mil e noventa e um reais) - **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES.** Vigência: 25/05/2026 a 25/05/2027.

Campanha/MG, 25 de Maio de 2026.

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:7E3C4E58

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00196/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00196/2026 – Processo nº 038/2025 – Pregão nº 012/2025 - Contratada empresa **Allset Tecnologia Ltda** , pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Rodovia Governador Mario Covas - Jacuhy - Serra - ES - 29161-260, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 55.149.591/0002-36, com valor total de **R$ 1.182,34** (Mil, cento e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos) - **Objeto: O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA**
Vigência: 26/05/2026 a 26/05/2027.

Campanha/MG, 26 de Maio de 2026.

ESTER CARNEIRO CACIANO
Departamento de Compras

Publicado por:
Ester Carneiro Caciano
Código Identificador:B321FA1B

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00197/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00197/2026 – Processo nº 038/2025 – Pregão nº 012/2025 - Contratada empresa **Juliana Godoy Moreira Lopes - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Rua Nossa Senhora Aparecida, 9 - Centro - São Gonçalo do Sapucai - MG - 37490-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 38.649.612/0001-82, com valor total de **R$ 26.450,00** (Vinte e seis mil e quatrocentos e cinquenta reais) - **Objeto: FORNECIMENTO DE PÓ DE CAFÉ, TEMPEROS E OUTROS.**
Vigência: 26/05/2026 a 26/05/2027.

Campanha/MG, 26 de Maio de 2026.

ESTER CARNEIRO CACIANO
Departamento de Compras

Publicado por:
Ester Carneiro Caciano
Código Identificador:D3344D73

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 0044/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Registro de Preços Eletrônico - 12/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - ACuCAR CRISTAL C05 KG - TRYUMPHO - Valor Referência: 16,9500			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CONFIANCA DISTRIBUIDORA LTDA	13,7000	8.576,2000	Homologado em 25/05/2026 17:35:50 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0002 - CAFE EM PO 500 GR, CAFE EM PO TORRADO E MOIDO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. - UNIAO - Valor Referência: 33,3000			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CONFIANCA DISTRIBUIDORA LTDA	23,4900	49.258,5300	Homologado em 25/05/2026 17:35:50 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0003 - CAFE EM PO 500 GR, CAFE EM PO TORRADO E MOIDO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. - UNIAO - Valor Referência: 33,3000			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
CONFIANCA DISTRIBUIDORA LTDA	23,4900	16.419,5100	Homologado em 25/05/2026 17:35:50 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA

LAZARO ROBERTO DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:BEDE2226

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2026 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 152/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2025

1º TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2026

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 152/2025
Pregão Eletrônico nº 86/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA:

MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, idade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/MF nº 28.157.903/0001-08, com sede na cidade de Itaúna - MG, na Av Chico Morais, Nº 167, Bairro Garcias, Cep nº 35.680-562, neste ato representada pelo Sócio/Administrador Sr. Eliton Junior Gonçalves de Carvalho, CPF nº xx9.7xx.xx6-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de: Registro de Preços para aquisição de Leite Integral Uht,Longa Vida e Leite Integral ou semidesnatado ‘Barriga Mole’, destinado as diversas secretarias e setores pertencentes á Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CONTRATO:

Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o 1º Termo Aditivo ao presente termo da Ata de Registro de Preço é regido pela nova Lei de Licitações e Contratos no 14.133/2021, nos termos das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E VALOR
1.1 Tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA E LEITE INTEGRAL OU SEMIDESNATADO 'BARRIGA MOLE', DESTINADO AS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS – MG.
1.2 O preço do item 01, passa-se, nesta data, a ser de:

Item 01: Leite de vaca integral UHT: leite integral longa vida composição leite fluido integral e estabilizante citrato de sódio embalagem tetra pak com capacidade para 1 litro, validade 04 meses devendo constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) a embalagem deverá estar intacta sem presença de amassados, sujeira ou estufada.
Preço Atual: R$ 3,88
Preço Reajustado: R$ 5,25

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 14/2026 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 14/2026 .
2.3. O presente 1º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal Campos Altos MG

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:C2A67ECD

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2025, Nº 82/2026, Nº 83/2026, Nº 84/2026 E Nº 79/2026,, PROCESSO Nº 25/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 25/2025
Pregão Eletrônico nº 09/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

ARMAZÉM K VENDAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: no 29.776.729/0001-36, com sede na Rua Paraíba, Bairro Santa Maria, n°1007 , Uberaba- MG, CEP 38050430, neste ato representada pela Senhora Daiane Cristina Lorenceto Belisario, CPF nº xx0.7xx.xx8-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos, de construção civil e hidráulicos, destinados á manutenção, reparos e melhorias das unidades administrativas do Município de Campos Altos – MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 76/2025, tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 26 de maio de 2026 até 26 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 76/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 76/2025.
2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

Vicente de Paulo Mateus - Pref. Municipal de Campos Altos MG.

2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 25/2025
Pregão Eletrônico nº 09/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

MULTINEGOCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: no 46.789.706/0001-85 com sede na Rua Olinto Magalhães, nº 1478, Bairro Dom Bosco, Belo Horizonte- MG, CEP 30.830-050, neste ato representada pelo Senhor Carlos Aparecido da Silva, CPF nº xx4.5xx.xx6-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos, de construção civil e hidráulicos, destinados á manutenção, reparos e melhorias das unidades administrativas do Município de Campos Altos – MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 82/2025, tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 26 de maio de 2026 até 26 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 82/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 82/2025.
2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

Vicente de Paulo Mateus - Pref. Municipal de Campos Altos MG.

2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 25/2025
Pregão Eletrônico nº 09/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

SATURNO COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: no 48.936.631/0001-43 com sede na Rua Manoel Herculano Marques de Fontes, nº 636, Bairro Loteamento Parque São Martinho, Campinas-SP, CEP 13.040.703, neste ato representada pela Senhora Graziela Maria de Souza Novaes, CPF nº xx1.9xx.xx8-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos, de construção civil e hidráulicos, destinados á manutenção, reparos e melhorias das unidades administrativas do Município de Campos Altos – MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 83/2025, tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 26 de maio de 2026 até 26 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 83/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 83/2025.
2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

Vicente de Paulo Mateus - Pref. Municipal de Campos Altos MG.

2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 25/2025
Pregão Eletrônico nº 09/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

TX MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: no 08.666.705/0001-54 com sede na Rua Coronel Frederico Franco, nº 883, Bairro Santa Terezinha, Campos Altos - MG, CEP 38.970-000, neste ato representada pelo Senhor Vandrelane Franco, CPF nº xx8.8xx.xx6-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos, de construção civil e hidráulicos, destinados á manutenção, reparos e melhorias das unidades administrativas do Município de Campos Altos – MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 84/2025, tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 26 de maio de 2026 até 26 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 84/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 84/2025.
2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 25/2025
Pregão Eletrônico nº 09/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA:

CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: no 37.386.859/0001-90, com sede na Rua MDV 6, Qd. 36, Lt 13, Moinho dos Ventos, Goiânia- GO, CEP 74.371-390, neste ato representada pelo Senhor Danilo Souza Silva, CPF nº xx3.2xx.xx1-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos, de construção civil e hidráulicos, destinados á manutenção, reparos e melhorias das unidades administrativas do Município de Campos Altos – MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1. O presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 79/2025, tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 26 de maio de 2026 até 26 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 79/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 79/2025.
2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:B23ACEC0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 63/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 63/2026 - Pregão Eletrônico Nº 32/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2025 DO CIMINAS, PARA AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS VISANDO A MANUTENÇÃO DA

ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS - MG.. Contratado: EURO TUBOS LTDA. Contrato nº. 98/2026. Vigência: 26/05/2026 a 26/05/2027. Data assinatura 26/05/2026. Valor Contrato: R$ 18.300,00. Campos Altos – MG, 26/05/2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:323159D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CANDEIAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS/MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:046/2026
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Candeias/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a homologação do processo licitatório em epígrafe.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução da produção de 20 Unidades Habitacionais no Bairro Alto do Cruzeiro III, compreendendo o executivo de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes e demais operações necessárias e suficientes para a entrega final das Unidades Habitacionais às famílias beneficiadas, em conformidade com o Termo de Compromisso n° 993073/2026/MCIDADES/CAIXA.

EMPRESA ADJUDICATÁRIA:OFICIAL ENGENHARIA LTDA
CNPJ:21.566.560/0001-88

VALOR TOTAL HOMOLOGADO:R$ 2.338.981,56 (dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

A autoridade competente, Sr. HEBERTON CAETANO DE FARIA, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, HOMOLOGA o resultado do certame e ADJUDICA o objeto à empresa vencedora.

Candeias/MG, 26 de maio de 2026.

HEBERTON CAETANO DE FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Baesso Das Chagas
Código Identificador:65CC9F1E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO Nº 022/2026 – Torna público a abertura da modalidade PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026, menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médico-hospitalares, destinados à manutenção das atividades e ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capitão Andrade/MG. A abertura será no dia 15 de junho de 2026, às 09:00 horas, junto a Plataforma Licitar Digital (https://licitar.digital). Recebimento das propostas inicia-se às 08:00 horas do dia 27/05/2026, até às 09:00 horas do dia 15/06/2026. O Edital poderá ser lido e obtido através do Portal da Transparência https://www.transparencia.capitaoandrade.mg.gov.br/licitacoes/, ou pela Plataforma Licitar Digital - https://licitar.digital, ou pelo e-mail: licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br, ou pelo tel. (33) 3231-9124, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, com César da Rocha Fernandes – Pregoeiro.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:019A30AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO FINAL PROCESSO 381/2026

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 381/2026
DISPENSA Nº 057/2026

EXTRATO DE RESULTADO FINAL

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 381/2026, modalidade Dispensa nº 057/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSOLICITATÓRIONº.381/2026 –DISPENSANº057/2026

OBJETO: Formalização de contrato de programa destinado a assegurar a adequada prestação de serviços de transporte de pacientes, compreendendo a disponibilização de veículos apropriados e estrutura operacional necessária para a realização de deslocamentos, com vistas ao atendimento de consultas, exames, tratamentos e demais procedimentos de saúde realizados fora do território municipal, em atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde – SUS.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO CIS VERDE, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.034.350/0001-02.

VALOR DO CONTRATO: R$ 98.675,46 (noventa e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

PRAZO: 09 (nove) meses.

DATA DA ASSINATURA:08/04/2026.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 26 de maio de 2026.

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:EC844747

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO FINAL PROCESSO 463/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 463/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 059/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 463/2026, modalidade Dispensa Eletrônica nº 059/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 463/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 059/2026.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de assessoria e suporte administrativo, com vistas a auxiliar a Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município de Carangola/MG no planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das ações, programas e projetos relacionados à gestão do esporte municipal.

CONTRATADA: ABSOLUT PRODUÇÕES, EVENTOS, ETRETERIMENTO E PARTICIOPAÇÕES LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.174.422/0001-44.

VALOR DO CONTRATO: R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA:21/05/2026.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo conseqüente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 26 de maio de 2026

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:93C63359

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARBONITA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÕES DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PAL Nº 030/2026 - **C.O**: 003/2026

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra pavimentação em TSD (tratamento superficial duplo) em vias públicas, no município de Carbonita/mg, conforme contrato de repasse nº 990992/2025/MCIDADES/CAIXA nas vias nas ruas Manoel Timóteo, Dois Córregos, Dos Bernardos, Antônia do Antão, Maria do Cisco Amaral, Luzia Vieira e Adão da Bela, em conformidade com o Projeto Básico de Engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilha orçamentária,cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos.
CONTRATADA: CONSTRUTORA OLIVEIRA FERNANDES E CIA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARBONITA-MG
VALOR TOTAL: R$ 447.999,94(quatrocentos e quarenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).
HOMOLOGAÇÃO/DATA: 22/05/2026
ADJUDICAÇÃO/DATA : 22/05/2026

Publicado por:
Vanderleia Amaral Oliveira
Código Identificador:C8BE576F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÕES DE CONTRATOS 2026

Extrato contrato n º **053/2026**.Objeto : Contratação de empresa para execução de obra pavimentação em TSD (tratamento superficial duplo) em vias públicas, no município de Carbonita/MG, conforme contrato de repasse nº 990992/2025/MCIDADES/CAIXA nas vias nas ruas Manoel Timóteo, Dois Córregos, Dos Bernardos, Antônia do Antão, Maria do Cisco Amaral, Luzia Vieira e Adão da Bela, em conformidade com o Projeto Básico de Engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos. Contratada: **CONSTRUTORA OLIVEIRA FERNANDES E CIA LTDA**, Vigencia: 22/05/2026 a 22/11/2026.Valor **: R$ 447.999,94 (quatrocentos e quarenta e sete mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)**

Extrato contrato n º **054/2026**.Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação em TSD (Tratamento Superficial Duplo) nas ruas São Cristovão-trecho 01, Agostinho Esteves, Lorenço Martins, Capelinha-trecho 02, Dunga Duarte e São Paulo trecho 01, no Município de Carbonita, em conformidade com o Projeto Básico de Engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo. Contratada: **CONSTRUTORA OLIVEIRA FERNANDES E CIA LTDA**. Vigencia: 25/05/2026 a 25/11/2026.Valor : **R$ 379.899,98(trezentos e setenta e nove mil e oitocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)**

Publicado por:
Vanderleia Amaral Oliveira
Código Identificador:323A298B

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 001, DE 26 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CARBONITA/MG.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** do Município de Carbonita, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Carbonita e demais normas pertinentes, resolvem:
Art. 1º – Fica instituída a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família no Município de Carbonita, com a finalidade de promover a articulação, a integração e o monitoramento estratégico entre as pastas envolvidas no acompanhamento das condicionalidades do referido programa federal.
Art. 2º – Compete à Comissão Intersetorial do PBF:
I – Acompanhar e avaliar o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família nas áreas da saúde e educação;
II – Monitorar a evolução do acompanhamento das condicionalidades e o respectivo registro nos sistemas específicos;
III – Propor estratégias e planos de ação intersetoriais para a melhoria dos índices de acompanhamento e cobertura das condicionalidades;
IV – Promover o acompanhamento das famílias beneficiárias em descumprimento de condicionalidades, de forma articulada e visando a proteção social;
V – Analisar resultados periódicos e elaborar diagnósticos sobre a gestão das condicionalidades no território municipal;
VI – Propor ações coordenadas de comunicação e orientação às famílias beneficiárias sobre seus direitos e deveres no âmbito do PBF;
VII – Subsidiar a atuação das políticas de assistência social, saúde e educação quanto a situações de insuficiência na oferta de serviços ou desproteção social;

VIII – Fomentar o uso e a atualização do Sistema de Condicionalidades (Sicon) pelas equipes técnicas.
Art. 3º – A Comissão Intersetorial será composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e instituições:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação;
IV – Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
V – Conselho Municipal de Saúde (CMS);
VI – Conselho Municipal de Educação (CME);
VII – Outros órgãos que se fizerem necessários, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
§ 1º – Os membros da Comissão serão indicados pelos titulares das respectivas pastas e oficialmente nomeados mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.
§ 2º – A coordenação da Comissão será exercida por representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, vinculado à Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família.
§ 3º – A participação como membro da Comissão será considerada serviço público relevante e não dará causa a qualquer espécie de remuneração.
Art. 4º – A Comissão Intersetorial reunir-se-á ordinariamente **mensalmente**, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu(a) coordenador(a).
Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Carbonita/MG, 26 de maio de 2026.

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA MORAIS
Secretário(a) Municipal de Assistência Social

LEONICE RIBEIRO SILVA
Secretário(a) Municipal de Saúde

VANDA HELENA MOREIRA
Secretário(a) Municipal de Educação

Publicado por:
Marlúcia Dos Rosário Machado Morais
Código Identificador:56C58DE4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 8/2026 - Extrato de Atas de Registro de Preços de Processo. **Contratante:** Município de Carlos Chagas. **Processo N°.** 24/2026 – referente ao Registro de preço para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para uso na manutenção das atividades nas Unidades Básicas de Saúde do Município – Ata De Registro De Preços **Nº. 64/2026** – M. L. Farmácia Fitoterápica Ltda, Ata De Registro De Preços **Nº. 65/2026** – FDC Farma Ltda e Ata De Registro De Preços **Nº. 66/2026** – Estratti Vegetali Farmácia e Manipulação Ltda. Data da Assinatura: 26/05/2026. Vigência: 12(doze) meses a contar do dia subsequente a data da publicação – Data da Homologação: 26 de maio de 2026.

LUDMILA APARECIDA SOARES SOUZA -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:05CF71AB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO 27/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS/MG – Extrato do Contrato nº 27/2026. PRC – 59/2026. Inexigibilidade nº 13/2026. **Partes:** Município de Carlos Chagas e a empresa Publicus Contabilidade E Sistemas S/C Ltda. **Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil. **Vigência:** 08/05/2026 a 08/05/2027. **Data do Contrato:** 08 de maio de 2026.

JOSÉ AMADEU NANAYOSKI TAVARES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:815E35C2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS/MG – INEXIBILIDADE n°. 13/2026 – Extrato de Ratificação de inexigibilidade referente ao Processo Licitatório n°. 59/2026 – Objeto: "Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil". **Contratante**: Município de Carlos Chagas. **Favorecido**: Publicus Contabilidade e Sistemas S/C Ltda – CNPJ 01.626.400/0001-70. **Valor**: R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais). Data da Ratificação: 08 de maio 2026.

POLIANA DE OLIVEIRA FRANCO.
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:974C9D4B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG, Pregão Eletrônico nº. 08/2026 – Processo Licitatório nº. 24/2026 – Extrato da Homologação. Referente ao Registro de preço para eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para uso na manutenção das atividades nas Unidades Básicas de Saúde do Município. Contratante: Município de Carlos Chagas. Favorecidos: M. L. Farmácia Fitoterápica Ltda, FDC Farma Ltda e Estratti Vegetali Farmácia e Manipulação Ltda. Data da Homologação: 26 de maio de 2026.

LUDMILA APARECIDA SOARES SOUZA -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:63C0000C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Adesão a Ata de Registro de Preços n.º 004/2026 – Processo Licitatório n.º 050/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público a adesão a ata de registro de preços nº 004/2026. Objeto: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 065/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025, PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº 091/2025 PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULHANTE 6X2, TRUCADO, NOVO (0 KM), ESSENCIAL PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, COMO PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, LIMPEZA DE TERRENOS E REMOÇÃO DE ENTULHOS PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS. Empresa admitida para contratação direta: PRODOESTE VEICULOS E SERVIÇOS , CNPJ: 20.495.149/0001-04. Maiores informações no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raíssa Karolyna Alves Santos
Código Identificador:322A6496

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
COMPRA DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Dispensa de Licitação – Compra Direta n.º 032/2026. O Município de Carmo da Mata/MG, torna público o Edital da Dispensa de Licitação – Compra Direta nº 032/2026 com fulcro no art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021. Objeto: Aquisição de isca formicida à base do produto comercial "Atramix"ou equivalente técnico devidamente registrado na ANVISA/IBAMA, bem como equipamentos apropriados para sua aplicação segura e controlada, destinados ao controle de formigas em áreas do município de Carmo da Mata/MG. – Recebimento das Propostas: até as 23:59 horas do dia 29/05/2026 no email: tuliacompras@carmodamata.mg.gov.br. Sessão de Abertura: dia 01/06/2026, às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser obtido no site www.carmodamata.mg.gov.br.

TULIA PAULA DE SÃO JOSÉ FERREIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:049A4CDA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Dispensa de Licitação n.º 014/2026 – Processo Licitatório n.º 061/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público a dispensa de licitação nº 014/2026. Objeto: **dispensa de emergência para fornecimento de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde conforme Termo de Referência, com base no art. 75 inciso VIII da lei 14.133/2021**. Razão Social: JPJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME , CNPJ: 12.721.401/003-81, com valor menor preço item de R$3.555,00 (três mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), e da DROGA 7 LTDA, CNPJ: 05.823.360/001-07, com valor menor preço item de R$ 1.731,00 (um mil setecentos e trinta e um reais).. Maiores informações no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:73A7435E

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ATA CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: DETENTOR DA ATA: **FLEX - DE LTDA EPP,** CNPJ Nº 09.298.828/0001-42. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ESTRUTURA PARA EVENTOS DIVERSOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E TRANSPORTE, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE CARMO DA MATA/MG. DATA: 25/05/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:40AB8F44

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ATA CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: DETENTOR DA ATA: **KLEYDINALDO ALVES CARDOSO,** CNPJ Nº 07.523.768/0001-99. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ESTRUTURA PARA EVENTOS DIVERSOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E TRANSPORTE, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE CARMO DA MATA/MG. DATA: 25/05/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:F7C6CA71

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **EDUARDO LUCIO DE CASTRO RESENDE CONSTRUCOES, ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**, CNPJ: 53.573.043/0001-22. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO CEMEI, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS DOCUMENTOS ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL. DATA: 26/05/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:A361A7BF

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **COLLETAR MINAS SERVICOS DE COLLETA LTDA**, CNPJ: 22.168.294/0001-06. OBJETO: DISPENSA EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, PESAGEM, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA: 25/05/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:F13EDC30

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **STELLA MEDICAL LTDA**, CNPJ: 30.683.119/0001-77. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E INSTALAÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS AMBULATORIAIS, ALÉM DE REALIZAÇÃO DE LAUDOS NESTES APARELHOS, QUANDO SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA: 20/05/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:45AA8E84

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
PREGÃO ELETRONICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n.º 025/2026 – Processo Licitatório n.º 062/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital do Pregão Eletrônico nº 025/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MELHORIAS ESTRUTURAIS E URBANÍSTICAS DA PRAÇA LOCALIZADA ENTRE AS RUAS JOSÉ LOBATO E BALDUÍNO RESENDE, NO BAIRRO VÁRZEA, CONFORME PREVISTO NA EMENDA IMPOSITIVA Nº 04 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1920/2025, DESTINADA AO EXERCÍCIO DE 2026. Data e horário de início da sessão: 15/06/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raíssa Karolyna Alves Santos
Código Identificador:66561071

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 056/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 065/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº. 028/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - **CNPJ:** 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **DAMASCENO, COSTA E FERREIRA ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ nº 16.650.003/0002-91.

OBJETO: Contratação de serviço técnico especializado de natureza intelectual, de forma continuada, consistente na assessoria e consultoria jurídica em demandas de alta complexidade para atender as demandas da Advocacia Pública do Município e do Gabinete, incluindo o acompanhamento e peticionamento em processos judiciais e tramitação em segunda instância e nos Tribunais superiores, bem como em processos administrativos instaurados por Tribunais de contas e Ministério Público, além da emissão de pareceres jurídicos em resposta a matérias afetas ao Direito Público e atendimento*online*e presencial, em atendimento ao Gabinete do Prefeito.

VIGÊNCIA: De 26 de maio de 2026 até 25 de maio de 2027.

VALOR: R$ 126.000,00 (Cento e vinte e seis mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação é fundamentada na Lei nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de maio de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:1F9F65A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 016-2026

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 053/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2026, Processo Administrativo nº 053/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento (informática e eletrônicos) para serviços de infraestrutura de rede lógica de dados (cabeada e wi-fi), exclusivos para a nova sede da Prefeitura de Carmo de Minas.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

• HM INFORMATICA LTDA – CNPJ: 32.240.500/0001-12, Valor Total: R$ 4.419,97 (Quatro mil quatrocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos).

• MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649 – CNPJ: 43.187.819/0001-12, Valor Total: R$ 3.000,00 (Três mil reais).

• ODETE MARIA FREITAS – CNPJ: 45.897.289/0001-21, Valor Total: R$ 5.574,88 (Cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

• T L SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA – CNPJ: 49.490.183/0001-60, Valor Total: R$ 7.100,00 (Sete mil e cem reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26 de maio de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:4DD29306

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÁSSIA

MUNICÍPIO DE CÁSSIA
REFERENTE A LOCAÇÃO DE NOTEBOOKS PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAS NOTIFICA PAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁSSIA –MG. Torna público que realizará o seguinte Processo de Dispensa: **DISPENSA n° 044/2026.** Objeto: **"REFERENTE A LOCAÇÃO DE NOTEBOOKS PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAS NOTIFICA PAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS ".**
O Edital está a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Cássia/MG, e no site www.cassia.mg.gov.br . Disponível para enviar propostas até o dia 29/05/2026 ás 16h no email compras1@cassia.mg.gov.br ou sede da Prefeitura Municipal de Cássia/MG
Cássia/MG, 26 de Maio de 2026.

DONIZETE VILELA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nicolas Arantes Silva
Código Identificador:F87524F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
1ºADITIVO – ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO ESTIMADO DO ITEM DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.370/0001-42, com sede na Praça Monsenhor Mendes, nº 136, Centro, Catas Altas/MG, neste ato representado pela Sra. Alda Aparecida Batista Oliveira, Secretária Municipal de Educação; pela Sra. Jalizy Rodrigues Lima Silva, Secretária Municipal de Saúde; e pelo Sr. Uilson Rodrigues, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Obras e Viação, todos residentes e domiciliados em Catas Altas/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e os credenciados relacionados, celebram o presente Termo Aditivo de Acréscimo de Quantitativo, decorrente do **Chamamento Público/Credenciamento oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 044/2025, Processo nº 142/2025**, com fundamento no artigo 79 da Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, nº 147/2014 e nº 155/2016, na Lei Geral Municipal nº 319/2010, no Decreto Municipal nº 1.714/2012 e nº 318/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o **acréscimo de quantitativo do Item 04 – Serviço de Espera Longa**, vinculado ao credenciamento de permissionários dos serviços de táxi do Município de Catas Altas/MG, destinados ao transporte de servidores municipais em serviço, munícipes em transporte de saúde e tratamento fora do domicílio (TFD), bem como demais munícipes de interesse do Município, conforme demanda futura e incerta das Secretarias Municipais, nos termos do edital e **seus anexos.**
1.2. O presente aditivo fundamenta-se no **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão da necessidade administrativa devidamente justificada e do interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS
2.1. Fica acrescido ao **Item 04 – Serviço de Espera Longa** o quantitativo de **40 (quarenta) serviços adicionais**, em razão do aumento da demanda dos serviços municipais.
2.2. O quantitativo acrescido será **rateado entre todos os credenciados habilitados**, observando-se os critérios de distribuição e operacionalização já estabelecidos no instrumento convocatório e normas internas da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
3.1. O presente acréscimo corresponde ao valor estimado de **R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**, a ser acrescido ao valor originalmente estimado do processo.
3.2. Em razão do presente aditivo, o valor global estimado do processo passará de **R$ 2.365.900,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e novecentos reais)** para **R$ 2.379.900,00 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil e novecentos reais)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento originário que não conflitarem com o presente termo aditivo.
4.2. E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, assegurando-se a entrega de uma via para cada signatário.

Catas Altas/MG, 26 de maio de 2026.

ALDA APARECIDA BATISTA OLIVEIRA
Gestora

JALIZY RODRIGUES LIMA SILVA
Gestora

UILSON RODRIGUES
Gestor

ÉRICA RODRIGUES DE PAULA
Fiscal

CREDENCIADOS

Erdisley Ezequiel Guerra	Nilson Magno Mendes
Robson Felix Paulino	Rosângela Ferreira Guimarães
Thales Rodrigues Santos	Fernando Marcos Guedes
Leandro da Conceição Batista	Nelson dos Santos Alves
René Antônio Morais dos Santos	Rander Ferreira Silva
Walas Roque Fernandes	Antônio Mangelio Honorato
Demétrius Antônio Costa Hess	Leandro Soares Ferreira
José Maria da Silva	Lorivaldo Alves Campos
Júlio César Bonifácio	Mathaus Júnior Magno
Felipe Eustáquio dos Santos	Daniela da Silva Rodrigues Quinelato
Pedro Antônio Monteiro	Ronaldo Ubaldo Amaro
Erson Custódio Jorge	Valdênia Ferreira Pereira Quintão
Robson Rodrigo Feitosa	César Augusto de Miranda

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:A4C7A1ED

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
APOSTILAMENTO PARA REAJUSTE CONTRATUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG – 3º TERMO DE APOSTILAMENTO – REAJUSTE CONTRATUAL – Contrato nº 101/2025 – Concorrência Eletrônica nº 009/2024 – Processo nº 201/2024. Objeto: reajuste contratual referente à contratação de empresa especializada em execução de obras de construção civil para reforma da edificação tombada da Capela do Senhor do Bonfim, no Distrito do Morro D'Água Quente, Município de Catas Altas/MG. Contratada: STEIOS DE MINAS CONSTRUTORA LTDA., CNPJ nº 32.448.675/0001-94. Fica concedido reajuste inflacionário correspondente ao percentual de 5,68%, no valor de R$ 99.286,40 (noventa e nove mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), passando o valor global do contrato de R$ 1.748.000,00 para R$ 1.847.286,40, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 15/05/2026.

CLAUDIA PICARDI MORAIS DE CASTRO.
Secretária Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Evlen Silva Gomes
Código Identificador:E54F2BDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO – RENOVAÇÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 136/2025

Dispensa de Licitação nº 003/2025
Processo nº 068/2025
Contrato nº 136/2025
1º Termo Aditivo – Renovação Contratual
Contratante: Município de Catas Altas.
Contratada: PLACARSOFT LTDA.
Objeto: O presente termo aditivo consiste na renovação e prorrogação do Contrato nº 136/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão esportiva do município, com o objetivo de automatizar e modernizar cada etapa, desde o cadastro de pessoas até o gerenciamento de aulas/treinamentos, bolsas, competições, programas de incentivo, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, nos termos do artigo 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Prazo: Fica elastecido por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato original, compreendendo o período de 29/05/2026 a 29/05/2027.
Valor: Atribui-se ao presente aditivo o valor de **R$ 6.000,00 (seis mil reais)**, para todos os fins e efeitos legais.

Catas Altas/MG, 26 de maio de 2026.

WENDELL LOPES PEREIRA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer/Gestor

Publicado por:
Kimberli Aparecida Santos de Magalhães
Código Identificador:FB7A0CD2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO – RENOVAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 045/2023

Pregão Eletrônico nº 017/2023
Processo nº 048/2023
Contrato nº 045/2023
3º Termo Aditivo – Renovação e Prorrogação Contratual
Contratante: Município de Catas Altas.
Contratada: MESQUITA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.
Objeto: O presente termo aditivo consiste na renovação e prorrogação contratual da contratação de empresa especializada em realização de análises físico-químicas e biológicas da água para captação, no sistema de tratamento de água e no pós-tratamento para consumo humano, segundo os itens constantes na Portaria GM/MS nº 888 de 04 de maio de 2021 – anexo XX, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, edital e seus anexos, independentemente de transcrição, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Prazo: Fica elastecido por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato original, compreendendo o período de 12/04/2026 até 12/04/2027.
Valor: Dá-se ao presente aditivo o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para todos os fins e efeitos legais.

Catas Altas/MG, 10 de abril de 2026.

RONALDO BENTO MARTINS
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente / Gestor

Publicado por:
Kimberli Aparecida Santos de Magalhães
Código Identificador:FDA89A08

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 050/2025

Chamada Pública/Credenciamento, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025, Processo autuado nº 001/2025
Empresa: ADILSON DE MELO MAGALHÃES
Objeto: Fica rescindido amigavelmente o CONTRATO Nº 050/2025, cujo objeto é a contratação de pessoas físicas ou jurídicas especializada na prestação de serviços de Locação de Caminhão Basculante Toco com condutor e combustível, para atender demandas da Secretaria de Serviços Urbanos, Obras e Viação, de acordo com edital, termo de referência, demais anexos, termo de adesão que integram este instrumento, independentemente de transcrição, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 137 inciso III, mediante as cláusulas e condições elencadas.
Da liquidação: As partes declaram que **não há valores pendentes de pagamento**, inexistindo qualquer débito do **Município de Catas Altas** em favor da CONTRATADA, dando-se plena e total quitação quanto às obrigações decorrentes do contrato.
Data da assinatura: 26/05/2026
Catas Altas/MG, 26 de maio de 2026

UILSON RODRIGUES
Gestor

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:5B6AB50A

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 930/2026

DECRETO Nº 930/2026

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA 1º AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES MUNICIPAL APROVADOS.

O **PREFEITO DE CATAS ALTAS,** no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no artigo 41, §4º da Constituição Federal, e no artigo 57 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Catas Altas, Lei Complementar Municipal Nº 512/2016.

DECRETA:

Art.1º – Homologa a 1ª Avaliação Especial de Desempenho dos servidores aprovados, listados abaixo, em conformidade com os requisitos estabelecidos no §1º do artigo 57 da Lei Complementar Municipal nº 512/2016.

1ª AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO		
SERVIDOR	**CARGO**	**RESULTADO**
ANDRÉ DE ALMEIDA	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
ARTHUR MAX GOMES	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
CLAUDIO DE ARAUJO BRAZ	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
IAGO HENRIQUE ESPINDOLA	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
JOHNATAN RAMOS CARNEIRO	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
KELLYSON DA SILVA BRANDÃO	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
LEONARDO SILVA DE SOUZA	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
POLLYANNA PAULA LOURENÇO DIAS	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
RUTIELE BRITO SILVA	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
SABRINA APARECIDA PEREIRA	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO
THIAGO TADEU LINS DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	APROVADO

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Publique-se, na forma da Lei.

Catas Altas, 15 de maio de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito de Catas Altas

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:91FC8F03

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PRC 075 2026 - PE 019 2026

PREFEITURA MUNICIPALDE CLÁUDIO- ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃODO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2026– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026.Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios para atender às demandas da Secretaria de Esporte e Lazer e outros setores da Administração Municipal. ADJUDICO E HOMOLOGOo objeto do certame às empresas: AFGM ATACADO E VAREJO LTDA,inscrita no CNPJ sob nº 40.990.157/0001-26,no valor total de R$45.987,50 (quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); LOBA TRANSPORTES E LOCACOES LTDA,inscrita no CNPJ sob nº 56.960.751/0001-04,no valor total de R$29.375,45 (vinte e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); MDA MULTI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA,inscrita no CNPJ sob nº 52.176.174/0001-03,no valor total de R$174.896,56 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos). Cláudio, 26 de maio de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO-
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:35FA7C78

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 118 2026 - PRC 073 2026 - CRED 013 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, PROCESSO LICITATÓRIO N°073/2026,CREDENCIAMENTON° 013/2026. OPrefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato do**CONTRATO Nº118/2026**. Objeto:Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializadas para a prestação de serviços de Exames Laboratoriais, contemplados pela tabela SIGTAP SUS, em atendimento às demandas da Secretaria de Saúde, através das empresas **MASTER SAUDE E DIAGNOSTICO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 52.490.903/0001-00. O valor total estimado para o credenciamento será de R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais). Vigência 15/05/2026 a 30/03/2027. Fundamentação Legal: Art. 78 I da Lei 14.133/21. Cláudio, 26 de maio de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO-
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:807E28F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 121 2026 - PRC 045 2026 - CRED 009 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, PROCESSO LICITATÓRIO N°045/2026,CREDENCIAMENTON° 009/2026. OPrefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato do**CONTRATO Nº121/2026**. Objeto:Credenciamento para prestação de serviços de psicologia (pessoa física e/ou jurídica) para a Equipe Complementar para atender a necessidade temporária de atendimento em saúde mental para os profissionais de saúde do município de Cláudio/MG, através da **LILIAN ALVES SILVEIRA**, inscrita no CPFsob o nº 015.XXX.XXX-18. O valor estimado da contratação é de R$ 66.672,00 (sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois reais). Vigência 20/05/2026 a 27/02/2027. Fundamentação Legal: Art. 78, I da Lei 14.133/21.

Cláudio, 26 de maio de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO-
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:657088AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO 018/2026

O município de Conceição do Mato Dentro/MG torna público que realizará o Processo Licitatório nº 180/2026, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**; cujo objeto é o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de combustível e derivados, para atendimento da frota da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital n° 180/2026 e seus anexos. Dia da abertura: **11 de junho de 2026,** às 09h00min na plataforma https://licitar.digital/. Maiores informações pelo telefone (31) 3868-2398 - Edital disponível no site oficial do Município – www.cmd.mg.gov.br –

CRISTIANO QUARTO MASCARENHAS -
Secretário Municipal de Transporte.

Publicado por:
Fernanda Utsch Alves
Código Identificador:F082A920

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026

PROCESSO DE COMPRAS 004/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026
OBJETO: Alteração do valor da Ata de Registro de Preços nº. 001/2026 em decorrência da repactuação dos preços registrados para reestabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro.
O valor total da Ata de Registro de Preços nº. 01/2026, passará de R$ 339.743,42 (trezentos e trinta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), para R$ 359,734,86 (trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos).
FORNECEDOR**:** MERCADINHO KAMILA LTDA - CNPJ sob o n.º 02.843.124/0001-64 - sediada à Rua Benedito Alves Ferreira – nº. 410 – Vila Jadete –Januária/MG.

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:ADD6B97F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0057/2026 - PREGÃO ELETRONICO – REGISTRO DE PREÇOS N.º 0018/2026.

O Município de Congonhal/MG, torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 0057/2026 - Pregão Eletrônico n.º 0018/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.congonhal.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E CORRELATOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSOS SETORES NAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG, conforme condições,**

quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos. Início de Cadastramento das Propostas: **27/05/2026 – 08h00min**. Fim de Cadastramento das Propostas: **09/06/2026 – 08h15min**. Abertura das Propostas e análises: **09/06/2026 – 08h30min**. Fase de Disputa de Lances: **09/06/2026 – 09h00min**. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:8B835FFD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG –EXTRATO DE ATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2026 – PREGÃO ELETRONICO 0012/2026.

vA Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, Setor de Licitações, torna público o resultado de julgamento do PROCESSO LICITATÓRIO nº 0046/2026, PREGÃO| ELETRONICO| REGISTRO DE PREÇO n° 0012/2026, que tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCIAL DE PRODUTOS DE PADARIA, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CONGONHAL/MG**. Empresa vencedora : EBENEZER COMERCIAL LTDA - 32.740.414/0001-43, situada na R BIAS FORTES, 440/1 - CENTRO - CONGONHAL - MG. Com o valor total do Processo de R$ 785.337,80 (setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses.

Congonhal/MG, 25 de maio de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal de Congonhal - MG.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:D1950C2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00059/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 0005/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2026.

O **Município de Congonhal/ MG**, entidade de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.675.967/0001-39 com sede administrativa na Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29, Centro em Congonhal/MG, representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR, nos termos da Lei n.º 14.133/21, firmou o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE ESPECIALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG**, tendo como contratada as empresas Clinica Medica Godoi Moreira LTDA, inscrita no CNPJ Nº 22.757.475/0001-60 com o valor do contrato de R$ 246.760,00 (duzentos e quarenta e seis mil setecentos e sessenta reais), Paolinelli Gobira Serviços Medicos LTDA , inscrita no CNPJ Nº 51.420.988/0001-89 com o valor do contrato de R$ 197.408,00 (cento e noventa e sete mil quatrocentos e oito reais), Coutoped Serviços Medicos LTDA , inscrita no CNPJ Nº 53.291.499/0001-08 com o valor do contrato de R$ 103.210,80 (cento e três mil duzentos e dez reais e oitenta centavos), Medclin Centro de Especialidades LTDA , inscrita no CNPJ Nº 49.758.312/0001-58 com o valor do contrato de R$ 263.848,80 (duzentos e sessenta e três mil oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), Nivia Dionisio Catarino de Jesus – ME , inscrita no CNPJ Nº 55.900.071/0001-32 com o valor do contrato de R$ 103.248,00 (cento e três mil duzentos e quarenta e oito reais),J.O.M Serviços Medicos LTDA , inscrita no CNPJ Nº 52.789.090/0001-45 com o valor do contrato de R$ 113.544,00 (cento e treze mil quinhentos e quarenta e quatro reais), Marisa Pereira Miguel – ME , inscrita no CNPJ Nº 53.592.741/0001-75 com o valor do contrato de R$ 31.632,00 (trinta e um mil seiscentos e trinta e dois reais), Elisangela Aparecida de Oliveira , inscrita no CNPJ Nº 55.336.981/0001-34 com o valor do contrato de R$ 31.632,00 (trinta e um mil seiscentos e trinta e dois reais), Samuel Antunes Pereira de Souza – ME , inscrita no CNPJ Nº 43.117.446/0001-03 com o valor do contrato de R$ 31.632,00 (trinta e um mil seiscentos e trinta e dois reais)e Clinica Afeto LTDA , inscrita no CNPJ Nº 41.602.758/0001-87 com o valor do contrato de R$ 113.544,00 (cento e treze mil quinhentos e quarenta e quatro reais centavos). Vigencia 12(doze) meses. Congonhal/MG, 05 de Maio de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:B94A4EDF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2026 – PREGÃO ELETRONICO Nº 0012/2026.

O Prefeito Municipal de Congonhal, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o julgamento feito pela Comissão de Licitação designada pela Portaria Administrativa n° 3035, referente ao Processo Licitatório n° 0046/2026 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 0012/2026 que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCIAL DE PRODUTOS DE PADARIA, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CONGONHAL/MG.**conforme especificado no Edital. Congonhal-MG, 25 de maio de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal de Congonhal -MG.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:4A65750C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 0005/2026 .

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE ESPECIALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG.** Afigurando-me que a licitação epigrafada encontra-se regularmente desenvolvida e, estando ainda o presente interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, **HOMOLOGO** o procedimento de que se cogita para que se atinjam os mais altos interesses públicos.Sigam-se os ulteriores termos.Congonhal-MG, 05 de Maio de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal de Congonhal -MG.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:248A98B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 0011/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0005/2026.

O Prefeito Municipal de Congonhal, no uso de suas atribuições torna publico o credenciamento da empresa Clinica Medica Godoi Moreira LTDA, inscrita no CNPJ Nº 22.757.475/0001-60, Paolinelli Gobira Serviços Medicos LTDA , inscrita no CNPJ Nº 51.420.988/0001-89, Coutoped Serviços Medicos LTDA , inscrita no CNPJ Nº 53.291.499/0001-08, Medclin Centro de Especialidades LTDA ,

inscrita no CNPJ Nº 49.758.312/0001-58, Nivia Dionisio Catarino de Jesus – ME , inscrita no CNPJ Nº 55.900.071/0001-32, J.O.M Serviços Medicos LTDA , inscrita no CNPJ Nº 52.789.090/0001-45, Marisa Pereira Miguel – ME , inscrita no CNPJ Nº 53.592.741/0001-75, Elisangela Aparecida de Oliveira , inscrita no CNPJ Nº 55.336.981/0001-34, Samuel Antunes Pereira de Souza – ME , inscrita no CNPJ Nº 43.117.446/0001-03 e Clinica Afeto LTDA , inscrita no CNPJ Nº 41.602.758/0001-87 cujo objeto do referido processo é **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE ESPECIALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG,** em conformidade com o Processo Licitatório nº. 0059/2026, Credenciamento nº 0005/2026 e seus Anexos e Inexigibilidade de Licitação nº 011/2026, com fundamento no art. 78 inciso I c/c o inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores. Com o valor total dos contratos de R$ 1.236.459,60 (Hum milhão duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). Vigencia de 12 (doze) meses.Congonhal/MG, 05 de maio de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:61EB9197

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório	052/2026
Pregão Eletrônico	014/2026
Registro de preços	012/2026
Critério de Julgamento	**MENOR PREÇO POR ITEM**
Modo de Disputa	**ABERTO**
PREFERÊNCIA ME EPP	**SIM**
Valor Estimado da Contratação	**R$ 1.869.491,50 (um milhão oitocentos e sessenta enove mil quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)**
Objeto do certame	**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA DIVERSIFICADO, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS MUNICIPAIS EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**
Data da Sessão Pública	**Dia 12/06/2026 às 08:30h (Horário de Brasília)** Plataforma Eletrônica Licitanet, através do endereço eletrônico ww.licitanet.com.br.
Edital	O edital está disponível na sede da Prefeitura Municipal de Conquista/MG, Pç Cel Tancredo França, 181, Centro no horário de 08:00n às 16 horas, de segunda a sexta-feira, podendo ser retirado no site oficial – www.conquista.mg.gov.br ou solicitado através do e-mail licitacao@conquista.mg.gov.br.
Contatos e informações	KEULA ALVES SOARES TURRA -Agente de Contratação TELEFONE (34) 99706-9502

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:FA2192F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Processo Licitatório	065/2026
Pregão Eletrônico	017/2026
Registro de Preços	014/2026
Critério de Julgamento	**MENOR PREÇO POR ITEM**
Modo de Disputa	**ABERTO**
EXCLUSIVO ME EPP	**NÃO**
Valor Estimado da Contratação	**R$ 582.089,42 (quinhentos e oitenta e dois mil oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos)**
Objeto do certame	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, TECNOLOGIA E PERIFÉRICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**
Data da Sessão Pública	**Dia 11 /06 /2026 às 08:30 h (Horário de Brasília)** Plataforma Eletrônica Licitanet, através do endereço eletrônico ww.licitanet.com.br.
Edital	O edital está disponível na sede da Prefeitura Municipal de Conquista/MG, Pç Cel Tancredo França, 181, Centro no horário de 09:00n às 16 horas, de segunda a sexta-feira, podendo ser retirado no site oficial – www.conquista.mg.gov.br ou solicitado através do e-mail licitacao@conquista.mg.gov.br.
Contatos e informações	IARA MARIA RIBEIRO -Agente de Contratação TELEFONE (34) 3353-1228 RAMAL 201

Publicado por:
Keula Alves Soares
Código Identificador:525CE10F

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025

PROCESSO Nº 054/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **EREMIX INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, MG2 NUTRIÇÃO LTDA, CIRURGICA ALIANÇA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, TMG PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, CREATIVE COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, NM LICITAÇÕES LTDA e INDAPHARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da presente ata por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 06 de maio de 2026, de acordo com os itens e quantitativos restantes, conforme relatório anexo que faz parte integrante do presente.

CONQUISTA/MG, 06 DE MAIO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:8719C7E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – 1º TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS Nº 80/2026 E Nº 81/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – 1º TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS Nº 80/2026 E Nº 81/2026
Processo Licitatório nº 044/2025
Pregão Eletrônico SRP nº 012/2025
Contratante: Município de Coqueiral/MG.
Contratadas:
ANTONIO VANIS DA SILVA, CNPJ nº 25.452.958/0001-44 – Contrato nº 80/2026;
SGA TUDO PARA SEU EVENTO LTDA, CNPJ nº 15.072.268/0001-06 – Contrato nº 81/2026.
Objeto do Aditivo: Acréscimo quantitativo aos contratos referentes à prestação de serviços de locação de equipamentos, estruturas com instalação, montagem e desmontagem, suporte técnico, administração e organização de eventos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.
Valores dos Acréscimos:
Contrato nº 80/2026: R$ 22.400,00;
Contrato nº 81/2026: R$ 20.910,00.
Valor Total do Aditivo: R$ 43.310,00 (quarenta e três mil, trezentos e dez reais).
Fundamento Legal: Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 22/05/2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

LUCAS ALVES LIMA BARBOSA
Gestor do Contrato

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:0913A729

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PORTARIA N.º 114/2026

PORTARIA N.º 114/2026
DE 26 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DECANDIDATO(S) APROVADO(S) NO CONCURSOPÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024, DESTINADO AOPROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS, COMINGRESSO PELO REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO ESTATUTÁRIO DA PREFEITURAMUNICIPAL DE COQUEIRAL, ESTADO DE MINASGERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COQUEIRAL,
ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1.º Convocar o(s) candidato(s), abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso
Público regulado pelo Edital n.º 001/2024, da Prefeitura Municipal de Coqueiral-MG, em virtude da
Homologação de seu resultado através do Decreto n.º 3.122/2024 de 26 de dezembro de 2024,
obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Cargo: Assistente Social
Nome N.º inscrição Classificação
Maria Regina Ferreira Garcia 76902055637-1 04

Art. 2.º O candidato nomeado deverá comparecer a Prefeitura Municipal de Coqueiral/MG
para tomar posse no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogados por igual período, sendo
contados da posse 5 (cinco) dias para entrar em exercício, munido dos documentos a seguir
relacionados, sob pena de revogação da Portaria de nomeação, com decorrente perda de todos
os direitos e imediata nomeação do candidato subsequentemente classificado:
a) Carteira de Identidade Civil que contenha o número do Registro Geral (RG) com a data
da emissão inferior a dez anos;
b) Comprovante de Estado Civil (Certidão de Nascimento, Casamento, ou averbação de
separação, divórcio ou óbito quando for o caso);
c) Certificado de Reservista ou outro documento de regularidade de situação militar, se do
sexo masculino;
d) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
e) Título de Eleitor;
f) Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão Negativa de Crimes Eleitorais, que poderão ser
acessadas através dos links abaixo:
http://www.tse.jus.br/eleitor//certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral
https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
g) PIS/PASEP;
h) 2 (duas) fotos 3x4cm recentes e de frente;
i) CTPS – página da foto e dos dados pessoais;
j) Última declaração do Imposto de Renda;
k) Certidão de Nascimento de filhos dependentes;
l) Carteira de Vacinação de filhos menores de 2 anos de idade;
m) Declaração de inexistência de impedimento para assumir o cargo, consubstanciada no
não exercício de outro cargo, emprego ou função pública, constitucionalmente inacumulável;
n) Declaração atualizada dos respectivos bens, com assinatura reconhecida em cartório;
o) Atestado Médico de aptidão para o exercício do cargo fornecido pelo Serviço Médico
designado pelo Município de Coqueiral/MG;
p) Ter nacionalidade brasileira e portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa,
estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento
de direitos e obrigações civis e de gozo de direitos políticos nos termos do § 1º, art. 12, da
Constuição Federal e do Tratado de Amizade, Cooperação e
Consulta, promulgado no Brasil por meio do Decreto n.º 3.927/2001,
q) Prova da idade mínima de 18 (dezoito) anos;
r) Prova do atendimento das exigências da Lei Federal nº 7.853/89 e do Decreto Federal nº
3.298/99;
s) Prova da escolaridade mínima completa, da habilitação específica e do preenchimento
dos demais requisitos exigidos no item 1.3 – Quadro Demonstrativo deste Edital para o cargo
pretendido;
t) Registro no respectivo Conselho Profissional, quando exigido;
u) Comprovante de consulta a qualificação cadastral com situação "REGULAR", realizada
através do site https://www.gov.br/esocial/pt-br/empresas/consulta-qualificacao-cadastral, em
cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal nº 8.373/2014 e Resoluções do Comitê
Gestor do eSocial (Federal) nº 1/2015 e nº 4/2015;
Observação: o comprovante de impressão da Consulta à Qualificação Cadastral – CQC –
eSocial, sem divergências, poderá ser obtido no endereço eletrônico do Governo Federal
http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml , em cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal nº 8.373/2014 e Resoluções nº1/2015 e nº 4/2015, do Comitê Gestor
do eSocial (Federal).
v) Comprovante do endereço por meio de entrega de cópias de conta de luz, de água, de
telefone ou de IPTU, em nome do candidato, ou declaração de que o candidato reside no
endereço indicado, que deverá estar assinada pelo candidato aprovado com assinatura
reconhecida em cartório;
w) Apresentação dos seguintes exames, na inspeção médica oficial: Avaliação
Cardiológica, Avaliação Neurológica, RX Tórax, RX Coluna Lombo Sacra AP+P, Hemograma,
VDRL, ABO RH, Glicemia, Ureia, Creatinina, HbsAG, Urina I, EPF, Audiometria, Comprovante de
Vacina Antitetânica, Exame Anti-HBS e qualquer outro exame solicitado pelo médico avaliador;
x) Para os cargos de Motorista II e III, Tratorista e Operadores de Máquinas Pesadas:
- Comprovante do DETRAN que ateste que ele não cometeu nenhuma infração passível do
direito de suspensão de dirigir, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- Exame Toxicológico, com laudo de detecção do uso de drogas ilícitas, a partir de
amostras de materiais biológicos (cabelos, pelos ou, em casos de alopecia universal, em raspas
de unhas), doados pelos candidatos, com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias,
abrangendo, pelo menos, os seguintes grupos de drogas: delta9-THC e metabólitos, cocaína e
metabólitos, anfetaminas ilegais (MDMA, MDA, Metanfetamina etc.), opiáceos e opioides.
- Acuidade Visual, EEG, ECG.
y) Para o cargo de Eletricista:
- Teste de Romberg, EEC e ECG.

z) Outros documentos que vierem a ser exigidos.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Coqueiral, 26 de maio de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:507BA0F5

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2025

Processo Licitatório nº 044/2025
Pregão eletrônico nº 012/2025
Contratante: Município de Coqueiral/MG, CNPJ nº 18.239.624/0001-21.
Objeto: Locação de estruturas para eventuais eventos.
Contratos Celebrados:
Contrato nº 080/2026 – ANTÔNIO VANIS DA SILVA - ME, CNPJ nº 25.452.958/0001-44. Valor estimado R$ 306.478,00.
Contrato nº 081/2026 – SGA TUDO PARA SEU EVENTO LTDA, CNPJ Nº 15.072.268/0001-06. Valor estimado R$ 104.269,95.
Vigência: 22/05/2026 A 30/09/2026.
Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Coqueiral/MG, 22 de maio de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

LUCAS ALVES LIMA BARBOSA
Gestor do Contrato.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:D35F4C37

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026
Contratante: Município de Coqueiral/MG.
Contratada: ADRIANO SILVA MORAIS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.281.480/0001-22.
Objeto: Contratação de empresa detentora de exclusividade para realização de etapa oficial do circuito profissional de rodeio PBR – Professional Bull Riders, durante o evento "FECAFÉ RODEIO FESTIVAL 2026", no Município de Coqueiral/MG, compreendendo a execução integrada da operação esportiva, coordenação técnica, estrutura operacional, arena, iluminação técnica, transmissão oficial, locução, equipe técnica, produção executiva e demais serviços necessários à realização do evento.
A etapa integra o circuito oficial PBR Brasil, com pontuação válida para classificação em etapas subsequentes do campeonato, inclusive Barretos/SP e possíveis etapas internacionais, observados os critérios técnicos e regulamento oficial da organização.
Valor total: R$ 385.002,10 (trezentos e oitenta e cinco mil, dois reais e dez centavos).
Vigência: 22/05/2026 a 22/09/2026.
Fundamento legal: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Coqueiral/MG, 22 de maio de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal

LUCAS ALVES LIMA BARBOSA
Gestor do Contrato.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:3CEB8790

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2025

Processo Licitatório nº 053/2025
Inexigibilidade nº 024/2025
Contratante: Município de Coqueiral/MG.
Contratada: TEIA DE SABERES LTDA – CNPJ nº 50.170.672/0001-13.
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área da Educação, visando à criação de processo de planejamento e gestão das ações da Secretaria Municipal de Educação de Coqueiral/MG.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 13/05/2026 a 12/05/2027, bem como reajuste anual no percentual de 4,11%, correspondente ao valor de R$ 1.331,64.
Valor Global Atualizado: R$ 33.731,64 (trinta e três mil setecentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos).
Fundamentação Legal: Art. 107 e art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Coqueiral/MG, 11 de maio de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES -
Prefeito Municipal

RENATA SCALIONI FIGUEIREDO COELHO -
Gestora do Contrato

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:9A7B326A

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
2º TERMO ADITIVO DE PRAZO - TELEFONICA BRASIL S.A.,

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO
CONTRATO Nº 010/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024
DISPENSA Nº: 008/2024

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Coqueiral - SAAE, por meio de sua Diretora Geral, Talita de Sousa Tavares, informa o **2º termo aditivo de alteração de período** ao Contrato celebrado com a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A., i**nscrita no CNPJ sob o n°. 02.558.157/0001-62, cujo objeto é a prestação de serviço telefônico fixo e móvel para o SAAE de Coqueiral/MG. O presente contrato celebrado entre as partes em 25 de junho de 2024, fica alterado para o período de 26 de junho de 2026 a 25 de junho de 2027, nos termos do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021, com manutenção de todas as demais cláusulas contratuais não alteradas no termo.

Coqueiral/MG, 26 de maio de 2026.

TALITA DE SOUSA TAVARES
Diretora Geral

Publicado por:
Talita de Sousa Tavares
Código Identificador:1314866A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026
Prefeitura Municipal de Coração de Jesus/MG ERRATA– A Prefeitura Municipal de Coração de Jesus/MG vem por meio deste retificar **a publicação realizada em 20/05/2026**, com código Identificador: A6F8C1AB a edição 4277 do Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

ONDE SE LÊ:

CONTRATADO: ALAN PATRIK RIBEIRO AFONSO
CNPJ: Nº 016.438.526-63
LEIA-SE:
CONTRATADO: ALAN P. RIBEIRO AFONSO
CNPJ: Nº 36.363.452/0001-02
Coração de Jesus/MG, 26 de maio de 2026.

SAMUEL BARRETO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:E651C406

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

Publicação

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo Licitatório nº 37/2026, Pregão Presencial 14/2026 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, ADEQUAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE LÓGICA DE DADOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TESTES E DEMAIS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS, VISANDO GARANTIR O PLENO E ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "PRIMEIROS PASSOS". Vencedor: VENCER COMERCIO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09.343.725/0001-57. **Objeto do Apostilamento**: Adequação de classificação de despesa para o corrente exercício financeiro, alterando a dotação orçamentária pela qual correm as despesas do referido contrato. Juliana Jaques Camargos – Agente de Contratação**.** Coronel Xavier Chaves/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Lohayne July Silva de Andrade
Código Identificador:D9F53623

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 181, DE 26 DE MAIO DE 2026. "NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e constitucionais, especialmente o disposto no art. 87, I, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar nº 90, de 16 de janeiro de 2025, que criou o cargo e estabeleceu suas atribuições;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para o exercício do cargo público de Assessor Jurídico do Município o Sr. Kleverson Mesquita Mello, inscrito no CPF sob o nº ***.***.786-34, OAB 69285.

Art. 2º. As atribuições do cargo descrito no artigo anterior são as previstas na Lei Complementar nº 90, de 16 de janeiro de 2025, e na legislação municipal aplicável.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 26 de maio de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:B3AF2417

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTIANO OTONI

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1072 DE 25 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre autorização de transferência de recursos financeiros que especifica e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cristiano Otoni, por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, mediante concessão de contribuição, em favor da Paróquia Santo Antônio, CNPJ nº.05.825.719/0001-85, no valor de R$35.297,60 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), com a finalidade de acobertar despesas na promoção da festa de Santo Antônio, em especial a contratação de shows, estrutura e serviços.

Art. 2º. Fica declarado o interesse público dos serviços prestados na promoção da Festa de Santo Antônio e o interesse público com a finalidade de acobertar despesas indispensáveis à correta realização desse evento.

Art. 3º. Nos termos do artigo 31, II, da Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 a transferência do recurso financeiro autorizado nesta lei à Paróquia Santo Antônio, prescindirá da realização de chamamento público.

Art. 4º. A transferência financeira será efetivada com fundamento no artigo 26 da Lei Complementar nº.101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º. A entidade deverá prestar contas ao Município dos recursos públicos recebidos, no prazo de até 90(noventa) dias do término do evento.

Art. 6º. As despesas de correntes da execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cristiano Otoni, 25 de maio de 2026.

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:F6B689C4

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1073 DE 25 DE MAIO DE 2026

Autoriza a abertura de crédito adicional, modalidade especial, no Orçamento de 2026 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cristiano Otoni, por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional, modalidade especial, no orçamento vigente, conforme se segue:

01 – Câmara Municipal
01.01 – Corpo Legislativo
01.01.031 – Ação Legislativa
01.01.031.0025 – Ação Legislativa
01.01.031.0025. 2.001 – Auxílios Diversos aos Agentes Políticos
33.90.46.00 – Auxílio-Alimentação ..... R$ 60.000,00
Fonte 1.500

Art. 2º Constitui fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais, modalidade especial, descrito no artigo 1º desta lei, a anulação, parcial, das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Câmara Municipal
01.01 – Corpo Legislativo
01.01.031 – Ação Legislativa
01.01.031.0025 – Ação Legislativa
01.01.031.0025. 2.001 – Auxílios Diversos aos Agentes Políticos
33.90.93.00 – Indenizações e Restituições ..... R$ 10.000,00

01 – Câmara Municipal
01.01 – Corpo Legislativo
01.01.031 – Ação Legislativa
01.01.031.0025 – Ação Legislativa
01.01.031.0025. 2.002 – Remuneração dos Agentes Políticos por Parcela Única
31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R$ 50.000,00
Fonte 1.500

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cristiano Otoni, 25 de maio de 2026.

CARLOS ROBERTO DE REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Roberto de Rezende
Código Identificador:947AA8E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO CURVELO/MG – AVISO LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 023/26

Reg. Preços p/ aquis. de soluções Pedag. estruturadas, compostas por kits de mat. didáticos e consumíveis destinados a discentes e docentes da Educ. Infantil (Creches) e Ensino Fund. (1º ao 5º ano), incluindo instr. voltados ao desenvolv. de competências socioemocionais, conf. diretrizes da BNCC, visando atender às necessidades da Sec. Mun. Educação, de Curvelo-MG. **LOTES C/ RESERVA DE COTA P/ ME/EPP/EQUIPARADAS.** Sessão dia **11/06/26** às **09h**, através site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até as **8h do mesmo dia**. Curvelo, 26/05/26. Edital e seus anexos disponíveis nos links: www.gov.br/pncp/pt-br e www.curvelo.mg.gov.br.

ARIELE DA S. TRINDADE.
Pregoeira.

Publicado por:
Gilvânia a De Oliveira
Código Identificador:23F5E8CC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CURVELO/MG – EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 075/2025

Registro de Preços para a aquisição de combustível automotivo (Gasolina, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) varejo, visando abastecer os veículos da frota mecanizada e os equipamentos lotados nas unidades administrativas do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais, da Secretaria Municipal de Fazenda, da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Assessoria de Assuntos Estratégicos, do Gabinete do Prefeito, da Procuradoria-Geral do Município, da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Agronegócios. Adjudico e Homologo o objeto à empresa vencedora: **POSTO RIO PINHEIRO LTDA – CNPJ: 19.990.159/0001-29**, no(s) lote(s): 01 com desconto de 9,20% e lote 03 com desconto de 5,50%. Em 25/05/2026.

VITOR AUGUSTO ASSIS BARCELOS –
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Gilvânia a De Oliveira
Código Identificador:0D681AC3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 095/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 071B/2025

– Objeto: **Registro de Preços para a aquisição de gêneros alimentícios (pães de sal de 50g e pães doce 50g) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Assessoria de Assuntos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Agronegócio do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais** – Validade da Ata de Registro de Preços: 01 ano, contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração – **Valor: R$2.348.208,00 – Data: 25/05/2026 – LK PADARIA E CONFEITARIA LTDA - ME – CNPJ: 10.570.385/0001-86.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:E2E2A893

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025

Objeto: **Registro de Preços para a prestação de serviços de manutenção corretiva/preventiva dos veículos (leves, médios e pesados) e equipamentos pertencentes à frota mecanizada, bem como os veículos e equipamentos que vierem a ser incorporados durante o prazo de validade do registro, para atender a demanda da Assessoria de Assuntos Estratégicos; Gabinete do Prefeito; Procuradoria-Geral do Município; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Fazenda; Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Assistência Social, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais** – Validade da Ata de Registro de Preços: 01 ano, contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração – **Valor:R$ 5.773.760,00 – Data: 25/05/2026 – EDER LUIZ MARTINS JUNIOR 11019152699 - ME – CNPJ: 26.009.711/0001-10.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:0BF6ADFB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO Nº 025/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para a disponibilização, implantação e

operacionalização de uma solução tecnológica de inteligência educacional, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Dotação Orçamentária:
02.10.02.12.361.1201.2138.3.3.90.40.00.1.500.000.0000-507. Prazo de Vigência: 01 (um) ano contado a partir da publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 anos, nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021. Valor: R$380.760,00. Data: 26/05/2026. **PARTE: MOTRIX PLATAFORMAS DE APRENDIZAGEM S.A – CNPJ: 44.343.360/0001-61.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:D4B31FDF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.713, DE 26 DE MAIO DE 2026

REGULAMENTA O ART. 56 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando, por analogia, a nova disposição sobre a matéria trazida no § 1º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, decorrente da Reforma Trabalhista;

Considerando o Memorando nº 63/2026/PGM da Procuradoria-Geral do Município,

DECRETA:

Art. 1º As férias dos servidores públicos municipais, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, serão concedidas, em um só período, nos doze meses subsequentes à data em que o servidor adquirir o respectivo direito, observada a conveniência e a continuidade do serviço público.

§ 1º Mediante autorização da Administração e concordância do servidor, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos.

§ 2º Um dos períodos de fracionamento não poderá ser inferior a quatorze dias corridos, e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Art. 2º O disposto neste Decreto aplica-se aos saldos residuais de férias existentes na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1.829, de 5 de janeiro de 2010.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:8C247104

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.714, DE 26 DE MAIO DE 2026

ALTERA O DECRETO Nº 6.698, DE 19 DE MAIO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DIRETO AO PREFEITO MUNICIPAL.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Incluir o inciso XVII ao art. 6º do Decreto nº 6.698, de 19 de maio de 2026, com a seguinte redação:

"Art. 6º (...)

(...)

XVII – receber e despachar as correspondências das demais Secretarias por meio do sistema de gerenciamento de postagens dos Correios."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de maio de 2026.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:A1D920F4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.715, DE 26 DE MAIO DE 2026

PRORROGA A VIGÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023, HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 5.918, DE 5 DE JULHO DE 2024.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público regido pelo Edital nº 1/2023, para provimento de cargos efetivos do Município de Curvelo;

Considerando que a vigência do Concurso Público regido pelo Edital nº 1/2023 se encerra em 5 de julho de 2026;

Considerando que, nos termos do item 1.5 do Edital nº 01/2023, o prazo de validade do Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da homologação do seu resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Curvelo;

Considerando o Memorando nº 37/2026/SEGOV, da Secretaria Municipal de Governo,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, por 2 (dois) anos, a partir de 5 de julho de 2026, a vigência do Concurso Público regido pelo Edital nº 1/2023, homologado pelo Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:780A6A5E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO/MG E O COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COGEMAS/MG.

– OBJETO: repasse financeiro descrito na Cláusula Segunda, que realiza o município de Curvelo/MG em favor do COGEMAS/MG, como contrapartida ao especificado na Cláusula Terceira.
– OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Apoiar financeiramente as atividades do COGEMAS / MG, com a quantia anual de R$900,00(novecentos reais) no prazo mencionado na Cláusula sexta; realizar o repasse anual acima aludido.
– OBRIGAÇÕES DO COGEMAS/MG: representar os interesses da Assistência Social Municipal às autoridades constituídas; coletar, produzir e divulgar informações relativas à Assistência Social Municipal e à legislação correspondente; firmar recibos das anuidades recebidas em nome do Município; propor o mecanismo para assegurar a Assistência Social, numa perspectiva municipalista buscando a universalização do atendimento de qualidade.
– VALOR: R$900,00 (novecentos reais)
–DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.16.01.04.122.0802.2325.3.3.50.41.00-1002-1.500.000.0000.
– DO PRAZO DE VIGÊNCIA: o presente Termo com vigência a partir de sua assinatura vigorará até 01 ano após a assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por conveniência das partes mediante termo aditivo.
– DATA DA ASSINATURA: 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Guilherme Menezes Sampaio
Código Identificador:08ECE448

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 15/2026

– PARTES: O Município de Curvelo e a Associação Comunitária Ipiranga.
– OBJETO: consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a transferência de recursos financeiros à OSC, em regime de mútua cooperação com o MUNICÍPIO, para a contratação de empresa para adequação e melhora do ambiente interno do prédio da entidade, para consecução de finalidades sociais, ação de relevância pública e social, nos termos do Plano de Trabalho.
– VALOR: R$80.000,00 (oitenta mil reais).
–DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.16.02.08.244.0803.2392.4.4.50.41.00-806-1.500.000.0000.
– DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: o prazo de execução deste Instrumento será a partir da data de sua assinatura até 19 de novembro de 2026; o prazo de vigência deste Instrumento será a partir da data de sua assinatura até 19 de dezembro de 2026; os prazos dispostos poderão ser alterados, por meio de Termo Aditivo, mediante solicitação fundamentada da OSC, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término da sua vigência, ou mediante a verificação desta necessidade pelo MUNICÍPIO, com a anuência da OSC, desde que não haja alteração de seu objeto.
– GESTOR: Kívia Nayara Araújo Lima, Matrícula nº 77.728-0.
– DATA DA ASSINATURA: 19 de maio de 2026.

Publicado por:
Guilherme Menezes Sampaio
Código Identificador:576E251B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.506, DE 26 DE MAIO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, MARIA JULIA MARTINS DA SILVA, DO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – SUPERVISOR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 292/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Maria Julia Martins da Silva, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 079.xxx.xxx-62, do cargo público efetivo de Especialista em Educação – Supervisor, pertencente ao Quadro de Provimento Efetivo do Magistério Público Municipal, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 72, de 28 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de maio de 2026.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:9977591D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.507, DE 26 DE MAIO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, BRASILINA MARIA DE CAMPOS, DO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 291/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Brasilina Maria de Campos, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 826.xxx.xxx-20, do cargo público efetivo de Assistente Social, pertencente ao quadro dos Cargos Efetivos do Grupo Ordinário, Grupo Ocupacional Profissionais de Nível Superior, Código NS-07, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de maio de 2026.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:DB0CEDD0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.508, DE 26 DE MAIO DE 2026

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 77/2026/DPGF/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar ponto facultativo o expediente de trabalho nas repartições públicas municipais no dia 5 de junho de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação deverão seguir as determinações de seus respectivos Secretários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:F20FC0BF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.509, DE 26 DE MAIO DE 2026

EXONERA THAMIRES LOPES MARTINS DA COSTA DO CARGO EM COMISSÃO DAM 11, DENOMINAÇÃO COMPLEMENTAR DE CHEFE.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 295/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Thamires Lopes Martins da Costa, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 089.xxx.xxx-48, do cargo em comissão DAM 11, denominação complementar de Chefe, da unidade Departamento Acompanhamento Legislativo da Secretaria Municipal de Governo, pertencente ao Grupo de Direção e Assessoramento Municipal (DAM), constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de maio de 2026.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:61FDB2F5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.510, DE 26 DE MAIO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação do candidato no inciso III do art. 1º da Portaria nº 14.420, de 22 de abril de 2026;

Considerando o Memorando nº 301/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse da candidata Graciene Maria Souza Rocha, com inscrição no CPF sob o nº 921.xxx.xxx-15, classificada em 120º lugar, para provimento do cargo público efetivo de Auxiliar Administrativo I, nomeada no inciso III do art. 1º da Portaria nº 14.420, de 22 de abril de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de maio de 2026.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:9B67FEA4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.511, DE 26 DE MAIO DE 2026

PRORROGA, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1976, O PRAZO PARA POSSE DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO, REGIDO PELO EDITAL Nº 1/2023.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 5.918, de 5 de julho de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, regido pelo Edital nº 1/2023;

Considerando a nomeação do candidato no inciso II do art. 1º da Portaria nº 14.439, de 29 de abril de 2026;

Considerando o Memorando nº 301/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 30 de maio de 2026, por trinta dias, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, o prazo para posse da candidata Bibiane Isabel de Oliveira, com inscrição no CPF sob o nº 124.xxx.xxx-10, classificada em 126º lugar, para provimento do cargo público efetivo de Auxiliar Administrativo I, nomeada no inciso II do art. 1º da Portaria nº 14.439, de 29 de abril de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:082CFAA8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.512, DE 26 DE MAIO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, DIOGO DURÃES DORNAS DO CARGO EM COMISSÃO DAM 9, DENOMINAÇÃO COMPLEMENTAR DE ASSESSOR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 302/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Diogo Durães Dornas, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 063.xxx.xxx-20, do cargo em comissão DAM 9, denominação complementar de Assessor, da unidade de Projetos Ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pertencente ao Grupo de Direção e Assessoramento Municipal (DAM), constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de maio de 2026.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:49F0A815

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.513, DE 26 DE MAIO DE 2026

APOSENTA MARLI ALVES DINIZ NO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB) REMANESCENTE, NÍVEL III, PADRÃO N.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando a Carta de Concessão de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que concedeu à servidora municipal Marli Alves Diniz, o benefício de nº 223.591.099-2, Aposentadoria por Tempo de Contribuição;

Considerando o Memorando nº 305/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, em 1º de junho de 2026, por tempo de contribuição, a servidora municipal Marli Alves Diniz, no cargo público efetivo de Professor de Educação Básica (PEB) Remanescente, Nível III, Padrão N, pertencente ao Quadro de Vencimentos da Carreira do Magistério Público Municipal, da Lei Complementar nº 72, de 28 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:ECC1C04D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
25/05/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 4.499,52

Curvelo, 26 de maio de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:D2CE4225

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE FOMENTO Nº 007/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS.

TERMO DE FOMENTO Nº 007/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente **TERMO DE FOMENTO** a efetivação de parceira para a execução de ações de orientação e assistência técnica a famílias em situação de vulnerabilidade social, voltadas à habitação de interesse social no município de Diamantina/MG, conforme plano de trabalho aprovado.

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO VALE DO JEQUITINHONHA - AEVJ

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

DOTAÇÃO: 0001.1920.08.0245.0014.2196.3.3.50.41.00.00, Ficha: 1735, Fonte: 2.710.000.0000.000
DATA DA ASSINATURA: 25/05/2026

VIGÊNCIA: 25/05/2027

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:11EC452B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2026

Processo nº 013/2026 – Dispensa nº 011/2026

Objeto: Termo de fomento entre a Prefeitura Municipal de Diamantina e a Sociedade Protetora da Infância – Escola Profissional Irmã Luiza - EPIL.

Fundamento legal: Artigo 30 da Lei 13.019/2014.

Justificativa: A celebração da presente parceria consiste na execução do Projeto "Visão do Futuro" possui como objeto a contratação de profissionais e aquisição de materiais e insumos destinados à execução de ações socioeducativas e preventivas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A proposta contempla: contratação de equipe técnica composta por assistente social e psicólogo; contratação de educadores sociais e profissional para oficinas de música; oferta de atividades socioeducativas, culturais e preventivas; aquisição de instrumentos musicais; disponibilização de alimentação como suporte às atividades.
Declaração de Dispensa: Em 21/05/2026 por Tamara Marques Verissimo – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:C50C1598

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICACAO DE DIVIDA ATIVA Nº 09/2026

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE DEBITOS LANCADOS EM DIVIDA ATIVA
O Prefeito Municipal de Diamantina/MG, usando das atribuições que lhe são conferidas em lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no setor de Dívida Ativa,

para tratar assuntos de relevante interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste. O não comparecimento acarretara o desenvolvimento de procedimentos administrativos, protesto e judiciais, conforme determina lei.

Controle	Contribuinte	CPF/CNPJ	Origem	Exercício (s)
102741	CLUBE DE FUTEBOL TIJUCO	20.xxx.xxx/0001-17	TLLF/ TAXAS	2021 a 2025

DIAMANTINA, 26/05/2026

Publicado por:
André Ricardo Santos Silva
Código Identificador:ECC41A51

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIONÍSIO

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
EXTRATO DE EDITAL PREGÃO 010/2026 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO MG. EDITAL DE PREGÃO 010/2026. Torna público o Extrato de Edital de Pregão nº 010/2026, proc. 049/2026, cujo objeto é Locação de Veículos para atender as secretarias do município de Dionísio. Data da Sessão**: 10 de junho de 2026**, às 13 horas. Dionísio, 26 de maio de 2026.

MARCINY MARTINS PEREIRA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edma Aparecida Oliveira Silva
Código Identificador:718A9E8E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 013/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90005/2026 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

- Plataforma de Compras: COMPRASNET. Código UASG 929630. Objeto: Contratação de empresa especializada na disponibilização de mão de obra para prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação e apoio administrativo, prestados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na Câmara Municipal de Divinópolis/MG, de acordo com as quantidades, especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos, nos termos da Lei 14.133/2021. Data e horário do recebimento das propostas: até o dia 16/06/2026 às 14(quatorze) horas. Data e horário do início da disputa: dia 16/06/2026, às 14(quatorze) horas. Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.divinopolis.mg.leg.br (Processos Licitatórios). Contato: (37)2102-8269. Divinópolis, 26 de maio de 2026.

ISRAEL MENDONÇA –
Presidente da Câmara.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:95719133

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DA APOSTILA DE NÚMERO 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026.

Contratante: Câmara Municipal de Divinópolis, CNPJ 23.774.227/0001-90. Contratada: AMPLA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 01.870.570/0001-03. Do objeto: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a formalização do primeiro reajuste contratual, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC-M/FGV, conforme previsão contida na Cláusula Sétima do Contrato nº 010/2026, especialmente itens 7.1, 7.2 e 7.8, observando-se a anualidade contada da data do orçamento estimado (02 de dezembro de 2024). Em decorrência da aplicação do referido índice, o valor originalmente pactuado de R$ 4.095.264,25 (quatro milhões, noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) fica acrescido de R$ 262.506,44 (duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos e seis reais e quarenta e quatro centavos), passando o valor global atualizado do Contrato nº 010/2026 para R$ 4.357.770,69 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta reais e sessenta e nove centavos). O presente reajuste produz efeitos financeiros a partir de 02 de dezembro de 2025, observadas as disposições contratuais e a execução das obrigações sujeitas à anualidade prevista no ajuste. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 010/2026, não modificadas pelo presente Apostilamento. Divinópolis, 26 de maio de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA,
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7CB89BD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CISVI – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ITAPECERICA – AVISO DE LICITAÇÃO

- O CISVI Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica, torna pública o Aviso de Pregão Eletrônico nº. 07/2026 – PAL nº 13/2026 - Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de higiene, limpeza, copa e cozinha para atender às necessidades operacionais e de manutenção das instalações do CISVI, na forma eletrônica, mediante registro de preços do menor preço por item, estabelecido neste instrumento nos termos da lei 14.133/2021. Data de Recebimento de Propostas: 27 (vinte e sete) de maio de 2026 - Abertura das Propostas dia 12 (doze) de junho de 2026 às 09:00 horas – Referência de Tempo: Horário de Brasília. – Local da Sessão Pública: Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - https://licitar.digital/ - Telefone: (31) 3191-0707 - E-Mail: contato@licitardigital.com.br - O edital está à disposição dos interessados no site do CISVI – www.cisvi.com.br - Informações complementares poderão ser obtidas através do Telefone. (037) 3214-1770. Divinópolis/MG, 27 de maio de 2.026 – Gerência Administrativa.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1F344C0B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 159

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 13/2024– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 13/2024 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 30 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
441º	GABRIELA KARINE LIMA DE SOUZA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 26 de maio de 2026

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3902BE03

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 60

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

ENFERMEIRO 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
68º	QUIVIA BATISTA SANTANA	Não manifestou interesse na vaga.

MÉDICO GENERALISTA 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
55º	RAFAELA AMARAL MATOS	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 26 de maio de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F7329051

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 201

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 013/2024

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 13/2024- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:

02 vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/06/2026 – Término: 29/11/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/06/2026 – Término: 06/12/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 30 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
442º	MARIA ALICE DE OLIVEIRA RIBEIRO
443º	FRANCIANNE GOMES BRITO

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 13/2024.

Divinópolis, 26 de maio de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E39ED8E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 67

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 001/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:
01 vaga para o cargo de Enfermeiro – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/06/2026 – Término: 05/12/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: A contratação agora se dá pela Resolução SES/MG 8.263 de 20/07/2022, para custear as ações de vacinações da equipe itinerante, como forma de melhorar as coberturas vacinais do município, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

01 vaga para o cargo de Médico Generalista – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/06/2026 – Término: 05/12/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Regulação e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

ENFERMEIRO – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
73º	VANESSA RAQUEL RIBEIRO RESENDE

MÉDICO GENERALISTA – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
56º	LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 01/2026.

Divinópolis, 26 de maio de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F6E3BE2C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº. 17.291/26

Declara utilidade pública da área que menciona, para fins de servidão administrativa, destinada à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis,** Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei nº 3.365/41;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, para fins de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis, por intermédio de servidão administrativa definitiva, mediante acordo ou judicialmente, a faixa de servidão da linha de recalque final, localizada no Distrito de Santo Antônio dos Campos, município de Divinópolis, com as seguintes características:
I - proprietária: Cleusa Maria Ferreira e outros;
II - endereço imóvel: Rodovia para Amadeu Lacerda, s/n, Fazenda dos Alves;
III - área: 441,00 m² (quatrocentos e quarenta e um metros quadrados);
IV - classificação do terreno: rural;
V - Datum Sirgas2000, Fuso "23" E Meridiano Central "45°;
VI - materialização do ponto de partida, transporte das amarrações e descrição das divisas: Esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.777.178,17m e E 502.624,30m,deste, segue confrontando com os seguintes azimutes e distâncias: 358°26'14" e 37,65 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.777.215,81m e E 502.623,27m; 10°46'28" e 58,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.777.272,79m e E 502.634,11m; 22°56'35" e 51,46 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.777.320,17m e E 502.654,17m, findando assim a descrição dessa área;
VII - a faixa de servidão definida pelos vértices V1 ao V4, confronta-se:
a) pelo vértice V1 com rua sem nome 10;
b) pelas laterais da faixa com área remanescente da proprietária Cleusa Maria Ferreira e outros;
c) pelo vértice V4 com Estrada dos Lopes.
Art. 2º Fica a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA autorizada a promover a desapropriação e/ou implantação de servidão administrativa, nos termos da legislação vigente, e a proceder, se alegar urgência, de acordo com o art. 15 do Decreto-Lei 3.365/41, a imissão provisória na posse, mediante procedimento administrativo ou judicial.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 07 de abril de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral Do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2588725F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.374/26 (RETIFICADO)

Exonera o titular de função gratificada que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o art. 22 da Lei nº 7.290/2011, e o art.2º do decreto nº16.990/25, que 'Dispões sobre o processo de seleção e eleição para direção de unidades escolares no Município de Divinópolis'; assim como o contido no Ofício SEMED GPLAN/RH Nº 697/2026;

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada Elaine Miranda Pereira, matrícula 99017149, da função gratificada de Vice-diretor da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a partir do dia 14.05.2026.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14.05.2026.
Divinópolis, 18 de maio de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A7F88BEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.378/26

Exonera titular do cargo público municipal de provimento em comissão que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o pedido formulado pela titular, na forma do processo administrativo digital nº 000025884/2026;

DECRETA:
Art. 1º Fica a servidora Brenda da Cruz Camargos, matrícula nº 99039635-1, exonerada do cargo público de provimento em comissão correspondente à Gerência de Edificações, da SETOP.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 22.05.2026.
Divinópolis, 21 de maio de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:41DC9254

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.381/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum;
- que a servidora designada conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho;
- a necessidade de um(a) servidor(a) responsável técnico pelos Programas de Saúde do Idoso, Saúde Mental, Teleconsultoria, Atendimento de Urgência e Emergência na Atenção Primária, Doenças Crônicas e Curativos;

DECRETA:
Art. 1º Nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07, fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Camila Paul Ferreira (matrícula 99043574/2), no montante de cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência das atribuições especiais de supervisão das atividades correspondentes à execução dos programas de Saúde do Idoso, Saúde Mental, Teleconsultoria, Atendimento de Urgência e Emergência na Atenção Primária, Doenças Crônicas e Curativos, além do assessoramento técnico em políticas de saúde da Atenção Primária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06.05.2026.
Parágrafo único: A gratificação a que menciona o caput não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, limitando-se a 31/12/2028.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05.05.2026.
Art. 3º Revoga-se o Decreto 17.174, de 09 de fevereiro de 2026.
Divinópolis, 22 de maio de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D20D2E24

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.388/26

Exonera titular do cargo público municipal de provimento em comissão que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:
Art. 1º Fica o servidor Alexandre Gontijo Duca, exonerado do cargo público de provimento em comissão correspondente à Coordenadoria de Patrimônio Mobiliário, da SEPLAG.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de sua edição.
Divinópolis, 26 de maio de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral Do Município

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:D44450A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EMOP – EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 005/2025 – PL 001/2025

–PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025 – CONTRATADA: TRACADO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA. Objeto: "Reequilíbrio econômico-financeiro do valor contratual, no percentual de 12,01%, passando o valor unitário por tonelada de R$ 5.179,00 (cinco mil cento e setenta e nove reais) para R$ 5.801,18 (cinco mil oitocentos e um reais e dezoito centavos), nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei Federal nº 13.303/2016, com fundamento na atualização decorrente da álea extraordinária de mercado, em razão do reajuste do salário mínimo no ano de 2026." Ass: 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B9F81B64

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO 7° TA DO CT 117/2024 – PL 225/2024.
CONTRATADA: GONÇALVES XAVIER ENGENHARIA EIREL.

Objeto: Readequação da planilha orçamentária, com acréscimo de quantitativos de serviços, fica acrescido ao contrato o valor de R$ 50.513,03, correspondente a aproximadamente 1,72% o que equivale a um aumento em percentual de 1,05%. Prorrogação até 27 de julho de 2026. Divinópolis, 26 de maio de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:92A00214

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 70/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90008/2026

– Objeto: Contratação de empresa especializada em obras civis, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada para execução de pavimentação poliédrica e drenagem pluvial de diversas vias, no município de Divinópolis/MG. Termo de Homologação – Homologo a presente licitação, com a adjudicação do objeto à empresa: JM SERVICOS E PAVIMENTACOES LTDA, inscrita no CNPJ 26.786.651/0001-42 -

Divinópolis, 26 de maio de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA.
Superintendente de Obras Públicas e Planejamento.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A036036B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DIVIPREV Nº 093/2026

Concede aposentadoria voluntária a Sra. Graziela Alves, conforme dispõe Art. 3º da EC 47/2005 C/C ART. 66 da Lei Complementar Municipal 126/2006.

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis – Diviprev, Aguinaldo Henrique Ferreira Lage, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 9746, datado de 10/12/2010, concede aposentadoria voluntária, com proventos integrais, nos termos do **Art. 3º da EC 47/2005 C/C ART. 66 da Lei Complementar Municipal 126/2006** a segurada **Graziela Alves**, matriculada sob o nº 97027456/0, portadora do CPF ***.***.376-**, no cargo efetivo de Atendente de Consultório Dentário - B, GH 25, N 30, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19 de maio de 2026.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 19 de maio de 2026.

Divinópolis, 19 de maio de 2026.

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente do Diviprev

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FBAD9A5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 351/2026 – SEMUSA

Institui e nomeia Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAR no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo inciso IX do artigo 69 da Lei Orgânica do Município em observância ao que especifica a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e a Instrução Normativa nº 001/2025, expedida pela Controladoria-Geral do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAR, para fins de apuração de eventuais infrações praticadas por fornecedores e prestadores de serviços.

Artigo 2º - Sob a presidência do Primeiro, a comissão de que trata o Artigo 1º será composta pelos seguintes membros:

Titular: Henrique Meckler Santos – Matrícula 99036374
Suplente: Teodosino de Medeiros Campos – Matrícula 2013757

Titular: Fabiana Ferreira dos Santos – Matrícula 99021156
Suplente: Vianey de Carvalho da Silva – Matrícula 99026304

Titular: Adriana de Almeida – Matrícula 97029700
Suplente: Karla Amaral Nogueira Quadros – Matrícula 99023832

Titular: Silvana Maria da Costa
Suplente: Geraldo Mangelo de Almeida – Matrícula 99039839

Titular: Jaline Lúcia Rodrigues – Matrícula 990432882
Suplente: Felipe Mauro da Silva – Matrícula 99044238/1

Titular: Jéssica Carolina da Silva – Matrícula 99035555
Suplente: Ana Cecilia Gonçalves – Matrícula 99026300

Titular: Marina Rocha Borges – Matrícula 99044138/1
Suplente: Liliana Aparecida Oliveira e Silva – Matrícula 99023672

Artigo 3º - Compete aos Diretores e/ou Gestores de Contratos e Atas de Registro de Preços solicitar a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAR, caso as diligências em relação à tentativa de resolução de eventual irregularidade e/ou inexecução apontada, quando sanável, não ocorrer. Nos casos em que a conduta do fornecedor/prestador contiver elementos de gravidade ou se apresentar insanável, a instauração do processo deverá ser imediatamente requerida.

Artigo 4º – Esta portaria tem efeitos a partir da data de publicação, produzindo efeitos até 31/12/2026.

Artigo 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Divinópolis, 26 Maio de 2026

SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BA1750BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEPLAG Nº 090/2026, ABRIL DE 2026.

A Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de correção da Portaria nº 065/2026;

CONSIDERANDO que a servidora **JAQUELINE MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA**, matrícula nº 99044140/1, sempre esteve regularmente lotada na E. M. Benjamin Constant - Secretaria Municipal de Educação, desde o início de sua posse (21/07/2025);

CONSIDERANDO que a transferência anteriormente formalizada não corresponde à realidade funcional da servidora;

RESOLVE:
Art. 1º Fica sem efeito o inciso III do art. 1º, da Portaria nº 065/2026, que tratou da transferência da servidora **JAQUELINE MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA**, matrícula nº 99044140/1.

Art. 2º Fica mantida a lotação da servidora na E. M. Benjamin Constant - Secretaria Municipal de Educação, onde exerce suas atividades desde sua posse.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, abril de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:97648005

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SETOP-SEC Nº 20 DE 25 DE MAIO DE 2026.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO ENCARGO ORIUNDO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Contrato nº. 117/2024
Referência: Concorrência Pública nº 44/2024

Objeto: *Contratação de empresa especializada para a execução de obra de calçamento em alvenaria poliédrica da estrada de acesso a Comunidade Djalma Dutra, no município de Divinópolis/MG, nas condições estabelecidas no Projeto Básico - CONTRATO DE REPASSE 954020/2023.*

O Superintendente de Obras Públicas e Planejamento, Paulo José Silva, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Pelo presente ato, designo a servidora Rita Daniela Ferreira, Engenheira Civil – CREA/MG
350681/D, matrícula 990432862, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 117/2024, PL nº 225/2024, dando-lhe plena ciência da presente designação, de todos os termos do contrato, bem como de suas atribuições e responsabilidades, com efeitos a partir de 22/05/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com sua publicação.

Divinópolis, 25 de maio de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
Superintendente de Obras Públicas e Planejamento

CIENTE: RITA DANIELA FERREIRA
Engenheira Civil – CREA/MG 350681/D
Fiscalização

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:31880094

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SETOP-SEC Nº 21 DE 25 DE MAIO DE 2026.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO ENCARGO ORIUNDO DE PROCESSO LICITATÓRIO
Contrato nº. 21/2026
Referência: Concorrência Pública Eletrônica nº 44/2025**.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras de calçamento poliédrico e drenagem pluvial de diversas vias, no município de Divinópolis/MG, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

O Superintendente de Obras Públicas e Planejamento, Paulo José Silva, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º Pelo presente ato, designo a servidora Rita Daniela Ferreira, Engenheira Civil – CREA/MG 350681/D, matrícula 990432862, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 21/2026, PL nº 306/2025, dando-lhe plena ciência da presente designação, de todos os termos do contrato, bem como de suas atribuições e responsabilidades, com efeitos a partir de 22/05/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de maio de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
Superintendente de Obras Públicas e Planejamento

CIENTE: RITA DANIELA FERREIRA
Engenheira Civil – CREA/MG 350681/D
Fiscalização

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9B0469B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SETOP-SEC Nº 22 DE 25 DE MAIO DE 2026.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO ENCARGO ORIUNDO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Contrato nº. 125/2025
Referência: Concorrência Pública nº 09/2025

Objeto: *Contratação de empresa especializada para a execução de obras de pavimentação, drenagem pluvial, travessia e contenção, em diversas vias do município de Divinópolis/MG, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.*

O Superintendente de Obras Públicas e Planejamento, Paulo José Silva, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Pelo presente ato, designo a servidora Jussara Cristina Reis, Engenheira Civil – CREA 103.702/D, matrícula nº 99037007, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 125/2025, PL. nº 065/2025, dando-lhe plena ciência da presente designação, de todos os termos do contrato, bem como de suas atribuições e responsabilidades com efeitos a partir de 22/05/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com sua publicação.

Divinópolis, 25 de maio de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
Superintendente de Obras Públicas e Planejamento

CIENTE: JUSSARA CRISTINA REIS
Engenheira Civil – CREA 103.702/D
Fiscalização

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:590CDB17

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESULTADO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2026
PROCESSO SELETIVO SEPLAG Nº 001/2026

Comunicamos a quem possa interessar a desclassificação dos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo SEPLAG n° 001/2026 para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal n° 4450/98 listados abaixo.

Técnico de Nível Médio Segurança do Trabalho		
Classificação	**Nome**	**Motivo da Desclassificação**
1º	Agostinho Ferreira Neto	Não manifestou interesse na vaga
2º	Cleópatra Soraia Rodrigues	Desistiu durante a contratação

Divinópolis, maio de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCUS VINÍCIUS PENIDO SANTANA
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D964F555

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO Nº 654/2026

CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas

atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 09, de 03 de dezembro de 1992, concede licença sem vencimento à servidora **ANDREZA MARIA RIBEIRO RODRIGUES**, detentora do cargo efetivo de Educador I - B Ciências Humanas, matriculada sob o nº 99018883, **pelo período de 20/05/2026 a 19/05/2028**, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido da servidora ou no interesse do serviço, sendo necessário a servidora protocolar seu pedido de retorno ao trabalho, através do sistema de protocolo on-line da Prefeitura Municipal de Divinópolis.
A servidora deverá entrar em contato com a Diretoria de Recursos Humanos com 30 (trinta) dias de antecedência do prazo de término da licença, para orientações de retorno ao trabalho ou exoneração.
Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 20/05/2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, maio de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F1A97E9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 889/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Andreia da Cruz dos Santos Correa**. Cargo:** Enfermeiro PSF**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Enfermeiro PSF, nos termos do **Edital nº 001/2024**, classificado na 156º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA** / ESF Serra Verde**. Período:** 25/05/2026 a 20/11/2026**. Total:** R$ 6.418,91 (Seis mil quatrocentos e dezoito reais e noventa e um centavos)**. Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implementação das Políticas de Atenção Básica**. Ass.: 22/05/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:442DA053

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 611/2026/SEMUSA

Contratado (a): Bruno Valadares Pereira**. Cargo:** Médico Generalista – PSF**. Objeto:** Altera a lotação prevista na cláusula segunda a partir de 25/05/2026. **Nova Lotação:** Diretoria de Atenção Primária à Saúde**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 25/05/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7F3B32F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 611/2026/SEMUSA

Contratado (a): Bruno Valadares Pereira**. Cargo:** Médico Generalista – PSF**. Objeto:** Altera a justificativa prevista na cláusula segunda a partir de 25/05/2026. A contratação temporária regida por este contrato tem como **justificativa:** Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como feristas, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 25/05/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:ED6F3F1A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMC –EXTRATO DO TERMO DE APOIO FINANCEIRO 03/2026 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário: VICENTE ANTÔNIO DOS SANTOS, CPF xxx.640.xxx-00 Objeto: benefício eventual na modalidade cultural para pagamento de apoio financeiro ao CORAL AFRO UNDARIRÊ representando por "VICENTE ANTÔNIO DOS SANTOS" para custeio de despesas de viagem destinada a participação no evento "FESTIVAL CANTA DEL-REI" no dia 30 de maio no município de São João del-Rei - MG representando o município de Divinópolis. Valor: R$ 2.000,00. Prazo: 60 dias. Dot. Orçamentária: 02.003.001.13.392.2030.2.157.3.3.90.48.00 Ficha 161. Ass: 15/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:977933A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 067/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): AMANDA DE OLIVEIRA PIMENTA, CPF xxx.168.xxx-40. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio em forma de pecúnia, para em prol da beneficiária que se encontra em situação de vulnerabilidade temporária. Valor: R$ 810,50. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 20/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B81BDC4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 068/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): GRACE VICTORIA DE MENEZES, CPF xxx.147.xxx-31. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio natalidade em forma de pecúnia, para custeio do Kit Natalidade. Valor: R$ 486,30. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 21/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B5B6D539

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 069/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): KESSIANE FERREIRA DA SILVA, CPF xxx.797.xxx-57. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio natalidade em forma de pecúnia, para custeio do Kit Natalidade. Valor: R$ 486,30. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 21/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8ADFE414

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 070/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): ANA CLARA LINO LACERDA, CPF xxx.360.xxx-58. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio natalidade em forma de pecúnia, para custeio do Kit Natalidade. Valor: R$ 486,30. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 26/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:32698CCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 071/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): ARIANE ANTÃO MOREIRA DOS SANTOS, CPF xxx.041.xxx-34. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio em forma de pecúnia, para em prol da beneficiária que se encontra em situação de vulnerabilidade temporária. Valor: R$ 810,50. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B72DC3E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 072/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): APARECIDA LUCIANA DA SILVA CAETANO, CPF xxx.425.xxx-71. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio em forma de pecúnia, para em prol da beneficiária que se encontra em situação de vulnerabilidade temporária. Valor: R$ 810,50. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0F7E3C40

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 073/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): STEFANY CRISTINA DA SILVA, CPF xxx.622.xxx-89. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio natalidade em forma de pecúnia, para custeio do Kit Natalidade. Valor: R$ 486,30. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0EFFA4BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 074/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): Alicia Cristina Amaral, CPF xxx.023.xxx-05. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio natalidade em forma de pecúnia, para custeio do Kit Natalidade. Valor: R$ 486,30. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:06DA76BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 075/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): Mayara Roberta Santos, CPF xxx.295.xxx-81. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio natalidade em forma de pecúnia, para custeio do Kit Natalidade. Valor: R$ 486,30. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:54B0F5DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMED – EXTRATO DO TCE 188/2026 – ANA PAULA OLIVEIRA SOUZA - UNIFECAF.

Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Valor: R$ 663,88 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos). Dot. Orçamentária: 02.006.001.2060.2307 GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - DIVERSIDADE E SEUS ENCANTAMENTOS - Ficha 430 3.3.90.36.00.00.00.00 Prazo: 31/12/2026. Ass: 19/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B88A100C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/ FMS – EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026 – CONTRATADA: VANESSA GOMES RIBEIRO LTDA, CNPJ SOB O Nº 46.211.714/0001-40.

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/2021 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Administrativo Licitatório nº 220/2025 (**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90117/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 579/2025**). fica instaurado o presente Processo Administrativo, sob responsabilidade da comissão, instituída através da portaria nº 337/2026, a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, maio de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:96CD1ECA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 036/2026 – PL Nº 220/2025 – PE Nº 90.117/2025

– ARP Nº 577/2025 – **Contratada: BCM COSMÉTICOS LTDA, CNPJ nº 17.465.534/0001-96 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o encerramento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 036/2026.**

Divinópolis, 26 de maio de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0DD13B83

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 108/2025 – PL Nº 172/2024 – PE Nº 098/2024 – ARP Nº 392/2024 – CONTRATADA: ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 03.945.035/0001- 91.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa referente à Solicitação de Fornecimento no 4797/2025, no montante de R$ 21,21 (vinte e um reais e vinte e um centavos),** em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 108/2025**.

Divinópolis, maio de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:31B7AEAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TA 001/2026 – TCE 159/2026. FILLYPE PEREIRA SILVA.

Objeto: fica alterada a lotação de exercício do estagiário, passando da Gerência de Pessoal e Aposentadoria na SEPLAG, para a Gerência de Governo Digital, na SEPLAG, a partir do dia 11/05/2026, sob a supervisão e orientação do servidor Igor Andrade Lara. Ass: 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5D5F64F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 687/2026

– Higor Santos Schiblich, ANHANGUERA, Farmácia – Objeto: Estágio de 05 horas diárias. Prazo: 25/05/2026 até o dia 26/06/2026. Ass: 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AEA91BE5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 689/2026

– Gabriel Romano Barbosa, UEMG, Educação Física – Objeto: Estágio de 06 horas diárias. Prazo: 26/05/2026 até o dia 22/07/2026. Ass: 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3199D661

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 691/2026

– Ana Barbara Lopes Santos, UEMG, Ciências Biológicas – Objeto: Estágio de 04 horas diárias. Prazo: 02/06/2026 até o dia 01/07/2026. Ass: 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:17984299

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº: 199/2026.

Tatielly Maria Custódio Silva. Objeto: Estágio de 04 horas diárias. Valor: R$ 497,91. Dot. Orçamentária: 02.014.002.2140.2760 – Ficha: 862. Prazo: 31/12/2026. Ass: 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C11ED2E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº: 203/2026.

Arthur Guilherme Salgado. Objeto: Estágio de 04 horas diárias. Valor: R$ 497,91. Dot. Orçamentária: 02.014.002.2140.2760 – Ficha: 862. Prazo: 31/12/2026. Ass: 25/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:027D122B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETTRANS – EXTRATO DO 1º TA - CT 78/2025 – PL 153/2024.

Contratada: Localizar Soluções e Serviços Ltda. Objeto: Reajuste contratual de 4,11%, a partir de Maio de 2026, sob a variação do INPC, no período de Maio de 2025 a Abril de 2026. Ass: 13/05/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9744B597

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO NÚMERO 267-2026, CARGO DE PAEIAIEF – PROFESSOR EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Fica rescindido o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Interesse Público Nº. 267-2026, do(a) Contratado(a), Sr(a) SANDRA RODRIGUES CAMPOS, brasileiro(a), estado civil CASADO, CPF 049.XXX.XXX-41, residente na RUA SINHO MÁXIMO 610, DANILO PASSOS, DIVINÓPOLIS/MG, 35500328, a partir de 26 de MAIO de 2026, cargo de PAEIAIEF, lotada na Unidade Escolar denominada ESCOLA MUNICIPAL DIONÍSIO JOAQUIM RODRIGUES, sendo contratante o Município de Divinópolis. Matrícula nº 99033455/2. Justificativa: motivos pessoais.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D6D6770A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO NÚMERO 863-2026, CARGO DE PAEIAIEF – PROFESSOR EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Fica rescindido o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Interesse Público Nº. 863-2026, do(a) Contratado(a), Sr(a) Elisabeth Angela Mamede Corrêa, brasileiro(a), estado civil SOLTEIRO, CPF 036.XXX.XXX-51, residente na ALAMEDA RIO DO SONO 270, TIETE, DIVINÓPOLIS/MG CEP:35501-180 , a partir de 08 de JUNHO de 2026 , cargo de PAEIAIEF, lotada na Unidade Escolar denominada ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, sendo contratante o Município de Divinópolis. Matrícula nº 99033466/3. Justificativa: motivos pessoais.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B68CCB89

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
CAMARA - COMISSÃO DE LICITAÇÕES DISPENSA N°008/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°09/2024
DISPENSSA N° 008/2026

CONSIDERANDO, que o PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°009/2026 se encontra em conformidade com a legislação pertinente Lei 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos HOMOLOGO o PROCESSO LICITATÓRIO N°009/2026 e DISPENSA N° 008/2026. OBJETO: O presente aviso de contratação direta tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transmissão audiovisual das reuniões e eventos oficiais da Câmara Municipal de Dom Bosco MG para redes sociais e plataformas digitais, incluindo disponibilização de equipamentos, operação técnica, personalização visual e suporte de videoconferência.. VALOR GLOBAL R$ 20.400,00 (vinte e mil e quatrocentos reais). Empresa vencedora VANESCA TASSIANA DE LIMA, inscrito no CNPJ: 37.831.743/0001-13.Publique-se na forma da Lei.

Dom Bosco MG 26/05/2026

HILTON DA CONCEÇÃO FERREIRA
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:FFC421C4

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
CAMARA - EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°10/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 09/2026

CONSIDERANDO, que o PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 10/2026 se encontra em conformidade com a legislação pertinente Lei 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos HOMOLOGO a DISPENSA N°09/2026. OBJETO Contratação de empresa Concessionária autorizada para prestação de serviços de substituição dos discos de freio e pastilhas do veiculo TRACKER PLACA SHS 5F75, com fornecimento de mão obra especializada, pertencente a Câmara Municipal de Dom Bosco-MG, conforme condições estabelecidas nesse instrumento. VALOR GLOBAL R$ 1.340,00 (um mil trezentos e quarenta). Empresa contratada PLANETA AUTOMOVEIS LTDA - UNAI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 17-936-762/0002-88
Publique-se na forma da Lei.

Dom Bosco-MG 26/05/2026

HILTON DA CONCEÇÃO FERREIRA
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:E53887E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DONA EUZÉBIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 021/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2026

O **MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.706.656/0001-27, por determinação do Exmo. Prefeito Municipal Sr. **ADEILTON PASCOALINE MAGALHAES**, torna público que se acha aberta nesta unidade de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa **aberto/fechado**, com a finalidade de selecionar propostas mais vantajosas, para **Registro de Preços objetivando para futura e eventual aquisições de plantas diversas para revitalização de praças e jardins, para dar andamento aos trabalhos da Secretaria Municipal de Obras de Dona Euzébia - MG**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterais e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
- Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 09:00 do dia 29 de maio de 2026, às 09:00 do dia 12 de junho de 2026.**
- Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:01 do dia 12 de junho de 2026**, no endereço eletrônico **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria de Licitações sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário: **de 08:00 às 11:00 e 12:30 às 16:00 horas**, ou pelo endereço eletrônico: **http://donaeuzebia.mg.gov.br/donaeuzebia/**. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail: **licitacao.donaeuzebia@gmail.com**, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias.
A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone: **(32) 3453-1714**.

Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, 26 de maio de 2026.

MARCELO FERREIRA SOUZA -
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Marcelo Ferreira Souza
Código Identificador:FBE3CBF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. º 018/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO N. º 059/2026

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG, Processo Licitatório n. º 059/2026, Pregão Eletrônico n. º 018/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS E REPARO DE ESTRADAS RURAIS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA OPERACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS DE DORES DO INDAIÁ-MG, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. Sendo a data da sessão marcada para **o dia 15/06/2026, às 08:15 horas.** Informações

podem ser obtidas no Departamento Municipal de Licitações e Contratos, situado à Praça do Rosário, n. º 268, telefones para contato: (37) 3551-6250 e (37) 93618-0390 (WhatsApp) ou por e-mail: licitacao@doresdoindaia.mg.gov.br.
Link de Acesso: https://ammlicita.org.br/.

Eventuais dúvidas sobre o Sistema de Pregão Eletrônico poderão ser esclarecidas através do e-mail: *contato@licitardigital.com.br.*

Dores do Indaiá-MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:B9521033

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERCEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2025

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG, Processo Licitatório n° 004/2025, na modalidade Dispensa n° 002/2025. TERCEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATANTE: Fundação Municipal de Saúde de Estrela do Indaiá - MG – CONTRATADA: 58.848.742 FERNANDA TAMIRIS DE OLIVEIRA, CNPJ Nº 58.848.742/0001-51. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE ADMINISTRATIVO NA AREA DE TESOURARIA, ARQUIVAMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS, OPERACIONALIZAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS COM DADOS RELATIVOS À INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG.** O presente Termo Aditivo objetiva promover a prorrogação do contrato n.º 007/2025 pelo período de 10/05/2026 à 10/07/2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:8A622B4C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERCEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2025

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG, Processo Licitatório n° 004/2025, na modalidade Dispensa n° 002/2025. TERCEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATANTE: Fundação Municipal de Saúde de Estrela do Indaiá - MG – CONTRATADA: 58.848.742 FERNANDA TAMIRIS DE OLIVEIRA, CNPJ Nº 58.848.742/0001-51. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE ADMINISTRATIVO NA AREA DE TESOURARIA, ARQUIVAMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS, OPERACIONALIZAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS COM DADOS RELATIVOS À INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG.** O presente Termo Aditivo objetiva promover a prorrogação do contrato n.º 007/2025 pelo período de 10/05/2026 à 10/07/2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:B84ED5B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELÍCIO DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELÍCIO DOS SANTOS
RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FELICIO DOS SANTOS/MG, torna público a **RETIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO N° 046/2026 – PREGÃO ELETRÔNIC0 N° 017/2026** – Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, (computadores, notebooks, monitores, impressoras, periféricos, componentes e acessórios de rede) para todas as Secretarias que compõem a Administração Municipal de Felício dos Santos/MG. Teor encontra-se na íntegra disponível em www.feliciodossantos.mg.gov.br. **Nova Data de Abertura: 11/06/2026 as 09:00hs**, **em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Digital (www.licitardigital.com.br).** Informações e esclarecimentos pelo site: www.licitardigital.com.br, e-mail: licita@feliciodossantos.mg.gov.br.

JUCILENE DE JESUS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Alcione Aparecida Soares
Código Identificador:3DBAD477

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
ERRATA

Errata: para retificação da publicação do extrato da dispensa eletrônica 006/2026, Processo Licitatório 093/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, edição 4281, página 112 de 26 de Maio de 2026, **onde se lê: Formiga, 15 de maio de 2026, leia-se agora: Formiga 25 de maio de 2026. Formiga (MG), 26 de maio de 2026.**

LAÉRCIO DOS REIS GOMES.
Prefeitura Municipal de Formiga –MG.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:0ED8DF87

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 058 2026- ICISMEP

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG**. CONTRATADO: **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP.**OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, dos serviços de vacinação extramuros, possibilitada por meio de cessão de uso de veículo "Vacimóvel", englobando a cessão temporária de veículos (furgão) ao município CONTRATANTE.PRAZO DE EXECUÇÃO:A duração do presente CONTRATO será de 29/05/2026 até o dia 16/06/2026, podendo ser prorrogado mediante Temo Aditivo. Entretanto, o período de utilização do carro será de 01/06/2026 até 15/06/2026., conforme acordo celebrado entre as partes. **Data da assinatura**:26/05/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:455729C2

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 062/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 062/2026. Processo Licitatório nº: 107/2026 – Inexigibilidade nº: 034/2026 – Adesão à Ata de Registro de Preços nº: 007/2025 – CIDRUS. Contratante: Município de Formiga-MG. **Contratada:** Paviforte Engenharia Ltda – C.N.P.J.: 39.349.504/0001-57. **Objeto:** contratação de empresa especializada em execução de serviços de manutenção, restauração e melhorias em vias e logradouros públicos e demais serviços conexos, no âmbito do Município de Formiga – MG, consorciado ao CIDRUS, consoante especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II do Edital Convocatório. **Vigência:** 12 meses, a contar da assinatura. **Valor:**R$ 2.111.962,50 (dois milhões, cento e onze mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). **Dotação orçamentária:** * 05.001.26.782.0065.2058.3.3.90.39 – Manutenção de Ruas e Avenidas. **Data:** 25/05/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:D08D9651

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 061/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 061/2026.Processo Licitatório nº: 073/2026 – Inexigibilidade nº: 003/2026.Contratante: Município de Formiga-MG.**Contratada:**Marcelo de Castro Vilela Ltda– C.N.P.J.:07.396.600/0001-60.**Do Objeto:**Aquisição de tablets e itens correlatos, por meio de dispensa eletrônica, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana.**Do Valor:**R$7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).**Da Vigência:**12 (doze) meses.**Da Dotação Orçamentária:**06.001.04.122.0001.1003.4.4.90.52 Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Fiscalização e Regulação Urbana – Equipamentos e Material Permanente e 06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.30 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Fiscalização e Regulação Urbana – Material de Consumo.**Data do Documento:**25/05/2026.**Data de assinatura:**26/05/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:B466D28F

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 063/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 063/2026.Processo Licitatório nº: 337/2026 – Pregão nº. 079/2025.Contratante: Município de Formiga-MG.**Contratada:**Deva Veículos Ltda– C.N.P.J.:23.762.552/0003-02.**Do Objeto:**Aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo caminhão, a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.**Do Valor:**R$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais).**Da Vigência:**12 (doze) meses.**Da Dotação Orçamentária:** 05.001.26.782.0065.1025.4.4.90.52 – Ampliação da Frota Mecanizada / Equipamentos e Material Permanente.**Data do Documento:**25/05/2026.**Data de assinatura:**26/05/2026

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:82F935D5

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 036/2026

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - Homologo o Processo Licitatório nº. 114/2026, Inexigibilidade nº. 036/2026, em favor de: **REGINALDO DE SOUZA 07376751602 -** CNPJ nº. 12.090.607/0001-99, com sede de suas atividades à Rua Deolinda Nogueira da Costa – nº-457 - bairro Bela Vista – Formiga - MG – CEP – 35.574-225, cujo objeto é a Contratação de empresa responsável pela apresentação do cantor Rjotta, para 01(um) show musical no "Festival Gastronômico Sons & Sabores", a ser realizado, no sábado dia 13 de junho de 2026, às 16h., no município de Formiga-MG. O valor total da referida contratação é de R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Cultura. Formiga (MG), 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal de Formiga.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:23A73B98

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 037/2026

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - Homologo o Processo Licitatório nº. 115/2026, Inexigibilidade nº. 037/2026, em favor de: **HENRIQUE JUNIOR TOME CUNHA -** CNPJ nº. 19.974.215/0001-31, com sede de suas atividades à Rua Amélia Silva Cunha – s/nº - bairro São Geraldo – Córrego Fundo - MG – CEP – 35.568-000, cujo objeto é a Contratação de empresa responsável pela apresentação do cantor Henrique Cunha, para 01(um) show musical no "Festival Gastronômico Sons & Sabores", a ser realizado, no sábado dia 13 de junho de 2026, às 14h., no município de Formiga-MG. O valor total da referida contratação é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Cultura. Formiga (MG), 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal de Formiga.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:54A5DB3A

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 038/2026

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - Homologo o Processo Licitatório nº. 116/2026, Inexigibilidade nº. 038/2026, em favor de: **ANDRE LUIS SILVA -** CNPJ nº. 71.394.449/0001-20, com sede de suas atividades à Av. Gil Minucci – nº-260 - bairro Nova Vista – Formiga - MG – CEP – 35.573-160, cujo objeto é a Contratação de empresa responsável pela apresentação do cantor André Gouvea, para 01(um) show musical no "Festival Gastronômico Sons & Sabores", a ser realizado, no domingo dia 14 de junho de 2026, às 13h., no município de Formiga-MG. O valor total da referida contratação é de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Cultura. Formiga (MG), 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal de Formiga.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:4DF8078B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 039/2026

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - Homologo o Processo Licitatório nº. 117/2026, Inexigibilidade nº. 039/2026, em favor de: **BCL PRODUÇÕES LTDA-** CNPJ nº. 14.858.234/0001-89, com sede de suas atividades à Rua Guia Lopes nº 18, Bairro São Francisco , São Roque de Minas/MG, CEP 37.928.000, cujo objeto é a Contratação de empresa responsável pela apresentação dos cantores Bruno Cesar e Luciano, para 01(um) show musical no "Festival Gastronômico Sons & Sabores", a ser realizado, no sábado dia 14 de junho de 2026, às 17h., no município de Formiga-MG. O valor total da referida contratação é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Cultura. Formiga (MG), 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal de Formiga.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:A45AC620

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 048/2025

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 309/2025, Inexigibilidade nº. 048/2025, credenciamento 05/2025, em favor da: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,** CNPJ nº. 00.360.305/0001-04, com sede de suas atividades no ST SETOR SBS – s/nº - Quadra 4 Bloco A Andar Todos – Asa Sul – CEP – 70.092-900 – Brasília – DF, cujo objeto é o credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários, de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais(IPTU,ITBI,ISSQN E DEMAIS RECEITAS) através de DAM, em conformidade com o padrão FEBRABAM , por intermédio de qualquer do seguintes meios de pagamento, conforme escolha da instituição financeira credenciada, guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Fazenda. Formiga (MG), 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:85007954

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
LEI Nº 6.570, DE 26 DE MAIO DE 2026

Autoriza abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de crédito suplementar no valor R$ 10.764.212,19 (dez milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e doze reais e dezenove centavos), conforme descrito abaixo:

1	**MUNICÍPIO DE FORMIGA**	
05.000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO**	
05.001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO**	
15.451.0043.1093	**Execução de Obras de Recuperação, Contenção e Estabilização de Processos Erosivos**	
449051 – 1749.014.000	Obras e Instalações (Ficha 219)	10.287.905,60
26.782.0065.1021	**Revitalização e Construção de Obras de Arte**	
449051 – 1709.000.000	Obras e Instalações (Ficha 239)	352.187,50
07.000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL**	
07.001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL**	
18.544.0031.1083	**Recuperação das Bacias dos Rios do Município**	
449093 – 2700.000.0000	Indenizações e Restituições	124.119,09
TOTAL		**10.764.212,19**

Art. 2° Para fazer face à parte da despesa de que trata o art. 1º, no valor R$ 352.187,50 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), ficam anuladas as dotações abaixo discriminadas:

1	**MUNICÍPIO DE FORMIGA**	
05.000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO**	
05.001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO**	
26.782.0065.1020	**PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS**	
449051 – 1709.000.000	Obras e Instalações (Ficha 237)	352.187,50

Art. 3º Para fazer em face ao restante da despesa mencionada no art. 1º o valor de R$ 10.287.905,60 (dez milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinco reais e sessenta centavos), deverá ser utilizada a tendência ao excesso de arrecadação, e o valor de R$ 124.119,09 (cento e vinte e quatro mil, cento e dezenove reais e nove centavos), deverá ser utilizado o superávit financeiro, nos termos da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, I e II.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:99CA11AC

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
LEI Nº 6.571, DE 26 DE MAIO DE 2026

Autoriza repasse de recursos financeiros às instituições que menciona, bem como autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Município de Formiga autorizado a conceder repasse às Entidades abaixo discriminadas, sob a forma de subvenção, nos valores correspondentes:

Nº Emenda/Parlamentar	ENTIDADE	CNPJ	VALOR (R$)
202627560001	Associação de Auxílio ao Deficiente Físico (ASADEF)	20.920.252/0001-46	R$ 50.000,00
202640870005	Associação de Auxílio ao Deficiente Físico (ASADEF)	20.920.252/0001-46	R$ 200.000,00
		TOTAL	**R$ 250.000,00**
Nº Emenda/Parlamentar	ENTIDADE	CNPJ	VALOR (R$)
202627560001	Associação Mão Amiga	08.202.672/0001-91	R$ 50.000,00
202640870005	Associação Mão Amiga	08.202.672/0001-91	R$ 200.000,00
		TOTAL	**R$ 250.000,00**
Nº Emenda/Parlamentar	ENTIDADE	CNPJ	VALOR (R$)
202627560001	Asilo São Francisco de Assis da SSVP	20.501.987/0001-35	R$ 50.000,00
		TOTAL	**R$ 50.000,00**
Nº Emenda/Parlamentar	ENTIDADE	CNPJ	VALOR (R$)
202627560001	Instituto Tatame do Bem	18.129.747/0001-00	R$ 50.000,00
202640870005	Instituto Tatame do Bem	18.129.747/0001-00	R$ 200.000,00
202637340007	Instituto Tatame do Bem	18.129.747/0001-00	R$ 100.000,00
		TOTAL	**R$ 350.000,00**

Nº Emenda/Parlamentar	ENTIDADE	CNPJ	VALOR (R$)
202640870005	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formiga - APAE	18.306.332/0001-64	R$ 200.000,00
202613490001	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formiga - APAE	18.306.332/0001-64	R$ 100.000,00
		TOTAL	**R$ 300.000,00**

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Vigente crédito especial no valor de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), conforme a seguinte descriminação:

01	PREFEITURA MUNICIPAL	
10	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	
01 10 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08	Assistência Social	
08 245	Serviços Socioassistênciais	
08 245 0072	Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emendas	
08 245 0072 0.112	Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
3.3.50.43 (1660)	Subvenções Sociais	R$ 1.200.000,00

TOTAL		R$ 1.200.000,00

Art. 3º Fica o Município de Formiga autorizado a incluir no Plano Plurianual para o período 2026/2029, no Programa "0072 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emendas", a Ação "0.112 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social".

Art. 4º Para fazer face à despesa mencionada no art. 2º, fica utilizada tendência ao excesso de arrecadação, conforme art. 43, § 1º, II da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:C1A5AA0D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 108/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de lavadora e secadora de piso, tem como objetivo atender as necessidades de limpeza e conservação do terminal rodoviário, atendendo a demanda da Secretaria de Obras e Transito. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:31 do dia 12/06/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:280DCAC1

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 106/2026 – MOD. INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 106/2026 – MOD. INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026, CREDENCIAMENTO ELETRONICO Nº 005/2026. Objeto: Credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços notariais, para o atendimento às demandas administrativas das secretarias demandantes, compreendendo autenticações de documentos, lavratura de escritura, reconhecimento de firma, emissão de certidões e outros serviços executados por cartórios. As empresas interessadas deverão anexar a documentação requerida no site WWW.LICITANET.COM.BR. A sessão pública eletrônica será realizada no dia 09/06/2026 às 09:01hs. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:BA1E134A

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 01 DE 12(DOZE) DE MAIO DE 2026

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Formiga – MG, em Reunião Ordinária Presencial no ano de 2022, realizada no dia **12(doze) de maio de 2026,** no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 1982, de 09 de dezembro de 1991, e pela Lei Municipal nº. 2220, de 07 de março de 1994, considerando que:
O Conselho Municipal de Saúde de Formiga é o órgão máximo deliberativo da Política de Saúde no Município, conforme prevê a Lei 8.142/90, e as Leis nº. 1982, de 09 de dezembro de 1991, e nº. 2220, de 07 de março de 1994;
As responsabilidades desse Conselho com o Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/90), em seu processo de implantação e a exigir maior decisão política no que tange à descentralização e seu financiamento;
RESOLVE QUE:
Os conselheiros reconheceram a necessidade e importância de aprovarem o RAG/2025 (Relatório Anual de Gestão), conforme apresentação feita
Apresenta declaração oficial deste Conselho Municipal de Saúde de Formiga, registrando total apoio, portanto é aprovado pelos Conselheiros presentes, conforme ata da reunião ordinária presencial de 12(DOZE) DE MAIO DE 2026.
O relatório proposto apresenta declaração oficial do Conselho Municipal de Saúde de Formiga, objetivando a melhora do atendimento o que deverá ser mensurável através dos indicadores pactuados e da prestação de serviços de interesse da Saúde.

SILVIA CÂNDIDA DA SILVA
Presidente do CMS de Formiga-MG

Homologo a Resolução CMSFga Nº 01 de **12(doze) de maio de 2026**, nos termos da legislação vigente.

WENDER ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde de Formiga-MG

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:66589A9F

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2007/2026

Finda a designação de servidor(a).

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso VI, e artigo 83, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Findar a designação do(a) servidor(a), CAMILA MORAIS SANTOS, DIRETOR FAZENDÁRIO, que responde interinamente com suas atribuições, pelo cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E FICALIZAÇÃO, a partir de 31/05/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:FA6AE33E

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2008/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), DAIANE LEAL FARIA, no cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:2643D080

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2009/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), AMANDA DE SOUZA SANTOS, no cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:203F7ADD

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2010/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), LARA SOUZA DE OLIVEIRA, no cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SISTEMAS E GESTÃO, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:3EA52461

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2011/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA, no cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TESOURARIA, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:D87DB77E

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2012/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer função gratificada.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), SUELIA RAMOS FRAZÃO LEAL, na função gratificada de SUPERVISOR DE ATENDIMENTO DA SEFAZ, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:D8506C43

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2013/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), ÍTALO IAGO COSTA FERREIRA, no cargo em comissão de SUPERVISOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9D6F40F9

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2014/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), ANA CAROLINA DE MELO RANGEL, no cargo em comissão de SUPERVISOR EXECUTIVO ORÇAMENTÁRIO, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:8BCEB633

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2015/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), ALESSANDRA CRISTINA TOME, no cargo em comissão de SUPERVISOR FINANCEIRO, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9E24A34D

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2016/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), WELINGTON ARANTES DE OLIVEIRA, no cargo em comissão de SUPERVISOR DO DEPARTAMENTO DE ITBI, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (Em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:F2CDA63E

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2017/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), BEATRIZ RODRIGUES VIEIRA NASCIMENTO, no cargo em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVO DO SETOR CONTÁBIL, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (Em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:5C740DF4

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2018/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), GRAZIELLY CRISCHINA FARIA, no cargo em comissão de CHEFE DE PROCESSOS E IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (Em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:ABF8759F

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2019/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), MARIA CLARA CAMPOS FERREIRA, no cargo em comissão de CHEFE DE DOCUMENTAÇÃO FINANCEIRA, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (Em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:C3A3864A

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2020/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), MARINA TEIXEIRA MASSON, no cargo em comissão de ENCARREGADO DO SETOR DE EMPENHOS, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (Em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:62625D5A

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 2021/2026

Reenquadra servidor(a) para exercer cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Formiga, em seus artigos 61, inciso VI, e 83, inciso II, alínea a, e conforme Lei Complementar nº. 279, de 06 de maio de 2026, Estrutura Organizacional e Administrativa da Administração Direta do Município de Formiga, em seu artigo 46.

Resolve:

Art. 1º - Reenquadrar o(a) servidor(a), MILENE LETICIA DE SÁ, no cargo em comissão de ENCARREGADO DE DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL, a partir do dia 01/06/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e produzindo seus efeitos conforme disposto no artigo 1º.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

LUÍS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico (em Exercício)

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9D65A552

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4386 DE 26/05/2026

Nomeia servidores para as funções que menciona referentes ao Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico, e dá outras providências.

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - **NOMEAR** o(a) servidor(a) **MARISA GERALDINA VIEIRA PEREIRA**, Cantineira, como **GESTOR DO CONTRATO DE QUE TRATA O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO EETRÔNICO**, referente à aquisição de materiais de consumo diversos, destinados à manutenção das atividades operacionais e administrativas da Autarquia, compreendendo itens de copa e cozinha, utensílios de uso doméstico, materiais auxiliares de limpeza e higienização, bem como itens destinados à adequação, organização e melhoria das condições dos ambientes institucionais do SAAE Formiga, e, como **FISCAL TÉCNICO** do referido Contrato, o(a) servidor(a) **ADRIANA FERREIRA BISPO**, Operário de Serviços Gerais, e, como **FISCAL ADMINISTRATIVO** do referido Contrato, o(a) servidor **WELLINGTON JORGE LASMAR,** Supervisor de Almoxarifado, sem qualquer ônus adicional para o erário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 26 de Maio de 2026.

TALES MARCOS FONSECA PATRÍCIO
Diretor Geral – em Exercício

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:4317F528

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.449, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do

Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio de Memorando – Conecta nº. 7251/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Paulo Ribeiro Neto para, sem ônus adicional ao erário, acompanhar e fiscalizar o contrato, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obras de infraestruturas relativas às Metas 5 e 8, aprovadas junto à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, destinadas ao reestabelecimentos de áreas danificadas (na Ponte 01 localizada na Avenida Deputado João Pimenta da Veiga, próximo ao Fórum e na Rua Argentina, próximo ao nº 1.144, no bairro Vila Nirmatele, em decorrência do evento de extrema precipitação ocorrido no dia 23 de janeiro de 2026) conforme especificações constantes nos projetos, nas planilhas orçamentárias, nos memoriais descritivos e de cálculos, cronogramas físico-financeiro, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:EE1BE8A9

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.450, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio de Memorando – Conecta nº. 7253/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Paulo Ribeiro Neto para, sem ônus adicional ao erário, acompanhar e fiscalizar o contrato, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obras de infraestruturas relativas às Metas 7, 10 e 14, aprovadas junto à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, destinadas ao reestabelecimentos de áreas danificadas (na rua São Luiz Gonzaga, referência nº 280, no bairro São Luiz - Córrego Romualdo; na rua Rio Jaguaribe, no bairro Mangabeiras e rua Judite Alves Bortges, no bairro Jardim Elza Dinorah), em decorrência do evento de extrema precipitação ocorrido no dia 23 de janeiro de 2026) conforme especificações constantes nos projetos, nas planilhas orçamentárias, nos memoriais descritivos e de cálculos, cronogramas físico-financeiro, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:07930EBC

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.451, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, por meio de Memorando – Conecta nº. 7260/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Ana Carolina Alves Vieira para, sem ônus adicional ao erário, acompanhar e fiscalizar o contrato/ata, cujo o objeto é serviço de laboratório especializado, credenciado junto ao Ministério da Agricultura - MAPA e/ou junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, para transporte e realização de exames de análises microbiológicas e físico-químicas de água e produtos de origem animal, dos produtores do Município de Formiga –MG, em atendimento às necessidades do Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 6.290, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 26 de maio de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:E08EA160

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2026. OBJETO: ConContratação da prestação de serviço por empresa especializada de mão de obra, com fornecimento de peças, para revisão do veículo Renault/Sandero, 2024/2025, placa: TDX-3B96, integrante da frota oficial do Município de Formoso/MG, vinculado à Secretaria Municipal de Educação. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Contratação Direta, por dispensa de licitação, com fundamento no disposto na alínea "a", inciso IV, do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. RATIFICAÇÃO EM 25/05/2026. VALOR GLOBAL: R$ 997,00 (novecentos e noventa e sete reais). CONTRATADA: Primavia Comércio de Automóveis Ltda. – CNPJ: 17.730.943/0001-72. Formoso/MG, 25 de maio de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:2703F571

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025. OBJETO: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, fluidos e baterias, destinados à manutenção e conservação da frota de veículos municipais, de forma a atender às demandas das diversas unidades administrativas vinculadas à Prefeitura de Formoso/MG. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

de Formoso/MG – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: LUBRIVAZ LUBRIFICANTES LTDA – CNPJ: 44.857.966/0001-15. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A rescisão amigável em questão ocorreu por razões de conveniência da Administração e do Fornecedor, consubstanciado nas manifestações assentadas no Processo Administrativo Eletrônico n° 168/2026. DISPOSIÇÕES FINAIS: Fica rescindida a ARP a partir da data de assinatura do termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021. ASSINATURA DO TERMO: 26/05/2026.

Formoso/MG, 26 de maio de 2026.

GLEICIANE FERREIRA GOIS,
Gestora de Contratos

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:E5D910C3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FRANCISCO SA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57.

Contratada: LB REPRESENTACAO COMERCIAL, CNPJ Nº 26.856.471/0001-90

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA, COM FOCO NA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, QUALIFICAÇÃO DAS ROTINAS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVAS, MELHORIA DOS PROCESSOS OPERACIONAIS E PROMOÇÃO DA CONFORMIDADE SANITÁRIA, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ/MG.

LICITACAO: P.A.L. Nº 043/2025 Dispensa Nº 010/2025

Valor Global: R$ 22.400,00

Vigência:28/04/2025 Até:31/12/2025

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:7D46CD61

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57.

Contratada: AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 20.963.380/0001-77

Objeto: AQUISIÇÃO DE ROCADEIRA HIDRAULICA E CENTRAL PARA ACOPLAMENTO NO TRATOR; CORTE MINIMO DE 1.70M DE LARGURA; TRANSMISSAO REFORCADA; CARDAN COM EMBREAGEM; RODA DE APOIO; GIRO LIVRE MINIMO DE 02 FACAS; ROCADEIRA HIDRAULICA P / ACOPLAMENTO NO SISTEMA DE 03 PONTOS DE TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, COM ACIONAMENTO PELA TOMADA DE POTÊNCIA VIA CARDAN;

Licitação: P.A.L. Nº 046/2025 - Dispensa Nº 011/2025

Valor Global: R$ 17.000,00

Vigência: 13/05/2025 Até: 13/06/2025

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:1A1D6EF9

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2025

Contratante: MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 22.681.423/0001-57

Contratada: ELEVO VIVAZZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.756.595/0001-88

Objeto: "AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFONICOS (CELULARES) E SERVIÇOS DE TELEFONIA MOVEL".

Processo: 051/2025 - Dispensa 013/2025.

Valor Global: R$ R$ 12.947,16 (doze mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos).

Fundamentação Legal: Art. 75, II, Lei 14133/21

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:1B7EB135

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2025

Contratante: MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 22.681.423/0001-57

Contratada: VERTON PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.802.374/0001-48

OBJETO: "CONTRATACAO DE SHOW ARTISTICO DA BANDA FRICOTE PARA A TRADICIONAL FESTA DE CORREGO DO CHARQUINHO, NO MUNICIPIO DE FRANCISCO SA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TRURISMO".

Processo: 063/2025 - Inexigibilidade 030/2025.

Valor Global: R$ 18.000,00(dezoito mil reais).

Fundamentação Legal: Art. 74, II, Lei 14133/21

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:F771F07F

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57.

Contratada: PAPELARIA COMERCIO E SERVICOS PONTO X LTDA, CNPJ Nº 13.072.428/0001-91

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, FOTOCÓPIA E ENCADERNAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO SETOR DE ENGENHARIA DO MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ/MG.

LICITACAO: P.A.L. Nº 068/2025 - Dispensa 16 / 2025

Valor Global: R$ 20.020,00

Vigência: 09/07/2025 Até: 09/07/2026

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:E6419D23

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57.

Contratada: RENATA SOARES FIGUEIREDO, CNPJ Nº 33.264.374/0001-73

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, FOTOCÓPIA E ENCADERNAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO SETOR DE ENGENHARIA DO MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ/MG.

LICITACAO: P.A.L. Nº 068/2025 - Dispensa 16 / 2025

Valor Global: R$ 15.900,00

Vigência: 09/07/2025 Até: 09/07/2026

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:C98D0822

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2025
INEXIGIBILIDADE: 026/2025
CREDENCIAMENTO Nº 057/2025

Objeto: "CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA E/OU FÍSICA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, A SEREM CONSUMIDAS NO MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ E NA CIDADE DE MONTES CLAROS, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.".

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 057/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 E ENI MARIA DE FREITAS, CNPJ Nº 71,472,294/0001-00. VALOR GLOBAL ESTIMADO: 50.157,00. Vigência Inicial: 24/06/2025 - Vigência Final: 24/06/2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 058/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 E MARIA LUCIA SOARES XAVIER, CNPJ Nº 22.630.172/0001-81. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 151.553,00. Vigência Inicial: 30/06/2025 - Vigência Final: 30/06/2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 059/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 E WILSON BAR E RESTAURANTE LTDA, CNPJ Nº 02.373.091/0001-36. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 151.553,00. Vigência Inicial: 30/06/2025 - Vigência Final: 30/06/2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 074/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 E MOC GRILL CHURRASCARIA LTDA, CNPJ Nº 55.630.764/0001-52. VALOR GLOBAL ESTIMADO: 50.157,00. Vigência Inicial: 11/07/2025 - Vigência Final: 11/07/2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 103/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 E ADRIANO SOARES DA SILVA (GULA MANIA), CNPJ Nº 01.077.231/0001-66. VALOR GLOBAL ESTIMADO: 50.157,00. Vigência Inicial: 15/08/2025 - Vigência Final: 15/08/2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 128/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 E DIVINA RODRIGUES DE OLIVEIRA SOUZA 95908838691, CNPJ Nº 32.966.232/0001-95. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 151.553,00. Vigência Inicial: 09/10/2025 - Vigência Final: 09/10/2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 149/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ, CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 E 61.042.491 JOSEMARY RIBEIRO LIMA E SILVA, CNPJ Nº 86.420.510/0001-33. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 151.553,00. Vigência Inicial: 18/11/2025 - Vigência Final: 18/11/2025.

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:14E38F07

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, inciso II da Lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 74, inciso II, do mesmo diploma legal.

N° DO PROCESSO – 063/2025.
INEXIGIBILIDADE – 030/2025.

CONTRATADO:
VERTON PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.802.374/0001-48, sediada na Rua Ponta Porã, nº 391, Letra A - Vila Sumaré, no município de Montes Claros-MG, CEP: 39.402-322

Valor total de R$ 18.000,00(dezoito mil reais).

OBJETO: "CONTRATACAO DE SHOW ARTISTICO DA BANDA FRICOTE PARA A TRADICIONAL FESTA DE CORREGO DO CHARQUINHO, NO MUNICIPIO DE FRANCISCO SA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TRURISMO".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
FICHA 0937
33903900 OUTROS SERV. TERC. - P. JURÍDICA 1500000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

Francisco Sá/MG, 12 de junho de 2025.

ALEX SANDER ROCHA AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:5F5545C4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GOUVEIA

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Em cumprimento às determinações do art. 174 da Lei Complementar nº. 1374/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, esta Comissão Disciplinar Permanente torna público a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2026 em face do servidor Marcos Antônio dos Reis Cruz, Motorista, Matrícula 5243 com o fim de apurar a eventual prática de infrações disciplinares tipificadas nos artigos 118 e 119 da Lei Complementar nº. 1374/2022.

Gouveia, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Pamela Moreira Costa
Código Identificador:38E39D5E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 001 PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026-ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 001/2026, PE 001/2026-Aquisição de tablet Resolução SES/MG Nº 6.895/2019, p/atender à Sec. Munic. de Saúde-Sr Prefeito, Diego A. B. Fagundes ADJUDICA E HOMOLOGA a favor de VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 27.975.551/0003-99-Vlr: R$62.129,43.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:CC4C9118

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 001 PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026-CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 001/2026, PE 001/2026-Aquis. de tablet Res. SES/MG Nº 6.895/2019, p/atender à Sec. Munic. de Saúde-Sr Prefeito, Diego A. B. Fagundes formaliza a favor de VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.975.551/0003-99-CTR 031/2026. Valor: R$62.129,43(sessenta e dois mil cento e vinte e nove reais e quarenta e três centavos). Vigência: 07/05/2026 nos termos da Lei 14133/21-Assina p/Contratada: Tainá Gonçalves Nova da Costa.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:6E2CC7A9

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 045 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 008/2024-RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL-Proc. 045/2024- PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2024-RETIFICA publicação Diário Oficial dos Municípios Mineiros-AMM, 02/09/2024, p. 80, Código Identificador:03C6AFB5-Onde se lê: valor total de R$84.620,00(oitenta e quatro mil seiscentos e vinte reais)-Leia-se: valor total de R$88.110,00(oitenta e oito mil cento e dez reais).

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:603B939E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Ref.: PRC nº 155/2026 – Credenciamento nº 003/2026

O Município de Guaraciaba/MG torna público que será realizada a terceira conferência da documentação apresentada no âmbito do Credenciamento nº 003/2026, considerando o cadastramento de novos fornecedores interessados em se habilitar no referido procedimento após a realização da segunda conferência.

A sessão para análise e conferência da documentação de habilitação ocorrerá no dia 03 de junho de 2026, às 08 horas, por meio da plataforma Licitar Digital, sendo analisados os documentos apresentados pelos interessados que protocolaram documentação posteriormente à segunda conferência realizada.

Na oportunidade, serão observadas as exigências previstas no edital e seus anexos.

Guaraciaba/MG, 26 de maio de 2026.

LUCIANA MARIA MOREIRA REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Maria Moreira Reis
Código Identificador:C7E8A7FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 206/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026

OBJETO: Contratação de apresentação artística (show musical) do cantor Lucca Rodrigues, a ser realizada durante a programação do Festival Cultural da Festa de Santana 2026, no Município de Guaraciaba/MG.

Fica retificada, por erro material, a publicação da Autorização da Autoridade Competente referente ao Processo nº 206/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 26/05/2026, Edição 4281, nos seguintes termos:

Onde se lê:
"Inexigibilidade nº 023/2026"

Leia-se:
"Inexigibilidade nº 028/2026"

As demais informações permanecem inalteradas.

Guaraciaba/MG,26 de maio de 2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:2D74AE1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026

O Município de Guaraciaba/MG torna público, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, a autorização da contratação direta por inexigibilidade de licitação referente à contratação de assinatura anual de ferramenta especializada para acesso a banco de dados de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública, com sistema de consulta, pesquisa e formação de preços em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021, objetivando subsidiar a instrução, planejamento e realização dos procedimentos de contratação pública no âmbito do Município de Guaraciaba/MG.

Fundamentação Legal: art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Contratada: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº07.797.967/0001-95.
Valor Global: R$ 10.865,00 (dez mil oitocentos e sessenta e cinco reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Guaraciaba, 26 de maio de 2026.

LUCIANA MARIA MOREIRA REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Maria Moreira Reis
Código Identificador:EC973427

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2026.
INEXIGIBILIDADE N° 028/2026.

CONTRATANTE: Município de Guaraciaba/MG.

CONTRATADA: Empresa: LUCCA RODRIGUES PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 47.876.363/0001-59.

Objeto: Contratação de apresentação artística do cantor **Lucca Rodrigues,** para realização de show musical, com duração aproximada de 1h40 (uma hora e quarenta minutos) a ser realizado no dia 26 de julho de 2026, durante o Festival Cultural da Festa de Santana 2026, no Município de Guaraciaba/MG.

Valor total da contratação: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Assinatura: 26/05/2026.

Vigência: Até 31 de dezembro de 2026.

Fundamento: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaraciaba/MG, 26 de maio de 2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:9259E2DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041|2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010|2026

O **MUNICÍPIO DE GUARANI** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO RETIFICA DE MOTOR NA SPRINTER 313 CDI 04 CIL DIESEL PLACA: HLF 8447 PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/06/2026 às 09h00min.

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA: www.ammlicita.org.br.

INFORMAÇÕES GERAIS E EDITAL: Na sede da Prefeitura ou no site através do link https://guarani.mg.gov.br/publicacoes/licitacoes/15

Guarani-MG, 26 de maio de 2026.

RENAN BRAGA PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Márcio Costa Dos Reis Filho
Código Identificador:8FFC959C

JURÍDICO
LEI Nº 1.255 DE 18 DE MAIO DE 2026

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO AO LAR COMUNITÁRIO SÃO VICENTE DE PAULO, DE GUARANI/MG".

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso e gozo de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Colendo e Soberano Plenário da Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir, em uma única parcela para o Lar Comunitário São Vicente de Paulo, inscrito no CNPJ sob o n° 17.800.012/0001-01, Guarani/MG, com sede na Rua Irmã Marilac, n° 50, bairro Sossego, Guarani-MG, o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), proveniente de Emenda Parlamentar, conforme Espelho da Programação n° 312840220260003, Funcional Programática n° 082455131219G0031, classificado como investimento GND4 para oferta de Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º. A transferência do repasse do valor referido no art. 1°, desta Lei, será efetivado à entidade após a aprovação do Plano de Trabalho pelo Conselho Municipal do Idoso de Guarani – MG, e será formalizada por meio de Termo de Convênio ou outro instrumento congênere, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), e demais normas aplicáveis.

Art. 3º. O Lar Comunitário São Vicente de Paulo de Guarani deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na legislação e no Termo de Convênio, sujeitando-se à fiscalização dos órgãos competentes do Município.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações já consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais em contrário.

Guarani, 18 de maio de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:DB15E7E8

JURÍDICO
LEI Nº 1.256 DE 18 DE MAIO DE 2026

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE".

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso e gozo de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Colendo e Soberano Plenário da Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir, em uma única parcela para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, inscrita no CNPJ nº 08.382.006/0001-82, com sede na Rua Luis de Abreu Moreira, n° 11, bairro Sossego, Guarani-MG, o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente de Emenda Parlamentar, conforme Espelho da Programação n° 312840220260001,Funcional Programática n° 082455131219G0031, classificado como custeio GND3, para oferta de Serviço de Proteção Social Especial.

Art. 2º.A transferência do repasse do valor referido no art. 1°, desta Lei, será efetivado à entidade após a aprovação do Plano de Trabalho pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Guarani – MG, e será formalizada por meio de Termo de Convênio ou outro instrumento congênere, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), e demais normas aplicáveis.

Art. 3º.A APAE de Guarani deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na legislação e no Termo de Convênio, sujeitando-se à fiscalização dos órgãos competentes do Município.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações já consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais em contrário.

Guarani, 18 de maio de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:0F140B31

JURÍDICO
LEI Nº 1.257 DE 18 DE MAIO DE 2026

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO AO LAR COMUNITÁRIO SÃO VICENTE DE PAULO, DE GUARANI/MG".

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso e gozo de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Colendo e Soberano Plenário da Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir, em uma única parcela para o Lar Comunitário São Vicente de Paulo, inscrito no CNPJ sob o n° 17.800.012/0001-01, Guarani/MG, com sede na Rua Irmã Marilac, n° 50, bairro Sossego, Guarani-MG, o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente de Emenda Parlamentar, conforme Espelho da Programação n° 312840220260002, Funcional Programática n° 082455131219G0031, classificado como custeio GND3 para oferta de Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º.A transferência do repasse do valor referido no art. 1°, desta Lei, será efetivado à entidade após a aprovação do Plano de Trabalho pelo Conselho Municipal do Idoso de Guarani – MG, e será formalizada por meio de Termo de Convênio ou outro instrumento congênere, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), e demais normas aplicáveis

Art. 3º.O Lar Comunitário São Vicente de Paulo de Guarani deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na legislação e no Termo de Convênio, sujeitando-se à fiscalização dos órgãos competentes do Município.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações já consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais em contrário.

Guarani, 18 de maio de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:707F3A05

JURÍDICO
LEI Nº 1.258 DE 20 DE MAIO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Guarani-MG aprova e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - É o Prefeito Municipal autorizado a conceder, a título de revisão geral anual, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, para os servidores públicos municipais a correção integral de todos os vencimentos básicos atuais pelo percentual de 4,26% (quatro inteiros, e vinte e seis centésimos por cento), equivalente ao IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE, apurado em 31/12/2025, incidentes sobre os valores dos vencimentos vigentes em dezembro de 2025.
§1º - O percentual de que trata o caput deste artigo é extensivo aos proventos e pensões pagas pelos cofres públicos municipais.
§2º - A revisão constante do *caput* deste artigo não se aplica aos servidores municipais que percebem o vencimento equivalente ao salário mínimo e já tiveram os seus vencimentos atualizados em 01 de janeiro de 2026 pelo índice divulgado pelo Governo Federal.
§3°- A revisão constante do *caput* deste artigo não se aplica aos ocupantes dos cargos de Agente Comunitário da Saúde e Agente de Combate a Endemias que já tiveram os seus vencimentos atualizados em 01 de janeiro de 2026.
§ 4º. A partir do exercício de 2.026, fica determinado que a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá ocorrer no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados da data de divulgação do índice do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado de 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício anterior.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2026.

Parágrafo único: O pagamento da diferença apurada de janeiro de 2026 a abril de 2026 poderá ser feito de forma escalonada de acordo com a disponibilidade financeira do Município.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:A6D5F38A

JURÍDICO
PORTARIA Nº 51 DE 21 DE MAIO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE"

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 1.041, de 26 de novembro de 2021 e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear os membros abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal de Saúde:

I- Representantes de entidades e movimentos representativos de usuários:

a)Bairro São Luiz:
Titular: Jorge Roberto Teixeira
Suplente: Amanda Pires da Costa

b)Bairro Caxias:
Titular: Paulo César Guizilini

Suplente: Rosilaine Aparecida de Almeida

c)Bairro Nova Guarani:
Titular: Raimunda Melão Macedo
Suplente: José Carlos Boaventura

d)Bairro Cachoeira:
Titular: Adelair Vieira de Paula
Suplente: Rosangela Aparecida da Costa

e)Bairro Divino Salvador:
Titular: Cirinéia Sutana Trindade
Suplente: Márcia Ferreira Góes Alves

f) Centro:
Titular: Maria da Penha Demervou Santos
Suplente: Maria de Lourdes Miranda

g) Bairro Três Vendas:
Titular: Sandra Maria da Silva Albuquerque
Suplente: Maria Aparecida das Graças Silva

h) Bairro Pirapetinga:
Titular: Marcos Mendes Ferreira
Suplente: Cristiane Medeiros Simões

i) Passa Cinco da Estação (Zona rural):
Titular: Raymundo de Paula Alves
Suplente: Simone Aparecida Barros Santos

j) Várzea / Barcas (Zona Rural):
Titular: Ângela Aparecida Patrício Silva Honório
Suplente: Rosiane Marluce da Silva Souza Moreira

k)Bairro Bela Vista:
Titular: Edna Mendes de Souza
Suplente: Fluely Aparecida Benjamin da Silva Andrade

l) Bonsucesso (Zona Rural):
Titular: Edilene Lopes Anacleto Pinheiro
Suplente: Alan Furtado Pereira

II- Representantes de entidades representativas dos trabalhadores de saúde:
a)Atenção Primária:
Titular: Luma Nunes Camilo
Suplente: Alessandra Pinto de Oliveira

b)Vigilância Epidemiológica:
Titular: Paulo Henrique de Oliveira Macedo Tokuda
Suplente: Ernani Carlos da Silva Souza

c)Odontologia:
Titular: Larissa Pinheiro Abati
Suplente: Luciana Borges Ferreira

d)Pronto Atendimento Municipal:
Titular: Vânia do Carmo Moreira
Suplente: Juliana da Silva Carvalho

e)Equipe Multidisciplinar:
Titular: Tayani de Oliveira Souza Luciene Bellini Teixeira
Suplente: Luciene Bellini Teixeira

f) Vigilância Sanitária:
Titular: Isabela Rezende Pedrosa Neves
Suplente: Joslana Pereira Louzada

III- Representantes de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos:

a)Poder Executivo:
Titular: Henrique Delvaux
Suplente: Antônio José de Medeiros

b)Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Ana Cláudia dos Anjos Ribeiro
Suplente: Marcela Martins Pinto da Silva

c)Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Roseny Liziero dos Reis Pinto
Suplente: Karen Maciel Neves

d)Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Clara Vieira Martins
Suplente: Tatiana da Silva Vieira Santos

e)Prestadores de serviços privados conveniados ou sem fins lucrativos - APAE:
Titular: Maria Aparecida de Oliveira Neves Dusi
Suplente: Lilian Aparecida Braga Góes

f)Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos:
Titular: Marcelo Parreiras Maniezzi
Suplente: Renata Severino da Silva

Art. 2º. As funções, como membro do Conselho Municipal de Saúde de Guarani – CMSG –, não serão remuneradas, considerando seu exercício de relevância pública.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Saúde terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais 02 (dois) anos, a critério das entidades que representa.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Guarani, 21 de maio de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:20A4498D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARDA-MOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA MOR – Torna público a publicação do edital que realizar CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 Processo licitatório nº 44/2026. Através de seu Agente de Contratação – Henrique Osmir Queiroz Oliveira e sua Equipe de Apoio comunica que fará realizar às 08h do dia 11 de junho de 2026, licitação tipo menor lance por GLOBAL OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS NO CAMPO SOCIETY SINTÉTICO MUNICIPAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 982622/2025/MESP/CAIXA, OPERAÇÃO Nº 1102781-44, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO ESPORTE E O MUNICÍPIO DE GUARDA-MOR/MG.**CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, www.guardamor.mg.gov.br e PNCP (licitações). Maiores informações pelo telefone (41) 3557-2301 ou p/ e-mail: licitacomprasgmor@gmail.com, de 08h as 11h e de 13h as 17h. Guarda-Mor/MG 26 de maio de 2026.

HENRIQUE OSMIR QUEIROZ OLIVEIRA.
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:67DAF64A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO Nº 3.230, DE 20 DE MAIO DE 2026

DECRETO Nº 3.230, DE 20 DE MAIO DE 2026

Convoca a 10ª Conferência Municipal de Saúde de Guaxupé-MG, nomeia os membros da comissão organizadora e dá outras providências.

O PREFEITO DE GUAXUPÉ, Estado de Minas Gerais, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Memorando nº 6.472/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, e recepcionado pela Procuradoria-Geral do Município,

DECRETA:
Art. 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal. 8.142/90.
Art. 2º - A 10ª Conferência Municipal de Saúde será realizada na Fundação Clube Operário de Guaxupé, localizada na Rua Padre José Elias, nº 311, Centro, Guaxupé/MG, **no dia 25 de junho de 2026, no horário das 08 às 17 horas.**

Art. 3º- O tema central da Conferência será: ***" Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é cuidar do Brasil".***

Art. 4º - A Conferência será presidida pela Secretária de Saúde e pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde e coordenada pela Comissão Organizadora.

Art. 5º - A Comissão Organizadora da Conferência Municipal, a que se refere o artigo anterior, será composta pelos seguintes membros:
I- Ester Mesquita Trevisan
II- Jurema Cristina dos Santos
III- Lucymar Tonini Viana
IV- Márcio Luiz Vilas Boas
V- Margaret Suzi Ribeiro
VI- Maria Amélia Stempniewsky Ricciardi
VII- Maria Antonieta Jaber Raposo
VIII- Mariane Herédia
IX- Rodrigo Rocha Batista
X- Sinhara Aparecida Dias
XI- Solange dos Santos Carvalho
XII- Tatiane Anunciata Crispin

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé, 20 de maio de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:40FCCD53

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EDITAL SIMPLIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026/SMCET ESPAÇO "CAFÉ" NA ESTAÇÃO CULTURAL DURANTE O "GUAXUPÉ 114 ANOS E GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026" - RELAÇÃO DE INSCRITOS

EDITAL SIMPLIFICADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026/SMCET

ESPAÇO "CAFÉ" NA ESTAÇÃO CULTURAL DURANTE O "GUAXUPÉ 114 ANOS e GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026"

RELAÇÃO DE INSCRITOS

1 - A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Guaxupé torna público que houve apenas uma inscrição de proposta para o Edital nº 13/2026/SMCET, a saber: empresa Venda do Café na Roça Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 57.031.440/0001-23.

2 – Por haver apenas uma inscrição fica automaticamente selecionada a empresa citada e dispensado o sorteio público para seleção de propostas.

3 – Fica convocada a empresa Venda do Café na Roça Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 57.031.440/0001-23 a assinar o Termo de Concessão de Uso Temporário de Espaço Público.

Guaxupé, MG, 26 de maio de 2026

CASSIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:1D47FDA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 12º Termo Aditivo à ATA de Registro de Preços nº 054/2025, originado do Pregão Eletrônico nº 073/2025, firmado com a empresa **ECOLOGY PAPER LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens **3** - ALCOOL GEL 70 % ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS- 500G, **27** - COPO PARA AGUA 180ML, **28** - COPO PARA CAFE 50ML, **80** - LUVA DE VINIL COM AMIDO – G, **81** - LUVA DE VINIL COM AMIDO – P, **82** - LUVA DE VINIL COM AMIDO – M e **111** - SABÃO EM PÓ BIODEGRADÁVEL PACOTE 800g, da Ata tem por objeto a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, EM ATENDIMENTO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS E CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ/MG. **Fundamento Legal:** Artigo 124, II, "d" da Lei Federal n° 14.133/2021. Guaxupé, MG, 26/05/2026

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:F8CFE0CA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 4º ADITAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 12/2025

Extrato do 4º Aditamento ao Termo de Colaboração Nº 12/2025**:** aditamento que entre si celebram o Município de Guaxupé, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e o Lar São Vicente, inscrito no CNPJ sob nº 20.771.762/0001-07, que tem como objeto ampliar o projeto de parceria relativa ao serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência - ILPI) para idosos independentes e/ou com diversos graus de dependência., em virtude do repasse municipal a fim de pactuar três novas vagas para o ano de 2026, bem como em virtude de repasse de emenda impositiva nº 2026.39760001 do deputado federal Emidinho Madeira, que somados totalizam o importe de R$ 165.175,40(7,71%). Desta forma, o valor global passa a ser R$ 2.295.549,15.

A referida despesa correrá por conta das Dotações Orçamentárias: 02.06.10.08.245.1323.2616.3.3.50.39.00, Ficha 553, Fonte 1.500.000, CA 0000, referente repasse municipal no valor de R$ 55.175,40; 02.06.12.08.245.1323.2616.3.3.50.39.00, Ficha 589, Fonte 660 – 1.660.000, CA 3110, referente repasse de emenda impositiva federal do deputado Emidinho Madeira no valor de R$ 110.000,00.
Mantém inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo de Colaboração nº 12/2025.

Guaxupé, 26 de maio de 2026.

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Cristiane de Fatima Braga
Código Identificador:6F08FECC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA BOLSA ATLETA EDITAL 05/2026/SMCET

O Município de Guaxupé/MG torna público os Extratos dos Termos de Adesão ao Programa Bolsa Atleta, que têm por objeto a concessão de auxílio financeiro aos projetos esportivos selecionados, em conformidade com o Edital nº 05/2026/SMCET da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, nos termos da Lei Municipal nº 3.193/2025 e do Decreto Municipal nº 3.038/2025. As despesas, decorrentes destes Termos, serão custeadas pela dotação orçamentária02.08.07.27.811.0720.2603.3.3.90.48.00 – Ficha 880 – Fonte 1500 – Código de aplicação 0000

Nº Termo de Adesão ao Programa Bolsa Atleta	Proponente	Valor	Vigência
01/2026	Vinícius Gabriel Martins Nogueira	4.999,80	26/05/26 a 27/11/26

Guaxupé, 26 de maio de 2026

CASSIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Cristiane de Fatima Braga
Código Identificador:4036F895

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA Nº 267, DE 21 DE MAIO DE 2026

PORTARIA Nº 267, DE 21 DE MAIO DE 2026

ALTERA EQUIPE DE APOIO PARA ATUAÇÃO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ.

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais investidos pela lei Orgânica do Município de Guaxupé - Minas Gerais;
Considerando o Memorando nº 6.657/2026, oriundo da Secretarias Municipais de Administração e Planejamento e Urbanismo, e recepcionado pela Procuradoria-Geral, o qual solicita a exclusão da servidora A.L.R.M.R. e a inclusão do servidor W.G.V;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Equipe de Apoio para atuação nos processos licitatórios do Município de Guaxupé, ficando, ora composta, conforme especifica:

Equipe de apoio
Carlos Roberto Nazaré
José Augusto da Silveira
João Inácio Bernardes
Rafhael Castro Melo Gonçalves
Suzan Gonçalves Tomaz
Fábio de Araújo
Antônio de Pádua Gouvêa Bazanini
Karoline Aline Guelere
Sônia Freitas Lamin
Walber Gustavo Vasconcelos
Mariana Stempniewski Ricciardi
Pedro Augusto dos Santos Pereira
Lisandra Maria Machiti Silva
Júlia Ricciardi Fernandes
Fábio Henrique Fortunato

Art. 2º Os membros da referida Equipe de Apoio, trabalharão em conjunto para o melhor desenvolvimento dos trabalhos relativos aos processos licitatórios do Município e da Autarquia EMURB (Empresa Municipal de Urbanização).

Parágrafo único. Na ausência ou impossibilidade de algum dos membros acima referidos, os pregoeiros poderão atuar como membros em substituição.

Art. 3º Aos membros da Equipe de Apoio, pagar-se-á a gratificação no valor de 4 (quatro) unidades fiscais do Município- UFM, pelo exercício da função que representa serviço extraordinário de trabalho não afeto ao seu cargo, nos termos da Lei Municipal n° 3.009, de 14 de março de 2023.

Art. 4º As atribuições e regimes a serem exercidas pelos servidores acima nomeados terão seu direcionamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal 2.668, de 17 de janeiro de 2023.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Guaxupé, 21 de maio de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:7A53ACA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA Nº 268, DE 21 DE MAIO DE 2026

PORTARIA Nº 268, DE 21 DE MAIO DE 2026

CRIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PROVA CONCEITO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 022/2026, CONFORME OS TRÂMITES PREVISTOS NO SEU RESPECTIVO EDITAL E NOMEIA MEMBROS.

O PREFEITO DE GUAXUPÉ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Licitatório, modalidade Pregão Eletrônico sob o n. 022/2026, cujo objeto se destina à contratação de empresa para a prestação de serviços de administração e gerenciamento da frota de veículos da Prefeitura de Guaxupé, dos locados e seus conveniados, visando o abastecimento dos mesmos em uma ampla rede credenciada de postos de combustível, bem como manutenção preventiva e corretiva incluindo serviços mecânicos em geral, suspensão, elétricos, eletrônicos, lanternagem, funilaria, pintura, manutenção de ar condicionado, lavagem, retífica de motores e cabeçotes, bombas injetoras, alinhamento de direção, cambagem, balanceamento de rodas, trocas de óleo para motor, trocas de filtros de óleo, filtros de ar e filtros de combustível, serviços de guincho 24 horas, serviços de borracharia, fornecimento de peças, pneus, baterias, lubrificantes, aditivos, produtos de limpeza automotivos, produtos e

acessórios de reposição originais e/ou genuínos e mão de obra para veículos leves, médios, pesados e máquinas pesadas, bem como para equipamentos, implantação e operação de sistema informatizado e integrado, com utilização de dispositivos denominados tag's (etiqueta) com tecnologia rfid ou similar, através de rede de estabelecimentos credenciados, em território nacional;

Considerando a obrigatoriedade de realização da prova conceito, em conformidade com o item 14 do Edital do Pregão Eletrônico 022/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica criada a **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PROVA CONCEITO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 022/2026, CONFORME OS TRÂMITES PREVISTOS NO ITEM 14 DO SEU RESPECTIVO EDITAL.**

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o art. 1º desta portaria, ficam nomeados os seguintes membros:

I- Ednaldo Alves Barbosa – matrícula 36516;
II- Leonardo de Jesus Bueno – matrícula 35158;
III- Barbara Romanelli de Faria – matrícula 36509;
IV-Otávio Vinicius de Vasconcellos– matrícula 35794.

Art. 3º Os membros ora nomeados exercerão as suas funções sem percepção de gratificações.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé, 21 de maio de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora- Geral do Município

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:8C797A50

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Pregão nº 027/2026, **forma de realização: Eletrônica, LICITAÇÃO DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO,** Processo nº 122/2026. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: **Futura e eventual aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares para pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Guaxupé pelo Sistema de Registro de Preço.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia **11 de junho de 2026** às **09:00hs** (Horário de Brasília), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no site www.ammlicita.org.br e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Edital poderá ser baixado a partir do dia **27 de maio de 2026**. Maiores informações relativas a presente licitação: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021. Guaxupé, 26 de maio de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Pedro Augusto Dos Santos Pereira
Código Identificador:D8E71C3F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 011/2026

Objeto: Contratação de apresentação artística musical da dupla "zé henrique e gabriel", para realização de show ao vivo no dia 14 de junho de 2026, em razão da programação do evento "juninão 2026", tradicional festividade anual promovida pelo município de Ibiá/MG**.**

Contratado: OK MUSIC EVENTOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA – EPP
CNPJ:12.833.137/0001-06

Valor Total: R$ 189.000,00 (Cento e oitenta e nove mil reais), conforme tabela detalhada abaixo:

Item	Descrição	Valor
1	Cachê Artístico da banda	R$ 46.800,00
2	Diária de Alimentação	R$ 3.700,00
3	Camarins	R$ 5.000,00
4	Hospedagens	R$ 5.500,00
5	Transporte (aérea, ônibus e carreta)	R$ 38.400,00
6	Backline	R$ 10.000,00
7	Cenografia	R$ 15.000,00
8	Vans	R$ 3.000,00
9	Carregadores	R$ 1.800,00
10	Mão de obra	R$ 22.000,00
11	Impostos	R$ 37.800,00
	VALOR TOTAL: R$ 189.000,00	

Data do Contrato: 22 de maio de 2026
Término do Contrato: 22 de agosto de 2026

Ibiá (MG), 26 de maio de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:E7D2BA54

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 013/2026

Objeto: Contratação de apresentação artística musical da dupla "Emilio e Eduardo", para realização de show ao vivo no dia 13 de junho de 2026, em razão da programação do evento "juninão 2026", tradicional festividade anual promovida pelo município de Ibiá/mg.

Contratado: MOMENTOS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME – CNPJ: 15.634.133/0001-97

Valor Total: R$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), conforme tabela detalhada abaixo:

Item	Descrição	Valor
1	Cachê dos Artistas	R$ 60.000,00
2	Cachê dos Músicos	R$ 6.000,00
3	Cachê dos Técnicos, Produtores, Assessores, Seguranças.	R$ 3.800,00
4	Alimentação"	R$ 3.200,00
5	Transporte Intermunicipal até a cidade de Ibiá/MG – Ônibus	R$ 10.900,00
6	Transporte local na cidade de Ibiá /MG – Vans	R$ 1.500,00
7	Abastecimento de Camarim	R$ 2.700,00
8	Hospedagem	R$ 15.000,00
9	Materiais de Consumo (Pilhas, Fitas, CO2, papel, Efeitos)	1.600,00
10	Impostos	20.800,00

VALOR TOTAL: R$ 130.000,00	

Data do Contrato: 21 de maio de 2026
Término do Contrato: 21 de agosto de 2026

Ibiá (MG), 26 de maio de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:52351D74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 014/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil aplicada ao setor público municipal, compreendendo assessoramento técnico às rotinas de planejamento, execução, acompanhamento e controle da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do poder executivo do município de Ibiá/MG, bem como serviços especializados de assessoria de gestão e regularização de verbas vinculadas nas secretarias e departamentos municipais.

Contratado: MERCURY ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - EPP **– CNPJ** 07.016.011/0001-09

Valor Total: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) conforme tabela detalhada abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Prestação de Serviços de Assessoria Especializada Contábil	Mensal	12	R$ 15.000,00	R$ 180.000,00

Data do Contrato: 25/05/2026
Inicio da vigência do contrato: 31/05/2026
Término do Contrato: 31/05/2027

Ibiá (MG), 26 de maio de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:765FF8B1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO 015/2026
PROCESSO LICITATORIO 055/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG– ALTERAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO - 015/2026.
Conforme decreto municipal n° 6.220 de 01/11/23, instituindo o pregão eletrônico, torna público a alteração do edital modalidade pregão eletrônico – n° 015/2026, visando aquisição de máquina pesada do tipo pá-carregadeira, rolo compactador, retroescavadeira e motoniveladora, para atendimento das demandas do município de Ibiá/MG, devido as alterações realizadas altera-se a data de abertura para o dia 11/06/2026 às 09:00 (nove horas) pelo site www.licitanet.com.br . informações pelo telefone (34) 3631-5754 – a aquisição do edital será através dos sites www.ibia.mg.gov.br e www.licitanet.com.br –

GILLIANNO GILLES FERREIRA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:63468B7C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO - PROCESSO Nº 060/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO Nº 060/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2026

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura, **AUTORIZO** integralmente, nos termos do Art. 72, inciso VIII e Art. 75, IX da Lei nº 14.133/2021 o **Processo de Dispensa de Licitação de n° 016/2026**, que versa sob o objeto **"Contratação de serviços continuados especializados de hospedagem, processamento, armazenamento, sustentação, operação assistida e suporte técnico do Sistema Eletrônico de Informações – SEI Municípios, em ambiente de computação em nuvem, contemplando a implantação, configuração, disponibilização, administração, monitoramento, gestão e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessária ao pleno funcionamento da solução, incluindo serviços de datacenter, segurança da informação, backup e recuperação de dados, monitoramento de desempenho e disponibilidade, atualizações tecnológicas e evolutivas, suporte técnico especializado, capacitação de usuários e atendimento continuado, com vistas à modernização, digitalização, otimização e ampliação da eficiência da tramitação, gestão e controle dos processos administrativos eletrônicos no âmbito da Administração Pública do Município de Ibiá"**, para a contratação da empresa **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE**, inscrita no **CNPJ nº 16.636.540/0001-04**, no valor global de **R$ 274.164,84 (duzentos e setenta e quatro mil cento e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).**

Determino a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos à lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se a presente autorização

Ibiá (MG), 26 de maio de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:304228A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2026 – PROCESSO N° 061/2026, DISPENSA N° 018/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2026 – Processo N° 061/2026, dispensa N° 018/2025. Objeto: Prestação de serviço especializado de acolhimento institucional e internação compulsória de paciente, em cumprimento à ordem judicial n 500122-78.2025.8.13.0303, visando garantir atendimento integral, contínuo e adequado às necessidades clínicas, terapêuticas e assistenciais do paciente para atender a demanda da secretaria de saúde do município de Iguatama/mg. CNPJ 18.306.688/0001-06 X CENTRO TERAPÊUTICO LIBERDADE LTDA, inscrita no CNPJ: 48.016.964/0001-54. Iguatama 26 de maio de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:CED5602D

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº1 PROCESSO 075/2025. INEXIGIBILIDADE 012/2025. CONTRATO N° 046/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DO ADITIVO Nº1 Processo 075/2025. Inexigibilidade 012/2025. Contrato N° 046/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada com experiencia na área de engenharia para prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e transportes urbanos do município de Iguatama/mg. CNPJ 18.306.688/0001-06 x RENDE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 53.288.226/0001-04. Lucas Vieira Lopes – Iguatama, 26 de maio de 2026.

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:79792159

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
LEI MUNICIPAL N.º 2.364, DE 26 DE MAIO DE 2026

Autoriza a concessão de subvenção social à Associação dos Cavaleiros de Indianópolis (ACI), no exercício de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros à Associação dos Cavaleiros de Indianópolis (ACI), inscrita no CNPJ sob o n.º 58.455.611/0001-04, no valor de até R$ 41.170,00 (quarenta e um mil cento e setenta reais).

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo deverão ser utilizados exclusivamente para pagamento de despesas com a realização da cavalhada.

Art. 2º A concessão da contribuição de que trata esta Lei fica condicionada à observância dos requisitos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, entre outras exigências legais.

Art. 3º A Associação dos Cavaleiros de Indianópolis (ACI) deverá prestar contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, após o efetivo recebimento.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 26 de maio de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:A8853722

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 09/2026 – CREDENCIAMENTO N° 03/2026 – JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

O Município de Inhaúma/MG, através do Setor de Licitações e Compras, nos autos do Processo Licitatório n° 16/2026, instaurado na forma de Inexigibilidade n° 09/2026, Credenciamento nº 03/2026, cujo objeto consiste no credenciamento para locação de veículos e máquinas pesadas destinados ao transporte administrativo, transportes eventuais, escolar, obras, saúde e demais demandas municipais, com vigência de 12 meses, conforme necessidade da Administração Pública, torna público o julgamento dos documentos de habilitação do licitante **LEANDRO LECI DE SOUZA PEREIRA CPF 10X.XXX.XXX-73**, inscrito no CNPJ nº 47.896.241/0001-24, enviados através do e-mail infraestruturapmi@inhauma.mg.gov.br, em 15/05/2026, às 15h24, nos itens 3 - Serviços temporário Tipo: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCK, e 07 - Serviços temporário Tipo: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUNK COM CESTO AÉREO. Após análise da documentação apresentada, o licitante foi considerado **HABILITADO**, por atender integralmente às exigências do edital. Fica aberto o prazo recursal de 03 (três) dias úteis, sendo que os recursos deverão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Inhaúma/MG ou encaminhados através do e-mail **licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br**.

Inhaúma/MG, 26 de maio de 2026.

ALDECIR FRANCISCO LUCIANO
Agente de Contratação

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:E11F1E30

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026, com a empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA - POÇOS, CNPJ Nº 00 331 788/0030-53– Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 010/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, LOCAÇÃO DE CILINDROS, LOCAÇÃO DE CPAPBIPAP E LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 158.064,00 (cento e cinquenta e oito mil e sessenta e quatro reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentarias nº 02.04.10.301.0015.2.237.3.3.90.32.00-Material, bem ou Serviço de Distribuição Gratuita; 02.04.10.301.0015.2.237.3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:A456C331

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026, com a empresa RESPMED EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 37 494 973/0001-34 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 010/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, LOCAÇÃO DE CILINDROS, LOCAÇÃO DE CPAPBIPAP E LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE IPUIUNAMG, de acordo com

as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 10.940,00 (dez mil e novecentos e quarenta reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentarias nº 02.04.10.301.0015.2.237.3.3.90.32.00-Material, bem ou Serviço de Distribuição Gratuita; 02.04.10.301.0015.2.237.3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:8148F7A3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA /MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026, com a empresa SOLDATEC GASES MEDICINAIS E INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ Nº 37 291 959/0001-33 – Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 010/2026- Objeto: O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, LOCAÇÃO DE CILINDROS, LOCAÇÃO DE CPAPBIPAP E LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE IPUIUNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor Da Ata de Registro de Preços: R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais). Vigência: O prazo de vigência, objeto desta Ata de Registro de Preços, será de 12 meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentarias nº 02.04.10.301.0015.2.237.3.3.90.32.00-Material, bem ou Serviço de Distribuição Gratuita; 02.04.10.301.0015.2.237.3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:F25E8519

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG - 1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - ADITIVO DE VALOR – CONTRATO Nº 142/2025, com a empresa POUSO FARMA HOSPITALAR LTDA, CNPJ Nº 18.519.218/0001-67.Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 22/2025- Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE IPUIUNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Alterou-se o valor do Item 127– SERINGA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA ESTÉRIL LUER SLIP SEM AGULHA 1ML para R$ 0,19 (zero vírgula dezenove centavos), correspondente ao aumento de aproximadamente 58,33% (cinquenta e oito vírgula trinta e três por cento) do valor atualmente cobrado, de acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentárias nº 02.04.10.301.0015.2.237.3390.00- Material de consumo; 02.04.10.301.0015.2.237.3390.00- Material de consumo; 02.04.10.301.0015.2.237.3390.00- Material de consumo.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:0D19B3E9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PL 58/2026; PE 21/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato das Atas de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 58/2026; Pregão Eletrônico nº 21/2026. **Ata de Registro de Preços** nº 182/2026, **Contratada:** 59.632.454 ENZO BRITO FREITAS, **Valor:** R$ 7.236,65; **Ata de Registro de Preços** nº 183/2026, **Contratada**: ITAGAZ COMERCIO DE GLP LTDA, **Valor**: R$ 81.401,11. **Objeto:** Aquisição eventual e parcelada de gás de cozinha e acessórios correlatos para atender a demandas de todos os setores da prefeitura. **Vigência:** 25/05/2026 a 24/05/2027. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 25/05/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:21A8BC34

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2026. **Contratada:** IMPERIO PRESTADOR DE SERVIÇOS LTDA. **Objeto:** Contratação de empresa para a execução de obra de Reforma para melhorias Habitacionais no Areião, em imóveis localizados na Rua José Nicolau Andrade, Bairro Vista Alegre, no Município de Itaguara/MG, conforme Termo de Convênio nº 003/2025, celebrado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG e o Município de Itaguara/MG. Processo nº 231/2025; Concorrência nº 14/2025. **Aditivo de Valor. Valor:** R$ 25.768,53. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 25/05/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:BE750680

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 174/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 3º Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso nº 174/2025. **Contratada:** CLAUDIA MARIA CARLOS. **Objeto:** Permissão para terceiros utilizarem o espaço do bar da Arena Itaguara para comercializarem alimentos e bebidas, conforme disposto no Edital, Termo de Referência e demais anexos do Processo Administrativo nº 71/2025. Inexigibilidade nº 20/2025; Chamada Pública nº 07/2025. **Aditivo de Prazo.** LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Vigência**: 12/06/2026 a 11/06/2027. **Data de assinatura**: 26/05/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:F7929E22

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do Contrato nº 184/2026. **Contratada:** BAROQUE ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de assessoria e consultoria em Patrimônio Histórico e Cultural. Processo nº 81/2026; Dispensa nº 17/2026. **Valor:** R$ 23.400,00. **Vigência:** 26/05/2026 a 25/05/2027.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS –
Prefeito Municipal.

Data de assinatura: 26/05/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:DFC72BFF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 04/2026- CREDENCIAMENTO 04/2026. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA – Procedimento Administrativo 04/2026- Credenciamento 04/2026. Aviso de homologação. Objeto: Credenciamento de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de oficinas educativas, culturais, esportivas e pedagógicas, destinadas aos alunos da rede municipal de ensino de Itaguara/MG, regularmente matriculados no regime de Tempo Integral. Empresa credenciada: JESSICA AMÉLIA EUSTAQUIO DE OLIVEIRA CNPJ: 51.211.122/0001-68, item 05 - Profissional para ministrar oficina de teatro e artes integradas no Projeto de Educação em Tempo Integral da rede municipal de ensino da cidade de Itaguara-MG, valor previsto R$33.192,00. Itens 01;02;03;04; não houve interessados, será designada nova data para abertura e julgamento. Maiores informações, sem ônus através do site www.itaguara.mg.gov.br Itaguara, 26/05/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:2E6537FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 04/2026- CREDENCIAMENTO 04/2026. AVISO DE REABERTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA – Procedimento Administrativo 04/2026- Credenciamento 04/2026. Aviso de reabertura. Objeto: Credenciamento de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de oficinas educativas, culturais, esportivas e pedagógicas, destinadas aos alunos da rede municipal de ensino de Itaguara/MG, regularmente matriculados no regime de Tempo Integral. Itens 01;02;03;04; Entrega dos envelopes até as 09:00 hs do dia 23/06/2026. Consulta ao Edital e seus anexos, sem ônus através do site www.itaguara.mg.gov.br Itaguara, 26/05/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:77048B1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 06/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE COTAS DE PATROCÍNIO, À REALIZAÇÃO DO 24º FESTIVAL DE INVERNO DE ITAGUARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG. Procedimento Administrativo 06/2026 Chamada Pública 06/2026 - Aviso de Chamada Pública. Objeto: Chamamento Público para concessão de cotas de patrocínio, visando ao aporte financeiro destinado ao apoio à realização do 24º Festival de Inverno de Itaguara, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a ser realizado de nos dias 09 a 12 de julho de 2026, em Itaguara. Consulta ao Edital e seus anexos, sem ônus através do site www.itaguara.mg.gov.br Entrega dos envelopes até as 09:00 hs do dia 15/06/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS.

Publicado por:
Orlando Antônio de Oliveira Vilela
Código Identificador:30221C60

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA EMERGENCIAL Nº 013/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA EMERGENCIAL Nº 013/2026

Considerando o parecer favorável da Assessoria Jurídica Municipal e demais expedientes contidos no Processo em epígrafe, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, RATIFICO a Dispensa de Licitação para a contratação emergencial do BANCO BRADESCO S.A., para prestação de serviços bancários de processamento e gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores públicos municipais de Itamarati de Minas/MG, em razão da rescisão unilateral do Contrato nº 049/2026 por inadimplemento contratual reiterado da Delta Global Sociedade de Crédito Direto S.A. A contratação terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem ônus financeiro direto ao Município, aos 26 de maio de 2026.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:7D7C4B4A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO

ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRJANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO/MG, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, das Leis Municipais nº. 599/2019 e nº 658/2023 e a Resolução CONANDA nº 231/2022, torna público o Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar do Município de ltambé do Mato Dentro/MG, para o exercício do mandato complementar até janeiro de 2028, mediante as condições estabelecidas neste Edital.
Edital e anexos poderão ser consultados no endereço eletrônico: *https://www.itambedomatodentro.mg.gov.br/portal/editais/0/3/1271/.*

Publicado por:
Meire Dos Santos Oliveira
Código Identificador:075F8601

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 094/2026 DE 27 DE MAIO DE 2026.

LEI COMPLEMENTAR Nº 094/2026 DE 27 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a redução temporária da jornada de trabalho do servidor público municipal com deficiência ou que tenha filho, cônjuge ou dependente com deficiência, condicionada à necessidade de tratamento de saúde e avaliação por junta médica oficial, e dá outras providências.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a possibilidade de redução temporária da jornada de trabalho, sem redução de vencimentos, do servidor público municipal:

~~I - portador de deficiência;~~

I – pessoa com deficiência;(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 005/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~II - que tenha filho, cônjuge ou dependente legal com deficiência, sob sua responsabilidade direta, nos termos do art. 3º, VI desta lei.~~

II - que tenha filho, cônjuge ou dependente com deficiência, sob sua responsabilidade.(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 007/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

§ 1° Para fins de concessão deste benefício, entende-se como necessidade a ser comprovada, de forma documentada, o acompanhamento direto ou a responsabilidade pelo deslocamento e permanência em terapias multidisciplinares contínuas e indispensáveis para a evolução ou manutenção da qualidade de vida da pessoa com deficiência. Tais terapias deverão ser comprovadas por meio de plano terapêutico individualizado emitido por profissional de saúde devidamente habilitado, com indicação da frequência mínima semanal/mensal e da duração estimada de cada sessão, bem como os objetivos terapêuticos específicos.

§ 2° Para fins de aplicação desta Lei, considera-se dependente a pessoa pela qual o servidor exerça o poder familiar ou que está sob sua tutela, curatela, guarda ou responsabilidade por ordem judicial.

~~§ 3° Para fins de concessão do benefício de que trata este artigo, considera-se pessoa com deficiência, a pessoa de qualquer idade que tenha deficiência física, visual, auditiva, mental ou intelectual.~~

§3º Para fins de concessão do benefício de que trata este artigo, considera-se pessoa com deficiência aquela que tenha impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 006/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

§ 4° A redução da carga horária de que trata este artigo perdurará apenas enquanto for objetivamente constatada, por meio da avaliação da junta médica oficial e dos relatórios de acompanhamento do plano terapêutico, a permanência da necessidade ou da assistência à pessoa com deficiência.

~~**Art. 2º** - A redução da jornada de trabalho somente poderá ser concedida quando a necessidade comprovada de acompanhamento ou realização de tratamento de saúde, diretamente relacionado à deficiência, for atestada por relatórios médicos e planos terapêuticos específicos, devidamente confirmada mediante avaliação técnica e criteriosa da junta médica oficial do Município.~~

Art. 2º - A redução da jornada de trabalho prevista nesta lei deverá ser concedida em proporção apta a atender as necessidades relacionadas à deficiência, de acordo com as especificidades de cada caso concreto, considerando-se não somente as necessidades médicas, mas também, como exemplo, e não se limitando: às necessidades biopsicossociais; as necessidades decorrentes dos impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; necessidades decorrentes de fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; necessidades decorrentes da limitação no desempenho de atividades; e necessidades decorrentes da restrição de participação efetiva na sociedade. Referidas necessidades poderão ser atestadas por relatórios médicos, fisioterápicos, psicossociais e planos terapêuticos, que passarão pela análise da junta médica oficial do Município, sendo que, na ausência desta, deverão ser reputados como válidos para os objetivos desta lei.(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 008/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

Art. 3º - A concessão do benefício dependerá, cumulativamente:

I – de requerimento formal do servidor interessado;

II - da apresentação de Laudo Médico Circunstanciado e Plano Terapêutico Individualizado, ambos emitidos por profissionais de saúde habilitados na área da deficiência específica e com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, indicando de forma clara e detalhada:

a) Diagnóstico preciso da condição de deficiência (com Código Internacional de Doenças - CID-10 ou classificação equivalente);

b) Descrição do tratamento de saúde contínuo ou periódico, incluindo o tipo de terapia, a frequência diária/semanal/mensal das sessões, a duração estimada de cada sessão, os profissionais envolvidos e os objetivos terapêuticos esperados.

III – de parecer favorável da junta médica oficial, que deverá avaliar:

a) a necessidade da redução da jornada;

~~b) o percentual adequado de redução, que será de até 30%;~~

b) o percentual adequado de redução da jornada, que será de 30% até 50%, devendo-se conceder o percentual apto a atender as necessidades da Pessoa com Deficiência, conforme indicadas pela junta médica ou, na ausência desta, pelos laudos e documentos equivalentes;(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 004/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

c) o prazo recomendado para a medida.

~~IV – Comprovação inequívoca de que o servidor é o único responsável legal e de fato pela assistência direta à pessoa com deficiência, nos casos previstos no art. 1º, II.~~

IV – comprovação de que o servidor exerce responsabilidade direta no acompanhamento da pessoa com deficiência e de que sua participação é necessária para a realização do tratamento, terapias ou demais cuidados indicados no plano terapêutico individualizado e no suporte diário das atividades relacionados ao desenvolvimento e cuidados essenciais.(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 001/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~a) Esta comprovação poderá ser feita por meio de declaração de imposto de renda, certidão de união estável ou casamento, e outros documentos que atestem a composição familiar e a ausência de outro cuidador em condições de prover o acompanhamento necessário durante o horário de trabalho do servidor.~~(Redação dada pela Emenda Supressiva nº 001/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~b) No caso de o servidor ter filho, cônjuge ou dependente legal com deficiência, sob sua responsabilidade direta, a concessão somente será feita enquanto houver a menoridade ou, a depender do caso, a interdição.~~(Redação dada pela Emenda Supressiva nº 001/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~c) Para haver a concessão da redução de carga horária deverá, necessariamente, ocorrer uma verificação de composição familiar e a constatação inequívoca da impossibilidade de outro responsável acompanhar o tratamento.~~(Redação dada pela Emenda Supressiva nº 001/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~d) No caso de o servidor postulante do benefício de redução da carga horária para filho ou dependente direto ser casado ou manter união estável com outro servidor, de qualquer ente federativo e sob qualquer regime, deverá haver a comprovação de que aquele não obteve a redução da carga horária no seu órgão de origem e para o mesmo fim, apresentando o documento negatório.~~(Redação dada pela Emenda Supressiva nº 001/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~V – de declaração formal do servidor, firmada, datada e assinada, sob as penas da lei, de que não exerce qualquer outra atividade laboral pública ou privada, remunerada ou não, durante o período de fruição da redução da jornada prevista nesta Lei.~~

V – declaração formal do servidor de que a redução da jornada será destinada ao acompanhamento do tratamento da pessoa com deficiência.(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 002/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~§1º A concessão da redução de jornada prevista nesta Lei é incompatível com o exercício de qualquer outra atividade profissional, pública ou privada, remunerada ou não, em qualquer ente federativo ou sob qualquer forma de vínculo.~~

§1º Eventual incompatibilidade entre a utilização da redução da jornada e outras atividades exercidas pelo servidor poderá ser analisada pela Administração Pública no caso concreto, mediante regular procedimento administrativo e observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade do benefício(Redação dada pela Emenda Modificativa nº 003/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

~~§ 2º A vedação prevista no parágrafo anterior aplica-se durante todo o período de fruição do benefício.~~(Redação dada pela Emenda Supressiva nº 002/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

Art. 4º - A redução da jornada de trabalho:

I – terá caráter excepcional e temporário;

II – será concedida por prazo determinado, não superior a 12 (doze) meses;

III – poderá ser renovada, mediante novo requerimento formal do servidor, nova apresentação de documentos médicos atualizados e nova avaliação da junta médica oficial;

IV – não gera direito adquirido, podendo ser revista ou cessada a qualquer tempo, caso desapareçam os motivos que a ensejaram.

V – será automaticamente cessada caso seja constatado o exercício de qualquer outra atividade profissional incompatível com o benefício.

Art. 5º - O percentual de redução da jornada será definido pela junta médica oficial, designada por Decreto Municipal, de acordo com a necessidade comprovada no caso concreto, vedada a fixação automática ou genérica.

Art. 6º - A concessão da redução da jornada:

I – não implicará redução de vencimentos;

II – não alterará o cargo, função ou regime jurídico do servidor;

III – não poderá comprometer a continuidade do serviço público, cabendo à Administração adotar as medidas administrativas necessárias para adequação da prestação do serviço.

Art. 7º - Constatada, a qualquer tempo, a inexistência ou cessação da necessidade de tratamento de saúde que justificou a redução da jornada, o benefício será imediatamente revisto ou cessado.

Art. 8º - A prestação de informação falsa ou a omissão de informação relevante no requerimento ou na declaração prevista nesta Lei implicará:

I – cancelamento imediato do benefício;
II – restituição ao erário das vantagens indevidamente percebidas, se for o caso;
III – apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Constatado o exercício de atividade profissional incompatível com o benefício, o servidor perderá imediatamente a redução de jornada concedida.
Art. 9º - A concessão do benefício não impede a adoção, quando cabível, de outras medidas de acessibilidade, adequação funcional ou organizacional, nos termos da legislação vigente.

Art. 10º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, especialmente quanto:

I – à composição e funcionamento da junta médica oficial;
II – aos procedimentos administrativos para requerimento, análise e concessão;
III – aos critérios de acompanhamento e reavaliação periódica.

§1º O requerimento de redução de jornada deverá ser analisado pela Administração Pública no prazo de até 30 (trinta) dias. (Redação dada pela Emenda Aditiva nº 001/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

§2º Enquanto não instituída ou indisponível a junta médica oficial do Município, a avaliação prevista nesta Lei deverá
ocorrer mediante aceitação de laudos e relatórios subscritos por profissionais habilitados que acompanhem a pessoa com deficiência.(Redação dada pela Emenda Aditiva nº 001/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 12 – A partir da data da promulgação desta lei, o município irá reanalisar os requerimentos de redução de carga horária funcional feitos antes da presente lei.

~~Parágrafo único: os servidores já beneficiados com a redução da carga horária terão 30 (trinta) dias, a contar da publicação do regulamento, para apresentar novo requerimento e atender integralmente as condições estabelecidas nesta lei, sob pena de revogação do benefício concedido.~~

Parágrafo único. Os servidores que, na data da publicação desta Lei, já estiverem usufruindo da redução de carga horária permanecerão com o benefício até o término do período originalmente concedido, observado o limite de 12 (doze) meses, devendo eventual renovação ou prorrogação adequar-se integralmente às disposições desta Lei, respeitando-se, sempre, os direitos e garantias fundamentais previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), na Constituição Federal e demais legislação aplicável. (Redação dada pela Emenda Aditiva nº 002/2026 ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2026)

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu/MG, 27 de maio de 2026

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:623A2797

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.251, DE 27 DE MAIO DE 2026

LEI Nº 2.251, DE 27 DE MAIO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo a realizar o repasse de incentivo financeiro aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e aos Agentes de Combate às Endemias – ACE, a título de parcela indenizatória eventual, denominada Incentivo Financeiro Adicional – IFA, recurso este transferido pela União por intermédio do Fundo Nacional de Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014, alterada pela Lei nº 13.708/2018, com a finalidade de estimular os profissionais que atuam na Política Nacional de Atenção Básica.

§ 1º O repasse do incentivo financeiro adicional será efetuado uma vez por ano, em parcela única, quando do efetivo crédito dos recursos ao Município, mediante rateio em partes iguais entre os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias que atendam aos critérios desta Lei.
§ 2º Farão jus ao incentivo financeiro adicional os profissionais que se encontrem em efetivo exercício de suas funções no período de referência.
§ 3º Acarretará a perda do direito ao Incentivo Financeiro Adicional o agente que, no período de referência:
~~I – estiver afastado do exercício de suas atividades, sem desempenho das funções, ainda que por benefício previdenciário~~; *(Redação dada pela Emenda Supressiva nº 001/2026 ao Projeto de Lei nº 073/2026)*.
II – tiver sido sancionado, no ano da concessão, com qualquer penalidade disciplinar;
III – servidor que não desempenha as funções e atribuições de Agente Comunitário de Saúde ou Agente de Combate às Endemias, mesmo sendo efetivado para os cargos em questão.
§ 4º O disposto no § 3º não se aplica aos casos de:
I – licença-maternidade;
II – licença-paternidade.
§ 5º A data do repasse será fixada anualmente até 31 de dezembro do ano corrente.
§ 6º O montante destinado ao pagamento do incentivo desta Lei corresponderá exclusivamente aos valores efetivamente repassados ao Município pela União, a título de Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias, na forma estabelecida em normas federais.
§ 7º É vedado ao Município realizar qualquer complementação, compensação, suplementação ou incremento financeiro com recursos próprios para fins de pagamento do Incentivo Financeiro Adicional, limitando-se o repasse aos valores efetivamente transferidos pela União.
§ 8º Considera-se período de referência o exercício financeiro correspondente ao repasse do incentivo financeiro pela União.

Art. 2º Os recursos mencionados nesta Lei somente poderão ser repassados aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e aos Agentes de Combate às Endemias – ACE enquanto perdurar o repasse realizado pelo Governo Federal, cessando automaticamente o pagamento do incentivo em caso de sua descontinuidade.
§ 1º Somente fará jus ao recebimento do Incentivo Financeiro Adicional o profissional que houver exercido suas funções por período mínimo de 03 (três) meses no exercício financeiro correspondente ao repasse.
§ 2º O valor do Incentivo Financeiro Adicional será pago de forma proporcional ao número de meses efetivamente trabalhados pelo agente no período de referência.
§ 3º Excepcionalmente, no exercício de 2026, o repasse corresponderá ao percentual de 60% (sessenta por cento) do valor efetivamente transferido pela União ao Município, e de 100% (cem por cento) a partir do exercício de 2027, observada a disponibilidade dos recursos federais, observadas as legislações vigentes para o período e enquanto perdurar o respectivo repasse.

Art. 3º O Incentivo Financeiro Adicional – IFA possui natureza indenizatória, eventual e não permanente, não se incorporando à remuneração dos agentes, não constituindo base de cálculo para quaisquer vantagens, adicionais ou benefícios, nem para fins previdenciários.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, observados os critérios estabelecidos nesta norma.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Itanhandu, 27 de maio de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:7662FE51

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.252, DE 27 DE MAIO DE 2026

LEI Nº 2.252, DE 27 DE MAIO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Fomento à Cultura no Município de Itanhandu/MG "Javert Monteiro", dispõe sobre mecanismos permanentes de financiamento cultural, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Fomento à Cultura do Município de Itanhandu/MG "Javert Monteiro", de caráter permanente e continuado, destinada à promoção, valorização, proteção, difusão e incentivo às atividades culturais locais, em conformidade com a Constituição Federal, com o Sistema Nacional de Cultura, e com a Lei Municipal 1.919/2024, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura.

Art. 2º A Política Municipal de Fomento à Cultura tem por finalidade:
I – garantir o pleno exercício dos direitos culturais;
II – assegurar mecanismos permanentes de financiamento da cultura;
III – promover o desenvolvimento cultural, social e econômico do Município;
IV – fortalecer os agentes culturais locais;
V – estimular a economia criativa e o turismo cultural;
VI – incentivar a preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
VII – ampliar o acesso da população às atividades culturais.

Art. 3º A Política Municipal de Fomento à Cultura integrará o Sistema Municipal de Cultura – SMC.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4º São princípios da Política Municipal de Fomento à Cultura:
I – democratização do acesso à cultura;
II – descentralização territorial dos recursos;
III – valorização da diversidade cultural;
IV – gestão democrática e participação social;
V – transparência e controle social;
VI – simplificação administrativa;
VII – incentivo à inclusão de novos agentes culturais;
VIII – respeito às manifestações culturais tradicionais e populares do Município.

Art. 5º Constituem diretrizes da política municipal:
I – alinhamento ao Plano Municipal de Cultura;
II – fortalecimento das manifestações culturais locais;
III – incentivo às ações culturais em bairros, distritos e comunidades rurais;
IV – estímulo à formação artística e cultural;
V – valorização dos artistas, artesãos, produtores e trabalhadores da cultura;
VI – incentivo a ações culturais voltadas à infância, juventude, idosos e pessoas com deficiência;
VII – adoção de mecanismos simplificados de seleção e prestação de contas, adequados à realidade do Município.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS E DO FINANCIAMENTO

Art. 6º A Política Municipal de Fomento à Cultura será financiada mediante:
I – dotações orçamentárias próprias do Município;
II – recursos do Fundo Municipal de Cultura;
III – transferências da União e do Estado;

IV – recursos oriundos de leis federais de fomento, inclusive da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB
V – convênios, termos de cooperação, emendas parlamentares, doações e outras fontes legalmente admitidas.

Art. 7º Os recursos destinados à cultura deverão observar:
I – distribuição descentralizada e, preferencialmente, equilibrada entre os diversos segmentos culturais;
II – incentivo à desconcentração territorial;
III – priorização do interesse público;
IV – estímulo à participação de agentes culturais locais;
V – aplicação preferencial em ações finalísticas.
§1º A utilização dos recursos observará as diretrizes estabelecidas em Plano de Aplicação dos Recursos – PAR, anual ou plurianual, elaborado pelo Poder Executivo com participação do Conselho Municipal de Política Cultural.
§2º O Plano de Aplicação dos Recursos poderá ser precedido de escuta pública, consulta pública ou outros mecanismos simplificados de participação social.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS DE FOMENTO

Art. 8º Constituem instrumentos de fomento cultural:
I – editais públicos;
II – chamadas públicas;
III – premiações;
IV – bolsas culturais;
V – subsídios para manutenção de espaços e iniciativas culturais;
VI – aquisição de bens e serviços culturais;
VII – termos de execução cultural;
VIII – outras modalidades previstas em regulamento.

Art. 9º O Município poderá executar ações culturais:
I – diretamente;
II – por meio do Fundo Municipal de Cultura;
III – em parceria com organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IV – mediante cooperação com outros entes federativos e consórcios públicos.

CAPÍTULO V
DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10. Poderão ser beneficiários das ações de fomento:
I – artistas;
II – artesãos;
III – músicos;
IV – produtores culturais;
V – coletivos culturais;
VI – espaços culturais independentes;
VII – associações e entidades culturais;
VIII – pessoas físicas ou jurídicas que atuem em atividades artístico-culturais no Município.
§1º O Município poderá exigir cadastro cultural municipal simplificado para participação nos instrumentos de fomento.
§2º Será assegurada ampla publicidade aos instrumentos de seleção e incentivo cultural.

CAPÍTULO VI
DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:
I – coordenar a execução da Política Municipal de Fomento à Cultura;
II – elaborar editais e instrumentos de seleção;
III – promover a transparência da aplicação dos recursos;
IV – acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos contemplados;
V – prestar informações aos órgãos de controle e demais entes federativos;
VI – promover ações de capacitação e orientação aos agentes culturais locais.

Art. 12. A execução dos recursos observará procedimentos simplificados, especialmente nos casos de pequenos projetos culturais e de agentes culturais individuais.
§1º A prestação de contas priorizará a comprovação do cumprimento do objeto cultural.
§2º Poderão ser utilizados relatórios simplificados, registros fotográficos, vídeos, listas de presença, materiais de divulgação e outros meios idôneos de comprovação.
§3º O Município poderá estabelecer categorias simplificadas de prestação de contas conforme o valor do projeto.

Art. 13. Os editais e instrumentos congêneres poderão prever:
I – ações afirmativas;
II – cotas regionais;
III – critérios de desconcentração territorial;
IV – incentivo à participação de novos agentes culturais.

CAPÍTULO VII
DO CONTROLE SOCIAL E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 14. Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:
I – acompanhar a execução da política municipal;
II – auxiliar no controle social das ações culturais;
III – colaborar na elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos.

Art. 15. O Município dará publicidade, em sítio eletrônico oficial ou outros meios acessíveis à população:
I – aos valores recebidos;
II – aos editais publicados;
III – aos resultados das seleções;
IV – aos beneficiários contemplados;
V – aos relatórios de execução.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei mediante decreto, no que couber.

Art. 17. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 27 de Maio de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:14372759

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.253, DE 27 DE MAIO DE 2026

LEI Nº 2.253, DE 27 DE MAIO DE 2026.

Abre crédito adicional especial, no valor de R$ 721.907,03 por anulação de dotação orçamentária, cria as ações tipo projeto 3008, 3051, 3069, 3026, 3006, 3027, 3078, 3081, 3079, 3074, 3009, 3016, 3017, 3037, 3041, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º. Esta Lei autoriza a abertura de crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de **R$ 721.907,03** (setecentos e vinte e um

mil, novecentos e sete reais e três centavos), para as Secretarias Municipais. Criando as ações tipo projeto:
3008 – Aquisição de Uniforme para o CRAS (FMAS)
3051 – Vida em Movimento CRAS (FMAS)
3069 – CRAS Itinerante Fortalecendo Vínculos em Cada Bairro (FMAS)
3026 – Financiamento do Projeto Karen Lorrane para Crianças e Adolescentes com Diabetes
3006 – Consultas, Exames e Cirurgias Oftalmológicas
3027 – Exames de Tomografia e Ressonância Magnética
3078 – Exames para a Saúde da Mulher
3081 – Redução de Fila para Exames e Consultas Especializadas
3079 – Apoio no Abastecimento de Medicamentos da Farmácia Básica
3074 – Contratação de Serviços de Máquinas para Atendimento em Propriedades Rurais
3009 – Apoio na Realização da Marcha para Jesus
3016 – Instalação de Lixeiras na Cidade
3017 – Apoio na Realização da Festa dos Caminhoneiros
3037 – Apoio para Realização do Torneio Leiteiro do Bairro Rural do Mato Dentro
3041 – Apoio na Realização de Eventos Registrados como Bem Imaterial. **E as dotações, todas na Fonte de Recursos 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos:**

02.04.03.08.244.00.12.3008 – Aquisição de Uniformes para o CRAS (FMAS)
02.04.03.08.244.00.12.3008.3.3.90.32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita ..... R$ 10.499,48

02.04.03.08.244.00.12.3051 - Vida em Movimento CRAS (FMAS)
02.04.03.08.244.00.12.3051.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 25.000,00

02.04.03.08.244.00.12.3069 - CRAS Itinerante Fortalecendo Vínculos em Cada Bairro (FMAS)
02.04.03.08.244.00.12.3069.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 1.000,00
02.04.03.08.244.00.12.3069.3.3.90.30 – Material de Consumo ..... R$ 5.552,33

02.07.01.10.301.00.25.3026 - Financiamento do Projeto Karen Lorrane para Crianças e Adolescentes com Diabetes
02.07.01.10.301.00.25.3026.3.3.90.32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita ..... R$ 115.000,00

02.07.01.10.302.00.23.3006 - Consultas, Exames e Cirurgias Oftalmológicas
02.07.01.10.302.00.23.3006.3.3.50.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 41.183,81

02.07.01.10.302.00.23.3027 - Exames de Tomografia e Ressonância Magnética
02.07.01.10.302.00.23.3027.3.3.50.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 83.804,80

02.07.01.10.302.00.23.3078 - Exames para a Saúde da Mulher
02.07.01.10.302.00.23.3078.3.3.50.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 114.183,80

02.07.01.10.302.00.23.3081 - Redução de Fila para Exames e Consultas Especializadas
02.07.01.10.302.00.23.3081.3.3.50.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 154.000,00

02.07.01.10.303.00.21.3079 - Apoio no Abastecimento de Medicamentos da Farmácia Básica
02.07.01.10.303.00.21.3079.3.3.90.32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita ..... R$ 29.684,33

02.08._.20.608.00.08.3074 – Contratação de Serviços de Máquinas para Atendimento em Propriedades Rurais
02.08._.20.608.00.08.3074.3.3.50.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 5.000,00

02.11.01.13.392.00.40.3009 - Apoio na Realização da Marcha para Jesus
02.11.01.13.392.00.40.3009.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 50.000,00

02.11.01.13.392.00.40.3016 - Instalação de Lixeiras na Cidade
02.11.01.13.392.00.40.316.4.4.90.51 – Obras e Instalações ..... R$ 6.499,48

02.11.01.13.392.00.40.3017 - Apoio na Realização da Festa dos Caminhoneiros
02.11.01.13.392.00.40.3017.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 45.000,00

02.11.01.13.392.00.40.3037 - Apoio para Realização do Torneio Leiteiro do Bairro Rural do Mato Dentro
02.11.01.13.392.00.40.3037.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 5.499,00

02.11.01.13.392.00.40.3041 - Apoio na Realização de Eventos Registrados como Bem Imaterial
02.11.01.13.392.00.40.3041.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..... R$ 30.000,00

Art. 3º. Para efeito do disposto no art. 2º desta Lei, fica anulada a seguinte rubrica orçamentária:

02.01._.99.999.9999.9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
02.01._.99.999.9999.9999.9.9.99.99 - Reserva de Contingência
1.500 – Recursos não vinculados de Impostos.....R$ 721.907,03

Art. 4º. Fica autorizada a inclusão da dotação orçamentária criada em decorrência desta Lei, as alterações nas peças orçamentárias do Município de Itanhandu.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 27 de maio de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:BB9911FA

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.254, DE 27 DE MAIO DE 2026.

LEI Nº 2.254, DE 27 DE MAIO DE 2026.

"Institui o "Torneio leiteiro do Bairro Mato Dentro" no âmbito do Município e dá outras providências".

O povo do Município de Itanhandu, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Fica instituído o "**Torneio leiteiro do Bairro Mato Dentro**", realizado no Bairro Mato Dentro no Município de Itanhandu, anualmente sempre na terceira semana do mês de agosto.

Art. 2°- O evento instituído no Art. 1º passa a constar no Calendário Municipal de eventos do Município.

Art. 3°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 27 de maio de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:5851FB7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

GUARDA MUNICIPAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.118/2026 - UASG Nº 984673.

Processo administrativo nº 136/2026 - processo licitatório nº 136/2026 - modalidade pregão eletrônico para registro de preços nº 90.118/2026. **Torna público que no dia 12/06/2026** fará realizar o pregão eletrônico nº 90.118/2026, cujo objeto é o "Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços** (art. 6º, XI da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) de **locação de veículos adaptados em viatura**, em atendimento às demandas da Guarda Civil Municipal, **para ampla concorrência**, observados os prazos máximos para prestação dos serviços, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital, em especial no termo de referência (Anexo I)", com a utilização do sistema *Comprasnet*, do Portal de Compras do Governo Federal. **Data da abertura: 12/06/2026, às 08h:30min**, no sítio www.comprasnet.gov.br. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. O edital encontra-se disponível na *internet* (rede mundial de computadores), nos sites www.comprasnet.gov.br e www.itatiaiucu.mg.gov.br.

Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:BCF51252

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PARECER COMISSÃO JULGADORA - PROCESSO ADMINSTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PROCESSO 58.447/2026 - RECURSO ADMINISTRATIVO

Considerando a inadimplência contratual da Empresa **SGB IMPRESSOS GRAFICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 36.689.033/0001-38**, referente ao contrato de expectativa de fornecimento nº 866/2025,considerando a Decisão da Secretaria Municipal de Educação, e o Recurso apresentado pela Empresa Recorrente, a Comissão Julgadora passa a decidir o seguinte:
DECISÃO:
Considerando que a Lei nº 14.133/21, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, dispõe que o "contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial" (art. 115).
Ante o exposto, conforme consta nos autos a responsabilidade apurada, a Comissão julgadora em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, decide manter na íntegra as penalidades impostas, conforme expressa previsão da Lei 14.133/21.
- Penalidade de **Multa**
Sendo de 15% sobre o valor global do contrato, conforme memória de cálculo:
Multa: 15% x R$250.609,70 =
Valor Total da Multa Aplicada: 37.591,45 (trinta e sete mil quinhentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos).
- Penalidade de **Impedimento de licitar e contratar com o Município de Itatiaiuçu,** por prazo de **02 (dois) anos** a contar da publicação da decisão final do presente processo administrativo, tendo em vista a expressa previsão no **art. 156, III, da Lei 14.133/2021**, com fundamentos nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como no caráter pedagógico da sanção.
Considerando que na análise do presente recurso não houve agravação da sanção aplicada, faz-se dispensável, neste momento, a intimação da recorrida para nova manifestação.

COMISSÃO JULGADORA

Publicado por:
Milene Cristina de Sousa Queiroz
Código Identificador:D75A7FCB

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 571/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 571/2025 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.464/2025.

Processo administrativo nº 571/2025 – processo licitatório nº 571/2025 – modalidade pregão eletrônico nº 90.464/2025. Tendo em vista o provimento parcial do recurso apresentado pela licitante SAFEMED DISTRIBUIDORA LTDA em relação aos itens 17 e 18, faz-se necessário o retorno da sessão pública para análise de documentos que comprovem a regularidade dos itens mencionados. Sendo assim, a retomada da sessão realizará no dia 01/06/2026 às 08h:30min.

Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:6F53BD40

SECRETARIA DE SAÚDE
RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 238/2026 – MODALIDADE DISPENSA 15/2026.

Resultado do processo administrativo nº 238/2026 – Modalidade dispensa 15/2026. Partes: Município de Itatiaiuçu e **GAR SERVIÇOS LTDA,** inscrita no **CNPJ sob nº 51.006.167/0001-09.** Objeto: Contratação de serviços de empresa especializada na realização do exame de ecocardiograma transtorácico infantil. **Valor total da dispensa R$ 300,00 (trezentos reais)**. Fundamentação legal: art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133, de 1º de janeiro de 2021.

Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:B897169B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 31/2026

Município de Jacuí/MG torna público extrato do contrato n°. 31/2026, referente ao processo n° 22/2026, dispensa 15/2026 – contratado: **TRIANGULO MULTIPROJETOS LTDA,** CNPJ**:** 18.979.549/0001-35**.** Valor total da contratação é de R$ 2.999,99 (Dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). **Objeto**: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica especializada, com o objetivo de apoiar a implementação e a execução do 2º ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura (PNAB), para o Município de Jacuí/MG, visando assegurar a conformidade legal e a efetividade das ações culturais. **Vigência**:25/05/2026 a 25/11/2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita –

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:DA85083A

CONTRATOS E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026 JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO DA FIRMAÇÃO DE PARCERIA

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO DA FIRMAÇÃO DE PARCERIA

Referência: Inexigibilidade nº 10/2026
Base Legal: Artigo 29, 31 e 32, da Lei Federal nº 13.019/2014.
OSC interessada: Associação de Congada de Jacuí - ACJ
CNPJ.: 17.786.527/0001-96
Objetivo da Proposta: Custear despesas destinadas à organização, estruturação, divulgação e realização da tradicional Festa da Congada do Município, incluindo a contratação de serviços técnicos, operacionais, administrativos, culturais e de apoio ao evento, locação de estruturas e equipamentos, aquisição de materiais de consumo, itens de segurança, alimentação, transporte e materiais voltados à ornamentação e valorização das manifestações culturais e tradicionais dos ternos de Congo e demais atividades culturais desenvolvidas no município, bem como custear despesas relacionadas ao deslocamento, transporte, alimentação e apoio logístico dos ternos de Congo em viagens e apresentações culturais realizadas em cidades circunvizinhas, visando à representação e promoção da cultura e das tradições do Município em eventos regionais.
Valor total do Repasse: 311.486,97 (trezentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos).
Tipo de parceria: Colaboração

OBJETO:

Trata-se de procedimento administrativo que tem por objeto a celebração de parceria, mediante inexigibilidade de chamamento público, para transferência voluntária de recursos na modalidade de incremento temporário, compreendendo: Emenda Impositiva do Poder Legislativo, no valor de R$ 37.486,97 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos); recursos oriundos da Emenda Constitucional nº 48/2005, destinados à preservação do patrimônio cultural, no montante de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais); emenda destinada à realização de festas tradicionais e eventos culturais, com recursos previstos e aprovados na LOA de 2026, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais); e Emenda Federal destinada à subvenção de entidades culturais, no importe de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), sendo todas as quantias classificadas como despesas de custeio.
O valor total do repasse corresponde a R$ 311.486,97 (trezentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos), a ser transferido por período determinado, com a finalidade de assegurar a manutenção das atividades da associação, promover ações coletivas voltadas ao apoio dos congadeiros e capoeiristas locais, viabilizar a realização da Festa de Congada e das atividades de capoeira do município no exercício de 2026, bem como custear despesas relacionadas à participação dos ternos de Congo em apresentações culturais, encontros e festividades tradicionais em outros municípios, visando à representação, valorização e difusão da cultura e das tradições do Município em âmbito regional.
A execução dos recursos observará o cronograma apresentado pela Associação da Congada de Jacuí, contemplando despesas necessárias à realização da Congada 2026, incluindo locação de estruturas, tendas, arquibancadas, sonorização, iluminação, painéis de LED, gradis e demais itens de segurança exigidos pelo Corpo de Bombeiros; contratação de serviços de organização, marketing, fotografia, filmagem, engenharia, apoio administrativo e contábil; confecção de camisetas, troféus e materiais gráficos; contratação de transporte; além da aquisição de gêneros alimentícios, materiais descartáveis, água mineral, gás GLP e materiais destinados à ornamentação e caracterização cultural dos ternos de Congo e das apresentações culturais do evento, incluindo, ainda, despesas com transporte, alimentação, hospedagem e apoio logístico para o deslocamento dos ternos de Congo em viagens destinadas à representação cultural do Município em outras cidades.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A celebração da parceria justifica-se ser realizada sem chamamento público, visto que os recursos são provenientes de Emendas Parlamentares Individuais de caráter impositivo, e previstos e autorizados conforme LOA 2026, de valor destinado especificamente à Entidade, em conformidade ao disposto no art. 29 e art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

É o que tinha para justificar.

Jacuí – MG, 25 de maio de 2026

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

_____
ÂNGELA APARECIDA ALVIM BATISTA

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:059E2DA6

CONTRATOS E LICITAÇÕES
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARCERIA VOLUNTÁRIA Nº 10/2026
LEI Nº 13.019/14

A Prefeita Municipal de Jacuí - MG, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 32, da Lei n° 13.019/14 e baseado no parecer da Procuradoria Municipal, pelo presente ato, ratifica a inexigibilidade de chamamento público nos termos do art. 31, II da Lei 13.019/14, por se tratar de repasse definido em Emenda Impositiva do Poder Legislativo, no valor de R$ 37.486,97 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos); recursos oriundos da Emenda Constitucional nº 48/2005, destinados à preservação do patrimônio cultural, no montante de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais); emenda destinada à realização de festas tradicionais e eventos culturais, com recursos previstos e aprovados na LOA de 2026, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais); e Emenda Federal destinada à subvenção de entidades culturais, no importe de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), sendo todas as quantias classificadas como despesas de custeio.
Sendo assim, o total corresponde a R$ 311.486,97 (trezentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) , conforme determina a Lei Orgânica do Município, e inciso I do §3º do art. 12 Lei Federal nº 4.320/64 para formalização do Termo de Parceria nº 10/2026 com a entidade **Associação de Congada de Jacuí - ACJ**, com sede à Rua Miro Canuto, 79, Vila Diamantina, Jacuí – MG, inscrita no CNPJ.: 17.786.527/0001-96, tendo como finalidade de Custear despesas destinadas à organização, estruturação, divulgação e realização da tradicional Festa da Congada do Município, incluindo a contratação de serviços técnicos, operacionais, administrativos, culturais e de apoio ao evento, locação de estruturas e equipamentos, aquisição de materiais de consumo, itens de segurança, alimentação, transporte e materiais voltados à ornamentação e valorização das manifestações culturais e tradicionais dos ternos de

Congo e demais atividades culturais desenvolvidas no município, bem como custear despesas relacionadas ao deslocamento, transporte, alimentação e apoio logístico dos ternos de Congo em viagens e apresentações culturais realizadas em cidades circunvizinhas, visando à representação e promoção da cultura e das tradições do Município em eventos regionais.

Jacuí – MG, 25 de maio de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:9D5B068E

PREFEITURTA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 31 DE 26 DE MAIO DE 2026

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA, Prefeita de Jacuí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe foi requerido e o disposto do Art. 35, Inciso I, da Lei nº 1471 de 02/04/2008;
RESOLVE:
Art. 1 – **EXONERAR** a servidora Efetiva a **Sra. REGINA GERALDA ROSA MONTEIRO** a pedido da mesma, sob o Cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** a partir de **06/06/2026.**

Art. 2 – Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Jacuí, 26 de maio de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:AE00445F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026

OBJETO: Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba
CONTRATADA: DERMOMED COMERCIO DE SAUDE E BELEZA LTDA
CNPJ: 32.582.212/0001-10
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$15.860,00 (Quinze mil, oitocentos e sessenta reais)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 22 de maio de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:AC6B5A42

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026

OBJETO: Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba
CONTRATADA: LEX COMERCIO E LICITACOES LTDA
CNPJ: 62.730.009/0001-05
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$18.137,93 (Dezoito mil, cento e trinta e sete reais, e noventa e três centavos)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 22 de maio de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:2B09201E

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026

OBJETO: Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba
CONTRATADA: VISAMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 08.380.296/0001-25
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$1.530,00 (Um mil, quinhentos e trinta reais)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 22 de maio de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:C9A03427

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026

OBJETO: Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba

CONTRATADA: LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 43.235.370/0001-10

VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$5.162,57 (Cinco mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 22 de maio de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:82188B82

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026

OBJETO: Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba
CONTRATADA: J D N JUNIOR LTDA
CNPJ: 15.300.246/0001-56
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$2.496,04 (Dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais, e quatro centavos).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 22 de maio de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:AADF4B92

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026

OBJETO: Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba
CONTRATADA: CDC VENDAS BRASIL LTDA
CNPJ: 38.259.349/0001-15
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$415,00 (Quatrocentos e quinze reais).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 22 de maio de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:1970548D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 123/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 037/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conservação, emissão de laudos técnicos e realização de pequenos reparos em equipamentos médicos, com fornecimento de peças, destinados ao Centro de Saúde de Japaraíba e PSF do Capoeirão
CONTRATADA: VILELA EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 25.295.033/0001-37
VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$47.940,00 (Quarenta e sete mil, novecentos e quarenta reais)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 21 de maio de 2026.

ARIANE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Maria Fernandes
Código Identificador:9632FEDF

LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 122/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 023/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 073/2026

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para serviços de Usinagem, Solda e Recuperação de chaparia da Prensa Hidráulica do Município, utilizada para os serviços de prensagem dos resíduos sólidos urbanos (lixo), conforme condições e especificações contidas no termo de referência.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba.
CONTRATADA: LS USINAGENS E SOLDAS LTDA
CNPJ: 11.795.845/0001-37
DO VALOR: R$ 14.675,00 (quatorze mil seiscentos e setenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será **60 (sessenta) dias**, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

Japaraíba/MG, 21 de maio de 2026.

JOELMA DE FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:BD5F0139

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JENIPAPO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIPAPO DE MINAS
DECRETO Nº 1.074, DE 25 DE MAIO DE 2026

"Dispõe sobre declaração de utilidade pública de imóvel para fins de desapropriação destinada a construção de ginásio poliesportivo."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JENIPAPO DE MINAS/MG,** no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 4º e art. 5º, "m" do Decreto-Lei nº 3365/41 (Lei de Desapropriação), e ainda,
CONSIDERANDO a necessidade de construção de ginásio poliesportivo para atendimento da população do Município;
DECRETA.
Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, em caráter de urgência, o imóvel localizado na Rua Monsenhor Bernardino, em lote situado ao lado da quadra municipal, com área aproximada de 2.212,75 m², equivalente a cerca de 7 (sete) lotes urbanos de dimensão média no município (10x30), conforme memorial descritivo e laudo de avaliação anexos.
Art. 2º O imóvel objeto da presente desapropriação não possui matrícula ou registro imobiliário perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, constando como possuidor o espólio de Joana Alves dos Santos.
Art. 3º A desapropriação prevista neste Decreto destina-se à construção de Ginásio Poliesportivo Municipal, para atendimento do interesse público voltado ao esporte, lazer e promoção social, enquadrando-se na hipótese de utilidade pública prevista no art. 5º, alínea "m", do Decreto-Lei nº 3.365/1941.
Art. 4º O imóvel expropriado foi avaliado por Comissão de Avaliação de Imóveis e as despesas decorrentes da desapropriação a que refere o presente Decreto correrão à conta da dotação orçamentária constante do orçamento vigente.
Art. 5º Constitui parte integrante deste Decreto o Anexo I Memorial Descritivo e o Anexo II Laudo de Avaliação.
Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Jenipapo de Minas (MG), 25 de maio de 2026.

EDSON HONORATO FIGUEIRÓ
Prefeito do Municipal

Publicado por:
José Silvano Rodrigues da Conceição
Código Identificador:8B59A157

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2026 - PROCESSO 090/2026

O Município de João Monlevade torna público, realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº. 026/2026 - Processo 090/2026**. Objeto: Registro de Preços para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, DESCARTÁVEIS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, destinados ao atendimento das secretarias e setores da Administração Municipal Direta. **Data de abertura: 16/06/2026 às 08:30h**. Edital e anexos disponíveis através dos links: https://pmjm.mg.gov.br/filter/11861;https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/101914; Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.

João Monlevade, 26 de maio de 2026.

RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:F1CB7458

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 100/2026 DE 22 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 01/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, VISANDO A CONTRATAÇÃO PARA O CARGO DE FISCAL DE OBRAS E FISCAL DE POSTURAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de 29 de abril de 1990;
DECRETA:
Art. 1º Fica homologado o processo seletivo público nº 01/2026 da Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, visando a contratação para o Cargo de Fiscal de Obras e Fiscal de Posturas, já tendo ocorrido a devida publicação do resultado final do processo e decorrido o prazo final para interposição de recurso.
Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo Público men cionado no art. 1º, é de 01 (um) ano, contado da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado nos termos do art. 3º, inciso II da Lei n° 2011/2012.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 22 de maio de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no vigésimo segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:76F053D2

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 102/2026 DE 22 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 50/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A CONTRATAÇÃO PARA O CARGO DE PORTEIRO ESCOLAR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de 29 de abril de 1990;
DECRETA:
Art. 1º Fica homologado o processo seletivo público nº 50/2026 da Secretaria Municipal de Educação, visando a contratação para o Cargo de Porteiro Escolar, já tendo ocorrido a devida publicação do resultado final do processo e decorrido o prazo final para interposição de recurso.
Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo Público men cionado no art. 1º, é de 01 (um) ano, contado da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado nos termos do art. 3º, inciso II da Lei n° 2011/2012.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 22 de maio de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no vigésimo segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:FD26996F

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 96/2026 DE 19 DE MAIO DE 2026

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de 29 de abril de 1990 e, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece diretrizes e normas a serem observadas pela administração pública, à vista das normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

Art. 2º Considera-se, para fins deste Decreto:

I. administração pública: órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município;

II. carta de serviços: documento que tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pela administração pública, as formas de acesso a esses serviços, seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público;

III. manifestações: solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços;

IV. serviço público: atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida pela administração pública;

V. usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;

VI. Conselho de Governança Pública - CGOV: instância colegiada instituída pela Portaria nº 453, de 26 de março de 2025, com a finalidade de assessorar o Prefeito na condução da Política de Governança Pública e *Compliance* da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Aplicam-se a este Decreto os conceitos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações, - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

I. a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais;

II. a disponibilização das informações em plataforma de dados, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;

III. disponibilização e ampliação de serviços na forma digital, intuitiva, de fácil acesso e compreensível ao cidadão;

IV. a simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço;

V. a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;

VI. a busca permanente da melhoria dos processos e das ferramentas de atendimento ao cidadão;

VII. o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;

VIII. o estímulo ao uso das assinaturas eletrônicas nas interações e nas comunicações entre os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município, e entre estes e os cidadãos;

IX. o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

X. a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709 de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

XI. a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço;

XII. a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público.

CAPÍTULO II
DO GOVERNO DIGITAL E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS

Seção I
Da Digitalização e do Governo Digital

Art. 4º A administração pública utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e, de maneira gradual, adotarão preferencialmente a forma eletrônica para os seus processos administrativos.

Parágrafo único. Os atestados, certidões, diplomas e demais documentos de natureza comprobatória deverão ser emitidos preferencialmente em meio digital.

Art. 5º As soluções digitais adotadas pela administração pública serão voltadas à promoção da desburocratização, da modernização, do fortalecimento e da simplificação da relação do poder público com a sociedade, incentivando a transparência na execução dos serviços públicos e a participação social no seu controle e fiscalização.

Art. 6º A prestação digital dos serviços da administração pública deverá promover o amplo acesso à população, sem prejuízo do direito do cidadão ao atendimento presencial.

Art. 7ºA Secretaria Municipal de Administração, através da Divisão de Tecnologia da Informação, ficará responsável pela implementação da estratégia municipal de Governo Digital, seguindo as diretrizes de que trata o artigo 3º da Lei Federal nº 14.129, de 2021.

Parágrafo único. As competências indicadas no *caput* deste artigo serão exercidas com vistas à compatibilização com a Estratégia Nacional de Governo Digital.

Seção II
Da Prestação Digital dos Serviços Públicos

Art. 8º O cadastro de usuários no sistema e a prestação dos serviços públicos deverá, preferencialmente e sempre que possível, ocorrer por meio eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.129, de 2021.

Art. 9º Caberá à administração pública na prestação digital de serviços públicos, buscar ativamente, no âmbito de suas competências:

I. manter atualizada a Carta de Serviços ao Usuário e o Portal do Município de João Monlevade/MG, assim como as informações institucionais e as comunicações de interesse público nas respectivas páginas eletrônicas;

II. monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;

III. integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;

IV. eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, as exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;

V. eliminar a replicação de registros de dados, exceto por razões de desempenho ou de segurança;

VI. realizar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências, por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital; e

VII. realizar testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados.

Art. 10. As soluções tecnológicas necessárias à oferta e à prestação digital dos serviços públicos adotadas no âmbito da gestão municipal deverão garantir, pelo menos, as funcionalidades de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos.

§ 1º A disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos municipais será feita por meio do Portal, *site*, aplicativo ou outro canal digital oficial do Município de João Monlevade/MG.

§ 2º As funcionalidades de que trata o *caput* deste artigo deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração

de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

Art. 11. Cabe ao usuário externo a consulta periódica do andamento do processo, mediante uso de *login* e senha, quando aplicável ao caso.

Seção III
Da Assinatura Digital

Art. 12. Os documentos e atos processuais serão validados em meio digital mediante uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados os parâmetros de autenticidade, integridade e de segurança, nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 e na forma de regulamentação específica.

Seção IV
Das Plataformas de Governo Digital

Art. 13. As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio do Portal oficial do Município de João Monlevade, www.pmjm.mg.gov.br, ou outro que vier a substituí-lo para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

Art. 14. As Plataformas de Gestão Integrada Digital Municipal devem dispor de ferramentas de transparência e de controle do tratamento de dados pessoais que sejam claras, facilmente acessíveis e que permitam ao cidadão o exercício dos direitos previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.129, de 2021.

Art. 15. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas competências, realizar e manter atualizadas as informações e comunicações de interesse público de forma permanente.

Seção V
Dos Direitos e Responsabilidades dos Usuários

Art. 16. Os direitos e as garantias dos usuários estão garantidos pela Lei Federal nº 14.129, de 2021, pela Lei Federal nº 13.460, de 2017, e pela Lei Federal nº 13.709, de 2018, notadamente:

I. gratuidade no acesso às Plataformas de Gestão Integrada Digital Municipal;

II. atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário;

III. padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital; e

IV. recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas, quando aplicável.

Art. 17. Os usuários são responsáveis:

I. pela guarda, pelo sigilo e pela utilização de suas credenciais de acesso, de seus dispositivos e dos sistemas que provêm dos meios de autenticação e de assinatura; e

II. por informar ao ente público eventual uso ou tentativas de uso indevido.

CAPÍTULO III
DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO

Art. 18. A Secretaria Municipal de Administração – Divisão de tecnologia da Informação, ou outro que vier a substituí-lo, poderá instituir laboratório de inovação, aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da Administração Pública, observadas as diretrizes previstas no artigo 45 da Lei Federal nº 14.129, de 2021.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA, DA GESTÃO DE RISCOS, DO CONTROLE E DA AUDITORIA

Art. 19. Caberá ao Conselho Municipal de Governança - CGov estabelecer diretrizes para manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e de controle interno com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos da prestação digital de serviços públicos que possam impactar na consecução dos objetivos da organização, no cumprimento de sua missão institucional e na proteção dos usuários, em consonância com a Lei Federal nº 14.129, de 2021.

Art. 20. Caberá ao CGov, observadas as normas deste Decreto, implementar ações e práticas de governança da política do Governo Digital.

Art. 21.A Controladoria Geral do Município, através da auditoria interna municipal, deverá adicionar valor e melhorar as operações das unidades administrativas para o alcance de seus objetivos, mediante uma abordagem sistemática e disciplinada voltada à avaliação e à melhoria da eficácia dos processos de governança, gestão de riscos e controle, por meio:

da realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, conforme os padrões de auditoria e de ética profissional;

da adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza e da extensão dos procedimentos de auditoria; e

III. da promoção da prevenção, da detecção e da investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos municipais.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar solicitações, reclamações, denúncias, elogios ou sugestões à administração pública, relativas à prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. As manifestações serão dirigidas aos canais de atendimento da Ouvidoria Municipal

Art. 23.A implementação das disposições contidas neste Decreto ocorrerá de forma gradual, conforme as condições administrativas, orçamentárias e técnicas da administração pública.

Art. 24. Este Decreto poderá ser regulamentado por Portaria.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 19 de maio de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no décimo nono dia do mês de maio de dois mil e vinte e seis.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:13ED9E83

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026 – PSICÓLOGO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOÃO MONLEVADE/MG, no uso de suas atribuições legais, e considerando a conclusão de todas as etapas e o julgamento dos recursos, **TORNA PÚBLICA** a Classificação Final dos candidatos aprovados para o cargo de **PSICÓLOGO**, bem como a **HOMOLOGAÇÃO** do presente certame.

1. CLASSIFICAÇÃO FINAL

Classificação	Nome do Candidato(a)	Nota Final
1º	Nathália Aparecida Coura Lima Mendes	110
2º	Samara Rose Figueiredo Arthuso	110
3º	Maria Alice Paixão Ferreira	97
4º	Neomara Gomes Gonçalves	93
5º	Patrícia Mara Miranda	92
6º	Fernanda de Souza Nunes	91
7º	Juliana Aparecida Lasarino	90
8º	Gabriela Costa Dias	90

A convocação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação acima, sendo feita por edital específico, conforme a necessidade da Administração Pública. O prazo de validade deste Processo Seletivo será de 01 (um) ano, a contar desta data, podendo ser prorrogado por igual período.

João Monlevade/MG, 25 de maio de 2026.

RITA DE CÁSSIA CRUZ SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:367A3DA9

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 070/2026 – ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 135.424,52 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:669B1653

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 071/2026 – ALFALAGOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 64.368,80 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:110B2720

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 072/2026 – AMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 5.555,75 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:CBA4C2FD

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 073/2026 – BH FARMA COMÉRCIO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 106.880,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:E492CF00

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 074/2026 – COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 22.376,60 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:E5B95078

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 075/2026 – COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 109.188,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:C53915AE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 076/2026 – CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 131.080,50 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:BFFFF0D9

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 077/2026 – DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 67.788,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:25AC2DF5

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 078/2026 – DROGAFONTE LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 22.786,80 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:1CCE4AB7

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 079/2026 – ILG COMERCIAL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 25.101,98 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:866BD6B3

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 080/2026 – INOVAMED HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 264.969,94 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:600A7B12

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 081/2026 – MED CENTER COMERCIAL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 85.646,90 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:E122393B

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 082/2026 – MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 99.591,20 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:36115E6B

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 083/2026 – MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 97.093,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:D5E72A3F

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 084/2026 – PRATI, DONADUZZI

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 96.240,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:024D7154

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 085/2026 – PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 13.948,50 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:8440F055

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 086/2026 – SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 46.199,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:CD889C74

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 087/2026 – SULMEDIC

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 7.272,50 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:B56275A3

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 088/2026 – TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 79.680,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:D5CA10C3

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 089/2026 – TRÊS PHARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 182.922,00 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:928A5D41

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 090/2026 – VÉRTICE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 64.237,30 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:C34F7680

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 091/2026 – VIVA FARMACÊUTICA S/A

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU VITAMÍNICOS, destinados ao atendimento das Farmácias Públicas e Unidades Básicas de Saúde do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 014/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 055/2026, homologado em 27/04/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 207.505,44 **- Data:** 26/05/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:76E834D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO 015/2026

DECISÃO – RECURSOS ADMINISTRATIVOS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 038/2026
RECORRENTE:
a)
TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA, CNPJ – 01.563.351/0001-73.
RECORRIDA:
b)
ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA, CNPJ – 56.391.449/0001-82.
Objeto: Aquisição de 1 (uma) Pá Carregadeira para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras, conforme o Termo de Convênio n°982044/2025, conforme especificações contidas neste edital e seus Anexos.
I – RELATÓRIO e DAS RAZÕES DA RECORRENTE
O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO - MG, inscrito sob o CNPJ n° 16.930.299/0001-13 sediado(a) Praça Cel. Hermógenes,60, através do Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
A sessão pública foi realizada dia 23/04/2026 às 08:23 minutos.
Na fase de julgamento das propostas em cumprimento às atribuições legais e visando garantir a adequada instrução do processo licitatório, o Pregoeiro realizou diligência junto ao licitante em 08/05/2026, com fundamento no artigo 64 da Lei n.º 14.133/2021, solicitando a apresentação de informações técnicas complementares acerca do equipamento ofertado, a qual foi respondida e analisada.
Encerrada a fase de análise das propostas e conferida a documentação de habilitação do certame em 13 de maio de 2026, a empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA. (CNPJ nº 56.391.449/0001-82), sediada em Senador Canedo/GO, foi declarada vencedora do Lote 01, tendo ofertado o equipamento modelo WJG BRASIL / WPC-210, fabricado pela empresa WJG BRASIL INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO LTDA.
Em seguida foi aberto o prazo de 15 (quinze) minutos para os licitantes manifestarem a intenção de interposição dos recursos, direto na plataforma, conforme preconiza o item' 9.3.1' do Edital.
Dentro do prazo, a empresa, TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA, CNPJ – 01.563.351/0001-73, assim manifestou: "bom dia; temos intenção de interpor recursos, haja vista que o licitante declarado vencedor não apresentou comprovação de item exigido no descritivo. nas razões serão apresentadas as justificativas".
Conforme consta registrado na plataforma iniciou o prazo para apresentação do recurso no dia 13/05/2026 08:31:31 e o encerramento

para apresentação das contrarrazões foi encerrado no dia 21/05/2026 às 23:59:59.

Dentro do prazo recursal, a empresa TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA, CNPJ – 01.563.351/0001-73., anexou o recurso na plataforma com as seguintes alegações:

"Diante da inexistência de comprovação técnica específica e inequívoca de que a pá carregadeira modelo WJG WPC 210 possui certificação ROPS e FOPS válida e correspondente ao equipamento ofertado, resta configurado o descumprimento de requisito técnico essencial previsto no edital. Por conseguinte, nos termos do art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, impõe-se a desclassificação da proposta apresentada pela empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA, com a consequente revisão da decisão que a declarou vencedora do certame."

A empresa, ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA, foi devidamente notificada, por meio da plataforma BNC, sobre o recurso interposto. Apresentou contrarrazões na plataforma dentro do prazo legal, 21/05/2026 17:32 minutos, conforme determinado em edital, manifestando-se dentro do prazo.

Em resumida síntese declarou:

"Os certificados apresentados fazem referência às plataformas/modelos 3CX, 4CX, 30-25, 942, 945, 958, 388H, 388, bem como ao modelo BLT388. Todavia, tal circunstância não comprova ausência de certificação ou descumprimento do edital.

No segmento de máquinas pesadas e equipamentos importados, é absolutamente comum que plataformas estruturais sejam compartilhadas entre modelos, cabines sejam utilizadas em diferentes configurações comerciais, chassis e estruturas de proteção sejam reaproveitados em

famílias distintas de equipamentos, e que o nome comercial utilizado pelo importador não corresponda literalmente à nomenclatura técnica constante do laboratório certificador.

Os próprios certificados consignam que sua validade se relaciona às configurações técnicas especificadas no arquivo técnico do produto. Portanto, eventual necessidade de esclarecimento quanto à correspondência entre a plataforma estrutural certificada e o modelo comercial ofertado constitui mera questão interpretativa e técnica, plenamente passível de esclarecimento em sede de diligência."

Considerando as alegações apresentadas pelas partes e visando à complementação de informações, bem como à observância dos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da competitividade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, este Pregoeiro entendeu necessária a realização de diligência para esclarecimento dos fatos e documentos apresentados pelas partes, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

A diligência teve por finalidade a obtenção de demonstração técnica detalhada da correlação entre o modelo comercial WJG WPC-210 ofertado no certame e os modelos/plataformas constantes dos certificados apresentados, bem como outra eventual comprovação técnica idônea relativa ao atendimento da exigência editalícia referente à "Estrutura de proteção ROPS/FOPS ou equivalente", indicando, de forma objetiva, eventual identidade, equivalência de cabine ou correspondência estrutural entre os equipamentos.

Ademais, constou expressamente da diligência que eventual documentação técnica, certificações, declarações do fabricante, relatórios laboratoriais ou quaisquer comprovações correlatas deveriam observar integralmente o disposto no art. 67, inciso VI, §4º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à autenticidade, validade e idoneidade dos documentos emitidos por entidades estrangeiras, os quais somente seriam aceitos quando acompanhados de tradução para a língua portuguesa, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO/DECISÃO

Sabe-se que o Pregão Eletrônico foi regido pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Cumpre dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, cujo instrumento convocatório é o Edital nº 015/2026, estão em perfeita consonância com a lei,

tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência. Com base na documentação contida no processo e, com fulcro na legislação pertinente, passa-se à análise dos tópicos recursais apresentados:

Nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública e todos os que participam do processo de licitação, estão estritamente vinculados as normas e condições do Edital do procedimento licitatório:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável,assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Cabe diferenciar o caráter principio lógico da vinculação ao edital do caráter normativo em sentido estrito dos dispositivos do edital. A letra do art. 25 da Lei nº 14.133/21 reforça a tese de que o instrumento convocatório tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, composto por regras:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Por oportuno, cumpre ressaltar que é imprescindível a vinculação ao Edital, pois é através dele que se estabelecem as normas e regras a serem atendidas no Certame, para que todos possam concorrer de forma justa e igualitária, possibilitando o tratamento isonômico entre as partes

1 - Da Admissibilidade

O recurso administrativo interposto pela empresa TRIAMA NORTE é tempestivo, eis que apresentado dentro do prazo previsto no art. 165, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 c/c cláusula 9 do Edital, e a recorrente ostenta legitimidade processual, na qualidade de licitante diretamente prejudicada pela decisão recorrida. Presentes os pressupostos de admissibilidade, CONHEÇO do recurso e passo à análise do mérito.

2 - Do Mérito Recursal: da Exigência de Comprovação ROPS/FOPS

Sustenta a recorrente que os certificados ROPS/FOPS apresentados pela empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA. não fariam referência ao modelo WJG WPC-210 ofertado no certame, inexistindo, por conseguinte, comprovação técnica idônea do atendimento à exigência editalícia, o que imporia sua desclassificação com fulcro no art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A controvérsia cinge-se, portanto, a dois eixos centrais: a suficiência da documentação técnica apresentada para comprovar a existência da estrutura ROPS/FOPS no equipamento ofertado; e a possibilidade de complementação documental mediante diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto ao primeiro eixo, registra-se que o Termo de Referência estabeleceu, como requisito técnico mínimo, a exigência de que o equipamento possuísse "estrutura de proteção ROPS/FOPS ou equivalente".

Da análise dos documentos apresentados pela recorrida, verifica-se que foram juntados:

a) catálogo técnico/comercial consignando expressamente a existência de estrutura "ROPS/FOPS" no equipamento ofertado;

b) certificados laboratoriais emitidos pelo "Engineering Equipment Test Center of Jilin University", com referência às normas ISO;

c) documentação complementar apresentada em diligência;

d) declaração formal da empresa WJG BRASIL INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO LTDA., esclarecendo a correlação técnica e comercial entre o modelo WJG BRASIL/WPC-210 e a plataforma estrutural "942" constante dos certificados apresentados.

Observa-se, ainda, que a recorrente não apresentou prova técnica capaz de demonstrar a inexistência da estrutura ROPS/FOPS no equipamento ofertado, tampouco comprovou incompatibilidade técnica, insegurança operacional ou falsidade documental.

Quanto ao segundo eixo, cumpre assentar que as diligências promovida por este Pregoeiro ampara-se expressamente no art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requisitar a complementação de informações acerca de documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame. A diligência, portanto, não constitui apresentação de objeto novo, nem substituição de proposta,

mas sim mecanismo legítimo de saneamento e esclarecimento de contradições e dúvidas técnicas.
A propósito, a jurisprudência dos Tribunais de Contas, em especial do TCU e do TCE-MG, é convergente ao reconhecer a legitimidade da diligência complementar como instrumento de busca da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que não implique substituição substancial de documentação original ou violação da isonomia entre os licitantes.
No presente caso, as diligências realizadas não implicaram substituição de proposta, apresentação de novo objeto ou inovação substancial da documentação inicialmente apresentada, limitando-se ao esclarecimento técnico complementar acerca da correlação entre a nomenclatura comercial adotada no mercado nacional e a plataforma estrutural constante dos certificados laboratoriais apresentados.
A jurisprudência do Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que o formalismo moderado deve prevalecer quando ausente prejuízo à competitividade, à isonomia e à segurança da contratação, sendo admissível a realização de diligências destinadas ao esclarecimento de documentos e informações técnicas já constantes nos autos. Conforme ACÓRDÃO 1211/2021 – PLENÁRIO – Relator- WALTON ALENCAR RODRIGUES
REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPRTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET.
Grifo nosso.
Nesse cenário, a interpretação restritiva propugnada pela recorrente no sentido de exigir certificação nominalmente individualizada ao modelo WPC-210 configuraria inovação indevida do instrumento convocatório após o encerramento da fase competitiva, em flagrante violação ao princípio da vinculação ao edital (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e ao princípio da competitividade
Portanto, o princípio da segurança jurídica (art. 22º §1º da LINDB), podendo configurar excesso de formalismo prejudicial à competitividade do certo.
Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
A arguição da recorrente no sentido de que a diligência não poderia servir para suprir deficiência substancial da proposta não prospera no caso concreto. Isso porque a documentação original já trazia o certificado ROPS/FOPS emitido pelo "Engineering Equipment Test Center of Jilin University", atestando a conformidade técnica da cabine e da estrutura de proteção com as normas ISO, e o próprio catálogo técnico/comercial apresentado pela licitante consignava expressamente a existência de estrutura ROPS/FOPS no equipamento ofertado. A diligência teve por finalidade tão somente esclarecer a correspondência entre a nomenclatura comercial adotada no Brasil e a plataforma certificada — informação de natureza técnica complementar, e não substituída de prova inexistente.
3 - Da Análise da Declaração da WJG Brasil e da Suficiência da Documentação
Em atenção à diligência expedida, a empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA. juntou Declaração firmada pela sua representante legal da WJG BRASIL INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO LTDA., datada de 25 de maio de 2026, em que o fabricante/importador atesta, textualmente:
que o equipamento comercializado no Brasil sob a denominação WJG BRASIL / WPC-210 corresponde comercialmente à plataforma/modelo identificada como "942" nos documentos técnicos e certificados laboratoriais apresentados; que a certificação está vinculada à plataforma estrutural e à estrutura/cabine ensaiada pelo fabricante estrangeiro, sendo aplicável à linha correlata de equipamentos produzidos na mesma plataforma construtiva; e que a divergência de nomenclatura decorre exclusivamente de adequação comercial e mercadológica, sem representar alteração substancial da estrutura de proteção ROPS/FOPS.
Nesse contexto, verifica-se que a documentação apresentada pela recorrida demonstra materialmente o atendimento da finalidade da exigência editalícia, qual seja, a comprovação da existência de estrutura de proteção ROPS/FOPS ou equivalente voltada à segurança operacional do equipamento.
Adotar interpretação excessivamente restritiva para exigir documentação ou formalidade não prevista expressamente no instrumento convocatório configuraria afronta aos princípios da vinculação ao edital, da competitividade, da razoabilidade, do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa.
Dessa forma, não se verifica ilegalidade apta a ensejar a desclassificação da empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA., permanecendo hígida a decisão anteriormente proferida.
III– CONCLUSÃO/DECISÃO:
De todo o exposto, decido:
a)
Com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos princípios previstos em seu art. 5º e no art. 64 do referido diploma legal, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA., por ser tempestivo e cabível, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a decisão que declarou vencedora do certame a empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA.
b)
Conforme o artigo 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, se a autoridade responsável pela apreciação do recurso não modificar sua decisão, o processo deve ser remetido à autoridade superior, devidamente instruído, para que esta se manifeste sobre o recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
João Pinheiro, 26 de maio de 2026.

NELSON MELO DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:E847F9E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ENVIO PARA AUTORIDADE SUPERIOR

OFÍCIO Nº 02/2026 – SETOR DE LICITAÇÕES
Ao Senhor
Gláucon Cesar Carneiro
Autoridade Competente
Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG
Assunto: Encaminhamento de Recurso Administrativo – PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026.
Senhor,
Em atendimento ao disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021, encaminho a Vossa Senhoria os autos do Processo Administrativo nº 038/2026, referente à PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026, para fins de apreciação e decisão final acerca do recurso administrativo interposto.
Objeto: Aquisição de 1 (uma) Pá Carregadeira para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras, conforme o Termo de Convênio n°982044/2025, conforme especificações contidas neste edital e seus Anexos.
1. RELATÓRIO
Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA., em face da decisão que declarou vencedora do Lote 01 – Pá Carregadeira – a empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA., no âmbito do Pregão Eletrônico nº 015/2026.
A recorrente alegou, em síntese, que a empresa recorrida não comprovou adequadamente o atendimento à exigência editalícia

referente à estrutura de proteção ROPS/FOPS ou equivalente, sustentando que os certificados
laboratoriais apresentados não fazem referência literal ao modelo comercial WJG BRASIL/WPC-210 ofertado no certame.
Em contrarrazões, a recorrida argumentou que o instrumento convocatório não exigiu certificação individualizada vinculada nominalmente ao modelo comercial ofertado, tampouco homologação compulsória, laudo técnico específico ou formalidades adicionais relativas aos documentos emitidos no exterior, defendendo que a documentação apresentada demonstra materialmente o atendimento da exigência técnica prevista no edital.
2. DA DILIGÊNCIA REALIZADA
Considerando as alegações apresentadas pelas partes e visando à complementação das informações constantes nos autos, bem como à observância dos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da competitividade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, foi promovida diligência com fundamento no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
A diligência teve por finalidade a obtenção de demonstração técnica detalhada da correlação entre o modelo comercial WJG WPC-210 ofertado no certame e os modelos/plataformas constantes dos certificados apresentados, além da apresentação de eventual comprovação técnica idônea acerca do atendimento da exigência editalícia relativa à "Estrutura de proteção ROPS/FOPS ou equivalente".
Ademais, consignou-se expressamente que eventual documentação técnica complementar, certificações, declarações do fabricante, relatórios laboratoriais ou quaisquer outros documentos emitidos por entidades estrangeiras deveriam observar integralmente o disposto no art. 67, inciso VI, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
3. DA ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA
Em resposta à diligência, a empresa recorrida apresentou manifestação complementar acompanhada de declaração emitida pela empresa WJG BRASIL INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO LTDA., esclarecendo que o modelo comercial WJG BRASIL/WPC-210 corresponde comercialmente à plataforma estrutural identificada como "942" constante dos certificados laboratoriais relacionados à estrutura ROPS/FOPS.
Da análise dos autos, verificou-se que o Termo de Referência limitou-se a exigir a existência de "Estrutura de proteção ROPS/FOPS ou equivalente", não havendo previsão expressa de certificação individualizada vinculada ao modelo comercial ofertado, laudo específico nominal ou homologação compulsória.
Constatou-se, ainda, que a documentação apresentada demonstra materialmente a existência da estrutura de proteção exigida no edital, inexistindo prova técnica apta a demonstrar incompatibilidade operacional, ausência de segurança, inadequação estrutural ou falsidade documental.
Verificou-se, igualmente, que a diligência realizada teve caráter meramente complementar e esclarecedor, não implicando substituição de proposta, apresentação de novo objeto ou alteração substancial da documentação originalmente apresentada, encontrando amparo no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas quanto à admissibilidade de saneamento de dúvidas e complementação de informações técnicas já constantes nos autos.
4. CONCLUSÃO
Diante do conjunto probatório constante dos autos, concluiu-se pela suficiência material da documentação apresentada pela empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA., bem como pela inexistência de ilegalidade apta a ensejar sua desclassificação.
Assim, considerando a ausência de previsão editalícia de exigência específica nos moldes defendidos pela recorrente, bem como em observância aos
princípios da razoabilidade, competitividade, formalismo moderado, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, manifestou-se esta Pregoeira pelo conhecimento do recurso administrativo e, no mérito, pelo seu não provimento, mantendo-se integralmente a decisão que declarou vencedora do certame a empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA.
Encaminham-se os autos à Autoridade Competente para análise e decisão final, nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
João Pinheiro, 26 de maio de 2026.

NELSON MELO DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:54DAF15E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026
1 – DO OBJETO
O processo tem como objeto a Contratação de empresa para assessoramento e consultoria técnica para implementação, execução e prestação de contas da política nacional ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTRA – PNAB, no município de João Pinheiro.
2 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Conforme o art 74 inciso III da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, dentre outros casos, "Contratação de empresa para assessoramento e consultoria técnica para implementação, execução e prestação de contas da política nacional ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTRA – PNAB".
Ademais, o citado artigo em seu inciso III, estabelece as exigências necessárias a legalidade da contratação, vejamos:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
(...)
Requisitos estes que se encontram atendidos, na presente contratação, senão vejamos:
3 – DAS JUSTIFICATIVAS DO OBJETO
Restou apresentada pela Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Sr. André Benfica de Almeida, a justificativa da necessidade da contratação, para o desenvolvimento da Política Nacional Aldir Blanc, auxílio na criação de editais, acompanhamento e avaliação dos projetos inscritos e reuniões, capacitação e suporte técnico, conforme descrito no termo de referência, pela empresa, LUMIAR ASSESSORIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ: 43.017.010/0001-42, situada na rua: MONSENHOR LISBOA, nº 189, centro, município de Paula Candido – MG, CEP: 36.544-000.
Quanto à singularidade do objeto fica demonstrado que o objeto do presente procedimento, atende ao requisito do Artigo 74 da Lei 14.133/2021.
4 – DO PREÇO, PRAZO E DOTAÇÃO:
O preço proposto para contratação é o valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
4.1 - O pagamento será realizado de forma parcelada, vinculado à entrega dos serviços e ao cumprimento das etapas, conforme segue:
4.1.1 Primeira parcela – até 30% do valor contratado: Será devida após a execução e entrega da etapa inicial dos serviços, mediante comprovação de:
a) realização de reunião de alinhamento com a Administração; b) apresentação de plano de trabalho, cronograma ou planejamento inicial das atividades; c) início comprovado dos trabalhos técnicos; d) entrega de documentos iniciais relacionados ao apoio ao PAAR, planejamento e/ou organização das etapas iniciais da PNAB.
4.1.2 Segunda parcela – até 40% do valor contratado: Será devida após a execução das etapas intermediárias, mediante entrega e aprovação de:
1.
minutas de editais e documentos correlatos;
2.
análises técnicas das propostas e emissão de pareceres;
3.
apoio na condução dos processos de seleção e resultados.

4.1.3 Terceira parcela – até 30% do valor contratado: Será devida após a conclusão dos serviços, mediante:
1.
entrega dos relatórios finais;
2.
finalização da execução da PNAB;
3.
apoio à prestação de contas junto aos sistemas oficiais;
4.
atesto definitivo da execução pelo fiscal do contrato.
4.1.4 - Os pagamentos somente serão realizados após o regular atesto da execução da etapa correspondente, emissão da respectiva nota fiscal e liquidação da despesa, vedado o pagamento por serviços não executados ou não comprovados
4.2 - O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2026
4.3 – Dotação: 02.12.03 13.392.1301.2823 3.3.90.39.00 Ficha: 947
5 – DA CONCLUSÃO
Diante de todo o exposto, nota-se que a contratação pretendida em momento algum desatenderá os requisitos legais e, muito menos, os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.
Partindo, agora à análise do caso concreto apresentado pela municipalidade, após o minucioso exame da documentação apresentada, pode-se inferir tratar-se de inexigibilidade de licitação, com fulcro no Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Considerando a finalidade do pedido, sua justificativa, este Agente de Contratação classifica o processo como de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
Encaminhando, todas as peças para analise do Setor Jurídico que opinará sobre a legalidade da contratação pelo procedimento acima.
João Pinheiro/MG, 20 de maio de 2026.

NELSON MELO DA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:C5D63C35

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI 4492/2026

Altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 376/1991, para corrigir a denominação de logradouro público, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 376 de 18 de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação, apenas no que se refere à denominação das Ruas 10 e 12:

"Art. 1º
A Rua 10 passa a denominar-se "Josefa Dornelas"

A Rua 12 passa a denominar-se Rua "Quincas Baiano.""

Art. 2º Fica reconhecida, para fins legais e cadastrais, a correspondência entre a antiga Rua 12 e a atual Rua Quincas Baiano, bem como entre a Rua 10 e a atual Josefa Dornelas, conforme verificado no Cadastro Técnico Imobiliário e nos mapas oficiais do Município.

Art. 3º O Poder Executivo promoverá, no que couber:

I – a atualização dos cadastros municipais;
II – a adequação da sinalização e placas de identificação;
III – a comunicação aos órgãos públicos, concessionárias de serviços e demais entidades competentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 28 de abril de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilma Pacheco da Costa
Código Identificador:DCF192FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI 4502/2026

Dispõe sobre a alteração da denominação da Rua do Contorno situada no loteamento Pinheiros, que passará denominar-se, Rua José Américo Jacinto Neto, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a denominação da atual Rua do Contorno, situada no loteamento Pinheiros, para Rua José Américo Jacinto Neto.

Art. 2º- O Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes, providenciará a devida atualização da nova denominação da via pública nos registros oficiais, mapas e cadastros municipais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 12 de maio de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilma Pacheco da Costa
Código Identificador:7DFF1502

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI 4503/2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placas informativas em imóveis alugados pela Administração Pública no âmbito do Município de João Pinheiro/MG, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a instalar placas informativas em todos os imóveis alugados para uso da Administração Pública direta e indireta no Município de João Pinheiro/MG.

Art. 2º As placas de que trata esta Lei deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I– valor mensal do aluguel do imóvel;

II– número e data do contrato de locação;

III– prazo de vigência do contrato;

IV– nome do órgão público responsável pela locação;

V – nome do proprietário do imóvel (pessoa física ou jurídica).

Art. 3º As placas deverão:

I – ser fixadas em local visível ao público, preferencialmente na entrada do imóvel;

II – possuir dimensões mínimas de 40 cm (quarenta centímetros) de altura por 60 cm (sessenta centímetros) de largura;

III – ser confeccionadas em material resistente, garantindo sua durabilidade e legibilidade durante toda a vigência do contrato.

Art. 4º A instalação das placas deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato de locação ou, no caso de contratos já vigentes, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 5º O descumprimento desta Lei implicará responsabilidade administrativa do gestor responsável, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 13 de maio de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilma Pacheco da Costa
Código Identificador:8B1A1F5B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026
Considerando a correta instrução processual do procedimento administrativo em epígrafe e o constante na Declaração de Inexigibilidade de Licitação 013/2026, que trata da contratação da empresa, LUMIAR ASSESSORIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ: 43.017.010/0001-42, situada na rua: MONSENHOR LISBOA, nº 189, centro, município de Paula Candido – MG, CEP: 36.544-000. O preço proposto para contratação, perfazendo o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). A presente contratação de empresa para assessoramento e consultoria técnica para implementação, execução e prestação de contas da política nacional ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTRA – PNAB, no município de João Pinheiro O prazo de vigência do contrato é até 31/12/2026.
Dotação orçamentária: Dotação Orçamentaria: 02.12.03 13.392.1301.2823 3.3.90.39.00 Ficha: 947, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, dentre outros casos. RATIFICO o referido Processo de Inexigibilidade de Licitação bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à contratação do objeto em epígrafe. João Pinheiro, 26 de maio de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:96AAF8D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026.-EMPRESA METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELLI

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026.

O pedido foi realizado na plataforma www.bnc.org.br, no dia 21/05/2026 10:32, pela empresa Metdata Tecnologia da Informação Eirelli – 28.584.157/0003-92.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, custeados com recursos oriundos do Convênio nº 1261001588/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG e o Município de João Pinheiro/MG.

I - DA TEMPESTIVIDADE
De acordo com o item 2.1 do Edital aludido, o pedido de esclarecimento poderá ser enviado no prazo de "até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura das propostas". Portanto, deve ser o presente será considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

II - RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, por meio do seu Departamento de Compras e Licitações está realizando um procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 027/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, para que tem como finalidade a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, custeados com recursos oriundos do Convênio nº 1261001588/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG e o Município de João Pinheiro/MG.

Foram solicitados esclarecimentos no Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2026, e em suma, questionou o seguinte:
1º Questionamento quanto à exigência de resolução nativa mínima WXGA (1280x800). A empresa questiona se poderão ser aceitos projetores com resolução nativa XGA (1024x768), sob o argumento de que tais equipamentos atenderiam às necessidades operacionais da Administração.
2º Questionamento quanto à exigência de 02 (duas) entradas HDMI. A empresa questiona se poderão ser aceitos projetores equipados com apenas 01 (uma) entrada HDMI.

III – RESPOSTA AOS PEDIDOS:
Foi encaminhado os pedidos de esclarecimento para o setor solicitante, e recebemos as seguintes respostas.
1. Quanto à exigência de resolução nativa mínima WXGA (1280x800) "Não está correto o entendimento.
O Termo de Referência estabelece expressamente a exigência de resolução nativa mínima WXGA (1280x800), admitindo-se equipamentos com resolução superior, especificação definida durante a fase de planejamento da contratação e compatível com a finalidade pretendida pela Administração.
A exigência possui justificativa técnica e funcional, considerando que os equipamentos serão destinados às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, onde serão utilizados para apresentações pedagógicas, conteúdos multimídia, plataformas educacionais, videoconferências e demais atividades que demandam qualidade de imagem compatível com os padrões tecnológicos atualmente adotados.
A resolução WXGA apresenta área útil de projeção superior à resolução XGA, além de melhor compatibilidade com notebooks e conteúdos produzidos em formato widescreen (16:10 ou 16:9), amplamente utilizados no ambiente educacional contemporâneo. Importante destacar que a possibilidade de um projetor XGA reproduzir sinais em resoluções superiores por meio de processamento interno não altera sua resolução nativa, podendo ocorrer redução da qualidade de exibição em comparação aos equipamentos que efetivamente atendem à especificação mínima exigida. Além disso, a presente contratação é custeada com recursos oriundos do Convênio nº 1261001588/2025, destinado ao aparelhamento das unidades escolares municipais, sendo legítima a busca por equipamentos com padrão tecnológico mais atual, que proporcionem maior vida útil e reduzam o risco de obsolescência precoce.
Por fim, verifica-se que existem diversos fabricantes e modelos disponíveis no mercado que atendem à especificação exigida, não se identificando restrição indevida à competitividade ou direcionamento do certame.
Dessa forma, deverão ser ofertados equipamentos que possuam resolução nativa mínima WXGA (1280x800), não sendo aceitos equipamentos com resolução nativa XGA (1024x768)."

2. Quanto à exigência de 02 (duas) entradas HDMI
"Não está correto o entendimento.
O Termo de Referência estabelece como requisito mínimo a existência de 02 (duas) entradas HDMI, especificação definida em razão das necessidades operacionais das unidades escolares.
A utilização dos equipamentos ocorrerá em ambientes educacionais nos quais é comum a conexão de diferentes dispositivos, tais como notebooks, computadores, equipamentos de transmissão de conteúdo, dispositivos de streaming, câmeras documentais e outros recursos multimídia.
A existência de duas entradas HDMI proporciona maior flexibilidade operacional, permitindo a alternância entre dispositivos com maior praticidade e eficiência, sem a necessidade de constantes desconexões de cabos.
Embora o interessado mencione a possibilidade de utilização de switches, divisores ou adaptadores HDMI para suprir essa necessidade, tal alternativa transferiria à Administração custos adicionais não previstos originalmente, tanto para aquisição desses acessórios quanto para sua futura manutenção, reposição ou substituição.
Assim, a exigência de duas entradas HDMI visa garantir que o equipamento atenda integralmente à necessidade administrativa desde sua entrega, observando os princípios da economicidade, eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos na Lei nº 14.133/2021.
Ademais, trata-se de característica amplamente disponível em diversos modelos comercializados no mercado nacional, não havendo elementos que demonstrem restrição injustificada à competitividade. Dessa forma, deverão ser ofertados equipamentos que possuam, no mínimo, 02 (duas) entradas HDMI, não sendo aceitos equipamentos com apenas 01 (uma) entrada HDMI."

IV – FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com art. 5º da Lei 14.133/2021, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições.

Art. 164 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. "Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".

Parágrafo único da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Art. 5º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável,assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Diante das razões expostas, e com fulcro no Artigo 164 da Lei Federal 14.133/2021, apresento a resposta ao pedido esclarecimento requerido.

João Pinheiro, 25 de maio de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:34B86972

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2026-EMPRESA B2W INFORMATICA LTDA - 31495962000273**

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2026.

O pedido foi realizado na plataforma www.bnc.org.br, no dia 21/05/2026 13:08, pela empresa B2W INFORMATICA LTDA - 31495962000273.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, custeados com recursos oriundos do Convênio nº 1261001588/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG e o Município de João Pinheiro/MG.

I - DA TEMPESTIVIDADE
De acordo com o item 2.1 do Edital aludido, o pedido de esclarecimento poderá ser enviado no prazo de "até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura das propostas". Portanto, deve ser o presente será considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

II - RELATÓRIO
A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, por meio do seu Departamento de Compras e Licitações está realizando um procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 027/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, para que tem como finalidade a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, custeados com recursos oriundos do Convênio nº 1261001588/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG e o Município de João Pinheiro/MG.
Foram solicitados esclarecimentos no Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2026, e em suma, questionou o seguinte:
"1. Em qual campo ou local do sistema deverá ser anexado o comprovante da garantia de proposta, considerando que sua apresentação ocorre juntamente com a proposta inicial? 2.A análise da garantia de proposta será realizada antes da etapa de lances, como condição de participação no certame, impedindo a continuidade de licitantes que não a apresentarem? Está correto esse entendimento? 3.Considerando a vedação de identificação do licitante na fase inicial, quais mecanismos serão adotados para garantir o sigilo das informações constantes na garantia de proposta apresentada? 4.De que forma será realizada a devolução da garantia de proposta aos licitantes, conforme previsto no §2º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021? 5.Uma vez que a solicitação de garantia é ato discricionário da Administração, no presente processo licitatório que se trata de aquisição de produtos de baixa complexidade, realmente se faz necessário a apresentação de garantia de proposta uma vez que esta fará com que o preço fique mais caro e alguns itens as garantias serão irrisórias? 6.Solicitamos confirmar se a garantia de 1% deve ser calculada apenas sobre o valor estimado dos itens/lotes em que o licitante participará, e não sobre o valor global da contratação."

III – RESPOSTA AOS PEDIDOS:
Trata-se de pedido de esclarecimento apresentado por licitante interessado no certame em epígrafe, o qual passa a ser respondido nos seguintes termos:
1. DO CADASTRO DA GARANTIA DA PROPOSTA
Quanto ao questionamento referente ao campo para anexação/cadastro da garantia da proposta junto à plataforma BNC, esclarece-se que as orientações complementares deverão ser verificadas diretamente junto

à plataforma responsável pelo sistema eletrônico, conforme previsão expressa do edital:
"As informações complementares quanto ao cadastro da garantia da proposta, no sistema www.bnc.org.br, será através do WhatsApp (42) 3026-4555."

2. DA ANÁLISE DA GARANTIA DA PROPOSTA
Esclarece-se que a análise da garantia da proposta será realizada anteriormente à etapa de lances, considerando tratar-se de requisito de pré-habilitação, conforme previsão contida no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021:
"Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação."
Dessa forma, a ausência da garantia da proposta, quando exigida pelo instrumento convocatório, impede o regular prosseguimento da licitante no certame.

3. DO SIGILO DAS PROPOSTAS
O sigilo das propostas será preservado pelo próprio sistema eletrônico da plataforma BNC, em observância aos princípios da isonomia e competitividade, bem como às disposições editalícias e da Lei nº 14.133/2021.
Orienta-se, contudo, que os documentos anexados pelas licitantes não contenham elementos desnecessários que possibilitem sua identificação antes da fase apropriada do certame.

4. DA DEVOLUÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA
Nos termos do art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da declaração de fracasso da licitação:
"§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação."

5. DA LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA
A exigência de garantia da proposta possui expressa previsão legal no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, constituindo faculdade conferida à Administração Pública, visando assegurar a seriedade das propostas apresentadas e resguardar o interesse público.
O Tribunal de Contas da União também reconhece a legalidade da exigência da garantia da proposta quando prevista no edital e observados os limites legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

6. DA BASE DE CÁLCULO DA GARANTIA DA PROPOSTA
Esclarece-se que a garantia da proposta deverá incidir sobre o valor da contratação correspondente aos itens em que a licitante pretenda participar, observando-se o limite máximo de até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, conforme estabelece o art. 58, §1º, da Lei nº 14.133/2021:
"§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação."

Assim, considerando que o julgamento do certame ocorrerá por item, a garantia deverá observar os itens pretendidos pela licitante.

IV – FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com art. 5º da Lei 14.133/2021, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições.

Art. 164 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. "Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".

Parágrafo único da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Art. 5º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Diante das razões expostas, e com fulcro no Artigo 164 da Lei Federal 14.133/2021, apresento a resposta ao pedido esclarecimento requerido.

João Pinheiro, 25 de maio de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:B2529A46

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2026-EMPRESA B2W INFORMATICA LTDA - 31495962000273**

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2026.

O pedido foi realizado na plataforma www.bnc.org.br, no dia 21/05/2026 14:47, pela empresa B2W INFORMATICA LTDA - 31495962000273.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, custeados com recursos oriundos do Convênio nº 1261001588/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG e o Município de João Pinheiro/MG.

I - DA TEMPESTIVIDADE
De acordo com o item 2.1 do Edital aludido, o pedido de esclarecimento poderá ser enviado no prazo de "até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura das propostas". Portanto, deve ser o presente será considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

II - RELATÓRIO
A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, por meio do seu Departamento de Compras e Licitações está realizando um procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 027/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, para que tem como finalidade a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, custeados com recursos oriundos do Convênio nº 1261001588/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG e o Município de João Pinheiro/MG.

Foram solicitados esclarecimentos no Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2026, e em suma, questionou o seguinte:

"A) se a Administração reconhece a plena aplicabilidade do instituto do reequilíbrio econômico financeiro nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive em cenários de instabilidade global de insumos tecnológicos;
B) quais critérios, parâmetros e procedimentos serão adotados para análise de eventuais
pedidos de recomposição da equação econômico-financeira, especialmente em situações de variação relevante e comprovada nos custos de componentes essenciais;
C) quais meios de prova serão admitidos para demonstração do desequilíbrio, em especial a utilização de documentação de mercado, cotações de fabricantes, comunicados oficiais de fornecedores, relatórios setoriais e demais evidências idôneas;
D) se há diretrizes específicas quanto à análise de casos em que a alteração de custos
decorra de fenômenos globais sistêmicos, como a atual crise da cadeia de semicondutores."

III – RESPOSTA AOS PEDIDOS:
Em atenção ao Pedido de Esclarecimento formulado pela empresa B2W INFORMÁTICA, esta Pregoeira passa a responder os questionamentos apresentados nas alíneas A, B, C e D, nos seguintes termos:

ALÍNEA A – Da aplicabilidade do reequilíbrio econômico-financeiro

A Administração reconhece a plena aplicabilidade do instituto do reequilíbrio econômico-financeiro, nos exatos termos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, e conforme expressamente previsto na Cláusula Sétima, item 7.10, da Minuta de Contrato integrante deste Edital (Anexo V), que assim dispõe:

"Fica assegurado ainda o direito ao equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato."

Registre-se que o direito ao equilíbrio econômico-financeiro encontra assento constitucional no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, sendo reafirmado pela Lei nº 14.133/2021 em seus arts. 6º, inciso LIII, e 92, inciso V.

Esclarece-se, contudo, que o reconhecimento da aplicabilidade do instituto é de caráter geral e abstrato, não implicando, neste momento pré-contratual, qualquer pronunciamento da Administração sobre situações concretas, fáticas ou mercadológicas específicas mencionadas no pedido, as quais, se e quando configuradas após a celebração do contrato, deverão ser devidamente comprovadas e analisadas à luz dos requisitos legais.

ALÍNEA B – Dos critérios, parâmetros e procedimentos para análise de pedidos de recomposição

Nos termos do item 7.10.1 da Minuta de Contrato, o equilíbrio econômico-financeiro fica condicionado ao pedido formal e à demonstração objetiva do desequilíbrio pela contratada. O item 7.10.2 estabelece que os pedidos serão respondidos no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida prorrogação motivada por igual período, e o item 7.11 determina que o eventual reequilíbrio será formalizado por meio de Termo Aditivo.

Para fins de análise, a Administração verificará o atendimento dos seguintes requisitos cumulativos, nos termos da legislação vigente:

(i) ocorrência de fato superveniente à apresentação da proposta, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021;
(ii) nexo de causalidade entre o fato alegado e o efetivo impacto nos custos da execução;
(iii) comprovação documental do desequilíbrio, com a demonstração da equação econômico-financeira original e a variação dela decorrente;
(iv) que o evento alegado não se enquadre nos riscos ordinários do negócio assumidos pelo contratado, por força do art. 121 da Lei nº 14.133/2021 e do item 9.13 da Minuta de Contrato.

"O TCU possui entendimento consolidado de que a mera alegação de aumento de custos não é suficiente para justificar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo à contratada demonstrar, de forma objetiva e documental, a efetiva ocorrência de fato imprevisível ou de consequências incalculáveis capazes de tornar a execução excessivamente onerosa, conforme disposto no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021 e em precedentes da Corte de Contas, tais como os Acórdãos 1.085/2015-Plenário

ALÍNEA C – Dos meios de prova admitidos para demonstração do desequilíbrio

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, incumbe ao contratado o ônus de comprovar os fatos que fundamentam o pedido de reequilíbrio. A Administração admitirá, para fins de instrução do pedido, documentação idônea que comprove objetivamente a variação de custos, podendo incluir, entre outros:

— Notas fiscais de aquisição dos insumos, anteriores e posteriores ao evento alegado;
— Cotações e propostas comerciais de fornecedores, devidamente datadas;
— Comunicados oficiais de fabricantes ou distribuidores;
— Tabelas e índices de preços de entidades setoriais reconhecidas;
— Relatórios e publicações técnicas de órgãos oficiais ou de notória especialização;
— Planilha comparativa de custos demonstrando a equação original e o novo patamar de preços.

A aceitação dos documentos apresentados estará condicionada à sua pertinência, contemporaneidade e suficiência para comprovar o efetivo impacto nos custos, cabendo à Administração a análise e valoração das provas em cada caso concreto, observado o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133/2021, que exige motivação expressa para os atos decisórios da Administração em matéria contratual.

Conforme entendimento do TCU, o reequilíbrio econômico-financeiro exige demonstração analítica da efetiva alteração dos custos contratuais, mediante documentação idônea capaz de comprovar a ocorrência de álea extraordinária e extracontratual.

ALÍNEA D – Da análise de casos decorrentes de fenômenos globais sistêmicos

O Edital não prevê diretrizes específicas diferenciadas para situações decorrentes de fenômenos globais. A análise de eventual pedido de reequilíbrio fundado em crise sistêmica de mercado seguirá os mesmos critérios legais e procedimentais aplicáveis a qualquer hipótese de recomposição, conforme respondido nas alíneas anteriores.

Esclarece-se que a alegação de crise sistêmica, por si só, não é suficiente para caracterizar o desequilíbrio contratual, sendo indispensável a demonstração individualizada e documentada do impacto concreto nos custos da futura contratada, bem como a comprovação de que tais variações excedem os riscos ordinários do negócio e os limites da álea econômica normal.

Acresce-se, ainda, que, conforme disposto no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I), a entrega dos bens deverá ocorrer em remessa única, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento – NAF. Tal circunstância é de conhecimento prévio de todos os interessados, uma vez que integra o instrumento convocatório publicado em sua integralidade. Dessa forma, o licitante, ao formular sua proposta, já tem plena ciência das condições de execução contratual, incluindo o prazo e a modalidade de entrega, devendo incorporar tais fatores na precificação e na avaliação dos riscos assumidos, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021 e do item 9.13 da Minuta de Contrato. O cenário de mercado descrito no pedido de esclarecimento, por ser amplamente

divulgado e de conhecimento público anterior à abertura do certame, não pode ser invocado como fato imprevisível superveniente à proposta.

As presentes respostas não alteram as condições estabelecidas no Edital, na forma do item 2.5 do instrumento convocatório, sendo divulgadas no sítio eletrônico www.joaopinheiro.mg.gov.br e na plataforma www.bnc.org.br.

IV – FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com art. 5º da Lei 14.133/2021, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições.

Art. 164 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. "Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".

Parágrafo único da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Art. 5º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Diante das razões expostas, e com fulcro no Artigo 164 da Lei Federal 14.133/2021, apresento a resposta ao pedido esclarecimento requerido.

João Pinheiro, 25 de maio de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:FF1C3AAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE APOSTILAMENTO 001/2026 AO TERMO DE FOMENTO 001/2026

O **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, com sede na Praça Coronel Hermógenes, nº 60, Centro, João Pinheiro/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Gláucon Cézar Cardoso**, e **ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, inscrito no CNPJ sob nº 05.669.731/0001-48 com sede na Rua Capitão Sancho, nº 143 – Centro, João Pinheiro-MG, representado por seu Presidente **PEDRO LUIZ DA SILVA**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº 561.xxx.xxx-04, residente e domiciliado na Rua Paulo Afonso, nº 382, Bairro Esplanada, João Pinheiro-MG, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** ao Termo de Fomento nº 001/2026, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração da redação da Cláusula Quinta, item 5.5, do Termo de Fomento nº 001/2026, para correção da conta na qual serão efetuados os repasses financeiros pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
O item 5.5 da Cláusula Quinta passa a vigorar com a seguinte redação: "5.5 Os pagamentos realizados pelo MUNICÍPIO ao ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO com recursos ordinários desse Termo de Fomento serão movimentados na conta bancária da Caixa Econômica Federal, conta corrente nº 000576773179-5, agência 1818, por meio depósitos bancários."

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento nº 001/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ASSINATURAS
Para fins de regularidade formal e acompanhamento da execução da parceria, passa a constar como signatária a gestora indicada na cláusula anterior.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Apostilamento.

João Pinheiro/MG, 25 de maio de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal
Município de João Pinheiro-MG

JESSINAIDER HELENA COUTO LIMA LOPES
Secretária Municipal do Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social

PEDRO LUIZ DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Edilma Pacheco da Costa
Código Identificador:54DE4362

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

EXTRATOS DE CONVÊNIOS E PROCESSOS SELETIVOS
TERMO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO -UNIFATECIE

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO – ESTÁGIO OBRIGATÓRIO, Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Lagoa da Prata e o Centro Universitário UNIFATECIE. O Objeto do presente termo de Convênio é a cessão, pela conveniada, de ambiente profissional para realização de visitas técnicas presenciais e estágios obrigatórios, mediante celebração de instrumentos jurídicos apropriados para cada situação, que serão instituídos de acordo com o objeto social da empresa em consonância com o curso acadêmico, a serem desenvolvidos pelos acadêmicos dos cursos da UNIFATECIE nas dependências da conveniada. VIGÊNCIA: 05 anos DATA: 19/05/2026.

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:3484BFDD

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
JUSTIFICATIVA DE AUSENCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO AUTISMO E POSSIBILIDADES (PROCESSO ADMINISTRATIVO 038/2026)

JUSTIFICATIVA

Venho por meio deste, justificar a ausência de Chamamento Público para celebração de parceria através de Termo de Fomento com a

Associação Autismo e Possibilidades – ASAP, nos termos do art. 29 da lei 13.019/2014 e art. 24, §7º do Decreto Municipal 304/2016, para atender à Emenda Impositiva da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG previamente destinada a referida entidade, pelos motivos a seguir descritos:

De acordo com o artigo 29 da lei 13.019/*2014 "Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público..."* e ainda de acordo com o art. 24, §7º do Decreto Municipal 304/2016 "*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais, serão celebrados sem chamamento público..."*

Sendo assim, verifica-se a que celebração da parceria sem Chamamento Público, se enquadra na base jurídica supracitada, tendo em vista que está prevista na emenda impositiva da Câmara Municipal com indicação especifica à entidade, a saber:

"*Projeto/ativ.: 7025 – EP – Repasse para a Associação Autismo e Possibilidades – ASAP de Lagoa da Prata - 4450.42 – Auxílios a Associação Autismo e Possibilidades – ASAP, inscrita no CNPJ n. 23.891.163/0001-07, no valor de R$ 19.000,00 (Dezenove mil reais)"*

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração direta do Termo de Fomento, dispensado de Chamamento Público, conforme art. 29, Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 24, § 7º do Decreto Municipal 304/2016.

Lagoa da Prata, 26 de Maio de 2026.

SABRINA ELEN DE NOVAES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Matheus Firmino Ferreira
Código Identificador:F1FC7241

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 006/2024** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.**

Leticia Rodrigues Santos Silva
Arthur Gabriel Silva

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

Os candidatos que não se apresentarem dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **26/05/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:9FD8C596

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

Errata e Prorrogação do Pregão Eletrônico nº 024/2026, para o dia 15/06/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de serviços mensais de conexão de fibra óptica e transmissão de dados na modalidade LAN-TO-LAN entre os locais de rede da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, incluindo circuitos de dados, equipamentos e serviços de instalação e manutenção. A errata na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/

ANDRÉ LUIZ FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:D419B398

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 070/2022 – CREDENCIAMENTO Nº 007/2021

Partes: Município de Lagoa Santa e **BANCO SANTANDER S.A** - CNPJ: 90.400.888/0001-42

Finalidade: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c à cláusula segunda do contrato**.**

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:FF725C79

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
87ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025 – ENTREGA DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO, PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO REFERIDO EDITAL 001/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 28/05/2026
Horário: 9h

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos **originais e cópias simples**:
a)Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) Titulo de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
d) Cartão PIS ou PASEP;
e) Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
f) Certidão de nascimento ou casamento;
g) Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
h) Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
i) Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
j)Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);

k)Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
l) Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
m) 01 foto 3x4 recente;
n) Comprovante, conforme declarado no momento da inscrição, da experiência profissional remunerada, no desempenho de atribuições compatíveis com a função pública temporária pretendida, por meio de declaração original expedida em papel timbrado, com carimbo e assinatura da autoridade responsável, ou por outro documento inequívoco de comprovação, o qual poderá ser auditado;

CLASS.	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
15	LEONARDO RODRIGUES DA SILVA	Professor B - Português	26/05/26	
16	SANDRA ALVES	Professor B - Português	26/05/26	
17	ANTÔNIO PEDRO DE SOUZA	Professor B - Português	26/05/26	
28	GIANE MARIA DE JESUS LACERDA	Professor B - Geografia	26/05/26	
44	BRUNA NASCIMENTO CAIRES MARINHO	Professor B - Matemática	26/05/26	
64	THAIS MARTINS MACHADO	Professor B – Educação Física	26/05/26	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:66395A78

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.043, DE 20 DE MAIO DE 2026.

Altera a redação dos Decretos Municipais nº 5.671, de 16 de julho de 2025, nº 5.858, de 22 de dezembro de 2025 e nº 5.859, de 22 de dezembro de 2025 e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo das atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando que o art. 38, § 7º, da Lei Municipal nº 2.759, de 2007 prevê a averbação do regulamento de uso das vias e espaços públicos concedidos à margem do registro do loteamento, em consonância com o art. 246 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

DECRETA:

Art. 1º O art. 9º do Decreto Municipal nº 5.671, de 16 de julho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 9º** Até 30 (trinta) dias após a averbação do regulamento de uso nas matrículas dos lotes, a associação deverá apresentar ao Poder Público a matrícula atualizada do loteamento, com a averbação do regulamento de uso das vias e espaços públicos concedidos, conforme o Provimento Conjunto nº 93/2020 do TJMG e o art. 246 da Lei de Registros Públicos*."

Art. 2º O art. 9º do Decreto Municipal nº 5.858, de 22 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 9º** Até 30 (trinta) dias após a averbação do regulamento de uso nas matrículas dos lotes, a associação deverá apresentar ao Poder Público a matrícula atualizada do loteamento, com a averbação do regulamento de uso das vias e espaços públicos concedidos, conforme o Provimento Conjunto nº 93/2020 do TJMG e o art. 246 da Lei de Registros Públicos*."

Art. 3º O art. 9º do Decreto Municipal nº 5.859, de 22 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 9º** Até 30 (trinta) dias após a averbação do regulamento de uso nas matrículas dos lotes, a associação deverá apresentar ao Poder Público a matrícula atualizada do loteamento, com a averbação do regulamento de uso das vias e espaços públicos concedidos, conforme o Provimento Conjunto nº 93/2020 do TJMG e o art. 246 da Lei de Registros Públicos*."

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições dos Decretos Municipais nº 5.671, de 2025, nº 5.858, de 2025 e nº 5.859, de 2025.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 20 de maio de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:28C0736A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.044, DE 21 DE MAIO DE 2026.

Altera a redação do Decreto Municipal nº 6.031, de 13 de maio de 2026, que dispõe sobre servidores municipais aprovados no estágio probatório (Concurso Público nº 001/2018), e da outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º, do Decreto nº 6.031, de 13 de maio de 2026, passa a vigorar com a seguinte alteração:

***"Art. 1º**(...).*

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Admissão*
(...)	*(...)*	*(...)*	*(...)*
289101	*Edivânia Dionizia Alves*	*Auxiliar de Serviços Gerais*	*12/05/2023*
(...)	*(...)*	*(...)*	*(...)*

(...)."

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 6.031, de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 21 de maio de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:7F590D38

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.995, DE 21 DE MAIO DE 2026.

Altera a redação da Portaria nº 1.968, de 31 de março de 2026, que Institui e nomeia membros para compor a Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 001/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo de suas atribuições conferidas no art. 68, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º, da Portaria nº 1.968, de 31 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º*(...).*

(...)

III - *Ivan Gomes Trindade – matrícula nº 292299 – representante Diretoria Municipal de Esporte e Lazer;*

IV - *Roque Sousa Santos – matrícula nº 291020 – representante Diretoria Municipal de Esporte e Lazer:*

(...).''

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 1.968, de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 21 de maio de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:45531DE7

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
DECISÃO RECURSAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **DECISÃO RECURSAL** enviada à **MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**. – CNPJ: 21.681.325/0001-57 **–** Ata ARP Nº 059/2025. A **decisão** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **424/2026.** Em **26/05/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:3E2778E5

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
DECISÃO RECURSAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **DECISÃO RECURSAL** enviada à **ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** – CNPJ: **03.945.035/0001-91 –** Ata de Registro de Preços Nº 030/2025. A **Decisão** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **6662/2025.** Em **26/05/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:87298E35

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à **USUAI PRODUTOS DE LIMPEZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI** – CNPJ: 15.258.381/0001-80 **–** Ata de Registro de Preços Nº 165/2025. A **Intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1031/2026.** Em **26/05/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:A7F4693D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LARANJAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 069/2026.

NOMEIA ADVOGADO ADJUNTO DO MUNICIPIO.

O Prefeito Municipal de Laranjal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, Constituição do Estado de Minas Gerais e Lei Orgânica do Município de Laranjal.

Resolve:

Art. 1º - Fica NOMEADO, a partir do dia 26 de maio de 2026, para o cargo eletivo de **ADVOGADO ADJUNTO DO MUNICIPIO** titular**,** o senhor **HENRIQUE SPINOLA ARAUJO MARZOQUE.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

Laranjal, 26 de maio de 2026

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito de Laranjal

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:3EDD8BD1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEME DO PRADO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA.

Município de Leme do Prado-MG. Processo nº. 017/2026. Pregão Eletrônico nº. 005/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal, destinado à manutenção dos atendimentos das unidades de saúde e demais serviços vinculados à secretaria municipal de saúde do município de Leme do Prado/MG**.** Tendo em vista que após transcorrido o prazo para envio de documentos de habilitação e constatado que nenhuma empresa apresentou toda documentação necessária para habilitação, fica declarado fracassado o processo licitatório descrito acima.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:B1564CDF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Leme do Prado-MG torna público a adjudicação e homologação do Processo nº. 0019/2026. Concorrência Eletrônica nº. 0002/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra de construção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais de Interesse Social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV / FNHIS Sub 50, conforme

projetos técnicos, planilhas orçamentárias, cronograma físicofinanceiro, memorial descritivo e demais documentos que integram o presente processo administrativo, vinculado ao Termo de Compromisso nº 9923812025, celebrado entre o Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o Município de Leme do Prado/MG. Empresa contratada: Consan Construções e Saneamento Ltda, CNPJ: 28.209.305/0001-27, com valor global de R$ 2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil reais). Data da Adjudicação: 18/05/2026. Data da Homologação: 20/05/2026.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:CD990517

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030 E 031 DE 2026

Município de Leme do Prado/MG. Processo nº. 015/2026. Pregão Eletrônico nº. 004/2026. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos para manutenção das unidades médicas e postos de saúde do município de Leme do Prado/MG. Empresas detentoras: Ata 019/2026: 57.156.070 Mairlan Oliveira do Nascimento, com valor global de R$: 4.082,00; Ata 020/2026: Anvax Company Higiene e Perfumaria Ltda, com valor global de R$: 5.985,00; Ata 021/2026: Athena Comercio de Produtos Odontologicos Medicos e Hospital, com valor global de R$: 1.734,00; Ata 022/2026: Dental Maria Ltda, com valor global de R$: 352,80; Ata 023/2026: Dental Prime Produtos Odontológicos Medicos Hospitalares Ltda, com valor global de R$: 3.189,60; Ata 024/2026: Diabéticos Eirelli, com valor global de R$: 10.124,45; Ata 025/2026: Distribuidora de Produtos e Equipamentos Odontologicos Ltda, com valor global de R$: 3.434,90; Ata 026/2026: Duarte Dental, com valor global de R$: 41.848,05; Ata 027/2026: Edilson Aparecido da Silva, com valor global de R$: 2.924,50; Ata 028/2026 F V P Coelho, com valor global de R$: 6.806,75; Ata 029/2026 Maquira Industria de Produtos Odontologicos S.A, com valor global de R$: 2.279,00, Ata 030/2026: Moreira & Xavier Distribuidora de Materiais Odontologicos Ltda, com valor global de R$: 15.052,12 e Ata 31/2026: Zenith Ltda**,** com valor global de R$ 9.090,00. Vigência: 11/05/2026 a 11/05/2027.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:2E2C46A0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS 32, 33 DE 2026.

Município de Leme do Prado/MG. Processo nº. 016/2026. Pregão Presencial nº. 002/2026. Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no ramo de transporte para prestação de serviços de transporte de feirantes da zona rural para feira livre da sede do município de Leme do Prado/MG. Detentoras: Ata 32/2026 Jose Murilo de Jesus, com valor global de R$: 77.000,00. Ata 33/2026 Tiziu Transportes e Locação Ltda, com valor global de R$:50.750,00. Vigência: 11/05/2026 a 11/05/2027.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:D5F2D71F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS 34 E 35 DE 2026.

Município de Leme do Prado/MG. Processo nº. 023/2026. Pregão Eletrônico nº. 006/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, destinados ao atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde do município de Leme do Prado/MG, especialmente aos usuários do sistema único de saúde (SUS). Detentoras: Ata 34/2025: CELULA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA, com valor global de R$: 71.030,34, Ata 35/2025 SANTIAGO & VILELA MEDICINA LABORATORIAL S/C LTDA – ME, com valor global de R$:75.255,05. Vigência: 21/05/2026 a 21/05/2027.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:32908B1A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2026

Município de Leme do Prado-MG. Processo nº. 0019/2026. Concorrência Eletrônica nº. 0002/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra de construção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais de Interesse Social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV / FNHIS Sub 50, conforme projetos técnicos, planilhas orçamentárias, cronograma físicofinanceiro, memorial descritivo e demais documentos que integram o presente processo administrativo, vinculado ao Termo de Compromisso nº 9923812025, celebrado entre o Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o Município de Leme do Prado/MG. Empresa contratada: Consan Construções e Saneamento Ltda, CNPJ: 28.209.305/0001-27, com valor global de R$ 2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil reais). Assinatura: 26/05/2026. Vigência: 27/05/2026 a 17/01/2028.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:4810C664

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG E A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA – A.A.P.I.

Por este instrumento de Termo de Aditamento que celebram entre si de um lado, o **MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.733.643/0001-47, com sede na Rua Lucas Augusto, n.º 68, Centro, Leopoldina/MG, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ**, CPF n.º XXX.922.936-XX, residente e domiciliado em Leopoldina, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, com a anuência da Secretaria Municipal de Educação, devidamente representada pela Sra. **LÚCIA LOPES HORTA**, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA – A.A.P.I.**, com sede na Praça Professor Botelho Reis n.º 56, bairro Rosário, em Leopoldina/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.732.306/0001-35, neste ato representada pela **COMISSÃO INTERVENTORA, INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL N.º 5.490, DE 31 DE MARÇO DE 2025,** doravante denominado simplesmente **ENTIDADE**, Lei Federal n.º 13.019/2014, Decreto Municipal n.º 4.300/2017, ficam estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O aditivo em epígrafe tem por objeto:

1.1) Alterar a vigência do Termo de Colaboração 01/2026, de modo que a CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Colaboração terá **vigência até 30 de abril de 2027**, a contar de 01/05/2026. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do termo inicialmente previsto, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO
2.1) O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da publicação do seu extrato no diário oficial.
2.2) O Município providenciará a publicação da íntegra desse termo aditivo no seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Fomento original e aditivos. E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Termo, em 2 (duas) vias de igual teor, valor e forma, que são assinadas pelas partes, e testemunhas abaixo.

Leopoldina, 26 de maio de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Município de Leopoldina

LÚCIA LOPES HORTA
Gestora da Parceria

COMISSÃO INTERVENTORA
Decreto Municipal N.º 5.490, de 31 de Março de 2025

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:
Assinatura:

Nome:
CPF:
Assinatura:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:
Atendendo as determinações contidas na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, e ao Decreto Municipal nº 4.300/2017, aprovo esta minuta.

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-geral do Município
OAB/MG Nº. 109.595

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:1055CE2A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO N° 023/2026

PROCESSO Nº 110.608/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer da Técnico nº 50/2026, **AUTORIZA** a Senhora **VERA LÚCIA DA PAZ DO PATROCÍNIO,** a proceder a poda de um indivíduo arbóreo de espécie nativa Piorreira *(Guarea guidonia),* localizado na Rua José Ferreira de Mendonça Filho, s/n, do Distrito de Piacatuba, indeferida a supressão do mesmo indivíduo.

Leopoldina, MG, 20 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

*****A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e legislação municipal específica proíbem a destruição ou danificação de árvores em floração, frutificação e com ninhos e abrigos da fauna silvestre, se no ato da intervenção forem identificadas estas condições, devendo a mesmo ser interrompida imediatamente.

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:3AD05437

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO N° 024/2026

PROCESSO Nº 049.0884/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer da Técnico nº 53/2026, **AUTORIZA** o Senhor AILTON GALITO DE OLIVEIRA a proceder a supressão de um indivíduo arbóreo desvitalizado, não possível de identificação biológica precisa, localizado na Avenida Getúlio Vargas, lote 077, Praça da Bandeira, tendo como medida compensatória o plantio no mesmo local ou, na impossibilidade, a doação a Secretaria de Meio ambiente de 03 (três) mudas de espécies frutíferas nativas, medindo cada uma, no mínimo, 1,5 metros e altura.

Leopoldina, MG, 25 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

*****A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e legislação municipal específica proíbem a destruição ou danificação de árvores em floração, frutificação e com ninhos e abrigos da fauna silvestre, se no ato da intervenção forem identificadas estas condições, devendo a mesmo ser interrompida imediatamente.

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:833261F5

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO N° 025/2026

PROCESSO Nº 126.936/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer da Técnico nº 54/2026, **AUTORIZA** a Senhora **AMANDA XAVIER DE ALMEIDA** a proceder a poda de 1 (um) indivíduo arbóreo de espécie exótica Flamboyant, localizado na Rua Lurdes Rocha, nº 235, Bairro Alto do Cemitério.

Leopoldina, MG, 26 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

*****A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e legislação municipal específica proíbem a destruição ou danificação de árvores em floração, frutificação e com ninhos e abrigos da fauna silvestre, se no ato da intervenção forem identificadas estas condições, devendo a mesmo ser interrompida imediatamente.

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:5F86565D

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DECRETO Nº 5.645, DE 21 DE MAIO DE 2026

Regulamenta a Lei Federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação, conforme especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação da Controladoria-Geral do Município de Leopoldina, informando sobre a necessidade de regulamentação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI);

CONSIDERANDO a Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Minas Gerais nº 05, de 10 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO que a Constituição da República consagra os princípios da publicidade e da transparência na Administração Pública, assegurando a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo (art. 1°, caput, c/c o art. 5º, inciso XXXIII, art. 37, caput, e § 3º, II);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), reforça esses comandos constitucionais, estabelecendo a divulgação de informações de forma proativa como regra e a promoção da cultura da transparência na Administração Pública;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este decreto regulamenta a Lei Federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas a serem observados por seus órgãos e entidades, bem como pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos do Município para a realização de atividades de interesse público, visando a garantir o direito de acesso à informação, conforme especifica.

Parágrafo único. O direito de acesso à informação de que trata este decreto não exclui outras hipóteses de garantia porventura previstas na legislação municipal.
Art. 2º. Os órgãos e entidades municipais assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, mediante a adoção de procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios que regem a Administração Pública e as diretrizes previstas nos artigos 3º e 4º deste decreto.

Art. 3º. Os procedimentos previstos neste decreto devem ser executados em conformidade com as seguintes diretrizes:

I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública;
V – desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

Art. 4º. Cabe aos órgãos e entidades municipais, observadas as normas e procedimentos previstos neste decreto, assegurar:

I – a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
II – a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;
III – a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 5º. O acesso à informação previsto neste decreto compreende, entre outros, os direitos de obter:

I – orientação sobre os procedimentos para a obtenção de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação desejada;
II – informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pelos órgãos ou entidades municipais, recolhidos ou não a arquivos públicos;
III – informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com os órgãos ou entidades municipais, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
IV – informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
V – informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades municipais, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
VI – informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e a contratos administrativos;
VII – informação relativa:
a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades municipais, bem como metas e indicadores propostos;
b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Art. 6º. Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I – informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
II – dados processados: aqueles submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
III – documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
IV – informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, bem assim aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
V – informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
VI – tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
VII – disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
VIII – autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
IX – integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
X – primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
XI – informação atualizada: informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam;
XII – documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

CAPÍTULO II
DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 7º. Compete aos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo municipal, observadas as normas e procedimentos
específicos aplicáveis, assegurar a:

I – gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
II – proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

III – proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 8º. O acesso à informação de que trata este decreto compreende, entre outros, os direitos de obter:
I – orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
II – informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública municipal, recolhidos ou não a arquivos públicos;
III – informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com os órgãos ou entidades da Administração Pública municipal, mesmo após a cessação do vínculo;
IV – informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
V – informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública municipal, inclusive as relativas a sua política, organização e serviços;
VI – informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos;
VII – informação relativa:
a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicos, bem como metas e indicadores propostos;
b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§1º. O acesso à informação previsto no caput deste artigo não compreende as informações relativas a investigações, auditorias ou processos assemelhados em andamento, bem como aquelas que possam comprometer a segurança de pessoas físicas, da sociedade e do Estado.
§2º. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§3º. O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas, utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo, será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§4º. A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos
órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo municipal, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares previstas neste Decreto e nos termos da Lei Complementar nº 15/2010.

§5º. Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer a Controladoria-Geral do Município a abertura de sindicância para apurar o o estado da respectiva documentação.

§6º. Verificada a hipótese prevista no §5º deste artigo, o responsável pela
guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

§7º. Caberá aos Secretários Municipais e aos dirigentes das entidades descentralizadas adotar as medidas cabíveis na hipótese de as pessoas jurídicas de direito privado, com as quais se tenha celebrado qualquer tipo de ajuste, se recusarem injustificadamente a fornecer informações quando demandadas.

Art. 9º. O Executivo municipal promoverá, independentemente de requerimentos, a divulgação, no sítio eletrônico da Prefeitura de Leopoldina, de informações de interesse coletivo ou geral, contendo, no mínimo:

I – registro das competências e estrutura organizacional dos órgãos e entidades de sua Administração Direta e Indireta, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
II – registros de repasses ou transferências de recursos financeiros;
III – registros das despesas;
IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;
VI – respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.

§1º. Caberá a todos os órgãos e entidades descentralizadas apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias a Controladoria-Geral do Município as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo que, na data da edição deste Decreto, ainda não se encontrem disponibilizadas no sitio eletrônico da Prefeitura de Leopoldina.
§2º. Os Secretários Municipais e dirigentes das entidades descentralizadas respondem pelo teor, integralidade e autenticidade das informações repassadas a Controladoria-Geral do Município.

§3º. Os secretários municipais e equivalentes, bem como os dirigentes das entidades descentralizadas, deverão encaminhar, até o dia 20 (vinte) de cada mês, se dia útil, ou até o primeiro dia útil subsequente, os dados necessários para a atualização das informações mencionadas nos incisos do caput deste artigo.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
SEÇÃO I
DO PEDIDO DE ACESSO

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo, por meio do setor de atendimento da Ouvidoria do Município existente na sede da Prefeitura Municipal de Leopoldina ou através de seu sítio eletrônico.

§1º. O pedido de acesso à informação mencionado no caput deste artigo
deverá conter:

I – nome completo do requerente;
II – número de documento de identificação válido;
III – especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;
IV – endereço físico ou eletrônico e números de telefone do requerente.

§2º. Caso o pedido de acesso à informação deixe de conter algum dos requisitos constantes do §1º deste artigo, será concedido ao requerente o prazo de 15 (quinze) dias para complementação dos dados faltantes, sob pena de arquivamento da demanda.

§3º. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

§4º. A Ouvidoria do Município fornecerá ao requerente, na hipótese de atendimento presencial, formulário para realização do pedido de informação.

§5º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I – genéricos;
II – desproporcionais ou desarrazoados;
III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

§6º. Na hipótese do disposto no inciso III do §5º deste artigo, o órgão ou
entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

§7º. As entidades da Administração Municipal Indireta deverão dispor de meios próprios para recebimento dos pedidos de acesso a informações.

Art. 11. Caso a informação solicitada não se encontre acessível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Leopoldina e não seja possível a concessão de seu acesso imediato, a Ouvidoria do Município deverá diligenciar, por meio de ofício ou sistema próprio, junto aos órgãos ou entidades descentralizadas para, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, alternativamente:

I – comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a
reprodução ou obter a certidão;
II – indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;
III – comunicar que o fornecimento da informação pretendida não é de competência do Poder Executivo municipal, indicando, se for de seu conhecimento, o órgão ou a entidade pertencente a outro ente ou esfera de poder competente para tal.

§1º. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa encaminhada à Ouvidoria do Município, fato de que será cientificado o requerente.

§2º. A Ouvidoria do Município competirá notificar o requerente, via correio eletrônico ou via postal, com aviso de recebimento, em até 5 (cinco) dias após o encaminhamento da resposta pelo órgão ou entidade demandado na forma do caput deste artigo.

§3º. O prazo previsto no caput deste artigo somente começará a fluir se presentes todos os requisitos previstos no §1º do art. 10 deste decreto.

§4º. Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade responsável poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

§5º. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente será informado sobre a possibilidade de interpor recurso, bem como sobre os prazos e condições para tal, devendo, ainda, ser-lhe indicada à autoridade competente para sua apreciação, nos termos previstos neste decreto.

§6º. Quando a informação for armazenada em formato digital, ela será fornecida exclusivamente nesse formato.

§7º. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, digital ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

Art. 12. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, será oferecida a consulta de cópia, com certificação de que essa confere com o original.

Parágrafo Único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar por meio escrito que, a suas expensas e sob supervisão de agente público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

SEÇÃO II
DOS RECURSOS

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

§1º. O recurso será dirigido ao agente que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, podendo, na mesma oportunidade, rever sua decisão.
§2º. Apresentada a manifestação prevista no § 1º ou transcorrido o prazo sem a sua apresentação, o recurso previsto neste artigo deverá ser julgado no prazo de 10 (dez) dias contados da manifestação apresentada ou do transcurso do prazo sem a sua apresentação, conforme o caso, pela autoridade imediatamente superior ao agente público que exarou a decisão impugnada.

§3º. Caso o acesso à informação tenha sido negado diretamente por decisão proferida por Secretário Municipal ou equivalente, ou por dirigente de entidade descentralizada, o recurso previsto neste artigo será dirigido à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os prazos previstos nos §§1º e 2º deste artigo.

Art. 16. Indeferido o recurso previsto no §2º do art. 15 deste decreto, caberá recurso a Controladoria-Geral do Município, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência da decisão, nas seguintes hipóteses:

I – quando o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;
II – quando a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
III – quando os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos neste Decreto não tiverem sido observados;
IV – quando estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos neste decreto.

§1º. Interposto o recurso previsto neste artigo, a autoridade que exarou a decisão impugnada será intimada, pela Controladoria-Geral do Município, para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias.

§2º. Apresentada a manifestação prevista no § 1º ou transcorrido o prazo sem a sua apresentação, o recurso previsto neste artigo deverá ser julgado no prazo de 10 (dez) dias contados da manifestação apresentada ou do transcurso do prazo sem a sua apresentação, conforme o caso.

§3º. Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral do Município determinará ao órgão ou entidade responsável pela informação que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto neste decreto.

§4º. Mantida pela Controladoria-Geral do Município a decisão proferida pelo Secretário municipal ou equivalente ou pelo dirigente de entidade descentralizada no julgamento do recurso previsto no §2º do art. 14 deste decreto, caberá, ainda, recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão pelo recorrente.
§5º. O recurso previsto no §4º deste artigo deverá ser julgado no prazo de 15 (quinze) dias contados do seu recebimento.

Art. 17. O interessado poderá apresentar pedido de reconsideração solicitando a desclassificação da informação classificada como sigilosa, mediante requerimento a ser dirigido à autoridade responsável pela apreciação.

Parágrafo único. Caso seja negado o pedido previsto no caput deste artigo,
poderá o interessado, no prazo de 10 (dez) dias contados da decisão, recorrer à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para o julgamento do recurso.

Art. 18. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, ao procedimento de que trata este capítulo.

CAPÍTULO IV
DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

§1º. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

§2º. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 20. O disposto neste decreto não exclui as hipóteses legais de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional e segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial, decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.

SEÇÃO II
DA CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO

Art. 21. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:
I – colocar em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional, que, por qualquer razão, sejam de conhecimento de agentes públicos municipais;
II – prejudicar ou por em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais, que, por qualquer razão, sejam de conhecimento dos agentes públicos municipais;
III – colocar em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
IV – oferecer, ainda que indiretamente, elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
V – prejudicar ou causar risco a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico;
VI – colocar em risco a ordem pública, a segurança de instituições ou de autoridades municipais e seus familiares;
VII – comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 22. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, será classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§1º. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput deste artigo, são os previstos no §1º do art. 24 da Lei nº 12.527/11, observado, ainda, o disposto nos §§3º e 4º do referido dispositivo.

§2º. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito e Vice-Prefeito e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§3º. Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, será observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I – a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado;
II – o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final, conforme disposto nos §§1º, 3º e 4º do art. 24 da Lei nº 12.527/2011.

SEÇÃO III
DA PROTEÇÃO E DO CONTROLE DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Art. 23. É dever do Poder Público controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.
§1º. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas pelas autoridades mencionadas no inciso I do art. 25 deste decreto, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§2º. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§3º. Ato normativo específico disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Art. 24. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público municipal, executar atividades de tratamento de informações sigilosas, adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação deste decreto.

SEÇÃO IV
DOS PROCEDIMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO

Art. 25. A classificação do sigilo de informações no âmbito da Administração Pública municipal é de competência:

I – no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:
a) Prefeito;
b) Vice-Prefeito;
c) Secretários Municipais ou equivalentes;
II – no grau de secreto e reservado, das autoridades referidas no inciso I do caput deste artigo, bem como dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração indireta do Poder Executivo municipal;

§1º A competência de classificação do sigilo de informações como ultrassecreta e secreta poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.

§2º. A autoridade ou outro agente público que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 26 deste decreto à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, no prazo de 10 (dez) dias.

§3º. O agente público referido no §1º deverá dar ciência do ato de classificação à autoridade delegante, no prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo do disposto no §2º deste artigo.

Art. 26. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação -

TCI, conforme modelo previsto no Anexo único deste decreto, e conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I – código de indexação de documento;
II – grau de sigilo;
III – categoria na qual se enquadra a informação;
IV – tipo de documento;
V – data da produção do documento;
VI – indicação do dispositivo legal que fundamenta a classificação;
VII – razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. §3º do art. 21 deste decreto;
VIII – indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos nos §§1º e 3º do
art. 24 da Lei Federal nº 12.527/2011;
IX – data da classificação; e
X – identificação da autoridade que classificou a informação.

§1º. O TCI seguirá anexo à informação.

§ 2º. As informações previstas no inciso VII do caput deste artigo deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

Art. 27. A classificação da informação, bem como a sua reavaliação pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, poderão ser feitas mediante provocação ou de ofício, nos termos previstos neste decreto.

§1º. Na reavaliação a que se refere o caput deste artigo, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§2º. Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial à data da sua produção.

Art. 28. O Executivo publicará, anualmente, até o último dia útil do mês de janeiro, no sítio eletrônico da Prefeitura de Leopoldina:

I – rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;
II – rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;
III – relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

§1º. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo municipal manterão exemplar da publicação prevista no caput deste artigo para consulta pública em suas sedes, bem como extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

§2º. Caberá a Controladoria-Geral do Município encaminhar ao Gabinete do Prefeito até o dia 20 de janeiro de cada ano, ou quando tal data recaia em sábado, domingo ou feriado, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 29. O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser apresentado aos órgãos e entidades independente de existir prévio pedido de acesso à informação.

§1º. O pedido de que trata o caput deste artigo será endereçado à autoridade classificadora do órgão ou dirigente de entidade descentralizada, que decidirá no prazo de 30 (trinta) dias.

§2º. No caso de informações produzidas por autoridades ou agentes públicos no exterior, o pedido de desclassificação ou reavaliação será apreciado pela autoridade imediatamente superior que estiver em território brasileiro.

Art. 30. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação previsto no art. 29 deste decreto, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da negativa, à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 31. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no TCI**.**

SEÇÃO V
DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 32. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§1º. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:
I – terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem;
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§2º. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata o caput e o § 1º deste artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Código Civil, e na Lei Federal nº 9.278, de 10 de maio de 1996.
§ 3º. Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.
§ 4º - O consentimento referido no inciso II do § 1º deste artigo não será
exigido quando as informações forem necessárias:

I – à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
II – à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
III – ao cumprimento de ordem judicial;
IV – à defesa de direitos humanos;
V – à proteção do interesse público e geral preponderante.

§5º. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata este artigo não poderá ser invocada:

I – com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado;
II - quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§6º. Ato normativo disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

Art. 33. O titular do órgão ou entidade poderá, de ofício ou mediante provocação, reconhecer a incidência da hipótese prevista no inciso II do §5º do art. 32 deste decreto, de forma fundamentada, sobre documentos que tenha produzido ou acumulado e que estejam sob sua guarda.

§1º. Para subsidiar a decisão de reconhecimento de que trata o caput deste artigo, o órgão ou entidade poderá solicitar a universidades, instituições de pesquisa ou outras entidades com notória experiência em pesquisa historiográfica a emissão de parecer sobre a questão.

§2º. A decisão de reconhecimento de que trata o caput deste artigo será precedida de publicação de extrato da informação, com descrição resumida do assunto, origem e período do conjunto de documentos a

serem considerados de acesso irrestrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§3º. Após a decisão de reconhecimento de que trata o §2º deste artigo, os documentos serão considerados de acesso irrestrito ao público.

§4º. Na hipótese de documentos de elevado valor histórico destinados à guarda permanente, caberá ao titular do órgão ou entidade responsável por seu arquivo que os receber, decidir, após seu recolhimento, sobre o reconhecimento, observado o procedimento previsto neste artigo.

Art. 34. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no capítulo III deste decreto e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I – comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II do §1º do art. 32 deste decreto, por meio de procuração;
II – comprovação das hipóteses previstas no §5º do art. 32 deste decreto;
III – demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância, observados os procedimentos previstos no art. 33 deste decreto;
IV – demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 35. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§1º. A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§2º. Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 36. Sem prejuízo do disposto nos demais artigos desta seção, é vedada a divulgação das seguintes informações de caráter pessoal:

I – número de documentos privados de identificação, como, por exemplo, RG, CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Título de Eleitor, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, dentre outros;
II – valores referentes a descontos efetuados em folha relativos a pagamento de pensão alimentícia, empréstimo consignado ou outros do gênero;
III – informações relativas a crianças e adolescentes que o Município dispõe em virtude de prestação de serviços públicos e execução de programas sociais salvo mediante prévia e expressa autorização dos pais ou responsáveis legais, respeitadas, em todo e qualquer caso, as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e outros diplomas normativos federais, estaduais e municipais aplicáveis ao tema;
IV – outras informações classificadas como de caráter pessoal pelos órgãos e entidades da Administração municipal, por intermédio de ato emanado do Titular da Pasta, que deverá ser submetido à aprovação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Art. 37. Caso a informação solicitada possa ser disponibilizada em parte, os dados de caráter pessoal cuja divulgação se encontre vedada deverão ser ocultados dos documentos fornecidos.

Art. 38. Aplica-se, no que couber, a Lei Federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO V
DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 39. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

I – cópia do estatuto social atualizado da entidade;
II – relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;
III – cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo municipal, respectivos aditivos e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§1º. As informações de que trata o caput deste artigo e respectivos incisos serão divulgadas em sítio na internet da entidade privada, se houver, e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.
§2º. As informações de que trata este artigo deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega da prestação de contas final.

Art. 40. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no artigo anterior deverão ser apresentados diretamente aos órgãos e entidades responsáveis pelo repasse de recursos.

Art. 41. Compete aos Secretários municipais e equivalentes, bem como aos dirigentes das entidades descentralizadas, zelar pela adequação dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade às normas previstas neste decreto.

CAPÍTULO VI
DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 42. Fica instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, composta por representantes da Controladoria-Geral do Município, da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria Municipal de Governo, que decidirá, no âmbito da Administração Pública Municipal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, competindo-lhe, ainda:

I – requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;
II – rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 6º e demais dispositivos deste decreto;
III – prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24 da Lei Federal nº 12.527/11;
IV – julgar os recursos previstos neste decreto que forem submetidos à sua apreciação.

§1º. O prazo referido no inciso III do caput deste artigo fica limitado a uma única renovação.

§2º. A revisão de ofício a que se refere o inciso II deste artigo deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a avaliação prevista no art. 47 deste decreto, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.

§3º. A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 2º deste artigo implicará a desclassificação automática das informações.

§4º. A forma de organização e o funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações serão definidos em Portaria do Prefeito,

observado o mandato de 2 (dois) anos para seus integrantes e demais disposições deste Decreto.

§5º. Nos casos de impedimento de um dos titulares dos órgãos componentes da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, será convocado representante da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 43. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 44. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade dos agentes públicos mencionados neste decreto:

I – recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
II – utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
III – agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;
IV – divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
V – impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
VI – ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
VII – destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes públicos.

§1º. Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput deste artigo serão consideradas, para fins do disposto na Lei Complementar nº 15/2010 que contém o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Leopoldina, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.

§2º. Pelas condutas descritas no caput deste artigo, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 45. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observar o disposto neste decreto estará sujeita às seguintes sanções:

I – advertência;
II – multa;
III – rescisão do vínculo com o Poder Público;
IV – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;
V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante o Poder Público.

§1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§2º. A multa prevista no inciso II do caput deste artigo será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderá ser:

I – inferior a 20 UFL's nem superior a 500 UFL's, no caso de pessoa natural;
II – inferior a 150 UFL's nem superior a 1500 UFL's, no caso de entidade privada.

§3º. A reabilitação referida no inciso V do caput deste artigo será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao Poder Público dos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no
inciso IV.

§4º. A aplicação das sanções previstas nos incisos I a V do caput deste artigo é de competência exclusiva do titular do órgão ou dirigente da entidade descentralizada, facultada a defesa ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

Art. 46. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades públicas municipais, tenha acesso à informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. Os órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal deverão proceder à avaliação das informações para fins de classificação como ultrassecretas, secretas e reservadas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência deste decreto.

§1º. A restrição de acesso a informações, em razão da avaliação prevista no caput deste artigo, deverá observar os prazos e condições previstos neste decreto.

§2º. No âmbito da Administração Pública municipal, a avaliação prevista no caput deste artigo poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos deste decreto.

§3º. Enquanto não transcorrido o prazo de avaliação previsto no caput deste artigo, a classificação da informação será feita mediante análise de cada caso concreto, observados os termos deste decreto.

Art. 48. Compete a Controladoria-Geral do Município:

I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos deste decreto;
II – monitorar a implementação do disposto neste decreto e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto neste decreto;
IV – orientar os respectivos órgãos e entidades da Administração Pública municipal no que se refere ao cumprimento do disposto neste decreto;
V – promover campanha de fomento à cultura da transparência na Administração Pública municipal;
VI – promover o treinamento dos agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na Administração Pública municipal;
VII – encaminhar à Câmara Municipal relatório anual com informações atinentes à implementação deste decreto.

Art. 49. As ordens judiciais e os requerimentos oriundos do Ministério Público e da Defensoria Pública não se submetem aos procedimentos previstos neste decreto.

Art. 50. Este decreto entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 21 de maio de 2026,
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ADRIANA VIEIRA DA SILVA SOUZA
Controladora-Geral do Município

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

ANEXO ÚNICO

Termo de Classificação de Informação	
Órgão/Entidade	
Código de indexação	
Grau de sigilo	
Categoria	
Tipo de documento	
Data de produção	
Fundamento legal para classificação	
Razões para classificação (idêntico ao grau de sigilo do documento)	
Prazo da restrição de acesso	
Data de classificação	
Autoridade classificadora	
Autoridade ratificadora (quando aplicável)	Nome Cargo
Desclassificação em (data) (quando aplicável)	Nome Cargo
Reclassificação em (data) (quando aplicável)	Nome Cargo
Redução de prazo em (data) (quando aplicável)	Nome Cargo
Prorrogação de prazo em (data) (quando aplicável)	Nome Cargo
Assinatura da autoridade classificadora	
Assinatura da autoridade ratificadora (quando aplicável)	
Assinatura da autoridade responsável pela desclassificação (quando aplicável)	
Assinatura da autoridade responsável pela reclassificação (quando aplicável)	
Assinatura da autoridade responsável pela redução de prazo (quando aplicável)	
Assinatura da autoridade responsável pela prorrogação de prazo (quando aplicável)	

Publicado por:
Gisele do Nascimento
Código Identificador:8FF022E7

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 038/2026

PROCESSO Nº 007.0108/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 7 de maio de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada **SÔNIA DE FÁTIMA ALMEIDA RESENDE**, em que solicita a supressão de um indivíduo arbóreo da espécie exótica e invasora Jaqueira, estabelecido em área de preservação ambiental, às margens do Córrego Feijão Cru, Rua Professor Joaquim Guedes Machado, nº 365, informa que a solicitação foi deferida, devendo haver a substituição por 03 (três) mudas de espécies nativas/frutíferas, medindo no mínimo 1,5 metros, que devem ser plantadas preferencialmente nas proximidades da supressão, como condição para a eficácia desta deliberação.

Leopoldina, MG, 13 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:8B0BE936

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 046/2026

PROCESSO Nº 340.8746/2025

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 7 de maio de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada a senhora **SEBASTIANA MARIQUITO ALEXANDRE**, em que solicita reconsideração da decisão do CODEMA, informa que a solicitação foi dado provimento ao pedido, tendo como base o Parecer Técnico da Defesa Civil nº 02/2026, tendo como medida compensatória, a doação de 6 (seis) mudas de espécies de frutíferas nativas, com no mínimo 1,5 metros e altura.

Leopoldina, MG, 13 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/ Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:D7C742DD

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 047/2026

PROCESSO Nº 131/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 7 de maio de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada a senhora **GLAUCINA MONTEIRO REZENDE,** em que solicita dispensa de licenciamento ambiental, informa que o processo foi retirado de pauta e encaminhado para análise da Superintendência de Gestão Ambiental.

Leopoldina, MG, 13 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/LEOPOLDINA-MG

PROCESSO Nº 131/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 7 de maio de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada a senhora **GLAUCINA MONTEIRO REZENDE,** em que solicita dispensa de licenciamento ambiental, informa que o processo foi retirado de pauta e encaminhado para análise da Superintendência de Gestão Ambiental.

Leopoldina, MG, 13 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/LEOPOLDINA-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:A2F880D4

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 048/2026

PROCESSO Nº 085.1286/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 7 de maio de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada a senhora **TERESINHA FIALHO FREITAS,** em que solicita intervenção ambiental em área de preservação permanente, localizada na Avenida Jehu Pinto de Faria, próximo ao nº 120, Bairro Vila Minalda, informa que o pedido foi deferido, conforme parecer técnico que integra estre processo, com as seguintes condicionantes: limpeza controlada do leito do curso d'água com destinação ambientalmente adequada dos resíduos; minimização da supressão vegetal, limitada ao estritamente necessário; acompanhamento e fiscalização pela prefeitura e demais órgãos competentes.

Leopoldina, MG, 13 de maio de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/LEOPOLDINA-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:37741887

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SMS EDITAL 01/2026

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Leopoldina, Pedro Augusto Junqueira Ferraz, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao disposto nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal e artigo 81 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a homologação da relação de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado SMS, regulado pelo Edital nº 01/2026 para atender programas da Secretaria Municipal de Saúde.

FAZ SABER aos interessados e aos demais que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que ficam **CONVOCADOS (AS)** os (as) candidatos (as) constantes da relação em anexo, a qual faz parte integrante deste instrumento, aprovados (as) e classificados (as) no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** objeto do Edital nº 01/2026 e suas alterações, **homologado em 09 de abril de 2026**, a comparecem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Leopoldina, situado à Praça Professor Botelho Reis, 28, 1º andar, Centro, nesta cidade, no período de **24 horas a contar da data de publicação deste Edital e e-mail**, no horário das 12:00 às 17:00 horas, para início dos procedimentos preparatórios aos atos de provimento e investidura nas respectivas funções, munidos da seguinte documentação:
a) 01 retrato ¾ atual; b) xerox de certidão de nascimento ou casamento; c) Xerox do CPF do cônjuge d) xerox da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos; e) xerox da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos; f) declaração escolar os filhos maiores de 06 anos e menores de 14 anos apresentar CPF dos filhos independentemente da idade g) xerox do diploma autenticado ou certificado de conclusão dos cursos exigidos para comprovação da escolaridade; h) xerox da carteira profissional; i) xerox da carteira de identidade; j) xerox do título de eleitor; k) xerox do comprovante de votação da última eleição; l) xerox do CPF;
m) xerox do certificado de reservista (se do sexo masculino); n) Xerox do cartão do PIS ou PASEP; o) tipo de sangue, fator RH; p) declaração de bens; q) comprovante de estar devidamente inscrito no órgão fiscalizador da profissão; r) atestado médico favorável fornecido pelo serviço médico desta Prefeitura; s) xerox do comprovante de residência; t) fotocópia autenticada do Certificado de Conclusão do curso exigido para o cargo; u) fotocópia autenticada de registro junto ao Conselho da Categoria Profissional ou Órgão Regulador respectivo, se for o caso; v) Declaração Negativa de Acumulação de Cargos, sob as penas da lei e para os fins do art. 37, incisos XVI e XVII, da CF/88; w) certidão de antecedentes criminais expedida pela Comarca; x) certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Civil y) Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Trabalhador e Preenchimento do Formulário Completo de Cadastro do Dependente.

O (a) candidato (a) que não comparecer no prazo acima determinado ou não atender aos requisitos legais, não poderá ser admitido (a) e em consequência perderá a sua vaga para o (a) candidato (a) imediatamente classificado (a), em absoluta obediência à ordem de classificação.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal de Leopoldina, MG, 18 de maio de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO - RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SMS EDITAL 01/2026

FUNÇÃO: CIRURGIÃO-DENTISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
4º	BRUNA ALVARENGA D. SANTOS	88

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:C10F2799

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/2025

Pregão nº 13/2025 - Processo Licitatório nº 11/2025
Partes: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Por meio do presente termo de aditamento, mediante solicitação da Secretaria de Fazenda (Memorando no 20/2026), prorroga-se o prazo de vigência e execução do contrato originário por mais 12 (doze) meses, a contar de 06/05/2026, em consonância com a Lei Federal no. 14.133/21.
Data de assinatura: 05/05/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito de Leopoldina
Carolina dos Santos
Camila Marques de Lima

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:0EEEC46A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 03/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG E A CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE.

Objeto e origem do recurso:

Promoção de educação continuada na área da fisioterapia.
Recurso oriundo deemenda impositiva n.º 12 da Câmara Municipal de Leopoldina.

Vigência: 27/05/2026 até 31/12/2026

Valor: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Dotação Orçamentária:

As despesas afetas ao Concedente decorrentes da execução deste Convênio correrão à conta da dotação orçamentária 10 302 0131.2530.0000.3.3.50.42.00 – ficha 599.

Data da assinatura: 21/05/2026

Signatários: PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ - Prefeito de Leopoldina, MÁRCIO VIEIRA MACHADO - Secretário Municipal de Saúde e COMISSÃO INTERVENTORA DA CCL Decreto nº 5.448, de 16 de dezembro de 2024

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:771E6E7E

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS DE CONTRATOS

Empenho: OR 5692
Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: DEVA VEICULOS LTDA – CNPJ 23.762.552/0004-85
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de revisão obrigatória, com
fornecimento de peças, filtro, óleos e demais componentes, para caminhão pipa iveco
tector 17-210(placa txk2d75, marca iveco, da secretaria municipal de serviços urbanos
Valor Total: R$ 13.628,41 (treze mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e
um centavos).
Recursos: Próprio.
Vigência: 30 dias.
Condições de pagamento: Após a prestação dos serviços, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota
Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados
e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as
instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 25/05/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 95/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
DEVA VEICULOS LTDA – CNPJ 23.762.552/0004-85

Empenho: OR 5592
Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: JF. MED LTDA – CNPJ 43.703.574/0001-39
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de
unidade de terapia intensiva (uti) móvel infantil e neonatal, com motorista, equipe médica
especializada (médico e enfermeiro), incluindo todos os insumos e equipamentos
necessários para a transferência de pacientes do sus entre unidades hospitalares.
Valor Total: R$ 4.053,00 (quatro mil, cinquenta e três reais).
Recursos: Próprio.
Vigência: 30 dias.
Condições de pagamento: Após a prestação dos serviços, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota
Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados
e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as
instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 21/05/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 75/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
JF. MED LTDA – CNPJ 43.703.574/0001-39

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:B71C8CB5

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026, PRC 88/2026.

Objeto: A presente contratação tem por objeto o Registro de Preços, na forma de Pregão
Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, para futuras e eventual contratação de empresa para
prestação de serviços de pipoqueiro, algodão doce, cama elástica, tobogã, touro mecânico,
trenzinho da alegria e piscina de bolinha para atender a demanda das Secretarias Municipais
de Turismo, Educação, Saúde, Esporte, Assistência Social, de acordo com as especificações
e quantitativos constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
Dia da Licitação: 15/06/2026, às 10:00 horas. Local: www.compras.gov.br. Órgão
gerenciador (UASG 984767). O edital encontra-se disponível no endereço indicado e
também no site www.leopoldina.mg.gov.br, link Licitação. Leopoldina, MG, 25 de maio de 2026.

MARIA DA PENHA ESTEVÃO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:859ED432

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG E A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA – A.A.P.I

Onde se lê:

Vigência: 01/05/2026 até 31/04/2027

Leia-se:

Vigência: 01/05/2026 até 30/04/2027

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:B99D6713

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N° 42/2025
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 12/2025

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG.

LOCADOR: VALMIR OLIVEIRA FREITAS.

OBJETO: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) QUADRAS DE AREIA PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, NESTE MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE – MG.

FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

VALOR: Fica acrescido ao valor mensal o percentual de **4,14% (quatro vírgula quatorze por cento)**, correspondente ao acréscimo de **R$ 157,11 (cento e cinquenta e sete reais e onze centavos)**, passando o valor mensal de **R$ 3.795,00 (três mil, setecentos e noventa e cinco reais)** para **R$ 3.952,11 (três mil, novecentos e cinquenta dois reais e onze centavos).**

Limeira do Oeste - MG, 18 de maio de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otávio Gonçalves Freitas
Código Identificador:546B63D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
LICENÇAS AMBIENTAIS

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, nos termos da legislação em vigor, concede ao empreendimento, **PONTE MUNICIPAL (ESTRADA ALÍPIO SOARES BARBOSA),** CNPJ/CPF: *****,** empreendedor **PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE - MG**, portador do CPF/CNPJ**: 26.042.556/0001-34**, **Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO**, sob o código e atividade principal: **E-05-03-7 Dragagem para desassoreamento de corpos d'água (Parâmetro Área Útil 400 m³) com critério locacional 1** enquadrada na DN COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, **conforme a DN CODEMA n° 02, de 01 de outubro de 2019 que estabelece a extinção e, conseqüente migração de classe, dos empreendimentos classificados como Não Passiveis de Licenciamento Ambiental das atividades enquadradas na listagem "G" da DN CO2PAM de n°217/17, para o rito procedimental de LAS Cadastro**, localizado na Zona Rural de Limeira do Oeste, no Município de Limeira do Oeste, no Estado de Minas Gerais, tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas 19° 32' 14.06" S ; 50° 31' 23.26" O conforme o **processo administrativo nº 72/2025**

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste – MG , através da secretaria municipal de meio ambiente , no uso de suas atribuições, nos termos da legislação em vigor , concede ao empreendimento , **Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste** , CNPJ/CPF **26.042.556/0001-34**, empreendedor **Fazenda Barreiro e Monjolo Matrícula 55.851 e 48.576** , portador do CPF/CNPJ **26.042.556/0001-34 , Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO** , sob o código e atividade principal**: A-03-01-9 Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicaçãoexclusivamenteemobrasviárias,inclusive asexecutadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal**, **(Parâmetro Área útil 1,48 ha) , com critério locacional 0** enquadrada na DN COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, localizada na Zona Urbana , no Município de Limeira do Oeste , no Estado de Minas Gerais, tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas , latitude 19°30'58,06" S ; longitude 50°36'52,7"O , conforme o **processo administrativo nº 078/2025**

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste – MG, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, nos termos da legislação em vigor, concede ao empreendimento, **Fazenda Monte Líbano - Matrículas 55.784, 55.785, 55.786 e 55.787**, CNPJ/CPF **031.350.416-46**, empreendedor **Carmo Maringolo**, portador do CPF/CNPJ **869.221.228-87, Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO**, sob o código e atividade principal: **G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura**, **(Parâmetro Área Útil 785,070 ha.), com critério locacional 0** enquadrada na DN COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, localizada na Zona Rural, no Município de Limeira do Oeste, no Estado de Minas Gerais, tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas, latitude 19° 18' 32.66" S ; longitude 50° 33' 20.86" O, conforme o **processo administrativo nº 086/2025**

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, nos termos da legislação em vigor, concede ao empreendimento, **Fazenda Nossa Senhora Aparecida - Matrícula 9.717,** CNPJ/CPF: *****,** empreendedor **Célio Queiroz de Freitas**, portador do CPF/CNPJ**: 030.295.276-46**, **Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO**, sob o código e atividade principal: **G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura (Parâmetro Área útil 197,613 hectares), com critério locacional 0** enquadrada na DN COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, **conforme a DN CODEMA n° 02, de 01 de outubro de 2019 que estabelece a extinção e, consequente migração de classe, dos empreendimentos classificados como Não Passiveis de Licenciamento Ambiental das atividades enquadradas na listagem "G" da DN COPAM de n°217/17, para o rito procedimental de LAS Cadastro**, localizado na Zona Rural de Limeira do Oeste, no Município de Limeira do Oeste, no Estado de Minas Gerais, tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas 19° 21' 51.04" S ; 50° 30' 10.46" O conforme o **processo administrativo nº 088/2025**

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente , no uso de suas atribuições , nos termos da legislação em vigor , concede ao empreendimento , **Fazenda Barreiro - Matrícula 19.721 ,** CNPJ/CPF: **748.429.008-49 ,** empreendedor **Silvio Borsari Filho** , portador do CPF/CNPJ**: 748.429.008-49** , **Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO**, sob o código e atividade principal: **G-01-03-1 Culturas anuais , semiperenes e perenes , silvicultura e cultivos agrossilvipastoris , exceto horticultura (Parâmetro Área Útil 21,328 hectares) com critério locacional 0** enquadrada na DN COPAM nº 217 , de 06 de dezembro de 2017 , **conforme a DN CODEMA n° 02 , de 01 de outubro de 2019 que estabelece a extinção e , conseqüente migração de classe , dos empreendimentos classificados como Não Passiveis de Licenciamento Ambiental das atividades enquadradas na listagem "G" da DN COPAM de n°217/17 , para o rito procedimental de LAS Cadastro** , localizado na Zona Rural de Limeira do Oeste, no Município de Limeira do Oeste , no Estado de Minas Gerais , tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas 19° 32' 48,36" S ; 50° 33' 52,22" O conforme o **processo administrativo nº 005/2026**

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, nos termos da legislação em vigor, concede ao empreendimento, **FAZENDA RESERVA - MATRÍCULA 47.568,** CNPJ/CPF: **852.761.976-87,** empreendedor **RONEY FREITAS DE OLIVEIRA** , portador do CPF/CNPJ**: 852.761.976-87**, **Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO** , sob o código e atividade principal: **G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo (Parâmetro Área Útil 14,8711 hectares) com critério locacional 1** enquadrada na DN COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, **conforme a DN CODEMA n° 02, de 01 de outubro de 2019 que estabelece a extinção e, conseqüente migração de classe, dos empreendimentos classificados como Não Passiveis de Licenciamento Ambiental das atividades enquadradas na listagem "G" da DN COPAM de n°217/17, para o rito procedimental de LAS Cadastro**, localizado na Zona Rural de Limeira do Oeste, no Município de Limeira do Oeste, no Estado de Minas Gerais, tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas 19° 26' 36" S ; 50° 46' 55" W conforme o **processo administrativo nº 015/2026**

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste – MG , através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente , no uso de suas atribuições , nos termos da legislação em vigor , concede ao empreendimento , **Fazenda Barreiro - Matrícula 21.287 ,** CNPJ/CPF: **088.055.088/02 ,** empreendedor **Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A** , portador do CPF/CNPJ**: 08.057.019/0001-86**, **Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO**, sob o código e atividade principal: **G-01-03-1 Culturas anuais , semiperenes e perenes , silvicultura e cultivos agrossilvipastoris , exceto horticultura (Parâmetro Área Útil 98,4176 hectares) com critério locacional 0** enquadrada na DN COPAM nº 217 , de 06 de dezembro de 2017 , **conforme a DN CODEMA n° 02 , de 01 de outubro de 2019 que estabelece a extinção e , conseqüente migração de classe , dos empreendimentos classificados como Não Passiveis de Licenciamento Ambiental das atividades enquadradas na listagem "G" da DN COPAM de n° 217/17 , para o rito procedimental de LAS Cadastro** , localizado na Zona Rural de Limeira do Oeste , no Município de Limeira do Oeste , no Estado de Minas Gerais , tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas 19° 22' 31.70" S ; 50° 39' 9.64" O conforme o **processo administrativo nº 021/2026**

A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste – MG , através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente , no uso de suas atribuições , nos termos da legislação em vigor , concede ao empreendimento , **FAZENDA BARREIRO – LOTE 131, MATRÍCULA 46.168 ,** CNPJ/CPF: **018.873.288-82** , empreendedor **SEBASTIÃO GOMES NOGUEIRA** , portador do CPF/CNPJ**: 018.873.288-82** , **Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-CADASTRO** , sob o código e atividade principal: **G-02-07-0 Criação de bovinos , bubalinos, equinos , muares , ovinos e caprinos , em regime extensivo (Parâmetro Área Útil 21.484 hectares) com critério locacional 0** enquadrada na DN COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, **conforme a DN CODEMA n° 02 , de 01 de outubro de 2019 que estabelece a extinção e , conseqüente migração de classe , dos empreendimentos classificados como Não Passiveis de Licenciamento Ambiental das atividades enquadradas na listagem "G" da DN COPAM de n°217/17, para o rito procedimental de LAS Cadastro** , localizado na Zona Rural de Limeira do Oeste , no Município de Limeira do Oeste , no Estado de Minas Gerais , tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas 19° 28' 23.26" S ; 50° 29' 57.86" W conforme o **processo administrativo nº 023/2026**
A Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG, através da secretaria municipal de meio ambiente, no uso de suas atribuições, nos termos da legislação em vigor, concede ao empreendimento, **Estação de Transbordo de Resíduos Sólidos Urbanos - Fazenda Barreiro Matrícula 20.688 ,** CNPJ/CPF *****,** empreendedor **Município de Limeira do Oeste**, portador do CPF/CNPJ **26.042.556/0001-34 , Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS-RAS**, sob o código e atividade principal: **F-05-18-1 Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos (Parâmetro: 5,000 m³/dia), com critério locacional 0** enquadrada na DN COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, localizada na Zona Rural de Limeira do Oeste, no Município de Limeira do Oeste, no Estado de Minas Gerais, tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas 19°32'2.74'' S ;50°35'29.76'' O , conforme o **processo administrativo nº 033/2026**,

Publicado por:
Paulo Sergio do Nascimento Junior
Código Identificador:4F18CCD9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

GABINETE DO PREFEITO
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 02/2025 - BIOMETRIA

ACORDO DE COOPERAÇÃO "APOIO ADMINISTRATIVO"

SEI nº 0000063-37.2025.6.13.8163
Acordo de Cooperação nº 02/2025– TRE-MG

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE LUZ-MG, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Avenida Prudente de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TRE-MG**, neste ato representado por sua Excelência a Senhora Juíza Eleitoral Doutora Fabíola Pinheiro da Costa de Melo Goulart, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência deste Tribunal e o **Município de Luz-MG**, CNPJ nº 18.301.036/0001- 70, com sede em Luz-MG, na Avenida Laerton Paulinelli, nº 153, Bairro Monsenhor Parreiras, doravante denominado Município**,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ailton Duarte, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Cooperação entre as partes para auxílio técnico-administrativo aos cartórios eleitorais em operações no Cadastro Eleitoral e nas atividades correlatas, inclusive na coleta de dados biométricos em serviços ordinários ou de revisão do eleitorado.

Parágrafo Único. Para fins do disposto no *caput,* consideram-se:
operações no Cadastro Eleitoral: alistamento, transferência, revisão e segunda via;
atividades correlatas: procedimentos atinentes à quitação de multas e outras regularizações que antecedam as referidas operações ou que sejam delas decorrentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO
O **Município de Luz-MG** arcará com as obrigações previstas nos incisos abaixo, de acordo com a requisição da Juíza Eleitoral ou Diretora do Foro:

ceder espaço físico em instalações próprias ou sob sua administração;
ceder mobiliário e equipamentos necessários à instalação de unidades de atendimento à(ao) eleitora (eleitor);
fornecer materiais de consumo e permanentes necessários aos trabalhos eleitorais;
disponibilizar materiais e infraestrutura de rede lógica, elétrica e hidráulica, para auxílio nos trabalhos de cadastro eleitoral e atividades correlatas;
divulgar os trabalhos de cadastro eleitoral e atividades correlatas em todo o município;
ceder veículos, devidamente abastecidos e regularizados, com motoristas habilitados, para apoio aos cartórios eleitorais e eventual transporte de eleitoras(es).

Parágrafo Primeiro. As despesas com conservação e manutenção do veículo, bem como aquelas referentes ao motorista são de responsabilidade do cedente.

Parágrafo Segundo. O eventual transporte de eleitoras(es) será exclusivamente para aquelas(es) que buscam os serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral e ocorrerá de suas residências ou de locais previamente estabelecidos até a sede do cartório eleitoral, conforme quantidade(s), rota(s), prazo(s) e cronograma estabelecido(s) entre as partes, descritos no Anexo deste instrumento.

Parágrafo Terceiro. A cessão de veículos para o transporte de eleitoras(es) somente poderá ocorrer a partir da reabertura até 1 (um) mês após o fechamento do cadastro eleitoral para o público externo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA. O prazo de vigência deste ACORDO inicia-se em 03/12/2025 (três de dezembro de dois mil e vinte e cinco) e encerra-se em 06/06/2026 (seis de junho de dois mil e vinte e seis).

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO DA COOPERAÇÃO
Faculta-se a qualquer uma das partes, a seu exclusivo critério e a salvo de qualquer multa ou indenização, dar por findo o presente ACORDO a qualquer momento, devendo apenas a parte interessada notificar por escrito a outra de sua intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste instrumento, as partes se obrigam a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes ao tempo da extinção assumidas neste ACORDO.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR
A celebração do presente ACORDO não acarretará transferência de recursos financeiros ou doação de bens entre as partes.

Parágrafo Único. As despesas necessárias ao cumprimento deste acordo serão da

responsabilidade de cada parte em sua atuação.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao **Município de Luz-MG** proceder à publicação do presente ACORDO no respectivo Diário Oficial, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento, disponibilizando uma cópia da referida publicação ao TRE-MG.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Em razão do presente ACORDO, as partes poderão compartilhar dados de suas(seus) representantes legais e servidoras(es), obrigando-se a cumprir as seguintes determinações:

Parágrafo Primeiro. As partes deverão cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD —, Lei n° 13.709/18, **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação**, comprometendo-se a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

Parágrafo Segundo. As partes deverão adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todas(os) as(os) suas (seus) funcionárias(os) e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da LGPD.

Parágrafo Terceiro. Cada parte será responsável pelos prejuízos que ocasionar à outra ou às(aos) titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da LGPD.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente ACORDO é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Federal nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e na Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência do TRE-MG.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
as partes garantem e declaram mutuamente que:
a . as atividades referentes ao ACORDO ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e de boa fé;
b . valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas à cor, à raça, ao sexo, à orientação sexual, à língua, à religião, à opinião política, à nacionalidade ou à origem social.
as partes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este instrumento através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação.

para acompanhar o desenvolvimento do presente instrumento, o **Município de Luz-MG** e o **TRE-MG** indicam, respectivamente, como seus representantes o Secretário Municipal de Administração João Henrique Cançado Rodrigues e o chefe de Cartório, Daniel José Resende, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.
caberá ao cartório eleitoral encaminhar cópia do Acordo de Cooperação formalizado à Seção de Contratos de Locação, Convênios e Ajustes Congêneres ─ SECOL ─, para registros e providências pertinentes.

CLÁUSULA DEZ – DO FORO
Conforme o disposto no inciso I do art. 109, da Constituição Federal, e no §1º do art. 92, da Lei nº 14.133, de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem ajustados e acordados, as partes assinam o presente instrumento. Luz-MG, 03 de dezembro de 2025.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

FABÍOLA PINHEIRO DA COSTA DE MELO GOULART
Juíza Eleitoral

MUNICÍPIO DE LUZ AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Daniel José Resende - Chefe de Cartório Lindolfo Alves de Souza - Analista Judiciário

ANEXO I

OPERACIONALIZAÇÃO DO TRANSPORTE

Será disponibilizado pelo menos 1 (um) veículo para transporte dos eleitores de Luz-MG até o Cartório Eleitoral de Luz-MG, Rua vigário Parreiras, nº 1090, Centro, podendo ser um ônibus, van, ou automóvel de acordo com a demanda e lotação máxima permitida por veículo, durante os meses de dezembro de 2025 a maio de 2026.

O dia e horário do transporte deverá ser definido de acordo com o expediente

do cartório (dias úteis, de 12 às 17 horas) e deverá ser previamente agendado com a Chefia da 163ª Zona Eleitoral de Luz-MG.

A saída do veículo com os eleitores deverá ser programada a partir do órgão público municipal, previamente divulgado pelo Município, podendo ser estabelecidas também rotas rurais, que deverão ser informadas à 163ª Zona Eleitoral de Luz-MG, pelo e-mail: zona163@tre-mg.jus.br.

O Município deverá manter o motorista que efetuar o transporte dos eleitores, no Cartório Eleitoral, até o atendimento de todos, para o retorno à Luz/MG.

O transporte de eleitores poderá ser requisitado pelo Juiz Eleitoral em finais de semana e feriados, caso haja ação institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais destinada a facilitar o acesso da população aos serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral.

Qualquer impossibilidade de cumprimento do cronograma ou eventual dificuldade na execução do acordo deverão ser submetidos à análise do MM. Juíza Eleitoral.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1AF0A94B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°: 119/2023 PROCESSO Nº: 042/2023 TOMADA DE PREÇOS N°: 001/2023

Objeto do contrato: EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS MARIA MARTA DE CASTRO, NUNZIATO SCHETINO E BARÃO DO RIO BRANCO LOCALIZADAS NO MUNCIPIO DE MAR DE ESPANHA.
Empresa Contratada: SCALLBERI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP- CNPJ: 14.015.461/0001-42
Empresa Contratante: Prefeitura Municipal de Mar de Espanha CNPJ: 18.535.658/0001-63
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar a vigência do contrato até o dia 27/05/2027.
Data de Assinatura: 26/05/2025.

JOICE POZENATO SOARES -
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:075C28BE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA
EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 071/2023 PROCESSO Nº: 058/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE AVISOS, EDITAIS, ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATÉRIAS DE INTERESSE DO MUNCIPIO DE MAR DE ESPANHA.
Empresa Contratada: ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS – CNPJ: 20.513.859/0001-01
Empresa Contratante: Prefeitura Municipal de Mar de Espanha - CNPJ: 18.535.658/0001-63.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar a vigência até 28/05/2026. **Data de Assinatura:** 28/05/2027.

JOICE POZENATO SOARES -
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:7EBCF940

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº045

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG,torna público extrato do Contrato 045/2026 -**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº022/2026 – Credenciamento 01/2026. Objeto:Prestação de Serviços com esterilização cirúrgica de cães e gatos e implantação de microchip junto a Secretaria Municipal de Saúde deste município de Matutina/MG.**Contratado:**CLINICA VETERINARIA PET PALACE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 51.579.017.0001-56 com sede na Praça São Geraldo, n.º 45 Bairro São Geraldo, cidade de São Gotardo. Valor:**R$47.862,30 (quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e dois reais e trinta centavos).**Prazo: 25.05.2026 a 25.05.2027.

Publicado por:
Vera Lúcia Guimarães
Código Identificador:67D8E96F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO / EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Prefeitura de Minas Novas - Fica ratificado o Processo Administrativo de Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM "FRANCIELE SILVA" NO DIA 13 DE JUNHO DE 2026, DURANTE EVENTO NO DISTRITO DE LAGOA GRANDE, NO MUNICIPIO DE MINAS NOVAS - MG. FUNDAMENTAÇÃO legal: art.74, II, da Lei Federal n" 14.133/2021 e demais normas pertinentes. VENCEDOR: "MUDESTO OLIVEIRA VIANA PRODUÇÕES LTDA", CNPJ: 21.313.475-0001-08, Data ratificação: 26 DE MAIO DE 2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Prefeitura de Minas Novas - Extrato de contrato N° 0138/2026, Processo Administrativo de Licitação nº. 087/2026, INEXIGIBILIDADE nº. 030/2026. Fundamentação legal: art.74, II, da Lei Federal n" 14.133/2021 e demais normas pertinentes. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM "FRANCIELE SILVA" NO DIA 13 DE JUNHO DE 2026, DURANTE EVENTO NO DISTRITO DE LAGOA GRANDE, NO MUNICIPIO DE MINAS NOVAS - MG. VENCEDOR: "MUDESTO OLIVEIRA VIANA PRODUÇÕES LTDA", CNPJ: 21.313.475-0001-08, VALOR: R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS). Assinado(s): 26 DE MAIO DE 2026. PRAZO 30 (TRINTA DIAS).

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:2CB8CC79

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - PAL Nº 037/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO n°0132/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, Nº 0018/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO NA ESTRADA VICINAL DO DISTRITO DE BAIXA QUENTE. CONTRATADA(O): 58.173.673 DANILO JUNIO MARTINS GOMES - CNPJ:58173673000123. VALOR: R$8.487,76. DATA DE ASSINATURA: 26/05/2026. VIGÊNCIA: 26/05/2026 À 26/11/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO n°0133/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, Nº 0018/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO NA COMUNIDADE DE NAGÔ. CONTRATADA(O): 58.173.673 DANILO JUNIO MARTINS GOMES - CNPJ:58173673000123. VALOR: R$32.014,66. DATA DE ASSINATURA: 26/05/2026. VIGÊNCIA: 26/05/2026 À 26/11/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO n°0134/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, Nº 0018/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PONTE SOBRE O BOM SUCESSSO NA ESTRADA COM DESTINO A COMUNIDADE DE RIBEIRÃO DO MEIO. CONTRATADA(O): 49.865.612 FERNANDO VIEIRA DOS SANTOS - CNPJ:49865612000136. VALOR: R$64.921,01. DATA DE ASSINATURA: 26/05/2026. VIGÊNCIA: 26/05/2026 À 26/11/2026. ALESSANDRO MOTA BARBOSA. PREFEITO MUNICIPAL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO n°0135/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, Nº 0018/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE MEIO FIO E SARJETA NO TRECHO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA COMUNIDADE DE CAMPINHO. CONTRATADA(O): 18.336.524 RONEI FERREIRA DA SILVA - CNPJ:18336524000113. VALOR: R$15.932,99. DATA DE ASSINATURA: 26/05/2026. VIGÊNCIA: 26/05/2026 À 30/11/2026. ALESSANDRO MOTA BARBOSA. PREFEITO MUNICIPAL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO n°0136/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2025, Nº 0018/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA GALERIA NA COMUNIDADE DE BONIFÁCIO. CONTRATADA(O): EDER ALVES COSTA 09511396650 -

CNPJ:33.060.044/0001-66. VALOR: R$20.034,08. DATA DE ASSINATURA: 26/05/2026. VIGÊNCIA: 26/05/2026 À 26/11/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO n°0137/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0037/2026, Nº 0018/2026. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA GALERIA NA COMUNIDADE DE EMÍLIA DA SILVA. CONTRATADA(O): 66.543.758 VALDIVINO PASSOS SOARES - CNPJ:66.543.758/0001-84. VALOR: R$20.839,68. DATA DE ASSINATURA: 26/05/2026. VIGÊNCIA: 26/05/2026 À 26/11/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:ED0FD945

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 01/2026. PROCESSO **ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 078/2026**. **INEXIGIBILIDADE Nº: 024/2026, CREDENCIAMENTO Nº: 03/2026**. **CREDENCIADO:LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS SANTOS ARAUJO LTDA, CNPJ: 00.951.182/0001-86.** OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA OU LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS EM AMOSTRAS VETERINÁRIAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINAS NOVAS - MG**. DATA: 26/05/2026 VIGÊNCIA: 26/05/2026 Á 26/05/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:0EB0B331

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 1º Termo Aditivo a ARP nº 091/2025, Processo nº 161/2025 - Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa DISTRARMINDO ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 34.558.525/0001-69- Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL (VERDURAS, FRUTAS, LEGUMES, CARNES, LEITE PÃO, ÁGUA E OUTROS), PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS GERÊNCIAS MUNICIPAIS DE MIRABELA/MG.** Em decorrência do reequilibrio promovido no valor dos itens:
a) item 03 – **Abóbora italiana**, as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,98 (dois reais e novena e oito centavos) para R$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos).
b) item 04 – **Abóbora japonesa**, as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) para R$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos).
c) item 037 – **Banana prata,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos) para R$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos).
d) item 038 – **Banana prata,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos) para R$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos).
e) item 40 – **Batata bolinha,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos) para R$ 4,52 (quatro reais e cinquenta e dois centavos).
f) item 041 – **Batata doce,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos) para R$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos).
g) item 042 – **Batata doce,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos) para R$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos).
h) item 043 – **Batata doce roxa,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos) para R$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos).
i) item 044 – **Batata inglesa,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) para R$ 3,68 (três reais e sessenta e oito centavos).
j) item 047 – **Beterraba,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,64 (dois reais e sessenta e quatro centavos) para R$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos).
i) item 080 – **Cebola branca,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) para R$ 3,66 (três reais e sessenta e seis centavos).
k) item 93 – **chuchu,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos) para R$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos).
l) item 141 – **Laranja pera,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) para R$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos).
m) item 160 – **Mamão,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 3,97 (três reais e noventa e sete centavos) para R$ 5,16 (cinco reais e dezesseis centavos).
n) item 161 – **Mandioca,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos) para R$ 3,04 (três reais e quatro centavos).
o) item 165 – **Maracujá,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 5,58 (cinco reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 7,25 (sete reais e vinte e cinco centavos).
p) item 167 – **Melancia** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 2,23 (dois reais e vinte e três centavos) para R$ 2,90 (dois reais e noventa centavos).
q) item 219 – **Pimentão,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 4,82 (quatro reais e oitenta e dois centavos) para R$ 6,24 (seis reais e vinte e quatro centavos).
r) item 223 – **polpa abacaxi,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 30% passando de R$ 10,68 (dez reais e sessenta e oito centavos) para R$ 13,88 (treze reais e oitenta e oito centavos).
s) item 227 – **Polpa coquinho azedo,** as partes acordam em promover a alteração do valor unitário do item em 29,54% passando de R$ 10,00 (dez reais) para R$ 12,95 (doze reais e noventa e cinco centavos).
Ratificada por Yuri Guimarães Rodrigues – Secretário Municipal de Administração. **Mirabela, 25 de maio de 2026.**

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:A87283EE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° ADITIVO DE QUALITATIVO AO CONTRATO 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 091/2025. Concorrência Pública Eletrônica N.º 002/2025. EMPRESA: Mendes Construções LTDA ME. Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços para Execução de Obra: Cobertura de Quadra Poliesportiva de Serrania do Brigadeiro, na localidade Rua Jairo José da Cunha, no Distrito de Serrania do Brigadeiro, Miradouro/MG. - Valor: R$ 22.000,02 (vinte e dois mil e dois centavos). Data: 26/05/2026.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:7C2D7DB9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público a Adjudicação e Homologação do Processo Licitatório PRC nº 104/2026, Pregão Presencial nº 007/2026, cujo objeto é: Registro de preços, objetivando à futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, de natureza comum, para alimentação escolar das unidades de ensino da rede Municipal, em atendimento ao disposto na Lei Federal 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FMDE nº 38/2009 e 06/2020, conforme solicitação da Secretaria de Educação do Município de Moema/MG, nos exatos termos do Edital e seus anexos, em especial ao anexo I Termo de Referência. FORNECEDORES: 1 – MWR DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 48.409.842/0001-28, no valor total de R$ 69.515,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quinze reais), referente a: Lote 01 – verduras e legumes., no valor total de R$ 69.515,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quinze reais). 2 – TM MERCEARIA LTDA, CNPJ nº 28.843.485/0001-02, no valor total de R$ 435.819,60 (quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e dezenove reais, sessenta centavos), referente a: Lote 02 – frutas, no valor total de R$ 87.920,00 (oitenta e sete mil, novecentos e vinte reais). Lote 03 – mantimentos, no valor total de R$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais). Lote 04 – laticínios, no valor total de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais). Lote 06 – leite tipo A2, no valor total de R$ 57.899,60 (cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais, sessenta centavos). 3 – TERRA DOCE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 52.231.769/0001-14, no valor total de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), referente a: Lote 05 – polpa de frutas, no valor total de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Valor total do processo: R$ 580.334,60 (quinhentos e oitenta mil, trezentos e trinta e quatro reais, sessenta centavos). Data de assinatura 26/05/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG 26/05/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:50133062

LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2021

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o extrato do quinto termo aditivo do Contrato nº 015/2021, firmado entre o Município de Moema e Hospedagem Maria Bunita Ltda – ME, CNPJ sob o nº 30.377.935/0001-52. Objeto: prorrogação de prazo até 30/07/2026, renovação do valor total do contrato em R$24.664,02 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dois centavos). Data de assinatura 27/04/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações. Moema/MG 26/05/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:83080A6E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026. A Secretária Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar a partir do dia 19 de junho de 2026, às 09:00 horas até 31 de dezembro de 2026 às 17:00 horas, o Credenciamento nº 03/2026. **Objeto**: Refere-se a Credenciamento de Empresas Especializadas que atendam aos Requisitos Estabelecidos pela Administração Pública Municipal, para Prestação de Serviços Médicos e Fisioterapêuticos solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. Sites: www.montecarmelo.mg.gov.br, www.licitanet.com.br www.pncp.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo –MG, localizada à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar Bairro Centro – Monte Carmelo - MG. Data do Edital: 05/05/2026. Monte Carmelo, 26 de maio de 2026.

ANA PAULA PEREIRA –
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:A554FD14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.236, DE 26 DE MAIO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO CONDOMÍNIO DENOMINADO CONDOMÍNIO BARCELONA MURIAÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Muriaé, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que nos termos do art. 30 da Constituição Federal é da competência do Município promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.439/2017, de 21 de junho de 2017, que dispõe sobre condomínio de lotes urbano fechado, a Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 e a Lei Federal 6.766/79;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da empresa **CONDOMÍNIO BARCELONA MURIAÉ;**

CONSIDERANDO a aprovação do Projeto de Condomínio pelo Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, da Secretaria de Obras Públicas, do Departamento

Municipal de Saneamento Urbano (DEMSUR), no que couber o Conselho Municipal de Planejamento Urbano (COMUPLAN) e demais órgãos competentes;

CONSIDERANDO o interesse público e a constitucionalidade das leis;

CONSIDERANDO a exigibilidade e os parâmetros para a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme Plano Diretor de Muriaé, Lei Municipal 5.915/2019;

CONSIDERANDO a Alteração do Uso do Solo mediante Outorga Onerosa, conforme Plano Diretor de Muriaé, Lei Municipal 5.915/2019;

DECRETA

Art. 1º. Nos termos da Lei Municipal nº 5.439/2017, editada nos moldes definidos na Constituição Brasileira, no Código Civil, fica aprovado o condomínio denominado **BARCELONA MURIAÉ,** de propriedade **ACCOR INCORPORAÇÕES EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS**, localizado no imóvel **BAIRRO SANTA HELENA**, caracterizado como terreno urbano, com área de **444.562,00 m²**, oriundo da Matrícula **N°61.484** do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 2º. A área parcelada é composta de **443** lotes, distribuídos em **18** quadras, alimentados por ruas de acesso, com os seguintes índices de aproveitamento de área urbanizada:

I - Área comercializável: **227.656,52 m²**, correspondente a 51,21%;

II - Vias de circulação: **76.039,45 m²**, correspondente a 17,11%;

III - Área verde: **43257,43 m²**, correspondente a 9,73%;

IV – Preservação Permanente: **51.122,87 m²**, correspondente a 11,50%

V – Faixa de Servidão: **31.796,17 m²**, correspondente a 7,15%

Parágrafo Único. São partes integrantes da aprovação do condomínio, os memoriais descritivos e projeto do condomínio os quais ficarão arquivados no **processo n°. 28.182/2024** na Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 3°. Após a aprovação e constituição jurídica do condomínio de lotes urbano fechado, será de inteira responsabilidade do condomínio a obrigação de desempenhar:

I - O serviço de manutenção das árvores e poda, quando for o caso;

II - A manutenção e conservação das vias de circulação do pavimento, do calçamento e da sinalização de trânsito interna;

III - A coleta e remoção de lixo domiciliar que deverá ser depositado, em local definido e em recipiente adequado, na portaria onde houver recolhimento da coleta pública;

IV - Prevenção de sinistros;

V - Manutenção e conservação da rede de iluminação, de esgoto e de água;

VI - Garantia da ação livre e desimpedida das autoridades e entidades públicas que zelam pela segurança e bem estar da população;

VII - Outros serviços que se fizerem necessários;

VIII – Garantia de segurança do condomínio, inclusive o controle de acesso de visitantes, por profissionais habilitados.

Art. 4º. O Condomínio ora aprovado será implantado de acordo com as obras a serem realizadas conforme previsto no Projeto apresentado pelo Loteador.

Art. 5º. O Responsável pelo parcelamento do solo fica obrigado a executar todas as obras e serviços constantes dos projetos aprovados, previstas na Lei Municipal 5.439/217 e na Lei Federal 6.766/79.

§ 1º. Para garantia da execução das obras previstas neste artigo, ficam caucionados, em favor do Município os lotes:

- Quadra A: 07, 09, 11, 16, 18, 20, 22, 24, 26 e 31;

- Quadra B: 04, 06, 08, 22, 24, 26 e 28;

- QUADRA C: 05, 07, 09, 14, 16, 18 e 20;

- QUADRA D: 05, 07, 09, 14, 16, 18 e 20;

- QUADRA D: 05, 07, 09, 19, 21, 23 e 25;

- QUADRA E: 03, 05, 07, 09, 11, 13 e 15;

- QUADRA F: 04, 07, 09, 11, 16, 18, 20, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 37, 39, 48, 56, 64, 69 e 75;

- QUADRA G: 04, 07, 09, 16, 18, 20 e 22;

- QUADRA H: 06, 08, 11, 18, 20, 22 e 24;

- QUADRA I: 05, 07, 09, 16, 18, 20 e 22;

- QUADRA J: 02, 04, 06, 12, 14 e 16;

- QUADRA K 02, 05, 07, 08, 15 e 17;

- QUADRA L: 02, 03, 07, 09, 11, 13 e 14;

- QUADRA M: 02, 04, 06, 08, 15, 17 e 19;

- QUADRA N: 01, 03, 05, 08, 10, 12 e 14;

- QUADRA O: 05, 07, 09, 11, 21, 23 e 25;

- QUADRA P: 02, 04, 06, 08, 11, 14, 16 e 18;

- QUADRA Q: 03, 05 e 07;

- QUADRA R: 07, 09, 15 e 17.

§ 2º. A caução prevista neste artigo será registrada juntamente com o condomínio, constituindo condição essencial à validade do presente instrumento.

Art. 6º. A aprovação dada pelo Município ao projeto de condomínio de lotes ficará condicionada a assinatura de Termo de Compromisso.

Art. 7º. A Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente expedirá competente Licença de Condomínio.

Art. 8º. O Responsável pelo parcelamento do solo fica obrigado a registrar no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de aprovação do condomínio, instruídos com os projetos de arruamento e loteamento, bem como o memorial descritivo, nos termos da legislação federal e municipal, sob pena de caducidade.

Art. 9°. Após a inscrição no Registro de Imóveis nos termos do artigo anterior, o Responsável pelo parcelamento do solo obriga-se a encaminhar aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal cópia autenticada da Certidão de Registro de Imóveis, sem o que não serão expedidos os Alvarás para as edificações.

Art. 10º. As obrigações decorrentes da Lei Municipal nº 5.439/2017, além das já fixadas, que o proprietário do condomínio propõe-se a cumprir, serão executadas na forma da referida Lei, deste Decreto e mediante supervisão e fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art. 11º. Dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, o proprietário do condomínio compromete-se a adotar todos os procedimentos legais nela fixados, sob pena de caducidade do presente Decreto de aprovação de loteamento.

Parágrafo Único – O Responsável pelo condomínio obriga-se a cumprir e respeitar todos os termos emanados da Lei Municipal nº 5.439/2017, deste Decreto, da Lei Municipal nº 5.915/2019 e da Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, sob pena de caducidade da aprovação do condomínio.

Art. 12º. Os lotes propostos como garantia à execução das obras referidas no art. 6º, deverão ter as certidões de averbação da caução entregues ao Poder Público Municipal no prazo de trinta dias, a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 13º. Os prazos estabelecidos pelo Município e prometidos pelo responsável do condomínio com respeito às obras de urbanização começam a fluir e contar da data de publicação do presente Decreto.

Art. 14º. O responsável pelo **Condomínio Barcelona Muriaé**, se comprometeu em transformar o valor referente ao percentual mínimo de 10% da gleba, em benfeitorias à coletividade, conforme proposta a administração municipal, consonante ao § 3, Art.10 da Lei Municipal 5439/2017.

Art. 15º. O presente Decreto de aprovação de condomínio somente produzirá efeitos legais com a competente inscrição no Registro de Imóveis, assim como a averbação, no mesmo Registro, da caução em garantia de execução das obrigações postas no competente Termo de Compromisso.

Art. 16º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 26 de maio de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:6C41346C

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10, DE 25 DE MAIO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos aprovados no Edital nº 09 de 08 de setembro de 2025, para a realização de atos necessários para a contratação de estagiários de graduação em Informática e Tecnologia para atuação junto à Secretaria Municipal de Educação, às Instituições da Rede Municipal de Ensino e ao Núcleo de Tecnologia e Educação – NTE Muriaé/MGo.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de que trata o Edital nº 09, de 08 de setembro de 2025, destinado à formação cadastro de reserva de estagiários de graduação em Informática e Tecnologia para atuação junto à Secretaria Municipal de Educação, às Instituições da Rede Municipal de Ensino e ao Núcleo de Tecnologia e Educação – NTE Muriaé/MG.

1. DO DIA, LOCAL E HORÁRIO DA CONVOCAÇÃO

1.1. A convocação será realizada na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av. Maestro Sansão, 236 – 1º andar - Muriaé, MG.

1.2. O candidato aprovado deverá comparecer no endereço acima na data **27/05/2026.**

1.3. **O horário da convocação será às 13h** e todos os candidatos aprovados constante no **Anexo I** deverão estar presentes de forma pontual portando sua **Carteira de Identidade**.

2. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA

2.1. Os candidatos aprovados e convocados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av. Maestro Sansão, 236 – 1º andar, no dia **27/05/2026** as **13h**, portando os seguintes documentos**:**

a) Termo de Compromisso de Estágio, no qual deverão constar as atividades a seremdesenvolvidas no estágio;

b) Declaração de Matrícula expedida pela Instituição de Ensino, referente ao curso de graduação em Informática e Tecnologia;

c) Cópia do comprovante de quitação com as obrigações militares (candidatos do sexo masculino) e eleitorais.

f) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

g) Original e cópia do CPF e da Identidade;

h) Cópia do comprovante de residência;

i) Cópia do laudo médico e declaração de Pessoa com Deficiência, quando for o caso.

2.2. Constatando-se incongruências e inconformidades que beneficiam o candidato quanto a sua colocação, omissão ou inveracidade de quaisquer dos documentos/informações prestadas, será o candidato automaticamente excluído do processo seletivo regido por este Edital.

2.3. O Termo de Compromisso de Estágio, no qual deverão constar as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, será fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.

2.4. A Secretaria Municipal de Educação informará o período de trabalho do candidato na entrega dos documentos.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https://digiescola.muriae.mg.gov.br/estagioinformatica/,* sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

3.2 Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé/MG, 25 de maio de 2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO I

CLASS	NOME COMPLETO
14	FELLIPE ROCHA DA SILVA
15	SAMUEL SALAZAR BARROS GUIMARÃES

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:A621DE92

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.643 /2026

"Dá denominação de Ponte Antônio José Monteiro de Castro Júnior para a ponte localizada nas

proximidades do Distrito de Vermelho e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica oficializado e denominado, por força desta Lei, de Ponte Antônio José Monteiro de Castro Júnior a ponte localizada nas proximidades do Distrito de Vermelho, às coordenadas 21°05'20.1"S 42°25'29.6"W.

Art. 2º. O Poder Executivo deverá comunicar aos órgãos e concessionárias de serviços públicos, bem como determinar a confecção de placa indicativa, afixando-a no referido local.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé/MG, 26 de maio de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:83E4F15F

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 18, DE 27 DE MAIO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

Dispõe sobre a cessão de candidato aprovado no Processo Seletivo para a seleção de estagiários de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital nº 01, de 23 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO a homologação do processo seletivo regido pelo Edital nº 01, de 23 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO o item 9.8 do Edital nº 01, de 23 de fevereiro de 2026;

RESOLVE

Art. 1º – Fica cedida a estagiária Nicolle Cardoso Ribeiro, matriculada no curso de pós-graduação em Planejamento Urbano Sustentável da FACUMINAS, para prestar estágio na Secretaria Municipal de Educação, pelo período a contar de 01 de junho de 2026, nos termos do Convênio de Estágio firmado entre as partes.

Art. 2º – A Secretaria Municipal de Educação assumirá integralmente a responsabilidade pela gestão do estágio, incluindo o pagamento da bolsa-estágio, auxílio-transporte, eventuais benefícios, bem como encargos financeiros e administrativos decorrentes da relação de estágio.

Art. 3º – A Secretaria Municipal de Educação será responsável por todas as questões contratuais, inclusive eventuais rescisões, desligamentos e demais providências inerentes à regularização do estágio, observando as disposições da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio).

Art. 4º – A estagiária desenvolverá atividades compatíveis com sua formação acadêmica e conforme plano de atividades aprovado pelo supervisor do estágio na Secretaria Municipal de Educação sob sua orientação e fiscalização.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 27 de maio de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:64DD9B2A

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
AVISO DE INTENÇÃO - ADESÃO À ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 024/2026 E 025/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026 - CISABZM

Aviso de Intenção - Adesão às Atas de Registros de Preços nº 024/2026, nº 025/2026 - Pregão Eletrônico n° 002/2026 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB/ZM

O DEMSUR – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO O INTERESSE EM ADERIR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026 E Nº 025/2026 ORIUNDAS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB/ZM, PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS E AFINS, NO VALOR TOTAL DE R$ 9.337,00 (NOVE MIL, TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS), SENDO O CONTRATO PELO PRAZO DE 04 (QUATRO) MESES.

Publicado por:
Maria Luiza Gardone Gonçalves Lazzaroni
Código Identificador:1F8014D0

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO - **DETENTORA: USITEK LTDA – CNPJ nº 46.367.117/0001-09 -** VALOR TOTAL R$ R$ 107.147,40 - DATA DE ASSINATURA: 25/05/2026 – VIGÊNCIA: 27/05/2026 A 27/05/2027 -

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA -
Diretora Geral Do DEMSUR.

Item	Produto	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO 20 MPA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	M³	40	R$ 580,78	R$ 23.231,20
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO 30 MPA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	M³	80	R$ 636,1825	R$ 50.894,60
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO 40 MPA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E ADITIVO DE IMPERMEABILIZANTE.	M³	50	R$ 660,432	R$ 33.021,60
Valor total:				R$ 107.147,40	

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:BB1A07E0

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICA O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS PATRIMONIAIS DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA FUNDARTE - CONTRATADA: ROCHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICA LTDA - VALOR: R$ 49.265,20 - PRAZO: INICIA-SE EM 22/05/2026 E ENCERRA-SE EM 22/05/2027 -

SANDRO AREAL CARRIZO -
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:6B26FD0D

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICA O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS PATRIMONIAIS DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA FUNDARTE - CONTRATADA: CONSTRULIDER MURIAE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA - VALOR: R$ 18.742,35 - PRAZO: INICIA-SE EM 22/05/2026 E ENCERRA-SE EM 22/05/2027 -

SANDRO AREAL CARRIZO -
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:DA078A28

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À FERRAMENTA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DENOMINADA BANCO DE PREÇOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG – FUNDARTE – CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA – VALOR: r$ 13.980,00 - PRAZO: INICIA-SE EM 25/05/2026 E ENCERRA-SE EM 25/05/2027 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO: REFERÊNCIA 2030, DOTAÇÃO 04.01.04 13.0122.0001.2.031 3390.40.00 –

SANDRO AREAL CARRIZO -
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:906004B3

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 44, DE 26 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 44, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre aposentadoria de APARECIDA PRISCILA PEREIRA.

O Presidente do MURIAÉ-PREV, usando das atribuições de seu cargo, art. 10, inc. IV e XIII da Lei Municipal nº 3.432/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.628/2013, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria **POR INVALIDEZ** com **proventos integrais** calculados pela média aritmética simples, **sem direito a paridade**, com fundamento no art. 40, §1º, inciso I, da CR/88 c/c art. 44 da Lei Municipal nº 3.432/2007 e alterações trazidas pela Lei Complementar n° 6.354/22 a servidora **APARECIDA PRISCILA PEREIRA,** matrícula 003.101-008, CPF nº 104.568.207-10, no cargo efetivo de Professor I.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **07 de maio de 2026.**

Muriaé – MG, 26 de maio de 2026.

ALESSANDRO RODRIGUES CAMPOS
Presidente Do Muriaé-Prev
Masp. 660.001

Publicado por:
Nancy Lieta Lima
Código Identificador:BD341FDE

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 45, DE 26 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 45, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre aposentadoria de APARECIDA PRISCILA PEREIRA.

O Presidente do MURIAÉ-PREV, usando das atribuições de seu cargo, art. 10, inc. IV e XIII da Lei Municipal nº 3.432/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.628/2013, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria **POR INVALIDEZ** com **proventos integrais** calculados pela média aritmética simples, **sem direito a paridade**, com fundamento no art. 40, §1º, inciso I, da CR/88 c/c art. 44 da Lei Municipal nº 3.432/2007 e alterações trazidas pela Lei Complementar n° 6.354/22 a servidora **APARECIDA PRISCILA PEREIRA,** matrícula 003.101-013, CPF nº 104.568.207-10, no cargo efetivo de Professor I.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **07 de maio de 2026.**

Muriaé – MG, 26 de maio de 2026.

ALESSANDRO RODRIGUES CAMPOS
Presidente Do Muriaé-Prev
Masp. 660.001

Publicado por:
Nancy Lieta Lima
Código Identificador:9B734362

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33101/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33101/2024 - *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2023*** – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE PATOLOGIA E CITOPATOLOGIA. - **CONTRATADA: DAP - DIAGNOSTICO EM ANATOMIA PATOLOGICA E BIOLOGIA MOLECULAR– MOTIVO: ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, COM AMPARO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 – VALOR: R$ 4.856,40.**

MURIAÉ/MG, 26/05/2026

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:C0FD427B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052001/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *052001*/2023 – *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023*** – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE - GPS/GPRS/SATELITAL COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS EM COMODATO. - **CONTRATADA: LOCALIZAR SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO LTDA – MOTIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE CONTRATUAL, COM AMPARO NA LEI FEDERAL 8.666/1193 - VIGÊNCIA: 27/04/2026 A 26/04/2027.**

MURIAÉ/MG, 27/04/2026

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

PAULO ROBERTO PORTILHO VARELLA
Secretário Municipal de Governo

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA
Secretário Municipal de Administração

ADRIANA APARECIDA DE MORAIS RIBEIRO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

VANESSA MAGALHÃES AZEREDO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas

FERNANDO TROTA LEVATI
Secretário Municipal de Agricultura

CÉZAR AUGUSTO BIANCHI BOTARO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

SILVIO MÁRCIO BOUSADA SALVATO
Secretário Municipal de Planejamento e Controle

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:D4D16212

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO P.E 18/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
Processo Adm: Nº 60/2026
Objeto: O presente Termo de Referência tem por objeto a realização de Pregão Eletrônico, visando à prestação de serviços de recauchutagem de pneus destinados aos caminhões, máquinas e equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura, a ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços.
Empresa(s) vencedora(s) valor total: R$ 148.150,00 (cento e quarenta e oito mil e cento e cinquenta reais): **DC COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA-EPP** (03.050.725/0001-82) com o(s) item(ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 no valor total de R$ 148.150,00 (cento e quarenta e oito mil e cento e cinquenta reais).
O Secretário Municipal de Agricultura, Fernando Trota Levati, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) IN SEGES Nº73/2022, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
MURIAÉ (MG), terça-feira, 25 de maio de 2026.

FERNANDO TROTA LEVATI
Secretário Municipal de Agricultura

Publicado por:
Gabriela Lomeu Soares de Oliveira
Código Identificador:D545E144

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO ADESÃO N° 013/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

RATIFICAR E HOMOLOGAR, em todos os seus termos o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026,** conforme justificativa apresentada e Parecer da Procuradoria Jurídica, nos termos da Lei 14.133/2021, cujo objeto: Contratação de terceiros (pessoa jurídico), para o fornecimento de estruturas e recursos diversos necessários à realização das festividades EXPONAT 2026 – NATALÂNDIA -MG, que ocorrerá nos dias 28 a 31 de maio de 2026, **AUTORIZANDO,** a contratação de Empresa **DOUGLAS PRODUCOES & EMPREENDIMENTOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 40.089.711/0001-07, referente à Ata de Registro de Preços nº 212/2025, oriunda do Modalidade Pregão Eletrônico por Registro de Preços n.º 0262025, gerenciada pela CONVALES. Valor Global Estimado de **R$ 269.636,37 (duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos).**

Publique-se.

Natalândia - MG, 26 de maio de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:A6D87D3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº012/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

RATIFICAR E HOMOLOGAR, em todos os seus termos o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026,** conforme justificativa apresentada e Parecer da Procuradoria Jurídica, nos termos da Lei 14.133/2021, cujo objeto: Contratação de terceiros (pessoa jurídico), para o fornecimento de estruturas para eventos de rodeio na realização das festividades EXPONAT 2026 – NATALÂNDIA -MG, que ocorrerá nos dias 28 a 31 de maio de 2026, **AUTORIZANDO,** a contratação de Empresa **R A B FRANCO LOCAÇÕES,** inscrita no CNPJ sob o n. º 34.776.652/0001-34, referente à Ata de Registro de Preços nº 173/2025, oriunda do Modalidade Pregão Eletrônico por Registro de Preços n.º 020/2025, gerenciada pela CONVALES. Valor Global Estimado de **R$ 175.220,00** (cento e setenta e cinco mil duzentos e vinte reais).

Publique-se.

Natalândia - MG, 26 de de maio de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:DFA747BA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 078/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0078/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - ENGETOP ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, 38.452.755/0001-08
OBJETO - CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SOLO, VISANDO A INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA DO TERRENO DESTINADO À EXECUÇÃO DE OBRAS, COM A FINALIDADE DE CARACTERIZAÇÃO DO SUBSOLO E FORNECIMENTO DE PARÂMETROS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURAIS E DE FUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0018/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000052/26
VIGÊNCIA:25/05/2026 À 24/05/2027
VALOR: 27.817,50
NATERCIA - MG - DATA 25/05/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:08B5EFC9

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N°079/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0079/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - DEVA VEICULOS LTDA.., 23.762.552/0003-02
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN ESCOLAR 15+1 LUGARES, PARA ATENDER AO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA(MG), POR MEIO DE ADESÃO DE ATA DO CONSÓRCIO CODAP.
ADESÃO PREGÃO ELETRONICO - 0010/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000066/26
VIGÊNCIA:22/05/2026 À 21/05/2027
VALOR: 373.400,00
NATERCIA - MG - DATA 25/05/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:13A66670

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0076/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - 66.680.458 FABIANA MARIA SILVESTRE, 66.680.458/0001-47
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIRO(A), VISANDO A EXECUÇÃO DE OFICINAS A SEREM DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
INEXIGIBILIDADE - 0017/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000047/26
VIGÊNCIA:22/05/2026 À 21/05/2027
VALOR: 19.452,00
NATERCIA - MG - DATA 22/05/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:7AD2C68E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
EXTRATO PUBLICIDADE DE CONTRATO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 21.241.542/0001-26, torna público o extrato do Contrato Administrativo nº. 024/2026, do Processo Licitatório nº. 024/2026, sob modalidade de Inexigibilidade nº. 012/2026; **OBJETO:** Contratação de Serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do Poder Legislativo Municipal para atualização e qualificação dos Servidores e Vereadores: no curso "CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EFICIENTE E O USO ESTRATÉGICO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS" nos dias 26/05/2026 a 29/05/2026, na cidade de Brasília, DF, para a Câmara Municipal de Nova Ponte, MG. **CONTRATADO**: Instituto Conecta Brasil Capacitação em Gestão Pública LTDA, CNPJ 58.457.287/0001-63. **VALOR GLOBAL**: R$5.800,00 (cinco mil oitocentos reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 26/05/2026 a 05/06/2026. Câmara Municipal de Nova Ponte – MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:4126C51D

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
PUBLICIDADE DA HOMOLOGAÇÃO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 21.241.542/0001-26 – RATIFICAÇÃO. **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026**. **OBJETO**: Contratação de Serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do Poder Legislativo Municipal para atualização e qualificação dos Servidores e Vereadores: no curso "CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EFICIENTE E O USO ESTRATÉGICO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS" nos dias 26/05/2026 a 29/05/2026, na cidade de Brasília, DF, para a Câmara Municipal de Nova Ponte, MG. **CONTRATADO**: Instituto Conecta Brasil Capacitação em Gestão Pública LTDA, CNPJ 58.457.287/0001-63. **VALOR GLOBAL**: R$5.800,00 (cinco mil oitocentos reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 26/05/2026 a 05/06/2026. **FUNDAMENTO:** Homologo a condição de Inexigibilidade de Licitação enquadrando-a nos dispositivos legais previstos no art. 74, III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações. Nova Ponte – MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:24803462

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE/MG
PROCESSO N.º 054/2026 - DISPENSA N.º 009/2026.
AVISO.
O Município de Nova Ponte - torna público – Processo Administrativo n.º 054/2026, Dispensa de Licitação n.º 009/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS QUE IRÃO CONCORRER A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR. Data limite para apresentação de propostas: 01/06/2026 às 08h30. Demais informações, podem ser obtidas no Setor de Licitações de Nova Ponte/MG ou através do e-mail: licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br.

Nova Ponte/MG, 26 de maio de 2026.

SIMONE PEREIRA DA CUNHA.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:36B3B7B1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DMAE
PORTARIA

PORTARIA N.º 010/2026

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR QUE MENCIONAM.

O Diretor do DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º) – Conceder aos servidores deste departamento, abaixo relacionados, 180 (cento e oitenta) dias de férias, relativa ao período aquisitivo, conforme ESTATUDO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICPAIS.

Funcionário	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Vânia Spindola Ferreira	02/01/2015 a 01/01/2025	27/05/2026 a 22/11/2026

Art.2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Ponte - MG., 25 de maio de 2026.

WANDER NUNES BARROSO FILHO
Diretor - DMAE

Publicado por:
Amanda Juliana Lopes da Silva
Código Identificador:15C2695D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DMAE
PORTARIA

PORTARIA N.º 011/2026

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR QUE MENCIONAM.

O Diretor do DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º) – Conceder aos servidores deste departamento, abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de férias, relativa ao período aquisitivo, conforme ESTATUDO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICPAIS.

Funcionário	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Wallison Moreira Mendes	01/04/2025 a 31/03/2026	01/06/2026 a 18/06/2026
Francisco Alves de Brito	02/01/2025 a 01/01/2026	01/06/2026 a 30/06/2026
Arnaldo Junior Naves	11/01/2023 a 10/01/2024	01/06/2026 a 30/06/2026
Antônio dos Reis Borges	30/01/2025 a 29/01/2026	01/06/2026 a 30/06/2026

Art.2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Ponte - MG., 26 de maio de 2026.

WANDER NUNES BARROSO FILHO
Diretor - DMAE

Publicado por:
Amanda Juliana Lopes da Silva
Código Identificador:765C8F29

SECRETARIA DO GABINETE
PORTARIA Nº 113, DE 26 DE MAIO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DE GESTÃO MUNICIPAL E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM SERVIÇO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no item 11, do termo de referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico n. 001/2026,

Considerando que será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para o fim de contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de locação de um Software Integrado de Gestão Pública com serviço de Computação em Nuvem, direcionado para a Administração Municipal;

Considerando que é fundamental para a continuidade do serviço que a proposta, provisoriamente, vencedora necessita demonstrar a operacionalidade, viabilidade, exequibilidade e adequação de seu sistema para as necessidades do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação para o fim de atestar a operacionalidade, viabilidade, exequibilidade e adequação da implantação do Sistema de informatização de gestão municipal e licença de uso de software com serviço de computação em nuvem, a ser feito pela empresa, provisoriamente, declarada vencedora da licitação prevista no Edital supra, para o fim de declará-la vencedora do certame, de modo definitivo, sem prejuízo do exame de sua habilitação na forma prevista em Lei.

Art. 2º A Comissão será composta dos seguintes membros, sob a coordenação do primeiro:

1 – Marcio Antonio Ferreira
2 -- Marcos Roberto de Oliveira
3 – Ronivaldo dos Reis Silveira

Parágrafo único. A Comissão deverá acompanhar a demonstração do funcionamento do sistema de gestão nos diversos setores da Prefeitura na presença do servidor da área respectiva e elaborar relatório sucinto sobre a sua operacionalidade, viabilidade, exequibilidade e adequação no atendimento às necessidades do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Ponte, 26 de maio de 2026

PROF. JOSÉ DIVINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ODOVÂNIO ANTÔNIO DA SILVA
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Lindamar Maria de Almeida Nunes
Código Identificador:AA48E433

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.991, DE 27 DE ABRIL DE 2026. TORNA OBRIGATÓRIA A UTILIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO REFLETIVA E/OU LUMINOSA E DE IDENTIFICAÇÃO EM CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS E CONTÊINERES PARA COLETA DE ENTULHO, MATERIAIS E RESÍDUOS, DISPOSTOS EM VIAS E LOGRA

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica obrigatória a utilização de dispositivos de sinalização refletiva e/ou luminosa e de identificação em todas as caçambas estacionárias e contêineres destinados à coleta de entulho, materiais e resíduos, quando dispostos em vias e logradouros públicos no Município de Ouro Branco.
Art. 2º As caçambas e contêineres de que trata esta Lei deverão atender aos seguintes requisitos de sinalização e identificação:
I – Dispor, obrigatoriamente, de sinalização refletiva de alta intensidade em todas as suas faces laterais e frontais visíveis, que deverá:
a) Seguir, no que couber e por analogia, os padrões técnicos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), especialmente no tocante à retrorrefletividade e durabilidade do material;
b) Ser aplicada em faixas contínuas ou padronizadas, cobrindo, no mínimo, vinte e cinco por cento (25%) da área lateral visível do equipamento, em cores contrastantes com o equipamento, de forma a alertar os condutores e pedestres do obstáculo, sobretudo no período noturno e em condições de baixa visibilidade.
II – Conter, de forma clara e legível, a identificação da empresa responsável, com as seguintes informações:
a) Nome ou Razão Social da empresa proprietária;
b) Número de telefone para contato imediato, em caso de emergência ou reclamação;
c) Número de identificação individual da caçamba ou contêiner.
§ 1º A sinalização refletiva é prioritária, mas a empresa proprietária poderá complementar a segurança com dispositivos luminosos intermitentes (pisca-pisca) durante o período noturno (das 18h às 06h), se julgar necessário ou se a regulamentação do Executivo assim exigir para pontos de alta periculosidade.
§ 2º As caçambas e contêineres deverão ser dispostos de modo a não obstruir rampas de acesso para pessoas com deficiência, hidrantes, sinalização viária ou comprometer a segurança e a fluidez do trânsito.
Art. 3º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará a empresa proprietária e/ou responsável às seguintes penalidades, passíveis de aplicação pelo Poder Executivo Municipal na forma da regulamentação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:
I – Advertência por escrito, na primeira autuação da infração, com prazo de 72 (setenta e duas) horas para a devida regularização do equipamento.
II – Multa, quando da segunda autuação e em casos de reincidência, fixada em valor pecuniário.
a) A multa será fixada entre 20 (vinte) e 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Município (UFMO), ou outro índice que venha a substituí-lo, a depender da gravidade, do porte da empresa e do número de reincidências no período de 12 (doze) meses.
b) Em caso de reincidência específica após a aplicação da multa, o valor poderá ser aplicado em dobro.
III – Apreensão e remoção da caçamba ou contêiner, quando houver risco iminente e grave à segurança pública ou reincidência contumaz, correndo as despesas de remoção, estadia e regularização por conta do infrator.
Art. 4º O Poder Executivo Municipal, regulamentará a presente Lei, no que couber, para a sua fiel aplicação, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua publicação.
Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá, observadas a conveniência e oportunidade administrativas, promover ações de orientação e conscientização junto às empresas do setor antes de iniciar a fiscalização e a aplicação das penalidades.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:6C229899

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.992, DE 27 DE ABRIL DE 2026.

ASSEGURA A OFERTA DE DIETA ISENTA DE GLÚTEN A PACIENTES COM DOENÇA CELÍACA INTERNADOS NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica assegurada a oferta de dieta isenta de glúten aos pacientes diagnosticados com doença celíaca internados em hospitais, unidades de pronto atendimento e demais estabelecimentos de saúde da rede pública municipal.
Art. 2º O direito previsto nesta Lei aplica-se mediante comprovação médica, por laudo, prontuário ou declaração emitida por profissional de saúde habilitado.
Art. 3º A dieta isenta de glúten deverá ser preparada, armazenada e servida de forma a evitar contaminação cruzada, observando-se as normas sanitárias vigentes.
Art. 4º O Poder Executivo poderá estender o cumprimento desta Lei às unidades de saúde privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme regulamentação.
Art. 5º *A Secretaria responsável poderá promover:*
I – capacitação dos profissionais envolvidos na manipulação e fornecimento de alimentos;

II – orientação aos pacientes e familiares sobre a importância da dieta isenta de glúten;
III – adequação dos contratos de alimentação hospitalar, quando necessário;
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias 3.3.90.39.00.00.00.00, pasta 1.500.000.1002, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 7ºO Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:42021646

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.993, DE 27 DE ABRIL DE 2026.INSTITUI O PROGRAMA DE VACINAÇÃO DOMICILIAR PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO-MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de OURO BRANCO-MG, o Programa de Vacinação Domiciliar para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de garantir acesso humanizado e adequado à vacinação.
Art. 2º O Programa tem como finalidade assegurar a aplicação de vacinas previstas no calendário oficial do Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas com TEA que apresentem dificuldade significativa de deslocamento, sensibilidade sensorial ou sofrimento intenso em ambientes de saúde.
Art. 3º Poderão ser atendidas pelo Programa as pessoas com TEA que:
I – estejam devidamente diagnosticadas, mediante laudo médico ou multiprofissional;
II – residam no Município de OURO BRANCO-MG;
III – tenham solicitação formal feita por responsável legal ou pelo próprio beneficiário, quando maior e capaz.
Art. 4º A vacinação domiciliar será realizada por equipes da rede municipal de saúde, devidamente capacitadas, respeitando os protocolos sanitários e de segurança vigentes.
Art. 5º A adesão ao Programa será voluntária, mediante requerimento junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme regulamentação do Poder Executivo.
Art. 6º O Poder Executivo poderá:
I – promover capacitação específica dos profissionais de saúde para o atendimento de pessoas com TEA;
II – estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos;
III – definir critérios de priorização conforme grau de necessidade.
Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias 3.3.90.30.00.00.00.00, pasta 1.500.000.1002, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 8ºO Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:00F29BA8

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.994, DE 27 DE ABRIL DE 2026. INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ZELADORIA PREVENTIVA, COM O OBJETIVO DE GARANTIR A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE ÁREAS PÚBLICAS, UNIDADES ESCOLARES E DE SAÚDE.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Institui o Programa Municipal de Zeladoria Preventiva.
Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por Zeladoria Preventiva o conjunto de ações contínuas e planejadas de manutenção, conservação e pequenos reparos em bens e espaços públicos, realizadas de forma antecipada, com o objetivo de prevenir danos, garantir a segurança dos usuários e preservar o patrimônio público.
Art. 2º. O programa tem como objetivo assegurar a manutenção preventiva e periódica das áreas públicas, visando à conservação do patrimônio público, à segurança dos usuários e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
Art. 3º. Terão prioridade:
I – Unidades escolares;
II – Unidades de saúde;
III – Praças e áreas de grande circulação.
Art. 4º. O Poder Executivo poderá, no âmbito de sua competência, divulgar cronograma periódico de manutenção das áreas contempladas pelo programa.
Art. 5º. O Poder Executivo poderá disponibilizar canais de comunicação destinados ao recebimento de demandas relacionadas à necessidade de intervenção nas áreas públicas.
Art. 6º. A execução do Programa Municipal de Zeladoria Preventiva observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo.
Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:53CF5A33

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.995, DE 27 DE ABRIL DE 2026. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO A PROMOVER CONSULTAS JUNTO AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO SOBRE TROCAS DE HORÁRIOS E ITINERÁRIOS DOS ÔNIBUS URBANOS DO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover consultas públicas junto às Associações de Moradores e demais representantes da comunidade por ocasião de alterações nos horários e itinerários dos ônibus urbanos, ressalvadas as modificações pontuais.
§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se alterações pontuais aquelas motivadas por circunstâncias transitórias que obstem, de forma temporária, a regular circulação de veículos em determinada via pública.
§ 2º A divulgação das consultas eventualmente realizadas observará os meios oficiais de comunicação do Município, bem como a afixação de avisos em pontos de ampla visibilidade nos bairros e distritos envolvidos, preferencialmente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data estimada para a implementação das modificações.
Art. 2º Nas localidades onde inexistirem associações de moradores formalmente instituídas, poderá o Poder Executivo, promover audiências públicas e/ou reuniões abertas à comunidade, oportunizando espaço para manifestações e sugestões daqueles potencialmente impactados pelas mudanças em estudo.
Art. 3º As iniciativas previstas nesta Lei deverão considerar, no âmbito das decisões administrativas, os princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e da escuta social, observando-se os limites da capacidade institucional e operacional do Município.
Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar parcerias ou cooperação técnica com instituições de ensino superior, entidades da sociedade civil organizada e organismos especializados em planejamento

urbano, objetivando subsidiar, com respaldo técnico e metodológico, as ações relacionadas à matéria aqui tratada.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:13820BB2

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.995, DE 27 DE ABRIL DE 2026. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO A PROMOVER CONSULTAS JUNTO AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO SOBRE TROCAS DE HORÁRIOS E ITINERÁRIOS DOS ÔNIBUS URBANOS DO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover consultas públicas junto às Associações de Moradores e demais representantes da comunidade por ocasião de alterações nos horários e itinerários dos ônibus urbanos, ressalvadas as modificações pontuais.
§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se alterações pontuais aquelas motivadas por circunstâncias transitórias que obstem, de forma temporária, a regular circulação de veículos em determinada via pública.
§ 2º A divulgação das consultas eventualmente realizadas observará os meios oficiais de comunicação do Município, bem como a afixação de avisos em pontos de ampla visibilidade nos bairros e distritos envolvidos, preferencialmente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data estimada para a implementação das modificações.
Art. 2º Nas localidades onde inexistirem associações de moradores formalmente instituídas, poderá o Poder Executivo, promover audiências públicas e/ou reuniões abertas à comunidade, oportunizando espaço para manifestações e sugestões daqueles potencialmente impactados pelas mudanças em estudo.
Art. 3º As iniciativas previstas nesta Lei deverão considerar, no âmbito das decisões administrativas, os princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e da escuta social, observando-se os limites da capacidade institucional e operacional do Município.
Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar parcerias ou cooperação técnica com instituições de ensino superior, entidades da sociedade civil organizada e organismos especializados em planejamento urbano, objetivando subsidiar, com respaldo técnico e metodológico, as ações relacionadas à matéria aqui tratada.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:6693EE58

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.996, DE 27 DE ABRIL DE 2026. AUTORIZA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE LEITE COM FÓRMULAS INFANTIS ESPECIAIS PARA CRIANÇAS LACTENTES, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO-MG.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada a distribuição contínua e gratuita de leite sem lactose, com proteína hidrolisada ou livre de aminoácidos, às crianças lactentes, pela rede pública de saúde do Município de Ouro Branco.
Parágrafo único. Entende-se por lactente a criança de até 2 (dois) anos de idade.
Art. 2º Os leites citados no art. 1º desta Lei serão fornecidos às crianças intolerantes à lactose ou alérgicas às proteínas do leite de vaca, respectivamente, desde que sua condição seja comprovada por meio de prescrição e atestado médico, fornecidos por um profissional do Sistema Único de Saúde (SUS).
Parágrafo único. A solicitação será feita pelos pais ou responsáveis pela criança lactente.
Art. 3º Caberá ao órgão competente pela execução desta Lei zelar para que o fornecimento do leite sem lactose, com proteína hidrolisada ou livre de aminoácidos, ocorra de maneira ininterrupta e imediata.
Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, estabelecendo as normas necessárias à sua implementação e cumprimento.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:96A49F49

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.997, DE 27 DE ABRIL DE 2026. DÁ A DENOMINAÇÃO Á PISTA DE CAMINHADA LOCALIZADA NA AV. MACAPÁ, BAIRRO LUZIA AUGUSTA MG-129, OURO BRANCO/MG COMO PISTA DE CAMINHADA CANTO DO SABIÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Passa denominar-se “Pista de caminhada CANTO DO SABIÁ”, a pista de caminhada localizada na Av. Macapá, bairro Luzia Augusta MG-129, Ouro Branco/MG. A referida geolocalização da pista encontra-se nas posições iniciais e finais respectivamente: 20°30'53"S 43°39'47"W; 20°30'49"S 43°41'01"W. .
§1º - No início da mencionada estrada, será afixada uma placa de identificação com os seguintes dizeres: “PISTA DE CAMINHADA CANTO DO SABIÁ”
§ 2º - Essa denominação é exclusiva da referida Pista e será utilizada na correspondência oficial, documentos e demais papéis.
Art. 2º – As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação própria da vigente peça orçamentária.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Branco, 27 de abril de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:4226FDD4

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 2.998, DE 04 DE MAIO DE 2026. INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E APOIO A PACIENTES COM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS, INCLUINDO ALZHEIMER E PARKINSON, NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO-MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco-MG por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Ouro Branco-MG o Programa Municipal de Conscientização e Apoio a Pacientes com Doenças Neurodegenerativas, com o objetivo de promover a informação, prevenção, orientação e suporte a pacientes e familiares.
Art. 2º São objetivos do Programa:

I – promover campanhas educativas e de conscientização sobre doenças neurodegenerativas, incluindo Alzheimer, Parkinson, Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) e outras;
II – capacitar cuidadores, familiares e profissionais da saúde para manejo adequado de pacientes;
III – apoiar pacientes e familiares com orientação psicológica, social e jurídica;
IV – integrar ações com unidades de saúde, instituições de ensino, associações de pacientes e sociedade civil;
V – estimular pesquisa, estudos e eventos de difusão de conhecimento sobre prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças neurodegenerativas.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal responsável:
I – coordenar e executar as ações do Programa;
II – articular parcerias com instituições públicas e privadas, universidades e associações;
III – divulgar materiais educativos e realizar campanhas periódicas;
IV – disponibilizar atendimento e orientação à pacientes e familiares;
V – apresentar relatórios anuais de acompanhamento e resultados no portal de transparência.
Art. 4º O Programa poderá incluir:
I – palestras e seminários em espaços públicos e escolas;
II – cursos de capacitação para cuidadores e profissionais de saúde;
III – distribuição de materiais informativos;
IV – campanhas em mídia digital e impressa;
V – eventos de conscientização em datas especiais relacionadas à saúde neurológica.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotações 3.3.90.39.00.00.00.00, pasta 1.500.000.1002, consignadas no orçamento anual da Secretaria Municipal de Saúde ou de convênios e parcerias que venham a ser firmadas.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 04 de maio de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:3B6DBEE8

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 3.001, DE 14 DE MAIO DE 2026. INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica instituído, o Plano Municipal do Patrimônio Histórico de Ouro Branco, constante no anexo único, parte integrante desta lei, o qual contém propostas de desenvolvimento da cultura no Município de Ouro Branco, definindo metas e ações por eixo temáticos, bem como outras providências.
Parágrafo único. O Plano Municipal do Patrimônio Histórico, busca projetar o desenvolvimento da cultura e garanta a gestão eficaz da Política Municipal de Preservação e Valorização do Patrimônio Histórico, Natural, Imaterial e da Paisagem Cultural de Ouro Branco pelo prazo de 10 anos.
Art. 2º. O Município divulgará o Plano Municipal do Patrimônio Histórico, constante no anexo único desta lei, visando a participação e acompanhamento de todos na sua execução.
Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei por meio de decreto, no que couber.
Art. 4 º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Ouro Branco, 14 de maio de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:617C3A59

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 3.002, DE 14 DE MAIO DE 2026.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE OURO BRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica instituído, em conformidade com o Plano Nacional de Cultura e as Políticas Estaduais e Municipais de Cultura, o Plano Municipal de Cultura de Ouro Branco, constante no anexo único, parte integrante desta lei, o qual contém propostas de desenvolvimento da cultura no Município de Ouro Branco, definindo metas e ações por eixos temáticos, bem como outras providências.
Parágrafo único. O plano Municipal de Cultura, busca projetar o desenvolvimento da cultura em Ouro Branco pelo prazo de 10 anos.
Art. 2º. O Município divulgará o Plano Municipal de Cultura, constante no anexo único desta lei, visando a participação e acompanhamento de todos na sua execução.
Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei por meio de decreto, no que couber.
Art. 4 º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Ouro Branco, 14 de maio de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:6C2074DC

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 3.003, DE 14 DE MAIO DE 2026. DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS, COMISSIONADOS, CONTRATADOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E CONSELHEIROS TUTELARES DO PODER EXECUTIVO, SUBISÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS E AUXÍL

A Câmara Municipal de Ouro Branco, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar a remuneração dos servidores públicos do Município de Ouro Branco/MG, nos termos do art. 117 e ss. da Lei Municipal nº 1.530/2025, bem como dos contratados, aposentados, pensionistas e conselheiros tutelares, observado o disposto no inc. X do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a partir de 1º de março de 2026, observadas as seguintes especificidades:
I – Com exceção dos que já tiverem tido seus vencimentos reajustados no ano de 2026 em patamar superior a 4% (quatro por cento) em decorrência de outros instrumentos normativos federais ou estaduais, bem como dos que possuem sua remuneração indexada ao salário mínimo vigente, o reajuste geral dos demais servidores efetivos, comissionados, contratados, aposentados, pensionistas e conselheiros tutelares que percebem benefício por força de regime próprio de previdência do Município (já extinto), será no importe de 4% (quatro por cento) .
II – Aos que eventualmente tiveram reajuste inferior a 4% (quatro por cento), em decorrência de outros instrumentos normativos federais ou estaduais, o reajuste previsto no *caputt*, será concedido em percentual suficiente a complementar o eventual aumento já aplicado, até que seja atingido o percentual de 4% (quatro por cento) de reajuste previsto nesta Lei, com exceção dos servidores que possuem sua remuneração indexada no salário mínimo vigente.
Art. 2º Fica autorizada a aplicação de recomposição financeira aos subsídios percebidos pelos agentes políticos do Poder Executivo do Município de Ouro Branco/MG, nos termos do que dispõe o art. 117 da Lei Municipal nº 1.530/2025, observado o disposto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a partir de 1º de março de 2026.
Parágrafo único. A recomposição prevista no *caput* será referenciada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado no período de março de 2025 a março de 2026, no percentual de 3,36%

(três vírgula trinta e seis por cento), observado em todo caso o limite do ínidce aplicado à revisão geral dos servidores do Município para o ano de 2026.
Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fixar em R$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), a partir de 1º de março de 2026, o valor mensal do auxílio alimentação instituído pela Lei Municipal nº 1.587, de 14 de março de 2007.
Parágrafo único. Ficam os servidores públicos municipais isentos do desconto da contribuição financeira para ajuda de custeio do benefício, instituída por Lei.
Art. 4º Os encargos provenientes da presente Lei deverão observar o que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária vigentes.
Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2026.

Ouro Branco, 14 de maio de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:619C8F0D

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 3.004, DE 14 DE MAIO DE 2026. INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – FMDRS NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º – Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – FMDRS, destinado a captar, gerir e aplicar recursos voltados ao desenvolvimento rural sustentável do Município de Ouro Branco/MG.

Art. 2º – O FMDRS será vinculado à Secretaria Municipal responsável pela política de desenvolvimento rural e submetido ao controle social e deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

Art. 3º Constituem receitas do FMDRS:
I – dotações orçamentárias do Município e créditos adicionais;
II – transferências, convênios e repasses estaduais e federais;
III – emendas parlamentares;
IV – multas, taxas, indenizações e outras receitas vinculadas às atividades rurais;
V – doações, parcerias, contribuições e convênios com instituições públicas ou privadas;
VI – rendimentos de aplicações financeiras.

Art. 4º A utilização dos recursos será destinada a ações políticas, programas, investimentos, capacitações, assistência técnica, infraestrutura, ao desenvolvimento do turismo rural e a iniciativas de fortalecimento rural aprovadas pelo CMDRS.
Art. 5º A gestão administrativa e financeira do FMDR será realizada pelo Poder Executivo Municipal, com movimentação bancária específica e prestação de contas anual ao CMDRS e aos órgãos de controle.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 14 de maio de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:DCB65260

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/204, DE 15 DE MAIO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DE DESPESAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO DE VERBAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Ouro Branco-MG, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 77 da Lei Orgânica deste Município,

Considerando que a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Ouro Branco, definida pela Lei Municipal nº 2.848/2025;

Considerando que se entende por adiantamento o numerário colocado à disposição de servidor designado visa a dar-lhe condições de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal

Considerando que o art. 95, II, §2°, da Lei nº 14.133/21 prevê o pagamento de despesas pelo regime de adiantamento de verbas.

RESOLVE,

Art. 1º Fica designado à Sra. **Flaviane Elisa de Oliveira** como responsável pelo Pagamento de Despesas pelo Regime de Adiantamento de Verbas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/05/2026.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:C90648E6

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/207, DE 15 DE MAIO DE 2026

EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, a partir de 18 de maio de 2026, Thiago Neves Marques do cargo de Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o qual foi nomeado por meio da Portaria PMOB/384, de 26 de agosto de 2025, permanecendo no exercício do cargo de Gerente III, para o qual foi nomeado pela Portaria PMOB/262, de 22 de maio de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:BAED9950

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/208, DE 15 DE MAIO DE 2026.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025,

RESOLVE,

Art. 1º- Nomear, a partir de 18 de maio de 2026, Moacir Cosme Alves Lima**,** para exercer o cargo de Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fazendo jus à percepção do subsídio constante no Anexo II da Lei Municipal 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:A9EB3A0D

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/210, DE 15 DE MAIO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DOS SERVIÇOS DE OBRA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, incisos III, VII e XI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as recomendações de que cada Fiscal constitua a respectiva "Pasta da Obra", onde deverá constar toda a documentação pertinente, conforme Instrução Normativa 009/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Considerando o memorando n° 210/2026 da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, no qual solicita designação de Fiscal de Obra Pública Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, na função de Fiscal dos Serviços de Obra Pública Municipal, Sebastião Augusto Salomão, a partir de 18 de maio de 2026.

Art. 2º. O Contrato que deverá ser fiscalizado pela fiscal acima designada é:

- Serviços de engenharia de demolição, terraplanagem, drenagem, pavimentação e obras complementares, da Rua Miguel Sabino, no bairro Engenho, conforme Ata de Registro de Preços PMOB – 057/2025, vinculada à ARP de partícipe 004/2024 junto ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:7A2765A6

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/210, DE 15 DE MAIO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DOS SERVIÇOS DE OBRA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, incisos III, VII e XI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as recomendações de que cada Fiscal constitua a respectiva "Pasta da Obra", onde deverá constar toda a documentação pertinente, conforme Instrução Normativa 009/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Considerando o memorando n° 210/2026 da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, no qual solicita designação de Fiscal de Obra Pública Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, na função de Fiscal dos Serviços de Obra Pública Municipal, Sebastião Augusto Salomão, a partir de 18 de maio de 2026.

Art. 2º. O Contrato que deverá ser fiscalizado pela fiscal acima designada é:

- Serviços de engenharia de demolição, terraplanagem, drenagem, pavimentação e obras complementares, da Rua Miguel Sabino, no bairro Engenho, conforme Ata de Registro de Preços PMOB – 057/2025, vinculada à ARP de partícipe 004/2024 junto ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:8F0BF27E

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/211, DE 15 DE MAIO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DOS SERVIÇOS DE OBRA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, incisos III, VII e XI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as recomendações de que cada Fiscal constitua a respectiva "Pasta da Obra", onde deverá constar toda a documentação pertinente, conforme Instrução Normativa 009/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Considerando o memorando n° 212/2026 da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, no qual solicita designação de Fiscal de Obra Pública Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, na função de Fiscal dos Serviços de Obra Pública Municipal, Sebastião Augusto Salomão, a partir de 19 de maio de 2026.

Art. 2º. O Contrato que deverá ser fiscalizado pelo fiscal acima designado é:

- CT – 040/2026 – Pavimentação e drenagem nas ruas Diamante, Águas Marinhas, Quartzo e Cristal, no Bairro Alto Chalé e Sabiá no Bairro Serra, com a empresa Locadora Terramares LTDA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:2D4B05D9

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/212, DE 15 DE MAIO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DOS SERVIÇOS DE OBRA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, incisos III, VII e XI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as recomendações de que cada Fiscal constitua a respectiva "Pasta da Obra", onde deverá constar toda a documentação pertinente, conforme Instrução Normativa 009/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Considerando o memorando n° 208/2026 da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, no qual solicita a substituição do servidor Wallytho Braga Porfírio por Sebastião Augusto Salomão.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, na função de Fiscal dos Serviços de Obra Pública Municipal, a partir de 18 de maio de 2026, Sebastião Augusto Salomão em substituição a Wallytho Braga Porfírio.

Art. 2º. O Contrato que deverá ser fiscalizado pelo fiscal acima designado é:

- Prestação de serviços de engenharia de demolição, terraplanagem, drenagem, pavimentação/operação tapa buraco, obras complementares, recuperação e manutenção de rede viária, conforme Ata de Registro de Preços PMOB – 057/2025, vinculada à ARP de partícipe 004/2024 junto ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:85A0DEC5

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/213, DE 15 DE MAIO DE 2026

NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE IMPACTO DE TRÂNSITO – RIT E ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV PROVENIENTES DOS EMPREENDIMENTOS DE ALTO IMPACTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal,
Considerando o disposto nos artigos 36 a 38 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade –, que estabelecem a obrigatoriedade da elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV e outros estudos necessários, como condição para a concessão de licenças ou autorizações de construção, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades de significativo impacto urbanístico ou ambiental;
Considerando o disposto nos artigos 129 a 135 da Lei Municipal nº 1.619/2007, que estabelecem a obrigatoriedade de apresentação do Relatório de Impacto de Trânsito – RIT, do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e de outros estudos técnicos previstos na legislação municipal, pelos empreendedores responsáveis pelos empreendimentos enquadrados no artigo 130 da referida norma, em razão dos impactos causados ao ambiente urbano do Município;
Considerando a necessidade de exigir dos empreendedores responsáveis pela implantação, ampliação ou funcionamento de empreendimentos de significativo impacto a apresentação de Relatório de Impacto de Trânsito – RIT, Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e demais estudos ambientais e técnicos pertinentes, como condição para a concessão de licenças, alvarás e demais autorizações municipais;
Considerando que a análise técnica dos referidos estudos demanda atuação multidisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a fim de assegurar adequada avaliação dos impactos urbanísticos, ambientais, viários, de mobilidade urbana e de vizinhança decorrentes dos empreendimentos;
Considerando a necessidade de formalizar a designação de servidores municipais para composição de comissão técnica responsável pela análise dos Relatórios de Impacto de Trânsito – RIT e Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV, garantindo regularidade, transparência, eficiência e segurança jurídica aos procedimentos administrativos de avaliação;

Art. 1º Ficam nomeados os servidores, de áreas diversas, para análise dos estudos apresentados:
- Cibele Marotta de Azevedo – Engenheira Civil
- Gustavo Vieira Antonino – Biólogo
- Matheus Capistrano Fajardo- Engenheiro Ambiental
- Gisele de Oliveira Neiva – Arquiteta Urbanista
- Naiguel Delgado Paiva – Assessor Jurídico
- Wagner Luís Alves Custodio - Engenheiro
- Regina Celi de Vasconcelos Almeida – Assessoria

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:97278113

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/214, DE 15 DE MAIO DE 2026

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES INERENTES A EXECUÇÃO DA LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO DE OURO BRANCO, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 77 da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n º 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre as normas de licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais a execução da Lei;

CONSIDERANDO o art. 8º que dispõe que a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.522, de 02 de dezembro de 2005, que por meio do §3º do art. 43, autoriza a concessão Gratificação de Função de até 40% (quarenta por cento) do vencimento-base, ao servidor designado para compor a Comissão Permanente de Licitação;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para exercer as funções de Agente de Contratação, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações, contratações diretas e aos procedimentos auxiliares, os servidores:

•
– Monalisa Moraes Barbosa Chaves – Matrícula 800441

•
– Marcela Cristina Vieira Pereira – Matrícula 7944

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Art. 2º. Ficam nomeados para compor a equipe de apoio, tendo como atribuição auxiliar os agentes de contratação, os servidores:

•
– Ana Carolina Mendes Liandro

•
– Davidson Vinicio Lima da Silva

•
– Sabrina Barbosa Ataíde

Art. 3º. Para cada procedimento será designado um Agente de Contratação ou Pregoeiro, o qual poderá designar uma Equipe de Apoio dentre os membros designados no art. 2º desta Portaria.

Art. 4º. Em licitações que envolvam bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos previstos no art. 7º da Lei nº 14.133 de 2021, será nomeada comissão de contratação, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
§1º. A comissão de contratação será nomeada previamente, em portaria própria, para cada procedimento que requeira a referida comissão.
§ 2º A Comissão de Contratação poderá ser presidida pelos Agentes de Contratação designados no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º. Revogam-se as Portarias PMOB/214/2025 e Portaria PMOB/281/2025.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:947FB38F

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/215, DE 15 DE MAIO DE 2026

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – EDITAL Nº 001/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO BRANCO/MG

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e de acordo com as normas estabelecidas no art. 111 da Lei Orgânica Municipal e no art. 74 e seguintes do Estatuto do Servidor – Lei n° 1.530/2005;

RESOLVE,

Art. 1°. Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, como membros da Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Público Simplificado (PSS), aberto pelo Edital nº 001/2026:

- Magaly de Fátima Magalhães Bastos Leite- Presidente
- Débora Cristina Ricciotti Paredes - Membro
- Leilane Paula Dias Ramalho – Membro
- Ana Paula Mota Batista - Membro

Art. 2º. Compete à Comissão Organizadora:

I – Coordenar todas as etapas do processo seletivo;
II – Receber, analisar e julgar as inscrições e a documentação apresentada pelos candidatos;
III – Divulgar os resultados preliminares e finais;
IV – Analisar eventuais recursos interpostos;
V – Exercer outras atividades necessárias à fiel execução do certame.

Art. 3º. Os trabalhos da Comissão terão início na data da publicação desta Portaria e encerrar-se-ão com a homologação do resultado do Processo Seletivo.

Art. 4°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:83E26F84

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/216, DE 15 DE MAIO DE 216

EXONERA DIRETOR DE JORNALISMO E COMUNICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE,

Art. 1° Exonerar, a partir de 19 de maio de 2026, Eliane Lourenço Viana do cargo comissionado de Diretor de Jornalismo e Comunicação, nomeado pela Portaria PMOB/007, de 2 de janeiro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:B97933CF

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/217, DE 15 DE MAIO DE 2026

NOMEIA TESOUREIRA E ALTERA AS PORTARIAS DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, no uso de suas atribuições legais e, especialmente, das que lhe são conferidas pelo art. 77, parágrafo único, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

Considerando que a Divisão de Tesouraria está subordinada à Secretaria Municipal de Finanças;

Considerando a necessidade de atualização das representações do Município perante as instituições financeiras em razão da alteração da titularidade do cargo de Tesoureira;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Maria Lucimar Neves Silveira para exercer o cargo comissionado de Tesoureira, a partir de 1º de junho de 2026, fazendo jus à percepção do vencimento Nível TV0012, constante da Lei Municipal nº 2.848, de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Ficam alteradas as Portarias de designação de representantes do Município de Ouro Branco perante as instituições financeiras, para substituir o nome da Sra. Efigênia das Graças da Rocha Vieira por Maria Lucimar Neves Silveira, para fins de representação e movimentação bancária conjunta, relativamente às seguintes unidades e respectivos CNPJ's:

I – Prefeitura Municipal de Ouro Branco – CNPJ nº 18.295.329/0001-92;
II – Departamento Municipal de Saúde – CNPJ nº 00.998.201/0002-00;
III – Fundo Municipal de Saúde de Ouro Branco – CNPJ nº 14.210.754/0001-80;
IV – Fundo Municipal de Assistência Social – CNPJ nº 14.805.476/0001-04;
V – Fundo da Infância e Adolescência – CNPJ nº 14.805.499/0001-19;
VI – Fundo Municipal do Idoso – CNPJ nº 23.369.063/0001-15;
VII – Secretaria Municipal de Educação – CNPJ nº 49.232.276/0001-94.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes das portarias anteriormente publicadas.

Art. 4º A substituição prevista nesta Portaria produzirá efeitos a partir de 1º de junho de 2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:66F44AE4

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/218, DE 15 DE MAIO DE 2026

DESIGNA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, SERVIDORA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ORDENADORA DE DESPESAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBILIDADE E TRÂNSITO

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município e Lei 4.320/64;

RESOLVE,

Art. 1º Designar a servidora Alessandra Cristina Coelho, para exercer, em caráter temporário, a função de ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Mobilidade e Trânsito durante o período em que a atual ordenadora estiver de licença para tratamento de saúde, do dia 01/05/2026 a 15/05/2026.
§ 1º A ordenação da despesa deverá obedecer ao disposto no art. 64 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 2º Para todos os efeitos legais, a ordenadora de despesas responderá civil, administrativa e criminalmente pelos atos que praticar, quando lesivos ao patrimônio público ou contrários aos princípios da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 1 de maio de 2026.

Ouro Branco, 15 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA FÉLIX
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:DDC8EF7D

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TERMO DE FOMENTO Nº 23/2026

TERMO DE FOMENTO Nº 23/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO E A ENTIDADE COMUNIDADE PAROQUIAL DOM ORIONE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA. Objeto:A presente parceria tem por objeto a realização da manifestação cultural "Festa de Santo Antônio 2026", em conformidade com as metas, etapas, cronograma de execução e demais especificações constantes do Plano de Trabalho anexo, o qual, independentemente de transcrição, integra o presente Termo de Fomento para todos os fins de direito. Valor total:R$ 80.000,00(oitenta mil reais). Vigência: 31/07/2026. Assinatura: 26/05/2026

Publicado por:
Josemar Ivo Pereira da Silva
Código Identificador:F1690E68

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA A DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2026 – PRC Nº 050/2026

O Município de Ouro Branco **TORNA PÚBLICA A DISPENSA ELETRÔNICA nº 010/2026 – PRC nº 050/2026**, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO MOTO, SEM CONDUTOR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO". As propostas poderão ser anexadas a partir das 08:00 horas do dia 28/05/2026 até as 08:00 horas do dia 03/06/2026. A sessão pública para disputa de preços será às 08:30 horas do dia 03/06/2026, na plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – *www.bll.org.br*. A cópia do instrumento convocatório poderá ser retirada na plataforma da BLL, na Gerência de Licitação da Prefeitura ou no *site* oficial do Município de Ouro Branco – www.ourobranco.mg.gov.br. Ouro Branco, 26 de maio de 2026.

MARCELA CRISTINA VIEIRA PEREIRA.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:E887A821

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA O CONTRATO PMOB Nº 046/2026

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco **TORNA PÚBLICA O CONTRATO PMOB Nº 046/2026**, firmada com a empresa **LOCADORA TERRAMARES LTDA**, oriundo da **CONCORRÊNCIA Nº 001/2024 – PRC Nº 003/2024**,tendo como orgão gerenciador o **CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA - CODAP** que

tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO, TERRAPLANAGEM, OBRAS DE ARTE, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, OBRAS COMPLEMENTARES, ESTRUTURA METÁLICA, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE VIÁRIA PARA ATENDER OS MUNICIPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO**. Valor da contratação: **R$ 33.240.454,89** (Trinta e três milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos); Vigência: **12** (Doze) meses contados da data de assinatura. Data de assinatura: **25/05/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:EA8AB09B

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB N° 039/2026

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB N° 039/2026**, firmado com a empresa **GNC AUTOMOTORES LTDA**, oriundo da **ADESÃO Nº 004/2026 PRC 034/2026**. O objeto do termo aditivo foi o reequilíbrio econômico financeiro ao contrato onde o valor inicial do item de R$ 142.297,44 foi reajustado para R$ 148.900,00. Valor total do contrato: **R$ 297.800,00** (Duzentos e noventa e sete mil e oitocentos reais). Data de assinatura: **25/05/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:0F39DB2F

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB N° 125/2024

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB N° 125/2024**, firmado com a empresa **SEGUROS SURA S.A**, oriundo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024 PRC 092/2024**. O objeto do termo aditivo foi renovar o contrato por mais **12** (Doze) meses compreendendo o período de **21/06/2026** a **20/06/2027**. Visou também reajustar o contrato pelo índice **IPCA** de **4,14%**. Valor total do contrato: **R$ 24.158,49** (Vinte e quatro mil, centos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos). Data de assinatura: **25/05/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:26D5E1EC

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB N° 128/2024

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco **TORNA PÚBLICO O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMOB N° 128/2024**, firmado com o **CODAP – CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA**, oriundo da **DISPENSA Nº 018/2024 PRC 0127/2024**. O objeto do termo aditivo foi renovar o contrato por mais **12** meses compreendendo o período de **07/06/2026** a **06/06/2027**. Valor total do contrato: **R$ 544.686,16** (Quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos). Data de assinatura: **20/05/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:D5E43B00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o cargo, em especial o art. 69, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 9°, § 4° da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), faz saber a quem possa interessar, que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS** referente ao 1° quadrimestre do exercício 2026, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara Municipal de Ouro Fino
Rua Rogério Gissoni, n° 450 – Centro – Ouro Fino (MG)
Data: 29/05/2026
Horário: 9:00 horas

Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Ouro Fino (MG), em 26 de Maio de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SAGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:EC9E474C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAINEIRAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ORIGEM.....: DISPENSA 020/2026
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS
CONTRATADA(O).....: OTACILIO AFNSO DE OLIVEIRA JUNIOR 10227646673
CNPJ.....: 46.238.039/0001-42
OBJETO.....: Contratação de empresa para a prestação de serviço de instalação de sistema de controle de acesso eletrônico com fornecimento de materiais, destinado à porta de entrada do Pronto Atendimento Municipal.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.920,00 (Três mil, novecentos e vinte reais)
PAINEIRAS, 26 DE MAIO DE 2026

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:6D52E610

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMNETO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO...: 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....: 024/2026
INEXIGIBILIDADE.....: 004/2026
CREDENCIAMENTO.....: 001/2026

CREDENCIANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG
CREDENCIADA.....: LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO- DENTE LTDA.
CNPJ.....: 52.691.221/0001-57
OBJETO.....: Credenciamento de laboratório para a prestação de serviços de confecção de próteses dentárias sob medida, destinadas aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, atendidos no âmbito da Atenção Primária à Saúde no município de Paineiras/MG.
VIGÊNCIA.....: De 01/04/2026 até 25/03/2027
DATA DE ASSINATURA.....: 26/05/2025

Paineiras/MG, 26 de maio de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:C66C194A

GABINETE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG – EXTRATO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG – EXTRATO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2026 – Fica homologado o resultado final do Concurso Público promovido pelo Município de Paineiras/MG e executado pela empresa ELO Assessoria em Serviços Públicos Ltda., regido pelo Edital nº 01/2025 e respectivas retificações, destinado ao provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, conforme classificação final dos candidatos publicada nos meios oficiais.
Paineiras/MG, 26/05/2026.

OSMAN DE CASTRO MENEZES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Alexandra Flávia Gomes Alves
Código Identificador:6CB94534

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ELEIÇÕES 2026
SEI nº
Cartório Eleitoral da 203ª Zona Eleitoral de Paracatu/MG
Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2026 TRE-MG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TRE-MG**, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Ricardo Jorge Bittar Filho, Juiz Eleitoral de PARACATU/MG, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência deste Tribunal, e do outro lado a Prefeitura Municipal de Paracatu/MG, CNPJ nº 18.278.051/0001-45, com sede em Paracatu/MG, na Avenida São João Paulo II, nº 2.045, Bairro Paracatuzinho, doravante denominado Município de Paracatu/MG, neste ato representado por Exmo. Sr. Prefeito, Pedro Aguiar Adjuto, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, nos termos da Lei nº 14.113, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente acordo visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pela Prefeitura Municipal de Paracatu/MG ao TRE/MG, em atividades de realização das Eleições de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paracatu arcará com as obrigações previstas nos itens abaixo, de acordo com a requisição do Juiz Eleitoral:

I - ceder veículos, motoristas e combustível para convocação de mesários, quando frustrada via correio, atendimento itinerante de eleitores, vistoria de locais de votação e realização de outros serviços externos da Justiça Eleitoral, e transporte de eleitores, principalmente na zona rural, conforme art. 23 da Resolução TSE 22.751/2026;
II - ceder veículos, motoristas e combustível para transporte das urnas eletrônicas por ocasião da realização do pleito, no primeiro turno e, se houver, no segundo, de acordo com a programação da zona eleitoral de envio dos materiais destinados à votação;
III - disponibilizar responsáveis técnicos (eletricista e bombeiro hidráulico) para vistoria dos locais de votação, bem como materiais para eventual reparo, devendo ficar em regime de plantão nos dias dos pleitos;
IV - ceder espaço físico para treinamento dos profissionais de apoio às eleições, mesários, Junta Apuradora, bem como para reuniões com partidos e candidatos e para outros fins relacionados às Eleições de 2026;
V - fornecer aparelhos audiovisuais para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de 2026;
VI - fornecer alimentação aos motoristas e policiais que estarão em serviço no dia da eleição, no primeiro e, se houver, no segundo turno, desde que os destinatários não recebam qualquer benefício similar da própria Prefeitura ou de outra instituição.

Parágrafo Único. As despesas com conservação e manutenção do veículo, bem como aquelas referentes a motoristas, são responsabilidade da Prefeitura Municipal e seguem sob as seguintes dotações orçamentárias: 02.12.01.26.122.0034.2005 3.3.90.30 – Ficha 1.292 e 02.12.01.26.122.0034.2005 3.3.90.39 – Ficha 1.293.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será a partir da data de sua publicação até 19/12/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO

Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes ao tempo da rescisão.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarreta despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução

deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD —, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.

Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a:

I - tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica;
II - implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito;
III - garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
IV - assegurar a transparência e o direito de informação aos titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível.

Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.

Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos dos titulares dos dados, conforme previsto na LGPD.

Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD.

Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado.

Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar aos titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O TRE-MG publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.

Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e na Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - os partícipes garantem e declaram mutuamente que:

a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé;
b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social.

II - os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal;
III - para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, a Prefeitura Municipal de Paracatu e o TRE-MG indicam, respectivamente como seus representantes o Secretário Municipal de Governo, Secretário Municipal de Transportes e o Secretário Municipal de Infraestrutura e Sylvia Christine Oliveira Soares, Chefe de Cartório Eleitoral, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.

CLÁUSULA DEZ – DO FORO

Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo.

E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica.

Paracatu, 22 de maio de 2026.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
RICARDO JORGE BITTAR FILHO
Juiz Eleitoral

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Torres Caixeta
Código Identificador:E5B46CEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2026 (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARACATU, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público - Edital 001/2020, homologado nos termos do Decreto n.º 6.718 de 11 de maio de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam convocados os seguintes aprovados no concurso público de provas e títulos de que trata o Edital n.º 001/2020:

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II – LÍNGUA PORTUGUESA
Ampla Concorrência
Classificação/Nome
4ª - LEILIANE SILVA SILVEIRA

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II – CIÊNCIAS

Ampla Concorrência
Classificação/Nome
12ª - CINARA ARAUJO FARIA NEIVA

CARGO: AUXILIAR DE SECRETARIA
51º - CINTIA BARBOSA DA SILVA

Art. 2º A Secretaria Municipal de Gestão Pública, através da Superintendência de Recursos Humanos, ficará responsável por todo o processo referente à convocação dos candidatos aprovados.
Art. 3º Os documentos deverão ser entregues nos dias úteis compreendidos no período de **26 de maio de 2026 até as 18 horas do dia 09 de junho de 2026**.
Parágrafo Único. Os prazos que se encerrarem em feriados ou fins de semana serão prorrogados até às 18 horas do primeiro dia útil subsequente.
Art. 4º Os documentos deverão ser entregues nas dependências da Superintendência de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal de Paracatu, na Avenida São João Paulo II, nº 2045, Bairro Paracatuzinho, Paracatu-MG.
Art. 5º Dos documentos obrigatórios:
I - Documento original acompanhado de cópia:
CPF;
RG emitido nos últimos 10 anos (RG mais antigo poderá ser aceito se acompanhado de outro documento oficial **com foto** emitido nos últimos 10 anos, no qual conste o número do RG);
PIS/PASEP;
Certidão de Nascimento (emitida nos últimos 90 dias) ou Casamento;
Título eleitoral com comprovante da última eleição;
Certificado de Alistamento Militar (apenas para homens com idade inferior a 45 anos);
Diploma Registrado/Certificado e Histórico Escolar, exigidos para o cargo;
Registro no Conselho Profissional/MG, caso seja exigido para o cargo;
CTPS - Carteira de Trabalho (cópias da página da fotografia e da qualificação civil) ou CTPS digital;
Comprovante de Residência emitido nos últimos 60 dias (Conta de Luz, Água ou Telefone);
Atestado de Antecedentes emitido pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e do Estado de Origem, caso o convocado não resida em MG;
Certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
Cartão de vacina, com registro de Hepatite B e Tétano (Para Trabalho nas Unidades de Saúde);
Tipo sanguíneo.
II - Documento original:
01 (uma) foto 3x4 recente;
Declaração de não acumulação de cargo público ou de acumulação lícita (disponíveis em anexo a esse edital);
Declaração de bens (disponível em anexo a esse edital);
Atestado de Aptidão Física e Mental emitido em perícia oficial do Município de Paracatu.
II.I - Para emissão do **Atestado de Aptidão Física e Mental (item D acima)**, o convocado deverá agendar perícia médica no setor de perícias da Superintendência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paracatu, localizado na **Travessa Benvindo Manoel Teixeira, 06 – 2º Andar - Centro ou pelo Telefone: (38) 3671-0199**, sendo obrigatório a apresentação dos resultados dos seguintes exames no ato da perícia:
Hemograma completo, VDRL, Creatinina, Sorologia para doença de Chagas, Glicemia em jejum, Colesterol total, Triglicérides; **emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias;**
PSA total e livre - para homens acima de 40 anos, **emitido há, no máximo, 90 (noventa) dias;**
Mamografia (para mulheres acima de 40 anos) **emitido há, no máximo, 2 (dois) anos**;
RX de tórax com laudo, **emitido há, no máximo, 1 (um) ano**;
RX de coluna total com laudo, **emitido há, no máximo, 1 (um) ano**;
Eletrocardiograma com laudo, **emitido há, no máximo, 90 (noventa) dias;**
Laudo Médico Audiométrico: Para os cargos Motorista, Mecânico e Operador de Máquinas, **emitido há, no máximo, 90 (noventa) dias;**
Acuidade visual (emitido por médico oftalmologista), **emitido há, no máximo, 90 (noventa) dias;**
Atestado de saúde mental (emitido por médico psiquiatra com RQE), **emitido há, no máximo, 90 (noventa) dias;**
Laudo Médico que ateste a deficiência, emitido há, no máximo, seis meses, (Somente para convocados através da lista de vagas reservadas para pessoas com deficiência);
Os **PROFESSORES** deverão, ainda, providenciar uma segunda cópia de todos os documentos listados acima, para entrega na Escola de Exercício.
Art. 6º Dos documentos opcionais:
Declaração de inclusão de dependentes para dedução de Imposto Renda (disponível na Superintendência de Recursos Humanos);
Solicitação de Salário Família – A solicitação deve ser protocolada no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Paracatu, acompanhada dos seguintes documentos: Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos e Declaração Escolar para filhos maiores de 5 anos. **** Para receber o Salário Família em 2026, o salário de contribuição deve ser igual ou menor a R$ 1.980,38 (mil novecentos e oitenta reais e trinta e oito centavos)***;
Solicitação de adicional de pós-graduação **exclusivo para Professores e Supervisores Pedagógicos** – O adicional de 20% de pós-graduação deverá ser solicitado **após a posse**, na ocasião da entrega dos documentos solicitados no presente edital, o Professor deverá apresentar cópia e original do diploma ou certificado de conclusão da pós-graduação e histórico, a fim de obter as cópias conferidas com original, que deverão ser juntadas ao Requerimento do adicional de 20% que será protocolado a partir do dia da posse em cargo efetivo.
Art. 7º O Município receberá apenas a documentação completa e de uma única vez, e somente serão aceitos os documentos que estiverem dentro do prazo de validade. A falta de qualquer documento mencionado no artigo 5º, após análise dos requisitos específicos para cada cargo, poderá importar na perda da vaga, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, obedecida a ordem de classificação.
Art. 8º Os candidatos que não comparecerem para apresentação da documentação, dentro do prazo estabelecido no artigo 3º, serão considerados desistentes e automaticamente eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecida a ordem de classificação.
Art. 9º O referido ato é tão somente para apresentação de documentos, tendo em vista que a nomeação e convocação para a posse, dos candidatos que comprovem possuir os requisitos para investidura no cargo, serão realizadas através de nova publicação.
Art. 10º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Paracatu - Minas Gerais, 25 de maio de 2026.

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniela da Costa Calçado Silva
Código Identificador:7AF601FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
LEI N.º 4.163, DE 26 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre o reconhecimento da Encenação da Paixão de Cristo como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Paracatu, e dá outras providências.

O Povo do Município de Paracatu - Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, no uso da atribuição legal que me confere o artigo 86, IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Paracatu – Minas Gerais a "Encenação da Paixão de Cristo", realizada anualmente durante a Semana Santa, em razão de seu relevante valor cultural, religioso, turístico e histórico.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se a "Encenação da Paixão de Cristo" como manifestação cultural, artística, religiosa e turística que retrata, de forma simbólica e tradicional, os últimos momentos da vida de Jesus Cristo, conforme a tradição cristã.

Art. 3º. A manifestação cultural de que trata esta Lei compreende o conjunto de práticas, saberes, expressões artísticas e religiosas relacionadas à "Encenação da Paixão de Cristo", incluindo:

I - apresentações teatrais e encenações públicas;
II - organização comunitária e participação popular;
III - elementos cênicos, figurinos, músicas e tradições associadas; e
IV - atividades religiosas e culturais vinculadas ao evento.

Art. 4º. O Poder Público poderá adotar medidas de apoio, incentivo e valorização da manifestação cultural reconhecida, tais como:

I - promoção e divulgação do evento em âmbito local, regional e nacional;
II - apoio institucional, técnico e financeiro para sua realização;
III - incentivo à participação de artistas, produtores culturais e comunidade local;
IV - ações de preservação da memória e registro histórico da manifestação; e
V - estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 5º. A "Encenação da Paixão de Cristo" passa a integrar o calendário oficial de eventos do Município de Paracatu – Minas Gerais, sendo realizada durante a Semana Santa.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paracatu – Minas Gerais, 26 de maio de 2026, aos 227 anos de sua emancipação e aos 203 anos da Independência do Brasil.

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Torres Caixeta
Código Identificador:CCB37F22

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº 8790/2026.OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro.**PROPONENTE:** Associação Regional Porto do Buriti. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil, a Associação Regional Porto do Buriti, **regulamente inscrita no CNPJ sob o n.º 217548582/000-71** nos termos do Inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária.Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014. Paracatu-MG, 26 de Maio de 2026.

CAIO SILVA QUIRINO,
Secretário Municipal de Agropecuária, Prefeitura Municipal de Paracatu – MG.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:64EC0C81

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PORTARIA PNAB Nº 01/2026 DE 25 DE MAIO DE 2026.

O Secretário Municipal de Cultura de Paracatu, nomeado através da Portaria Nº 0187/2025 de 27 de janeiro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, regulamentada pelo Decreto Nº 11.740, de 18 de outubro de 2023;
RESOLVE:
I- Designar as pessoas abaixo relacionadas para compor a Comissão de Seleção, responsável pela análise dos Projetos a serem inscritos nos Editais Municipais, provenientes da Lei Federal Nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB:
1. **Carlos Eduardo Macagi**, representante da Secretaria Municipal de Cultura;
2. **Silvia Pinheiro Guimarães**, representante do COMPHAP;
3. **Eleuza Spagnuolo Souza**, representante do COMPHAP
4. **Hélia Rosa da Silva Aparecida**, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
5. **Lilian Patrícia Neiva Rabelo**; representante do Conselho Municipal de Política Cultural;
6. **Alexandre de Oliveira Gama**, representante do Conselho Municipal de Política Cultural.
II- Designar como Presidente da Comissão de Seleção o representante da Secretaria Municipal de Cultura Senhor Carlos Eduardo Macagi.
III- Deverão ser observados os impedimentos legais para análise das inscrições efetivadas nos Editais da PNAB.
IV- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paracatu | Minas Gerais, 25 de maio de 2026

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO
Secretário Municipal de Cultura
Portaria 0187/2025

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:D87BFED8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MG TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30/2026 PROCESSO: 19308/2025

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação dos Assentados Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Esperança, CNPJ nº:** 10.413.14/0001-90**. DATA:** 21/05/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 19308/2025. **OBJETIVO:** Condução do Programa de Preparo de Ensilagem e do Solo (Gradagem) 2026 e Manutenção dos Implementos Agrícolas (Ensiladeira,Trator agrícola, Grade aradora, Carreta Agrícola, Niveladora e Plantadeira) para atender as demandas dos Pequenos Produtores da Região do P.A Esperança, afim de auxiliar os mesmo para o período de estiagem e preparo do solo(gradagem) para o plantio. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.07.01.20.608.0016.2098.3.3.50.41, Ficha: 941, PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/12/2026**. **VALOR**: **R$80.000,00. ASSINATURAS:** Caio Silva Quirino, Secretário Municipal de Agropecuária, convenente, e, Reni Eustáquio Soares Santana, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:1FADD608

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MG TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 67/2026 PROCESSO: 13.803/2025

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação do Projeto de Assentamento Belo Vale, CNPJ nº: 04.064.997/0001-02. DATA:** 25/05/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 13.803/2025. **OBJETIVO:** Condução do Programa de Preparo do

Solo (Gradagem) 2026 e Manutenção dos Implementos Agrícolas (Trator agrícola TL 75 4X4, Grade aradora, Carreta agrícola, Concha traseira, Distribuidor de calcário e Plantadeira) para atender as demandas dos pequenos produtores da região do PA Belo Vale, afim de auxiliar os mesmo para o preparo do solo para o plantio. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.07.01.20.608.0016.2098.3.3.50.41, Ficha: 941, PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 30/04/2027**. **VALOR**: **R$40.000,00. ASSINATURAS:** Caio Silva Quirino, Secretário Municipal de Agropecuária, convenente, e, Lazaro Venâncio Pinto, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:FB6074DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MG TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 75/2026 PROCESSO: 3105/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação de Assistência à Criança e ao Adolescente - AACAD**, CNPJ nº **10.953.619/0001-74.** DATA**:** 26/05/2026. Nome do Parlamentar Municipal da Emenda Impositiva do Vereador **Claudirene Rodrigues de Sousa**, Nº 33/2026 no valor de R$ 60.000,00. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 3105/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** promover a vivência da arte cultura afim de propiciar acesso de qualidade às atividades que englobem a saúde física, mental e o bem estar social da criança e adolescente tendo em vista os preceitos estabelecidos pelo Art. 3º do ECA**. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.15.01.13.392.0043.2200.3.3.50.41, Ficha: 1557. CONTA CORRENTE DA OSC PARA RECEBIMENTO DO RECURSO**: Conta Corrente nº **nº: 214.132-9, Agência: 0380-8, Banco do Brasil. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/06/2027**. **VALOR**: 60.000,00**. ASSINATURAS:** Thiago dos Reis Gomes Venâncio, Secretário, convenente, e, Dom Leonardo de Miranda Pereira, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:7694D541

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MG TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 80/2026 PROCESSO: 4454/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação Cultural Axé Dendê Capoeira de Paracatu**, CNPJ nº **26.729.114/0001-60** DATA**:** 22/05/2026. Nome do Parlamentar Municipal da Emenda Impositiva do Vereador **Kassius Kennedy Clemente Batista**, Nº 171/2026 no valor de R$ 36.000,00. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 4454/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Realização de batalhas de rimas em órgão públicos e oficinas de rimas, escrita criativa, improvisação, Cultura Hip Hop e Slans (competição de poesia falada) culminando na realização de batalhas de rimas, com o objetivo de promover a expressão artística**. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.15.01.13.391.0043.2200.3.3.50.41, Ficha: 1557. CONTA CORRENTE DA OSC PARA RECEBIMENTO DO RECURSO**: Conta Corrente nº **nº: 570895055-9, Agência: 0138, Banco: Caixa Econômica Federal. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 30/11/2026**. **VALOR**: 36.000,00**. ASSINATURAS:** Thiago dos Reis Gomes Venâncio, Secretário, convenente, e, Valeria Ferreira Gomes, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:13BDF278

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 88/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **APHA - Associação de Projetos em Handebol, Arte e Saúde**, **CNPJ nº: 50.114.868/0001-90.** DATA**:** 21/05/2026. Nome do Parlamentar: Vereador Alex Vinicius Sousa Santos, Emenda 146/2026 – LOA 2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO: 4708/2026. OBJETO DA PARCERIA:** Pagamento de 3 treinadores através de uma empresa especializada em serviços técnicos esportivos, contratação de empresa de contabilidade, de serviços de comunicação e promoção institucional e serviços administrativos e pagamento de inscrição da LIDTAP – Liga Desportiva do Triângulo e Alto Paranaíba. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.08.01.27.812.0018.2038.3.3.50.41, Ficha: 985, CONTA CORRENTE DA OSC PARA RECEBIMENTO DO RECURSO**: Conta Corrente nº: 576256806-3, AG nº: 0138, Banco: Caixa Econômica Federal. **PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 28/02/2027. VALOR**: **R$153.214,48. ASSINATURAS:** Thiago Batista Ramos, Secretário Municipal de Esportes, convenente, e, Talles Rodrigues Vaz Fernandes, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:7FB6AEDF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026

O Município de Paula Cândido - MG, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 008/2026, Processo Licitatório nº 053/2026, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA CIVIL DE CALÇAMENTO DEPARTE DA ESTRADA DE ACESSO AO DISTRITO DE AIRÕES (TRECHO 2), CONFORME TRANSFERÊNCIA ESPECIAL – PLANO DE AÇÃO: 09032026-094860/2026 – PROGRAMA: 09032026. A sessão pública terá início às 08h15min do dia 16/06/2026, no site www.portaldecompraspublicas.com.br , onde o edital e seus anexos estão disponíveis para consulta, estando também acessíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência do município.

EDVÂNIA APARECIDA CAMILO
Agente de Contratação -

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:9591A0B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIGÃO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO CREDENCIAMENTO N°15/2026 - SILENE PESSOA CANÇADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público o Termos de Credenciamento referente ao Processo Licitatório nº 00070/2024, Inexigibilidade nº: 00022/2024, Credenciamento nº: 00005/2024. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TERAPIA OCUPACIONAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES CRESCENTES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PERDIGÃO. Termo de Credenciamento n° 015/2026 – SILENE PESSOA CANÇADO, CPF:

XXX.455.226.XX, no valor de R$ 21.649,35. Vigência: 5 meses. O credenciamento permanecerá aberto durante a vigência do edital, para que novos interessados possam se credenciar, no caso de conter saldo.

Perdigão/MG, 26 de maio de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jhennifer Carolina de Oliveira
Código Identificador:356E75C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 4.213/2026

DECRETO Nº 4.213,
DE 22 DE MAIO DE 2026.

"Determina a Instauração do Processo Administrativo para fins de Regularização Fundiária no Núcleo denominado "DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA ANTINHA", nos termos do art. 13, inciso I da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e dá ouras providências."

O Prefeito do Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, FERNANDO MARANGONI, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no artigo 69, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto no art. 14, inciso I, da Lei n° 13.465/2017, e:

CONSIDERANDO o preceito constitucional de que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, contido no art. 182 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.465/2017 estabelece instrumentos e procedimentos para a implementação de processos de regularização fundiária (REURB) em todo o território nacional, atribuindo competências ao Município, em especial, para requerer e instaurar a REURB, classificar as modalidades da Reurb, processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária e emitir a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), conforme arts. 14,I, 28 e 30 da citada lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que trata sobre a regularização fundiária rural e urbana, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que nos termos da Lei Municipal nº 1.750 de 13 de setembro de 2010, que criou no território do Município de Perdizes/MG, o Distrito de São José da Antinha.

CONSIDERANDO que o núcleo "DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA ANTINHA" está inserido na Macrozona – Zona Urbana da Comunidade de São José da Antinha (MZUCSJA);

CONSIDERANDO que a localização das Comunidades está disposta no ANEXO III, da Lei Complementar Municipal n° 045/2023;

CONSIDERANDO o que dispõe o ANEXO IX, da Lei Complementar Municipal n° 045/2023;

CONSIDERANDO o direito constitucional de propriedade bem como o exercício de sua função social, pautado também pelo princípio da dignidade da pessoa humana, com o objetivo de ampliar o acesso à terra urbanizada, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais a serem regularizados.

DECRETA:

Art. 1º- Fica instaurado o Procedimento Administrativo para Regularização Fundiária Urbana (REURB) no Núcleo denominado **"DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA ANTINHA"**, situado na Macrozona – Zona Urbana da Comunidade de São José da Antinha (MZUCSJA), de coordenadas: Latitude: 19°14'55.33"S e Longitude: 47°12'40.90"O, no município de Perdizes/MG.

Art. 2º - A REURB no Distrito de São José da Antinha fica classificada na modalidade de Reurb de Interesso Social (REURB-S), nos termos do artigo 13, inciso I, da Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017.

Art. 3º - O procedimento administrativo da REURB. instaurado por meio do presente Decreto receberá a numeração na seguinte ordem: Procedimento administrativo do Núcleo denominado "Distrito de São José da Antinha" nº 001/2026.

Art. 4º - A regularização fundiária do núcleo de que trata este Decreto dar-se-á preferencialmente por meio da Legitimação Fundiária.

Art. 5º - Publique-se no meio oficial e dê ciência ao público e aos interessados.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Perdizes/MG, 22 de maio de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:6B7014FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. º 08/2026 DISPENSA – 08/2026

AUTORIZO a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do RESOLUÇÃO nº 1250/ 2024 da CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES / MG, conforme detalhamento:

CONTRATANTE - CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES / MG - CNPJ nº 25.XXX.XXX/0001-45

CONTRATADO -**ULTIMAX LTDA -CNPJ: 10.XXX.XXX/0001-20**

DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO -Fornecimento de materiais descartáveis, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Perdões/MG.

VALOR -R$ 3.111,59 (Três mil, cento e onze reais e cinquenta e nove centavos).

FUNDAMENTO DA DISPENSA -RESOLUÇÃO nº 1250/2024 da CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES / MG (art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 01.03.01.01.031.0003.2012.3.3.90.30.00 Ficha: 024

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES / MG, em 26 de maio de 2026.

Câmara Municipal de Perdões – MG
FLORISVALDO DINIZ –
Presidente
Contratante

Publicado por:
Jonas Ribeiro Campos
Código Identificador:68612959

PREVIPER
PORTARIA APOSENTADORIA Nº 07/2026

A Superintendente da Autarquia Municipal Instituto de Previdência Municipal de Perdões - PREVIPER, nas atribuições que lhe confere o Art. 3º, §1º, IV e VIII da Lei Municipal nº 2.503 de 06 de junho de 2007, após análise das condições para concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, pela presente Portaria, *resolve:*

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade com **PROVENTOS PROPORCIONAIS** ao tempo de contribuição, sem paridade, nos termos do Art. 33 da Lei Municipal nº 2.503 de 06 de junho de 2007 c/c Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/1988, ao servidor Sr. **JOÃO BATISTA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 313.XXX.XXX-04, matrícula XXXX-9, no cargo efetivo de Ajudante Geral, Nível I, Padrão G, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Públicos, a partir de 26 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Perdões, 26 de maio de 2026.

GLÍCIA GARCIA PEREIRA
Superintendente do PREVIPER

Publicado por:
Francisco de Jesus Pereira
Código Identificador:DF1B59F2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 26 DE MAIO DE 2026. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 05 DE ABRIL DE 2023, QUE ESTABELECE FUNÇÕES GRATIFICADAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 26 DE MAIO DE 2026.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 05 DE ABRIL DE 2023, QUE ESTABELECE FUNÇÕES GRATIFICADAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O § 4º do art. 1º da Lei Complementar nº 117, de 05 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. (...)

§ 4º. No âmbito da Assessoria Jurídica Municipal:

I - Função Gratificada de Auxílio a Atividades Jurídicas:

Atribuições: Exercer atividades supervisionadas pelo Assessor Jurídico Municipal na elaboração de minutas de pareceres jurídicos, minutas de contratos, minutas de projetos de leis, minutas de ofícios, requerimentos e outras peças administrativas, minutas de peças processuais de interesse do ente público municipal, podendo atuar como preposto do Município de Perdões em ações processuais.
Requisitos: Será selecionado um(a) servidor público efetivo por indicação do Assessor Jurídico Municipal para o exercício desta função gratificada dentre aqueles servidores efetivos, a ser exercida dentre os profissionais com formação em nível superior em Direito, com aprovação no exame de ordem da OAB, sujeito à homologação do Prefeito Municipal."

Art. 2º. O inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 117, de 05 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

I - Destina-se apenas a servidores efetivos municipais."

Art. 3º. Fica revogado o inciso V do art. 4º da Lei Complementar nº 117, de 05 de abril de 2023.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

*Lei oriunda do Projeto de Lei Complementar nº 8/2026 de autoria do Poder Executivo Municipal.

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:4C589C5E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 3.684 DE 26 DE MAIO DE 2026. DETERMINA A REVERSÃO DO IMÓVEL ANTERIORMENTE DOADO À EMPRESA FÁBRICA DE EMBUTIDOS REYNA LTDA. ME, CNPJ 18.919.805/0001-07 E AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL URBANO AO FRIGORÍFICO (...)

LEI MUNICIPAL Nº 3.684 DE 26 DE MAIO DE 2026.

DETERMINA A REVERSÃO DO IMÓVEL ANTERIORMENTE DOADO À EMPRESA FÁBRICA DE EMBUTIDOS REYNA LTDA. ME, CNPJ 18.919.805/0001-07 E AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL URBANO AO FRIGORÍFICO CORREA LIMA LTDA, CNPJ 09.025.047/0001-84 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em reversão ao patrimônio do Município de Perdões/MG o imóvel urbano nº A1-B, com área de 7.406,62 m² (sete mil, quatrocentos e seis metros quadrados e sessenta e dois decímetros quadrados), situado na Rua José Domingos do Nascimento, Bairro Palestina, Perdões/MG, matrícula 13.460, junto ao CRI da Comarca de Perdões/MG, objeto de doação à empresa Fábrica de Embutidos Reyna Ltda. ME, CNPJ 18.919.805/0001-07, nos termos da Lei Municipal nº 2.831/2013.

Art. 2º. A reversão prevista no artigo anterior ocorrerá sem qualquer indenização ou retenção pelas benfeitorias realizadas pela empresa Fábrica de Embutidos Reyna Ltda. ME, as quais permanecerão incorporadas ao imóvel, em conformidade com o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 2.831/2013.

§ 1º. A reversão prevista no caput somente se efetivará após a devida averbação no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Perdões/MG, ficando o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências administrativas e judiciais necessárias à sua concretização.

§ 2º. O extrato do ato de reversão deverá ser publicado no órgão oficial de publicidade do Município no prazo de até 30 (trinta) dias contados do registro imobiliário, como condição de eficácia do ato.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar ao Frigorífico Correa Lima Ltda., inscrito no CNPJ sob nº 09.025.047/0001-84, a Concessão de Direito Real de Uso do imóvel descrito no art. 1º desta Lei, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei Federal nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, observado o disposto na Lei Municipal nº 2.831/2013 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. A outorga da Concessão de Direito Real de Uso prevista neste artigo fundamenta-se em interesse público específico, consubstanciado na continuidade de atividades industriais, geração de empregos e fomento ao desenvolvimento econômico local, ficando dispensado o procedimento licitatório nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 2.831/2013.

Art. 4º. A concessão prevista nesta Lei será formalizada mediante escritura pública e conterá obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

I – de impenhorabilidade;

II – de inalienabilidade, salvo autorização legislativa específica;

III – de reversão automática ao patrimônio do Município, sem qualquer indenização, no caso de:

a) desativação ou extinção da empresa beneficiária;
b) alteração da destinação originalmente estabelecida;
c) não implantação do empreendimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da assinatura da escritura pública;
d) descumprimento das condições previstas na Lei Municipal nº 2.831/2013 e nesta Lei.

IV - de prazo determinado de 20 (vinte) anos, contados da data do registro da escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis, renovável mediante lei específica, a critério exclusivo do Município;

Art. 5º. Todas as despesas decorrentes da formalização da Concessão de Direito Real de Uso, incluindo custos com a escritura pública, impostos, taxas de registro imobiliário e demais encargos, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

* Lei oriunda do Projeto de Lei nº 114/2025 de autoria do Poder Executivo.

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:24444110

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 3.685 DE 26 DE MAIO DE 2026. INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CESTAS SOLIDÁRIAS COM PROTEÇÃO ANIMAL, DESTINADO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL QUE POSSUAM ANIMAIS DOMÉSTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 3.685 DE 26 DE MAIO DE 2026.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CESTAS SOLIDÁRIAS COM PROTEÇÃO ANIMAL, DESTINADO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL QUE POSSUAM ANIMAIS DOMÉSTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Perdões, o Programa Municipal de Cestas Solidárias com Proteção Animal, com a finalidade de promover a segurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social, aliada à proteção e ao bem-estar de animais domésticos.

Art. 2º O Programa tem como objetivos:

I – garantir o acesso à alimentação básica às famílias em situação de vulnerabilidade social;
II – contribuir para a proteção, saúde e bem-estar de animais domésticos pertencentes a essas famílias;
III – prevenir o abandono de animais por motivos socioeconômicos;
IV – promover ações integradas entre a política de assistência social e a proteção animal;
V – fortalecer entidades sociais que atuem de forma complementar às políticas públicas do Município.

Art. 3º Poderão ser beneficiárias do Programa as famílias que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios:

I – estejam em situação de vulnerabilidade social, conforme avaliação e cadastro dos órgãos da assistência social do Município;
II – estejam inscritas ou aptas à inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, quando exigido;
III – possuam animais domésticos sob sua guarda e responsabilidade;
IV – atendam aos demais critérios definidos em regulamento.

Art. 4º As cestas solidárias de que trata esta Lei poderão conter, entre outros itens:

I – gêneros alimentícios básicos destinados ao consumo humano;
II – ração adequada para cães e/ou gatos;
III – itens básicos para os animais, tais como comedouros, bebedouros, coleiras ou similares;
IV – abrigos simples para animais, como casinhas ou estruturas equivalentes, conforme disponibilidade;
V – materiais informativos sobre guarda responsável, cuidados básicos e prevenção de maus-tratos.

Art. 5º A execução do Programa poderá ocorrer por meio de parcerias com entidades sem fins lucrativos, regularmente constituídas, que desenvolvam ações sociais e de proteção animal, além de convênios, termos de colaboração ou termos de fomento, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º As entidades parceiras deverão:

I – possuir finalidade social compatível com os objetivos do Programa;
II – comprovar regularidade jurídica e fiscal;
III – apresentar plano de trabalho contendo metas, público-alvo e forma de execução;
IV – prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei.
Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, naquilo que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de maio de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

* Lei oriunda do Projeto de Lei nº 04/2026 de autoria do Vereador Helton Vicente de Souza.

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:322FE8A6

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 3.686 DE 26 DE MAIO DE 2026. DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS COMERCIAIS TEMPORÁRIOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PERDÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 3.686 DE 26 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS COMERCIAIS TEMPORÁRIOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PERDÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece diretrizes para a realização de eventos comerciais temporários em logradouros públicos no Município de Perdões, visando à adequada utilização dos espaços públicos, à organização urbana, à preservação do patrimônio público e à valorização da economia local.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se evento comercial temporário toda atividade de comercialização de produtos ou serviços realizada por período determinado em praças, ruas, avenidas ou outros logradouros públicos.

Art. 3º. A realização de eventos comerciais temporários em logradouros públicos poderá ser autorizada pelo Poder Executivo, observadas as normas municipais aplicáveis e o interesse público.

Art. 4º. Na análise de pedidos para realização de eventos comerciais temporários em espaços públicos, serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos:

I – a adequada utilização e preservação do espaço público;
II – a segurança e mobilidade de pedestres e veículos;
III – o impacto urbanístico e social do evento;
IV – a compatibilidade da atividade com o local pretendido;
V – os impactos na dinâmica econômica local.
VI - a área ocupada pelo evento, limitada a, no máximo, 24 m² (vinte e quatro metros quadrados). (*)

Art. 5º. O interessado na realização de evento comercial temporário poderá ser instado a apresentar plano simplificado de organização do evento, contendo, sempre que possível:

I – identificação do responsável pela realização;
II – período e local pretendido;
III – descrição das atividades e da estrutura a ser instalada;
IV – estimativa de público;
V – medidas de organização, segurança e limpeza do espaço público.

Art. 6º. Com o objetivo de resguardar o patrimônio público e assegurar a adequada utilização dos logradouros municipais, poderá ser exigida do responsável pelo evento a apresentação de garantia ou caução, destinada à reparação de eventuais danos e à recomposição do espaço utilizado.

Art. 7º. Na análise dos pedidos poderão ser consideradas contrapartidas de interesse público, tais como:

I – ações de valorização da economia local;
II – integração com atividades culturais, esportivas ou comunitárias do Município;
III – oportunidades de participação para comerciantes, produtores ou empreendedores locais.

Art. 8º. Os pedidos para realização de eventos comerciais temporários em logradouros públicos deverão ser apresentados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, de modo a possibilitar a adequada análise administrativa.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá estabelecer limites quanto à periodicidade, duração e localização de eventos comerciais temporários em logradouros públicos, considerando o interesse público e a adequada organização urbana.

Art. 10. A realização de eventos comerciais temporários deverá observar a compatibilidade com a dinâmica econômica e social do Município, bem como com o regular funcionamento das atividades comerciais estabelecidas em Perdões.

Art. 11. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei naquilo que couber.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Lei oriunda do Projeto de Lei nº 26/2026 de autoria do Vereador Antônio José Bastos Nascimento.

(*)Redação dada pela emenda aditiva de autoria dos Vereadores Anderson Carvalho Pereira e Márcio Oliveira Rodrigues.

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:24EA5440

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 3.687 DE 26 DE MAIO DE 2026. DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE DIRETRIZES PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO EM SAÚDE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE ATLETAS LESIONADOS EM RAZÃO DE SUA ATUAÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG E DÁ (...)

LEI MUNICIPAL Nº 3.687 DE 26 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE DIRETRIZES PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO EM SAÚDE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE ATLETAS LESIONADOS EM RAZÃO DE SUA ATUAÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam instituídas diretrizes para a promoção de atendimento prioritário em saúde e acompanhamento social aos atletas que sofrerem lesões enquanto representavam oficialmente o Município de Perdões/MG, durante o período em que perdurarem os efeitos da lesão.

Art. 2º. O Poder Executivo poderá, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, adotar medidas para garantir atendimento prioritário aos atletas de que trata esta Lei, no âmbito das unidades de saúde públicas municipais e daquelas eventualmente conveniadas.
Parágrafo único. O atendimento prioritário observará, em qualquer hipótese, os critérios de urgência e emergência.

Art. 3º. Para fins desta Lei, consideram-se atletas beneficiários aqueles que comprovadamente:

I - sejam residentes no Município de Perdões/MG;
II - tenham participado de competições ou eventos esportivos representando oficialmente o Município;
III - apresentem comprovação de lesão ou necessidade clínica relacionada à atividade esportiva.

Parágrafo único. A comprovação poderá ser feita por meio de documentação idônea, tais como:

I - registros de participação em eventos esportivos;
II - laudos ou atestados emitidos por profissionais competentes;
III - outros documentos admitidos pela Administração Pública, na forma de regulamento.

Art. 4º. O atendimento prioritário, quando implementado, poderá abranger, entre outros:

I - consultas médicas e atendimentos especializados;
II - acompanhamento fisioterapêutico e psicológico;
III - realização de exames necessários;
IV - demais serviços voltados à recuperação da saúde do atleta.

Art. 5º. Serão promovidas ações de acompanhamento social aos atletas lesionados, especialmente em situações que possam acarretar vulnerabilidade social, observadas as políticas públicas já existentes.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, se existentes, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 7º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei naquilo que couber.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Lei oriunda do projeto de lei nº 29/2026 de autoria do vereador Antônio José Bastos Nascimento.

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:60DEDBEE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 3.688 DE 26 DE MAIO DE 2026. CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES

LEI MUNICIPAL Nº 3.688 DE 26 DE MAIO DE 2026.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder a revisão geral anual equivalente a 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), a partir de janeiro de 2026, incidente sobre o subsídio dos Vereadores do Poder Legislativo do Município de Perdões.

Parágrafo único. O percentual de revisão concedido no caput deste artigo tem como base o índice acumulado IPCA-IBGE, conforme art. 4º, §1º, da Lei Municipal n. 3.496/2024, referente ao período de janeiro a dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de maio de 2026.

Lei oriunda do Projeto de Lei nº 32/2026 de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Perdões biênio 2025-2026.

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:A55EF07B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 11.072 DE 26 DE MAIO DE 2026 INSTITUI A COMISSÃO GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 11.072 DE 26 DE MAIO DE 2026

INSTITUI A COMISSÃO GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a gestão das políticas públicas de educação no âmbito municipal, garantindo a articulação, planejamento e monitoramento das metas educacionais;

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei Federal nº 13.019/2014, quando aplicável a parcerias, e a necessidade de monitoramento e avaliação de planos de trabalho, conforme indicam exemplos de normas locais;

CONSIDERANDO a importância da participação de representantes do Poder Público e da sociedade civil no processo de elaboração e monitoramento do PME.

RESOLVE:

Art. 1ºInstituir a Comissão Gestora Municipal de Educação, com a finalidade de planejar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações e metas do Plano Municipal de Educação - PME, além de subsidiar a Secretaria Municipal de Educação em projetos pedagógicos.

Art. 2ºA Comissão Gestora será composta pelos seguintes membros, representantes do Poder Público e da sociedade civil:

I –Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Márcia Regina Martins Bartels
Suplente: Alessandra Aparecida Vilela

III –Representante dos Diretores Escolares:
Titular: Ana Paula Diniz
Suplente: Viviane dos Santos Abreu

IV –Representante do Conselho Municipal de Educação
Titular: Erica Cristina Alvarenga
Suplente: Lais Silva Barbosa Ribeiro

VI – Representantes da Sociedade Civil
Titular: Jeverson Mendes Rocha
Suplente: Ari Eustáquio da Silva

Art. 3ºCompete à Comissão Gestora Municipal de Educação:

I - monitorar periodicamente o cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Educação;

II - elaborar relatórios técnicos sobre a execução das políticas de educação integral ou outras modalidades;
III - convocar reuniões técnicas para avaliação dos planos de trabalho de parceria com organizações da sociedade civil, se necessário.

Art. 4ºA participação na comissão é considerada serviço público relevante, não remunerada, sendo vedada qualquer forma de contraprestação financeira, nos termos de normas de órgãos de controle.

Art. 5ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6ºRevogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Perdões, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:7128570D

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – TERMO ADITIVO Nº 04/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 7.943/2021

Partes: Município de Perdões/MG, CNPJ nº 18.244.343/0001-67. e Luiz Paulo Ferreira Teodoro – ME, CNPJ nº 21.837.382/0001-82.

Objeto: Acréscimo quantitativo ao Contrato Administrativo nº 7.943/2021, consistente na ampliação dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares na localidade rural dos Retiros dos Pimentas, mediante inclusão de mais 01 (um) dia semanal de coleta.

Valor do Acréscimo: R$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais) mensais.
Valor Mensal Atualizado do Contrato: R$ 131.836,27 (cento e trinta e um mil oitocentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos).
Fundamento Legal: Artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Data da Assinatura: 26 de maio de 2026.

Vigência: Permanecem inalterados os prazos e demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 7.943/2021.

Perdões/MG, 26 de maio de 2026.

Signatários - Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG e Luiz Paulo Ferreira Teodoro, Representante Legal

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:52EF471A

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 06/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 06/2026

O município de Perdões, através de seu representante legal Guilherme Pereira Freitas, Prefeito Municipal, vem por este edital convocar as candidatas abaixo aprovadas no concurso público edital 001/2022 para o cargo de **MONITOR DE CRECHE:**

JESSICA CRISTINA ONORATO DOS SANTOS
ANA PAULA RIBEIRO DE OLIVEIRA

As candidatas acima, deverão comparecer de 12:00 às 18:00 horas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital de Convocação portando todos os documentos pessoais e os requisitos de formação exigida para o cargo no setor de Recursos Humanos situado na sede da Prefeitura Municipal de Perdões na Praça 1.º de Junho, n.º 103, Centro – Perdões/MG.

Recursos Humanos – WhatsApp (35) 3864 1142
rh@perdoes.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Perdões, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:8C9F0256

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 07/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 07/2026

O município de Perdões, através de seu representante legal Guilherme Pereira Freitas, Prefeito Municipal, vem por este edital convocar a candidata abaixo aprovada no concurso público edital 001/2022 para o cargo de **AUXILIAR DE PESSOAL:**

CINTHIA FREIRE CAPANEMA

A candidata acima, deverá comparecer de 12:00 às 18:00 horas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital de Convocação portando todos os documentos pessoais e os requisitos de formação exigida para o cargo no setor de Recursos Humanos situado na sede da Prefeitura Municipal de Perdões na Praça 1.º de Junho, n.º 103, Centro – Perdões/MG.

Recursos Humanos – WhatsApp (35) 3864 1142
rh@perdoes.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Perdões, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:15FD07A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 11.069/26 DE 23 DE MAIO DE 2026.
HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO CREUZA MARIA DA SILVA PINTO

PORTARIA Nº 11.069/26 de 23 de maio de 2026.

HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Artigo 49 e Parágrafo Único das DTF da Lei Municipal nº 1.695/94 de 22.02.94 e Artigo 23 e Parágrafos 1º e 3º da Lei Municipal nº 1.697/94 de 25.02.94,
RESOLVE:

Art. 1º- Homologar o estágio probatório do servidor público municipal **CREUZA MARIA DA SILVA PINTO aprovada** em concurso Público de Provas e Títulos – Edital 001/2022, e nomeada em 03/05/2023 através da Portaria nº 9.255/23, de acordo com avaliação efetuada, considerando satisfatório para o exercício do cargo de **Auxiliar de serviço educacional.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 23 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:6882CF04

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 11.070/26 DE 23 DE MAIO DE 2026. HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO KUESIA ASSIS JERONIMO

PORTARIA Nº 11.070/26 de 23 de maio de 2026.

HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Artigo 49 e Parágrafo Único das DTF da Lei Municipal nº 1.695/94 de 22.02.94 e Artigo 23 e Parágrafos 1º e 3º da Lei Municipal nº 1.697/94 de 25.02.94,
RESOLVE:

Art. 1º- Homologar o estágio probatório do servidor público municipal **KUESIA ASSIS JERONIMO aprovada** em concurso Público de Provas e Títulos – Edital 001/2022, e nomeada em 03/05/2023 através da Portaria nº 9.260/23, de acordo com avaliação efetuada, considerando satisfatório para o exercício do cargo de **Auxiliar de serviço educacional.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 23 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:CE4363DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 11.071/26 DE 24 DE MAIO DE 2026. HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO DEBORA CASSIA CARVALHO

PORTARIA Nº 11.071/26 de 24 de maio de 2026.

HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Artigo 49 e Parágrafo Único das DTF da Lei Municipal nº 1.695/94 de 22.02.94 e Artigo 23 e Parágrafos 1º e 3º da Lei Municipal nº 1.697/94 de 25.02.94,
RESOLVE:

Art. 1º- Homologar o estágio probatório do servidor público municipal **DEBORA CASSIA CARVALHO aprovada** em concurso Público de Provas e Títulos – Edital 001/2022, e nomeada em 03/05/2023 através da Portaria nº 9.267/23, de acordo com avaliação efetuada, considerando satisfatório para o exercício do cargo de **Professor III – Educação Física.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 24 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:68E8140E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº11.073 /2026 DE 26 DE MAIO DE 2026. DESTITUI A SERVIDORA ROSEMERY APARECIDA BELCHIOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CADASTROS, REGISTROS E CONTRATOS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 117/2023.

PORTARIA Nº11.073 /2026 de 26 de maio de 2026.

DESTITUI A SERVIDORA ROSEMERY APARECIDA BELCHIOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CADASTROS, REGISTROS E CONTRATOS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 117/2023.

O Município de Perdões, por seu representante legal, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Destituir a servidora municipal **ROSEMERY APARECIDA BELCHIOR** da Função Gratificada de Cadastros, Registros e Contratos na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, nos termos da Lei Complementar nº 117/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/05/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:81BC1C6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 11.074/26 DE 26 DE MAIO DE 2026. CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RODRIGO LUCAS MACHADO.

PORTARIA Nº 11.074/26 de 26 de maio de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL *RODRIGO LUCAS MACHADO.*

O Prefeito de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 92, Capítulo III, das Férias Prêmio, da Lei Municipal nº 1.697/94, Estatuto do Servidor Público do Município de Perdões e da Lei Complementar n.º 108/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal ***RODRIGO LUCAS MACHADO,*** restante de suas férias prêmio referente ao período aquisitivo de 03/01/2016 a 02/01/2021, que serão gozadas no período de 03/06/2026 a 01/08/2026, no total de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 26 de maio de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretário Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:4F8B5B44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIEDADE DE PONTE NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 031/2026

Objeto: : Registro de preços para futura e contratação serviços de impressão em atendimento ao Município de Piedade de Ponte Nova.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: JOSE HENRIQUE DE ARAUJO LIMA - ME, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº. 05.792.226/0001-96
Valor global da Ata de Registro de Preços: R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

A vigência é até o dia 22 de maio de 2027.

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:9F221415

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE REAJUSTE ECONOMICO FINANCEIRO

EXTRATO DE REAJUSTE ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO N° 058/2025
PROCESSO LICITATORIO N° 027/2025

Objeto: Reajuste Economico Financeiro do contrato da empresa especializada para prestação de serviços de seguro de veículo para atendimento da frota municipal.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38.
O valor do reajuste corresponde: R$ 441,24 (quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos)
O o novo valor atualizado do Contrato corresponde ao valor de: 10.799,16 (dez mil setecentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos)

A vigência é até o dia 29 de abril de 2027.

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:0CA04118

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE REAJUSTE ECONOMICO FINANCEIRO

EXTRATO DE REAJUSTE ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO N° 023/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 019/2025

Objeto: Reajuste Economico Financeiro do contrato da empresa que realiza a prestação de serviços de locação de ônibus em atendimento às atividades diversas das secretarias do Município de Piedade de Ponte Nova - MG.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: ANA FLÁVIA SILVA CRUZ, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 58.781.079/0001-15.
O valor do reajuste corresponde: R$ 459,81 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos).
O o novo valor atualizado do Contrato corresponde ao valor de: 54.649,05 (cinquenta e quatro mil seiscentos e quarentas e nove reais e cinco centavos).

A vigência é até o dia 29 de junho de 2026.

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:45E15DFF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Passa a constar o seguinte texto retificado, ficam revogadas as disposições em contrário:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024
EXTRATO DE CONTRATO 036/2024

Torna pública a **retificação do Extrato de Contrato** referente ao processo administrativo em epígrafe, em razão da constatação de **erro material na informação do ano de vigência**, conforme segue:
Onde se lê:
O contrato terá vigência até 19 de abril de 2026.

Leia-se:
O contrato terá vigência até 19 de abril de 2027.
Publique-se para conhecimento dos interessados e para que produza seus efeitos legais.

Piedade de Ponte Nova, 26 de maio de 2026.

GERALDO NOBRE NETO
Prefeito
Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:00E98877

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
EXTRATO DO CONTRATO 019/2026 CONVALE

A Prefeitura Municipal de Pirajuba torna público nos termos da lei 14.133/2021 e suas alterações a assinatura do contrato 019/2026 proveniente do Processo administrativo 063/2026 Dispensa 045/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA, NO MUNICÍPIO DE PIRAJUBA/MG. Contrato de Repasse: 980430/2025. Ministério do Esporte. Data da assinatura: 19 de maio de 2026. Contratado: CONVALE – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional. CNPJ:19.864.323/0001-51. Valor: R$ 478.140,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais) Vigência 12 meses. Pirajuba MG, 26 de maio de 2026.

AIRTON ALVES.
Prefeito.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:7DD0D176

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGAO 021/2026 RODEIO PIRAJUBA MG

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 021/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA PARA ADMINISTRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, LOCAÇÃO, MONTAGEM DE ESTRUTURAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO

DE CAMPEONATO DE RODEIO, COM RECONHECIMENTO DE NÍVEL NACIONAL OU INTERNACIONAL, NAS MODALIDADES RODEIO EM TOUROS, CONFORME ITEM 1.1, E RODEIO EM CAVALOS ESTILO CUTIANO, A SEREM REALIZADOS DURANTE O EVENTO FESTA DO PEÃO DE PIRAJUBA MG. Data Da Abertura Da Sessão: 15 De junho De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 26 de maio De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:AF73F1ED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA
PORTARIA N° 045/2026 DE 26 DE MAIO DE 2026.

Promover e implementar programa de bolsa destinado à Articuladora Municipal De Piranga/Mg.

O Prefeito Municipal de Piranga/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:
RESOLVE:
Art. 1. Promover e implementar programa de bolsa destinado à Articuladora Municipal De Piranga/Mg **NATÁLIA REGINA SILVA MACIEL,** inscrita no CPFº nº 057.766.956-78, portadora da Carteira de Identidade MG 11.966.995 SSP/MG, para receber a bolsa. O Programa de Bolsas tem por objetivo ampliar a capacidade institucional do município para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de alfabetização, assegurando suporte técnico e pedagógico às ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino, em consonância com as diretrizes da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA. Bem como acompanhar a formação continuada dos professores e gestores, fortalecimento das políticas públicas de alfabetização e recomposição das aprendizagens; acompanhamento das formações, a importância da ampliação da capacidade institucional do município para elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à alfabetização;
Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Piranga/MG, 26 de maio de 2026.

LUIS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Hebert Dias Maciel
Código Identificador:DBC4709A

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA - MG: AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório Nº. 093/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90028/2026, Registro de Preços Nº. 016/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, SENDO TINTAS E REFIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Data de abertura: 17/06/2026 às 13:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.

Piranga-MG, 26/05/2026.

GLAUCIELY NATALIA VENTURA
Chefe de Divisão - Licitações
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5416/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:A98CC6DB

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA - MG: AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório Nº. 095/2026, Concorrência Presencial Nº. 90003/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO À REFORMA DO CASARÃO DA ANTIGA CÂMARA MUNICIPAL, LOCALIZADO NA PRAÇA CORONEL AMANTINO, CONTEMPLANDO A RECUPERAÇÃO FÍSICA, ADEQUAÇÃO FUNCIONAL E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. Data de abertura: 22/06/2026 às 09:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.
Piranga-MG, 26/05/2026.

GLAUCIELY NATALIA VENTURA
Chefe de Divisão – Licitações
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5416/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:ECCE4C62

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA - MG: AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório Nº. 096/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90029/2026, Registro de Preços Nº. 017/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, MATERIAIS DE CONSUMO E INSTRUMENTOS DE ODONTOLOGIA. Data de abertura: 18/06/2026 às 09:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.
Piranga-MG, 26/05/2026.

GLAUCIELY NATALIA VENTURA
Chefe de Divisão - Licitações
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5416/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:AE8B5EA2

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Proc. Licitatório nº. 078/2025, Pregão Eletrônico nº. 90025/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER A ROTA CÓRREGO PEQUENO / VENDA NOVA / TAQUARAÇU / CUNHAS / APAE. Contratada: SF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 50.004.733/0001-72 , Fica o prazo de vigência contratual prorrogado até por até 31/07/2026. Fica reajustado, a partir de 26/05/2026, em 4,39% (Quatro vírgula trinta e nove por cento) – IPCA, o valor unitário do quilômetro, passando de R$ 2,69 (Dois reais e sessenta e nove centavos) para R$ 2,81 (Dois reais e oitenta e um centavos). Valor total Aditivo: R$11.240,00 (onze mil, duzentos e quarenta reais).

Piranga/MG, 26/05/2026

ANTÔNIO JOSÉ TRINDADE DE PAIVA
Secretário Municipal de Educação
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:17B8E49A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

SECRETARIA DE GOVERNO
EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO MÚTUA – PREFEITURA DE PIRAPORA E CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PIRAPORA – CDL PIRAPORA

EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO MÚTUA – PREFEITURA DE PIRAPORA E CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PIRAPORA – CDL PIRAPORA

Contratante: Município de Pirapora-MG, CNPJ nº. 23.539.463/0001–21.

Contratado: Câmara de Dirigentes Lojistas de Pirapora – CLD Pirapora, CNPJ nº 18.652.263/0001-40.

OBJETO: Colocar à disposição do CONTRATANTE os serviços de utilização da sua rede conveniada, para atendimento com o Programa CARTÃO FEIRA através de utilização pelos seus beneficiários.

PRAZO: 24 meses a partir da data de assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 10 de Abril de 2026.

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:D4846F36

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 199/2026

Portaria Nº 199/2026

Dispõe sobre nomeação de Conselheiro Tutelar suplente.

O **Prefeito do Município de Pirapora,** Alexandro Costa Cesar, no uso de suas atribuições, especialmente aquela conferida pelo art. 125, II, "a" da Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal nº 1.782/2005.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o suplente **Marcus Vinícius Costa** para substituir a Conselheira Tutelar Eimar Santos de Carvalho – Mat. 15586, por motivo de atestado médico no período de 30 dias entre maio e junho/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 26 de maio de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:E7C2CD92

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 200/2026

Portaria Nº 200/2026

Prorroga prazo de comissão de processo administrativo disciplinar.

O **Prefeito Municipal de Pirapora/MG**, Alexandro Costa Cesar, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 146 da Lei Municipal 1.782/2005 de 06 de julho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurada pela Portaria nº 112/2026 em 18/03/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 24/05/2026.

Pirapora, 22 de maio de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:C528E124

SECRETARIA DE GOVERNO
PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE PROPOSTAS APRESENTADAS DE ACORDO COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMI/PIRAPORA/MG Nº 001/2026

PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE PROPOSTAS APRESENTADAS DE ACORDO COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMI/PIRAPORA/MG Nº 001/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Pirapora, no uso de suas atribuições legais, torna pública a relação das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil – OSCs, em atendimento ao Edital de Chamamento Público CMI/PIRAPORA/MG nº 001/2026, destinadas à seleção de projetos voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

RELAÇÃO DAS PROPOSTAS INSCRITAS

Nº	OSCs Proponente	CNPJ	Nome do Projeto	Situação
01	Associação Cultural Baticundum	24.065.223/0001-03	Conexão 60+	Inscrita
02	Associação da Terceira Idade de Pirapora/MG	01.697.405/0001-93	Múltiplos Saberes em Movimento: Unindo a troca de saberes tradicionais com novas vivências.	Inscrita
03	Associação da Terceira Idade de Pirapora/MG	01.697.405/0001-93	Bordando e costurando história em memórias tecidas com pontos e prosas	Inscrita
04	Associação da Terceira Idade de Pirapora/MG	01.697.405/0001-93	Protagonismo e Cidadania com a Inclusão Digital	Inscrita
05	Associação da Terceira Idade de Pirapora/MG	01.697.405/0001-93	Dança na Melhor Idade: A alegria em movimento	Inscrita
06	Associação da Terceira Idade de Pirapora/MG	01.697.405/0001-93	Hidroginástica: A melhor idade em movimento	Inscrita
07	Casa de Cultura Afro Gerais - CCAG	16.525.897/0001-07	Tambores da Ancestralidade: Guerreiros do Axé e Vozes da Cultura Afro Brasileira	Inscrita
08	Casa de Cultura Afro Gerais - CCAG	16.525.897/0001-07	Fios de Ancestralidade: Mulheres Negras costurando Sonhos e Autonomia	Inscrita
09	Lar dos Idosos de São Vicente de Paulo	18.890.772/0001-01	Ampliar para Melhor Acolher	Inscrita
10	Lar dos Idosos de São Vicente de Paulo	18.890.772/0001-01	Nossa Casa, Nosso Lar	Inscrita
11	Lar dos Idosos de São Vicente de Paulo	18.890.772/0001-01	Bem Estar no Lar São Vicente	Inscrita
12	Lar dos Idosos de São Vicente de Paulo	18.890.772/0001-01	Manutenção e Reforma da Igreja do Lar dos Idosos	Inscrita
13	Lar dos Idosos de São Vicente de Paulo	18.890.772/0001-01	Igreja fonte de Vida: Unindo gerações na fé e no amor	Inscrita
14	Associação Clube Literário Tamboril	23.171.985.0001/13	Amigos Seresteiros – Oficina de Canto e Musicalização	Inscrita

As propostas acima relacionadas foram protocoladas dentro do prazo estabelecido no Edital de Chamamento Público CMI/PIRAPORA/MG nº 001/2026 e seguirão para análise da Comissão de Seleção, conforme cronograma oficial do certame.
Pirapora/MG, 26 de maio de 2026.

TERESINHA MENDES MEDEIROS VAZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMI Pirapora

COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CMI/Pirapora/MG nº 001/2026

DANIELE CRISTINA ENTREPORTES SILVA

MARIA GIOVANA LOPES DUMONT

VALDINÉIA VARGAS

HELDER GERALDO BEZERRA

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:53805790

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0153/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000086/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0054/26
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO SUS, CONFORME DESCRITO NO EDITAL
Contratado: COMERCIAL PITIA LTDA, CNPJ n° 21.942.511/0001-00. Valor global estimado de R$ 144.500,00. Data da assinatura: 15/05/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 15 de maio de 2026 até 15 de maio de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:4DB95FE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.296, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIO PÚBLICO: CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PAULO ROBERTO FERREIRA DE FARIA (PAULINHO DA COADE) (*04/04/1953 + 19/05/1999).

Autor: Ver. Dionísio

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Centro de Convivência para Pessoas com Deficiência Paulo Roberto Ferreira de Faria (Paulinho da Coade)" o atual próprio público "Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – CENTRO POP”, localizado na Avenida Pinto Cobra, nº 2015.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:DD29FBA2

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.297, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIO PÚBLICO: QUADRA POLIESPORTIVA MARIA VANIRA BRILHANTE (*1944 +2025).

Autor: Ver. Israel Russo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Quadra Poliesportiva Maria Vanira Brilhante”, a quadra poliesportiva sem denominação, localizada na Avenida Benedito Augusto Machado, nº 227-177, no bairro Residencial Morumbi.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:73E12092

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.298, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ANTÔNIO TIBÚRCIO MENDES (*1936 +2021).

Autoria: Ver. Dionísio

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Rua Antônio Tibúrcio Mendes" antiga “Rua 8 sem denominação”, localizada no bairro Paraíso Real.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:22D37CC3

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.299, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA GERALDO PEREIRA LEAL (*1948 +2019).

Autoria: Oliveira Altair Amaral

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Rua Geraldo Pereira Leal" a atual “Rua Sem Denominação (02)” localizada no Bairro Ipiranga, com início na 4ª Travessa Professor Geraldo Camargo.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:27B5F21C

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.300, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA GILBERTO ALVES DA CUNHA (*1971 + 2016).

Autoria: Ver. Rogerinho da Policlínica

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Rua Gilberto Alves da Cunha" a atual "Travessa Sem Denominação (51)”, localizada no bairro São Geraldo, com início na Rua João Pereira de Freitas.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:4C9DF8A5

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.301, DE 25 DE MAIO DE 2026

ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL – "CEIM RECANTO FELIZ”, PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL - "CEIM APARECIDA ANDRÉA RIOS VILELA".

Autoria: Vereadores Oliveira, Davi Andrade, Ely da Autopeças, Elizelto Guido, Odair Quincote

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM “Recanto Feliz”, localizado no Bairro Belo Horizonte, passa a denominar-se "Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM “Aparecida Andréa Rios Vilela”.

Art. 2º Fica revogada a Lei Municipal nº 4.713, de 11 de julho de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:B192E416

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.302, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA LUCAS ANTÔNIO BRAZ DE MORAIS (*1990 +2025).

Autoria: Ver. Delegado Renato Gavião

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Rua Lucas Antônio Braz de Morais” a atual “Rua sem denominação 06”, com início na “Avenida Benedita de Jesus Fraga Alves” e término na “Rua Tenente Antônio Correa da Silva” localizada no bairro Altos do Ypiranga.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:246436D9

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.303, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA CHARLES ALBERT SEGECS (*1985 +2025).

Autoria: Ver. Delegado Renato Gavião

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Rua Charles Albert Segecs”, a atual “Rua sem denominação 07”, com início na “Avenida Benedita de

Jesus Fraga Alves" e término na "Rua Tenente Antônio Correa da Silva", localizada no bairro Altos do Ypiranga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:F3442283

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.304, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA MARIO LUIZ DE FARIA (*1953 +2023).

Autoria: Ver. Delegado Renato Gavião

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua Mario Luiz de Faria" a atual "Rua sem denominação nº 13", com início na "Rua sem denominação nº 2" e término na "Rua sem denominação nº 4", localizada no bairro Jardim das Nações.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:0F418801

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.305, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA CARLOS FRANCISCO GASPARIM (*1948 +2024).

Autoria: Ver. Dionísio

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua Carlos Francisco Gasparim" a atual Rua "sem denominação" com início na Estrada Municipal Ferreiras - Joaquim Francisco de Oliveira, sem saída, localizada no bairro dos Ferreiras.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:A29460A2

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.306, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA BENEDITO IZANOR RIBEIRO (*1967 +2021).

Autoria: Ver. Miguel Tomatinho do Hospital

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua Benedito Izanor Ribeiro", a atual rua sem denominação, com início na Rua Antônio Lemes da Silva e fim na Rua Guilhermina Zordan dos Santos Nora, localizada no bairro Fatima I.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:DA803FFB

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.307, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIO PÚBLICO: CENTRO DE REFEERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ELOÁ VICTÓRIA TITO DE LIMA (*2009 +2022).

Autoria: Ver. Rogerinho da Policlínica

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Centro de Referência de Assistência Social Eloá Victória Tito de Lima", o "CRAS São Geraldo", localizado na Rua João Paulo Vidal, nº 71, bairro São Geraldo.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:4BB2EA6A

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.308, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO: CENTRO DE CONVIVÊNCIA VEREADOR CÉLIO AUGUSTO DE PAIVA (CÉLIO XAXA) (*1949 +2017).

Autoria: Ver. Oliveira

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Prédio Público Célio Augusto de Paiva (Célio Xaxa)", o prédio público Centro de Convivência, localizado na Rua João Paulo Vidal, 71, no bairro São Geraldo, no município de Pouso Alegre, MG.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:23448CFE

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.309, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA SEBASTIÃO RENATO MENDES (*1946 +2021).

Autoria: Ver. Leandro Morais

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua Sebastião Renato Mendes", a atual "Rua Sem Denominação E", que tem início na Estrada Alcides José Pereira, e término na "Rua Sem Denominação B", localizada no bairro Rural Chácara Recreio Panorama.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:22E5DBB9

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.310, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA TEREZINHA APARECIDA BARET DE BARROS.

Autoria: Ver. Ely da Autopeças

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua Terezinha Aparecida Baret de Barros" a atual "Rua sem denominação nº 6", com início na "Rua sem denominação nº 10" e término na "Rua sem denominação nº 4", localizada no bairro Terras de Santa Fé.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:D8ECB190

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.311, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA CARLOS RENATO RIOS DE ANDRADE (*1968+2025).

Autoria: Vereadores Oliveira e Fred Coutinho

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua Carlos Renato Rios de Andrade" a atual "Rua sem denominação n°9", com início na Rua "Rua Francisco Julio Pereira" e término na divisa do loteamento.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:8FE9D84C

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.312, DE 25 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA JAIR PEREIRA DA SILVA (*1969 +2025).

Autoria: Ver. Oliveira

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua Jair Pereira da Silva" a atual "Rua 12", com início na Rua 14 e término na Rua Tenente Antônio Correa da Silva, localizada no bairro Altos do Ypiranga.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 25 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Evandro Luiz Gouvêa
Código Identificador:9E2ADF42

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 4.951, DE 26 DE MAIO DE 2026

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Concurso Público e Curso de Formação da Guarda Civil Municipal de Pouso Alegre e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 62 e o art. 69, II, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Comunicado Interno nº 177/2026 – SMSP, de 21 de maio de 2026, expedido pela Secretaria Municipal de Segurança Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, fiscalização e supervisão das etapas do Concurso Público e Curso de Formação para provimento de cargos da Guarda Civil Municipal de Pouso Alegre;

CONSIDERANDO o disposto no Edital nº 001/2026, de 26 de março de 2026, e na Lei Municipal nº 7.045/2025, de 22 de maio de 2025, que instituiu a Guarda Civil Municipal de Pouso Alegre;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de acompanhamento do processo de realização do Concurso Público e Curso de Formação para provimento de cargos da Guarda Civil Municipal de Pouso Alegre (GCMPA), junto ao IBGP – Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP), composta pelas seguintes servidoras:

I - **CAMILA GOMES DE FREITAS**, inscrita na matrícula sob nº 15.802, lotada na Secretária Municipal de Gestão de Pessoas;
II - **ISADORA CAROLINE DA MATA DIAS**, inscrita na matrícula sob nº 22.928, lotada na Secretária Municipal de Gestão de Pessoas;
III - **JÉSSICA SUELLEN NARCISO**, inscrita na matrícula sob nº 23.416, lotada na Procuradoria-Geral do Município;
IV - **JÉSSICA REZENDE SILVA FERREIRA**, inscrita na matrícula sob nº 17.774 lotada na Secretaria de Administração;
V - **JOYCE FERNANDA ALVES PINTO**, inscrita na matrícula sob nº 23.604; lotada na Secretaria de Transporte e Trânsito, e
VI - **PATRÍCIA ANDREA DIAS**, inscrita na matrícula sob nº 23.058, lotada na Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º A Comissão Especial terá como atribuições acompanhar todas as etapas do Concurso Público, incluindo planejamento, organização e execução das fases do certame da Guarda Civil Municipal de Pouso Alegre – MG, quais sejam:

I – prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;
II – exame médico, de caráter eliminatório;
III – teste de aptidão física, de caráter eliminatório e classificatório;
IV – avaliação psicotécnica, de caráter eliminatório;
V – investigação social e comportamental, de caráter eliminatório; e
VI – curso de formação, de caráter eliminatório.

Art. 3º A Comissão atuará como representante do Município de Pouso Alegre perante o IBGP, acompanhando e fiscalizando os atos relacionados ao certame.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 26 de maio de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:BA807304

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA: PORTARIA Nº 4.810/2025

I - Relatório:

Trata-se de Sindicância Administrativa (SA) instaurada pela Portaria n° 4.810, de 05 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 08 de setembro de 2025, Edição 4102 (fl. 02), posteriormente prorrogada pela Portaria nº 4.841, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 05 de novembro de 2025, Edição 4144 (fl. 19), em seguida reconduzida pela Portaria nº 4.856, de 27 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 28 de novembro de 2025, Edição 4160 (fl. 25), posteriormente reconduzida pela Portaria nº 4.897, de 09 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 11 de fevereiro de 2026, Edição 4211 (fl. 30), em por fim prorrogada pela Portaria nº 4.917, de 09 de março de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 12 de março de 2026, Edição 4231 (fl. 46).

A presente Sindicância Administrativa foi instaurada em razão de manifestação veiculada à Ouvidoria Municipal, registrada sob a NUP 00903.2025.000764-15 (fls. 04-11), a qual trouxe em seus anexos denúncia de possíveis irregularidades relativas à favorecimento ilícito, fraude licitatória, manipulação de preços e conflito de interesses em licitações de serviço de transporte escolar do município, em tese cometidas no Pregão Presencial 11/2018, Pregão Presencial 35/2020 e Pregão Eletrônico 51/2025 (fl. 02).

Para instrução processual, a Comissão nomeada na Portaria inaugural, instalada em 29 de setembro de 2025, deliberou em expedir ofícios à Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, e à Secretaria de Gestão de Pessoas (fls. 12/13), que foram respondidos conforme fls. 20-22 e 23.

Posteriormente, por meio da Ata de Deliberação nº 01 (fls. 31-32), foi deliberado em emitir ofício à Secretaria de Educação, e novamente, à Secretaria de Licitações e Contratações Públicas, que, posteriormente, foram respondidos conforme fls. 37-40 e 42-45

Por tudo, entendeu a Comissão Sindicante estar apta a proceder com seu Relatório Circunstanciado.

Eis o relatório desta Decisão Administrativa, passa-se agora à análise do Relatório Circunstanciado da Comissão Sindicante.

II - Da Análise do Relatório Circunstanciado da Comissão Sindicante:

Em 06 de maio de 2026 a Comissão Sindicante emitiu seu Relatório Circunstanciado (fls. 49-60) e, ato contínuo, por meio do Ofício nº 10 (fl. 61) - S.A - Portaria nº 4.810/2025, emitiu Termo de Remessa, dando assim conhecimento a esta Controladoria-Geral acerca de suas conclusões.

O Relatório Circunstanciado se apresentou em 05 (cinco) principais tópicos, subdividindo-se em Introdução, Da Instrução Processual (Das Provas, Do Contraditório e Ampla Defesa), Da Responsabilização Administrativa (Do Mérito), Conclusão e Recomendações.

A Comissão Sindicante fez uso do tópico de introdução para citar a Portaria constitutiva da Comissão, bem como suas reconduções e prorrogações (fls. 49-50).

Na seara da Instrução Processual, a comissão cita as provas produzidas (fl. 50), bem como, sobre o contraditório e a ampla defesa (fls. 50-51), vinculando para tanto jurisprudência do Superior Tribunal

de Justiça (MS n. 19.243/DF) e do Supremo Tribunal Federal (RE 715790 AgR), os quais corroboram, em essência, seus termos constantes em:

"Conforme alhures mencionado, trata-se de um **procedimento sindicante de cunho investigatório**. Desta feita, como **não há sindicado, não teve citação, defesa prévia e/ou derradeiras alegações**." (grifo nosso)

Passou então a Comissão Sindicante ao tópico que tratou da Responsabilização Administrativa (fl. 52) e seu subtópico Do Mérito (fls. 52-57).

O relatório concluiu que, embora a denúncia apontasse supostas irregularidades em procedimentos licitatórios relacionados ao transporte escolar, não foram identificados elementos concretos capazes de comprovar favorecimento ilícito, fraude à competitividade ou direcionamento dos certames.

Quanto ao suposto favorecimento de empresas ligadas ao mesmo núcleo familiar, consignou-se que a mera existência de vínculos familiares ou societários entre empresas participantes não configura, por si só, irregularidade, sendo necessária a comprovação de atuação coordenada destinada a fraudar a competitividade, o que não foi demonstrado nos autos (conforme fls. 54).

Após criteriosa análise dos autos relativos aos procedimentos licitatórios em exame, a Comissão concluiu que não foram constatados elementos objetivos capazes de demonstrar a ocorrência de conluio ou ajuste prévio entre os licitantes voltado à fraude da competitividade dos certames. Constatou-se, ainda, que, nas hipóteses em que surgiram indícios de possíveis irregularidades, a Administração Pública adotou as medidas pertinentes para apuração dos fatos e responsabilização das empresas envolvidas, em consonância com os princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa. Dessa forma, considerando o conjunto probatório constante dos autos, não se verificam elementos suficientes a indicar a prática de ilícitos nos procedimentos licitatórios analisados (conforme fls. 54)

Em relação à alegação de fraude à competitividade pela participação de empresa anteriormente processada e sancionada, verificou-se que a referida participação ocorreu apenas na fase de pesquisa de preços, etapa preparatória que não se confunde com a participação no certame licitatório propriamente dito. Desse modo, embora a participação da mencionada empresa na etapa de pesquisa estimativa de preços não configure, isoladamente, irregularidade, mostra-se indispensável que a Administração Pública empregue critérios rigorosos na validação das informações obtidas, realizando o devido confronto com outras fontes confiáveis (conforme fls. 55).

No tocante à suposta alteração de razão social para ocultação de histórico empresarial, concluiu-se que não houve simples mudança de denominação social, mas constituição de nova pessoa jurídica, com personalidade e quadro societário próprios, inexistindo elementos que demonstrassem fraude, simulação ou continuidade empresarial disfarçada (conforme fls. 56).

Sobre a alegada manipulação de preços de referência, o relatório destacou que os valores obtidos na pesquisa de mercado possuem caráter meramente estimativo e que a divergência entre o valor inicialmente pesquisado e o valor final contratado, por si só, não caracteriza irregularidade, especialmente em razão da dinâmica competitiva inerente ao procedimento licitatório (conforme fls. 57).

Quanto à reincidência da atuação do mesmo servidor público na condução dos procedimentos licitatórios, mesmo após suposto afastamento por irregularidades, registrou-se que não foram localizados elementos documentais aptos a comprovar tal circunstância, inclusive em razão da ausência de localização da pasta funcional do servidor, conforme informado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, o que inviabilizou conclusão segura acerca da alegação (fls. 57/58).

Ao final, a Comissão concluiu que as denúncias apresentadas não vieram acompanhadas de elementos probatórios suficientes para comprovar as irregularidades narradas, recomendando, contudo, a adoção de medidas preventivas e de aprimoramento dos controles administrativos, bem como o posterior arquivamento da sindicância.

III - Da Conclusão:

Por todo o exposto:

A. ACOLHO INTEGRALMENTE as razões, conclusões e recomendações constantes do Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão Sindicante;

B. DETERMINO o encaminhamento da presente Decisão Administrativa à Secretaria Municipal de Educação, para ciência e adoção das providências cabíveis em relação às recomendações expedidas, com vistas à análise, ao aperfeiçoamento e ao fortalecimento dos procedimentos internos pertinentes, especialmente quanto ao seguinte:

Que, na fase de pesquisa de preços realizada pela Secretaria Municipal de Educação, seja adotado critério mais rigoroso na seleção das empresas consultadas, mediante a realização de verificações prévias em bases como o CEIS e o CNEP, evitando-se, sempre que possível, a solicitação de cotações a empresas anteriormente processadas ou penalizadas por práticas ilícitas em procedimentos licitatórios. Tal medida visa resguardar a fidedignidade dos valores estimados e fortalecer a análise documental, inclusive na fase de julgamento das propostas.

C. DETERMINO o encaminhamento da presente Decisão Administrativa à Secretaria Municipal de Licitações e Contratações Públicas, para ciência e adoção das providências cabíveis em relação às recomendações expedidas, com vistas à análise, ao aperfeiçoamento e ao fortalecimento dos procedimentos internos pertinentes, especialmente quanto ao seguinte:

Que a Secretaria Municipal de Licitações e Contratações Públicas exerça, de forma efetiva, a atribuição de assessorar a análise da documentação apresentada nos procedimentos licitatórios, especialmente no que se refere à composição das planilhas de preços e à realização de verificações prévias em bases como o CEIS e o CNEP, bem como de subsidiar o julgamento das propostas, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

D. DETERMINO o encaminhamento da presente Decisão Administrativa à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, para ciência e adoção das providências cabíveis em relação às recomendações expedidas, com vistas à análise, ao aperfeiçoamento e ao fortalecimento dos procedimentos internos pertinentes, especialmente quanto ao seguinte:

Que sejam implementados, pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, mecanismos mais eficazes de controle, organização e guarda de documentos funcionais, especialmente das pastas de servidores, a fim de assegurar a integridade, a rastreabilidade e a disponibilidade das informações quando necessárias à instrução de procedimentos administrativos, promovendo-se, na medida do possível, a migração para meios digitais, considerando o comprometimento do modelo atualmente adotado;

Que a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas promova diligências, com o objetivo de localizar a pasta funcional do servidor J. M. V., e, na hipótese de não localização da mesma que a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas instaure sindicância administrativa, com a finalidade de apurar o paradeiro da referida pasta, bem como eventual responsabilidade funcional pelo seu extravio.

E. Após o devido encaminhamento das recomendações às unidades competentes, determino o ARQUIVAMENTO dos autos, sem prejuízo de sua posterior reabertura, caso surjam novos elementos

aptos a justificar a realização de investigações complementares pela Administração Pública Municipal.

Publique-se, intime-se e cumpra-se.

Pouso Alegre, 26 de maio de 2026.

HAMILTON FERNANDES DE MAGALHÃES
Controlador-Geral do Município

Publicado por:
Maria Carolina Pereira
Código Identificador:C7047C40

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA: PORTARIA Nº 4.819/2025
I - Relatório:

Trata-se de Sindicância Administrativa (SA) instaurada pela Portaria n° 4.819, de 22 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 23 de setembro de 2025, Edição 4113 (fl. 02/03), prorrogada pela Portaria nº 4.857, de 27 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 28 de novembro, Edição 4160 (fl. 215), em seguida reconduzida pela Portaria nº 4.899, de 09 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 11 de fevereiro de 2026, Edição 4211 (fl. 225), e reconduzida pela Portaria nº 4.918, de 09 de março de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 12 de março, Edição 4231 (fl. 233), posteriormente reconduzida pela Portaria nº 4.927, de 07 de abril de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 09 de abril de 2026, Edição 4250 (fl. 270).

A presente Sindicância Administrativa foi instaurada em razão de notícia de possíveis irregularidades na execução do Contrato Administrativo nº 96/2024 cujo objeto é a "contratação de empresa para prestação de serviço médico hospitalar, com quadro técnico, para atender aos servidores públicos, celetistas e seus dependentes da administração direta da prefeitura municipal de pouso alegre, aposentados e pensionistas do IPREM, de acordo com as especificações do Termo de Referência de demais disposições" (fls. 14), decorrente da Dispensa Emergencial nº 02/2024.

A instauração do procedimento decorreu de manifestações administrativas e jurídicas relacionadas à execução contratual, especialmente diante de questionamentos quanto à regularidade da prestação dos serviços, eventual necessidade de adoção de medidas administrativas cabíveis e apontamentos envolvendo a condução da fiscalização contratual, inclusive com relatos de supostas pressões indevidas no exercício da atividade fiscalizatória.

Nesse contexto, considerando os elementos inicialmente apresentados e a necessidade de melhor esclarecimento dos fatos, entendeu-se pertinente a instauração da presente sindicância investigativa para apuração das circunstâncias e verificação da necessidade de eventual adoção de outras medidas administrativas.

Para instrução processual, a Comissão nomeada na Portaria inaugural, instalada em 1º de outubro de 2025 (fls. 38-39), deliberou em expedir ofícios à Superintendência de Gestão de Recursos Materiais (fl. 41), à Secretaria de Gestão de Pessoas (fl. 43) e à servidora Fiscal Técnica (fl. 44), que foram respondidos conforme fls. 45-47,74-75, 48-73, 221.

Posteriormente, por meio das Atas de Deliberação nº 01 (fls. 78), nº 02 (fl. 217), nº 3 (fl. 226), foi deliberado a emissão de ofícios para instrução processual e agendamento de audiências para oitiva de testemunhas, que foram ouvidas conforme constam das Atas de Audiência nº 1 (fls. 82), nº 2 (fl. 211), nº 3 (fl. 230) e nº 4 (fl. 234).

Por tudo, entendeu a Comissão Sindicante estar apta a proceder com seu Relatório Circunstanciado.

Eis o relatório desta Decisão Administrativa, passa-se agora à análise do Relatório Circunstanciado da Comissão Sindicante.

II - Da Análise do Relatório Circunstanciado da Comissão Sindicante:

Em 08 de maio de 2026 a Comissão Sindicante emitiu seu Relatório Circunstanciado (fls. 271-284) e, ato contínuo, por meio do Ofício nº 08 (fl. 285) - S.A - Portaria nº 4.819/2025, emitiu Termo de Remessa, dando assim conhecimento a esta Controladoria-Geral acerca de suas conclusões.

O Relatório Circunstanciado se apresentou em 05 (cinco) principais tópicos, subdividindo-se em Introdução, Da Instrução Processual (Das Provas, Do Contraditório e Ampla Defesa), Da Responsabilização Administrativa (Do Mérito), Conclusão e Recomendações.

A Comissão Sindicante fez uso do tópico de introdução para citar a Portaria constitutiva da Comissão, bem como suas reconduções e prorrogações (fls. 271-272).

Na seara da Instrução Processual, a comissão cita as provas produzidas (fl. 272), bem como, sobre o contraditório e a ampla defesa (fls. 272-273), vinculando para tanto jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (MS n. 19.243/DF) e do Supremo Tribunal Federal (RE 715790 AgR), os quais corroboram, em essência, seus termos constantes em:

"Conforme alhures mencionado, trata-se de um **procedimento sindicante de cunho investigatório.** Desta feita, **como não há sindicado, não teve citação, defesa prévia e/ou derradeiras alegações.**" (grifo nosso)

Passou então a Comissão Sindicante ao tópico que tratou da Responsabilização Administrativa (fl. 274) e seu subtópico Do Mérito (fls. 274-278).

No curso da instrução, foi produzida prova testemunhal mediante oitiva da fiscal administrativa, da gestora contratual, do Secretário Municipal responsável pela pasta e da fiscal técnica do contrato.

De forma geral, os depoimentos evidenciaram fragilidades na condução administrativa e operacional da execução contratual, especialmente quanto à ausência de capacitação formal dos agentes designados para fiscalização e gestão do contrato, indefinições quanto às atribuições exercidas, inexistência de fluxos operacionais adequadamente estruturados e deficiência nos mecanismos de controle e conferência dos faturamentos apresentados pela contratada.

As oitivas também demonstraram que houve alteração na sistemática de fiscalização e pagamento ao longo da execução contratual, com a adoção de análise mais detalhada das cobranças e realização de glosas diante da identificação de inconsistências nos faturamentos, incluindo divergências de valores e cobranças consideradas indevidas. Constatou-se, ainda, dificuldades operacionais relacionadas ao volume documental, atraso no envio de informações, ausência de sistemas informatizados adequados e limitações estruturais para o regular acompanhamento da execução contratual.

No tocante às alegações envolvendo a condução da fiscalização contratual, os depoimentos indicaram a existência de cobranças administrativas por maior celeridade na análise dos procedimentos, sem que tenha emergido, de forma objetiva e conclusiva, comprovação suficiente de condutas que extrapolassem, de maneira inequívoca, os limites da atuação administrativa regular.

Em síntese, a prova oral revelou a existência de falhas de natureza administrativa e estrutural na gestão contratual, porém sem elementos suficientemente robustos para individualização de condutas dolosas ou infrações funcionais passíveis de responsabilização disciplinar.

III - Da Conclusão:

Da análise dos elementos dos autos, a Comissão pôde concluir que as inconsistências identificadas decorreram de um conjunto de fatores, envolvendo não apenas questões relacionadas à execução contratual pela contratada, mas também fragilidades estruturais da própria Administração no acompanhamento e fiscalização do ajuste.

No curso da instrução, a Comissão constatou deficiência na atuação da equipe formalmente designada para gestão e fiscalização contratual, especialmente diante da ausência de fluxos administrativos adequados, suporte institucional insuficiente e da concentração prática das atividades fiscalizatórias na figura da fiscal técnica, que desempenhou suas atribuições em contexto de elevada complexidade operacional e técnica.

Quanto às alegações de assédio moral, a Comissão, com base na prova produzida, concluiu pela ausência de elementos suficientes aptos a caracterizar conduta funcional irregular por parte do gestor da pasta, verificando-se, em verdade, cobranças inseridas no contexto da necessidade administrativa de acompanhamento da execução contratual, sem demonstração objetiva de abuso, perseguição ou conduta incompatível com o exercício regular da função administrativa.

No tocante à complexidade técnica da matéria, embora tenha havido recomendação para eventual contratação de auditoria especializada, a Comissão entendeu que tal medida não se mostra imprescindível, considerando que a própria Administração, especialmente por meio da estrutura técnica da Secretaria Municipal de Saúde, possui capacidade para absorver demandas dessa natureza, desde que promovido o devido aprimoramento dos mecanismos internos de controle.

Por fim, a Comissão também concluiu que não houve ruptura contratual por iniciativa da contratada, permanecendo evidenciada, contudo, a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos relacionados à gestão, fiscalização e controle contratual, a fim de prevenir a repetição das fragilidades verificadas no presente caso.

Considerando a análise realizada no âmbito da presente sindicância investigativa, acolho integralmente as razões, conclusões e recomendações constantes do Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão Sindicante, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais passam a integrar a presente decisão.

Dessa forma, determino o encaminhamento das seguintes recomendações às Secretarias competentes, para ciência, avaliação e adoção das providências administrativas cabíveis:

A. À Secretaria Municipal de Licitações e Contratações Públicas, para que promova o fortalecimento da governança contratual, inclusive mediante revisão e atualização dos atos normativos internos pertinentes, com definição clara e formal das atribuições dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, especialmente em contratos de maior complexidade técnica, bem como implemente programa permanente de capacitação destinado aos gestores e fiscais de contratos. Recomenda-se, ainda, o aprimoramento da fase interna das contratações, com maior rigor técnico na elaboração de termos de referência, critérios de medição, pagamento, fiscalização e mecanismos de controle, além da avaliação, quando necessário, da designação de equipe multidisciplinar para contratos que demandem conhecimento técnico especializado;

B. À Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, para que estabeleça e formalize fluxos administrativos claros e padronizados para acompanhamento, fiscalização e conferência documental dos contratos sob sua gestão, com definição objetiva de responsabilidades, prazos e critérios de verificação, assegurando a adequada formalização das tratativas administrativas com fornecedores. Recomenda-se, igualmente, a padronização dos procedimentos de análise de faturamento, auditoria documental e aplicação de glosas administrativas, bem como a formalização dos fluxos de autorização de procedimentos e validação técnica, observando-se que tais atos sejam praticados exclusivamente por profissionais habilitados;

C. À Secretaria Municipal de Saúde, para que disponibilize suporte técnico especializado, com equipe devidamente capacitada para auxiliar nas atividades de gestão, fiscalização e eventual auditoria de contratos dessa natureza, considerando a complexidade técnica inerente a esse tipo de contratação.

Após o devido encaminhamento das recomendações às unidades competentes, determino o ARQUIVAMENTO dos autos, sem prejuízo de sua posterior reabertura, caso surjam novos elementos aptos a justificar a realização de investigações complementares pela Administração Pública Municipal.

Publique-se e cumpra-se.

Pouso Alegre, 26 de maio de 2026.

HAMILTON FERNANDES DE MAGALHÃES
Controlador-Geral do Município

Publicado por:
Maria Carolina Pereira
Código Identificador:C1273011

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO
PORTARIA Nº 4.725/2025

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE, HAMILTON FERNANDES DE MAGALHÃES, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no Decreto Federal nº 11.129, de 11 de julho de 2022, especialmente no artigo da lei em seu art. 12, c/c art. 6º, §3º do decreto, FAZ SABER à empresa CONSTRUTORA ISRAEL LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.056.365/0001-07, que tramita perante a Controladoria-Geral do Município o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, instaurado pela Portaria nº 4.725, de 14 de abril 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 15 de abril de 2025, Edição 4001, destinado à apuração de suposta prática de atos lesivos à Administração Pública.

Considerando que a Comissão Processante empreendeu tentativas de intimação da pessoa jurídica processada por meio de correspondências com Aviso de Recebimento (AR), encaminhadas aos endereços identificados nos autos, tendo todas restado infrutíferas, com devolução das correspondências com anotações como “recusado” e “desconhecido”, restando inviabilizada a comunicação pessoal da interessada;

Considerando que o §3º do art. 6º do Decreto Federal nº 11.129/2022 autoriza a intimação por edital quando frustradas as tentativas de intimação ordinária;

Considerando a necessidade de assegurar à pessoa jurídica processada a plena observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

FICA INTIMADA, por meio do presente edital, a empresa CONSTRUTORA ISRAEL LTDA. para tomar ciência do Relatório Final datado de 20 de maio de 2026, elaborado no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização em referência. O inteiro teor do Relatório Final permanecerá à disposição da pessoa jurídica processada para consulta e obtenção de vista junto à Controladoria-Geral do Município, podendo o acesso ser solicitado por meio eletrônico, através do endereço de e-mail cgmcorregedoria@gmail.com, ou presencialmente na sede da Controladoria-Geral do Município, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, Pouso Alegre/MG, nos dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

O Relatório Final elaborado pela Comissão Processante concluiu pelo indiciamento da pessoa jurídica processada em razão de suposto enquadramento no art. 5º, inciso IV, alínea “d”, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, assegurando-se à interessada, por

meio da presente intimação, o exercício do contraditório e da ampla defesa mediante manifestação no prazo legal.

Fica facultado à pessoa jurídica processada apresentar manifestação no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação deste edital, nos termos do art. 12 do Decreto Federal nº 11.129/2022.

A manifestação poderá ser apresentada mediante protocolo físico no endereço acima indicado ou encaminhada por meio eletrônico ao endereço cgmcorregedoria@gmail.com, acompanhada dos documentos que a pessoa jurídica entender pertinentes ao exercício de sua defesa.

Permanecerão os autos físicos à disposição da parte interessada para eventual obtenção de vista, na sede da Controladoria-Geral do Município, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, Pouso Alegre/MG, nos dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou por meio eletrônico ao e-mail cgmcorregedoria@gmail.com.

E, para que chegue ao conhecimento da interessada e de terceiros, expede-se o presente edital para publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no Jornal "O Município", bem como no Portal da Transparência, nos termos da legislação aplicável.

Pouso Alegre, 25 de maio de 2026.

HAMILTON FERNANDES DE MAGALHÃES
Controlador-Geral do Município

Publicado por:
Maria Carolina Pereira
Código Identificador:49E4DAC5

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CONSELHO DE CONTRIBUINTES ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES – 14/05/2026. Aos quatorze dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 8h30, por meio de vídeo conferência realizada pela plataforma Zoom, onde reuniram-se os membros do Conselho de Contribuintes nomeados pelo Decreto 6.332, de 11 de Março de 2026. Estavam presentes os conselheiros titulares Alexandre da Mata, Camilo Soares de Oliveira, Dimas Dias de Araújo, José Luiz Paiva Fagundes Junior, Luis Fellipe de Souza Andrade e o suplente Luiz Guilherme de Lima. Aberta a quadragésima sétima sessão ordinária de julgamento, saneu-se e foram retirados de pauta os seguintes processos: Registra-se que o Conselheiro Luis Fellipe de Souza Andrade ingressou na sessão as 08h45, em razão de falha na conexão de internet e a Conselheira Cristina Maria de Oliveira ausentou-se da reunião ás 09h43, por motivo justificado. Nº processo Requerente Advogado CPF/ CNPJ Conselheiro 145960/2021 Juliano Ferreira dos Santos - ***.803.***-68 Cristina Maria de Oliveira 43573/2023 Ana Faria Machado - ***.117.***-74 Luis Fellipe de Souza Andrade 8313/2023 Vanilza Gonçalves Lopes - ***.117.***-74 José Luiz Paiva Fagundes Junior 74461/2019 Irlane Batista Santos - ***.180.***-94 José Luiz Paiva Fagundes Junior 228406/2021 Benedito Sergio de Almeida - ***.909.***-20 José Luiz Paiva Fagundes Junior 109050/2025 Fabiana de Almeida Garcia - ***.979.***-80 Dimas Dias de Araujo 113772/2025 Baroli Investimentos e Participações Ltda - **.769.***/0001- 06 Dimas Dias de Araujo 90460/2025 Marcelo Adriano Deolindo - ***.743.***-39 Alexandre da Mata 106227/2025 Associação de Caridade de Pouso Alegre - **.953.***/0003- ** Camilo Soares de Oliveira Os processos 145960/2021, 43573/2023, 8313/2023, 74461/2019 e 228406/2021 foram retirados de pauta em virtude do reconhecimento da imtempestividade dos recursos apresentados. Dessa forma, os feitos foram encaminhados para decisão monocrática a ser proferida pelo Presidente do Conselho de Contribuintes, com posterior publicação em apartado. O processo 109050/2025 foi retirado de pauta pelo conselheiro relator, para fins de verificação, uma vez que já tenham sidos apreciados e votados em sessão anterior. Os processos 113772/2025 e 90460/2025 foram retirados de pauta pelos conselheiros relatores para que possam ser realizadas uma melhor análise dos autos. O processo 106227/2025 foi retirado de pauta pelo conselheiro relator em razão de seu encaminhamento ao departamento responsável, para cumprimento das diligências por ele solicitadas. Em seguida observou-se a ordem previamente fixada na pauta, cuja sequência de relatorias e respectivos votos passam a integrar a presente ata. Nº processo Requerente Advogado CPF/ CNPJ Conselheiro 121122/2025 Lanchonete Estação Ltda - **.702.***/0001-** Cristina Maria de Oliveira 112783/2025 Alaide Rodrigues de Souza Santos - ***.669.***-91 Cristina Maria de Oliveira 111747/2025 Joao Marcos da Costa - ***.956.***-45 Cristina Maria de Oliveira 102015/2024 Zilda de Fatima Ramos - ***.378.***-63 Cristina Maria de Oliveira 101264/2025 Antonio Luiz Carone - ***.835.***-91 Cristina Maria de Oliveira 83002/2025 AFDR Gestora de Bens Próprios e Participações - **.836.***/0001-** Cristina Maria de Oliveira 73218/2025 Joacidnes Miguel de Paiva - ***.136.***-49 Cristina Maria de Oliveira 66061/2024 Altidouro Jose de Souza Rios Espolio - ***.607.***-87 Cristina Maria de Oliveira 53450/2024 Beatriz Nataline de Oliveira - ***.911.***-36 Cristina Maria de Oliveira 47148/2025 Setpar Parque Real Urbanizadora Spe Ltda - **.262.***/0001-** Cristina Maria de Oliveira 42271/2025 Mauro Geraldo do Prado - ***.512.***-78 Cristina Maria de Oliveira 86827/2025 Andreia Quintino da Silva - ***.905.***-87 Cristina Maria de Oliveira 111722/2023 Maria Stela Domingues de Mendonça - ***.852.***-87 Cristina Maria de Oliveira 17230/2026 Anna Paula Almeida C. Ribeiro - ***.999.***-00 Luis Fellipe de Souza Andrade Alexandre da MataDimas Dias de Araujo 44462/2025 Jair de Almeida Signorelli Junior - ME - **.562.***/0001-** Luis Fellipe de Souza Andrade 65382/2025 Marlene Pereira da Rocha - ***.687.***-00 Luis Fellipe de Souza Andrade 123234/2025 Camila dos Santos Marciano - ***.134.***-10 Luis Fellipe de Souza Andrade 80980/2025 Fernanda Kelley da Silva - ***.359.***-02 Alexandre da Mata 115816/2025 Ricardo Donizete Soares - ***.066.***-15 Alexandre da Mata 96256/2025 Euclides Baccoli Neto - ***.621.***-07 Alexandre da Mata 58645/2025 Alcides Gregorio Fraga - ***.025.***-72 José Luiz Paiva Fagundes Junior 130048/2024 Luiz Carlos Silva da Cunha - ***.556.***-00 José Luiz Paiva Fagundes Junior 8280/2023 Antonio Reis Filho - ***.481.***-20 José Luiz Paiva Fagundes Junior 8313/2023 Vanilza Gonçalves Lopes - ***.117.***-74 José Luiz Paiva Fagundes Junior 228406/2021 Benedito Sergio de Almeida - ***.909.***-20 José Luiz Paiva Fagundes Junior 47769/2025 Luiz Carlos de Oliveira Santos 61158461615 - *.354.***/0001-** Camilo Soares de Oliveira 88215/2025 Ana Luisa Carneiro Ribeiro - ***.677.***-05 Camilo Soares de Oliveira 122086/2025 Helpjet Comercial Ltda - **.543.***/0007-** Camilo Soares de Oliveira 122176/2025 Triade Trainning Ltda - **.432.***/0001-** Camilo Soares de Oliveira 13945/2026 Construtora Carvalho Pereira S.a - **.206.***/0001-** Camilo Soares de Oliveira 13967/2026 Construtora Carvalho Pereira S.a - **.206.***/0001-** Camilo Soares de Oliveira 27640/2026 Luis Antonio Nunes Batitucci Junior - **.185.***/0001-** Camilo Soares de Oliveira 19941/2026 Pontual Incorporadora e Empreendimentos Imobiliários S.a - **.948.***/0001-** Dimas Dias de Araujo 19948/2026 Pontual Incorporadora e Empreendimentos Imobiliários S.a - **.948.***/0001-** Dimas Dias de Araujo 19957/2026 Pontual Incorporadora e Empreendimentos Imobiliários S.a - **.948.***/0001-** Dimas Dias de Araujo 75231/2025 Fabiana de Almeida Garcia - ***.979.***-80 Dimas Dias de Araujo 113766/2025 Baroli Investimentos e Participações Ltda - **.769.***/0001-06 Dimas Dias de Araujo No processo nº 121122/2025, de LANCHONETE ESTAÇÃO LTDA, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 0494/2025, lavrado em face de LANCHONETE ESTAÇÃO LTDA., tornando insubsistentes as penalidades aplicadas, diante da comprovação de que o estabelecimento já possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido e vigente à época da constatação fiscal, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes No processo nº 112783/2025, de ALAIDE RODRIGUES DOS SANTOS, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão

de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 112783/2025, lavrado em face de ALAIDE RODRIGUES SOUZA SANTOS, declarando-o insubsistente, diante da comprovação inequívoca da inexistência da obra de ampliação atribuída à autuada, conforme constatado pelo próprio Fiscal de Obras em vistoria presencial posteriormente realizada no imóvel, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 111747/2025, da JOAO MARCOS DA COSTA, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, lavrado em face de JOÃO MARCOS DA COSTA, tornando insubsistentes as penalidades aplicadas, diante do reconhecimento de que as atividades desenvolvidas no imóvel não se enquadram como obra ou movimentação de terra passível de licenciamento, ante a ausência de materialidade da infração imputada, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 102015/2025, de ZILDA DE FATIMA RAMOS, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo provimento do Recurso Administrativo interposto por Zilda de Fátima Silva Ramos, para ANULAR o Auto de Infração e Multa nº 97871/2024, com fundamento na nulidade absoluta decorrente da ilegitimidade passiva da autuação, haja vista a divergência entre o sujeito passivo identificado no auto e o pro- prietário do imóvel constante do Cadastro Técnico Municipal – BIC nº 004.0331.0600.000 (fls. 110-111), certidão emitida pela própria Administração Municipal de Pouso Alegre em 14/11/2024, que aponta como proprietário Benedito Carlos Ramos, CPF nº 376.024.036-49, pessoa diversa da autuada, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 101264/2025, de ANTONIO LUIZ CARONE, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, lavrado em face de ANTONIO LUIZ CARONE, declarando-o insubsistente, diante do reconhecimento de que a edificação objeto da autuação foi regularmente licenciada e executada nos termos do Alvará nº 305/1999, com área construída de 403,21 m² devidamente registrada no Cadastro Técnico Municipal desde o ano de 2001, bem como em razão da boa-fé do administrado, evidenciada pela adoção de medidas voltadas à regularização da situação perante a Administração Pública, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 83002/2025, de AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 83002/2025, lavrado em face de AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, tornando insubsistentes as penalidades aplicadas, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 73218/2025, de JOACIDNES MIGUEL DE PAIVA, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo NÃO PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por Joacidnes Miguel De Paiva Reis, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância que indeferiu o pedido de cancelamento do lançamento nº 199575/2024 (AIM nº 286/2023), por estar em consonância com o ordenamento jurídico municipal aplicável, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 66061/2024, de ALTIDOURO JOSE DE SOUZA RIOS ESPOLIO, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, lavrado em face de Altidouro José de Souza Rios, determinando o consequente cancelamento da penalidade aplicada, em razão da incidência retroativa da norma mais benéfica introduzida pela Lei Municipal nº 7.099/2025, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 53450/2024, de BEATRIZ NATALINE DE OLIVEIRA, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar pelo PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por BEATRIZ NATALINE DE OLIVEIRA, para REFORMAR a Decisão de Primeira Instância e determinar a ANULAÇÃO do Auto de Infração e Multa nº 44185/2024, por vício insanável na identificação do sujeito passivo e irregularidade formal do ato, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 47148/2025, de SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar NÃO PROVIMENTO do recurso de ofício, mantendo integralmente a Decisão de Primeira Instância que julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa n.º 47148/2025, lavrado em face de SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA, tornando-se sem efeito a penalidade aplicada, com o cancelamento do débito, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 42271/2025, de MAURO GERALDO DO PRADO, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar não provimento do recurso interposto, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou procedente o Auto de Infração e Multa nº 42271/2025, lavrado em face de MAURO GERALDO DO PRADO, preservando-se a penalidade aplicada em todos os seus termos, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 42271/2025, de MAURO GERALDO DO PRADO, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar não provimento do recurso interposto, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou procedente o Auto de Infração e Multa nº 42271/2025, lavrado em face de MAURO GERALDO DO PRADO, preservando-se a penalidade aplicada em todos os seus termos, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 86827/2025, de ANDREIA QUINTINO DA SILVA, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, votar PROVIMENTO do recurso administrativo, para julgar PROCEDENTE a defesa apresentada por ANDREIA QUINTINO DA SILVA e CANCELAR a multa aplicada por meio do Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, com fundamento no art. 274, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022, ante a comprovação da hipossuficiência financeira da recorrente, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 111722/2023, de ANDREIA QUINTINO DA SILVA, de relatoria da conselheira CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA, foi proferido voto pela relatora por diante de todo o exposto, nego provimento ao recurso de ofício e voto pela manutenção integral da decisão de primeira instância, para anular o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, lavrado em face de MARIA STELA DOMINGUES DE MENDONÇA, tornando-o sem efeito, ante o reconhecimento de vício insanável na notificação do Auto de Advertência precedente, com ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 17230/2026, de ANNA PAULA ALMEIDA C. RIBEIRO, de relatoria do conselheiro LUIS FELLIPE DE SOUZA ANDRADE, foi proferido voto pelo relator por diante de todo o exposto, com fulcro na Lei Municipal nº 6.570/2022, conheço do recurso e, no mérito, dou-lhe provimento, para: Declarar a nulidade do Auto de Infração e Multa nº 15244/2026; Manter hígido o embargo da obra, vedando-se a prática de quaisquer intervenções no local até a integral regularização do empreendimento e a prévia obtenção do competente licenciamento perante o órgão municipal competente, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 44462/2025, de JAIR DE ALMEIDA SIGNORELLI JUNIOR - ME, de relatoria do conselheiro LUIS FELLIPE DE SOUZA ANDRADE, foi proferido voto pelo relator por diante de todo o exposto, em plena consonância com o parecer técnico da autoridade fiscal e com a decisão proferida em primeira instância administrativa, voto pelo DEFERIMENTO da defesa apresentada, para JULGAR IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa nº 0110/2025, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 65382/2025, de MARLENE PEREIRA DA

ROCHA, de relatoria do conselheiro LUIS FELLIPE DE SOUZA ANDRADE, foi proferido voto pelo relator por diante de todo o exposto, com fundamento na Lei Municipal nº 6.570/2022, conhecer do recurso para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância e o Auto de Infração e Multa nº 65382/2025, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 123234/2025, de CAMILA DOS SANTOS MARCIANO, de relatoria do conselheiro LUIS FELLIPE DE SOUZA ANDRADE, foi proferido voto pelo relator por diante de todo o exposto, conheço do recurso administrativo interposto por CAMILA DOS SANTOS MARCIANO e, no mérito, dar-lhe provimento para reformar integralmente a decisão de primeira instância, determinando o cancelamento do Auto de Infração e Multa nº 0550/2025, em razão da regularização da situação fática e da incidência dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade administrativa, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 80980/2025, de FERNANDA KELLEY DA SILVA, de relatoria do conselheiro ALEXANDRE DA MATA, foi proferido voto pelo relator pela manutenção do DEFERIMENTO da defesa apresentada pelo impetrante, tornando sem efeitos as penalidades aplicadas., sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 115816/2025, de FERNANDA KELLEY DA SILVA, de relatoria do conselheiro ALEXANDRE DA MATA, foi proferido voto pelo relator pela manutenção do DEFERIMENTO da defesa apresentada pelo impetrante, tornando sem efeitos as penalidades aplicadas, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 96256/2025, de EUCLIDES BACCOLI NETO, de relatoria do conselheiro ALEXANDRE DA MATA, foi proferido voto pelo relator pela manutenção do DEFERIMENTO da defesa apresentada pelo impetrante, tornando sem efeitos as penalidades aplicadas, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 58645/2025, de ALCIDES GREGORIO FRAGA, de relatoria do conselheiro JOSE LUIZ PAIVA FAGUNDES JUNIOR, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por CONHECER do recurso administrativo interposto pelo contribuinte e, no mérito, decidir pelo INDEFERIMENTO do pedido, mantendo integralmente a decisão de primeira instância em todos os seus termos, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 130048/2024, de LUIZ CARLOS SILVA DA CUNHA, de relatoria do conselheiro JOSE LUIZ PAIVA FAGUNDES JUNIOR, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por CONHECER do Recurso Administrativo interposto por ARMINDA AURÉLIA RODRIGUES ALCÂNTARA e, no mérito, decidir pelo INDEFERIMENTO, e mantenho a decisão de primeira instância e o Auto de Infração e Multa nº 0175/2024 em todos os seus termos, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 8280/2023, de ANTONIO REIS FILHO, de relatoria do conselheiro JOSE LUIZ PAIVA FAGUNDES JUNIOR, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por por CONHECER do Recurso Administrativo interposto por ANTONIO REIS FILHO e, no mérito, decidir pelo INDEFERIMENTO, e mantenho a decisão de primeira instância e do Auto de Infração e Multa nº 8280/2023 em todos os seus termos, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 228406/2021, de BENEDITO SERGIO DE ALMEIDA, de relatoria do conselheiro JOSE LUIZ PAIVA FAGUNDES JUNIOR, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar pelo NÃO CONHECIMENTO do recurso interposto, por ser intempestivo e, em consequência lógica, mantenho a decisão de primeira instância e do Auto de Infração e Multa nº 228406/2021 em todos os seus termos, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 47769/2025, de LUIS CARLOS DE OLIVEIRA SANTOS 61158461615, de relatoria do conselheiro CAMILO SOARES DE OLIVEIRA, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar pelo conhecimento do recurso voluntário e, no mérito, pelo seu provimento, para reformar a decisão de primeira instância administrativa e julgar improcedente o Auto de Infração e Multa – AIM nº 0120/2025, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 88215/2025, de ANA LUISA CARNEIRO RIBEIRO, de relatoria do conselheiro CAMILO SOARES DE OLIVEIRA, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por CONHECER do recurso voluntário e, no mérito, NEGARLHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a decisão de primeira instância administrativa, com a subsistência do Auto de Infração e Multa nº 0384/2025 e da penalidade aplicada, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 122086/2025, de HELPJET COMERCIAL LTDA, de relatoria do conselheiro CAMILO SOARES DE OLIVEIRA, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar pelo conhecimento e provimento do recurso, para reformar a decisão de primeira instância e cancelar o Auto de Infração e Multa nº 0516/2025, afastando-se a penalidade aplicada à HELPJET COMERCIAL LTDA, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 122176/2025, de TRIADE TRAINNING LTDA, de relatoria do conselheiro CAMILO SOARES DE OLIVEIRA, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar pelo conhecimento do recurso de ofício e, no mérito, por sua improcedência, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância administrativa que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa – AIM nº 0544/2025, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 13945/2026, de CONSTRUTORA CARVALHO PEREIRA S.A, de relatoria do conselheiro CAMILO SOARES DE OLIVEIRA, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar pelo conhecimento do recurso de ofício e, no mérito, por sua improcedência, mantendo-se integralmente a decisão administrativa que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 0017/2026, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 13967/2026, de CONSTRUTORA CARVALHO PEREIRA S.A, de relatoria do conselheiro CAMILO SOARES DE OLIVEIRA, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar pelo conhecimento do recurso de ofício e, no mérito, por sua improcedência, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância administrativa que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa – AIM nº 0018/2026, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 27640/2026, de LUIS ANTONIO NUNES BATITUCCI JUNIOR, de relatoria do conselheiro CAMILO SOARES DE OLIVEIRA, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar pelo conhecimento do recurso de ofício e, no mérito, pelo seu desprovimento, para manter integralmente a decisão de primeira instância administrativa que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 0106/2026, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 19941/2026, de PONTUAL INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, de relatoria do conselheiro DIMAS DIAS DE ARAUJO, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para: 1. DECLARAR A NULIDADE primeira instância da decisão administrativa de , proferida no âmbito do Processo nº 2290/2026, por vício no procedimento de formação da convicção administrativa, consubstanciado na ausência de adequada e prévia instrução técnica e na não observância plena dos princípios do contraditório e da ampla defesa; 2. DESCONSTITUIR a base de cálculo do ITBI fixada em R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), por decorrer de procedimento administrativo eivado de nulidade; 3. DETERMINAR o retorno dos autos à autoridade de origem, a fim de que seja instaurado novo procedimento administrativo de avaliação, caso assim entenda pertinente o Fisco Municipal, observando-se, obrigatoriamente: a prévia elaboração de laudo técnico devidamente fundamentado, individualizado consistente; e metodologicamente a regular ciência do contribuinte acerca de todos os elementos que embasem a apuração do valor venal; a efetiva abertura de prazo para manifestação, impugnação e produção de provas; o respeito integral aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo administrativo; 4. RECONHECER que a nulidade ora declarada não obsta o regular exercício da competência tributária pelo Município, desde que promovido novo procedimento em estrita conformidade com a legislação aplicável e com as garantias processuais do contribuinte; 5. DECLARAR restabelecido o valor declarado pelo contribuinte (R$ 135.140,23) , até eventual constituição válida do crédito tributário, por intermédio da instauração de novo procedimento válido, com nova avaliação previamente formalizada, com ciência integral ao contribuinte e assegurado prazo para impugnação técnica antes da decisão, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 19948/2026, de PONTUAL INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, de relatoria do conselheiro DIMAS DIAS DE ARAUJO, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por

DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para: 1. DECLARAR A NULIDADE primeira instância da decisão administrativa de, proferida no âmbito do Processo nº 2295/2026, por vício no procedimento de formação da convicção administrativa, consubstanciado na ausência de adequada e prévia instrução técnica e na não observância plena dos princípios do contraditório e da ampla defesa; 2. DESCONSTITUIR a base de cálculo do ITBI fixada em R$ 225.000,00 (duzentos e vinte cinco mil reais), por decorrer de procedimento administrativo eivado de nulidade; 3. DETERMINAR o retorno dos autos à autoridade de origem , a fim de que seja instaurado novo procedimento administrativo de avaliação, caso assim entenda pertinente o Fisco Municipal, observando-se, obrigatoriamente: a prévia elaboração de laudo técnico devidamente fundamentado, individualizado consistente; e metodologicamente a regular ciência do contribuinte acerca de todos os elementos que embasem a apuração do valor venal; a efetiva abertura de prazo para manifestação, impugnação e produção de provas; o respeito integral aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo administrativo; 4. RECONHECER que a nulidade ora declarada não obsta o regular exercício da competência tributária pelo Município, desde que promovido novo procedimento em estrita conformidade com a legislação aplicável e com as garantias processuais do contribuinte; 5. DECLARAR restabelecido o valor declarado pelo contribuinte (R$ 141.321,87), até eventual constituição válida do crédito tributário, por intermédio da instauração de novo procedimento válido, com nova avaliação previamente formalizada, com ciência integral ao contribuinte e assegurado prazo para impugnação técnica antes da decisão, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 19957/2026, de PONTUAL INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, de relatoria do conselheiro DIMAS DIAS DE ARAUJO, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por RECURSO , para: 1. DECLARAR A NULIDADE DAR PROVIMENTO AO da decisão administrativa de primeira instância , proferida no âmbito do Processo nº2300/2026, por vício no procedimento de formação da convicção administrativa, consubstanciado na ausência de adequada e prévia instrução técnica e na não observância plena dos princípios do contraditório e da ampla defesa; 2. DESCONSTITUIR a base de cálculo do ITBI fixada em R$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais), por decorrer de procedimento administrativo eivado de nulidade; 3. DETERMINAR o retorno dos autos à autoridade de origem, a fim de que seja instaurado novo procedimento administrativo de avaliação, caso assim entenda pertinente o Fisco Municipal, observando-se, obrigatoriamente: a prévia elaboração de laudo técnico devidamente fundamentado, individualizado consistente; e metodologicamente a regular ciência do contribuinte acerca de todos os elementos que embasem a apuração do valor venal; a efetiva abertura de prazo para manifestação, impugnação e produção de provas; o respeito integral aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo administrativo; 4. RECONHECER que a nulidade ora declarada não obsta o regular exercício da competência tributária pelo Município , desde que promovido novo procedimento em estrita conformidade com a legislação aplicável e com as garantias processuais do contribuinte; 5. DECLARAR restabelecido o valor declarado pelo contribuinte (R$ 121.445,51), até eventual constituição válida do crédito tributário, por intermédio da instauração de novo procedimento válido, com nova avaliação previamente formalizada, com ciência integral ao contribuinte e assegurado prazo para impugnação técnica antes da decisão, sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 75231/2025, de FABIANA DE ALMEIDA GARCIA, de relatoria do conselheiro DIMAS DIAS DE ARAUJO, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar por NEGA-LHE PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo integralmente a decisão de primeira instância que cancelou a Taxa de Coleta de Lixo; manteve a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), sendo seguida á unanimidade pelos demais conselheiros presentes. No processo nº 113766/2025, de BAROLI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, de relatoria do conselheiro DIMAS DIAS DE ARAUJO, foi proferido voto pelo relator diante do exposto, votar no sentido de: 1. CONHECER do recurso administrativo; 2. DECLARAR A NULIDADE da decisão de primeira instância, por violação aos princípios do formalismo moderado, ampla defesa e contraditório; 3. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO para, manter o Auto de Infração e Multa nº 0444/2025, por estar em conformidade com o art. 11 da Lei Municipal nº 6.543/ 2021, especialmente seu §2º, que prevê a responsabilização do proprietário mesmo quando a queimada decorra de ato de terceiros; 4. CONVALIDAR o lançamento da penalidade, mantendose os efeitos do auto de infração; 5. Determinar o prosseguimento administrativo com a constituição definitiva do crédito, formalidades legais, sendo solicitado vistas pelo conselheiro Camilo Soares de Oliveira. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, a qual eu, Evellyn Kauane de Oliveira Borges, secretária do Conselho lavrei a presente ata que após lida, discutida, aprovada e devidamente assinada pelos Conselheiros e demais presentes. 96633 LISTA DE COMPARECIMENTO DOS CONSELHEIROS QUADRAGÉSSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES Sessão online – Plataforma Zoom. Pouso Alegre, 14 de Maio de 2026. CAMILO SOARES DE Dados: 2026.05.25 OLIVEIRA:075367 14:16:20 -03'00' Alexandre da Mata Camilo Soares de Oliveira DIMAS DIAS DE ARAUJO:72976306672 Assinado digitalmente por DIMAS DIAS DE ARAUJO:72976306672 ND: C=BR, CN=DIMAS DIAS DE ARAUJO:72976306672, O=ICP-Brasil, OU= 16986332000127 Data: 2026.05.25 12:23:04-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.0

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA

DIMAS DIAS DE ARAUJO

JOSÉ LUIZ PAIVA FAGUNDES

JUNIOR LUIS FELLIPE DE SOUZA

ANDRADE LUIZ GUILHERME DE LIMA

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:0A9FF71D

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 42271/2025 Apensos: 4206/2025; 62894/2025. RECORRENTE: Mauro Geraldo Do Prado RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE CONSTATAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E SEM PROJETO APROVADO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. REINCIDÊNCIA CONFIGURADA. EXISTÊNCIA DE AUTUAÇÃO ANTERIOR DEFINITIVA PELO MESMO TIPO INFRACIONAL, COM RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL E PAGAMENTO DA PENALIDADE. REALIZAÇÃO DE NOVA INTERVENÇÃO CONSTRUTIVA NO MESMO IMÓVEL SEM AUTORIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO. APLICAÇÃO DO FATOR MULTIPLICADOR EM DOBRO, NOS TERMOS DO ART. 281, §1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. INFRAÇÃO COMPROVADA POR REGISTROS FOTOGRÁFICOS E IMAGENS DE SATÉLITE. PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO EM TRÂMITE QUE NÃO AUTORIZA O INÍCIO OU PROSSEGUIMENTO DA OBRA. ALEGAÇÕES DEFENSIVAS NÃO COMPROVADAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em razão da execução de nova obra sem o devido licenciamento municipal, após autuação anterior definitiva pelo mesmo tipo de infração, já quitada pelo administrado. Comprovação da irregularidade mediante registros fotográficos e imagens de satélite, evidenciando a realização de nova intervenção construtiva sem autorização administrativa. Configuração da reincidência específica, autorizando a aplicação do fator multiplicador em dobro da penalidade, nos termos do art. 281, §1º, da Lei Municipal nº 6.570/2022. A mera existência de processo de regularização em trâmite não legitima o início ou continuidade da obra sem prévia aprovação do órgão competente. Ausência de elementos aptos a

afastar a infração ou desconstituir a penalidade aplicada. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em manter a decisão de primeira instância para julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso voluntário interposto por MAURO GERALDO DO PRADO, residente na Rua Silviano Brandão, nº 125, apto 102, Centro, Pouso Alegre/MG, em face da Decisão de Primeira Instância que julgou procedente o Auto de Infração e Multa nº 42271/2025, lavrado em razão de infração ao art. 272, §4°, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente na execução de obra sem licenciamento e projeto aprovado no imóvel situado na Rua Nhonho de Abreu, nº 159, Quadra D, Lote 21, Foch II, Pouso Alegre/MG. Em fevereiro de 2025, por ocasião de vistoria para informativo, o requerente foi autuado pela primeira vez no mesmo imóvel, tendo sido lavrado o Auto de Infração e Multa nº 4206/2025, em razão de execução de cobertura de garagem (ampliação) sem licenciamento e projeto aprovado, configurando infração ao art. 272, §4º, inciso II, da Lei nº 6.570/2022. Na oportunidade, o autuado assinou Termo de Renúncia ao prazo recursal, reconhecendo expressamente a infração cometida, e efetuou o pagamento da guia de arrecadação correspondente. Em 07 de maio de 2025, o Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula (Mat. 24.267) realizou vistoria para verificação de regularidade de obra no mesmo imóvel e constatou o início de nova obra — ampliação de cozinha e quarto dos fundos — sem licenciamento e projeto aprovado, o que foi documentado em Auto de Constatação Fiscal nº 42271/2025, com suporte em registros fotográficos e imagens de satélite do sistema GEOPIXEL. Ademais, em razão de reclamação de vizinha acerca da utilização do muro da propriedade lindeira como fechamento do lote, foi determinado, com fundamento no art. 111 da Lei 6.570/2022, que o requerente construísse fechamento próprio com estrutura independente. O processo teve origem em denúncia registrada em 14/04/2025 pela vizinha Soraya Suzuki Yamanaka. Em 07 de maio de 2025 foi lavrado o Auto de Infração e Multa nº 42271/2025, com imposição de multa de 500 UFMs, no valor de R$ 3.634,35 (três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos), calculada com aplicação do fator multiplicador de dobro da última multa aplicada, em razão de reincidência, conforme art. 278, inciso IV, c/c art. 281, §1°, da Lei 6.570/2022, tendo como referência o AIM nº 4206/2025. Inicialmente foi determinado o embargo total da obra; posteriormente, o embargo total foi revogado e convertido em embargo parcial, liberando apenas a construção dos muros de fechamento, mantendo a edificação embargada. O autuado apresentou defesa administrativa em 04/06/2025, sob o Protocolo nº 62894/2025, dentro do prazo legal, arguindo que: (i) na vistoria de fevereiro de 2025 não havia nenhuma obra iniciada; (ii) na época da vistoria de maio de 2025, já havia processo tramitando na Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente para obtenção de Alvará de Reforma, visando legalizar áreas preexistentes (quarto nos fundos construído por morador anterior) e regularizar alterações internas; (iii) as intervenções em andamento não configurariam ampliação de área, pois não teria havido acréscimo de metragem; e requereu o cancelamento das infrações e multas, a revogação do embargo e a continuidade regular do processo de legalização. O Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula exarou Parecer Fiscal em 13/06/2025, opinando pelo INDEFERIMENTO da defesa, consignando que a infração por reincidência ao art. 272, §4º, inciso II, da Lei 6.570/2022 estava devidamente configurada, tendo sido constatada nova obra sem autorização no mesmo imóvel após decisão definitiva sobre a sanção anterior. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 23/06/2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou PROCEDENTE o Auto de Infração e Multa nº 42271/2025, indeferindo a defesa apresentada, com fundamento em que: (i) o recorrente já havia sido multado em fevereiro de 2025 pelo mesmo tipo de infração no mesmo imóvel; (ii) a nova obra realizada sem autorização municipal foi devidamente comprovada por fotografias tiradas em 11/02/2025 e 07/05/2025; (iii) configurada, portanto, a reincidência prevista no art. 281, §1º, da Lei 6.570/2022. A Decisão de Primeira Instância foi recebida pessoalmente pelo recorrente em 07/08/2025, sendo interposto recurso voluntário em 26/08/2025, dentro do prazo legal de 20 dias previsto no art. 323, caput, da Lei Municipal nº 6.570/2022. No recurso, o recorrente reiterou os argumentos já apresentados na defesa inicial, acrescentando que o processo de regularização estaria sofrendo atrasos e avaliações contraditórias por parte dos técnicos municipais. Requereu o cancelamento das multas aplicadas por ausência de fundamento legal e vício de proporcionalidade ou, subsidiariamente, redução substancial da penalidade ou sua conversão em advertência, com base nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e boa-fé. Em 27/08/2025, a Gerência do Departamento de Fiscalização de Obras apresentou Contrarrazões Administrativas, sustentando que: (i) o próprio recorrente havia assinado Termo de Renúncia no âmbito do AIM nº 4206/2025, reconhecendo expressamente a infração e renunciando ao prazo para defesa e recurso, o que configuraria preclusão administrativa e tornaria incabível a interposição do recurso em análise; (ii) ainda que se analisasse o mérito, a infração restou devidamente comprovada por vistoria e registro fotográfico; (iii) o protocolo de regularização posterior não afasta a infração previamente constatada; (iv) demoras na análise de projetos não autorizam o início de obra sem alvará. Opinou pelo não provimento do recurso e manutenção da decisão de primeira instância. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, cabendo a esta conselheira a análise e emissão do voto. É o relatório. VOTO: Primeiramente, o recurso voluntário o recurso foi apresentado tempestivamente, razão pela qual dele se conhece. A questão central dos autos reside em saber se houve, de fato, execução de nova obra sem licenciamento no imóvel da Rua Nhonho de Abreu, nº 159, após decisão definitiva relativa à primeira infração, caracterizando a reincidência prevista no art. 281, §1º, da Lei 6.570/2022. Conforme prova dos autos em fevereiro de 2025, o recorrente já havia sido autuado pelo Auto de Infração e Multa nº 4206/2025, pela execução de cobertura de garagem sem licença no mesmo imóvel. Naquela oportunidade, o próprio recorrente assinou Termo de Renúncia ao prazo recursal, reconhecendo expressamente a infração cometida, e efetuou o pagamento da multa correspondente, tornando definitiva a decisão quanto àquela infração. Realizada nova vistoria em 07 de maio de 2025, os fiscais municipais constataram a execução de nova obra no mesmo imóvel (ampliação de cozinha e quarto dos fundos), sem que houvesse licenciamento ou projeto aprovado. Essa constatação está amparada em registros fotográficos e em imagens de satélite do sistema GEOPIXEL, que evidenciam com clareza a nova intervenção construtiva. Diante desse quadro, preenchem-se integralmente os requisitos do art. 281, §1°, da Lei 6.570/2022, que define a reincidência como a prática da mesma infração no mesmo empreendimento após a decisão definitiva sobre a sanção aplicada. A aplicação do fator multiplicador correspondente ao dobro da última multa, nos termos do art. 278, inciso IV, c/c art. 281, §1°, da mesma Lei, é, portanto, legalmente imposta e matematicamente correta. As alegações recursais não têm o condão de afastar a infração. A afirmação de que não houve acréscimo de área construída é contraditada pela prova fotográfica constante dos autos, que demonstra a execução de nova área sem autorização. Eventual divergência interpretativa sobre o que caracteriza "ampliação" não aproveita ao recorrente quando a prova visual demonstra, de forma inequívoca, a realização de obra nova. A tese de que o processo de regularização em tramitação junto à Secretaria de Planejamento Urbano justificaria a execução das obras também não merece acolhimento. O art. 25, §1°, e o art. 12, §3°, inciso III, da Lei 6.570/2022 são claros ao estabelecer que a mera existência de pedido de alvará em tramitação não autoriza o início ou continuidade de obras sem que o licenciamento tenha sido efetivamente concedido. O recorrente, que já havia sido autuado e penalizado pelo mesmo tipo de infração no mesmo imóvel meses antes, tinha plena ciência dessa exigência legal. O pedido subsidiário de redução ou conversão da penalidade em advertência igualmente não encontra amparo legal. A infração ao art. 272, §4°, inciso II, é classificada como infração urbanística gravíssima, para a qual a lei não prevê a aplicação de mera advertência como sanção. Ademais, a reincidência agrava a situação do infrator, tornando inaplicável qualquer pretensão de atenuação da penalidade com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, quando a própria lei já prevê expressamente o critério de dosimetria aplicável. Em conclusão, a infração está devidamente comprovada, o procedimento administrativo foi regular,

a penalidade foi corretamente aplicada com o fator multiplicador previsto em lei para casos de reincidência, e as alegações defensivas não são suficientes para afastar a autuação. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso interposto, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou procedente o Auto de Infração e Multa nº 42271/2025, lavrado em face de MAURO GERALDO DO PRADO, preservando-se a penalidade aplicada em todos os seus termos. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei.

Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:EB525315

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 47148/2025 Apenso: 114660/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE ADVERTÊNCIA E AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. CONFECÇÃO DE PASSEIO E FECHAMENTO DE LOTE. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. EXTRAVIO DO AVISO DE RECEBIMENTO (AR). INOBSERVÂNCIA DO ART. 311 DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. NULIDADE DA AUTUAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. REEXAME NECESSÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de contribuinte por descumprimento de determinações constantes de Auto de Advertência relativas à confecção de passeio público e fechamento de lote. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, com alegação de ausência de prévia notificação. Comprovação, nos autos, de que o Auto de Advertência foi encaminhado sem confirmação de recebimento, em razão de extravio do Aviso de Recebimento (AR). Ausência de comunicação válida do ato fiscal, em desacordo com o art. 311 da Lei Municipal nº 6.570/2022. Impossibilidade de aplicação de penalidade sem ciência inequívoca do contribuinte. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação. Submissão ao reexame necessário. Inexistência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância, com cancelamento do auto de infração e multa. Recurso de ofício não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de ofício e votaram pela manutenção integral da decisão de primeira instância anulando o Auto de Infração e Multa n.º 47148/2025, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de reexame necessário do Auto de Infração e Multa nº 47148/2025, lavrado em 25 de setembro de 2025 pelo Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula (Mat. 24.267), em desfavor de SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA, CNPJ nº 14.062.980/0001-61, proprietária do imóvel situado na Rua José Felipe, Lote 17, Quadra Z1, Parque Real, Pouso Alegre/MG. O processo originou-se de denúncia registrada em 28 de abril de 2025, relacionada à ausência de confecção de passeio público e fechamento do lote no imóvel acima identificado. Em 25 de abril de 2025, foi emitido o Auto de Advertência nº 47148/2025, notificando a autuada a executar a pavimentação do passeio fronteiriço ao imóvel e o fechamento do lote, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 107, 110 e 272, §4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Realizada vistoria de retorno em 25 de setembro de 2025, os fiscais constataram o não cumprimento das exigências e lavraram o Auto de Constatação Fiscal nº 47148/2025, seguido do Auto de Infração e Multa nº 47148/2025, com imposição de multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.770,70 (um mil, setecentos e setenta reais e setenta centavos), com fundamento nos arts. 107, 110 e 272, §4º, inciso X, c/c arts. 302, inciso I, da Lei nº 6.570/2022. O requerente Henderson Fagundes Alves, adquirente dos direitos sobre o imóvel, apresentou defesa administrativa em 30 de outubro de 2025 (Protocolo nº 114660/2025), alegando que: (i) somente tomou ciência da autuação em 24/10/2025, quando recebeu o Auto de Infração e Multa pelo correio; (ii) já no dia seguinte, providenciou o cumprimento das exigências fiscais; (iii) não havia sido notificado sobre o prazo para cumprimento das determinações, pois não recebeu o Auto de Advertência, cujo AR foi extraviado. O Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula exarou Parecer Fiscal em 09/12/2025, opinando pelo DEFERIMENTO da defesa, consignando que o Auto de Advertência foi enviado em 25/04/2025 e que não houve confirmação de recebimento pelo destinatário, pois o Aviso de Recebimento (AR) foi extraviado. Concluiu que, nos termos do art. 311 da Lei nº 6.570/2022, sem comprovação válida da comunicação do ato fiscal, a autuação de multa mostra-se indevida. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 16/12/2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou DEFERIDA a defesa e IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa nº 47148/2025, reconhecendo que: (i) o Auto de Advertência não foi regularmente recebido pelo contribuinte; (ii) o extravio do AR impede a configuração de comunicação válida do ato fiscal, nos termos do art. 311 da Lei nº 6.570/2022; (iii) a aplicação da multa, sem prévia notificação efetiva, mostra-se indevida. Por força do art. 131 do CTN e por exceder o valor de 150 UFMs, a decisão de primeira instância foi encaminhada ao Conselho Municipal de Contribuintes para reexame necessário, com suspensão do débito até decisão final. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 05/01/2026, recebido em 19/03/2026 e distribuído a esta relatoria em 19/03/2026. É o relatório. VOTO: A questão central dos presentes autos reside em saber se a aplicação do Auto de Infração e Multa nº 47148/2025 é válida diante da ausência de comprovação de recebimento do Auto de Advertência pelo contribuinte. O art. 311 da Lei Municipal nº 6.570/2022 é claro ao dispor que a comunicação dos atos fiscais ao contribuinte é pressuposto de validade para a produção de seus efeitos. O Auto de Advertência nº 47148/2025, emitido em 25/04/2025, foi enviado por via postal ao endereço da autuada, porém o Aviso de Recebimento (AR) não retornou aos autos, constando dos registros processuais que foi extraviado. O próprio Parecer Fiscal exarado pelo agente autuante reconheceu expressamente o extravio do AR, consignando que "não foi obtida confirmação do recebimento do Aviso de Recebimento (AR), sendo que o mesmo foi extraviado". Sem o retorno do AR, não há como presumir que o contribuinte tomou ciência do Auto de Advertência e do prazo para cumprimento das exigências nele contidas. O requerente confirmou, em sua defesa, que somente teve ciência da autuação em 24 de outubro de 2025, quando recebeu o Auto de Infração e Multa, e que no dia seguinte já havia providenciado o cumprimento das determinações fiscais — o que demonstra boa-fé e disposição para regularização, desde que devidamente notificado. A aplicação de multa por descumprimento de determinação fiscal pressupõe, logicamente, que o contribuinte tenha sido previamente e validamente notificado dessa determinação. Não é possível imputar ao contribuinte o ônus do descumprimento de uma obrigação cujo prazo ele desconhecia, por falha na comunicação — ainda que não atribuível à má-fé da Administração. O princípio da ampla defesa e do contraditório, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição Federal, e o princípio da proporcionalidade impõem que a penalidade somente seja aplicada quando demonstrado, de forma inequívoca, que o infrator tinha ciência da obrigação descumprida. No presente caso, essa demonstração está ausente, ante o extravio do AR. Ademais, o princípio da boa-fé objetiva e o princípio da razoabilidade corroboram a improcedência da autuação: o requerente, tão logo tomou ciência da situação, de imediato providenciou o cumprimento das exigências, demonstrando que não havia intenção de descumprir as normas municipais, mas apenas desconhecimento da notificação prévia. A Decisão de Primeira Instância adotou posicionamento correto ao julgar improcedente o Auto de Infração e Multa nº 47148/2025. A conclusão alcançada está em consonância com: (i) o art. 311 da Lei Municipal nº 6.570/2022, que exige comunicação válida do ato fiscal; (ii) o Parecer Fiscal do próprio agente autuante, que reconheceu o extravio do AR; (iii) os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da proporcionalidade.

Não há, portanto, razão para reforma da decisão de primeiro grau. Ao contrário, este Conselho deve confirmá-la integralmente, por ser a solução mais justa, mais consentânea com o ordenamento jurídico e mais benéfica ao contribuinte, que agiu de boa-fé e cumpriu as obrigações assim que efetivamente notificado. Diante de todo o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do recurso de ofício, mantendo integralmente a Decisão de Primeira Instância que julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa n.º 47148/2025, lavrado em face de SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA, tornando-se sem efeito a penalidade aplicada, com o cancelamento do débito. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:E8FC23CE

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 53450/2024 Apensos: 44185/2024; 114194/2025 RECORRENTE: Beatriz Nataline De Oliveira RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO SEM LICENCIAMENTO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO. IMPUTAÇÃO DA INFRAÇÃO A CONTRIBUINTE DIVERSO DO REAL RESPONSÁVEL. AMPLIAÇÃO EXECUTADA EM IMÓVEL VIZINHO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. RECONHECIMENTO DO EQUÍVOCO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO. VÍCIO INSANÁVEL NA SUJEIÇÃO PASSIVA. NULIDADE DO AUTO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELO INDEFERIMENTO DA DEFESA. REFORMA DA DECISÃO. ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. RECURSO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de contribuinte por suposta execução de obra de ampliação sem licenciamento. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, com alegação de erro na identificação do autuado. Comprovação de que a ampliação irregular foi realizada em imóvel vizinho, pertencente a terceiro, integrante do mesmo lote cadastral. Ausência de nexo entre a conduta infracional e a recorrente. Reconhecimento expresso, em sede de contrarrazões, pela própria Administração quanto ao equívoco na imputação da infração. Configuração de vício insanável na sujeição passiva, comprometendo a validade do ato administrativo sancionador. Decisão de primeira instância que indeferiu a defesa. Reforma necessária. Anulação do Auto de Infração e Multa. Recurso provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em reformar a decisão de primeira instância para julgar PROCEDENTE o recurso interposto, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso administrativo interposto por BEATRIZ NATALINE DE OLIVEIRA em face da Decisão de Primeira Instância proferida em 22 de outubro de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, que indeferiu sua defesa e julgou procedente o Auto de Infração e Multa nº 44185/2024, lavrado em 14 de maio de 2024, sob a imputação de infração ao art. 272, §4º, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, por suposta execução de obra de ampliação sem licenciamento e projeto aprovado. O processo teve origem em fiscalização de obras realizada no imóvel situado na Rua José Vieira de Carvalho, nºs 137, 139 e 143, Bairro Aeroporto Jatobá, Lote 01, Quadra BA, BIC 004.0315.0235, Código do Imóvel 196924. Constatou-se a existência de três edificações no lote e a ocorrência de ampliação de área sem o devido licenciamento, lavrando-se Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa de 250 UFMs (R$ 1.652,02) em nome da recorrente, CPF nº 128.911.706-36, proprietária do imóvel de nº 143. A recorrente apresentou defesa administrativa em 27 de maio de 2024 (Processo nº 53450/2024), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo, em síntese: (i) a nulidade do auto, porquanto a assinatura do fiscal encontrava-se rasurada, comprometendo a identificação legítima do agente fiscal, em afronta ao art. 294, inciso VI, da Lei nº 6.570/2022; e (ii) erro na identificação do autuado, uma vez que a ampliação irregular foi executada no imóvel de nº 139, de propriedade de terceiro (Edwiges Sara Serpa Martins, CPF nº 933.797.226-34), e não no imóvel nº 143, de sua titularidade, no qual não consta qualquer irregularidade. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 22 de outubro de 2025, julgou pelo INDEFERIMENTO da defesa, sob o fundamento de que a falha formal na assinatura do fiscal não acarretaria nulidade do ato, por ausência de prejuízo, e que a própria autuada teria reconhecido a intervenção ao protocolar pedido de informativo de legalização de ampliação. Irresignada, a recorrente interpôs recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes em 29 de outubro de 2025 (Processo nº 114194/2025), reiterando os argumentos da defesa, especialmente o erro de destinatário — sustentando que nenhuma ampliação foi realizada em seu imóvel e que a obra irregular pertence ao vizinho. Nas Contrarrazões Administrativas datadas de 26 de novembro de 2025, a Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras RECONHECEU EXPRESSAMENTE o erro, consignando que: (i) a decisão de 1ª instância equivocadamente concluiu que a ampliação teria sido executada pela recorrente; (ii) documentos e informações posteriores demonstraram que nenhuma ampliação foi realizada no imóvel de nº 143; (iii) a ampliação sem projeto foi executada pelo imóvel vizinho (nº 139); e (iv) não é possível imputar à recorrente o ônus pelo pagamento de multa relativa a obra que não lhe pertence. Opinou, assim, pelo DEFERIMENTO da defesa e cancelamento do Auto de Imposição de Multa. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, recebido e distribuído a esta relatoria. É o relatório. VOTO: A análise dos autos, em cotejo com a documentação carreada e com o posicionamento da própria Administração Municipal nas contrarrazões, conduz ao PROVIMENTO do recurso e à consequente ANULAÇÃO do Auto de Infração e Multa nº 44185/2024. Da análise do Cadastro Técnico Municipal — BIC, extrai-se com clareza que o lote 01, Quadra BA, da Rua José Vieira de Carvalho é compartilhado por três imóveis distintos, com proprietários diferentes: o imóvel nº 137, de titularidade de Aroldo de Oliveira (Código 196908); o imóvel nº 139, de titularidade de Edwiges Sara Serpa Martins (Código 196916); e o imóvel nº 143, de titularidade da recorrente Beatriz Nataline de Oliveira (Código 196924). O histórico de área construída constante dos BICs é revelador: enquanto o imóvel nº 137 apresenta área edificada igual a zero em todos os exercícios registrados, o imóvel nº 139 registra área construída de 81,24 m² a partir de 01/01/2020, e o imóvel nº 143 (da recorrente) registra 81,56 m² também a partir de 01/01/2020. Em nenhum dos históricos há evidência de acréscimo de área construtiva posterior a 2020 no imóvel da recorrente — o que contradiz a tese de ampliação recente sem licença imputada ao seu imóvel. O alvará de construção nº 161/2019, expedido em 22 de fevereiro de 2019 por José Valdemar Ribeiro, antigo proprietário, autorizou a construção de três unidades residenciais no lote com área total de 244,64 m², distribuídas em três casas de aproximadamente 81 m² cada. Ou seja, a construção original de três unidades foi devidamente licenciada. O cerne da infração — ampliação de área sem licenciamento — recai, segundo os próprios documentos do processo, sobre o imóvel nº 139, cujos dados cadastrais indicam área construída que não constava no projeto original aprovado para aquela fração e cujo proprietário é terceiro alheio à recorrente. Este quadro]é precisamente o que a Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras reconheceu nas contrarrazões de 26 de novembro de 2025, ao afirmar que a ampliação sem projeto foi executada pelo imóvel vizinho e que a decisão de primeira instância incorreu em equívoco ao atribuir a irregularidade à recorrente. Trata-se de reconhecimento espontâneo da Administração, que vincula o julgamento e reforça a procedência do recurso. O Auto de Infração e Multa padece, portanto, de vício insanável na sujeição passiva: foi lavrado em nome de pessoa que não praticou a infração descrita. A responsabilidade pelo ilícito administrativo urbanístico pressupõe nexo direto entre a conduta vedada — iniciar ou executar obra sem licenciamento — e o autuado. Inexistente essa vinculação, o ato punitivo carece do seu pressuposto fático-jurídico elementar. Acrescente-se que o Auto de Infração também contém vício formal relevante: a assinatura rasurada do fiscal,

em afronta ao art. 294, inciso VI, da Lei nº 6.570/2022, que exige a assinatura manuscrita ou eletrônica e qualificação do autuante como requisito de validade do auto. Embora isoladamente um vício formal pudesse ser considerado sanável quando ausente prejuízo, neste caso concorre com o vício substancial de identidade do autuado, tornando a autuação duplamente inválida. A manutenção da penalidade, nestas circunstâncias, representaria frontal violação aos princípios constitucionais da legalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal), do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV), bem como ao princípio da responsabilidade pessoal que rege o poder sancionatório da Administração Pública. Não se pode imputar ao proprietário de um imóvel a responsabilidade por obra irregular praticada no imóvel do vizinho, ainda que situados no mesmo lote cadastral. A medida correta da Administração, como já reconhecido nas próprias contrarrazões, é direcionar a autuação ao verdadeiro responsável pela ampliação irregular, o proprietário do imóvel nº 139, contra quem deverão ser adotadas as medidas cabíveis. Diante do exposto, voto pelo PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por BEATRIZ NATALINE DE OLIVEIRA, para REFORMAR a Decisão de Primeira Instância e determinar a ANULAÇÃO do Auto de Infração e Multa nº 44185/2024, por vício insanável na identificação do sujeito passivo e irregularidade formal do ato. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:08FB0EF5

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 66061/2024 APENSOS: 29930 / 2023 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Altidouro José De Souza Rios RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. FECHAMENTO DE LOTE. CERCAMENTO COM ARAME LISO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI MUNICIPAL Nº 7.099/2025. PERMISSÃO EXPRESSA PARA CERCAMENTO COM ARAME LISO. RETROATIVIDADE DA NORMA MAIS BENÉFICA. ART. 106, INCISO II, ALÍNEA "A", DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. AUSÊNCIA DE SUBSISTÊNCIA DA INFRAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. REEXAME NECESSÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de proprietário de imóvel por descumprimento de auto de advertência para fechamento de lote com material considerado inadequado à época. Defesa administrativa apresentada tempestivamente. Superveniência de norma municipal que passou a permitir expressamente o cercamento com arame liso, descaracterizando a conduta anteriormente tida como infracional. Aplicação do princípio da retroatividade da norma mais benéfica aos processos não definitivamente julgados. Ausência de fundamento legal para manutenção da penalidade. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação. Submissão ao reexame necessário. Inexistência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância, com cancelamento do auto de infração e multa. Recurso de ofício não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de ofício e votaram pela manutenção integral da decisão de primeira instância anulando o Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de reexame necessário do processo administrativo fiscal nº 66061/2024, instaurado pelo Departamento de Fiscalização de Obras do Município de Pouso Alegre, em face de ALTIDOURO JOSÉ DE SOUZA RIOS, em razão de suposta infração consistente no não atendimento de auto de advertência para construção de muro de fechamento de lote, conforme previsto no art. 272, § 4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022 (Código de Obras). O processo teve origem em comunicado interno datado de 28/06/2024, pelo qual o Departamento de Fiscalização de Posturas noticiou a existência de irregularidades no terreno de propriedade do autuado, situado entre os bairros São Geraldo e Cidade Foch, atendendo a reclamações de contribuintes registradas nos Protocolos nº 12310/2024 e 49144/2024. Na ocasião, foi constatado que o imóvel não se encontrava fechado/cercado e que havia animais soltos (equinos e bovinos) pastando no local. Em 18 de setembro de 2024 foi lavrado Auto de Advertência nº 1274/2024, notificando o contribuinte a promover o fechamento do lote no prazo de 30 dias corridos, nos termos dos artigos 110, 111, 112, 113 e 114 da Lei 6.570/2022, referente ao imóvel situado na Rua Graciema de Paula Rios, lote área, quadra 02, Bairro São Geraldo, código do imóvel 44734. O contribuinte apresentou manifestação em 30 de setembro de 2024, alegando, em síntese, que os três acessos ao terreno não poderiam ser fechados por razões de escoamento de águas pluviais, uso pela Copasa para manutenção de galeria coletora e por constituírem passagem entre os bairros Foch e São Geraldo, além de informar que cercas de arame metálico instaladas haviam sido destruídas por vizinhos. Em 19 de fevereiro de 2025, a fiscal de obras Daiane C. de Faria Pereira proferiu despacho concedendo prazo adicional de 30 dias para o fechamento, com alerta de que deveria ser prevista passagem para escoamento de águas. Em 30 de abril de 2025, o Departamento de Fiscalização de Obras expediu comunicação ao contribuinte esclarecendo que, nos termos do art. 111 e seus parágrafos da Lei Municipal nº 6.570/2022, não era mais permitido o fechamento por cerca de arame liso ou tela, sendo exigido material fixo, seguro, opaco e estável, concedendo prazo de 30 dias para adequação. Em 07 de julho de 2025, diante da constatação de que as determinações do auto de advertência não foram atendidas, foram lavrados o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, impondo multa de 250 UFMs, no valor total de R$ 1.778,05 (mil setecentos e setenta e oito reais e cinco centavos), com fundamento no art. 110 c/c art. 272, § 4º, inciso X, da Lei 6.570/2022. O Auto de Infração e Multa foi recebido pelo contribuinte em 10/07/2025. Em 25/07/2025, dentro do prazo legal de 15 dias, o autuado, por meio de seu advogado (OAB/MG nº 10.903), apresentou defesa administrativa, aduzindo: (i) que havia realizado o determinado no auto de advertência, cercando a propriedade com arame visível sustentado por mourões estáveis; (ii) que o art. 111, § 1º, do Código de Obras dispensa a construção de muro em lotes não edificados com alvará de obras em vigor; (iii) que o imóvel possui natureza rural, com área de 37 hectares, sujeito ao ITR; (iv) que o § 2º do art. 111 remete a regulamento municipal que não teria sido editado, inexistindo vedação expressa ao uso de cerca de arame; (v) que o § 5º do mesmo artigo, ao exigir permeabilidade visual para testadas superiores a 20 metros, reforçaria a legitimidade do cercamento com arame; e (vi) que o imóvel está inserido em Zona Especial de Projetos Urbanos de Resiliência Urbana (ZEPU 2). Em 22 de setembro de 2025, a Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, proferiu decisão de 1ª instância pelo deferimento da defesa e pela improcedência do Auto de Infração e Multa, com fundamento na superveniência da Lei Municipal nº 7.099, de 11 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município em 16/09/2025, que passou a permitir o fechamento com cercas de arame liso. Aplicou-se o entendimento do princípio da retroatividade da norma mais benéfica, previsto no art. 106, inciso II, alínea "a", do Código Tributário Nacional, determinando o encaminhamento ao Conselho Municipal de Contribuintes para reexame necessário, uma vez que a importância em litígio excede 150 UFMs, com suspensão do débito até decisão final. É o relatório. VOTO: A controvérsia posta em reexame diz respeito à validade do Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, lavrado em desfavor do contribuinte Altidouro José de Souza Rios por não atendimento ao auto de advertência para fechamento de lote com material adequado, nos termos do art. 272, § 4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022 (Código de Obras). A decisão de primeira instância julgou improcedente o auto de infração, com fundamento na superveniência da Lei Municipal nº 7.099/2025, que passou a permitir expressamente o fechamento de lotes com cercas de arame liso, reconhecendo a aplicação do princípio da retroatividade da norma mais benéfica ao contribuinte. No caso dos

autos, o Auto de Infração foi lavrado com base na Lei Municipal nº 6.570/2022, que, à época da autuação, em 07/07/2025, estabelecia restrições ao uso de cercas de arame liso no fechamento de lotes urbanos. A advertência havia sido devidamente expedida, recebida e não integralmente cumprida da forma exigida pela fiscalização. Sob esse ângulo estritamente formal, o ato administrativo encontrava amparo legal no momento de sua lavratura. Contudo, enquanto o presente processo tramitava — e antes de qualquer julgamento definitivo — sobreveio a Lei Municipal nº 7.099, de 11 de setembro de 2025, que alterou expressamente os dispositivos do Código de Obras relativos ao fechamento de lotes, passando a permitir de forma explícita a utilização de cercas de arame liso para tal fim. Essa alteração legislativa é decisiva para o deslinde da controvérsia. Nos termos do art. 106, inciso II, alínea "a", do Código Tributário Nacional, a lei aplica-se retroativamente a ato ou fato pretérito quando, tratando-se de ato não definitivamente julgado, a nova norma deixe de defini-lo como infração. É exatamente essa a hipótese dos autos: o comportamento do contribuinte — fechar o lote com cerca de arame sustentada por mourões — que antes era tido por irregular pela fiscalização, passou a ser expressamente autorizado pela Lei Municipal nº 7.099/2025. A infração, portanto, perdeu seu suporte legal. A manutenção da penalidade aplicada importaria em punir alguém por conduta que o próprio ordenamento jurídico municipal passou a considerar lícita, o que contraria os mais elementares princípios da legalidade, da segurança jurídica e da proporcionalidade. Conforme demonstrado nos autos, trata-se de área com características rurais — sujeita ao ITR, com extensão de aproximadamente 37 hectares, utilizada para atividades de pecuária e para o descarte licenciado de entulho, por meio da empresa Disk J. Rios, com contratos firmados com o próprio Município de Pouso Alegre. A exigência de fechamento com muro fixo, opaco e estável em imóvel dessa natureza, além de tecnicamente discutível à luz do próprio Código de Obras, mostrava-se desde o início desproporcional e irrazoável. Acrescente-se que o imóvel está inserido em Zona Especial de Projetos Urbanos de Resiliência Urbana (ZEPU 2), área de uso condicionado à execução de infraestruturas de resiliência urbana, o que reforça a inadequação da exigência de fechamento com muro, dado que a permeabilidade do solo e o livre escoamento das águas pluviais são valores especialmente protegidos nessa zona. Diante de todo o exposto, a decisão de primeira instância merece ser mantida. A aplicação retroativa da Lei Municipal nº 7.099/2025, nos termos do art. 106, II, "a", do CTN, impõe o cancelamento do Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, não havendo qualquer fundamento jurídico para a manutenção da penalidade. A atuação do Conselho Municipal de Contribuintes deve sempre pautar-se pautar pela legalidade estrita, pela segurança jurídica e pela interpretação mais favorável ao contribuinte quando a lei assim autoriza — e no presente caso, a lei não apenas autoriza, mas impõe essa solução. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, lavrado em face de Altidouro José de Souza Rios, determinando o consequente cancelamento da penalidade aplicada, em razão da incidência retroativa da norma mais benéfica introduzida pela Lei Municipal nº 7.099/2025. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:1DB78750

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 73218/2025 Apensos: 104788/2024 e 27263/2025 RECORRENTE: Joacidnes Miguel De Paiva Reis RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. TERRENO PARTICULAR. AUSÊNCIA DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO. INFRAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 6.543/2021. DEFESA ADMINISTRATIVA INTEMPESTIVA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÕES DE REGULARIDADE POSTERIOR E AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA VÁLIDA E DENTRO DO PRAZO LEGAL. INFRAÇÃO COMPROVADA POR VISTORIA FISCAL E REGISTROS FOTOGRÁFICOS. OBRIGAÇÃO CONTÍNUA DO PROPRIETÁRIO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO PROCEDIMENTO. MANUTENÇÃO DA AUTUAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de proprietário de imóvel por descumprimento do dever de manutenção e limpeza de terreno urbano. Defesa administrativa apresentada fora do prazo legal em primeira instância. Recurso administrativo interposto com alegações de ausência de notificação prévia e realização posterior de limpeza. Comprovação, nos autos, da regular notificação e da realização de vistoria fiscal que constatou o estado de abandono do imóvel, devidamente documentado por registros fotográficos. Obrigação legal de conservação contínua que não se afasta por medidas pontuais posteriores à autuação. Inexistência de vícios formais capazes de invalidar o procedimento administrativo. Manutenção da penalidade aplicada. Recurso não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em manter a decisão de primeira instância para julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de Auto de Infração e Multa nº 286/2023, lavrado pelo Departamento de Fiscalização de Posturas do Município de Pouso Alegre/MG, em face de JOACIDNES MIGUEL DE PAIVA REIS, proprietário do imóvel situado na Rua Professora Georgina Reis, Chácara Primavera, Pouso Alegre/MG, por infração às normas municipais de posturas, consistente na manutenção de terreno vazio em situação de abandono, com vegetação excessiva e ausência de limpeza, contrariando as disposições da Lei Municipal nº 6.543/2021. Os fatos que deram origem à autuação remontam a 29/05/2023, data em que o Auto de Infração e Multa — AIM nº 286/2023 foi recebido no endereço do contribuinte, conforme documentado pelo Departamento de Posturas. Antes disso, registra-se que o contribuinte recebeu notificação preliminar da Prefeitura, com validade de 18 (dezoito) meses nos termos do art. 14, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, sendo que a vistoria fiscal realizada em 23/05/2023 constatou, por meio de registros fotográficos, que o terreno permanecia em estado de abandono, com vegetação excessiva, evidenciando o descumprimento da obrigação de manutenção. Em face do descumprimento apurado, foi lavrado o Auto de Infração e Multa nº 286/2023, com a consequente constituição do lançamento nº 199575/2024, referente à multa de postura aplicada ao contribuinte. O autuado apresentou defesa administrativa pleiteando o cancelamento da multa. O processo foi inicialmente autuado como Processo nº 27263/2025, junto ao Departamento de Tributação, sendo que o Departamento de Posturas, consultado, informou que o prazo para apresentação de defesa é de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do AIM e que, no caso em tela, o referido prazo já havia se esgotado, uma vez que o AIM foi recebido em 29/05/2023. Registrou-se, ainda, que o processo de multa nº 54353/2023 (AIM 286/23) já havia sido tramitado ao Departamento de Tributação em 03/04/2025, ante a ausência de liquidação do débito. A decisão de Primeira Instância foi proferida pela Assistente da Seção de Registro e Tributos, Edmara Domingues Beraldo, em relatório datado de 28 de abril de 2025, que se manifestou desfavoravelmente ao pedido, e homologada pela Secretária de Finanças, Roberta Ferreira Marques de Sousa, que indeferiu o pedido do requerente, tendo em vista a intempestividade da defesa e a regularidade da autuação. Inconformado com a decisão de primeira instância, o contribuinte abriu o Processo nº 73218/2025 em 04/07/2025, interpondo recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, reiterando, em síntese, que: (i) mantém o lote em condições adequadas de limpeza de forma regular e contínua, apresentando comprovantes de pagamento de serviços de limpeza realizados em dezembro de 2023, abril de 2024 e junho de 2024, bem como fotografias demonstrativas do estado do terreno; (ii) não teria recebido a notificação preliminar da Prefeitura solicitando a regularização do terreno; (iii) contesta a regularidade da entrega do AIM em 29/05/2023, requerendo cópia do respectivo comprovante; e (iv) cumpre regularmente suas obrigações fiscais perante o Município, sendo o valor da multa desproporcional e comprometendo as necessidades básicas de sua família. O Departamento de Tributação,

em despacho de 11/08/2025, orientou o contribuinte a apresentar ofício com as alegações a serem analisadas e a juntar toda a documentação pertencente ao Processo nº 27263/2025, incluindo o Despacho da Decisão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. A documentação solicitada foi juntada pelo contribuinte em 21/11/2025, via Central de Atendimento. É o relatório. VOTO: O cerne da controvérsia consiste em verificar a regularidade da autuação lavrada em desfavor do recorrente, tendo em vista as alegações de ausência de notificação preliminar, de manutenção regular do lote e de eventual intempestividade do ato punitivo. O recorrente sustenta não ter recebido a notificação preliminar da Prefeitura antes da lavratura do Auto de Infração e Multa. Todavia, os autos evidenciam que o AIM nº 286/2023 foi lavrado em data posterior à realização de vistoria regular, devidamente documentada pela fiscalização, que constatou o descumprimento das normas de posturas municipais em 23/05/2023. Ademais, conforme previsto no art. 14, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, a notificação preliminar possui validade de 18 (dezoito) meses, período dentro do qual pode ser lavrado o auto de infração caso a irregularidade persista. No presente caso, a autuação ocorreu dentro do prazo legal, não havendo qualquer irregularidade quanto ao lapso temporal entre a notificação e a lavratura do Auto de Infração. O recorrente juntou aos autos comprovantes de pagamento de serviços de limpeza realizados em dezembro de 2023, abril de 2024 e junho de 2024, bem como fotografias demonstrando o estado do lote em momentos posteriores à autuação. Entretanto, tais argumentos não se mostram suficientes para afastar a infração constatada. A legislação municipal que regula as posturas urbanas estabelece que compete ao proprietário manter o terreno limpo e em condições adequadas de conservação, de forma contínua e permanente, justamente para evitar riscos sanitários, proliferação de animais peçonhentos e prejuízos à coletividade. O Código de Posturas Municipais (Lei Ordinária nº 6.543), em seu art. 11, caput, §1º e §4º, impõe ao proprietário o dever de conservar seus imóveis limpos e em condições sanitárias adequadas, incluindo a limpeza e a capina regular dos terrenos, sob pena de responsabilização administrativa. Confira-se: "Art. 11. Os terrenos vazios e quintais situados no Perímetro Urbano do Município, definido no Plano Diretor deverão ser, obrigatoriamente, mantidos limpos, capinados e isentos de qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade. (...) § 1º O proprietário ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel é responsável pela limpeza e destinação adequada do mato resultante da capinação, o qual deverá ser retirado, não sendo permitido o depósito dos resíduos sólidos ou detritos de qualquer natureza no imóvel. (...) § 4º A vegetação não deve exceder os limites do terreno e a limpeza da área destinada a calçada é de responsabilidade do proprietário ou possuidor." Nesse sentido, a obrigação de manutenção não se restringe ao momento da notificação, mas constitui dever permanente do proprietário do imóvel. A limpeza pontual ou esporádica não é suficiente para afastar a responsabilidade do proprietário, quando verificado, em vistoria regular e devidamente documentada, o descumprimento das normas de posturas municipais. Além disso, conforme demonstram os registros fotográficos anexados aos autos pela fiscalização, o terreno encontrava-se em situação de abandono no momento da vistoria realizada em 23/05/2023, evidenciando o descumprimento da obrigação legal. Assim, restando comprovado que o recorrente não manteve o terreno em condições adequadas de limpeza no momento da vistoria fiscal, e não tendo sido demonstrada qualquer causa legal apta a afastar a responsabilidade do proprietário — tais como vício formal do auto de infração, erro na identificação do imóvel ou ilegalidade no procedimento administrativo —, conclui-se pela regularidade da autuação e da penalidade aplicada. As alegações de dificuldades financeiras do recorrente, conquanto dignas de consideração no plano humano, não constituem fundamento jurídico suficiente para o cancelamento de lançamento tributário regularmente constituído. Diante do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por Joacidnes Miguel De Paiva Reis, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância que indeferiu o pedido de cancelamento do lançamento nº 199575/2024 (AIM nº 286/2023), por estar em consonância com o ordenamento jurídico municipal aplicável. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG,14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:9D558157

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 83002/2025 Apenso: 109978/2025; RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE ADVERTÊNCIA. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. IRREGULARIDADE NA NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE CIÊNCIA VÁLIDA DO PROPRIETÁRIO. DEMONSTRAÇÃO DE DILIGÊNCIA DO AUTUADO. RESCISÃO CONTRATUAL E CONTRATAÇÃO DE NOVO RESPONSÁVEL TÉCNICO. COMPLEXIDADE DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E PRAZO EXÍGUO. APRESENTAÇÃO POSTERIOR DE LAUDO TÉCNICO E ART. RECONHECIMENTO PELO ÓRGÃO FISCAL DA INVIABILIDADE DA AUTUAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. REEXAME NECESSÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado por descumprimento de Auto de Advertência que determinava a apresentação de documentos técnicos e execução de medidas de contenção. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, com alegação de ausência de ciência válida, tendo a notificação sido entregue a terceiro (responsável técnico) e não ao proprietário. Comprovação de adoção de providências pelo autuado, com rescisão contratual e contratação de novo profissional habilitado. Exigências de natureza técnica complexa incompatíveis com o prazo inicialmente concedido. Apresentação posterior de laudo técnico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica. Parecer fiscal favorável ao cancelamento da penalidade. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação. Submissão ao reexame necessário. Ausência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em manter a decisão de primeira instância para julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de processo administrativo instaurado em face de AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, em decorrência de denúncia relacionada ao imóvel localizado na Rua Antônio Scodeler, nº 1345 e 1355, no Desmembramento Vila Maria, neste Município . Em razão da situação verificada, foi lavrado Auto de Advertência, por meio do qual se determinou a apresentação, no prazo de 15 (quinze) dias, de laudo técnico de contenção de encosta, projeto correspondente e execução da intervenção com acompanhamento de profissional legalmente habilitado. Decorrido o prazo sem o atendimento integral das exigências, foi realizada nova vistoria em 24 de setembro de 2025, ocasião em que se constatou o descumprimento da ordem administrativa, ensejando a lavratura do Auto de Infração e Multa nº 83002/2025, com fundamento no art. 272, §4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022 . A autuada apresentou defesa administrativa em 14 de outubro de 2025, a qual foi considerada tempestiva, na qual sustentou que não teve ciência adequada da notificação, uma vez que o Auto de Advertência foi entregue ao responsável técnico da obra, e não ao proprietário do imóvel. Alegou, ainda, que promoveu a rescisão do contrato com o profissional anteriormente responsável, necessitando contratar novo técnico para dar continuidade às exigências formuladas pela fiscalização, destacando a complexidade dos estudos solicitados e a insuficiência do prazo concedido. Informou, por fim, que providenciou a elaboração de laudo técnico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica. O parecer

fiscal reconheceu a tempestividade da defesa e manifestou-se pelo seu deferimento, destacando a irregularidade na notificação, a comprovação do distrato com o responsável técnico anterior, a necessidade de contratação de novo profissional, a complexidade das exigências e o exíguo prazo concedido, bem como a apresentação posterior de laudo técnico devidamente instruído . A decisão de primeira instância acolheu integralmente o entendimento do órgão técnico e julgou improcedente o Auto de Infração e Multa, reconhecendo a legitimidade das justificativas apresentadas pela autuada . Considerando o valor da penalidade aplicada, os autos foram encaminhados ao Conselho de Contribuintes para reexame necessário. É o relatório. VOTO: A controvérsia posta em julgamento diz respeito à validade do Auto de Infração e Multa nº 83002/2025, lavrado em razão do descumprimento de Auto de Advertência que determinava a apresentação de documentos técnicos e a execução de contenção de encosta no imóvel da autuada. Inicialmente, verifica-se que houve irregularidade na notificação do Auto de Advertência, que foi entregue ao responsável técnico da obra e não diretamente ao proprietário do imóvel, parte legitimamente interessada. Tal circunstância compromete a eficácia da ciência do ato administrativo e, por consequência, prejudica o pleno exercício do direito de defesa, em afronta aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa. Além disso, restou comprovado que a autuada adotou providências efetivas para a regularização da situação, tendo promovido a rescisão do contrato com o profissional anteriormente responsável e procedido à contratação de novo técnico, circunstância que, por si só, demanda tempo razoável para reorganização e atendimento das exigências administrativas. Cumpre destacar, ainda, que as obrigações impostas pela fiscalização possuem natureza técnica complexa, envolvendo a elaboração de laudo de contenção de encosta, projeto específico e execução sob responsabilidade de profissional habilitado, o que não se compatibiliza com o prazo exíguo de 15 dias inicialmente concedido. Nesse contexto, mostra-se justificada a impossibilidade de cumprimento integral das determinações no prazo estipulado, sobretudo diante da necessidade de substituição do responsável técnico e da complexidade dos estudos exigidos. Ademais, a apresentação posterior de laudo técnico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica evidencia a boa-fé da autuada e seu efetivo empenho em atender às determinações da Administração Pública, afastando a caracterização de conduta omissiva ou negligente. Não bastasse, o próprio órgão fiscal responsável pela autuação reconheceu a procedência das alegações defensivas, manifestando-se expressamente pelo cancelamento da penalidade, entendimento este que foi corretamente acolhido pela decisão de primeira instância. Diante desse conjunto probatório, a manutenção da penalidade se mostraria desarrazoada e desproporcional, especialmente considerando as falhas no procedimento administrativo e a posterior regularização das exigências técnicas. Assim, não há qualquer elemento que justifique a reforma da decisão recorrida, a qual se mostra plenamente adequada aos fatos e ao direito aplicável. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 83002/2025, lavrado em face de AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., tornando insubsistentes as penalidades aplicadas. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:7B548B16

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 86827/2025 Apensos: 79450/2025; 97054/2025; 107625/2025 RECORRENTE: Andreia Quintino da Silva RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE CONSTATAÇÃO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E SEM PROJETO APROVADO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. ALEGAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA CONDIÇÃO DE DESEMPREGO E AUSÊNCIA DE CAPACIDADE ECONÔMICA. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE TERCEIRO. APLICAÇÃO DO ART. 274, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. POSSIBILIDADE DE PERDÃO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em razão da execução de obra sem o devido licenciamento e sem projeto aprovado pelo órgão competente. Comprovação documental da hipossuficiência financeira da autuada, desempregada desde 2014 e dependente de benefício previdenciário percebido por terceiro. Aplicação da hipótese excepcional de perdão da penalidade prevista no art. 274, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Contrarrazões da Fazenda Pública Municipal favoráveis ao acolhimento do recurso administrativo. Reforma da decisão de primeira instância para afastar a penalidade aplicada. Recurso provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em reformar a decisão de primeira instância para julgar PROCEDENTE o recurso interposto, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso administrativo interposto por ANDREIA QUINTINO DA SILVA em face da Decisão de Primeira Instância que julgou improcedente a defesa e manteve o Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, lavrado em razão de infração ao art. 272, §4°, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente em iniciar ou executar obra sem licenciamento e projeto aprovado. O processo teve origem em Ordem de Serviço aberta em 11/08/2025, vinculada ao Processo Informativo nº 79450/2025, de legalização e ampliação do imóvel situado na Rua João Gonçalves de Siqueira, nº 75, Jardim Brasil I, de propriedade da autuada. Em 12 de agosto de 2025, a Fiscal de Obras Miriam Gonçalves Valadares Meireles realizou vistoria no imóvel e lavrou o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, constatando obra com área construída maior que a área legalizada, aplicando multa de 125 UFMs, no valor de R$ 882,18, com fundamento no art. 272, §4°, inciso II, e art. 302, inciso III, da Lei 6.570/2022. O Aviso de Recebimento relativo à notificação do Auto de Infração e Multa foi recebido em 22/08/2025 no endereço da autuada. A autuada apresentou defesa administrativa em 05/09/2025 (Processo nº 97054/2025), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo que: (i) adquiriu o imóvel por meio de permuta, sendo que a edificação já se encontrava no estado atual quando da aquisição; (ii) necessitou realizar adequações no imóvel em razão de sua mãe ser doente e acamada; (iii) não possui condições financeiras para arcar com a multa, vez que não possui emprego fixo; (iv) o processo de legalização e ampliação já se encontrava em andamento na Prefeitura, conforme Processo nº 79450/2025. A Fiscal de Obras Miriam Gonçalves Valadares Meireles, em Relatório Fiscal de 15/09/2025, manifestou-se pela confirmação da infração, reconhecendo a tempestividade da defesa, porém sustentando que a autuada tinha ciência da irregularidade ao adquirir o imóvel e que a multa encontra amparo legal, opinando pelo indeferimento da defesa. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 15 de setembro de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou pelo INDEFERIMENTO da defesa e pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, ao fundamento de que a infração restou devidamente comprovada. A autuada interpôs recurso administrativo em 07/10/2025 (Processo nº 107625/2025), dentro do prazo legal de 20 dias, reiterando a alegação de hipossuficiência financeira e acostando aos autos cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social — da qual se extrai que o último vínculo empregatício registrado data de 07 de janeiro de 2014 —, além de extrato de benefício de aposentadoria em nome de sua genitora, EDMEA QUINTINO DA SILVA, no valor de R$ 1.094,00, rendimento este que constitui a única fonte de subsistência do núcleo familiar. Contrarrazões pela Gerente Fiscal Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, que, diante da documentação acostada ao recurso — em especial a CTPS demonstrando desemprego desde 2014 e o extrato de benefício

previdenciário da genitora —, opina pelo DEFERIMENTO do recurso e pelo perdão da sanção pecuniária, com fundamento no art. 274, parágrafo único, da Lei 6.570/2022, reconhecendo a comprovação da hipossuficiência financeira da recorrente. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação que impõe o provimento do recurso administrativo interposto pela autuada, com o consequente deferimento do perdão da sanção pecuniária aplicada. Inicialmente, registre-se que não há controvérsia acerca da materialidade da infração. A obra executada sem o devido licenciamento e projeto aprovado foi constatada em vistoria realizada em 12/08/2025, encontrando-se devidamente documentada nos autos por meio de fotografias e do Auto de Constatação Fiscal. A própria recorrente não nega a irregularidade, limitando-se a requerer o cancelamento da multa em razão de sua condição financeira. A questão central, portanto, não é a existência da infração, mas sim a possibilidade de afastamento da sanção pecuniária com base na hipossuficiência econômica da autuada, nos termos do art. 274, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Neste ponto, os documentos acostados ao recurso são suficientemente elucidativos. A Carteira de Trabalho e Previdência Social da recorrente anexa aos autos fls. 86 a 88 demonstra que seu último registro de emprego data de 07 de janeiro de 2014, comprovando mais de uma década de inatividade no mercado formal de trabalho. O extrato de benefício previdenciário acostado aos autos nas fls.84 revela que a única fonte de renda do núcleo familiar é a aposentadoria da genitora da recorrente, no valor aproximado de R$ 1.094,00, valor este que não apenas se mostra insuficiente para o pagamento da penalidade aplicada, como também é comprometido com medicamentos, segundo narrado nos autos. Diante desse contexto fático e probatório, a própria Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras — responsável pela Decisão de Primeira Instância que indeferiu a defesa justamente pela ausência de documentação comprobatória da hipossuficiência — reconheceu, nas contrarrazões, que os documentos trazidos com o recurso comprovam suficientemente a situação de vulnerabilidade econômica da autuada, opinando expressamente pelo deferimento do perdão da sanção. A convergência entre o entendimento do órgão fiscal, manifestado nas contrarrazões, e a documentação carreada aos autos conduz inequivocamente ao deferimento do pleito recursal. A manutenção da penalidade em face de contribuinte cuja condição de hipossuficiência financeira restou devidamente comprovada violaria não apenas o disposto no art. 274, parágrafo único, da Lei 6.570/2022, como também os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana, que igualmente informam o exercício do poder sancionatório da Administração Pública. Ressalte-se, por fim, que o perdão da sanção pecuniária não exime a recorrente das obrigações relativas à regularização do imóvel, que deverá ser concluída nos termos da legislação municipal pertinente, sob pena de nova autuação. Diante do exposto, voto pelo PROVIMENTO do recurso administrativo, para julgar PROCEDENTE a defesa apresentada por ANDREIA QUINTINO DA SILVA e CANCELAR a multa aplicada por meio do Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, com fundamento no art. 274, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022, ante a comprovação da hipossuficiência financeira da recorrente. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG,14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:74ABCEED

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 102015/2024 Apenso: 97871/2024 RECORRENTE: Zilda de Fátima Silva Ramos RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E SEM PROJETO APROVADO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DIVERGÊNCIA ENTRE O SUJEITO AUTUADO E O PROPRIETÁRIO CONSTANTE DO CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL (BIC). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO JURÍDICO COM O IMÓVEL. ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA SANÇÃO. VÍCIO INSANÁVEL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. RECURSO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de pessoa diversa daquela identificada como proprietária do imóvel no Cadastro Técnico Municipal, sem demonstração de vínculo jurídico que justifique sua responsabilização pela infração imputada. Divergência entre o sujeito passivo indicado no auto e o titular cadastral do bem, caracterizando falha essencial na identificação do responsável pela infração administrativa. Vício insanável que compromete a validade do ato administrativo sancionador, impondo sua anulação independentemente da apreciação das demais teses defensivas. Recurso administrativo provido para declarar a nulidade do Auto de Infração e Multa. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em reformar a decisão de primeira instância para julgar PROCEDENTE o recurso interposto, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se dos autos de Recurso Administrativo de 2ª Instância interposto por Zilda de Fátima Silva Ramos e Outros em face da Decisão de 1ª Instância proferida em 24 de janeiro de 2025 pelo Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Sr. Aliander da Silva Costa, que manteve na íntegra o Auto de Infração e Multa nº 97871/2024. O Auto de Infração originou-se de vistoria realizada em 09 de outubro de 2024 pelo Fiscal de Obras Bruno Marcus P. Vieira (MAT. 9758), que constatou, nos imóveis situados na Rua Waldemar Ferreira da Silva, nºs 160 e 180, Bairro Jatobá, a suposta realização de obra sem licenciamento e projeto aprovado, infração tipificada no art. 272, §4º, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Em razão da constatação, foi lavrado o Auto de Constatação Fiscal e, na mesma data, o Auto de Infração e Multa nº 97871/2024, com aplicação de penalidade de 250 UFMs, no valor de R$1.713,15. A Decisão de 1ª Instância, proferida em 24/01/2025, indeferiu os pedidos da defesa, mantendo a autuação com fundamento na efetiva constatação da infração pelo fiscal no momento da vistoria e no dever legal de aplicação da sanção prevista no art. 269 da Lei nº 6.570/2022. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 21/07/2025 sendo distribuído para análise e apreciação do Conselheiro Relator. É o relatório. VOTO: Preliminarmente, registra-se que o recurso foi interposto em 07/02/2025, dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da Decisão de 1ª Instância, cuja notificação foi recebida em 30/01/2025, nos termos do art. 323, caput, da Lei Municipal nº 6.570/2022. O recurso é, portanto, tempestivo, devendo ser conhecido. O Auto de Infração e Multa nº 97871/2024 foi lavrado em face de Zilda de Fátima Silva Ramos e Outros, CPF nº 984.378.106-63, como responsável pela infração consistente em realizar obra sem licenciamento e projeto aprovado no imóvel identificado pelo BIC nº 004.0331.0600.000, situado na Rua Waldemar Ferreira da Silva, nºs 160 e 180, Bairro Jatobá, Pouso Alegre/MG. Ocorre que, consoante a própria certidão do Cadastro Técnico Municipal – BIC nº 004.0331.0600.000, emitida em 14 de novembro de 2024 pela Secretaria de Finanças, Departamento de Tributação do Município de Pouso Alegre (fls. 110-111 dos autos), o imóvel objeto da autuação tem como proprietário cadastrado: 1017158 – BENEDITO CARLOS RAMOS CPF/CNPJ: 376.024.036-49. Trata-se, portanto, de pessoa distinta da autuada Zilda de Fátima Silva Ramos, sendo que ambos divergem não apenas nominalmente, mas também quanto ao CPF, não havendo relação de identidade entre os dados cadastrais do proprietário e os dados da pessoa autuada. A divergência é flagrante e possui relevância jurídica de primeira ordem. O BIC utilizado como referência no próprio Auto de Infração e Multa – o número 004.0331.0600.000 – é exatamente o mesmo que, na certidão oficial emitida pela administração municipal, aponta Benedito Carlos Ramos como proprietário, e não Zilda de Fátima Silva Ramos. No Direito Administrativo Sancionador, a correta identificação do sujeito passivo da autuação é pressuposto de validade do ato punitivo, integrando o conceito de autoria como elemento essencial da tipicidade infracional. A imputação de penalidade administrativa a pessoa diversa da responsável legal pelo ilícito configura nulidade absoluta, insanável, porquanto afeta elemento

nuclear do ato administrativo – o sujeito passivo –, tornando-o viciado de forma irreparável. O princípio da pessoalidade da pena, derivado do art. 5º, XLV, da Constituição Federal, impede que a sanção ultrapasse a pessoa do infrator. Mais do que isso: impede que a sanção seja direcionada a quem não foi devidamente identificado como infrator. A autuação de pessoa que não é proprietária cadastrada do imóvel, sem qualquer outro elemento que justifique sua responsabilização, viola: (i) o princípio da legalidade (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º, II, CF/88), pois a imposição de obrigação tributária ou sancionatória exige fundamento legal específico que vincule determinada pessoa à obrigação; (ii) o princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF/88), pois o processo sancionatório somente é válido quando direcionado ao legítimo responsável pelo ilícito; (iii) o princípio da motivação (art. 2º, parágrafo único, VII, da Lei Federal nº 9.784/99, aplicável por analogia), pois a Administração deve explicitar os fundamentos de fato e de direito que a levaram a identificar determinada pessoa como autora da infração; (iv) o art. 134, I e III, do Código Tributário Nacional, que define a responsabilidade dos proprietários de imóveis, vinculando-a à titularidade do bem – no caso, ao cadastro municipal que aponta Benedito Carlos Ramos. Ademais, a própria Lei Municipal nº 6.570/2022, ao definir as responsabilidades por infrações urbanísticas, parte da premissa de que o responsável pela obra é o proprietário do imóvel ou seu legítimo representante. A autuação de terceiro estranho ao cadastro do imóvel, sem demonstração de seu vínculo jurídico com o bem, subverte esse pressuposto normativo. A confissão implícita da autuada, ao apresentar defesa sem questionar sua relação com o imóvel, não supre a ausência de motivação do ato administrativo quanto à eleição do sujeito passivo. O princípio da legalidade impõe que a Administração demonstre, de forma explícita e fundamentada, a razão pela qual elegeu determinada pessoa como responsável pela infração. Essa demonstração não existe nos presentes autos. Nesse passo, não é possível convalidar o ato, pois o vício atinge elemento essencial da autuação – a identificação do infrator –, configurando nulidade absoluta que, por sua natureza. Diante do exposto, voto pelo provimento do Recurso Administrativo interposto por Zilda de Fátima Silva Ramos, para ANULAR o Auto de Infração e Multa nº 97871/2024, com fundamento na nulidade absoluta decorrente da ilegitimidade passiva da autuação, haja vista a divergência entre o sujeito passivo identificado no auto e o proprietário do imóvel constante do Cadastro Técnico Municipal – BIC nº 004.0331.0600.000 (fls. 110-111), certidão emitida pela própria Administração Municipal de Pouso Alegre em 14/11/2024, que aponta como proprietário Benedito Carlos Ramos, CPF nº 376.024.036-49, pessoa diversa da autuada. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:6D60556B

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 101264/2025 Apenso: 106348/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Antonio Luiz Carone RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE CONSTATAÇÃO FISCAL E AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E PROJETO APROVADO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. PRÉ-EXISTÊNCIA DE PROJETO ARQUITETÔNICO APROVADO EM 1999. COMPROVAÇÃO POR MEIO DO BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS. ÁREA EDIFICADA REGISTRADA DESDE 2001. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO E BUSCA ATIVA PELA REGULARIZAÇÃO. PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO EM ANDAMENTO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. RECURSO DE OFÍCIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa lavrados em face de particular por suposta execução de obra sem licenciamento. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, instruída com documentação que comprova a existência de projeto arquitetônico aprovado e execução da obra sob alvará regularmente expedido no ano de 1999. Registro da área edificada no cadastro municipal desde 2001, evidenciando a regularidade da construção. Reconhecimento, pela própria fiscalização, da inexistência de irregularidade apta a caracterizar a infração. Demonstração de boa-fé do administrado, que já havia protocolado processo de regularização previamente à autuação. Decisão de primeira instância que julgou improcedente o auto. Submissão ao reexame necessário. Ausência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso de ofício não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de ofício e votaram pela manutenção integral da decisão de primeira instância anulando o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, lavrado em face de ANTONIO LUIZ CARONE, por infração ao art. 272, §4°, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente em iniciar ou executar obra sem licenciamento e projeto aprovado. O processo teve origem em Ordem de Serviço aberta em 19/09/2025 pela Seção de Fiscalização de Obras (Processo nº 101264/2025), para constatação fiscal vinculada ao processo informativo nº 100869/2025, de legalização e ampliação, envolvendo o imóvel situado na Rua Fausto Campanela, nº 210, Pousada dos Campos I, de propriedade do autuado. Em 23 de setembro de 2025, o Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula realizou vistoria no imóvel e lavrou o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, constatando obra com área construída maior que a área legalizada, aplicando multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.770,70, com fundamento no art. 272, §4°, inciso II, e art. 302, inciso III, da Lei 6.570/2022. O Aviso de Recebimento relativo à notificação do Auto de Infração e Multa foi recebido em 26/09/2025 no endereço do imóvel autuado. O autuado apresentou defesa administrativa em 03/10/2025 (Processo nº 106348/2025), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo que: (i) o imóvel em questão já possuía projeto arquitetônico aprovado e executado no ano de 1999, muito antes da notificação em 2025; (ii) a execução da obra àquela época foi realizada em conformidade com a legislação vigente, descaracterizando a alegação de início ou execução de obra sem licenciamento; (iii) a comprovação da existência e execução do projeto pode ser verificada através do Boletim de Informações Cadastrais (BIC), que demonstra a compatibilidade dos parâmetros e metragens atuais do imóvel com o projeto original; (iv) em 17/09/2025, apenas seis dias antes da lavratura do Auto de Infração, havia protocolado o Processo nº 100869/2025 com vistas à regularização completa dos três imóveis, demonstrando inequívoca boa-fé e proatividade na busca pela conformidade legal. Juntou como prova o alvará nº 305/1999, cópias do BIC e o projeto arquitetônico original. O Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula, em Parecer Fiscal de 06/10/2025, manifestou-se pelo deferimento da defesa, reconhecendo que o auto de infração seria indevido, considerando que a obra foi executada e finalizada sob o alvará nº 305/1999, vigente à época, e que o BIC registra a área edificada de 403,21 m² desde o ano de 2001. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 08 de outubro de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou pelo DEFERIMENTO da defesa e pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração e Multa nº 101264/2025. O fundamento central foi o reconhecimento da regularidade da obra, vez que executada e finalizada durante o alvará nº 305/1999, com área edificada de 403,21 m² registrada no BIC desde 2001. Na mesma decisão, determinou o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para fins de reexame necessário, com fundamento no art. 131 do Código Tributário Municipal, vez que a importância em litígio excede a 150 UFMs, suspendendo o débito até decisão final. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação que impõe a confirmação da decisão de primeira instância: o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025 foi lavrado por suposto início ou execução de obra sem

licenciamento e projeto aprovado, quando, como demonstrado, a edificação foi regularmente licenciada e executada décadas antes da autuação, encontrando-se devidamente registrada nos sistemas cadastrais do Município. O procedimento fiscal de obras estruturado na Lei Municipal nº 6.570/2022 exige, para a caracterização da infração prevista no art. 272, §4°, inciso II, que a obra tenha efetivamente sido iniciada ou executada sem o devido licenciamento e projeto aprovado. Trata-se de exigência que decorre diretamente do princípio da tipicidade administrativa e da legalidade, vedando a imposição de penalidade quando os fatos concretos não se subsumem ao tipo infracional descrito na norma. No caso concreto, a documentação carreada aos autos — em especial o alvará nº 305/1999 e o Boletim de Informações Cadastrais (BIC) — demonstra inequivocamente que a edificação foi construída e finalizada sob licença regularmente expedida pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, com área de 403,21 m² registrada no cadastro municipal desde o exercício de 2001. A ausência de localização física da documentação do projeto nos arquivos administrativos não é suficiente para desconstituir a realidade material da obra licenciada, cujos parâmetros permanecem compatíveis com os registros municipais ao longo de mais de duas décadas. Soma-se a isso o fato de que o autuado, demonstrando inequívoca boa-fé, havia protocolado, apenas seis dias antes da lavratura do Auto de Infração — em 17/09/2025 —, o Processo nº 100869/2025, visando à regularização e legalização completa dos imóveis. A precipitação da fiscalização ao lavrar o auto sem analisar o processo de regularização recém-protocolado configura violação aos princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa, na medida em que o próprio órgão fiscal tinha ciência, ou deveria ter, da iniciativa regularizadora do proprietário. A Administração Pública, no exercício do poder sancionatório, está vinculada à estrita observância do devido processo legal administrativo e ao princípio da proporcionalidade. A manutenção de penalidade cujo pressuposto fático — execução de obra sem licença — não se verifica concretamente representaria excesso punitivo incompatível com os valores que norteiam o direito administrativo sancionador. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, lavrado em face de ANTONIO LUIZ CARONE, declarando-o insubsistente, diante do reconhecimento de que a edificação objeto da autuação foi regularmente licenciada e executada nos termos do Alvará nº 305/1999, com área construída de 403,21 m² devidamente registrada no Cadastro Técnico Municipal desde o ano de 2001, bem como em razão da boa-fé do administrado, evidenciada pela adoção de medidas voltadas à regularização da situação perante a Administração Pública. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:8AB26CC7

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 111722/2023 Apenso: 111491/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Maria Stela Domingues De Mendonça RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA – PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE ADVERTÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE CONFECÇÃO DE PASSEIO. NOTIFICAÇÃO IRREGULAR. AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM ANOTAÇÃO "NÃO PROCURADO". AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA PESSOAL PARA GARANTIA DA CIÊNCIA DO ADMINISTRADO. NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO. VÍCIO INSANÁVEL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ANULAÇÃO DA PENALIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO. Auto de Advertência expedido para determinação de construção de passeio fronteiriço sem comprovação válida da ciência do administrado, diante da devolução do Aviso de Recebimento com anotação "não procurado" e da ausência de adoção de diligências complementares para localização do destinatário. Inviabilidade de atribuição de eficácia jurídica ao ato notificatório irregular. Auto de Infração e Multa posteriormente lavrado com fundamento no descumprimento de obrigação não regularmente comunicada ao administrado. Vício procedimental insanável que compromete a validade dos atos administrativos subsequentes, em afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Manutenção da decisão de primeira instância que declarou a nulidade do Auto de Infração e Multa. Recurso de ofício desprovido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de ofício e votaram pela manutenção integral da decisão de primeira instância anulando o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Advertência e Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, lavrado em face de MARIA STELA DOMINGUES DE MENDONÇA, por infração ao art. 107 c/c art. 272, §4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente no não atendimento das determinações constantes no Auto de Advertência quanto à confecção de passeio. O processo teve origem em denúncia/reclamação registrada em 30/11/2023 pela Seção de Fiscalização de Obras (Processo nº 111722/2023), envolvendo o imóvel situado na Rua Doutor Glaucio Antunes Modesto, Quadra F, Lote 0017, Residencial Santa Rita, de propriedade da autuada. Em 29/11/2023, foi lavrado o Auto de Advertência nº 111722/2023 pela Fiscal de Obras Daiane C. F. Pereira, determinando à proprietária que, no prazo de 30 dias, providenciasse a execução de pavimentação do passeio fronteiro ao seu imóvel, conforme previsto no art. 107 da Lei 6.570/2022. A notificação do Auto de Advertência foi encaminhada pelo primeiro Aviso de Recebimento (AR) ao endereço de correspondência cadastrado, sendo devolvida pelos Correios em 04/01/2024 com a anotação "NÃO PROCURADO". Não houve, à época, tentativa de entrega pessoal por parte da fiscalização. Realizada consulta ao sistema da Receita Federal, foi encontrado endereço diverso, ao qual foi encaminhada nova correspondência, cujo AR foi recebido em 19/02/2024. Vencido o prazo fixado no Auto de Advertência sem cumprimento da exigência, a Fiscal de Obras Daiane C. F. Pereira lavrou, em 04 de abril de 2024, o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, aplicando multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.646,93, com fundamento no art. 107 c/c art. 272, §4°, inciso X, e art. 302, inciso I, da Lei 6.570/2022. O Aviso de Recebimento relativo à notificação do Auto de Infração e Multa foi recebido em 06/05/2024 no endereço da Avenida Belo Horizonte, nº 145, Chácara Primavera I. A autuada apresentou defesa administrativa em 17/05/2024 (Processo nº 50288/2024), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo que: (i) não teve conhecimento do Auto de Advertência, por não residir no endereço onde o mesmo foi inicialmente entregue; (ii) em 2023, havia pessoa realizando limpeza do lote, que se propôs a executar o passeio enquanto ela se encontrava viajando, mas o serviço foi feito de urgência e as chuvas acabaram danificando o trabalho; (iii) ao tomar conhecimento do Auto de Infração e Multa em maio de 2024, providenciou imediatamente a confecção de novo passeio, sob sua supervisão. Juntou como prova fotográfica imagem do passeio já executado e comprovante de residência. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 04 de julho de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou pela ANULAÇÃO do Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, tornando-o sem efeito, e acolheu a defesa apresentada pela autuada. O fundamento central foi a ausência de notificação válida quanto ao Auto de Advertência: o retorno do AR com anotação "não procurado" não supre os requisitos legais de ciência, e tampouco houve diligência presencial visando a efetiva entrega do ato. Assim, o Auto de Infração e Multa lavrado por descumprimento de advertência não regularmente notificada carece de suporte legal, em ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal) e à Lei Municipal nº 6.570/2022. Na mesma decisão, determinou o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para fins de reexame necessário, com fundamento no

art. 131 do Código Tributário Municipal. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 11/07/2025, recebido pelo Conselho em 18/11/2025 e distribuído a esta relatoria em 18/11/2025, sendo finalizada a análise em 01/04/2026. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação que impõe a confirmação da decisão de primeira instância: o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023 foi lavrado por suposto descumprimento de Auto de Advertência que, como demonstrado, não produziu efeitos jurídicos válidos em razão de vício insanável na notificação. O procedimento fiscal de obras estruturado na Lei Municipal nº 6.570/2022 exige, como pressuposto da lavratura do Auto de Infração e Multa por descumprimento de advertência, que a prévia notificação do Auto de Advertência tenha sido regularmente realizada, assegurando ao administrado o efetivo conhecimento da determinação e a possibilidade real de cumpri-la no prazo estabelecido. Trata-se de exigência que decorre diretamente dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da Constituição Federal) e da legalidade administrativa. No caso concreto, a notificação do Auto de Advertência enviada ao endereço de cadastro retornou sem entrega, com a anotação "NÃO PROCURADO", em 04/01/2024. Este retorno, por si só, não é suficiente para conferir ciência ao notificando, conforme exige a legislação municipal. A fiscalização não realizou diligência presencial — medida que seria indispensável para conferir efetividade à notificação ante o insucesso da via postal. A mera consulta ao sistema da Receita Federal e o envio de segunda correspondência ao endereço lá encontrado, recebida em 19/02/2024, não sana o vício quanto ao ato originário, especialmente porque a autuada alega, de forma plausível e não rebatida, que não residia naquele endereço à época. Consequentemente, tendo a autuada alegado expressamente o desconhecimento do conteúdo do Auto de Advertência em razão de não residir no endereço onde o mesmo foi entregue, restou comprometida a validade da advertência como fundamento da infração subsequente. Reforça esse entendimento o comportamento da autuada após tomar ciência do Auto de Infração e Multa em maio de 2024: de imediato providenciou a confecção do passeio sob sua supervisão, o que demonstra boa-fé e disposição ao cumprimento da exigência urbanística, frustrando apenas pela falha procedimental da Administração na etapa de notificação. A Administração Pública, no exercício do poder sancionatório, está vinculada à estrita observância do devido processo legal administrativo. A ausência de notificação regular configura vício que contamina de nulidade os atos subsequentes que dela dependem, não sendo possível ao intérprete sanar tal irregularidade em prejuízo do administrado. O princípio da legalidade impede a manutenção de penalidade cujo pressuposto procedimental essencial não foi regularmente observado. Diante do exposto, nego provimento ao recurso de ofício e voto pela manutenção integral da decisão de primeira instância, para anular o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, lavrado em face de MARIA STELA DOMINGUES DE MENDONÇA, tornando-o sem efeito, ante o reconhecimento de vício insanável na notificação do Auto de Advertência precedente, com ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG,14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:161DB543

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 111747/2025 Apenso: 111491/2025; RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: João Marcos da Costa RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE CONSTATAÇÃO E AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. OBRA SEM LICENCIAMENTO E PROJETO APROVADO. ALEGAÇÃO DE SIMPLES LIMPEZA DE TERRENO. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS DE TERRAPLENAGEM OU INÍCIO DE OBRA. RECONHECIMENTO PELA FISCALIZAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. RECURSO DE OFÍCIO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Constatação e Auto de Infração e Multa lavrados em face de particular por suposta execução de obra sem licenciamento, consistente em alegada terraplanagem. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, acompanhada de elementos que indicam a realização exclusiva de limpeza de terreno. Análise posterior da própria fiscalização, com base em imagens aéreas e verificação técnica, que concluiu pela inexistência de movimentação de terra ou qualquer intervenção caracterizável como início de obra. Ausência de materialidade da infração. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação, acolhendo o parecer fiscal. Submissão ao reexame necessário. Inexistência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso de ofício não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de ofício e votaram pela manutenção integral da decisão de primeira instância anulando o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Constatação e Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, lavrado em 24 de outubro de 2025 em face de JOÃO MARCOS DA COSTA, por infração ao art. 272, §4º, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente no início ou execução de obra sem licenciamento e projeto aprovado. A Fiscal de Obras Beatriz Araujo Francisco compareceu ao imóvel em 24/10/2025 e constatou, segundo o Auto de Constatação lavrado, a ocorrência de terraplanagem no local, configurando, em seu entendimento, o início de obra sem o devido licenciamento. Em razão disso, foi lavrado o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, com imposição de multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.778,13 (um mil, setecentos e setenta e oito reais e treze centavos), com fundamento nos arts. 272, §4º, inciso II, e 302, inciso III, da Lei 6.570/2022. Registre-se que o autuado possuía pedido de aprovação de projeto em andamento, conforme Processo nº 111491/2025 (Obras Privadas – Obra Nova – Construção), aberto em 20/10/2025, quatro dias antes da autuação, com indicação de uso residencial horizontal geminado para o mesmo imóvel. O Aviso de Recebimento (AR) relativo à notificação do Auto de Infração retornou sem entrega ao destinatário, tendo o carteiro registrado três tentativas frustradas (04/11, 06/11 e 10/11 de 2025), com anotação de ausência do destinatário. O autuado apresentou defesa administrativa em 17/12/2025 (Processo apenso nº 130823/2025), dentro do prazo legal, arguindo que não houve início de obra ou execução de terraplenagem, mas apenas a realização de limpeza do terreno, compreendendo a retirada de vegetação rasteira e resíduos, procedimento que não configura obra nem demanda licenciamento prévio. Anexou ao pedido de defesa imagens ilustrativas de como o terreno se encontrava antes das atividades de limpeza. A Fiscal de Obras Beatriz Araujo Francisco (Mat. 24260) exarou Parecer Fiscal em 18/12/2025, opinando pelo DEFERIMENTO da defesa, fundamentado na análise de imagens aéreas históricas e registros disponíveis. Segundo o Parecer, constatou-se que o terreno em questão já se encontrava plano anteriormente, não havendo indícios de movimentação de terra, cortes, aterros ou qualquer intervenção caracterizável como terraplenagem ou início de obra. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 22/12/2025 pela Gerência do Departamento de Fiscalização de Obras (Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo), julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, acolhendo as razões da defesa e o Parecer Fiscal. Na mesma decisão, determinou o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para fins de reexame necessário, vez que a importância em litígio excede 150 UFMs, suspendendo o débito até decisão final. Registra-se que, em 12/12/2025, ou seja, antes mesmo da decisão de primeira instância, foi emitido o Alvará de Construção nº 1264/2025 em favor do autuado, autorizando Obra Nova no endereço da Rua Antônio Tadeu Tonini, nº 150, Quadra E1, Lote 0017, Parque Real, com área total de 122,04 m², para uso residencial unifamiliar, conforme projeto aprovado, vinculado ao Processo nº 111491/2025. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação de especial relevância: a própria fiscal autuante, ao examinar a defesa apresentada

e realizar análise de imagens aéreas históricas, reconheceu que o terreno já se encontrava plano anteriormente à data da fiscalização, não havendo indícios de movimentação de terra, cortes, aterros ou qualquer intervenção caracterizável como terraplanagem ou início de obra. Em seu Parecer Fiscal de 18/12/2025, a Fiscal Beatriz Araujo Francisco concluiu expressamente pela ausência de materialidade da infração. Para a configuração da infração prevista no art. 272, §4º, inciso II, da Lei 6.570/2022, é necessária a efetiva execução de obra sem licenciamento. A norma considera obra iniciada o início da terraplanagem. No caso concreto, a própria autoridade fiscal verificou, após análise criteriosa, que não houve terraplanagem — o terreno já se encontrava plano — e que as atividades realizadas se limitaram à limpeza, procedimento que, nos termos da legislação urbanística municipal, não configura obra nem demanda apresentação de projeto ou licenciamento prévio. A ausência de materialidade da infração é, portanto, reconhecida pela própria fiscalização. Não há como sustentar a aplicação de penalidade diante da inexistência do próprio fato que a ensejaria. O princípio da legalidade, que rege o direito administrativo sancionador, impede a manutenção de uma penalidade sem o correspondente suporte fático. Corrobora esse entendimento o fato de que, poucos dias após a autuação, em 12/12/2025, a Prefeitura emitiu o Alvará de Construção nº 1264/2025 em favor do autuado para o mesmo imóvel, demonstrando a regularidade urbanística da situação e a ausência de qualquer impedimento à construção no local. Nesse contexto, acompanho integralmente o entendimento da fiscal autuante e da autoridade de primeira instância. A prova produzida nos autos é suficiente para afastar a infração imputada, não havendo fundamento para a manutenção da penalidade. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, lavrado em face de JOÃO MARCOS DA COSTA, tornando insubsistentes as penalidades aplicadas, diante do reconhecimento de que as atividades desenvolvidas no imóvel não se enquadram como obra ou movimentação de terra passível de licenciamento, ante a ausência de materialidade da infração imputada. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:6124804D

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 112783/2025 Apenso: 118874/2025; 118468/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Alaide Rodrigues Souza Santos RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E PROJETO APROVADO. AMPLIAÇÃO CONSTATADA POR VISTORIA REMOTA VIA GEOPIXEL. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. INEXISTÊNCIA DA OBRA NO LOCAL NA DATA DA FISCALIZAÇÃO PRESENCIAL. NOVA VISTORIA CONFIRMANDO AUSÊNCIA DE AMPLIAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO (REEXAME NECESSÁRIO). MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de proprietária de imóvel por suposta execução de obra de ampliação sem licenciamento, com base em vistoria remota realizada por sistema de geoprocessamento (Geopixel). Defesa administrativa apresentada tempestivamente, acompanhada de elementos probatórios que indicam a inexistência da ampliação. Realização de nova vistoria presencial pela fiscalização municipal, que confirmou a ausência de obra irregular no local. Parecer fiscal pelo deferimento da defesa. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação, diante da inexistência da infração. Submissão ao reexame necessário em razão do valor da penalidade. Ausência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso de ofício não provido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de ofício e votaram pela manutenção integral da decisão de primeira instância anulando o Auto de Infração e Multa n.º 112783/2025, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Infração e Multa n.º 112783/2025, lavrado em 24 de outubro de 2025 pela Fiscal de Obras em face de ALAIDE RODRIGUES SOUZA SANTOS, proprietária do imóvel situado na Rua Alfredo Ennes Baganha, n.º 221, Bairro Francisca Augusta Rios, nesta cidade de Pouso Alegre/MG (Inscrição Cadastral 004.0123.0405.000 – Código do Imóvel 34123). A autuação teve por fundamento a infração ao artigo 272, § 4.º, inciso II, da Lei Municipal n.º 6.570/2022, consistente no início ou execução de obra de ampliação sem o devido licenciamento e projeto aprovado, com aplicação de penalidade de 250 (duzentas e cinquenta) UFMs, no valor total de R$1.778,13 (um mil, setecentos e setenta e oito reais e treze centavos). A constatação originou-se de vistoria remota realizada pelo Departamento de Geoprocessamento através do sistema Geopixel, por ocasião do processamento de pedido de ITBI formulado pela própria autuada, que apontou alteração de área construída de 28,00 m² para 42,71 m² no imóvel, configurando ampliação de 14,71 m² sem licença. O Auto de Infração e Multa foi encaminhado via Aviso de Recebimento (AR), com recebimento confirmado em 04/11/2025. A autuada apresentou defesa administrativa tempestiva em 10/11/2025, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias previsto no artigo 319, caput, da Lei Municipal n.º 6.570/2022. Em sua defesa, a autuada alegou que a área construída no local é de apenas 23,87 m², e que a diferença captada pelo Geopixel decorria de uma cobertura de brasilit antiga, em péssimo estado de conservação, que veio a cair, motivo pelo qual, na data da fiscalização, a área efetivamente construída era inferior à área legalizada anteriormente registrada. Juntou ainda fotos do imóvel comprovando a ausência de qualquer ampliação. O Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula, ao analisar a defesa, realizou nova vistoria presencial ao imóvel em 11/11/2025, registrada através do protocolo n.º 118874/2025, e lavrou o Auto de Constatação Fiscal n.º 118874/2025, consignando expressamente que a obra de ampliação é INEXISTENTE no local. Com base na nova vistoria, o Fiscal exarou Parecer Fiscal em 11/11/2025 pelo DEFERIMENTO da defesa, concluindo que o auto de infração é indevido, uma vez que a ampliação captada pelo Departamento de Geoprocessamento por meio do Geopixel não existe na data da nova vistoria. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 13/11/2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa n.º 112783/2025, acolhendo integralmente as razões da defesa e determinando, com fundamento no artigo 131 do Código Tributário Nacional (aplicado por analogia), o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para reexame necessário, em razão de o valor em litígio exceder 150 UFMs. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 12/01/2026, recebido em 19/03/2026 e distribuído a esta relatoria na mesma data. É o relatório. VOTO: A autuação originou-se de vistoria remota realizada pelo Departamento de Geoprocessamento por meio do sistema Geopixel, que, ao processar o pedido de ITBI formulado pela autuada (protocolo n.º 109002/2025), identificou área construída de 42,71 m² no imóvel, superior aos 28,00 m² registrados no cadastro municipal, caracterizando, em tese, ampliação de 14,71 m² sem licenciamento, em infração ao artigo 272, § 4.º, inciso II, da Lei Municipal n.º 6.570/2022. Ocorre que, conforme ficou sobejamente demonstrado nos autos, a situação retratada pelo Geopixel não correspondia à realidade física do imóvel na data da autuação. A autuada trouxe aos autos elementos probatórios consistentes: fotografias do imóvel evidenciando que a área captada por sensoriamento remoto era, na verdade, uma cobertura de brasilit antiga, estrutura precária que veio a cair antes mesmo da autuação, sem que qualquer obra nova tivesse sido executada. A explicação apresentada é plausível e coerente com a realidade descrita. Mais relevante, porém, é o fato de que o próprio Fiscal autuante, diante da defesa apresentada, realizou nova vistoria presencial ao imóvel em

11/11/2025 – apenas 18 dias após a lavratura do auto –, e constatou, de maneira inequívoca, que não havia obra de ampliação no local. Tal constatação foi formalizada no Auto de Constatação Fiscal n.º 118874/2025, no qual o agente público registrou expressamente: "Obra de ampliação INEXISTENTE no local". A nova vistoria, realizada pelo mesmo fiscal que lavrou o auto originário, é a prova mais robusta que se poderia produzir neste processo. Não há como sustentar a existência de uma infração quando o próprio agente fiscalizador, ao verificar pessoalmente o local, conclui pela inexistência do fato imputado. É certo que a vistoria remota via Geopixel constitui instrumento legítimo e útil para a detecção de irregularidades, notadamente pela eficiência que proporciona à ação fiscal. Todavia, trata-se de ferramenta auxiliar, que depende da atualidade das imagens e está sujeita a imprecisões decorrentes de estruturas temporárias, coberturas provisórias ou outras particularidades físicas do imóvel. Quando a vistoria presencial subsequente demonstra que o fato imputado não existe, não há como preservar a autuação. Nesse sentido, o princípio da verdade material, que norteia o processo administrativo, impõe que a decisão reflita a realidade dos fatos apurados, e não a aparência captada por instrumento remoto cuja fidedignidade foi infirmada por verificação in loco. Por fim, destaco que a própria autuada diligenciou ao dar entrada no processo de ITBI junto à Prefeitura Municipal, o que denota boa-fé e ausência de intenção de fraudar o cadastro imobiliário. A discrepância de área surgiu no processamento desse pedido, e a autuada prontamente esclareceu a situação, disponibilizando o imóvel para nova vistoria. Diante de todo o exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 112783/2025, lavrado em face de ALAIDE RODRIGUES SOUZA SANTOS, declarando-o insubsistente, diante da comprovação inequívoca da inexistência da obra de ampliação atribuída à autuada, conforme constatado pelo próprio Fiscal de Obras em vistoria presencial posteriormente realizada no imóvel. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:A942F961

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 121122/2025 Apenso: 128092/2025; RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Lanchonete Estação LTDA. RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE POSTURAS. AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA. AUSÊNCIA DE AVCB OU CERTIFICADO DE DISPENSA DO CORPO DE BOMBEIROS. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DOCUMENTAL. EXISTÊNCIA DE AVCB VÁLIDO À ÉPOCA DA FISCALIZAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO DE OFÍCIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de Lanchonete Estação LTDA, com fundamento no art. 160, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, sob alegação de ausência de AVCB ou Certificado de Dispensa do Corpo de Bombeiros. Defesa apresentada de forma tempestiva, instruída com documentação comprobatória. Reconhecimento, em primeira instância, da regularidade da empresa, diante da apresentação de AVCB válido à época da constatação fiscal, com vigência até 22/08/2029. Remessa necessária ao Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 5/2019, em razão do valor da controvérsia. Manutenção da decisão que julgou improcedente o auto de infração. Recurso de ofício desprovido. A C Ó R D Ã O Vistos etc., Relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros presentes na 45ª Sessão Ordinária de Julgamento do Conselho de Contribuintes de Pouso Alegre- MG, Dimas Dias de Araujo, Camilo Soares de Oliveira, Alexandre da Mata, Luis Fellipe de Souza Andrade, Luiz Guilherme de Lima, José Luiz Paiva Fagundes Júnior, acordam, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de ofício e votaram pela manutenção integral da decisão de primeira instância anulando o Auto de Infração e Multa nº 0494/2025, nos termos do voto da Relatora. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Infração e Multa nº 494/2025, lavrado em 07/10/2025 em face de LANCHONETE ESTAÇÃO LTDA – CNPJ: 00.702.745/0001-00, estabelecida na Avenida Duque de Caxias, nº 122, Centro, Pouso Alegre/MG, por infração ao artigo 160, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, consistente na falta de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou Certificado de Dispensa do Corpo de Bombeiros. Os fatos remontam a 14/08/2025, quando foi lavrada a Notificação Preliminar nº 0674/2025, notificando o autuado a providenciar o AVCB, tendo em vista que o Certificado de Funcionamento Provisório então vigente encontrava-se vencido desde 10/06/2025. Em retorno ao local, na data de 03/10/2025, não foi apresentado AVCB com data válida às Autoridades Fiscais (Benedito J. Venâncio Neto, Renan Misael de Lima e Octávio José R. M. Ferreira), o que ensejou a lavratura do Auto de Constatação Fiscal e do Auto de Infração e Multa nº 0494/2025, aplicando ao autuado penalidade de 300 (trezentas) UFMs, no valor de R$ 2.133,75 (dois mil, cento e trinta e três reais e setenta e cinco centavos). O AR de notificação do AIM foi recebido em 27/11/2025. O autuado apresentou defesa administrativa tempestiva em 09/12/2025 (processo apenso nº 128092/2025), dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias, acompanhada de documentos, incluindo o AVCB nº PRJ20190177323, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com validade até 22/08/2029. O Fiscal de Posturas Octávio J. R. M. Ferreira (Mat. 24.349) exarou Parecer Fiscal em 07/01/2026, opinando pelo DEFERIMENTO da defesa, por entender que, embora o AVCB não tenha sido apresentado na data em que os fiscais retornaram ao estabelecimento, o autuado comprovou na defesa que o documento se encontrava dentro da validade, tendo sido emitido antes da constatação fiscal de 03/10/2025. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 08/01/2026 pela Gerência de Fiscalização de Posturas (Mat. 13.945), julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa, por entender que as razões apresentadas são suficientes para afastar as infrações decorrentes do pleito, tornando sem efeito as penalidades aplicadas. Considerando que o valor em litígio excede 150 UFMs, o processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes (Segunda Instância Administrativa) para referendo da decisão, conforme determina o artigo 4º da Lei Complementar nº 5/2019. Encaminhado o processo ao Conselho Municipal de Contribuintes em 16/01/2026, recebido pelo Conselho em 19/03/2026 e distribuído a esta relatoria em 19/03/2026, coube a esta conselheira a análise e emissão do voto. É o relatório. VOTO: Conforme apurado nos autos e reconhecido pelo próprio Fiscal de Posturas em seu Parecer, a defesa administrativa apresentada pelo autuado em 09/12/2025 foi tempestiva, uma vez que o Auto de Infração e Multa foi recebido em 27/11/2025 e a defesa foi protocolada dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias previsto no artigo 222 da Lei Municipal nº 6.543/2021. A defesa atendeu ainda aos requisitos formais de legitimidade previstos no artigo 222 da Lei nº 6.543/2021, sendo apresentada pelo sócio administrador devidamente identificado. Não há óbice à análise do mérito. A autuação originou-se da constatação, em 03/10/2025, de que o estabelecimento não apresentou AVCB com data válida às Autoridades Fiscais. O Auto de Infração e Multa nº 0494/2025 foi lavrado com fundamento no artigo 160, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021 (FALTA DE AVCB OU CERTIFICADO DE DISPENSA DO CORPO DE BOMBEIROS), aplicando a penalidade de 300 UFMs. Em sua defesa, o autuado apresentou o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB nº PRJ20190177323, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com validade até 22/08/2029, referente ao imóvel situado na Avenida Duque de Caxias, n. 112, n. 114, n. 122 (Lanchonete Estação) e n. 124. O documento foi emitido em 27/03/2024 e atualizado em 27/03/2024. A análise dos autos revela situação relevante: o próprio Fiscal de Posturas autuante, ao examinar a defesa apresentada, reconheceu que o AVCB estava dentro da validade e havia sido emitido antes da constatação fiscal de 03/10/2025. Em seu Parecer Fiscal de 07/01/2026, concluiu pela improcedência do Auto de Infração e Multa, afirmando expressamente que "restou comprovado que a empresa está com a documentação em ordem". É verdade que, na data da fiscalização, o documento não foi apresentado aos agentes fiscais. Contudo, no direito administrativo sancionador, especialmente em infrações de natureza formal como a presente, a

exigência tem por finalidade garantir a segurança do estabelecimento e da coletividade. Se o documento existia e estava válido ao tempo da autuação – como restou demonstrado de forma inequívoca –, a penalidade não encontra respaldo, pois a situação de risco que a norma busca prevenir não estava configurada. Ademais, o Certificado de Funcionamento Provisório apresentado quando da notificação preliminar havia vencido em 10/06/2025. Porém, o contribuinte demonstrou que, antes mesmo da volta dos fiscais em 03/10/2025, já havia obtido o AVCB definitivo junto ao Corpo de Bombeiros, documento com validade até 22/08/2029. A omissão em exibi-lo no momento da fiscalização não pode ser equiparada à ausência do documento, especialmente quando sua existência e validade são comprovadas documentalmente. Nesse contexto, acompanho o entendimento do fiscal autuante e da autoridade de primeira instância, reconhecendo que a prova documental produzida pelo contribuinte é suficiente para afastar a infração imputada, não havendo fundamento para a manutenção da penalidade. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 0494/2025, lavrado em face de LANCHONETE ESTAÇÃO LTDA., tornando insubsistentes as penalidades aplicadas, diante da comprovação de que o estabelecimento já possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido e vigente à época da constatação fiscal. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:307CAFE5

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 47148/2025 Apenso: 114660/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE ADVERTÊNCIA E AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. CONFECÇÃO DE PASSEIO E FECHAMENTO DE LOTE. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. EXTRAVIO DO AVISO DE RECEBIMENTO (AR). INOBSERVÂNCIA DO ART. 311 DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. NULIDADE DA AUTUAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. REEXAME NECESSÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de contribuinte por descumprimento de determinações constantes de Auto de Advertência relativas à confecção de passeio público e fechamento de lote. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, com alegação de ausência de prévia notificação. Comprovação, nos autos, de que o Auto de Advertência foi encaminhado sem confirmação de recebimento, em razão de extravio do Aviso de Recebimento (AR). Ausência de comunicação válida do ato fiscal, em desacordo com o art. 311 da Lei Municipal nº 6.570/2022. Impossibilidade de aplicação de penalidade sem ciência inequívoca do contribuinte. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação. Submissão ao reexame necessário. Inexistência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância, com cancelamento do auto de infração e multa. Recurso de ofício não provido. RELATÓRIO Trata-se de reexame necessário do Auto de Infração e Multa nº 47148/2025, lavrado em 25 de setembro de 2025 pelo Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula (Mat. 24.267), em desfavor de SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA, CNPJ nº 14.062.980/0001-61, proprietária do imóvel situado na Rua José Felipe, Lote 17, Quadra Z1, Parque Real, Pouso Alegre/MG. O processo originou-se de denúncia registrada em 28 de abril de 2025, relacionada à ausência de confecção de passeio público e fechamento do lote no imóvel acima identificado. Em 25 de abril de 2025, foi emitido o Auto de Advertência nº 47148/2025, notificando a autuada a executar a pavimentação do passeio fronteiriço ao imóvel e o fechamento do lote, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 107, 110 e 272, §4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Realizada vistoria de retorno em 25 de setembro de 2025, os fiscais constataram o não cumprimento das exigências e lavraram o Auto de Constatação Fiscal nº 47148/2025, seguido do Auto de Infração e Multa nº 47148/2025, com imposição de multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.770,70 (um mil, setecentos e setenta reais e setenta centavos), com fundamento nos arts. 107, 110 e 272, §4º, inciso X, c/c arts. 302, inciso I, da Lei nº 6.570/2022. O requerente Henderson Fagundes Alves, adquirente dos direitos sobre o imóvel, apresentou defesa administrativa em 30 de outubro de 2025 (Protocolo nº 114660/2025), alegando que: (i) somente tomou ciência da autuação em 24/10/2025, quando recebeu o Auto de Infração e Multa pelo correio; (ii) já no dia seguinte, providenciou o cumprimento das exigências fiscais; (iii) não havia sido notificado sobre o prazo para cumprimento das determinações, pois não recebeu o Auto de Advertência, cujo AR foi extraviado. O Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula exarou Parecer Fiscal em 09/12/2025, opinando pelo DEFERIMENTO da defesa, consignando que o Auto de Advertência foi enviado em 25/04/2025 e que não houve confirmação de recebimento pelo destinatário, pois o Aviso de Recebimento (AR) foi extraviado. Concluiu que, nos termos do art. 311 da Lei nº 6.570/2022, sem comprovação válida da comunicação do ato fiscal, a autuação de multa mostra-se indevida. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 16/12/2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou DEFERIDA a defesa e IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa nº 47148/2025, reconhecendo que: (i) o Auto de Advertência não foi regularmente recebido pelo contribuinte; (ii) o extravio do AR impede a configuração de comunicação válida do ato fiscal, nos termos do art. 311 da Lei nº 6.570/2022; (iii) a aplicação da multa, sem prévia notificação efetiva, mostra-se indevida. Por força do art. 131 do CTN e por exceder o valor de 150 UFMs, a decisão de primeira instância foi encaminhada ao Conselho Municipal de Contribuintes para reexame necessário, com suspensão do débito até decisão final. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 05/01/2026, recebido em 19/03/2026 e distribuído a esta relatoria em 19/03/2026. É o relatório. VOTO: A questão central dos presentes autos reside em saber se a aplicação do Auto de Infração e Multa nº 47148/2025 é válida diante da ausência de comprovação de recebimento do Auto de Advertência pelo contribuinte. O art. 311 da Lei Municipal nº 6.570/2022 é claro ao dispor que a comunicação dos atos fiscais ao contribuinte é pressuposto de validade para a produção de seus efeitos. O Auto de Advertência nº 47148/2025, emitido em 25/04/2025, foi enviado por via postal ao endereço da autuada, porém o Aviso de Recebimento (AR) não retornou aos autos, constando dos registros processuais que foi extraviado. O próprio Parecer Fiscal exarado pelo agente autuante reconheceu expressamente o extravio do AR, consignando que "não foi obtida confirmação do recebimento do Aviso de Recebimento (AR), sendo que o mesmo foi extraviado". Sem o retorno do AR, não há como presumir que o contribuinte tomou ciência do Auto de Advertência e do prazo para cumprimento das exigências nele contidas. O requerente confirmou, em sua defesa, que somente teve ciência da autuação em 24 de outubro de 2025, quando recebeu o Auto de Infração e Multa, e que no dia seguinte já havia providenciado o cumprimento das determinações fiscais — o que demonstra boa-fé e disposição para regularização, desde que devidamente notificado. A aplicação de multa por descumprimento de determinação fiscal pressupõe, logicamente, que o contribuinte tenha sido previamente e validamente notificado dessa determinação. Não é possível imputar ao contribuinte o ônus do descumprimento de uma obrigação cujo prazo ele desconhecia, por falha na comunicação — ainda que não atribuível à má-fé da Administração. O princípio da ampla defesa e do contraditório, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição Federal, e o princípio da proporcionalidade impõem que a penalidade somente seja aplicada quando demonstrado, de forma inequívoca, que o infrator tinha ciência da obrigação descumprida. No presente caso, essa demonstração está ausente, ante o extravio do AR. Ademais, o princípio da boa-fé objetiva e o princípio da razoabilidade corroboram a improcedência da autuação: o requerente, tão logo tomou ciência da situação, de imediato providenciou o cumprimento das exigências, demonstrando que não havia intenção de descumprir as normas municipais, mas apenas desconhecimento da notificação

prévia. A Decisão de Primeira Instância adotou posicionamento correto ao julgar improcedente o Auto de Infração e Multa nº 47148/2025. A conclusão alcançada está em consonância com: (i) o art. 311 da Lei Municipal nº 6.570/2022, que exige comunicação válida do ato fiscal; (ii) o Parecer Fiscal do próprio agente autuante, que reconheceu o extravio do AR; (iii) os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da proporcionalidade. Não há, portanto, razão para reforma da decisão de primeiro grau. Ao contrário, este Conselho deve confirmá-la integralmente, por ser a solução mais justa, mais consentânea com o ordenamento jurídico e mais benéfica ao contribuinte, que agiu de boa-fé e cumpriu as obrigações assim que efetivamente notificado. Diante de todo o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do recurso de ofício, mantendo integralmente a Decisão de Primeira Instância que julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa n.º 47148/2025, lavrado em face de SETPAR PARQUE REAL URBANIZADORA SPE LTDA, tornando-se sem efeito a penalidade aplicada, com o cancelamento do débito. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:B27A8D27

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 53450/2024 Apensos: 44185/2024; 114194/2025 RECORRENTE: Beatriz Nataline De Oliveira RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO SEM LICENCIAMENTO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO. IMPUTAÇÃO DA INFRAÇÃO A CONTRIBUINTE DIVERSO DO REAL RESPONSÁVEL. AMPLIAÇÃO EXECUTADA EM IMÓVEL VIZINHO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. RECONHECIMENTO DO EQUÍVOCO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO. VÍCIO INSANÁVEL NA SUJEIÇÃO PASSIVA. NULIDADE DO AUTO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELO INDEFERIMENTO DA DEFESA. REFORMA DA DECISÃO. ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. RECURSO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de contribuinte por suposta execução de obra de ampliação sem licenciamento. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, com alegação de erro na identificação do autuado. Comprovação de que a ampliação irregular foi realizada em imóvel vizinho, pertencente a terceiro, integrante do mesmo lote cadastral. Ausência de nexo entre a conduta infracional e a recorrente. Reconhecimento expresso, em sede de contrarrazões, pela própria Administração quanto ao equívoco na imputação da infração. Configuração de vício insanável na sujeição passiva, comprometendo a validade do ato administrativo sancionador. Decisão de primeira instância que indeferiu a defesa. Reforma necessária. Anulação do Auto de Infração e Multa. Recurso provido. RELATÓRIO Trata-se de recurso administrativo interposto por BEATRIZ NATALINE DE OLIVEIRA em face da Decisão de Primeira Instância proferida em 22 de outubro de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, que indeferiu sua defesa e julgou procedente o Auto de Infração e Multa nº 44185/2024, lavrado em 14 de maio de 2024, sob a imputação de infração ao art. 272, §4º, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, por suposta execução de obra de ampliação sem licenciamento e projeto aprovado. O processo teve origem em fiscalização de obras realizada no imóvel situado na Rua José Vieira de Carvalho, nºs 137, 139 e 143, Bairro Aeroporto Jatobá, Lote 01, Quadra BA, BIC 004.0315.0235, Código do Imóvel 196924. Constatou-se a existência de três edificações no lote e a ocorrência de ampliação de área sem o devido licenciamento, lavrando-se Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa de 250 UFMs (R$ 1.652,02) em nome da recorrente, CPF nº 128.911.706-36, proprietária do imóvel de nº 143. A recorrente apresentou defesa administrativa em 27 de maio de 2024 (Processo nº 53450/2024), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo, em síntese: (i) a nulidade do auto, porquanto a assinatura do fiscal encontrava-se rasurada, comprometendo a identificação legítima do agente fiscal, em afronta ao art. 294, inciso VI, da Lei nº 6.570/2022; e (ii) erro na identificação do autuado, uma vez que a ampliação irregular foi executada no imóvel de nº 139, de propriedade de terceiro (Edwiges Sara Serpa Martins, CPF nº 933.797.226-34), e não no imóvel nº 143, de sua titularidade, no qual não consta qualquer irregularidade. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 22 de outubro de 2025, julgou pelo INDEFERIMENTO da defesa, sob o fundamento de que a falha formal na assinatura do fiscal não acarretaria nulidade do ato, por ausência de prejuízo, e que a própria autuada teria reconhecido a intervenção ao protocolar pedido de informativo de legalização de ampliação. Irresignada, a recorrente interpôs recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes em 29 de outubro de 2025 (Processo nº 114194/2025), reiterando os argumentos da defesa, especialmente o erro de destinatário — sustentando que nenhuma ampliação foi realizada em seu imóvel e que a obra irregular pertence ao vizinho. Nas Contrarrazões Administrativas datadas de 26 de novembro de 2025, a Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras RECONHECEU EXPRESSAMENTE o erro, consignando que: (i) a decisão de 1ª instância equivocadamente concluiu que a ampliação teria sido executada pela recorrente; (ii) documentos e informações posteriores demonstraram que nenhuma ampliação foi realizada no imóvel de nº 143; (iii) a ampliação sem projeto foi executada pelo imóvel vizinho (nº 139); e (iv) não é possível imputar à recorrente o ônus pelo pagamento de multa relativa a obra que não lhe pertence. Opinou, assim, pelo DEFERIMENTO da defesa e cancelamento do Auto de Imposição de Multa. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, recebido e distribuído a esta relatoria. É o relatório. VOTO: A análise dos autos, em cotejo com a documentação carreada e com o posicionamento da própria Administração Municipal nas contrarrazões, conduz ao PROVIMENTO do recurso e à consequente ANULAÇÃO do Auto de Infração e Multa nº 44185/2024. Da análise do Cadastro Técnico Municipal — BIC, extrai-se com clareza que o lote 01, Quadra BA, da Rua José Vieira de Carvalho é compartilhado por três imóveis distintos, com proprietários diferentes: o imóvel nº 137, de titularidade de Aroldo de Oliveira (Código 196908); o imóvel nº 139, de titularidade de Edwiges Sara Serpa Martins (Código 196916); e o imóvel nº 143, de titularidade da recorrente Beatriz Nataline de Oliveira (Código 196924). O histórico de área construída constante dos BICs é revelador: enquanto o imóvel nº 137 apresenta área edificada igual a zero em todos os exercícios registrados, o imóvel nº 139 registra área construída de 81,24 m² a partir de 01/01/2020, e o imóvel nº 143 (da recorrente) registra 81,56 m² também a partir de 01/01/2020. Em nenhum dos históricos há evidência de acréscimo de área construtiva posterior a 2020 no imóvel da recorrente — o que contradiz a tese de ampliação recente sem licença imputada ao seu imóvel. O alvará de construção nº 161/2019, expedido em 22 de fevereiro de 2019 por José Valdemar Ribeiro, antigo proprietário, autorizou a construção de três unidades residenciais no lote com área total de 244,64 m², distribuídas em três casas de aproximadamente 81 m² cada. Ou seja, a construção original de três unidades foi devidamente licenciada. O cerne da infração — ampliação de área sem licenciamento — recai, segundo os próprios documentos do processo, sobre o imóvel nº 139, cujos dados cadastrais indicam área construída que não constava no projeto original aprovado para aquela fração e cujo proprietário é terceiro alheio à recorrente. Este quadro]é precisamente o que a Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras reconheceu nas contrarrazões de 26 de novembro de 2025, ao afirmar que a ampliação sem projeto foi executada pelo imóvel vizinho e que a decisão de primeira instância incorreu em equívoco ao atribuir a irregularidade à recorrente. Trata-se de reconhecimento espontâneo da Administração, que vincula o julgamento e reforça a procedência do recurso. O Auto de Infração e Multa padece, portanto, de vício insanável na sujeição passiva: foi lavrado em nome de pessoa que não praticou a infração descrita. A responsabilidade pelo ilícito administrativo urbanístico pressupõe nexo direto entre a conduta vedada — iniciar ou executar obra sem licenciamento — e o autuado. Inexistente essa vinculação, o ato punitivo carece do seu pressuposto fático-jurídico elementar. Acrescente-se que o Auto de Infração também contém vício formal relevante: a assinatura rasurada do fiscal,

em afronta ao art. 294, inciso VI, da Lei nº 6.570/2022, que exige a assinatura manuscrita ou eletrônica e qualificação do autuante como requisito de validade do auto. Embora isoladamente um vício formal pudesse ser considerado sanável quando ausente prejuízo, neste caso concorre com o vício substancial de identidade do autuado, tornando a autuação duplamente inválida. A manutenção da penalidade, nestas circunstâncias, representaria frontal violação aos princípios constitucionais da legalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal), do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV), bem como ao princípio da responsabilidade pessoal que rege o poder sancionatório da Administração Pública. Não se pode imputar ao proprietário de um imóvel a responsabilidade por obra irregular praticada no imóvel do vizinho, ainda que situados no mesmo lote cadastral. A medida correta da Administração, como já reconhecido nas próprias contrarrazões, é direcionar a autuação ao verdadeiro responsável pela ampliação irregular, o proprietário do imóvel nº 139, contra quem deverão ser adotadas as medidas cabíveis. Diante do exposto, voto pelo PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por BEATRIZ NATALINE DE OLIVEIRA, para REFORMAR a Decisão de Primeira Instância e determinar a ANULAÇÃO do Auto de Infração e Multa nº 44185/2024, por vício insanável na identificação do sujeito passivo e irregularidade formal do ato. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:537B9A38

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 66061/2024 APENSOS: 29930 / 2023 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Altidouro José De Souza Rios RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. FECHAMENTO DE LOTE. CERCAMENTO COM ARAME LISO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI MUNICIPAL Nº 7.099/2025. PERMISSÃO EXPRESSA PARA CERCAMENTO COM ARAME LISO. RETROATIVIDADE DA NORMA MAIS BENÉFICA. ART. 106, INCISO II, ALÍNEA "A", DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. AUSÊNCIA DE SUBSISTÊNCIA DA INFRAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. REEXAME NECESSÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de proprietário de imóvel por descumprimento de auto de advertência para fechamento de lote com material considerado inadequado à época. Defesa administrativa apresentada tempestivamente. Superveniência de norma municipal que passou a permitir expressamente o cercamento com arame liso, descaracterizando a conduta anteriormente tida como infracional. Aplicação do princípio da retroatividade da norma mais benéfica aos processos não definitivamente julgados. Ausência de fundamento legal para manutenção da penalidade. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação. Submissão ao reexame necessário. Inexistência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância, com cancelamento do auto de infração e multa. Recurso de ofício não provido. RELATÓRIO Trata-se de reexame necessário do processo administrativo fiscal nº 66061/2024, instaurado pelo Departamento de Fiscalização de Obras do Município de Pouso Alegre, em face de ALTIDOURO JOSÉ DE SOUZA RIOS, em razão de suposta infração consistente no não atendimento de auto de advertência para construção de muro de fechamento de lote, conforme previsto no art. 272, § 4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022 (Código de Obras). O processo teve origem em comunicado interno datado de 28/06/2024, pelo qual o Departamento de Fiscalização de Posturas noticiou a existência de irregularidades no terreno de propriedade do autuado, situado entre os bairros São Geraldo e Cidade Foch, atendendo a reclamações de contribuintes registradas nos Protocolos nº 12310/2024 e 49144/2024. Na ocasião, foi constatado que o imóvel não se encontrava fechado/cercado e que havia animais soltos (equinos e bovinos) pastando no local. Em 18 de setembro de 2024 foi lavrado Auto de Advertência nº 1274/2024, notificando o contribuinte a promover o fechamento do lote no prazo de 30 dias corridos, nos termos dos artigos 110, 111, 112, 113 e 114 da Lei 6.570/2022, referente ao imóvel situado na Rua Graciema de Paula Rios, lote área, quadra 02, Bairro São Geraldo, código do imóvel 44734. O contribuinte apresentou manifestação em 30 de setembro de 2024, alegando, em síntese, que os três acessos ao terreno não poderiam ser fechados por razões de escoamento de águas pluviais, uso pela Copasa para manutenção de galeria coletora e por constituírem passagem entre os bairros Foch e São Geraldo, além de informar que cercas de arame metálico instaladas haviam sido destruídas por vizinhos. Em 19 de fevereiro de 2025, a fiscal de obras Daiane C. de Faria Pereira proferiu despacho concedendo prazo adicional de 30 dias para o fechamento, com alerta de que deveria ser prevista passagem para escoamento de águas. Em 30 de abril de 2025, o Departamento de Fiscalização de Obras expediu comunicação ao contribuinte esclarecendo que, nos termos do art. 111 e seus parágrafos da Lei Municipal nº 6.570/2022, não era mais permitido o fechamento por cerca de arame liso ou tela, sendo exigido material fixo, seguro, opaco e estável, concedendo prazo de 30 dias para adequação. Em 07 de julho de 2025, diante da constatação de que as determinações do auto de advertência não foram atendidas, foram lavrados o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, impondo multa de 250 UFMs, no valor total de R$ 1.778,05 (mil setecentos e setenta e oito reais e cinco centavos), com fundamento no art. 110 c/c art. 272, § 4º, inciso X, da Lei 6.570/2022. O Auto de Infração e Multa foi recebido pelo contribuinte em 10/07/2025. Em 25/07/2025, dentro do prazo legal de 15 dias, o autuado, por meio de seu advogado (OAB/MG nº 10.903), apresentou defesa administrativa, aduzindo: (i) que havia realizado o determinado no auto de advertência, cercando a propriedade com arame visível sustentado por mourões estáveis; (ii) que o art. 111, § 1º, do Código de Obras dispensa a construção de muro em lotes não edificados com alvará de obras em vigor; (iii) que o imóvel possui natureza rural, com área de 37 hectares, sujeito ao ITR; (iv) que o § 2º do art. 111 remete a regulamento municipal que não teria sido editado, inexistindo vedação expressa ao uso de cerca de arame; (v) que o § 5º do mesmo artigo, ao exigir permeabilidade visual para testadas superiores a 20 metros, reforçaria a legitimidade do cercamento com arame; e (vi) que o imóvel está inserido em Zona Especial de Projetos Urbanos de Resiliência Urbana (ZEPU 2). Em 22 de setembro de 2025, a Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, proferiu decisão de 1ª instância pelo deferimento da defesa e pela improcedência do Auto de Infração e Multa, com fundamento na superveniência da Lei Municipal nº 7.099, de 11 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município em 16/09/2025, que passou a permitir o fechamento com cercas de arame liso. Aplicou-se o entendimento do princípio da retroatividade da norma mais benéfica, previsto no art. 106, inciso II, alínea "a", do Código Tributário Nacional, determinando o encaminhamento ao Conselho Municipal de Contribuintes para reexame necessário, uma vez que a importância em litígio excede 150 UFMs, com suspensão do débito até decisão final. É o relatório. VOTO: A controvérsia posta em reexame diz respeito à validade do Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, lavrado em desfavor do contribuinte Altidouro José de Souza Rios por não atendimento ao auto de advertência para fechamento de lote com material adequado, nos termos do art. 272, § 4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022 (Código de Obras). A decisão de primeira instância julgou improcedente o auto de infração, com fundamento na superveniência da Lei Municipal nº 7.099/2025, que passou a permitir expressamente o fechamento de lotes com cercas de arame liso, reconhecendo a aplicação do princípio da retroatividade da norma mais benéfica ao contribuinte. No caso dos autos, o Auto de Infração foi lavrado com base na Lei Municipal nº 6.570/2022, que, à época da autuação, em 07/07/2025, estabelecia restrições ao uso de cercas de arame liso no fechamento de lotes urbanos. A advertência havia sido devidamente expedida, recebida e não integralmente cumprida da forma exigida pela fiscalização. Sob esse ângulo estritamente formal, o ato administrativo encontrava amparo legal no momento de sua lavratura. Contudo, enquanto o presente processo tramitava — e antes de qualquer julgamento definitivo — sobreveio a Lei Municipal nº 7.099, de 11 de setembro

de 2025, que alterou expressamente os dispositivos do Código de Obras relativos ao fechamento de lotes, passando a permitir de forma explícita a utilização de cercas de arame liso para tal fim. Essa alteração legislativa é decisiva para o deslinde da controvérsia. Nos termos do art. 106, inciso II, alínea "a", do Código Tributário Nacional, a lei aplica-se retroativamente a ato ou fato pretérito quando, tratando-se de ato não definitivamente julgado, a nova norma deixe de defini-lo como infração. É exatamente essa a hipótese dos autos: o comportamento do contribuinte — fechar o lote com cerca de arame sustentada por mourões — que antes era tido por irregular pela fiscalização, passou a ser expressamente autorizado pela Lei Municipal nº 7.099/2025. A infração, portanto, perdeu seu suporte legal. A manutenção da penalidade aplicada importaria em punir alguém por conduta que o próprio ordenamento jurídico municipal passou a considerar lícita, o que contraria os mais elementares princípios da legalidade, da segurança jurídica e da proporcionalidade. Conforme demonstrado nos autos, trata-se de área com características rurais — sujeita ao ITR, com extensão de aproximadamente 37 hectares, utilizada para atividades de pecuária e para o descarte licenciado de entulho, por meio da empresa Disk J. Rios, com contratos firmados com o próprio Município de Pouso Alegre. A exigência de fechamento com muro fixo, opaco e estável em imóvel dessa natureza, além de tecnicamente discutível à luz do próprio Código de Obras, mostrava-se desde o início desproporcional e irrazoável. Acrescente-se que o imóvel está inserido em Zona Especial de Projetos Urbanos de Resiliência Urbana (ZEPU 2), área de uso condicionado à execução de infraestruturas de resiliência urbana, o que reforça a inadequação da exigência de fechamento com muro, dado que a permeabilidade do solo e o livre escoamento das águas pluviais são valores especialmente protegidos nessa zona. Diante de todo o exposto, a decisão de primeira instância merece ser mantida. A aplicação retroativa da Lei Municipal nº 7.099/2025, nos termos do art. 106, II, "a", do CTN, impõe o cancelamento do Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, não havendo qualquer fundamento jurídico para a manutenção da penalidade. A atuação do Conselho Municipal de Contribuintes deve sempre pautar-se pautar pela legalidade estrita, pela segurança jurídica e pela interpretação mais favorável ao contribuinte quando a lei assim autoriza — e no presente caso, a lei não apenas autoriza, mas impõe essa solução. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 66061/2024, lavrado em face de Altidouro José de Souza Rios, determinando o consequente cancelamento da penalidade aplicada, em razão da incidência retroativa da norma mais benéfica introduzida pela Lei Municipal nº 7.099/2025. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 e maio de 2026.

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:8ADCDFED

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 73218/2025 Apensos: 104788/2024 e 27263/2025 RECORRENTE: Joacidnes Miguel De Paiva Reis RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. TERRENO PARTICULAR. AUSÊNCIA DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO. INFRAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 6.543/2021. DEFESA ADMINISTRATIVA INTEMPESTIVA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÕES DE REGULARIDADE POSTERIOR E AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA VÁLIDA E DENTRO DO PRAZO LEGAL. INFRAÇÃO COMPROVADA POR VISTORIA FISCAL E REGISTROS FOTOGRÁFICOS. OBRIGAÇÃO CONTÍNUA DO PROPRIETÁRIO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO PROCEDIMENTO. MANUTENÇÃO DA AUTUAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de proprietário de imóvel por descumprimento do dever de manutenção e limpeza de terreno urbano. Defesa administrativa apresentada fora do prazo legal em primeira instância. Recurso administrativo interposto com alegações de ausência de notificação prévia e realização posterior de limpeza. Comprovação, nos autos, da regular notificação e da realização de vistoria fiscal que constatou o estado de abandono do imóvel, devidamente documentado por registros fotográficos. Obrigação legal de conservação contínua que não se afasta por medidas pontuais posteriores à autuação. Inexistência de vícios formais capazes de invalidar o procedimento administrativo. Manutenção da penalidade aplicada. Recurso não provido. RELATÓRIO Trata-se de Auto de Infração e Multa nº 286/2023, lavrado pelo Departamento de Fiscalização de Posturas do Município de Pouso Alegre/MG, em face de JOACIDNES MIGUEL DE PAIVA REIS, proprietário do imóvel situado na Rua Professora Georgina Reis, Chácara Primavera, Pouso Alegre/MG, por infração às normas municipais de posturas, consistente na manutenção de terreno vazio em situação de abandono, com vegetação excessiva e ausência de limpeza, contrariando as disposições da Lei Municipal nº 6.543/2021. Os fatos que deram origem à autuação remontam a 29/05/2023, data em que o Auto de Infração e Multa — AIM nº 286/2023 foi recebido no endereço do contribuinte, conforme documentado pelo Departamento de Posturas. Antes disso, registra-se que o contribuinte recebeu notificação preliminar da Prefeitura, com validade de 18 (dezoito) meses nos termos do art. 14, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, sendo que a vistoria fiscal realizada em 23/05/2023 constatou, por meio de registros fotográficos, que o terreno permanecia em estado de abandono, com vegetação excessiva, evidenciando o descumprimento da obrigação de manutenção. Em face do descumprimento apurado, foi lavrado o Auto de Infração e Multa nº 286/2023, com a consequente constituição do lançamento nº 199575/2024, referente à multa de postura aplicada ao contribuinte. O autuado apresentou defesa administrativa pleiteando o cancelamento da multa. O processo foi inicialmente autuado como Processo nº 27263/2025, junto ao Departamento de Tributação, sendo que o Departamento de Posturas, consultado, informou que o prazo para apresentação de defesa é de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do AIM e que, no caso em tela, o referido prazo já havia se esgotado, uma vez que o AIM foi recebido em 29/05/2023. Registrou-se, ainda, que o processo de multa nº 54353/2023 (AIM 286/23) já havia sido tramitado ao Departamento de Tributação em 03/04/2025, ante a ausência de liquidação do débito. A decisão de Primeira Instância foi proferida pela Assistente da Seção de Registro e Tributos, Edmara Domingues Beraldo, em relatório datado de 28 de abril de 2025, que se manifestou desfavoravelmente ao pedido, e homologada pela Secretária de Finanças, Roberta Ferreira Marques de Sousa, que indeferiu o pedido do requerente, tendo em vista a intempestividade da defesa e a regularidade da autuação. Inconformado com a decisão de primeira instância, o contribuinte abriu o Processo nº 73218/2025 em 04/07/2025, interpondo recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, reiterando, em síntese, que: (i) mantém o lote em condições adequadas de limpeza de forma regular e contínua, apresentando comprovantes de pagamento de serviços de limpeza realizados em dezembro de 2023, abril de 2024 e junho de 2024, bem como fotografias demonstrativas do estado do terreno; (ii) não teria recebido a notificação preliminar da Prefeitura solicitando a regularização do terreno; (iii) contesta a regularidade da entrega do AIM em 29/05/2023, requerendo cópia do respectivo comprovante; e (iv) cumpre regularmente suas obrigações fiscais perante o Município, sendo o valor da multa desproporcional e comprometendo as necessidades básicas de sua família. O Departamento de Tributação, em despacho de 11/08/2025, orientou o contribuinte a apresentar ofício com as alegações a serem analisadas e a juntar toda a documentação pertencente ao Processo nº 27263/2025, incluindo o Despacho da Decisão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. A documentação solicitada foi juntada pelo contribuinte em 21/11/2025, via Central de Atendimento. É o relatório. VOTO: O cerne da controvérsia consiste em verificar a regularidade da autuação lavrada em desfavor do recorrente, tendo em vista as alegações de ausência de notificação preliminar, de manutenção regular do lote e de eventual intempestividade do ato punitivo. O recorrente sustenta não ter recebido a notificação preliminar da Prefeitura antes da lavratura do Auto de Infração e Multa. Todavia, os autos evidenciam que o AIM nº 286/2023 foi lavrado em data posterior à realização de vistoria regular, devidamente documentada pela fiscalização, que constatou o descumprimento das normas de posturas municipais em 23/05/2023. Ademais, conforme previsto no art. 14, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, a notificação preliminar possui validade de 18 (dezoito)

meses, período dentro do qual pode ser lavrado o auto de infração caso a irregularidade persista. No presente caso, a autuação ocorreu dentro do prazo legal, não havendo qualquer irregularidade quanto ao lapso temporal entre a notificação e a lavratura do Auto de Infração. O recorrente juntou aos autos comprovantes de pagamento de serviços de limpeza realizados em dezembro de 2023, abril de 2024 e junho de 2024, bem como fotografias demonstrando o estado do lote em momentos posteriores à autuação. Entretanto, tais argumentos não se mostram suficientes para afastar a infração constatada. A legislação municipal que regula as posturas urbanas estabelece que compete ao proprietário manter o terreno limpo e em condições adequadas de conservação, de forma contínua e permanente, justamente para evitar riscos sanitários, proliferação de animais peçonhentos e prejuízos à coletividade. O Código de Posturas Municipais (Lei Ordinária nº 6.543), em seu art. 11, caput, §1º e §4º, impõe ao proprietário o dever de conservar seus imóveis limpos e em condições sanitárias adequadas, incluindo a limpeza e a capina regular dos terrenos, sob pena de responsabilização administrativa. Confira-se: "Art. 11. Os terrenos vazios e quintais situados no Perímetro Urbano do Município, definido no Plano Diretor deverão ser, obrigatoriamente, mantidos limpos, capinados e isentos de qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade. (...) § 1º O proprietário ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel é responsável pela limpeza e destinação adequada do mato resultante da capinação, o qual deverá ser retirado, não sendo permitido o depósito dos resíduos sólidos ou detritos de qualquer natureza no imóvel. (...) § 4º A vegetação não deve exceder os limites do terreno e a limpeza da área destinada a calçada é de responsabilidade do proprietário ou possuidor." Nesse sentido, a obrigação de manutenção não se restringe ao momento da notificação, mas constitui dever permanente do proprietário do imóvel. A limpeza pontual ou esporádica não é suficiente para afastar a responsabilidade do proprietário, quando verificado, em vistoria regular e devidamente documentada, o descumprimento das normas de posturas municipais. Além disso, conforme demonstram os registros fotográficos anexados aos autos pela fiscalização, o terreno encontrava-se em situação de abandono no momento da vistoria realizada em 23/05/2023, evidenciando o descumprimento da obrigação legal. Assim, restando comprovado que o recorrente não manteve o terreno em condições adequadas de limpeza no momento da vistoria fiscal, e não tendo sido demonstrada qualquer causa legal apta a afastar a responsabilidade do proprietário — tais como vício formal do auto de infração, erro na identificação do imóvel ou ilegalidade no procedimento administrativo —, conclui-se pela regularidade da autuação e da penalidade aplicada. As alegações de dificuldades financeiras do recorrente, conquanto dignas de consideração no plano humano, não constituem fundamento jurídico suficiente para o cancelamento de lançamento tributário regularmente constituído. Diante do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por Joacidnes Miguel De Paiva Reis, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância que indeferiu o pedido de cancelamento do lançamento nº 199575/2024 (AIM nº 286/2023), por estar em consonância com o ordenamento jurídico municipal aplicável. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG,14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:384F2FE8

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 83002/2025 Apenso: 109978/2025; RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE ADVERTÊNCIA. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. IRREGULARIDADE NA NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE CIÊNCIA VÁLIDA DO PROPRIETÁRIO. DEMONSTRAÇÃO DE DILIGÊNCIA DO AUTUADO. RESCISÃO CONTRATUAL E CONTRATAÇÃO DE NOVO RESPONSÁVEL TÉCNICO. COMPLEXIDADE DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E PRAZO EXÍGUO. APRESENTAÇÃO POSTERIOR DE LAUDO TÉCNICO E ART. RECONHECIMENTO PELO ÓRGÃO FISCAL DA INVIABILIDADE DA AUTUAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. REEXAME NECESSÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado por descumprimento de Auto de Advertência que determinava a apresentação de documentos técnicos e execução de medidas de contenção. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, com alegação de ausência de ciência válida, tendo a notificação sido entregue a terceiro (responsável técnico) e não ao proprietário. Comprovação de adoção de providências pelo autuado, com rescisão contratual e contratação de novo profissional habilitado. Exigências de natureza técnica complexa incompatíveis com o prazo inicialmente concedido. Apresentação posterior de laudo técnico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica. Parecer fiscal favorável ao cancelamento da penalidade. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação. Submissão ao reexame necessário. Ausência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso não provido. RELATÓRIO Trata-se de processo administrativo instaurado em face de AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, em decorrência de denúncia relacionada ao imóvel localizado na Rua Antônio Scodeler, nº 1345 e 1355, no Desmembramento Vila Maria, neste Município . Em razão da situação verificada, foi lavrado Auto de Advertência, por meio do qual se determinou a apresentação, no prazo de 15 (quinze) dias, de laudo técnico de contenção de encosta, projeto correspondente e execução da intervenção com acompanhamento de profissional legalmente habilitado. Decorrido o prazo sem o atendimento integral das exigências, foi realizada nova vistoria em 24 de setembro de 2025, ocasião em que se constatou o descumprimento da ordem administrativa, ensejando a lavratura do Auto de Infração e Multa nº 83002/2025, com fundamento no art. 272, §4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022 . A autuada apresentou defesa administrativa em 14 de outubro de 2025, a qual foi considerada tempestiva, na qual sustentou que não teve ciência adequada da notificação, uma vez que o Auto de Advertência foi entregue ao responsável técnico da obra, e não ao proprietário do imóvel. Alegou, ainda, que promoveu a rescisão do contrato com o profissional anteriormente responsável, necessitando contratar novo técnico para dar continuidade às exigências formuladas pela fiscalização, destacando a complexidade dos estudos solicitados e a insuficiência do prazo concedido. Informou, por fim, que providenciou a elaboração de laudo técnico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica. O parecer fiscal reconheceu a tempestividade da defesa e manifestou-se pelo seu deferimento, destacando a irregularidade na notificação, a comprovação do distrato com o responsável técnico anterior, a necessidade de contratação de novo profissional, a complexidade das exigências e o exíguo prazo concedido, bem como a apresentação posterior de laudo técnico devidamente instruído . A decisão de primeira instância acolheu integralmente o entendimento do órgão técnico e julgou improcedente o Auto de Infração e Multa, reconhecendo a legitimidade das justificativas apresentadas pela autuada . Considerando o valor da penalidade aplicada, os autos foram encaminhados ao Conselho de Contribuintes para reexame necessário. É o relatório. VOTO: A controvérsia posta em julgamento diz respeito à validade do Auto de Infração e Multa nº 83002/2025, lavrado em razão do descumprimento de Auto de Advertência que determinava a apresentação de documentos técnicos e a execução de contenção de encosta no imóvel da autuada. Inicialmente, verifica-se que houve irregularidade na notificação do Auto de Advertência, que foi entregue ao responsável técnico da obra e não diretamente ao proprietário do imóvel, parte legitimamente interessada. Tal circunstância compromete a eficácia da ciência do ato administrativo e, por consequência, prejudica o pleno exercício do direito de defesa, em afronta aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa. Além disso, restou comprovado que a autuada adotou providências efetivas para a regularização da situação, tendo promovido a rescisão do contrato com o profissional anteriormente responsável e procedido

à contratação de novo técnico, circunstância que, por si só, demanda tempo razoável para reorganização e atendimento das exigências administrativas. Cumpre destacar, ainda, que as obrigações impostas pela fiscalização possuem natureza técnica complexa, envolvendo a elaboração de laudo de contenção de encosta, projeto específico e execução sob responsabilidade de profissional habilitado, o que não se compatibiliza com o prazo exíguo de 15 dias inicialmente concedido. Nesse contexto, mostra-se justificada a impossibilidade de cumprimento integral das determinações no prazo estipulado, sobretudo diante da necessidade de substituição do responsável técnico e da complexidade dos estudos exigidos. Ademais, a apresentação posterior de laudo técnico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica evidencia a boa-fé da autuada e seu efetivo empenho em atender às determinações da Administração Pública, afastando a caracterização de conduta omissiva ou negligente. Não bastasse, o próprio órgão fiscal responsável pela autuação reconheceu a procedência das alegações defensivas, manifestando-se expressamente pelo cancelamento da penalidade, entendimento este que foi corretamente acolhido pela decisão de primeira instância. Diante desse conjunto probatório, a manutenção da penalidade se mostraria desarrazoada e desproporcional, especialmente considerando as falhas no procedimento administrativo e a posterior regularização das exigências técnicas. Assim, não há qualquer elemento que justifique a reforma da decisão recorrida, a qual se mostra plenamente adequada aos fatos e ao direito aplicável. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 83002/2025, lavrado em face de AFDR GESTORA DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., tornando insubsistentes as penalidades aplicadas. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:E43C5351

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 86827/2025 Apensos: 79450/2025; 97054/2025; 107625/2025 RECORRENTE: Andreia Quintino da Silva RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE CONSTATAÇÃO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E SEM PROJETO APROVADO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. ALEGAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA CONDIÇÃO DE DESEMPREGO E AUSÊNCIA DE CAPACIDADE ECONÔMICA. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE TERCEIRO. APLICAÇÃO DO ART. 274, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. POSSIBILIDADE DE PERDÃO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em razão da execução de obra sem o devido licenciamento e sem projeto aprovado pelo órgão competente. Comprovação documental da hipossuficiência financeira da autuada, desempregada desde 2014 e dependente de benefício previdenciário percebido por terceiro. Aplicação da hipótese excepcional de perdão da penalidade prevista no art. 274, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Contrarrazões da Fazenda Pública Municipal favoráveis ao acolhimento do recurso administrativo. Reforma da decisão de primeira instância para afastar a penalidade aplicada. Recurso provido. RELATÓRIO Trata-se de recurso administrativo interposto por ANDREIA QUINTINO DA SILVA em face da Decisão de Primeira Instância que julgou improcedente a defesa e manteve o Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, lavrado em razão de infração ao art. 272, §4°, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente em iniciar ou executar obra sem licenciamento e projeto aprovado. O processo teve origem em Ordem de Serviço aberta em 11/08/2025, vinculada ao Processo Informativo nº 79450/2025, de legalização e ampliação do imóvel situado na Rua João Gonçalves de Siqueira, nº 75, Jardim Brasil I, de propriedade da autuada. Em 12 de agosto de 2025, a Fiscal de Obras Miriam Gonçalves Valadares Meireles realizou vistoria no imóvel e lavrou o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, constatando obra com área construída maior que a área legalizada, aplicando multa de 125 UFMs, no valor de R$ 882,18, com fundamento no art. 272, §4°, inciso II, e art. 302, inciso III, da Lei 6.570/2022. O Aviso de Recebimento relativo à notificação do Auto de Infração e Multa foi recebido em 22/08/2025 no endereço da autuada. A autuada apresentou defesa administrativa em 05/09/2025 (Processo nº 97054/2025), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo que: (i) adquiriu o imóvel por meio de permuta, sendo que a edificação já se encontrava no estado atual quando da aquisição; (ii) necessitou realizar adequações no imóvel em razão de sua mãe ser doente e acamada; (iii) não possui condições financeiras para arcar com a multa, vez que não possui emprego fixo; (iv) o processo de legalização e ampliação já se encontrava em andamento na Prefeitura, conforme Processo nº 79450/2025. A Fiscal de Obras Miriam Gonçalves Valadares Meireles, em Relatório Fiscal de 15/09/2025, manifestou-se pela confirmação da infração, reconhecendo a tempestividade da defesa, porém sustentando que a autuada tinha ciência da irregularidade ao adquirir o imóvel e que a multa encontra amparo legal, opinando pelo indeferimento da defesa. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 15 de setembro de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou pelo INDEFERIMENTO da defesa e pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, ao fundamento de que a infração restou devidamente comprovada. A autuada interpôs recurso administrativo em 07/10/2025 (Processo nº 107625/2025), dentro do prazo legal de 20 dias, reiterando a alegação de hipossuficiência financeira e acostando aos autos cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social — da qual se extrai que o último vínculo empregatício registrado data de 07 de janeiro de 2014 —, além de extrato de benefício de aposentadoria em nome de sua genitora, EDMEA QUINTINO DA SILVA, no valor de R$ 1.094,00, rendimento este que constitui a única fonte de subsistência do núcleo familiar. Contrarrazões pela Gerente Fiscal Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, que, diante da documentação acostada ao recurso — em especial a CTPS demonstrando desemprego desde 2014 e o extrato de benefício previdenciário da genitora —, opina pelo DEFERIMENTO do recurso e pelo perdão da sanção pecuniária, com fundamento no art. 274, parágrafo único, da Lei 6.570/2022, reconhecendo a comprovação da hipossuficiência financeira da recorrente. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação que impõe o provimento do recurso administrativo interposto pela autuada, com o consequente deferimento do perdão da sanção pecuniária aplicada. Inicialmente, registre-se que não há controvérsia acerca da materialidade da infração. A obra executada sem o devido licenciamento e projeto aprovado foi constatada em vistoria realizada em 12/08/2025, encontrando-se devidamente documentada nos autos por meio de fotografias e do Auto de Constatação Fiscal. A própria recorrente não nega a irregularidade, limitando-se a requerer o cancelamento da multa em razão de sua condição financeira. A questão central, portanto, não é a existência da infração, mas sim a possibilidade de afastamento da sanção pecuniária com base na hipossuficiência econômica da autuada, nos termos do art. 274, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Neste ponto, os documentos acostados ao recurso são suficientemente elucidativos. A Carteira de Trabalho e Previdência Social da recorrente anexa aos autos fls. 86 a 88 demonstra que seu último registro de emprego data de 07 de janeiro de 2014, comprovando mais de uma década de inatividade no mercado formal de trabalho. O extrato de benefício previdenciário acostado aos autos nas fls.84 revela que a única fonte de renda do núcleo familiar é a aposentadoria da genitora da recorrente, no valor aproximado de R$ 1.094,00, valor este que não apenas se mostra insuficiente para o pagamento da penalidade aplicada, como também é comprometido com medicamentos, segundo narrado nos autos. Diante desse contexto fático e probatório, a própria Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras — responsável

pela Decisão de Primeira Instância que indeferiu a defesa justamente pela ausência de documentação comprobatória da hipossuficiência — reconheceu, nas contrarrazões, que os documentos trazidos com o recurso comprovam suficientemente a situação de vulnerabilidade econômica da autuada, opinando expressamente pelo deferimento do perdão da sanção. A convergência entre o entendimento do órgão fiscal, manifestado nas contrarrazões, e a documentação carreada aos autos conduz inequivocamente ao deferimento do pleito recursal. A manutenção da penalidade em face de contribuinte cuja condição de hipossuficiência financeira restou devidamente comprovada violaria não apenas o disposto no art. 274, parágrafo único, da Lei 6.570/2022, como também os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana, que igualmente informam o exercício do poder sancionatório da Administração Pública. Ressalte-se, por fim, que o perdão da sanção pecuniária não exime a recorrente das obrigações relativas à regularização do imóvel, que deverá ser concluída nos termos da legislação municipal pertinente, sob pena de nova autuação. Diante do exposto, voto pelo PROVIMENTO do recurso administrativo, para julgar PROCEDENTE a defesa apresentada por ANDREIA QUINTINO DA SILVA e CANCELAR a multa aplicada por meio do Auto de Infração e Multa nº 86827/2025, com fundamento no art. 274, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022, ante a comprovação da hipossuficiência financeira da recorrente. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG,14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:F90505A3

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 101264/2025 Apenso: 106348/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Antonio Luiz Carone RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE CONSTATAÇÃO FISCAL E AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E PROJETO APROVADO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. PRÉ-EXISTÊNCIA DE PROJETO ARQUITETÔNICO APROVADO EM 1999. COMPROVAÇÃO POR MEIO DO BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS. ÁREA EDIFICADA REGISTRADA DESDE 2001. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO E BUSCA ATIVA PELA REGULARIZAÇÃO. PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO EM ANDAMENTO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. RECURSO DE OFÍCIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa lavrados em face de particular por suposta execução de obra sem licenciamento. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, instruída com documentação que comprova a existência de projeto arquitetônico aprovado e execução da obra sob alvará regularmente expedido no ano de 1999. Registro da área edificada no cadastro municipal desde 2001, evidenciando a regularidade da construção. Reconhecimento, pela própria fiscalização, da inexistência de irregularidade apta a caracterizar a infração. Demonstração de boa-fé do administrado, que já havia protocolado processo de regularização previamente à autuação. Decisão de primeira instância que julgou improcedente o auto. Submissão ao reexame necessário. Ausência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso de ofício não provido. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Constatação Fiscal e Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, lavrado em face de ANTONIO LUIZ CARONE, por infração ao art. 272, §4°, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente em iniciar ou executar obra sem licenciamento e projeto aprovado. O processo teve origem em Ordem de Serviço aberta em 19/09/2025 pela Seção de Fiscalização de Obras (Processo nº 101264/2025), para constatação fiscal vinculada ao processo informativo nº 100869/2025, de legalização e ampliação, envolvendo o imóvel situado na Rua Fausto Campanela, nº 210, Pousada dos Campos I, de propriedade do autuado. Em 23 de setembro de 2025, o Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula realizou vistoria no imóvel e lavrou o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, constatando obra com área construída maior que a área legalizada, aplicando multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.770,70, com fundamento no art. 272, §4°, inciso II, e art. 302, inciso III, da Lei 6.570/2022. O Aviso de Recebimento relativo à notificação do Auto de Infração e Multa foi recebido em 26/09/2025 no endereço do imóvel autuado. O autuado apresentou defesa administrativa em 03/10/2025 (Processo nº 106348/2025), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo que: (i) o imóvel em questão já possuía projeto arquitetônico aprovado e executado no ano de 1999, muito antes da notificação em 2025; (ii) a execução da obra àquela época foi realizada em conformidade com a legislação vigente, descaracterizando a alegação de início ou execução de obra sem licenciamento; (iii) a comprovação da existência e execução do projeto pode ser verificada através do Boletim de Informações Cadastrais (BIC), que demonstra a compatibilidade dos parâmetros e metragens atuais do imóvel com o projeto original; (iv) em 17/09/2025, apenas seis dias antes da lavratura do Auto de Infração, havia protocolado o Processo nº 100869/2025 com vistas à regularização completa dos três imóveis, demonstrando inequívoca boa-fé e proatividade na busca pela conformidade legal. Juntou como prova o alvará nº 305/1999, cópias do BIC e o projeto arquitetônico original. O Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula, em Parecer Fiscal de 06/10/2025, manifestou-se pelo deferimento da defesa, reconhecendo que o auto de infração seria indevido, considerando que a obra foi executada e finalizada sob o alvará nº 305/1999, vigente à época, e que o BIC registra a área edificada de 403,21 m² desde o ano de 2001. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 08 de outubro de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou pelo DEFERIMENTO da defesa e pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração e Multa nº 101264/2025. O fundamento central foi o reconhecimento da regularidade da obra, vez que executada e finalizada durante o alvará nº 305/1999, com área edificada de 403,21 m² registrada no BIC desde 2001. Na mesma decisão, determinou o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para fins de reexame necessário, com fundamento no art. 131 do Código Tributário Municipal, vez que a importância em litígio excede a 150 UFMs, suspendendo o débito até decisão final. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação que impõe a confirmação da decisão de primeira instância: o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025 foi lavrado por suposto início ou execução de obra sem licenciamento e projeto aprovado, quando, como demonstrado, a edificação foi regularmente licenciada e executada décadas antes da autuação, encontrando-se devidamente registrada nos sistemas cadastrais do Município. O procedimento fiscal de obras estruturado na Lei Municipal nº 6.570/2022 exige, para a caracterização da infração prevista no art. 272, §4°, inciso II, que a obra tenha efetivamente sido iniciada ou executada sem o devido licenciamento e projeto aprovado. Trata-se de exigência que decorre diretamente do princípio da tipicidade administrativa e da legalidade, vedando a imposição de penalidade quando os fatos concretos não se subsumem ao tipo infracional descrito na norma. No caso concreto, a documentação carreada aos autos — em especial o alvará nº 305/1999 e o Boletim de Informações Cadastrais (BIC) — demonstra inequivocamente que a edificação foi construída e finalizada sob licença regularmente expedida pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, com área de 403,21 m² registrada no cadastro municipal desde o exercício de 2001. A ausência de localização física da documentação do projeto nos arquivos administrativos não é suficiente para desconstituir a realidade material da obra licenciada, cujos parâmetros permanecem compatíveis com os registros municipais ao longo de mais de duas décadas. Soma-se a isso o fato de que o autuado, demonstrando inequívoca boa-fé, havia protocolado, apenas seis dias antes da lavratura do Auto de Infração — em 17/09/2025 —, o Processo nº 100869/2025, visando à regularização e legalização completa dos imóveis. A precipitação da fiscalização ao lavrar o auto sem analisar o processo de regularização recém-protocolado configura violação aos princípios da razoabilidade

e da eficiência administrativa, na medida em que o próprio órgão fiscal tinha ciência, ou deveria ter, da iniciativa regularizadora do proprietário. A Administração Pública, no exercício do poder sancionatório, está vinculada à estrita observância do devido processo legal administrativo e ao princípio da proporcionalidade. A manutenção de penalidade cujo pressuposto fático — execução de obra sem licença — não se verifica concretamente representaria excesso punitivo incompatível com os valores que norteiam o direito administrativo sancionador. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 101264/2025, lavrado em face de ANTONIO LUIZ CARONE, declarando-o insubsistente, diante do reconhecimento de que a edificação objeto da autuação foi regularmente licenciada e executada nos termos do Alvará nº 305/1999, com área construída de 403,21 m² devidamente registrada no Cadastro Técnico Municipal desde o ano de 2001, bem como em razão da boa-fé do administrado, evidenciada pela adoção de medidas voltadas à regularização da situação perante a Administração Pública. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:BCB542D3

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 102015/2024 Apenso: 97871/2024 RECORRENTE: Zilda de Fátima Silva Ramos RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E SEM PROJETO APROVADO. INFRAÇÃO AO ART. 272, §4º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DIVERGÊNCIA ENTRE O SUJEITO AUTUADO E O PROPRIETÁRIO CONSTANTE DO CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL (BIC). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO JURÍDICO COM O IMÓVEL. ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA SANÇÃO. VÍCIO INSANÁVEL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. RECURSO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de pessoa diversa daquela identificada como proprietária do imóvel no Cadastro Técnico Municipal, sem demonstração de vínculo jurídico que justifique sua responsabilização pela infração imputada. Divergência entre o sujeito passivo indicado no auto e o titular cadastral do bem, caracterizando falha essencial na identificação do responsável pela infração administrativa. Vício insanável que compromete a validade do ato administrativo sancionador, impondo sua anulação independentemente da apreciação das demais teses defensivas. Recurso administrativo provido para declarar a nulidade do Auto de Infração e Multa. RELATÓRIO Trata-se dos autos de Recurso Administrativo de 2ª Instância interposto por Zilda de Fátima Silva Ramos e Outros em face da Decisão de 1ª Instância proferida em 24 de janeiro de 2025 pelo Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Sr. Aliander da Silva Costa, que manteve na íntegra o Auto de Infração e Multa nº 97871/2024. O Auto de Infração originou-se de vistoria realizada em 09 de outubro de 2024 pelo Fiscal de Obras Bruno Marcus P. Vieira (MAT. 9758), que constatou, nos imóveis situados na Rua Waldemar Ferreira da Silva, nºs 160 e 180, Bairro Jatobá, a suposta realização de obra sem licenciamento e projeto aprovado, infração tipificada no art. 272, §4º, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022. Em razão da constatação, foi lavrado o Auto de Constatação Fiscal e, na mesma data, o Auto de Infração e Multa nº 97871/2024, com aplicação de penalidade de 250 UFMs, no valor de R$1.713,15. A Decisão de 1ª Instância, proferida em 24/01/2025, indeferiu os pedidos da defesa, mantendo a autuação com fundamento na efetiva constatação da infração pelo fiscal no momento da vistoria e no dever legal de aplicação da sanção prevista no art. 269 da Lei nº 6.570/2022. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 21/07/2025 sendo distribuído para análise e apreciação do Conselheiro Relator. É o relatório. VOTO: Preliminarmente, registra-se que o recurso foi interposto em 07/02/2025, dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da Decisão de 1ª Instância, cuja notificação foi recebida em 30/01/2025, nos termos do art. 323, caput, da Lei Municipal nº 6.570/2022. O recurso é, portanto, tempestivo, devendo ser conhecido. O Auto de Infração e Multa nº 97871/2024 foi lavrado em face de Zilda de Fátima Silva Ramos e Outros, CPF nº 984.378.106-63, como responsável pela infração consistente em realizar obra sem licenciamento e projeto aprovado no imóvel identificado pelo BIC nº 004.0331.0600.000, situado na Rua Waldemar Ferreira da Silva, nºs 160 e 180, Bairro Jatobá, Pouso Alegre/MG. Ocorre que, consoante a própria certidão do Cadastro Técnico Municipal – BIC nº 004.0331.0600.000, emitida em 14 de novembro de 2024 pela Secretaria de Finanças, Departamento de Tributação do Município de Pouso Alegre (fls. 110-111 dos autos), o imóvel objeto da autuação tem como proprietário cadastrado: 1017158 – BENEDITO CARLOS RAMOS CPF/CNPJ: 376.024.036-49. Trata-se, portanto, de pessoa distinta da autuada Zilda de Fátima Silva Ramos, sendo que ambos divergem não apenas nominalmente, mas também quanto ao CPF, não havendo relação de identidade entre os dados cadastrais do proprietário e os dados da pessoa autuada. A divergência é flagrante e possui relevância jurídica de primeira ordem. O BIC utilizado como referência no próprio Auto de Infração e Multa – o número 004.0331.0600.000 – é exatamente o mesmo que, na certidão oficial emitida pela administração municipal, aponta Benedito Carlos Ramos como proprietário, e não Zilda de Fátima Silva Ramos. No Direito Administrativo Sancionador, a correta identificação do sujeito passivo da autuação é pressuposto de validade do ato punitivo, integrando o conceito de autoria como elemento essencial da tipicidade infracional. A imputação de penalidade administrativa a pessoa diversa da responsável legal pelo ilícito configura nulidade absoluta, insanável, porquanto afeta elemento nuclear do ato administrativo – o sujeito passivo –, tornando-o viciado de forma irreparável. O princípio da pessoalidade da pena, derivado do art. 5º, XLV, da Constituição Federal, impede que a sanção ultrapasse a pessoa do infrator. Mais do que isso: impede que a sanção seja direcionada a quem não foi devidamente identificado como infrator. A autuação de pessoa que não é proprietária cadastrada do imóvel, sem qualquer outro elemento que justifique sua responsabilização, viola: (i) o princípio da legalidade (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º, II, CF/88), pois a imposição de obrigação tributária ou sancionatória exige fundamento legal específico que vincule determinada pessoa à obrigação; (ii) o princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF/88), pois o processo sancionatório somente é válido quando direcionado ao legítimo responsável pelo ilícito; (iii) o princípio da motivação (art. 2º, parágrafo único, VII, da Lei Federal nº 9.784/99, aplicável por analogia), pois a Administração deve explicitar os fundamentos de fato e de direito que a levaram a identificar determinada pessoa como autora da infração; (iv) o art. 134, I e III, do Código Tributário Nacional, que define a responsabilidade dos proprietários de imóveis, vinculando-a à titularidade do bem – no caso, ao cadastro municipal que aponta Benedito Carlos Ramos. Ademais, a própria Lei Municipal nº 6.570/2022, ao definir as responsabilidades por infrações urbanísticas, parte da premissa de que o responsável pela obra é o proprietário do imóvel ou seu legítimo representante. A autuação de terceiro estranho ao cadastro do imóvel, sem demonstração de seu vínculo jurídico com o bem, subverte esse pressuposto normativo. A confissão implícita da autuada, ao apresentar defesa sem questionar sua relação com o imóvel, não supre a ausência de motivação do ato administrativo quanto à eleição do sujeito passivo. O princípio da legalidade impõe que a Administração demonstre, de forma explícita e fundamentada, a razão pela qual elegeu determinada pessoa como responsável pela infração. Essa demonstração não existe nos presentes autos. Nesse passo, não é possível convalidar o ato, pois o vício atinge elemento essencial da autuação – a identificação do infrator –, configurando nulidade absoluta que, por sua natureza. Diante do exposto, voto pelo provimento do Recurso Administrativo interposto por Zilda de Fátima Silva Ramos, para ANULAR o Auto de Infração e Multa nº 97871/2024, com fundamento na nulidade absoluta decorrente da

ilegitimidade passiva da autuação, haja vista a divergência entre o sujeito passivo identificado no auto e o proprietário do imóvel constante do Cadastro Técnico Municipal – BIC nº 004.0331.0600.000 (fls. 110-111), certidão emitida pela própria Administração Municipal de Pouso Alegre em 14/11/2024, que aponta como proprietário Benedito Carlos Ramos, CPF nº 376.024.036-49, pessoa diversa da autuada. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:D67D4775

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 111747/2025 Apenso: 111491/2025; RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: João Marcos da Costa RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE CONSTATAÇÃO E AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. OBRA SEM LICENCIAMENTO E PROJETO APROVADO. ALEGAÇÃO DE SIMPLES LIMPEZA DE TERRENO. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS DE TERRAPLENAGEM OU INÍCIO DE OBRA. RECONHECIMENTO PELA FISCALIZAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. RECURSO DE OFÍCIO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Constatação e Auto de Infração e Multa lavrados em face de particular por suposta execução de obra sem licenciamento, consistente em alegada terraplanagem. Defesa administrativa apresentada tempestivamente, acompanhada de elementos que indicam a realização exclusiva de limpeza de terreno. Análise posterior da própria fiscalização, com base em imagens aéreas e verificação técnica, que concluiu pela inexistência de movimentação de terra ou qualquer intervenção caracterizável como início de obra. Ausência de materialidade da infração. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação, acolhendo o parecer fiscal. Submissão ao reexame necessário. Inexistência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso de ofício não provido. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Constatação e Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, lavrado em 24 de outubro de 2025 em face de JOÃO MARCOS DA COSTA, por infração ao art. 272, §4º, inciso II, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente no início ou execução de obra sem licenciamento e projeto aprovado. A Fiscal de Obras Beatriz Araujo Francisco compareceu ao imóvel em 24/10/2025 e constatou, segundo o Auto de Constatação lavrado, a ocorrência de terraplanagem no local, configurando, em seu entendimento, o início de obra sem o devido licenciamento. Em razão disso, foi lavrado o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, com imposição de multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.778,13 (um mil, setecentos e setenta e oito reais e treze centavos), com fundamento nos arts. 272, §4º, inciso II, e 302, inciso III, da Lei 6.570/2022. Registre-se que o autuado possuía pedido de aprovação de projeto em andamento, conforme Processo nº 111491/2025 (Obras Privadas – Obra Nova – Construção), aberto em 20/10/2025, quatro dias antes da autuação, com indicação de uso residencial horizontal geminado para o mesmo imóvel. O Aviso de Recebimento (AR) relativo à notificação do Auto de Infração retornou sem entrega ao destinatário, tendo o carteiro registrado três tentativas frustradas (04/11, 06/11 e 10/11 de 2025), com anotação de ausência do destinatário. O autuado apresentou defesa administrativa em 17/12/2025 (Processo apenso nº 130823/2025), dentro do prazo legal, arguindo que não houve início de obra ou execução de terraplenagem, mas apenas a realização de limpeza do terreno, compreendendo a retirada de vegetação rasteira e resíduos, procedimento que não configura obra nem demanda licenciamento prévio. Anexou ao pedido de defesa imagens ilustrativas de como o terreno se encontrava antes das atividades de limpeza. A Fiscal de Obras Beatriz Araujo Francisco (Mat. 24260) exarou Parecer Fiscal em 18/12/2025, opinando pelo DEFERIMENTO da defesa, fundamentado na análise de imagens aéreas históricas e registros disponíveis. Segundo o Parecer, constatou-se que o terreno em questão já se encontrava plano anteriormente, não havendo indícios de movimentação de terra, cortes, aterros ou qualquer intervenção caracterizável como terraplenagem ou início de obra. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 22/12/2025 pela Gerência do Departamento de Fiscalização de Obras (Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo), julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, acolhendo as razões da defesa e o Parecer Fiscal. Na mesma decisão, determinou o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para fins de reexame necessário, vez que a importância em litígio excede 150 UFMs, suspendendo o débito até decisão final. Registra-se que, em 12/12/2025, ou seja, antes mesmo da decisão de primeira instância, foi emitido o Alvará de Construção nº 1264/2025 em favor do autuado, autorizando Obra Nova no endereço da Rua Antônio Tadeu Tonini, nº 150, Quadra E1, Lote 0017, Parque Real, com área total de 122,04 m², para uso residencial unifamiliar, conforme projeto aprovado, vinculado ao Processo nº 111491/2025. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação de especial relevância: a própria fiscal autuante, ao examinar a defesa apresentada e realizar análise de imagens aéreas históricas, reconheceu que o terreno já se encontrava plano anteriormente à data da fiscalização, não havendo indícios de movimentação de terra, cortes, aterros ou qualquer intervenção caracterizável como terraplanagem ou início de obra. Em seu Parecer Fiscal de 18/12/2025, a Fiscal Beatriz Araujo Francisco concluiu expressamente pela ausência de materialidade da infração. Para a configuração da infração prevista no art. 272, §4º, inciso II, da Lei 6.570/2022, é necessária a efetiva execução de obra sem licenciamento. A norma considera obra iniciada o início da terraplanagem. No caso concreto, a própria autoridade fiscal verificou, após análise criteriosa, que não houve terraplanagem — o terreno já se encontrava plano — e que as atividades realizadas se limitaram à limpeza, procedimento que, nos termos da legislação urbanística municipal, não configura obra nem demanda apresentação de projeto ou licenciamento prévio. A ausência de materialidade da infração é, portanto, reconhecida pela própria fiscalização. Não há como sustentar a aplicação de penalidade diante da inexistência do próprio fato que a ensejaria. O princípio da legalidade, que rege o direito administrativo sancionador, impede a manutenção de uma penalidade sem o correspondente suporte fático. Corrobora esse entendimento o fato de que, poucos dias após a autuação, em 12/12/2025, a Prefeitura emitiu o Alvará de Construção nº 1264/2025 em favor do autuado para o mesmo imóvel, demonstrando a regularidade urbanística da situação e a ausência de qualquer impedimento à construção no local. Nesse contexto, acompanho integralmente o entendimento da fiscal autuante e da autoridade de primeira instância. A prova produzida nos autos é suficiente para afastar a infração imputada, não havendo fundamento para a manutenção da penalidade. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 111747/2025, lavrado em face de JOÃO MARCOS DA COSTA, tornando insubsistentes as penalidades aplicadas, diante do reconhecimento de que as atividades desenvolvidas no imóvel não se enquadram como obra ou movimentação de terra passível de licenciamento, ante a ausência de materialidade da infração imputada. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:461E4811

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 112783/2025 Apenso: 118874/2025; 118468/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Alaide Rodrigues Souza Santos

RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO E PROJETO APROVADO. AMPLIAÇÃO CONSTATADA POR VISTORIA REMOTA VIA GEOPIXEL. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. INEXISTÊNCIA DA OBRA NO LOCAL NA DATA DA FISCALIZAÇÃO PRESENCIAL. NOVA VISTORIA CONFIRMANDO AUSÊNCIA DE AMPLIAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO (REEXAME NECESSÁRIO). MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de proprietária de imóvel por suposta execução de obra de ampliação sem licenciamento, com base em vistoria remota realizada por sistema de geoprocessamento (Geopixel). Defesa administrativa apresentada tempestivamente, acompanhada de elementos probatórios que indicam a inexistência da ampliação. Realização de nova vistoria presencial pela fiscalização municipal, que confirmou a ausência de obra irregular no local. Parecer fiscal pelo deferimento da defesa. Decisão de primeira instância que julgou improcedente a autuação, diante da inexistência da infração. Submissão ao reexame necessário em razão do valor da penalidade. Ausência de elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida. Manutenção integral da decisão de primeira instância. Recurso de ofício não provido. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Infração e Multa n.º 112783/2025, lavrado em 24 de outubro de 2025 pela Fiscal de Obras em face de ALAIDE RODRIGUES SOUZA SANTOS, proprietária do imóvel situado na Rua Alfredo Ennes Baganha, n.º 221, Bairro Francisca Augusta Rios, nesta cidade de Pouso Alegre/MG (Inscrição Cadastral 004.0123.0405.000 – Código do Imóvel 34123). A autuação teve por fundamento a infração ao artigo 272, § 4.º, inciso II, da Lei Municipal n.º 6.570/2022, consistente no início ou execução de obra de ampliação sem o devido licenciamento e projeto aprovado, com aplicação de penalidade de 250 (duzentas e cinquenta) UFMs, no valor total de R$1.778,13 (um mil, setecentos e setenta e oito reais e treze centavos). A constatação originou-se de vistoria remota realizada pelo Departamento de Geoprocessamento através do sistema Geopixel, por ocasião do processamento de pedido de ITBI formulado pela própria autuada, que apontou alteração de área construída de 28,00 m² para 42,71 m² no imóvel, configurando ampliação de 14,71 m² sem licença. O Auto de Infração e Multa foi encaminhado via Aviso de Recebimento (AR), com recebimento confirmado em 04/11/2025. A autuada apresentou defesa administrativa tempestiva em 10/11/2025, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias previsto no artigo 319, caput, da Lei Municipal n.º 6.570/2022. Em sua defesa, a autuada alegou que a área construída no local é de apenas 23,87 m², e que a diferença captada pelo Geopixel decorria de uma cobertura de brasilit antiga, em péssimo estado de conservação, que veio a cair, motivo pelo qual, na data da fiscalização, a área efetivamente construída era inferior à área legalizada anteriormente registrada. Juntou ainda fotos do imóvel comprovando a ausência de qualquer ampliação. O Fiscal de Obras Matheus Fonseca de Paula, ao analisar a defesa, realizou nova vistoria presencial ao imóvel em 11/11/2025, registrada através do protocolo n.º 118874/2025, e lavrou o Auto de Constatação Fiscal n.º 118874/2025, consignando expressamente que a obra de ampliação é INEXISTENTE no local. Com base na nova vistoria, o Fiscal exarou Parecer Fiscal em 11/11/2025 pelo DEFERIMENTO da defesa, concluindo que o auto de infração é indevido, uma vez que a ampliação captada pelo Departamento de Geoprocessamento por meio do Geopixel não existe na data da nova vistoria. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 13/11/2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa n.º 112783/2025, acolhendo integralmente as razões da defesa e determinando, com fundamento no artigo 131 do Código Tributário Nacional (aplicado por analogia), o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para reexame necessário, em razão de o valor em litígio exceder 150 UFMs. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 12/01/2026, recebido em 19/03/2026 e distribuído a esta relatoria na mesma data. É o relatório. VOTO: A autuação originou-se de vistoria remota realizada pelo Departamento de Geoprocessamento por meio do sistema Geopixel, que, ao processar o pedido de ITBI formulado pela autuada (protocolo n.º 109002/2025), identificou área construída de 42,71 m² no imóvel, superior aos 28,00 m² registrados no cadastro municipal, caracterizando, em tese, ampliação de 14,71 m² sem licenciamento, em infração ao artigo 272, § 4.º, inciso II, da Lei Municipal n.º 6.570/2022. Ocorre que, conforme ficou sobejamente demonstrado nos autos, a situação retratada pelo Geopixel não correspondia à realidade física do imóvel na data da autuação. A autuada trouxe aos autos elementos probatórios consistentes: fotografias do imóvel evidenciando que a área captada por sensoriamento remoto era, na verdade, uma cobertura de brasilit antiga, estrutura precária que veio a cair antes mesmo da autuação, sem que qualquer obra nova tivesse sido executada. A explicação apresentada é plausível e coerente com a realidade descrita. Mais relevante, porém, é o fato de que o próprio Fiscal autuante, diante da defesa apresentada, realizou nova vistoria presencial ao imóvel em 11/11/2025 – apenas 18 dias após a lavratura do auto –, e constatou, de maneira inequívoca, que não havia obra de ampliação no local. Tal constatação foi formalizada no Auto de Constatação Fiscal n.º 118874/2025, no qual o agente público registrou expressamente: "Obra de ampliação INEXISTENTE no local". A nova vistoria, realizada pelo mesmo fiscal que lavrou o auto originário, é a prova mais robusta que se poderia produzir neste processo. Não há como sustentar a existência de uma infração quando o próprio agente fiscalizador, ao verificar pessoalmente o local, conclui pela inexistência do fato imputado. É certo que a vistoria remota via Geopixel constitui instrumento legítimo e útil para a detecção de irregularidades, notadamente pela eficiência que proporciona à ação fiscal. Todavia, trata-se de ferramenta auxiliar, que depende da atualidade das imagens e está sujeita a imprecisões decorrentes de estruturas temporárias, coberturas provisórias ou outras particularidades físicas do imóvel. Quando a vistoria presencial subsequente demonstra que o fato imputado não existe, não há como preservar a autuação. Nesse sentido, o princípio da verdade material, que norteia o processo administrativo, impõe que a decisão reflita a realidade dos fatos apurados, e não a aparência captada por instrumento remoto cuja fidedignidade foi infirmada por verificação in loco. Por fim, destaco que a própria autuada diligenciou ao dar entrada no processo de ITBI junto à Prefeitura Municipal, o que denota boa-fé e ausência de intenção de fraudar o cadastro imobiliário. A discrepância de área surgiu no processamento desse pedido, e a autuada prontamente esclareceu a situação, disponibilizando o imóvel para nova vistoria. Diante de todo o exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 112783/2025, lavrado em face de ALAIDE RODRIGUES SOUZA SANTOS, declarando-o insubsistente, diante da comprovação inequívoca da inexistência da obra de ampliação atribuída à autuada, conforme constatado pelo próprio Fiscal de Obras em vistoria presencial posteriormente realizada no imóvel. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:E5BFD74F

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 111722/2023 Apenso: 111491/2025 RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Maria Stela Domingues De Mendonça RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA – PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS. AUTO DE ADVERTÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE CONFECÇÃO DE PASSEIO. NOTIFICAÇÃO IRREGULAR. AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM ANOTAÇÃO “NÃO PROCURADO”. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA PESSOAL PARA GARANTIA DA CIÊNCIA DO ADMINISTRADO. NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO. VÍCIO INSANÁVEL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO

CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ANULAÇÃO DA PENALIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO. Auto de Advertência expedido para determinação de construção de passeio fronteiriço sem comprovação válida da ciência do administrado, diante da devolução do Aviso de Recebimento com anotação “não procurado” e da ausência de adoção de diligências complementares para localização do destinatário. Inviabilidade de atribuição de eficácia jurídica ao ato notificatório irregular. Auto de Infração e Multa posteriormente lavrado com fundamento no descumprimento de obrigação não regularmente comunicada ao administrado. Vício procedimental insanável que compromete a validade dos atos administrativos subsequentes, em afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Manutenção da decisão de primeira instância que declarou a nulidade do Auto de Infração e Multa. Recurso de ofício desprovido. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Advertência e Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, lavrado em face de MARIA STELA DOMINGUES DE MENDONÇA, por infração ao art. 107 c/c art. 272, §4º, inciso X, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente no não atendimento das determinações constantes no Auto de Advertência quanto à confecção de passeio. O processo teve origem em denúncia/reclamação registrada em 30/11/2023 pela Seção de Fiscalização de Obras (Processo nº 111722/2023), envolvendo o imóvel situado na Rua Doutor Glaucio Antunes Modesto, Quadra F, Lote 0017, Residencial Santa Rita, de propriedade da autuada. Em 29/11/2023, foi lavrado o Auto de Advertência nº 111722/2023 pela Fiscal de Obras Daiane C. F. Pereira, determinando à proprietária que, no prazo de 30 dias, providenciasse a execução de pavimentação do passeio fronteiro ao seu imóvel, conforme previsto no art. 107 da Lei 6.570/2022. A notificação do Auto de Advertência foi encaminhada pelo primeiro Aviso de Recebimento (AR) ao endereço de correspondência cadastrado, sendo devolvida pelos Correios em 04/01/2024 com a anotação "NÃO PROCURADO". Não houve, à época, tentativa de entrega pessoal por parte da fiscalização. Realizada consulta ao sistema da Receita Federal, foi encontrado endereço diverso, ao qual foi encaminhada nova correspondência, cujo AR foi recebido em 19/02/2024. Vencido o prazo fixado no Auto de Advertência sem cumprimento da exigência, a Fiscal de Obras Daiane C. F. Pereira lavrou, em 04 de abril de 2024, o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, aplicando multa de 250 UFMs, no valor de R$ 1.646,93, com fundamento no art. 107 c/c art. 272, §4°, inciso X, e art. 302, inciso I, da Lei 6.570/2022. O Aviso de Recebimento relativo à notificação do Auto de Infração e Multa foi recebido em 06/05/2024 no endereço da Avenida Belo Horizonte, nº 145, Chácara Primavera I. A autuada apresentou defesa administrativa em 17/05/2024 (Processo nº 50288/2024), dentro do prazo legal de 15 dias, arguindo que: (i) não teve conhecimento do Auto de Advertência, por não residir no endereço onde o mesmo foi inicialmente entregue; (ii) em 2023, havia pessoa realizando limpeza do lote, que se propôs a executar o passeio enquanto ela se encontrava viajando, mas o serviço foi feito de urgência e as chuvas acabaram danificando o trabalho; (iii) ao tomar conhecimento do Auto de Infração e Multa em maio de 2024, providenciou imediatamente a confecção de novo passeio, sob sua supervisão. Juntou como prova fotográfica imagem do passeio já executado e comprovante de residência. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 04 de julho de 2025 pela Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras, Fábia Karina Ribeiro Almeida e Raimundo, julgou pela ANULAÇÃO do Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, tornando-o sem efeito, e acolheu a defesa apresentada pela autuada. O fundamento central foi a ausência de notificação válida quanto ao Auto de Advertência: o retorno do AR com anotação "não procurado" não supre os requisitos legais de ciência, e tampouco houve diligência presencial visando a efetiva entrega do ato. Assim, o Auto de Infração e Multa lavrado por descumprimento de advertência não regularmente notificada carece de suporte legal, em ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal) e à Lei Municipal nº 6.570/2022. Na mesma decisão, determinou o encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes para fins de reexame necessário, com fundamento no art. 131 do Código Tributário Municipal. O processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes em 11/07/2025, recebido pelo Conselho em 18/11/2025 e distribuído a esta relatoria em 18/11/2025, sendo finalizada a análise em 01/04/2026. É o relatório. VOTO: A análise dos autos revela situação que impõe a confirmação da decisão de primeira instância: o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023 foi lavrado por suposto descumprimento de Auto de Advertência que, como demonstrado, não produziu efeitos jurídicos válidos em razão de vício insanável na notificação. O procedimento fiscal de obras estruturado na Lei Municipal nº 6.570/2022 exige, como pressuposto da lavratura do Auto de Infração e Multa por descumprimento de advertência, que a prévia notificação do Auto de Advertência tenha sido regularmente realizada, assegurando ao administrado o efetivo conhecimento da determinação e a possibilidade real de cumpri-la no prazo estabelecido. Trata-se de exigência que decorre diretamente dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da Constituição Federal) e da legalidade administrativa. No caso concreto, a notificação do Auto de Advertência enviada ao endereço de cadastro retornou sem entrega, com a anotação "NÃO PROCURADO", em 04/01/2024. Este retorno, por si só, não é suficiente para conferir ciência ao notificando, conforme exige a legislação municipal. A fiscalização não realizou diligência presencial — medida que seria indispensável para conferir efetividade à notificação ante o insucesso da via postal. A mera consulta ao sistema da Receita Federal e o envio de segunda correspondência ao endereço lá encontrado, recebida em 19/02/2024, não sana o vício quanto ao ato originário, especialmente porque a autuada alega, de forma plausível e não rebatida, que não residia naquele endereço à época. Consequentemente, tendo a autuada alegado expressamente o desconhecimento do conteúdo do Auto de Advertência em razão de não residir no endereço onde o mesmo foi entregue, restou comprometida a validade da advertência como fundamento da infração subsequente. Reforça esse entendimento o comportamento da autuada após tomar ciência do Auto de Infração e Multa em maio de 2024: de imediato providenciou a confecção do passeio sob sua supervisão, o que demonstra boa-fé e disposição ao cumprimento da exigência urbanística, frustrando apenas pela falha procedimental da Administração na etapa de notificação. A Administração Pública, no exercício do poder sancionatório, está vinculada à estrita observância do devido processo legal administrativo. A ausência de notificação regular configura vício que contamina de nulidade os atos subsequentes que dela dependem, não sendo possível ao intérprete sanar tal irregularidade em prejuízo do administrado. O princípio da legalidade impede a manutenção de penalidade cujo pressuposto procedimental essencial não foi regularmente observado. Diante do exposto, nego provimento ao recurso de ofício e voto pela manutenção integral da decisão de primeira instância, para anular o Auto de Infração e Multa nº 111722/2023, lavrado em face de MARIA STELA DOMINGUES DE MENDONÇA, tornando-o sem efeito, ante o reconhecimento de vício insanável na notificação do Auto de Advertência precedente, com ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG,14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:D2FCE728

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 121122/2025 Apenso: 128092/2025; RECORRENTE: Fazenda Pública Municipal RECORRIDO: Lanchonete Estação LTDA. RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE POSTURAS. AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA. AUSÊNCIA DE AVCB OU CERTIFICADO DE DISPENSA DO CORPO DE BOMBEIROS. DEFESA ADMINISTRATIVA TEMPESTIVA. COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DOCUMENTAL. EXISTÊNCIA DE AVCB VÁLIDO À ÉPOCA DA FISCALIZAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO.

IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO DE OFÍCIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de Lanchonete Estação LTDA, com fundamento no art. 160, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, sob alegação de ausência de AVCB ou Certificado de Dispensa do Corpo de Bombeiros. Defesa apresentada de forma tempestiva, instruída com documentação comprobatória. Reconhecimento, em primeira instância, da regularidade da empresa, diante da apresentação de AVCB válido à época da constatação fiscal, com vigência até 22/08/2029. Remessa necessária ao Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 5/2019, em razão do valor da controvérsia. Manutenção da decisão que julgou improcedente o auto de infração. Recurso de ofício desprovido. RELATÓRIO Trata-se de recurso de ofício relativo ao Auto de Infração e Multa nº 494/2025, lavrado em 07/10/2025 em face de LANCHONETE ESTAÇÃO LTDA – CNPJ: 00.702.745/0001-00, estabelecida na Avenida Duque de Caxias, nº 122, Centro, Pouso Alegre/MG, por infração ao artigo 160, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021, consistente na falta de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou Certificado de Dispensa do Corpo de Bombeiros. Os fatos remontam a 14/08/2025, quando foi lavrada a Notificação Preliminar nº 0674/2025, notificando o autuado a providenciar o AVCB, tendo em vista que o Certificado de Funcionamento Provisório então vigente encontrava-se vencido desde 10/06/2025. Em retorno ao local, na data de 03/10/2025, não foi apresentado AVCB com data válida às Autoridades Fiscais (Benedito J. Venâncio Neto, Renan Misael de Lima e Octávio José R. M. Ferreira), o que ensejou a lavratura do Auto de Constatação Fiscal e do Auto de Infração e Multa nº 0494/2025, aplicando ao autuado penalidade de 300 (trezentas) UFMs, no valor de R$ 2.133,75 (dois mil, cento e trinta e três reais e setenta e cinco centavos). O AR de notificação do AIM foi recebido em 27/11/2025. O autuado apresentou defesa administrativa tempestiva em 09/12/2025 (processo apenso nº 128092/2025), dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias, acompanhada de documentos, incluindo o AVCB nº PRJ20190177323, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com validade até 22/08/2029. O Fiscal de Posturas Octávio J. R. M. Ferreira (Mat. 24.349) exarou Parecer Fiscal em 07/01/2026, opinando pelo DEFERIMENTO da defesa, por entender que, embora o AVCB não tenha sido apresentado na data em que os fiscais retornaram ao estabelecimento, o autuado comprovou na defesa que o documento se encontrava dentro da validade, tendo sido emitido antes da constatação fiscal de 03/10/2025. A Decisão de Primeira Instância, proferida em 08/01/2026 pela Gerência de Fiscalização de Posturas (Mat. 13.945), julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração e Multa, por entender que as razões apresentadas são suficientes para afastar as infrações decorrentes do pleito, tornando sem efeito as penalidades aplicadas. Considerando que o valor em litígio excede 150 UFMs, o processo foi encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes (Segunda Instância Administrativa) para referendo da decisão, conforme determina o artigo 4º da Lei Complementar nº 5/2019. Encaminhado o processo ao Conselho Municipal de Contribuintes em 16/01/2026, recebido pelo Conselho em 19/03/2026 e distribuído a esta relatoria em 19/03/2026, coube a esta conselheira a análise e emissão do voto. É o relatório. VOTO: Conforme apurado nos autos e reconhecido pelo próprio Fiscal de Posturas em seu Parecer, a defesa administrativa apresentada pelo autuado em 09/12/2025 foi tempestiva, uma vez que o Auto de Infração e Multa foi recebido em 27/11/2025 e a defesa foi protocolada dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias previsto no artigo 222 da Lei Municipal nº 6.543/2021. A defesa atendeu ainda aos requisitos formais de legitimidade previstos no artigo 222 da Lei nº 6.543/2021, sendo apresentada pelo sócio administrador devidamente identificado. Não há óbice à análise do mérito. A autuação originou-se da constatação, em 03/10/2025, de que o estabelecimento não apresentou AVCB com data válida às Autoridades Fiscais. O Auto de Infração e Multa nº 0494/2025 foi lavrado com fundamento no artigo 160, §1º, da Lei Municipal nº 6.543/2021 (FALTA DE AVCB OU CERTIFICADO DE DISPENSA DO CORPO DE BOMBEIROS), aplicando a penalidade de 300 UFMs. Em sua defesa, o autuado apresentou o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB nº PRJ20190177323, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com validade até 22/08/2029, referente ao imóvel situado na Avenida Duque de Caxias, n. 112, n. 114, n. 122 (Lanchonete Estação) e n. 124. O documento foi emitido em 27/03/2024 e atualizado em 27/03/2024. A análise dos autos revela situação relevante: o próprio Fiscal de Posturas autuante, ao examinar a defesa apresentada, reconheceu que o AVCB estava dentro da validade e havia sido emitido antes da constatação fiscal de 03/10/2025. Em seu Parecer Fiscal de 07/01/2026, concluiu pela improcedência do Auto de Infração e Multa, afirmando expressamente que "restou comprovado que a empresa está com a documentação em ordem". É verdade que, na data da fiscalização, o documento não foi apresentado aos agentes fiscais. Contudo, no direito administrativo sancionador, especialmente em infrações de natureza formal como a presente, a exigência tem por finalidade garantir a segurança do estabelecimento e da coletividade. Se o documento existia e estava válido ao tempo da autuação – como restou demonstrado de forma inequívoca –, a penalidade não encontra respaldo, pois a situação de risco que a norma busca prevenir não estava configurada. Ademais, o Certificado de Funcionamento Provisório apresentado quando da notificação preliminar havia vencido em 10/06/2025. Porém, o contribuinte demonstrou que, antes mesmo da volta dos fiscais em 03/10/2025, já havia obtido o AVCB definitivo junto ao Corpo de Bombeiros, documento com validade até 22/08/2029. A omissão em exibi-lo no momento da fiscalização não pode ser equiparada à ausência do documento, especialmente quando sua existência e validade são comprovadas documentalmente. Nesse contexto, acompanho o entendimento do fiscal autuante e da autoridade de primeira instância, reconhecendo que a prova documental produzida pelo contribuinte é suficiente para afastar a infração imputada, não havendo fundamento para a manutenção da penalidade. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso de ofício, para manter integralmente a decisão de primeira instância que julgou improcedente o Auto de Infração e Multa nº 0494/2025, lavrado em face de LANCHONETE ESTAÇÃO LTDA., tornando insubsistentes as penalidades aplicadas, diante da comprovação de que o estabelecimento já possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido e vigente à época da constatação fiscal. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:59FAAD07

SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de 14 de maio de 2026. PROCESSO Nº 145960/2021 Apensos: 68880/2022; 102134/2022; 11336/2023; 75465/2023; 103112/2024. RECORRENTE: Juliano Ferreira dos Santos RECORRIDO: Fazenda Pública Municipal RELATORA: Conselheira Cristina Maria De Oliveira EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. OBRIGAÇÃO DE CONFECCIONAR PASSEIO (CALÇADA). LEI MUNICIPAL Nº 6.570/2022. DEFESA ADMINISTRATIVA INTEMPESTIVA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. PRECLUSÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO TEMPESTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO. LIMITAÇÃO À VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE FORMAL. MANUTENÇÃO DA AUTUAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. Auto de Infração e Multa lavrado em face de proprietário de imóvel por descumprimento da obrigação legal de confeccionar passeio fronteiriço. Defesa administrativa apresentada fora do prazo legal, ensejando a preclusão do direito de discutir o mérito da autuação. Recurso administrativo interposto tempestivamente, que não tem o condão de reabrir a análise meritória. Ausência de vícios formais no procedimento administrativo. Manutenção da penalidade aplicada. Recurso administrativo não provido. RELATÓRIO Trata-se de Auto de Infração e Multa nº 145960/2021, lavrado em 13/06/2023 em face de JULIANO FERREIRA DOS SANTOS – CPF: 706.803.296-68, proprietário do imóvel situado na Rua Dante Cincoetti, Lote 03, Quadra X, Residencial Santa Rita II, Pouso Alegre/MG (Código do Imóvel nº 58170), por infração ao artigo 272, §4º, inciso X, c/c artigo 107, da Lei Municipal nº 6.570/2022, consistente na não confecção do passeio (calçada) fronteiriço ao imóvel. Os fatos remontam a

04/07/2022, quando foi lavrado o Auto de Advertência nº 145960/2021, notificando o autuado para que, no prazo de 30 dias, providenciasse a execução da pavimentação do passeio fronteiriço ao seu imóvel, conforme disposto no artigo 107 da Lei 6.570/2022, devidamente recebido fls.39. No dia 01/07/2022 o contribuinte manifestou solicitando a dilação de prazo para a confecção do passeio de 90 dias fl.46. Sendo concedido o prazo de 30 pelo Departamento de Fiscalização de Obras dias fl.48 Posteriormente em 03/01/2023 o contribuinte peticionou informando que o engenheiro estava realizando análise para construção do local, e que em breve seria construído o passeio. Em face da ausência de cumprimento da determinação, em 13/06/2023 foram lavrados o Auto de Constatação Fiscal e o Auto de Infração e Multa nº 145960/2021, aplicando ao autuado a penalidade de multa equivalente a 250 UFMs, totalizando o valor de R$ 1.672,45 (mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos). O AR de notificação do Auto de Infração e Multa foi recebido em 20/11/2023. O autuado, porém, somente apresentou defesa administrativa somente em 20/12/2023, quando o prazo já havia esgotado. Posteriormente decisão de Primeira Instância, proferida em 25/09/2024 e comunicada ao autuado via AR em 14/10/2024, manteve a penalidade aplicada, em razão da intempestividade da defesa e da constatação da infração pelos fiscais. O contribuinte interpôs recurso administrativo tempestivo em 17/10/2024, reiterando, em síntese, que: (i) a defesa intempestiva decorreu de mudança de endereço, sendo o Auto de Infração e Multa recebido por terceiro que não o comunicou a tempo; (ii) não houve intenção de descumprir a legislação, estando aguardando a aprovação de projeto pelo engenheiro para realizar a obra; e (iii) está em situação de hipossuficiência econômica. A Gerência do Departamento de Fiscalização de Obras apresentou contrarrazões em 02/07/2025, manifestando-se pelo não provimento do recurso, destacando que: (i) a infração restou devidamente comprovada; (ii) é obrigação legal do contribuinte manter seus dados cadastrais atualizados; e (iii) operada a preclusão administrativa, encontra-se prejudicada a análise do mérito. Encaminhado o processo ao Conselho Municipal de Contribuintes, coube a esta relatoria a análise e emissão do voto. É o relatório. VOTO: Inicialmente, impõe-se o reconhecimento de que a defesa administrativa apresentada em primeira instância foi considerada intempestiva, circunstância que não pode ser desconsiderada por esta instância revisora. Conforme se extrai dos autos, o Auto de Infração e Multa foi regularmente entregue ao autuado via AR em 19/06/2023, tendo a defesa sido protocolada apenas em 26/07/2023, ou seja, após o transcurso do prazo legal de 15 (quinze) dias previsto no artigo 319, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.570/2022. “Art. 319. O infrator será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento do auto fiscal ou sua publicação por edital, apresentar a sua defesa por escrito e a, produzir ou indicar provas, que comprovem os fatos alegados.” A intempestividade da defesa acarreta a preclusão do direito de discutir o mérito da autuação na esfera administrativa, uma vez que não houve impugnação válida e oportuna no momento processual adequado. Ainda que o recurso administrativo interposto contra a decisão de primeira instância seja formalmente tempestivo, tal circunstância não tem o condão de reabrir a discussão de mérito, já atingida pela preclusão consumativa decorrente da ausência de defesa tempestiva. Dessa forma, a atuação desta instância revisora deve se limitar à verificação da regularidade formal do procedimento, sendo vedado o reexame do mérito da autuação, sob pena de violação aos princípios da preclusão e da segurança jurídica. Ademais, conforme amplamente demonstrado nos autos, mesmo após a concessão de dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias para a regularização da situação, o autuado sanou a infração apontada. Ressalte-se que, realizada nova fiscalização após o transcurso do prazo adicional concedido, constatou-se a permanência da irregularidade, evidenciando o descumprimento reiterado da obrigação legal imposta, o que reforça a legitimidade da autuação e a manutenção da penalidade aplicada. Não se constatando, nos autos, qualquer vício formal capaz de macular o Auto de Infração ou a decisão recorrida, impõe-se a sua manutenção. Diante do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por Juliano Ferreira dos Santos, para manter a decisão de primeira instância e o Auto de Infração e Multa nº 145960/2021, em razão da preclusão do direito de defesa quanto ao mérito da autuação. É como voto. Publique-se. Registre. Intime-se nos termos da lei. Pouso Alegre/MG, 14 de maio de 2026.

CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:7230D0B9

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO (COMDU) - EDITAL Nº 34/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL QUE COMPORÃO PARTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO – COMDU, DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE,** de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 7.178/2025, vem tornar público a toda sociedade, os procedimentos para o processo de escolha dos Conselheiros Municipais oriundos das entidades da Sociedade Civil, que comporão o Conselho Municipal De Planejamento e Desenvolvimento Urbano – COMDU, como membros não governamentais, no biênio 2026/2028.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

– O COMDU é órgão opinativo, deliberativo, de assessoramento e consulta da Administração Municipal, com a finalidade de auxiliar na elaboração, implantação e fiscalização do Plano Diretor e das legislações urbanísticas correlatas, composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, num total de 14 (quatorze) membros efetivos e 14 (quatorze) suplentes, os quais exercem a função de Conselheiros Municipais de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

– O exercício do mandato no COMDU será considerado de relevante interesse público, não sendo devida qualquer espécie de remuneração.

– O presente edital disciplina a escolha dos membros da Sociedade Civil, sendo 01(um) representante titular e 01 (um) representante suplente.

– O processo de eleição será coordenado por Comissão Especial, formada por Monike Tanaka Pereto (Presidente), Ângelo Wagner Ramos (Coordenador) e Larissa de Fátima Silva Soares (Secretária).

– O processo de eleição para a função de Conselho Municipal De Planejamento e Desenvolvimento Urbano compreenderá as seguintes etapas:

- Inscrição;
- Deferimento da Inscrição;
- Assembleia para eleição;
- Nomeação e Posse.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO ELEITORAL

– Poderão inscrever-se entidades e instituições representativas compatíveis com cada segmento, desde que em regular funcionamento no ano imediatamente anterior à data agendada para a realização da inscrição e com atuação pertinente ao respectivo campo de representação conforme estabelecido no Decreto nº 6.342/2026 e Lei nº 7.178/2025.

– Cada entidade interessada deve inscrever um único candidato ao cargo de membro titular, com indicação do respectivo suplente.

– É proibida a propaganda de candidatos por meio de anúncios luminosos, folhetos, faixas, cartazes, meios eletrônicos ou outros meios de comunicação de massa, bem como nos veículos de acesso

direto aos eleitores como mala direta e correspondências, ou inscrições em locais públicos ou particulares.

3 – DA COMISSÃO ELEITORAL

– A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente prestará apoio administrativo à Comissão Eleitoral;

3.1. Compete à Comissão Eleitoral:

- Organizar e coordenar o processo eleitoral;

- Analisar as inscrições, verificando a documentação apresentada e a veracidade dos dados descritos;

- Deferir ou indeferir inscrição;

- Receber e decidir sobre impugnações contra inscrição de entidade;

- Coordenar a Assembleia para votação nos candidatos oriundos das entidades da sociedade civil para compor o COMDU do Município de Pouso Alegre;

-Divulgar a lista com a homologação das entidades inscritas aptas a participarem da eleição de acordo com os seus respectivos segmentos, bem como a relação das entidades não habilitadas de forma justificada e a divulgação do resultado de eventuais recursos e impugnações para conhecimento público;

- Homologar o resultado da eleição, encaminhando ao Prefeito cópia da Ata da Eleição indicando os representantes das entidades eleitas à representação no COMDU, para fins de nomeação e publicação em Diário Oficial.

4 – DA INSCRIÇÃO

–Período: de 29/06/2026 a 10/07/2026.

– Horário: De segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 11:00h e das 13:30h às 16:00h.

- Local: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, situada na Avenida Alfredo Custódio de Paula, nº 605, Bairro Alfredo Custódio de Paula.

- As inscrições eventualmente realizadas de outra forma serão indeferidas.

- Antes de efetuar a inscrição, a entidade que queira participar do processo de eleições deverá conhecer o edital e se certificar de que preenche todos os requisitos.

- No ato da inscrição, a entidade, por seu representante legal, **deverá apresentar:**

a-) Requerimento em modelo próprio (Anexo I), a ser fornecido no local da inscrição, no qual a entidade declare atender às condições exigidas para a inscrição e submeter às normas expressas do edital, assinado pelo representante legal da instituição candidata, por procurador ou preposto, sob pena de indeferimento;

b-) Cópia do cartão do CNPJ expedido há no máximo 30 (trinta) dias;

c-) Cópia da ata de posse da última diretoria eleita;

d-) Cópia da ata da última assembleia realizada;

e-) Ofício, assinado pelo representante legal, indicando o candidato representante e respectivo suplente da entidade no processo eleitoral;

f-) Cópia de documentos pessoais (RG e CPF e inscrição no registro de classe, se for o caso) dos indicados a titulares e dos respectivos suplentes.

- A ausência de quaisquer dos documentos listados no item anterior acarretará o indeferimento da inscrição.

– Efetuada a inscrição, será fornecido ao responsável legal o comprovante da mesma. (Anexo II)

- A qualquer tempo, poderá ser anulada a inscrição caso verificada qualquer falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nos documentos apresentados.

- A Comissão Eleitoral terá 03 (três) dias úteis para análise das inscrições, a contar do seu encerramento.

– A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente publicará no site da Prefeitura Municipal o resultado da análise de inscrição, indicando aquelas aptas para votação, depois de esgotada a possibilidade de recursos.

– As impugnações e recursos relativos às entidades inscritas, deverão ser formulados por escrito e fundamentados na legislação e neste Edital e poderão ser apresentados até 02 (dois) dias após publicação no site da Prefeitura Municipal, no mesmo horário e local de inscrição, sendo apreciados no prazo de 02 (dois) dias pela Comissão Eleitoral (Anexo III).

5 – DA REPRESENTAÇÃO DOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL

– A Sociedade Civil deverá eleger 07 (sete) representantes distribuídos
da seguinte forma:

01 (um) representante de associação de moradores;
01 (um) representante da área de educação, proveniente de instituição de ensino sediada no município e que mantenha, no município, programas regulares de educação profissional aplicados ao desenvolvimento urbano;
01 (um) representante da área de comércio e indústria do setor da construção civil;
02 (dois) representantes de entidades sociais;
02 (dois) representantes de conselhos de classe profissional

– Cada entidade só poderá inscrever seu candidato em um único segmento, conforme cada item supracitado, devendo indicar o segmento a que pertencem, de acordo com seu estatuto, no momento do preenchimento da ficha de inscrição.

6 – DA ELEIÇÃO:

– Data: 27/07/2026

– Horário: Das 09:00h às 11:00h.

– Local: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, situada na Avenida Alfredo Custódio de Paula, nº 605, Bairro Alfredo Custódio de Paula.
– O processo eleitoral dar-se através de voto secreto, em cédula a ser depositada em urna.

– Na impossibilidade de comparecimento do Conselheiro Titular ou indicado a titular, o voto poderá ser realizado pelo suplente.

– A entidade que já possua cadeira no Conselho e, novamente seja candidata, terá direito a apenas 01 (um) voto.

– Cada entidade terá direito a:
I - 1 (um) voto nos segmentos com 1 (uma) vaga;
II - até 2 (dois) votos nos segmentos com 2 (duas) vagas, vedado o voto repetido na mesma chapa

– Cada entidade candidata poderá designar um fiscal, caso queira, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à votação, informando

o nome à Comissão Eleitoral, indicado com crachá, para acompanhar todo o processo de votação e apuração dos votos.

- Na Assembleia de Eleição, o Coordenador da Comissão Eleitoral deverá dirigir os trabalhos, esclarecer dúvidas e resolver de pronto as eventuais questões de ordem.

– Na Assembleia de Eleição o secretário deverá elaborar a ata da Assembleia e auxiliar na condução dos trabalhos.

– Serão considerados eleitos como titulares, juntamente com seus respectivos suplentes, os candidatos mais votados nos segmentos com 1 (uma) vaga a chapa mais votada e nos segmentos com 2 (duas) vagas as 2 (duas) chapas mais votadas, em ordem decrescente

– Em caso de empate será utilizado como critério de desempate o tempo de registro da entidade, sendo eleita a entidade que tiver o registro mais antigo, persistindo o empate, haverá sorteio público.

– Terminada a manifestação, os votos serão apurados imediatamente, em local reservado, com a presença apenas dos membros da Comissão Eleitoral, do Presidente e Secretário Executivo do COMDU e os fiscais designados pelas entidades.

– Finda a apuração, o Coordenador da Comissão Eleitoral proclamará as entidades eleitas e após assinatura da ata, encerrará a Assembleia Eleitoral.

– O resultado do processo de eleição será afixado na sede da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, bem como, publicado no site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, cabendo recurso, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da publicação.

7 – DA NOMEAÇÃO E POSSE

– A nomeação e a posse dos Conselheiros Municipais do Meio Ambiente serão feitas perante publicação de Decreto Municipal expedido pelo Prefeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data da eleição.

8 – DO MANDATO

– O mandato do representante da sociedade civil é de 03 (dois) anos.

9 - DO RECURSO

– Caberá recurso à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente contra:

a) Decisão da Comissão Eleitoral;
b) Resultado de votação da Assembleia Eleitoral.

– Os recursos previstos no item anterior, alíneas “a” e “b”, deverão ser apresentados no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação (Anexo III).

– O recurso deverá ser individual e devidamente fundamentado.

– O recurso deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e do Meio Ambiente dentro do prazo previsto.

- Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado ou entregue fora do prazo.

– O recurso não terá efeito suspensivo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

– Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

THAIS OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Publicado por:
Daiane Caroline de Faria Pereira
Código Identificador:531A05C9

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE POSTURAS Nº 0046/2026 – NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO (MULTA – LIMPEZA DE TERRENO)

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Departamento de Fiscalização de Posturas, após tentativas de entrega dos Autos de Infração e Multa listados abaixo, vem através deste Edital, conforme previsto no artigo 256 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e no **Artigo 219, Parágrafo único** da Lei Municipal 6.543/2021 (Código de Posturas) notificar o(a) contribuinte abaixo relacionado(a) sobre autuação (multa) por infração a legislação municipal:

AUTUADO(A): NELSON DA SILVA VALÉRIO
CPF/CNPJ: ***.784.***-10
AIM: 0245/2026
DATA DA CONSTATAÇÃO: 13/04/2026
INFRAÇÃO: FALTA DE LIMPEZA/MANUTENÇÃO DE TERRENO PARTICULAR (ART. 11 DA LEI 6.543/2021)
TERRENO: LOTE 0046, QUADRA AX, COLINAS DE SANTA BÁRBARA, INSC. CADASTRAL 003.0399.0641
VALOR DA MULTA: R$ 1.779,72 (MIL SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).
OBS: -

O(A) proprietário(a) ou representante legal, caso haja interesse, poderá protocolar defesa, preferencialmente pelo Autoatendimento disponível no site *www.pousoalegre.mg.gov.br* ou *pousoalegre.atende.net*, remetida ao Departamento de Fiscalização de Posturas, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação deste edital, comprovando os fatos que vier alegar.

A defesa deve estar devidamente assinada pelo(a) proprietário(a) ou representante legal (mediante comprovação), com os seguintes documentos:

* Petição, devidamente assinada pelo(a) autuado(a) ou representante legal;
* Cópia do Auto de Infração e Multa (AIM), (ou cópia deste edital); e,
* Cópia de documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, se pessoa jurídica, que comprove a representação ou Procuração.

A falta dos documentos solicitados poderá ocasionar o não reconhecimento do pedido, caso não seja possível comprovar a legitimidade do requerente ou autenticidade dos documentos. A assinatura do requerente deve ser igual a constante no documento de identificação para comprovação da legitimidade. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma autuação.

Não sendo apresentado recurso em Primeira Instância Administrativa, dentro do prazo estabelecido, o débito será lançado e a guia disponibilizada através da internet no site *pousoalegre.atende.net > Autoatendimento > Cidadão > Emissão de Boleto > Emissão de Guias Receitas Diversas.*

O pagamento da multa não exime o(a) proprietário(a) ou responsável do cumprimento das determinações impostas pela legislação municipal.

Pouso Alegre, 26 de maio de 2026.

ANGELO WAGNER RAMOS
Gerente Interino do Departamento de Fiscalização de Posturas
Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG

Publicado por:
Eder do Couto Nora
Código Identificador:262EFED8

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA N° 33, DE 26 DE MAIO DE 2026

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, nomeada pela Portaria nº 4.693/2025, e em conformidade com as atribuições que foram delegadas pelo Decreto nº 6.066/2025; o art. 37, incisos I, com o artigo 53 e artigo 54, inc. I, II e VII todos da Lei Municipal nº 5.881/2017 e o art. 72, § 1º, alíneas "a" e "f", art. 142, e art. 143, inciso I, ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor PEDRO AUGUSTO SCHREIER RODRIGUES, Médico Clínico, matrícula funcional nº 25014, para exercer a função de Diretor Clínico no Pronto Atendimento do Bairro São João - Município de Pouso Alegre/MG, no âmbito de competência desta Secretaria.

Art. 2º. As atribuições de Diretor Clínico estão dispostas na Lei Ordinária nº 6685/2022 e no Decreto nº 4432/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Pouso Alegre, 26 de maio de 2026.

MÔNICA MARIA MENDES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Júlia Borges de Carvalho
Código Identificador:1874D812

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA Nº 30, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Determina a instauração de Sindicância Administrativa para apuração de indícios de possíveis irregularidades relacionadas ao cumprimento das atribuições funcionais pelo servidor contratado M.S.P.J, e designa membros para compor a Comissão incumbida de apurar as respectivas circunstâncias.

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, nomeada pela Portaria nº 4.693/2025, e em conformidade com as atribuições que foram delegadas pelo Decreto nº 6.066/2025; o art. 37, incisos I, com o artigo 53 e artigo 54, inc. I, II e VII todos da Lei Municipal nº 5.881/2017 e o art. 72, § 1º, alíneas "a" e "f", art. 142, e art. 143, inciso I, ambos da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, de apurar possíveis irregularidades que possam configurar infração administrativa ou funcional;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a apuração preliminar dos fatos noticiados, mediante procedimento investigativo destinado à verificação da materialidade e autoria, para eventual adoção de medidas administrativas cabíveis;
CONSIDERANDO as manifestações registradas por meio da Ouvidoria, bem como os registros administrativos e a Notícia de Fato nº 02.16.0525.0364660.2026.24, que indicam a necessidade de apuração de possíveis irregularidades funcionais atribuídas a servidor contratado, matrícula funcional nº 24284-1, no âmbito do Pronto Atendimento vinculado à Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO que tais condutas, se confirmadas, podem caracterizar infração contratual e violação aos deveres funcionais, impondo à Administração o dever de apurar os fatos;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância Administrativa, com a finalidade de apurar os fatos relatados e eventuais responsabilidades administrativas atribuídas ao servidor contratado, matrícula funcional nº 24284-1;
Art. 2º. Designar para compor a Comissão Processante os seguintes servidores públicos municipais:
I – Presidente: Carlos Henrique Gonçalves, matrícula funcional sob o nº 6.093, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Controladoria-Geral do Município.
II – Membro: Patrícia Teodosio Beletato, matrícula funcional sob o nº 16.270, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município.
III – Membro: Paulo Tadeu Furniel, matrícula funcional sob o nº 17.742, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3°. Designar, o servidor Francisco Fernandes Pereira, matrícula funcional 13.263, ocupante do cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar as funções de Secretário *ad hoc* da referida Comissão Sindicante para proceder às citações e/ou intimações.
Art. 4°. O prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa não excederá 30 (trinta) dias, contados da data da instalação da Comissão Processante, admitida a sua prorrogação por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Pouso Alegre, 26 de maio de 2026.

MÔNICA MARIA MENDES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Júlia Borges de Carvalho
Código Identificador:1C04FA39

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 08/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Concorrência Pública nº 08/2026 – Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma do muro de fechamento do Cemitério Municipal, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. A sessão pública será realizada no dia 16 de junho de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Gilbert Pereira Castro – Agente de Contratação. Pouso Alegre/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:0F8AE5A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 40/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para registro de preços nº 40/2026 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de iluminação, sonorização e cenotecnia, sob demanda, para atendimento das Secretarias Municipais de Cultura e de Comunicação Social, Lazer e Turismo do município de Pouso Alegre/MG. A sessão pública será realizada no dia 16 de junho de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Rodrigo Rodrigues Pereira – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:F121C468

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO E REAJUSTE CONTRATO Nº 269/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 02/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação e reajuste contrato Nº 269/2025– PREGÃO ELETRONICO nº 02/2025 - Objeto: Prestação de serviços de paisagismo e manutenção de áreas verdes, canteiros centrais, praças, parques, jardins , áreas desportivas e edificações públicas, incluindo o fornecimento de material, equipamentos e mão de obra. CONTRATADA: THV SANEAMENTO LTDA. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 23/05/2026 e termino previsto para 23/05/2027. Data assinatura:. 18/05/2026. Dotação orçamentária: nº 02.009.0004.0451.0029.2054.3.3.90.39.00– FICHA 670.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:F317AA57

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO PREGÃO ELETRONICO Nº 44/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Termo de reequilibrio economico financeiro – PREGÃO ELETRONICO nº 44/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS COM GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO. DETENTORA: MAGIBE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRONICOS LTDA.Dotação orçamentária nº 02.020.000.0004.0122.0045.1035.3.4.4.80.52.00 – ficha 1171. Jonathan Aparecido Caires Guido – Secretário Municipal de Administração . Data de assinatura: 21/05/2026.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:A64D77F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
RESCISÃO CONTRATO Nº 295/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – **RESCISÃO CONTRATO Nº 295/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026** — Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMILIA – ESF NOSSA SENHORA APARECIDA. LOCADORA: MARIA ROSA PEREIRA LOPES. Art. 138, II da Lei Federal n° 14.133/2021.

Pouso Alegre. 22/05/2026.

MONICA MARIA MENDES –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:C737F983

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – RETIFICAÇÃO – Pregão Eletrônico para registro de preços nº 21/2026 – Objeto: Aquisição de material de limpeza, higienização, copa, cozinha, artigos descartáveis e correlatos. A sessão pública que seria realizada no dia 15 de maio de 2026 as 09h00min será realizada no dia 15 de junho as 09h00min, conforme SUSPENSÃO do certame publicada no PNCP e no Portal de Compras Públicas em 14/05/2026. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Gilbert Pereira Castro – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:589248C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2025

Processo Licitatório nº 058/2025 – Inexigibilidade por Credenciamento nº 003/2025.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato, cujo objeto é "**CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA CONTRATAÇÃO DE MONITORES, PROFESSORES, MÚSICOS E PROFISSIONAL HABILITADO A MINISTRAR AULA DE IOGA, DEVIDAMENTE QUALIFICADOS PARA ATUAÇÃO JUNTO ÀS OFICINAS DO PROJETO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV E GRUPOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF, DISPONIBILIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROMOVIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS**".
Partes: Município de Prata-MG e **MEIRILANE NUNES OLIVEIRA.**
Valor Global: O valor total global estimado para a presente prorrogação é de R$38.880,00 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta reais).
Fundamento Legal: art. 107, da Lei 14.133/21.
Vigência: 12/06/2026 a 11/06/2027.
Data da assinatura: 25/05/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:2032EC96

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2025

Processo nº 136/2025 – Modalidade: Adesão Carona.
Partes: Município de Prata-MG e **MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA**.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato que tem por objeto **"ADESÃO MEDIANTE CARONA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2024, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATORIO ELETRONICO Nº 012/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS- GERENCIADO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO LAGO DE FURNAS- CDIMLAGO, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO, COMPARTILHADA PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE "A" a "Z" COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS- TCE MG"**.
Fundamento Legal: art. 105 e art. 107, da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais).
Prazo de vigência: de 20/05/2026 a 19/08/2026.
Data da assinatura: 19/05/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:F226E027

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2024

Processo Licitatório nº 184/2023 – Inexigibilidade por Credenciamento nº 024/2023.
Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato, cujo objeto é o "**Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços plantonistas, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, médicos cirurgiões e outros, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do município do Prata/MG**".
Partes: Município de Prata-MG e **S SILVA SERVICOS DE SAUDE LTDA-ME.**
Valor total global: R$30.000,00 (trinta mil reais).
Fundamento Legal: art. 57, II da Lei 8.666/93.
Vigência: 06/06/2026 a 05/06/2027.
Data da assinatura: 26/05/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:F7084576

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2024

Processo Licitatório nº 184/2023 – Inexigibilidade por Credenciamento nº 024/2023.
Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato, cujo objeto é o "**Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços plantonistas, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, médicos cirurgiões e outros, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do município do Prata/MG**".
Partes: Município de Prata-MG e **CUIDAR SERVIÇÕS MÉDICOS LTDA-ME.**
Valor total global: R$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
Fundamento Legal: art. 57, II da Lei 8.666/93.
Vigência: 06/06/2026 a 05/06/2027.
Data da assinatura: 26/05/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:B8D1B900

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

O Prefeito do município do Prata-MG, faz saber a todos que fica FRACASSADO o Processo Licitatório nº 067/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 021/2026, datado de 11/05/2026, do tipo Menor Preço Global, referente a Contratação de empresa para prestação de serviços de contratação de soluções de software corporativo para atendimento às demandas de produtividade, colaboração e análise de dados da Secretaria de Obras de Prata/MG, em virtude do valor ofertado estar manifestamente inexequível considerando-se o estimado pela Administração, sendo declarado FRACASSADO. Prata-MG, 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gustavo Dos Santos Faria
Código Identificador:A72DBC40

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO

Ratificação do Prefeito Municipal
25/05/2026.

Credenciamento nº 004/2025, Processo Licitatório nº 061/2025 – Objeto: Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços de plantões (plantão especialidades básicas – diurno presencial, plantão sobreaviso especialidades diurno e noturno) e transferências (transferência diurna e noturna), solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município do Prata/MG. Credenciada: **ALMEIDA SANTOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA.**

O Prefeito do Município do Prata, Marcel Vieira Rodrigues da Cunha no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA o Ato da Comissão de Contratação.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:F59A3C95

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO LICITATÓRIO Nº 133/2026.

Processo Licitatório nº 061/2025 – Modalidade: Credenciamento nº 004/2025.
Objeto: Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas, plantões (plantão especialidades básicas – diurno presencial, plantão sobreaviso especialidades diurno e noturno) e transferências (transferência diurna e noturna), solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município do Prata/MG.
Contratante: **Município do Prata-MG.**

Credenciada: ALMEIDA SANTOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA.
MEDICA: BARBARA ALMEIDA SANTOS.
– Plantão Sobreaviso Especialidade Diurno
– Plantão Sobreaviso Especialidade Noturno
– Transferência Diurna (Período das 07:00 ás 19:00 horas)
– Transferência Noturna (Período das 19:00 ás 07:00 horas)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.
Data da assinatura: 25/05/20*26*

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:8FEB1183

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 220/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À PESSOAS DA FAMÍLIA A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença **30** (TRINTA) dias, para acompanhamento de tratamento de saúde para pessoas da família, no caso, sua filha BRUNA LUIZA DIAS DE OLIVEIRA, a partir do dia 16/04/2026 a 15/05/2026, devendo voltar ao trabalho dia 16/05/2026, a servidora

LUCILENE DIAS GOMES, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, matrícula 03711.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 16/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:2D42D93F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 221/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À PESSOAS DA FAMÍLIA A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença **30** (TRINTA) dias, para acompanhamento de tratamento de saúde para pessoas da família, no caso, sua mãe LECY COSTA MENEGAZ, a partir do dia 17/04/2026 a 16/05/2026, devendo voltar ao trabalho dia 17/05/2026, a servidora **FABRICIA COSTA MENEGAZ**, ocupante do cargo de PROFESSOR-I, matrícula 4008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 17/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:155BEEDB

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 222/2026

CONCEDE LICENÇA DE 21 (VINTE E UM) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **21** (VINTE E UM) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 15/04/2026 a 05/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 06/05/2026, a servidora IZABEL CRISTINA DE ANDRADE OLIVEIRA ocupante do cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, matrícula 08260.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 15/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:8E4C6766

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 223/2026

CONCEDE LICENÇA DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **180** (CENTO E OITENTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 15/04/2026 a 11/10/2026, devendo retornar ao serviço no dia 12/10/2026, a servidora KARINE MELLO MINUCCI ocupante do cargo de **COORDENADOR DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, matrícula 09267.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 15/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:CF1F4CC3

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 224/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 22/04/2026 a 05/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 06/05/2026, a servidora GABRIELA NASCIMENTO SOUZA ocupante do cargo de **MONITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL,** matrícula 09351.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 22/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:19233054

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 225/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 22/04/2026 a 05/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 05/05/2026, a servidora LÉLIA FRANCO BARREIROS ocupante do cargo de **PROFESSOR – I** , matrícula 01906.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 22/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:B59E1C54

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 226/2026

CONCEDE LICENÇA DE 15 (QUINZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **15** (QUINZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 14/04/2026 a 28/04/2026, devendo retornar ao serviço no dia 29/04/2026, a servidora ROSA APARECIDA DA SILVA ocupante do cargo de **OPERÁRIO**, matrícula 04103.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 14/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:848BBD5C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 227/2026

CONCEDE LICENÇA DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **60** (SESSENTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 21/04/2026 a 19/06/2026, devendo retornar ao serviço no dia 20/06/2026, a servidora LILIA DO ROSÁRIO MIRANDA DE AQUINO ocupante do cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM,** matrícula 03585.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 21/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:41375872

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 228/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À PESSOAS DA FAMÍLIA A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença **30** (TRINTA) dias, para acompanhamento de tratamento de saúde para pessoas da família, no caso, sua filha ANA VITORIA RIBEIRO DE SOUZA, a partir do dia 14/04/2026 a 13/05/2026, devendo voltar ao trabalho dia 14/05/2026, a servidora **LUCIMEIRY HONORATO RIBEIRO DE SOUZA**, ocupante do cargo de PROFESSOR-I/PROFESSOR DE APOIO A COMUNICAÇÃO LINGUAGEM E TECNOLOGIAS, matrículas 09594/09690.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 14/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:FB675989

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 229/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **30** (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 23/04/2026 a 22/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 23/05/2026, a servidora RAQUEL CAETANO DA SILVA ocupante do cargo de **PROFESSOR – I**, matrículas 01915/03986.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 23/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:1EBB1F06

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 230/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 15/04/2026 a 28/04/2026, devendo retornar ao serviço no dia 29/04/2026, a servidora ELIANA TOME RIBEIRO ocupante do cargo de **OPERÁRIO,** matrícula 04191.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 15/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:C9497DAF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 231/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 24/04/2026 a 07/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 08/05/2026, a servidora LORRANE SANTOS FREITAS ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**, matrícula 08320.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 24/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:9D6861A0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 232/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À PESSOAS DA FAMÍLIA A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença 15 (QUINZE) dias, para acompanhamento de tratamento de saúde para pessoas da família, no caso, sua filha LIGIA MARTINS DOS SANTOS, a partir do dia 25/04/2026 a 09/05/2026, devendo voltar ao trabalho dia 10/05/2026, a servidora **MARIA DO AMPARO MARTINS DOS SANTOS**, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, matrícula 08721.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 25/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2025.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:B7EB3E3E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 233/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **30** (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 27/04/2026 a 26/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 27/05/2026, a servidora MARCIA CAMARGOS GONÇALVES ocupante do cargo de **PROFESSOR – I**, matrícula 08533.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 27/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:B5F14A2A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 234/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 22/04/2026 a 05/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 06/05/2026, a servidora MARIA ÂNGELA SILVA FERREIRA ocupante do cargo de **PROFESSOR – I** , matrícula 00978.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 22/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:41C030AD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 235/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DO SERVIDOR GILBERTO FERREIRA NUNES.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, sua mãe GUARACIABA FERREIRA NUNES, a contar de 22/04/2026 a 29/04/2026, devendo retornar ao serviço no dia 30/04/2026, ao servidor GUARACIABA FERREIRA NUNES, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, matrícula 06000.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 22 de Abril de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:B875EECE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 236/2026

CONCEDE LICENÇA DE 08 (OITO) DIAS PARA LICENÇA MATRIMONIAL AO SERVIDOR CARLOS CESAR SILVA VILELA.

Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder de acordo com artigo 154, inciso II, letra "A" da Lei Complementar nº 002/2006, bem como redação do artigo *Art. 14-A, I, "a"* da Lei Municipal nº 2.683 de 05 de outubro de 2022, Licença Matrimonial de 08 (oito) dias em virtude de casamento do servidor **CARLOS CÉSAR SILVA VILELA**, ocupante do cargo de **SERVIÇOS GERAIS**, matrícula 03610, a contar do dia 30/04/2026 a 07/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 08/05/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 30 de Abril de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:7F8D8ADD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 237/2026

CONCEDE LICENÇA DE 08 (OITO) DIAS PARA LICENÇA MATRIMONIAL A SERVIDORA ALCIONE OLIVEIRA SILVA.

Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder de acordo com artigo 154, inciso II, letra "A" da Lei Complementar nº 002/2006, bem como redação do artigo *Art. 14-A, I, "a"* da Lei Municipal nº 2.683 de 05 de outubro de 2022, Licença Matrimonial de 08 (oito) dias em virtude de casamento do servidor **ALCIONE OLIVEIRA SILVA**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO**, matrícula 03610, a contar do dia 30/04/2026 a 07/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 08/05/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 30 de Abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:CEB78ABD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 238/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DA SERVIDORA SILVIANE JUNQUEIRA NASCIMENTO.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, MARIA OTTONI NASCIMENTO, a contar de 28/04/2026 a 05/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 06/05/2026, a servidora SILVIANE JUNQUEIRA NASCIMENTO, ocupante do cargo de **PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA**, matrícula **09684**.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 28 de abril de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:E7465631

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 239/2026

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS A SERVIDORA KARLA MARIELLE FERNANDES DA COSTA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a partir do dia 30/04/2026 a 27/08/2026, devendo retornar ao serviço no dia 28/08/2026, a servidora **KARLA MARIELLE FERNANDES DA COSTA** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SAUDE BUCAL**, matrícula 08324.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 30/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:EC8D28C5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 240/2026

CONCEDE AUXÍLIO A SERVIDORA QUE MENCIONA.

Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Auxílio Natalidade a servidora KARLA MARIELLE FERNANDES DA COSTA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, pelo nascimento de seu filho **MATTEO EDUARDO FERNANDES SOUSA** , nascido em 30 de abril de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 30/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:AAE7AFAB

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 241/2026

CONCEDE LICENÇA DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **60** (SESSENTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 04/05/2026 a 02/07/2026, devendo retornar ao serviço no dia 03/07/2026, a servidora CLEUVITA APARECIDA NASCIMENTO SILVA ocupante do cargo de **SERVENTE ESCOLAR**, matrícula 03698.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 04/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:04C72760

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 242/2026

CONCEDE LICENÇA DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **90 (NOVENTA)** dias para tratamento de saúde, a partir do dia 01/05/2026 a 29/07/2026, devendo retornar ao serviço no dia 30/07/2026, a servidora VALTA ELIANA SILVA BEZERRA ocupante do cargo de **CUIDADORA SOCIAL**, matrícula 08826.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 01/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:B08382A0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 243/2026

CONCEDE LICENÇA POR TEMPO INDETERMINADO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA DALVANIR ALMEIDA GALVÃO.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por tempo indeterminado para tratamento de saúde, a partir do dia 13/02/2026, a servidora **DALVANIR ALMEIDA GALVÃO,** ocupante do cargo de PROFESSOR - II, matrícula 08520.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 13/02/2026

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:A28FA0A7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 244/2026

CONCEDE LICENÇA DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **60 (SESSENTA)** dias para tratamento de saúde, a partir do dia 29/04/2026 a 27/06/2026, devendo retornar ao serviço no dia 28/06/2026, a servidora ROMY CARLA SOUZA FELICIANO ocupante do cargo de **COZINHEIRA**, matrícula 08368.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 29/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:F46DA6DF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 245/2026

CONCEDE LICENÇA DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **60 (SESSENTA)** dias para tratamento de saúde, a partir do dia 06/05/2026 a 04/07/2026, devendo retornar ao serviço no dia 05/07/2026, a servidora LOURRAINE TAVARES LORENA ocupante do cargo de **ENFERMEIRA,** matrícula 08804.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 06/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:C89F920A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 246/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 08/05/2026 a 21/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 22/05/2026, a servidora CARLOS FERNANDES PÁDUA ALVES ocupante do cargo de **MOTORISTA CATEGORIA B**, matrícula 03527.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 08/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:6E86B608

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 247/2026

CONCEDE LICENÇA DE 15 (QUINZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **15** (QUINZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 11/05/2026 a 25/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 26/05/2026, a servidora LUCIENE VIEIRA MAMEDE ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** matrícula 04004.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 11/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:84234195

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 248/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DA SERVIDORA ELIAMAR ADRIANA PENA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, sua mãe NILDA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA PENA, a contar de 02/05/2026 a 09/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 10/05/2026, a servidora ELIANA ADRIANA PENA DA SILVA, ocupante do cargo de **SERVIÇOS GERAIS**, matrícula **08818**.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 02 de Maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:6E9C0AA8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 249/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DA SERVIDORA ADELIA CAETANO NASCIMENTO.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, seu pai JOSÉ RAIMUNDO DO NASCIMENTO, a contar de 06/05/2026 a 13/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 14/05/2026, a servidora ADELIA CAETANO NASCIMENTO, ocupante dos cargos de **DIRETORA ESCOLAR / PROFESSOR – I**, matrículas **01879/09441**.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 06 de Maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:AF43FB27

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 250/2026

CONCEDE LICENÇA POR TEMPO INDETERMINADO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA EDINA ALVES.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por tempo indeterminado para tratamento de saúde, a partir do dia 13/05/2026, a servidora **EDINA ALVES**, ocupante do cargo de PROFESSOR – I, matrícula 09065.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 13/05/2026

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:76BAFD91

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 251/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **30** (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 12/05/2026 a 10/06/2026, devendo retornar ao serviço no dia 11/06/2026, a servidora SUELY NUNES DE SANTANA ocupante do cargo de **SERVIÇOS GERAIS,** matrícula 08960.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 12/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:F20925DF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 252/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **30** (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 15/05/2026 a 13/06/2026, devendo retornar ao serviço no dia 14/06/2026, a servidora LIONICE OLIVEIRA SILVA ocupante do cargo de **SERVENTE ESCOLAR**, matrícula 08171.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 15/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:CA1085F8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 253/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DA SERVIDORA FERNANDA GONÇALVES VILELA.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, sua avó MARIA VILELA GONÇALVES, a contar de 14/05/2026 a 21/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 22/05/2026, a servidora FERNANDA GONÇALVES VILELA, ocupante do cargo de **PROFESSOR – I** , matrícula **09522**.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 14 de maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:1224E974

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 254/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de **30** (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 19/05/2026 a 17/06/2026, devendo retornar ao serviço no dia 18/06/2026, a servidora CASSIA APARECIDA DA SILVA ocupante do cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM,** matrícula 03560.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 19/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:E3EC5C6B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 255/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DA SERVIDORA MONICA APARECIDA SILVA.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, sua mãe MARIA TEREZA TEODORO, a contar de 19/05/2026 a 26/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 27/05/2026, a servidora MONICA APARECIDA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula **06153**

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 19 de maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:8DCE402C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 256/2026

CONCEDE LICENÇA DE 30 (TRINTA) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 30 (TRINTA) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 10/05/2026 a 12/06/2026, devendo retornar ao serviço no dia 13/06/2026, a servidora ALECSANDRA OLIVEIRA COSTA SILVA ocupante do cargo de **PROFESSOR – I / SUPERVISOR ESCOLAR**, matrículas **01883 / 09173**.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 10/05/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:8793BDE1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 257/2026

CONCEDE LICENÇA DE 8 (OITO) DIAS EM VIRTUDE DE LUTO NA FAMÍLIA DA SERVIDORA CINTIA DA SILVA FREITAS.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 154, II, b da Lei Complementar 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença de 08 (oito) dias em virtude de luto na família, seu avô GERALDO VALERIANO DE FREITAS, a contar de 20/05/2026 a 27/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 28/05/2026, a servidora CINTIA DA SILVA FREITAS, ocupante do cargo de **MOTORISTA CATEGORIA B**, matrícula **09793**.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 20 de maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 26 de maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:CC6AA7EC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 258/2026

CONCEDE LICENÇA DE 14 (QUATORZE) DIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA QUE MENCIONA.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença de 14 (QUATORZE) dias para tratamento de saúde, a partir do dia 23/04/2026 a 06/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 07/05/2026, a servidora LICIANE DE OLIVEIRA SILVA ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS**, matrícula 03523.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em 23/04/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, 26 de Maio de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Mendes Mota
Código Identificador:66B7E565

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E PROMOÇÃO HUMANA
ERRATA À RESOLUÇÃO CMDPCD Nº 03/2026, DE 14 DE ABRIL DE 2026

ERRATA À RESOLUÇÃO CMDPcD Nº 03/2026, DE 14 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a aprovação da renovação inscrição de entidade no Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência CMDPcD, de Prata-MG, em conformidade com as atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.552 de 21 de setembro de 2017 e atualizada pela Lei nº 2.966 de 28 de junho de 2024 e no uso de suas competências legais e regimentais, com o objetivo de estabelecer as normas que regem o seu funcionamento e organização, torna pública a presente ERRATA para correção de erro material constante da Resolução CMDPcD nº 03/2026, de 14 de abril de 2026.

ONDE SE LÊ:

Art. 8º – Fica aprovada a ATA CMDPcD nº 03/2026.

LEIA-SE:

Art. 8º – Fica aprovada a ATA CMDPcD nº 02/2026.

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Resolução CMDPcD nº 03/2026, de 14 de abril de 2026.

Prata-MG, 26 de maio de 2026.

ADRIANA CRISTINA S. RODRIGUES
Presidente do CMDPcD

Publicado por:
Mariane Alves
Código Identificador:9EC34E0D

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E PROMOÇÃO HUMANA
RESOLUÇÃO CMDPCD Nº. 04/2026 DE 22 DE ABRIL DE 2026.

RESOLUÇÃO CMDPcD Nº. 04/2026 DE 22 de ABRIL de 2026.

Dispõe sobre a reunião Ordinária do dia 22 de abril de 2026 e aprovações desencadeadas dessa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência CMDPcD, de Prata-MG, em conformidade com as atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.552 de 21 de setembro de 2017 e atualizada pela Lei nº 2.966 de 28 de junho de 2024, no uso de suas atribuições resolve aprovar:

Art. 1º-ATA CMDPcD n°02/2026 e aprovações desencadeadas dessa.
Art. 2º-Aprovar a indicação dos representantes da Casa Espirita do Samaritano, sendo como titular Geovania Aparecida Arruda Silvestre Silva e, como suplente, Karoliny Medeiros Andrade.

Art.3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prata, 22 de abril de 2026.

ADRIANA CRISTINA S. RODRIGUES
Presidente do CMDPcD

Publicado por:
Mariane Alves
Código Identificador:08BDF195

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E PROMOÇÃO HUMANA
RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 03/2026 DE 23 DE ABRIL DE 2026.

RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 03/2026 DE 23 de Abril de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do Prata-MG retifica a Resolução deliberativa do CMDCA 03/2026, em razão de erro material na identificação da ata da reunião plenária.

ONDE SE LÊ:
"O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, de Prata-MG – em reunião ordinária, conforme a **ATA nº 03/2026-CMDCA**..."
LEIA-SE:
"O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, de Prata-MG – em reunião ordinária, conforme a **ATA nº 02/2026-CMDCA**..."
ONDE SE LÊ:
"Art. 4º - Aprovar a **ATA 03/2026-CMDCA**."
LEIA-SE:
"Art. 4º - Aprovar a **ATA 02/2026-CMDCA**."
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições constantes da Resolução CMDCA nº 03/2026.

Prata/MG, 26 de maio de 2026.

MARIA EULAELYA SILVA GONZAGA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Mariane Alves
Código Identificador:B082F8D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS COM REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ALIENAÇÃO DE BENS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG, SEM ÔNUS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS À ORGANIZAÇÃO DO CERTAME, DISPOSIÇÃO E AVALIAÇÃO DOS LOTES, DIVULGAÇÃO, VISITAÇÃO, REALIZAÇÃO DO LEILÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS À TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

O **MUNICÍPIO DE PRATINHA-MG,** torna público a partir do dia 27/052026 a **INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO POR "CHAMADA PUBLICA Nº 04/2026**", **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2026**, para o seguinte objeto: Credenciamento de leiloeiros oficiais com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais para a prestação de serviços relacionados à alienação de bens de propriedade do Município de Pratinha/MG, sem ônus para administração pública municipal, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição e avaliação dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas e demais atos necessários à transferência de propriedade, no dia 13/06/2026 o procedimentos será realizado de forma eletrônica pela plataforma www.licitanet.com.br às 09:00 horas.

Os interessados poderão examinar e obter uma cópia do Edital, nos dias úteis, no horário das 08:00hs às 11:00hs horas e das 12:00hs às 16:00hs, na sede da Prefeitura Municipal de Pratinha, Rua Pedro Paulo dos Santos n° 45, centro, na sala de licitações, e através do site www.pratinha.mg.gov.br.

Pratinha- MG, 26 de maio de 2026.

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:8452D24D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Pratinha – MG. Concorrência Eletrônica Nº 002/2026**.**Extrato de Contrato. Processo licitatório nº 010/2026. Objeto: contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção de salas nas dependências do parque exposições (álvaro borges), em atendimento as necessidades do departamento de agricultura do município de Pratinha/MG. Data do contrato: 26/05/2026. Contratada: D2D construções e serviços ltda- cnpj: 36.918.567/0001-99, r$ 74.300,00 (setenta e quatro mil e trezentos reais) Vigência: 26/05/2026 à 26/11/2026.

Prefeitura Municipal de Pratinha.
WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:2EA382E9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 0103/2026, PROCESSO 0153/2026 (ART. 75, II DA LEI FEDERAL 14.133/2021)

JOSÉ VANDERLEI DA SILVA, secretário municipal de transportes em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o art. 72, inciso VIII da lei 14.133/2021, AUTORIZO, a contratação do licitante **LAZARO ANTONIO FILHO-ME** no valor global de R$ 29.910,00 (vinte e nove mil novecentos e dez reais), devendo a comissão de contratação

proceder com a publicação no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 21 de maio de 2026.

JOSÉ VANDERLEI DA SILVA
Secretário Municipal de Transportes

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:785E6855

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 108/2026, PROCESSO 159/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

RENATO AUGUSTO MENDES, Solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **ROMUALDO AUTO PEÇAS DE ABAETE LTDA** no valor de **R$ 5.712,00 (Cinco Mil e Setecentos e Doze Reais)**, devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações. Quartel Geral, 18 de maio de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:B6EF601C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 109/2026, PROCESSO 160/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

ZANAIDI APARECIDA SILVA, solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **ROMUALDO AUTO PEÇAS DE ABAETE LTDA ,** no valor de **R$ 6.901,00 (Seis Mil e Novecentos e Um Reais),** devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 18 de maio de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:05E0EAB5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 110/2026, PROCESSO 161/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

RENATO AUGUSTO MENDES, secretário municipal de saúde em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **EZEQUIEL FRANCISCO DE SOUSA** no valor de **R$ 1.960,00 (Um Mil e Novecentos e Sessenta Reais)**, devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 18 de maio de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:67A3A570

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 93/2026, (ART. 75, INCISO IV ALÍNEA "A" DA LEI FEDERAL 14.133/2021);

RENATO AUGUSTO MENDES, Solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o art. 75, inciso IV alínea "a" da lei 14.133/2021, **AUTORIZO, e, RATIFICO**, a contratação do licitante **MARKA VEICULOS E PECAS S/A** no valor de R$ **3.084,24 (Tres Mil e Oitenta e Quatro Reais e Vinte e Quatro Centavos)** via Dispensa de licitação devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço, bem como também devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações. Quartel Geral, 29 de abril de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:E8054ADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº **0165/2026** – Pregão Eletrônico/RP: **029/2026**. Torna publico para conhecimento dos interessados a abertura do processo licitatório cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA, BALANÇA DIGITAL E TABLETS, PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE QUARTEL GERAL-MG**, que fará realizar abertura das propostas comerciais e abertura da sessão dia **11/06/2026 às 08:00 horas**. Site para realização do Pregão Eletrônico/RP: https://ammlicita.org.br/. Informações (37) 99957-5102.

CIBELE DE ASSIS CAMPOS
Pregoeira e Equipe de Apoio – 26/05/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:FEE74A5A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO RELATIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0153/2026 – DISPENSA DE Nº 0103/2026; Contratante: Município de Quartel Geral-MG. Contratado: **LAZARO ANTONIO FILHO-ME** – Objeto: Aquisição de pedras de concreto destinadas à execução de serviços de manutenção, adequação e melhorias no cemitério municipal de Quartel Geral-MG, conforme termo referência. **Vigência: 21/05/2026 à 31/12/2026.** Valor do Contrato: R$ 29.910,00 (vinte e nove mil novecentos e dez reais) global. Publicado em 21/05/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:1D33935C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA Nº 21/2026.

O município de Queluzito – MG, torna público o Aviso de Contratação Direta - Dispensa Nº 21/2026, autorizado pelo PL Nº 38/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de espelhos, manutenção

preventiva e corretiva de portas e janelas de vidro comum, temperado e esquadrias de alumínio, incluindo confecção, conserto e revisão geral com mão de obra e peças em atendimento as Secretarias Municipais Queluzito - MG, nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021. Data e prazo final para recebimento das propostas: dia 02/06/2026 às 08h00min. As propostas devem ser enviadas pelo e-mail: licitacoes@queluzito.mg.gov.br. Edital disponível em www.queluzito.mg.gov.br.

Queluzito, 26/05/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:2B3A066D

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2025, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2025, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e J COTA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO EIRELI - ME. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato supracitado mediante alteração da "cláusula terceira" – Da vigência", passando este a viger até 20/06/2026, podendo vir a ser rescindido pelo chefe do executivo a qualquer momento. Data da assinatura: 20/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:B77BADA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PMQ Nº 48/2025, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2025,que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e GOLD CARE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES – ME. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a alteração da "cláusula terceira" – Da vigência", passando este a viger até 19/05/2027 e a correção dos valores mediante a aplicação do INPC acumulado nos últimos doze meses de 4,109610 % totalizando R$48.462,88(quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme tabela abaixo, podendo vir a ser rescindido pelo chefe do executivo a qualquer momento. Data da assinatura:19/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:FDD55DE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 71/2023, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 71/2023,que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e HLA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato supracitado mediante alteração da "cláusula terceira" – Da vigência", passando este a viger até 20/06/2026, podendo vir a ser rescindido pelo chefe do executivo a qualquer momento. Data da assinatura:20/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:9164381F

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023,que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e TETRA ENGENHARIA & SINALIZAÇÃO LTDA. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a alteração da "Cláusula Segunda - Do Valor" do Contrato supracitado, passando o valor global deste a ser de R$307.640,74(trezentos e sete mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos), em virtude do acréscimo de 1,04% ao seu objeto correspondente ao valor de R$2.564,95(dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), conforme planilha e a alteração da "Cláusula Terceira – Da Vigência" do Contrato, passando este a viger até 31/12/2026, podendo ser rescindido a qualquer momento pelo Executivo Municipal. Data da assinatura:26/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:E15580EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS. Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de curso de treinamento de Qualificação Profissional em soldador de eletrodo revestido em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Saneamento Básico de Queluzito – MG, de acordo com o contido no Termo de Referência e na Proposta apresentada. **Valor**: R$16.070,15(dezesseis mil, setenta reais e quinze centavos). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**18/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:00486AB5

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e JANAINA BASSI PEREIRA DE FREITAS. Objeto:** Credenciamento de pessoas físicas, estudantes de Medicina Veterinária, para a prestação de serviços de vacinação de cães e gatos durante a campanha de vacinação antirrábica em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Queluzito – MG. **Valor**: O valor referente a prestação dos serviços é de R$83,28(oitenta e três reais e vinte e oito centavos), por diária efetivamente prestado. **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**19/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:7AD24C3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e KAREN FRANCIELLE SOARES VIEIRA. Objeto:** Credenciamento de pessoas físicas, estudantes de Medicina Veterinária, para a prestação de serviços de vacinação de cães e gatos durante a campanha de vacinação antirrábica em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Queluzito – MG. **Valor**: O valor referente a prestação dos serviços é de R$83,28(oitenta e três reais e vinte e oito centavos), por diária efetivamente prestado. **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**19/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:0290FE23

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e LORENA LANA SOARES DE PAULA. Objeto:** Credenciamento de pessoas físicas, estudantes de Medicina Veterinária, para a prestação de serviços de vacinação de cães e gatos durante a campanha de vacinação antirrábica em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Queluzito – MG. **Valor**: O valor referente a prestação dos serviços é de R$83,28(oitenta e três reais e vinte e oito centavos), por diária efetivamente prestado. **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**19/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:DBCEA1B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e MELISSA AMARAL VERRÍSSIMO DE SÁ. Objeto:** Credenciamento de pessoas físicas, estudantes de Medicina Veterinária, para a prestação de serviços de vacinação de cães e gatos durante a campanha de vacinação antirrábica em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Queluzito – MG. **Valor**: O valor referente a prestação dos serviços é de R$83,28(oitenta e três reais e vinte e oito centavos), por diária efetivamente prestado. **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**19/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:B0E64400

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e RAYANE DA SILVA ESTEVES. Objeto:** Credenciamento de pessoas físicas, estudantes de Medicina Veterinária, para a prestação de serviços de vacinação de cães e gatos durante a campanha de vacinação antirrábica em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Queluzito – MG. **Valor**: O valor referente a prestação dos serviços é de R$83,28(oitenta e três reais e vinte e oito centavos), por diária efetivamente prestado. **Vigência:** 12 meses. **Data da assinatura:** 19/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:C91FC330

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e RICARDO MARDELINO DO NASCIMENTO ARONI. Objeto:** Credenciamento de pessoas físicas, estudantes de Medicina Veterinária, para a prestação de serviços de vacinação de cães e gatos durante a campanha de vacinação antirrábica em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Queluzito – MG. **Valor**: O valor referente a prestação dos serviços é de R$83,28 (oitenta e três reais e vinte e oito centavos), por diária efetivamente prestado. **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**19/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:CA3AD644

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e 60.644.043 JUDSON FELIPE MORAES. Objeto:** Prestação de serviços de aulas de fanfarra para os alunos das escolas municipais visando o desenvolvimento de atividades musicais, culturais e cívicas em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo de Queluzito – MG, conforme Termo de Referência e Proposta de Preços apresentada anexos ao Processo. **Valor**: R$ 11.250,00(onze mil, duzentos e cinquenta reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**26/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:8AA70D56

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e ECM COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA – EPP. Objeto:** Prestação de serviços de confecção e instalação de placas e letreiros em atendimento a Secretaria Municipal de Administração de Queluzito - MG, conforme Termo de Referência e Proposta de Preços apresentada anexos ao Processo. **Valor**: R$63.100,00(sessenta e três mil e cem reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**26/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:620DF7ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e THIAGO APARECIDO SEIXAS BRUNO. Objeto:** Prestação de serviço de remoção e re-localização de colmeias de abelhas, maribondos e vespas no município de Queluzito em atendimento a coordenadoria de defesa civil de Queluzito – MG, conforme Termo de Referência e Proposta de Preços apresentada anexos ao Processo. **Valor**: R$ 29.298,24(vinte e nove mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**26/05/2026.

Queluzito, 26/05/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:1BF9D660

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2026 MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

Nº DO CONTRATO: 028/2026
PARTES: Município de Recreio e M & P FERREIRA PRODUÇÕES LTDA.
OBJETO: Contratação da empresa M & P FERREIRA PRODUÇÕES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 08.111.952/0001-94, para apresentação artística da Banda BONDE DO FORRO, a ser realizada durante a 46ª Exposição Agropecuária e Industrial de Recreio 2026, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca.

VIGÊNCIA: 12/05/2026 á 10/12/2026
VALOR: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Especificação: Outros Serviços de Terceiros P.J., Natureza da despesa: 3.3.90.39.00, Ficha: 271 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021– Processo Administrativo nº 033/2026 – Modalidade Inexigibilidade 004/2026.
SIGNATÁRIOS: Leandro Ferreira Medeiros, Prefeito Municipal de Recreio e Juliana Fernandes dos Santos Oliveira M & P FERREIRA PRODUÇÕES LTDA, RONEI DE PAULA COSTA E JOÃO GUILHERME COSTA FERREIRA como testemunhas.

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:734DD793

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
Após cumpridas as formalidades, balizado pelo parecer da assessoria jurídica municipal, considerando a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação, a justificativa para escolha do contratado e do preço pratico apresentada pela secretaria requisitante, AUTORIZO a Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026, através do Processo Administrativo nº 033/2026, cujo objeto é a Contratação da empresa GOLD MUSIC LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 25.194.509/0001-43 e da empresa M & P FERREIRA PRODUÇÕES LTDA, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 08.111.952/0001-94, para apresentações artísticas, respectivamente, do Cantor XANDE DE PILARES e da Banda BONDE DO FORRÓ – SHOW SAUDADES 20 ANOS, a serem realizadas durante a 46ª Exposição Agropecuária e Industrial de Recreio 2026, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca de Recreio-MG, no valor global correspondente a R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Publique-se.

Recreio/MG, 11 de maio de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:DC402D52

SETOR JURÍDICO
RESULTADO OFICIAL CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2026

	Assistente Social				
Classificação	Nome	Tempo de Serviço Público no cargo	Data de Nascimento	CPF	Resultado
1º	Viviana de Paula Araujo	08 anos, 11 meses e 29 dias	16/07/1989	097.056.826-66	Aprovado

Prefeitura Municipal de Recreio, MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:733E85BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato Administrativo, referente à DISPENSA N.º 005/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E OBRAS, VISANDO À REFORMA DO PÓRTICO DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS/MG, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PROJETOS, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
Contratada: AP SOARES CONSULTORIA SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 48.947.512/0001-96
VALOR GLOBAL: R$ 123.642,66

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:D643341B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO PROCESSO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA Nº6201/2026

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PORTARIA/COR/INSTAURAÇÃO Nº 017/2026
Processo instaurado dia 26/05/2026
SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA – INDENIZATÓRIO 4458/2025

Comissão processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:480A03F1

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO PROCESSO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA Nº6215/2026

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA 6215/2026
PORTARIA/COR/INSTAURAÇÃO Nº 018/2026
Processo instaurado dia 26/05/2026
– INDENIZATÓRIO 5665/2024

Comissão processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:0B9AAC6D

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO PROCESSO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA SEI 456.333.018613/2026-21

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA SEI 456.333.018613/2026-21
PORTARIA/COR/INSTAURAÇÃO Nº 016/2026
Processo instaurado dia 26/05/2026
INDENIZATÓRIO 456.333.025081/2025-85

Comissão processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:882DD04B

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 265/2026

Concede reajuste no adicional de insalubridade pago aos servidores públicos do Poder Executivo Municipal.

O POVO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido reajuste equivalente a 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), no adicional de insalubridade pago aos servidores públicos municipais, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período de janeiro a dezembro de 2025.

Parágrafo único. Considerando o reajuste previsto no caput, o adicional de insalubridade terá os seguintes valores:

I - R$ 467,15 (quatrocentos e sessenta e sete reais e quinze centavos) em se tratando de insalubridade classificada em grau máximo;

II - R$ 233,57 (duzentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) em se tratando de insalubridade classificada em grau médio;

III - R$ 116,79 (cento e dezesseis reais e setenta e nove centavos) em se tratando de insalubridade classificada em grau mínimo.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, serão utilizadas dotações orçamentárias previstas no Orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2026.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ribeirão das Neves/MG, 25 de Maio de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D772C3C4

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 266/2026

Concede a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica concedida a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - acumulado no período de abril de 2025 a março de 2026.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos constantes dos Anexos II e III da Lei Complementar nº 141, de 13 de novembro de 2013, ficam revisados no percentual de 3,71% (três inteiros e setenta e um centésimos por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

F.006 01.001.01.031.0112.2003-319011

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de maio de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 25 de Maio de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:ACF37B08

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 267/2026

Concede a revisão geral anual dos vencimentos dos Assessores Parlamentares da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica concedida a revisão geral anual dos vencimentos dos Assessores Parlamentares da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - acumulado no período de abril de 2025 a março de 2026.

Parágrafo único. O valor da Unidade Padrão de Vencimento - U.P.V, fixado no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 141, de 13 de novembro de 2013, fica revisado no percentual de 3,71% (três inteiros e setenta e um centésimo por cento) e passa a vigorar com o valor de R$ 45,23 (quarenta e cinco reais e vinte e três centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

F.006 01.001.01.031.0112.2003-319011

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de maio de 2026

Ribeirão das Neves/MG, 25 de Maio de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3534AC0A

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO DA FICHA ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVO, ATA Nº 29/2026 - PROCESSO Nº 13818/2025, CELEBRADO COM A EMPRESA Darilha de Freitas Soaraes Vieira

Ribeirão das Neves - MG, em 25 de Maio de 2026.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES** , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por seu titular **MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA**, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVOS** por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

Darilha de Freitas Soaraes Vieira - 12.369.878/0001-88					
Lote	Item	Quant	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
03	01	02	PISCINA DE BOLINHAS LOCACAO DE PISCINA DE BOLINHAS: Completa tamanho aproximado de 1,5 m e com monitor. Com certificacao do INMETRO.	R$ 250,00	R$ 500,00
04	02	02	TOBOGA INFLAVEL LOCACAO DE TOBOGA INFLAVEL: 5,00 x 3,00 m altura aproximada de 4,00 m com monitor. Com certificacao do INMETRO.	R$ 340,00	R$ 680,00
Total Geral				R$ 1.180,00	

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido Contrato são:

Dotação: 13.002.18.542.0110.2764.3.3.90.36
Ficha: 938
Fonte: 1.759.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no, Contrato e aditivo (s) posterior (es).

Assim, assina o presente instrumento para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Atenciosamente,

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA /
Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:09DF6342

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE APOSTILAMENTO

SMMADS/SMMADS-ASAF

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO DA FICHA ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVO, ATA Nº 225/2025 E ATA Nº 226/2025 - PROCESSO Nº 32/2024, CELEBRADO COM AS EMPRESAS EMPREENDIMENTO COMERCIAL SAARA LTDA E PETBIO ATACADO E VAREJO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA
Ribeirão das Neves - MG, em 26 de maio de 2026.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES** , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por seu titular **MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA**, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVOS** por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido Contrato são:

Dotação: 13.001.18.542.0115.2870.3.3.90.30
Ficha: 926
Fonte: 1.501.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no, Contrato e aditivo (s) posterior (es).

Assim, assina o presente instrumento para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA /
Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BE9CC85E

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 040° SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 26/05/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
1690	4051	283	26/05/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
1691	4051	284	26/05/2026	DEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02
Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:BC14F242

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
TERMO DE RETIFICAÇÃO

Referência: Termo de Retificação ao 3°Termo Aditivo para alteração de valor referente ao Contrato de Locação de Imóvel n°036/2022 do Processo Administrativo n° 073/2022.

Pelo presente instrumento, retifico o erro material na Clausula Segunda do 3° Termo Aditivo ao Contrato 036/2022, para que se faça constar :

Onde se lê:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR/APLICAÇÃO DO REAJUSTE ANUAL
2.1. O valor total deste aditivo é de R$15.6016,26 a ser pago à CONTRATADA, em parcelas iguais, mensais e consecutivas no valor de R$2.546,13. (...)
Leia-se:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR/APLICAÇÃO DO REAJUSTE ANUAL
2.1. O valor total deste aditivo é de R$15.786,01 a ser pago à CONTRATADA, em parcelas iguais, mensais e consecutivas no valor de R$2.546,13. (...)
Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do mencionado Contrato, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste instrumento.

Assim, assino o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais.

Ribeirão das Neves, em 25 de maio de 2025.

LEINILSON MARCOS BARBOSA ALVES
Secretária Municipal de Segurança Trânsito e Transportes

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:8318B789

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO ENDEREÇO PARA POSSE 36ª CONVOCAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE POSSE – EDITAL Nº 003/2024

A Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, por meio da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), no exercício de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 15 do Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Geral de Ribeirão das Neves (Lei Complementar nº 038/2006), **CONVOCA** os candidatos nomeados e habilitados, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em 09 de outubro de 2025, por meio do Concurso Público regido pelo Edital nº 003/2024, homologado em 12 de novembro de 2024, para realizarem os procedimentos necessários à posse.

Os candidatos listados a seguir, **que foram considerados APTOS**, deverão comparecer ao **Auditório Interno da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Seicídio Jorge Ricardo, 2138, Bairro Santa Paula, Ribeirão das Neves, CEP 33.880-220**, **no dia 29 de Maio de 2026, às 09:00h** . Segue a relação de candidatos:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MEDICINA DO TRABALHO
SIRLENE AFONSO DAS GRAÇAS	505 - ASSISTENTE SOCIAL	59ª	APTO
ERICA ROSA DOS REIS DA SILVA	505 - ASSISTENTE SOCIAL	60ª	NÃO COMPARECEU
MARIA LUIZA DE	505 - ASSISTENTE	61ª	NÃO

ALMEIDA ARAUJO	SOCIAL		COMPARECEU
ALESSANDRA TEIXEIRA DINIZ ROCHA	522 - PSICÓLOGO	53ª	APTO
LARISSA DE SOUZA COSTA	522 - PSICÓLOGO	54ª	APTO

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B49BD845

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
ATA PLENARIA 330 26 DE MAIO DE 2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES. PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA Nº 330. Data: 26 de maio de 2026, horário: início às 14h03minutos e término às 14h35 minutos. Formato híbrido, sendo a parte presencial realizada no auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, situada à Rua Ari Teixeira da Costa, 1.100, Bairro Savassi – Ribeirão das Neves / MG e a parte on-line realizada através da plataforma google meet, link https://meet.google.com/wyb-rqmw-vdw. Participaram presencialmente os conselheiros Andrezza dos Reis Pimenta, Natália Lino Silva, Priscila Rosa de Oliveira e Maurício Florentino da Silva e a Secretária Executiva do CMAS, Aliziane Aparecida Gonçalves Leite da Silveira, além da representante da Gestão do SUAS, Angelita Dias Costa. Participaram on-line os conselheiros Rosemary Rodrigues Fernandes, Efigenia Maria da Silva, Ednilza Angelica Gomes, Viviane Silvia de Oliveira, Claudia Maria Venancia de Paula, Viviane Reis e Regina Márcia Costa Campos. Também participaram online o representante do Instituto Bom Samaritano, Sr. Antonio Junior e as representantes da Providens – Convivium São José, Simone Gouveia e Paula Carvalho. **ATA DA 330ª (TRECENTÉSIMA TRIGÉSIMA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – CMAS/RN.** Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h03 minutos reuniram-se, em sessão extraordinária, em formato híbrido, os Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves (CMAS/RN), para deliberação da pauta do dia: indicação de novo conselheiro governamental e troca da presidência do CMAS. A plenária foi conduzida pela Sra. Andrezza dos Reis Pimenta, vice-presidente do Conselho. Andrezza deu boas vindas a todos, assim como Natália e Priscila, que também se apresentaram. Aliziane falou das substituições e após esclarecimentos e leitura do termo de posse, a Sra. Natália Lino Silva, conselheira governamental suplente, foi indicada agora como conselheira titular, assumindo também a presidência, conforme previsto na Resolução CMAS/RN nº 312/2025, que dispõe sobre o Regimento Interno do CMAS, art. 18, que diz que havendo vacância na mesa diretora, para representação governamental, haverá indicação de novo representante do detentor da cadeira para continuidade do mandato. Aliziane informou ainda que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania indicou a Sra. Priscila Rosa de Oliveira para a vaga de suplente da Sra. Natália. Foram lidos os termos de posse de Natália e Priscila, e após ciência de todos, os mesmos foram assinados por elas e pela Vice-presidente Andrezza. A fala foi aberta a todos, e Mauricio falou da importância da participação dos conselheiros e instituições nas plenárias, que ainda é muito tímida. Antonio Junior falou da importância da superintendência de proteção básica, assim como o CMAS, de ter um olhar diferenciado paraas entidades. Nada mais havendo a tratar, a vice-presidente Andrezza encerrou a plenária às 14h35, agradecendo a participação de todos, e eu Aliziane Aparecida Gonçalves Leite da Silveira, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, cabendo destacar que a mesma após lida pelos conselheiros, foi aprovada por unanimidade ao término desta plenária.

ANDREZZA DOS REIS PIMENTA	***ALIZIANE APARECIDA GONÇALVES LEITE DA SILVEIRA***
Vice-Presidente do CMAS	Secretária Executiva do CMAS

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1998501F

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 001/2026

Partes: Município de Ribeirão das Neves, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.**
Objeto: parceria para desenvolvimento do serviço – **"CENTRO DIA" p**ara a execução do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias, com algum grau de dependência, na modalidade CENTRO DIA
Valor : R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Vigência: 12 (doze) meses de vigências contadas a partir do da assinatura deste termo.
Data da Assinatura: 15 de Maio de 2026.
Processo Administrativo n.º 3839/2025.

MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:23CBD49D

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO CMAS/RN Nº 358, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre troca da presidência do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, deliberada na 330ª (trecentésima trigésima) plenária ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves, realizada no dia 26 de maio de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 4.519/2025 de 03 de janeiro de 2025;
Considerando a Resolução CMAS/RN nº 312, de 10 de julho de 2025, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves,

RESOLVE:

Art. 1º – REALIZAR A TROCA da Presidência do CMAS, em função do desligamento da antiga representante.
Parágrafo único. Assume a presidência do CMAS, a partir da presente data, a representante governamental da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Sra. Natália Lino Silva, para continuidade da gestão 2024-2026, que se encerra em 25 de outubro de 2026.
Art. 2 º – Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão das Neves, 26 de maio de 2026.

ANDREZZA DOS REIS PIMENTA
Vice-Presidente do CMAS

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:2E678878

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA
JUST. DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

- SEMECTUR/SEMECTUR-SPC/SEMECTUR-GPC

Dados da Organização Civil: CENTRO DE ESTUDO, PESQUISA E INTERVENÇÃO RIBEIRÃO DAS NEVES-CEPI NEVES , inscrita no CNPJ sob o nº 07.735.540/0001-62, com sede na Rua Julieta Gomes, nº 664, Bairro Porto Seguro, nesta cidade.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA: Repasse de Contribuições, através de Emenda Parlamentar Impositiva Bancada nº 136-C/2025 da Vereadora Marcela Menezes Costa no valor de R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais) com o objetivo de Pagamento de arte-educadores, agentes culturais, artistas, produtores culturais, profissionais de comunicação e aquisição de insumos para realização de eventos culturais e outros .

Considerando a necessidade de fomento e incentivo cultural no Município como fonte de lazer, cultura e oportunidades para geração de renda.

Considerando que Trata-se de repasse de recurso decorrente de Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada n.º 136-C/2025, à qual foi destinada ao Centro de Estudo, Pesquisa e Intervenção Ribeirão das Neves-CEPI Neves, em Ribeirão das Neves;

Considerando a dispensa do chamamento público e a parceria dar-se-á por meio de inexigibilidade para a formalização do Termo de Fomento entre o Município de Ribeirão das Neves e o Centro de Estudo, Pesquisa e Intervenção Ribeirão das Neves-CEPI Neves, nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal n.º 13.019/2014 e art. 4º, § 4º.

Considerando a prévia dotação orçamentária correspondente, nos termos da Lei Municipal nº 4.624/2026.

Considerando, por fim, desde que cumpridos todos os requisitos impostos pela Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 021/2019 e suas atualizações, para a celebração do termo de fomento;

O Município de Ribeirão das Neves, em cumprimento ao artigo 32, caput da Lei Federal 13.019/2014 torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público para celebração de Termo de Fomento com o Centro de Estudo, Pesquisa e Intervenção Ribeirão das Neves-CEPI Neves, para execução, em regime de mútua cooperação, para atendimento a Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada.

Diante do exposto, com amparo no art. 31, caput, da Lei Federal 13.019/2014 e no art. 13, I, da Lei Municipal 3.083/2017, e cumprindo o disposto no art. 32, § 1º, da mencionada Lei Federal, publique-se a presente justificativa no sítio oficial do Município na internet e também no Quadro de Publicações da prefeitura

Na forma do § 2º do mesmo art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação, que deverá ser protocolada junto a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

ADALBERTO ALVES DA COSTA /
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BB1D48E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA
JUST. DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - SEMECTUR/SEMECTUR-SPC/SEMECTUR-GPC

Dados da Organização Civil: INSTITUTO CULTURAL SEMIFUSA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.546.793/0001-53, com sede na Rua Cataguases, nº 73, Bairro Sevilha B, nesta cidade.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA: Repasse de Contribuições, através de Emenda Parlamentar Impositiva Bancada nº 132-C/20256 da Vereadora Marcela Menezes Costa no valor de R$165.000,00 (Cento e Sessenta e Cinco mil reais) com o objetivo de Pagamento de oficineiros, artistas, produtores culturais, aluguel de equipamentos e/ou outros itens de custeio para realização de eventos culturais e recreativos e aquisição de brinquedos infláveis, gradis para fechamento de eventos e tenda desmontáveis.

Considerando a necessidade de fomento e incentivo cultural no Município como fonte de lazer, cultura e oportunidades para geração de renda.

Considerando que Trata-se de repasse de recurso decorrente de Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada n.º 132-C/2025, à qual foi destinada ao Instituto Cultural Semifusa em Ribeirão das Neves;

Considerando a dispensa do chamamento público e a parceria dar-se-á por meio de inexigibilidade para a formalização do Termo de Fomento entre o Município de Ribeirão das Neves e o Instituto Cultural Semifusa em Ribeirão das Neves; nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal n.º 13.019/2014 e art. 4º, § 4º.

Considerando a prévia dotação orçamentária correspondente, nos termos da Lei Municipal nº 4.624/2026.

Considerando, por fim, desde que cumpridos todos os requisitos impostos pela Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 021/2019 e suas atualizações, para a celebração do termo de fomento;

O Município de Ribeirão das Neves, em cumprimento ao artigo 32, caput da Lei Federal 13.019/2014 torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público para celebração de Termo de Fomento com o Instituto Cultural Semifusa em Ribeirão das Neves; de Ribeirão das Neves para execução, em regime de mútua cooperação, para atendimento a Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada.

Diante do exposto, com amparo no art. 31, caput, da Lei Federal 13.019/2014 e no art. 13, I, da Lei Municipal 3.083/2017, e cumprindo o disposto no art. 32, § 1º, da mencionada Lei Federal, publique-se a presente justificativa no sítio oficial do Município na internet e também no Quadro de Publicações da prefeitura

ADALBERTO ALVES DA COSTA /
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:584376C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSUAL RIBEIRÃO DAS NEVES 10245/2026.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSUAL RIBEIRÃO DAS NEVES 10245/2026.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público, o extrato dos atos de **AUTORIZAÇÃO, RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 10245/2026.**

Objeto: A ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° DE PREÇOS 24/2025 – PREGÃO Nº 10/2025 – PROCESSO ADM 0030/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARES DE DESIGN GRÁFICO ADOBE E AUTODESK, COM DIREITO DE ATUALIZAÇÃO, SUPORTE, TREINAMENTO E SERVIÇO DE ASSESSORIA, EMPRESA CONTRATADA: PARS – PRODUTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.
Partes: Município de Ribeirão das Neves com Interveniência da Secretaria Municipal de Obras e a empresa: **PARS – PRODUTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.** , perfazendo o valor total de R$**700.650,00** (Setecentos mil e seiscentos e cinquenta reais).

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA /
Secretário Municipal de Obras.

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:3E174144

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº: 140/2025

CONTRATADA: LM CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA.

PROCESSO Nº: 124/2024 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de urbanização de vias, compreendendo terraplanagem, pavimentação asfáltica e obras complementares com fornecimento de materiais, na Rua José Januário no Bairro Areias no Município de Ribeirão das Neves /MG.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, por meio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o disposto no § 8o, do artigo 65, Lei nacional nº 14.133/2021, de Licitações e Contratos Administrativos, que permite às atualizações contratuais, mantidas as condições originárias, APOSTILA o instrumento contratual supramencionado, para alteração/atualização das seguintes dotações/classificações orçamentárias e fontes de recursos da Secretaria Municipal de Obras:

• 09.002.15.451.0109.1862 – 4.4.90.51 – Despesa 437 – Fonte: 1.500.000.0000 – Recursos Não Vinculados de Impostos;

• 09.002.15.451.0109.1862 – 4.4.90.51 – Despesa 437 – Fonte: 1.700.000.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União;

• 09.002.15.451.0109.1862 – 4.4.90.51 – Despesa 437 – Fonte: 1.706.000.0000 – Transferência Especial da União;

• 09.002.15.451.0109.1862 – 4.4.90.51 – Despesa 437 – Fonte: 1.710.000.0000 – Transferência Especial dos Estados;

• 09.002.15.451.0109.1862 – 4.4.90.51 – Despesa 437 – Fonte: 1.754.000.0000 – Recursos de Operação de Crédito;

• 09.002.15.451.0109.1862 – 4.4.90.51 – Despesa 437 – Fonte: 1.755.000.0000 – Recursos de Alienação de Bens/Ativos – Administração Direta.

Ficam mantidas as demais cláusulas constantes do referido instrumento, como se aqui estivessem transcritas, desde que não contrariem as disposições constantes deste.

Assina o presente instrumento, em 2 (duas) vias, para que se produzam seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle.

Ribeirão das Neves, 25 de maio de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA /
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:59E350C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão satisfatória dos serviços **URBANIZAÇÃO DE VIAS, COMPREENDENDO TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NA RUA JOSÉ RAMOS GOMES** no município de Ribeirão das Neves, em conformidade com o contrato nº 143/2025, firmado em **24 de outubro de 2025**, entre a Prefeitura Municipal e a empresa **MIX Construtora LTDA**, com a Ordem de Serviço emitida em 05 de novembro de 2025.

Qualquer pendência ou ajuste necessário será tratado conforme as cláusulas contratuais, e a entrega definitiva estará sujeita à realização de eventuais correções ou complementações, de acordo com as normas estabelecidas.

Ribeirão das Neves, 26 de maio de 2026.

TAMARA DE MATOS VIEIRA PASSOS	Representante Legal
Fiscal Do Contrato	***MIX CONSTRUTORA LTDA***

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal De Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:9CB28E1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO N° 055/2024 – AQUISIÇAO DE REGISTRO DE PREÇO DE PLACAS E AFINS. – ATA Nº 90/2024.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As dotações orçamentárias necessárias à execução do referido contratos são:

- 10.004.10.302.0105.2399 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

- 10.004.10.301.0105.2827 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

- 10.005.10.302.0105.2640 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

- 10.006.10.302.0105.2763 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

- 10.009.10.304.0105.2408 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

- 10.009.10.305.0105.2438 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

- 10.009.10.305.0105.2410 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

- 10.009.10.122.0105.2847 - (Material de Consumo) - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 25 de maio de 2026.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES /
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:47B5CD20

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO N° 188/2024 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FRETAMENTO DE VEÍCULOS REALIZANDO TRANSLADO DE PESSOAS – ATA Nº 124/2025.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As dotações orçamentárias necessárias à execução do referido contratos são:

- 10.004.10.301.0105.2827 - (Outro Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica) - 3.3.90.39 - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 26 de maio de 2026.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:49A88019

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG.

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 19:00 horas, nesta cidade de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, à Rua Sebastião Contin, 192, no Plenário "Vereador Frontino Amorin Teixeira" da Câmara Municipal, devidamente convocada pelo Presidente Gilberto Guerra Mendonça para a décima quinta reunião ordinária do ano de 2026. Iniciado os trabalhos, o Presidente Gilberto Guerra Mendonça fez a chamada do Vereador 1º Secretário Talles Costa e Souza e determinou que ele procedesse a chamada. Procedida a chamada, os demais vereadores responderam Antônio Carlos Cordeiro, Edivaldi Leonel, Gilberto Guerra Mendonça, Gilson Corrêa das Neves, Jorge Filgueiras da Silva, Luiz Geraldo da Silva Junior, Matheus Ferreira Teixeira e Paulo Sergio Pereira de Mendonça.

EXPEDIENTE: Havendo número legal de vereadores, conforme o art. 101, § 3º, do Regimento Interno, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Na sequência, o Presidente solicitou ao Procurador Jurídico que fizesse uso da Tribuna José Luiz de Almeida para proceder a leitura do Projeto de Lei nº 024/2026, de autoria do Vereador Paulo Sérgio Pereira de Mendonça, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal de Rodeiro a custear a aquisição de medicamentos de alto custo e dá outras providências".

Foi colocado em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 001/2026, de autoria do Executivo Municipal, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 070/2025, que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa e Organizacional do Município de Rodeiro/MG, e dá outras providências". **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Não houve discussão. Em votação o projeto foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis.

Foi colocado em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 002/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera Lei Complementar nº 075/2025 que Dispõe sobra a Criação da Brigada Municipal de Rodeiro e dá outras providências". **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Não houve discussão. Em votação o projeto foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis.

O Projeto de Resolução nº 011/2026, de autoria do Vereador Edivaldi Leonel, que "Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal e dá outras providências", foi retirado de pauta e arquivado a pedido do autor.

Fizeram uso da Tribuna Livre os vereadores Talles, Luiz Geraldo e Paulo Sérgio.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais matéria a ser discutida o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos e mandou que se lavrasse a presente ata. Talles Costa vereador que secretariou os trabalhos mandou que lavrasse a presente ata, que lida e se aprovada vai por todos assinada. Plenário "Vereador Frontino Amorin Teixeira", 25 de maio de 2026.

A íntegra da reunião está disponível no link: https://youtube.com/live/VcXRSrsoi2U?feature=share

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:2DC26E86

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
PORTARIA 003/2026

PORTARIA 003/2026

"Faz exoneração a pedido de servidor público, declarando a vacância do cargo de Auxiliar Administrativo e da função de Pregoeiro, e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Rodeiro, Gilberto Guerra Mendonça, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento apresentado, com pedido de exoneração do cargo público, de modo que manifesta não mais interesse na prestação de seus serviços como servidor público desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor **Thales Monteze de Castro, CPF ***.671.066-****, do cargo de Auxiliar Administrativo e das funções de Agente de Contratações/Pregoeiro da Câmara Municipal de Rodeiro, declarando vacância do referido cargo e funções.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rodeiro, 26 de maio de 2026

GILBERTO GUERRA MENDONÇA
Presidente

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:D9483E90

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2022 CONTRATO Nº 065/2022

Extrato Do Quarto Termo de Aditivo Contratual
Processo Licitatório Nº 064/2022
Pregão Presencial Nº 028/2022
Contrato Nº 065/2022
Partes: Prefeitura Municipal de Rodeiro e H5 SOLUÇÕES E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ sob nº 34.130.961/0001-32
Fica prorrogada a vigência do contrato original acima descrito para o período de 27/05/2026 a 27/05/2027.
As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.
Data da assinatura: 26/05/2026
Partes: José Carlos Ferreira, Prefeito Municipal – CONTRATANTE e Marcelo de Oliveira Teixeira- H5 SOLUÇÕES E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA - CONTRATADA

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:6F7CE442

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONVOCAÇÃO Nº 06/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RODEIRO Nº 01/2025

TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2025
O MUNICÍPIO DE RODEIRO, Estado de Minas Gerais, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o resultado final do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2025, **CONVOCA** o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovado(a) e classificado(a), para fins de nomeação e posse em cargo público efetivo:
Nome do(a) Candidato: Emerson Castro Correia
CPF: 052.***.***-79
Cargo: Auditor de Obras, Postura e Meio Ambiente
Classificação: 2° LUGAR AC-CR

1. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO
1.1. O(a) candidato(a) ora convocado(a) deverá comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rodeiro/MG, **no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do presente Termo de Convocação**, para apresentação da documentação exigida para posse.

2. DA DOCUMENTAÇÃO
2.1. O(a) candidato(a) deverá apresentar toda a documentação obrigatória prevista no edital do concurso público e na legislação vigente, indispensável à formalização do ato de nomeação e posse no cargo.
2.2. Segue a relação completa de documentos exigidos, a qual poderá ser obtida junto ao Setor de Recursos Humanos ou no sítio oficial do Município.
DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:
a) Documento oficial de identificação com foto (RG ou CNH, quando exigido para o cargo, com cursos específicos conforme legislação aplicável);
b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
c) Cópia da identificação e verso da CTPS, bem como das páginas contendo registros de contratos de trabalho;
d) Extrato do CNIS e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
e) Certidão de nascimento ou casamento;
f) Documentos dos dependentes (certidão de nascimento ou documento com foto e CPF), até 21 anos ou até 24 anos se estudante (mediante comprovação);
g) Título de eleitor;
h) Certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (para candidatos do sexo masculino);
j) 03 (três) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
k) Declaração negativa de acumulação de cargos públicos;
l) Comprovante de escolaridade;
m) Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
n) Certidões negativas de antecedentes criminais (Justiça Federal e Estadual), bem como folhas de antecedentes emitidas pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
o) Comprovante de residência atualizado (máximo 30 dias), observado:

• em nome do candidato ou cônjuge;
• em caso de imóvel alugado: contrato de locação;
• em caso de imóvel cedido: declaração de residência;
p) Laudo médico admissional expedido pela Prefeitura Municipal;
q) Declaração de bens e valores (em 02 vias);
r) Declaração de dependentes para fins de IRRF;
s) Declaração para posse e exercício;
t) Declaração de disponibilidade de horário;
u) Currículo do candidato;

3. DAS CONDIÇÕES PARA POSSE
3.1. A posse no cargo público está condicionada:
I– à apresentação integral da documentação exigida;
II– à comprovação do atendimento aos requisitos do cargo;
III– à aptidão física e mental, mediante laudo médico admissional;
IV– à inexistência de impedimentos legais para investidura em cargo público.

4. DO NÃO COMPARECIMENTO
4.1. O não comparecimento do(a) candidato(a) no prazo estabelecido neste Termo implicará na **perda do direito à vaga**, sendo considerado(a) desistente, conforme disposições do edital e legislação aplicável.

5. LOCAL E HORÁRIO DE ATENDIMENTO
Local: Setor de Recursos Humanos – Prefeitura Municipal de Rodeiro/MG
Endereço: Praça São Sebastião,215 Centro Rodeiro-MG 36.510-000
Horário de atendimento: 08:00 as 11 hrs – 12 as 17 hrs segunda a sexta.

Para maiores informações, o(a) candidato(a) poderá entrar em contato com o Setor de Recursos Humanos pelo telefone (32) 3435-0135 ou e-mail pessoal@rodeiro.mg.gov.br.

Rodeiro/MG, 26 de maio de 2026.

Responsável Pelo Setor de Recursos Humanos
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIRO – MG

Publicado por:
Vitória Andrade Silva
Código Identificador:5B4B9954

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5582/2026

PORTARIA Nº 5582/2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2025.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público nº 001/2025 através do Decreto nº 515/2026, de 15 de abril de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento de cargos públicos efetivos para atendimento ao interesse público;

CONSIDERANDO a observância da ordem de classificação dos candidatos aprovados;

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, e observada a ordem de classificação o candidato relacionado no Anexo I desta Portaria, aprovado no Concurso Público nº 001/2025, para o respectivo cargo do quadro de pessoal do Município de Rodeiro, em estágio probatório, condicionada a posse à apresentação dos documentos exigidos no aludido edital e nas demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e do Edital do certame.

Art. 3º O não comparecimento para posse no prazo legal implicará a perda do direito à vaga, autorizando a convocação do candidato subsequente, observada a ordem de classificação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 26 de maio de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS NOMEADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 DO MUNICÍPIO DE RODEIRO – MG

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	**Emerson Castro Correia**	052.***.***-79	**Auditor de Obras, Postura e Meio Ambiente**	2º

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:FD202234

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DA LIMEIRA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 026/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 070/2026– PREGÃO: 026/2026
A Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 070/2026, Pregão Eletrônico nº 026/2026 Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de monitoramento, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Rosário da Limeira-MG.
A sessão pública será realizada dia 16/06/2026 às 09h:00min, através da plataforma eletrônica www.ammlicita.org.br. Maiores informações pelo telefone (32) 08000321263 Rosário da Limeira/MG, 26 de maio,

ALESSANDRA APARECIDA PEDROSA DE OLIVEIRA,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Alessandra Aparecida Pedrosa de Oliveira
Código Identificador:D0AE7E18

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

GABINETE
CURRÍCULO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL

Município de Rubelita – Minas Gerais

Elaborado pela Secretaria Municipal de Educação
2026

SUMÁRIO

Mapa de Fundamentação
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
Diretrizes do MEC – Educação Digital e Midiática

Introdução - Plano Municipal
Fundamentação Legal –
LDB, BNCC, PNE, PED, TDIC Currículo Referência de Minas Gerais, Educação Digital (CRMG)
Objetivos Gerais
Competencias Específicas
Estrutura Curricular por etapa
Educação Infantil (4 a 5 anos)
Objetivos Específicos
Conteúdos e Habilidades
Conteúdo
Orientações Pedagógicas Específicas – Educação Infantil
As ações pedagógicas devem promover

Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º Ao 5º Ano)
Orientações Pedagógicas Específicas – Ensino Fundamental Séries Iniciais
As práticas de Ensino devem priorizar

Metodologias de Ensino
Avaliação
Formação Docente
Infraestrutura e Recursos
Metas curriculares
Carga Horária total sugerida
Considerações finais

Referências
Documentos Oficiais

CURRÍCULO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL DE RUBELITA – MG

Mapa de Fundamentação
Referências oficiais que embasam o currículo municipal:
1. Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG)

O CRMG traz, de forma transversal, a Cultura Digital e o uso ético e crítico das tecnologias como competências gerais da Educação Básica, em conformidade com a BNCC.
Trechos-chave:
"Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares)."
(CRMG, Competências Gerais da Educação Básica, p. 38)
"A cultura digital amplia possibilidades de comunicação, expressão, aprendizagem e produção do conhecimento, exigindo o desenvolvimento de novas competências e letramentos."
(CRMG – Introdução, p. 40)
"Na Matemática, o pensamento computacional e o raciocínio lógico são valorizados como estratégias para a resolução de problemas e a compreensão de padrões e algoritmos."
(CRMG – Componente Matemática, p. 142)
Esses trechos evidenciam que a Educação Digital deve ser integrada aos componentes curriculares, estimulando autonomia, criticidade e autoria.
2. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
A BNCC estabelece a Competência Geral nº 5, diretamente relacionada à Educação Digital:

"Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais."
(BNCC, 2018, p. 9)
Também prevê o Pensamento Computacional e a Educação Midiática como eixos transversais para o desenvolvimento da leitura, escrita, resolução de problemas e formação cidadã.

3. Diretrizes do MEC – Educação Digital e Midiática (2023)
O MEC, por meio do Guia de Implementação da Educação Digital e Midiática, orienta que:
"A educação digital deve promover a inclusão, a segurança e os direitos digitais, desenvolvendo o pensamento computacional, a ética no uso de mídias e a cidadania digital."
4. Etapas e Eixos de Desenvolvimento

Etapa	Eixo	Objetivos Específicos
Educação Infantil	Experiências e exploração	Estimular a curiosidade e a expressão por meio de jogos, brincadeiras e atividades de computação desplugada; envolver as famílias para o uso equilibrado das tecnologias.
1º e 2º anos	Alfabetização digital	Introduzir os ambientes digitais (computador, tablet, internet escolar), relacionando-os à leitura, escrita e contagem; promover segurança e autonomia.
3º e 4º anos	Pensamento computacional e educação midiática	Desenvolver lógica, sequenciamento, resolução de problemas e compreensão crítica de mídias (autoria, veracidade, propósito e representação).
5º ano	Cidadania e ética digital	Consolidar autonomia digital e midiática, com foco em direitos digitais, proteção de dados, uso ético e produção responsável de conteúdo.

5. Introdução
O Currículo Municipal de Educação Digital de Rubelita tem como objetivo integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ao processo educativo, promovendo a inclusão digital, o letramento tecnológico e o desenvolvimento das competências digitais previstas na BNCC e no Currículo Referência de Minas Gerais.
A proposta busca garantir que todos os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental dos anos iniciais desenvolvam habilidades para compreender, criar, comunicar e agir de forma ética e crítica em ambientes digitais, alinhando-se às metas do Programa Educação Digital (MEC/2024).
6. Fundamentação Legal

LDB – Lei nº 9.394/1996: Art. 32 e 36 — destaca o uso das tecnologias como meio de enriquecimento das práticas pedagógicas.

BNCC (2017): Competência Geral nº 5 — "Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética".

Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG): Eixo "Cultura Digital e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC)".

Programa Educação Digital – MEC (2024): Diretrizes para o uso pedagógico da tecnologia na educação pública.

Plano Nacional de Educação (PNE): Meta 7 — melhoria da qualidade da educação com apoio de recursos tecnológicos.
7. Objetivos Gerais

Promover o letramento digital dos estudantes desde a Educação Infantil.

Integrar as TDIC às práticas pedagógicas cotidianas.

Desenvolver competências digitais e de resolução de problemas.

Garantir a formação ética e segura no uso da internet e redes sociais.

Estimular a criatividade, a colaboração e o pensamento computacional.

8. Competências Específicas:

Usar tecnologias digitais para comunicar, aprender e criar de forma responsável e segura.

Desenvolver o pensamento computacional e o raciocínio lógico para resolução de problemas.

Compreender e analisar criticamente conteúdos midiáticos, reconhecendo autoria, propósito e representação.

Promover a cidadania digital, respeitando os direitos e deveres no ambiente virtual.

Exercitar a ética e o uso consciente das tecnologias, com equilíbrio e criticidade.

9. Estrutura Curricular por etapa
9.1 Educação Infantil (4 a 5 anos)
Carga horária anual sugerida: mínimo 20h e máximo 40h
9.2 Objetivos Específicos:

Familiarizar as crianças com o uso de recursos tecnológicos simples (computador, tablet, projetor, TV).

Explorar jogos e atividades digitais que favoreçam a linguagem, o raciocínio lógico e a imaginação.

Estimular a curiosidade e o cuidado com equipamentos tecnológicos.

9.3 Conteúdos e Habilidades:

Reconhecimento de equipamentos e suas funções.

Uso de aplicativos lúdicos e educativos.

Noções básicas de segurança digital (não compartilhar informações pessoais).

Produção de desenhos, áudios e fotos em atividades pedagógicas.

9.4 Metodologia:
Aprendizagem por meio de projetos integradores.
Uso de jogos educativos digitais.
Oficinas criativas (contação digital de histórias, desenho em aplicativos, vídeos curtos).

9.5 Orientações Pedagógicas Específicas – Educação Infantil

A construção do Currículo de Educação Digital para a Educação Infantil tem como prioridade a valorização das experiências, da curiosidade e da exploração do mundo pelas crianças, respeitando o ritmo e as formas próprias de aprendizagem dessa faixa etária. A inserção das tecnologias digitais deve ocorrer de maneira lúdica, investigativa e significativa, sempre mediada pelo professor e vinculada às experiências concretas e simbólicas do cotidiano.

9.6 As ações pedagógicas devem promover:

Exploração e descoberta do mundo, por meio de brincadeiras, jogos, observação e experimentação, ampliando as formas de expressão e comunicação das crianças;

Integração e parceria com as famílias, por meio de ações formativas e informativas que conscientizem sobre o uso equilibrado, seguro e responsável de dispositivos digitais;

Computação desplugada, com atividades que não dependem de equipamentos eletrônicos, mas que desenvolvem habilidades de raciocínio lógico, pensamento computacional, resolução de problemas e sequência de ações, por meio de brincadeiras, contação de histórias e desafios concretos;

Mediação intencional dos professores, assegurando que o uso de recursos tecnológicos ocorra de forma planejada e contextualizada, com foco na aprendizagem significativa e na interação social.

Promoção de atitudes éticas, cooperativas e responsáveis, tanto nas interações digitais quanto presenciais, contribuindo para a formação integral da criança.

Essas orientações garantem que a Educação Digital na Educação Infantil do Município de Rubelita fortaleça a construção de competências cognitivas, socioemocionais e digitais, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais.

10. Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º Ao 5º Ano)
Carga horária anual sugerida: mínimo 20h e máximo 40h
Eixos de Aprendizagem e Desenvolvimento:

Ano Escolar	Eixos Principais	Competências e Habilidades
1º Ano	Introdução à tecnologia e letramento digital	Reconhecer partes do computador; compreender o uso de teclas básicas; identificar ícones e comandos simples; desenvolver autonomia no uso de softwares educativos.
2º Ano	Produção digital e pesquisa guiada	Utilizar aplicativos de escrita e desenho; compreender o uso da internet de forma segura; explorar imagens e sons.
3º Ano	Cultura digital e segurança	Produzir textos e apresentações com apoio digital; identificar riscos na internet; compreender o respeito e a ética digital.
4º Ano	Pensamento computacional	Resolver desafios simples de lógica e sequência; criar histórias digitais; utilizar planilhas e ferramentas de organização.
5º Ano	Cidadania e inovação digital	Desenvolver projetos colaborativos com ferramentas digitais; compreender o impacto social das tecnologias; utilizar recursos de criação multimídia.

10.1 Orientações Pedagógicas Específicas – Ensino Fundamental Séries Iniciais
A Educação Digital nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem como objetivo fortalecer o processo de alfabetização, consolidar o pensamento computacional e promover o uso crítico, ético e responsável das tecnologias e mídias digitais. Nessa etapa, as ações pedagógicas devem articular o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, raciocínio lógico e resolução de problemas com a introdução gradual de conceitos digitais e midiáticos.
10.2 As práticas de ensino devem priorizar:
A alfabetização e o letramento digital, favorecendo a apropriação de códigos, linguagens e suportes que integram o mundo digital e suas múltiplas formas de comunicação;
Pensamento computacional, aplicado de forma contextualizada para consolidar conhecimentos matemáticos e lógicos, incentivando a resolução de problemas e o raciocínio estruturado;
A educação digital e midiática, que contribui para a autonomia da leitura e da escrita, explorando diferentes tipos de textos e plataformas digitais, bem como a produção de conteúdos próprios;
A apresentação e exploração dos ambientes digitais e suas funções sociais, como espaço de aprendizado, comunicação, criação e cidadania;
A introdução dos conceitos essenciais da educação midiática, como autoria e propósito dos conteúdos, evidências, representação, credibilidade e intencionalidade das mensagens, estimulando a reflexão crítica sobre o que se consome e compartilha;
A promoção da segurança e dos direitos digitais, assegurando proteção sem restringir a autonomia, com foco no uso ético, consciente e responsável das mídias;
Incentivo ao direito à informação e à liberdade de expressão, estimulando o uso das tecnologias como ferramentas de construção de conhecimento, cidadania e participação social.
Essas orientações asseguram que a Educação Digital nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Rubelita contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes, unindo alfabetização, pensamento lógico e letramento digital crítico, em conformidade com a BNCC, a LDB e o Currículo Referência de Minas Gerais
10.3. Metodologias de Ensino

Aprendizagem baseada em projetos (ABP).

Rotação por estações com diferentes mídias (computadores, tablets, jogos analógicos).

Gamificação e desafios digitais.
Parcerias interdisciplinares, integrando a Educação Digital com Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Arte.

11. Avaliação
Avaliação processual, diagnóstica e formativa.

Ênfase no progresso individual e na capacidade de uso consciente e criativo das tecnologias.

Registros contínuos de portfólios digitais, observações e produções dos alunos.

11.1 Indicadores de Avaliação:
Participação ativa nas atividades digitais e desplugadas.

Capacidade de resolver desafios lógicos e criar produtos digitais simples.

Demonstração de comportamento ético e responsável em ambientes virtuais.

Envolvimento da família nas práticas digitais conscientes.

12. Formação Docente
Formação continuada em cultura digital e pensamento computacional.

Oficinas de atualização sobre ferramentas pedagógicas digitais.

Incentivo à produção e ao compartilhamento de boas práticas tecnológicas.
13. Infraestrutura e Recursos
Salas equipadas com computadores, tablets, projetores e acesso à internet.

Instalação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) para acompanhamento das atividades.

Manutenção e atualização tecnológica constante em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

14. Metas Curriculares (2025–2029)

Meta	Descrição	Prazo
1	Implantar o ensino de Educação Digital em 100% das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.	2026
2	Ofertar formação inicial e continuada em TDIC a 50% dos professores da rede municipal.	2027
3	Assegurar acesso à internet e equipamentos funcionais em todas as escolas.	2026
4	Inserir práticas de pensamento computacional no currículo de 4º e 5º anos.	2028
5	Desenvolver 1 projeto interdisciplinar anual envolvendo tecnologia em cada escola.	Permanente

15. Carga Horária total sugerida

Etapa	Carga Horária Anual
Educação Infantil	20h
1º ao 3º ano	40h
4º e 5º ano	40h

16. Considerações Finais

O Currículo de Educação Digital de Rubelita constitui um instrumento essencial para a promoção da inclusão digital e social, fortalecendo a aprendizagem significativa e o protagonismo dos estudantes. A implementação gradual, com acompanhamento pedagógico e técnico, garantirá equidade e inovação na rede municipal de ensino.
Referências Bibliográficas:
1. Documentos Oficiais
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.
BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2013.
BRASIL. Política Nacional de Tecnologia Educacional – PNTE. Brasília: MEC.
BRASIL. Ministério da Educação. Educação Conectada: Diretrizes e Estratégias para a Inovação. Brasília: MEC.
MEC. Guia de Implementação do Programa Educação Conectada. Brasília: MEC.

SIMONE BATISTA CARDOSO
Secretaria Municipal de Educação de Rubelita

Publicado por:
Edna Aparecida Silva Reis
Código Identificador:379CAD0A

GABINETE
PORTARIA Nº. 070 DE 26 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação do Município de Rubelita/MG e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RUBELITA – MG, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de realização da Conferência Municipal de Educação para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a importância da participação da comunidade escolar e da sociedade civil na construção e acompanhamento das políticas públicas educacionais do município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação do Município de Rubelita/MG, responsável pelo planejamento, organização, coordenação e execução das atividades relacionadas à realização da Conferência Municipal de Educação, conforme segue:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Hélia Brand Ferreira

II – Representante dos Diretores Escolares: Luzete Ferreira Silva

III – Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino: Vanusa Gonçalves Barbosa

IV – Representante do Conselho Municipal de Educação: Sandrilene Gomes Pereria Pêgo

V – Representante do Conselho do FUNDEB: Marilane Alves Loiola

VI – Representantes dos Pais ou Responsáveis: Selma Pereira De Jesus Ribeiro

VII – Representantes da Sociedade Civil: João de Deus Rodrigues Filho

Art. 2º A Comissão será coordenada por um de seus membros, escolhido na primeira reunião, e contará com um (a) secretário (a) para registro das atividades.

Art. 3º Art. 3º Compete à Comissão Organizadora:

I – Planejar e organizar a Conferência Municipal de Educação;

II – Elaborar o regulamento e o cronograma do evento;

III – Mobilizar a participação da comunidade escolar e da sociedade civil;

IV – Coordenar os debates e sistematizar as propostas apresentadas;

V – Encaminhar o relatório final da conferência aos órgãos competentes.

Art. 4º A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rubelita/MG, 26 de maio de 2026.

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal de Rubelita

Publicado por:
Edna Aparecida Silva Reis
Código Identificador:31548C26

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 042/2026
CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Rubelita/MG.
CONTATADO: TA SHOWS LTDA
OBJETO: Show artístico de TARCÍSIO DO ACORDEON por ocasião da 2º Festa do do Tamarindo de Rubelita a realizar-se no dia 04/09/2026 (quatro de setembro de dois mil e vinte e seis).
VALOR: R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)
VIGÊNCIA:22/05/2026 a 04/09/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº:061/2026
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE** nº 010/2026

Rubelita, 22/05/2026.

MARIA CRISTINA DIAS RAMALHO
Agente de Contratações.

Publicado por:
Maria Cristina Dias Ramalho
Código Identificador:7FEC4A37

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/26

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG - PROCESSO N.º 108/26 –DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/26. Objeto: delegação total do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, comestíveis ou não, e seus derivados. Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO PIRACICABA. Fundamento Legal: art. 75, inciso XI, da Lei 14.133/21. Valor estimado da contratação: R$ 149.596,56 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos). Ratificado em 26/05/2026 por Simone do Rosário Germano.

Santa Bárbara, 26/05/2026

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Robson Arcanjo Martins
Código Identificador:FC79EBE8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2026

Processo nº: 198/2025
Pregão Eletrônico nº: 073/2025
Ata de Registro de Preços nº: 086/2026

Promitente Fornecedora: MAT MED HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF nº 02.305.767/0001-54

Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais médicos e odontológicos, conforme edital e mapa de apuração que integram este instrumento, independentemente de transcrição

Valor: O valor estimado desta ata é de R$ 85.951,50 (oitenta e cinco mil novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento - NAF.

Vigência: 26/05/2026 a 26/05/2027.

Data assinatura: 26 de maio de 2026

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:987CC840

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2026

Processo nº: 028/2026
Pregão Eletrônico nº: 013/2026
Ata de Registro de Preços nº: 136/2026

Promitente Fornecedora: ILG COMERCIAL LTDA, CNPJ/MF nº 20.657.155/0001-02

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos padronizados e não padronizados, bem como para eventuais demandas judiciais, em atendimento a política pública de assistência farmacêutica do município, conforme edital e mapa de apuração que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor: O valor estimado desta ata é de R$ 61.557,2000 (sessenta e um mil quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

Vigência: 15/05/2026 a 15/05/2027.

Data assinatura: 15 de maio de 2026

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária de Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:BB27EC4C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2026

Processo nº: 003/2026
Pregão Eletrônico nº: 003/2026
Ata de Registro de Preços nº: 165/2026

Promitente Fornecedora: RANNIPLAST IND E COMÉRCIO ARTIGOS PLÁSTICOS LTDA, CNPJ/MF nº 01.069.808/0001-98

Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas na prestação de serviços gráficos, para confecção e impressão de materiais diversos demandados pela Administração Pública Municipal.

Valor: O valor estimado desta ata é de R$ 4.120,00 (quatro mil cento e vinte reais), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento - NAF.

Vigência: 25/05/2026 a 25/05/2027.

Data assinatura: 25 de maio de 2026

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026

MIRIANE APARECIDA TOMAZ
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:CBDAA433

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2025

Processo nº: 15/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
Contrato nº: 77/2025

2º Aditivo ao Contrato nº 77/2025
Contratada: FRANTEC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 41.847.575/0001-21

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação de vigência do Contrato n° 77/2025, por mais 06 (seis) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 04/12/2026.
Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 05 de junho de 2026 até 17 de julho de 2026.

Vigência: 05/06/2026 a 04/12/2026.

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026

JOÃO HENRIQUE RESENDE GIACOMIN
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:86E7B8DE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2026

Processo: 98/2026.
Pregão Eletrônico: 040/2026.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentação do Espaço Cultural da Estação para realização da Festa de Santo Antônio edição 2026.

Fornecedor: POP LEKO ORGANIZAÇÃO DE FESTAS LTDA - 04.016.360/0001-32					
Lote único- Serviços de ornamentação do Espaço Cultural da Estação para realização da Festa de Santo Antônio edição 2026.					
Descrição Item	**Cód.**	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Item 01 - Recepção Santo Antônio	40963	1	SV	R$ 7.529,75	R$ 7.529,75
Item 02 -Portal Oficial De Entrada Igreja Cenográfica	39406	1	SV	R$ 47.154,26	R$ 47.154,26
Item 03- Corredor da Promessa (Túnel de Fitas e Fitinhas de Santo Antônio)	39407	1	SV	R$ 11.036,37	R$ 11.036,37
Item 04- Pista de Dança Junina	39409	1	SV	R$ 20.087,62	R$ 20.087,62
Item 05- Instalação de Bandeirolas, Balões Juninos e Cordões de LED	39410	1	SV	R$ 22.231,42	R$ 22.231,42
Item 06 -Cenografia e Fachada de Palco	39411	1	SV	R$ 45.881,67	R$ 45.881,67
Item 07 - Espaço Gastronômico	39413	1	SV	R$ 25.794,05	R$ 25.794,05
Item 08 - Vila Santo Antônio – Caminhos do Amor	40964	1	SV	R$ 19.284,86	R$ 19.284,86
Total do fornecedor: R$199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)					

TOTAL DO PROCESSO: R$199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026.

ROBSON ARCANJO MARTINS,
Pregoeiro.

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:4FB7B814

CONTABILIDADE
DECRETO 6609/2026

UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: SANTA BARBARA

DECRETO No:06609/2026

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

ABRE CREDITO ADICIONALSUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de SANTA BARBARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No
4320/64 e, Lei Municipal Nº 2192 / 2025
CONSIDERANDO:
O Prefeito Municipal de Santa Barbara.MG, de acordo com a autorização contida no Art. 4 da Lei
Orçamentária Anual 2192.2025. Decreta: SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do
orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.07.01 ADMINISTRACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.2028 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUND
3.3.90.39.00 417 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 150.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 150.000,00
02.11 SEC DE CULTURA DESENVOLVIMENTO DO TURIS
02.11.02 DIRETORIA DE CULTURA E TURISMO
13 Cultura
13.695 Turismo
13.695.0047 PROMOCAO E DIFUSAO DO TURISMO
13.695.0047.2132 PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTI
3.3.90.39.00 878 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 100.000,00
1.708.000.0000 Transf. União Ref. à Compens. Financ 100.000,00
02.09 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
02.09.00 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
18 Gestao Ambiental
18.542 Controle Ambiental
18.542.0083 CENTRO DE EDUCACAO AMBIENTAL E VIVEIRO D
18.542.0083.2302 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AM
3.3.90.39.00 1063 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 585,00
1.708.000.0000 Transf. União Ref. à Compens. Financ 585,00
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 250.585,00

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo
descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.07.01 ADMINISTRACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.1006 CONSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS ESC
4.4.90.51.00 401 Obras e Instalações 150.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 150.000,00

02.09 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
02.09.00 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
18 Gestao Ambiental
18.541 Preservacao e Conservacao Ambiental
18.541.0030 GESTÃO AMBIENTAL
18.541.0030.2287 PROGRAMA LIXO ZERO E COMPOSTAGEM URBANA
4.4.90.61.00 641 Aquisição de Imóveis 585,00
1.708.000.0000 Transf. União Ref. à Compens. Financ 585,00
02.11 SEC DE CULTURA DESENVOLVIMENTO DO TURIS
02.11.02 DIRETORIA DE CULTURA E TURISMO
13 Cultura
13.391 Patrim. Hist. Art. e Arqueologico
13.391.0045 MEMORIA E PATRIMONIO CULTURAL
13.391.0045.1106 REFRESTAMPLIAÇÃO DE AMBIENTES HISTÓRICOS
4.4.90.51.00 845 Obras e Instalações 100.000,00
1.708.000.0000 Transf. União Ref. à Compens. Financ 100.000,00
TOTAL: R$ 250.585,00
Art. 3º - A justificativa para a abertura dos créditos suplementares de que trata o art. 1º, encontra-se disposta no Anexo I.

Art. 4º - A demonstração dos saldos de créditos passíveis de abertura no presente exercício e o percentual e utilização do limite anual total autorizado, nos termos do art. 2º da Lei nº 2.095, de 1 de agosto de 2023, encontram-se dispostos no Anexo II.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

SANTA BARBARA, 25 DE MAIO DE 2026

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

EXPOSIÇÃO DE JUSTIFICATIVAS
I.1 - Exposição dos motivos que justificam a abertura dos créditos suplementares, conforme inciso I do art. 2º da Lei nº 2095, de 01 de agosto de 2023:
I.1.1 – Conforme autorização contida no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as suplementações, visam atender os seguintes objetivos:
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária

A suplementação se faz necessária para custear despesas com a Semana do Meio Ambiente no Parque Recanto Verde.

Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo

A suplementação se faz necessária para custear despesas com a tradicional festa de Santo Antônio.

Secretaria Municipal de Educação

A suplementação se faz necessária para custear despesas com a Cemig.

SALDO ATUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
III.1 - Demonstração dos saldos de créditos suplementares passíveis de abertura no presente exercício e o percentual de utilização do limite anual total autorizado no art. 4 da Lei nº 2192, de 29 de dezembro de 2025.

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (8%)	R$ 20.951.882,62
Valor de créditos suplementares por anulação abertos anteriormente	R$ 2.536.492,06
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 250.585,00
Valor dos créditos suplementares por anulação abertos no exercício	R$ 2.787.077,06
Saldo de créditos suplementares por anulação	R$ 18.164.805,56
Percentual utilizado	1,06%
Atualizado em 26/05/2026	

Publicado por:
Daniela Aparecida Borges
Código Identificador:9646B1B8

NÚCLEO DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ENCERRAMENTO DO TERMO DE FOMENTO CMDCA N°003/2024- ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA TAGUATINGA-TACHIK'S

O **Município de Santa Bárbara** em parceria com **ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA TAGUATINGA**, com a finalidade de executar o Projeto Tachick's Atletas do Futuro tem como objetivo icentivar e integrar as crainças e adolescentes ao meio social, promovendo práticas esportivas na modalidade de Futsal e consequentemente a inclusão social, reduzindo a vulnerabilidade entre os participantes para criancas e adolescentes de Santa Bárbara, conforme o plano de trabalho.

VALOR REPASSADO: R$ 189.965,81 (cento e oitenta e nove mil e novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos)

DECLARAMOS ENCERRADA A PARCERIA, CONSIDERANDO O RELATÓRIO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, PARECER TÉCNICO DA GESTORA DO TERMO DE FOMENTO E O PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO NÚCLEO DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Santa Bárbara/MG, 26 de maio de 2026

THAYENE PAMELA VALENTINO
Assessora de Governança
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social

Publicado por:
Betânia Rodrigues Dos Apóstolos
Código Identificador:75D28080

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO N.° 394 PARA ADMISSÃO APÓS APROVAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 394

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA – CONVOCAÇÃO - Pelo presente instrumento, ficam CONVOCADO(AS) para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - MG, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados a partir da data desta publicação, conforme edital N.° 02/2025, o(as) candidato(as) relacionados no Anexo I deste Extrato, para manifestarem interesse pela vaga ao qual foi aprovado e classificado**.** Salientamos que o prazo estipulado para manifestação de interesse pela vaga será único e não caberá prorrogação.

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública.

ANEXO I DO EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 394

CANDIDATO	Nº PROCESSO SELETIVO	CARGO
MONITIELE HORRANA VENTURA SOUZA GOMES	02/2025	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA
MIRIA DALOLIO LUZ	02/2025	AUXILIAR DE SERVIÇOS
FRANCIOLE MANOELA KERBER BRUCH	02/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EDUCAÇÃO FÍSICA

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:76CCD3CB

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA – CONVOCAÇÃO - Pelo presente instrumento, ficam CONVOCADO(AS) para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - MG, no prazo máximo de 03 (três) dias contados a partir da data desta publicação, o(as) candidato(as) relacionados no Anexo I deste Extrato, para manifestarem interesse pela vaga ao qual foi aprovado e classificado**.** Salientamos que o prazo estipulado para manifestação de interesse pela vaga será único e não caberá prorrogação.

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

ANEXO I DA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CANDIDATO	Nº PROCESSO SELETIVO	CARGO
SHEILA REIS	02/2026	ESTÁGIO NÃO REMUNERADO/OBRIGATÓRIO NUTRIÇÃO
LILIANE DAS DORES MENDES	02/2026	ESTÁGIO NÃO REMUNERADO/OBRIGATÓRIO PEDAGOGIA
NAJARA APARECIDA MENDES	02/2026	ESTÁGIO NÃO REMUNERADO/OBRIGATÓRIO PEDAGOGIA
KAMILY LUISA DOS SANTOS	02/2026	ESTÁGIO NÃO REMUNERADO/OBRIGATÓRIO PEDAGOGIA
JOÃO ALVES DE ALMEIDA NERES	02/2026	ESTÁGIO NÃO REMUNERADO/OBRIGATÓRIO TERAPIA OCUPACIONAL

Publicado por:
Patricia Aparecida Felisberto
Código Identificador:D8D71CFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
CHAMAMENTO PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA MULHER

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL, no exercício de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal nº 1.711/2013 e no Decreto Municipal nº 4.259/2019, torna pública a convocação das candidatas abaixo relacionadas, classificadas no Edital de Seleção nº 01/2025 – SMDMPS, referente ao Programa Municipal de Inclusão Produtiva da Mulher, Modalidade I.

73 Sabrina Da Conceição Dos Santos Beato - CPF: 138.XXX.XXX-06
74 Mirela Fernandes Da Silva - CPF: 167.XXX.XXX-50
75 Bruna Matildes Peixoto Venceslau - CPF: 121.XXX.XXX-23
76 Jaqueline Aparecida Das Graças- CPF: 141.XXX.XXX-01
77 Danubia Fernanda Silva Da Conceição- CPF: 151.XXX.XXX-66
78 Bruna Santos Araujo - CPF: 143.XXX.XXX-82
79 Ingrid Luane Nogueira da Silva - CPF: 124.XXX.XXX-94
80 Madalena Dalolio Luz - CPF: 130.XXX.XXX-38

A candidata convocada deverá comparecer à sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social, localizada no CEDESP, na R. Iveta Moreira dos Santos Novais, 194 - Santa Bárbara, MG, 35960-000, no horário das 07h30min às 11h30min, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação desta convocação, para apresentação da documentação exigida e formalização do ingresso no referido programa. O não comparecimento no prazo estipulado, bem como a não apresentação da documentação completa, será considerado como desistência tácita, facultando à Administração convocar a próxima candidata classificada.

Documentos exigidos (original e cópia): 1. Documento de identidade com foto (RG ou CNH); 2. CPF; 3. Comprovante de residência atualizado (emitido nos últimos 3 meses); 4. Comprovante de

inscrição no Cadastro Único (NIS); 5. Número de Identificação Social – NIS/PIS; 6. Comprovante de escolaridade (se houver); 7. Carteira de Trabalho (páginas de identificação e dos contratos); 8. Declaração de que não possui vínculo empregatício formal; 9. Dados bancários (comprovante de conta ativa em nome da candidata – conta corrente ou poupança); 10. Atestado médico recente, emitido por profissional habilitado, atestando aptidão física para o desempenho das atividades previstas no programa.

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026

LARISSA S. BARBOSA MESSIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social.

Publicado por:
Larissa Stephanne Barbosa Messias
Código Identificador:4E70E0FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
DESLIGAMENTO - PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA MULHER

A SECRETARIA MUNICIPAL DE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL, no exercício de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal N° 1943/2019 e Decreto Municipal N° 4259/2019, comunica a desistência voluntária e o consequente desligamento da candidata **Sra.Leticia Aparecida da Paixão CPF: 130.**.**- 24,** do programa Inclusão Produtiva da Mulher - Modalidade de Qualificação I. **A beneficiária optou por finalizar sua participação no PIPM por motivos pessoais.** O Termo de Desistência assinado encontra-se arquivado junto aos demais documentos referentes à usuária, estando a mesma cientes das implicações da presente decisão.
Santa Bárbara, 26 de maio de 2026

LARISSA S. BARBOSA MESSIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social

Publicado por:
Larissa Stephanne Barbosa Messias
Código Identificador:73F57377

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 048/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 048/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

O Prefeito do Município de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais, após avaliação da proposta oferecida, obedecidos aos procedimentos impostos pelas Leis n°. 14.133/2021, Decreto Municipal n.°023/2023, Lei Municipal n.° 1.554/2021 e demais legislações pertinentes e os critérios adotados pela Administração Pública, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Pregão Eletrônico nº 14/2026, Processo nº 048/2026, cujo objeto é "Pregão eletrônico visando o registro de preços para futuras aquisições de materiais utilizados para pinturas em geral, bem como sinalização viária, tintas, insumos e itens correlatos, para atendimento das demandas de obras públicas, reparos, manutenções, conservações e revitalizações de bens públicos, vias urbanas e demais intervenções eventuais nos espaços pertencentes ao Município de Santana da Vargem/MG", sendo vencedores os licitantes:
- CASA & CORES COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n.º 37.364.053/0001-00
- CONSTRULAR SANTANA DA VARGEM LTDA, CNPJ n.º 11.349.047/0001-81
- FORNECEDORA VARGENSE LTDA, CNPJ n.º 07.230.480/0001-26
- HERICON FELIPE TRISTÃO NASCIMENTO, CNPJ n.º 39.327.884/0001-29
- PRIMOR COMÉRCIO DE TINTAS PRODUTOS DE SINALIZAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 57.598.558/0001-38

Santana da Vargem, 26 de maio de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Autoridade Competente

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:E7BAF447

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 050/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 050/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

O Prefeito do Município de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais, após avaliação da proposta oferecida, obedecidos aos procedimentos impostos pelas Leis n°. 14.133/2021, Decreto Municipal n.°023/2023, Lei Municipal n.° 1.554/2021 e demais legislações pertinentes e os critérios adotados pela Administração Pública, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Pregão Eletrônico nº 16/2026, Processo nº 050/2026, cujo objeto é "Pregão eletrônico visando o registro de preços para futuras aquisições de materiais de construção de linha pesada, para atendimento das demandas de obras públicas, reformas, ampliações, reparos, manutenções e demais intervenções eventuais nos espaços públicos pertencentes ao Município de Santana da Vargem/MG.", sendo vencedores os licitantes:
- CONSTRU BELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n.º 43.728.909/0001-73
- CONSTRULAR SANTANA DA VARGEM LTDA, CNPJ n.º 11.349.047/0001-81
- FORNECEDORA VARGENSE LTDA, CNPJ n.º 07.230.480/0001-26
- HERICON FELIPE TRISTÃO NASCIMENTO, CNPJ n.º 39.327.884/0001-29
- MP COMÉRCIO DE TELAS E FERRAGENS LTDA, CNPJ n.º 41.278.073/0001-27
- PEDRO SILVÉRIO DE OLIVEIRA & CIA LTDA, CNPJ n.º 05.355.794/0001-20

Santana da Vargem, 26 de maio de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Autoridade Competente

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:7AB7670B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG E O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS – CEREA.

EMENTA: TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA E O CEREA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE SANTA VITÓRIA.

OBJETO: Apoio financeiro para viabilizar a aquisição de materiais, insumos de limpeza e pagamento da energia do prédio da entidade.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 38 da lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 6.973, de 31 de março de 2017**.**

A **Prefeitura Municipal de Santa Vitória-MG**, torna pública a celebração de Termo de Fomento firmado entre o MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA eo CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS – CEREA, para garantir apoio financeiro para viabilizar a aquisição de materiais, insumos de limpeza e pagamento da energia do prédio da entidade, nos termos da Lei 13.019/2014 e do Dec. Municipal 6.973/2017, visando dar publicidade aos atos públicos em atendimento aos princípios constitucionais da publicidade, legalidade, bem como em atendimento do disposto no artigo 38 da lei 13.019/2014.
Valor: R$ 5.000,00 (cinnco mil reais). **02.14.08.244.0064.1302.3.3.50.41**
Vigência: conforme o artigo 37 do Decreto PM n.º 6.973/2017 e do artigo 38 da Lei 13.019/2014, ou seja, da assinatura do termo à 31.12.2026.

Prefeitura Municipal de Santa Vitória, 18 de maio de 2026.

SERGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Amanda Alves Ferreira
Código Identificador:BC5A97DE

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 026/2025, PROCEDENTE DA CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2025.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 139/2025, Processo Licitatório nº 103/2025, Inexigibilidade nº 026/2025, Procedente da Chamada Pública de Credenciamento nº 012/2025, Processo Licitatório nº 077/2025. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81 e REGINALDO PORFIRIO DE ARAUJO, CPF nº 917.*.***-87. Objeto do contrato: aditivo de quantitativo no percentual de 25% no valor do contrato. Valor acrescido: R$ 5.071,13. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: do ano em curso – Secretaria Municipal de Governo. Publicação em acatamento à lei.**

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:013FA4F6

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025, PROCEDENTE DO CR Nº 004/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2025.

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 084/2025, Processo Licitatório nº 068/2025, Inexigibilidade nº 017/2025, procedente do CR nº 004/2025 Processo Licitatório nº 031/2025. As partes: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81 e PRIME VIDA PSICOCLÍNICA LTDA, CNPJ nº 34.749.235/0001-00. Objeto: aditivo de quantitativo no percentual de 25% no valor do contrato. Valor acrescido: R$ 19.766,25. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: do ano em curso – Secretaria Municipal de Saúde. Publicação em acatamento à lei.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:F8CE2703

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2024; PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2024, PL Nº 048/2024.

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 115/2024; Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 018/2024, PL nº 048/2024. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81 e a empresa: Marcenaria e Serraria Dom Alexandre Ltda, CNPJ nº 36.180.810/0001-14. Objeto: renovação contratual/prorrogação do prazo de vigência. Vigência: 28/05/2026 a 28/05/2027. Valor renovado: R$ 500.249,90. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: do ano em curso – Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Rurais, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:28C54176

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2024; INEXIGIBILIDADE Nº 011/2024, PL Nº 045/2024, PROCEDENTE DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024.

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 059/2024; Inexigibilidade nº 011/2024, PL nº 045/2024, Procedente do Credenciamento nº 001/2024, Processo Licitatório nº 010/2024. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81 e a empresa Glauston Arantes Rodrigues CRO, CNPJ nº 11.475.057/0001-63. Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade a supressão do valor de R$ 72.603,18 (setenta e dois mil seiscentos e três reais e dezoito centavos) do montante total do saldo remanescente do contrato, nos termos da legislação vigente. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: A supressão ocorrerá dentro da dotação orçamentária prevista para o exercício financeiro vigente – Secretaria Municipal de Saúde. Publicação em acatamento à lei.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:DFDB8258

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2026

Processo Licitatório nº 0052/2026
Pregão Eletrônico nº 0019/2026

Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público que realizará o Processo Licitatório nº 0052/2026, Pregão Eletrônico nº 0019/2026. **Sistema de Registro de Preços. Objeto**: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO. **Lançamento das Propostas:** Até Quinta-feira, 11 de junho de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** Quinta-feira, 11 de junho de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Informações:** 33 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos, horário das 07:00 horas às 16:00 horas, pelo e-mail: licitacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br, pelo site: www.santoantoniodoitambe.mg.gov.br ou diretamente pela plataforma de licitações:

https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/101793.Link da contratação no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=18.303.222%2F0001-49&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Santo Antônio do Itambé/MG, Terça-feira, 26 de maio de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:347931A9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0051/2026

Processo Licitatório nº 0051/2026
Dispensa nº 0012/2026

Processo Licitatório nº 0051/2026 — Dispensa nº 0012/2026. **PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X CONSORCIO INTEGRADO MULTIFINALITARIO DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Valor do Contrato:** R$ 306.931,63 (trezentos e seis mil e novecentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos). **Objeto:** CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROGRAMA JUNTO AO CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS EM PONTOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG. **Assinatura**: Segunda-feira , 25 de Maio de 2026. **Vigência**: De Segunda-feira , 25 de Maio de 2026 a Sexta-feira, 25 de Setembro de 2026.

Santo Antônio do Itambé/MG, Segunda-feira , 25 de Maio de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:04311FF9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2026

Processo Licitatório nº 0080/2025
Pregão Eletrônico nº 0031/2025
Ata de Registro de Preços nº 18/2026
Tipo de Aditivo: Reequilíbrio Econômico-Financeiro

O Município de Santo Antônio do Itambé/MG torna público o extrato do 1º Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro à Ata de Registro de Preços nº 18/2026, firmada com a empresa PB COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.845.026/0001-31. Objeto: reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 18/2026, referente à aquisição de equipamentos de informática, acessórios, periféricos e materiais permanentes para manutenção das atividades das diversas Secretarias Municipais de Santo Antônio do Itambé/MG. Valor total do reequilíbrio: R$ 2.330,10. Fundamento legal: art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021. Data de assinatura: 26 de maio de 2026.

Santo Antônio do Itambé/MG, 26 de maio de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:B8FA72A7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0043/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato do 2º Termo Aditivo á Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0025/2025 —Pregão Eletrôniconº 0006/2025.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X DMG COMUNICACAO VISUAL LTDA. **Objeto da ata:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG. **Objeto do Aditivo:**REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0043/2026, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Itens reajustados**: Item 50449 – Placa de inauguração em aço inox escovado, valor unitário reajustado para R$ 501,0700; Item 50451 – Placa homenagem, valor unitário reajustado para R$ 100,2100. **Valor da diferença apurada:** R$ 324,37 (trezentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme memória de cálculo constante dos autos. **Fundamentação Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 92, §3º, 124, inciso II, alínea "d", e 136, inciso I, conforme o caso, edital, ata e demais documentos do Processo Licitatório nº 0025/2025.

Santo Antônio do Itambé/MG, 19 de Maio de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:57F04805

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 08/2026

PROCESSO 046/2026

DISPENSA Nº. 008/2026

Nos termos do disposto no inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021 e, considerando as razões apresentadas na justificativa contida no Processo em epígrafe, RATIFICO o ato de Dispensa de Licitação, para contratação da empresa 65.545.396 JEAN CARLO RIOS PETRONILHO, inscrita no CNPJ sob o nº 65.545.396/0001-06, com sede na Rua Oscar José do Nascimento, nº 48, Bairro Rodrigues Miranda em Santo Antônio do Monte/MG, para prestação de serviços de animador de festa independente e cerimonial para organização e execução de eventos institucionais, de acordo com a necessidade e solicitação da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Prefeito, pelo valor total de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) equivalentes a 20(vinte) eventos para realização até 31/12/2026, e a despesa decorrente desta contratação será lançada na seguinte dotação orçamentária: 02.01.24.131.0130.2022.33.90.39 – Ficha 88 – Fonte 15000000000.

Santo Antônio do Monte MG, 26 de maio de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:05C8230E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 43/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 21/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Monte comunica que irá realizar procedimento licitatório que tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de manilhas, blocos, areia, brita, pedra entre outros, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, de acordo com quantidades e especificações no Relatório de Itens e demais condições deste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08:29 hs do dia 10/06/2026.**
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08:30 hs do dia 10/06/2026.**

Informações/Edital: antoantoniodomonte.atende.net ou Praça Getúlio Vargas, 18 – Centro em Santo Antônio do Monte – MG – Telefone (37) 3281 7328 Horário: 08:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: compras@samonte.mg.gov.br, santoantoniodomonte.atende.net ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santo Antônio do Monte, 26 de maio de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:FCC02B26

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 44/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 22/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Monte comunica que irá realizar procedimento licitatório, que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de enxoval hospitalar, como lençol, fronha, cobertor, camisola, toalha, capote e campo cirúrgico, para atender às necessidades da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e demais condições deste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08:29 hs do dia 10/06/2026.**
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08:30 hs do dia 10/06/2026.**

Informações/Edital: Praça Getúlio Vargas, 18 – Centro em Santo Antônio do Monte – MG – Telefone (37) 3281 7328 Horário: 08:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: compras@samonte.mg.gov.br, santoantoniodomonte.atende.net ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santo Antônio do Monte, 26 de maio de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:C6A2D79D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 51/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 05/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Monte comunica que irá realizar procedimento licitatório, Concorrência Eletrônica que tem por objeto a contratação de empresa especializada em obras para a construção de Sistema de Tratamento de Efluente (ETE), Estação Elevatória de Esgoto (EEE), Linha de Recalque, Casa de Apoio, e urbanização além das demais estruturas complementares conforme projetos em anexo, a ser implantado no Distrito Rural de São José dos Rosas, exceto o Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente, conforme especificações, elementos técnicos e demais condições deste Edital e seus anexos, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Industria Comércio e Agropecuária.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08:29 hs do dia 12/06/2026.**
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08:30 hs do dia 12/06/2026.**

Informações/Edital: Praça Getúlio Vargas, 18 – Centro em Santo Antônio do Monte – MG – Telefone (37) 3281 7328 Horário: 08:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: compras@samonte.mg.gov.br, santoantoniodomonte.atende.net ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santo Antônio do Monte, 26 de Maio de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:3FF1353F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026 - PROCESSO 035/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE - MG

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BANCOS DE CONCRETO REFORÇADO DESTINADOS À INSTALAÇÃO EM PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO ABADE, conforme solicitação DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, OBRAS E ESTRADAS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R$ 36.818,00 (trinta e seis mil, oitocentos e dezoito reais).

PERÍODO DE LANCES
Início das propostas: 27/05/2026 – 9:29 h
Data final: 02/06/2026 – 9:29 h
Período de lances: 02/06/2026 – 09:30 h às 15:30 h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:376E4E6D

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO 064/2026, INEXIGIBILIDADE 020/2026

PROCESSO 064/2026, INEXIGIBILIDADE 020/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA DUPLA JENNIFER E STEPHANY NO EVENTO "FESTA JULINA 2026", NO DIA 03 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:
Art. 74 da lei 14133/21, II - *contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*
Enéias Machado de Souza, Prefeito do Município de São Bento Abade – MG, no uso de suas atribuições, faz publicar o presente extrato referente à autorização de realização do Processo Licitatório nº 064/2026– Inexigibilidade 020/2026, destinado à Apresentação artística da dupla JENNIFER E STEPHANY, no dia 03 de julho de 2026, durante o evento "FESTA JULINA 2026".
CONTRATADO: LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 45.274.931/0001-16
VALOR: R$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
Detalhamento da Composição dos Valores do Cachê Artístico:
Cachês das artistas - R$19.700,00
Cachês dos músicos/banda - R$9.300,00
Transporte aéreo/terrestre dos artistas, equipe e da carga - R$9.800,00
Alimentação - R$3.700,00
Hospedagem - R$6.200,00
Infraestrutura - R$11.200,00
02 Vans e 01 Carro Executivo - R$5.200,00
Abastecimento 02 Camarins- R$2.800,00
06 Carregadores- 1.000,00
Despesas Administrativas- R$3.800,00
Despesas com marketing- R$12.300,00

São Bento Abade, 26 de maio de 2026.

ENEIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 26/05/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:3B36F3F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2026 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA/EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0163/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 009/2025

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO**, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representado pela Senhora Secretária Municipal de Educação Sra. **FRANCINE MENDES NOBRE ALMEIDA**, Brasileira, Casada, CPF sob o n° 041.325.296-57, RG: MG– 8.803.964, residente e domiciliado na Rua Esperança, nº 1.298, Bairro Geraldo Magela na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, **PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA/EPP** CNPJ nº 23.448.209/0001-18, estabelecida na Rua Trinta e Um de dezembro, nº 420 , Bairro Centro, na Cidade de São João da Ponte/MG, neste ato representada por Carlos Neto Pimenta RG: MG – 13.451.514 e CPF: 088.367.266-90, residente a Rua Trinta e um de dezembro, nº 420, Bairro Distrito Centro, no Município de São João da Ponte, doravante denominado **CONTRATADA**, lastreado na Lei de Licitações nº 14.133/21 conforme o artigo 124, inciso I, alínea "B", c/c o artigo 125, firmam o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica a Cláusula segunda do contrato original aditivada quanto a inclusão (alteração de projeto) no quantitativo dos itens **6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6 (códigos: ED-51132, ED-29233, ED-48213, ED-50727, ED-50759 e 368)**, no montante de **R$ 17.462,89 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos)**, equivalente a aproximadamente **14,93% (quatorze inteiros e noventa e três centésimos percentuais)**. Justifica-se a presente alteração de projeto devido à necessidade de adequações técnicas identificadas durante a execução da obra, visando melhor funcionalidade, compatibilidade com as condições reais do local e garantia da qualidade e segurança dos serviços executados.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 13 de maio de 2026.

Município de São Francisco -MG
FRANCINE MENDES NOBRE ALMEIDA
Secretária Municipal de Educação

Prime Engenharia e Construções LTDA/EPP
CNPJ nº 23.448.209/0001-18
CARLOS NETO PIMENTA -
CPF: 088.367.266-90

TESTEMUNHAS:

NOME_____

NOME_____

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:9E435EF7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DA INEX. 012/2026 - SHOW ARTISTICO SERGIO SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. RATIFICO o Pedido de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 012/2026** nos termos do art. 74, Inciso II da Lei 14.133/2021. Objeto: Contratação de empresa para apresentação musical do artista Sergio Silva Estilizado, para apresentação no dia 29 (vinte e nove) de maio de 2026, com duração Mínima de 01:40, hs durante as festividades do São João no parque e festival de quadrilhas de São Francisco/MG, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimonio Cultural, Turismo, Esporte, Lazer e Juventude, junto à empresa: **Reginaldo Costa Batista/ME, CNPJ nº 18.262.778/0001 - 34, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).** São Francisco/MG, 26 de maio de 2026. Ass.: Miguel Paulo Souza Filho – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:01A61CC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO. O Prefeito Municipal **Adjudica e Homologa** o resultado do Processo Licitatório nº 045/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais **Aquisições de Gêneros Alimentícios não perecíveis**, a serem realizadas de forma parcelada, destinadas a atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes. **LICITANTES ARREMATANTES**: **53.054.418 JOAO VITOR RODRIGUES DA SILVA** pelos itens 035, 042, 043, 044, 045, 047, 062, 092, 113, 123 e 132; **AZ ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA** pelos itens 017, 018, 037, 038, 039, 040, 096, 097, 121, 129, 154 e 159; **CAFE DUARTE LTDA** pelo item 033; **COMERCIAL COUTINHO & MATOS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA** pelo item 080; **DARLU INDUSTRIA TÊXTIL LTDA** pelo item 120; **E.V. TECNOLOGIA LTDA** pelos itens 124, 130, 138, 143, 156, 157, 158, 160, 161 e 162; **FERREIRA GONCALVES PADARIA E CONFEITARIA LTDA** pelos itens 010, 022 e 067; **MATAS DE MINAS COMERCIO DE CAFE LTDA** pelo item 032; **SCJ ATACADO E DISTRIBUICAO LTDA** pelos itens 003, 004, 016, 053, 060, 063, 076, 077, 091, 106, 146, 147 e 148; **SUPER BOM COMERCIAL LTDA** pelos itens 001, 006, 007, 013, 020, 027, 054, 061, 064, 065, 072, 079, 082, 103, 104, 105, 107, 109, 116, 117, 128, 133 e 134; **SUPER FORZA BATISTA LTDA** pelos itens 026, 028, 029, 030, 051 e 056; **SUPERMERCADO LUZIA LTDA**

pelos itens 002, 005, 008, 009, 011, 012, 014, 015, 019, 021, 023, 024, 025, 031, 034, 036, 041, 046, 048, 049, 050, 052, 055, 057, 058, 059, 066, 068, 069, 070, 071, 073, 074, 075, 078, 081, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 093, 094, 095, 098, 099, 100, 101, 102, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 131, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153 e 155. São Francisco/MG, 26 de Maio de 2026. Ass.: Miguel Paulo Souza Filho – Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Moreira Chaves Neto
Código Identificador:1D560236

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DISPENSA 028/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – RATIFICO o Pedido de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 028/2026** nos termos do art. 75, Inciso IV, alinéa´´a´´da Lei Federal 14.133/2021. **Objeto: Contratação de empresa para realização Revisão obrigatória de 70.000 km do veículo FIAT STRADA 1.3, Placa: SYG 4199, Chassi: 9BD281BKRRYE64321,** destinado a atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, departamento Centro de Vigilância em Saúde do Município de São Francisco/MG, Junto a Empresa: **POLIGONO VEICULOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.122.936/0001-13,** no valor global de R$ 1.873,25 (Hum mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos). São Francisco, 26 de maio de 2026. Ass.: **Miguel Paulo Souza Filho** – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:F578EEC1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO PAM Nº 08/2026 - AQUSIÇÃO DE TABLETS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – torna público para o conhecimento de todos, que como órgão participante **utilizará a Ata de Registro de Preço nº 066/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2024 Processo administrativo nº 031/2024 do CODANORTE (Consorcio Intermunicipal Multifinalitario para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas), tendo por Objeto a registro de preço para eventual e futura aquisição parcelada de tablets 10.1 polegadas destinados ao atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação do município de São Francisco/MG. Empresa Contratada: TREMA BRASIL LTDA – CNPJ 19.577.163/0001-60 no valor de R$ 91.269,96 (noventa e um mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos).**

São Francisco/MG. 26 de maio de 2026.

MIGUEL PAULO SOUZA FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:E248B93A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

CONTROLE INTERNO
DECRETO N.º 028/2026 "DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS E INSTITUIR A COMPUTAÇÃO COMO COMPLEMENTO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA E DÁ OUTRAS

DECRETO N.º 028/2026

"Dispõe sobre a homologação do currículo referência de Minas Gerais e instituir a computação como complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no currículo da educação básica do Município de São Francisco do Glória e dá outras providências.".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a resolução CNE/CP nº 2 de, 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a normatização da Base Nacional Comum Curricular;

CONSIDERANDO o Parecer nº 937/2018 do CEE/MG, aprovado em 13.12.2018, que homologou o CRMG da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a revisão obrigatória dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades escolares para se adequarem ao CRMG.

CONSIDERANDO a importância da adequação do currículo escolar às necessidades e características locais;

CONSIDERANDO a previsão da Lei n° 14.533, DE 11 DE JANEIRO DE 2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital;

CONSIDERANDO a previsão da Resolução nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que traz as Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC.

DECRETA:

Art. 1°. Homologar a adesão ao Currículo Referência de Minas Gerais no Município de São Francisco do Glória.

Art. 2°. O CRMG passará a vigorar em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de São Francisco do Glória, a partir do início do ano letivo de 2026.

Art. 3º. Fica instituído a computação como complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no currículo da educação básica do Município de São Francisco do Glória, que deverá ser incorporado nas instituições de ensino da rede municipal.

Art. 4º. O referido complemento à BNCC incluirá conteúdos e práticas pedagógicas que visem:

I - Desenvolvimento do pensamento crítico e criativo;

II - Alfabetização digital;

III - Estimular o desenvolvimento sustentável e a cidadania digital;

IV - Fomentar a inovação e o uso de tecnologias educacionais;

V - Desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, a criação e teste de algoritmos, e a solução de problemas de maneira colaborativa.

Art. 5°. A computação na educação infantil irá seguir as seguintes premissas:

I - Desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, construindo conjuntos de objetos com base em diferentes critérios como: quantidade, forma, tamanho, cor e comportamento.

II - Vivenciar e identificar diferentes formas de interação mediadas por artefatos computacionais.

III - Criar e testar algoritmos brincando com objetos do ambiente e com movimentos do corpo de maneira individual ou em grupo.

IV - Solucionar problemas decompondo-os em partes menores identificando passos, etapas ou ciclos que se repetem e que podem ser generalizadas ou reutilizadas para outros problemas.

Art. 6°. No ensino fundamental serão trabalhadas as seguintes competências:

I - Compreender a Computação como uma área de conhecimento que contribui para explicar o mundo atual e ser um agente ativo e consciente de transformação capaz de analisar criticamente seus impactos sociais, ambientais, culturais, econômicos, científicos, tecnológicos, legais e éticos.

II - Reconhecer o impacto dos artefatos computacionais e os respectivos desafios para os indivíduos na sociedade, discutindo questões socioambientais, culturais, científicas, políticas e econômicas.

III - Expressar e partilhar informações, ideias, sentimentos e soluções computacionais utilizando diferentes linguagens e tecnologias da Computação de forma criativa, crítica, significativa, reflexiva e ética.

IV - Aplicar os princípios e técnicas da Computação e suas tecnologias para identificar problemas e criar soluções computacionais, preferencialmente de forma cooperativa, bem como alicerçar descobertas em diversas áreas do conhecimento seguindo uma abordagem científica e inovadora, considerando os impactos sob diferentes contextos.

V - Avaliar as soluções e os processos envolvidos na resolução computacional de problemas de diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de construir argumentações coerentes e consistentes, utilizando conhecimentos da Computação para argumentar em diferentes contextos com base em fatos e informações confiáveis com respeito à diversidade de opiniões, saberes, identidades e culturas.

VI - Desenvolver projetos, baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto ou interesse do estudante, de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias, utilizando conceitos, técnicas e ferramentas computacionais que possibilitem automatizar processos em diversas áreas do conhecimento com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, de maneira inclusiva.

VII - Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, identificando e reconhecendo seus direitos e deveres, recorrendo aos conhecimentos da Computação e suas tecnologias para tomar decisões frente às questões de diferentes naturezas.

Art. 7°. A implementação do complemento será responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que deverá:

I - Elaborar e disponibilizar orientações pedagógicas para as escolas;

II - Promover capacitações para os profissionais da educação sobre os novos conteúdos;

III - Avaliar e revisar periodicamente o currículo complementar, em consonância com a BNCC, posteriormente sendo nomeada uma comissão para essa função, através de portaria;

IV - Realizar um levantamento e adequação dos espaços e equipamentos;

V - Adquirir os equipamentos necessários para implementação da computação no currículo da educação básica.

§1°. Compete às escolas municipais:

I - Iniciar as mudanças no PPP para constar como se dará a implantação da computação nas diversas disciplinas da educação básica;

§2°. Compete aos professores:

I - Participarem ativamente das capacitações ofertadas pela Secretaria de Educação e Escola;

II - Implementar a computação durante suas aulas.

Art. 8°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Glória/MG, 26 de maio de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:4E9FA3E3

CONTROLE INTERNO
PORTARIA N.º 040/2026 "INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA MAPEAMENTO E PLANEJAMENTO DA UTILIZAÇÃO DA COMPUTAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PORTARIA N.º 040/2026

"Institui Grupo de Trabalho para mapeamento e planejamento da utilização da Computação na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.."

O Prefeito Municipal de São Francisco do Glória, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar a estrutura de computação disponível na Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância de identificar e fomentar práticas pedagógicas que utilizem a computação como ferramenta de ensino e aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e dos Regimentos Escolares ao uso da computação como ferramenta educacional;

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e garantir a implementação plena da Computação no currículo da Rede Municipal de Ensino a partir de 2026;

CONSIDERANDO que a implementação da Computação na Educação Básica constitui uma das condicionalidades previstas para o recebimento da complementação VAAR - Valor Aluno Ano Resultado;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Grupo de Trabalho (GT) da Computação na Educação, com a finalidade de mapear, analisar e propor ações para a implementação da computação como ferramenta pedagógica no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º. Compete ao Grupo de Trabalho:

I – Mapear a estrutura de equipamentos e infraestrutura de computação disponível nas unidades escolares do município;
II – Identificar e registrar as práticas pedagógicas que atualmente utilizam a computação como ferramenta de ensino;
III – Analisar os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e os Regimentos Escolares, verificando a inserção da computação e apontando necessidades de adequação;
IV – Propor estratégias para a ampliação e consolidação do uso da computação como recurso pedagógico;
V – Elaborar e apresentar um Plano de Ação, com metas e prazos definidos, para garantir a plena implementação da computação na Rede Municipal de Ensino a partir do ano letivo de 2026.

Art. 3º. O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I – Irlaine das Graças Laviola – Diretora escolar
II – Kelen Cristina Roriz Almeida – Supervisora escolar
III – Mônica Aparecida Moldenhauer – Orientadora Educação Infantil
IV - Kethelyn Jordânia Guimarães Costa e Silva – Coordenadora Secretaria de educação

Art. 4º. O Grupo de Trabalho terá prazo até 90 dias para concluir seus estudos e apresentar o Plano de Ação à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Glória/MG, 26 de maio de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:546E2EFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2026)

JUSTIFICATIVA PARA CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO
Processo de licitação nº. 058/2026 Pregão eletrônico nº. 041/2026 Registro de preço nº. 036/2026
Considerando que a Administração Pública deve observar, em todos os seus atos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência, competitividade e julgamento objetivo, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
Considerando que o procedimento licitatório deve assegurar a ampla competitividade entre os interessados, garantindo igualdade de condições a todos os licitantes e preservando a integridade e lisura do certame;

Considerando que, no curso da análise do presente processo licitatório, foram identificadas circunstâncias que podem ensejar questionamentos futuros e comprometer a regularidade, a transparência e a plena competitividade do procedimento, o que poderia vulnerar a segurança jurídica da contratação administrativa;
Considerando o poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos, especialmente quando constatadas situações que possam afetar a legalidade, a moralidade administrativa ou a ampla concorrência, em consonância com o princípio da autotutela administrativa;
Considerando que o art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a autoridade competente poderá proceder à anulação da licitação quando verificada ilegalidade, bem como que a revogação poderá ocorrer por razões de interesse público devidamente justificadas;
Considerando, ainda, o dever da Administração em prevenir riscos jurídicos e administrativos, evitando futuras impugnações, questionamentos pelos órgãos de controle ou eventuais prejuízos à Administração e ao interesse público;

JUSTIFICA-SE o cancelamento/revogação do presente processo licitatório, tendo em vista a necessidade de resguardar a lisura do procedimento, a ampla competitividade entre os licitantes, a segurança jurídica da contratação e a estrita observância aos princípios que regem as contratações públicas.
A presente medida visa minimizar potenciais questionamentos que possam comprometer a legitimidade, transparência e caráter competitivo do certame, preservando o interesse público e garantindo que eventual nova contratação ocorra sob condições plenamente regulares, isonômicas e juridicamente seguras.
Dessa forma, a Administração Pública, pautada na supremacia do interesse público e no dever de observância estrita à legislação aplicável, entende pela interrupção do procedimento licitatório, adotando-se as providências administrativas cabíveis.
São Francisco do Glória-MG, 22 de maio de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente De Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:00F56DD7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2026)

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Considerando a necessidade de observância estrita aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, segurança jurídica, eficiência e supremacia do interesse público;
Considerando que a condução do processo licitatório deve assegurar tratamento igualitário entre os potenciais licitantes, garantindo a ampla participação e preservando condições objetivas que afastem restrições indevidas ou circunstâncias que possam comprometer a lisura e a regularidade do certame;
Verifica-se que, diante da análise administrativa e técnica realizada, a manutenção do presente procedimento, nas condições atualmente estabelecidas, pode ensejar risco à preservação da isonomia entre os participantes, bem como comprometer a ampla competitividade, princípios basilares que norteiam a contratação pública e a busca da proposta mais vantajosa à Administração.
Além disso, a continuidade do certame, sem o devido saneamento e reavaliação dos aspectos identificados, pode acarretar insegurança jurídica, potencial prejuízo à Administração Pública, possibilidade de futuras impugnações, judicializações, questionamentos por órgãos de controle e eventual comprometimento da execução contratual, o que representa risco não apenas ao interesse público, mas também aos próprios licitantes participantes.
Nesse contexto, a prudência administrativa impõe a adoção de medida preventiva e cautelar, visando afastar riscos operacionais, jurídicos e econômicos, assegurando que eventual futura contratação ocorra sob critérios plenamente claros, objetivos e compatíveis com os princípios da transparência, eficiência e vantajosidade.
A revogação/cancelamento do processo, portanto, fundamenta-se no interesse público superveniente e na necessidade de resguardar a regularidade procedimental, a ampla concorrência, a igualdade de condições entre os participantes e a mitigação de riscos à Administração e aos particulares envolvidos, evitando-se a continuidade de procedimento que possa futuramente gerar nulidades, prejuízos ou insegurança à contratação.
Dessa forma, em observância à prudência administrativa, à autotutela da Administração Pública e aos princípios que regem as contratações públicas, justifica-se o cancelamento/revogação do presente processo licitatório, para que sejam promovidas as adequações e reavaliações necessárias, preservando-se o interesse público, a legalidade e a integridade do procedimento administrativo.
São Francisco do Glória-MG, 26 de maio de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:3B14B229

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (CREDENCIAMENTO Nº003/2025)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido do Contrato Administrativo referente ao Processo de Licitação nº. 0177/2025/ Credenciamento nº.003/2025: **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória – MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e **CONTRATADO: "48.420.482 VICENTE**

MONTEZANO NETO", inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.48.420.482/0001-65, com sede na Rua Doutor Geraldo Starling, nº.210, Bairro São Francisco, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação por Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de locução, cobertura de eventos audiovisual, apresentações musicais através de músicos individuais ou grupos, para atender a programação do calendário de eventos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, durante o ano de 2026, especificamente apresentação da Banda no dia 26 de junho, do corrente ano, nas festividades do 5º Encontro de Motociclista em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. **VALOR:** R$4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais). **DOTAÇÃO:** 02.014.23.695.1301.1.999-339039-**998**- Incentivo ao Turismo da Cidade – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica - 15000000000;

São Francisco do Glória, 26 de maio de 2026.

ERLÂNDIA CLAUDIA ABRAÃO PIO
Presidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:8CBAFE86

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GERALDO

LICITAÇÕES E PREGÕES
AVISO ALTERAÇÃO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de São Geraldo torna pública a retificação do aviso de intenção de adesão oriunda à Ata de Registro de Preços nº 036/2025, Processo Administrativo nº 058/2025 - Pregão Eletrônico nº 022/2025, realizada pelo Município de Mathias Lobato/MG. Onde se lê: valor total da adesão R$ 1.401.012,85 (um milhão quatrocentos e um mil doze reais e oitenta e cinco centavos). Leia-se: valor total da adesão R$ 1.220.643,95 (um milhão duzentos e vinte mil seiscentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos). Ficam ratificados os demais termos da publicação original.

WALMIR ROCHA LOPES –
Prefeito.

Publicado por:
Tamires Cristina da Cruz Ferreira
Código Identificador:917D598B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECISÃO ADMINISTRATIVA 10/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA 10/2026

Processo nº 2026. 04.28.174015.114371
Protocolo nº 53340

Interessado: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Funchal, da Comarca de São Gotardo/MG
Representante Legal: Franklin Barbosa de Castro Neto – CPF nº 638.147.066-68
CNPJ: 20.045.241/0001-64

Assunto: Pedido de reconsideração – ISSQN – correção de alíquota e adesão ao REFIS 2026.

•
RELATÓRIO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Funchal, da Comarca de São Gotardo/MG, em face da Decisão Administrativa proferida em 30/04/2026 pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a qual, acolhendo integralmente o Parecer Jurídico nº 130/2026 da Procuradoria Geral do Município, indeferiu: a) o pedido de correção da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de 5% para 2% incidente sobre as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-e) emitidas em abril de 2026; e b) o pedido de adesão ao REFIS 2026.
Em sua manifestação, protocolada em 08/05/2026, o Recorrente sustenta, em síntese: i) que o fato gerador do ISSQN teria ocorrido efetivamente nos exercícios de 2021 a 2025, e não em 2026; ii) que a emissão tardia das NFS-e não teria o condão de alterar a legislação aplicável à época da alegada prestação dos serviços; iii) que os relatórios e documentos anexados comprovariam a efetiva prestação dos serviços nos exercícios pretéritos; iv) que faria jus à aplicação da alíquota de 2% (dois por cento)

vigente à época; e v) que os referidos débitos deveriam ser admitidos no programa REFIS 2026.
Vieram os autos conclusos para decisão final.
É o relatório.
Passa-se a decidir.

•
DA FUNDAMENTAÇÃO

1. Da insuficiência da prova apresentada, da confissão de dívida via NFS-e e da presunção de legitimidade do lançamento
O recorrente juntou aos autos relatórios extraídos de sistemas auxiliares vinculados à fiscalização judiciária e à arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária – TFJ (como SISNORWEB e DAITFJ), bem como informações relativas a selos eletrônicos, alegando que tais documentos comprovariam a efetiva prestação dos serviços cartorários nos exercícios de 2021 a 2025.
Todavia, os documentos apresentados não constituem prova idônea e suficiente da ocorrência do fato gerador do ISSQN nos moldes exigidos pela legislação tributária municipal. Tais arquivos possuem natureza meramente declaratória e fiscalizatória perante o Poder Judiciário e a Fazenda Estadual, não se confundindo com a regular constituição da obrigação tributária municipal. Além disso, verifica-se grave inconsistência material: os valores indicados nessas competências pretéritas não coincidem com os valores constantes das Notas Fiscais Eletrônicas efetivamente emitidas pelo recorrente em abril de 2026. Tal divergência compromete a credibilidade da narrativa fática e impede o reconhecimento administrativo de que os serviços ali descritos correspondam aos fatos geradores alegados.
No sistema de lançamento por homologação, a emissão da NFS-e pelo próprio contribuinte formaliza a constituição do crédito tributário e opera como verdadeira confissão de dívida. O Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro consagra o

entendimento de que a emissão de NFS-e configura este ato confessional em relação ao ISS:
TJ-RJ — Apelação 0002649-48.2020.8.19.0028 — Publicado em 03/08/2021
APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ISS INCIDENTE SOBRE SERVIÇOS BANCÁRIOS. MUNICÍPIO DE MACAÉ. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO DO EMBARGANTE. Não há que se falar em nulidade da CDA por ausência de indicação de processo administrativo. O ISS é um tributo sujeito a lançamento por homologação e a inércia do contribuinte autoriza a realização do lançamento substitutivo de ofício, sem instauração de processo administrativo. De acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº 2.973/2007 a emissão de NFS-e constitui confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN incidente na operação. CDA traz os números das notas fiscais eletrônicas que originaram a cobrança do tributo. (...) Sentença que se mantém. Recurso conhecido e não provido, nos termos do voto do Desembargador Relator.
Para desconstituir o documento fiscal que ele mesmo emitiu, incumbia ao contribuinte apresentar prova cabal, irrefutável e isenta de contradições materiais, ônus probatório determinado pelo art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente.

Como pontua o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ato ostenta presunção de legitimidade e veracidade:
STJ — AgInt no AREsp 2387744 SP 2023/0204372-3 — Publicado em DJe 14/12/2023
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULAS 284/STF E 283/STF.

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE NÃO ILIDIDA. NECESSIDADE DE PROVA INEQUÍVOCA. ÔNUS DO CONTRIBUINTE. REVISÃO DO JUÍZO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. (...) 4. No caso, o Tribunal de origem dispôs que a então embargante, embora intimada, não manifestou interesse em produzir qualquer prova que pudesse afastar a presunção de legalidade do ato administrativo, não se desincumbindo do ônus que lhe competia, nos termos do art. 373, II, do CPC/2015. Por sua vez, a ora recorrente sustentou que a irregularidade apontada não demandaria produção de provas. 5. O lançamento fiscal é ato administrativo dotado de presunção relativa de legitimidade e veracidade, podendo ser afastada mediante prova inequívoca a cargo do interessado.
Logo, permanece hígida a conclusão administrativa anterior, posto que a Fazenda Pública, agindo no seu estrito dever de ofício e fiscalização, autuou o contribuinte com base nas informações e datas por ele declaradas de ofício no momento da emissão formal do documento.
2. Da emissão extemporânea das NFS-e, da alíquota aplicável e da vedação ao benefício da própria torpeza
Conforme já consignado, as NFS-e objeto dos autos foram formalmente emitidas pelo Recorrente, de forma exclusiva, em abril de 2026. Durante esse período, vigora no Município a legislação que estabelece a alíquota de 5% para os serviços cartorários.
A emissão de notas fiscais anos após a suposta prestação dos serviços afronta à regularidade fiscal, violando o dever instrumental de emissão tempestiva. A obrigação acessória deve ocorrer contemporaneamente à prestação do serviço. A indicação unilateral de competências pretéritas e a exigência de que o Município aceite a incidência de uma alíquota defasada ofendem o princípio geral de direito de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.

A emissão extemporânea caracteriza evidente falha gerencial do recorrente. Situação diversa ocorreria caso as notas fiscais tivessem sido regularmente emitidas nos exercícios de 2021 a 2025 e apenas permanecido inadimplidas; nesta hipótese, aplicar-se-ia a norma da época do fato atestado tempestivamente. Contudo, na ausência de documentação fiscal contemporânea, o fato gerador considera-se aperfeiçoado formalmente para fins de controle e cobrança no momento da emissão da nota, incidindo, pelo princípio do tempus regit actum, a norma e a alíquota de 5% vigentes em abril de 2026. Admitir o contrário seria autorizar o contribuinte a manipular retroativamente as regras matrizes de incidência tributária e a data do vencimento das obrigações fiscais.
3. Da impossibilidade de adesão ao REFIS 2026 e da interpretação restritiva obrigatória
Tampouco merece prosperar o pedido de reconsideração quanto à adesão ao REFIS 2026. A Lei Municipal nº 2.940/2026 expressamente limita o programa de regularização fiscal aos débitos vencidos até 31/12/2025.
Como as NFS-e foram formalmente emitidas e os créditos constituídos tão somente em abril de 2026, estes débitos não se enquadram nas hipóteses temporais legais. A interpretação pretendida pelo recorrente, no sentido de expandir o marco temporal do benefício legal em virtude de sua própria desídia ao emitir os documentos fiscais com atraso, esbarra no artigo 111, incisos I e II, do Código Tributário Nacional. O permissivo normativo impõe que a legislação tributária pertinente a parcelamentos, anistias e remissões seja interpretada de forma estritamente literal e restritiva.
Tal necessidade de limitação hermenêutica é reiteradamente imposta pelos Tribunais de Justiça do país em casos de programas de recuperação fiscal (REFIS):
TJ-SC — Apelação 0300312-38.2018.8.24.0062 — Publicado em 21/03/2023
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. SENTENÇA DENEGATÓRIA. APELO DA IMPETRANTE. CONTRARRAZÕES. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, DIANTE DA REPETIÇÃO DAS RAZÕES DA PETIÇÃO

INICIAL. INACOLHIMENTO. RECURSO CONHECIDO. TESE AFASTADA. PRECEDENTES. MÉRITO DO RECLAMO. PLEITO DA IMPETRANTE DE INCLUSÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS), EXCLUÍDOS OS VALORES CANCELADOS PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, EM SEDE DE DECISÃO ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE. NORMA LEGAL QUE NÃO ADMITE O PARCELAMENTO PARCIAL, AINDA MAIS QUANDO PENDENTE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA. EXEGESE DO DISPOSTO NA MEDIDA PROVISÓRIA N. 216/2017. INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA QUE DEVE SE DAR DE FORMA RESTRITIVA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGATÓRIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
Desta forma, a exclusão dos débitos gerados em 2026 do programa REFIS atende ao comando expresso da estrita legalidade tributária e resguarda a isonomia em relação aos contribuintes regularmente adimplentes.

•
DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento no Parecer Jurídico nº 130/2026/PGM, nos arts. 97, 111, 113, 114, 116, 142 e 145 do Código Tributário Nacional, na Lei Complementar Federal nº 116/2003, na Lei Municipal nº 2.940/2026, nos princípios da legalidade tributária, segurança jurídica e regularidade fiscal, bem como nas demais normas aplicáveis, DECIDO:

•
CONHECER do pedido de reconsideração apresentado pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Funchal, da Comarca de São Gotardo/MG, por ser tempestivo;

•
NEGAR PROVIMENTO ao pedido de reconsideração, mantendo integralmente a Decisão Administrativa proferida em 30/04/2026, em todos os seus termos;

•
MANTER a incidência da alíquota de 5% (cinco por cento) de ISSQN sobre as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas emitidas em abril de 2026;

•
MANTER o indeferimento da adesão ao REFIS 2026, diante da ausência de enquadramento legal e temporal dos débitos à Lei Municipal nº 2.940/2026;

•
DETERMINAR o regular prosseguimento das providências fiscais e tributárias determinadas na decisão anterior, autorizando os devidos trâmites de lançamento, cobrança e apuração de eventuais irregularidades;

•
DETERMINAR a notificação formal do recorrente acerca do inteiro teor desta decisão;

•
Após o cumprimento das formalidades legais, ARQUIVEM-SE os autos, sem prejuízo da continuidade das medidas de fiscalização cabíveis.

Publique-se.
Intime-se.

Cumpra-se.

São Gotardo/MG, 25 de maio de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara Ribeiro de Melo
Código Identificador:72500DB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECISÃO ADMINISTRATIVA 11/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA 11/2026

Processo nº 2026.04.28.173326.114369
Protocolo nº 53339

Interessado: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Gotardo/MG
Representante Legal: Franklin Barbosa de Castro Neto – CPF nº 638.147.066-68
CNPJ: 08.907.961/0001-96

Assunto: Pedido de reconsideração – ISSQN – correção de alíquota e adesão ao REFIS 2026

•
RELATÓRIO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Gotardo/MG, em face da Decisão Administrativa proferida em 30/04/2026 pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a qual, acolhendo integralmente o Parecer Jurídico nº 130/2026/PGM, indeferiu: a) o pedido de correção da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de 5% para 2% incidente sobre as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-e) emitidas em abril de 2026; e b) o pedido de adesão ao REFIS 2026.
Em sua manifestação, protocolada em 08/05/2026, o Recorrente sustenta, em síntese: i) que o fato gerador do ISSQN teria ocorrido efetivamente nos exercícios de 2021 a 2025, e não em 2026; ii) que a emissão tardia das NFS-e não teria o condão de alterar a legislação aplicável à época da alegada prestação dos serviços; iii) que os

relatórios e documentos anexados comprovariam a efetiva prestação dos serviços nos exercícios pretéritos; iv) que faria jus à aplicação da alíquota de 2% (dois por cento) vigente à época; e v) que os referidos débitos deveriam ser admitidos no programa REFIS 2026.
Vieram os autos conclusos para decisão final.
É o relatório.
Passa-se a decidir.

•
DA FUNDAMENTAÇÃO

1. Da insuficiência da prova apresentada, da confissão de dívida via NFS-e e da presunção de legitimidade do lançamento
O recorrente juntou aos autos relatórios extraídos de sistemas auxiliares vinculados à fiscalização judiciária e à arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária – TFJ (como SISNORWEB e DAITFJ), bem como informações relativas a selos eletrônicos, alegando que tais documentos comprovariam a efetiva prestação dos serviços cartorários nos exercícios de 2021 a 2025.
Todavia, os documentos apresentados não constituem prova idônea e suficiente da ocorrência do fato gerador do ISSQN nos moldes exigidos pela legislação tributária municipal.
Conforme constatado nos autos, o CNPJ constante das Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária refere-se ao Cartório de Registro de Imóveis de São Gotardo, e não ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Gotardo, parte recorrente no presente procedimento administrativo.
Tal circunstância evidencia manifesta ausência de correlação entre os documentos juntados e o sujeito passivo da obrigação tributária discutida nestes autos, tornando impossível reconhecer qualquer força probatória aos documentos apresentados para fins de comprovação do alegado fato gerador do ISSQN.

A inconsistência documental apresentada não constitui mero erro formal sanável, mas vício substancial que compromete integralmente a credibilidade da tese defensiva sustentada pelo recorrente.
Não há como admitir que documentos vinculados a pessoa jurídica diversa sejam utilizados como prova da ocorrência de fatos geradores atribuídos à serventia recorrente, sobretudo em matéria tributária, regida pelos princípios da estrita legalidade, segurança jurídica e certeza do crédito tributário.
Além disso, permanece ausente qualquer documento fiscal contemporâneo idôneo emitido à época da alegada prestação dos serviços, circunstância que reforça a conclusão anteriormente adotada pela Administração Municipal quanto à inexistência de comprovação válida da ocorrência dos fatos geradores nos exercícios de 2021 a 2025.
Os arquivos apresentados possuem natureza meramente declaratória e fiscalizatória perante o Poder Judiciário e a Fazenda Estadual, não se confundindo com a regular constituição da obrigação tributária municipal. Além disso, verifica-se grave inconsistência material: os valores indicados nessas competências pretéritas não coincidem com os valores constantes das Notas Fiscais Eletrônicas efetivamente emitidas pelo recorrente em abril de 2026. Tal divergência compromete a credibilidade da narrativa fática e impede o reconhecimento administrativo de que os serviços ali descritos correspondam aos fatos geradores alegados.
No sistema de lançamento por homologação, a emissão da NFS-e pelo próprio contribuinte formaliza a constituição do crédito tributário e opera como verdadeira confissão de dívida. O Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro consagra o entendimento de que a emissão de NFS-e configura este ato confessional em relação ao ISS:
TJ-RJ — Apelação 0002649-48.2020.8.19.0028 — Publicado em 03/08/2021
APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ISS INCIDENTE SOBRE SERVIÇOS BANCÁRIOS. MUNICÍPIO DE MACAÉ. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO DO EMBARGANTE. Não há

que se falar em nulidade da CDA por ausência de indicação de processo administrativo. O ISS é um tributo sujeito a lançamento por homologação e a inércia do contribuinte autoriza a realização do lançamento substitutivo de ofício, sem instauração de processo administrativo. De acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº 2.973/2007 a emissão de NFS-e constitui confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN incidente na operação. CDA traz os números das notas fiscais eletrônicas que originaram a cobrança do tributo. (...) Sentença que se mantém. Recurso conhecido e não provido, nos termos do voto do Desembargador Relator.
Para desconstituir o documento fiscal que ele mesmo emitiu, incumbia ao contribuinte apresentar prova cabal, irrefutável e isenta de contradições materiais, ônus probatório determinado pelo art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente. Como pontua o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ato ostenta presunção de legitimidade e veracidade:
STJ — AgInt no AREsp 2387744 SP 2023/0204372-3 — Publicado em DJe 14/12/2023
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULAS 284/STF E 283/STF. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE NÃO ILIDIDA. NECESSIDADE DE PROVA INEQUÍVOCA. ÔNUS DO CONTRIBUINTE. REVISÃO DO JUÍZO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. (...) 4. No caso, o Tribunal de origem dispôs que a então embargante, embora intimada, não manifestou interesse em produzir qualquer prova que pudesse afastar a presunção de legalidade do ato

administrativo, não se desincumbindo do ônus que lhe competia, nos termos do art. 373, II, do CPC/2015. Por sua vez, a ora recorrente sustentou que a irregularidade apontada não demandaria produção de provas. 5. O lançamento fiscal é ato administrativo dotado de

presunção relativa de legitimidade e veracidade, podendo ser afastada mediante prova inequívoca a cargo do interessado.
Logo, permanece hígida a conclusão administrativa anterior, posto que a Fazenda Pública, agindo no seu estrito dever de ofício e fiscalização, autuou o contribuinte com base nas informações e datas por ele declaradas de ofício no momento da emissão formal do documento.
2. Da emissão extemporânea das NFS-e, da alíquota aplicável e da vedação ao benefício da própria torpeza
Conforme já consignado, as NFS-e objeto dos autos foram formalmente emitidas pelo Recorrente, de forma exclusiva, em abril de 2026. Durante esse período, vigora no Município a legislação que estabelece a alíquota de 5% para os serviços cartorários.
A emissão de notas fiscais anos após a suposta prestação dos serviços afronta à regularidade fiscal, violando o dever instrumental de emissão tempestiva. A obrigação acessória deve ocorrer contemporaneamente à prestação do serviço. A indicação unilateral de competências pretéritas e a exigência de que o Município aceite a incidência de uma alíquota defasada ofendem o princípio geral de direito de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.
A emissão extemporânea caracteriza evidente falha gerencial do recorrente. Situação diversa ocorreria caso as notas fiscais tivessem sido regularmente emitidas nos exercícios de 2021 a 2025 e apenas permanecido inadimplidas; nesta hipótese, aplicar-se-ia a norma da época do fato atestado tempestivamente. Contudo, na ausência de documentação fiscal contemporânea, o fato gerador considera-se aperfeiçoado formalmente para fins de controle e cobrança no momento da emissão da nota, incidindo, pelo princípio do tempus regit actum, a norma e a alíquota de 5% vigentes em abril de 2026. Admitir o contrário seria autorizar o contribuinte a manipular

retroativamente as regras matrizes de incidência tributária e a data do vencimento das obrigações fiscais.

3. Da impossibilidade de adesão ao REFIS 2026 e da interpretação restritiva obrigatória
Tampouco merece prosperar o pedido de reconsideração quanto à adesão ao REFIS 2026. A Lei Municipal nº 2.940/2026 expressamente limita o programa de regularização fiscal aos débitos vencidos até 31/12/2025.
Como as NFS-e foram formalmente emitidas e os créditos constituídos tão somente em abril de 2026, estes débitos não se enquadram nas hipóteses temporais legais. A interpretação pretendida pelo recorrente, no sentido de expandir o marco temporal do benefício legal em virtude de sua própria desídia ao emitir os documentos fiscais com atraso, esbarra no artigo 111, incisos I e II, do Código Tributário Nacional. O permissivo normativo impõe que a legislação tributária pertinente a parcelamentos, anistias e remissões seja interpretada de forma estritamente literal e restritiva.
Tal necessidade de limitação hermenêutica é reiteradamente imposta pelos Tribunais de Justiça do país em casos de programas de recuperação fiscal (REFIS):
TJ-SC — Apelação 0300312-38.2018.8.24.0062 — Publicado em 21/03/2023
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. SENTENÇA DENEGATÓRIA. APELO DA IMPETRANTE. CONTRARRAZÕES. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, DIANTE DA REPETIÇÃO DAS RAZÕES DA PETIÇÃO INICIAL. INACOLHIMENTO. RECURSO CONHECIDO. TESE AFASTADA. PRECEDENTES. MÉRITO DO RECLAMO. PLEITO DA IMPETRANTE DE INCLUSÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS), EXCLUÍDOS OS VALORES CANCELADOS PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, EM SEDE DE DECISÃO ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

NORMA LEGAL QUE NÃO ADMITE O PARCELAMENTO PARCIAL, AINDA MAIS QUANDO PENDENTE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA. EXEGESE DO DISPOSTO NA MEDIDA PROVISÓRIA N. 216/2017. INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA QUE DEVE SE DAR DE FORMA RESTRITIVA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGATÓRIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Desta forma, a exclusão dos débitos gerados em 2026 do programa REFIS atende ao comando expresso da estrita legalidade tributária e resguarda a isonomia em relação aos contribuintes regularmente adimplentes.

•
DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento no Parecer Jurídico nº 130/2026/PGM, nos arts. 97, 111, 113, 114, 116, 142 e 145 do Código Tributário Nacional, na Lei Complementar Federal nº 116/2003, na Lei Municipal nº 2.940/2026, nos princípios da legalidade tributária, segurança jurídica e regularidade fiscal, bem como nas demais normas aplicáveis, DECIDO:

•
CONHECER do pedido de reconsideração apresentado pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Gotard, por ser tempestivo;

•
NEGAR PROVIMENTO ao pedido de reconsideração, mantendo integralmente a Decisão Administrativa proferida em 30/04/2026, em todos os seus termos;

•
MANTER a incidência da alíquota de 5% (cinco por cento) de ISSQN sobre as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas emitidas em abril de 2026;

•
MANTER o indeferimento da adesão ao REFIS 2026, diante da ausência de enquadramento legal e temporal dos débitos à Lei Municipal nº 2.940/2026;

•
DETERMINAR o regular prosseguimento das providências fiscais e tributárias determinadas na decisão anterior, autorizando os devidos trâmites de lançamento, cobrança e apuração de eventuais irregularidades;

•
DETERMINAR a notificação formal do recorrente acerca do inteiro teor desta decisão;

•
Após o cumprimento das formalidades legais, ARQUIVEM-SE os autos, sem prejuízo da continuidade das medidas de fiscalização cabíveis.

Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.

São Gotardo/MG, 25 de maio de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara Ribeiro de Melo
Código Identificador:28F9EDD3

SETOR DE CONVÊNIOS
ERRATA AO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 001 DE 2026

Errata referente ao Edital de Chamamento Público nº 001 de 2026, cujo objeto é a seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de Termo de Colaboração visando à organização, produção e execução do evento Concurso Rainha FENACEN 2026. Após conferência do instrumento convocatório, foram identificadas inconsistências materiais em datas constantes do edital, especialmente no que se refere ao prazo final para protocolo dos envelopes, à data da sessão pública de abertura e à compatibilização do cronograma da fase

de seleção. Tais ajustes são necessários para assegurar clareza, coerência interna do edital, publicidade adequada dos atos e segurança jurídica ao procedimento.
Sendo corrigidas por meio da errata, nos termos a seguir: I – Item 1.13 do Edital – Prazo de entrega dos envelopes Onde se lê: "Data e horário: Até às 17:00 h do dia 28/05/2026" Leia-se: "Data e horário: Até às 17:00 h do dia 03/06/2026" –
Anexo II – Minuta do Termo de Colaboração – Numeração do Instrumento Onde se lê: "TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2025" Leia-se: "TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2026".
Permanecem inalteradas todas as demais disposições do referido Edital e de seus Anexos que não conflitem com as correções ora promovidas.

Atenciosamente,

JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:704A2080

SETOR DE CONVÊNIOS
RETIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 33/2026

Retificação à Inexigibilidade de Chamamento Público nº 33/2026 , *inexigibilidade realizada nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014, para realização de termo de fomento entre o Município de São Gotardo/MG e a Organização da Sociedade Civil* **"SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO GOTARDO" ,**cujo objeto é a execução de parte da obra de ampliação do Centro Cirúrgico e Construção de Novos Leitos no prédio da Santa Casa de Misericórdia de São Gotardo.

CLAUSÚLA PRIMEIRA – DA RETIFICAÇÃO

Cláusula 1 – Da Identificação
Fica retificada a cláusula 1 – Da Identificação :
Onde se lê :
Vigência do Termo de Fomento: **31 de maio de 2026** até o dia **31 de dezembro de 2026**

Leia-se :
Vigência do Termo de Fomento: **29 de maio de 2026** até o dia **31 de dezembro de 2026**

Onde se lê :
Cláusula 4 – Dos Recursos
O Termo de Fomento terá início **31 de maio de 2026** até o dia **31 de dezembro de 2026....**

Leia-se :

O Termo de Fomento terá início **29 de maio de 2026** até o dia **31 de dezembro de 2026....**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
2 - Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Inexigibilidade de Chamamento pulico nº 33/2026, que continuarão a viger nas condições anteriormente avençadas.

São Gotardo, 26 de Maio de 2026

CÉSAR JOSÉ BARBOSA
Secretário Municipal de Obras Públicas

Publicado por:
Erlane de Matos Peixoto
Código Identificador:DC6ADCE3

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 107/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO REPRESENTADA PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL, ADJUDICA E HOMOLOGA NA FORMA DA LEI, O Nº 107/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026. OBJETO: PARA "AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHÃO BASCULANTE 6X4, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1231001978/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS ,POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO -SEAPA E O MUNICIPIO DE SAO GOTARDO". CONTRATADA : AUTOPATOS CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA. VENCEDOR NO VALOR DE R$ 639.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA E NOVE MIL REAIS. DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 18/05/2026

Publicado por:
Cristiani Aparecida Batista Galvão
Código Identificador:E8B3CF29

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 159/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS 114/2025 185/2025 03/2026 112/2025 115/2025 124/2025 120/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 159/2025 – INEXIGIBLIDADE POR CREDENCIMENTO Nº. 04/2025. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO 1º TERMO ADITIVO A O ACRÉSCIMO DE 25% NO QUANTITATIVO DOS CONTRATOS . DATA DO ADITIVO: 18/03/2026. CONTRATADOS: ADAIR ALVES, JORGE GERALDO DA SILVA, ANDRE LUIZ EUFROSINO, JOSE DIAS NETO, VANILSON XAVIER DOS SANTOS, RICARDO PEREIRA SALES. ASSINANTES: MAKOTO EDISON SEKITA – PREFEITO MUNICIPAL. CÉSAR JOSE BARBOSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/OBRAS PÚBLICAS. E REPRESENTANTES DAS CONTRATADAS.

Publicado por:
Cristiani Aparecida Batista Galvão
Código Identificador:117BC44F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 87/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº. 87/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 107/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2026. OBJETO "AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHÃO BASCULANTE 6X4, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1231001978/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS ,POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO -SEAPA E O MUNICIPIO DE SAO GOTARDO".) COM VIGÊNCIA ATÉ A CONCLUSÃO DO OBJETO CONTRATADO..DATA DE ASSINATURA:18/05/2026. VIGÊNCIA: ATÉ 18/05/2027.

MAKOTO EDISON SEKITA–
Prefeito Municipal.

DENER HENRIQUE DE CASTRO-
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,
Autopatos Caminhões e ônibus LTDA.
Contratada.

Publicado por:
Cristiani Aparecida Batista Galvão
Código Identificador:9F0B4740

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 029/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

REQUISITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG.

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio da Agente de Contratação do Município, designado pela Portaria nº 032 de 07 de Janeiro de 2025, torna público o extrato do contrato do Processo Administrativo nº 029/2026 – Inexigibilidade de Licitação n° 032//2025, Credenciamento nº 002/2026, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS/VEÍCULOS PESADOS E VAN, POR DEMANDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, juntamente com a Secretaria municipal de Saúde e secretaria de assistência social, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São João da Ponte/MG, no município de São João da Ponte/MG, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026
EMPRESA: 58.282.628 LEONARDO JUNIOR ABREU
CNPJ: 58.282.628/0001-07

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2026
EMPRESA:CRISTIANE APARECIDA NASCIMENTO ABREU
CNPJ: 50.096.535/0001-86

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026
EMPRESA: **65.668.682 PAULA RAVINI MARQUES**
CNPJ: 65.668.682/0001-50

Vigência: 26/03/2026 até 25/03/2027.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 26 de março de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:2CD5EDC4

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 029/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

REQUISITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG.

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio da Agente de Contratação do Município, designado pela Portaria nº 032 de 07 de Janeiro de 2025, torna público o extrato do contrato do Processo Administrativo nº 029/2026 – Inexigibilidade de Licitação n° 032//2025, Credenciamento nº 002/2026, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS/VEÍCULOS PESADOS E VAN, POR DEMANDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, juntamente com a Secretaria municipal de Saúde e secretaria de assistência social., para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São João da Ponte/MG, no município de São João da Ponte/MG, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026
EMPRESA: 44.566.803 JOSE GERALDO PEREIRA DE SIQUEIRA
CNPJ: 44.566.803/0001-83

Vigência: 25/03/2026 até 24/03/2027.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 25 de março de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:DEA20944

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**, através da Secretaria Municipal de administração e recursos humanos, torna público o Edital n° 025/2026, Procedimento Administrativo Nº 067/2026, Pregão Eletrônico n° 011/2026. obj: Registro de Preços para futura e eventual contratação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, para **fornecimento, instalação, configuração e manutenção de sistema de monitoramento eletrônico por câmeras (CFTV)**, destinado ao atendimento das necessidades do Município de São João da Ponte/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência. **Abertura: 16/06/2026, as 08h30min.** Edital disponível no site:www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no e-mail:pmlicitacaosjp@gmail.com, São João da Ponte. 26/06/2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:5754DF7A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 029/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público o extrato de RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO, Processo Administrativo nº 029/2026 – Inexigibilidade de Licitação n° 019/2026, Credenciamento nº 002/2026, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

LOCAÇÃO DE MÁQUINAS/VEÍCULOS PESADOS E VAN, POR DEMANDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, juntamente com a Secretaria municipal de Saúde e secretaria de assistência social, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São João da Ponte/MG, no município de São João da Ponte/MG de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
EMPRESA: 58.282.628 LEONARDO JUNIOR ABREU
CNPJ: 58.282.628/0001-07

EMPRESA:CRISTIANE APARECIDA NASCIMENTO ABREU
CNPJ: 50.096.535/0001-86

EMPRESA: **65.668.682 PAULA RAVINI MARQUES**
CNPJ: 65.668.682/0001-50

Publique-se o resultado para conhecimento público.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 26 de março de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:C22B1F26

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 029/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público o extrato de RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO, Processo Administrativo nº 029/2026 – Inexigibilidade de Licitação n° 019/2026, Credenciamento nº 002/2026, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS/VEÍCULOS PESADOS E VAN, POR DEMANDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, juntamente com a Secretaria municipal de Saúde e secretaria de assistência social., para atender à demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São João da Ponte/MG, no município de São João da Ponte/MG de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
EMPRESA: 44.566.803 JOSE GERALDO PEREIRA DE SIQUEIRA
CNPJ: 4.566.803/0001-83

Publique-se o resultado para conhecimento público.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 25 de março de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:F27D2FE2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026
TERMO DE ADESÃO Nº 014/2026

ORIGEM: ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte De Minas – CISRUN.

O **Município de São João da Ponte - MG**, por intermédio da agente de contratação, nomeada através da Portaria n°: 032 de 07 de janeiro de 2025, torna se público o extrato do contrato que tem como objeto a adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2026, oriunda do Processo Licitatório n° 040/2025, Pregão Eletrônico nº 020/2025 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte De Minas – CISRUN, para aquisição de Móveis e Utensílios Diversos (Mesas, Cadeiras, Logarinas, Estantes...), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de São João da Ponte/MG, nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATADA: MAGAZINE ROCHA LTDA
CNPJ: 53.192.485/0001-29
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026
VALOR GLOBAL TOTAL ESTIMADO: R$ 328.535,00 (Trezentos e vinte e oito mil quinhentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (14/05/2026 a 14/05/2027)

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte, 14 de maio de 2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação
Portaria nº 032, de 07/01/2025

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:2959AB4F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO/EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2026

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio da agente de contratação, nomeada através da Portaria n°: 032 de 07 de janeiro de 2025 torna se público o extrato do contrato que tem como objeto a Contratação de show artístico musical da **Banda Iscai Love do Forró** através inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 74, inciso II da Lei Federal n°: 14.133/21, para realização de show nos **Tradicionais Festejos da Comunidade de Olimpio Campos no dia 24 de Julho e dia 08 de Agosto na Comunidade do Condado do Norte**, neste município, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG

CONTRATADA: **JOÃO CARLOS SOARES DOS REIS SANTA ROSA**
CNPJ: 27.943.997/0001-70

SHOW ARTÍSTICO MUSICAL: **BANDA ISCAI LOVE DO FORRÓ**
VALOR GLOBAL: **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)**

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/05/2026 à 31/12/2026.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 25 de maio de 2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação
Portaria nº 032, de 07/01/2025.

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:C031B084

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

ADJUDICO e HOMOLOGO para todos os efeitos de direito nos termos do art. 72 da Lei 14.133/2021, o Processo Administrativo nº, 065/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 043/2026, com fundamento no inciso Il do Artigo 74 da Lei 14.133/2021 para a Contratação de show artístico musical da **Banda Iscai Love do Forró** através inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 74, inciso II da Lei Federal n°: 14.133/21, para realização de show nos **Tradicionais Festejos da Comunidade de Olimpio Campos no dia 24 de Julho e dia 08 de Agosto na Comunidade do Condado do Norte**, neste município, conforme abaixo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG

CONTRATADA: **JOÃO CARLOS SOARES DOS REIS SANTA ROSA**
CNPJ: 27.943.997/0001-70
SHOW ARTÍSTICO MUSICAL: **BANDA ISCAI LOVE DO FORRÓ**
VALOR GLOBAL: **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)**

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/05/2026 à 31/12/2026.

São João da Ponte - MG, 25 de maio de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:58DDD6DC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026
TERMO DE ADESÃO Nº 014/2026

ORIGEM: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte De Minas – CISRUN.

ADJUDICO e **HOMOLOGO** para todos os efeitos de direito nos termos do da Lei 14.133/2021, o Processo Licitatório Nº 060/2026, Inexigibilidade de Licitação Nº 039/2026, Termo de Adesão N° 014/2026 com fundamento no fulcro no caput do Artigo 86 da Lei 14.133/2021, para a adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2026, oriunda do Processo Licitatório n° 040/2025, Pregão Eletrônico nº 020/2025 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte De Minas – CISRUN, para **aquisição de Móveis e Utensílios Diversos (Mesas, Cadeiras, Logarinas, Estantes...)**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de São João da Ponte/MG, nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme abaixo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATADA: MAGAZINE ROCHA LTDA
CNPJ: 53.192.485/0001-29
VALOR TOTAL: R$ 328.535,00 (Trezentos e vinte e oito mil quinhentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses da assinatura do contrato;

Publique-se para conhecimento público

São João da Ponte - MG, 13 de maio de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:C2D57F4A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 092/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2026 DISPENSA Nº 036/2026

EXTRATO DE CONTRATO 092/2026
Processo Licitatório nº ***091/2026***
Dispensa nº ***036/2026***
Contratante: Prefeitura Municipal de São José do Goiabal
Contratada: RZ PRODUÇÕES E EVENTOS, CNPJ: 43.677.138/0001-32
Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados para concurso de marcha da XXXVII Cavalgada
Valor: R$ 65.250,00
Vigência: 12 meses
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.
Publica-se, 26 de maio de 2026.

AILTON GERALDO DOS SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vitória Eduarda Silva de Souza
Código Identificador:633E5CB2

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2026 DISPENSA Nº 036/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Processo Licitatório nº ***091/2026***
Dispensa nº ***036/2026***
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados para concurso de marcha da XXXVII Cavalgada, bem como ADJUDICA o objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), conforme resultado constante nos autos e disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
Publica-se, 26 de maio de 2026.

AILTON GERALDO DOS SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vitória Eduarda Silva de Souza
Código Identificador:81B0487E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.059 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO E CONTÉM OUTRAS

PORTARIA Nº. 4.059

Dispõe sobre autorização de uso de bem público a título precário e gratuito e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que compete ao Poder Executivo Municipal a autorização para a utilização dos bens públicos que se encontram sob sua responsabilidade; **considerando** a solicitação formulada através do Requerimento nº. 95.687 de 22/05/2026, protocolizado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço, que obteve a autorização do Secretário Municipal de Turismo através do despacho datado de 25/05/2026; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, a título precário e gratuito, à pessoa jurídica **REALIZA CURSOS, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTOS E GESTÃO PÚBLICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 45.338.072/0001-81, situada à Rua Dr. Olavo Gomes Pinto, 160, loja 38 - Centro, São Lourenço/MG, representado pela **Sra. Rebecca Geyerhahn Cortes,** portadora do CPF nº. 712.589.146-20 e RG 5062713 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Dom Silvério, 346/607 – Juiz de Fora/MG a autorização de uso de bem público da área pertencente ao entorno da Praça João Lage a ser delimitado pela Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º A pessoa jurídica autorizada utilizará a área mencionada no artigo anterior para "Feira de Incentivo a Artesãos", dos dias 03 a 07 de junho de 2026.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente autorização, tais como: ECAD, segurança, instalação de ligações provisórias e os valores atribuídos ao consumo de energia elétrica, contratadas junto a CEMIG, além dos alvarás da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, etc., correrão por conta e expensas da referida pessoa jurídica.

Art. 4º A pessoa jurídica autorizada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo a guia de pagamento dos valores devidos ao ECAD, caso haja a exibição de obras fonográficas, os alvarás expedidos pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, apurada a necessidade dos Órgãos Fiscalizadores.

§ 1º A realização do referido evento configura atividade de fomento a cultura e o turismo local, além de ser aberto ao público e sem cobrança de taxa, o que, consequentemente, o enquadra no disposto no parágrafo único do Art. 1º do Decreto nº. 10.287 de 03/09/2025, tornando isenta a presente autorização de uso de espaço público da cobrança de Preço Público por parte desta Administração Municipal.

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.059
Folha 02

§ 2º A pessoa jurídica autorizada deverá apresentar à Gerência de Fiscalização de Tributos as guias quitadas dos valores relativos ao Preço Público pela utilização do espaço e ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, quando couber, de forma antecipada ao evento, conforme disposto nos Decretos nos. 10.287/2025 e 5.376/2014.

§ 3º O não atendimento ao estabelecido neste artigo impedirá a emissão da Licença de Funcionamento do evento, implicando no cancelamento do mesmo, cabendo ao Poder Executivo Municipal revogar a presente autorização, através de Portaria.

§ 4º Cabe à Gerência de Fiscalização de Posturas a devida fiscalização do evento, impedindo ou interrompendo o mesmo até a devida regularização.

Art. 5º A pessoa jurídica autorizada responderá por todos os atos praticados por si mesma ou através de seus representantes e/ou prepostos, nos termos da Lei Civil e Penal, arcando, financeiramente, com possíveis danos causados ao bem público utilizado, devendo este ser entregue nas condições em que foi encontrado, inclusive quanto à limpeza do local, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a data prevista para encerramento de suas atividades.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 25 de maio de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:FD7B0EDB

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº006/2026

Aviso do Pregão Eletrônico nº. 006/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos em PVC e diversos, para consumo pelo período de 12 meses.
Data: 11/06/2026 às 10:00 horas
Edital na íntegra disponível pelos sites www.saaesaolourenco.mg.gov.br e https://bll.org.br

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:5D2E40F8

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

O Diretor Presidente do SAAE, no uso de suas atribuições, adjudica às empresas:

BRW - Válvulas e Conexões Ltda. – CNPJ: 58.283.794/0001-28
Valor total de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Carbofluor Indústria e Comércio de Válvulas e Polímeros Ltda. – CNPJ: 24.355.086/0001-33
Valor total de R$ 8.994,98 (oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos)

Comercial Vanguardeira Ltda. – CNPJ: 10.942.831/0001-36
Valor total de R$ 35.003,30 (trinta e cinco mil, três reais e trinta centavos)

Conehidro Comércio de Tubos e Conexões Ltda. – CNPJ: 35.703.977/0002-30
Valor total de R$ 88.999,99 (oitenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Conexo Indústria e Comércio Ltda. – CNPJ: 00.662.084/0001-29
Valor total de R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)

Ferrum Comércio Ltda. – CNPJ: 47.308.686/0001-46
Valor total de R$ 1.725,00 (um mil e setecentos e vinte e cinco reais)

Hidrosaneamento Ltda. – CNPJ: 05.958.760/0001-20
Valor total de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

Octogonal Saneamento Ltda. – CNPJ: 57.829.900/0001-63
Valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Vertrauen Comercial Ltda. – CNPJ: 49.826.149/0001-13
Valor total de R$ 6.311,56 (seis mil, trezentos e onze reais e cinquenta e seis centavos)

E homologa o **Processo Licitatório nº 030/2026**, **Pregão Eletrônico nº 003/2026**, que tem como objeto **a aquisição de tubos, conexões e demais materiais hidráulicos destinados à substituição e melhoria de infraestrutura da avenida Dom Pedro II**.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA,

São Lourenço/MG, 25/05/2026.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:6C5FB6A5

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO 1º ADITAMENTO AO CONTRATO SAAE/SLO Nº075/2025

1º. Aditamento ao Contrato SAAE/SLO nº 075/2025.
Contratante: SAAE de São Lourenço-MG.
Contratada: Francisca Isabel Nepomuceno Palma e Cia Ltda
Modalidade: Pregão Eletrônico nº029/2024
Objeto do contrato: Contratação para locações de máquinas.
Objeto do aditamento: Acréscimo de 125 horas de locação de trator de esteira, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo inicial previsto no Contrato.
Data da assinatura: 25/05/2026.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA,
Diretor Presidente.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:AD4CE6F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5369

LEI MUNICIPAL Nº 5369
PROJETO DE LEI Nº 5858

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE REPASSE FINANCEIRO ÀS CAIXAS ESCOLARES E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder no exercício corrente, repasses financeiros, na forma de contribuições, às Caixas Escolares das Unidades Municipais de Ensino, em conformidade ao disposto na Lei Municipal nº 4.801, de 07 de outubro de 2021, nos valores correspondentes:

ITEM	UNIDADE EXECUTORA	CNPJ	VALOR (R$)
1	CAIXA ESCOLAR CAROLINA MUMIC SOFIATTI	43.633.371/0001-13	R$ 145.000,00
2	CAIXA ESCOLAR DONA MESSIAS ALVES LUIZ CERIZE	10.972.773/0001-93	R$ 85.000,00
3	CAIXA ESCOLAR EMILIANA FERREIRA DE SOUZA	10.972.759/0001-90	R$ 115.000,00
4	CAIXA ESCOLAR FREI BRUNO RODRIGUES	10.972.732/0001-05	R$ 60.000,00
5	CAIXA ESCOLAR INÊS FERREIRA MARCOLINI	10.972.779/0001-60	R$ 87.000,00
6	CAIXA ESCOLAR JOÃO XXIII	10.972.742/0001-32	R$ 70.000,00
7	CAIXA ESCOLAR OTÍLIA AMARAL SOARES	10.972.767/0001-36	R$ 180.000,00
8	CAIXA ESCOLAR VER ANTONINO JOSÉ AMORIM	20.277.597/0001-23	R$ 39.000,00
9	CAIXA ESCOLAR VINÍCIO SCARANO	10.972.749/0001-54	R$ 250.000,00
10	CAIXA ESCOLAR OSCAR SCAVAZZA	56.606.798/0001-74	R$ 77.000,00
11	CAIXA ESCOLAR PROF. KARINA RODRIGUES SILVA	61.223.903/0001-26	R$ 143.000,00
12	CMEI MÁRCIO AURÉLIO DE CARVALHO		R$ 280.000,00
13	UNIDADE EXECUTORA PROFESSOR JOSÉ CARLOS MALDI	43.635.517/0001-60	R$ 185.000,00
14	CAIXA ESCOLAR CAMPOS DO AMARAL	03.113.922/0001-01	R$ 100.000,00
15	CAIXA ESCOLAR TERMÓPOLIS	05.034.820/0001-18	R$ 290.000,00
16	CAIXA ESCOLAR FRANCISCO DANIEL	03.115.632/0001-99	R$ 154.000,00
17	CAIXA ESCOLAR IBRANTINA AMARAL	05.023.416/0001-49	R$ 160.000,00
18	CAIXA ESCOLAR INTERVENTOR NORALDINO LIMA	19.370.808/0001-99	R$ 240.000,00
19	UNIDADE EXECUTORA MORRO VERMELHO	07.431.793/0001-42	R$ 117.000,00
20	CAIXA ESCOLAR NAPOLEÃO VOLPE	05.034.856/0001-00	R$ 211.000,00
21	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA ALICE NAVES FERREIRA	09.813.699/0001-83	R$ 55.000,00
22	CAIXA ESCOLAR HILDA BORGES PEDROSA	27.667.806/0001-94	R$ 20.000,00
23	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA MARIA DE LOURDES DIZARÓ	03.004.167/0001-19	R$ 266.000,00
24	CAIXA ESCOLAR E. M. WULFIDA MARCOLINI	05.996.612/0001-08	R$ 155.000,00
25	CAIXA ESCOLAR ROQUE SCARANO	05.034.838/0001-10	R$ 41.000,00
26	CAIXA ESCOLAR SÃO JOSÉ	46.617.626/0001-42	R$ 120.000,00
27	CAIXA ESCOLAR CECÍLIA MONTANHINI	51.062.641/0001-01	R$ 60.000,00
28	CAIXA ESCOLAR WALDIR MARCOLINI	60.598.023/0001-71	R$ 204.000,00
	TOTAL:		R$ 3.909.000,00

Art. 2º Para fazer face às despesas de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, no presente exercício, nos termos do art. 41, I, da Lei Federal n.º 4.320/64, Crédito Adicional Suplementar, até o montante de R$ 3.109.000,00 (três milhões cento e nove mil reais), para a manutenção das dotações no Orçamento Programa do exercício fluente, conforme as seguintes discriminações:

FICHA	DR	ÓRGÃO	DOTAÇÃO	VALOR (R$)
356	15000001001	02 06 02	12 365 1202 0.057 3350 41	R$ 1.102.000,00
357	15000001001	02 06 02	12 365 1202 0.057 4450 41	R$ 29.000,00
376	15000001001	02 06 03	12 361 1202 0.058 3350 41	R$ 1.933.400,00
377	15000001001	02 06 03	12 361 1202 0.058 4450 41	R$ 44.600,00
			TOTAL:	R$ 3.109.000,00

Art. 3º Para atender a abertura do Crédito Adicional de que trata o artigo 2º desta Lei, serão utilizados recursos resultantes de anulação parcial da dotação orçamentária abaixo discriminada, nos termos do art. 43, III, da Lei Federal 4.320/64:

FICHA	DR	ÓRGÃO	DOTAÇÃO	VALOR (R$)
379	15000001001	02 06 03	12 361 1202 1.018 4490 51	R$ 2.546.000,00
361	15000001001	02 06 02	12 365 1202 2.173 3190 11	R$ 563.000,00
			TOTAL:	R$ 3.109.000,00

Art. 4º Ficam as Caixas Escolares autorizadas a planejar e implementar projetos pedagógicos e a contratação de cursos voltados para o aperfeiçoamento dos servidores do quadro do magistério, suporte pedagógico à docência e suporte aos profissionais do magistério.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado em virtude de abertura do Crédito Adicional Suplementar acima, efetuar a correspondente adequação do PPA e da LDO vigente no corrente exercício.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, 19 de maio de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:87D29C29

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2026

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. Processo de Licitação. Modalidade Chamamento Público nº 002/2026. OBJETO: credenciamento sem caráter de exclusividade, de Som Volante (carro), tendo como objetivo dar publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social, de acordo com o art. 37 da constituição federal de 1.988, em conformidade com a lei federal n.º 8.666/93, pelo período de 12 meses. Os envelopes de Documentação dos interessados em participar deste Edital deverão ser apresentados atraves da plataforma AMMLICITA a partir do dia 28 de maio de 2026 às 10:00 horas até a data de 31 de dezembro de 2026. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se à disposição dos interessados na plataforma AMMLICITA, no site na Prefeitura Municipal e no Portal PNCP, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 26 de maio de 2026.

RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Wellington Bonacini de Carvalho
Código Identificador:3579CAF6

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG. EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2025, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 337/2024. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de licenças anuais do software antivírus Panda Endpoint Protection, com console gerenciador em nuvem, visando à proteção dos sistemas e dados da Administração Pública contra ameaças cibernéticas, tais como malwares, ransomware e outros ataques virtuais, com fornecimento parcelado pelo período de 12 (doze) meses, conforme necessidade da Administração. O contrato recebeu aditivo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento), correspondente a 78 (setenta e oito) unidades, no valor de R$ 3.159,00 (três mil cento e cinquenta e nove reais), passando o valor total atualizado do contrato para R$ 15.795,00 (quinze mil setecentos e noventa e cinco reais). EMPRESA CONTRATADA: C. DE JESUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 20.769.424/0001-22.

MARCELO DE MORAIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leny Ghiglino Gadea
Código Identificador:87704BDD

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 94/2024

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Renovação Contratual**. Processo Administrativo nº 371/2024, Dispensa Eletrônica nº 94/2024, Contrato nº 146/2024. **Objeto:** Constitui objeto da presente contratação, a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços em manutenção de transmissores e retransmissores de TVs (band, canção nova, rede TV, rede vida e TV record-paranaíba), integrando a manutenção das atividades da secretaria municipal de comunicação social. **Vigência**: 28/05/2026 a 28/11/2026. **Renovação:** Nos termos do artigo 107, da Lei de Licitação nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, fica renovado o Contrato nº 146/2024 atualizado, por mais 06 (seis) meses, firmado mediante Dispensa Eletrônica nº 94/2024, ficando da seguinte forma:

Item	Cód.	Descrição	Unidade Medida	QT	Valor Unitário	Valor Total
01	24277	Assistência em Transmissores e Retransmissores de TVs	SV	6	R$ 1.967,87	R$ 11.807,22

O valor total da Renovação Contratual está estimada em **R$ 11.807,22** (onze mil, oitocentos e sete reais e vinte e dois centavos) para o Contrato 146/2024, oriundo do Dispensa Eletrônica nº 94/2024.

Em favor da Contratada: **MAFRA & MAFRA LTDA.**

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. O presente termo passa a vigorar a partir 28/05/2026.

JOÃO GUSTAVO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Comunicação Social
Órgão Gerenciador do Contrato**.**
São Sebastião do Paraíso – MG, 27 de Maio de 2026.

Publicado por:
Helcio Ribeiro de Andrade Filho
Código Identificador:58F7BEF3

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA 034 2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Processo Licitatório nº	**6730/2026**
Dispensa Eletrônica com Disputa nº	**034/2026**

Eu, Marcelo de Morais, na qualidade de Prefeito do município de São Sebastião Do Paraíso, MG, considerando o resultado do procedimento de contratação direta modalidade Dispensa Eletrônica com Disputa, cujo objeto é Aquisição de equipamentos e materiais essenciais, compreendendo itens para organização de fila, paletes, termo-higrômetros, fogões e microondas, destinados à estruturação e ao aprimoramento das condições de trabalho e atendimento ao público em diversas unidades e setores da Secretaria Municipal de Saúde. O objetivo primordial desta contratação é prover os recursos necessários para otimizar as operações e a qualidade dos serviços prestados, com a entrega imediata dos bens para atender às demandas da municipalidade., decidido pela Comissão de Contratação, venho por meio deste termo:

AUTORIZAR a prosseguir na contratação com a(s) empresa(s) vencedora(s), **GRAFENO COMERCIO LTDA** (CNPJ nº 58614466000167, no valor de R$ 500,00), **LD BRAZIL COMERCIO E SERVIÇOS** (CNPJ nº 48186184000152, no valor de R$ 1.449,95), **SUPREME ARTIGOS DE PLÁSTICO LTDA** (CNPJ nº 23036879000127, no valor de R$ 9.000,00), visando à efetivação da(s) contratação(ões), objeto deste processo, nos termos da(s) proposta(s) apresentada(s) e das condições estabelecidas no aviso de contratação conforme documentos anexos aos autos.

São Sebastião Do Paraíso, 26/05/2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito

Publicado por:
Iolane Batista
Código Identificador:E4AB5B56

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SAPUCAÍ MIRIM

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
EXTRATOS ARP'S 63,64,65 PE 08

EXTRATO DE ATA CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO Nº119/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA AUTOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SAPUCAÍ-MIRIM, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PARA A PREFEITURA DE SAPUCAÍ-MIRIM - MG, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim/MG
CNPJ:18.026.005/0001-59
ATA CONTRATO Nº063/2026
L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ n° 28.523.774/0001-16. Itens: 02 – R$ 25,00; 05 – R$ 398,00; 06 – R$ 690,00; 07 – R$ 389,00; 09 – R$ 355,00; 10 – R$ 19,50; 14 – R$ 28,00; 17 – R$ 390,00; 20 – R$ 370,00.
ATA CONTRATO Nº064/2026
WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES LTDADA, inscrita no CNPJ n° 27.614.905/0001-08. Itens: 04 – R$ 437,40; 11 – R$ 14,23; 12 – R$ 10,40; 13 – R$ 10,00; 18 – R$ 423,90; 19 – R$ 483,30; 21 – R$ 24,98; 22 – R$ 249,97.
ATA CONTRATO Nº065/2026
DOVALE LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ n° 58.502.073/0001-61. Item: 23 – R$ 95,00.
ITENS FRACASSADOS: 1, 3, 8, 15, 16 e 24.

Sapucaí-Mirim, 26 de maio de 2026.

NILSON GONÇALVES TRINDADE
Prefeito Municipal de Sapucaí- Mirim

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:6ED4A48C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE, REALIZADA NO DIA ONZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, reuniram-se no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sem Peixe/MG, os vereadores, em Reunião Ordinária, sob a presidência do Senhor José da Purificação Vieira, que convidou os parlamentares Reinaldo Pereira Viana - vice-presidente, e João Dehon Alves Couto - secretário, para comporem a Mesa. Feita a chamada, foi registrada a presença de todos os vereadores, a saber: Arlindo Martins Florentino, Max Vinícius Ribeiro Carneiro, Nonato Xarlen Mantena Norberto, Pedro Vagno Pereira e Romar Chaves Canazart e constatada a ausência do vereador Geraldo Eustáquio Nardy, a qual foi justificada pelo Secretário. Verificado o quórum regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e solicitou a leitura da ata da sexta Reunião Ordinária, ocorrida no dia vinte sete de abril de dois mil e vinte e seis. Submetida à discussão em turno único, sem objeções, foi colocada em votação simbólica e aprovada por unanimidade, e o resultado proclamado pelo Presidente. Na fase de correspondências, foi lido o ofício da senhora Maísa Faustina de Paula Santos Paiva, Extensionista Agropecuário II da Emater de Sem Peixe, solicitando o auditório da Câmara, para divulgação das Ações do Acordo de Mariana, para o dia 21 de maio do ano em curso e depois, lido o convite do curso de reforma tributária, na Câmara Municipal de Ponte Nova, no dia 14 de maio. Ato contínuo, foi apresentada a indicação de **nº 021/2026**, solicitando ao Prefeito Municipal junto aos órgãos competentes da rede de saúde, a viabilidade de disponibilização de soro antiofídico e demais soros antivenenos nas unidades de saúde do município de Sem-Peixe/MG e **nº 022/2026**, estudo quanto a possibilidade de aquisição e disponibilização de fones abafadores/silenciadores de ruído, para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede municipal de ensino e demais espaços públicos de atendimento no município de Sem-Peixe**,** ambas de autoria do vereador, Pedro Vagno Pereira Submetidas em turno único de discussão, sem objeções, foram colocadas em turno único de votação nominal e aprovadas por unanimidade, e o resultado proclamado pelo Presidente. Antes de encerrar foi lida uma mensagem pela passagem do aniversário dos vereadores, Reinaldo Pereira Viana e Max Vinícius Ribeiro Carneiro. Depois uma mensagem em apoio às Campanhas do mês de Maio, e por fim uma mensagem em homenagem ao dia das mães. Nada mais havendo a tratar, foi realizada a chamada final, constatando-se novamente a presença de todos os vereadores, exceto o Parlamentar Geraldo Eustáquio Nardy. Logo após, o Presidente deu por encerrada a reunião. Lavrada, lida e aprovada, a presente ata segue assinada pelos membros da Mesa Diretora e demais vereadores presentes.

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:7EB1A07B

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
INDICAÇÃO Nº 023/2026

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O Vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, indicar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a necessidade de **realização de reforma e manutenção no muro do cemitério, localizado no distrito de São Bartolomeu.**

JUSTIFICATIVA

A presente indicação se faz necessária tendo em vista que o muro do cemitério encontra-se há muito tempo sem receber manutenção adequada, apresentando-se deteriorado pela ação do tempo, com desgaste estrutural visível e necessitando de reforma urgente para garantir maior segurança, conservação e respeito ao patrimônio público e às famílias da comunidade.

A reestruturação do muro contribuirá para a melhoria da aparência do local, preservação do espaço público e prevenção de futuros danos estruturais, proporcionando mais dignidade aos moradores e visitantes que utilizam o cemitério.

Diante da importância da presente solicitação, espera-se a atenção do Poder Executivo para a realização da referida obra.

Sala das Sessões, Sem Peixe, 25 de maio de 2026.

ARLINDO MARTINS FLORENTINO
Vereador

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:683DE360

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
INDICAÇÃO Nº 024/2026

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O Vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, apresentar Executivo Municipal, junto ao setor competente da Prefeitura Municipal, **a necessidade urgente de instalação de placas de sinalização de trânsito no bairro Nova Colônia**.

Justificativa:

A presente indicação se faz necessária devido ao aumento do fluxo de veículos e pedestres no bairro Nova Colônia, que é um bairro em expansão e ainda carece de melhorias na sinalização viária.

Moradores relatam que diversos condutores não estão respeitando a circulação adequada nas vias, o que vem gerando riscos constantes de colisões entre veículos e colocando em perigo a integridade física dos pedestres, especialmente crianças e famílias que transitam diariamente pela região.

A situação exige atenção redobrada em razão da existência da Escola Municipal Joaquim Vitor do Couto, local que possui grande circulação de estudantes nos horários de entrada e saída escolar. A instalação de placas de sinalização, advertência e redução de velocidade contribuirá significativamente para a organização do trânsito e prevenção de acidentes.

Diante do exposto, solicita-se ao Executivo Municipal a adoção das providências necessárias com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, Sem Peixe, 25 de maio de 2026.

MAX VINÍCIUS RIBEIRO CARNEIRO
Vereador

Publicado por:
Renata Aparecida de Freitas Teixeira
Código Identificador:DAC4EB44

DIVISÃO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 008/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 008/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico 008/2026. Objeto: Contratação de profissional fonoaudiólogo, para atendimento das demandas do departamento Municipal de Saúde do Município de Sem Peixe**.** Data da sessão: 16/06/2026 às 14:00 hrs no sítio eletrônico www.ammlicita.org.br. Para mais informações: Sala de Licitações, Prefeitura Municipal de Sem Peixe, Rua José Antônio Nascimento, nº 89, Centro – CEP 35.441-000, tel. (31) 3857-5158. Edital disponível de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00 e de 12:30 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal e no site: www.ammlicita.org.br.

Sem Peixe, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:C5C7A7D9

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1° TERMO DE APOSTILA AO CONTRATO PRC 015/2026

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILA A CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Processo Licitatório 015/2026. Objeto: A realização de acréscimo no quantitativo do contrato originalmente firmado. Contratado: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE PIRANGA**, sociedade civil inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.095.667/0001-88, com sede na Avenida Ernesto Trivellato, n° 120, Triangulo, Ponte Nova, CEP 30.431-076. O valor total do contrato passa de 1.444.800,06 (um milhão e quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais e seis centavos) para 1.660.382,77 (um milhão seiscentos e sessenta mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos) em decorrência do acréscimo de repasse. Sem Peixe, 12 de maio de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:EFE3877A

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO PRC 073/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Extrato do 1º Aditivo - Processo Dispensa Nº 073/2025. Objeto: Realização de prorrogação contratual até 16 de junho de 2027. Contratados(a): **MEDICINA SEGURA DISTRIBUICAO E PROMOCAO EM VENDAS LTDA**, situada na Rua Izaltino Firmino da Silva, 195, Bairro: Distrito Industrial em Serrana/SP, CEP: 14.150-000.
Sem Peixe, 13 de maio de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:6077542B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato homologação. Processo n.º 42/2026. Leilão n.º 01/2026. Objeto: Alienação dos bens móveis inservíveis, pertencentes à prefeitura municipal de Serrania/MG. A Prefeita municipal de Serrania, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO do procedimento e adjudicação do objeto aos arrematantes, conforme resultado anexo ao processo n.º 42/2026. O valor da receita é de R$ 87.600,00 (oitenta e sete mil e seiscentos reais). Serrania/MG, 25 de maio de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:A2D34EA3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
AVISO DE LICITAÇÃO 012/2026 CUJO O OBJETO E A ONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNE), DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER A COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 054/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 012/2026

O MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA-MG torna público que às **10:00 (dez) horas do dia 10 (dez) de junho de 2026**, à Rua Duarte de Abreu, nº 90, Bairro: Centro, na cidade de Simão Pereira no Estado de Minas Gerais, em sessão pública, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, que promoverá abertura de Licitação através do site www.bll.org.br na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, **tipo menor preço por item** na seleção das melhores propostas para a Administração cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNE), DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER A COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA-MG**, e tudo mais contido no Termo de Referência/Projeto Básico do Edital.

O Edital completo poderá ser solicitado na Prefeitura de Simão Pereira pelo e-mail: licita@simaopereira.mg.gov.br ou acessado no Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Simão Pereira, 21 de maio de 2026.

EMERSON CORREA GOMES
Agente de Contratação (Portaria 003/2026)

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:78615BA0

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 031/2026 CUJO O OBJETO EXECUÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O CANTOR PABLO DAVID PARA ANIMAÇÃO DO BALANÇA FEST NO ANO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA-MG, ATRAVÉS DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO.

PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Tendo em vista a solicitação feita pelo Sra. Debora Fernandes Palermo, Secretária Municipal de Administração, e aos pareceres anexos ao presente processo, RATIFICO, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores, o ato de Inexigibilidade de Licitação, destinado a COMPANY SHOWS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.861.379/0001-27, com endereço na Rua Vereador Osvaldo Resende de Oliveira nº 77, Apt 403, Bairro Centro, Tabuleiro-MG, CEP: 36.165-000, para a **EXECUÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O CANTOR PABLO DAVID PARA ANIMAÇÃO DO BALANÇA FEST NO ANO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA-MG, ATRAVÉS DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO,** com valor global de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) sendo R$ 900,00 (novecentos reais) para Transporte, R$ 500,00 (quinhentos reais) para Hotel (artista e equipe), R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) para Custos Administrativos, R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para Cachê do Artista, R$ 900,00 (novecentos reais) para Alimentação, R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para Técnico de Som, R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para Técnico de Iluminação), R$ 400,00 (quatrocentos reais) para Roadies, R$ 600,00 (seiscentos reais) para Produtor, R$ 1.100,00 (um mil e cem reais) para Produção Pirotécnico, R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para Cachê da Banda e R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para Estrutura Operação.

Valor total da prestação dos serviços: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Em 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:260AFCCD

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 066/2026 CUJO O OBJETO E A EXECUÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O CANTOR PABLO DAVID PARA ANIMAÇÃO DO BALANÇA FEST NO ANO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA-MG, ATRAVÉS DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO.

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso II, parágrafo II da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Contrato
Número	066/2026
Contratante	Prefeitura Municipal de Simão Pereira
Contratado	COMPANY SHOWS E EVENTOS LTDA
Objeto	EXECUÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O CANTOR PABLO DAVID PARA ANIMAÇÃO DO BALANÇA FEST NO ANO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA-MG, ATRAVÉS DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO.
Fundamento	Inexigibilidade de Licitação nº 032/2025 - Art. 74, Inciso II Lei 14.133/2021
Dotação Orçamentária	**3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0002.2.0009 1.500.000 - ATIVIDADES DA SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO**
Prazo	De 26 de maio de 2026 a 25 de setembro de 2026.
Valor	R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Data de assinatura	26 de maio de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Sheyla Monique Moreira Oliveira

Simão Pereira, 26 de maio de 2026

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira- MG

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:EA1B119F

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 067/2026 CUJO O OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA QUADRA E VESTIÁRIOS NO DISTRITO DE SOUZA AGUIAR, NO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA – MG.

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso II, parágrafo II da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato
Número	067/2026
Contratante	Prefeitura Municipal de Simão Pereira
Contratado	**COLUMBIA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP**
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA QUADRA E VESTIÁRIOS NO DISTRITO DE SOUZA AGUIAR, NO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA – MG.
Fundamento	Concorrência Eletrônica 001/2026 - Art. 28, Inciso II Lei 14.133/2021
Dotação Orçamentária	4.4.90.51.00.2.07.01.27.812.0008.1.0031 1.500.000 CONSTRUÇÃO E MELHORIAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
Prazo	De 26 de maio de 2026 a 25 de maio de 2027
Valor	R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais)
Data de assinatura	26 de maio de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Carlos Innocencio, Representante Legal

Simão Pereira, 26 de maio de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira- MG

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:AC4CBAB6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 33/2026: ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 20/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 09.004/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 33/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, **CNPJ:** 18.140.806/0001-40 **Processo Administrativo nº:** 20/2026, Pregão Eletrônico 09.004/2026. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, FÓRMULAS INFANTIS, LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG. **Fornecedor registrado:** VIDA FARMA LTDA, CNPJ sob o Nº: 49.117.036/0001-49. Valor Total: Valor Total R$ 11.890,00 (onze mil e oitocentos e noventa reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:2BD20820

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2026: ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 20/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 09.004/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 36/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, **CNPJ:** 18.140.806/0001-40 **Processo Administrativo nº:** 20/2026, Pregão Eletrônico 09.004/2026. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, FÓRMULAS INFANTIS, LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG. **Fornecedor registrado: ROSILENE VIEIRA LOPES-EPP,** CNPJ 10.279.430/0001-48. Valor Total: Valor Total **R$ 162.909,00 (cento e sessenta e dois mil e novecentos e nove reais).** Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:F99A034D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 50/2026: ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 40/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 09.008/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 50/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, **CNPJ:** 18.140.806/0001-40 **Processo Administrativo nº:** 40/2026, Pregão Eletrônico 09.008/2026. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO PARA UNIFORMES DE FUNCIONÁRIOS PARA TODAS AS SECRETARIAS, UNIFORMES ESCOLARES, UNIFORMES PARA AS OFICINAS DE ESPORTE E DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS), CAMISETAS E CAMISAS PARA EVENTOS, CAMPANHAS E PROGRAMAS DA PREFEITURA DE TAPIRA. **Fornecedor registrado: BRUNO BORRELLO CONFECÇÕES - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 07.922.627/0001-49, Valor Total: 14.272,70 (quatorze mil duzentos e setenta e dois reais e setenta centavos). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:377D8C7B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 53/2026: ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 40/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 09.008/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 53/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, **CNPJ:** 18.140.806/0001-40 **Processo Administrativo nº:** 40/2026, Pregão Eletrônico 09.008/2026. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO PARA UNIFORMES DE FUNCIONÁRIOS PARA TODAS AS SECRETARIAS, UNIFORMES ESCOLARES, UNIFORMES PARA AS OFICINAS DE ESPORTE E DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS), CAMISETAS E CAMISAS PARA EVENTOS, CAMPANHAS E PROGRAMAS DA PREFEITURA DE TAPIRA. **Fornecedor registrado: CARLOS HUMERTO PRIMO - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.601.765/0001-01, Valor Total:119.700,00 (cento e nove mil e setecentos reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:7078B98A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
PORTARIA CGM Nº. 19, DE 15 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA CGM Nº. 19, DE 15 DE MAIO DE 2025.

Instaura processo administrativo para apurar conduta infracional de servidor público do Município de Teófilo Otoni, MG.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI, **MG,** no uso de suas atribuições legais com fulcro na Constituição Federal, e ainda, nos termos do artigo 60 e 64 da Lei Orgânica e artigo 33 da Lei Complementar nº. 156/2025, e ainda, Lei nº 14.133/2021, e,
CONSIDERANDO a competência do Controle Interno para o gerenciamento e fiscalização interna, dos atos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos termos do artigo 33 da Lei Complementar nº. 156/2025;
CONSIDERANDO que no exercício de suas funções o Controle Interno poderá instaurar procedimentos administrativos para requisitar informações, documentos, intimar servidores para oitiva dentre outras ações necessárias para elucidação nos termos do artigo 33 da Lei Complementar nº. 156/2025.
CONSIDERANDO a Resolução Interna CGM nº 06, de 01 de abril de 2026 que institui e normaliza o Processo Administrativo Simplificado (PAS) para apuração de infrações disciplinares cometidas por servidores contratados por tempo determinado.
CONSIDERANDO que a Controladoria Geral recebeu denuncias anônimas a respeito do comportamento em serviço do Sr. Damião Medina servidor contratado no cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 133.823, auxiliar de serviços, que teria praticado ações que ofendem os dispositivos previstos no art. 201, inciso III, IV, IX, art. 215, incisos II, art. 218, inciso IV todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e art. 66 da Resolução SMECT nº 02/2024.
CONSIDERANDO que foi solicitado a Secretaria Municipal de Educação o envio de todos os registros e ocorrências que esteja envolvido Sr. Damião Medina dos Santos.
CONSIDERANDO a existência de relatórios que demonstram a necessidade instauração de Processo Administrativo em desfavor do servidor para de análise, constatação e penalização das infrações descritas.

RESOLVE
Art. 1º. Instaurar processo administrativo para apuração de eventual responsabilidade e proceder à aplicação de sanções administrativas pertinentes ao caso.
Art. 2º. Para cumprir o disposto no artigo anterior ficam nomeadas para compor a Comissão de Apuração Administrativas, o (as) servidor (as) efetivo (as): **Andrea Lisboa Vieira, matrícula nº. 106.079, Diego Lauar Teixeira, matrícula nº. 107.010, e, o servidor comissionado Weslei Gonçalves Chaves, matricula nº 116.851.**

Parágrafo único. A comissão poderá nomear servidor para atuar com funções especificas de apoio aos trabalhos durante a instrução do procedimento.

Art. 3º. Para bem cumprir as atribuições de investigar, instruir, analisar, opinar e recomendar sobre os processos administrativos, para apurar a responsabilidade e sinalizar sobre a aplicação ou não de sanção, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

§1º Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, e ater-se-á aos fatos indicados nas Comunicações que são partes integrantes deste processo.

§2º Caberá a comissão apresentação de relatório final, recomendando a decisão administrativa a ser aplicada ao caso em apuração.

Art. 4º. A Comissão, ora designada, terá o prazo de **30 (trinta) dias**, contadas da data de Instalação da comissão processante (início dos trabalhos), que deverá ocorre em até **05 (cinco) dias,** da data de publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, podendo referido prazo ser prorrogado por até **15 (quinze) dias**, caso a Comissão julgue necessário.

Art. 5º. Que seja anexado ao presente processo administrativo todos os documentos encaminhado para Controladoria Geral Municipal, que guardem relação com o objeto em apuração.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Teófilo Otoni, MG, 15 de maio de 2026.

EDER MACHADO SILVA
Controlador Geral do Município

Publicado por:
Weslei Gonçalves Chaves
Código Identificador:18267DB9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 - O Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 034/2026 no dia 15/06/2026, com recebimento das propostas até as 08h30min. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, comunicação visual e fornecimento de materiais para atender as demandas das Secretarias do Município de Teófilo Otoni/MG.** A íntegra do edital e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br. Teófilo Otoni/MG, 26/05/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES -
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:BB3ADB44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 019/2026

EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 019/2026 – O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **INEXIGIBILIDADE**, processada com fundamento no artigo 74, inciso V", da Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda com base no Parecer da Procuradoria Jurídica Municipal e Controladoria Interna, para que se proceda à "**LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 1.027, CENTRO, TEÓFILO OTONI-MG, PARA FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO",** no valor estimado de **R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)** anuais, devendo as despesas estarem em plena compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo exercício.

Teófilo Otoni/MG, 26/05/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:793CCA99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2026 - Data da Sessão: 18/05/2026, 8h30min. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de camisas e uniformes. **Empresas Vencedoras**: **ALVANCE SOLUCOES LTDA** foi considerada vencedora do item demonstrado no Relatório de Lances anexo ao processo, totalizando R$ 34.077,50; **IVO JOSE MOURA DA SILVA** foi considerada vencedora do item demonstrado no Relatório de Lances anexo ao processo, totalizando R$ 99.945,00 e **RENATO CHAVES DOS SANTOS** foi considerada vencedora do item demonstrado no Relatório de Lances anexo ao processo, totalizando R$ 401.550,00. Teófilo Otoni/MG, 26/05/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:92BA9278

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2023

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2023 **- Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada: WINSTON FRANKLIN SILVA VANDI ESCRITÓRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO- Referência**: Inexigibilidade n° 022/2023 **- Data de Assinatura:** 13/05/2026 **– Do Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência. **Do Prazo:** O prazo de vigência fica prorrogado por 12 (doze) meses contados a partir de 28 de junho de 2026, findando em 27 de junho de 2027. Teófilo Otoni/MG, 26 de maio de 2026.

LEONARDO SEIXAS DE OLIVEIRA –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:767D8975

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 035/2026. PROCESSO N.° 0166/2026.

Prefeitura Municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 035/2026. Processo n.° 0166/2026. Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo e permanentes de informática. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim América, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 12/06/2026 às 14h:00min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria

Municipal de Saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Três corações, 26 de maio de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:C5978827

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 054/2026. PROCESSO N.° 0211/2026.

Prefeitura Municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 054/2026. Processo n.° 0211/2026. Objeto: contratação de empresa para atender as emendas parlamentares de transferência especial números 167602 e 167611 do Deputado Estadual Marquinho Lemos e a emenda impositiva individual nº 72, ao projeto de lei ordinária nº 6.169/2025, do Vereador Vinícius Pinto Dutra, visando à aquisição de instrumentos musicais, barracas para artesanato, reboque e acessórios; - liga tricordiana de companhia de reis, cnpj: 25.643.115/0001-25: instrumentos musicais e acessórios. - associação galeria das artes de Três Corações, cnpj: 48.872.517/0001-05: 2 unidades de barraca de artesanato e o reboque. - feira de artesanato tricordiana – fat: 3 unidades de barraca. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim América, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 15/06/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria Municipal de Lazer, Turismo e Cultura. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Três Corações, 26 de maio de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:BB30963C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato da concorrência eletrônica nº 04/2026. objeto: contratação de empresa para a implementação das medidas de segurança contra incêndio e pânico, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, nas unidades educacionais municipais: cemei afonsina fonseca musa, cemei prof. josé dos santos neto, cemei prof. josé maria ferreiramaciel, cemei prof. oscarfrattiniamzalack, cemeiprofª. joana branca do nascimento, cemeistefania falcão margotti, escola municipal dona maria laura, escola municipal joséjoaquimalves pereira, escola municipal nelsonrezendefonseca, escola municipal orlandorezendeandrade (catiguá) e escola municipal profª. oneidajunqueira. contrato: nº 0168/2026.partes: prefeitura municipal de três corações x natalia banhos. valor: r$ 399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais). o prazo deste contrato será de 12 (doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 14/05/2026. três corações, 14 de maio de 2026.

DANIEL SANTOS RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:E8EC2745

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DO CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato oriundo do pregão eletrônico nº 018/2026. objeto: aquisição de drone e acessórios. contrato: nº 0175/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x droneair comercio e servicostecnologicosltda. valor: r$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais). o prazo deste contrato será de 12 (doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 15/05/2026. três corações, 15 de maio de 2026.

HERMESXIMENES NAVES
Secretaria Municipal de Comunicação e Relações Institucionais

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:8BC781EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DRONE E ACESSÓRIOS. CONTRATO: Nº 0175/2026

Prefeitura Municipal de Três Corações. departamento de compras e licitação Extrato do contrato oriundo do pregão eletrônico nº 018/2026. Objeto: Aquisição de drone e acessórios. contrato: nº 0175/2026. partes: Prefeitura Municipal de Três Corações x Droneair Comercio e Servicos Tecnológicos Lltda. valor: r$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais). o prazo deste contrato será de 12 (doze) meses. publicado no quadro de avisos da Prefeitura de Três Corações em 15/05/2026.

Três Corações, 15 de Maio de 2026.

HERMES XIMENES NAVES
Secretaria Municipal de Comunicação e Relações Institucionais

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:22D3F39B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS
DECRETO Nº 4.151/2026

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

O Prefeito Municipal de Três Marias, no uso de suas atribuições legais que lhe
confere o artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º. Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, nos termos do Artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a"
c/c Artigo 40, § 5º da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 e Artigo 32 da
Lei Municipal nº 1.945/2005 e suas alterações, conforme requerimento nº
465/2026, datado de 12 de maio de 2026, a servidora efetiva Sra. VERA

LÚCIA PEREIRA, MASP. nº 2959-0, Nível N-III, cargo Professor I, inscrita
no CPF sob o nº 030.395.736-08, PASEP nº 1.201.978.519-8, lotada na
Secretaria Municipal de Educação, através do Instituto de Previdência Municipal de Três Marias - IPREM-TM.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 02 de junho de 2026.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 19 de maio de 2026.

MARIA DE FÁTIMA SILVA FERRAZ MENEZES
Superintendente do IPREM-TM

DANILO BARBOSA REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Pereira Pinto Filho
Código Identificador:314F5EF5

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS
DECRETO Nº 4.152/2026

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.,

O Prefeito Municipal de Três Marias, no uso de suas atribuições legais que lhe
confere o artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:
Art. 1º. Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, nos termos do Artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a"
c/c Artigo 40, § 5º da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 e Artigo 32 da Lei
Municipal nº 1.945/2005 e suas alterações conforme, requerimento nº 464/2026, datado de 08 de maio de 2026, a servidora efetiva Sra. RENATA
PATRÍCIA TEODORO DE ABREU FONSECA, MASP. nº 330-0, Nível
N-III, cargo Professor II - Geografia, inscrita no CPF sob o nº 981.657.206-00,
PASEP nº 1.245.349.508-0, lotada na Secretaria Municipal de Educação,
através do Instituto de Previdência Municipal de Três Marias - IPREM-TM.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 02 de junho de 2026.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 19 de maio de 2026.

MARIA DE FÁTIMA SILVA FERRAZ MENEZES
Superintendente do IPREM-TM

DANILO BARBOSA REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Pereira Pinto Filho
Código Identificador:27DB473B

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 021/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 076/2026

O Município de Três Marias/MG, através da Pregoeira, torna público, que estará recebendo propostas do dia 27/05/2026 a partir das 09:00 até o dia 03/06/2026 às 08:59, objetivando: a Contratação de empresa especializada para fornecimento de uma plataforma de atendimento digital, com acesso multiusuário, visando atender às demandas das Secretarias Municipais de Três Marias**, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**, do tipo **MENOR PREÇO ITEM,** pelo **MODO ABERTO,** através do site**:** https://licitar.digital. **Início da sessão dia 03/06/2026 às 09h00min na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, situada à Praça Castelo Branco, nº 03 – Centro - Três Marias.** O Edital completo está disponível no site: https://licitar.digital / www.tresmarias.mg.gov.br. Mais informações pelo Telefone: (38) 3754-8832 ou (38) 3754-8929.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 26 de maio de 2026.

JANAINA CARDOSO FIGUEIREDO VIANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcos Pereira Pinto Filho
Código Identificador:7BB18246

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

O Município de Três Marias, Minas Gerais, através da Pregoeira, torna público aos interessados a **SUSPENSÃO** em caráter (sine die) a licitação referente aoPregão Eletrônico em epigrafe, publicado no Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP, em 14/05/2026 e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em 14/05/2026 e, nos sites: www.tresmarias.mg.gov.br e https://licitar.digital/, visando o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa(s) para o fornecimento de Equipamentos e Aparelhos de Informática, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Três Marias, em atendimento a solicitação da Divisão de Informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para readequação do edital. O Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame em momento oportuno, através dos meios de divulgação anteriormente utilizados. Informações pelos telefones: (38) 3754–8832 / (38) 3754–8929.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Três Marias/MG, 26 de maio de 2026.

JANAINA CARDOSO FIGUEIREDO VIANA
Pregoeira.

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:58FDF777

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório N º 045/2026. Pregão Eletrônico nº 029/2026. O Prefeito Municipal de Três Marias, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o que consta no Processo Licitatório, referente a Aquisição de playgrounds em praças públicas no Município de Três Marias, visando ampliar as opções de lazer, incentivar a atividade física, promover a socialização e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente de crianças e jovens, em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Esporte, Turismo e Cultura, RECURSO ORIUNDO DE CONVÊNIO N°980040/2025. PROCESSO N°71000.090043/2025-83. AGÊNCIA : 3813-0 CONTA : 5723131610 CAIXA ECONÔMICA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, adjudicando a empresa vencedora abaixo relacionada, em rigorosa observância aos preceitos legais: LC COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA –CNPJ nº 32.046.931/0001-17, Valor unitário de R$ R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais); Valor total de R$ R$ 238,500.00 (duzentos e trinta e oito mil e quinhentos reais); e tendo em vista que, foi respeitado todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente e inexistência de recursos pendentes, resolve homologar o julgamento constante do processo supracitado.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 21 de maio de 2026.

DANILO BARBOSA REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:C1642B96

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026 – PROCESSO Nº 87/2026
A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, no exercício das atribuições inerentes à gestão da pasta, **AUTORIZA**o Agente de Contratação, devidamente designado por Portaria, a proceder à DISPENSA DE LICITAÇÃO destinada à contratação da empresa **OTTIMA VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **03.011.712/0001-02**, concessionária autorizada **FIAT**, para realização da revisão dos 20.000 km do veículo modelo ARGO 1.0 FLEX, placa SYS1H36, necessária à manutenção da garantia do fabricante, conforme solicitação da secretaria requisitante e documentos constantes nos autos.
O valor total da contratação é de **R$ 1.505,97 (um mil, quinhentos e cinco reais e noventa e sete centavos)**, conforme orçamento anexado ao processo, acompanhado dos demais documentos pertinentes à formalização da contratação direta, em observância ao disposto no art. 72 c/c art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.
Determino a publicação da presente autorização no Diário Oficial do Município, para que produza seus efeitos legais.
Encaminhem-se os autos à Divisão de Licitações e Contratos para as providências cabíveis, na forma da legislação vigente.
Três Pontas, 26 de maio de 2026.

MARINA DANIELA SALGADO SILVA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:9EFA8174

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2026 – PREGÃO N.º 008/2026 – PROCESSO N.º 017/2026

Objeto: Registro de Preços para a **Aquisição de materiais ambulatoriais "curativos",** destinados ao atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Três Pontas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Contratante:** Prefeitura Municipal de Três Pontas – MG. **Detentora: DS SAUDE & NUTRIÇÃO LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.730.361/0001-66, no valor global estimado de R$ 55.446,00 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais). **Vigência:** 26/05/2026 á 26/05/2027.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:733F6830

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2026 – PREGÃO N.º 008/2026 – PROCESSO N.º 017/2026

Objeto: Registro de Preços para a **Aquisição de materiais ambulatoriais "curativos",** destinados ao atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Três Pontas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Contratante:** Prefeitura Municipal de Três Pontas – MG. **Detentora: GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.215.470/0001-9, no valor global estimado de R$ 2.249,00 (dois mil, duzentos e quarenta e nove reais). **Vigência:** 26/05/2026 á 26/05/2027.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:21E503F1

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2026 – PREGÃO N.º 008/2026 – PROCESSO N.º 017/2026

Objeto: Registro de Preços para a **Aquisição de materiais ambulatoriais "curativos",** destinados ao atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Três Pontas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Contratante:** Prefeitura Municipal de Três Pontas – MG. **Detentora: MAT MED HOSPITALAR LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.305.767/0001-54, no valor global estimado de R$ 4.030,00 (quatro mil, e trinta reais). **Vigência:** 26/05/2026 á 26/05/2027.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:3973406C

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e o Decreto Municipal n.º 13.645/2025, tendo em vista a **Aquisição de materiais ambulatoriais "curativos",** destinados ao atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Três Pontas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme exigências e especificações discriminadas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 008/2026,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, com lastro no disposto no inciso IV, do art. 71 da Lei Federal n.° 14.133/21, o procedimento administrativo do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, confirmando o seu resultado no bojo do Processo Administrativo n.º 017/2026, **ADJUDICANDO** seu objeto às seguintes empresas

DS SAUDE & NUTRIÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.730.361/0001-66, com sede R. CONCEIÇÃO, N° 865, BAIRRO CAMBUI - CAMPINAS – SP, CEP 13.025-355, no valor global estimado de R$ 55.446,00 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).

GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.215.470/0001-91, com sede AV. BARÃO HOMEM DE MELO, N° 4444, BAIRRO ESTORIL - BELO HORIZONTE – MG, CEP 30.494-270, no valor global estimado de R$ 2.249,00 (dois mil, duzentos e quarenta e nove reais).

MAT MED HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.305.767/0001-54, com sede RUA PAULO GARCIA, N°455 , BAIRRO BENFICA - JUIZ DE FORA – MG, CEP 36.090-340, no valor global estimado de R$ 4.030,00 (quatro mil, e trinta reais).

Publique-se, registre-se, e intime-se, com o cumprimento das formalidades legais.

Três Pontas/MG, 26 de maio de 2026.

ERIKA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:6CEAF86F

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026

O SAAE de Três Pontas – MG, torna público que fará PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2026, tipo menor preço, para o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de reagentes, vidrarias para atender as demandas do laboratório da autarquia SAAE Três Pontas-MG**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, a abertura da sessão será dia **12 de junho de 2026**, às 08h01min, no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Três Pontas, 25 de maio de 2026.

JANAINA APARECIDA DE SOUSA
Agente de Contratações

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:6383B702

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
DECRETO Nº 161, DE 26 DE MAIO DE 2026

DECRETO Nº 161, DE 26 DE MAIO DE 2026

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR DESABASTECIMENTO DE ÁGUA, COBRADE 2.4.2.0.0, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICADA AO TEMA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUPACIGUARA/MG**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, na Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, e demais disposições constitucionais e regulamentares aplicáveis,

CONSIDERANDO que, no dia 25 de maio de 2026, por volta das 7h, a equipe do Departamento Municipal de Água constatou vazamentos na base estrutural do reservatório responsável pelo abastecimento de água potável de aproximadamente 60% (sessenta por cento) da população urbana do Município de Tupaciguara/MG, verificando-se agravamento gradativo da situação;
CONSIDERANDO que os danos estruturais e operacionais identificados no reservatório comprometem a segurança da estrutura e poderão ocasionar a interrupção parcial ou total do armazenamento e distribuição de água potável aos bairros afetados;
CONSIDERANDO que o desabastecimento compromete diretamente a prestação de serviços essenciais à população, afetando a saúde pública, a segurança e o bem-estar social, caracterizando desastre classificado e codificado como COBRADE 2.4.2.0.0, nos termos da Portaria MDR nº 260/2022;
CONSIDERANDO que a estrutura possui capacidade aproximada de 1.000.000 (um milhão) de litros de água, com cerca de 20 (vinte) metros de altura, havendo risco iminente de colapso estrutural, com potencial de causar danos humanos, materiais e ambientais;
CONSIDERANDO que o agravamento da situação poderá ocasionar danos a imóveis vizinhos, bem como colocar em risco servidores do Departamento Municipal de Água e moradores das proximidades;
CONSIDERANDO que os prejuízos e danos extrapolam a capacidade de resposta imediata do Município, tornando necessária a adoção de medidas emergenciais e ações coordenadas para restabelecimento da normalidade;
CONSIDERANDO o parecer técnico emitido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, favorável à decretação de situação de emergência,

DECRETA:

Art.1º Fica declarada situação de emergência nas áreas do Município de Tupaciguara/MG afetadas pelo risco de desabastecimento de água e iminente colapso estrutural do reservatório municipal, conforme informações constantes no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos técnicos anexos, em razão do desastre classificado e codificado como COBRADE 2.4.2.0.0.
Art.2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuação, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre, mitigação dos danos, reabilitação do cenário e reconstrução.
Art.3º Fica autorizada a convocação de voluntários e especialistas para reforçar as ações de enfrentamento da situação emergencial, bem como a realização de campanhas educativas voltadas ao uso racional da água.
Parágrafo único. Poderão ser promovidas ações de contingência, arrecadação de recursos, equipamentos e apoio logístico, inclusive caminhões-pipa, junto à comunidade e demais instituições públicas e privadas, visando assegurar o abastecimento da população afetada, pelo desastre, sob a coordenação do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, COMPDEC.
Art.4º De acordo com o disposto nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, ficam autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre, em caso de risco iminente, a:
I – ingressar em imóveis públicos e particulares para prestar socorro ou determinar pronta evacuação;
II – utilizar propriedades particulares, assegurada ao proprietário indenização ulterior, caso haja dano.
Parágrafo único. Responderá administrativamente a autoridade ou agente público que se omitir no cumprimento das medidas necessárias à proteção da população.
Art.5º Fica autorizada, em caso de utilidade pública, a instauração de procedimentos de desapropriação, na forma da legislação federal aplicável.
Art.6º Com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficam dispensadas de licitação as aquisições de bens, serviços e obras necessários ao atendimento da situação de emergência, desde que possam ser concluídos no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da ocorrência da situação emergencial, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 DE MAIO DE 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:58820F79

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UBAÍ

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2024; PREGÃO PRESENCIAL PRP 010/2023; PROCESSO LICITATÓRIO 050/2023

A PREF. MUNICIPAL DE UBAI-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2024, Pregão Presencial PRP 010/2023, Processo licitatório 050/2023, Objeto:"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE ONLINE PARA MONITORAMENTO E CONTROLE DAS AÇÕES DO**

PROGRAMA PREVINE BRASIL/ATENÇÃO BÁSICA EM PLATAFORMA SINCRONIZADA COM O SISTEMA DE PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO – PEC/ESUS DO MUNICÍPIO DE UBAÍ-MG". Contratada: INFO SUS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA SUS LTDA; Vigência 25/05/2026 a 25/05/2027.

FREDERICO FREIRE LIMA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Priscila Mendes Silva
Código Identificador:EBDD8E9A

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2026; INEXIBILIDADE 004/2026; PROCESSO LICITATÓRIO 018/2026

A PREF. MUNICIPAL DE UBAI-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, EXTRATO DO CONTRATO nº 013/2026. Inexigibilidade 004/2026; Processo licitatório 018/2026, Objeto:**CONTRATO A LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NO ENDEREÇO RUA B, S/N, VELOSLÂNDIA, UBAÍ-MG, DE PROPRIEDADE DA SRA. DONATILIA PAIVA DOS SANTOS PARA FUNCIONAMENTO DO ESF DE VELOSLÂNDIA. Locador**: Donatilia Paiva dos Santos, no valor global de R$ 14.4000,00; Vigência 11/03/2026 a 11/03/2027.

FREDERICO FREIRE LIMA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Priscila Mendes Silva
Código Identificador:AECC6B27

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM – PROCESSO LICITATÓRIO 040/2026 REGISTRO DE PREÇO DE Nº 020/2026.

EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM – **Processo Licitatório 040/2026 REGISTRO DE PREÇO de nº 020/2026**. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG. CONTRATADA: empresa **SETE QUEDAS COMERCIO EREPRESENTACOES LTDA – CNPJ 55.502.559/0001-01**, ITEM 27. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UNIÃO DE MINAS-MG. UNIÃO DE MINAS/MG, 26 de maio de 2026.

DINOVAN QUEIROZ DE ALMEIDA –
Pregoeira

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:3D75E189

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026 (IPMUR)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026, Processo Administrativo nº 004/2026. Partes: CONTRATANTE – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG – IPMUR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.715.411/0001-63 / CALACA & FERNANDES - COMERCIO E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.737.202/0001-32. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em transparência pública, governança institucional e adequação normativa do Portal da Transparência e do sítio eletrônico do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Vigência: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da assinatura em 20/05/2026, podendo ser prorrogada na forma da Lei nº 14.133/21. Valor global do contrato: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais). Fundamentação: Processo Administrativo nº 004/2026, na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores. Urucuia/MG, 20 de maio de 2026.

(A) ROSE ABIRRIAN NOBRE –
Presidente do IPMUR.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:F6858D49

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026(IPMUR)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026, Processo Administrativo nº 003/2026. Partes: CONTRATANTE – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG – IPMUR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.715.411/0001-63 / DVALONI CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 23.540.416/0001-06. Objeto: Contratação de empresa especializada em consultoria atuarial e previdenciária em assessoramento técnico de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Vigência: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da assinatura em 13/05/2026, podendo ser prorrogada na forma da Lei nº 14.133/21. Valor global do contrato: R$ 82.800,00 (oitenta e dois mil e oitocentos reais). Fundamentação: Processo Administrativo nº 003/2026, na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores. Urucuia/MG, 13 de maio de 2026.

(A) ROSE ABIRRIAN NOBRE –
Presidente do IPMUR.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:D8DA4C34

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025 – Processo Administrativo nº 067/2025 – Concorrência nº 001/2025 – Contratante: Prefeitura Municipal de Urucuia/MG, CNPJ nº 25.223.850/0001-80. Contratada: RESENDE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, CNPJ nº 27.114.535/0001-40. Objeto: Acréscimo quantitativo ao Contrato nº 130/2025, no valor de R$ 131.943,62 (cento e trinta e um mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos), em razão da necessidade de execução de muro de arrimo/contenção, conforme justificativas técnicas constantes no processo administrativo, nos termos do art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021. Valor contratual: O valor global do contrato passa de R$ 1.781.778,83 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) para R$ 1.913.722,45 (um milhão, novecentos e treze mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos). Permanecem mantidas as demais cláusulas e condições contratuais. Data da assinatura: 19/05/2026. Fundamento legal: Arts. 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:51D21040

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

Processo Administrativo nº 002/2025 – Adesão nº 001/2025 – Rescindente: Prefeitura Municipal de Urucuia/MG, CNPJ nº 25.223.850/0001-80. **Rescindida:** CONTASS SISTEMAS PÚBLICOS LTDA, CNPJ nº 10.481.030/0001-10. **Objeto:** Rescisão consensual parcial do Contrato Administrativo nº 002/2025, referente ao Item 08 do Lote 04 – Sistema de Educação, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. A rescisão amigável será realizada sem ônus de qualquer natureza para as partes, renunciando ambas a quaisquer direitos ou obrigações futuras decorrentes da relação contratual pactuada. As partes declaram encerradas as obrigações entre si a partir da data da assinatura do instrumento. **Data da assinatura:** 13/05/2026. **Fundamento legal:** Art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:7593F69A

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
AVISO DE ERRATA AO AVISO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA-MG - AVISO DE ERRATA AO AVISO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2026. A Prefeitura Municipal de Urucuia/MG, torna público o Aviso de Errata ao aviso de Licitação Concorrência Eletrônica nº 002/2026, publicado no Diário em26/05/2026,ANO XVIII N° 4281, Página284,**Onde se lê**: "Término do recebimento das propostas: às 08h45m do dia 09/06/2026. Data da sessão pública: às 09h00m do dia 09/06/2026" **Leia-se**:"Término do recebimento das propostas: às 08h45m do dia 15/06/2026. Data da sessão pública: às 09h00m do dia 15/06/2026". Informações telefone (038) 3634-9246, E-mail: licitacao@urucuia.mg.gov.br. Urucuia/MG, 26 de maio de 2026.

(A) LARISSA REZENDE DA MATA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:683983AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 03 – CONTRATO Nº 058/2023 – P.L. 103/2023 – ADES. 014/2023

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa BIOMTECH SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA S/A. **OBJETO:** Renovação do Contrato de fornecimento de licenças de sistema informatizado para o gerenciamento de presença e regularidade da frequentação do corpo discente com comunicação efetiva com responsáveis, aquisição de dispositivos eletrônicos e serviços técnicos para implantação de plataforma integrada de dados, conforme Comunicação Interna nº 223/2026 da Secretaria Municipal de Educação. **VIG:** 12 meses. **FDO:** 190, 206 e 217.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:1937712D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PROC. 053/26 - DISP. 029/26

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROCESSO Nº 053/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

OBJETO: **CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DE EQUIPES DE APOIO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE SANDUÍCHES EMBALADOS INDIVIDUALMENTE PARA VIAGEM, PREPARADOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, ACOMPANHADOS DE REFRIGERANTE, DESTINADOS AO CONSUMO IMEDIATO, VISANDO ASSEGURAR SUPORTE ALIMENTAR ADEQUADO, COM PRATICIDADE**, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE/MG torna público, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

Os interessados deverão encaminhar suas propostas até às 18h00min do dia 28 de maio de 2026, para o e-mail: licitacao@voltagrande.mg.gov.br ou as apresentar na sede da prefeitura, localizada na Av. Arthur Pedras, nº 120, Centro, neste Município de Volta Grande.
Fazem parte deste aviso os seguintes anexos:
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo I do TR – Estimativa de Despesa;
Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
Anexo III – Declaração Unificada; e,
Anexo IV – Documentos de Habilitação;
Anexo V – Minuta de Contrato.

Prefeitura de Volta Grande – MG, 26 de maio de 2026.

THIAGO ALVES BASTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:DF543233

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PROCESSO 051/2026 - DISPENSA 028/2026

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROCESSO Nº 051/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RECREATIVOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO DESTINADOS À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE VACINAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INFANTIL DURANTE A FEST VG 2026 DO MUNICIPIO DE VOLTA GRANDE - MG.**, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE/MG torna público, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

Os interessados deverão encaminhar suas propostas até às 18h00min do dia 28 de maio de 2026, para o e-mail: licitacao@voltagrande.mg.gov.br ou as apresentar na sede da prefeitura, localizada na Av. Arthur Pedras, nº 120, Centro, neste Município de Volta Grande.
Fazem parte deste aviso os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo I do TR – Estimativa de Despesa;
Anexo II – Modelo de Proposta;
Anexo III – Minuta de Contrato;
Anexo IV – Documentação Exigida para Habilitação;
Anexo V – Declaração Unificada;

Prefeitura de Volta Grande – MG, 26 de maio de 2026.

YTALLO JARDIM DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ytallo Jardim de Souza
Código Identificador:3265A995

PREGÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Processo Licitatório Nº 036/2026, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 002/2026. Tipo: Menor Preço. Objeto: AQUISIÇÃO DE VASSOURA RECOLHEDORA HIDRÁULICA COM VASSOURA AUXILIAR LATERAL E TANQUE ESPARGIDOR PARA ACOPLAMENTO EM TRATOR. Processo homologado e adjudicado nesta data. WAR EQUIPAMENTOS DO BRASIL LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 40.997.262/0001-97 no valor total de R$ 45.900,00. Volta Grande, 25 de maio de 2026.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:79BAACDE

PUBLICAÇÃO
DECRETO GAB N. 2.578 - REGULAMENTA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI) DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE/MG, DISPÕE SOBRE AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO GAB N. 2.578, DE 05 DE MAIO DE 2026.

> "REGULAMENTA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI) DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE/MG, DISPÕE SOBRE AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e em consonância com o que dispõe o artigo 82, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Volta Grande / MG,

CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal de 1988, que impõe ao Estado, à família e à sociedade o dever de assegurar à criança, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), especialmente as alterações trazidas pela Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros 6 (seis) anos de vida no desenvolvimento infantil;
CONSIDERANDO a consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), notadamente no julgamento da ADPF 708 e do RE 592.581, que reafirma a sindicabilidade das políticas públicas pelo Poder Judiciário em caso de omissão estatal e a impossibilidade de invocação da cláusula da "reserva do possível" frente ao princípio da prioridade absoluta da criança;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir eficácia prática, coordenação intersetorial e perenidade às ações deliberadas no âmbito do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), integrando as secretarias municipais de Saúde, Educação, e Assistência Social;
CONSIDERANDO as Leis setoriais de saúde (n.º 8.080/1990 – SUS), educação (n.º 9.394/1996 – LDB), assistência social (n.º 12.435/2011) e demais leis sobre cultura, esporte e lazer e proteção especial à criança;
CONSIDERANDO os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, em especial a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, promulgadas, respectivamente, pelos Decretos nº 99.710/1990 e nº 6.949/2009, bem como outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário;
CONSIDERANDO os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Cúpula da ONU em 2015, com destaque para os que dizem respeito direto às crianças, nº 1, nº 2 e nº 10, sobre a redução da pobreza e das desigualdades a partir da infância; nº 3, sobre saúde e bem-estar; nº 4, sobre educação de qualidade a partir da educação infantil; e nº 6, sobre água limpa e saneamento;
CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância, bem como seus objetivos e suas metas, elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo Conanda em dezembro de 2010; e
CONSIDERANDO os Planos Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social e demais planos setoriais;

DECRETA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para a elaboração, governança, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do Município de Volta Grande/MG, para o decênio 2026-2036, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional da Primeira Infância e suas posteriores atualizações, com vistas a assegurar o desenvolvimento integral das crianças de zero aos seis anos de idade.
Art. 2° Para os fins deste Decreto, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 06 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES E DA INTERSETORIALIDADE

Art. 3° A execução do PMPI pautar-se-á pela articulação intersetorial das políticas públicas municipais, visando ao atendimento integral e integrado da criança na primeira infância, com foco em:
I - Atenção integral à saúde materno-infantil;
II - Universalização do acesso à educação infantil de qualidade;
III - Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por meio da assistência social;
IV - Criação de espaços urbanos seguros e lúdicos que promovam o direito ao brincar.
§1° Os órgãos e serviços públicos municipais darão apoio técnico e logístico, dentro de suas possibilidades e competências, à elaboração do Plano referido neste artigo.
§2° São conteúdos prioritários do Plano Municipal pela Primeira Infância: a saúde, a alimentação e nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança e à própria criança conforme suas necessidades, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, a proteção contra toda forma de violência, a prevenção de acidentes, medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica e a indução ao consumismo.

CAPÍTULO III
DA GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 4º Fica instituída a Comissão Municipal Intersetorial, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa no âmbito do monitoramento das metas do plano, com a finalidade de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Volta Grande, que será integrada por representantes:
I – Representantes da Administração Pública Municipal:
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, titular e suplente;

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, titular e suplente;
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde, titular e suplente;
Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, titular e suplente.
II – Representantes da Sociedade Civil:
Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social, titular e suplente;
Representante do Conselho Municipal de Educação, titular e suplente;
Representantes do Conselho Municipal de Saúde, titular e suplente;
Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, titular e suplente;
Representante do Conselho Tutelar, titular e suplente;
Representantes da Comunidade Escolar, titular e suplente.
§1° Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e de outras instituições públicas poderão participar da Comissão Intersetorial na condição de convidados em caráter permanente, com direito a voz.
§2° A Comissão poderá convidar profissionais e especialistas das diferentes áreas e direitos da criança para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o PMPI.
§3° Os membros da Comissão serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo, sendo a atividade considerada de relevância pública e não remunerada.
Art. 5° Compete à Comissão Intersetorial de Acompanhamento do PMPI:
I - Elaborar relatórios anuais de monitoramento das metas e indicadores do PMPI, encaminhando-os ao Prefeito Municipal, ao CMDCA e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
II - Propor ajustes e revisões metodológicas nas ações intersetoriais sempre que os indicadores apontarem distorções ou metas não atingidas;
III - Submeter a dotação orçamentária das ações do PMPI à Junta de Execução Orçamentária e Financeira, observando as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Art. 6° Crianças de 03 (três) a 06 (seis) anos de idade participarão da construção do PMPI em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento, por meio de atividades que, por suas diferentes linguagens, possam expressar seus sentimentos, suas percepções, seus desejos e suas ideias em relação aos assuntos que lhes dizem respeito.
§1° A participação das crianças será organizada e conduzida por profissionais qualificados em processo de escuta de crianças dessa faixa etária, segundo as diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal da Primeira Infância Lei n.º 13.257/2016, em seu art. 4º, *caput* e parágrafo único.
§2° As contribuições das crianças serão levadas em conta na redação do Plano Municipal pela Primeira Infância e elas serão informadas sobre o aproveitamento de suas ideias.
Art. 7° A Comissão Municipal Intersetorial apresentará a versão preliminar do PMPI às organizações governamentais e da sociedade civil que participaram de sua elaboração e à sociedade em geral, para debate, aperfeiçoamento e aprovação.
§1° A apresentação poderá ser feita sob a forma, entre outras, de consulta pública, audiência pública, seminário, fóruns temáticos.
§2° O PMPI de Volta Grande-MG deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme sua competência legal de órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à criança e ao adolescente.
Art. 8° O Plano Municipal pela Primeira Infância de Volta Grande-MG, será enviado pelo Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores, acompanhado de exposição de motivos e minuta de Projeto de Lei de sua aprovação.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9° As despesas decorrentes da execução do PMPI correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de cada secretaria finalística, suplementadas se necessário, observada a prioridade orçamentária imposta pelo art. 227 da Constituição Federal.
Art. 10. Ficam revogados todos os decretos e demais atos normativos de idêntica matéria editados, em especial qualquer regulamentação pretérita do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2026.

Volta Grande, 05 de maio de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lavinya Gonsalves de Souza
Código Identificador:068623E6

PUBLICAÇÃO
PORTARIA N. 035/2026 - DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL ENCARREGADA DE PROMOVER E COORDENAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI) DE VOLTA GRANDE/MG

Portaria n. 035/2026

"DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL ENCARREGADA DE PROMOVER E COORDENAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI) DE VOLTA GRANDE/MG".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e em consonância com o que dispõe o artigo 82, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal n. 2.578/2026, de 05 de maio de 2026, que estabelece as diretrizes para a elaboração, governança, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) para o decênio 2026-2036;

CONSIDERANDO que o art. 4º, § 3º do referido Decreto Executivo determina expressamente que os membros integrantes da Comissão Municipal Intersetorial serão designados formalmente por meio de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da eficiência e a necessidade imperativa de conferir agilidade, articulação prática e coordenação técnica intersetorial entre as pastas governamentais e os órgãos da sociedade civil na construção das políticas públicas voltadas à infância;

CONSIDERANDO que a participação no mencionado colegiado constitui múnus público de alta relevância para o desenvolvimento social do Município, voltado a assegurar com prioridade absoluta os direitos das crianças de zero a seis anos de idade;

RESOLVE

Art. 1° Ficam designados os seguintes membros para compor a Comissão Municipal Intersetorial, com a finalidade de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Volta Grande/MG.

§1° Representantes da Administração Pública Municipal

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Fabiane Aparecida de Souza Chaim Campos;
Suplente: Jordana Marques Vieira Almeida.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Marcia Cristina de Freitas Domingos;
Suplente: Mariane Ferreira de Paula Brum.

III – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Luciana Teperino Abreu
Suplente: Lidiane Cardoso da Silva

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Fazenda:
Titular: Jane Cristina Vicente Francisco de Moraes
Suplente: Reinaldo de Paulo

§2° Representantes da Sociedade Civil

I – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social:
Titular: Claudilena da Silva;
Suplente: Ana Paula Ruela Silvestre.

II – Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Samira Pereira Rocha;
Suplente: Mirelle Chaim Aguiar.

III – Representantes do Conselho Municipal de Saúde:
Titular:Messias Rocha de Faria
Suplente:Vanessa Hisse de Lima

IV – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Titular: Ana Claudia Silva Ramos;
Suplente: Jucilene dos Santos Almeida.

V – Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: Rafaela Magalhães Lopes;
Suplente: Valésia Faria Ferreira.

VI – Representantes da Comunidade Escolar:
Titular: Maria Aparecida Machado;
Suplente: Jaqueline Rocha Ludolf.

Art. 2° Em estrita observância ao § 1º do art. 4º do Decreto regulamentador, ficam formalmente convidados a participar das reuniões, debates e atos da Comissão, em caráter permanente e com direito a voz, os representantes locais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário.

Art. 3° A Comissão terá como atribuições:

I - Elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância, conforme as diretrizes estabelecidas na legislação vigente e com base nas necessidades e peculiaridades do município;

II - Promover a articulação entre as diversas áreas e setores envolvidos na política de primeira infância;

III - Realizar consultas e audiências públicas para ouvir a comunidade e os diversos segmentos sociais sobre as necessidades e propostas para a primeira infância;

IV - Elaborar relatórios e documentos necessários para a aprovação e implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Art. 4° A Comissão poderá convidar técnicos e especialistas para participarem das reuniões e contribuírem com seus conhecimentos na elaboração do Plano.

Art. 5° As atividades desempenhadas pelos membros ora designados serão consideradas serviço público relevante e não ensejarão qualquer espécie de remuneração ou vínculo empregatício com a municipalidade.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Volta Grande, 18 de maio de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lavinya Gonsalves de Souza
Código Identificador:1EFBB3E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 194/2025, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 107/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos concede progressão vertical à agente pública municipal, **Geoavana Betina Ferreira,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Serviços Gerais,** lotada na **Secretaria Municipal de Saúde,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível II e Grau B,** permanecendo no **Grau B** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionado(a) no **Nível III,** a partir da competência do mês de **maio de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Vertical, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível III e Grau B,** a partir da competência de **maio de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação

Abaeté, 25 de maio de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:01286BD4

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – EXONERA SERVIDOR POR APOSENTADORIA – PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

Considerando, o art. 72, VI, VIII e XIII, combinado com o disposto no art. 98, I, "a" ambos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, que o servidor efetivo, Wellington Rabelo Lopes, aposentou-se no dia 02 de abril de 2026, conforme Carta de Concessão do INSS, datada de 25 de maio de 2026, protocolada em 25 de maio de 2026, em anexo;

Considerando, que após a aposentadoria, o servidor perde o vínculo com a administração, ressalvados os casos de possibilidade de acumulação lícita;

Considerando, o que lhe confere o artigo 35, inciso V da Lei nº 1.660/97.

DECRETA:

Art. 1° - Fica Exonerado por Aposentadoria, o senhor Wellington Rabelo Lopes, servidor de provimento efetivo, ocupante do cargo de

Professor PII Ciências, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 25 de maio de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 25 de maio de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:7D4D6688

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – PROCESSO DISCIPLINAR – SERVIDOR PÚBLICO - PRORROGAÇÃO

"Prorroga vigência da Portaria nº 495/2026/SMA que instituiu Comissão de Processo Administrativo."

A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a legislação regente, e

Considerando que o prazo para conclusão do Processo Administrativo, realizado nos termos da Portaria nº 495/2026/SMA, encerrou-se no dia 26 de maio de 2026;

Considerando que, pelo que se observa, o processo demandará um trabalho mais duradouro, tendo em vista que ainda não foi possível ouvir todos os depoimentos;

DECIDE:

Art. 1º – Fica prorrogada a vigência da Portaria nº 495/2026/SMA que instaurou procedimento administrativo, por 60(sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 26 de maio de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:493A6972

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE PARTES: MUNICIPIO DE ABAETE/MG, E A CONSIGNET SISTEMAS LTDA. OBJETO: A CONCESSÃO DA LICENÇA DE USO E A ATUALIZAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE CONSIGNET PELA CONSIGNET SISTEMAS LTDA, REGISTRADA NO CNPJ SOB O

MUNICIPIO DE ABAETE/MG, e a Consignet Sistemas Ltda.

OBJETO: A concessão da licença de uso e a atualização de novas funcionalidades do Software CONSIGNET pela Consignet Sistemas Ltda, registrada no CNPJ sob o nº. 23.112.748/0001-81, ao MUNICIPIO DE ABAETE/MG, com o objetivo de permitir que entidades conveniadas e os próprios órgãos comerciais realizem consignações de descontos e outras operações em folha de pagamento por meio da internet.

PRAZO: O presente Contrato de Cessão Não Onerosa de Software entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá eficácia pelo período de 60 (sessenta) meses.

DATA DE ASSINATURA: 22 de abril de 2026.
FORO: Comarca de Maringá, estado do Paraná.

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:B014A37E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA, Contrato n. 34/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 05/2026, referente a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAR DIAGNÓSTICO NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA EMBASAR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OU ATÉ DE IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FORNECENDO A BASE TÉCNICA NECESSÁRIA PARA A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS) E DO PLANO DECENAL ENTRE OUTROS, a favor: **MAIANA COUTINHO DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob o n° 094.282.507-16. Valor Total da Contratação: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Data do contrato 18/05/2026. Vigência até 31/12/2026 –

RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:53E6F645

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA, Contrato n. 35/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 06/2026, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO DE DIVERSAS MODALIDADES E COM PARTICIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS REGIONAIS AO MUNICÍPIO DE ALPERCATA, a favor: **58.508.693 MISAEL LOPES DE MELO FILHO, CNPJ: 58.508.693/0001-08**. Valor Total da Contratação: **R$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais)**. Data do contrato 18/05/2026. Vigência até 31/12/2026 –

RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:C3E96CBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 05/2026
O prefeito reconhece a situação da Ratificação da Dispensa e Autoriza a Contratação nos termos do Art. 75 Inciso II, Lei 14.133/21, referente a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAR DIAGNÓSTICO NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA EMBASAR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OU ATÉ DE IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FORNECENDO A BASE TÉCNICA NECESSÁRIA PARA A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS) E DO PLANO DECENAL ENTRE OUTROS, a favor: **MAIANA COUTINHO DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob o n° 094.282.507-16. Valor Total da Contratação: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Data 18/05/2026. Dotação orçamentaria - ficha 345 –

RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:38481002

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 06/2026
O prefeito reconhece a situação da Ratificação da Dispensa e Autoriza a Contratação nos termos do Art. 75 Inciso II, Lei 14.133/21, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO DE DIVERSAS MODALIDADES E COM PARTICIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS REGIONAIS AO MUNICÍPIO DE ALPERCATA, a favor: **58.508.693 MISAEL LOPES DE MELO FILHO, CNPJ: 58.508.693/0001-08**. Valor Total da Contratação: **R$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais))**. Data 18/05/2026. Dotação orçamentaria - ficha 472 –

RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:EDE666A7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE ALTEROSA-MG

Processo Licitatório 121/2026, Pregão 26/2026
Objeto: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS VISANDO À CONTINUIDADE NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. (PARTE 03).

A SESSÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2026 ÀS 08H00MIN (OITO HORAS).

Informações e obtenção do edital na sede do setor de Compras e Licitações, situado à Rua Dom Pedro II nº 54, centro, telefone (35) 92002-1895, de segunda a sexta-feira das 08hs às 16hs, pelo site: https://www.alterosa.mg.gov.br/licitacao ou pelo Email: compras@alterosa.mg.gov.br ou licitacaoalterosa@hotmail.com.

Alterosa, 26 de Maio de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA, Pregoeira.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:A2899FE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 122/2026
Pregão Presencial n° 27/2026

Objeto: SRP (Sistema de Registro de Preços) - Contratação de empresa especializada para o fornecimento de suplementos nutricionais especializados destinados ao atendimento das demandas de pacientes vinculados à Secretaria Municipal de Saúde (PARTE 02).

A SESSÃO SERÁ REALIZADA NO DIA **11 DE JUNHO DE 2026 ÀS 08H00MIN (OITO HORAS)**.

Informações e obtenção do edital na sede do setor de Compras e Licitações situado à Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 16h00min, pelo e-mail: compras@alterosa.mg.gov.br ou no site www.alterosa.mg.gov.br.

Publicado por:
Franciele Aparecida de Ávila
Código Identificador:EADDC5EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
AVISO DE LICITAÇÃO/RETIFICAÇÃO EDITAL

RETIFICAÇÃO

Processo Licitatório 94/2026, Pregão 17/2026.
Objeto: SRP – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO "TAPA BURACO" EM MASSA ASFÁLTICA DO TIPO C.B.U.Q. (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), INCLUINDO LIMPEZA, USINAGEM, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA EM DIVERSOS LOGRADOUROS QUE NECESSITAREM DOS SERVIÇOS

Após analisada e decidida à impugnação ora apresentada pela empresa Bruno Matias Piza Areeiro São Matheus Ltda. (CNPJ 28.772.347/0002-52), retifica-se o Edital nos seguintes termos:

1 - Retificação do item 3.2. Sessão de realização do certame:

DIA: 17/06/2026
HORARIO: às 08h00min (oito horas).
LOCAL: Sede do Setor de Compras e Licitações, Rua Dom Pedro II, n° 54, Centro.

2 - Retificação dos itens 4.6, 8.12 e 10.4:
Substituição integral das referências à Lei nº 10.520/2002 nos itens 4.6, 8.12 e 10.4, pelos dispositivos correspondentes da Lei nº 14.133/2021.

3 - Retificação do item 5.2.4:
– Comprovação de que a Proponente possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior detentor de atestado ou anotação de responsabilidade técnica por execução de obra. Acompanhado de um ou mais Atestados de capacidade técnica, emitido por entidade de direito público ou privado, em nome do profissional, devidamente certificado pelo CREA comprovando a execução, pelo profissional indicado, de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional;
- O atestado deverá expressar experiência anterior suficiente para o atendimento de no mínimo 50% das parcela de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.
A parcela de maior relevância técnica e valor significativo definidas no presente instrumento convocatório é:
- ITEM 01 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO TAPA BURACO EM C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), INCLUINDO LIMPEZA, USINAGEM, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DA MASSA ASFÁLTICA.

- Exclusão total dos itens 5.2.5.4. e 5.2.5.10.

5.2.5.4. - Laudo de Vistoria de Usina de Asfalto. (ANEXO IX);
5.2.5.10. - Comprovação de que a licitante possui usina de C.B.U.Q;

- Transposição do tem 5.2.5.11 para a fase pós-licitatória, restrita ao licitante vencedor, agora item 10.4.:

- A licitante declarada vencedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, **Licença Ambiental da Usina em nome da empresa licitante.**

- Adequação do item 7.2 ao regime competitivo da Lei nº 14.133/2021:

A pregoeira classificará as propostas para lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, conforme artigo 56, da Lei Federal 14.133/2021.

- Retificação do item 11.1, passando para item 11.2.:

- O prazo de execução será de acordo com o descrito no contrato, em razão da diversidade dos serviços e dos locais de execução, contado a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento que autoriza o início dos trabalhos, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, desde que se garanta o interesse público.

Maiores informações pelo tel. (035) 92002-1895, horário das 08h00min às 16h00min ou pelos e-mails: compras@alterosa.mg.gov.br ou licitacaoalterosa@hotmail.com.

Alterosa, 26 de Maio de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA,
Pregoeira

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:E8C42A78

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
DECISÃO IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PREGÃO 17/2026

DECISÃO

Processo : Pregão Presencial nº 17/2026 - Registro de Preços
Impugnante : Bruno Matias Piza Areeiro São Matheus Ltda. (CNPJ 28.772.347/0002-52)
Objeto : Registro de preços para contratação de empresa especializada para operação
tapa-buraco em massa asfáltica do tipo C.B.U.Q.
Pregoeira :Simone Aparecida Nogueira

1 - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital apresentada pela empresa Bruno Matias Piza Areeiro São Matheus Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 28.772.347/0002-52, com sede em Juruaia/MG, protocolada em 13 de maio de 2026, em face do Edital do Pregão Presencial nº 17/2026, deflagrado pelo Município de Alterosa/MG, cujo objeto consiste no registro de preços para contratação de empresa especializada para operação "tapa-buraco" em massa asfáltica do tipo C.B.U.Q. (concreto betuminoso usinado a quente).

A impugnante deduz sete pontos de insurgência, em síntese QUE há inadequação da modalidade pregão presencial após cinco anos da Lei Federal nº 14.133/2021. QUE há utilização indevida de dispositivos da revogada Lei Federal nº 10.520/2002. QUE há exigência excessiva de qualificação técnica quanto a atestados, sem observância do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021. QUE há exigência de propriedade de usina de C.B.U.Q., licença ambiental em nome do licitante e vistoria prévia (itens 5.2.5.4, 5.2.5.10 e 5.2.5.11). QUE há obrigatoriedade de proposta em *pendrive* elaborada via *software* específico (*Betha AutoCotação*). QUE há critério de classificação para a fase de lances limitado a propostas em até 10% da menor oferta (item 7.2).QUE há prazo de 24 horas para execução dos serviços (item 11.1).

A impugnação foi protocolada tempestivamente, observado o prazo de três dias úteis previsto no item 16.9 do edital, eis que a sessão pública está designada para 19 de maio de 2026.

É o relatório. Passa-se a decidir.

(.....)

3 - DA DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, **CONHECE-SE** da impugnação apresentada por Bruno Matias Piza Areeiro São Matheus Ltda., por tempestiva e regular, e, no mérito, **JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE**, nos seguintes termos:
A) REJEITAM-SE os pontos 3.1 (modalidade pregão presencial) e 3.5 (apresentação em pendrive e *software* específico), pelos fundamentos expostos nos itens II.1 e II.5

B) ACOLHEM-SE os pontos 3.2, 3.3, 3.4, 3.6 e 3.7 da impugnação, determinando-se a retificação do instrumento convocatório quanto aos seguintes pontos:
b.1) substituição integral das referências à Lei nº 10.520/2002 (itens 4.6, 8.12 e 10.4) pelos dispositivos correspondentes da Lei nº 14.133/2021.
b.2) retificação do item 5.2.4 para identificar a parcela de maior relevância do objeto e fixar quantitativo mínimo de até 50%, em observância ao art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.
b.3) exclusão da exigência de propriedade de usina de C.B.U.Q. como condição de habilitação (item 5.2.5.10), admitindo-se a comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de contrato de fornecimento, declaração de disponibilidade ou documentos equivalentes.
b.4) transposição da exigência de licença ambiental, alvará de funcionamento e AVCB da usina (item 5.2.5.11) para a fase pós-licitatória, restrita ao licitante vencedor.
b.5) exclusão da exigência de laudo prévio de vistoria de usina (item 5.2.5.4), salvo se mantida mediante motivação técnica formal, hipótese em que deverá ser facultada a substituição por declaração do responsável técnico.
b.6) adequação do item 7.2 ao regime competitivo da Lei nº 14.133/2021, com afastamento da limitação de 10%.
b.7) retificação do item 11.1 para fixação de prazos escalonados conforme a natureza e a urgência da demanda, com motivação técnica forma.

Publique-se. Comunique-se à impugnante. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Gerais e à Procuradoria Jurídica para as providências de retificação.

Alterosa/MG 26 de maio de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:337B34EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO

MUNICÍPIO DE ALTEROSA/MG, Extrato do Convênio 01/2026. Conveniada: Santa Casa de Misericórdia de Alterosa. Execução, pela CONVENENTE, de aquisição de materiais hospitalares e serviços pessoa jurídica para procedimentos e consultas em demandas reprimidas do Município nas áreas de oftalmologia e ginecologia, conforme mensurado no plano de trabalho, objeto da Emenda Parlamentar 202571140001 – incremento de média e alta complexidade (MAC), portaria GM/MS nº 9.188 de 08/12/2025. Dotação Orçamentária: Despesa: 540 2.600.000.3120.000 – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco manutenção. Valor R$ 200.000,00. Vigência: 27/05/2026 até 31/12/2026.

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elielma Maria de Avila
Código Identificador:E2E6DB35

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE

NOTIFICAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE
Processo Licitatório nº 35/2026
Pregão Eletrônico nº 16/2026
Contrato Originário nº 73/2026
À
EMPRESA ENILSON DIONÍSIO DE SOUZA
CNPJ nº 17.452.999/0001-02
Assunto: Convocação de Licitante Remanescente – Item 02
O MUNICÍPIO DE ALVARENGA/MG, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo Licitatório nº 35/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 16/2026, vem, por meio da presente, CONVOCAR a empresa: ENILSON DIONÍSIO DE SOUZA, segunda classificada no Item 02 – "Mourão de madeira eucalipto 220 cm x 10 cm a 15 cm, madeira tratada", para manifestar interesse e proceder à assinatura do respectivo instrumento contratual, nas mesmas condições propostas pela licitante originalmente vencedora.
A presente convocação decorre da não assinatura do Contrato nº. 73/2026 pela empresa REGINALDO VIEIRA GOMES – CNPJ nº 44.166.969/0001-02, regularmente convocada para formalização contratual após homologação do certame ocorrida em 20/05/2026, conforme registros constantes na ata da plataforma eletrônica de licitações e demais comunicações encaminhadas pela Administração.
Registra-se que a empresa vencedora permaneceu inerte, não apresentando justificativa formal, pedido de prorrogação de prazo ou manifestação acerca da assinatura contratual, configurando recusa injustificada em formalizar a contratação, nos termos do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Dessa forma, com fundamento no artigo 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica V.Sa. convocada para, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento desta notificação, manifestar formalmente interesse na contratação e comparecer para assinatura do instrumento contratual referente ao Item 02 do certame, nas mesmas condições ofertadas pela empresa originalmente vencedora.
Fica desde já advertido que o silêncio ou ausência de manifestação dentro do prazo estipulado poderá ensejar a convocação dos demais licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

Alvarenga/MG, 26 de maio de 2026.

CRISTIANE VIEIRA DE SOUZA
Setor de Licitações e Contratos
Prefeitura Municipal de Alvarenga

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:A8121A29

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EXTRATO DE ADITIVO

PROCESSO 034/2023 – DISPENSA 006/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SITE INSTITUCIONAL, IMPLANTAÇÃO E HOSPEDAGEM DOS SERVIÇOS DA PREFEITURA. **3º ADITIVO:** CONTRATADO: ACTCON SOLUÇÕES WEB LTDA EPP, CNPJ 07.051.313/0001-18. VALOR: R$ 16.886,56. VIGÊNCIA: 01/06/2026 À 31/05/2027.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:6BE35987

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO DE MINAS
CONCORRÊNCIA ELETRONICO Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS – CONCORRÊNCIA ELETRONICO Nº 001/2026 - Avisa a todos que fará realizar no dia**16/06/2026**, das 09hs00min, a abertura do**Processo Licitatório n.º024/2026, modalidade Concorrência Eletrônico n.º 001/2026**, que tem como O objeto da presente licitação Contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2", conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC,26 de maio de 2026.

Presidente Da Comissão Permanente De Licitação.

Publicado por:
Douglas Franzini Soares
Código Identificador:ABBEB4F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 033/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO CONTRATO Nº033/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato Nº033/2026, originado do Processo licitatório Nº045/2026, Dispensa Eletrônica Nº012/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, APURAÇÃO DE FALHAS E CORREÇÕES DE INCONFORMIDADES ENVIADAS PARA O SICONFI NO EXERCÍCIO DE 2025, conforme termo de referência.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: LH7 CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA, CNPJ nº23.369.163/0001-41.
Representante legal: Alexandre Lopes Valadão.
Secretaria Municipal de Governança, Planejamento e Orçamento
Cod. Red. 90) 02.03.00 04.121.0031.2.0008.3.3.90.39 – Fonte – 0500
Valor do aditivo: R$24.800,00(vinte e quatro mil e oitocentos reais).
Vigência: de 26 de maio de 2026 e finalizando em 26 de maio de 2027
O termo aditivo do contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 26 de maio de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:A4C61C9B

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº010/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - AVISO DE ADESÃO Nº 010/2026 originada do ARPNº011/2026, Pregão EletrônicoNº051/2025, Processo LicitatórioNº141/2025 do Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES DE "A a Z", TENDO COMO BASE A TABELA RENEM/SUS, EM

ATENDIMENTO AS NECESSIDADES da Secretaria Municipal de Saúde de Arapuá/MG.
Arapuá/MG, 26 de maio de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN -
Prefeito.

Publicado por:
Elvis Gonçalves Boaventura
Código Identificador:9D8FB640

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 12/2026 - RETIFICAÇÃO

FICA RETIFICADO O EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 12/2026. ONDE SE LÊ; VALOR TOTAL DE R$ 279,93 (DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), O CORRETO É: VALOR TOTAL DE R$ 279.930,00 (DUZENTOS E SETENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E TRINTA REAIS).

Processo n° 019/2026

Pregão Presencial n° 012/2026

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA COM POTÊNCIA DE 125 HP, PESO OPERACIONAL DE 12,9 TONELADAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, OPERADO POR PROFISSIONAL DEVIDAMENTE HABILITADO, MOVIDO A ÓLEO DIESEL, EQUIPADO COM CABINE DE PROTEÇÃO E HORÍMETRO FUNCIONAL, INCLUINDO TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO POR CAMINHÃO APROPRIADO, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, BEM COMO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INTEGRAL, COM MEDIÇÃO E PAGAMENTO POR HORA EFETIVAMENTE TRABALHADA.

Homologação

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA COM POTÊNCIA DE 125 HP, PESO OPERACIONAL DE 12,9 TONELADAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, OPERADO POR PROFISSIONAL DEVIDAMENTE HABILITADO, MOVIDO A ÓLEO DIESEL, EQUIPADO COM CABINE DE PROTEÇÃO E HORÍMETRO FUNCIONAL, INCLUINDO TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO POR CAMINHÃO APROPRIADO, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, BEM COMO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INTEGRAL, COM MEDIÇÃO E PAGAMENTO POR HORA EFETIVAMENTE TRABALHADA.

DELIANE SILVA BARROS - CNPJ: 63.090.899/0001-09
Valor Total de R$ 279.930,00 (duzentos e setenta e nove mil e novecentos e trinta reais)

ASTOLFO DUTRA, 18 de Maio de 2026.

TIAGO MARTINS BRAGA
Secretário Municipal Urbanismo

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:2C0D4F59

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 13/2026

PREFEITURA DE ASTOLFO DUTRA/MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2026

A Prefeitura de Astolfo Dutra/MG, torna público aos interessados, que fará realizar Dispensa Eletrônica, no dia 01/06/2026, a partir das 13:00hs, com critério de julgamento na hipótese do inciso II, art. 75 Lei n.º 14.133/2021, por critério de MENOR PREÇO, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de eletrodomésticos e móveis, destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, para mudança de local para a realização do Forró da Terceira Idade. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.astolfodutra.mg.gov.br, na plataforma: www.ammlicita.org.br e na Prefeitura de Astolfo Dutra, na Praça Governador Valadares, 77, ou pelo telefone (32) 3451-1385, no horário de 08:00 às 16:00 horas, nos dias úteis. Astolfo Dutra, 26/05/2026. Publique-se.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:51910F2B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 07/2026

Processo n° 037/2026

Credenciamento n° 007/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS LEGALMENTE CONSTITUÍDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES EM MODALIDADES ESPORTIVAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.

Ratificação

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS LEGALMENTE CONSTITUÍDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES EM MODALIDADES ESPORTIVAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.

54.564.719 PIEDRO HENRICKY PALMERIO GONCALVES - CNPJ: 54.564.719/0001-84
Valor Total de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

61.515.733 JULIO CEZAR SILVA AZEVEDO - CNPJ: 61.515.733/0001-53
Valor Total de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

66.402.302 ANDRE LUIS LODRON DE CARVALHO - CNPJ: 66.402.302/0001-02
Valor Total de R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)

ASTOLFO DUTRA, 26 de Maio de 2026.

FABIANO DIAS DE MELLO RABELLO
Secretário de Cultura, Esporte

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:EDC4816D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
TERMO ADITIVO CONTRATO 120/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Pregão Presencial 26/2025

Nº: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 120/2025
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: COPEVE COMÉRCIO PEÇAS VEÍCULOS LTDA.
Objeto: Reajuste no preço do item Gasolina Comum para R$ 6,99, a partir de 09/05/2026.
Assinatura: 09/05/2026
Processo Licitatório: 84/2025 – Pregão Eletrônico: nº 26/2025
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação

Ângela Ribeiro Furtado de Mendonça – Copeve Comércio Peças Veículos Ltda.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:3576D3FB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório: 197/2025 – Pregão Eletrônico: 098/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT NATALIDADE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
Ata nº 88/2026. Fornecedor: CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA. Valor total: R$ 62.940,00.
Ata nº 89/2026. Fornecedor: TRIMANAS LTDA. Valor total: R$ 77.562,00.
Vigência da(s) ata(s): 13/05/2026 até 13/05/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:550C4240

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório: 06/2026 – Pregão Eletrônico: 04/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DA UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contrato nº 128/2026. Fornecedor: BHDENTAL COMERCIAL LTDA. Valor total: R$ 1.004,96.
Contrato nº 130/2026. Fornecedor: F5 DISTRIBUIDORA LTDA. Valor total: R$ 509,00.
Contrato nº 131/2026. Fornecedor: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA. Valor total: R$ 4.234,99.
Contrato nº 132/2026. Fornecedor: K2 INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Valor total: R$ 519,00.
Contrato nº 133/2026. Fornecedor: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. Valor total: R$ 490,10.
Vigência: 05/05/2026 até 31/12/2026.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:14A88A9A

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e VF SHOWS PRODUCOES LTDA. CONTRATO nº 127; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA APRESENTAÇÃO NA TRADICIONAL FESTA DO SENHOR DO BONFIM, NO DIA 11 DE JULHO DE 2026; LICITACAO: Inexigibilidade 12/2026. Valor Global: R$ 330.000,00. Vigência:28/04/2026 Até:27/10/2026.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:2A04CF9B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e TIME LINE ENTRETENIMENTOS LTDA. CONTRATO nº 139; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA APRESENTAÇÃO NA TRADICIONAL FESTA DO DISTRITO DE ENGENHEIRO DOLABELA, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2026; LICITACAO: Inexigibilidade 15/2026. Valor Global: R$ 110.000,00 Vigência:21/05/2026 Até:17/11/2026.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:776E7759

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e PUBLIC REPRESENTACOES SERVICOS E CONSULTORIA LTDA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 98; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO DE BOCAIUVA NA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MG E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO; LICITACAO: Pregão Eletrônico (10.520/02) null / 2025 Valor Global: R$ 74.336,00 Vigência:21/05/2026 Até:21/05/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:FE61CA0F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 095/24. Processo Licitatório 0048/24, Pregão Eletrônico 0021/24. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE (WEBSITE), PORTAIS E SITES INSTITUCIONAIS PARA GOVERNOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 12527 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04 DE MAIO DE 2000, DECRETO FEDERAL Nº 7.185 DE 27 DE MAIO DE 2010 E LEGISLAÇÕES CORRELATAS, PARA O MUNICIPIO DE BOCAIUVA-MG. Fornecedor: GARAGNANI & GARANHANI LTDA. Prorrogação da Vigência para 20/06/2027. A renovação contratual incidirá sobre o item "SERVIÇO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO DE (WEBSITE) PORTAIS E SITES INSTITUCIONAIS".

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:06AF18CA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0151/25. Processo Licitatório 0089/25, Dispensa 0012/25. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Fornecedor: FJL SOLUÇÕES AMBIENTAIS E CONSULTORIA LTDA. Prorrogação da Vigência para 27/05/2027.

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:51DBB95B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

MUNICIPIO DE BOM JESUS DA PENHA
EXTRATO DE EDITAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 87/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 34/2026. TIPO:**MENOR PREÇO POR ITEM**. OBJETO:IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E TRATAMENTO DE PISCINA, BEM COMO FRALDAS INFANTIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA/MG.INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM **27/05/2026** ÀS 09:00HS. FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM **11/06/2026** ÀS 08:00HS. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM **11/06/2026** ÀS 08:00HS. PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES: SITE https://www.bomjesusdapenha.mg.gov.br - TELEFONE (35) 3563-1208.

DANIEL RUBENS GALLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Jayne Luisa Tomé114.992.946-46
Código Identificador:F079A38D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Bonfim/MG torna publico para conhecimento dos interessados, a abertura do processo Licitatório nº 259/2026, Concorrência Eletrônica 004/2026 que tem como objeto a contratação de empresa para execução de obra de construção de unidades habitacionais no Município de Bonfim/MG, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 992591/2025/MCIDADES/CAIXA, conforme especificados no instrumento convocatório e seus anexos. As propostas e os documentos de habilitação serão recebidos exclusivamente por meio do sistema eletrônico https://ammlicita.org.br, até às 13h30min do dia 17/06/2026. A íntegra do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, por meio eletrônico, no provedor do sistema AMM Licita, pelo site www.prefeiturabonfim.mg.gov.br ou e-mail licitabonfim@prefeiturabonfim.mg.gov.br.

ANA PAULA REZENDE –
Equipe de Contratação.

Publicado por:
Thais Eduarda Soares
Código Identificador:F75B4CD1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2026

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2026

O Município de Borda da Mata/MG, por meio de sua Pregoeira, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, restou **DESERTA**, tendo em vista que não houve credenciamento de licitantes interessados.
Borda da Mata/MG, 26 de Maio de 2026.

MARIA GRACIELA DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Graciela da Costa
Código Identificador:C343860B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET Nº 90017/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET Nº 90017/2026
O Município de Borda da Mata/MG, por meio de sua Pregoeira, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE COMBATE A INCÊNDIO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Abertura da sessão:** 11/06/2026 às 09:00. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br e Portal de compras do Governo Federal pelo site www.comprasnet.gov.br. Informações (35) 3592-0200.
Borda da Mata/MG, 26 de maio de 2026.

MARIA GRACIELA DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Graciela da Costa
Código Identificador:FB953FA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET Nº 90018/2026

O Município de Borda da Mata/MG, por meio de seu Pregoeiro, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS E NOVOS DA TABELA CMED/ANVISA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Abertura da sessão:** 10/06/2026 às 09:00. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br e Portal de compras do Governo Federal pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações (35) 3445-4900.
Borda da Mata/MG, 26 de maio de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Pregoeiro

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:05E25E2F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
ERRATA A PUBLICAÇÃO DO DIA 26/05/2026 - PAG. 299

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS - Torna público a ERRATA na publicação realizada no dia 26/05/2026 no Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4281, pagina 299, referente a pretensão contratual do Processo Licitatório nº 091/2026 - **Onde-se lê:** Dispensa nº 028/2026 - **LÊ-SE** Corretamente: Dispensa 029/2026. Brazópolis 26/05/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:B6D39D2D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS- SHOWS FESTA DO ARRAIAL- INEX 17-2026

Contrato Nº 83/2026- Processo Licitatório nº 146/2026 – Inexigibilidade nº 17/2026
Partes: 46.591.627 DENILSON DA SILVA SANTOS
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS PARA APRESENTAÇÕES NA FESTA DO ARRAIAL, QUE ACONTECERÁ NESTE MUNICIPIO, NOS DIAS 04 A 07 DE JUNGO DE 2026, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (FUMPAC).
Vigência: 25/05/2026 a 25/06/2026
Valor: R$3.000,00 (três mil reais).
Dotação Orçamentária:
Ficha: 516 Dotação 13.391.0014.2.027 3390.39.00– Fonte 1.500.99
Contrato Nº 84/2026- Processo Licitatório nº 146/2026 – Inexigibilidade nº 17/2026
Partes: IVONETE PADUA DOS SANTOS DORR 91472806700
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS PARA APRESENTAÇÕES NA FESTA DO ARRAIAL, QUE ACONTECERÁ NESTE MUNICIPIO, NOS DIAS 04 A 07 DE JUNGO DE 2026, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (FUMPAC).
Vigência: 25/05/2026 a 25/06/2026
Valor: R$2.000,00 (dois mil reais).
Dotação Orçamentária:
Ficha: 516 Dotação 13.391.0014.2.027 3390.39.00– Fonte 1.500.99
Contrato Nº 85/2026- Processo Licitatório nº 146/2026 – Inexigibilidade nº 17/2026
Partes: 24.323.851- WALDINEI TEIXEIRA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS PARA APRESENTAÇÕES NA FESTA DO ARRAIAL, QUE ACONTECERÁ NESTE MUNICIPIO, NOS DIAS 04 A 07 DE JUNGO DE 2026, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (FUMPAC).
Vigência: 25/05/2026 a 25/06/2026
Valor: R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
Dotação Orçamentária:
Ficha: 516 Dotação 13.391.0014.2.027 3390.39.00– Fonte 1.500.99

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:22ECC5CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
RETIFICAÇÃO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO I DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0141/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

O Município de Caldas/MG, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que está sendo realizada retificação no Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2026, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de material médico hospitalar, para a rede municipal de saúde.
Ficam promovidas as seguintes alterações:
- Descritivo dos itens: 18,19,20,54,191,194,196,198,200,202,204,206 e 208.

Em razão das alterações, **fica reaberto o prazo**, sendo redesignada a sessão pública para o dia **09/06/2026**, às **10h**, permanecendo inalteradas as demais disposições do edital.

O edital retificado encontra-se disponível no mesmo endereço eletrônico anteriormente divulgado.

Caldas/MG, 26 de maio de 2026.

AILTON PEREIRA GOULART
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Galdino
Código Identificador:F91C05BA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUI
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUÍ AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 031/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO Nº 031/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – OBJETO: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a contratação de empresa especializada para locação de software (SaaS) de gestão legislativa, contemplando sistema integrado de processo legislativo eletrônico, desmaterialização de documentos, serviços de manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa, com suporte técnico e treinamento contínuo, visando o atendimento das funções institucionais da Câmara Municipal de Cambuí., conforme Termo de Referência. A abertura do certame será às 9h do dia 12 de junho de 2026, pelo link do sistema https://portal.sgpcloud.net:9121/comprasediталc/. O EDITAL está disponível no site da Câmara Municipal de Cambuí (https://camaracambui.mg.gov.br). Para eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos, entrar em contato via email para licitacao@camaracambui.mg.gov.br, ou no telefone 35 984669448.

Cambuí-MG, 26 de maio de 2026.

LUIZ PAULO NEPOMUCENIA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Rosilene de Lima Machado Silva
Código Identificador:2A30F0FD

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUI
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 030/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Presidente da Câmara, Senhor Luiz Paulo Nepomucenia, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Art. 28, I), após exame e deliberação do Processo nº 030/2026, em observância ao Instrumento Convocatório – Edital, que instituiu o Pregão em epígrafe, RESOLVE homologar/adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica.

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção, conserto e pequenos reparos dos sistemas de telefonia e segurança, para o atendimento das demandas administrativas e legislativas desta Câmara Municipal.

EMPRESA ADJUDICADA: Telecam Telefonia e Segurança Ltda

VALOR GLOBAL: R$ 12.480,00 (doze mil, quatrocentos e oitenta reais).

Cambuí-MG, 26 de maio de 2026.

LUIZ PAULO NEPOMUCENIA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Rosilene de Lima Machado Silva
Código Identificador:B871072E

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUI
PORTARIA Nº 018/2026

PORTARIA N.º 0018-2026

"Estabelece Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Cambuí no dia 05 de junho de 2026."

A Mesa Diretora, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 19 da Resolução nº 435/2012 - Regimento Interno desta Casa:

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Cambuí no dia 05 de junho de 2026, sexta-feira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Cambuí - MG, 25de maio de 2026.

LUIZ PAULO NEPOMUCENIA
Presidente

ISRAEL HAASLAN DA MOTA PAES
Vice-Presidente

CAIO NASCIMENTO DAHER
Secretário

Publicado por:
Regiana Pereira Brandão
Código Identificador:F680D255

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUI
PORTARIA Nº 019/2026

PORTARIA N.º 0019-2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cambuí, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquela conferida pelo artigo 19, II da Resolução 435/2012, Regimento Interno,

RESOLVE

1 – Nomear e empossar Thalita Santana Tavares, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o número 242.112, no cargo de Assessor Jurídico, "CPC-02- nível XIII", cargo de provimento em Comissão da Câmara Municipal de Cambuí.

2 – A nomeação fundamenta-se nos artigos 4.º, 8.º e 9.º da Resolução n.° 389/2007 e no artigo 37, inciso II, da Constituição da República.

3 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cambuí, 26 de maio de 2026.

LUIZ PAULO NEPOMUCENIA
Presidente

ISRAEL HASSLAN DA MOTA PAES	*CAIO NASCIMENTO DAHER*
Vice-Presidente	Secretário

Publicado por:
Regiana Pereira Brandão
Código Identificador:F8773F68

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 67/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO **Nº 67/2026** – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 03/2026**. **OBJETO**: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS VICINAIS E URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ-MG. A abertura do certame será às **08h30 do dia 30 de junho de 2026**. **O edital estará disponível, no site Licitações - Prefeitura de Cambuí e através da página https://portal.sgpcloud.net:9121/comprasedital/ . Para eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos entrar em contato via e-mail para licitacoes@prefeituradecambui.mg.gov.br .**

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:0D5B8DC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 69/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO **Nº 69/2026** – PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 26/2026**. **OBJETO**: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE CONTROLES DE ZOONOSES BENEDITO LAFAIETE RIBEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBUÍ - MG, nas condições descritas no ANEXO 01 – Termo de Referência do Edital. A abertura do certame será às **08h30 do dia 18 de junho de 2026**. **O edital estará disponível, no site Licitações - Prefeitura de Cambuí e através da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias Página Inicial - BBMNET (novobbmnet.com.br). Para eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos entrar em contato via e-mail para licitacoes@prefeituradecambui.mg.gov.br .**

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:85DD00DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cambuquira, através de seu pregoeiro nomeado pelo Decreto nº 2934/2026, vem através deste, comunicar **retificação** ao edital supracitado.
OBJETO: Aquisição de móveis, eletrodomésticos, utensílios de cozinha e itens de cama, mesa e banho, destinados à estruturação e manutenção do Abrigo Municipal, visando garantir condições adequadas de acolhimento, conforto, higiene e dignidade aos usuários do serviço.
Onde se lê:
Data e horário final para envio de Proposta: até o dia 29/05/2026 às 08h:59min.
Leia-se:
Data e horário final para envio de Proposta: até o dia 11/06/2026 às 08h:59min.
Onde se lê:
6.3 - O prazo para a execução do objeto será de 5 (cinco) dias a contar do envio da Autorização de Fornecimento (AF).
Leia-se:
6.3 - O prazo para a execução do objeto será de 15 (quinze) dias úteis a contar do envio da Autorização de Fornecimento (AF).
A retificação em epígrafe aplica-se a todos os itens com esse descritivo.
Procede-se a devida **RETIFICAÇÃO E PUBLICA-SE**.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas editalícias.

LUÍS CÉSAR NUNES BASTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luís César Nunes Bastos
Código Identificador:17E50383

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026
Processo Adm: Nº 095/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a aquisição parcelada de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões de 13kg e 45kg, além de água mineral natural sem gás de 20 l, incluindo a entrega e instalação técnica, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades escolares. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Empresas vencedoras valor total: R$ 204.145,00(duzentos e quatro mil e cento e quarenta e cinco reais):**THIAGO GONCALVES DA SILVA**(07921387000168) com os lotes: 1, 2 e 3 no valor total de R$ 204.145,00 (duzentos e quatro mil e cento e quarenta e cinco reais).

CAMBUQUIRA - MG, 26 de maio de 2026.

WILLIAN BORGES DA SILVA
Condutor de Processos

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:58F377FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

A Prefeitura Municipal de Cambuquira, através deste apresentar retificação ao edital do processo supracitado:

OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha de natureza permanente, compreendendo freezers industriais, batedeiras industriais, liquidificadores de alta rotação e demais aparelhos correlatos, destinados ao aparelhamento e modernização da infraestrutura das unidades escolares, CEMEIs e creches pertencentes à rede municipal de ensino de Cambuquira/MG, conforme especificações e quantitativos detalhados no Termo de Referência. Ata de Registro de Preços.

Onde se lê:
6.3 - O prazo para a execução do objeto será de 05 (cinco) dias contados da emissão da Autorização de Fornecimento (AF).
Leia-se:
6.3 - O prazo para a execução do objeto será de 25 (vinte e cinco) dias contados da emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

Nova data para recebimento das propostas: até o dia 11/06/2026, às 08h59min.
Nova data para a disputa: dia 11/06/2026, às 09h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas editalícias.

Publicado por:
Willian Borges da Silva
Código Identificador:3DC83CDD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE RESCISÃO CONTRATUAL
PAL Nº 161/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO n° 071/2025

RESCISÃO UNILATERAL firmada no **CONTRATO n° 497/2025** da empresa **3S VISION HOSPITALAR COMÉRCIO HOSPITALAR ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o CNPJ nº 37.581.390/0001-40**,** cujo objeto a aquisição de aparelho de ultrassom diagnóstico, sem aplicação transesofágica, incluindo sua instalação e testagem, com recursos provenientes da Resolução nº 8.218. Afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Motivo**: o não cumprimento do prazo de execução contratual. Secretário responsável: Danyllo Costa Lucas.

CAMBUQUIRA - MG, 25 de maio de 2026

DANYLLO COSTA LUCAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:534EF5ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE SUBSTITUIÇÃO
PAL Nº 161/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO n° 071/2025

Com a RESCISÃO UNILATERAL da empresa **3S VISION HOSPITALAR COMÉRCIO HOSPITALAR ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS LTDA**, o qual objeto era a aquisição de aparelho de ultrassom diagnóstico, sem aplicação transesofágica, incluindo sua instalação e testagem, com recursos provenientes da Resolução nº 8.218. Afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, foi promovida a empresa **MHÉDICA SERVICE COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o CNPJ nº 08.245.855/0001-94, registrada no CONTRATO 173/2026 com o valor total da obra **R$ 71.900,00 (setenta e um mil e novecentos reais).** . Secretário responsável: Danyllo Costa Lucas.

CAMBUQUIRA - MG, 25 de maio de 2026.

DANYLLO COSTA LUCAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:CBD2CAA9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026
Processo Adm: Nº 105/2026

Objeto: Aquisição de materiais dermocosméticos a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde com inscrição em Ata de Registro de Preços.

Empresas vencedoras valor total: R$ 9.408,80(nove mil e quatrocentos e oito reais e oitenta centavos):**DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA.**(06162004000152) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 no valor total de R$ 9.408,80 (nove mil e quatrocentos e oito reais e oitenta centavos).

CAMBUQUIRA - MG, 26 de maio de 2026.

LUÍS CÉSAR NUNES BASTOS
Condutor de Processos

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:02816FEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

Adesão 002/20256 PAL 120/2026 – Aquisição de materiais permanentes a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Contratado: Castro Equipamentos LTDA. Valor: R$ 4.515,00.

VIVIANE JUNHO –
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luís César Nunes Bastos
Código Identificador:59963B75

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE ARP Nº 060/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 060/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de areia para construção, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caparaó-MG.

SESSÃO PÚBLICA: 21/05/2026
ADJUDICAÇÃO: 21/05/2026
HOMOLOGAÇÃO: 21/05/2026
DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: ADENILCO TARDEM 98306324668, inscrita no CNPJ sob o nº 07.976.984/0001-90.
VALOR GLOBAL: R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).
VIGÊNCIA: 25/05/2026 à 25/05/2027.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:BCD65AF7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 053-2026

EXTRATO DE CONTRATO

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 053/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de uma câmara para conservação de vacinas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó-MG.

SESSÃO PÚBLICA: 22/05/2026
ADJUDICAÇÃO: 22/05/2026
HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2026
DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: VISAMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.380.296/0001-25.
VALOR GLOBAL: R$ 16.919,00 (dezesseis mil, novecentos e dezenove reais).
VIGÊNCIA: 22/05/2026 à 22/09/2026.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE CONTRATO**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:DE462807

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N°019/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N°019/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, ADJUDICARÁ E HOMOLOGARÁ o processo PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto é a **Aquisição de veículos automotores, novos, zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.** Fornecedor: **GB COMERCIO & SERVICOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **51.705.212/0001-05**, pelo valor total de **R$ 419.000,00 (Quatrocentos e dezenove mil reais); CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **35.741.144/0001-83**, pelo valor total de **R$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais).**
DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: **25 de Maio de 2026**. Carmo do Paranaíba, 25 de Maio de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:1480224A

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 026/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO RP N° 012/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 026/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO RP N° 012/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, ADJUDICARÁ E HOMOLOGARÁ o processo PREGÃO ELETRÔNICO RP, cujo objeto é a **seleção de propostas visando a contratação de empresa para a aquisição de Materiais de Expediente em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, atendendo as Secretarias do Município.** Fornecedor: **WW LICITACOES LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **54.795.688/0001-72**, pelo valor total de **R$ 321.193,18 (Trezentos e vinte e um mil e cento e noventa e três reais e dezoito centavos); GONÇALVES E TEIXEIRA LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **08.422.075/0001-72**, pelo valor total de **R$ 299.949,16 (Duzentos e noventa e nove mil e novecentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos); EXPOENTE COMERCIO E SERVICOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **51.305.956/0001-32**, pelo valor total de **R$ 59.020,60 (Cinquenta e nove mil e vinte reais e sessenta centavos); CENTER EXCELLENCE DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **61.767.811/0001-07**, pelo valor total de **R$ 124.809,65 (Cento e vinte e quatro mil e oitocentos e nove reais e sessenta e cinco centavos).**
DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: **22 de Maio de 2026**. Carmo do Paranaíba, 22 de Maio de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:F3087A29

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA
PRC 047/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

A Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é Contratação de clínica especializada para prestação de serviços de reabilitação química e psicossocial, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do município de Catas Altas da Noruega/MG.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia: 18/06/2026 às 09h (horário de Brasília)
LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:
https://catasaltasdanoruega.licitapp.com.br//

Catas Altas da Noruega, 26 de maio de 2026.

PAULO LADISLAU BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Magno Pinto Sobreira
Código Identificador:6BBA0251

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 026/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026

DISPENSA PRESENCIAL Nº 026/2026

A Prefeitura Municipal de Chiador – MG, está publicando a dispensa acima descrita, tipo menor preço por item, nos termos do Art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/21, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para a **SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA.** *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 02/06/2026 às 09:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 09:01 hs do dia 02/06/2026.* Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Chiador – MG. Em 26/05/2026.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:1576F6F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 052/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 052/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo acima informado, tipo menor preço por item, pelo modo de disputa aberto, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA CAPACIDADE 20.000 LITROS.** *Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 09:00 hs do dia 27/05/2026, às 09:00 hs do dia 10/06/2026. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:01 hs do dia 10/06/2026,* no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações Tel. Tel. (32) 8407-3499. Rua Padre Carlos Dondero, nº 16, Centro, Chiador – MG, CEP: 36.630-000; ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Site: https://www.chiador.mg.gov.br/licitacoes. Maurício Barbosa Monteiro. Pregoeiro Municipal. Chiador – MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:629B4F7C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo licitatório acima referenciado, tipo menor preço global, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR.** *O Credenciamento e análise das Propostas e Documentos de Habilitação ocorrerão no dia:* ***12/06/2026, às 14:00 hs*** no seguinte endereço: Rua Padre Carlos Dondero, nº 16, Centro, Chiador – MG, CEP: 36.630-000. Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Chiador – MG. Em 26/05/2026.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:D6264758

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2026 PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 015/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2026
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 015/2026.

Encontra-se aberto junto a Prefeitura Municipal de Chiador – MG, o processo licitatório acima descrito, tipo menor preço por item, pelo modo de disputa aberto, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS.** *Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 14:00 hs do dia 27/05/2026, às 14:00 hs do dia 10/06/2026; Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:01 hs do dia 10/06/2026, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.* Informações Tel. (32) 8407-3499. Rua Padre Carlos Dondero, nº 16, Centro, Chiador – MG, CEP: 36.630-000; ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Site: https://www.chiador.mg.gov.br. Maurício Barbosa Monteiro. Pregoeiro Municipal. Chiador – MG, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:5CAA2F71

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

EXTRATOS DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO, referente ao Processo Administrativo nº 045/2026, Pregão Eletrônico nº 015/2026, cujo objeto: O objeto da presente licitação é a constituição do quadro geral de Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de locação de veículos, para atender as necessidades do Departamento Municipal de Saúde e Secretaria Administrativa da Prefeitura Municipal de Coimbra.

A HOMOLOGAÇÃO OCORREU NO DIA 25/05/2026.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026 – Detentora: VGL - LOCACAO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 50.857.206/0001-00, Valor Total de **R$ 376.848,00** (trezentos e setenta e seis mil e oitocentos e quarenta e oito reais).
Lotes vencidos: 1 ao 3.

Data de assinatura: 25/05/2026, Vigência:25/05/2026 a 25/05/2027.

Coimbra-MG, 26 de maio de 2026

RAFAELA PEREIRA LESSA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Tainara Aparecida Franco
Código Identificador:37355F55

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA
CORDISLÂNDIA, 26 DE MAIO DE 2026 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – CIDERSU

Exmo. Senhor Presidente Maycon Willian da Silva
Rua João Honorato de Carvalho, 121 – Centro
Carvalhópolis-MG

Excelentíssimo Senhor Presidente do CIDERSU,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente, em nome do Município de Cordislândia, para manifestar interesse em fazer uso da Ata de Registro de Preços nº 09/2025, oriunda do Processo Licitatório nº 22/2025, Pregão Eletrônico nº 18/2025, cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de empresa visando à prestação de serviços de castração e identificação eletrônica (microchipagem) de cães e gatos em situação de rua e domésticos de famílias carentes dos municípios consorciados ao CIDERSU, conforme especificações constantes na referida ata.

Desta feita, solicitamos a Vossa Senhoria que verifique a possibilidade de adesão por parte desta Prefeitura à Ata de Registro de Preços supramencionada.

Por oportuno, informamos os dados e contatos relativos a este órgão, objetivando formalizar o procedimento de adesão:

Informações sobre o solicitante:

RAZÃO SOCIAL: MUNICÍPIO DE CORDISLÂNDIA – PREFEITURA

CNPJ: 18.712.166/0001-04

Telefone: (35) 3244-1098

Cel./WhatsApp: (35) 997079633

E-mail: licitacao@cordislandia.mg.gov.br / compras@cordislandia.mg.gov.br

Pessoas para contato: Mariana Arantes Penha e Mateus Henrique Crispim

Respeitosamente,

JOSÉ ODAIR DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Naiara Carolliny Cruz
Código Identificador:A19878D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026, DISPENSA Nº 10/2026. TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO.

O Prefeito Municipal do Município de Cordislândia - MG, faz publicar o presente extrato quanto ao termo de adjudicação e homologação e extrato face à contratação da empresa: [VB TELECOM PSI E TELECOMUNICAÇÕES LTDA], inscrita no CNPJ Nº 08.709.153/0001-14, com sede na [PÇ CORONEL FLAVIO FERNANDES], [34], [CENTRO], [MONSENHOR PAULO] - [MG], [37.405-000]. Extrato de contratação. Art. 54, §§ 2º e 3º da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Partes: Poder Executivo de Cordislândia - MG, inscrito no CNPJ Nº 18.712.166/0001-04, com edifício-sede da Prefeitura localizado na Praça Sagrado Coração de Jesus, Centro, Cordislândia - MG, CEP 37.498-000. Termo de Contrato Nº 31/2026. Objeto: [INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

(INFRAESTRUTURA BRUTA) NA SAÚDE]. Valor Total: [R$ 9.450,00 (NOVEMIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)]. O prazo de vigência contratual será de [12 meses]. Cordislândia - MG, 26/05/2026.

Publicado por:
Naiara Carolliny Cruz
Código Identificador:AA6C9AF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, através de seu pregoeiro, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 077/2026 – Pregão Presencial nº 039/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS RECREATIVOS, PEDAGÓGICOS E PSICOMOTORES, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Entrega e abertura dos envelopes no dia **11/06/2026** às 09h00min. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura na Rua Doze de Dezembro, 347, Tel: (35) 3432-1122, Site: www.corregodobomjesus.mg.gov.br ou pelo E-mail: compras@corregodobomjesus.mg.gov.br.

Córrego do Bom Jesus, 26 de maio de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:AE17B531

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 078/2026. Processo Licitatório Nº 58/2026 – Pregão Presencial Nº 30/2026. TIPO: Menor Preço Unitário – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E HORTIFRUTIS PARA ATENDER À SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. R$ 208.011,00 (duzentos e oito mil e onze reais). Vigência: 26/05/2026 à 25/05/2027. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e **JOSE ARCANJO DE MORAIS NETO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 079/2026. Processo Licitatório Nº 58/2026 – Pregão Presencial Nº 30/2026. TIPO: Menor Preço Unitário – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E HORTIFRUTIS PARA ATENDER À SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS R$ 467.934,90 (quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa centavos). Vigência: 26/05/2026 à 25/05/2027. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e **JOAO CARLOS DA SILVA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 080/2026. Processo Licitatório Nº 58/2026 – Pregão Presencial Nº 30/2026. TIPO: Menor Preço Unitário – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E HORTIFRUTIS PARA ATENDER À SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. R$ 231.776,00 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e seis reais). Vigência: 26/05/2026 à 25/05/2027. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e **JRMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**

Certifico que este Extrato de Contrato foi publicado em conformidade com a Lei Municipal 818/2002 de 18/02/2002

Publicado no mural em 26 de maio de 2026

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA
Chefe do Departamento de Compras, Licitações, Patrimônio e Informática

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:CABA4CC3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DL 031/2026

Extrato de contrato n° 164/2026. Contratado: Cemig Distribuição S.A., CNPJ nº 06.981.180/0001-16. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras no sistema elétrico de distribuição no município de Florestal/MG, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Vigência: até 120 dias. R$ 43.005,72. 09/05/2026.

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleiciane Aparecida da Silva
Código Identificador:091B6804

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
P 030/2026 DL 0004/2026

Extrato de contrato n° 162/2026. Contratado: Instituição De Cooperação Intermunicipal Do Médio Paraopeba – ICISMEP, CNPJ 05.802.877.0001/10. Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e arquitetura para a prestação de serviços técnicos de elaboração de Projeto Arquitetônico, Projeto Básico dos Complementares e Projeto Executivo de Engenharia para a execução de construção, na unidade saúde básica UBS tipo 1, UPA 24, na modalidade de contrato de programa de acordo com o art. 75º, XI da Lei nº 14.133/2021, na modalidade de contrato de programa, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Vigência: 12 meses. R$ 506.628,25. 08/05/2026.

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleiciane Aparecida da Silva
Código Identificador:AB1DD937

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 062/2026

ORIGINADO DA LICITAÇÃO Nº: 003/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO NACIONAL DE INOVAÇÃOE EFICIÊNCIA PÚBLICA – CONEP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, incluindo pré-operatório, execução, insumos e acompanhamento pós-operatório, a fim de atender as demandas do município de Franciscópolis/MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico n° 001/2025 do CONSÓRCIO NACIONAL DE INOVAÇÃOE EFICIÊNCIA PÚBLICA – CONEP.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Franciscópolis/MG.
CNPJ N.º: 01.613.394/0001-16

REPRESENTANTE LEGAL: Nilton dos Santos Coimbra
CPF: 997.***.***-68

EMPRESA CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO EM SAÚDE LTDA
CNPJ: 42.502.026/0001-88
REPRESENTANTE LEGAL: Izadora Rodrigues
CPF: 049.xxx.525-71
VALOR: R$748.560,00 (setecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 26/05/2026 a 26/05/2027

Franciscópolis, 26 de maio de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:72C0F9F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA/SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 083/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 058/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 002/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRANCISCÓPOLIS/MG
CNPJ N.º 01.613.394/0001-16
REPRESENTANTE LEGAL: Nilton dos Santos Coimbra
CPF: 997.***.***-68

CONTRATADO: TEMA CONSTRUTORA LTDA
CNPJ N.º: 26.863.748/0001-01
REPRESENTANTE LEGAL: Getúlio Martins
CPF: 061.***.***-00

OBJETO: Alteração do projeto originalmente contratado no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia nº 081/2025, referente à reconstrução de pontes destruídas nas Comunidades Ribeirão Santa Cruz e Laranjeiras, zona rural do Município de Franciscópolis/MG, em atendimento ao PROTOCOLO Nº REC-MG-3126752-20250205-01, Processo nº 59053.021391/2025-90, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Franciscópolis, 26 de maio de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:829423AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES

SETOR DE LICITAÇÃO E CONVÊNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026

O Município de Gonçalves/MG, com sede na Rua Cap. Antônio Carlos, 196, Centro, Gonçalves/MG, torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 30/2026, Pregão Eletrônico n° 06/2026, cujo objeto é "Contratação de empresa especializada, por meio do sistema de registro de preços, para fornecimento de materiais de limpeza e higiene no âmbito da Administração Municipal", conforme especificações editalícias. Data limite para apresentação de propostas: 09/06/2026 **às 07h:59min**. Edital completo disponível em: www.goncalves.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
Informações: licitacaogoncalves@gmail.com.

Gonçalves, 26 de maio de 2026.

A) ÉRICA APARECIDA CAMARGO –
Setor de Licitações.

Publicado por:
Michel Rosa Gomes Vieira
Código Identificador:ACD2ACB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
EXTRATO DE EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

EXTRATO DE EDITAIS.
Processo nº. 75/2026, Concorrência Eletrônica nº. 08/2026. Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de reforma da Ponte Marechal Deodoro da Fonseca e drenagem de vias. Data e hora da abertura: 12/06/2026 às 9h.

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE EDITAL.
A Prefeitura Municipal de Guaranésia torna pública a **suspensão** do Processo Licitatório nº 63/2026, Pregão eletrônico nº 38/2026, cujo objeto é a "Aquisição de ônibus e minibus destinados a transporte escolar". **Motivo:** Revisão e readequações nos itens descritos no Termo de Referência e demais documentos licitatórios.

O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:2EDF1C57

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO-PRC Nº 060/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo nº 060/2026 –Dispensa Nº. 036/2026. Torna público o ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO com a empresa TOPDATA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. Objeto: constitui objeto, a contratação de serviços especializados para o desenvolvimento de modelos, adequação de arquivos DBF ou TXT ao modelo aprovado, e emissão e montagem de carnês de pagamento, de natureza COMUM, de acordo com a Requisição de Compras Simples-RCS e seus anexos. Fundamento legal: Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 313/2023 e alterações, Lei Municipal nº 553/2003 e alterações e do Decreto Municipal nº 313/2023. Data: 26.05.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Presidente da Comissão de Contratação.

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:7D2873DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO-PRC Nº 061/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo nº 061/2026 –Dispensa Nº. 037/2026. Torna público o ATO

DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO com a empresa 3M TACÓGRAFOS ANDRADENSE LTDA. Objeto: constitui objeto, a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção no sistema de tacógrafo de 04(quatro) veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação, de natureza COMUM, de acordo com a Requisição de Compras Simples-RCS e seus anexos. Fundamento legal: Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 313/2023 e alterações, Lei Municipal nº 553/2003 e alterações e do Decreto Municipal nº 313/2023. Data: 26.05.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Presidente da Comissão de Contratação.

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:415F1C64

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026. PROCESSO Nº 064/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026. PROCESSO Nº 064/2026. O Município de Iraí de Minas/MG, por meio de sua Administração Pública, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Nº 009/2026, Processo Nº 064/2026, na forma Eletrônica, do tipo menor preço por empreitada global, para Contratação de empresa especializada para execução de Obra de Recapeamento Asfáltico em CBUQ, referente a Proposta 000001/2026 - Plano 000909/2026 – Convênio – 1301000209/2026, conforme especificações e características constantes no edital e seus anexos. Acolhimento das propostas dia: 28/05/2026 a partir das 16:00 horas até dia 15/06/2026 às 08:00 horas; Abertura das Propostas de Preços e Início da sessão de disputa de preços dia 15/06/2026 às 08:10 horas; Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Setor de Licitações: (34)3845-1210.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:C3B706D6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026. PROCESSO N° 045/2026.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026. PROCESSO N° 045/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de reservatório de água na Comunidade de São José do Barreiro, no município de Iraí de Minas-MG, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços necessários, conforme especificações e características constantes neste edital e seus anexos. Empresa contratada: RM RESERVATÓRIOS METÁLICOS LTDA (CNPJ nº 30.018.041/0001-76), Valor: R$ 95.500,00 (Noventa e cinco mil e quinhentos reais).

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:DD7720C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026. PROCESSO N° 046/2026.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026. PROCESSO N° 046/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de meia quadra poliesportiva em concreto armado na Praça Pedro Amaral no município de Iraí de Minas/MG, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações e características constantes neste edital e seus anexos. Empresa contratada: LC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA (CNPJ nº 59.992.088/0001-18), Valor: R$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:2314A229

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026. PROCESSO N° 047/2026.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026. PROCESSO N° 047/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) em vias públicas do Residencial Novo Horizonte II, no município de Iraí de Minas-MG, compreendendo o fornecimento de materiais e mão de obra, equipamentos e serviços necessários, conforme especificações e características constantes neste edital e seus anexos. Empresa contratada: IC CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ nº 19.589.446/0001-21), Valor: R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais).

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:C6F0F193

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026. PROCESSO N° 050/2026.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026. PROCESSO N° 050/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em comunicação digital, publicidade institucional e produção de conteúdo, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Iraí de Minas/MG, conforme quantidades, características e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital. Empresa contratada: 59.060.979 GEAN CARLOS FAGUNDES COSTA (CNPJ nº 59.060.979/0001-36), Valor: R$ 126.880,00 (Cento e vinte e seis mil e oitocentos e oitenta reais). Vigência contratual: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 25/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:D27DF6FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026. PROCESSO N° 052/2026.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026. PROCESSO N° 052/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Aquisição de material médico –

hospitalar diversos de “A” a “Z”, constantes e com base no maior percentual de desconto sobre os preços praticados no Banco de Preços em Saúde (BPS), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Iraí de Minas/MG, conforme quantidades, características e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital. Empresa contratada: DROGARIA SOARES CUNHA LTDA (CNPJ nº 04.492.972/0001-00), Valor adjudicado: 1,2% (um vírgula dois por cento) referente ao percentual de desconto. Critério de julgamento: Maior percentual de desconto. Vigência contratual: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 25/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:5E458119

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026. PROCESSO N° 060/2026.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026. PROCESSO N° 060/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Aquisição de vidros, forro de gesso e forro de PVC, divisória Drywall, granito, madeira, concreto usinado e pré – moldados, destinados a atender as necessidades das secretarias municipais de Iraí de Minas/MG, conforme quantidades, características e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital. Empresas contratadas: ALEXSANDRO PEREIRA - ME (CNPJ nº 03.766.859/0001-02), Valor homologado: R$ 129.835,00 (Cento e nove mil e oitocentos e trinta e cinco reais); 55.854.808 CARLOS ALVES DA SILVA (CNPJ nº 55.854.808/0001-28), Valor homologado: R$ 63.445,00 (Sessenta e três mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais); COMERCIAL CASA NOVA LTDA – ME (CNPJ nº 13.438.306/0001-76), Valor homologado: R$ 5.422.230,00 (Cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e duzentos e trinta reais); PREVILAJE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME (25.266.198/0001-80), Valor homologado: R$ 64.175,00 (Sessenta e quatro mil e cento e setenta e cinco reais). Vigência contratual: 12 (doze) meses. Itens desertos: 21.416; 21.417; 21.418; 21.419; 21.420; 21.421 e 21.422.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 25/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:3B463C3A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO. PROCESSO Nº 065/2026. DISPENSA Nº 024/2026.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO. PROCESSO Nº 065/2026. DISPENSA Nº 024/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de serviços de consultoria em engenharia para a elaboração de projeto de iluminação pública com tecnologia LED, incluindo a prestação de serviços de Medição e Verificação – M&V, bem como serviços de apoio técnico à fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra, conforme estabelecido no Termo de Cooperação Técnica celebrado com a ENBPar, no âmbito do Programa Procel Reluz, contemplando 982 pontos de iluminação pública. Contratada: PRADO ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº: 14.748.340/0001-78**.** O valor total da contratação é R$ 59.269,00 (cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta e nove reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses, nos termos do artigo 75, II da Lei nº 14.133/2021.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:405334D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 006/2026. PROCESSO N° 045/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026. PROCESSO N° 045/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de reservatório de água na Comunidade de São José do Barreiro, no município de Iraí de Minas-MG, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços necessários, conforme especificações e características constantes neste edital e seus anexos. Empresa contratada: RM RESERVATÓRIOS METÁLICOS LTDA (CNPJ nº 30.018.041/0001-76), Valor homologado: R$ 95.500,00 (Noventa e cinco mil e quinhentos reais).

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:576A25D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026. PROCESSO N° 046/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026. PROCESSO N° 046/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de meia quadra poliesportiva em concreto armado na Praça Pedro Amaral no município de Iraí de Minas/MG, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações e características constantes neste edital e seus anexos. Empresa contratada: LC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA (CNPJ nº 59.992.088/0001-18), Valor homologado: R$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:6D69B2DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026. PROCESSO N° 047/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026. PROCESSO N° 047/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) em vias públicas do Residencial Novo Horizonte II, no município de Iraí de Minas-MG, compreendendo o fornecimento de materiais e mão de obra, equipamentos e serviços necessários, conforme especificações e características constantes neste edital e seus anexos. Empresa contratada: IC CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ nº 19.589.446/0001-21), Valor homologado: R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais).

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 26/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:1C5D993D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026. PROCESSO N° 050/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026. PROCESSO N° 050/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para

prestação de serviços técnicos especializados em comunicação digital, publicidade institucional e produção de conteúdo, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Iraí de Minas/MG, conforme quantidades, características e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital. Empresa contratada: 59.060.979 GEAN CARLOS FAGUNDES COSTA (CNPJ nº 59.060.979/0001-36), Valor homologado: R$ 126.880,00 (Cento e vinte e seis mil e oitocentos e oitenta reais). Vigência contratual: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 25/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:6C9850D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026. PROCESSO N° 052/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026. PROCESSO N° 052/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Aquisição de material médico – hospitalar diversos de "A" a "Z", constantes e com base no maior percentual de desconto sobre os preços praticados no Banco de Preços em Saúde (BPS), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Iraí de Minas/MG, conforme quantidades, características e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital. Empresa contratada: DROGARIA SOARES CUNHA LTDA (CNPJ nº 04.492.972/0001-00), Valor homologado: 1,2% (um vírgula dois por cento) referente ao percentual de desconto. Critério de julgamento: Maior percentual de desconto. Vigência contratual: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 25/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:F91D2900

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026. PROCESSO N° 060/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026. PROCESSO N° 060/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Aquisição de vidros, forro de gesso e forro de PVC, divisória Drywall, granito, madeira, concreto usinado e pré – moldados, destinados a atender as necessidades das secretarias municipais de Iraí de Minas/MG, conforme quantidades, características e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste edital. Empresas contratadas: ALEXSANDRO PEREIRA - ME (CNPJ nº 03.766.859/0001-02), Valor homologado: R$ 129.835,00 (Cento e nove mil e oitocentos e trinta e cinco reais); 55.854.808 CARLOS ALVES DA SILVA (CNPJ nº 55.854.808/0001-28), Valor homologado: R$ 63.445,00 (Sessenta e três mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais); COMERCIAL CASA NOVA LTDA – ME (CNPJ nº 13.438.306/0001-76), Valor homologado: R$ 5.422.230,00 (Cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e duzentos e trinta reais); PREVILAJE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME (25.266.198/0001-80), Valor homologado: R$ 64.175,00 (Sessenta e quatro mil e cento e setenta e cinco reais). Vigência contratual: 12 (doze) meses. Itens desertos: 21.416; 21.417; 21.418; 21.419; 21.420; 21.421 e 21.422.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 25/05/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:09831E7F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Considerando que foram necessárias alterações e correções no Edital Convocatório, torna-se necessário a presente republicação do edital, e consequentemente alterar da data de início da sessão pública de recebimento, abertura e julgamento das propostas:

Processo Licitatório nº 035/2026 - **Pregão Eletrônico** nº 011/2026
Objeto: Registro de preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Expediente, escritório e afins para atendimento as demandas das Secretarias deste Município.
Início de Recebimento de Propostas: 28 de maio de 2026 a partir das 08h00min.
Limite para Recebimento de Propostas: 15 de junho de 2026 até as 08h00min.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 15 de junho de 2026 às 09h00min.
Local de Realização do Pregão: Portal Licitar Digital https://licitardigital.com.br/ sendo conduzida pela pregoeira desta prefeitura municipal.
Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Prazo de Validade das Propostas: Mínimo 60 dias.
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.
Informações complementares: O edital e demais informações poderão ser encontradas no site: www.gov.br/pncp, www.jequitinhonha.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e ainda no Setor de Compras e Licitações através do e-mail licitacao@jequitinhonha.mg.gov.br.

Jequitinhonha/MG, 26 de maio de 2026.

JULIMARA RAMOS BRITO
Secretária Municipal de Administração/Finanças

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:5075066E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE ARP

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ: 18.083.659/0001-14
AMORIM SUPERMERCADOS LTDA ME – CNPJ: 28.501.317/0001-20
Processo Licitatório n° 030/2026 – Pregão Eletrônico: nº 006/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios (Hortifrutigranjeiros, Lácteos, Carnes e Alimentos Não-Perecíveis), visando atender as necessidades da merenda escolar da rede municipal de ensino de Jequitinhonha/MG.
Data da Homologação: 21/05/2026
Vigência da ARP: nº 045/2026: 26/05/2026 a 26/05/2027.
Valor da ARP: R$ 119.248,00 (cento e dezenove mil duzentos e quarenta e oito reais).

JULIMARA RAMOS BRITO
Secretaria Municipal de Administração/Finanças

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:0B925722

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE ARP

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ: 18.083.659/0001-14
VP DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 17.019.423/0001-56
Processo Licitatório n° 030/2026 – Pregão Eletrônico: nº 006/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios (Hortifrutigranjeiros, Lácteos, Carnes e Alimentos Não-Perecíveis), visando atender as necessidades da merenda escolar da rede municipal de ensino de Jequitinhonha/MG.

Data da Homologação: 21/05/2026
Vigência da ARP: nº 048/2026: 26/05/2026 a 26/05/2027.
Valor da ARP: R$ 229.492,00 (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e noventa e dois reais).

JULIMARA RAMOS BRITO
Secretaria Municipal de Administração/Finanças

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:9272C794

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE DISPENSA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA.
CONTRATADO: SPARAPAN SOLUÇÃO NAVAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.626.400/0001-70.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia naval destinados à elaboração de projeto de embarcação tipo empurrador/rebocador, incluindo desenhos técnicos, memoriais descritivos, especificações e demais documentos necessários, em conformidade com as normas da Autoridade Marítima Brasileira.
Compra Direta nº: 385/2026
Data da Ratificação: 25/05/2026
Valor Global: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)
Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO	FONTE
26.784.2012.4145 - MANUTENÇÃO DO PORTO MUNICIPAL 3.3.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500.000.0000 FICHA 719

Certifico, para os devidos fins de direito, especialmente aos que se destinam a Lei Federal 14.133/2021, que foi publicado como no Diário Oficial, bem como no átrio da sede do Município de Jequitinhonha/MG, em seu quadro público de avisos, o extrato de Publicação conforme discriminado.

Jequitinhonha/MG, 25 de maio de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:24526323

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
RATIFICAÇÃO DE INEX.CREDENCIAMENTO 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA/MG
Ratifico a Inexigibilidade por Credenciamento nº 005/2026 – Processo Administrativo nº 037/2026, tendo como objeto: Contratação de profissionais, pessoa fisica e/ou jurídica, para ministrar aulas de Corte e Costura, Karatê, Violão, Dança, Capoeira e Artesanato, nas oficinas Socioeducativas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Convivência do Idoso (CCI), em favor de: ELEUSA OLIVEIRA DA COSTA MOREIRA CPF 099.343.546-75, contrato 72/2026, valor R$29.250,00; MAX BRIAN DE SOUZA CPF 114.428.956-40, contrato 73/2026 valor R$58.500,00; MARIZETE NATALINA BUZINATO BRAGA, CPF 491.349.576-34, contrato 74/2026, valor R$29.250,00; ELZA PIRES DE MOURA BORGES, CPF 090.331.236-06, contrato 75/2026, valor R$29.250,00; vigência de 26/05/2026 a 11/05/2027. Mantendo-se o edital de credenciamento aberto para eventuais novos interessados.
Lagoa Formosa, 26 de maio de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:7A4AC41B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PORTARIA Nº 041/2026

PORTARIA Nº 041, DE 26 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO CONTROLADOR GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso VI, c/c art. 92, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista a publicação da Lei Municipal nº 926/2025, em conformidade com a Lei Complementar nº 031/2025;
RESOLVE:
Art. 1º - Fica exonerado o Sr. **MARIO LECIO MORATO JUNIOR**, matrícula funcional 1230-2, do cargo público em comissão de **CONTROLADOR GERAL** do Município de Leandro Ferreira/MG.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leandro Ferreira, 26 de maio de 2026.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:73DFADDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PORTARIA Nº 042/2026

PORTARIA Nº 42, DE 26 DE MAIO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO CONTROLADOR GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso VI, c/c art. 92, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista a publicação da Lei Municipal nº 926/2025, em conformidade com a Lei Complementar nº 031/2025; **RESOLVE**:
Art. 1º - Fica nomeado a Sra. **CICERA CONCEIÇÃO ALVES TEIXEIRA**, matrícula funcional 223-8, para o cargo público em comissão de **CONTROLADOR GERAL** do Município de Leandro Ferreira/MG.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leandro Ferreira, 26 de maio de 2026.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:17F61C4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA

PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA

Considerando todo o processado, ADJUDICO a licitação pública Processo Administrativo de Licitação Pública nº. 058/2026, Pregão Eletrônico nº. 028/2026, Registro de Preço nº. 025/2026, conforme (inciso IV do art. 71 da Lei nº. 14.133/2021), para as empresas: - PADARIA E CONFEITARIA CENTRAL DO PAO LTDA- pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 37.697.847/0001-87, com o valor de R$ 633.449,00 (Seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e nove). Objeto da Licitação: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de produtos de padaria para atender todas as Secretarias Municipais de Luisburgo/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP: Anexo I e no Termo de Referência – TR – Anexo II. Luisburgo – MG, 26 de Maio de 2026.

POLIANA DE SOUZA MARTINS PORTILHO -
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:4A86D714

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA

Considerando todo o processado, HOMOLOGO a licitação pública Processo Administrativo de Licitação Pública nº. 058/2026, Pregão Eletrônico nº. 028/2026, Registro de Preço nº. 025/2026, conforme (inciso IV do art. 71 da Lei nº. 14.133/2021), para as empresas: - PADARIA E CONFEITARIA CENTRAL DO PAO LTDA- pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 37.697.847/0001-87, com o valor de R$ 633.449,00 (Seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e nove). Objeto da Licitação: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de produtos de padaria para atender todas as Secretarias Municipais de Luisburgo/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP: Anexo I e no Termo de Referência – TR – Anexo II. Luisburgo – MG, 26 de Maio de 2026.

POLIANA DE SOUZA MARTINS PORTILHO -
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:C60CC085

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2026 – LICITAÇÃO COMPARTILHADA ATRAVÉS DA ADESÃO A ARP Nº005/2024 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitario da Microrregião do Alto Sapucaí – CIMASP.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ**, através do seu Departamento de Licitações, pela presente torna público acima identificada, cujo processo e a Adesão a ARP do Consórcio Intermunicipal Multifinalitario Da Microrregião Do Alto Sapucaí – CIMASP, que será realizado em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviços de pavimentação asfáltica de vias urbanas no Município de Maria da Fé, conforme especificado no oficio 01/2026, através de Licitação Compartilhada - Adesão a ARP nº005/2024 do Processo nº013/2024, Concorrência Eletrônica nº003/2024, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitario da Microrregião do alto Sapucaí - CIMASP, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DATA DE ADESÃO E VALOR
Data: 26/05/2026
Valor total: R$ 2.622.097,21 (dois milhões, seiscentos e vinte dois mil, noventa e sete reais e vinte e um centavos).
O Edital na integra encontra-se no site oficial da Prefeitura – www.mariadafe.mg.gov.br

ADVº CARLOS ALBERTO LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:9F19E825

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
PORTARIA Nº 069, DE 22 DE MAIO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO AO SERVIDOR RODOLFO CÂNDIDO DA SILVA CONFORME ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, Sr. ADILSON DOS SANTOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 61, inc. VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 127, da Lei Municipal nº 819/92 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maria da Fé combinado com as disposições do Decreto nº 2.446/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias-prêmio ao servidor RODOLFO CÂNDIDO DA SILVA, lotado no cargo de provimento efetivo de Motorista, Mat. E-0415, admitido em 01/08/2006, pelo período de 20/05/2026 a 18/07/2026.

Art. 2º - Fica autorizada a conversão da férias-prêmio em espécie, referente a 02 (dois) meses a que o servidor tem direito, sendo o pagamento processado por meio de empenho.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria n.º 66, de 20 de maio de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:326CE703

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
PORTARIA Nº 68, DE 22 DE MAIO DE 2026.

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIDOR AO SERVIDOR ALDO LUCCAS BATISTA GONÇALVES CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, Sr. ADILSON DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61, VII da Lei Orgânica Municipal em conjunto com o art. 196, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maria da Fé e Lei Municipal nº 1.691, de 30 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Adicional por Tempo de Serviço referente ao 3º Quinquênio a que tem direito o servidor ALDO LUCCAS BATISTA GONÇALVES, Mat. E-1794, admitido no Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo IV, conforme Anexo II, da Lei nº 1.694/2022, no exercício do Cargo em Comissão de Diretor Administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta portaria correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:DCE3193C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2022, REFERENTE À INEXIGIBILIDADE Nº 15/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 330/2022.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

CONTRATADA: Viação Itaúna Ltda., CNPJ nº 21.256.623/0001-08.

Objeto do termo aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 54/2022, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 01 de junho de 2026 com término em 31 de maio de 2027, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, formalizada por meio da Comunicação Interna nº 107/2026 e respectivos anexos, estando toda a documentação devidamente juntada aos autos do processo administrativo.

Fundamentação Legal: A prorrogação do prazo de vigência do contrato encontra amparo no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no instrumento contratual original, devidamente justificado nos autos.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail licitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 26 de maio de 2026.
Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Jaquelline Dolores Ferreira Silva
Código Identificador:648ED7C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

Torna público, que fará realizar no dia 10 de junho de 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **concorrência eletrônica**, objetivando a **contratação de empresa especializada para a execução de manutenção e reparos dos postos de saúde do município de Miraí: posto de saúde Belo Monte, posto de saúde Maria da Conceição (Careço), ponto de apoio no bairro Tucano, farmácia Popular de Minas, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Convivência e Sede da Vigilância Sanitária, no município de Miraí-MG.** Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com. Miraí, 26 de maio de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES–
Prefeito de Miraí;

MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA –
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:15A5D15D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
Pregão Eletrônico Nº 010/2026
Remarcação de Data – Pregão Eletrônico Nº 010/2026
O Município de Miraí/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que fica REMARCADA para o dia 09 de junho de 2026, às 09:00 horas, a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 010/2026, objetivando a aquisição de itens de madeira para a continuidade das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras, no município de Miraí/MG.
Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com. Miraí, 26 de maio de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES–
Prefeito de Miraí;

MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA –
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:0C56AC7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0061/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e CAMPAR LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0061/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 5.986,00;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:5574C079

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0062/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0062/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 5.130,00;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:CF827BFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0063/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e COMERCIAL VENER LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0063/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 2.145,00;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:7E6AB9FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0064/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e DINIZ E DINIZ COMERCIO DIGITAL LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0064/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 8.232,66;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:9DAFA86D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0065/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e F35 SOLUCOES CONSULTORIAS E REPRESENTACOES LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0065/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 29.160,00;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:97DF59E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0066/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e IMPACTO ADMINISTRACAO E EFICIENCIA LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0066/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 1.554,27;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:0B6BBE1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0067/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e LIGA DISTRIBUIDORA LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0067/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 44.083,60;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:4888C990

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0068/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0068/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 6.421,19;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:04604AC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0069/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e PALLET RIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0069/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 18.720,00;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:296DFC93

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0070/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e ROSILAN COMERCIO E LICITACOES LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0070/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 14.089,40;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:E297ACB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0071/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e SCMINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0071/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 1.100,00;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:2C12D5C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0072/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e TRANSMIG TRANSPORTE E COMERCIO LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0072/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 14.186,90;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:3CC29913

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0073/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e VIDA FARMA LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0073/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 6.480,00;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:393DEF95

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0074/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e WELTEN COMERCIAL LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0074/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 2.491,96;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:6A21006E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0075/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0075/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 54.657,41;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027.

Moeda/MG, Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:B3AAA3F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0075/2026

Extrato de Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA.

Ata de Registro de Preços nº 0075/2026;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, ITENS DESCARTÁVEIS E DEMAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG.;

LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0014 / 2026;

Valor Global: R$ 54.657,41;

Vigência: 19/05/2026 Até:19/05/2027. Moeda/MG,

Terça-feira , 19 de Maio de 2026

DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Natasha Silva Pimenta
Código Identificador:485C016C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE ADITIVOS A ATA 066/2025

Extrato do primeiro termo aditivo a Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e ARGUS CIENTIFICA LTDA. Ata de Registro de Preços nº 066/2025; Objeto: Aquisição de reagentes laboratoriais para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Moeda/MG; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 022/2025. Justificativa: Prorrogação. Moeda/MG, 21 de maio de 2026.

Extrato do segundo termo aditivo a Ata firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e ARGUS CIENTIFICA LTDA. Ata de Registro de Preços nº 066/2025; Objeto: Aquisição de reagentes laboratoriais para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Moeda/MG; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 022/2025. Justificativa: Reajuste. Moeda/MG, 21 de maio de 2026.

Publicado por:
Natalia Morais do Carmo
Código Identificador:8DE6583B

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 04.2026 - AGRICULTURA FAMILIAR

O município de Moeda/MG, com fulcro na Lei Nacional 14.133/2021, torna público que fará realizar licitação na Modalidade Dispensa nº 005/2026 – CHAMADA PUBLICA 04.2026 - Processo nº 039/2026. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A sessão presencial se realizará no dia 17/06/2026 às 09hs, na sede da Prefeitura de Moeda, no setor de licitações - Avenida Waldevino Silva, nº 356 – Bairro Centro – Moeda/MG. Maiores informações através do e-mail: licitacao@moeda.mg.gov.br – www.moeda.mg.gov.br.

Publicado por:
Juliana Conceição Silva Borges
Código Identificador:533A8FB9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 052/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 52/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2026
A(O) Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, CNPJ: 01.616.836/0001-88, representado pelo(a) Autoridade
Competente, Sr(a). Carlos José de Oliveira, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da
modalidade pregão eletrônico, Nº 26/2026, Processo Administrativo nº 52/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021,
Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De
Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 101550
Objeto: A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos de higiene e
limpeza, utensílios de copa e cozinha, e material descartável para atender as necessidades da Secretarias do Município de
Oratorios/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
Data de Publicação: 25/05/2026 10:43:25
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 09/06/2026 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 1.575.556,67
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/101550

_____
Carlos José de Oliveira - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, 25 de Maio de 2026.

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:A47D6F5B

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 038/2026

Extrato de Contrato - Processo Licitatório nº **038/2026**, Leilão Eletrônico nº **001/2026**
Objeto: LEILÃO PARA CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, EXPLORAÇÃO E PERMISSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO NO EVENTO DENOMINADO AGROFEST 2026.

Contrato Nº: 085-2026. Empresa contratada: 61.105.264 CLEBER MACHADO PIRES, inscrita no CNPJ/MF N. 61 105 264/0001-02, com sede na Avenida Marechal Floriano, nº 15 – Bairro Patrimonio, na cidade de Teixeiras/MG, CEP: 36580000, neste ato representada pelo seu Representante Legal, o (a) Sr.(a) Cleber Machado Pires, portador do CPF N° 05045895630 - Pracista, com o valor Global de R$ 160.452,00 (cento e sessenta mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais);
Contrato Nº: 086-2026. Empresa contratada: EFATA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF N. 14 017 770/0001-51, com sede na Avenida Sao Pedro, nº 333 – Bairro Pedro Leme, na cidade de Roseira/SP, CEP: 12580502, neste ato representada pelo seu Representante Legal, o (a) Sr.(a) JEFFERSON VIEIRA RIBEIRO, portador do CPF N° 17129252880 - REPRESENTANTE LEGAL, com o valor Global de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais);
Contrato Nº: 084-2026. Empresa contratada: PREMIUM ORGANIZACOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF N. 27 959 757/0001-63, com sede na Rua Toledo, nº 90 – Bairro Praia do Morro, na cidade de Guarapari/ES, CEP: 29216490, neste ato representada pelo seu Representante Legal, o (a) Sr.(a) Rhoffman De Souza Gomes, portador do CPF N° 06030466658 - CEO, com o valor Global de R$ 96.252,00 (noventa e seis mil e duzentos e cinquenta e dois reais);
Contrato Nº: 088-2026. Empresa contratada: RADAR 424 AGENCIA DE COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJ/MF N. 45 461 091/0001-09, com sede na Rua Anhanga, nº 231 – Bairro Centro, na cidade de Oratórios/MG, CEP: 35439-000, neste ato representada pelo seu Representante Legal, o (a) Sr.(a) Isaac Adriano Santana Viana, portador do CPF N° 02871965692 - Sócio Proprietário, com o valor Global de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);
Contrato Nº: 089-2026. Empresa contratada: ROQUISLENE PAIVA SOARES, inscrita no CNPJ/MF N. 51 554 348/0001-61, com sede na Rua Nove de Julho, nº 93 – Bairro Vila Imape, na cidade de Campo Limpo Paulista/SP, CEP: 13231130, neste ato representada pelo seu Representante Legal, o (a) Sr.(a) ROQUISLENE PAIVA SOARES, portador do CPF N° 29320229899 - PROPRIETÁRIA, com o valor Global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Data do Contrato: **27 de maio de 2026.**
Vigência: **09 de agosto de 2026.**

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:76F3276D

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 038/2026

Termo de Homologação/Adjudicação- O Prefeito Municipal de Oratórios, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei n° 14.133/2021, homologa/Adjudica o resultado/julgamento do**Procedimento Licitatórionº 038/2026, Leilão Eletrônico nº 001/2026,**conforme julgamento realizado pela Comissão Permanente de Licitação em favor das empresas **61.105.264 CLEBER MACHADO PIRES, inscrita no CNPJ/MF N. 61 105 264/0001-02,** com sede na Avenida Marechal Floriano, nº 15 – Bairro Patrimonio, na cidade de Teixeiras/MG, CEP: 36580000, com o valor Global de R$ 160.452,00 (cento e sessenta mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais); **EFATA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF N. 14 017 770/0001-51,** com sede na Avenida Sao Pedro, nº 333 – Bairro Pedro Leme, na cidade de Roseira/SP, CEP: 12580502, com o valor Global de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais); **PREMIUM ORGANIZACOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF N. 27 959 757/0001-63,** com sede na Rua Toledo, nº 90 – Bairro Praia do Morro, na cidade de Guarapari/ES, CEP: 29216490, com o valor Global de R$ 96.252,00 (noventa e seis mil e duzentos e cinquenta e dois reais); **RADAR 424 AGENCIA DE COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJ/MF N. 45 461 091/0001-09**, com sede na Rua Anhanga, nº 231 – Bairro Centro, na cidade de Oratórios/MG, CEP: 35439-000, com o valor Global de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais); **ROQUISLENE PAIVA SOARES, inscrita no CNPJ/MF N. 51 554 348/0001-61,** com sede na Rua Nove de Julho, nº 93 – Bairro Vila Imape, na cidade de Campo Limpo Paulista/SP, CEP: 13231130, com o valor Global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Objeto: LEILÃO PARA CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, EXPLORAÇÃO E PERMISSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO NO EVENTO DENOMINADO AGROFEST 2026.

Data de homologação/Adjudicação: 26/05/2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:4116BF08

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 169/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Educação, torna público o extrato do contrato n.º 169/2026, oriundo do Processo Licitatório n.º 111/2026 – Dispensa n.º 030/2026, cujo objeto é a contratação da empresa PortalPsic Comércio e Serviço Ltda., para fornecimento dos testes psicológicos relacionados no Termo de Referência, visando à reposição, atualização e qualificação dos materiais técnicos utilizados pelo setor de Psicologia, a fim de garantir a continuidade e a excelência dos serviços prestados à comunidade escolar e aos usuários atendidos, para o CAP – Centro de Apoio Pedagógico. Contratada: PORTALPSIC COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA.; CNPJ n.º 27.509.145/0001-79, R$2.071,56 (dois mil, setenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Data de assinatura: 26/05/2026, vigência de 26/05/2026 até 26/05/2027.

MARLENE CARVALHO–
Diretora de Educação.

Publicado por:
Aline Barbosa e Castro
Código Identificador:39CE74D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N. º 170/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Administração, torna público o extrato do contrato n. º 170/2026, carta contrato n.º 013/2026, oriundo do Processo Licitatório n. º 112/2026 – Dispensa n. º 031/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de materiais de infraestrutura de rede de dados e monitoramento, destinados à nova sede da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, quantitativos e critérios estabelecidos no Termo de Referência. Contratada: SISTEMA INFORMÁTICA COMÉRCIO, IMP. E EXP. LTDA; CNPJ: 22.204.648/0003-84; Valor: R$ 13.524,50 (treze mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). Data de assinatura: 26/05/2026, vigência de 26/05/2026 até 26/08/2026.

HANDERSON ALEX RIBEIRO –
Diretor de Administração.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:8C0C5525

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
LEI Nº 2.989, DE 22 DE MAIO DE 2026.

"Dispõe sobre normas sanitárias e de funcionamento para abatedouros de suínos e galináceos no âmbito do Município de Paraisópolis e dá outras providências".

O Povo do Município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas de caráter sanitário, ambiental e de funcionamento para os estabelecimentos de abate de suínos e galináceos no território do Município de Paraisópolis, visando à proteção da saúde pública, à promoção do bem-estar animal e à preservação do meio ambiente.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei considera-se:
I- Abatedouro: estabelecimento destinado ao abate de suínos e galináceos, bem como à manipulação, processamento, acondicionamento, armazenamento e expedição de produtos de origem animal;
II- Serviço de Inspeção Municipal – SIM: serviço de fiscalização sanitária de produtos de origem animal no âmbito do Município;
III- Bem-estar animal: conjunto de condições que asseguram a saúde física e mental dos animais durante o transporte, manejo e abate.
IV- Pequeno produtor rural de baixa escala: pessoa física ou unidade familiar de produção rural que realize criação e abate de suínos ou galináceos em quantidade reduzida, sem características de abatedouro industrial ou empresarial, voltados à venda direta ao consumidor final no âmbito local, nos termos da regulamentação do Poder Executivo, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e simplificação administrativa.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO

Art. 3º. O funcionamento de abatedouros de suínos e galináceos no Município dependerá de:
I- registro no Serviço de Inspeção Municipal – SIM;
II- alvará de localização e funcionamento expedido pelo Município;
III- alvará sanitário municipal;
IV- licenciamento ambiental expedido pelo órgão competente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será aplicado ao pequeno produtor rural de baixa escala na forma simplificada e proporcional estabelecida em regulamento, observadas a natureza da atividade, a reduzida escala de produção e a venda direta local ao consumidor final.

Art. 4º. O registro no Serviço de Inspeção Municipal será concedido mediante:
I- apresentação de projeto técnico das instalações;
II- vistoria das autoridades competentes;
III- comprovação do atendimento às normas sanitárias aplicáveis.
Art. 5º. O registro no Serviço de Inspeção Municipal terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado mediante comprovação da manutenção das condições que ensejaram sua concessão.

CAPÍTULO III
DAS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS

Art. 6º. Os abatedouros deverão possuir instalações adequadas, construídas com materiais resistentes, impermeáveis e de fácil higienização, contendo no mínimo:
I- áreas separadas para recepção, inspeção, abate, evisceração, resfriamento e expedição;
II- setor para subprodutos não comestíveis;
III- sistema de abastecimento de água potável;
IV- sistema de tratamento de efluentes conforme normas ambientais;
V- ventilação e iluminação adequadas;
VI- vestiários e sanitários em condições adequadas de higiene;
VII- barreiras sanitárias e dispositivos de higienização.
Parágrafo único. As exigências de instalações mínimas previstas neste artigo serão interpretadas em conformidade com o porte do empreendimento, sendo obrigatória regulamentação específica e simplificada para o pequeno produtor rural de baixa escala, vedada a exigência de estrutura equivalente à de abatedouro empresarial ou industrial quando incompatível com a reduzida dimensão da atividade.

Art. 7º. É obrigatória a manutenção de rigorosas condições de higiene nas instalações, equipamentos, utensílios e no pessoal envolvido no processo produtivo.

Art. 7º-A. As exigências estruturais, documentais, sanitárias e de licenciamento previstas nesta Lei aplicam-se integralmente aos abatedouros comerciais e industriais, não podendo ser impostas ao pequeno produtor rural de baixa escala de forma idêntica àquela exigida dos estabelecimentos empresariais de maior porte.
§ 1º. O pequeno produtor rural de baixa escala e a produção artesanal destinada à venda direta ao consumidor final deverão observar regras sanitárias compatíveis com sua realidade produtiva, vedada a imposição de exigências desproporcionais que inviabilizem a atividade econômica de subsistência, de agricultura familiar ou de comercialização local de pequena monta.
§ 2º. O Poder Executivo, ao regulamentar esta Lei, deverá instituir procedimento simplificado, proporcional e diferenciado para o pequeno produtor rural de baixa escala, podendo prever:
I- cadastro simplificado;
II- exigências sanitárias essenciais;
III- orientação técnica educativa;
IV- prazos razoáveis para adequação;
V- critérios objetivos de enquadramento conforme volume de produção, forma de comercialização e risco sanitário
§ 3º. A venda direta e local, em pequena escala, a particulares, vizinhos ou consumidores finais, quando realizada pelo pequeno produtor rural enquadrado na forma desta Lei e de sua regulamentação, não se equipara automaticamente a abatedouro comercial ou industrial.
§ 4º. A fiscalização municipal deverá observar os critérios de dupla visita, orientação prévia e gradação das medidas administrativas, especialmente em relação ao pequeno produtor rural de baixa escala, ressalvadas as hipóteses de risco sanitário grave ou iminente à saúde pública.
§ 5º. É vedada a interpretação desta Lei de modo a impor ao pequeno produtor rural informal ou de baixa escala os mesmos investimentos estruturais, ambientais e operacionais exigidos de grandes granjas, abatedouros empresariais ou estabelecimentos industriais, sem previsão expressa de tratamento diferenciado na regulamentação.

CAPÍTULO IV
DO BEM-ESTAR ANIMAL

Art. 8º. Os estabelecimentos deverão adotar Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO) aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 9º. O transporte, manejo e abate dos animais deverão observar as normas de bem- estar animal vigentes.
§ 1º. É vedado o abate sem prévia insensibilização do animal.
§ 2º. As instalações destinadas à espera e condução dos animais deverão minimizar estresse e sofrimento.

CAPÍTULO V
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 10. Os animais abatidos serão submetidos à inspeção sanitária *ante-mortem* e *post-mortem* por profissional habilitado.

Art. 11. Os estabelecimentos deverão manter registros relativos:
I- à procedência dos animais;
II- ao volume de abate;
III- aos resultados das inspeções;
IV- à destinação de subprodutos.

CAPÍTULO VI
DAS PENALIDADES

Art. 12. O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:
I- advertência;
II- multa;
III- apreensão de produtos;
IV- interdição do estabelecimento;
V- cassação do registro.
§ 1º. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
§ 2º. As multas observarão critérios de proporcionalidade, considerando a gravidade da infração, reincidência e porte do estabelecimento.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As disposições desta Lei deverão observar a legislação federal e estadual relativa à inspeção de produtos de origem animal.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,
aos 26 de maio de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:6E971EC8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 215, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Nomeia servidor para cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***

Art. 1º Nomear, **JOSÉ CARLOS LOPES DA SILVA,** para o cargo em comissão de Gestor Distrital, Símbolo CC-6, constante do Anexo V da Lei Complementar nº 5, de 1º de junho de 1995, com a nova redação dada pelo Anexo II da Lei Complementar nº 132, de 9 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, em 26 de maio de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:DCAC5E90

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE PATROCÍNIO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO Nº: 44/2025 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – PERP 44 EDITAL Nº: 44/2025

Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo nº: 44/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico – PERP 44
Edital nº: 44/2025
Tipo: Menor Preço Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE PINTURA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES DO DAEPA.

CONTRATANTE: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE PATROCÍNIO**, neste ato representado pelo Superintendente do DAEPA, **Márcio Manoel de Oliveira**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob o nº 675.895.106-53.
CONTRATADO: **MUNDIAL TINTAS PATROCÍNIO,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.144.715/0001-60, neste ato assinado por seu representante legal.
CONTRATADO: **PATROTINTAS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.948.107/0001-55, neste ato assinado por seu representante legal.
As partes acima qualificadas, com fundamento no **Art. 84 da Lei nº 14.133/2021,** resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** da Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório 44/2025, referente ao registro de preços para: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE PINTURA EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES DO DAEPA**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
2.1 – O prazo de vigência da referia Ata, cujo vencimento 15 de Maio de 2026, fica prorrogado por mais **12 (doze) meses,** passando a viger até 15 de Maio de 2027, em conformidade com o limite estabelecido no **Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
3.1 – A prorrogação ora pactuada justifica-se pelo interesse da Administração na manutenção dos preços registrados, os quais se mostraram **comprovadamente vantajosos** conforme pesquisa de mercado anexa aos autos, realizada nos termos do **Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

CLÁUSULA QUARTA – DA EFICÁCIA E PUBLICIDADE
4.1 – A eficácia deste Termo Aditivo está condicionada à sua divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP),** a ser providenciada pela Administração no prazo legal de 20 (vinte) dias úteis após sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
5.1 – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original que não conflitem com o presente instrumento

Patrocínio-MG, 26 de Maio de 2026.

Departamento De Água E Esgoto De Patrocínio	***MUNDIAL TINTAS PATROCINIO LTDA***
CNPJ: 20.266.755/0001-40	CNPJ: 13.144.715/0001-60
MARCIO MANOEL DE OLIVEIRA	Contratada
Superintendente Do DAEPA	
Contratante	

PATROTINTAS LTDA
CNPJ: 49.948.107/0001-55
Contratada

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:F67F07DE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE PATROCÍNIO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E DE PREÇOS REGISTRADOS PROCESSO Nº: 19/2026 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – PERP 18 EDITAL Nº: 18/2026

Departamento de Água e Esgotos de Patrocínio
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E DE PREÇOS REGISTRADOS

Processo nº: 19/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico – PERP 18
Edital nº: 18/2026
Tipo: Menor Preço Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE CONDICIONADORES DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO, ETA E OUTRAS UNIDADES DO DAEPA.
O Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Patrocínio ADJUDICA o objeto do processo licitatório 19/2026 a favor das seguintes empresas:

CREATIVE LICITACOES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 54.362.519/0001-49 no valor total de R$ 121.594,00 (Cento vinte um mil quinhentos noventa quatro reais)**.**

JHP AR CONDICIONADO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 61.941.298/0001-29 no valor total de R$ 9.800,00 (Nove mil oitocentos reais)**.**

Considerando assim registrados os preços do presente processo licitatório, nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Contratações desta autarquia municipal, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

OBS: Os preços unitários e global, encontra-se registrados no mapa de apuração anexo ao processo.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio, 26 de Maio de 2026.

MÁRCIO MANOEL DE OLIVEIRA
Superintendente do DAEPA

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C4E5049C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 095/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 62/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 095/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 62/2026
Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E CORTINAS DE AR CONDICIONADO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DEMANDADOS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 16 de junho de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: planejamento.licitacao@patrocinio.mg.gov.br no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio – MG, 26 de maio de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:477AB53D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO Nº: 77/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL Nº: 12/2025 CONTRATADO: DEMEDIC SERVICOS MEDICOS LTDA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Processo nº: 77/2025
Modalidade: Inexigibilidade por Credenciamento
Edital nº: 12/2025

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E ODONTOLÓGICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL E ATENDIMENTO MÉDICO ELETIVO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO,** inscrito no CNPJ sob o nº **18.468.033/0001-26**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADO: **DEMEDIC SERVICOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º **54.369.792/0001-03**.
Cláusula Primeira - Dos Fundamentos
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nos termos do art.107 da Lei nº 14.133/2021.
Cláusula Segunda - Do prazo
2.1. Fica prorrogado o contrato firmado, tendo início em **16 de junho de 2026 e término em 16 de junho de 2027.**
Cláusula Terceira – Da Ratificação
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Cláusula Quarta – Da Publicação
4.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste termo aditivo nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que possa surtir seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio, 14 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:72F25286

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO Nº: 77/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL Nº: 12/2025 CONTRATADO: DRA LORENA PAULA ODONTOLOGIA LTDA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Processo nº: 77/2025
Modalidade: Inexigibilidade por Credenciamento
Edital nº: 12/2025

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E ODONTOLÓGICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL E ATENDIMENTO MÉDICO ELETIVO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO,** inscrito no CNPJ sob o nº **18.468.033/0001-26**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADO: **DRA LORENA PAULA ODONTOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º **52.133.450/0001-56**,.
Cláusula Primeira - Dos Fundamentos
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nos termos do art.107 da Lei nº 14.133/2021.
Cláusula Segunda - Do prazo
2.1. Fica prorrogado o contrato firmado, tendo início em **16 de junho de 2026 e término em 16 de junho de 2027.**
Cláusula Terceira – Da Ratificação
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Cláusula Quarta – Da Publicação
4.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste termo aditivo nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que possa surtir seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio, 14 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:EA33CA5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO Nº: 77/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL Nº: 12/2025 CONTRATADO: GG CUIDADOS MEDICOS LTDA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Processo nº: 77/2025
Modalidade: Inexigibilidade por Credenciamento
Edital nº: 12/2025

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E ODONTOLÓGICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL E ATENDIMENTO MÉDICO ELETIVO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO,** inscrita no CNPJ sob o nº **18.468.033/0001-26**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADO: **GG CUIDADOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n. º **58.308.004/0001-11.**

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nos termos do art.107 da Lei nº 14.133/2021.
Cláusula Segunda - Do prazo
2.1. Fica prorrogado o contrato firmado, tendo início em **16 de junho de 2026 e término em 16 de junho de 2027.**
Cláusula Terceira – Da Ratificação
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Cláusula Quarta – Da Publicação
4.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste termo aditivo nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que possa surtir seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio, 14 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:EEB72D7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO Nº: 86/2025 MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 47/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Processo nº: 86/2025
Modalidade: Pregão
Edital nº: 47/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO ADEQUADO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS GRUPOS ‘’A’’, ‘’B’’ E ‘’E’’ RESULTANTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADO: **PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **06.030.279/0001-32**, sediada na Rodovia Fernão Dias Km 702 N° : 702,na cidade de Lavras/MG.

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos
1.1 - O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.
Cláusula Segunda - Do prazo
2.1 - Fica prorrogado o contrato firmado, tendo início em **03 de junho de 2026 e término em 03 de junho de 2027.**
Cláusula Terceira – Da Ratificação
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Cláusula Quarta – Da Publicação
4.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste termo aditivo nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que possa surtir seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio, 15 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:AD488E23

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 14.479/2026

Portaria Nº 14.479/2026

REVOGA A PORTARIA Nº 14.470/2026.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.
RESOLVE
Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 14.470/2026, de 21 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 25/05/2026, Edição 4280.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Patrocínio-MG, 25 de maio de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:CBEA4C1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 14.480/2026

Portaria Nº 14.480/2026

EXONERA SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
Considerando, o disposto no art. 67 da Lei Complementar nº 60/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município e;
Considerando, finalmente, o que consta do Processo nº 4.708/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **MARIA LUIZA E SILVA**, do cargo de provimento efetivo de **Arquiteto**, Nível XIV, Padrão 03, a partir de 01/06/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Patrocínio-MG, 25 de maio de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:50C39FE9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÓNICO 90014/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA – Processo Nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 14/2026 – Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas, materias de consumo e suplementos alimentares para atender as necessidades da Secretaria Muncipal de Saúde de Pedra do Anta/MG. Valor total: R$ 284.640,20– Licitantes vencedoras: LEONE & COLDIBELLI COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA — R$ 94.246,20, NUTRIR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA TERAPIA NUTRICIONAL LTDA – R$ 41.355,60, N M LICITACOES LTDA – R$ 46.428,00, COMPANY HOSPITALAR LTDA – R$93.830,40, CIRURGICA PARANAVAI LTDA – R$ 8.780,00 . Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Pedra do Anta, 26 de maio de 2026.

EDUARDO JOSÉ VIANA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João César Viana Lopes
Código Identificador:B5FD3841

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
LEI MUNICIPAL Nº 1.001 DE 20 DE MAIO DE 2026

"Altera o valor do auxílio previsto na Lei Municipal nº 744/2014, no âmbito do Programa Mais Médicos para o Brasil, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 3º da Lei Municipal nº 744, de 25 de março de 2014, que trata do médico participante do Programa Mais Médicos para o Brasil, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º O valor autorizado nos termos desta Lei, no âmbito do Programa Mais Médicos para o Brasil, será de até R$3.000,00 (três mil reais) mensais, destinados a custear despesas com auxílio moradia e auxílio alimentação ao médico participante do referido programa."

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas ao custeio do médico vinculado ao Programa Mais Médicos para o Brasil, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Dourada/MG, 20 de maio de 2026.

FAGNER FERREIRA VEIGA
Prefeito Municipal de Pedra Dourada/MG

Publicado por:
Kaique Rodrigues de Freitas
Código Identificador:1121576F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
LEI MUNICIPAL Nº 1.002 DE 20 DE MAIO DE 2026

"Emenda à Lei Municipal nº. 941 de 20 de maio de 2022 para alterar o parágrafo único do artigo 2º, e dá outras providências."

Eu, PREFEITO MUNICIPAL de Pedra Dourada/MG, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º, parágrafo único, da Lei Municipal nº. 941 de 20 de maio de 2021, passa a ter a seguinte redação:
"Art. 2º. O Município convenente ficará responsável apenas pelo repasse financeiro, que será aplicado na forma que melhor aprouver as políticas públicas implementadas pela entidade conveniada, mediante prestação de contas:
Parágrafo único. O Município de Pedra Dourada se obriga a efetuar o repasse financeiro mensal à entidade conveniada, no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais), mediante depósito em conta bancária de titularidade da Conveniada."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pedra Dourada/MG, 20 de maio de 2026.

FAGNER FERREIRA VEIGA
Prefeito Municipal de Pedra Dourada/MG

Publicado por:
Kaique Rodrigues de Freitas
Código Identificador:F5D63AED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE A NÚMERO DE ARP DO P**REGÃO ELET. SRP Nº 006/2026 – Publicado em 22-05-2026.** Município de Planura/MGT. Objeto: aquisição de equipamentos e materiais de uso odontológico e correlatos, destinados a atender as necessidades da saúde pública municipal, conforme as condições e especificações contidas no edital e seus anexos. Data da assinatura: 20/03/2026 – Vigência: 20/03/2026 a 20/03/2027.
Onde lê-se: ARP nº 024/2026 - A2XR Comercial Ltda - Valor: R$ 2.438,12 - Leia-se: **ARP nº 052/2026** - A2XR Comercial Ltda - Valor: R$ 2.438,12.
Onde lê-se: ARP nº 025/2026 - Diabéticos Eireli - EPP -Valor: R$ 9.498,00 - Leia-se: **ARP nº 053/2026** - Diabéticos Eireli - EPP -Valor: R$ 9.498,00.
Onde lê-se: ARP nº 026/2026 - E.C.S. Tecnologia em Saúde, Comercio, Importação e Exportação Ltda - Valor R$ 14.000,28 - Leia-se: **ARP nº 054/2026** - - E.C.S. Tecnologia em Saúde, Comercio, Importação e Exportação Ltda - Valor R$ 14.000,28.
Onde lê-se: ARP nº 027/2026 - F V P Coelho - Valor R$ 4.599,37 - Leia-se: **ARP nº 055/2026** - F V P Coelho - Valor R$ 4.599,37.
Onde lê-se: ARP nº 028/2026 - Golden Produtos Odontológicos Ltda - Valor R$ 2.539,14 - Leia-se: **ARP nº 056/2026** - Golden Produtos Odontológicos Ltda - Valor R$ 2.539,14.
Onde lê-se: ARP nº 029/2026 - RCD Sistema Médico Hospitalar Ltda - Valor R$ 1.950,00 - Leia-se: **ARP nº 057/2026** - RCD Sistema Médico Hospitalar Ltda - Valor R$ 1.950,00.
Onde lê-se: ARP nº 030/2026- Suprema Dental Importação Exportação e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - Valor R$ 20.599,72 - Leia-se: **ARP nº 058/2026** - Suprema Dental Importação Exportação e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - Valor R$ 20.599,72.

Onde lê-se: ARP nº 031/2026 - Ynemed Produtos Médicos e Hospitalares - Ltda -Valor R$ 2.813,72 - Leia-se: **ARP nº 059/2026** - Ynemed Produtos Médicos e Hospitalares - Ltda -Valor R$ 2.813,72.

Planura, 26 de maio de 2026.

DEL MARINA MENDES S. JANUÁRIO -
Departamento de Licitação

Publicado por:
Del Marina Mendes da Silva Januário
Código Identificador:FBDAE753

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO. PRC Nº 180/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MG. Aviso de Licitação. PRC Nº 180/2026 – Pregão Eletrônico Nº 050/2026 - A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando a licitação, Pregão na forma eletrônica, conforme a seguir:

PROCESSO Nº 180/2026 – Pregão Eletrônico Nº 050/2026 – Data: 11/06/2026 às 09:00. Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Dietas Especiais. Sandra Helena de Carvalho Lana. (Pregoeira).

Informações gerais e obtenção dos Editais pelo telefone: [31] 3819-5454, ramais 1045/1046/1047/1048, no horário de 12h00 às 18h00. Obtenção da integra dos Editais à Avenida Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, CEP 35.430-001, no endereço www.pontenova.mg.gov.br e no https://licitar.digital.

Publicado por:
Sandra Helena de Carvalho Lana
Código Identificador:082271A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE 6O TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 149/2021. PROCESSO Nº: 025/2021 – PREGÃO Nº: 015/2021

Extrato de 6o Termo de Prorrogação de Contrato nº 149/2021. PROCESSO Nº: 025/2021 – PREGÃO Nº: 015/2021. Objeto: Prorrogação excepcional do contrato Nº 149/2021, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, para prestação de serviços pela CONTRATADA à CONTRATANTE de contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores (internet) e acesso contínuo através de rede restrita de interligação dos pontos contratados (intranet), por meio de fibra óptica ou via rádio conforme necessidade do Município, pelo período de 12 meses, passando a vigorar até 22/07/2027 (vinte e dois de julho de dois mil e vinte e sete). Contratada: PONTENET TELEINFORMÁTICA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.597.014/0001-60. Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Sandra Helena de Carvalho Lana
Código Identificador:A1F2FD1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO 10/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2025

Extrato de Alteração de Contrato 10/2026 – Processo Licitatório nº 132/2025 – Concorrência eletrônica nº 003/2025. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de alteração de Contrato, referente ao Processo Licitatório 132/2025 – Concorrência eletrônica nº 003/2025, cujo objeto é o aditamento de aproximadamente 21,19% do valor do contrato 10/206, sendo contratada a empresa SMP SERVIÇOS LTDA, cnpj 26.898.961/0001-59 no valor de R$ 87.619,29 (oitenta e sete mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e nove centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito)

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:27DE8EE5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 176/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 043/2026

Extrato de Homologação - Processo nº 176/2026 – Inexigibilidade nº 043/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a Homologação referente ao Processo nº 176/2026 – Inexigibilidade nº 043/2026 cujo objeto é Contratação via Contrata+Brasil para manutenção corretiva nas instalações sanitárias (banheiros masculino e feminino) da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Contratado: MARCOS GABRIEL PIMENTA SENNA, CNPJ nº 62.720.269/0001-08, no valor de R$ 700,00 (setecentos reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:BD1D5EC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
LEI COMPLEMENTAR 4938

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.938/2026

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 03/2026

Altera a Lei Complementar Municipal nº 4.637/2022 que dispõe sobre a estrutura organizacional e o dimensionamento de cargos e funções da Câmara Municipal de Ponte Nova, para modificar as disposições relacionadas ao cargo de Assistente Administrativo Libras.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º O *caput* do art. 44 da Lei Complementar Municipal nº 4.637, de 08.12.2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 44. O cargo de Assistente Administrativo Especialidade Libras tem por requisito a formação mínima de formação profissional técnica em nível médio em tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais, na forma da legislação especial, fazendo jus ao vencimento inicial do nível 35 e progressão até o nível 55, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas e as seguintes atribuições gerais:
Parágrafo único. Em razão do disposto neste artigo, o vencimento inicial do servidor titular do cargo efetivo de Assistente Administrativo Especialidade Libras passa a ser enquadrado no nível salarial estabelecido no art. 1º desta Lei, sem prejuízo das progressões salariais deferidas na forma da legislação vigente.
Art. 2º Os requisitos estabelecidos por esta Lei não afastam ou prejudicam o direito daqueles cuja formação como tradutor e interprete de libras atendam as disposições do art. 3º, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.704, de 25.10.2023.
Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correção à conta das dotações orçamentárias próprias, já consignadas no orçamento vigente.
Parágrafo único. Integra a presente Lei a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, na forma do Anexo único, nos termos do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 26 de maio de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO
Secretária Municipal de Governo

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.938/2026
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 03/2026
ANEXO ÚNICO
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Tendo em vista o disposto nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na qualidade de ordenador da despesa, declaro que, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 03/2026, a despesa com pessoal permanecerá atendendo aos limites constitucionais e legais, não comprometendo o equilíbrio orçamentário e financeiro do ente.
Conforme demonstrado no Anexo I, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI), do Tesouro Nacional, referente ao 3º quadrimestre de 2025, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal indica que a Câmara Municipal utilizou o percentual de 1,15% da Receita Corrente Líquida (RCL) com gastos totais de pessoal, percentual significativamente inferior ao limite de 6,00% estabelecido pelo art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.
Com o aumento da despesa com pessoal do exercício de 2026 (Lei Municipal nº 4.898/2025 - que concedeu revisão e reajuste nas remunerações dos servidores do Poder Legislativo e agentes políticos -) a estimativa é de que o gasto com pessoal em relação à RCL atinja 1,32%, considerando a Receita Corrente Líquida atual.
Esclarece-se que o valor acrescido por este Projeto será inexpressivo, ocasionando impacto mínimo no aumento das despesas com pessoal, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	2026	2027	2028
Dif. de nível (De 28 para 41)	R$ 9.337,72	R$ 18.853,29	R$ 19.984,48
Quinquênio (5% por cento)	R$ 466,88	R$ 942,66	R$ 999,22
Encargos Sociais (Inss- 21%)	R$ 2.058,96	R$ 4.157,14	R$ 4.406,57
Total	R$ 11.863,56	R$ 23.953,09	R$ 25.390,27

Memórias explicativas sobre o cálculo:

• No ano de 2026, o impacto será considerado a partir da competência 06/2026, em razão do período de tramitação do Projeto de Lei e sanção, acrescido de um mês referente ao 13º salário.
• Nos anos de 2027 e 2028, será acrescido ao impacto o valor correspondente a 1/3 de férias.
• Foi considerada uma previsão de reajuste de 6% para os anos de 2027 e 2028.
• Incluiu-se também o adicional de 5%, referente a um quinquênio já adquirido pela servidora ocupante do cargo.

Ressalta-se, ainda, que não será comprometido o limite constitucional de gastos do Poder Legislativo, conforme disposto no art. 29-A, caput e § 1º, da Constituição Federal.
Diante da análise dos dados apresentados, verifica-se que a despesa proposta atende a todos os limites e exigências legais para sua execução.

Ponte Nova – MG, 22 de abril de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

CLAUDIOMIRO HERNECK PIRES
Contador: CRC/MG 71755/O-8
Chefe da Divisão de Contabilidade e Tecnologia

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:51902586

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA 197

PORTARIA Nº 197/2026
O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 150/2026, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para construção de estacionamento do aeroporto.
Fiscais do contrato:
Felipe Camini da Silva, defesacivil@pontenova.mg.gov.br , (31) 98444-0724
Gestor:
Cícero Augusto Cruz Gomides, compdec@pontenova.mg.gov.br , (31) 3819-5454

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;
Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.
Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.
Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.
Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.
Ponte Nova, 25 de maio de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:EFDC76AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA198

PORTARIA Nº 198/2026
O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestora do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 163/2026, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de dutos PEAD**:
a) Fiscais do contrato:
Felipe de Aragão Gonçalves, semob@pontenova.mg.gov.br , (31) 3817-4239
Gleicevânia Aparecida Ramos, sedru@pontenova.mg.gov.br , (31) 99624-7410

Gestores do contrato:

Titular: Matheus Barbosa Broilo Campos, semob@pontenova.mg.gov.br , (31) 3817-4239
Suplente: Renatha Souza Toledo, sedru@pontenova.mg.gov.br , (31) 3819-5454 ramal 1166
Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;

Art. 3° - Em caso de ausência de fiscal, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.

Art. 4° - Em caso de ausência do gestor titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência e a indicação do substituto, conforme a lista de suplentes.

Art. 5º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.

Art. 6º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.
.
Ponte Nova, 26 de maio de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:22F3E9BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

No Extrato do 1º Termo Aditivo celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Ponte Nova e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, veiculado no Diário Oficial do Município, edição de 25/05/2026:
ONDE SE LÊ: > Convênio nº 10/2026
LEIA-SE: > Convênio nº 11/2026
Ficam ratificadas e inalteradas as demais disposições.
Ponte Nova/MG, 26 de maio de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:047A00BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO - TERMO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL CONSENSUAL – CONTRATO 035/2026 - PROCESSO Nº: 032/2026; ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS Nº: 013/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PRADOS/MG e a empresa BELABRU COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ: nº 03.353.258/0001-60
Finalidade: Em atendimento ao requerimento do CONTRATANTE, conforme Memorando da Secretaria Solicitante e justificativa exarada nos autos, embasado nos termos do Art. 137, inciso II c/c Art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica extinto o Contrato Administrativo nº 035/2026, por meio deste instrumento particular, na data de sua assinatura.
Prados/MG, 26 de maio de 2026

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:E1CB5313

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
CREDENCIAMENTO Nº. 37/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS, Processo Administrativo n°. 164/2025, Credenciamento nº. 37/2025, torna público que celebrou contrato para Credenciamento de empresas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, compreendendo serviços mecânicos de veículos leves e pesadoscom a empresa **Benedito Antônio Souza (CNPJ:** 11.724.775/0001-26**).**

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:E2CED8E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
LEI Nº 2.436/2026 "ALTERA LEI MUNICIPAL 1.642, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – LEI Nº 2.436/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Lei Ordinária nº 2.436/2026, que "*ALTERA LEI MUNICIPAL 1.642, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."* junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 18 de maio de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:C7C6F4BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
LEI Nº 2.437/2026 "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2026."

PUBLICAÇÃO – LEI Nº 2.437/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Lei Ordinária nº 2.437/2026, que "*AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2026."* junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 18 de maio de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:962F4509

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PORTARIA Nº 2.988/2026 "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 2.988/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 2.988/2026, que "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 15 de maio de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:7B9E50E2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 128/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 128/2026
Processo Administrativo nº 068/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 030/2026
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu representante legal, Prefeito Municipal Sr. Jocimar César Brandão.
CONTRATADO: RAQUEL ANDREZA DE JESUS ME, inscrito no CNPJ: sob o nº 26.823.547/0001-80, neste ato representada pelo Sra. Raquel Andreza de Jesus.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de profissional especializado para a prestação de serviços de instrutoria técnica na área da Política de Assistência Social, com foco no fortalecimento da gestão, qualificação das equipes, apoio técnico operacional e aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema único de Assistência Social (SUAS), no município de Prudente de Morais/MG, conforme quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR ESTIMADO: R$ 58.416,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 26 de maio de 2026.

Assinam digitalmente:

● Miguel Arcanjo da Silva Jesus – Secretário (a) Municipal
● Raquel Andreza de Jesus - Representante legal da empresa contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:EDAB40C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE ARP´S, CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 75/2026 - Processo nº 83/2025 – Pregão eletrônico n° 31/2025. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: MARIA REGINA MIORINI BRUM 02855256623, inscrita no CNPJ n° 40.482.765/0001-20. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos, cortinas, roupas de cama e banho e tinta para tecido - Prefeitura Municipal de Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 75/2026, no valor de R$ 35.653,60 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 08 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 76/2026 - Processo nº 83/2025 – Pregão eletrônico n° 31/2025. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: MARCO LUCIO BARBOSA TAVARES & CIA LTDA, inscrito no CNPJ n° 07.180.768/0001-33. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos, cortinas, roupas de cama e banho e tinta para tecido - Prefeitura Municipal de Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 76/2026, no valor de R$ 664.729,50 (seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 08 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 77/2026 - Processo nº 45/2026 – Carona n° 10/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: TECAR MINAS AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ n° 01.739.520/0001-83. Objeto: Aquisição de veiculo automotor novo, zero quilometro, destinado a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para atender as ações ou necessidades. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 77/2026, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 12 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 79/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: AL OLIVEIRA LTDA, inscrito no CNPJ n° 47.094.894/0001-90. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 79/2026, no valor de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 80/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: **HM INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 34.240.500/0001-12. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 80/2026, no valor de R$ 42.887,30 (quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 80/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: **ALLSET TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 55.149.591/0002-36. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n°

81/2026, no valor de 24.999,80 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 82/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: **ENOQUE INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 16.677.622/0001-99. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 82/2026, no valor de R$ 24.450,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 83/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: **JULIANA FERREIRA DA SILVA LIBERATO**, inscrita no CNPJ n° 36.975.874/0001-01. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 83/2026, no valor de R$ 22.250,00 (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 84/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: **L2 COMERCIO E SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ n° 54.043.075/0001-89. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 84/2026, no valor de R$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO n° 49/2026 - Processo nº 52/2026 – Pregão Presencial n° 13/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrito no CNPJ N° 00.226.326/0001-42. Objeto: a aquisição de materiais elétricos para a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte. O município de Rio Casca torna pública a assinatura da Ata de Registro de Preço n° 49/2026, no valor de R$ 159.758,20 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 19 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE CONTRATO n° 103/2026 - Processo nº 50/2026 – Pregão Presencial n° 11/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: ACROPOLE SISTEMA DE RADIOFUSÃO LTDA, inscrito no CNPJ N° 01.892.824/0001-86. Objeto: contratação de emissora de rádio, com sinal de transmissão aberto na frequência modulado (FM), para prestação de serviço de divulgação de inserções institucionais oficiais do Município de Rio Casca/MG, no valor de R$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 25 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO n° 52/2026 - Processo nº 61/2026 – Pregão Presencial n° 17/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: RODRIGO APARECIDO LAIA DE PAULA, inscrito no CNPJ N° 66.586.616/0001-02. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de sanduiches para atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Rio Casca/MG, no valor de R$ 18.825,00 (dezoito mil, oitocentos e vinte e cinco reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 21 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE CONTRATO n° 102/2026 - Processo nº 61/2026 – Pregão Presencial n° 17/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: RODRIGO APARECIDO LAIA DE PAULA, inscrito no CNPJ N° 66.586.616/0001-02. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de sanduiches para atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Rio Casca/MG, no valor de R$ 18.825,00 (dezoito mil, oitocentos e vinte e cinco reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 21 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE CONTRATO n° 101/2026 - Processo nº 59/2026 – Pregão Presencial n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: CLAUDIA RIBEIRO FERREIRA, inscrita no CPF n° 033.819.986-17. Objeto: contratação de serviço de monitor(a) de pintura para atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Rio Casca-MG, no valor de R$ 19.884,72 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 21 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE CONTRATO n° 99/2026 - Processo nº 60/2026 – Pregão Presencial n° 16/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no

CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: AGF MONTAGEM E MANUTENÇÃO MECANICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 23.303.755/0001-60. Objeto: aquisição de uma carretinha agrícola com capacidade para quatro toneladas de madeira, destina-se ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEMAGMA do Município de Rio Casca, no valor de R$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 19 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE CONTRATO n° 100/2026 - Processo nº 58/2026 – Pregão Presencial n° 14/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: ALVES SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ n° 28.164.843/0001-42. Objeto: registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de equipe de apoio e brigadistas para atender a demanda dos eventos da prefeitura municipal de Rio Casca-MG, no valor de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 21 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO n° 51/2026 - Processo nº 58/2026 – Pregão Presencial n° 14/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: ALVES SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ n° 28.164.843/0001-42. Objeto: registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de equipe de apoio e brigadistas para atender a demanda dos eventos da prefeitura municipal de Rio Casca-MG, no valor de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 21 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 94/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: GUSTAVO DE PAULA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ n° 39.906.139/0001-34. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 94/2026, no valor de R$ 150.400,00 (cento e cinquenta mil e quatrocentos reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 90/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: PONTO DAS UTILIDADES SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.965.236/0001-91. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 90/2026, no valor de R$ 6.334,00 (seis mil, trezentos e trinta e quatro reais) com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 92/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: ROSA CAFÉ IMPORTS LTDA, inscrita no CNPJ 51.053.659/0001-47. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 92/2026, no valor de R$ 5.011,60 (cinco mil e onze reais) com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 89/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: NASH TECH DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 51.053.659/0001-47. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 89/2026, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 88/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, inscrita no CNPJ n° 28.584.157/0003-92. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 88/2026, no valor de R$ 26.099,70 (vinte e seis mil e noventa e nove reais e setenta centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 96/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 53.867.026/0001-06. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 96/2026, no valor de R$ 12.357,00 (doze mil, trezentos e cinquenta e sete reais) com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 87/2026 - Processo nº 65/2026 –

Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649, inscrita no CNPJ n° 43.187.819/0001-12. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 87/2026, no valor de R$ 79.014,50 (setenta e nove mil e quatorze reais e cinquenta centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 95/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: FAP TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n° 55.935.697/0001-84. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 95/2026, no valor de R$ 11.980,00 (onze mil, novecentos e oitenta reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 98/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: ROTA CERTA SOLUÇÕES INTEGRADA LTDA, inscrita no CNPJ n° 64.634.912/0001-06. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 98/2026, no valor de R$ 15.500,00 (cinze mil e quinhentos reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026. Raimundo Alberto Gomes – Prefeito Municipal.
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 91/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: PRINT CENTER INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 23.518.722/0001-38. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 91/2026, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 97/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: FORNECE + E-COMERCE LTDA., inscrito no CNPJ n° 59.345.113/0001-71. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 97/2026, no valor de R$ 103.950,00 (cento e três mil, novecentos e cinquenta reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 93/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: SENSUS X TECNOLOGIA S.A, inscrito no CNPJ n° 05.633.697/0004-02. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 93/2026, no valor de R$ 177.850,00 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 81/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: ALLSET TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 55.149.591/0002-36. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 81/2026, no valor de R$ 24.999,80 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 84/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado: L2 COMERCIO E SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.043.075/0001-89. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 84/2026, no valor de R$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 85/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado LUCAS RICARDO MANIERI DE ALMEIDA LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.860.605/0001-81. Objeto: aquisição de materiais de informática – Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 85/2026, no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – EXTRATO DE ASSINATURA DO Contrato n° 86/2026 - Processo nº 65/2026 – Carona n° 15/2026. Contratante: Município de Rio Casca/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.836.957/0001-38. Contratado LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 51.382.835/0001-94. Objeto: aquisição de materiais de informática –

Rio Casca-MG. O município de Rio Casca torna pública a assinatura do contrato n° 86/2026, no valor de R$ 1.456,95 (mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3924-0010. Rio Casca, 14 de maio de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:383D117F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 014/2026

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 014/2026
PROCESSO Nº 085/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026
Conforme Lei 13.019/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO POMBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 17.744.434/0001-07, com sede na Av. Raul Soares, nº 15, Centro, na Cidade de Rio Pomba, Estado do Minas Gerais, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Pomba, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.438.107/0001-23, com sede na Rua Cel. Francisco Vieira, 417, Bairro Do Rosário, Município de Rio Pomba.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R$ 31.464,24 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais, e vinte e quatro centavos)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 08/05/2026 a 31/08/2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 08/05/2026 a 31/08/2026.

ASSINATURAS: FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO e MARIA DAS DORES LIMA VILELA SANTOS.

DATA DE ASSINATURA: 08/05/2026.

Publicado por:
Maria Vitória Ferreira Mendes
Código Identificador:07710D8B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO:
CONCORRÊNCIA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, para **Construção de UBS na Avenida Djanira Lucas Esteves, S/N, Bairro Lindo Vale – Rio Pomba/MG.** Data da sessão pública: 15/06/2026 às 10h00min. Informações gerais e edital: na sede da Prefeitura ou no site https://www.riopomba.mg.gov.br. Rio Pomba-MG, 26 de maio de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VIEIRA GONÇALVES –
Chefe de Setor.

Publicado por:
Marcos Antônio Vieira Gonçalves
Código Identificador:179202E5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO.

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº004/2024, homologado em 02/07/2024, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, o relacionado abaixo:
CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM
26° JANE DOS SANTOS VILELA
O candidato convocado terá prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos constantes no Anexo II do Edital dentro do prazo estabelecido, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:04542DD9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ABERTURA DE EDITAL

O Instituto Avaliar e a Prefeitura Municipal de Rio Pomba MG torna público a Abertura do Processo Seletivo Simplificado n°005/2026, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba MG para contratação temporária dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Biblioteconomista, Fiscal de Obras e Posturas, Médico Especialista - Psiquiatria, Odontólogo 40H, Operador de Maquinas, Técnico em Saúde Bucal, Terapeuta Ocupacional e Professor de Língua Estrangeira e cadastro de reserva para os cargos de Assistente de Secretaria, Fiscal de Tributos, Graduado em Serviço Social, Médico Especialista – Neuropediatra, Motorista, Odontólogo 20H. visando atender a urgente exigência do serviço público, em decorrência da insuficiência de pessoal, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026 torna público a abertura do Processo Seletivo Simplificado N°005/2026 para o quadro de pessoal do Município de Rio Pomba/MG. O Edital Nº005/2026 será publicado em sua íntegra no site oficial do município, no endereço eletrônico: https://www.riopomba.mg.gov.br/ e no site da empresa Instituto Avaliar

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:07BCB454

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE ADESÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL – INTER AMBIENTAL.
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO N. 001/2026.
AVISO.
O Consórcio Intermunicipal Para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – Inter-Ambiental comunica a INTENÇÃO DE ADESÃO ao processo licitatório Nº 013/2026, modalidade Pregão Eletrônico n. 011/2026, Ata de Registro de Preços n. 013/2026, firmada entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraibuna – CIMPAR e a empresa DEVA VEÍCULOS LTDA, objetivando a aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilômetro, tração 4x2, ano/modelo 2026/2026, equipado com carroceria tipo gaiola seletiva, destinado ao atendimento das demandas operacionais do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – INTER-AMBIENTAL, em atendimento ao Termo de Compromisso TGOV 974023/2024/MCIDADES/CAIXA – Programa Saneamento Básico e em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços aderida e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. A referida intenção de adesão está em conformidade com a especificação do edital e seus anexos, com o

preço unitário, quantidade e valor registrado em Ata da sessão do referido processo.

Santa Juliana – MG, 26 de maio de 2026.

JULIANO GERALDO DA CUNHA.
Presidente.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:54FEF5BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026 - PROCESSO Nº. 040/2026. EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO EM 19/05/2026 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EM 21/05/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG - PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026 - PROCESSO Nº. 040/2026. Extrato de adjudicação, homologação em 19/05/2026 e Ata de Registro de Preços em 21/05/2026 - Objeto: Registro de Preços para a eventual e futura contratação de empresa especializada para o fornecimento de concreto usinado com FCK 25 MPa para execução de pisos, lajes, tabuleiros de ponte, fundações e demais obras a serem executadas pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no município de Santa Maria de Itabira/MG. Ata de Registro de Preço n.049/2026, empresa Itamix Ltda - CNPJ: 42.989.491/0001-95. Valor Global: R$ 443.235,00; Vigência: 21/05/2026 a 21/05/2027. S.M.I. 21/05/2026 -

ANDRÉ LÚCIO TORRES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:4CCCE643

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO
AVISO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

A Prefeitura Municipal de Santana do Deserto/MG, em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a abertura de procedimento de Dispensa de Licitação/Contratação Direta, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria, assessoria e execução de atividades relativas ao ICMS Patrimônio Cultural (Lei 18.030/2009 e Deliberações do CONEP), ICMS Turismo (ano-base 2026) e operacionalização da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

O Termo de Referência completo e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.santanadodeserto.mg.gov.br.

Data e horário de abertura das propostas comerciais: 9h do dia 2/6/2026.

Santana do Deserto, 26 de maio de 2026.

Publicado por:
Ricardo Fraga Lopes
Código Identificador:9AC4CFB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
CONVOCAÇÃO PARA APRESNETAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026.

O Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG torna pública a convocação das empresas vencedoras do Pregão Eletrônico nº 006/2026, objetivando a apresentação da documentação complementar obrigatória prevista no item 5.6 do Edital e itens 3.7 e 3.8 do Termo de Referência, como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços referente à prestação de serviços de transporte sanitário eletivo. Ficam convocadas as empresas:

BANDEIRA TRANSPORTE E ASSOCIADOS LTDA – CNPJ nº 60.737.423/0001-10 – Lotes 01, 03, 04, 11, 12, 13 e 16;

MARCILIO REINALDO DE PAULA – CNPJ nº 10.691.242/0001-22 – Lotes 08, 21 e 22;

17.355.078 JOSE FERNANDO DOS REIS MIRANDA – CNPJ nº 17.355.078/0001-21 – Lote 09;

64.123.514 ERNANDES GONCALVES PIRES – CNPJ nº 64.123.514/0001-17 – Lote 17;

GILCELIO SALES DE OLIVEIRA LTDA – CNPJ nº 40.503.748/0001-21 – Lote 02;

PARAIZO JOSE GARCIA 33023786615 – CNPJ nº 31.505.757/0001-60 – Lote 18;

e VICENTE DA SILVA ZIFIRINO 68407653772 – CNPJ nº 17.530.810/0001-52 – Lote 20

A documentação deverá ser apresentada até o dia 03/06/2026. Destaca-se que os veículos serão analisados quanto ao atendimento das exigências editalícias, especialmente no tocante ao limite máximo de 10 (dez) anos de uso, mediante verificação conjunta do ano e modelo do veículo. A comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos dos condutores poderá ocorrer mediante CTPS, contrato de prestação de serviços, atestado de capacidade técnica profissional ou outro documento idôneo, devendo os atestados apresentados estar acompanhados de documentos aptos à comprovação da veracidade das informações, tais como contratos, notas fiscais, comprovantes de pagamento ou equivalentes. O não cumprimento da convocação no prazo estabelecido poderá ensejar a convocação da empresa classificada subsequente, observada a ordem de classificação do certame. Santa Rita de Ibitipoca/MG, 26 de maio de 2026.

CRISTIANE CARLA DE ALMEIDA –
Pregoeira.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:701C66C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
AVISO DE EXTRATO DE ATA- PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG – EXTRATO DE ATA - Torna público o EXTRATO DA ATA do Processo Nº 045/2026 Pregão Eletrônico Nº 008/2026. Objeto: **Aquisição de Materiais de Expediente.** Contratante: Prefeitura Municipal Santa Rosa da Serra – MG, Ata nº 036/2026 Contratada: **COMERCIAL TERRA LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 08.659.585/0001-68. Prazo de vigência: 26/05/2026 à 26/05/2027. Valor R$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais).

LUIZ CLAUDIO FERREIRA-
Pregoeiro

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:1112893E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
AVISO 57

AVISO DE DISPENSA Nº 057/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO DO GRAMA –MG, em atendimento ao §2º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o presente aviso da Dispensa de Licitação 023/2026, Processo 057/2026 para "Contratação de empresa visando a prestação de serviços de marketing digital, gestão de redes sociais, filmagens e fotografias, bem como produções de vídeos institucionais, spots de áudio e quaisquer outras necessidades de layout e arte final, para a Secretaria de Administração de Santo Antônio do Grama/MG". Para tanto, convoco eventuais interessados a entregarem as propostas no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, Estado de Minas Gerais, situado a Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, nesta cidade de Santo Antônio do Grama/MG, no horário das 09h as 11h e das 12h30minas 17h em dias uteis, ou pelo e-mail: propostadispensa@gmail.com, até as 17h:00min do dia 01/06/2026.
O edital estará disponível a partir da data da publicação desse aviso no site da prefeitura municipal https://www.santoantoniodograma.mg.gov.br/ e poderá ser solicitado pelo e-mail: compraselicitacaograma@gmail.com
Eventuais interessados podem apresentar documentos e propostas até a data de 01 de junho de 2026, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Os documentos e propostas podem ser encaminhadas no e-mail indicado acima ou por meio de protocolo presencial na sede da Prefeitura.

Santo Antônio do Grama, 26 de maio de 2026.

DANIELY AP. GOMES PEREIRA
Agente de Contratação

O período mínimo entre a publicação e o recebimento das propostas é de 3 dias úteis, nos termos do art. 75, §2º, da Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:FCA4C941

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
AVISO 60

REPÚBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2026
dispensa Nº 024/2026
O Município de Santo Antônio do Grama/MG torna pública a REPUBLICAÇÃO do processo licitatório cujo objeto é a contratação de aquisição de fraldas descartáveis por registro de preços, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
Fica redesignada a nova data de abertura do certame para o dia 01/06/2026, até ás 17:00 horas, permanecendo as demais cláusulas e condições inalteradas.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama/MG.
Santo Antônio do Grama/MG, 25 de maio de 2026.

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:A1D4DC04

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
AVISO 61

AVISO DE DISPENSA Nº 061/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO DO GRAMA –MG, em atendimento ao §2º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o presente aviso da Dispensa de Licitação 025/2026, Processo 061/2026 para "Contratação de empresa especializada para aquisição de instrumentos musicais, acessórios e materiais correlatos para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Santo Antônio do Grama/MG". Para tanto, convoco eventuais interessados a entregarem as propostas no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, Estado de Minas Gerais, situado a Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, nesta cidade de Santo Antônio do Grama/MG, no horário das 09h as 11h e das 12h30minas 17h em dias uteis, ou pelo e-mail: propostadispensa@gmail.com, até as 17h:00min do dia 01/06/2026.
O edital estará disponível a partir da data da publicação desse aviso no site da prefeitura municipal https://www.santoantoniodograma.mg.gov.br/ e poderá ser solicitado pelo e-mail: compraselicitacaograma@gmail.com
Eventuais interessados podem apresentar documentos e propostas até a data de 01 de junho de 2026, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Os documentos e propostas podem ser encaminhadas no e-mail indicado acima ou por meio de protocolo presencial na sede da Prefeitura.

Santo Antônio do Grama, 26 de maio de 2026.

DANIELY AP. GOMES PEREIRA
Agente de Contratação

O período mínimo entre a publicação e o recebimento das propostas é de 3 dias úteis, nos termos do art. 75, §2º, da Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:6C57FF58

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 48

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
PREGÃO ELETRONICA Nº 010/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento o Registro de preços para aquisição de pneus novos para atender os veículos pertencentes a frota municipal da de Santo Antônio do Grama/MG.

CONTRATADO COUTINHO PNEUS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº.49.230.882/0001-70, com sede na Rua Rua Wally Block, nº 114, Indaial/SC, neste ato representado pelo (a) Senhor(a), RODRIGO COUTINHO NILES, inscrito no CPF sob o nº ...057...-78.

SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 21 de maio de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:B50988BD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2026 - PROCESSO N° 34/2026

Prefeitura Municipal de Santos Dumont- Aviso de Licitação. **Processo n° 34/2026, Pregão Eletrônico n° 01/2026**. Objeto: Serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos dos sistemas de segurança eletrônica instalados em diversos setores externos da Prefeitura de Santos Dumont/MG, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 12/06/2026 ás 13 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **Licitar Digital** no endereço eletrônico **https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa**. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.santosdumont.mg.gov.br/ eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:5BB9ED49

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2025 – PROC. Nº 65/2025

Concorrência nº 03/2025 – Proc. nº 65/2025 - 3º T.A ao Cont nº 119/2025
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Pavel Pavimentadora Vertentes Ltda
Objeto: Acréscimo de 15,66%,ou seja, R$ 134.637,39 (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos) ao valor inicialmente contratado passando o valor total s ser de R$ 994.537,37 (novecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos).
Fundamento Legal: art. 125 da Lei nº. 14.133/21.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:721B3590

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA DISPENSA Nº 56/2025 – PROC. Nº 184/2025

Dispensa nº 56/2025 – Proc. nº 184/2025 - 3º T.A ao Contrato nº 188/2025
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: RQ Construtora Ltda
Objeto: Acréscimo de R$ 1.797,91(Hum mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa e um centavos) no valor anteriormente contratado para repintura do local da obra que ficou danificado devido a forte chuva de granizo ocorrida no município de Santos Dumont – MG no dia 18 de Abril de 2026.
Fundamento Legal: art. 125 da Lei nº. 14.133/21.
Assinado em 22 de maio de 2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:E470BA9C

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023 -PROCESSO Nº 127/2023

Pregão Eletrônico nº 061/2023 -processo Nº 127/2023 - 3º T.A a Contrato nº 108/2023 –
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: BM VANS E ÔNIBUS LTDA – ME – CNPJ 23.063.656/000159
Objeto: Reequilíbrio econômico valor inicialmente contratado nos item Transporte de passageiros em microônibus categoria M2Van com capacidade mínima de 16 lugares –reajustado para R$8,95 e no item Transporte de passageiros em microônibus com capacidade mínima de 24 lugares para R$10,20.
Fundamento Legal: art. 65, II da Lei nº. 8.666/93
Assinado em 12 de maio de 2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:9CCBA39E

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025 - PROCESSO Nº 190/2025

Pregão eletrônico nº064/2025 - Processo nº190/2025 – 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 209/2025. Contratada: NATALY TRANSPORTES LTDA EPP - CNPJ: 13.118.564/0001-75. Objeto: Acréscimo de 25% ao valor originalmente contratado, importando no valor de R$203.125,00. Data da Ass.:22/05/2026.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:4C114E71

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-004/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE Nº 004/2025, NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.092 DE 13 DE ABRIL DE 2010.

O Exmo. Sr., **PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT** torna público as seguintes determinações pertinentes ao **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE Nº 004/2025.**

Aos candidatos classificados segundo o quadro abaixo:

NOME	FUNÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Thaís Gomes Moreira Bittar	Assistente Social	4º lugar
Rafael Nunes de Meirelles	Assistente Social	5º lugar
Camila de Carvalho Marques	Assistente social	6º lugar

Deverão apresentar-se munido da documentação relacionada abaixo **de 26 a 28 de maio** do corrente ano**, no horário de 13:30 às 17:00 horas, na Superintendência de Recursos Humanos, situado à Praça Cesário Alvim, no 55 - Centro, Santos Dumont-MG, a fim de proceder a contratação temporária:**

Cópia do RG;

Cópia do CPF;
Cópia da carteira de trabalho - CTPS (pag. Foto, verso e averbação);
Cópia da inscrição do PIS/PASEP;
01 (uma) foto 3x4 recente;
Cópia do título eleitoral junto com o comprovante/certidão de regularidade eleitoral;
Cópia da carteira de habilitação (Categoria D);
Cópia do comprovante de endereço;
Cópia do comprovante de escolaridade (Diploma);
Cópia do registro profissional emitido pelo órgão da classe (se for o caso);
Cópia atualizada da certidão de nascimento ou casamento;
Cópia certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos;
Cópia do cartão de vacinação de filhos menos de 06 anos;
Cópia do CPF dos dependentes;
Cópia do certificado de reservista (para homens entre 18 e 45 anos);
Declaração expedida pelo INSS de que não está em gozo de benefício previdenciário;
Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Poder Judiciário;
Certidão negativa cível pelo Poder Judiciário.

Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o presente Edital de Convocação entra em vigor em 26 de maio 2026, data de sua publicação.

C U M P R A – S E.
Paço da Prefeitura Municipal de

Santos Dumont, 26 de maio de 2026.

GLAUCO DE ALBUQUERQUE SOUZA
Superintendente de Recurso Humanos

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:13074BE2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES ADESÃO Nº 02/2026

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES – MG. Adesão à ata de registro de preços nº 10/2024 (Processo nº 22/2024 PE n° 12/2024), realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS**. Objeto:** contratação de serviços técnicos especializados suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em software de gestão público (sob licença general publiclicense – gpl). **Contratada**: Contass Sistemas Públicos Ltda, CNPJ: 10.481.030/0001-10. **Valor**: R$ 115.372,00 (cento e quinze mil e trezentos e setenta e dois reais). **Fundamento**: Art. 86.º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. **Adesão:** nº 02/2026. **Contrato:** nº 23/2026. **Vigência**: até 20/05/27. Ass.: Dia 21/05/26. **Dotação Orçamentária:** 15000000 RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMP 1212.

São João das Missões-MG, 26/05/2026

JAIR CAVALCANTE BARBOSA-
Prefeito.

Publicado por:
João Pedro Guedes
Código Identificador:76763963

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS TORNA PUBLICO – RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CONTRATO 097/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2025, CREDENCIAMENTO 014/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG -TORNA PUBLICO – RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO 093/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026, PREGÃO ELETRONICO 009/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração e ativação de pontos de internet independentes, Banda Larga com tecnologia Fibra Óptica, destinados a garantir conectividade à rede nos setores administrativos e operacionais do município de São Pedro dos Ferros/MG, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência. Crontratada: **TECNOWIRELESS ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM REDE SEM FIO LTDA, inscrito no CNPJ: 24.708.774/0001-30, neste ato representado por seu Representante Legal, o(a) Sr(a). ABILIO MARCONNI, inscrito no CPF nº03904617680.** Estima-se o valor global do contrato em R$ R$ 544.860,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta reais) meramente estimativo para efeitos legais. Período de 12 meses contados da assinatura do contrato. Estando disponível através do site: www.saopedrodosferros.mg.gov.br. Demais informações no e-mail: licitacao@saopedrodosferros.mg.gov.br. São Pedro dos Ferros/MG, 25 de maio de 2026.

RODRIGO MARTINS SANTANA –
Agente de Contratação/Pregoeiro.

DANILO CALDARELE DIAS.
Prefeito da P.M.S.P.F.

Publicado por:
Rodrigo Martins Santana
Código Identificador:C3B1B6F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DE MINAS AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DE MINAS/MG - Aviso de Abertura de Processo Licitatório - Edital de Licitação Modalidade **Inexigibilidade n° 009/2026 - Credenciamento Eletrônico nº 003/2026 - Procedimento Licitatório nº 041/2026.** O Município de São Roque de Minas/MG, torna público a abertura do processo licitatório acima descrito, cujo objeto visa o **Credenciamento Eletrônico para Prestação de Serviços de Hospedagem e Alimentação no Município de São Roque de Minas, em atendimento as demandas das Secretarias Municipais de São Roque de Minas/MG,** a ser realizado a partir das **09:00 horas** do dia **27 de maio de 2026.** O certame será realizado por meio do sistema AMM Licita, estando o edital disponível nos endereços eletrônicos https://ammlicita.org.br/, e www.saoroquedeminas.mg.gov.br. Contato para esclarecimentos e dúvidas, através do e-mail licitasaoroque@gmail.com, ou pelo telefone (37) 2150-0052. São Roque de Minas, 26 de maio de 2026.

DIANA BARBOSA DA SILVA -
CPC.

Publicado por:
Elen Cristina Aparecida Rodrigues
Código Identificador:EE33E552

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DE MINAS EXTRATO DO 9° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DE MINAS/MG. Extrato do 9° termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2023. Vigência contratual. Fica prorrogada a vigência contratual. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica, Recapeamento, Drenagem e Serviços Complementares em Vias Urbanas no Município de São Roque de Minas/MG, conforme Especificações Constantes nos Anexos que

fazem Parte Integrante do Edital, incluindo o fornecimento de todo material. Contrato de Financiamento BDMG/BF Nº 365.907/23, nos termos do Processo Licitatório nº 069/2023, sob a modalidade Concorrência Pública n° 001/2023. Contratada: UNIBASE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA. Vigência: 14/12/2025 à 31/12/2026. Dotação orçamentária: 02.06.01.15.451.1501.1032.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações – Recursos não vinculados de Impostos – Fonte de Recurso: 1.500.000.0000; 02.06.01.15.451.1501.1032.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações – Recursos de Operações de Crédito – Fonte de Recurso: 1.754.000.0000, com Recursos do Financiamento celebrado entre o BDMG e o Município de São Roque de Minas, Contrato de Financiamento BDMG/BF Nº 365.907/23. São Roque de Minas, 25 de maio de 2026 –

DIANA BARBOSA DA SILVA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Elen Cristina Aparecida Rodrigues
Código Identificador:2B3BE877

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO/MG. Processo nº 033/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nª 009/2026. Aviso de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL de CONSUMO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES BÁSICAS DO CONSULTÓRIO ODONTOLOGICO** Abertura 10/06/2025, às 09:00 horas, **na sala de licitações/reunião da prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Preto.** Edital no site:www.licitardigital.com.br e www.saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br.

CÍCERO DA SILVA DANIEL –
Secretário Municipal

Publicado por:
Widyna Samanta Lourdes Ferreira
Código Identificador:BDD9F998

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO TERMO ADITIVO

- Processo Licitatório: n.189/2022 - **Modalidade:** Pregão n. 023/2022. **Contrato Administrativo 189.023-0/2022. Contratante:** Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG - **Contratados: MT SERVIÇOS DE ENGENHARIA BIOMEDICA LTDA**, **CNPJ 23.626.614/0001-89**. **Objeto:** "**Prestação de serviços Especializados na Manutenção de Equipamentos Medico Hospitalares para a Secretaria de Saúde do Município de São Tomás de Aquino."** O presente termo aditivo tem por objeto o acrescimo de 19,61% do valor do contrato firmado entre as partes até 01/07/2026. **Embasamento Legal:** conforme art. 57, inciso II, §1º e §2º da Lei 8.666/93. Acrescendo um total de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ao processo original. **Dotação Orçamentária: 0104001 10 301 1003 2.080 339039, 0104001 10 301 1003 2.081 339039, 0104001 10 301 1003 2.148 339039, 0104001 10 301 1003 2.162 339039, 0104001 10 301 1003 2.167 339039, 0104001 10 301 1004 2.083 339039 e 0104001 10 305 1003 2.158 339039; Data de Assinatura:** 25/05/2026. **Representantes dos Contratados**: Mauricio Eduardo Ferrarez Vasconcelos. **Autorização:** Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

- Processo Licitatório: n.157/2025 -Modalidade:Pregão Eletronico n. 016/2025.Contrato Administrativo065/2025. Contratante:Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino -MG -Contratados:RODRIGO FRANCISCO TEIXEIRA 06697787619, CNPJ 33.931.967/0001-46.Objeto:"Prestação de serviços de Aulas dos projetos de integração social e cultural para atender as diversas oficinas do Município de São de Tomás de Aquino."O presente termo aditivo tem por objeto o acrescimo de 25% do item do contrato firmado entre as partes até 24/06/2026. Acrescendo um total de R$ 10.864,00 (dez mil oitocentos e sessenta e quatro reais) ao processo original.Embasamento Legal:conforme art. 124, da Lei 14.133/21. Data de Assinatura:06/03/2026.Representantes dos Contratados: RODRIGO FRANCISCO TEIXEIRA. Autorização:Daniel Ferreira da Silva– Prefeito Municipal.

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:ECDEAE67

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PROCESSO 004/2026

1ª NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE:	**MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.094.870/0001-32, com sede na Rua Coronel Ferrão, nº 259, CEP: 36.275-000 - Senhora dos Remédios / MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Gilberto do Nascimento.
NOTIFICADA:	**GLOBALTECH COMERCIAL E SERVIÇOS**, CNPJ: 60.210.106/0001-41, sediada a Rua José Versolato,111 BLOCO B ,09.750-730 - SP, neste ato representado por GABRIEL DANTAS ROMACHELLI, CPF: 51229534814
REFERÊNCIA:	PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 Objeto: **"fornecimento de insumos químicos e peças de reposição destinados à operação, manutenção e adequação dos sistemas de tratamento de água potável, visando assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos".**
ASSUNTO:	Descumprimento do Prazo de Entrega

A **NOTIFICANTE**, pelo presente instrumento, com fulcro no artigo 726 do CPC (Código de Processo Civil), que dispõe; ***"... Quem tiver interesse em manifestar formalmente sua vontade a outrem sobre assunto juridicamente relevante poderá notificar pessoas participantes da mesma relação jurídica para dar-lhes ciência de seu propósito..."*** **NOTIFICA** a empresa **GLOBALTECH COMERCIAL E SERVIÇOS**, pelos seguintes fatos e argumentos:

O Município de Senhora dos Remédios, através do Pregão Eletrônico nº 003/2026, firmou a ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 009/2026 com empresa **GLOBALTECH COMERCIAL E SERVIÇOS**, para **"fornecimento de insumos químicos e peças de reposição destinados à operação, manutenção e adequação dos sistemas de tratamento de água potável, visando assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos".**

Segundo o Setor de Compras, na data de 08/05/2026 foi encaminhada para a empresa a seguinte requisição de n° REF: 26/000440-001/01 e dado o recebimento da empresa via e-mail.

No entanto, até a presente data (26/05/2026), a empresa não entregou os produtos.

Por seu turno, segundo o Item "CONDIÇÕES DE ENTREGA DO BEM" Anexo I - Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026, independente de transcrição, a empresa deveria ter entregado os produtos, a contar da expedição da Ordem de Fornecimento, no **prazo máximo de até 05 dias**.

Conforme se depreende do enredo, a aludida empresa encontra-se em mora com o Município a 17 (dezessete) dias.

De acordo com o e-mail em anexo, o Município enviou a Ordem de Compras no dia 08/05/2026.

Conforme disciplina o inciso I do artigo 137 da Lei Nacional nº 14.133/2021, o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais e das especificações, enseja a rescisão do

contrato firmado e a aplicação das penalidades contratuais e legalmente previstas.
Dessa forma, não tendo sido feita a entrega no prazo acordado, o ora Notificante NOTIFICA a empresa**,** para que entregue os produtos no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** e que a prática narrada acima não ocorra mais, sob pena de se aplicar o dispositivo legal acima transcrito e as multas previstas na Ata de Registro de Preço e na Lei Nacional nº 14.133/2021.
Além da publicação desta Notificação, fica obrigado encaminhamento dela para o e-mail da empresa cadastrado.
Fica acerto o prazo de contestação pelo período de 48 (quarenta e oito) horas desta.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Senhora dos Remédios, 26 de Maio de 2026.

GILBERTO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Aparecida de Carvalho Paiva Dias
Código Identificador:51EDCC14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO CONTRATO 46/2026; (MÓVEIS ESCOLARES)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO DE CONTRATO DERIVADO DE ADESÃO À ARP
Contrato nº 46/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: CONCEPT COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA., CNPJ 45.867.159/0001-46. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2026, do Processo de Licitação nº 073/2025, Pregão Eletrônico nº 006/2025, promovido pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão, CNPJ 11.786.798/0001-65. Objeto: Aquisição de móveis escolares. Valor R$ 57.264,00. Data de assinatura do contrato 26/05/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:00C28C49

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO P.E. 15/26; (LUBRIFICANTE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026.
REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026.
O Município de Sericita/MG, torna público a realização do Pregão Eletrônico nº 15/2026. Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição parcelada de óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos leves, utilitários, Vans, Micro-ônibus, Ônibus, caminhões e máquinas da frota municipal. Data da abertura das propostas: 11/06/2026. Edital disponível nos sítios: https://www.sericita.mg.gov.br e www.licitar.digital. Informações/esclarecimentos através do endereço eletrônico: licitacao@sericita.mg.gov.br.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:95F5DAFB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa **VISAO-SERVICOS DE SAUDE LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **24.084.277/0001-08**, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITENS: 052, 053, 498, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 506, 507,508 ,509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 572, 645 e 743.

Serranópolis de Minas/MG, 25 de maio de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação
(Suplente)

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:6A747FA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 025/2026
CREDENCIAMENTO 003/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

H OLHOS OFTALMOLOGIA DO NORTE DE MINAS LTDA
CNPJ: 21.957.095/0001-06

ITENS: 052, 053, 498, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544 e 545.

Cujo objeto é a contratação de procedimentos médicos, através de pessoas jurídicas, incluindo consultas, exames e cirurgias na área da saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para fornecimento quando houver demanda.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 25 de maio de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação
(Suplente)

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:8E0C471C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 025/2026
CREDENCIAMENTO 003/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

VISAO-SERVICOS DE SAUDE LTDA
CNPJ: 24.084.277/0001-08

ITENS: 052, 053, 498, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 506, 507,508 ,509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 572, 645 e 743.

Cujo objeto é a contratação de procedimentos médicos, através de pessoas jurídicas, incluindo consultas, exames e cirurgias na área da saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para fornecimento quando houver demanda.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 25 de maio de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação
(Suplente)

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:764AD8E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa **H OLHOS OFTALMOLOGIA DO NORTE DE MINAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **21.957.095/0001-06**, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITENS: 052, 053, 498, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544 e 545.

Serranópolis de Minas/MG, 25 de maio de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação
(Suplente)

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:72E59FC2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, em favor da empresa conforme planilha abaixo:
A adjudicação e homologação do presente processo é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.
EMPRESA VENCEDORA: CONSTRUTORA REALIZA DE PORTEIRINHA LTDA – CNPJ: 31.055.017/0001-70 – VALOR: R$ 2.699.900,00 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS).
A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, termo de referência e no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no DOU e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Serranópolis de Minas/MG, 26 de Maio de 2026.

MAX VINICIUS AGUIAR MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:B2EE8E74

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO **076/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO 025/2026
CREDENCIAMENTO 003/2026
OBJETO: contratação de procedimentos médicos, através de pessoas jurídicas, incluindo consultas, exames e cirurgias na área da saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
EMPRESA CREDENCIADA: **H OLHOS OFTALMOLOGIA DO NORTE DE MINAS LTDA – CNPJ: 21.957.095/0001-06**
Serranópolis de Minas/MG, 25 de maio de 2026.

DEJANIR JOSE DOS SANTOS
Secretário de Saúde

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:05860B71

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO **077/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO 025/2026
CREDENCIAMENTO 003/2026
OBJETO: contratação de procedimentos médicos, através de pessoas jurídicas, incluindo consultas, exames e cirurgias na área da saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
EMPRESA CREDENCIADA: **VISAO-SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ: 24.084.277/0001-08**

Serranópolis de Minas/MG, 25 de maio de 2026.

DEJANIR JOSE DOS SANTOS
Secretário de Saúde

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:B8BB0C12

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SETUBINHA TORNA PÚBLICA A ABERTURA DO PROCESSO LICITATORIO 022/2026 CONCORRENCIA 004/2026, CUJO O OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SETUBINHA/MG COM RECURSOS

PROVENIENTES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (MCMV/FNHIS), POR MEIO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 993077/2025/MCIDADES/CAIXA – OPERAÇÃO N° 039799, NAS QUANTIDADES TOTAIS ESTIMADAS CONFORME PLANILHA ELABORADA PELO ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEL. DATA DE ABERTURA 15/06/2026 AS 09:00H PLATAFORMA: LICITAR DIGITAL (HTTP://WWW.LICITARDIGITAL.COM.BR/). DEMAIS INFORMAÇÕES NA RUA MINERVINA SANTOS PEREIRA, 83 – CENTRO, SETUBINHA, OU PELO TELEFONE (33) 3514-9213, E-MAIL: licitacao@setubinha.mg.gov.br

Publicado por:
Rogério de Oliveira
Código Identificador:637824A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Tapiraí/MG – CONTRATO ADMINISTRATIVO 34/2026. OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual por profissional de notória especialização, para consultoria técnica especializada em licitações e contratos administrativos, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, destinados ao apoio técnico consultivo ao Município de Tapiraí/MG. CONTRATADA: UNI CONSULTORIA - ALICE AUGUSTA DE MACEDO. Fundamento: Lei nº 14.133/2021. Valor Total: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais). VIGÊNCIA: 25/05/2026 a 25/11/2026. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 041 – 020500.04.122.0004.2.0402.0000.339039– Fonte 1.500.000.0000. Tapiraí/MG, 26 de maio de 2026.

VANDERLEI CASSIANO DE RESENDE.
Prefeito de Tapiraí/MG.

Publicado por:
Estevão Santana Barbosa
Código Identificador:E554ADFC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE CONTRATOS (Nº 087/2026, Nº 088/2026, Nº 089/2026, Nº 090/2026, Nº 091/2026)

EXTRATO DE CONTRATOS (Nº 087/2026, Nº 088/2026, Nº 089/2026, Nº 090/2026, Nº 091/2026)

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o contrato abaixo :

CONTRATOS(Nº087/2026,Nº088/2026,Nº089/2026, Nº090/2026,Nº091/2026), oriundos do Processo Licitatório nº 055/2024, Pregão Eletrônico nº 013/2024 (CIGEDAS)

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aquisição de material escolar em forma de kit escolar, mochilas e materiais didáticos e de papelaria para consumo de todas as secretarias municipais, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos e propostas de preços, os quais integram este instrumento independente de transcrição.

CONTRATO Nº 087/2026(Secretaria de Assistencia Social)
Valor - R$5.753,80 (cinco ml setecentos e cinquenta e tres reais e oitenta centavos)
Vigência: De 25/05/2026 a 25/05/2027
Contratada: M UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 11.371.364/0001-02
Endereço: Rua Santa Tereza, nº 133, Centro, São João Del-Rei/MG, CEP 36.300

CONTRATO Nº 088/2026(Secretaria de Administração)
Valor - R$1.398,80 (mil trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)
Vigência: De 25/05/2026 a 25/05/2027
Contratada: M UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 11.371.364/0001-02
Endereço: Rua Santa Tereza, nº 133, Centro, São João Del-Rei/MG, CEP 36.300

CONTRATO Nº 089/2026(Secretaria de Educação)
Valor - R$283.598,00 (duzentos e oitenta e tres mil e quinhentos e noventa e oito reais)
Vigência: De 25/05/2026 a 25/05/2027
Contratada: M UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 11.371.364/0001-02
Endereço: Rua Santa Tereza, nº 133, Centro, São João Del-Rei/MG, CEP 36.300

CONTRATO Nº 090/2026(Secretaria de Obras, Meio Ambiente, Integração Rural e Agricultura)
Valor - R$499,80 (quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)
Vigência: De 25/05/2026 a 25/05/2027
Contratada: M UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 11.371.364/0001-02
Endereço: Rua Santa Tereza, nº 133, Centro, São João Del-Rei/MG, CEP 36.300

CONTRATO Nº 091/2026(Secretaria de Saude)
Valor - R$12.829,70 (doze mil oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos)
Vigência: De 25/05/2026 a 25/05/2027
Contratada: M UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 11.371.364/0001-02
Endereço: Rua Santa Tereza, nº 133, Centro, São João Del-Rei/MG, CEP 36.300

Valor Total da aquisição R$304.071,10(trezentos e quatro mil setenta e um reais e dez centavos)

Íntegra do contrato encontra-se disponível em www.tiradentes.mg.gov.br

(assinado nos autos)
Dou fé, Tiradentes, 26 de maio de 2026

DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:BE0C68D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026. Objeto: Referente a Contratação de empresa especializada para execução de muro de divisa, muro de arrimo, e sala de odontologia anexa ao prédio principal, no terreno onde está situada a Unidade Básica de Saúde (UBS) de Apoio do Distrito Sertão da Bernardina, localizada na Avenida Joaquim Salvador da Silva, nº 122, Distrito Sertão da Bernardina, município de Tocos do Moji/MG, conforme especificado nos anexos do Edital. A sessão e abertura será no dia 02 de julho de 2026, as 09h 00min. Cadastramento no Sistema de Compras do Município https://portal.sgpcloud.net:9104/comprasedital/. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura

Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36 – centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br.

Tocos do Moji, 25 de maio de 2026.

EDINALDA DE FÁTIMA FARIA ROSA –
Chefe do Serviço de Saúde

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:9783B9B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, extrato da contratação por Adesão a Ata de RP advindo do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE ATA N° 007/2026 realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO DO SAPUCAÍ- CIMASP, CNPJ: 19.837.517/0001-68, o processo administrativo de Toledo MG tem como objeto **AQUISIÇÃO DE 03 ÔNIBUS ESCOLARES PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DESTINADOS AO MUNICIPIO DE TOLEDO MG.** Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável. Contratada**:** ITALBUS CARROCERIAS DE ONIBUS LTDA, CNPJ N° 16.557.958/0001-18. Data da contratação: 26/05/2026. Valor da contratação: R$ 1.701.000,00 (um milhão e setecentos e um mil reais). Prazo da contratação: 12 (doze) meses. Processo de adesão a Ata de RP 046/2026, modalidade 003/2026, contrato 034/2026. Maiores informações *licitacaotoledomg@gmail.com.*
Toledo MG, 26 de Maio de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:DD1D4662

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Toledo – MG, através da Comissão Especial de Concurso Público, nos termos da legislação vigente, torna pública a CONVOCAÇÃO do candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025, homologado em 27/03/2026, para atribuição de funções, para preenchimento da vaga de AUXILIAR DE SECRETARIA, conforme as instruções a seguir: COMPARECER: RH: 09h às 10h – 14h às 15h. O candidato deverá se apresentar no prazo de dez (10) dias úteis contados da publicação deste.
EMPREGO LOCAL AUXILIAR DE SECRETARIA

Prefeitura Municipal de Toledo - MG
Rua Papa João Paulo II, 870, Jd do Lago, Toledo – MG 37630-000

CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME

1º ROGÉRIA DE PAULA BARBOSA

2º RAISSA SCHIAVON AUGUSTO PEREIRA

Toledo - MG, 26 de Maio de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:BCE6DC12

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS
MUNICÍPIO DE TOMBOS 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO PROCESSO N.º 053/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2025 - CONTRATO N.º 095/2025

MUNICÍPIO DE TOMBOS
1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO
Processo n.º 053/2025 – Pregão Eletrônico n.º 028/2025 - Contrato n.º 095/2025
O presente Termo Aditivo entre **MUNICÍPIO DE TOMBOS - MG** e a empresa **ALESSANDRO REZENDE SANTOS LTDA.**, CNPJ n.º 09.412.526/0001-53, tem por objeto a supressão do item 297 do contrato original, a partir de 26/05/2026, com fundamento na alínea "b", do inciso I, do artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021. As Informações complementares poderão ser obtidas à Pç. Cel. Quintão, 05, Centro, ou pelo telefone (32) 3526-0310. Tombos/MG, 26 de maio de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tânia Monteiro Cheregato
Código Identificador:11FCA1D8

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS
O MUNICÍPIO DE TOMBOS – TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO N.º 053/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2025

MUNICÍPIO DE TOMBOS
O MUNICÍPIO DE TOMBOS – Torna público o Extrato do Contrato do **PROCESSO N.º 053/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2025. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos éticos e genéricos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Tombos/MG, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Empresa: NUTRIMINAS COMÉRCIO DE NUTRIÇÕES DIETÉTICAS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**, CNPJ n.º 22.218.845/0001-90, valor total: **R$ 2.635,00 (dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais)**. As Informações complementares poderão ser obtidas à Pç. Cel. Quintão, 05, Centro, ou pelo telefone (32) 3526-0310. Tombos/MG, 21 de maio de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Monteiro Cheregato
Código Identificador:1065DFAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS PARA OS QUADROS DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMOBOS/MG E DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMBOS/MG - EDITAL Nº 01/2026

01/2026
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Os Exmos. Srs. Tiago Pedrosa Lazzaroni Dalperio, DD. Prefeito do Município; e Sidnei Oliveira da Silva torna público a realização do Concurso Público Unificado do Município e da Câmara Municipal de Tombos/MG - Edital Nº 01/2026, de Provas Objetivas de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, destinado a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos e cadastro de reserva para o quadro de pessoal do Município, observados os termos das Leis e demais normas contidas no Edital nº 01/2026. As inscrições para o Concurso Público serão realizadas somente pela

internet, no endereço eletrônico do **IBGP** (**www.ibgpconcursos.com.br**), no período entre **09h do dia 03 de agosto de 2026 e às 16h do dia 03 de setembro de 2026**, observado o horário de Brasília/DF, e critérios do Edital, que será publicado, em sua íntegra no endereço eletrônico: **www.ibgpconcursos.com.br**.

Tombos, 26 de maio de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO
Prefeito Municipal de Tombos/MG

SIDNEI OLIVEIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Tombos/MG

Publicado por:
Tânia Monteiro Cheregato
Código Identificador:1B91C8B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 002/2026 - EXTRATO DECISÃO DE RECURSO.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 031/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

O Prefeito Municipal de Uruana de Minas, nos termos do art. 165, § 2º da Lei 14.133/2021, acolho os termos da manifestação da Agente de Contratação acerca da decisão sobre o recebimento e julgamento IMPROCEDENTE do recurso administrativo interposto pela empresa UNAPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.454.470/0001-20, no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2026, CONCORRÊNCIA ELETRONICA N° 002/2026, adotando os referidos argumentos e fundamentos jurídicos da decisão como se aqui estivessem transcritos, que conheceu do recurso administrativo interposto pela referida empresa no mérito, julgou pela sua improcedência, para sua ratificação.

Uruana de Minas/MG, 26 de maio de 2026.

BRUNO RAPHAEL MOTA FERREIRA
Prefeito Municipal de Uruana de Minas

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:5D43DC60

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
PORTARIA Nº 101, DE 19 DE MAIO DE 2026

PORTARIA Nº 101, DE 19 DE MAIO DE 2026.

"Nomeia a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para fins de Estágio Probatório e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUCÂNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos Artigos 30 a 34 da Lei Complementar nº 143, de 18 de outubro de 2011,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, incumbida de avaliar a capacidade e a aptidão dos servidores em estágio probatório, para fins de confirmação no cargo, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I – Alexsandra Ramos dos Santos, matrícula 1342, representante da Administração;
II – Maria Cristina Trevenzoli Fontes, matrícula 1332**,** servidor responsável indicado pela Gestão de Pessoal: Representante da Administração;
III – Elica de Cássia Albuquerque, matrícula 649**,** representante dos Servidores;
IV – João Batista Lopes, matrícula 1366: Representante dos Servidores.

Art. 3º. Fica designado o servidor Maria Cristina Trevenzoli Fontes para exercer a função de Presidente e o servidor João Batista Lopes**,** para a função de Relator.

Art. 4º. A Comissão deverá avaliar os servidores observando fatores como relações humanas, desempenho, comprometimento, assiduidade e disciplina, conforme previsto no Art. 31 da referida Lei.
Art. 5º. A Comissão de Avaliação disporá do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento do parecer do supervisor imediato, para proceder à análise, discussão e votação do relatório de avaliação do servidor em estágio probatório.
§ 1º Concluída a avaliação, a Comissão elaborará o relatório circunstanciado e o encaminhará ao órgão de pessoal competente.
§ 2º Recebido o relatório, caberá ao órgão de pessoal promover a notificação formal do servidor avaliado, assegurando-lhe ciência integral de seu teor.
§ 3º Fica assegurado ao servidor o direito de apresentar manifestação por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, facultada a juntada de documentos que entender pertinentes.
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia/MG, 19 de maio de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:9E7FD64F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
PORTARIA Nº 102, DE 22 DE MAIO DE 2026

PORTARIA Nº 102, DE 22 DE MAIO DE 2026.

"Dispõe sobre Instauração de Sindicância Administrativa para Apuração de Suposta Irregularidade praticada por Servidor"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar sindicância administrativa destinada à apuração da situação funcional da servidora B. M. S., ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3222, para apuração dos fatos relacionados ao processo nº 5000478-77.2026.8.13.0355 e de outros que possam implicar em sua condição de servidora pública deste Município.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a comissão sindicante:

• Presidente: **Maria Neide Leonardo Fontes**, ocupante do cargo de Professora, matrícula 822;
• **Patrícia Souza Silva**, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula 607;
• **Arlinda Rozalina de Godoi Sampaio**, ocupante do cargo de Professor, matrícula 698.

Art. 3º A presente portaria constitui a peça inicial do procedimento de sindicância, devendo ser instruída com os autos e documentos pertinentes já existentes.

Art. 4º A comissão nomeada no artigo 2º desta portaria, no exercício de suas atribuições, terá pleno acesso à documentação necessária à elucidação dos fatos, podendo também proceder à coleta de depoimentos e de quaisquer outras provas que considerar pertinentes à devida apuração.
Art. 5º Estabelecer o prazo de 20 dias, prorrogáveis por igual período para a conclusão dos trabalhos, conforme §4º art. 175 da Lei Complementar nº 143 de 18 de outubro de 2011.
Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Município de Urucânia-MG, 22 de maio de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:28A0FFF5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
PORTARIA Nº 43/2026, DE 25 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 43/2026, DE 25 DE MAIO DE 2026.

> "Concede quinquênio aos servidores municipais que implementaram os requisitos do artigo 49-A em conformidade com o art. 49-B da Lei Complementar N° 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 de 18 de dezembro de 2023 e LC 23/2026 de 05 de março de 2026 que menciona, e dá outras providências".

O prefeito Municipal de Vieiras, Estado de Minas Gerais, **RICARDO CELLES MAIA**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Municipais, instituído pela Lei nº 37/1956; Lei Municipal Complementar N° 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, que instituiu a Estrutura de Pessoal, Sistema de Carreira e Consolidou os salários dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, alterada pela Lei Complementar Nº 18/2023, de 18 de dezembro de 2023 e Lei Complementar 23/2026 de 05 de março de 2026.

CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados implementaram os requisitos para a concessão do adicional por tempo de serviço nos termos do artigo 49-B da LC 04/2015, com redação dada pela LC 23/2026 de 05 de março de 2026;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 49-B o período compreendido entre 28/05/2020 a 31/12/2021;

CONSIDERANDO que o art.49-B, §1º determina que o pagamento será devido a partir 12/01/2026 em caso de preenchimento do requisito temporal na referida data.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10% (dez por cento) de gratificação quinquenal, sobre os vencimentos fixos com exceção do salário família, aos servidores abaixo relacionados, a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício junto ao Município de Vieiras/MG:

I – MARIA APARECIDA DE FARIA, portadora do **CPF: XXX.918.XXX-55,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 08/05/2026, devido desde o requerimento administrativo nos termos do art. 49-A, §3º.

II – LUCIANO BELINATO DA SILVA, portador do **CPF: XXX.535.XXX-76,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 07/05/2026, , devido desde o requerimento administrativo nos termos do art. 49-A, §3º.

III – TIAGO MARTINS LOPES, portador do **CPF: XXX.086.XXX-39,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 12/01/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-B, §1º.

IV – MAIBY RAQUEL RODRIGUES SILVEIRA, portadora do **CPF: XXX.348.XXX-80,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 10/03/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-A, §3º.

V – MARIA IMACULADA CONCEIÇÃO FERREIRA SILVEIRA, portadora do **CPF: XXX.467.XXX-47,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 10/03/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-A, §3º.

VI – RENATO BORGES DE FREITAS, portador do **CPF: XXX.729.XXX-05,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 12/01/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-B, §1º.

VII – JOSÉ HORGO DE FREITAS, portador do **CPF: XXX.680.XXX-56,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 12/01/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-B, §1º.

VIII – VERA LUCIA DOS SANTOS, portadora do **CPF: XXX.587.XXX-84,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 12/01/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-B, §1º.

IX – CLEIDINEIA APARECIDA CARVALHO VIEIRA PEREIRA, portadora do **CPF: XXX.223.XXX-78,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 12/01/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-B, §1º.

X – GEOVANE RODRIGUES DE MATOS, portador do **CPF: XXX.956.XXX-84,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 02/04/2026, devido desde o requerimento administrativo nos termos do art. 49-A, § 3º da LC 04/2015.

XI – AFRANIO FELIPE DE OLIVEIRA, portador do **CPF: XXX.356.XXX-10,** percentual de 10% (dez por cento) nos termos do art. 49-A e 49-B da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, alterada pela LC 18/2023 e LC 23/2026, com pagamento a partir do dia 12/01/2026, devido desde a implementação do requisito temporal com observância ao art. 49-B, §1º.

Art. 2° - Conceder 5% (cinco por cento) de gratificação, sobre os vencimentos fixos com exceção do salário família, ao servidor abaixo relacionado, por completar 30 (trinta) anos de efetivo exercício junto ao Município de Vieiras/MG:

I – CÉLIO FRANCISCO RODRGUES, portador do **CPF: XXX.816.XXX-20,** percentual de 5% (cinco por cento) nos termos do art. 49 da LC 04/2015, de 30 de dezembro de 2015, com pagamento a partir do dia 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3° - O setor de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para atendimento ao disposto nesta Portaria.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vieiras/MG, 25 de maio de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:47AE9C67

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Nos termos dos artigos 75, II da Lei nº 14.133/2021, ratifico o **Processo Licitatório nº 077/2026 – Dispensa nº 030/2026**, para aquisição de equipamentos de videomonitoramento, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Obras, **R2 ELETRO E ELETRÔNICOS LTDA**, CNPJ nº 07.171.114/0001-43, pelo valor de R$ 7.045,00 (Sete mil, quarenta e cinco reais). Visconde do Rio Branco, 25 de maio de 2026 -

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:85375218

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 158/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – CREDENCIAMENTO N° 005/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: WERÔNICA RODRIGUES REIS CHAGAS– OBJETO: credenciamento de profissionais para exercer a função de Monitor Educacional, a rede municipal de ensino para a Secretaria Municipal de Educação**. Data: 21/05/2026 – Vigência: 21/05/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:7510FEA6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO PRC 62-25

CONTRATO N° 147/2026 - PROCESSO Nº 062/2025 – CREDENCIAMENTO N° 005/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: SEBASTIÃO CARLOS DE PAIVA – OBJETO: contratação de serviços de conservação, serviços de jardinagem, operadores de roçadeira, objetivando a conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, estradas vicinais e demais bens públicos**. Data: 14/05/2026 – Vigência: 14/05/2027.**
****

CONTRATO N° 148/2026 - PROCESSO Nº 062/2025 – CREDENCIAMENTO N° 005/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: JUNIO ARCANJO DA SILVA – OBJETO: contratação de serviços de conservação, serviços de jardinagem, operadores de roçadeira, objetivando a conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, estradas vicinais e demais bens públicos**. Data: 14/05/2026 – Vigência: 14/05/2027.**
****

CONTRATO N° 149/2026 - PROCESSO Nº 062/2025 – CREDENCIAMENTO N° 005/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: MAXIMINO CARDOSO NETO – OBJETO: contratação de serviços de conservação, serviços de jardinagem, operadores de roçadeira, objetivando a conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, estradas vicinais e demais bens públicos**. Data: 14/05/2026 – Vigência: 14/05/2027.**
****

CONTRATO N° 150/2026 - PROCESSO Nº 062/2025 – CREDENCIAMENTO N° 005/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: SAMIRA APARECIDA BARBOSA – OBJETO: contratação de serviços de conservação, serviços de jardinagem, operadores de roçadeira, objetivando a conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, estradas vicinais e demais bens públicos**. Data: 14/05/2026 – Vigência: 14/05/2027.**
****

CONTRATO N° 151/2026 - PROCESSO Nº 062/2025 – CREDENCIAMENTO N° 005/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: PAULO CALMON DE BRITO FREIRE – OBJETO: contratação de serviços de conservação, serviços de jardinagem, operadores de roçadeira, objetivando a conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, estradas vicinais e demais bens públicos**. Data: 14/05/2026 – Vigência: 14/05/2027.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:957E2126

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATOS

CONCONTRATO Nº 156/2026 – PROCESSO Nº 047/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: LUAN COSTA MOREIRA – OBJETO: Contratação de banda local/regional de médio porte com até 07 componentes, para realização de eventos/festividades municipais. Data: 19/05/2026 – Vigência: 19/05/2027.
****

CONTRATO Nº 157/2026 – PROCESSO Nº 047/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: LC PRODUTORA LTDA – OBJETO: Contratação de dupla local/regional, trio local/regional, banda local/regional de médio porte com até 07 componentes, banda local/regional de grande porte acima de 07 componentes e DJ local/regional, para realização de eventos/festividades municipais. Data: 19/05/2026 – Vigência: 19/05/2027.
****

ONTRATO Nº 159/2026 – PROCESSO Nº 047/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: LEONI DOS SANTOS SILVA – OBJETO: Contratação de cantor(a) local/regional e trio local/regional, para realização de eventos/festividades municipais. Data: 19/05/2026 – Vigência: 19/05/2027.
****

CONTRATO Nº 160/2026 – PROCESSO Nº 047/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: WENDEL CARMANINI QUIRINO – OBJETO: Contratação de banda

local/regional de médio porte com até 07 componentes, para realização de eventos/festividades municipais. Data: 19/05/2026 – Vigência: 19/05/2027.

Publicado por:
Marina Silva Pinto
Código Identificador:798A32B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE BOCAIUVA

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2026

Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva – SAAE de Bocaiuva, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.118.506/0001-66, neste ato representado por sua Diretora Geral, Srta. IZABELLA SOUZA MEIRA.
Contratada: NELIA MARIA CYRINO LEAL INDUSTRIA DE MATERIAIS FUNDIDOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.109.083/0001-78.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de conexões flexíveis eadaptáveis, destinados ao SAAE de Bocaiuva/MG.
Origem: Processo Licitatório nº 32/2026 – Pregão Eletrônico nº 14/2026
Valor Global: R$ 164,186.00 (cento e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e seis reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotações próprias da autarquia.

Bocaiuva/MG, 26 de maio de 2026.

IZABELLA SOUZA MEIRA
Diretora Geral do SAAE

Publicado por:
Fernanda Santiago Librelon
Código Identificador:1F99CCC4

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PROCESSO 61/2026 DISPENSA 39/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA
O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE DE BOCAIÚVA através de seu Agente de Contratação torna público o P.L. 061/2026 – P.E. 039/2026. Obj.: **AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO ELETRÔNICO COM LEITOR FACIAL.. Propostas até o dia 28/06/2026 as 23h59min pelo endereço de e-mail licita.saaebocaiuva@gmail.com**. Edital e planilha de preço nos Portais: saaebocaiuva.com.br/licitacoes, e no pncp.gov.br.

MARLON ALEXSANDER SIQUEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Marlon Alexsander Silva Siqueira
Código Identificador:3EF9C3EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE ITAGUARA/MG

SAAE DE ITAGUARA/MG
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2026

Saae de Itaguara/MG torna pública a Ata de Registro de Preços nº 04/2026 referente ao processo licitatório 14/2026

Empresa detentora da Ata: M.G. ELETROFERRAGENS LTDA, CNPJ: 38.749.586/0001-64.

Vigência: 25/05/2026 a 24/05/2027

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:A47E3233

SAAE DE ITAGUARA/MG
CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 10/2026

Saae de Itaguara/MG torna pública o contrato referente ao processo licitatório 13/2026. Objeto: Contratação de empresa para recarga e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de extintores de incêndio para atender as necessidades da autarquia.

Contratada: NO FIRE EXTINTORES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 01.325.179/0001-10

VIGÊNCIA: 25/05/2026 a 24/11/2026

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:1FFA7EB6

SAAE DE ITAGUARA/MG
CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 11/2026

Saae de Itaguara/MG torna pública o contrato referente ao processo licitatório 19/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção da frota de veículos pesados do SAAE para atender as necessidades da autarquia.

Contratada: MARPE SERVIÇOS MECÂNICOS, CNPJ: 48.790.841/0001-76.

VIGÊNCIA: 01/06/2026 a 31/05/2027

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:E11101DB

SAAE DE ITAGUARA/MG
CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 12/2026

Saae de Itaguara/MG torna pública o contrato referente ao processo licitatório 10/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tornearia para atender as necessidades da autarquia.

Contratada: MARPE SERVIÇOS MECÂNICOS, CNPJ: 48.790.841/0001-76.

VIGÊNCIA: 01/06/2026 a 31/05/2027

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:995EAC0E

SAAE DE ITAGUARA/MG
DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRA DIRETA 016/2026

SAAE DE ITAGUARA torna publico o -Processo n.º016/2026 Dispensa de Licitação – Autorização - Objeto: Contratação de empresa para manutenção corretiva em máquina cortadora de asfalto marca FortMAC. Valor 1.680,00. Fundamentação: Art. 75, inciso II, lei 14.133/21.
Participante:
João Batista Costa de Oliveira CNPJ:60.934.624/0001-52

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA–
Diretor SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:BFD421EB

SAAE DE ITAGUARA/MG
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2026

SAAE de Itaguara/MG Torna pública a homologação do processo licitatório n°15/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA CONTROLE OPERACIONAL DE ADMINISTRATIVO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA , INCLUINDO IMPLATAÇÃO/MIGRAÇÃO /CONVERSÃO DE DADOS SUPORTE E ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS , afim de atender as necessidades do SAAE de Itaguara-MG
Empresa vencedor:
TECLA INFORMATICA LTDA CNPJ: 25.641.127/0001-10

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:CF8F62C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS/MG

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS/MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 07/2026 Nº PROC. ADM. 22/2026

Extrato de publicação que torna público para conhecimento dos interessados que o órgão SERVICOAUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE, de acordo com a regulamentação CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por ANA NIVEA NEVES SANTOS e tendocomo autoridade KAYO VINYCYUS DE SOUZA OLIVEIRA.

PUBLICAÇÃO: 26/05/2026 08:22
INÍCIO REC. PROPOSTA: 27/05/2026 09:00
FIM REC. PROPOSTA: 10/06/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 10/06/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 71.109,7000

OBJETO DO PROCESSO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À MANUTENÇÃOPREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS OPERACIONAIS, INSTALAÇÕES PREDIAIS, PAINÉIS ELÉTRICOS, BOMBAS,MOTORES E DEMAIS UNIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMODE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE CARMO DE MINAS.

Para demais informações contato via e-mail: atendimento@saaecarmodeminas.mg.gov.br, telefone: 3533342042 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DVYCoyhiCNeLaQLkfacXBqDptP0nYkWzt85HVOKT6iDDtGcRrh4CE6Q0ztIc%2FFWSIQDGEp9PLV4LbvRUW3EIjFcscA%2FsnpBWGw_D9z6hbF_g%3D

Publicado por:
Bruna Silveira Barbosa
Código Identificador:4E442291

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LAGOA FORMOSA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026

Torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 009/2026 para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado em ambiente WEB, destinado ao controle operacional, administrativo e de qualidade da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do SAAE, abrangendo a sede e o distrito de Monjolinho de Minas, incluindo implantação, treinamento e licenciamento mensal com suporte, manutenção, atualizações e customizações, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, na qual a empresa vencedora foi: **TECLA INFORMATICA LTDA.**
O presente pregão foi homologado no dia 26 de maio de 2026. O contrato com a empresa citada acima será publicado.

Mais informações: www.saaelagoa.com.br; almoxarifado@saaelagoa.com.br

GERALDO EUSTÁQUIO CAMARGOS
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Marianne Silva Dos Santos
Código Identificador:154DA0C4

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EXTRATO DO CONTRATO 047/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. **Objeto:** Aquisição de retroescavadeira nova, com 0 (zero) horas trabalhadas, para o Sistema de Água e Esgoto do SAAE de Passos/MG. **Da Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021. **Do Valor:** O valor total da contratação é de R$424.900,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e novecentos reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, sob a Ficha 76 – "Equipamentos e Material Permanente", da atividade "Ampliação/Reforma e Reap. Do Sistema de Água". Processo Administrativo Licitatório 033/2026, Pregão Eletrônico nº 013/2026. Passos/MG, 26 de maio de 2026.

ANTONIO SERGIO FERNANDES DA SILVA –
Diretor Adjunto do SAAE.

Publicado por:
Rosa Cornélia Machado Baldini
Código Identificador:2E5E2ABD

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RAUL SOARES

SAAE RAUL SOARES
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 18/2025

Extrato do 1º Termo aditivo ao contrato 18/2025- Decorrente da dispensa eletrônica 03/2025, Data da assinatura: 22/05/2026, nos termos da Lei n°.14.133/2021, com suas posteriores alterações; Contratante SAAE, Contratada: Caique de Assis Silva LTDA, CNPJ 26.425.705/0001-44; Objeto: Alteração de valor, passando o valor para R$ 10.021,44 (Dez mil e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), aumentando em 4,39% o valor mensal do contrato, com

base no IPCA dos últimos 12 meses. Vigência: 23/05/2026 a 23/05/2027. Dotação orçamentária 17.122.0121.6001.3.3.90.39.36.

Raul Soares-MG, 26 de maio de 2026.

CLÁUDIO ALVES DE BARROS -
Diretor do SAAE

Publicado por:
Maria do Carmo Oliveira da Cunha Fernandes
Código Identificador:7D0731C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
LEI COMPLEMENTAR Nº062/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 062,
DE 18 DE MAIO DE 2026.

Altera o Anexo I da Lei n.º 1.030, de 29 de fevereiro de 2008, que regulamenta o Município – Programa de Saúde da Família (PSF) – Programa de Saúde Bucal (PSB), para criar cargos que menciona, e dá outras providências.

O Povo de Guaraciaba, estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de Enfermeiro, que deverá ser provido por meio de processo seletivo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba – MG e subordinação direta ao Secretário Municipal de Saúde.
Parágrafo único. As especificações complementares relativas ao número de vagas, carga horária, remuneração, escolaridade e atribuições inerentes ao referido cargo estão detalhadas nos Anexos I e II desta Lei.
Art. 2º Fica criado o cargo de Profissional de Educação Física na Saúde, que deverá ser provido por meio de processo seletivo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba – MG e subordinação direta ao Secretário Municipal de Saúde.
Parágrafo único. As especificações complementares relativas ao número de vagas, carga horária, remuneração, escolaridade e atribuições inerentes ao referido cargo estão detalhadas nos Anexos I e II desta Lei.
Art. 3º Fica criado o cargo de Psicólogo, que deverá ser provido por meio de processo seletivo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba – MG e subordinação direta ao Secretário Municipal de Saúde.
Parágrafo único. As especificações complementares relativas ao número de vagas, carga horária, remuneração, escolaridade e atribuições inerentes ao referido cargo estão detalhadas nos Anexos I e II desta Lei.
Art. 4º O Anexo I, que trata Das Funções – Programa de Saúde da Família (PSF) – Programa de Saúde Bucal (PSB), da Lei n.º 1.030, de 29 de fevereiro de 2008, passa a vigora com as seguintes alterações constantes no Anexo I desta Lei.

Art. 5º A Lei n.º 1.030, de 29 de fevereiro de 2008, passa a vigorar acrescida do Anexo II, na forma do Anexo II desta Lei

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações específicas consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, nos termos do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba-MG, 18 de Maio de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

ANEXO I
LEI N.º 1.030, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008.
DAS FUNÇÕES – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) – PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL (PSB)
CARGO PÚBLICO – QUADRO DE VAGAS – PROVIMENTO – JORNADA – ATRIBUIÇÃO

FUNÇÃO DENOMINAÇÃO	VAGAS	JORNADA SEMANAL	REMUNERAÇÃO	ACESSO	ATRIBUIÇÕES	ESCOLARIDADE
Nutricionista	01	20 HORAS	R$ 2.054,68	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Nutrição
Enfermeiro	01	20 HORAS	R$ 2.200,00	Processo Seletivo	Anexo II	Enfermagem
Enfermeiro	04	40 HORAS	R$ 4.235,83	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Enfermagem
Psicólogo	01	20 HORAS	R$ 2.401,00	Processo Seletivo	Anexo II	Psicologia
Auxiliar de Enfermagem	08	40 HORAS	R$ 1.518,00	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Ensino Médio Completo Curso Técnico em Enfermagem
Profissional de Educação Física na Saúde	01	20 HORAS	R$ 2.000,00	Processo Seletivo	Anexo II	Bacharelado ou Licenciatura em Educação Física
Agente Comunitário de Saúde	26	40 HORAS	2 (dois) Salários Mínimos LC n.º 042/2019	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Ensino Fundamental
Odontólogo	04	40 HORAS	R$ 4.235,83	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Odontologia
Coordenador de Equipes	01	40 HORAS	R$ 5.125,35	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Superior
Agente de Informação	01	40 HORAS	R$ 1.689,25	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Ensino Médio
Auxiliar de Consultório Dentário	04	40 HORAS	R$ 1.518,00	Processo Seletivo	Lei Federal PSF	Ensino Médio

ANEXO II

ANEXO II
LEI N.º 1.030, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008
ATRIBUÇÕES CARGOS PÚBLICOS

N.º	CARGO	ATRIBUIÇÕES
1	Enfermeiro	1 – Realizar consulta de enfermagem, incluindo acolhimento, anamnese, exame físico, diagnóstico de enfermagem, prescrição de cuidados e acompanhamento dos usuários, conforme protocolos estabelecidos; 2 – Solicitar exames complementares no âmbito dos programas de saúde pública e protocolos do Ministério da Saúde, observadas as disposições legais da profissão;

		3 – Executar procedimentos de enfermagem, tais como curativos, administração de medicamentos, retirada de pontos, aferição de sinais vitais, entre outros; 4 – Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações de assistência de enfermagem no âmbito da Atenção Primária à Saúde; 5 – Realizar o acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, garantindo o acesso humanizado e organizado aos serviços de saúde; 6 – Desenvolver ações de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, individuais e coletivas, conforme as necessidades da população adscrita; 7 – Acompanhar grupos prioritários, tais como gestantes, crianças, idosos, portadores de doenças crônicas, entre outros, promovendo o cuidado integral; 8 – Realizar e/ou participar de visitas domiciliares, com foco no acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade; 9 – Supervisionar, orientar e avaliar as atividades dos técnicos e auxiliares de enfermagem, bem como dos Agentes Comunitários de Saúde, quando pertinente; 10 – Participar do planejamento, organização e avaliação das ações da equipe de saúde, contribuindo para o alcance dos indicadores e metas pactuadas; 11 – Desenvolver e participar de ações educativas em saúde, voltadas à população e à equipe, promovendo a autonomia e o autocuidado; 12 – Atuar nas ações de vigilância em saúde, incluindo notificação, investigação e monitoramento de agravos e doenças de interesse em saúde pública; 13 – Registrar as informações em sistemas oficiais de informação em saúde, garantindo a qualidade e fidedignidade dos dados; 14 – Participar de campanhas e programas de saúde pública, tais como imunização, controle de endemias e outras ações estratégicas; 15 – Organizar e manter o controle de insumos, equipamentos e materiais da unidade de saúde; 16 – Atuar de forma integrada com a rede de atenção à saúde, promovendo o encaminhamento e acompanhamento dos usuários quando necessário; 17 – Desenvolver ações específicas voltadas a populações vulneráveis, incluindo comunidades tradicionais e quilombolas, respeitando suas particularidades culturais; 18 – Cumprir as normas técnicas, éticas e legais da profissão, bem como as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS); 19 – Executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme necessidade do serviço.
2	Psicólogo	1 – Realizar acolhimento e atendimento psicológico individual e coletivo, conforme as necessidades da população; 2 – Desenvolver ações de promoção da saúde mental, prevenção de agravos e reabilitação psicossocial; 3 – Atuar junto às equipes da Atenção Primária, contribuindo para o cuidado integral e interdisciplinar dos usuários; 4 – Identificar e intervir em situações de sofrimento psíquico, transtornos mentais, uso de álcool e outras drogas, violência e vulnerabilidades sociais; 5 – Realizar atendimentos compartilhados e apoio matricial às equipes de saúde; 6 – Desenvolver e conduzir grupos terapêuticos e educativos, conforme demandas do território; 7 – Realizar visitas domiciliares, quando necessário, para acompanhamento de casos; 8 – Articular ações com a rede de atenção psicossocial (RAPS) e demais políticas públicas intersetoriais; 9 – Registrar atendimentos e informações em prontuários e sistemas oficiais de saúde; 10 – Participar do planejamento, execução e avaliação das ações da equipe de saúde; 11 – Desenvolver ações voltadas à população em situação de vulnerabilidade, incluindo comunidades tradicionais e quilombolas; 12 – Atuar em ações educativas junto à comunidade e equipes, promovendo saúde mental e qualidade de vida; 13 – Participar de campanhas e programas de saúde pública; 14 – Cumprir as normas éticas e técnicas da profissão e as diretrizes do SUS; 15 – Executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme necessidade do serviço.
3	Profissional de Educação Física na Saúde	1 – Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de promoção da saúde por meio da prática de atividades físicas; 2 – Desenvolver programas e projetos de atividade física voltados à prevenção de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e obesidade; 3 – Realizar avaliação física dos usuários, respeitando suas condições de saúde e limitações; 4 – Prescrever e orientar exercícios físicos individuais e coletivos, adequados ao perfil da população atendida; 5 – Conduzir grupos de atividade física, ginástica, alongamento, práticas corporais e outras atividades; 6 – Atuar em conjunto com a equipe multiprofissional, contribuindo para o cuidado integral dos usuários; 7 – Desenvolver ações educativas voltadas à importância da atividade física e hábitos de vida saudáveis; 8 – Atuar junto a grupos prioritários, como idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas e população em situação de vulnerabilidade; 9 – Realizar atividades em espaços comunitários, promovendo a integração social e o bem-estar; 10 – Participar de ações intersetoriais com outras políticas públicas; 11 – Registrar as atividades realizadas em sistemas de informação e relatórios de acompanhamento; 12 – Apoiar campanhas e programas de saúde pública; 13 – Desenvolver ações específicas para comunidades tradicionais, incluindo comunidades quilombolas, respeitando aspectos culturais; 14 – Cumprir normas técnicas e éticas da profissão, bem como as diretrizes do SUS; 15 – Executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme necessidade do serviço.

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:09F0B1E2

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2024

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna pública a celebração do Segundo Termo Aditivo ao contrato nº. 038/2024 – **SILVA EXTINTORES LTDA., CNPJ nº 05.158.735/0001-61.**

É objeto do presente Segundo Termo Aditivo a prorrogação de vigência do Contrato nº 038/2024, pelo período de 12 (doze) meses, conforme art. 105 da Lei Federal, Lei nº. 14.133/2021, iniciando-se em 20/05/2026 até 20/05/2027.
É também objeto deste termo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na prestação de serviços de controle e manutenção nos extintores de incêndio, nível 2, em toda a sede desta Autarquia e seus setores adjacentes, conforme quantidade demonstrada especificada. Os serviços compreendem, recarga, limpeza dos componentes e desobstrução, conforme NBR pertinente aos serviços dessa natureza. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QUANTIDADE (EXTINTORES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR ATUALIZADO COM PERCENTUAL DE REEQUILÍBRIO DE 0,31%IGPM	Valor total
01	Manutenção de Extintor de incêndio PQS 08 KG-BC	PS	15	R$ 70,25	R$ 70,45	R$ 1.056,75
02	Manutenção de Extintor de incêndio CO2 06 KG	PS	08	R$129,93	R$ 130,33	R$ 1.042,64
03	Manutenção de Extintor de incêndio PQS 06 KG-BC	PS	17	R$ 62,66	R$ 62,85	R$ 1.068,45
04	Manutenção de Extintor de	PS	1			R$ 0,00

	incêndio AP 10 L					
05	**Manutenção de Extintor de incêndio PQS 06 KG-ABC**	**PS**	**2**	**R$ 73,51**	**R$ 73,74**	**R$ 147,48**
	VALOR TOTAL					**R$ 3.315,32**

Valor total do aditivo fica em R$ 3.315,32 (Três mil e trezentos e quinze reais e trinta e dois centavos).
Este Termo Aditivo estará vigente pelo período de 12 (doze) meses iniciando em 20/05/2026 até 20/05/2027.

João Monlevade, 20 de maio de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:C99CEFA0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERCEIRO APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025

Considerando que é retificar o valor do presente aditivo;

Fica retificado;

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL	VALOR ATUALIZADO	SALDO	DIFERENÇA	ACRESCIMO
20	SA	**CONDROFLEX 1,5G + 1,2G**c/30 sachês 4G MARCA: **ADIUM/ZODIAC**	R$ 4,35	R$ 4,40	90	R$ 0,05	R$ 4,50
93	CP	**TRILEPTAL 600MG**60CPR MARCA: **NOVARTIS**	R$ 4,48	R$ 4,59	1080	R$ 0,11	R$ 118,80

Onde SE LÊ *"*O acréscimo deste Termo aditivo representa um acréscimo de **R$ 123,30 (centro e vinte e três reais e trinta centavos)** ao valor inicial do contrato, o que simboliza o valor total estimando do contrato de **R$ 36.712,26 (trinta e seis mil, setecentos e doze reais e vinte e seis centavos).''**

LEIA-SE

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL	VALOR ATUALIZADO	SALDO	DIFERENÇA	ACRESCIMO
20	SA	**CONDROFLEX 1,5G + 1,2G**c/30 sachês 4G MARCA: **ADIUM/ZODIAC**	R$ 4,35	R$ 4,57	90	R$ 0,22	R$ 19,80
93	CP	**TRILEPTAL 600MG**60CPR MARCA: **NOVARTIS**	R$ 4,48	R$ 4,59	1080	R$ 0,11	R$ 118,80

*"*O acréscimo deste Termo aditivo representa um acréscimo de **R$ 138,60 (centro e trinta e oi reais e trinta centavos)** ao valor inicial do contrato, o que simboliza o valor total estimando do contrato de **R$ 36.727,56 (trinta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).**

Por ser verdade, e para correção e resguardo desta Administração, lavrei a presente retificação.

CONQUISTA/MG, 26 DE MAIO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral Do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:F33C6665

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL-ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL MAIO/2025 - ABRIL/2026

MUNICIPIO DE DIVINÓPOLIS - MG			
PODER LEGISLATIVO			Exercício de 2026
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MAIO/2025 - ABRIL/2026			
RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")			
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL (c = a + b)
	LIQUIDADAS - Até Periodo	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.035.825,38	0,00	23.035.825,38
Pessoal Ativo	22.346.197,31	0,00	22.346.197,31
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.499.641,38	0,00	18.499.641,38

Obrigações Patronais	3.846.555,93	0,00	3.846.555,93
Pessoal Inativo e Pensionistas	689.628,07	0,00	689.628,07
Aposentadorias, Reserva e Reformas	650.096,96	0,00	650.096,96
Pensões	39.531,11	0,00	39.531,11
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**23.035.825,38**	**0,00**	**23.035.825,38**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**1.198.235.108,30**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**3.037.000,00**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	**1.170.012,00**	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	**14.868.312,00**	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**1.179.159.784,30**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**23.035.825,38**	**1.95%**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**70.749.587,06**	**6%**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**67.212.107,71**	**5,7%**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**63.674.628,35**	**5,4%**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DIVINOPOLIS. Emissão: 25/05/2026, às 13:42:22.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota(s) Explicativa(s):		

ISRAEL MENDONÇA	*CRISTIANO GOMES PINHEIRO*	*ANTONIO CARLOS FERREIRA*	*ANTONIO SERGIO GARCIA FERREIRA*
Presidente - CPF 77411935620	Controle Interno	Contador - CRC 095167/O-1	Diretor Contábil, Financeiro e

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F7E08DE5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2026. CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de obras de drenagem em estradas do Município de Guaraciaba/MG, consistentes na implantação de bueiros tubulares de concreto Ø1000 mm, simples e duplos (BSTC e BDTC), com execução de alas de contenção, para atendimento das demandas do Município de Guaraciaba/MG. Fornecedor habilitado conforme descrições abaixo:

FORNECEDOR: PREMOLDADOS E CONSTRUTORA VIANA
CNPJ/MF: 20.123.886/0001-78
ASSINATURA: 26/05/2026
VIGÊNCIA: 12 MESES

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DUPLO TUBULAR DE CONCRETO 1000MM - COMPRIMENTO 8,00 METROS	UN	20	R$ 58.890,00	R$ 1.177.800,00
2	CONSTRUÇÃO DE BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO 1000MM - COMPRIMENTO 8,00 METROS	UN	20	R$ 42.880,00	R$ 857.600,00
	VALOR TOTAL DA ATA			**R$ 2.035.400,00**	

Guaraciaba/MG, 26 de maio de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

JOEL DA CRUZ DA SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Transportes

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:EA96CD16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2025

PROCESSO Nº 020/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: L & E LOCACOES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.124.011/0001-00. Objeto: Constitui objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 009/2025, decorrente do Processo nº 020/2025, cujo objeto é o "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de máquinas pesadas e caminhões, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e

Transportes de Guaraciaba/MG", pelo período adicional de 04 (quatro) meses, mantidas as condições estabelecidas na Ata original. Ressalta-se que não haverá acréscimo no quantitativo registrado, permanecendo inalterados os valores totais inicialmente pactuados, sendo a continuidade da execução contratual restrita à utilização do saldo remanescente dos quantitativos originalmente registrados, conforme discriminado a seguir:

ITEM	PRODUTO	MODELO	UNID.	QUANTID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHAO BASC.6X2, 3EI:** Motor de 6 cilindros e 220 cv de potência (ou superior) tração 6 x 2 com 3 eixos - ano de fabricação mínima 2010. Operador ou motorista e combustível a cargo do contratado. OBS: Poderão ser solicitados de 1 a 3 veículos para execução simultânea dos serviços. Os veículos devem ter sistema de rastreamento veicular instalado para monitoramento do veículo contratado. Os veículos devem ter sistema de rastreamento veicular e horímetro instalado para monitoramento do veículo contratado.	VOLKSWAGEM. 24250. ANO. 2010.	HORA	729,10	R$ 150,91	R$ 110.028,48
VALOR TOTAL: R$ 110.028,48 (Cento e dez mil, vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).						

Vigência: Até 25/09/2026
Fundamentação: Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
Assinatura: 26/05/2026.

Guaraciaba/MG, 26 de maio de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

JOEL DA CRUZ DA SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Transportes

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:D794B54C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066|2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013|2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto (REP), com tecnologia de identificação por biometria facial, incluindo suporte técnico e manutenção, pelo período de 12 (doze) meses.

Vistos, etc.

Compulsando os autos do Processo Licitatório nº 066|2026 – Dispensa de Licitação nº 013|2026, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto (REP), com tecnologia de identificação por biometria facial, incluindo suporte técnico e manutenção, pelo período de 12 (doze) meses**, através da empresa **MINAS PONTO RELÓGIOS DE PONTO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 22.289.466/0001-91, com base no Parecer da Comissão de Contratação e Parecer Jurídico acostados ao presente, nos termos do art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021 na forma do Art. 4º, IV, do Decreto Municipal nº 016/2023, nos seguintes termos:

CONTRATADA: MINAS PONTO RELÓGIOS DE PONTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.289.466/0001-91.

VALOR TOTAL: O valor da contratação é de **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)**, sendo pago mensalmente **R$ 700,00 (setecentos reais)**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (12 meses)
0001	Locação de equipamento de registro de ponto eletrônico através de leitor de biometria facial de rosto único, incluindo instalação, configuração e treinamento presencial acerca dos equipamentos, com display touch de 3,5", sistema antifraude, reconhecimento com máscara, alimentação via PoE, proteção IP65 para ambientes internos e externos, e visualização de relatórios diretamente no equipamento, conforme especificações descritas no Termo de Referência. Serviços de licenciamento de uso mensal de software de gestão de ponto, incluindo migração de dados, parametrização, implantação, configuração e manutenção da base de dados do sistema em servidor local, com utilização de banco de dados Firebird, gratuito e seguro, e com serviços de backup disponíveis na aplicação para 200 servidores. Gabinete de madeira para instalação de equipamentos e insumos, confeccionado em MDP com acabamento padrão estético compatível com ambientes institucionais, com dimensões externas de 31 cm de altura, 22 cm de largura, base inferior com profundidade de 13,5 cm e parte superior com profundidade de 16,5 cm, contendo divisão interna de 27 cm para acomodação do equipamento de leitura facial, compartimento embutido para filtro de linha e fonte de energia, com estrutura que garante ocultação dos componentes elétricos e permite fácil acesso técnico para manutenção e passagem de cabos. Filtro de linha	SERV	05 Locais	R$ 140,00	R$ 700,00	R$ 8.400,00

	com 3 tomadas padrão NBR 14136, metálico na cor cinza com abas para fixação, disjuntor desarmável de proteção contra sobrecarga, capacidade de até 10A, cabo de alimentação com 1,2 metro, adequado para uso profissional em instalações elétricas seguras e organizadas. Serviços inclusos no fornecimento, abrangendo suporte total do sistema com instalação e treinamento presencial, suporte técnico presencial e remoto via WhatsApp e ligações, realização de visitas mensais, cadastramento das faces dos colaboradores, treinamento dos operadores, e suporte completo dos equipamentos com substituição em até 24 horas, quando necessário.					

Guarani-MG, 26 de maio de 2026.

MARLEI GONÇALVES
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:1F404730

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3209

DECRETO N.º 3209

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2025)

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3274 de 30/12/2025, DECRETA:

Art. 1º **-** Ficam suplementadas nas importâncias que abaixo se especifica, e que totalizam R$ 3.369.573,62 (três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos), as seguintes dotações de despesa do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**			
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**			
02.05.03.10.302.0210.2416	Manut. Ativ. Prestadores de Serviços da Atenção de Média e Alta Complex. Ambulat. e Hospitalar			
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos 2.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)			R$	325.621,35
Fonte de Recursos 2.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)			R$	1.019.387,15
02.05.03.10.302.0210.2427	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde da Atenção de Média e Alta Complex. Ambulat. e Hospitalar			
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização			
Fonte de Recursos 2.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)			R$	194.458,97
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos 2.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)			R$	113.577,83
02.05.05.10.305.0243.2047	Manut. Ativ. Vigilância em Saúde			
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos 2.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)			R$	6.638,00
02.06	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**			
02.06.09.08.245.0128.1386	Obras e Instalações do Centro de Convivência			
4.4.90.51	Obras e Instalações			
Fonte de Recursos 2.710.000 – Transferência Especial dos Estados (Rec. Exerc. Ant.)			R$	20.288,20
02.07	**Secretaria Municipal de Educação**			
02.07.01.12.361.0403.2246	Manut. Ativ. do Ensino Fundamental – Fundeb 30%			
3.3.90.30	Material de Consumo			
Fonte de Recursos 2.540.000 – Transferência do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos (Rec. Exerc. Ant.)			R$	32.898,00
02.07.01.12.361.1337.2627	Manut. Ativ. Integral em Tempo Integral – Ensino Fundamental			
3.3.90.30	Material de Consumo			
Fonte de Recursos 2.546.000 – Transferência do FUNDEB – Complementação da União – ETI (Rec. Exerc. Ant.)			R$	38.625,36
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos 2.546.000 – Transferência do FUNDEB – Complementação da União – ETI (Rec. Exerc. Ant.)			R$	173.000,00
02.07.01.12.365.1337.2628	Manut. Ativ. Educação Integral em Tempo Integral – Educação Infantil - Creche			
3.3.90.30	Material de Consumo			
Fonte de Recursos 2.546.000 – Transferência do FUNDEB – Complementação da União – ETI (Rec. Exerc. Ant.)			R$	16.078,76
02.07.02.12.361.0403.2116	Escolas Municipais e Municipalizadas do Ensino Fundamental			
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita			
Fonte de Recursos 2.550.000 – Transferência do Salário-Educação (Rec. Exerc. Ant.)			R$	167.864,40
02.07.02.12.365.0401.2470	Manut. Ativ. Educação Infantil – Pré-Escola			
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita			
Fonte de Recursos 2.550.000 – Transferência do Salário-Educação (Rec. Exerc. Ant.)			R$	215.426,30
02.07.02.12.365.0401.2471	Manut. Ativ. Educação Infantil - Creche			
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita			
Fonte de Recursos 2.550.000 – Transferência do Salário-Educação (Rec. Exerc. Ant.)			R$	235.709,30
02.10	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**			
02.10.02.22.661.0693.1541	Desapropriação de Imóveis para o Polo Industrial IV			
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis			
Fonte de Recursos – 2.710.000 Transferência Especial dos Estados (Rec. Exerc. Ant.)			R$	810.000,00
TOTAL.....			**R$**	**3.369.573,62**

Art. 2º - Constitui Recurso para as suplementações mencionadas no art. 1º o Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (2025) no valor de R$ 3.369.573,62 (três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos). Discriminado por Fontes de Recursos:

Superávit Financeiro:

Fonte de Recursos: 2.540.000	Transferência do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos (Rec. Exerc. Ant.)	R$	32.898,00
Fonte de Recursos: 2.546.000	Transferência do FUNDEB – Complementação da União – ETI (Rec. Exerc. Ant.)	R$	227.704,12
Fonte de Recursos: 2.550.000	Transferência do Salário-Educação (Rec. Exerc. Ant.)		619.000,00
Fonte de Recursos: 2.600.000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)	R$	633.658,15
Fonte de Recursos: 2.621.000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)	R$	1.026.025,15
Fonte de Recursos: 2.710.000	Transferência Especial dos Estados (Rec. Exerc. Ant.)	R$	830.288,20
	TOTAL.....	**R$**	**3.369.573,62**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé (MG), 01 de abril de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:EA52A400

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3210

DECRETO N.º 3210

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM RECÍPROCAS ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DE 2026

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3274 de 30/12/2025, DECRETA:

Art. 1º – Ficam suplementadas nas importâncias que abaixo se especifica, e que totalizam R$ 2.083.583,69 (dois milhões e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos), as seguintes dotações de despesa do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.02	**Secretaria Municipal de Administração**		
02.02.03.09.271.0181.2020	Manutenção Atividades Pgto Pessoal Aposentado e Pensionista		
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	53.500,00
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**		
02.05.02.10.301.0202.2050	Manut. Ativ. Agentes Comunitários de Saúde – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.94	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	76.500,00
02.05.03.10.302.0210.2417	Manut. Ativ. Hospitalar e Rede de Urgência e Emergência		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	907.000,00
02.05.03.10.302.0210.2565	Manut. Ativ. Rede de Atenção Psicossocial - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	350,00
02.05.03.10.302.0210.2599	Manut. Ativ. Unidade de Pronto Atendimento (UPA)		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	155.066,09
02.05.03.10.302.0210.2604	Manut. Ativ.Serviço de Atenção Domiciliar – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	800,00
02.05.04.10.303.0230.2421	Manut. Ativ. Assistência Farmacêutica - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.600,00
02.05.05.10.305.0243.2566	Manut. Ativ. Vigilância Epidemiológica - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	7.000,00
02.05.06.10.301.0210.1018	Aquisição Equip. e Material Permanente p/ Unidades de Saúde da Atenção Básica		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.621.000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		R$	73.875,60
02.05.06.10.302.0210.1024	Aquis. Equip. Mat. Perman. p/ Unidades e Serviços de Saúde da Atenção de Média e Alta Complex. Ambulat. e Hospitalar		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	17.700,00
02.06	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**		
02.06.01.08.122.0052.2056	Manut. Ativ. Secretaria Municipal Desenvolvimento Social		

3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	17.000,00
02.06.01.08.246.1334.2407	Manut. Ativ. SINE (Sistema Nacional de Empregos)		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.000,00
02.07	**Secretaria Municipal de Educação**		
02.07.01.12.361.0403.1479	Construção, Ampliação e/ou Reforma de Escolas do Ensino Fundamental – FUNDEB 30%		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos: 1.540.000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		R$	568.762,00
02.07.02.12.122.0052.2110	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Educação – Dir. Administrativa		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	5.000,00
02.07.02.12.122.1336.2469	Manut. Ativ. Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado (CEMAE)		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.000,00
02.07.06.12.361.0407.2441	Manut. Ativ. Transporte Escolar – Ens. Fundamental		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	3.900,00
02.09	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**		
02.09.01.15.452.0052.2157	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	6.000,00
02.09.03.26.782.1325.2532	Manutenção das Atividades da Seção de Oficina e Abastecimento		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	117.000,00
02.10	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**		
02.10.01.04.122.0052.2177	Manut. Ativ. Secretaria Mun. Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	20.000,00
02.10.02.23.691.0703.2616	Termos e Parcerias		
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.000,00
02.10.03.20.605.0645.2185	Manut. Ativ. Seção de Apoio ao Pequeno Produtor		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	10.000,00
02.11	**Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social**		
02.11.01.06.182.1001.1392	Obras e Instalações da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos: 1.751.000 – Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		R$	3.850,00
02.11.01.06.182.1001.2428	Manut. Ativ. da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social (SMSDS)		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	15.000,00
02.11.02.26.782.0727.2432	Manut. Ativ. da Diretoria Municipal de Trânsito (DIMUTRAN)		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.000,00
02.11.03.06.181.1001.2435	Manut. Das Atividades da Guarda Civil Municipal (GCM)		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.000,00
02.13	**Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo**		
02.13.01.04.121.0052.2521	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	9.680,00
TOTAL		**R$**	**2.083.583,69**

Art. 2º - Constituem Recursos para as suplementações mencionadas no art. 1º deste Decreto, as anulações das dotações do orçamento de 2026 que somam R$ 2.083.583,69 (dois milhões e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos), abaixo discriminadas:

02	**Poder Executivo**		
02.01	**Secretaria Municipal de Governo**		
02.01.01.04.122.0052.2001	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Governo		
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	15.000,00
02.02	**Secretaria Municipal de Administração**		
02.02.01.04.122.0052.2008	Manut. Ativ.Secretaria Municipal de Administração		
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	49.070,00
02.02.03.09.271.0181.2020	Manutenção Atividades Pgto Pessoal Aposentado e Pensionista		
3.1.90.03	Pensões		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.430,00
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**		
02.05.02.10.301.0210.2039	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde da Atenção Básica		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		R$	73.875,60
02.05.02.10.301.0210.2412	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde de Atenção Básica - Remuneração. de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	100.950,00
02.05.03.10.302.0210.2414	Manut. Ativ. Média e Alta Complexidade Ambulat. e Hospitalar - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	800.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	107.000,00
02.05.03.10.302.0210.2599	Manut. Ativ. Unidade de Pronto Atendimento (UPA)		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	155.066,09
02.05.05.10.305.0243.2566	Manut. Ativ. Vigilância Epidemiológica - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		

Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	7.000,00
02.06	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**		
02.06.01.08.122.0052.2056	Manut. Ativ. Secretaria Municipal Desenvolvimento Social		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.000,00
02.06.01.08.246.1334.2407	Manut. Ativ. SINE (Sistema Nacional de Empregos)		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.000,00
02.06.09.08.245.0128.2097	Manut. Ativ. Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	11.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	6.000,00
02.07	**Secretaria Municipal de Educação**		
02.07.01.12.361.0403.2246	Manut. Ativ. do Ensino Fundamental – FUNDEB 30%		
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Fonte de Recursos: 1.540.000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		R$	108.762,00
02.07.01.12.365.0401.2467	Manut. Ativ. Educação Infantil – Pré-Escola – FUNDEB 70%		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos: 1.540.000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		R$	460.000,00
02.07.02.12.122.1336.2469	Manut. Ativ. Centro de Apoio Educacional Especializado (CEMAE)		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	7.000,00
02.07.06.12.361.0407.2441	Manut. Ativ. Transporte Escolar – Ensino Fundamental		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	3.900,00
02.09	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**		
02.09.02.15.452.1349	Obras e Instalações do Sistema de Drenagem Pluvial		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	6.000,00
02.09.03.26.782.1325.2532	Manutenção das Atividades da Seção de Oficina e Abastecimento		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	117.000,00
02.10	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**		
02.10.01.04.122.0052.2177	Manut. Ativ. Secretaria Mun. Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	10.000,00
02.10.02.04.122.0052.2612	Convênio Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão- SEPLAG-UAI Compartilha		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	10.000,00
02.10.03.20.605.0669.2333	Manut. Ativ. p/ Programa Desenv. Cadeia Produtiva Leite e Melhoramento Genético		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	10.000,00
02.11	**Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social**		
02.11.01.06.182.1001.2428	Manut. Ativ. da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social (SMSDS)		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.751.000 – Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP)		R$	3.850,00
02.11.02.26.782.0727.2432	Manut. Ativ. da Diretoria Municipal de Trânsito (DIMUTRAN)		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.000,00
02.11.03.06.181.1001.2435	Manut. das Atividades da Guarda Civil Municipal (GCM)		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.000,00
02.13	**Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo**		
02.13.01.04.121.0052.2521	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	5.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.680,00
TOTAL		**R$**	**2.083.583,69**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé (MG), 01 de abril de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:88FA836F

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3214

DECRETO N.º 3214

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NA ESPÉCIE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3288 de 14/04/2026, DECRETA:

Art. 1º - Ficam criadas, nas importâncias que abaixo se especificam, e que totalizam R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), as seguintes dotações de despesas do orçamento vigente:

02 Poder Executivo

02.02	**Secretaria Municipal de Administração**		
02.02.02.04.122.0052.2638	Rateio- Contrato de Rateio- Gestão do ICISMEP		
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
Fonte de Recursos: 2.500.000 – Outros Não Vinculados de Impostos (Rec. Exerc. Ant.)		R$	63.000,00
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
Fonte de Recursos: 2.500.000 – Outros Não Vinculados de Impostos (Rec. Exerc. Ant.)		R$	129.000,00
4.4.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
Fonte de Recursos: 2.500.000 – Recursos Não Vinculados de Impostos (Rec. Exerc. Ant.)		R$	108.000,00
TOTAL		**R$**	**300.000,00**

Art. 2º - Constitui Recurso para as suplementações mencionadas no art. 1º o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (2025) no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) discriminado por fonte de recursos:
Superávit Financeiro:

Fonte de Recursos: 2.500.000 – Recursos Não Vinculados de Impostos (Rec. Exerc. Ant.)	**R$**	**300.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé (MG), 17 de abril de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:14FC67A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026

Objeto: Aquisição de livros didáticos do programa "coleção leituras" do ensino fundamental i, para os alunos e professores de 2º ao 5º ano dos anos iniciais, das escolas municipais de ibiá/mg, em atendimento às demandas da secretaria municipal de educação de ibiá/mg.

Contratado: INSTITUTO ALFA E BETO – CNPJ 08.458.084/0001-13

Valor Total: R$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais), conforme tabela detalhada abaixo:

	COLEÇÃOLEITURASPARAOENSINOFUNDAMENTALI				
	COLEÇÃOCIÊNCIAS				
	Cód.	**Item**	**Itens/Cjto**	**Preço Unitário**	**PreçoTotal**
NÍVEL2	622	QUALÉONOMEDISSO?(OBJETOSDEONTEMEDEHOJE)	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	627	JACINTAESUAVIDADEPLANTA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	632	ATERRAPORFORA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	637	OMENINOQUEQUERIAVOAR	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
NÍVEL3	623	SOM,LUZESEUSEFEITOSESPECIAIS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	628	ANIMAIS:VOCÊ,EUEMUITOMAIS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	633	MANUEATERRAPORDENTRO	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	638	OMICROMUNDO	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	SUBTOTAL				**R$ 36.960,00**
	COLEÇÃOHISTÓRIA				
	Cód.	**Item**	**Itens/Cjto**	**Preço Unitário**	**PreçoTotal**
NÍVEL2	644	MANAEASPLANTAÇÕES	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	649	DIDOVAIÀCIDADE	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00

	654	PASSEIONACIDADE	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	659	MANUELESUAMISSÃO	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
NÍVEL3	645	OESPELHOEAREVOLUÇÃODASMÁQUINAS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	650	NOVASTERRASÀVISTA!	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	655	AHISTÓRIADOSFERIADOS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	660	UMARAINHANOBRASIL	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	SUBTOTAL				**R$ 36.960,00**
	COLEÇÃOGEOGRAFIA				
	Cód.	**Item**	**Itens/Cjto**	**Preço Unitário**	**PreçoTotal**
NÍVEL2	664	OSLUGARESDACIDADE	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	669	TRABALHONACOLÔNIADEFÉRIAS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	674	MINIATURADOMEULUGAR	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	679	CARLOTAEM:DEONDEVEMAÁGUAQUEBEBEMOS?	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
NÍVEL3	665	VIDADECIDADE,VIDADEINTERIOR	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	670	TRANSFORMANDOANATUREZA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	675	MANIADEMAPA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	680	TUDOSETRANSFORMA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	SUBTOTAL				**R$ 36.960,00**

	COLEÇÃOLITERATURA				
	Cód.	**Item**	**Itens/Cjto**	**Preço Unitário**	**PreçoTotal**
NÍVEL 2	710	CARTADEUMHOBBIT	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	715	OSUMIÇODOSÁBADO	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	720	ODEUSDOSDEUSES	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	725	ABELAISABELACINDERELA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
NÍVEL 3	711	AFEITICEIRADENÁRNIA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	716	CADAUMNOSEULUGAR	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	721	UMAMAÇÃ,UMCAVALOEUMACONFUSÃODAQUELAS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	726	BELAADORMECIDAEOVIDEOGAME	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	SUBTOTAL				**R$ 36.960,00**
	COLEÇÃOARTES				
	Cód.	**Item**	**Itens/Cjto**	**Preço Unitário**	**PreçoTotal**
NÍVEL 2	690	ARTESANATOEARTESÃOS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	695	QUANDOADANÇATAMBÉMÉJOGO	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	700	ASCORESDEANA	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	705	OTEATRODEBIAEBETO	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
NÍVEL 3	691	ARTESANATO:COMOSEFAZ?	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	696	DANÇAEMOVIMENTO	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	701	CUBISMO-OQUEÉISSO?!	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	706	QUEMSEESCONDEATRÁSDASMÁSCARAS	105	R$ 44,00	R$ 4.620,00
	SUBTOTAL				**R$ 36.960,00**
	Cód.	**Item**	**Itens/Cjto**	**Preço Unitário**	**PreçoTotal**
	1275	ManualdeOrientação–DesenvolvimentodaCompreensãoDe Textos	18	R$ 50,00	R$ 900,00
	1285	FICHASDECOMPREENSÃO2°ANO-COLEÇÃOLEITURASPARAO ENSINOFUNDAMENTAL	18	R$ 50,00	R$ 900,00
	1286	FICHASDECOMPREENSÃO3°ANO-COLEÇÃOLEITURASPARAO ENSINOFUNDAMENTAL	18	R$ 50,00	R$ 900,00
	SUBTOTAL				**R$ 2.700,00**
	TOTALGERAL				**R$187.500,00**

Data do Contrato: 25/05/2026
Inicio da vigência do contrato: 25/05/2026
Término do Contrato: 25/05/2027
Ibiá (MG), 26 de maio de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:035358AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 082/2026 - DISPENSA N° 024/2026 - CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA FÍSICA, DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 024/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 082/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG comunica aos interessados e participantes da CONTRATAÇÃO DIRETA 024/2026 referente à *Contratação direta, por dispensa de licitação na forma física, de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos periciais, para realização de junta médica destinada à avaliação técnica da capacidade laborativa de servidores públicos municipais afastados por motivo de saúde, em observância aos requisitos dos arts. 16 e 96B, §3º da Lei Complementar Municipal nº 028/2009 — Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Japaraíba, conforme especificações constantes no Termo de Referência.*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):
Fornecedor : P M D CONSULTORIA MEDICA E PERICIAL LTDA - 62.100.541/0001-49

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R$
1	6,00	SERVIÇO	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 416,00	R$ 2.496,0000	R$ 416,00	R$ 2.496,00	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: Avaliação médica pericial em servidor público municipal afastado por motivo de saúde, mediante a constituição de junta médica composta por profissional médico regularmente inscrito no CRM/MG, com especialidade reconhecida pelo CFM em MEDICINA DO TRABALHO (admitida como equivalente a especialidade em MEDICINA LEGAL E PERÍCIA MÉDICA), com a emissão de laudo médico conclusivo individualizado, contemplando: (i) confronto técnico com atestados e laudos previamente apresentados; (ii) deliberação fundamentada sobre alta médica; (iii) indicação de aptidão, inaptidão temporária ou definitiva ao exercício das atribuições funcionais; e (iv) eventual recomendação de readaptação ou reaproveitamento funcional, conforme exigências dos arts. 16 e 96B, 3º da LCM nº 028/2009.									
					Subtotal Adjudicado:	**R$2.496,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 2.496,00**	**0,0000 %**	**R$0,00**

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adjudicado	**Total Orçado**	**Economia %**	**Economia R$**
R$ 2.496,00	R$ 2.496,00	0,0000 %	0,00

Japaraíba-MG , 25 de Maio de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:6F1F7AEE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO 444/2025.

1º Apostilamento ao Contrato 444/2025, pelo presente instrumento, como Contratante o **Município de João Pinheiro**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na cidade de João Pinheiro/MG. E contratada **Lucas Gabriel Barreto CPF 12521961647**, empresa sediada na Rua Astolfo Moreira, nº 1163, BB, bairro: Maria José de Paula, CEP.: 38.770-000, João Pinheiro/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 37.118.786/0001-56, neste ato **representada pelo Sr. Lucas Gabriel Barreto**, inscrito no CPF sob o nº 125.219.616-47, RG nº MG-19886792, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado em João Pinheiro/MG, ajustam o seguinte:
1. As partes acima qualificadas firmaram o Instrumento de Contrato 444/2025, no qual ajustaram a aquisição de gêneros alimentícios destinados às Secretarias Municipais do Município de João Pinheiro-MG, conforme especificações detalhadas no contrato.
2. Atendendo a uma solicitação do Contratado Lucas Gabriel Barreto CPF 12521961647, além dos ditames da Lei Federal 14.133/2021 e do contrato 444/2025, **fica reajustado** pelo índice do IPCA (cláusula 9.4) ao valor original do contrato, o acréscimo de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento); e, a partir de 01/01/2026 prevalecerá o valor conforme tabela abaixo:

LUCAS GABRIEL BARRETO 12521961647						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Un	Valor do Item	Valor Reajustado
0004	ABOBRINHA VERDE,LEGUME IN NATURA, FIRME, TAMANHO GRANDE,	HORTIFRUTI	703,0000	KG	2,40	2,51
0026	AZEITONA VERDE EM CONSERVA S/ CAROÇO	FRAMBOYANT 120GR DRENADA SACHE	205,0000	UN	32,00	33,43
0038	BICARBONATO DE SÓDIO EMBALAGEM 200 GRAMAS	JUNCO	82,0000	UN	6,90	7,21
0041	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, ORIGINAL/TRADICIONAL SEM RECHEIO, EM PACOTES DE 144G A 162 G CONTENDO 6 U	PIT STOP 137GR (NOVA EMBALAGEM)	350,0000	PC	4,49	4,69
0042	BISCOITO OU BOLACHA SALGADA TIPO CREAM CRACKER	JUVIS 300GR	1.020,0000	PC	3,90	4,07
0081	FARDO DE MINI PIPOCA COM 50 UNIDADES DE 20 GRAMAS CADA	FLOCS	150,0000	Fd	40,00	41,78
0083	FARINHA DE MANDIOCA PCT 1 KG	MANIVA	589,0000		4,69	4,90
0087	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO; TIPO 1; EMBALAGEM CONTENDO 1 KG	BELO SABOR	725,0000	UNID	3,50	3,66
0088	FAROFA PRONTA, TIPO TRADICIONAL, SABOR NATURAL, PRAZO VALIDADE 4, QUANTIDADE CALORIAS 210, CARACTERÍ	MANIVA 250GR	627,0000	Pct	4,00	4,18
0097	GELATINA EM PÓ SEM SABOR INCOLOR SACHÊ 24 GRAMAS	BRETZKE	70,0000	UN	5,25	5,48
0099	INHAME; LEGUME IN NATURA	HORTIFRUTI	1.000,0000	KG	3,40	3,55
0101	JILÓ; LEGUME IN NATURA	HORTIFRUTI	650,0000	KG	5,38	5,62
0122	Macarrão talharim, tipo 1, sem defeitos, embalagem plástica resistente - pacote c/ 500 grs.	SANTA AMALIA	10,0000	PC	6,00	6,27
0127	MAMÃO; FRUTA IN NATURA,NACIONAL; ESPÉCIE HAVAÍ/ PAPAIA	HORTIFRUTI	1.476,0000	KG	5,00	5,22
0134	MILHO PARA CANJICA BRANCA PCT 500 GRS	CODIL	518,0000	PC	3,46	3,61
0140	MOLHO SHOYO - INGREDIENTES: ÁGUA, SAL, SOJA, MILHO, AÇÚCAR, PROTEÍNA VEGETAL HIDROLISADA, CORANTE CA	SACY 900ML	200,0000	UN	9,80	10,24
0146	OVO DE GALINHA DE GRANJA BRANCO EXTRA	HORTIFRUTI	865,0000	DUZIA	6,39	6,67
0149	PEPINO JAPONÊS; VERDURA IN NATURA, ESPÉCIE COMUM	HORTIFRUTI	450,0000	KG	4,50	4,70
0167	SALSICHA, TIPO HOT DOG CONGELADA	AVIVAR	603,0000	KG	7,90	8,25
0170	Sorvete sabor creme e morango, embalagem 2 litros	KI DELICIA	110,0000	UN	27,29	28,51
0172	SUCO, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO CONCENTRADO SABORES VARIADOS EMBALAGEM 500 ML	SEREGY	1.160,0000	UN	3,75	3,92
0186	SERVIÇO DE RECARGA DE GALÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS	MONTE CARMELO	56,0000	UND	12,30	12,85

3. Continuam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do Contrato.
E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente Apostilamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só fim.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:969FB477

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
1º TERMO DE REAJUSTE DE VALOR DA ATA Nº 08/2025 – DERIVADA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025.

Pelo presente instrumento, como Contratante o **Município de João Pinheiro**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na cidade de João Pinheiro/MG. E contratada **Lucas Gabriel Barreto CPF 12521961647**, empresa sediada na Rua Astolfo Moreira, nº 1163, BB, bairro: Maria José de Paula, CEP.: 38.770-000, João Pinheiro/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 37.118.786/0001-56, neste ato **representada pelo Sr. Lucas Gabriel Barreto**, inscrito no CPF sob o nº 125.219.616-47, RG nº MG-19886792, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado em João Pinheiro/MG, ajustam o seguinte:

1. As partes acima qualificadas firmaram a presente ata 08/2025, na qual ajustaram a aquisição de Material de Construção destinados às Secretarias Municipais do Município de João Pinheiro-MG, conforme especificações detalhadas na ata.

2. Atendendo a uma solicitação do contratado Lucas Gabriel Barreto CPF 12521961647, além dos ditames da Lei Federal 14.133/2021 e da ata 08/2025, **fica reajustado** pelo índice do IPCA (cláusula 7.1.4) ao valor original do contrato, o acréscimo de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento); e, a partir de 06/03/2026 prevalecerá o valor conforme tabela abaixo:

LUCAS GABRIEL BARRETO 12521961647						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Un	Valor do Item	Valor Reajustado
0004	ADAPTADOR 2 X 1 1/2	socel	68,0000	UN	9,000	9,40
0007	ADAPTADOR PARA MANDRIL SDS PLUS	bestfer	5,0000	UN	7,000	7,31
0008	Adaptador PVC 25 mm x 3/4	krona	75,0000	UN	0,680	0,71
0009	Adaptador PVC 50 MM X 1. 1/2	KRONA	75,0000	UN	3,600	3,76
0014	ADESIVO EPOXI TIPO ARALDITE 16 GR	DUREPOX	33,0000	UN	19,360	20,22
0015	ADESIVO PVC INCOLOR FRASCO 850G	FIRMEX	23,0000	UN	47,000	49,09
0016	Alavanca lisa maciça em aço	GM 7/8 X1,5M	19,0000	UN	250,00	261,15
0048	BASE REGISTRO GAVETA 3/4	DECA	54,0000	UN	49,600	51,81
0081	CAIXA SIFONADA 150X150X50	LUC	57,0000	UN	30,000	31,33
0094	CATALISADOR PARA MASSA PLÁSTICA 7 GR	PLAST	40,0000	UN	4,7500	4,96
0107	CHAVE DE ENDA 1/4 X 08	FAMASTIL	8,0000	UN	9,8800	10,32
0114	CHAVE GRIFO TIPO AMERICANA 10POL.	THOMPSON	7,0000	UN	38,000	39,69
0123	COLA INSTANTÂNEA 20 GR COM BICO ANTI ENTUPIMENTO	ALMASUPER	106,0000	TB	5,400	5,64
0139	DISCO DE CORTE 7 EXTRA FINO	FAMAST	260,0000	UN	5,6000	5,84
0161	Espatula 4	THOMPSO	44,0000	UN	5,5000	5,74
0166	Fita isolante 10 MT	THOMPSON	115,0000	UN	3,5000	3,65
0167	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50 M	POLYFITA	125,0000	UN	3,8000	3,96
0189	LÂMINA PARA SEQUETA	THOMPSON	245,0000	UN	7,4000	7,73
0194	LIXA COM VELCRO GRAO 150 5 P	THOMPSON	160,0000	UN	1,4000	1,46
0195	LIXA COM VELCRO 7 P GRAO 080	THOMPSON	80,0000	UN	2,2500	2,35
0196	lixa d'água 100	STARRET	200,0000	UN	1,3200	1,37
0204	MACHADO SEM CABO	COROA	15,0000	UN	50,000	52,23
208	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	TUBO	600,0000	MT	1,7500	1,82
218	Marreta 1 kg	METALC	17,0000	UN	34,000	35,51
219	Martelo Carpinteiro Cabo Em Madeira - 27MM	THOMPSON	22,0000	UN	30,000	31,33
225	Misturador de tinta /argamassa	PLASM	9,0000	UN	14,000	14,62
227	Palha de aço nº 1	BRILHACO	380,0000	UN	1,1000	1,14
249	PISTOLA DE AR DIRETO	BESTFER	17,0000	UN	68,000	71,03
259	Prego 17 x 21	BELGO	95,0000	KG	14,000	14,62
261	Prego 19 x 36	BELGO	65,0000		13,500	14,10
269	REGISTRO GAVETA 1.1/2" POLEGADA COBRE	DOCOL	46,0000	UN	112,00	116,99
271	REGISTRO PVC ESFERA SOLDÁVEL 20 MM	UNIFORT	51,0000	UN	4,8000	5,01
272	REGISTRO PVC ESFERA SOLDÁVEL 25MM	UNIFORT	55,0000	UN	5,5000	5,74
273	Régua de aluminio 2 metros	NOVO H	15,0000	UN	33,900	35,41
274	Régua de aluminio 3 metros	NOVO H	10,0000	UN	51,000	53,27
304	TALHADEIRA CHATA 12	NP	49,0000	UN	19,900	20,78
309	Te 20mm PVC soldável	FORTL	185,0000	UN	0,8000	0,83
311	Tê PVC soldável 32 mm	FORTL	75,0000	UN	3,5000	3,65
312	TE soldável 25 mm	KRONA	75,0000	UN	0,9800	1,02
350	TRENA MÉTRICA 5M	THOMPSON	22,0000	UN	11,250	11,75
362	UNIÃO 32 MM SOLDA	KRONA	37,0000	UN	12,250	12,79
371	VEDA ROSCA 25M	FLON	153,0000	UN	2,2000	2,29

3. Continuam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do Contrato.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só fim.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:BB1E0F6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
3º TERMO ADITIVO DE AUMENTO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO Nº 151/2025 - DERIVADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025.

O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato Representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa: **Idelmar José de Souza - ME**, empresa sediada na Rua Barão do Rio Branco, nº 661, bairro: Água Limpa, CEP.: 38.770- 000, João Pinheiro/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 10.145.132/0001-65, neste ato **representada pelo Sr. Idelmar José de Souza**, inscrito no CPF sob o nº 054.698.826-16, RG nº M-11542103, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em João Pinheiro/MG, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto o **Aditivo de aumento do quantitativo em 25% (vinte e cinco por cento)** referente aos itens 1, 3, 8, 10, 11, 12, 13, 23, 26, 44, 68, 81, 92, 117, 145, 170, 218 e 229 do Contrato nº 151/2025, a contar da data de sua assinatura, a fim de dar continuidade à aquisição de material de higiene e limpeza destinado ao serviço de conservação higienização e limpeza das diversas Secretarias Municipais, Upa e Hospital Municipal de João Pinheiro/MG, conforme discriminado abaixo:

Item	UN	Qtde	Descrição	Qtd. Ad. 25%	Valor unitário	Valor total Aditado
0001	UN	9	ABRIDOR, TIPO MANUAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO GARRAFA / LATA ALTURA 15 CM, COMPRIMENTO 7 CM, LARGURA 1 CM, PESO 300 GRAMAS	2	R$ 14,95	R$ 29,90
0003	UN	5	AMASSADOR ESPREMEDOR DE BATATA, INDUSTRIAL, PROFISSIONAL, GRANDE, CUBA INOX, IDEAL PARA PURÊ DE BATATAS	1	R$ 420,00	R$ 420,00
0008	UN	66	BACIA, MATERIAL POLIETILENO, RESISTENTE, DIÂMETRO 35, ALTURA 18 CM FORMATO REDONDO CANELADA (CAPACIDADE 10 LITROS)	16	R$ 21,00	R$ 336,00
0010	UN	50	BACIA, MATERIAL POLIETILENO, RESISTENTE, FORMATO REDONDO, COM ALÇA, (CAPACIDADE 30 LITROS)	12	R$ 29,99	R$ 359,88
0011	UN	36	BACIA, MATERIAL POLIETILENO, RESISTENTE, FORMATO REDONDO, COM ALÇA, (CAPACIDADE 40 LITROS)	9	R$ 38,99	R$ 350,91
0012	UN	47	BACIA, MATERIAL POLIETILENO, RESISTENTE, DIÂMETRO 70, ALTURA 35 CM, FORMATO REDONDO, CANELADA (CAPACIDADE 50 LITROS)	11	R$ 43,99	R$ 483,89
0013	UN	5	BALANÇA DIGITAL CAPACIDADE 10KG COR BRANCO	1	R$ 30,51	R$ 30,51
0023	UN	6	BULE GRANDE INDUSTRIAL, MATERIAL ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE 10 LITROS FINALIDADE CAFÉ / LEITE / CHÁ, COM TAMPA, CABO DE BAQUELITE	1	R$ 153,99	R$ 153,99
0026	UN	10	CAIXA FRIGORIFICA, PLASTICA VASADA (MONOBLOCO) PK50, CAPACIDADE 40 LITROS	2	R$ 72,09	R$ 144,18
0044	UN	22	COADOR CAFÉ, MATERIAL FLANELA, TAMANHO GRANDE, APLICAÇÃO PARA BULE DE 10 LITROS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO RESISTENTE	5	R$ 21,99	R$ 109,95
0068	UN	50	CONTAINER ORGANIZADOR CAPACIDADE 05 LITROS	12	R$ 13,45	R$ 161,40
0081	UN	11	ESCUMADEIRA PENEIRA DE ARAME - TAM 16 - TELA MALHA GROSSA	2	R$ 31,00	R$ 62,00
0092	UN	14	FACA PARA LEGUMES E FRUTAS, 4° LÂMINA AÇO INOXIDAVEL, MATERIAL CABO POLIPROPILENO COR BRANCA COMPRIMENTO LÂMINA 9,30, COMPRIMENTO CABO 20,7 CM.	3	R$ 9,99	R$ 29,97
0117	UN	11	JARRO PLÁTICO COM TAMPA TAMANHO: 5 LITROS ACESSÓRIO INCLUÍDOS: JARRA COM MEXEDOR	2	R$ 36,99	R$ 73,98
0145	UN	41	PENEIRA COZINHA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO 50, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TELA DE POLIÉSTER, MALHA FINA	10	R$ 182,99	R$ 1.829,90
0170	UN	43	REGULADOR PARA GÁS COM MANGUEIRA DE 80 CENTÍMETROS COM DUAS ABRAÇADEIRAS.	10	R$ 38,99	R$ 389,90
0218	UN	38	CAIXA PLÁSTICA MULTIUSO 55 LITROS PRETA	9	R$ 85,00	R$ 765,00
0229	UN	20	SACO PLÁSTICO PAR HAMBÚRGUER, MEDIDA 20X14 CM, EMBALAGEM COM 500 UNIDADES	5	R$ 20,00	R$ 100,00
					Total	**R$ 5.831,36**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – O presente aditamento ao contrato nº 126/2025 atende os limites da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 126/2025, Permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 – A Prefeitura Municipal de João Pinheiro – MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante atende os limites do prescrito na Lei nº 14.133/21.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:3DF39C58

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DA ATA RP 147/2026 − PREGÃO RP 012/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **BICKI MOVEIS LTDA** – CNPJ: 61.924.335/0001-90

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa visando o fornecimento de mobiliários, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e utensílios para atender às demandas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

Vigência: 25/05/2026 a 25/05/2027

Valor: R$ 65.943,60

Dotações orçamentárias:

FICHA	DOTAÇÃO
37	02.001.001.04.122.0005.2010.4.4.90.52.00
55	02.002.001.04.122.0005.2015.4.4.90.52.00
83	02.002.002.04.122.0005.2131.4.4.90.52.00
127	02.002.006.04.122.0034.2315.3.3.90.30.00
139	02.003.001.04.122.0005.2032.3.3.90.30.00
146	02.003.001.04.122.0005.2032.4.4.90.52.00
153	02.003.002.04.129.0009.2318.4.4.90.52.00
160	02.003.003.04.129.0009.2035.4.4.90.52.00
165	02.003.003.04.122.0009.2037.4.4.90.52.00
178	02.003.004.04.123.0009.2320.4.4.90.52.00
185	02.003.005.04.125.0005.2316.4.4.90.52.00
244	02.004.003.04.122.0005.2134.4.4.90.52.00
249	02.004.003.18.541.0022.2144.4.4.90.52.00
347	02.004.006.04.122.0005.2317.4.4.90.52.00
479	02.005.004.08.244.0029.2348.3.3.90.30.00
483	02.005.004.08.244.0029.2348.4.4.90.52.00
489	02.005.005.27.122.0032.2298.3.3.90.30.00
505	02.005.006.27.812.0032.2299.4.4.90.52.00
540	02.006.001.10.122.0016.2216.3.3.90.30.00
541	02.006.001.10.122.0016.2217.4.4.90.52.00
555	02.006.001.10.301.0017.2221.3.3.90.30.00
556	02.006.001.10.301.0017.2222.4.4.90.52.00
576	02.006.001.10.302.0018.2231.4.4.90.52.00
595	02.006.001.10.302.0019.2239.4.4.90.52.00

614	02.006.001.10.305.0020.2253.4.4.90.52.00
663	02.007.001.12.361.0010.2162.4.4.90.52.00
691	02.007.001.12.365.0010.2168.4.4.90.52.00
709	02.007.001.12.365.0010.2172.4.4.90.52.00
727	02.007.001.12.366.0010.2176.4.4.90.52.00
739	02.007.001.12.367.0010.2178.4.4.90.52.00
847	02.008.001.04.122.0006.2327.3.3.90.30.0
854	02.008.001.04.122.0006.2327.4.4.90.52.0
913	02.009.003.13.392.0005.2288.3.3.90.30.00
917	02.009.003.13.392.0005.2288.4.4.90.52.00

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

DALMAR MORAIS DUARTE
Secretário Municipal de Fazenda

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

JEAN CARLO SEABRA PEDROSA
Secretário Municipal De Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:AEE727C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
TERMO DE FOMENTO N.º 22/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG E A LIGA ESPORTIVA LEOPOLDINENSE.

Objeto e origem do recurso:Realização de intervenção no piso da arquibancada situada na área de barranco, especialmente na parte inferior, com o objetivo de corrigir o caimento de água e melhorar o escoamento pluvial, prevenindo acúmulo e infiltrações. Para execução dos serviços, serão utilizados materiais como tinta, cimento, tijolos, areia, pedra e argamassa; execução de passarela em concreto destinada ao acesso à arquibancada, garantindo maior segurança, acessibilidade e durabilidade da estrutura; reforma de portão destinado ao acesso de ambulâncias, viaturas da Polícia Militar, veículos oficiais e de serviços de limpeza, bem como adequação do portão de entrada para o campo, visando facilitar a realização de manutenções e limpezas gerais do estádio. Os serviços envolverão o uso de materiais como ferragens, cimento, pintura, soldas, discos de corte, entre outros necessários à adequada execução.

Recurso financeiro proveniente de receita própria do Município, autorizada através da Lei Municipal n.º 4.923/2025.

Vigência: 27/05/2026 até 30/06/2026

Valor:R$23.000,00 (vinte e três mil reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão	Unidade	Subunidade	Função	Subfunção	Programa	Ação	Natureza da Despesa	Ficha
02	13	02	27	812	0005	2864	335041	792

Órgão	Unidade	Subunidade	Função	Subfunção	Programa	Ação	Natureza da Despesa	Ficha
02	13	02	27	812	0005	2864	335042	793

Data da assinatura: 25/05/2026

Signatários: PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ - Prefeito de Leopoldina,HUDSON RODRIGUES DE JESUS -Gestor da Parceria - GLAUQUER BRITO DE LACERDA -Presidente daLIGA ESPORTIVA LEOPOLDINENSE

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:668CD451

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS PAL 42-2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0183/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0042/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0015/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES (LEITES ESPECIAIS), SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS INDUSTRIALIZADAS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR REGISTRADO: CREATIVE COMERCIO VAREJISTA LTDA. CNPJ: 44.838.265/0001-39». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	99594 - SUPLEMENTO - PEDIASURE 850 G	unidade	Abbott	200,00	77,00	15.400,00
2	99588 - SUPLEMENTO - SUSTAGEN ADULTO 400 G	unidade	Abbott	200,00	134,99	26.998,00
Valor Total: 42.398,00						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0184/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0042/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0015/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES (LEITES ESPECIAIS), SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS INDUSTRIALIZADAS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR REGISTRADO: LEONE E COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. CNPJ: 28.738.688/0001-20». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	99572 - LEITE - APTAMIL 2 400 G	unidade	DANONE	400,00	71,00	28.400,00
2	99568 - LEITE - APTAMIL PEPTI 400 G	unidade	DANONE	375,00	51,38	19.267,50
4	99570 - LEITE - APTAMIL PREMIUMAPTANUTRI 3 800 G	unidade	DANONE	400,00	29,36	11.744,00
5	99569 - LEITE - APTAMIL PROEXPERT, 400 G	unidade	DANONE	300,00	30,27	9.081,00
6	99582 - LEITE NINHO INTEGRAL 380 G	unidade	DANONE	400,00	124,00	49.600,00
7	99581 - LEITE NINHO ZERO LACTOSE 380 G	unidade	DANONE	500,00	124,00	62.000,00
8	99586 - LEITE - PREGOMIN 400 G	unidade	DANONE	375,00	99,00	37.125,00
10	99590 - SUPLEMENTO - SUSTAGEN KIDS 400 G	unidade	DANONE	200,00	70,53	14.106,00
Valor Total: 231.323,50						
Seq.	**Material/Serviço**	**Unidade**	**Marca**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3	99568 - LEITE - APTAMIL PEPTI 400 G	unidade	DANONE	125,00	51,38	6.422,50
9	99586 - LEITE - PREGOMIN 400 G	unidade	DANONE	125,00	99,00	12.375,00
Valor Total: 18.797,50						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0185/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0042/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0015/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES (LEITES ESPECIAIS), SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS INDUSTRIALIZADAS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR REGISTRADO: MG2 NUTRICAO LTDA. CNPJ: 39.935.073/0001-00». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	99567 - DIETA - TROPHIC SOYA 1.5KCAL, 1000 ML	unidade	PRODIET	2.250,00	22,00	49.500,00
4	99585 - LEITE - INFANTRINI 400 G	unidade	NESTLE	375,00	44,20	16.575,00
6	99577 - LEITE - NAN COMFOR 1 / 0 A 6 MESES 400 G	unidade	NESTLE	300,00	48,10	14.430,00
7	99574 - LEITE - NAN ESPESSAR- ANTI - REFLUXO 800 G	unidade	NESTLE	150,00	20,36	3.054,00
8	99578 - LEITE - NANLAC COMFOR 1+/ 1 A 3ANOS 800 G	unidade	NESTLE	200,00	39,00	7.800,00
9	99575 - LEITE - NAN SUPREME 1 0 - 6 MESES 800 G	unidade	NESTLE	400,00	18,27	7.308,00
10	99576 - LEITE - NAN SUPREME 2 / 6 A 12 ANOS 800 G	unidade	NESTLE	400,00	33,38	13.352,00
11	99584 - LEITE - NESTOGENO 2 800 G	unidade	NESTLE	300,00	34,62	10.386,00
12	99580 - LEITE - NINHO FASES 1+(1 A 3 ANOS) 800 G	unidade	NESTLE	500,00	35,75	17.875,00
Valor Total: 140.280,00						
Seq.	**Material/Serviço**	**Unidade**	**Marca**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	99566 - DIETA - PLENI S PÓ, 800 G	unidade	PRODIET	250,00	56,10	14.025,00
3	99567 - DIETA - TROPHIC SOYA 1.5KCAL, 1000 ML	unidade	PRODIET	750,00	22,00	16.500,00
5	99585 - LEITE - INFANTRINI 400 G	unidade	NESTLE	125,00	44,20	5.525,00
Valor Total: 36.050,00						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0186/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0042/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0015/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES (LEITES ESPECIAIS), SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS INDUSTRIALIZADAS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR REGISTRADO: N M LICITACOES LTDA. CNPJ: 52339425000123». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	99561 - DIETA - TROPHIC INFANT, 800 G.	LATA	PLENI SW 800G NUTRICIUM	150,00	57,98	8.697,00
VALOR TOTAL: 8.697,00						
SEQ.	**MATERIAL/SERVIÇO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	99565 - DIETA - TROPHIC BASIC PÓ 800 G	UNIDADE	PLENI SW 800G NUTRICIUM	750,00	57,98	43.485,00
Valor Total: 43.485,00						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0187/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0042/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0015/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES (LEITES ESPECIAIS), SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS INDUSTRIALIZADAS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR REGISTRADO: NUTRIR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA TERAPIA NUTRICIONAL LTDA. CNPJ: 07.220.279/0001-68». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	99563 - DIETA - ISOSOURCE SOYA 1.2KCAL, 1000 ML	unidade	ISOSOURCE 1.5	2.000,00	28,60	57.200,00
3	99593 - SUPLEMENTO - ENSURE 400 G	unidade	NUTREN ACTIVE	300,00	43,06	12.918,00
4	99591 - SUPLEMENTO - NUTREN SENIOR 740 G	unidade	ISOSOURCE JUNIOR	200,00	52,21	10.442,00
Valor Total: 80.560,00						

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	99564 - DIETA - ISOSOURCE 1.5KCAL, 1000 ML	unidade	ISOSOURCE SOYA	750,00	19,37	14.527,50
Valor Total: 14.527,50						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0188/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0042/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0015/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES (LEITES ESPECIAIS), SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS INDUSTRIALIZADAS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR REGISTRADO: PAULO FRANCYS GOMES SANTOS & CIA LTDA. CNPJ: 12733679000107». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	99562 - DIETA - FREBINI ENERGY, SACHES 500 ML	sachê	TROPHIC BASIC	1.125,00	49,98	56.227,50
3	99573 - LEITE - APTAMIL SOJA 0 A 12 MESES 800 G	unidade	DANONE	150,00	66,89	10.033,50
4	99583 - LEITE - NESTOGENO 1 800 G	unidade	NESTLE	300,00	23,89	7.167,00
Valor Total: 73.428,00						

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	99562 - DIETA - FREBINI ENERGY, SACHES 500 ML	sachê	Fresenius Kabi	375,00	49,98	18.742,50
Valor Total: 18.742,50						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0189/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0042/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0015/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES (LEITES ESPECIAIS), SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS INDUSTRIALIZADAS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR REGISTRADO: PUCMED LTDA. CNPJ: 22424549000146». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	99564 - DIETA - ISOSOURCE 1.5KCAL, 1000 ML	unidade	FRESENIUS	2.250,00	49,75	111.937,50
2	99566 - DIETA - PLENI S PÓ, 800 G	unidade	NESTLE	750,00	27,10	20.325,00
3	99565 - DIETA - TROPHIC BASIC PÓ 800 G	unidade	PRODIET	2.250,00	55,00	123.750,00
4	99571 - LEITE - APTAMIL 1 400 G	unidade	DANONE	400,00	59,95	23.980,00
5	99579 - LEITE - NESTOGENO 0 - 6 MESES 400 G	unidade	NESTLE	300,00	22,79	6.837,00
6	99595 - SUPLEMENTO - FORTINI COMPLETE 800 G	unidade	JOHNSON	100,00	47,49	4.749,00
7	99592 - SUPLEMENTO-ISOSOURCE JUNIOR/NUTREN SÊNIOR 400 G	unidade	JOHNSON	200,00	33,29	6.658,00
8	99587 - SUPLEMENTO - NUTREN ACTIVIA 400 G	unidade	NESTLE	350,00	48,50	16.975,00
Valor Total: 315.211,50						

Publicado por:
Sônia Aparecida Oliveira Ferreira
Código Identificador:37088CDC

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS PAL 59-2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0191/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0059/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0021/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS/MG. FORNECEDOR REGISTRADO: JONATAS DO ROSARIO FREIRE MARTINS. CNPJ: 66313958000140». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	100763 - PROJETOR COM FACHO DE LUZ OPTICA 60° COM LEDS DO TIPO MID POWER, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, DE PRIMEIRA, TECNOLOGIA SILICON CARBIDE BASEDSEMICONDUCOTOR OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, QUE GARANTE MAIOR EFICIÊNCIA TÉRMICA E DE ILUMINAÇÃO, MONTADOS EMCIRCUITOS ESTAMPADOS EM ALUMÍNIO DE EXCELENTE DISSIPAÇÃO TÉRMICA, FLUXO LUMINOSO TOTAL MÍNIMO DE 15.000 LÚMENS E ÚTIL DE 27.282 LÚMENS, EFICIÊNCIA LUMINOSA SUPERIOR À 130 LM/W (OUTPUT). OPTICA MÍNIMA DE 60° PARAMELHOR PERFORMANCE. DRIVER ELETRÔNICO DE ELEVADA EFICIÊNCIA E DURABILIDADE COM ALIMENTAÇÃO DE 108- 305VCA. FATOR DE POTÊNCIAA >95 E THD80. BAIXA EMISSÃO DE RAIOS UV EIR. LENTES FABRICADAS EM PMMA COM TRANSPARÊNCIA ELEVADA QUE NÃO SOFRE DESGASTE COM RAIOS ULTRA VIOLETA. CORPO E TAMPA PORTA VIDRO EM ALUMÍNIO INJETADO, LIGA PRIMÁRIA DE BAIXO TEOR DE COBRE, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, ALTA RESISTÊNCIA A AGENTES ATMOSFÉRICOS E PINTADOS ELETROSTATICAMENTE COM TINTA A PÓ EM POLIÉSTER NA COR CINZA OU TONALIDADE EQUIVALENTE. GRAU DE PROTEÇÃO IP66.VIDRO TEMPERADO DE ALTA TRANSPARÊNCIA. GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS IK08. ELEMENTOS DE FIXAÇÃO EXTERNO SEM AÇO INOXIDÁVEL. VEDAÇÕES EM BORRACHA DE SILICONE ANTIENVELHECIMENTO, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E OSCILAÇÕES DE TEMPERATURA. SUPORTE DE FIXAÇÃO EM ALUMÍNIO, PINTADO ELETROSTATICAMENTE |COM TINTA POLIÉSTER NA COR CINZA. PREDISPOSIÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTO ELÉTRICO E OU ANTENA PARA GESTÃO. ENTRADA TELE DE CABOS PELA PARTE INFERIOR DO PROJETOR ATRAVÉS DE PRENSA CABOS PG13.5. DISSIPAÇÃO TÉRMICA COM TECNOLOGIA IGUAL OU SUPERIOR, GARANTE MENOR TEMPERATURA INTERNA DOTADA DE VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO. TEMPERATURA DE |40°C/+45°C. PARA LIGAÇÃO À REDE O PROJETOR DEVE SERFORNECIDO COM CABO ISOLADO DE COBRE FLEXÍVEL, PVC, 3X1,5MM2, MÍNIMO 750V DE ISOLAÇÃO, FORMAÇÃO MÍNIMA COM 3FIOS, COM CONECTOR PLUG&SOCKETIP66/68 COM SISTEMA X-DRY ANTI-CONDENSAÇÃO. VIDA ÚTIL MINIMADE 100.000 HORAS E |GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS. APRESENTAR 0 RELATÓRIO LM-79 DA LUMINÁRIA E RELATÓRIO LM-80 DO FABRICANTE |DOLED,GRAU DE PROTEÇÃO IP66 PARA O CONJUNTO ÓPTICO E COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS |AUXILIARES.. DIMENSÕES APROXIMADAS: 542X93X346MM PESO APROXIMADO 5.5 KG. REFERÊNCIA: MATRIX OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, LED POTENCIA 60 W G2 -	unidade	Novva Light	600,00	532,50	319.500,00

	OPTICA 60°. ENCAIXE PADRÃO DE 60 MM, DE CONEXÃO DA LUNINÁRIA COM O BRAÇO, CONTENDO 02 PARAFUSOS DE 08 MM PARA FIXAÇÃO.					
3	100764 - PROJETOR COM FACHO DE LUZ OPTICA 60° COM LEDS DO TIPO MID POWER, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR DE PRIMEIRA, TECNOLOGIA SILICON CARBIDE BASEDSEMICONDUCOTOR', OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, QUE GARANTE MAIOR EFICIÊNCIA TÉRMICA E DE ILUMINAÇÃO, MONTADOS EM CIRCUITOS ESTAMPADOS EM ALUMÍNIO DE EXCELENTE DISSIPAÇÃO TÉRMICA, FLUXO LUMINOSO TOTAL MÍNIMO DE 15.000 LÚMENS E ÚTIL DE 27.282 LÚMENS, EFICIÊNCIA LUMINOSA SUPERIOR À 130 LM/W (OUTPUT). OPTICA MÍNIMA DE 60° PARAMELHOR PERFORMANCE. DRIVER ELETRÔNICO DE ELEVADA EFICIÊNCIA E DURABILIDADE COM ALIMENTAÇÃO DE 108- 305VCA.FATOR DE POTÊNCIAA >95 E THD80. BAIXA EMISSÃO DE RAIOS UV EIR. LENTES FABRICADAS EM PMMA COM TRANSPARÊNCIA ELEVADA QUE NÃO SOFRE DESGASTE COM RAIOS ULTRA VIOLETA.CORPO E TAMPA PORTA VIDRO EM ALUMÍNIO INJETADO, LIGA PRIMÁRIA DE BAIXO TEOR DE COBRE, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, ALTA RESISTÊNCIA A AGENTES ATMOSFÉRICOS E PINTADOS ELETROSTATICAMENTE COM TINTA A PÓ EM POLIÉSTER NA COR CINZA OU TONALIDADE EQUIVALENTE. GRAU DE PROTEÇÃO IP66.VIDRO TEMPERADO DE ALTA TRANSPARÊNCIA. GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS IK08. ELEMENTOS DE FIXAÇÃO EXTERNOSEM AÇO INOXIDÁVEL. VEDAÇÕES EM BORRACHA DE SILICONE ANTIENVELHECIMENTO, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E OSCILAÇÕESDE TEMPERATURA. SUPORTE DE FIXAÇÃO EM ALUMÍNIO, PINTADO ELETROSTATICAMENTE |COM TINTA POLIÉSTER NA COR CINZA.PREDISPOSIÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO E OU ANTENA PARA GESTÃO.ENTRADA TELE DE CABOS PELA PARTE INFERIORDO PROJETOR ATRAVÉS DE PRENSA CABOS PG13.5. DISSIPAÇÃO TÉRMICA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE OU SUPERIOR GARANTE MENOR TEMPERATURAINTERNA DOTADA DE VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO. TEMPERATURA DE |40°C/+45°C. PARA LIGAÇÃO À REDE O PROJETOR DEVE SERFORNECIDO COM CABO ISOLADO DE COBRE FLEXÍVEL, PVC, 3X1,5MM2, MÍNIMO 750V DE ISOLAÇÃO, FORMAÇÃO MÍNIMA COM 3FIOS, COM CONECTOR PLUG&SOCKETIP66/68 COM SISTEMA X-DRY ANTI- CONDENSAÇÃO. VIDA ÚTIL MINIMADE 100.000 HORAS E |GARANTIA 5 ANOS. APRESENTAR 0 RELATÓRIO LM-79 DA LUMINÁRIA E RELATÓRIO LM-80 DO FABRICANTE |DOLED,GRAU DE PROTEÇÃO IP66 PARA O CONJUNTO ÓPTICO E COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS |AUXILIARES.. DIMENSÕES APROXIMADAS: 542X93X346MM PESO APROXIMADO 5.5 KG. REFERÊNCIA: MATRIX LED, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, POTENCIA 100 W G3 - OPTICA 60°. ENCAIXE PADRÃO 60 DE MM, DE CONEXÃO DA LUNINÁRIA COM O BRAÇO, CONTENDO 02 PARAFUSOS DE 08 MM PARA FIXAÇÃO.	unidade	Novva Light	225,00	532,50	119.812,50
5	93861 - RELÉ FOTOCELULAR 7 PINOS, COMPATÍVEL COM OS ITENS DE 1 A 5 (LUMINÁRIAS), DEVENDO ATENDER ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PARA ESSES MATERIAIS.	unidade	Tec	1.000,00	49,99	49.990,00

Valor Total: 489.302,50

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	100763 - PROJETOR COM FACHO DE LUZ OPTICA 60° COM LEDS DO TIPO MID POWER, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, DE PRIMEIRA, TECNOLOGIA SILICON CARBIDE BASEDSEMICONDUCOTOR OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, QUE GARANTE MAIOR EFICIÊNCIA TÉRMICA E DE ILUMINAÇÃO, MONTADOS EMCIRCUITOS ESTAMPADOS EM ALUMÍNIO DE EXCELENTE DISSIPAÇÃO TÉRMICA, FLUXO LUMINOSO TOTAL MÍNIMO DE 15.000 LÚMENS E ÚTIL DE 27.282 LÚMENS, EFICIÊNCIA LUMINOSA SUPERIOR À 130 LM/W (OUTPUT). OPTICA MÍNIMA DE 60° PARAMELHOR PERFORMANCE. DRIVER ELETRÔNICO DE ELEVADA EFICIÊNCIA E DURABILIDADE COM ALIMENTAÇÃO DE 108- 305VCA. FATOR DE POTÊNCIAA >95 E THD80. BAIXA EMISSÃO DE RAIOS UV EIR. LENTES FABRICADAS EM PMMA COM TRANSPARÊNCIA ELEVADA QUE NÃO SOFRE DESGASTE COM RAIOS ULTRA VIOLETA. CORPO E TAMPA PORTA VIDRO EM ALUMÍNIO INJETADO, LIGA PRIMÁRIA DE BAIXO TEOR DE COBRE, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, ALTA RESISTÊNCIA A AGENTES ATMOSFÉRICOS E PINTADOS ELETROSTATICAMENTE COM TINTA A PÓ EM POLIÉSTER NA COR CINZA OU TONALIDADE EQUIVALENTE. GRAU DE PROTEÇÃO IP66.VIDRO TEMPERADO DE ALTA TRANSPARÊNCIA. GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS IK08. ELEMENTOS DE FIXAÇÃO EXTERNO SEM AÇO INOXIDÁVEL. VEDAÇÕES EM BORRACHA DE SILICONE ANTIENVELHECIMENTO, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E OSCILAÇÕES DE TEMPERATURA. SUPORTE DE FIXAÇÃO EM ALUMÍNIO, PINTADO ELETROSTATICAMENTE |COM TINTA POLIÉSTER NA COR CINZA. PREDISPOSIÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTO ELÉTRICO E OU ANTENA PARA GESTÃO. ENTRADA TELE DE CABOS PELA PARTE INFERIOR DO PROJETOR ATRAVÉS DE PRENSA CABOS PG13.5. DISSIPAÇÃO TÉRMICA COM TECNOLOGIA IGUAL OU SUPERIOR, GARANTE MENOR TEMPERATURA INTERNA DOTADA DE VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO. TEMPERATURA DE |40°C/+45°C. PARA LIGAÇÃO À REDE O PROJETOR DEVE SERFORNECIDO COM CABO ISOLADO DE COBRE FLEXÍVEL, PVC, 3X1,5MM2, MÍNIMO 750V DE ISOLAÇÃO, FORMAÇÃO MÍNIMA COM 3FIOS, COM CONECTOR PLUG&SOCKETIP66/68 COM SISTEMA X-DRY ANTI-CONDENSAÇÃO. VIDA ÚTIL MINIMADE 100.000 HORAS E |GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS. APRESENTAR 0 RELATÓRIO LM-79 DA LUMINÁRIA E RELATÓRIO LM-80 DO FABRICANTE |DOLED,GRAU DE PROTEÇÃO IP66 PARA O CONJUNTO ÓPTICO E COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS |AUXILIARES.. DIMENSÕES APROXIMADAS: 542X93X346MM PESO APROXIMADO 5.5 KG. REFERÊNCIA: MATRIX OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, LED POTENCIA 60 W G2 - OPTICA 60°. ENCAIXE PADRÃO DE 60 MM, DE CONEXÃO DA LUNINÁRIA COM O BRAÇO, CONTENDO 02 PARAFUSOS DE 08 MM PARA FIXAÇÃO.	unidade	Novva Light	200,00	532,50	106.500,00
4	100764 - PROJETOR COM FACHO DE LUZ OPTICA 60° COM LEDS DO TIPO MID POWER, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR DE PRIMEIRA, TECNOLOGIA SILICON CARBIDE BASEDSEMICONDUCOTOR', OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, QUE GARANTE MAIOR EFICIÊNCIA TÉRMICA E DE ILUMINAÇÃO, MONTADOS EM CIRCUITOS ESTAMPADOS EM ALUMÍNIO DE EXCELENTE DISSIPAÇÃO TÉRMICA, FLUXO LUMINOSO TOTAL MÍNIMO DE 15.000 LÚMENS E ÚTIL DE 27.282 LÚMENS, EFICIÊNCIA LUMINOSA SUPERIOR À 130 LM/W (OUTPUT). OPTICA MÍNIMA DE 60° PARAMELHOR PERFORMANCE. DRIVER ELETRÔNICO DE ELEVADA EFICIÊNCIA E DURABILIDADE COM ALIMENTAÇÃO DE 108- 305VCA.FATOR DE POTÊNCIAA >95 E THD80. BAIXA EMISSÃO DE RAIOS UV EIR. LENTES FABRICADAS EM PMMA COM TRANSPARÊNCIA ELEVADA QUE NÃO SOFRE DESGASTE COM RAIOS ULTRA VIOLETA.CORPO E TAMPA PORTA VIDRO EM ALUMÍNIO INJETADO, LIGA PRIMÁRIA DE BAIXO TEOR DE COBRE, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, ALTA RESISTÊNCIA A AGENTES ATMOSFÉRICOS E PINTADOS ELETROSTATICAMENTE COM TINTA A PÓ EM POLIÉSTER NA COR CINZA OU TONALIDADE EQUIVALENTE. GRAU DE PROTEÇÃO IP66.VIDRO TEMPERADO DE ALTA TRANSPARÊNCIA. GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS IK08. ELEMENTOS DE FIXAÇÃO EXTERNOSEM AÇO INOXIDÁVEL. VEDAÇÕES EM BORRACHA DE SILICONE ANTIENVELHECIMENTO, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E OSCILAÇÕESDE TEMPERATURA. SUPORTE DE FIXAÇÃO EM ALUMÍNIO, PINTADO ELETROSTATICAMENTE |COM TINTA POLIÉSTER NA COR CINZA.PREDISPOSIÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO E OU ANTENA PARA GESTÃO.ENTRADA TELE DE CABOS PELA PARTE INFERIORDO PROJETOR ATRAVÉS DE PRENSA CABOS PG13.5. DISSIPAÇÃO TÉRMICA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE OU SUPERIOR GARANTE MENOR TEMPERATURAINTERNA	unidade	Soneres	75,00	532,50	39.937,50

	DOTADA DE VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO. TEMPERATURA DE |40°C/+45°C. PARA LIGAÇÃO À REDE O PROJETOR DEVE SERFORNECIDO COM CABO ISOLADO DE COBRE FLEXÍVEL, PVC, 3X1,5MM2, MÍNIMO 750V DE ISOLAÇÃO, FORMAÇÃO MÍNIMA COM 3FIOS, COM CONECTOR PLUG&SOCKETIP66/68 COM SISTEMA X-DRY ANTI- CONDENSAÇÃO. VIDA ÚTIL MINIMADE 100.000 HORAS E |GARANTIA 5 ANOS. APRESENTAR 0 RELATÓRIO LM-79 DA LUMINÁRIA E RELATÓRIO LM-80 DO FABRICANTE |DOLED,GRAU DE PROTEÇÃO IP66 PARA O CONJUNTO ÓPTICO E COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS |AUXILIARES.. DIMENSÕES APROXIMADAS: 542X93X346MM PESO APROXIMADO 5.5 KG. REFERÊNCIA: MATRIX LED, OU QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR, POTENCIA 100 W G3 - OPTICA 60°. ENCAIXE PADRÃO 60 DE MM, DE CONEXÃO DA LUNINÁRIA COM O BRAÇO, CONTENDO 02 PARAFUSOS DE 08 MM PARA FIXAÇÃO.					
Valor Total: 146.437,50						

Publicado por:
Sônia Aparecida Oliveira Ferreira
Código Identificador:A72698FF

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS PAL 72-2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0190/2026. ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0072/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/21) Nº 0026/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSAS MODALIDADES, PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS QUE SERÃO REALIZADOS AO LONGO DO ANO DE 2026, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS-MG. FORNECEDOR REGISTRADO: ALBANO GERALDO BARBOSA DE JESUS. CNPJ: 58965055000116». VIGÊNCIA: 26/05/2026ATÉ 25/05/2027.

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	101167 - EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO, COMPOSTA POR 01 ÁRBITRO, 02 ASSISTENTES E 01 ÁRBITRO PARA MESA, COM ATUAÇÃO EM COMPETIÇÕES NA SEDE DO MUNICÍPIO, DISTRITOS, COMUNIDADES E POVOADOS, INCLUSO ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E IMPOSTOS	unidade		75,00	798,64	59.898,00
3	101166 - EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO, COMPOSTA POR 01 ÁRBITRO, 02 ASSISTENTES E 01 ÁRBITRO PARA MESA, INSCRITO NO QUADRO DE ARBITRAGEM DA SMEL, COM ATUAÇÃO EM COMPETIÇÕES NA SEDE DO MUNICÍPIO, DISTRITOS, COMUNIDADES E POVOADOS, INCLUSO ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E IMPOSTOS.	unidade		100,00	479,99	47.999,00
4	101168 - EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO DO QUADRO DA FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL, COMPOSTA POR 01 ÁRBITRO, 02 ASSISTENTES E 01 QUARTO ÁRBITRO, COM ATUAÇÃO EM COMPETIÇÕES NA SEDE DO MUNICÍPIO, DISTRITOS, COMUNIDADES E POVOADOS, INCLUSO ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E IMPOSTOS.	unidade		20,00	3.399,50	67.990,00
Valor Total: 175.887,00						

Seq.	Material/Serviço	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	101167 - EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO, COMPOSTA POR 01 ÁRBITRO, 02 ASSISTENTES E 01 ÁRBITRO PARA MESA, COM ATUAÇÃO EM COMPETIÇÕES NA SEDE DO MUNICÍPIO, DISTRITOS, COMUNIDADES E POVOADOS, INCLUSO ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E IMPOSTOS	unidade		25,00	800,00	20.000,00
Valor Total: 20.000,00						

Publicado por:
Sônia Aparecida Oliveira Ferreira
Código Identificador:27D55EAF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2026, 044/2026, 045/2026, 046/2026 E 047/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS ESPECIALIZADA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DESTA AUTARQUIA - **DETENTORAS: COMPLEMENTARE COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA – CNPJ Nº 61.548.834/0001-20 -** VALOR TOTAL R$ 1.346,70; **COMERCIAL TRÊS ACORDES LTDA – CNPJ Nº 32.850.995/0001-76** – VALOR TOTAL: R$ 1.557,60; **NEP SOLUCOES E INFORMATICA - COMERCIO E SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 17.215.437/0001-45** – VALOR TOTAL: R$ 7.070,00; **M.A.F COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA – CNPJ Nº 56.003.950/0001-24** – VALOR TOTAL: R$ 5.437,80; **R.V. DE S. NOVAIS LTDA – CNPJ Nº 66.006.567/0001-83** – VALOR TOTAL: R$ 14.183,28 - DATA DE ASSINATURA: 25/05/2026 – VIGÊNCIA: 27/05/2026 A 27/05/2027 - PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA - DIRETORA GERAL DO DEMSUR.

***COMPLEMENTARE COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA – CNPJ Nº61.548.834/0001-20**

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
20	MICROFONE DE LAPELA DUPLO SEM FIO PARA CÂMERAS E SMARTPHONES PARA GRAVAÇÕES EXTERNAS; (2TX+3RX), COM CLIPE MAGNETICO, COM TRANSMISSÀO SEM FIO DE 300 METROS, CANCELAMENTO DE RUÍDO, 40 H TEMPO DE TRABALHO, COMPATÍVEL COM CÂMERA, IPHONE, ANDROID, PC: CERTIFICAÇÃO CE, FCC,ROHS; TIPO DO PRODUTO ELETRÔNICO; ESTOJO DE CARREGAMENTO, CLIPE MAGNÉTICO, CLIPE TRASEIRO MAGNÉTICO, ADESIVO, NÚMERO DE UNIDADES 1; RESPONSIVIDADE DO SOM, 115 DB NÍVEL DE RUÍDO 115 DB; VOLTAGEM 3.8; ETIQUETA NACIONAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (ENCE)A +; COM BATERIAS INCLUSAS; PROPORÇÃO DE SINAL POR RUÍDO (DBDB); COM BATERIA RECARREGÁVEL; COR PRETO;	UN	BOYA BOYAMIC	1	R$ 788,90	R$ 788,90

	GARANTIA DO FABRICANTE POR 1 ANO A PARTIR DA DATA DA COMPRA. PESO DO PRODUTO 380 G. DIMENSÕES DA EMBALAGEM 13,5 X 10,4 X 8,7 CM; 380 G; INFORMAÇÕES ADICIONAIS: DIMENSÕES DO PACOTE 13.5 X 10.4 X 8.7 CENTIMETROS: BATERIALS.L: 4 ÍON DE LÍTIO BATERIAS NECESSÁRIAS. (INCLUSAS).					
25	TRIPÉ UNIVERSAL FOTOGRÁFICO ALUMÍNIO 1,80 METROS. TRIPÉ PROFISSIONAL 1,80M UNIVERSAL CELULAR CÂMERA BLUETOOTH-DIMENSÕES: 55CM X 10CM X 10CM; ALTURA MÍNIMA: 55CM; ALTURA MÁXIMA: 1,80M; PESO SUPORTADO: 3KG; PESO: 1KG; ROTAÇÃO HORIZONTAL: 360°; ROTAÇÃO VERTICAL: 90°; MATERIAL: ALUMÍNIO. GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES	UN	Vlx LED Excelence PROFISSIONAL	2	R$ 278,90	R$557,80
Valor total:					R$ 1.346,70	

***COMERCIAL TRÊS ACORDES LTDA – CNPJ Nº 32.850.995/0001-76**

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
7	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA COM DESIGN PORTÁTIL COM ALÇA RETRÁTIL E RODINHAS PARA FACILITAR A LOCOMOÇÃO COM NO MPINIMO 01 MICROFONE INCLUSO, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CONEXÕES E TECNOLOGIAS: BLUETOOTH, TWS, E RÁDIO FM, ENTRADA PARA: PEN DRIVE, USB E CARTÃO DE MEMÓRIA, AUX RCA E DUAS ENTRADAS P10 PARA A CONEXÃO DE MICROFONE E INSTRUMENTOS MUSICAIS. POTÊNCIA 1100W RMS WOOFER DE 18" TWEETER DE 6,5" BIVOLT CONTROLE REMOTO ITENS INCLUSOS: 1 CAIXA DE SOM BLUETOOTH, 1 CABO ALIMENTAÇÃO, 1 CABO ALIMENTAÇÃO (BATERIA CARRO), 1 CABO P2/RCA, MÍNIMO DE 01 MICROFONE, CABO DO MICROFONE, 1 MANUAL (PORTUGUÊS) GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.	UNIDADE	TRC MAXX 1600 + MIC	1	R$1 .557,60	R$ 1.557,60
Valor total:					R$ 1.557,60	

***NEP SOLUCOES E INFORMATICA - COMERCIO E SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 17.215.437/0001-45**

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	ALICATE DE CRIMPAR RJ45/RJ11 MULTI FUNÇÃO CORTA FIO PARA CONECTORES DE PASSAGEM OU PARA CONECTORES DE REDE DOS MODELOS CONVECIONAIS NÃO VAZADOS (SEM A PASSAGEM PARA OS FIOS).	UN	BOMDER Prensa	1	R$35,00	R$35,00
8	CASE DE NEOPRENE PARA NOTEBOOK 15,6" - ZÍPER CONTORNANDO TODA A LATERAL DO CASE; ABSORÇÃO DE IMPACTOS; ALÇAS INTERNAS; ELÁSTICOS INTERNOS; ELÁSTICO E MALEÁVEL; LAVÁVEL	UN	Speed Shop Capa Notebook com AlÃ§a	4	R$45,00	R$180,00
11	FONTE DE COMPUTADOR PADRÃO: ATX (70%); POTÊNCIA: 500W; CABOS COM MALHA (SLEEVE) DE PROTEÇÃO; BOTÃO DE LIGA / DESLIGA NO PAINEL TRASEIRO E SELETOR DE VOLTAGEM; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT (MANUAL); EFICIÊNCIA: MÁXIMA: 70%; REFRIGERAÇÃO: 1 COOLER SAIDAS: 1 X 20+4 PINOS; 1 X 6+2 PINOS PCI EXPRESS; 1 X 8 PINOS (4+4 PLACA MÃE); 2 X MOLEX; 1 X FLOPPY; 3 X SATA.	UN	Brazil PC BPC/5350-M	10	R$110,00	R$1.100,00
13	HEADSET CONECTOR RJ9, PROTETOR DE MICROFONE, MANUAL DO USUÁRIO, GARANTIA 12 MESES.	UN	5+ RJ9 015-0100	10	R$75,00	R$750,00
14	HUB EXTENSOR USB 3.0 PORTÁTIL 4 PORTAS, CARACTERÍSTICAS: VERSÃO USB: 3.0 COM COMPATIBILIDADE A 2.0 E VERSÕES ANTERIORES; PORTAS: 4 PORTAS; TAXA DE TRANSFERÊNCIA: ATÉ 5GB/S; COMPATIBILIDADE: WINDOWS, LINUX E MAC OS.	UN	C3Tech HU-C500GY	2	R$40,00	R$80,00
15	LEITOR DE CARTÃO EXTERNO 4 EM1 - USB 3.0 COMPATIBILIDADE DE SLOT DE CARTÃO SLOT SD: SDXC/SDHC/SD/EXTREME I III SD/ULTRA II SD/MMC RANHURA MICRO SD/TF: MICRO SD/TF/MICRO SDXC/MICRO SDHC/UHS-I SLOT CF: CF I 3.0/4.0/EXTREME I III CF/ULTRA II CF/HS CF/XS-XS CF/CF ELITE PRO/ CF PRO/CF PRO II.	UN	UGREEN CR125	2	R$75,00	R$150,00
24	RACK PARA DVR VERTICAL DIMENSÕES APROXIMADAS: 35CM X 40CM X 11CM, PROTEÇÃO: PTC, INSTALAÇÃO PADRÃO, CORPO: CAIXA METÁLICA, PINTURA: ELETROSTÁTICA (A PÓ), PESO APROXIMADO: 2,0 KG. PARA INSTALAÇÃO DE DVR.	UN	MAX ELETRON 5607	15	R$165,00	R$2.475,00
26	HD 4 TB: HD COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO COM 4 TB - PADRÃO DE CONEXÃO SATA, USO INTERNO, ADEQUADO PARA PC, SERVIDOR E DAS. ROTAÇÃO DE 7200 RPM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UN	WD PURPLE WD44PURZ	2	R$1.150,00	R$2.300,00
Valor total:					R$ 7.070,00	

***M.A.F COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 56.003.950/0001-24**

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	CABO COAXIAL 4MM FLEX - CONDUTOR INTERNO COM FIO DE COBRE NU 10X 0,127M ISOLAÇÃO INTERNA: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ISOLAÇÃO EXTERNA: PVC 70C ANTI-CHAMAS PRETO, BRANCO OU CRISTAL, BLINDAGEM: TRANÇA DE FIOS DE COBRE NU	Metro	Megatron	4000	R$ 1,23	R$ 4.920,00
10	FILTRO DE LINHA COM CAPACIDADE PARA 5 TOMADAS BIVOLT (127/220), PRETO - CABO: 1 A 1,3METROS.	UN	Megatron	20	R$ 25,89	R$ 517,80
Valor total:					R$ 5.437,80	

***R.V. DE S. NOVAIS LTDA – CNPJ nº 66.006.567/0001-83**

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	BATERIA DJI ORIGINAL, TIPO MAVIC 2 ZOOM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TIPO: LIPO 4S (POLÍMERO DE LÍTIO); CAPACIDADE: 3850 MAH; TEMPO DE CARREGAMENTO: CERCA DE 90 MINUTOS COM CARREGADOR OFICIAL DJI	UN	ZENISMART	3	R$1.949,99	R$5.849,97
4	CABO DE ÁUDIO PARA ALTO FALANTE	Metro	UNIFLEX 5MM	15	R$2,20	R$33,00
5	CABO OTG PARA DRONE DJI SPARK MAVIC MICRO USB TIPO C FAISCA.	UN	Lovedrone OTG PVC MUSB	2	R$52,97	R$105,94
6	CABO RCA X RCA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: APLICAÇÃO: ALTO FALANTE, MESA DE SOM; CONECTOR A: RCA; CONECTOR B: RCA; ITEM: 1 CABO 2RCA MACHO PARA 2RCA MACHO.	Metro	2RCAX2RCA	10	R$4,55	R$45,50
9	ESTABILIZADOR GIMBAL PARA SMARTPHONE - BATERIA INTERNA AUTONOMIA DE ATÉ 8 HORAS; CONEXÃO BLUETOOTH APARTIR DE 5.0; CARGA DE 170 A 290G; DIMENSÕES DO SMARTPHONE: LARGURA: 67 A 84MM X ESPESSURA: 6.9 A 10MM; 3 EIXOS: INCLINAÇÃO, ROTAÇÃO E PANORÂMICA; EQUIPAMENTOS ACOMPANHADO DE: BOLSA DE 5ARMAZENAMENTO, CABO DE CARREGAMENTO U1SB-C, MINI TRIPÉ, BRAÇADEIRA MAGNÉTICA PARA TELEFONE; GARANTIA 12 MESES.	UN	Aochuan Xe Kit	1	R$525,00	R$525,00
12	HD EXTERNO PORTÁTIL: CAPACIDADE 2TB; CONEXÃO USB 3.0; VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS DE 4.8GB/S. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UN	SAMSUNG STKM2000400	5	R$520,00	R$2.600,00
16	LENTE PARA CÂMERA, COMPATÍVEL COM CÂMERA CANON EF-S 18-55MM F/3.5-5.6 IS II;	UN	Canon EF-S 18-55MM	1	R$2.690,00	R$2.690,00

	COMPRIMENTO FOCAL: 18 A 55MM (DISTÂNCIA FOCAL EQUIVALENTE A 35MM: 28.8 A 88MM); ABERTURA MÁXIMA: F/3.5 A 5.6; ABERTURA MÍNIMA: F/22 A 38; MONTAGEM DA LENTE: CANON EF-S; FORMATO DA LENTE: APS-C; ÂNGULO DE VISÃO: 74° 20' A 27° 50'; DISTÂNCIA MÍNIMA DE FOCO: 9,84" / 25 CM; AMPLIAÇÃO MÁXIMA: 0,34X; DESIGN ÓPTICO: 11 ELEMENTOS EM 9 GRUPOS; LÂMINAS DE DIAFRAGMA: 6, ARREDONDADO; TIPO DE FOCO: AUTO-FOCO; CHAVE DE SELEÇÃO FOCO MANUAL OU AUTOMÁTICO; ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM; CHAVE DE SELEÇÃO PARA ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM; TAMANHO DO FILTRO: 58 MM (FRENTE); DIMENSÕES (DIAMETRO X L): 68.5 X 70MM; COMPRIMENTO NA EXTENSÃO MÁXIMA: 81MM.		F/3.5-5.6 IS II			
21	MONITORES DE AUDIO 24W ITENS INCLUSOS: 1-COLUNA ATIVA; 1-COLUNA PASSIVA; 1-CABO DE LIGAÇÃO DAS COLUNAS; 1-CABO DE LIGAÇÃO DE ÁUDIO DE P2(3.5MM) PARA RCA DUPLO; 1-CABO DE ÁUDIO (RCA - RCA ESTÉREO)	UN	Edifier Caixa de som R980T	2	R$805,99	R$1.611,98
22	PASTA TÉRMICA BISNAGA 50 GRAMAS	UN	Implastec BRANCA	1	R$21,99	R$21,99
23	PLACA REDE PCI 10/100/1000 MBPS ETHERNET - PADRÕES: IEEE 802.3, 802.3U, 802.3AB, 802.3X, 802.1Q, 802.1P; VELOCIDADE: 10/100/1000MBPS; LEDS: ATO/LINK; PLATAFORMA: SISTEMAS WINDOWS, MAC, LINUX; ESPECIFICAÇÕES: TIPO DE ITEM: -ADAPTADOR DE REDE; MATERIAL: COMPONENTES ELETRÔNICOS; TAMANHO: APROX. 22X12CM / 8.66X4.72IN	UN	Zewell PCI Express	10	R$69,99	R$699,90
Valor total:					R$ 14.183,28	

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:CA6DACFC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DEC_11889_2026 26

MUNICIPIO DE OURO BRANCO
PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 11889/2026, de 6 de abril de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 687.489,68 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO BRANCO, no uso de suas atribuições que que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 2946/2025, de 22 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica(m) aberto(s) no corrente exercício crédito(s) no montante de R$ 687.489,68, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Créditos		
Classificação	Ficha	Valor
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.813.12.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo	223	R$ 4.448,60
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 4.448,60
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.002 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE		
10.002.27.812.12.2020-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria	868	R$ 34.513,13
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 34.513,13
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	292	R$ 25.000,00
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 25.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	292	R$ 120.000,00
2.600.000.3110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 120.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
11.003.10.302.31.2064-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	343	R$ 20.000,00
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
11.003.10.302.25.2051-3.3.93.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	828	R$ 3.931,36
2.600.000.3110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 3.931,36
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
11.003.10.302.25.2052-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	321	R$ 20.000,00
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.005 - VIGILÂNCIAS		
11.005.10.305.28.2059-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	427	R$ 20.000,00
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 20.000,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.001 - COORD. SEC. EDUCAÇÃO		
13.001.12.122.1.2001-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	826	R$ 24.000,00
1.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 24.000,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		

13.004.12.361.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	671	R$ 74.404,72
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 74.404,72
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.001 - COORD. SEC. CULTURA		
15.001.4.391.23.1002-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	739	R$ 341.191,87
2.754.000.0000 - Recursos de Operações de Crédito		R$ 341.191,87
Total dos Créditos.....		**R$ 687.489,68**

Art. 2º - O(s) recurso(s) necessário(s) à(s) abertura(s) do(s) crédito(s) de que trata o art. 1º é(são) o(s) seguinte(s):

Recursos		
Classificação	Ficha	Valor
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 120.000,00
2.600.000.3110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 120.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 3.931,36
2.600.000.3110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 3.931,36
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 20.000,00
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 20.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 341.191,87
2.754.000.0000 - Recursos de Operações de Crédito		R$ 341.191,87
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 74.404,72
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 74.404,72
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 34.513,13
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 34.513,13
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 4.448,60
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 4.448,60
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.001 - COORD. SEC. SAÚDE		
11.001.10.122.1.2001-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais	252	R$ 20.000,00
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
11.003.10.302.31.2065-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo	350	R$ 20.000,00
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
11.003.10.302.31.2065-3.3.90.34.00.00.00.00 - Outras Desp.de Pessoal Decor.de Cont.Terceirização	351	R$ 25.000,00
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 25.000,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.17.2024-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo	635	R$ 24.000,00
1.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 24.000,00
Total dos Recursos.....		**R$ 687.489,68**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de abril de 2026.

SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935
AssinadodigitalmenteporSAVIO
RODRIGUES FONTES:04063572935
ND:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ACDIGITAL
MULTIPLAG1,OU=27489125000183,OU=videoconferencia,OU=CertificadoPFA3,CN=
SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935Razão:Eusouoautordestedocumento
Localização:
Data:2026.05.1516:25:51-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

SAVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:FBF64A06

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DEC_11890_2026 26

MUNICIPIO DE OURO BRANCO
PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 11890/2026, de 6 de abril de 2026.

Transferência de recursos orçamentários no valor de R$ 332.088,55 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO BRANCO, no uso de suas atribuições que que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 2947/2025, de 22 de dezembro de 2025,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica(m) aberto(s) no corrente exercício crédito(s) no montante de R$ 332.088,55, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Créditos			
Classificação		Ficha	Valor

07.000 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO			
07.001 - COORD. SEC. ADMINISTRAÇÃO			
07.001.4.122.1.2000-3.1.90.92.00.00.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		875	R$ 1.729,28
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.729,28
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
09.003 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FED. CAD. ÚNICO			
09.003.8.246.1.2001-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		147	R$ 500,00
	1.660.000.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		R$ 500,00
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
09.004 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
09.004.8.245.1.2001-3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		173	R$ 1.999,08
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.999,08
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER			
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER			
10.001.27.812.101.2523-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		852	R$ 4.865,90
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 4.865,90
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR			
11.002.10.302.25.2049-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		292	R$ 102.960,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 102.960,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais		319	R$ 3.500,71
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 3.500,71
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.34.00.00.00.00 - Outras Desp.de Pessoal Decor.de Cont.Terceirização		317	R$ 16.499,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 16.499,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.34.00.00.00.00 - Outras Desp.de Pessoal Decor.de Cont.Terceirização		317	R$ 20.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.004 - ATENÇÃO BÁSICA			
11.004.10.301.26.2054-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		371	R$ 80.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 80.000,00
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL			
12.003 - GERÊNCIA DE SAÚDE ANIMAL			
12.003.18.541.1.2001-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		496	R$ 4.055,92
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 4.055,92
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.001 - COORD. SEC. EDUCAÇÃO			
13.001.12.122.1.2000-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		602	R$ 2.000,00
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 2.000,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.001 - COORD. SEC. EDUCAÇÃO			
13.001.12.122.1.2000-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		602	R$ 1.361,00
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.361,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA			
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		655	R$ 12.066,10
	1.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 12.066,10
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA			
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		655	R$ 35.687,00
	1.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 35.687,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL			
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado		656	R$ 1.311,21
	2.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 1.311,21
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL			
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais		658	R$ 235,39
	2.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 235,39
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL			
13.004.12.361.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		671	R$ 42.799,00
	1.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 42.799,00
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO			
14.001 - COORD. SEC. SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO			
14.001.4.122.1.2000-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		845	R$ 518,96
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 518,96
Total dos Créditos.....			**R$ 332.088,55**

Art. 2º - O(s) recurso(s) necessário(s) à(s) abertura(s) do(s) crédito(s) de que trata o art. 1º é(são) o(s) seguinte(s):

Recursos

Classificação		Ficha	Valor
07.000 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO			
07.001 - COORD. SEC. ADMINISTRAÇÃO			
07.001.4.122.1.2000-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		86	R$ 1.729,28
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.729,28
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
09.003 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FED. CAD. ÚNICO			
09.003.8.246.1.2001-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil		146	R$ 500,00
	1.660.000.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		R$ 500,00
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
09.004 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
09.004.8.245.1.2001-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		166	R$ 1.999,08
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.999,08
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER			

10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER			
10.001.27.812.101.2523-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		231	R$ 4.865,90
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 4.865,90
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR			
11.002.10.302.25.2049-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		287	R$ 102.960,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 102.960,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.70.41.00.00.00.00 - Contribuições		320	R$ 3.500,71
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 3.500,71
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.70.41.00.00.00.00 - Contribuições		320	R$ 16.499,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 16.499,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições		318	R$ 20.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.004 - ATENÇÃO BÁSICA			
11.004.10.301.26.2054-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		367	R$ 80.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 80.000,00
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL			
12.003 - GERÊNCIA DE SAÚDE ANIMAL			
12.003.18.541.1.2001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		497	R$ 4.055,92
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 4.055,92
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.001 - COORD. SEC. EDUCAÇÃO			
13.001.12.122.1.2000-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		602	R$ 2.000,00
	1.500.000.1001 - Recursos não vinculados de Impostos (Educação)		R$ 2.000,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.001 - COORD. SEC. EDUCAÇÃO			
13.001.12.122.1.2000-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil		600	R$ 1.361,00
	1.500.000.1001 - Recursos não vinculados de Impostos (Educação)		R$ 1.361,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA			
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		654	R$ 12.066,10
	1.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 12.066,10
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA			
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		654	R$ 35.687,00
	1.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 35.687,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL			
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais		658	R$ 1.311,21
	2.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 1.311,21
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL			
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais		658	R$ 235,39
	2.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 235,39
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL			
13.004.12.361.16.2024-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		670	R$ 42.799,00
	1.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 42.799,00
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO			
14.001 - COORD. SEC. SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO			
14.001.4.122.1.2000-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas		693	R$ 518,96
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 518,96
Total dos Recursos.....			**R$ 332.088,55**
Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.			

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de abril de 2026.

SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935
Assinado digitalmente por SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935ND:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ACDIGITAL MULTIPLAG1,OU=27489125000183,OU=videoconferencia,OU=CertificadoPFA3, CN=SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935Razão:Eusouoautordestedocumento
Localização:
Data:2026.05.1516:26:16-03'00'
FoxitPDFReaderVersão:12.1.1

SAVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:4CC212CD

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DEC_11892_2026 26

MUNICIPIO DE OURO BRANCO
PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 11892/2026, de 8 de abril de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 8.154.825,75 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO BRANCO, no uso de suas atribuições que que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 2981/2026, de 6 de abril de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica(m) aberto(s) no corrente exercício crédito(s) no montante de R$ 8.154.825,75, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Créditos		
Classificação	Ficha	Valor
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.007 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
09.007.8.243.9.2102-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais	198	R$ 1.328.261,71
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.328.261,71
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.008 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		
09.008.8.241.9.2104-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais	203	R$ 1.088.217,00
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.088.217,00
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.812.11.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	218	R$ 27.920,75
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 27.920,75
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.812.11.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	218	R$ 164.105,22
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 164.105,22
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.812.11.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	218	R$ 365.083,96
2.754.000.0000 - Recursos de Operações de Crédito		R$ 365.083,96
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.813.12.2019-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	224	R$ 6.473,96
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 6.473,96
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	299	R$ 620.072,52
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 620.072,52
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
11.003.10.302.31.2064-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	343	R$ 74.880,00
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 74.880,00
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.002 - GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		
12.002.23.695.50.2090-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	488	R$ 54.095,35
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 54.095,35
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.004 - GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL		
12.004.20.122.1.2002-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	507	R$ 51.991,40
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 51.991,40
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	562	R$ 388.522,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 388.522,55
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	562	R$ 125.000,00
2.708.000.0000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos		R$ 125.000,00
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	562	R$ 35.605,20
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 35.605,20
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.20.41.00.00.00.00 - Contribuições	559	R$ 149.906,66
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 149.906,66
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	631	R$ 378.851,11
2.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 378.851,11
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	631	R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	655	R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	671	R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		
14.003 - COORD. DE EDUC. NO TRÂNSITO, TRANSP. E MOBILIDADE		
14.003.4.122.1.2001-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria	822	R$ 75.664,95
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 75.664,95
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		

14.003 - COORD. DE EDUC. NO TRÂNSITO, TRANSP. E MOBILIDADE		
14.003.4.122.1.2001-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	722	R$ 192.431,46
2.752.000.0000 - Recursos Vinculados ao Trânsito		R$ 192.431,46
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.003 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
15.003.13.391.60.2032-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	754	R$ 158.141,46
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 158.141,46
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.003 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
15.003.13.392.59.2030-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais	750	R$ 20.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 20.000,00
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.003 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
15.003.13.392.59.2030-3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	752	R$ 60.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 60.000,00
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.004 - FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO		
15.004.13.391.57.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	757	R$ 164.028,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 164.028,55
16.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA		
16.001 - COORD. SEC. INFRAESTRUTURA		
16.001.4.122.19.2038-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	777	R$ 45.000,00
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 45.000,00
16.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA		
16.001 - COORD. SEC. INFRAESTRUTURA		
16.001.4.122.19.2038-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	777	R$ 18.000,00
2.750.000.0000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		R$ 18.000,00
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001 - COORD. SEC. OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001.15.451.22.2043-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	801	R$ 941.531,90
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 941.531,90
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001 - COORD. SEC. OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001.25.752.21.1019-4.4.93.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	796	R$ 799.058,01
2.751.000.0000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -		R$ 799.058,01
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.002 - DIR. DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
17.002.15.451.23.1008-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	804	R$ 49.460,13
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 49.460,13
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.002 - DIR. DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
17.002.27.813.23.1007-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	803	R$ 201.499,35
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 201.499,35
Total dos Créditos.....		**R$ 8.154.825,75**

Art. 2º - O(s) recurso(s) necessário(s) à(s) abertura(s) do(s) crédito(s) de que trata o art. 1º é(são) o(s) seguinte(s):

Recursos		
Classificação	Ficha	Valor
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 799.058,01
2.751.000.0000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -		R$ 799.058,01
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 941.531,90
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 941.531,90
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 201.499,35
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 201.499,35
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 49.460,13
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 49.460,13
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 378.851,11
2.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 378.851,11
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 75.664,95
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 75.664,95
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 192.431,46
2.752.000.0000 - Recursos Vinculados ao Trânsito		R$ 192.431,46
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 20.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 20.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 60.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 60.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 158.141,46
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 158.141,46
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 164.028,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 164.028,55
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 388.522,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 388.522,55
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 125.000,00
2.708.000.0000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos		R$ 125.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 35.605,20
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 35.605,20
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 149.906,66
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 149.906,66
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 51.991,40
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 51.991,40
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 54.095,35

2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 54.095,35
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 27.920,75
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 27.920,75
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 164.105,22
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 164.105,22
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 365.083,96
2.754.000.0000 - Recursos de Operações de Crédito		R$ 365.083,96
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 620.072,52
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 620.072,52
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 74.880,00
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 74.880,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 6.473,96
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 6.473,96
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 1.328.261,71
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.328.261,71
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 1.088.217,00
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.088.217,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 45.000,00
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 45.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 18.000,00
2.750.000.0000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		R$ 18.000,00
Total dos Recursos.....		**R$ 8.154.825,75**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de abril de 2026.

SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935
Assinado digitalmente por SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935ND:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC DIGITALMULTIPLAG1,OU=27489125000183,OU=videoconferencia, OU=Certificado PF A3, CN=SAVIO RODRIGUESFONTES:04063572935Razão:Eusouoautordestedocumento
Localização:
Data:2026.05.1516:26:48-03'00'FoxitPDFReaderVersão:12.1.1

SAVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:7B9A5AA9

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DEC_11899_2026 26

MUNICIPIO DE OURO BRANCO
PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 11899/2026, de 22 de abril de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.465.854,83 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO BRANCO, no uso de suas atribuições que que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a Autorização contida na Lei nº 2946/2025, de 22 de dezembro de 2025,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica(m) aberto(s) no corrente exercício crédito(s) no montante de R$ 1.465.854,83, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Créditos			
Classificação		Ficha	Valor
08.000 - SEC. MUN. DE FINANÇAS			
08.001 - COORD. SEC. FINANÇAS			
08.001.4.123.1.2001-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		102	R$ 1.200,00
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.200,00
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER			
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER			
10.001.4.122.1.2001-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria		867	R$ 16.135,29
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 16.135,29
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.001 - COORD. SEC. SAÚDE			
11.001.10.122.1.2098-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil		256	R$ 15.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 15.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2051-3.3.93.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		828	R$ 62.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 62.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais		319	R$ 102.406,09
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 102.406,09
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.34.00.00.00.00 - Outras Desp.de Pessoal Decor.de Cont.Terceirização		317	R$ 20.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			

11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.34.00.00.00.00 - Outras Desp.de Pessoal Decor.de Cont.Terceirização		317	R$ 33.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 33.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.25.2052-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais		319	R$ 569,90
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 569,90
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.001 - COORD. SEC. EDUCAÇÃO			
13.001.12.122.14.2021-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		612	R$ 20.000,00
	1.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 20.000,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA			
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		655	R$ 352.800,00
	2.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 352.800,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL			
13.004.12.361.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		671	R$ 352.430,43
	2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 352.430,43
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA			
17.001 - COORD. SEC. OBRAS E GESTÃO URBANA			
17.001.4.122.1.2001-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		792	R$ 375.000,00
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 375.000,00
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA			
17.002 - DIR. DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
17.002.15.452.23.2041-3.3.94.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		850	R$ 115.313,12
	1.704.000.0000 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela		R$ 115.313,12
Total dos Créditos.....			**R$ 1.465.854,83**
Art. 2º - O(s) recurso(s) necessário(s) à(s) abertura(s) do(s) crédito(s) de que trata o art. 1º é(são) o(s) seguinte(s):			
Recursos			
Classificação		Ficha	Valor
08.000 - SEC. MUN. DE FINANÇAS			
08.001 - COORD. SEC. FINANÇAS			
08.001.4.123.1.2000-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		98	R$ 1.200,00
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.200,00
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER			
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER			
10.001.4.122.1.2020-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais		216	R$ 16.135,29
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 16.135,29
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.001 - COORD. SEC. SAÚDE			
11.001.10.122.1.2000-3.3.90.34.00.00.00.00 - Outras Desp.de Pessoal Decor.de Cont.Terceirização		244	R$ 569,90
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 569,90
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
11.003.10.302.31.2065-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		355	R$ 20.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 20.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.004 - ATENÇÃO BASICA			
11.004.10.301.26.1014-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		358	R$ 33.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 33.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.004 - ATENÇÃO BÁSICA			
11.004.10.301.26.2056-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado		379	R$ 15.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 15.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.004 - ATENÇÃO BÁSICA			
11.004.10.301.33.1017-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		401	R$ 40.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 40.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.004 - ATENÇÃO BÁSICA			
11.004.10.301.33.1017-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		402	R$ 22.000,00
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 22.000,00
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE			
11.006 - SUPORTE PROFILÁTICO			
11.006.10.303.30.2062-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		445	R$ 102.406,09
	1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 102.406,09
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.001 - COORD. SEC. EDUCAÇÃO			
13.001.12.122.15.1002-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		614	R$ 20.000,00
	1.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 20.000,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
13.002.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		631	R$ 176.215,22
	2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 176.215,22
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
13.002.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		631	R$ 352.800,00
	2.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 352.800,00
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO			
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA			
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita		655	R$ 176.215,21
	2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 176.215,21
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA			
17.001 - COORD. SEC. OBRAS E GESTÃO URBANA			
17.001.15.451.22.2043-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		801	R$ 375.000,00
	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 375.000,00
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA			
17.002 - DIR. DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			

17.002.27.813.23.1007-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		803	R$ 115.313,12
	1.704.000.0000 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela		R$ 115.313,12
Total dos Recursos.....			**R$ 1.465.854,83**
Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.			

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de abril de 2026.

SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935
AssinadodigitalmenteporSAVIO
RODRIGUESFONTES:04063572935
ND:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ACDIGITAL
MULTIPLAG1,OU=27489125000183,OU=
videoconferencia,OU=CertificadoPFA3,CN=
SAVIORODRIGUESFONTES:04063572935Razão:Eusouoautordestedocumento
Localização:
Data: 2026.05.15 16:27:11-03'00'
FoxitPDFReaderVersão:12.1.1

SAVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:20185DEC

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DEC_11901_2026 26

MUNICIPIO DE OURO BRANCO
PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 11901/2026, de 6 de abril de 2026.

Transferência de recursos orçamentários no valor de R$ 2.102.950,59 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO BRANCO, no uso de suas atribuições que que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 2947/2025, de 22 de dezembro de 2025,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica(m) aberto(s) no corrente exercício crédito(s) no montante de R$ 2.102.950,59, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Créditos		
Classificação	Ficha	Valor
04.000 - CONTROLADORIA GERAL		
04.001 - COORD. CONTROLADORIA GERAL		
04.001.4.122.1.2000-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	35	R$ 7.619,96
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 7.619,96
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.001 - COORD. SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.001.8.122.1.2000-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	108	R$ 1.489,89
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.489,89
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.002 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE		
10.002.27.812.12.2020-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria	868	R$ 5.247,58
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 5.247,58
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.001 - COORD. SEC. SAÚDE		
11.001.10.122.1.2000-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	239	R$ 2.490,45
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 2.490,45
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.001 - COORD. SEC. SAÚDE		
11.001.10.122.1.2001-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	248	R$ 15.588,62
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 15.588,62
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	280	R$ 9.889,20
1.600.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 9.889,20
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais	281	R$ 1.879,06
1.600.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 1.879,06
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	284	R$ 11.252,81
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 11.252,81
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.004 - ATENÇÃO BÁSICA		
11.004.10.301.27.2058-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	389	R$ 5.398,39
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 5.398,39
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.005 - VIGILÂNCIAS		
11.005.10.305.28.2059-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	418	R$ 959,88
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 959,88
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		

13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	617	R$ 118.627,62
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 118.627,62
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	618	R$ 520.258,53
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 520.258,53
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais	619	R$ 160.211,55
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 160.211,55
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	621	R$ 3.181,51
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 3.181,51
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	642	R$ 244.480,66
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 244.480,66
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais	643	R$ 472,72
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 472,72
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.1.2000-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	644	R$ 1.980,08
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 1.980,08
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	656	R$ 504.697,26
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 504.697,26
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	656	R$ 1.311,21
2.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 1.311,21
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	656	R$ 235,39
2.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 235,39
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	657	R$ 375.156,48
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 375.156,48
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais	658	R$ 74.785,57
1.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 74.785,57
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		
14.001 - COORD. SEC. SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		
14.001.4.122.1.2000-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	853	R$ 7.530,90
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 7.530,90
16.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA		
16.001 - COORD. SEC. INFRAESTRUTURA		
16.001.4.122.1.2000-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	861	R$ 28.205,27
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 28.205,27
Total dos Créditos.....		**R$ 2.102.950,59**

Art. 2º - O(s) recurso(s) necessário(s) à(s) abertura(s) do(s) crédito(s) de que trata o art. 1º é(são) o(s) seguinte(s):

Recursos		
Classificação	Ficha	Valor
04.000 - CONTROLADORIA GERAL		
04.001 - COORD. CONTROLADORIA GERAL		
04.001.4.122.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	33	R$ 7.619,96
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 7.619,96
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.001 - COORD. SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.001.8.122.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	105	R$ 1.489,89
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 1.489,89
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.002 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE		
10.002.27.812.13.2020-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais	235	R$ 5.247,58
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 5.247,58
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.001 - COORD. SEC. SAÚDE		
11.001.10.122.1.2000-3.3.90.34.00.00.00.00 - Outras Desp.de Pessoal Decor.de Cont.Terceirização	244	R$ 2.490,45
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 2.490,45
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.001 - COORD. SEC. SAÚDE		
11.001.10.122.1.2001-3.3.90.67.00.00.00.00 - Depósitos Compulsórios	251	R$ 15.588,62
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 15.588,62
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	292	R$ 9.889,20
1.600.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 9.889,20
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	292	R$ 1.879,06

1.600.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 1.879,06
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo	286	R$ 11.252,81
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 11.252,81
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.004 - ATENÇÃO BÁSICA		
11.004.10.301.27.2058-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	395	R$ 5.398,39
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 5.398,39
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.005 - VIGILÂNCIAS		
11.005.10.305.28.2059-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	421	R$ 959,88
1.500.000.1002 - Recursos não vinculados de Impostos (Saúde)		R$ 959,88
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	617	R$ 118.627,62
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 118.627,62
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	618	R$ 520.258,53
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 520.258,53
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais	619	R$ 160.211,55
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 160.211,55
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.1.2000-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	620	R$ 3.181,51
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 3.181,51
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	642	R$ 244.480,66
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 244.480,66
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.1.2000-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	645	R$ 472,72
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 472,72
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.1.2000-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	645	R$ 1.980,08
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 1.980,08
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	656	R$ 504.697,26
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 504.697,26
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	656	R$ 1.311,21
2.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 1.311,21
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais	658	R$ 235,39
2.540.000.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (30%)		R$ 235,39
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	657	R$ 375.156,48
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 375.156,48
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.1.2000-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais	658	R$ 74.785,57
1.540.000.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (70% -		R$ 74.785,57
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		
14.001 - COORD. SEC. SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		
14.001.4.122.1.2000-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil	694	R$ 7.530,90
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 7.530,90
16.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA		
16.001 - COORD. SEC. INFRAESTRUTURA		
16.001.4.122.1.2000-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	763	R$ 28.205,27
1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 28.205,27
Total dos Recursos.....		**R$ 2.102.950,59**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de abril de 2026.

SAVIO RODRIGUES FONTES:040 63572935
Assinado digitalmente por SAVIO RODRIGUES FONTES: 04063572935ND:C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC DIGITALMULTIPLAG1,OU=27489125000183,OU=videoconferencia,OU=CertificadoPF A3,CN=SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935 Razão:Eu sou o autor deste documento Localização:
Data:2026.05.1516:27:32-03'00'FoxitPDFReaderVersão:12.1.1

SAVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:50518DBB

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DEC_11902_2026

MUNICIPIO DE OURO BRANCO
PROCURADORIA GERAL

DECRETO Nº 11892/2026, de 8 de abril de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 8.154.825,75 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO BRANCO, no uso de suas atribuições que que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 2981/2026, de 6 de abril de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica(m) aberto(s) no corrente exercício crédito(s) no montante de R$ 8.154.825,75, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Créditos		
Classificação	Ficha	Valor
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.007 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
09.007.8.243.9.2102-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais	198	R$ 1.328.261,71
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.328.261,71
09.000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
09.008 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		
09.008.8.241.9.2104-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais	203	R$ 1.088.217,00
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.088.217,00
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.812.11.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	218	R$ 27.920,75
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 27.920,75
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.812.11.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	218	R$ 164.105,22
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 164.105,22
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.812.11.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	218	R$ 365.083,96
2.754.000.0000 - Recursos de Operações de Crédito		R$ 365.083,96
10.000 - SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER		
10.001 - COORD. SEC. ESPORTE E LAZER		
10.001.27.813.12.2019-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	224	R$ 6.473,96
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 6.473,96
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.002 - ATENÇÃO HOSPITALAR		
11.002.10.302.25.2049-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	299	R$ 620.072,52
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 620.072,52
11.000 - SEC. MUN. DE SAÚDE		
11.003 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
11.003.10.302.31.2064-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	343	R$ 74.880,00
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 74.880,00
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.002 - GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		
12.002.23.695.50.2090-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	488	R$ 54.095,35
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 54.095,35
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.004 - GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL		
12.004.20.122.1.2002-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	507	R$ 51.991,40
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 51.991,40
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	562	R$ 388.522,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 388.522,55
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	562	R$ 125.000,00
2.708.000.0000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos		R$ 125.000,00
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	562	R$ 35.605,20
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 35.605,20
12.000 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL		
12.007 - GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMBIENTAL		
12.007.18.541.54.2096-3.3.20.41.00.00.00.00 - Contribuições	559	R$ 149.906,66
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 149.906,66
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	631	R$ 378.851,11
2.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 378.851,11

13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.002 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
13.002.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	631	R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
13.003.12.365.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	655	R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
13.000 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		
13.004 - ENSINO FUNDAMENTAL		
13.004.12.361.16.2024-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	671	R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		
14.003 - COORD. DE EDUC. NO TRÂNSITO, TRANSP. E MOBILIDADE		
14.003.4.122.1.2001-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria	822	R$ 75.664,95
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 75.664,95
14.000 - SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA, MOBIL. E TRÂNSITO		
14.003 - COORD. DE EDUC. NO TRÂNSITO, TRANSP. E MOBILIDADE		
14.003.4.122.1.2001-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	722	R$ 192.431,46
2.752.000.0000 - Recursos Vinculados ao Trânsito		R$ 192.431,46
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.003 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
15.003.13.391.60.2032-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	754	R$ 158.141,46
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 158.141,46
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.003 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
15.003.13.392.59.2030-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais	750	R$ 20.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 20.000,00
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.003 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
15.003.13.392.59.2030-3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	752	R$ 60.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 60.000,00
15.000 - SEC. MUN. DE CULTURA		
15.004 - FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO		
15.004.13.391.57.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	757	R$ 164.028,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 164.028,55
16.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA		
16.001 - COORD. SEC. INFRAESTRUTURA		
16.001.4.122.19.2038-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	777	R$ 45.000,00
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 45.000,00
16.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA		
16.001 - COORD. SEC. INFRAESTRUTURA		
16.001.4.122.19.2038-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	777	R$ 18.000,00
2.750.000.0000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		R$ 18.000,00
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001 - COORD. SEC. OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001.15.451.22.2043-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	801	R$ 941.531,90
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 941.531,90
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001 - COORD. SEC. OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.001.25.752.21.1019-4.4.93.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	796	R$ 799.058,01
2.751.000.0000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -		R$ 799.058,01
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.002 - DIR. DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
17.002.15.451.23.1008-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	804	R$ 49.460,13
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 49.460,13
17.000 - SEC. MUN. DE OBRAS E GESTÃO URBANA		
17.002 - DIR. DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
17.002.27.813.23.1007-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	803	R$ 201.499,35
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 201.499,35
Total dos Créditos.....		**R$ 8.154.825,75**

Art. 2º - O(s) recurso(s) necessário(s) à(s) abertura(s) do(s) crédito(s) de que trata o art. 1º é(são) o(s) seguinte(s):

Recursos		
Classificação	Ficha	Valor
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 799.058,01
2.751.000.0000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -		R$ 799.058,01
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 941.531,90
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 941.531,90
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 201.499,35
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 201.499,35
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 49.460,13
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 49.460,13
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 378.851,11
2.550.000.0000 - Transferência do Salário-Educação		R$ 378.851,11
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 190.340,85
2.573.000.0000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à		R$ 190.340,85
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 75.664,95
2.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados		R$ 75.664,95
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 192.431,46
2.752.000.0000 - Recursos Vinculados ao Trânsito		R$ 192.431,46
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 20.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 20.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 60.000,00
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 60.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 158.141,46
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 158.141,46
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 164.028,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 164.028,55
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 388.522,55
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 388.522,55
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 125.000,00
2.708.000.0000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos		R$ 125.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 35.605,20
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 35.605,20
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 149.906,66
2.759.000.0000 - Recursos vinculados a fundos		R$ 149.906,66
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 51.991,40
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 51.991,40
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 54.095,35
2.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		R$ 54.095,35
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 27.920,75
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 27.920,75
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 164.105,22
2.710.000.3210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais		R$ 164.105,22
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 365.083,96
2.754.000.0000 - Recursos de Operações de Crédito		R$ 365.083,96
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 620.072,52
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 620.072,52
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 74.880,00
2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		R$ 74.880,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 6.473,96
2.706.000.3110 - Transferência Especial da União		R$ 6.473,96
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 1.328.261,71
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.328.261,71
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 1.088.217,00
2.749.000.0000 - Outras vinculações de transferências		R$ 1.088.217,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 45.000,00
2.720.000.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo		R$ 45.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$ 18.000,00
2.750.000.0000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		R$ 18.000,00
Total dos Recursos.....		**R$ 8.154.825,75**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de abril de 2026.

SAVIO RODRIGUES FONTES: 04063572935
Assinado digitalmente por SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935ND:C=BR,O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1,OU=27489125000183,OU=vídeo conferencia, OU=Certificado PF A3, CN=SAVIO RODRIGUES FONTES:04063572935Razão:Eusouoautordestedocumento Localização: Data:2026.05.1516:26:48-03'00'FoxitPDFReaderVersão:12.1.1

SAVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:D77AC829

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO 043/2026 DE 08 DE MAIO DE 2026

DECRETO 043/2026 DE 25 DE MAIO DE 2026

Abre Crédito Suplementar na importância de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA/MG, ALEXANDRO COSTA CESAR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 2731,

DECRETA:

Art 1. - Fica aberto Crédito Suplementar na importância de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) sob a seguinte classificação econômica e programática

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2175 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÀGUA
3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7849) 35.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2176 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ESGOTO
3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7862) 5.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2175 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÀGUA
3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7849) 110.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2174 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA LIMPEZA MANEJO SÓLIDOS
3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7901) 30.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2178 – PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7884) 25.000,00

205.000,00

Art 2. - Para cobertura do Crédito aberto de acordo com o Art 1., será usado como recurso as seguintes reduções orçamentárias:

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO 3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO 2175 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÀGUA	
3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica 15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7854)	35.000,00
3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO 3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO 2176 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ESGOTO	
3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica 15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7864)	5.000,00
3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO 3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO 2174 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA LIMPEZA MANEJO SÓLIDOS	
3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica 15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7840)	110.000,00
3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO 3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO 2174 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA LIMPEZA MANEJO SÓLIDOS	
3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica 15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7840)	30.000,00
3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO 3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO 2174 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA LIMPEZA MANEJO SÓLIDOS	
3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica 15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7840)	25.000,00
	205.000,00

ART 3. - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO

ART 4. - ESTE DECRETO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DA SUA ASSINATURA.

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:0927ECF1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO ENDEREÇO PARA POSSE 26ª CONVOCAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE POSSE – EDITAL Nº 004/2024

A Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, por meio da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), no exercício de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 15 do Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Geral de Ribeirão das Neves (Lei Complementar nº 038/2006), **CONVOCA** os candidatos nomeados e habilitados, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em 09 DE OUTUBRO de 2025, por meio do Concurso Público regido pelo Edital nº 004/2024, homologado em 25 de Julho de 2025, para realizarem os procedimentos necessários à posse.

Os candidatos listados a seguir, **que foram considerados APTOS**, deverão comparecer ao **Auditório Interno da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Seicídio Jorge Ricardo, 2138, Bairro Santa Paula, Ribeirão das Neves, CEP 33.880-220**, **no dia 29 de Maio de 2026, às 09:00h**. Segue a relação de candidatos:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MEDICINA DO TRABALHO
CLÁUDIA CRISTINA SILVA	201 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	14º	NÃO COMPARECEU

GELMARA CRISTINA DA SILVA	201 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	15º	APTO
LÉIA PEREIRA DA SILVA	201 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	16º	NÃO COMPARECEU
RENATA BARBOSA PEREIRA	201 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	17º	NÃO COMPARECEU
ALEXSANDRA ALVES DURAES	201 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	18º	NÃO COMPARECEU
MARIA CLARA FERREIRA SCHETTINI	501 - CIRURGIÃO DENTISTA	10º	APTO
JÚLIA GABRIELLA DA SILVA PIRES	501 - CIRURGIÃO DENTISTA	11º	APTO
GLAUCIANE FELIX PEREIRA	505 - FONOAUDIÓLOGO	9º	APTO
EVELYN VANESSA SILVA SOUZA	505 - FONOAUDIÓLOGO	10º	NÃO COMPARECEU
LIVIA RODRIGUES SILVA	502 - ENFERMEIRO	81º	NÃO COMPARECEU
GLADSON WANDERSON ALMEIDA BURATO	502 - ENFERMEIRO	82º	NÃO COMPARECEU
LUCIMAR MARIA DA SILVA DAMASCENO	502 - ENFERMEIRO	83º	APTO
DIEGO DE AGUIAR VIEIRA	502 - ENFERMEIRO	84º	APTO
JORD ARRUDA DINIZ	502 - ENFERMEIRO	85º	NÃO COMPARECEU
CLARICE MAGELA BATISTA	502 - ENFERMEIRO	86º	**INAPTO**
SIRLEI MENDES DOS SANTOS OLIVEIRA	502 - ENFERMEIRO	87º	**INAPTO**
JUNIA DE SOUZA FERREIRA	502 - ENFERMEIRO	88º	APTO
ROSANE LUZIA GONCALVES	502 - ENFERMEIRO	89º	APTO
VALÉRIA CRISTINA PINTO ANDRADE	502 - ENFERMEIRO	90º	NÃO COMPARECEU
SARAH APARECIDA DE OLIVEIRA	502 - ENFERMEIRO	91º	APTO

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MEDICINA DO TRABALHO
PETERSON VINICIUS DE JESUS ALMEIDA	502 - ENFERMEIRO	92º	NÃO COMPARECEU
CLEONICE ANA TEIXEIRA PAIVA	502 - ENFERMEIRO	93º	APTO
IZABEL JUSTE SILVA	502 - ENFERMEIRO	94º	APTO
SOLANGE ESTEVES PEREIRA	502 - ENFERMEIRO	95º	APTO
AMANDA SOARES DOS SANTOS	502 - ENFERMEIRO	96º	APTO
PABLO RICARDO TOMAZ CANTUÁRIO	502 - ENFERMEIRO	97º	APTO
JOELIZE SOARES NASCIMENTO	502 - ENFERMEIRO	98º	APTO
DEBORA THAIS FERREIRA RIBEIRO	502 - ENFERMEIRO	99º	APTO
ANGELA CRISTINA DAS CHAGAS	502 - ENFERMEIRO	100º	NÃO COMPARECEU
ANA PAULA MOREIRA BRAGA	502 - ENFERMEIRO	101º	APTO
KARINA ELIZABETH EVANGELISTA BRETZ	502 - ENFERMEIRO	102º	APTO
VANIA DE FATIMA RODRIGUES SILVA	502 - ENFERMEIRO	103º	APTO
FERNANDA VIEIRA TELES	502 - ENFERMEIRO	104º	**INAPTO**
MARIELLE STEPHANI ARAUJO MEDEIROS	502 - ENFERMEIRO	105º	APTO
FERNANDA APARECIDA PEREIRA DE LIMA	502 - ENFERMEIRO	106º	APTO
GABRIELLE RAYSSA DOS SANTOS MARTINS	502 - ENFERMEIRO	107º	APTO
DEUZA APARECIDA LIMA SANTOS	502 - ENFERMEIRO	108º	APTO
ISABELA CONCEIÇÃO DUARTE DORNELAS	503 - FARMACÊUTICO	1º PCD	APTO
FLAVIA FRANCELINE RAMOS DO CARMO	503 - FARMACÊUTICO	7º	APTO
FERNANDA SILVA DE AZEVEDO	503 - FARMACÊUTICO	8º	NÃO COMPARECEU

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MEDICINA DO TRABALHO
DANIELA RODRIGUES COLHADO	503 - FARMACÊUTICO	9º	APTO
KEZIA ELIZAMA ALVES MOURA BEDESCHI	503 - FARMACÊUTICO	10º	APTO
GABRIEL GOMES SOARES LINS PEIXOTO	503 - FARMACÊUTICO	11º	**INAPTO**
ANA CAROLINA PEREIRA BEHM	503 - FARMACÊUTICO	12º	NÃO COMPARECEU
WANESSA APARECIDA COELHO LAERCE LIMA	503 - FARMACÊUTICO	13º	NÃO COMPARECEU
GRAZIELLE ALVES LOPES	601 - FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	1º	APTO
ÂNGELO CÉSAR ROSA	601 - FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	2º	APTO
THARSO RODRIGUES PEIXOTO	601 - FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	3º	APTO
CECILIA MARCIA CRUZ	601 - FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	4º	APTO
ANNA CLARISSA CASTELLO BRANCO	601 - FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	1º PCD	INAPTO
CASSIA CRISTINA PINTO MENDICINO	601 - FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	5º	APTO
JULIANA GARCEZ SILVA CARVALHO	509 - MÉDICO REGULADOR	2º	NÃO COMPARECEU
THAMARA THANABLE MORAES CARVALHO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	207º	APTO
MARINA BATISTA MORAIS SILVA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	208º	APTO
ARYHELLEM RHAYSSA MARTINS DONATO SILVA AMBROSIO DE SOUZA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	209º	APTO
NATÁLIA CAROLINA SOARES ANDRADE	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	210º	APTO
MARIA LAURA FERRAZ RABELO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	211º	APTO
RENATA ALVES MATIAS	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	212º	APTO
MARCELA VIANA BRAGA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	213º	**INAPTO**
SIRLEI MENDES DOS SANTOS OLIVEIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	214º	**INAPTO**

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MEDICINA DO TRABALHO
ESTER SANTOS DE AMORIM	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	215º	APTO
ADRIANA ROCHA DE MACEDO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	216º	APTO
HOZANA RODRIGUES CARDOSO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	217º	APTO
MARIANA FRANCA SILVA LIMA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	218º	**INAPTO**
CAMILA BARBOSA DA SILVA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	219º	APTO
SHYRLEIMAR FIALHO DE OLIVEIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	220º	APTO
THAIS CRISTINA SOUZA BENEVIDES	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	221º	APTO
JANE MOURA DE JESUS DA SILVA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	222º	NÃO COMPARECEU
ELIANE ISIDORIO DE SOUZA OLIVEIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	223º	APTO
RENATA DA SILVA RIBEIRO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	224º	APTO
RONALDO ALMEIDA DE OLIVEIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	225º	NÃO COMPARECEU
TAIS APARECIDA ALVES FERNANDES	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	226º	APTO
MARIANE STAFANY SANTANA DUARTE	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	227º	APTO
DALILA DE FÁTIMA DOS SANTOS LIMA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	228º	APTO
PABLINE RIBEIRO DE SOUZA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	229º	NÃO COMPARECEU
ANA TEREZA LEMOS SOARES	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	230º	APTO
FLAVIA QUEIROZ DOS SANTOS	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	231º	APTO
ALCI PEREIRA VELOSO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	232º	APTO
VALÉRIA SILVA GOMES DA CRUZ	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	233º	**INAPTO**
PATRÍCIA CRISTINA ROCHA FERREIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	234º	APTO

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MEDICINA DO TRABALHO
VÍRNIA HELENICE DUARTE	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	235º	APTO
VITOR GRANATOFERREIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	236º	APTO
YASMIN STANIS CORDEIRO TEIXEIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	237º	APTO
BRENON RICHARDS SANTOS SOUZA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	238º	APTO
BRUNA LARISSA DE OLIVEIRA HONORIO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	239º	APTO
MARIA APARECIDA XAVIER	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	240º	**INAPTO**
ALESSANDRA ALVES CUNHA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	241º	APTO
SILVIA ACÁCIA DO NASCIMENTO CARVALHO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	242º	NÃO COMPARCEU
ELISANGELA APARECIDA RAMOS DA CRUZ	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	243º	APTO
HADYANA GOMES VICHI MOÇO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	244º	APTO
SUELENE PEREIRA SIMONETE	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	245º	APTO
NAYARA FERREIRA DE OLIVEIRA MONTEIRO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	246º	NÃO COMPARCEU
AMANDA PEREIRA DIONIZIO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	247º	APTO
VICTOR AUGUSTO COSTA CRAVELAR	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	248º	NÃO COMPARECEU
STELA REGINA FERREIRA LEÃO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	249º	APTO
SIRLEY DE OLIVEIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	250º	NÃO COMPARECEU
LUZIA APARECIDA FERREIRA DAMASCENO INACIO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	251º	APTO
ANA PAULA DE SOUZA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	252º	APTO
BARBARA PEREIRA ALVES	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	253º	APTO
THAMARA CRISTINA PEREIRA SABINO MOREIRA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	254º	APTO

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO MEDICINA DO TRABALHO
BRUNA NAIARA LUCIO	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	255º	APTO
NATALHIA KASSIA VENÂNCIO CAMUZI	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	256º	NÃO COMPACEU
CAMILA ADRIANE LASMAR ASSIS	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	257º	APTO
MICHELE RODRIGUES DE MALTA	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	258º	APTO
SANDRA PERPÉTUA ALVES DE ASSIS	401 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	259º	APTO
JULIANO BARBOSA	404 - TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	1º	NÃO COMPACEU
TATIANE PATRÍCIA ALVES GUIMARÃES GURGEL	404 - TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	2º	NÃO COMPACEU
JOSIMAR FERREIRA DE OLIVEIRA SILVA	405 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA	1º PCD	APTO

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:94F9B520

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 010/2026

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 010/2026
(Restrito a Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Rodeiro)

1.PREÂMBULO

1.1 O Município de Rodeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, torna público que pretende adquirir Equipamento de Proteção Individual – EPI's, para atender às necessidades da Secretaria requisitante, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações abaixo.

Os órgãos interessados que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, em obediência ao art. 86 da Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal no 407/2023 deverão manifestar seu interesse de participação mediante o encaminhamento a esta Secretaria/Órgão Gerenciador, da sua Intenção de Registro de Preços – IRP, formalizado e aprovado pela autoridade competente, sua concordância com o objeto a ser licitado contendo a estimativa de consumo e especificações pertinentes (Especificações do item ou termo de referência; Estimativa de consumo; Local de entrega), no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação desta IRP.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Registro de Preços para contratação de empresa para Aquisição estimada de Equipamento de Proteção Individual – EPI's, para atender às necessidades da Secretaria requisitante cuja descrição e quantidade estão expostas abaixo:

Código	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
412395	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL CORRENTE: DC 200U/60/600A/1000A - AC: 60/600/1000A A ALIMENTAÇÃO: 3 400	5,00	251,67	1.258,35
404887	AVENTAL DE SOLDADOR MATERIAL: COURO , COMPRIMENTO: 1,20 M, LARGURA: 0,60 M, CARACTERÍSTICAS	10,00	35,93	359,30
404892	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC INJETADO , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: PRETA ,	40,00	38,64	1.545,60
404893	BOTINA SEGURANÇA MATERIAL: VAQUETA CURTIDA AO CROMO , MATERIAL SOLA: POLIURETANO (PU) BI-DENSIDADE ,	150,00	68,02	10.203,00
404894	BOTINA SEGURANÇA MATERIAL: VAQUETA CURTIDA AO CROMO HIDROFUGADO , MATERIAL SOLA: POLIURETANO E	10,00	70,33	703,30
404899	CAPA CHUVA MATERIAL: PVC , TIPO USO: PROFISSIONAL , COR: AMARELA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPUZ	80,00	17,60	1.408,00
404903	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA. CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA, CONFECCIONADO EM FITA	10,00	201,67	2.016,70
411842	CINTURÃO ABDOMINAL PARA ELETRICISTA. CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO ABDOMINAL, CONFECCIONADO EM FITA DE	6,00	108,87	653,22
412397	ESCADA DE FIBRA VIDRO ALTURA: 3,65 M PESO: 20 KG QUANTIDADE DEGRAUS: 19 APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO	1,00	1.036,00	1.036,00
412396	ESCADA DE FIBRA VIDRO ALTURA: 4,80 M PESO: 23 KG QUANTIDADE DEGRAUS: 28 APLICAÇÃO: MANUTENÇÃOI	1,00	1.394,16	1.394,16
411843	LUVA DE BORRACHA CANO LONGO. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC)	50,00	14,65	732,50
411844	LUVA DE BORRACHA CANO LONGO. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC)	50,00	22,10	1.105,00
404909	LUVA DE BORRACHA CANO LONGO. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA	50,00	37,23	1.861,50

	EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), FORRADA			
404912	LUVA DE ISOLANTE DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA. LUVA ISOLANTE DE BORRACHA NATURAL/SINTÉTICA, TIPO II	10,00	318,52	3.185,20
404911	LUVA SEGURANÇA MATERIAL: RASPA DE COURO , TAMANHO: VARIADO , APLICAÇÃO: SOLDADOR , CARACTERÍSTICAS	100,00	12,10	1.210,00
404905	LUVA SEGURANÇA MATERIAL: TRICOTADA 4 FIOS ALGODÃO , TAMANHO: ÚNICO , APLICAÇÃO: PROTEÇÃO INDIVIDUAL	150,00	2,55	382,50
404913	LUVA SEGURANÇA MATERIAL: VAQUETA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ELÁSTICO DORSO, REFORÇO PALMA,	150,00	15,66	2.349,00
404914	MANGA ISOLANTE MATERIAL: RASPA DE COURO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRAS AJUSTÁVEIS POR FIVELA	5,00	24,88	124,40
404917	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO , MATERIAL: CAMADAS	300,00	1,46	438,00
404918	MÁSCARA SOLDADOR TIPO: FOTOSENSÍVEL , TEMPO ESCURECIMENTO: 0,5 MILESSEGUNDOS , TEMPO CLAREAMENTO:	3,00	93,63	280,89
404922	PERNEIRA MATERIAL: COURO SINTÉTICO , COMPRIMENTO: 40 CM, APLICAÇÃO: EPI - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO	10,00	28,88	288,80
404923	PERNEIRA MATERIAL: RASPA DE COURO AO CROMO , COMPRIMENTO: 40 CM, APLICAÇÃO: EPI - EQUIPAMENTO DE	5,00	27,96	139,80
404901	SAPATO SEGURANÇA MATERIAL: MICROFIBRA DE ALTA RESISTÊNCIA , MATERIAL SOLA: POLIURETANO BI DENSIDADE	150,00	70,17	10.525,50
404919	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLIPROPILENO , TIPO LENTE: COM CURVA LATERAL. , COR LENTE:	40,00	4,99	199,60
404920	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLIPROPILENO , TIPO LENTE: COM CURVA LATERAL. , COR LENTE: ESCURA	20,00	8,53	170,60

3. COMPETÊNCIAS E PROCEDIMENTOS
3.1. Manifestação De Interesse: Os órgãos ou entidades interessadas deverão manifestar sua intenção de participar, até o dia 09/06/2026, através do e-mail irp.obras@rodeiro.mg.gov.br ou presencialmente no Paço Municipal de Rodeiro.
3.2 Informações necessárias: Deverão ser enviadas as seguintes informações:
a) especificação do item ou termo de referência;
b) estimativa de consumo;
c) Local de entrega
3.3 Condições: Caberá a Secretaria Municipal de Obras e Serviços e Urbanos:
3.3.1 aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:
a) os quantitativos considerados ínfimos;
b) a inclusão de novos itens; e
c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;
4.DISPOSIÇÕES FINAIS:
4.1 A participação nesta IRP não obriga o órgão ou entidade participante a contratar, sendo apenas instrumento de planejamento.
4.2 O não atendimento a esta IRP poderá resultar na não participação no futuro Registro de Preços.
4.3. Dúvidas e maiores informações deverão ser encaminhadas para o e-mail irp.obras@rodeiro.mg.gov.br ou contato através do número 32 3435 0139.
4.4. Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados quando da publicação do edital.
5.DOCUMENTO EM ANEXO:
5.1. Todas as informações e condições para registro de preços para Aquisição estimada de Equipamento de Proteção Individual – EPI's, para atender às necessidades da Secretaria requisitante, se encontram no Termo de Referência – TR anexo.

Rodeiro, 26 de maio de 2026

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:F5DCEC04

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 011/2026

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 011/2026
(Restrito a Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Rodeiro)

1.PREÂMBULO
1.1 O Município de Rodeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que pretende adquirir recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de botijões de gás vazios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria demandante, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações abaixo.
Os órgãos interessados que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, em obediência ao art. 86 da Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal no 407/2023 deverão manifestar seu interesse de participação mediante o encaminhamento a esta Secretaria/Órgão Gerenciador, da sua Intenção de Registro de Preços – IRP, formalizado e aprovado pela autoridade competente, sua concordância com o objeto a ser licitado contendo a estimativa de consumo e especificações pertinentes (Especificações do item ou termo de referência; Estimativa de consumo; Local de entrega), no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação desta IRP.
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO
2.1. Registro de preços para eventual e futura aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de botijões de gás vazios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria demandante, cuja descrição e quantidade estão expostas abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	% DESC
1	407307	BOTIJÃO PARA GÁS USO: DOMÉSTICO, CAPACIDADE: CERCA DE 13 KG, ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA (CÓDIGO CATMAT: 461517) VASILHAME DO TIPO BOTIJÃO DE GÁS NOVO, VAZIO, EM AÇO, COM CAPACIDADE PARA 13 KG DE GÁS GLP.	1,00	UNID.	244,3300	244,33	R$ 0,00
2	412404	BOTIJÃO PARA GÁS, USO: INDUSTRIAL, CAPACIDADE:	8,00	UNID.	757,6700	6.061,36	R$ 0,00

		CERCA DE 45KG, ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA (CÓDIGO CATMAT: 625662), VASILHAME DE BOTIJÃO DE GÁS P-45 (45KG) - VAZIO, FABRICADO EM AÇO, FABRICADO SEGUNDO NORMAS NBR 8460 DA ABNT, GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO).					
3	412403	GÁS REFINO DE PETRÓLEO , TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), USO INDUSTRIAL, (461651), RECARGA DE GÁS, CAPACIDADE PARA 45 KG DE GLP. FABRICADO SEGUNDO NORMA NBR 8460 DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA DE ACORDO COM A NORMA ABNT.	340,00	UNID.	470,3300	159.912,20	R$ 0,00
4	407308	GÁS REFINO DE PETRÓLEO TIPO: GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, USO: DOMÉSTICO(CÓDIGO CATMAT: 461652) RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP, TIPO GÁS PROPANO, ACONDICIONADO EM BOTIJÕES COM CAPACIDADE PARA 13KG.	130,00	UNID.	130,4000	16.952,00	R$ 0,00
					TOTAL	183.169,89	

3. COMPETÊNCIAS E PROCEDIMENTOS

3.1. Manifestação De Interesse: Os órgãos ou entidades interessadas deverão manifestar sua intenção de participar, até o dia 09 de junho de 2026, através do e-mail: irp.educacao@rodeiro.mg.gov.br ou presencialmente na Prefeitura Municipal de Rodeiro, no endereço, Praça São Sebastiao, 215, Centro, CEP:36.510-000.

3.2 Informações necessárias: Deverão ser enviadas as seguintes informações:

a) especificação do item ou termo de referência;

b) estimativa de consumo;

c) Local de entrega

3.3 Condições: Caberá a Secretaria Municipal de Educação:

3.3.1 aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

4.DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1 A participação nesta IRP não obriga o órgão ou entidade participante a contratar, sendo apenas instrumento de planejamento.

4.2 O não atendimento a esta IRP poderá resultar na não participação no futuro Registro de Preços.

4.3. Dúvidas e maiores informações deverão ser encaminhadas para o e-mail: irp.educacao@rodeiro.mg.gov.br ou contato através do número (32) 3435 0139

4.4. Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados quando da publicação do edital.

5.DOCUMENTO EM ANEXO:

5.1. Todas as informações e condições para registro de preços para eventual e futura aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de botijões de gás vazios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria demandante, se encontram no Termo de Referência – TR anexo.

Rodeiro, 26 de maio de 2026

PATRÍCIA DE FÁTIMA TEIXEIRA SANTOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:413CEEF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/2026

Processo: 75/2026.
Pregão Eletrônico: 34/2026.

Objeto: Aquisição de roçadeira hidráulica central e lateral, visando atender as demandas da Secretaria de Meio Ambiente e Agropecuária no município de Santa Bárbara/MG, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos.

Fornecedor: M&A INOVACOES LTDA - 57.980.137/0001-77						
Lote	**Descrição**	**Cód.**	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
01	ROÇADEIRA HIDRÁULICA CENTRAL E LATERAL	31163	1	UNIDADE	R$11.700,00	R$11.700,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$11.700,00 (onze mil e setecentos reais)						

TOTAL DO PROCESSO: R$11.700,00(onze mil e setecentos reais).

Santa Bárbara, 26 de maio de 2026.

AMANDA DOS ANJOS URSULO,
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:D4D5CF94

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO TERCEIRO AO CONTRATO Nº 087/2024

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE SANTANA DE CATAGUASES,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCOS ANTÔNIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de identidade M 2.396.684 SSP/MG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Santana de Cataguases-MG, CONTRATADA: **SEGMED CATAGUASES MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº: 30.701.223/0001-47, localizada na Avenida Melo Viana, 75, Centro, Cataguases-MG, representada pelo Senhor LEONARDO HENRIQUES DE MENDONÇA, inscrito no CPF sob o nº 795.774.586-53, celebram o Aditivo Terceiro ao Contrato nº 087/2024, Processo Licitatório nº 035/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024, nos seguintes termos:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 087/2024, firmado em 21 de maio de 2024, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, prorrogação de vigência, reajuste inflacionário (IPCA acumulado de 4,39%- abril) e acréscimo dos serviços e adequações relacionados as exigências introduzidas pelas normas regulamentadoras NR-1 e NR-17, especialmente no que se refere ás diretrizes de saúde mental e gerenciamento de riscos psicossociais no ambiente institucional, solicitação encaminhada através do memorando SEGOV, assinada pelo senhor Hellyel Fontes Oliveira, Subsecretario de Governo, justifica-se as adequações pretendidas envolvam serviços não originalmente previstos de forma especifica no instrumento contratual, verifica-se inequívoca vinculação técnica e funcional com o objeto principal contratado, consistindo em complementação necessária á adequação execução dos serviços de medicina e segurança do trabalho já prestados pela contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, a fim de atender aos servidores da administração municipal em suas demandas trabalhistas e garantindo o bom andamento das atividades do Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

2.1.O prazo de vigência deste Termo aditivo de Contrato terá início na data 26/05/2026 encerramento em 26/05/2027, prorrogável na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA- REAJUSTE

Fica autorizada o reequilíbrio financeiro em conformidade com o artigo 130 da Lei Federal nº 14.133/2021, onde consta no contrato na Cláusula Sexta - Reajuste, fica reajustado índice inflacionário (IPCA acumulado de 4,39%- abril) dos serviços abaixo a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE DE COBRANÇA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	NR-7 - PCMSO- Programa de Controle médico de Saúde Ocupacional, incluindo ASO´s de Admissão, demissão, Periódico, Retorno ao Trabalho, Mudança de Função, avaliações de atestado de falta ao trabalho por motivo de doença.	Mensal	12	R$ 660,97	R$ 7.931,64
02	NR-1 – PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos	Mensal	12	R$ 550,81	R$ 6.609,72
03	Prestação de Serviço de Segurança do Trabalho com assessoria técnica incluindo: *** Visita para avaliação dos postos de trabalho, *** Orientação e acompanhamento do uso de EPI`s, *** Acompanhar o correto preenchimento das Fichas de EPI´s, *** Acompanhar as atas e reuniões da CIPA, *** Assessorar o município em assuntos pertinentes à área de segurança do trabalho; *** Discutir as ações de segurança previamente com os responsáveis pelo programa do município; *** Identificar os riscos no ambiente de trabalho e procede-se a análise dos mesmos, com emissão de não conformidades de acordo com a legislação pertinente, e com as necessárias recomendações de mudanças, que levam à redução ou controle dos riscos ambientais existentes; *** Orientações a respeito da emissão de CAT quando ocorrer.	1 visita / mês 4 horas	12	R$ 771,13	R$ 9.253,56
04	LTIP - Laudo técnico de Insalubridade e periculosidade	Mensal	12	R$ 330,48	R$ 3.965,76
05	LTCAT - laudo técnico de Condição e Ambiental do trabalho	Mensal	12	R$ 660,97	R$ 7.931,64
06	PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário valor unitário por documento	Por PPP	50	R$ 110,16	R$ 5.508,00
07	Envio dos eventos de SST (S-2210, S-2220, S-2240) ao e-Social	Mensal	12	R$ 110,16	R$ 1.321,92
08	Treinamento EPI	Por participante	100	R$ 55,08	R$ 5.508,00
09	NR-5 CIPA – Instalação e Posse, treinamento	Mensal	20	R$ 55,08	R$ 1.101,60
10	Curso NR-10 – Trabalho com Eletricidade valor anual por funcionário	Por participante	3	R$ 165,24	R$ 495,72
11	NR-35 – Trabalho em Altura valor anual por funcionário	Por participante	10	R$ 55,08	R$ 550,80
12	Avaliação Produtos Químicos	Por ponto	6	R$ 165,24	R$ 994,44
13	Avaliação Produtos Fumos Metálicos	Por ponto	2	R$ 220,32	R$ 440,64
14	Avaliação de Poeira	Por serviço	2	R$ 220,32	R$ 440,64
15	Avaliação de Vibração (motoristas e op. maquinas)	Por ponto	20	R$ 275,41	R$5.508,20
16	Avaliação de Ruído	Por ponto	25	R$ 77,11	R$ 1.927,75
17	Avaliação de Calor	Por ponto	4	R$ 88,12	R$ 352,48
18	Exame de Audiometria	Por Exame	70	R$ 44,06	R$ 3.084,20
19	Exame de Espirometria	Por Exame	30	R$ 27,53	R$ 825,90
20	Exame de RX Tórax	Por Exame	30	R$ 55,08	R$ 1.652,40
21	Exame de Acuidade Visual	Por Exame	50	R$ 38,56	R$ 1.928,00
22	Exame de ECG -valor unitário	Por Exame	50	R$ 49,57	R$ 2.478,50
23	Exame de EEG -valor unitário	Por Exame	50	R$ 88,12	R$ 4.406,00
24	Exame de Hemograma/Plaquetas	Por Exame	90	R$ 5,51	R$ 495,90
25	Exame de FEZES	Por Exame	30	R$ 5,51	R$ 165,30
26	Exame de VDRL	Por Exame	30	R$ 5,51	R$ 165,30

27	Exame de Glicemia	Por Exame	50	R$ 3,30	R$ 165,00
28	Exame de Avaliação Psicológica	Por Exame	15	R$ 110,16	R$ 1.652,40
29	Perícias Médicas Readaptação	Por Exame	15	R$ 71,96	R$ 1.079,40
30	Realização de Exames médicos periódicos in loco	Por Hora	50	R$ 60,58	R$ 3.029,00

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO TERMO ADITIVO
4.1. - O valor do aditivo ao contrato nº 087/2024 será de R$ 80.966,81 (oitenta mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos)

CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÕES.
5.1. Conforme CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES, referente do item 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, existente no contrato 87/2024, Avaliação/Analise dos Fatores Psicossociais, dos serviços abaixo a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE DE COBRANÇA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços relacionados aos serviços de segurança do trabalho, notadamente para avaliação/analise dos fatores psicossociais (NRI-01 e NR-17)	Mensal	12	R$ 600,00	R$ 7.200,00
					R$ 7.200,00

CLAUSULA SEXTA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.** E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 26 de maio de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES-MG
CNPJ: 17.702.515/0001-36

Segmed Cataguases Medicina e Segurança do Trabalho LTDA
CNPJ: 30.701.223/0001-47
LEONARDO HENRIQUES DE MENDONÇA
CPF sob o nº 795.774.586-53

TESTEMUNHAS

ASSINATURA: _____
CPF: _____

ASSINATURA: _____
CPF: _____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:3523F92D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO

PROCESSO N° 047/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026

O MUNICÍPIO DE SANTANA DOS MONTES, situado na Rua José Teixeira de Araújo, 33, Centro, na cidade de Santana dos Montes-MG, inscrita no CNPJ: 19.718.394/0001-46, torna público o Pregão Eletrônico n° 024/2026.
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MÁQUINAS DE COSTURA PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA DOS MONTES-MG.

Credor:	**43096 - CAMOLESI MÁQUINAS LTDA**	**Documento:**	**12.807.382/0001-49**	**Habilitado:**	**S**	**Vencedor:**	**S**

Ordem	Ficha	Produto	Marca	Qtd	Un	Preco	Total	Venc
1	00000	00000043010-MAQUINA DE COSTURA - MÁQUINA DE COSTURA DOMÉS - MÁQUINA DE COSTURA - MÁQUINA DE COSTURA DOMÉSTICA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 90W E ALIMENTAÇÃO EM 127V, DOTADA DE ESTRUTURA METÁLICA RESISTENTE E BASE EM AÇO INOX, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E ESTABILIDADE. DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE PARA COSTURA EM TECIDOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, INCLUINDO JEANS E MATERIAIS DE MAIOR ESPESSURA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ DISPOR DE, NO MÍNIMO, 10 PONTOS BÁSICOS, INCLUINDO PONTO RETO, ZIG-ZAGUE, BAINHA INVISÍVEL, PONTOS DECORATIVOS, ALÉM DE SISTEMA DE CASA DE BOTÃO EM 4 PASSOS. DEVERÁ POSSUIR REBAIXADOR DOS DENTES, PERMITINDO A REALIZAÇÃO DE BORDADOS LIVRES E APLICAÇÃO DE BOTÕES. DEVERÁ CONTAR COM TRÊS POSIÇÕES DE AGULHA, AJUSTE DE COMPRIMENTO E LARGURA DOS PONTOS, E VELOCIDADE MÍNIMA DE 1100 PONTOS POR MINUTO, GARANTINDO MAIOR PRODUTIVIDADE. DEVERÁ POSSUIR BRAÇO LIVRE PARA COSTURAS TUBULARES, COMO MANGAS, PUNHOS E BARRAS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DOS SEGUINTES ACESSÓRIOS MÍNIMOS: 1-SAPATILHA PARA ZÍPER; 2- SAPATILHA PARA CASA DE BOTÃO; 3-SAPATILHA PARA PREGAR BOTÃO; 4- SAPATILHA PARA BAINHA INVISÍVEL; 5- ABRIDOR DE CASAS COM PINCEL DE LIMPEZA; 6-CONJUNTO DE AGULHAS; 7-PRENDEDORES DE CARRETEL (PEQUENO E GRANDE); 8- 03 (TRÊS) BOBINAS; 9- CHAVE DE FENDA; 10- PORTA-CARRETEL; 11- FELTRO; 12- GUIA DE COSTURA.	SINGER	10	UN	1420	14.200,00	S

TOTAL CREDOR:	**14.200,00**

Vigência: 12 Meses.

Município de Santana dos Montes, 20 de maio de 2026.

ALOISO VIANA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:017DB180

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2024

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Renovação Contratual**. Processo Administrativo nº 202/2024, Dispensa Eletrônica nº 33/2024, Contrato nº 82/2024. **Objeto:** Constitui objeto da presente a escolha das propostas mais vantajosas para a contratação de assinatura de dois jornais impressos, sendo um de circulação Municipal e outro de circulação Regional, ambos com abrangência dentro do Município de São Sebastião do Paraíso, pelo período de 12 (doze) meses. **Reajuste:** Nos termos do inciso I do artigo 136 da Lei de Licitações 14.133/21 e na prática da cláusula 9º do referido contrato, fica estabelecido o reajuste de preços com base no índice oficial IGP-M. **Vigência**: 28/05/2026 a 28/05/2027. **Renovação:** Nos termos do artigo 107, da Lei de Licitação nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, fica renovado o Contrato nº 82/2024 atualizado, por mais 12 (doze) meses, firmado mediante Dispensa Eletrônica nº 33/2024, ficando da seguinte forma:

Item	Cód.	Descrição Parcial	QT	Valor Unitário	Valor Unitário Reajustado (0,60893%)	Valor Total
1	16616	Assinatura de Jornal de Circulação Local	14	R$ 184,46	R$ 185,58	R$ 2.598,12

O valor total da Renovação Contratual está estimada em **R$ 2.598,12** (dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e doze centavos) para o Contrato 82/2024, oriundo do Dispensa Eletrônica nº 33/2024.

Em favor da Contratada: **GRÁFICA E EDITORA D.R. LTDA.**

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. O presente termo passa a vigorar a partir 28/05/2026.

JOÃO GUSTAVO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Comunicação Social
Órgão Gerenciador do Contrato**.**

São Sebastião do Paraíso – MG, 27 de Maio de 2026.

Publicado por:
Helcio Ribeiro de Andrade Filho
Código Identificador:CC980E82

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
DECRETO Nº 162, DE 26 DE MAIO DE 2026.

DECRETO Nº 162, DE 26 DE MAIO DE 2026.

ATUALIZA O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE TUPACIGUARA/MG PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUPACIGUARA, **MINAS GERAIS**, no uso de atribuição que lhe confere o art. 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e art. 65 e ss do Decreto Municipal nº 175 de 22 de dezembro de 2023,
CONSIDERANDO a necessidade do município de aplicar modelos de planejamento estratégico, tático e operacional nas aquisições e contratações com objetivo de aplicar o princípio constitucionalmente expresso da eficiência, assim como disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata do Plano Anual de Contratações;
CONSIDERANDO os artigos 65,66 e 67 do Decreto Municipal nº 175 de 22 de dezembro de 2023, o qual autoriza as alterações no plano de contratações anual, durante o ano de sua execução;
CONSIDERANDO que o Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026 foi aprovado por meio do Decreto nº 151, de 16 de abril de 2026, tendo sido estabelecido como Anexo Único do referido decreto, instrumento que consolida o planejamento das contratações da Administração Municipal para o respectivo exercício;
CONSIDERANDO a solicitação da Secretária Municipal de Cultura e Comunicação, para alteração do PCA e o Despacho do Secretário de Planejamento.

DECRETA:

Art.1º O Plano de Contratações Anual – PCA do atual exercício, aprovado pelo Decreto nº 151, de 16 de abril de 2026, constante do Anexo Único do referido Decreto, fica atualizado mediante a alteração de item e valor constante do Anexo deste Decreto, em conformidade com o Decreto Municipal nº 175, de 22 de dezembro de 2023.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de maio de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
3.4.EVENTOS

Unidade Responsável	Id do item no PCA	Descrição (Classe/Grupo)	Valor total estimado (R$)	Grau de prioridade	Data p/ Início das Providências	Data desejada p/ conclusão (Até)	Prorrogação de contrato
Sec. Cultura	102 1.1/2026	APRESENTAÇÕES DE SHOWS ARTÍSTICOS EM GERAL.	2.800.000,00	MÉDIO	28/05/2026	28/10/2026	NÃO

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:DDFD5843

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO Nº 88 , DE 26 DE MAIO DE 2026 - LEI N.3360

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$607.725,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 607.725,00				
02	**06**	**01**	**BLOCO DE GESTÃO DO SUS-SECRETARIA DE SAÚDE**	
Ficha: 244	10.122.0006.4203.0000	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE SAÚDE -FMS	**150.000,00**	
	3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	500	Recursos não Vinculados de Impostos		
	000	Recursos não Vinculados de Impostos		
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		
	002	SAÚDE 15%		
	000	SAÚDE 15%		

02	**06**	**04**	**BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITALAR-AT.E**	
Ficha: 367	10.302.0006.4208.0000	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL CAPS	**1.795,00**	
	3.3.90.49.00	Auxílio-Transporte		
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	500	Recursos não Vinculados de Impostos		
	000	Recursos não Vinculados de Impostos		
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		
	002	SAÚDE 15%		
	000	SAÚDE 15%		

Ficha: 387	10.302.0006.4211.0000	ATENÇÃO ESPECIALIZADA POLICLINICA	**11.140,00**
	3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	002	SAÚDE 15%	
	000	SAÚDE 15%	

Ficha: 867	10.302.0006.4209.0000	CENTRO DE CONVIVÊNCIA ARTE E PROSA	**20.000,00**
	3.1.91.13.00	Obrigações Patronais	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	002	SAÚDE 15%	
	000	SAÚDE 15%	

Ficha: 868	10.302.0006.4211.0000	ATENÇÃO ESPECIALIZADA POLICLINICA	**24.790,00**
	3.1.91.13.00	Obrigações Patronais	
	1	Recursos do Exercício Corrente	

	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	002	SAÚDE 15%	
	000	SAÚDE 15%	

02	**08**	**02**	**ENSINO INFANTIL - CRECHES E PRE ESCOLA**	
Ficha: 559		12.365.0009.4030.0000	MANUT. ATIV. CENTRO EDUCACIONAIS INFANTIS - CRECH	**400.000,00**
		3.1.91.13.00	Obrigações Patronais	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		000	Recursos não Vinculados de Impostos	
		1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensin	o
		001	EDUCAÇÃO 25%	
		000	EDUCAÇÃO 25%	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

02	**06**	**02**	**BLOCO ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**	
Ficha: 268		10.301.0006.3041.0000	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMAS UNIDADES DE SAU	**-150.000,00**
		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
		002	SAÚDE 15%	
		000	SAÚDE 15%	
Ficha: 268		10.301.0006.3041.0000	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMAS UNIDADES DE SAU	**-24.790,00**
		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
		002	SAÚDE 15%	
		000	SAÚDE 15%	
Ficha: 268		10.301.0006.3041.0000	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMAS UNIDADES DE SAU	**-20.000,00**
		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
		002	SAÚDE 15%	
		000	SAÚDE 15%	
Ficha: 268		10.301.0006.3041.0000	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMAS UNIDADES DE SAU	**-11.140,00**
		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
		002	SAÚDE 15%	
		000	SAÚDE 15%	
Ficha: 268		10.301.0006.3041.0000	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMAS UNIDADES DE SAU	**-1.795,00**
		4.4.90.51.00	Obras e Instalações	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
		002	SAÚDE 15%	
		000	SAÚDE 15%	

02	**08**	**02**	**ENSINO INFANTIL - CRECHES E PRE ESCOLA**	
Ficha: 562		12.365.0009.4030.0000	MANUT. ATIV. CENTRO EDUCACIONAIS INFANTIS - CRECHE	**-400.000,00**
		3.3.90.30.00	Material de Consumo	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
		001	EDUCAÇÃO 25%	
		000	EDUCAÇÃO 25%	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:67CF4FEA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 49/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL Nº: 13/2026

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 49/2026
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento
Edital nº: 13/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E DEMAIS SERVIÇOS AUTOMOTIVOS, FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA **VEÍCULOS LEVES E MÉDIOS** SENDO DO TIPO MOTOCICLETAS, VEÍCULOS LEVES E VEÍCULOS MÉDIOS, NAS VERSÕES DIESEL E FLEX, PELO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DO SOFTWARE "TRAZ VALOR", EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio e as seguintes empresas, nos termo do seguinte resultado:

EMPRESA: SHOPPING CAR PECAS AUTOMOTIVAS LTDA / CNPJ: 24.262.987/0001-80

ITEM	QTDE	UN	% DE DESCONTO TABELA-TRAZ VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO/QUANT.
001	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS CHEVROLET VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINAS	R$ 16.000,00
002	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS CHEVROLET VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 16.000,00
003	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS CHEVROLET VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 20.000,00
004	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS CHEVROLET VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 20.000,00
005	1	SE	38%	CATALOGO DE PECAS CHEVROLET VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 50.000,00
006	1	SE	38%	CATALOGO DE PECAS CHEVROLET VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICAS GENUINAS	R$ 50.000,00
007	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS CITROEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 8.500,00
008	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS CITROEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 8.500,00
009	1	SE	25%	CATALOGO DE PECAS CITROEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 1.000,00
010	1	SE	25%	CATALOGO DE PECAS CITROEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 1.000,00
011	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS CITROEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 20.000,00
012	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS CITROEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 20.000,00
013	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 53.000,00
014	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 53.000,00
015	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 50.000,00
016	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 50.000,00
017	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 105.000,00
018	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS. **COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP**	R$ 35.000,00
019	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS.	R$ 105.000,00
020	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS. **COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP**	R$ 35.000,00
021	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 19.000,00
022	1	SE	40%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 19.000,00
023	1	SE	43%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 50.000,00
024	1	SE	43%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 50.000,00
025	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 93.750,00
026	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS. **COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA ME E EPP**	R$ 31.250,00
027	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 93.750,00
028	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS FIAT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS. **COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP**	R$ 31.250,00
029	1	SE	31%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 14.000,00
030	1	SE	31%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 14.000,00
031	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 10.000,00
032	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 10.000,00
033	1	SE	46%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 50.000,00
034	1	SE	46%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 50.000,00
035	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS HONDA PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 3.000,00
036	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS HONDA PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 3.000,00
037	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS HONDA PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 2.000,00
038	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS HONDA PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 2.000,00
039	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS HONDA PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 8.750,00
040	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS HONDA PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 8.750,00
041	1	SE	13%	CATALOGO DE PECAS MITSUBICH VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 7.500,00
042	1	SE	13%	CATALOGO DE PECAS MITSUBICH VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 7.500,00
043	1	SE	23%	CATALOGO DE PECAS MITSUBICH VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 1.500,00
044	1	SE	23%	CATALOGO DE PECAS MITSUBICH VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 1.500,00
045	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS MITSUBICH VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 12.000,00
046	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS MITSUBICH VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICAS ORIGINAIS	R$ 12.000,00
047	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS PEUGEOT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 8.000,00
048	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS PEUGEOT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 8.000,00
049	1	SE	25,02	CATALOGO DE PECAS PEUGEOT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 2.000,00
050	1	SE	25,02	CATALOGO DE PECAS PEUGEOT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 2.000,00
051	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS PEUGEOT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 15.000,00
052	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS PEUGEOT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 15.000,00
053	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS REANULT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 6.000,00
054	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS RENAULT PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 40.000,00
055	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS RENAULT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 9.000,00
056	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS RENAULT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 9.000,00

057	1	SE	25,10%	CATALOGO DE PECAS RENAULT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 6.000,00
058	1	SE	26%	CATALOGO DE PECAS RENAULT VEICULOS MEDIOS PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 40.000,00
059	1	SE	29%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 51.000,00
060	1	SE	29%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 51.000,00
061	1	SE	23,01%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 50.000,00
062	1	SE	23,01%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 50.000,00
063	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 105.000,00
064	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS. **COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP**	R$ 35.000,00
065	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 105.000,00
066	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS LEVES PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS. **COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP**	R$ 35.000,00
067	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS YAMAHA PARTE DE PECAS ACESSORIOS GENUINOS	R$ 3.000,00
068	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS YAMAHA PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 3.000,00
069	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS YAMAHA PARTE DE PECAS ELETRICAS GENUINAS	R$ 2.500,00
070	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS YAMAHA PARTE DE PECAS ELETRICAS ORIGINAIS	R$ 2.500,00
071	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS YAMAHA PARTE DE PECAS MECANICA GENUINAS	R$ 9.500,00
072	1	SE	14,62%	CATALOGO DE PECAS YAMAHA PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 9.500,00
073	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM MOTOCICLETAS HONDA	R$ 2.000,00
074	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM MOTOCICLETAS YAMAHA. SERVICO POR HORA	R$ 2.000,00
075	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS LEVES CHEVROLET. SERVICO EM HORA	R$ 13.600,00
076	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS LEVES CITROEN SERVICO POR HORA	R$ 3.400,00
077	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS LEVES FIAT. SERVICO POR HORA	R$ 166.600,00
078	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS LEVES MITSUBISHI. SERVICO POR HORA	R$ 3.400,00
079	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS LEVES VOLKSWAGEN. SERVICO POR HORA	R$ 149.600,00
080	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS MEDIOS FIAT. SERVICO POR HORA	R$ 20.400,00
081	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS MEDIOS FORD. SERVICO POR HORA	R$ 17.000,00
082	1	SE	13,27	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS MEDIOS PEUGEOT. SERVICO POR HORA	R$ 6.800,00
083	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS ELETRICOS EM VEICULOS MEDIOS RENAULT. SERVICO POR HORA	R$ 13.600,00
084	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM MOTOCICLETAS HONDA. SERVICO POR HORA	R$ 9.000,00
085	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM MOTOCICLETAS YAMAHA. SERVICO POR HORA	R$ 10.000,00
086	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS LEVES CHEVROLET. SERVICO POR HORA	R$ 20.000,00
087	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS LEVES CITROEN. SERVICO POR HORA	R$ 5.000,00
088	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS LEVES FIAT. SERVICO POR HORA	R$ 291.490,00
089	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS LEVES MITSUBISHI. SERVICO POR HORA	R$ 5.000,00
090	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS LEVES VOLKSWAGEN. SERVICO POR HORA	R$ 220.000,00
091	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS MEDIOS FIAT. SERVICO POR HORA	R$ 247.200,00
092	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS MEDIOS FORD. SERVICO POR HORA	R$ 154.500,00
093	1	SE	13,27	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS MEDIOS PEUGEOT. SERVICO POR HORA	R$ 10.000,00
094	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS MEDIOS RENAULT. SERVICO POR HORA	R$ 123.600,00
095	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM MOTOCICLETAS HONDA. SERVICO POR HORA	R$ 6.000,00
096	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM MOTOCICLETAS YAMAHA. SERVICO POR HORA	R$ 6.000,00
097	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS LEVES CHEVROLET. SERVICO POR HORA	R$ 20.000,00
098	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS LEVES CITROEN SERVICO POR HORA	R$ 12.500,00
099	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS LEVES FIAT. SERVICO POR HORA	R$ 57.000,00
100	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS LEVES MITSUBISHI. SERVICO POR HORA	R$ 11.500,00
101	1	SE	15,62%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS LEVES VOLKSWAGEN. SERVICO POR HORA	R$ 55.000,00
102	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS MEDIOS FIAT. SERVICO POR HORA	R$ 23.000,00
103	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS MEDIOS FORD. SERVICO POR HORA	R$ 18.000,00
104	1	SE	13,27	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS MEDIOS PEUGEOT. SERVICO POR HORA	R$ 12.000,00
105	1	SE	13,27%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADO A ACESSORIOS EM VEICULOS MEDIOS RENAULT. SERVICO POR HORA	R$ 13.000,00

As quantidades de prestações de serviços são estimativas, uma vez que se trata de procedimento por credenciamento, onde todas as empresas credenciadas podem usufruir dessa quantidade, não havendo garantia de demanda mínima ou máxima para cada empresa.

Data: 25 de maio de 2026.
Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:6BE96C22

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 77/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL: 12/2025 EMPRESA:GISLENE RODRIGUES ODONTOLOGIA LTDA

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 77/2025
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento

Edital: 12/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E ODONTOLÓGICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, ATENDIMENTO MÉDICO ELETIVO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA USUÁRIOS DO SISTEMA SUS, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio e as seguintes empresas, nos termo do seguinte resultado:

EMPRESA:GISLENE RODRIGUES ODONTOLOGIA LTDA – CNPJ: 66.318.168/0001-58							
Item	Qtde Mensal	Qtde Anual	Valor unit	Un	Especificação	Valor mensal	Valor Anual
0066	13	156	510,00	SE	PLANTAO ODONTOLOGICO CIRURGIAO DENTISTA UPA SOBREAVISO NOTURNO. FERIADO E FINAL DE SEMANA. HORARIO DA 16H AS 07H.	6.630,00	79.560,00
0067	18	216	450,00	SE	PLANTAO ODONTOLOGIO CIRURGIAO DENTISTA UPA SOBREAVISO. HORARIO DAS 16H AS 07H. SEGUNDA A SEXTA FEIRA.	8.100,00	97.200,00
0068	600	7.200	40,00	SE	PROCEDIMENTO ODONTOLOGICO	24.000,00	288.000,00

As quantidades de prestações de serviços são estimativas, uma vez que se trata de procedimento por credenciamento, onde todas as empresas credenciadas podem usufruir dessa quantidade, não havendo garantia de demanda mínima ou máxima para cada empresa.

Data: 26 de maio de 2026.
Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:28CFA139

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 77/2025 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL: 12/2025 EMPRESA:N & R ODONTOLOGIA E ESTETICA LTDA

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 77/2025
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento
Edital: 12/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E ODONTOLÓGICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, ATENDIMENTO MÉDICO ELETIVO AMBULATORIAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA USUÁRIOS DO SISTEMA SUS, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio e as seguintes empresas, nos termo do seguinte resultado:

EMPRESA:N & R ODONTOLOGIA E ESTETICA LTDA – CNPJ: 50.316.723/0001-72							
Item	Qtde Mensal	Qtde Anual	Valor unit	Un	Especificação	Valor mensal	Valor Anual
0066	13	156	510,00	SE	PLANTAO ODONTOLOGICO CIRURGIAO DENTISTA UPA SOBREAVISO NOTURNO. FERIADO E FINAL DE SEMANA. HORARIO DA 16H AS 07H.	6.630,00	79.560,00
0067	18	216	450,00	SE	PLANTAO ODONTOLOGIO CIRURGIAO DENTISTA UPA SOBREAVISO. HORARIO DAS 16H AS 07H. SEGUNDA A SEXTA FEIRA.	8.100,00	97.200,00
0068	600	7.200	40,00	SE	PROCEDIMENTO ODONTOLOGICO	24.000,00	288.000,00

As quantidades de prestações de serviços são estimativas, uma vez que se trata de procedimento por credenciamento, onde todas as empresas credenciadas podem usufruir dessa quantidade, não havendo garantia de demanda mínima ou máxima para cada empresa.

Data: 22 de maio de 2026.
Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:D34C7E33

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
LEI 4939

LEI Nº 4.939/2026
PROJETO DE LEI Nº 4.209/2026

Dispõe sobre a recomposição da contagem de tempo de serviço dos servidores públicos da Administração Pública Direta e Indireta, referente ao período suspenso pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, regulamenta a Lei Complementar Federal nº 226/2026, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica reconhecido, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, o intervalo compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 como tempo de período aquisitivo para a concessão de adicionais por tempo de serviço, quinquênios, férias-prêmio e demais vantagens estatutárias equivalentes em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço.
Art. 2º Fica autorizado o pagamento retroativo de adicionais por tempo de serviço, quinquênios, férias-prêmio e demais vantagens estatutárias equivalentes aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta, em razão do reconhecimento do período previsto no *caput* do art. 1º desta Lei, nos termos da Lei Complementar Federal nº 226, de 12.01.2026.
Art. 3º As despesas desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas.
Art. 4º Integra a presente Lei o demonstrativo contendo a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, conforme anexo único.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 26 de maio de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

LEI Nº 4.939/2026
PROJETO DE LEI 4.209/2026
Dispõe sobre a recomposição da contagem de tempo de serviço dos servidores públicos da Administração Pública Direta e Indireta, referente ao período suspenso pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, regulamenta a Lei Complementar Federal nº 226/2026, e dá outras providências.
ANEXO ÚNICO
ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Introdução
Em cumprimento ao disposto nos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se a estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao pagamento de valores retroativos de quinquênios devidos a servidores públicos municipais. Trata-se de despesa de pessoal de natureza eventual, sem criação ou alteração de cargos, funções ou vagas, correspondentes ao período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021.
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ESTIMADO
O impacto foi considerado integralmente no exercício de 2026, em razão do pagamento eventual dos valores retroativos apurados.

Secretaria	2026 Impacto	2027 Impacto	2028 Impacto
SEMED	R$ 1.570.084,18	R$ 0,00	R$ 0,00
SEMAM	R$ 146.207,54	R$ 0,00	R$ 0,00
PRÉDIO	R$ 137.108,77	R$ 0,00	R$ 0,00
SEMOB/SEMUT	R$ 135.414,08	R$ 0,00	R$ 0,00
SEMASH	R$ 88.265,90	R$ 0,00	R$ 0,00
SEMSA	R$ 63.763,46	R$ 0,00	R$ 0,00
SEDRU	R$ 23.738,74	R$ 0,00	R$ 0,00
SEMCULT/SEMEJ	R$ 10.015,55	R$ 0,00	R$ 0,00
DMAES	R$ 39.409,85	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 2.214.008,07**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

O impacto total estimado para 2026 é de R$ 2.214.008,07 (dois milhões, duzentos e quatorze mil e oito reais e sete centavos). Para 2027 e 2028, não há impacto projetado.

RELAÇÃO ENTRE CUSTOS DA FOLHA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)
A seguir apresenta-se a composição da folha consolidada com a inclusão do impacto deste pagamento, considerando os parâmetros fiscais vigentes na base de conhecimento.

Ano	2026	2027	2028
Valor Folha Atual / Projetado	R$ 165.352.536,25	R$ 175.273.688,43	R$ 185.790.109,74
PLs em tramitação	R$ 3.495.244,16	R$ 4.985.490,30	R$ 5.055.114,90
Impacto deste pagamento	R$ 2.214.008,07	R$ 0,00	R$ 0,00
Total	R$ 171.061.788,48	R$ 180.259.178,73	R$ 190.845.224,64

A Receita Corrente Líquida projetada para 2026 é de R$ 422.184.435,90, e o limite prudencial de 51,30% corresponde a R$ 216.580.615,62.

Ano	2026	2027	2028
RCL	R$ 422.184.435,90	R$ 447.515.502,05	R$ 474.366.432,17
Custo Total Folha	R$ 171.061.788,48	R$ 180.259.178,73	R$ 190.845.224,64
% Custo total folha	40,52%	40,28%	40,23%
% Limite RCL	51,30%	51,30%	51,30%
R$ Limite RCL	R$ 216.580.615,62	R$ 229.575.452,55	R$ 243.349.979,70
Margem	10,78%	11,02%	11,07%
Saldo da Margem	R$ 45.518.827,14	R$ 49.316.273,82	R$ 52.504.755,06

Após a inclusão do pagamento, a despesa total com pessoal estimada para 2026 representa 40,52% da RCL, permanecendo abaixo do limite prudencial de 51,30%.
CONSIDERAÇÕES FINAIS
Em atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conclui-se que a despesa decorrente do pagamento dos quinquênios retroativos aos servidores públicos municipais, estimada em R$ 2.214.008,07 (dois milhões, duzentos e quatorze mil e oito reais e sete centavos), apresenta adequação orçamentária e financeira à Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município.

Trata-se de despesa de natureza eventual, decorrente da regularização de direitos funcionais retroativos, não caracterizando criação de cargos, expansão permanente de despesa ou geração de obrigação continuada.
Conforme demonstrado, a execução da medida mantém observância aos limites fiscais aplicáveis, podendo ser suportada pelas dotações orçamentárias próprias, preservando-se o equilíbrio fiscal e financeiro do Município.
Ponte Nova, 25 de maio de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSOLAÇÃO DE FREITAS SILVA PAULA
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

LUCIANO DOS SANTOS
Chefe de Departamento de Orçamento

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:DE573664



ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 9/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 33
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PRESIDENTE, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Aquisição de cadeiras e estantes de aço, visando atender às necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE.*

Fornecedor : M&R EQUIPAMENTOS E MOVEIS LTDA - 11.708.655/0001-35										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	45,00	UNIDADE	FRISOK AR	ADDIT	R$ 990,00	R$ 44.550,00	R$ 1.304,43	R$ 58.699,35	24,10	R$ 314,43
Descrição: Cadeira de escritório: Giratória operacional com braços reguláveis, conforme ABNT NBR 13962/2018. Encosto: em tela flexível à base de poliéster ou material equivalente, estruturado em quadro injetado em resina termoplástica de alto desempenho ou material equivalente. O encosto deverá possuir características de ventilação, com células abertas e permeáveis ao ar, proporcionando conforto térmico ao usuário. Interligação ao mecanismo por meio de lâmina em chapa de aço com espessura mínima de 6,5 mm, com acabamento através de coluna injetada em material termoplástico de alta resistência ou equivalente. Deverá possuir regulagem de altura por meio de sistema de cremalheira interna automática, sem uso de botões ou manípulos, com no mínimo 6 pontos de parada e curso vertical mínimo de 60 mm, ou sistema equivalente, desde que com desempenho igual ou superior. Espaldar de encosto médio, com altura mínima de 470 mm e largura útil mínima de 430 mm.										
Subtotal Adjudicado R$ 44.550,00								**Subtotal Orçado: R$ 58.699,35**	**24,1047 %**	**R$ 14.149,35**
Fornecedor : OFFICE HALL LTDA - 00.424.287/0001-87										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
2	10,00	UNIDADE	plaxmeta l	ergoplax fixa	R$ 260,80	R$ 2.608,00	R$ 260,80	R$ 2.608,00	0,00	R$ 0,00
Descrição: Cadeira fixa de polipropileno: resistente, confortável, estrutura em aço. Dimensões mínimas: altura mínima de 78 cm, largura mínima do assento de 45 cm, profundidade mínima do assento de 41 cm, cor preta. Superfícies lisas e impermeáveis, Resistência a produtos de limpeza (ex: álcool 70), Fácil higienização. Sugestão de marca: Plaxmetal, Frisokar. Capacidade de mínima de 110 kg, comprovada pelo fabricante. Garantia Mínima de 3 anos, comprovada pelo fabricante.										
Subtotal Adjudicado R$ 2.608,00								**Subtotal Orçado: R$ 2.608,00**	**0,0000 %**	**R$ 0,00**
Fornecedor : HORIZONTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - 19.977.585/0001-22										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
4	50,00	UNIDADE	NOBRE	NOBRE	R$ 400,00	R$ 20.000,00	R$ 576,67	R$ 28.833,50	30,63	R$ 176,67
Descrição: Estante de aço: c/06 prateleiras, c/reforço medidas: Altura: 198cmx Largura: 90cm x profundidade: 40cm Pintura eletrostática e cor cinza. Suportar 50kg por prateleira. Prateleiras em chapa de aço mínima de 22. Colunas em chapa de aço 18. Sugestão de marca: Amapá, Pandin ou equivalentes. Garantia Mínima de 12 meses, comprovada pelo fabricante. Produto deverá ser entregue montado										
Subtotal Adjudicado R$ 20.000,00								**Subtotal Orçado: R$ 28.833,50**	**30,6362 %**	**R$ 8.833,50**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado				**Total Orçado**		**Economia %**		**Economia R$**		
R$ 67.158,00				R$ 90.140,85		25,4965 %		22.982,85		

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Uberlândia-MG , 25 de Maio de 2026

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente

Assine aqui

Publicado por:
Cristiani Borges de Oliveira
Código Identificador:C18807A3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 054/2026 -AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA FISIOTERAPIA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FISIOTERAPIA

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 054/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 027/2026 referente à *Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.,* que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : DERMOMED COMERCIO DE SAUDE E BELEZA LTDA - 32.582.212/0001-10										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
1	4,00	UN	IBRAME D	SONOPU LSE III 1 E 3 MHZ	R$ 1.190,00	R$ 4.760,0000	R$ 2.100,22	R$ 8.400,88	43,3392 %	R$ 3.640,88
Descrição: APARELHO DE ULTRASSOM DE 1 E 3 MHZ Tela: Ultrassom 1 e 3.0 MHz; Bivolt 100/240v, 50/60 Hz, largura 27 cm, profundidade 16,6 cm, altura: 12,5 cm, peso (com transdutor): 1,4 Kg. Marca igual ou superior IBRAMED.										
2	4,00	UN	IBRAME D	NEUROD YN II COM 4 CANAIS	R$ 1.200,00	R$ 4.800,0000	R$ 1.745,00	R$ 6.980,00	31,2320 %	R$ 2.180,00
Descrição: APARELHO DE CORRENTE TENS E FES Digital Tecnologia de operação microcontrolada; Tela: Display gráfico de LCD azul; Correntes: TENS, FES e Russa; 04 Canais de saída com variação independente de frequência e amplitude; FES: Intensidade: 0 a 250 mA; Frequência: 0.5 a 250 Hz; Pulso: 50 a 500 us; Modo: Sincronizado e Recíproco; Rampas: Rise (1-9s), On (1-60s), Decay (1-9s), Off (1-60s); Timer: 01 a 60 min; TENS:Intensidade: 0 a 250 mA; Frequência: 0.5 a 250 Hz; Pulso: 50 a 500 us; Modo: Sincronizado e Recíproco; Rampas: Rise (1-9s), On (1-60s), Decay (1-9s), Off (1-60s); Timer: 01 a 60 min; Modulação em trens de pulso - BURST (modo TENS): 7 pulsos correspondentes a ciclo ON de 25 mseg e ciclo OFF de 475 mseg (2 Hz); 01 Manual de instruções; 08 Eletrodos de borracha de silicone 5x5cm; 04 Cabos de conexão ao paciente (laranja - canal 1, preto - canal 2, azul - canal 3 e verde - canal 4); 01 Cabo de força destacável; 01 Tubo de gel; 01 Fusível de proteção sobressalente. Marca igual ou superior NEURODYN									
3	3,00	UN	IBRAME D	LASERP ULSE PORTABL E+ PROBE P3	R$ 2.100,00	R$ 6.300,0000	R$ 8.163,32	R$ 24.489,96	74,2751 %	R$ 18.189,96
Descrição: APARELHO DE LASER E DUAS CANETAS LASER Largura: 19,9 cm 5 7.8, Profundidade: 13,9 cm 5 5.5 in Altura: 4,25 cm 5 1.67 in Peso líquido do equipamento: 395 g 5 Peso bruto (equipamento acessórios que acompanham): 1,185 kg 5 Peso por Probe: 190 g 5.Descrição Elétrica Do Equipamento Entrada: Bateria recarregável: Li-Ion (Lítio-Ion) 3.7V 2600 mA Fonte de alimentação externa: 5.2 V 2A Potência da fonte: 10W Classe Elétrica: CLASSE II Proteção Elétrica: TIPO BF Modo de Operação: Operação Contínua VProbe 2 - 850 nm: Fonte geradora de luz: LED. Comprimento de onda: 850 nm; Potência variável de 100 mW, 150 mW e 200 mW 20. Densidade de energia ajustável: 1 a 15 J/cm2 20 Energia total ajustável: 0,5 a 7,5J 20 Área de contato: 0,5 cm²; 10 Modos de emissão: Contínuo ou Pulsado Frequência: 1 a 25 (com incremento de 1Hz), 100, 250, 1000, 2500, 5000, 6000, 7000, 8000, 9000, 10000, 15000 e 20000 Hz 5. Itens Inclusos: 01 Laserpulse Portable - Aparelho de Laserterapia e Ledterapia 01 Fonte De Alimentação 5.2 Vdc 2a 01 Óculos de Proteção Operador - 200nm - 120nm 01 Óculos de Proteção 01 Cabo Conector De Interlock 01 Pulseira ILIB 01 Aplicador Probe P2 850 nm - Caneta para Laserpulse Portátil .Cabo de alimentação: entrada 110/127w									
Subtotal Adjudicado:						**R$ 60,2215**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 15.860,00**	**% 39.870,84**	**R$ 24.010,84**
Fornecedor : LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA - 62.730.009/0001-05										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
4	4,00	UN	Fitpulley	HFIT	R$ 3.179,00	R$ 12.716,0000	R$ 3.793,39	R$ 15.173,56	16,1963 %	R$ 2.457,56
Descrição: APARELHO DE REFORÇO MUSCULAR exercícios com carga por elásticos FITPULLEY- Carga total de 30kg com resistência média permite treino eficaz. Alças do modelo CELL garantem pegada firme, proporcionando segurança e conforto durante exercícios diversos. Dimensões compactas de 168cm x 16cm x 21cm e peso de 570g facilitam o armazenamento e transporte prático.										
11	20,00	UN	TAPE MUSCUL AR	5X5	R$ 24,00	R$ 480,0000	R$ 32,31	R$ 646,20	25,7195 %	R$ 166,20
Descrição: BANDAGEM FUNCIONAL KNESIOPE Fita Kinesio Tape funcional, bandagem elástica adesiva para atividades físicas, tamanho 5 cm X 5 m.										
16	5,00	PR	Tornozele ira	4kg	R$ 54,80	R$ 274,0000	R$ 64,80	R$ 324,00	15,4320 %	R$ 50,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 4 KG Caneleiras 4 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
17	5,00	PR	Tornozele ira	5kg	R$ 59,53	R$ 297,6500	R$ 75,53	R$ 377,65	21,1836 %	R$ 80,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 5 KG Caneleiras 5 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente										
20	4,00	UN	Cunha Rampa	50x50x20	R$ 99,00	R$ 396,0000	R$ 131,46	R$ 525,84	24,6919 %	R$ 129,84
Descrição: CUNHA DE POSICIONAMENTO MEDIA Cunha Rampa Encosto Posicionamento Fisioterapia 50x50x20										
21	5,00	UN	DISCO	GIRATOR IO	R$ 122,68	R$ 613,4000	R$ 122,68	R$ 613,40	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: DISCO DE EQUILÍBRIO GIRATÓRIO LATERAL Disco Magnetic Trimmer, plataforma rotativa que fornece uma forma de exercício aeróbico vigoroso, Especificações, plástico de engenharia superior, suporta até 200kg.										
23	8,00	KT	Extensor de silicone	3 a 5kg	R$ 39,11	R$ 312,8800	R$ 55,11	R$ 440,88	29,0328 %	R$ 128,00
Descrição: EXERCITADOR DE DEDOS PARA EXTENSÃO, KITS COM 4 UNIDADES fortalecedor e exercitador de dedos níveis de resistência, feito de material de silicone de qualidade, macio, elástico e durável, tamanho adequado para adultos, pequeno, leve e portátil.										
26	4,00	UN	Manta Térmica	50x100	R$ 427,00	R$ 1.708,0000	R$ 609,67	R$ 2.438,68	29,9621 %	R$ 730,68
Descrição: MANTA TÉRMICA FISIOTERAPIA 50X100 COM TERMOSTATO, ENTRADA DE 110/127 V.										
27	2,00	UN	EOS	EMG04P	R$ 670,00	R$ 1.340,0000	R$ 1.191,49	R$ 2.382,98	43,7678 %	R$ 1.042,98
Descrição: MÁQUINA DE FAZER GELO CAPACIDADE DE 12 KG de gelo, medidas 29 cm AX 29.4 CX22 cm L. Reservatório de água de 1,3 L.										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 18.137,93**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 22.923,19**	**20,8751 %**	**R$ 4.785,26**
Fornecedor : VISAMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - 08.380.296/0001- 25										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
5	3,00	UN	BIOSET	BIOSTIM	R$ 510,00	R$ 1.530,0000	R$ 1.037,64	R$ 3.112,92	50,8500 %	R$ 1.582,92

Descrição: APARELHO DE TENS/FES COM 2 CANAIS eletroestimulador portátil, com 2 eletroestimuladores musculares, Voltagem: 110/127 V, com 4 eletrodos e 2 canais, ondas fes burst, com multifrequencia. IGUAL OU SUPERIOR NEURODYN										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 1.530,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 3.112,92**	**50,8500 %**	**R$ 1.582,92**
Fornecedor : LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - 43.235.370/0001-10										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
7	8,00	CX	BK	0,30X60 MM	R$ 124,11	R$ 992,8800	R$ 125,11	R$ 1.000,88	0,7992 %	R$ 8,00
Descrição: AGULHA PARAACUPUNTURA 30X60MM CAIXAS COM 1000 UNIDADES										
8	10,00	UN	NCS	SHAKER	R$ 30,00	R$ 300,0000	R$ 72,29	R$ 722,90	58,5004 %	R$ 422,90
Descrição: APARELHO PARA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA exercitador respiratório e incentivador da higiene brônquica de oscilação oral de alta frequência, desenvolvido para mobilizar as secreções pulmonares. Igual ou superior SHAKER ou FLUTTER										
13	5,00	PR	QUEIRO Z	1 KG	R$ 27,75	R$ 138,7500	R$ 40,75	R$ 203,75	31,9018 %	R$ 65,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 1 KG Caneleiras 1 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
14	5,00	PR	QUEIRO Z	2 KG	R$ 36,28	R$ 181,4000	R$ 49,28	R$ 246,40	26,3798 %	R$ 65,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 2 KG Caneleiras 2 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
15	5,00	PR	QUEIRO Z	3 KG	R$ 42,77	R$ 213,8500	R$ 55,77	R$ 278,85	23,3100 %	R$ 65,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 3 KG Caneleiras 3 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
18	4,00	UN	AAZ SAÚDE	CÓD. BIKE01	R$ 119,00	R$ 476,0000	R$ 184,83	R$ 739,32	35,6165 %	R$ 263,32
Descrição: CICLOERGOMETRO PORTATIL PARA MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
19	15,00	KT	AAZ SAÚDE	CÓD. CN23 + CHINÊS	R$ 25,65	R$ 384,7500	R$ 25,65	R$ 384,75	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: CONES PEQUENOS PARA CIRCUITOS DE PROPRIOCEPÇÃO E EQUILÍBRIO Cones de 23 cm mini cones chapéu chines de 5 cm. Cones pequenos para circuitos de propriocepção e equilíbrio- Cones de 23 cm mini cones chapéu chines de 5 cm.										
22	3,00	UN	ARKTUS	CÓD. 00050A	R$ 135,00	R$ 405,0000	R$ 235,14	R$ 705,42	42,5873 %	R$ 300,42
Descrição: ESCADA DIGITA- POSSUI 34 DEGRAUS; ALTURA: 0,08 M; COMPRIMENTO: 1,37 M; LARGURA: 0,25 M Madeira padrão eucalipto: da espécie Lyptus Grandis certificada pela FSC; Parafusos;Buchas para os parafusos; 137.0 x 25.0 x 80.0 cm.										
24	12,00	UN	AAZ SAÚDE	LEVE E FORTE	R$ 55,35	R$ 664,2000	R$ 62,35	R$ 748,20	11,2269 %	R$ 84,00
Descrição: EXERCITADOR DE DEDOS PARA FLEXÃO DEDOS Construído em plástico de alta resistência e molas de metal, capaz de realizar manobras para cada dedo individualmente ou modo global. Sendo 5 leve e 5 forte. Vermelho: 3.0 Lbs- 1,4 Kg (leve) Azul: 7,0 Lbs- 3,2 Kg (Forte)										
25	10,00	UN	SUPERM EDY	CÓD. ER	R$ 34,00	R$ 340,0000	R$ 66,33	R$ 663,30	48,7411 %	R$ 323,30
Descrição: EXERCITADOR E INCENTIVADOR RESPIRATÓRIO exercitador e incentivador respiratório alivia a falta de ar, aumenta a tolerância ao exercício e proporciona qualidade de vida Clinicamente indicado para pré e pós operatórios, DPOC, asma e insuficiência cardíaca. Dimensão 14,2cm x 13,5cm x 7cm (A x L x P); Igual ou superior RESPIRON										
28	15,00	KT	MBFIT	3 INTENSID ADES	R$ 17,50	R$ 262,5000	R$ 44,29	R$ 664,35	60,4876 %	R$ 401,85
Descrição: MINI BANDS FAIXAS ELÁSTICAS Kit composto por 3 ou mais faixas elásticas de látex resistente com intensidade diferentes, sendo leve, media e forte.										
29	4,00	UN	STRONG FIT	CÓD. 1170	R$ 149,00	R$ 596,0000	R$ 304,33	R$ 1.217,32	51,0399 %	R$ 621,32
Descrição: PRANCHA DE EQUILÍBRIO LATERAL Tabua mecanoterapia proprioceptiva lateral, em meia lua em madeira revestida em EVA, travessa de suporte, dimensões e pesos aproximados 65,0 cm x 35,0 cm x 10,0 cm										
31	4,00	UN	AAZ SAÚDE	33 CM	R$ 51,81	R$ 207,2400	R$ 52,81	R$ 211,24	1,8935 %	R$ 4,00
Descrição: ROLO EVA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL 45 CM										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 5.162,57**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 7.786,68**	**33,6999 %**	**R$ 2.624,11**
Fornecedor : J D N JUNIOR LTDA - 15.300.246/0001-56										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
9	2,00	UN	PROPRI A	FISIOTER APIA	R$ 265,00	R$ 530,0000	R$ 552,09	R$ 1.104,18	52,0005 %	R$ 574,18
Descrição: BALANCIN- PLATAFORMA DE TREINO DE EQUILÍBRIO										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
10	3,00	UN	PROPRI A	BANCO	R$ 340,00	R$ 1.020,0000	R$ 424,33	R$ 1.272,99	19,8736 %	R$ 252,99
Descrição: BANCO TIPO TARTARUGA PARA TREINO DE MARCHA										
30	4,00	UN	PROPRI A	ROLO	R$ 236,51	R$ 946,0400	R$ 236,51	R$ 946,04	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: ROLO DE POSICIONAMENTO Especificação: Kit com 5 rolos; Espuma D33; TAMANHOS: 60x20 cm, 60x15 cm, 50x20 cm, 50x15 cm, 45x12 cm.										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 2.496,04**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 3.323,21**	**24,8906%**	**R$ 827,17**
Fornecedor : CDC VENDAS BRASIL LTDA - 38.259.349/0001-15										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
33	5,00	UN	NM	NM	R$ 83,00	R$ 415,0000	R$ 120,00	R$ 600,00	30,8333 %	R$ 185,00
Descrição: STEP DE EVA Step em Eva 30X60X10 cm Fitness, antiaderente para treino funcional e fitness.										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 415,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$600,00**	**30,8333 %**	**R$ 185,00**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado						**Total Orçado**		**Economia %**		**Economia R$**
R$ 43.601,54						R$ 77.616,84		43,8246 %		34.015,30

Japaraíba-MG , 22 de Maio de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine Aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:0C4A229D

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 054/2026 -AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA FISIOTERAPIA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FISIOTERAPIA

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 054/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Registro de preço visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia, destinados a manutenção dos serviços fisioterapia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.*

Fornecedor : DERMOMED COMERCIO DE SAUDE E BELEZA LTDA - 32.582.212/0001-10										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	4,00	UN	IBRAME D	SONOPU LSE III 1 E 3 MHZ	R$ 1.190,00	R$ 4.760,00	R$ 2.100,22	R$ 8.400,88	43,33	R$ 910,22
Descrição: APARELHO DE ULTRASSOM DE 1 E 3 MHZ Tela: Ultrassom 1 e 3.0 MHz; Bivolt 100/240v, 50/60 Hz, largura 27 cm, profundidade 16,6 cm, altura: 12,5 cm, peso (com transdutor): 1,4 Kg. Marca igual ou superior IBRAMED.										
2	4,00	UN	IBRAME D	NEUROD YN II COM 4 CANAIS	R$ 1.200,00	R$ 4.800,00	R$ 1.745,00	R$ 6.980,00	31,23	R$ 545,00
Descrição: APARELHO DE CORRENTE TENS E FES Digital Tecnologia de operação microcontrolada; Tela: Display gráfico de LCD azul; Correntes: TENS, FES e Russa; 04 Canais de saída com variação independente de frequência e amplitude; FES: Intensidade: 0 a 250 mA; Frequência: 0.5 a 250 Hz; Pulso: 50 a 500 us; Modo: Sincronizado e Recíproco; Rampas: Rise (1-9s), On (1-60s), Decay (1-9s), Off (1-60s); Timer: 01 a 60 min; TENS:Intensidade: 0 a 250 mA; Frequência: 0.5 a 250 Hz; Pulso: 50 a 500 us; Modo: Sincronizado e Recíproco; Rampas: Rise (1-9s), On (1-60s), Decay (1-9s), Off (1-60s); Timer: 01 a 60 min; Modulação em trens de pulso - BURST (modo TENS): 7 pulsos correspondentes a ciclo ON de 25 mseg e ciclo OFF de 475 mseg (2 Hz); 01 Manual de instruções; 08 Eletrodos de borracha de silicone 5x5cm; 04 Cabos de conexão ao paciente (laranja - canal 1, preto - canal 2, azul - canal 3 e verde - canal 4); 01 Cabo de força destacável; 01 Tubo de gel; 01 Fusível de proteção sobressalente. Marca igual ou superior NEURODYN										
3	3,00	UN	IBRAME D	LASERP ULSE PORTABL E+ PROBE P3	R$ 2.100,00	R$ 6.300,00	R$ 8.163,32	R$ 24.489,96	74,27	R$ 6.063,32
Descrição: APARELHO DE LASER E DUAS CANETAS LASER Largura: 19,9 cm 5 7.8, Profundidade: 13,9 cm 5 5.5 in Altura: 4,25 cm 5 1.67 in Peso líquido do equipamento: 395 g 5 Peso bruto (equipamento acessórios que acompanham): 1,185 kg 5 Peso por Probe: 190 g 5.Descrição Elétrica Do Equipamento Entrada: Bateria recarregável: Li-Ion (Lítio-Ion) 3.7V 2600 mA Fonte de alimentação externa: 5.2 V 2A Potência da fonte: 10W Classe Elétrica: CLASSE II Proteção Elétrica: TIPO BF Modo de Operação: Operação Contínua VProbe 2 - 850 nm: Fonte geradora de luz: LED. Comprimento de onda: 850 nm; Potência variável de 100 mW, 150 mW e 200 mW 20. Densidade de energia ajustável: 1 a 15 J/cm2 20 Energia total ajustável: 0,5 a 7,5J 20 Área de contato: 0,5 cm²; 10 Modos de emissão: Contínuo ou Pulsado Frequência: 1 a 25 (com incremento de 1Hz), 100, 250, 1000, 2500, 5000, 6000, 7000, 8000, 9000, 10000, 15000 e 20000 Hz 5. Itens Inclusos: 01 Laserpulse Portable - Aparelho de Laserterapia e Ledterapia 01 Fonte De Alimentação 5.2 Vdc 2a 01 Óculos de Proteção Operador - 200nm - 120nm 01 Óculos de Proteção 01 Cabo Conector De Interlock 01 Pulseira ILIB 01 Aplicador Probe P2 850 nm - Caneta para Laserpulse Portátil .Cabo de alimentação: entrada 110/127w										
Subtotal Adjudicado R$ 15.860,00								**Subtotal Orçado: R$ 39.870,84**	**60,2215 %**	**R$ 24.010,84**
Fornecedor : LEX COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA - 62.730.009/0001-05										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
4	4,00	UN	Fitpulley	HFIT	R$ 3.179,00	R$ 12.716,00	R$ 3.793,39	R$ 15.173,56	16,19	R$ 614,39
Descrição: APARELHO DE REFORÇO MUSCULAR exercícios com carga por elásticos FITPULLEY- Carga total de 30kg com resistência média permite treino eficaz. Alças do modelo CELL garantem pegada firme, proporcionando segurança e conforto durante exercícios diversos. Dimensões compactas de 168cm x 16cm x 21cm e peso de 570g facilitam o armazenamento e transporte prático.										
11	20,00	UN	TAPE MUSCUL AR	5X5	R$ 24,00	R$ 480,00	R$ 32,31	R$ 646,20	25,71	R$ 8,31
Descrição: BANDAGEM FUNCIONAL KNESIOPE Fita Kinesio Tape funcional, bandagem elástica adesiva para atividades físicas, tamanho 5 cm X 5 m.										
16	5,00	PR	Tornozele ira	4kg	R$ 54,80	R$ 274,00	R$ 64,80	R$ 324,00	15,43	R$ 10,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 4 KG Caneleiras 4 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
17	5,00	PR	Tornozele ira	5kg	R$ 59,53	R$ 297,65	R$ 75,53	R$ 377,65	21,18	R$ 16,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 5 KG Caneleiras 5 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente										
20	4,00	UN	Cunha Rampa	50x50x20	R$ 99,00	R$ 396,00	R$ 131,46	R$ 525,84	24,69	R$ 32,46
Descrição: CUNHA DE POSICIONAMENTO MEDIA Cunha Rampa Encosto Posicionamento Fisioterapia 50x50x20										
21	5,00	UN	DISCO	GIRATÓR IO	R$ 122,68	R$ 613,40	R$ 122,68	R$ 613,40	0,00	R$ 0,00
Descrição: DISCO DE EQUILÍBRIO GIRATÓRIO LATERAL Disco Magnetic Trimmer, plataforma rotativa que fornece uma forma de exercício aeróbico vigoroso, Especificações, plástico de engenharia superior, suporta até 200kg.										
23	8,00	KT	Extensor de silicone	3 a 5kg	R$ 39,11	R$ 312,88	R$ 55,11	R$ 440,88	29,03	R$ 16,00
Descrição: EXERCITADOR DE DEDOS PARA EXTENSÃO, KITS COM 4 UNIDADES fortalecedor e exercitador de dedos níveis de resistência, feito de material de silicone de qualidade, macio, elástico e durável, tamanho adequado para adultos, pequeno, leve e portátil.										
26	4,00	UN	Manta Térmica	50x100	R$ 427,00	R$ 1.708,00	R$ 609,67	R$ 2.438,68	29,96	R$ 182,67
Descrição: MANTA TÉRMICA FISIOTERAPIA 50X100 COM TERMOSTATO, ENTRADA DE 110/127 V.										
27	2,00	UN	EOS	EMG04P	R$ 670,00	R$ 1.340,00	R$ 1.191,49	R$ 2.382,98	43,76	R$ 521,49
Descrição: MÁQUINA DE FAZER GELO CAPACIDADE DE 12 KG de gelo, medidas 29 cm AX 29.4 CX22 cm L. Reservatório de água de 1,3 L.										
Subtotal Adjudicado R$ 18.137,93								**Subtotal Orçado: R$ 22.923,19**	**20,8751 %**	**R$ 4.785,26**
Fornecedor : VISAMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - 08.380.296/0001- 25										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
5	3,00	UN	BIOSET	BIOSTIM	R$ 510,00	R$ 1.530,00	R$ 1.037,64	R$ 3.112,92	50,85	R$ 527,64

Descrição: APARELHO DE TENS/FES COM 2 CANAIS eletroestimulador portátil, com 2 eletroestimuladores musculares, Voltagem: 110/127 V, com 4 eletrodos e 2 canais, ondas fes burst, com multifrequencia. IGUAL OU SUPERIOR NEURODYN										
Subtotal Adjudicado R$ 1.530,00							**Subtotal Orçado: R$ 3.112,92**		**50,8500 %**	**R$ 1.582,92**
Fornecedor : LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - 43.235.370/0001-10										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
7	8,00	CX	BK	0,30X60 MM	R$ 124,11	R$ 992,88	R$ 125,11	R$ 1.000,88	0,79	R$ 1,00
Descrição: AGULHA PARAACUPUNTURA 30X60MM CAIXAS COM 1000 UNIDADES										
8	10,00	UN	NCS	SHAKER	R$ 30,00	R$ 300,00	R$ 72,29	R$ 722,90	58,50	R$ 42,29
Descrição: APARELHO PARA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA exercitador respiratório e incentivador da higiene brônquica de oscilação oral de alta frequência, desenvolvido para mobilizar as secreções pulmonares. Igual ou superior SHAKER ou FLUTTER										
13	5,00	PR	QUEIRO Z	1 KG	R$ 27,75	R$ 138,75	R$ 40,75	R$ 203,75	31,90	R$ 13,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 1 KG Caneleiras 1 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
14	5,00	PR	QUEIRO Z	2 KG	R$ 36,28	R$ 181,40	R$ 49,28	R$ 246,40	26,37	R$ 13,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 2 KG Caneleiras 2 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
15	5,00	PR	QUEIRO Z	3 KG	R$ 42,77	R$ 213,85	R$ 55,77	R$ 278,85	23,31	R$ 13,00
Descrição: PAR DE CANELEIRAS 3 KG Caneleiras 3 KG - Par de caneleiras profissionais, confeccionadas em material sintético, emborrachado, que garante mais conforto ao tornozelo, fácil limpeza, costuras reforçadas que evitam o enchimento vaze e fechamento por fita aderente.										
18	4,00	UN	AAZ SAÚDE	CÓD. BIKE01	R$ 119,00	R$ 476,00	R$ 184,83	R$ 739,32	35,61	R$ 65,83
Descrição: CICLOERGOMETRO PORTATIL PARA MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES										
Subtotal Adjudicado R$ 5.162,57							**Subtotal Orçado: R$ 7.786,68**		**33,6999 %**	**R$ 2.624,11**
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
19	15,00	KT	AAZ SAÚDE	CÓD. CN23 + CHINÊS	R$ 25,65	R$ 384,75	R$ 25,65	R$ 384,75	0,00	R$ 0,00
Descrição: CONES PEQUENOS PARA CIRCUITOS DE PROPRIOCEPÇÃO E EQUILÍBRIO Cones de 23 cm mini cones chapéu chines de 5 cm. Cones pequenos para circuitos de propriocepção e equilíbrio- Cones de 23 cm mini cones chapéu chines de 5 cm.										
22	3,00	UN	ARKTUS	CÓD. 00050A	R$ 135,00	R$ 405,00	R$ 235,14	R$ 705,42	42,58	R$ 100,14
Descrição: ESCADA DIGITA- POSSUI 34 DEGRAUS; ALTURA: 0,08 M; COMPRIMENTO: 1,37 M; LARGURA: 0,25 M Madeira padrão eucalipto: da espécie Lyptus Grandis certificada pela FSC; Parafusos;Buchas para os parafusos; 137.0 x 25.0 x 80.0 cm.										
24	12,00	UN	AAZ SAÚDE	LEVE E FORTE	R$ 55,35	R$ 664,20	R$ 62,35	R$ 748,20	11,22	R$ 7,00
Descrição: EXERCITADOR DE DEDOS PARA FLEXÃO DEDOS Construído em plástico de alta resistência e molas de metal, capaz de realizar manobras para cada dedo individualmente ou modo global. Sendo 5 leve e 5 forte. Vermelho: 3.0 Lbs- 1,4 Kg (leve) Azul: 7,0 Lbs- 3,2 Kg (Forte)										
25	10,00	UN	SUPERM EDY	CÓD. ER	R$ 34,00	R$ 340,00	R$ 66,33	R$ 663,30	48,74	R$ 32,33
Descrição: EXERCITADOR E INCENTIVADOR RESPIRATÓRIO exercitador e incentivador respiratório alivia a falta de ar, aumenta a tolerância ao exercício e proporciona qualidade de vida Clinicamente indicado para pré e pós operatórios, DPOC, asma e insuficiência cardíaca. Dimensão 14,2cm x 13,5cm x 7cm (A x L x P); Igual ou superior RESPIRON										
28	15,00	KT	MBFIT	3 INTENSI DADES	R$ 17,50	R$ 262,50	R$ 44,29	R$ 664,35	60,48	R$ 26,79
Descrição: MINI BANDS FAIXAS ELASTICAS Kit composto por 3 ou mais faixas elásticas de látex resistente com intensidade diferentes, sendo leve, media e forte.										
29	4,00	UN	STRONG FIT	CÓD. 1170	R$ 149,00	R$ 596,00	R$ 304,33	R$ 1.217,32	51,03	R$ 155,33
Descrição: PRANCHA DE EQUILÍBRIO LATERAL Tabua mecanoterapia proprioceptiva lateral, em meia lua em madeira revestida em EVA, travessa de suporte, dimensões e pesos aproximados 65,0 cm x 35,0 cm x 10,0 cm										
31	4,00	UN	AAZ SAÚDE	33 CM	R$ 51,81	R$ 207,24	R$ 52,81	R$ 211,24	1,89	R$ 1,00
Descrição: ROLO EVA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL 45 CM										
Subtotal Adjudicado R$ 5.162,57							**Subtotal Orçado: R$ 7.786,68**		**33,6999 %**	**R$ 2.624,11**
Fornecedor : JD N JUNIOR LTDA - 15.300.246/0001-56										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
9	2,00	UN	PROPRI A	FISIOTE RAPIA	R$ 265,00	R$ 530,00	R$ 552,09	R$ 1.104,18	52,00	R$ 287,09
Subtotal Adjudicado R$ 2.496,04							**Subtotal Orçado: R$ 3.323,21**		**24,8906 %**	**R$ 827,17**
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
Descrição: BALANCIN- PLATAFORMA DE TREINO DE EQUILÍBRIO										
10	3,00	UN	PROPRI A	BANCO	R$ 340,00	R$ 1.020,00	R$ 424,33	R$ 1.272,99	19,87	R$ 84,33
Descrição: BANCO TIPO TARTARUGA PARA TREINO DE MARCHA										
30	4,00	UN	PROPRI A	ROLO	R$ 236,51	R$ 946,04	R$ 236,51	R$ 946,04	0,00	R$ 0,00
Descrição: ROLO DE POSICIONAMENTO Especificação: Kit com 5 rolos; Espuma D33; TAMANHOS: 60x20 cm, 60x15 cm, 50x20 cm, 50x15 cm, 45x12 cm.										
Subtotal Adjudicado R$ 2.496,04							**Subtotal Orçado: R$ 3.323,21**		**24,8906 %**	**R$ 827,17**
Fornecedor : CDC VENDAS BRASIL LTDA - 38.259.349/0001-15										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
33	5,00	UN	NM	NM	R$ 83,00	R$ 415,00	R$ 120,00	R$ 600,00	30,83	R$ 37,00
Descrição: STEP DE EVA Step em Eva 30X60X10 cm Fitness, antiaderente para treino funcional e fitness.										
Subtotal Adjudicado R$ 415,00							**Subtotal Orçado: R$ 600,00**		**30,8333 %**	**R$ 185,00**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado				**Total Orçado**			**Economia %**		**Economia R$**	
R$ 43.601,54				R$ 77.616,84			43,8246 %		34.015,30	

Informo que E que os **Item(s) 6 - 12 - 32** - restaram **FRACASSADOS**. Caso seja de interesse, fica a Administração Pública legitimada, a seu critério, a instaurar novo certame, nos termos da Lei n.º 14.133/2021. HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Japaraíba-MG , 22 de Maio de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:73E64C71

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 082/2026 - DISPENSA N° 024/2026 - CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA FÍSICA, DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 024/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 082/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Contratação direta, por dispensa de licitação na forma física, de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos periciais, para realização de junta médica destinada à avaliação técnica da capacidade laborativa de servidores públicos municipais afastados por motivo de saúde, em observância aos requisitos dos arts. 16 e 96B, §3º da Lei Complementar Municipal nº 028/2009 — Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Japaraíba, conforme especificações constantes no Termo de Referência.*

Fornecedor : P M D CONSULTORIA MEDICA E PERICIAL LTDA - 62.100.541/0001-49										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	6,00	SERVIÇO	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 416,00	R$ 2.496,00	R$ 416,00	R$ 2.496,00	0,00	R$ 0,00
Descrição: Avaliação médica pericial em servidor público municipal afastado por motivo de saúde, mediante a constituição de junta médica composta por profissional médico regularmente inscrito no CRM/MG, com especialidade reconhecida pelo CFM em MEDICINA DO TRABALHO (admitida como equivalente a especialidade em MEDICINA LEGAL E PERÍCIA MÉDICA), com a emissão de laudo médico conclusivo individualizado, contemplando: (i) confronto técnico com atestados e laudos previamente apresentados; (ii) deliberação fundamentada sobre alta médica; (iii) indicação de aptidão, inaptidão temporária ou definitiva ao exercício das atribuições funcionais; e (iv) eventual recomendação de readaptação ou reaproveitamento funcional, conforme exigências dos arts. 16 e 96B, 3º da LCM nº 028/2009.										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 2.496,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 2.496,00**	**0,0000 %**	**R$ 0,00**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado				**Total Orçado**		**Economia %**			**Economia R$**	
R$ 2.496,00				R$ 2.496,00		0,0000 %			0,00	

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Japaraíba-MG , 25 de Maio de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:ED197486

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
CLASSIFICAÇÃO PARCIAL - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMS Nº 003/2026

CIRURGIÃO DENTISTA BUCO-MAXILO-FACIAL

	CANDIDATO	DT. NASC.	PÓS GRAD. ÁREA	PÓS GRAD.	MEST.	DOUT.	EXP PROCEO	EXP. PROFI.	TOTAL	SIT. *	
1	PATRÍCIA NEUMANN ROCHA	08/11/1969	15	5			20	10	50	CLASSIFICADO	
2	TATIANA DE ANDRADE SABINO	06/11/1975		10	30			10	50	CLASSIFICADO	
3	ROBERTA AMORIM GOMES	21/02/2001	15	10					25	CLASSIFICADO	
4	GISELE J. DE JESUS DO CARMO	15/02/1997						10	10	CLASSIFICADO	
5	THAYNA APª DE A. LUIZ	08/10/1986						2	2	CLASSIFICADO	
	ILSON DIVINO DO N. FILHO	04/02/1992								DESCLASSIFICADO	S/ANEXO I

CIRURGIÃO DENTISTA (COM ESPECIALIZAÇÃO EM ENDODONTIA)

	CANDIDATO	DT. NASC.	PÓS GRAD. ÁREA	PÓS GRAD.	MEST.	DOUT.	EXP PROCEO	EXP. PROFI.	TOTAL	SIT. *	
1	BIANCA DE OLIVEIRA CANGUÇI	09/02/1995	15	10	30		20	10	85	CLASSIFICADO	
2	DANIEL DE OLIVEIRA BRANDÃO	18/09/1991	15		30		20		65	CLASSIFICADO	
3	LAURA RAMOS D. FURTADO	09/09/1991	15	5	30			10	60	CLASSIFICADO	
4	FABIOLA RAMOS ALMEIDA	14/04/1978	15	5			20	10	50	CLASSIFICADO	
5	MARIA FERNANDA DE P. BARROS	08/06/1996	15	10				10	35	CLASSIFICADO	
6	ANNE CARLA WIENCI	11/11/1991	15	5				10	30	CLASSIFICADO	
7	ANTONIO AUGUSTO DE S. CARVALHO	27/02/1968	15					10	25	CLASSIFICADO	
8	FANY SOUZA LINGORDO	22/01/1993	15					10	25	CLASSIFICADO	
9	PEDRO SIQUEIRA VECCHI	07/06/1994	15					10	25	CLASSIFICADO	
10	JOÃO LUCAS DE J. S. RAPOSO	12/01/1996	15					10	25	CLASSIFICADO	
11	ISABELY DE FÁTIMA D. SILVA	13/05/1998	15	10					25	CLASSIFICADO	
12	BIANCA DE SOUZA PAIVA	11/03/1999	15					10	25	CLASSIFICADO	
13	RAMON DE SOUZA F. MONTES	03/02/2000	15	10					25	CLASSIFICADO	
14	JULIANA HAAS CESAR	22/07/1985	15						15	CLASSIFICADO	
15	ANTONIO MARCIO F. DE A. FILHO	30/10/1992	15						15	CLASSIFICADO	
16	WASHINGTON DA SILVA SOARES	19/04/1999	15						15	CLASSIFICADO	
	VALQUÍRIA THOMAZINE SANTOS	31/01/1986								DESCLASSIFICADO	S/ANEXO I

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL (ASB)

	CANDIDATO	DT. NASC.	EXP. PROFI.	TOTAL	SIT. *	
1	PATRÍCIA LOPES DE O. HOMEM	09/03/1981	30	30	CLASSIFICADO	
2	STEPHANIE RODRIGUES FERREIRA	08/05/1992	30	30	CLASSIFICADO	
3	ALEKSANDRA DE LOURDES R. L. DE FREITAS	14/10/1978	25	25	CLASSIFICADO	
4	VITORIA RUFINO L. MORAIS	15/01/2000	25	25	CLASSIFICADO	
5	DENISE REGINA DA S. PERESE	29/06/1982	18	18	CLASSIFICADO	
6	TANIELLY GOUVEIA DE FREITAS	02/02/1985		0	CLASSIFICADO	
7	LAILAINE APª ALVES	10/07/1992		0	CLASSIFICADO	
8	ANA CAROLINA DE O. DOS SANTOS	08/08/1996		0	CLASSIFICADO	
	FATIMA APª DE JESUS OLIVEIRA	13/05/1977			DESCLASSIFICADO	S/ANEXO I
	VAKLDIRENE ALICIA DE A. SOUZA	15/08/1993			DESCLASSIFICADO	S/ANEXO I

Leopoldina, 12 de maio de 2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal Interino

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Geral-Leopoldina

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:F33D68FF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 4.641/2026

Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos Agentes Públicos do Poder Executivo Municipal de Ribeirão das Neves, para o exercício de 2026.

O POVO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual aos Agentes Públicos do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 61 da Lei Municipal nº 038/2006 e o art. 73 da Lei Municipal nº 039/2006, mediante a aplicação do índice de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento) sobre o valor dos vencimentos básicos, correspondente à variação do IPCA acumulado no período de janeiro a dezembro de 2025.

Art. 2º Ficam excluídas da concessão prevista no art. 1º as seguintes categorias de profissionais cujo piso salarial já se encontra fixado pela Constituição Federal ou legislação federal, não fazendo jus ao reajuste anual:

I - Cirurgião-Dentista;

II - Agente Comunitário de Saúde;

III - Agente de Combate a Endemias.

Art. 3º Em decorrência do reajuste previsto no art. 1º, ficam alterados os anexos das Leis abaixo relacionadas, que passam a vigorar na forma dos anexos desta Lei:

I – os anexos VI e VII da Lei nº 2.962/2006 - Plano de Carreiras dos Servidores da Saúde, passam a vigorar na forma do Anexo I desta Lei;

II - o anexo I da Lei nº 3.742/2016 – Plano de Carreira dos Auditores-Fiscais de Tributos Municipais, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei;

III – os anexos I e II da Lei nº 3.747/2016 – Estrutura Organizacional da Procuradoria-Geral do Município, alterado pela Lei nº 4.380/2023, passam a vigorar na forma do Anexo III desta Lei;

IV - os anexos V, VI e VII, da Lei nº 4.378/2023 – Reestruturação do Plano de Cargos , Carreiras e Vencimentos dos servidores da Educação, alterados pela Lei nº 4.616/2026, passam a vigorar na forma do Anexo IV desta Lei;

V - o anexo II da Lei nº 4.379/2023 – Planos de Cargos, Carreira e Vencimentos da Guarda Civil Municipal, passa a vigorar na forma do Anexo V desta Lei;

VI - o anexo IV da Lei nº 4.395/2025 – Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Administração Geral, alterado pela Lei nº 4.440/2024, passa a vigorar na forma do Anexo VI desta Lei;

VII - o anexo I da Lei nº 4.426/2024 - Plano de Carreira dos arquitetos, engenheiros e geógrafos do Município, passa a vigorar na forma do Anexo VII desta Lei;

VIII - o anexo III da Lei nº 4.451/2024 - Institui o Plano de Carreira dos Fiscais Sanitários e dos Fiscais de Saúde Pública do Município, alterado pela Lei nº 4.490/2024, passa a vigorar na forma do Anexo VIII desta Lei;

IX - os anexos II, III e IV da Lei nº 4.595/2025 – Estrutura Orgânica do Poder Executivo Municipal, passam a vigorar na forma do Anexo IX desta Lei.

Art. 4º Fica concedida a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, mediante a aplicação do mesmo índice previsto no art. 1º desta Lei, correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no período de janeiro a dezembro de 2025, na forma do Anexo X, desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, observados os limites da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros retroativos:

I - à 1º de janeiro de 2026, para para os seguintes Profissionais da Secretaria Municipal de Educação: Auxiliar de Espaço Plural; Educador Infantil I; Educador Infantil II; Diretor II; Diretor III; Vice Diretor; Monitor de Informática; Pedagogo; Professor de Educação Básica I; Professor de Educação Básica – Educação Infantil e Séries Iniciais (EISI); Professor de Educação Básica – Arte; Professor de Educação Básica – Ciências; Professor de Educação Básica – Educação Física; Professor de Educação Básica – Ensino Religioso; Professor de Educação Básica – Geografia; Professor de Educação Básica – História; Professor de Educação Básica – Língua Inglesa; Professor de Educação Básica – Língua Portuguesa; e Professor de Educação Básica – Matemática;

II - à 1º de maio de 2026, para os servidores municipais da administração geral e demais Profissionais da Secretaria Municipal de Educação que não foram elencados no inciso anterior.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.450 de 03 de abril de 2024.

Ribeirão das Neves/MG, 25 de Maio de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

ANEXO I

ANEXOS VI E VII DA LEI Nº 2.962/2006

ANEXO VI
QUADRO DE CARGOS POR CARREIRA

NIVEL	CARGO
I	AUXILIAR EM SAUDE BUCAL
	AUXILIAR DE SAUDE
	AUX.DE ENFERMAGEM
	AUXILIAR DE LABORATORIO
	AUXILIAR DE SAUDE BUCAL
II	TECNICO EM LABORATORIO
	TECNICO EM SAUDE BUCAL
	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
	TÉCNICO EM RADIOLOGIA
	MOT. AMBULANCIA (VEIC.PESADOS)
	MOT.AMBULANCIA (VEIC.LEVES)
	TECNICO EM FARMACIA
	TECNICO EM PROTESE DENTARIA
	TECNICO PATOLOGIA CLINICA
	MOT. AMBUL. (VEICULOS PESADOS)
III	BIOQUÍMICO
	FISIOTERAPEUTA
	FARMACEUTICO BIOQUIMICO
	FARMACEUTICO
	EPIDEMIOLOGISTA
	ENFERMEIRO
	MEDICO VETERINÁRIO
	FONOAUDIÓLOGO
IV	MED. CIRURGIÃO GERAL AMBUL.
	MEDICO PEDIATRA

	MEDICO PEDIATRA
	MEDICO ULTRASSONOGRAFISTA
	MEDICO GENERALISTA
	MEDICO CLÍNICO GERAL
	MEDICO CARDIOLOGISTA
	MEDICO OFTALMOLOGISTA
	MEDICO GINECOLOGISTA
	MEDICO DERMATOLOGISTA
	MEDICO PSIQUIATRA (12 HORAS)
	MEDICO ORTOPEDISTA
	MEDICO ANGIOLOGISTA
	MEDICO ENDOSCOPISTA
	MED. ENDOCRINOLOGISTA ADULTO
	MED. GASTROENTEROLOGISTA ADUL.
	MEDICO NEUROLOGISTA
	MEDICO RADIOLOGISTA
	MEDICO REGULADOR
	MEDICO MASTOLOGISTA
	MEDICO GERIATRA
	MEDICO INFECTOLOGISTA
	MEDICO UROLOGISTA
	MEDICO CIRURGIAO PLASTICO
	MEDICO ALERGOLOGISTA
	MEDICO ANESTESIOLOGISTA
	MEDICO AUDITOR
	MEDICO CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO
	MEDICO CIRURGIÃO GERAL
	MEDICO CIRURGIÃO VASCULAR
	MED. ENDOCRINOLOGISTA PEDIÁTRICO
	MEDICO EPIDEMIOLOGISTA
	MEDICO INTENSIVISTA
	MEDICO NEUROPEDIATRA
	MED. GASTROENTEROLOGISTA PEDIÁTRICO
	MEDICO HEMATOLOGISTA
	MEDICO NEFROLOGISTA
	MEDICO NEUROCIRURGIÃO
	MEDICO OBSTETRA
	MEDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA
	MEDICO PNEUMOLOGISTA PEDIATRICO
	MEDICO PROCTOLOGISTA
	MEDICO REUMATOLOGISTA
	MEDICO DE SUPERVISÃO AMBULATORIAL
	MEDICO DE SUPERVISÃO HOSPITALAR
	MEDICO PSIQUIATRA SOCORRISTA ADULTO
	MEDICO PSIQUIATRA SOCORRISTA PEDIÁTRICO
V	ENFERMEIRO (30 HORAS)
VI	MEDICO (EXTENSAO DE JORNADA)
VII	MED.GENERALISTA PLANTONISTA
	MED.ANESTESISTA PLANTONISTA
	MED. PEDIATRA PLANTONISTA
	MED.OBSTETRA PLANTONISTA
	MED.ORTOPEDISTA PLANTONISTA

ANEXO VII
TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DOS SERVIDORES DO QUADRO DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Nível	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
I	R$ 1.861,04	R$ 1.916,87	R$ 1.972,70	R$ 2.028,53	R$ 2.084,36	R$ 2.140,19	R$ 2.196,02	R$ 2.251,85	R$ 2.307,68	R$ 2.363,51	R$ 2.419,34
II	R$ 2.093,12	R$ 2.155,91	R$ 2.218,70	R$ 2.281,49	R$ 2.344,28	R$ 2.407,07	R$ 2.469,86	R$ 2.532,65	R$ 2.595,44	R$ 2.658,23	R$ 2.721,02
III	R$ 2.892,15	R$ 2.978,91	R$ 3.065,67	R$ 3.152,43	R$ 3.239,19	R$ 3.325,95	R$ 3.412,71	R$ 3.499,47	R$ 3.586,23	R$ 3.672,99	R$ 3.759,75

IV	R$ 3.615,18	R$ 3.723,64	R$ 3.832,10	R$ 3.940,56	R$ 4.049,02	R$ 4.157,48	R$ 4.265,94	R$ 4.374,40	R$ 4.482,86	R$ 4.591,32	R$ 4.699,78
V	R$ 4.338,23	R$ 4.468,38	R$ 4.598,53	R$ 4.728,68	R$ 4.858,83	R$ 4.988,98	R$ 5.119,13	R$ 5.249,28	R$ 5.379,43	R$ 5.509,58	R$ 5.639,73
VI	R$ 7.230,38	R$ 7.447,29	R$ 7.664,20	R$ 7.881,11	R$ 8.098,02	R$ 8.314,93	R$ 8.531,84	R$ 8.748,75	R$ 8.965,66	R$ 9.182,57	R$ 9.399,48
VII	R$ 7.712,42	R$ 7.943,79	R$ 8.175,16	R$ 8.406,53	R$ 8.637,90	R$ 8.869,27	R$ 9.100,64	R$ 9.332,01	R$ 9.563,38	R$ 9.794,75	R$ 10.026,12

ANEXO II

ANEXO I DA LEI Nº 3.742/2016

ANEXO I
QUADRO DE VENCIMENTOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA

TABELA I – AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	R$ 7.323,48	R$ 7.543,18	R$ 7.769,48	R$ 8.002,56	R$ 8.242,64	R$ 8.489,92	R$ 8.744,62	R$ 9.006,96	R$ 9.277,16	R$ 9.555,48	R$ 9.842,14
B	R$ 8.055,82	R$ 8.297,50	R$ 8.546,42	R$ 8.802,72	R$ 9.066,90	R$ 9.338,91	R$ 9.619,08	R$ 9.907,65	R$ 10.204,87	R$ 10.511,02	R$ 10.826,36
C	R$ 9.022,52	R$ 9.293,20	R$ 9.571,99	R$ 9.859,16	R$ 10.154,93	R$ 10.459,58	R$ 10.773,36	R$ 11.096,57	R$ 11.429,46	R$ 11.772,35	R$ 12.125,52
D	R$ 10.827,02	R$ 11.151,84	R$ 11.486,40	R$ 11.830,99	R$ 12.185,92	R$ 12.551,50	R$ 12.928,04	R$ 13.315,88	R$ 13.715,36	R$ 14.126,82	R$ 14.550,62
E	R$ 14.075,14	R$ 14.497,40	R$ 14.932,31	R$ 15.380,29	R$ 15.841,69	R$ 16.316,94	R$ 16.806,45	R$ 17.310,64	R$ 17.829,95	R$ 18.364,85	R$ 18.915,80

TABELA II – ANALISTA FISCAL

Classe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	R$ 7.323,48	R$ 7.543,18	R$ 7.769,48	R$ 8.002,56	R$ 8.242,64	R$ 8.489,92	R$ 8.744,62	R$ 9.006,96	R$ 9.277,16	R$ 9.555,48	R$ 9.842,14
B	R$ 8.055,82	R$ 8.297,50	R$ 8.546,42	R$ 8.802,72	R$ 9.066,90	R$ 9.338,91	R$ 9.619,08	R$ 9.907,65	R$ 10.204,87	R$ 10.511,02	R$ 10.826,36
C	R$ 9.022,52	R$ 9.293,20	R$ 9.571,99	R$ 9.859,16	R$ 10.154,93	R$ 10.459,58	R$ 10.773,36	R$ 11.096,57	R$ 11.429,46	R$ 11.772,35	R$ 12.125,52
D	R$ 10.827,02	R$ 11.151,84	R$ 11.486,40	R$ 11.830,99	R$ 12.185,92	R$ 12.551,50	R$ 12.928,04	R$ 13.315,88	R$ 13.715,36	R$ 14.126,82	R$ 14.550,62
E	R$ 14.075,14	R$ 14.497,40	R$ 14.932,31	R$ 15.380,29	R$ 15.841,69	R$ 16.316,94	R$ 16.806,45	R$ 17.310,64	R$ 17.829,95	R$ 18.364,85	R$ 18.915,80

ANEXO III

ANEXOS I E II DA LEI Nº 3.747/2016

ANEXO I

PROCURADOR MUNICIPAL												
PROGRESSÃO	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
SUBSÍDIO	R$ 16.632,80	R$ 17.131,78	R$ 17.630,76	R$ 18.129,74	R$ 18.628,72	R$ 19.127,70	R$ 19.626,68	R$ 20.125,66	R$ 20.624,64	R$ 21.123,62	R$ 21.622,60	R$ 22.121,58

ANEXO II

CARGO	SUBSÍDIO/VENCIMENTO
Administração Superior e SubProcuradorias	Subsídio
Procurador-Geral do Município	R$ 24.019,53
Subprocurador-Geral do Município	R$ 15.873,59
Subprocurador Tributário e Fiscal	R$ 14.778,86
Subprocurador Jurídico-Administrativo	R$ 14.778,86
Subprocurador de Contencioso	R$ 14.778,86
Subprocurador de Produção Legislativa	R$ 14.778,86
Unidade de Apoio à Procuradoria	Vencimento
Assessor de Procuradoria	R$ 10.947,30
Oficial de Apoio de Procuradoria I	R$ 7.663,11
Oficial de Apoio de Procuradoria II	R$ 4.926,29
Oficial de Apoio de Procuradoria III	R$ 3.831,56
Assistente de Procuradoria	R$ 3.284,19

ANEXO IV

ANEXOS V, VI E VII DA LEI Nº 4.378/2023

ANEXO V
TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS INSTITUÍDOS (EDUCAÇÃO)

CARGO	GRAU	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
INTÉRPRETE DE LIBRAS	I	R$ 2.015,20	R$ 2.075,66	R$ 2.136,12	R$ 2.196,58	R$ 2.257,04	R$ 2.317,50	R$ 2.377,96	R$ 2.438,42	R$ 2.498,88	R$ 2.559,34	R$ 2.619,80	R$ 2.680,26
INSTRUTOR DE BRAILLE	I	R$ 2.015,20	R$ 2.075,66	R$ 2.136,12	R$ 2.196,58	R$ 2.257,04	R$ 2.317,50	R$ 2.377,96	R$ 2.438,42	R$ 2.498,88	R$ 2.559,34	R$ 2.619,80	R$ 2.680,26
INSTRUTOR DE LIBRAS	I	R$ 2.015,20	R$ 2.075,66	R$ 2.136,11	R$ 2.196,57	R$ 2.257,02	R$ 2.317,48	R$ 2.377,94	R$ 2.438,39	R$ 2.498,85	R$ 2.559,30	R$ 2.619,76	R$ 2.680,22
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	II	R$ 2.517,63	R$ 2.593,16	R$ 2.668,69	R$ 2.744,22	R$ 2.819,75	R$ 2.895,28	R$ 2.970,81	R$ 3.046,34	R$ 3.121,87	R$ 3.197,40	R$ 3.272,93	R$ 3.348,46
SECRETÁRIO ESCOLAR	III	R$ 2.906,72	R$ 2.993,92	R$ 3.081,12	R$ 3.168,32	R$ 3.255,53	R$ 3.342,73	R$ 3.429,93	R$ 3.517,13	R$ 3.604,33	R$ 3.691,53	R$ 3.778,74	R$ 3.865,94
AUXILIAR ESPAÇO PLURAL	III	R$ 2.941,87	R$ 3.030,13	R$ 3.118,38	R$ 3.206,65	R$ 3.294,91	R$ 3.383,17	R$ 3.471,43	R$ 3.559,69	R$ 3.647,95	R$ 3.736,21	R$ 3.824,47	R$ 3.912,73
MONITOR INFORMÁTICA	III	R$ 3.127,22	R$ 3.221,04	R$ 3.314,85	R$ 3.408,67	R$ 3.502,49	R$ 3.596,30	R$ 3.690,12	R$ 3.783,94	R$ 3.877,75	R$ 3.971,57	R$ 4.065,39	R$ 4.159,20
EDUCADOR INFANTIL II	IV	R$ 3.127,22	R$ 3.221,04	R$ 3.314,86	R$ 3.408,68	R$ 3.502,50	R$ 3.596,32	R$ 3.690,14	R$ 3.783,96	R$ 3.877,78	R$ 3.971,60	R$ 4.065,42	R$ 4.159,24
PROFESSOR ED. BÁSICA	V	R$ 4.378,02	R$ 4.509,36	R$ 4.640,70	R$ 4.772,04	R$ 4.903,38	R$ 5.034,72	R$ 5.166,06	R$ 5.297,40	R$ 5.428,74	R$ 5.560,08	R$ 5.691,42	R$ 5.822,76
PEDAGOGO	VI	R$ 4.417,58	R$ 4.550,11	R$ 4.682,64	R$ 4.815,17	R$ 4.947,70	R$ 5.080,23	R$ 5.212,76	R$ 5.345,29	R$ 5.477,82	R$ 5.610,35	R$ 5.742,88	R$ 5.875,41

ANEXO VI
TABELA TRANSITÓRIA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO - INGRESSO ANTERIOR A 28/12/2006

CARGOS EXTINTOS	VENCIMENTOS (R$)
Operador de Lavanderia	R$ 2.517,63
Educador Infantil I	R$ 3.088,47
Educador Infantil I	R$ 3.126,60
Professor de Educação Básica I	R$ 3.806,94
Professor de Educação Básica I	R$ 4.378,02

ANEXO VII
TABELA TRANSITÓRIA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO - INGRESSO POSTERIOR A 28/12/2006

CARGO/ CLASSE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
Educador Infantil I	R$ 3.088,47	R$ 3.181,12	R$ 3.273,77	R$ 3.366,42	R$ 3.459,07	R$ 3.551,72	R$ 3.644,37	R$ 3.727,02	R$ 3.829,67	R$ 3.922,32	R$ 4.014,97	R$ 4.107,62
Educador Inf. I (art.66)	R$ 3.126,60	R$ 3.220,40	R$ 3.314,20	R$ 3.408,00	R$ 3.501,80	R$ 3.595,60	R$ 3.689,40	R$ 3.783,20	R$ 3.877,00	R$ 3.970,80	R$ 4.064,60	R$ 4.158,40
Prof. Ed. Básica I	R$ 3.806,94	R$ 3.921,15	R$ 4.035,36	R$ 4.149,56	R$ 4.263,77	R$ 4.377,98	R$ 4.492,19	R$ 4.606,40	R$ 4.720,61	R$ 4.834,81	R$ 4.949,02	R$ 5.063,23
Prof. Ed. Bás. I (art.66)	R$ 4.378,02	R$ 4.509,36	R$ 4.640,70	R$ 4.772,04	R$ 4.903,38	R$ 5.034,72	R$ 5.166,06	R$ 5.297,40	R$ 5.428,74	R$ 5.560,09	R$ 5.691,43	R$ 5.822,77

ANEXO V
ANEXO II DA LEI Nº 4.379/2023

TABELA DE VENCIMENTOS – GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Classe	GRAU											
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
Guarda Civil	R$ 3.733,03	R$ 3.845,02	R$ 3.957,01	R$ 4.069,00	R$ 4.180,99	R$ 4.292,98	R$ 4.404,97	R$ 4.516,96	R$ 4.628,95	R$ 4.740,94	R$ 4.852,93	R$ 4.964,92

ANEXO VI
ANEXO IV DA LEI Nº 4.395/2025

TABELA DE VENCIMENTOS – ADMINISTRAÇÃO GERAL

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	R$ 1.690,45	R$ 1.741,16	R$ 1.791,88	R$ 1.842,59	R$ 1.893,30	R$ 1.944,02	R$ 1.994,73	R$ 2.045,44	R$ 2.096,16	R$ 2.146,87	R$ 2.197,59	R$ 2.248,30	R$ 2.299,01

II	R$ 1.748,50	R$ 1.800,96	R$ 1.853,42	R$ 1.905,87	R$ 1.958,32	R$ 2.010,78	R$ 2.063,23	R$ 2.115,69	R$ 2.168,14	R$ 2.220,60	R$ 2.273,05	R$ 2.325,51	R$ 2.377,96
III	R$ 1.907,48	R$ 1.964,70	R$ 2.021,93	R$ 2.079,15	R$ 2.136,38	R$ 2.193,60	R$ 2.250,83	R$ 2.308,05	R$ 2.365,28	R$ 2.422,50	R$ 2.479,72	R$ 2.536,95	R$ 2.594,17
IV	R$ 2.230,25	R$ 2.297,16	R$ 2.364,07	R$ 2.430,97	R$ 2.497,88	R$ 2.564,79	R$ 2.631,70	R$ 2.698,60	R$ 2.765,51	R$ 2.832,42	R$ 2.899,33	R$ 2.966,23	R$ 3.033,14
V	R$ 2.627,16	R$ 2.705,97	R$ 2.784,79	R$ 2.863,60	R$ 2.942,42	R$ 3.021,23	R$ 3.100,05	R$ 3.178,86	R$ 3.257,68	R$ 3.336,49	R$ 3.415,31	R$ 3.494,12	R$ 3.572,94
VI	R$ 2.898,91	R$ 2.985,88	R$ 3.072,84	R$ 3.159,81	R$ 3.246,78	R$ 3.333,75	R$ 3.420,71	R$ 3.507,68	R$ 3.594,65	R$ 3.681,62	R$ 3.768,58	R$ 3.855,55	R$ 3.942,52
VII	R$ 3.201,26	R$ 3.297,30	R$ 3.393,34	R$ 3.489,37	R$ 3.585,41	R$ 3.681,45	R$ 3.777,49	R$ 3.873,52	R$ 3.969,56	R$ 4.065,60	R$ 4.161,64	R$ 4.257,68	R$ 4.353,71
VIII	R$ 4.378,92	R$ 4.510,29	R$ 4.641,66	R$ 4.773,02	R$ 4.904,39	R$ 5.035,76	R$ 5.167,13	R$ 5.298,49	R$ 5.429,86	R$ 5.561,23	R$ 5.692,60	R$ 5.823,96	R$ 5.955,33
IX	R$ 4.402,75	R$ 4.534,83	R$ 4.666,91	R$ 4.798,99	R$ 4.931,07	R$ 5.063,15	R$ 5.195,23	R$ 5.327,31	R$ 5.459,39	R$ 5.591,47	R$ 5.723,55	R$ 5.855,63	R$ 5.987,71
X	R$ 5.803,62	R$ 5.977,73	R$ 6.151,84	R$ 6.325,95	R$ 6.500,05	R$ 6.674,17	R$ 6.848,28	R$ 7.022,39	R$ 7.196,50	R$ 7.370,61	R$ 7.544,72	R$ 7.718,83	R$ 7.892,94

ANEXO VII
ANEXO I DA LEI Nº 4.426/2024

QUADRO DE VENCIMENTOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E GEOGRAFIA

CLASSE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	R$ 8.705,44	R$ 8.966,60	R$ 9.235,60	R$ 9.512,67	R$ 9.798,05	R$ 10.092,00	R$ 10.394,76	R$ 10.706,60	R$ 11.027,80	R$ 11.358,63	R$ 11.699,39	R$ 12.050,37	R$ 12.411,88
II	R$ 9.575,98	R$ 9.863,26	R$ 10.159,16	R$ 10.463,93	R$ 10.777,85	R$ 11.101,19	R$ 11.434,23	R$ 11.777,26	R$ 12.130,58	R$ 12.494,50	R$ 12.869,34	R$ 13.255,42	R$ 13.653,08
III	R$ 10.533,57	R$ 10.849,58	R$ 11.175,07	R$ 11.510,32	R$ 11.855,63	R$ 12.211,30	R$ 12.577,64	R$ 12.954,97	R$ 13.343,62	R$ 13.743,93	R$ 14.156,25	R$ 14.580,94	R$ 15.018,37

ANEXO VIII
ANEXO III DA LEI Nº 4.451/2024

TABELA 1 – FISCAL SANITÁRIO

REQUISITOS DE ESCOLARIDADE	CLASSE	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
Ensino Médio	A	R$ 2.898,91	R$ 2.985,88	R$ 3.075,46	R$ 3.167,72	R$ 3.262,75	R$ 3.360,63	R$ 3.461,45	R$ 3.565,29	R$ 3.672,25	R$ 3.782,42	R$ 3.895,89	R$ 4.012,77	R$ 4.133,15
Superior + Pós	B	R$ 4.378,92	R$ 4.510,29	R$ 4.645,60	R$ 4.784,97	R$ 4.928,52	R$ 5.076,38	R$ 5.228,67	R$ 5.385,53	R$ 5.547,09	R$ 5.713,50	R$ 5.884,91	R$ 6.061,46	R$ 6.243,30
Classe B + 2ª Grad/Pós	C	R$ 4.641,66	R$ 4.780,91	R$ 4.924,34	R$ 5.072,07	R$ 5.224,23	R$ 5.380,96	R$ 5.542,39	R$ 5.708,66	R$ 5.879,92	R$ 6.056,32	R$ 6.238,01	R$ 6.425,15	R$ 6.617,90
Classe C + Mestrado	D	R$ 5.105,82	R$ 5.259,00	R$ 5.416,77	R$ 5.579,27	R$ 5.746,65	R$ 5.919,05	R$ 6.096,62	R$ 6.279,52	R$ 6.467,91	R$ 6.661,95	R$ 6.861,81	R$ 7.067,66	R$ 7.279,69
Classe D + Doutorado	E	R$ 5.769,58	R$ 5.942,67	R$ 6.120,95	R$ 6.304,58	R$ 6.493,72	R$ 6.688,53	R$ 6.889,19	R$ 7.095,86	R$ 7.308,74	R$ 7.528,00	R$ 7.753,84	R$ 7.986,46	R$ 8.226,05

TABELA 2 – FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

REQUISITOS DE ESCOLARIDADE	CLASSE	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
Superior + Pós exigida	6B	R$ 4.378,92	R$ 4.510,29	R$ 4.645,60	R$ 4.784,97	R$ 4.928,52	R$ 5.076,38	R$ 5.228,67	R$ 5.385,53	R$ 5.547,09	R$ 5.713,50	R$ 5.884,91	R$ 6.061,46	R$ 6.243,30
Requisitos B + 2ª Grad./Pós	C	R$ 4.641,66	R$ 4.780,91	R$ 4.924,34	R$ 5.072,07	R$ 5.224,23	R$ 5.380,96	R$ 5.542,39	R$ 5.708,66	R$ 5.879,92	R$ 6.056,32	R$ 6.238,01	R$ 6.425,15	R$ 6.617,90
Requisitos C + Mestrado	D	R$ 5.105,82	R$ 5.259,00	R$ 5.416,77	R$ 5.579,27	R$ 5.746,65	R$ 5.919,05	R$ 6.096,62	R$ 6.279,52	R$ 6.467,91	R$ 6.661,95	R$ 6.861,81	R$ 7.067,66	R$ 7.279,69
Requisitos D + Doutorado	E	R$ 5.769,58	R$ 5.942,67	R$ 6.120,95	R$ 6.304,58	R$ 6.493,72	R$ 6.688,53	R$ 6.889,19	R$ 7.095,86	R$ 7.308,74	R$ 7.528,00	R$ 7.753,84	R$ 7.986,46	R$ 8.226,05

ANEXO IX
ANEXOS II, III e IV DA LEI Nº 4.595/2025 (ESTRUTURA ORGÂNICA)

ANEXO II
TABELA DE ESPECIFICAÇÕES DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL (DAD)

NÍVEL	PONTOS	VENCIMENTO ATUALIZADO
DAD - 1	2	R$ 2.397,98$
DAD - 2	4	R$ 2.710,76$
DAD - 3	6	R$ 3.169,50$
DAD - 4	8	R$ 3.398,88$
DAD - 5	10	R$ 3.617,82$
DAD - 6	12	R$ 4.154,76$
DAD - 7	14	R$ 4.378,92$

DAD - 8	16	R$ 4.707,34$
DAD - 9	18	R$ 4.879,37$
DAD - 10	20	R$ 5.421,52$
DAD - 11	22	R$ 5.583,12$
DAD - 12	24	R$ 5.911,54
DAD - 13	26	R$ 6.140,91
DAD - 14	28	R$ 6.776,90
DAD - 15	30	R$ 7.115,74
DAD - 16	32	R$ 7.855,99
DAD - 16	32	R$ 7.855,99
DAD - 17	34	R$ 9.028,92
DAD - 18	36	R$ 9.305,20
DAD - 19	38	R$ 11.379,98
DAD - 20	40	R$ 12.599,82
DAD - 21	42	R$ 13.908,28

ANEXO III
TABELA DE ESPECIFICAÇÕES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DE COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO (FCA)

NÍVEL	PONTOS	VALOR ATUALIZADO
FCA - 1	1	R$ 260,65
FCA - 2	2	R$ 521,30
FCA - 3	3	R$ 781,95
FCA - 4	4	R$ 1.042,60
FCA - 5	5	R$ 1.303,25
FCA - 6	6	R$ 1.563,90
FCA - 7	7	R$ 2.085,20
FCA - 8	8	R$ 2.606,50
FCA - 9	9	R$ 3.127,80
FCA - 10	10	R$ 3.649,10
FCA - 11	11	R$ 4.170,40
FCA - 12	12	R$ 4.691,70

ANEXO IV
TABELA DE ESPECIFICAÇÕES DE GRATIFICAÇÃO ESTRATÉGICA MUNICIPAL (GEM)

NÍVEL	REUNIÕES MENSAIS	VALOR ATUALIZADO
GEM - 1	1 a 4	R$ 260,65
GEM - 2	5 a 8	R$ 625,56
GEM - 3	9 a 12	R$ 834,08
GEM - 4	13 a 16	R$ 1.042,60
GEM - 5	17 ou mais	R$ 1.563,90

ANEXO X
TABELA DE SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGO	SUBSÍDIO
Prefeito	R$ 24.843,76
Vice-Prefeito Municipal	R$ 20.111,64
Secretário Municipal	R$ 20.168,03
Procurador-Geral do Município	Lei Específica - Lei nº 3.747/2016

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:DD009D15